



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3054

Quinta-feira - 13 de Fevereiro de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	3	Coronel Martins.....	404	Ituporanga .....	725
Agronômica .....	4	Correia Pinto.....	405	Jaborá .....	726
Água Doce.....	5	Corupá .....	453	Jacinto Machado .....	727
Águas de Chapecó.....	16	Cunha Porã.....	464	Jaraguá do Sul .....	728
Águas Mornas .....	21	Cunhataí.....	476	Jardinópolis .....	760
Alto Bela Vista.....	23	Curitibanos .....	480	Joaçaba.....	762
Anchieta .....	31	Descanso.....	481	José Boiteux .....	827
Angelina .....	32	Dionísio Cerqueira .....	492	Lages .....	834
Anita Garibaldi .....	34	Dona Emma.....	502	Laguna .....	836
Anitápolis.....	35	Doutor Pedrinho.....	504	Lajeado Grande.....	839
Antônio Carlos .....	37	Entre Rios.....	508	Lauro Muller .....	840
Apiuna.....	39	Ermo .....	509	Lebon Régis.....	848
Arabutã .....	71	Faxinal dos Guedes.....	513	Leoberto Leal.....	865
Ascurra.....	73	Flor do Sertão .....	514	Lontras .....	873
Atalanta.....	74	Formosa do Sul .....	515	Luiz Alves .....	874
Aurora .....	75	Forquilha .....	517	Luzerna .....	881
Balneário Gaivota .....	76	Fraiburgo.....	519	Macieira.....	883
Balneário Piçarras.....	79	Frei Rogério .....	526	Mafra .....	885
Bandeirante .....	82	Garopaba.....	528	Major Vieira .....	886
Barra Bonita.....	117	Garuva .....	537	Maracajá .....	887
Barra Velha.....	127	Gaspar .....	540	Maravilha.....	889
Belmonte.....	133	Governador Celso Ramos .....	543	Marema.....	914
Benedito Novo .....	134	Grão Pará .....	545	Massaranduba.....	916
Biguaçu .....	141	Gravatal .....	546	Matos Costa.....	918
Blumenau .....	148	Guaraciaba .....	550	Meleiro .....	919
Bom Jardim da Serra .....	152	Guaramirim.....	558	Mondaí .....	923
Bom Jesus do Oeste .....	156	Guarujá do Sul .....	563	Monte Castelo.....	924
Bom Retiro .....	157	Guatambú .....	573	Morro da Fumaca .....	935
Botuvera.....	161	Herval d'Oeste .....	574	Morro Grande.....	962
Braço do Trombudo .....	163	Ibiam .....	582	Navegantes.....	963
Brunópolis .....	165	Ibicaré.....	620	Nova Erechim.....	971
Brusque.....	167	Ibirama .....	624	Nova Trento .....	972
Caçador.....	195	Ilhota .....	626	Nova Veneza.....	989
Caibi .....	198	Imbituba .....	658	Novo Horizonte .....	993
Camboriú.....	200	Imbuia .....	669	Orleans .....	996
Campo Alegre .....	202	Indaial.....	670	Otacílio Costa.....	1000
Campo Erê.....	274	Iomerê .....	674	Ouro .....	1004
Campos Novos.....	275	Ipira .....	675	Paial .....	1011
Canoinhas.....	291	Iporã do Oeste.....	676	Palhoça .....	1012
Capinzal .....	319	Ipuacú.....	678	Palma Sola.....	1026
Catanduvas.....	330	Ipumirim .....	680	Palmeira .....	1028
Caxambu do Sul.....	332	Iraceminha .....	682	Papanduva.....	1061
Celso Ramos.....	333	Irani.....	683	Passo de Torres.....	1063
Chapadão do Lageado .....	334	Iratí.....	684	Passos Maia .....	1065
Chapecó .....	336	Itá .....	685	Paulo Lopes .....	1069
Cocal do Sul.....	362	Itaiópolis .....	687	Penha.....	1070
Concórdia .....	394	Itapema .....	688	Peritiba.....	1241
Cordilheira Alta .....	399	Itapiranga.....	689	Pescaria Brava .....	1250
Coronel Freitas.....	403	Itapoá .....	714	Petrolândia .....	1255





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3054

Quinta-feira - 13 de Fevereiro de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

Pinhalzinho .....	1256	Santa Terezinha do Progresso .....	1383	Tigrinhos .....	1656
Pinheiro Preto .....	1257	Santiago do Sul .....	1384	Tijucas .....	1667
Piratuba .....	1262	Santo Amaro da Imperatriz .....	1412	Timbé do Sul .....	1670
Planalto Alegre .....	1280	São Bento do Sul .....	1430	Timbó .....	1672
Pomerode .....	1281	São Bonifácio .....	1439	Três Barras .....	1680
Ponte Serrada .....	1284	São Cristóvão do Sul .....	1442	Treviso .....	1688
Porto União .....	1285	São Domingos .....	1443	Treze Tilias .....	1689
Pouso Redondo .....	1312	São Francisco do Sul .....	1445	Trombudo Central .....	1690
Presidente Castello Branco .....	1316	São João Batista .....	1503	Tunápolis .....	1717
Presidente Getúlio .....	1317	São João do Oeste .....	1504	Turvo .....	1718
Princesa .....	1318	São João do Sul .....	1506	União do Oeste .....	1719
Quilombo .....	1331	São Joaquim .....	1507	Urubici .....	1725
Rio das Antas .....	1336	São José .....	1520	Urupema .....	1752
Rio do Campo .....	1337	São Lourenço do Oeste .....	1569	Urussanga .....	1753
Rio do Oeste .....	1343	São Miguel do Oeste .....	1591	Vargeão .....	1755
Rio dos Cedros .....	1368	São Pedro de Alcântara .....	1625	Vargem .....	1788
Rio do Sul .....	1344	Schroeder .....	1628	Vidal Ramos .....	1790
Rio Negrinho .....	1374	Seara .....	1640	Videira .....	1793
Rodeio .....	1376	Serra Alta .....	1643	Xanxerê .....	1796
Romelândia .....	1377	Siderópolis .....	1645	Xavantina .....	1801
Santa Cecília .....	1378	Sombrio .....	1646	Xaxim .....	1819
Santa Helena .....	1379	Sul Brasil .....	1647		
Santa Rosa de Lima .....	1380	Tangará .....	1648		

## Associações

COSEMS/SC .....	1820
-----------------	------

## Consórcios

AGIR .....	1821
CIGA .....	1821
CIMVI .....	1822
CINCATARINA .....	1824
CIS/AMARP .....	1826
CIS/AMOSC .....	1826
CIS/AMVI .....	1827
CIAPS .....	1831
CIGAMVALI .....	1831
CONDER .....	1832
CIRSURES .....	1833



# Abdon Batista

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS 01/2020

Publicação Nº 2355201

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 14/2020

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS 01/2020

Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA CONSTRUÇÃO DA MARINA DE ABDON BATISTA(01 ETAPA) DE ACORDO COM PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTARIA, E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

TIPO : Menor preço GLOBAL

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06 de março de 2020 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município [www.abdonbatista.sc.gov.br](http://www.abdonbatista.sc.gov.br)

Abdon Batista, SC, 12 de fevereiro de 2020

Lucimar Antônio Salmoria

Prefeito Municipal

# Agrônômica

## PREFEITURA

**AVISO DE PREGÃO 04/2020**

Publicação Nº 2355308

**Prefeitura Municipal de Agrônômica – Santa Catarina**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2020**

**PREGAO PRESENCIAL Nº PR 04/2020**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL**

**Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 28/02/2020 às 08:30h.**

**Local: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.**

**Local para a obtenção do edital:** na Prefeitura, pelo e-mail: [licitacao@agronomica.sc.gov.br](mailto:licitacao@agronomica.sc.gov.br) ou pelo site [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br).

**Maiores informações: (47) 3542-0166.**

Agrônômica-Santa Catarina, 13 de fevereiro de 2020.

**CESAR LUIZ CUNHA**

**Prefeito em Exercício**



# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 017/2020

Publicação Nº 2355087

DECRETO Nº 017/2020 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”  
VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.759, de 11 de fevereiro de 2020,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$ 1.106.276,68 (hum milhão cento e seis mil e duzentos e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Saúde de Água Doce.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

#### 09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

##### 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE

##### 10.301.0027.1.022 CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/EQUIPAMENTOS

4.4.90.00.0.3.0733/70 Aplicações Diretas .....	R\$ 6.525,65
4.4.90.00.0.3.0782/71 Aplicações Diretas .....	R\$ 15.108,47
4.4.90.00.0.3.0780/72 Aplicações Diretas .....	R\$ 20.183,37
4.4.90.00.0.3.0802/73 Aplicações Diretas .....	R\$ 25.531,47
4.4.90.00.0.6.0720/74 Aplicações Diretas .....	R\$ 30.000,00
4.4.90.00.0.3.0799/75 Aplicações Diretas .....	R\$ 15.535,90
4.4.90.00.0.3.0066/76 Aplicações Diretas .....	R\$ 15.237,27

##### 10.301.0027.1.023 AQUISIÇÃO DE VEICULOS – SAÚDE

4.4.90.00.0.3.0088/77 Aplicações Diretas .....	R\$ 35.185,04
4.4.90.00.0.3.0802/78 Aplicações Diretas .....	R\$ 125.000,00

##### 10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.0.3.0002/55 Aplicações Diretas .....	R\$ 39.425,58
------------------------------------------------	---------------

##### 10.301.0027.2.060 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS E FEDERAIS

3.1.90.00.0.3.0796/79 Aplicações Diretas .....	R\$ 59.972,92
3.1.90.00.0.3.0701/80 Aplicações Diretas .....	R\$ 15.126,00
3.1.90.00.0.3.0689/81 Aplicações Diretas .....	R\$ 18.065,71
3.1.90.00.0.3.0795/82 Aplicações Diretas .....	R\$ 42.685,01
3.1.90.00.0.3.0704/83 Aplicações Diretas .....	R\$ 8.822,65
3.1.90.00.0.3.0788/84 Aplicações Diretas .....	R\$ 6.479,22
3.1.90.00.0.3.0064/85 Aplicações Diretas .....	R\$ 15.283,42
3.1.90.00.0.3.0626/86 Aplicações Diretas .....	R\$ 1.583,57
3.1.90.00.0.3.0624/87 Aplicações Diretas .....	R\$ 20.907,19
3.3.90.00.0.3.0801/88 Aplicações Diretas .....	R\$ 2.854,89
3.3.90.00.0.3.0703/89 Aplicações Diretas .....	R\$ 11.588,39
3.3.90.00.0.3.0641/90 Aplicações Diretas .....	R\$ 9.914,69
3.3.90.00.0.3.0794/91 Aplicações Diretas .....	R\$ 11.807,10
3.3.90.00.0.3.0705/92 Aplicações Diretas .....	R\$ 38,92
3.3.90.00.0.3.0797/61 Aplicações Diretas .....	R\$ 33.183,02

##### 10.303.0027.2.061 MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS/SC

3.1.90.00.0.3.0749/66 Aplicações Diretas .....	R\$ 320.068,01
3.1.90.00.0.6.0720/93 Aplicações Diretas .....	R\$ 30.000,00
3.3.90.00.0.6.0720/94 Aplicações Diretas .....	R\$ 31.913,87
3.3.90.00.0.3.0798/95 Aplicações Diretas .....	R\$ 39.160,77
3.3.90.00.0.3.0719/67 Aplicações Diretas .....	R\$ 61.449,88

##### 10.304.0027.2.073 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

3.3.90.00.0.3.0002/63 Aplicações Diretas .....	R\$ 11.869,42
3.3.90.00.0.3.0770/96 Aplicações Diretas .....	R\$ 14.524,58



**10.305.0027.2.063 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA/EPIDEMIOLÓGICA**

3.1.90.00.0.3.0772/97 Aplicações Diretas ..... R\$ 3.797,07

3.3.90.00.0.3.0770/98 Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

**10.302.0027.2.074 MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

3.3.90.00.0.3.0786/99 Aplicações Diretas ..... R\$ 151,07

3.3.90.00.0.3.0735/100 Aplicações Diretas ..... R\$ 2.296,56

**TOTAL ..... R\$ 1.106.276,68**

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019 verificado nas rubricas: 0.1.0002 - Recursos de Impostos e Transferências, 0.1.088 – Alienação de Veículos, 0.1.780 Emenda Parlamentar Paulo Bauer, 0.2.0777 – Educação Permanente, 0.1.0772 – Assistência Financeira – Agente de Endemia, 0.1.0771 - Auxílio Financeiro – Extraordinário, 0.1.0624, PSF -0.1.0625, PACS, 0.1.0626 – PSF SAÚDE BUCAL, 0.1.778 – apoio implantação- Rede Cegonha, 0.1.0067 – Assistência Farmacêutica Básica, 0.1.0692 Fortalecimento de Pol. Afetas, 0.1.0723 Recursos C0-Financiamento, 0.1.0749 – CAPS Federal/TFD, 0.1.0065, Recursos MAC – Alta e Média Complexidade Ambulatorial, 0.1.0633 CAPS ESTADO, 0.1.0632 CAPS Catanduvas, 0.1.0759, 0.1.0691 Programa Saúde na Escola, Incentivo Implantação NASF, Transf. Estruturação Rede de Serviços, Transf. Fortalecimento de Vínculos, 0.1.0636 - Transf. Recursos VISA e 0.1.0735- Transf. Média , Alta Complexidade – MAC 0.1.0709 - Programa Requalifica UBS Construção - Alzira Itália Ferretti, 01.0802 - Emenda Parlamentar Celso Maldaner, 0.1.0796 - COFINANCIAMENTO NASF, 0.1.0797 - COFINANCIAMENTO ESF, 0.1.0798 - CAPS - TREZE TÍLIAS, 0.1.0770 - Transferência Recursos SUS União - Vigilância Saúde - Despesas Diversas

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2020.

VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 018/2020**

Publicação Nº 2355091

DECRETO Nº 018/2020 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.761, de 11 de fevereiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 940.000,00 (noventa e quarenta mil reais) para o Fundo Municipal de Assistência.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Assistência de Água Doce.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

11 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE - SIMA

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE- SIMA

08.244.0028.2.064 MANUTENÇÃO DO SIMA – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

3.3.90.00.0.3.000/4 Aplicações Diretas ..... R\$ 940.000,00

**TOTAL .....R\$ 940.000,00**

Art. 3º. Para atender a despesa decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019 verificado na rubrica: 0.1.0000 Recursos de Contribuição dos Associados, Câmara Municipal, Prefeitura Municipal, Outras restituições e Remuneração Bancária.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2020.

VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 019/2020**

Publicação Nº 2355094

DECRETO Nº 019/2020 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTOS DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.762, de 11 de fevereiro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor R\$ 278.022,18 (duzentos e setenta e oito mil e vinte e dois reais e dezoito centavos) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para a Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social de Água Doce.

Art. 2º. Ficam criados e suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE

08.244.0028.1.021 CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DO CRAS

4.4.90.00.0.3.0768/22 Aplicações Diretas ..... R\$ 9.319,81

4.4.90.00.0.3.0063/23 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

4.4.90.00.0.3.0800/24 Aplicações Diretas ..... R\$ 50,26

08.244.0028.2.055 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0.3.0000/19 Aplicações Diretas ..... R\$ 8.239,86

08.244.0028.2.056 MANUTENÇÃO DEPTO. PROMOÇÃO SOCIAL

3.3.90.00.0.3.0000/20 Aplicações Diretas ..... R\$ 30.000,00

08.244.0028.2.058 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL

3.3.90.00.0.3.0651/25 Aplicações Diretas ..... R\$ 56.826,23

3.1.90.00.0.3.0052/21 Aplicações Diretas ..... R\$ 54.014,79

3.3.90.00.0.3.0766/26 Aplicações Diretas ..... R\$ 39.519,67

3.3.90.00.0.3.0063/27 Aplicações Diretas ..... R\$ 43.391,52

3.3.90.00.0.3.0758/28 Aplicações Diretas ..... R\$ 26.660,04

TOTAL ..... R\$ 278.022,18

Art. 3º. Para atender as despesas decorrentes do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2019 verificado nas rubricas: 0.1.0000 Recursos Ordinários, 0.1.0052 Outras Transf. FNAS – CRAS, 0.1.0651-Transf. Rec. Serviço de Convivência Fort. Vínculo/SCFV, 0.1.0739 - Transf. Rec. SST FEAS PMAD FMAS B CUST, 0.1.0740 - Transf. Rec. Co-Financiamento - FEAS – Investimento, 0.1.0063 - Bolsa Família, 0.1.0737 - IGD/SUAS.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2020.

VILSON ANTONIO VERONA

Prefeito Municipal em Exercício

**DECRETO Nº 020/2020**

Publicação Nº 2355098

DECRETO Nº 020/2020 – DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

**“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

VILSON ANTONIO VERONA, Prefeito Municipal em Exercício de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 26 da Lei nº 2.754, de 06 de dezembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.754, de 06 de dezembro de 2019, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.924,08 (quatro mil e novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos) para o Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para Manutenção do Fundo Municipal de Água Doce e aplicação de recursos próprios.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	
10.301.0027.2.059 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3.3.93.00.0.3.0002/69 Aplicações Diretas .....	R\$ 4.924,08
TOTAL .....	R\$ 4.924,08

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto fica utilizado o parcial do superávit financeiro do exercício de 2019 verificado na rubrica: 0.1.0002 Recursos de Impostos e Transferências Saúde.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 11 de fevereiro de 2020.

VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito Municipal em Exercício

## DECRETO Nº 021/2020

Publicação Nº 2355100

DECRETO Nº 021/2020 - DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO E INCLUSÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E REAVALIAÇÃO DE BENS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE/SC".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE-SC, em exercício, no uso de suas atribuições legais, e, em conformidade com o disposto no art. 72, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Água Doce – SC e art. 69, parágrafo único da Lei Complementar Municipal n. 058/2009, de 09 de junho de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica substituído o membro CLÁUDIA ELISABETE FÁVERO BOCCALON, nomeada pelo Decreto n. 012/2017, por: MARJORIE SETTI DE OLIVEIRA, matrícula n. 204.

Art. 2º Nomeia-se os membros LUCI MARA ANSSOLIN LUCHESI, matrícula n. 1372/21389 e EURICO JOEL DOS SANTOS, matrícula n. 2160, para compor a Comissão de Avaliação e Reavaliação de bens do Município de Água Doce.

Art. 3º Ficam mantidos os demais membros nomeados pelos Decretos n. 012/2017, 127/2017, 055/2018, 074/2018 e 129/2018.

Art. 4º Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Água Doce - SC, 12 de fevereiro de 2020.

VILSON ANTONIO VERONA  
Prefeito Municipal em exercício

**NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO 12- PREFEITURA**

Publicação Nº 2354519

**PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA DOCE – EXERCÍCIO DE 2019**

As demonstrações contábeis contemplam as contas do Município de Água Doce - SC referente exercício de 2019. O Balanço anual do Município, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pela Prefeitura Municipal de Água Doce, representando os poderes do município, e objetivo cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Lei 4.320 de 17/03/1964 com as MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeiro e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e compras, gestão tributária e ainda com apropriação de informações da gestão do patrimônio e gestão de frotas.

**Anexo 12 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Orçamentário**

No exercício 2019 foi utilizado o Regime de Empenho para o registro das despesas orçamentárias.

As despesas intraorçamentárias foram no valor de R\$ 175.502,01.

A execução da despesa do total de 27.988.496,15 foi executada 20.948.161,25 dos créditos iniciais do orçamento; 18.190.028,09 de créditos suplementares sendo: 5.091.414,17 de créditos subtraídos do excesso de arrecadação; 8.863.279,95 subtraído do superávit financeiro; 670.000,00 DE Operações de crédito e 3.565.333,97 de reduções.

O resultado Orçamentário no exercício de 2019 apresentou um Superávit de 321.197,46.

**Realizado o empenhamento** de despesas de recursos vinculados, exigência de empenho das despesas para liberação dos recursos de Contratos junto ao FNDE e de Operações de Crédito junto ao BADESC, valores lançados no Ativo em Direitos a receber totalizando 1.558.803,68 conforme anexos:

01 Contrato de Operação de Crédito-BADESC	543.142,94;
02 Termo Compromisso PAR 32267/2014 FNDE	30.595,19;
03 Creche PAR –FNDE	437.196,93;
04-Francisco Gabriel Macagnan –Contrato CHOAB e Prefeitura	111.114,53;
05-Leocir Gemelli -Contrato CHOAB e Prefeitura	37.784,28;
06-Gilmar Vieira – Contrato COHAB e Prefeitura	87.058,36;
07- FUNDOSOCIAL – PAR ICMS	233.946,11;
08- FUNDOSOCIAL – cota parte do FUNDEB	77.965,35.

Os restos a pagar não processados foram inscritos com base nos saldos credores de empenhos não liquidados em 31 de dezembro/2019 registrados como despesas nos termos dos art. 36 e 103 § Único, da Lei nº 4.320/64 e ainda atendendo os preceitos do Artigo 42 da Lei Complementar nº 101/ de 04/05/2000.

A Entidade utilizou em seu orçamento como “recursos de exercícios anteriores” o valor de R\$ 5.091.414,17 dos 5.529.836,48 apurado em 2018 nas seguintes fontes:

Fonte 086 – Educação .....	69.276,71;
Fonte 679-Superávit Próprios.....	3.858.540,57;
Fonte 644- Habitação .....	1.681,71;
Fonte 17- COSIP.....	2.449,20;
Fonte 54 – Conv.Polícia Militar- Trânsito.....	672,01;
Fonte 55 – Cov.Polícia Civil–Trânsito.....	73.429,94;
Fonte 56 – Conv.Trânsito – Prefeitura.....	788.684,17;
Fonte 87 – Rec.Saúde.....	9.737,00;
Fonte 89 – Alienação de Bens.....	520,42;
Fonte 92- Recursos FUNDEB.....	104.350,67;
Fonte 109 – Convênios .....	82.646,73;
Fonte 211 – Convênio CASAN.....	512.003,81;
Fonte 708- Recursos F.Meio Ambiente.....	14.765,29;
Fonte 736- FEP.....	11.078,25;
Sendo que as fontes : 083- Operações de Crédito apresentou em 31/12/2018 saldo (-) 2.200.00,00	
142 Transf.FNDE	(-) 504.427,60
109- Convênios	(-) 404.429,71
Restando um saldo do superávit financeiro de 438.422,51 .	

## CONCLUSÃO

Foram ressaltadas neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária Financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Água Doce, 31 de Dezembro de 2019

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO  
 Contadora – CRC/SC 022069/O-8  
 CPF – 845.795.799-68

**NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO 13- PREFEITURA**

Publicação Nº 2354521

**PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA DOCE – EXERCÍCIO DE 2018**

As demonstrações contábeis contemplam as contas do Município de Água Doce - SC referente exercício de 2018. O Balanço anual do Município, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pela Prefeitura Municipal de Água Doce, representando os poderes do município, e objetivo cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Lei 4.320 de 17/03/1964 com as MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeiro e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e compras, gestão tributária e ainda com apropriação de informações da gestão do patrimônio e gestão de frotas.

**Anexo 13 da Lei nº 4.320/64 - Balanço Financeiro**

A Entidade Prefeitura Municipal de Água Doce utiliza do modelo de Anexo 13 da Portaria nº 438. As retenções são registradas no momento da liquidação.

As Transferências Financeiras do Executivo Municipal para Fundos Municipais e Câmara Municipal atingiram, no exercício de 2018, o montante de 7.049.820,91 Transferências Concedidas, e 429.351,99 Transferências Recebidas.

Ao final do exercício a Câmara Municipal devolveu 429.351,99 do adiantamento de duodécimo do exercício de 2018.

O balanço Financeiro mostra uma disponibilidade financeira em 31 de dezembro de 2018 no Valor de 6.042.560,43

**CONCLUSÃO**

Foram ressaltadas neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária Financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Água Doce, 31 de Dezembro de 2019

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO  
Contadora – CRC/SC 022069/O-8  
CPF – 845.795.799-68



**NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO 14- PREFEITURA**

Publicação Nº 2354524

**PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA DOCE – EXERCÍCIO DE 2018**

As demonstrações contábeis contemplam as contas do Município de Água Doce - SC referente exercício de 2018. O Balanço anual do Município, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pela Prefeitura Municipal de Água Doce, representando os poderes do município, e objetivo cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Lei 4.320 de 17/03/1964 com as MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeiro e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e compras, gestão tributária e ainda com apropriação de informações da gestão do patrimônio e gestão de frotas.

**Anexo 14 da Lei nº 4.320/64- Balanço Patrimonial**

Os créditos a curto e longo prazo foram registrados conforme o princípio da competência no exercício sendo registrados 2.526.602,59 a curto prazo e 440.327,75 a longo prazo.

O saldo do almoxarifado em 2.019 foi de 136.664,76 conforme informações repassadas pelo Departamento de Almoxarifado, sendo que nesse exercício de 2.019 iniciou o controle formal em virtude do processo de criação do cargo de auxiliar de almoxarifado, realização do concurso público, implantação do sistema de estoques e capacitação do funcionário.

No exercício foi realizado o inventário patrimonial, por comissão inventariante.

Foram registradas as depreciações do imobilizado.

Os bens recebidos em doação foram autorizados por Leis Municipais.

As baixas de bens foram autorizadas por Leis Municipais.

Os reconhecimentos por competência dos passivos relativos à gratificação natalina, férias, foram estimadas pelo Departamento de Recursos Humanos.

A destinação de recursos por fontes totaliza em 2.823.389,62 sendo que as fontes de recursos sem disponibilidade financeira são os das fontes: **83 de Operações de Créditos** 358.662,94, da **37 – Outras Transferências por Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação** 212.369,13 seus valores registrados no Ativo como direitos a receber.

A implantação da Portaria STN nº 548/2015 contemplou itens 3-4-11 respeitando os prazos para demais itens.



## CONCLUSÃO

Foram ressaltadas neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária Financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Água Doce, 31 de Dezembro de 2019

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTO  
Contadora – CRC/SC 022069/O-8  
CPF – 845.795.799-68

**NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO 15- PREFEITURA**

Publicação Nº 2354525

**PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA DOCE – EXERCÍCIO DE 2019**

As demonstrações contábeis contemplam as contas do Município de Água Doce - SC referente exercício de 2019. O Balanço anual do Município, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pela Prefeitura Municipal de Água Doce, representando os poderes do município, e objetivo cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Lei 4.320 de 17/03/1964 com as MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeiro e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e compras, gestão tributária e ainda com apropriação de informações da gestão do patrimônio e gestão de frotas.

**Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais**

As alterações sofridas pelo Patrimônio podem ser assim traduzidas : Variações Patrimoniais Aumentativas – 40.697.562,51; Variações Patrimoniais Diminutivas – 40.424.254,57 obtendo Resultado Patrimonial 273.307,94

**CONCLUSÃO**

Foram ressaltadas neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária Financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Água Doce, 31 de Dezembro de 2019

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO  
Contadora – CRC/SC 022069/O-8  
CPF – 845.795.799-68

**NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO 18- PREFEITURA**

Publicação Nº 2354523

**PREFEITURA MUNICIPAL ÁGUA DOCE – EXERCÍCIO DE 2019**

As demonstrações contábeis contemplam as contas do Município de Água Doce - SC referente exercício de 2019. O Balanço anual do Município, constitui-se na prestação de contas das ações governamentais, desenvolvidas a cada exercício financeiro pela Prefeitura Municipal de Água Doce, representando os poderes do município, e objetivo cumprir os dispositivos legais contidos na Constituição Federal, Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) Lei 4.320 de 17/03/1964 com as MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional. O município dispõe e utiliza um sistema informatizado de gestão orçamentário, financeiro e patrimonial denominado SAPO – Sistema Administrativo Público Orçamentário, integrado a outros sistemas informatizados de gestão de recursos humanos, gestão de materiais e compras, gestão tributária e ainda com apropriação de informações da gestão do patrimônio e gestão de frotas.

**Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Os ingressos operacionais atingiram o montante de 130.956.913,49 e os desembolsos operacionais montante de 120.698.600,21 obtendo um fluxo de caixa líquido das atividades operacionais de 2.268.313,28.

O fluxo de caixa das atividades de investimento teve ingresso de 183.350,00, o desembolsos no valor de 7.213.408,77.

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimentos -7.125.058,77.

O fluxo de caixa das atividades de Financiamento teve ingressos valor de 3.336.010,07 sendo Operações de Créditos 2.511.337,06, transferências de capital recebidas 824.673,01 e desembolsos no valor de 405.128,85 gerando um fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento de 2.930.881,22.

**CONCLUSÃO**

Foram ressaltadas neste relatório os principais aspectos da Gestão Orçamentária Financeira e Econômica do exercício de 2019, permanecendo este órgão ao inteiro dispor para prestar os esclarecimentos que por ventura se fizerem necessários.

Água Doce, 31 de Dezembro de 2019

JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO  
Contadora – CRC/SC 022069/O-8  
CPF – 845.795.799-68

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### EDITAL DE 8º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Publicação Nº 2355474

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855  
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

EDITAL DE 8º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 8º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de: Técnico em Enfermagem, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 17 de Fevereiro de 2020

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ  
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Dos candidatos convocados:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM  
HORÁRIO: 09:00 hs

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
1829954	Ivete Aparecida Sales dos santos	2º
1820778	Delesia dos santos	3º

Águas de Chapecó, 13 de Fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 109, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355414

PORTARIA Nº 109/2020 De 13 de fevereiro de 2020	CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, ELIZIANI TELES, PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA MAG II, EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso XI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Lei nº 033/2012 e Processo Seletivo Edital nº 002/2018, e demais disposições legais vigentes, e justificativas da Secretaria;	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. ELIZIANI TELES, para o cargo de Professora MAG II, Educação Infantil, 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, exercendo suas atividades no E.M Professora Veneranda G. R. Soldatelli.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 13 de fevereiro 2020 a 08 de janeiro de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 13 de fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Contrata servidora para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal n.º 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo Nº 002/2018, e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e ELIZIANE TELES, brasileira, solteira, portadora do RG 5.372.311 SSP/SC e do CPF 080.515.129-01, residente na Rua do Comércio, 145, Centro, Planalto Alegre/SC, doravante denominada CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, da servidora acima qualificada, aprovada em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Professora MAG II, Educação Infantil 20 (vinte) horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

##### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó, Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

##### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

##### CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

##### CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

##### CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

O presente Contrato terá a duração de 13 de Fevereiro de 2020 até 08 de janeiro de 2021, podendo ser renovado conforme Processo Seletivo nº 002/2018, dispositivos da Lei Municipal N.º 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

##### CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

##### CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

##### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

##### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

##### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 13 de fevereiro de 2020.

ELIZIANE TELES LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Servidora Prefeito Municipal

Testemunhas:

**PORTARIA Nº 110, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355419

PORTARIA Nº 110/2020  
De 13 de fevereiro de 2020

CONTRATA, NOS TERMOS DA LEI, HERMES LUIZ PORTELA, PARA EXERCER O CARGO DE AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o inciso I do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso I do Art. 18 da Lei Orgânica Municipal, Art. 2º, inciso VI da Lei Municipal nº 1.586/2007, Processo Seletivo Edital nº 002/2019, demais disposições legais vigentes e justificativa da Secretaria;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica contratado o Sr. HERMES LUIZ PORTELA, para o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, exercendo suas funções no Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - O período de vigência do contrato é de 13 de fevereiro de 2020 a 12 de fevereiro de 2021.

Art. 3º - Fica-lhe assegurado o direito de perceber o vencimento atribuído ao cargo, fixado em Lei Municipal.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 13 de fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO**

Contrata servidor para atender necessidade temporária de excepcional interesse público.

Em cumprimento a Lei Municipal nº 1.586/2007, Edital de Processo Seletivo nº 002/2019 e justificativa da Secretaria, a Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó-SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.804.212/0001-96, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, LEONIR ANTÔNIO HENTGES, doravante denominado CONTRATANTE e HERMES LUIZ PORTELA, brasileiro, solteiro, portador do RG 5.104.962 SSP/SC e do CPF 049.012.569-71, residente na Rua Canoinhas, 280, Centro, Águas de Chapecó /SC, doravante denominado CONTRATADO, resolvem de comum acordo celebrar o presente Contrato, obedecendo as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

Tem por objeto o presente, a contratação por prazo determinado, do servidor acima qualificado, aprovado em Processo Seletivo, para desempenhar as atribuições do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, 40 (quarenta) horas semanais, para atuar junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, exercendo suas funções no Departamento de Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DISCIPLINAR:**

A Contratante e o (a) CONTRATADO (a) sujeitam-se ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Águas de Chapecó e Lei Municipal Nº 1.586/2007, e quando omissa a legislação local, à Constituição federal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME:**

A relação de emprego entre a Contratante e o(a) CONTRATADO(a), reger-se-á pelo regime Jurídico Estatutário, conforme disposto no Art. 39 da Constituição Federal. O(a) contratado(a) nos termos da legislação supracitada e por este contrato é segurado obrigatório do Regime Previdenciário: Regime Geral Previdenciário Social.

**CLÁUSULA QUARTA – DO HORÁRIO DE TRABALHO:**

O contrato cumprirá o horário estabelecido pela chefia imediata, compreendendo uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RETRIBUIÇÃO FINANCEIRA:**

Pela prestação dos serviços, a Contratante pagará a(o) Contratado(a) o valor correspondente ao cargo contratado, em conformidade com a legislação municipal vigente.

**CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O presente Contrato terá a duração de 01 (um) ano, a contar da data de 13 de fevereiro de 2020 até 12 de fevereiro de 2021, podendo ser renovado conforme os dispositivos da Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais legislação pertinente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO TEMPO DE SERVIÇO:**

A Contratante, a pedido do(a) CONTRATADO(a), fornecerá certidão de tempo de serviço, em cumprimento a Constituição Federal.

**CLÁUSULA OITAVA – DA REVOGAÇÃO:**

Esse Contrato deixará de vigorar, sempre que Lei ou disposições em contrário determinar, quitando-se as partes, pelos seus respectivos

direitos, até a data de sua revogação, cessando seus efeitos.

Parágrafo Único – A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada pelo mesmo com a antecedência mínima de trinta dias.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES:

O descumprimento do estipulado neste Contrato Administrativo, autoriza a parte ofendida a distratá-lo e sujeita o infrator a responsabilidade civil, penal, administrativa e demais disposições estatutárias pertinentes e correlatas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:

Para dirimir quaisquer dúvidas jurídicas resultantes deste Termo de Contrato Administrativo, fica eleito o Foro da Comarca de São Carlos, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os Contratantes declaram o perfeito conhecimento e compreensão de todas as cláusulas e condições do presente Termo de Contrato Administrativo, que leram, entenderam e o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

Águas de Chapecó-SC, 13 de fevereiro de 2020.

HERMES LUIZ PORTELA LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Servidor Prefeito Municipal

Testemunhas:

### PORTARIA Nº 111, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355431

PORTARIA Nº 111/2020 De 13 de Fevereiro de 2020	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;	

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido da própria servidora, em 13 de fevereiro de 2020, o contrato de trabalho da Servidora CLEIDE MARIA BERGER, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição da mesma, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 13 de Fevereiro de 2020

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**PORTARIA Nº 112, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355440

PORTARIA Nº 112/2020  
De 13 de Fevereiro de 2020

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 003/2001 e nº 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica exonerado, em 13 de fevereiro de 2020, o Servidor GUILHERME ZANELLA CASARIN, do cargo em comissão de Assessor de Planejamento, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, percebendo o vencimento constante no nível CC-04 do Anexo II do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que dispõe sobre Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 13 de Fevereiro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.



# Águas Mornas

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 015/2020 FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

Publicação Nº 2356085

DECRETO N.º 015/2020

FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO DE QUE TRATA O ARTIGO 167, INCISO VI, DA CF/88.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º da Lei n.º 958/2019 de 06/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, VI, da CF/88, a dotação abaixo identificada:

#### 12. SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
12.01.27.812.0003.2019	Incentivo ao Esporte Amador	1.000,00
ANULA		
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	1.000,00
SUPLEMENTA		
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	1.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 13 de fevereiro de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos treze dias no mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO N.º 016/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE.

Publicação Nº 2356087

DECRETO N.º 016/2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, II, da Lei n.º 955/2019 de 06/11/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 170.059,70 (cento e setenta mil, cinquenta e nove reais e setenta centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, a seguinte dotação:

#### 13. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
13.01.20.606.0007.1049	Aquisição de Equipamentos Agrícolas	170.059,70
4.4.90.00/0.3.71.000213	Investimentos	170.059,70

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 13 de fevereiro de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos treze dias no mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**DECRETO N.º 017/2020 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.**

Publicação Nº 2356091

DECRETO N.º 017/2020  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE.

OMERO PRIM, Prefeito Municipal de Águas Mornas, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32, I, da Lei n.º 955/2019 de 06/11/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no corrente exercício financeiro, no total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por conta do excesso de arrecadação na fonte de recurso 0.1.71.000015 a seguinte dotação:

**04. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0601.15.451.0006.1043	Pavimentação de Ruas e Passeios	100.000,00
4.4.90.00/0.1.71.000015	Investimentos	100.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Águas Mornas, 13 de fevereiro de 2020.

Omero Prim  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado aos treze dias no mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

Toni Vidal Jochem  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### DECRETO 2961 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355265

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMAN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.108,73 (dezesesse mil, cento e oito reais e setenta e três centavos), nas seguintes ações orçamentárias:

2000	GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO
2001	Gerência de Administração
6	SEGURANÇA PÚBLICA
181	Policimento
5	Segurança Pública a População
2.10	Ações de Segurança no Trânsito
3	DESPESAS DE CAPITAL
3.3	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00.00.3.0190	Aplicações Diretas
	R\$ 16.108,73

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2019, no vínculo abaixo:

"0.1.0100" – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 28 de janeiro de 2020.

CATIA TESSMAN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas Publicações

### DECRETO 2962 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355267

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos do art. 5º, Letra "C", da Lei Municipal nº 801, de 12 de dezembro de 2019

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentárias;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 46.868,86 (quarenta e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais, oitenta e seis centavos), na seguinte ação orçamentária:

7000	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
7001	Fundo Municipal de Saúde
10	Saúde
301	Atenção Básica

34	Atendimento Eq-itativo e Universalizado
2.100	Atividades e Serviços do NASF
3	DESPESAS DE CAPITAL
3.1	Pessoal e Encargos Sociais
3.1.90.00.00.3.0471	Aplicações Diretas
	R\$ 46.868,86

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior serão utilizados recursos decorrentes do:

Superávit do exercício de 2019, no vínculo abaixo:

a) "0.1.0371" - Rec. Vinculado a Saúde - NASF - ESTADO.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável Pelas Publicações

**PORTARIA 027 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355263

1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA  
PORTARIA Nº 027, de 11 de fevereiro de 2020.****PROGRESSÃO FUNCIONAL POR INTERESSE DE QUALIFICAÇÃO AOS  
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, TITULARES DE CARGO DE PROVIMENTO  
EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**CATIA TESSMANN REICHERT**, Prefeita  
Municipal de Alto Bela Vista, no uso das  
atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

**Considerando** as disposições do capítulo V, Par. 4º e seguintes do artigo 14 e artigo 15 da Lei Complementar nº 012 de 10 de janeiro de 2005, que “Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais”;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Conceder aos servidores Públicos Municipais abaixo identificados, Progressão por interesse de qualificação;

MAT.	SERVIDORES	HORAS	REF.
481	Vanda Marise Lautert	Deferir 312 horas pelo requerimento prot. Nº 149/2013. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020 e 112 horas usadas em anos posteriores. Deferir 120 horas pelo requerimento prot. Nº 259/2014, que serão usadas em anos posteriores. Deferir 102 horas pelo requerimento prot. Nº 240/2016, que serão usadas em anos posteriores.	00
34	Ilizandra Brito Dahmer	Deferir 570 horas pelo requerimento prot. Nº 242/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 75 horas em 2019, restando 415 horas que serão usadas em anos posteriores. Deferir 176 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 260/2015. Sendo usadas em anos posteriores. Deferir 174 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 243/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2017 e o restante em anos posteriores.	00
614	Ilizandra Brito Dahmer	Deferir 450 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 22/2016. Sendo usadas 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 130 horas em anos posteriores. Deferir 174 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 243/2016. Sendo aproveitadas em anos posteriores.	00
334	Elisane da Costa Alves	Deferir 300 horas pelo requerimento prot. Nº 261/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2015, 55 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 125 horas para anos posteriores.	00
344	Vania Marilde Lautert	Deferir 340 horas pelo requerimento prot. Nº 272/2015. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 20 horas que serão usadas em anos posteriores. Deferir 102 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 242/2016. Sendo 112 horas que serão usadas em anos posteriores.	00
345	Jussara Rettore Rekshaue	Deferir 537 horas pelo requerimento prot. Nº 109/2013. Sendo que serão utilizados 60 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 117 horas para anos posteriores.	00

Rua do Comércio, 1015- Centro- Fone/Fax: (49) 3455.9022. CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

**PORTARIA Nº 027, de 11 de fevereiro de 2020.**

607	Jussara Rettore Rekshause	Deferir 418 horas pelo requerimento prot. Nº 30/2016. Sendo que serão utilizados 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 18 horas para anos posteriores.	00
333	Danieli G. Gonçalves	Deferir 173 horas pelo requerimento prot. Nº 162/2013. Sendo que serão utilizadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, restando 13 horas que serão aproveitadas em anos posteriores. Curso: Alfabetização na Escola Inclusiva, desenvolvido pela Agência de Capacitação Educacional – ACAPED, realizado no ano de 2014, com duração de 260 horas que serão utilizadas em anos posteriores.	00
491	Fabiana Regina Roth	Deferir 625 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 141/2013. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2013, 80 horas em 2014, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 65 horas que serão aproveitadas em anos posteriores. Deferir 340 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 256/2014. Sendo que foram aproveitadas 80hs em 2015 e 260 horas restantes serão usadas em anos posteriores. Aferir Curso à Distância em Educação Ambiental: a perda da biodiversidade com carga horária de 240 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Aferir Curso de Formação continuada: diversidades, Educação Ambiental no Currículo da Educação básica: Princípios Educativos da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, com carga horária de 40 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Aferir Curso à Distância em Violência no Cotidiano Escolar, com carga horária de 60 horas. Sendo usadas em anos posteriores. Deferir 200 horas pelo requerimento prot. Nº 236/2016, que serão usadas em anos posteriores.	00
499	Vanda Bourckhardt Gastmann	Deferir 500 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 185 /2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 20 horas que serão aproveitadas em anos posteriores. Deferir 905 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 317 /2018. Sendo aproveitadas em anos posteriores.	00
606	Vanda Bourckhardt Gastmann	Deferir 905 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 317 /2018. Sendo aproveitadas 80 horas em 2019, restando 825 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
581	Alessandra Manfé	Deferir 1.330 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 221/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 850 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
489	Lilian Schwingel	Deferir 1.840 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 324/2015. Sendo aproveitadas 59 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 1.461 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
490	Claudete Langner	Deferir 1.800 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 034/2014. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2014, 80 horas em 2015, 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 1.240 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
473	Ivone Aparecida G. Horn	Deferir 280 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 1/2016. Sendo que foram aproveitadas 51 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 40 horas em 2019, restando 29 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
475	Ana Paula Gonçalves da Silva	Deferir 300 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 043/2016. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 20 horas em 2020. Deferir 300 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 184/2018. Sendo que foram aproveitadas 60 horas em 2020, restando 240 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
503	Bibiane A. da Rosa Arruda	Deferir 534 horas pelo requerimento prot. Nº 114/2015. Sendo que foram	00

Rua do Comércio, 1015- Centro- Fone/Fax: (49) 3455.9022. CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista/SC

3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

**PORTARIA Nº 027, de 11 de fevereiro de 2020.**

		aproveitadas 64 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 70 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	
588	Sidnei Cancelli	Deferir 1.439 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 175/2015. Sendo aproveitadas 80 horas em 2015, 80 horas para 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 959 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
567	Ana Paula Pereira da Silva	Deferir 1.800 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 048/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020 restando 1.400 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
377/605	Gisele Koller Bianqui Castro	Deferir 240 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 323/2018. Sendo que foram aproveitadas 53 horas em 2018, 80 horas em 2020, restando 107 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
539	Marcelo Contessotto	Deferir 1050 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 195 /2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 650 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
646	Marcos Finger	Deferir 348 horas de curso. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 28 horas em 2020. Deferir 320 horas de curso pelo requerimento prot. Nº 191/2017. Sendo serão aproveitadas 52 horas em 2020, restando 268 que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
121	Cleide Maria Nilson Bourckhardt	Deferir 240 horas do Curso a distância em Educação Infantil: O brincar no desenvolvimento Integral da criança. Sendo aproveitadas 80 horas em 2019, restando 160 horas para anos posteriores. Deferir 300 horas de Curso a distância em Educação Especial: transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade. Sendo aproveitadas em anos posteriores. Deferir 120 horas de Curso de formação continuada em Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICS. Sendo aproveitadas em anos posteriores. Deferir 150 horas de Curso a distância em Dificuldades de aprendizagem: um desafio para o professor - módulo I. Sendo aproveitadas em anos posteriores. Deferir 150 horas de Curso a distância em Dificuldades de aprendizagem: um desafio para o professor - módulo II. Deferir 60 horas do Curso Básico em Libras.	00
485	Francarlo Gouvea	Deferir 510 horas pelo requerimento prot. Nº 005/2016. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2016, 80 horas em 2017, 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 110 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
526	Marcia Paulina Freisleben Burget	Deferir 361 horas pelo requerimento prot. Nº 318/2018. Sendo que foram aproveitadas 52 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 229 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
739	Valderlei Cadore	Deferir 282 horas pelo requerimento prot. Nº 150/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 42 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
736	Marcos Rogério Burget	Deferir 609 horas pelo requerimento prot. Nº 353/2018. Sendo que foram aproveitadas 20 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 509 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
742	Maikel Cristiano Hoffmann	Deferir 550 horas pelo requerimento prot. Nº 141/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 310 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
748	Jacqueline Milena de Borba Weirich	Deferir 431 horas pelo requerimento prot. Nº 144/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 191 horas que serão usadas em anos posteriores.	00
745	Fabiola Prudente Sprigico	Deferir 211 horas pelo requerimento prot. Nº 131/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 11 horas em 2020. (fevereiro em diante).	00

Rua do Comércio, 1015- Centro- Fone/Fax: (49) 3455.9022. CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**

**PORTARIA Nº 027, de 11 de fevereiro de 2020.**

		Deferir 170 horas pelo requerimento protocolado sob o nº 026/2020. Sendo que foram aproveitadas 29 horas em 2020 (fevereiro em diante), restando 141 horas que serão usadas em anos posteriores.	
747	Vinícius Fazolo	Deferir 162 horas pelo requerimento prot. Nº 333/2018. Sendo que foram aproveitadas 40 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 2 horas em 2020 (fevereiro em diante). Deferir 60 horas pelo requerimento protocolado sob o nº 0538/2019. Sendo que foram aproveitadas 38 horas em 2020 (fevereiro em diante), restando 22 horas que serão usadas em anos posteriores.	00
743	Volmar Detoni	Deferir 196 horas pelo requerimento prot. Nº 147/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019 e 36 horas serão usadas em anos posteriores.	00
749	Eduarda Júlia Nicolli Miotto	Deferir 317 horas pelo requerimento prot. Nº 149/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 77 horas serão usadas em anos posteriores.	00
735	André Fischer	Deferir 248 horas pelo requerimento prot. Nº 153/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 8 horas que serão usadas em anos posteriores.	00
751	Raul Esperança Voss	Deferir 248 horas pelo requerimento prot. Nº 161 /2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020.	00
753	Juriela Nissola de Simas	Deferir 2.126 horas pelo requerimento prot. Nº 165 /2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 1.886 horas que serão usadas em anos posteriores.	00
746	Camila Seibt de Oliveira	Deferir 302 horas pelo requerimento prot. Nº 179/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020. restando 62 horas que serão usadas em anos posteriores. Deferir 92 horas de cursos pelo requerimento protocolado sob o nº 043/2020, que serão utilizados em anos posteriores.	00
134	Danival Ramiro Ribeiro	Deferir 692 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 183/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 452 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
751	Eunice Henn Detoni	Deferir 161 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 190/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, restando 01 hora que será aproveitada em anos posteriores.	00
741	Guilherme Vargas	Deferir 378 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 234/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 318 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
135	Jaqueline Raquel Schneider Iffert	Deferir 1.891 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 280/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 80 horas em 2020, restando 1.651 horas que serão aproveitadas em anos posteriores.	00
107	Nasser Kartabil	Deferir 370 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 347/2018. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2018, 80 horas em 2019, 40 horas em 2020, restando 170 horas para anos posteriores.	00
340	ROSELI BOURCKHARDT HOFFMANN	Deferir 240 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 024/2020. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2020 (fevereiro em diante) restando 160 horas para anos posteriores.	00
787	ALICE KOPPE	Deferir 240 horas de cursos pelo requerimento prot. Nº 026/2020. Sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2020 (fevereiro em diante) restando 160 horas para anos posteriores.	00
755	NATALIA CRISTINA ZONTA	Deferir 115 horas de cursos pelo requerimento protocolado sob o nº 051/2020, sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2020(fevereiro em diante), restando 35 horas para anos posteriores.	02
494	NADIA ELIANI FISCHER RECH	Deferir 240 horas de cursos pelo requerimento protocolado sob o nº 044/2020, sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2020 (fevereiro em diante), restando 160 horas para anos posteriores.	02
335	LAURI FISCHER	Deferir 80 horas de cursos pelo requerimento protocolado sob o nº 053/2020, sendo que foram aproveitadas 80 horas em 2020 (fevereiro em diante).	02

Rua do Comércio, 1015- Centro- Fone/Fax: (49) 3455.9022. CEP: 89.730-000- Alto Bela Vista/SC





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA**  
**PORTARIA Nº 027, de 11 de fevereiro de 2020.**

**Art. 2º** - Serão contadas apenas quarenta (40) ou oitenta (80) horas, segundo o dispositivo no Par. 6º do Art.14 da Lei Complementar 012, de 10 de janeiro de 2005, sendo as horas excedentes aproveitadas para fins da referida progressão em anos posteriores.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

**Art. 4º** - Esta Portaria retroage seus efeitos a 1º de fevereiro de 2020, revogando as disposições em contrário

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 11 de fevereiro de 2020.

**CATIA TESSMANN REICHERT**

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**ADRIANA KOLLER**

Responsável pelas publicações

**PORTARIA 028 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354474

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, TITULAR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Catia Tessmann Reichert, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; e

Considerando as disposições do capítulo VI, artigo 15º, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005, que "Dispõe sobre o Plano de Carreira, Cargos e Vencimento e Seção VI, Subseção II, artigo n.º 15, III, Letra "a";

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido adicional a Sra. CAMILA SEIBT DE OLIVEIRA, Matrícula 746, no cargo efetivo de PISICOLOGA 40 HORAS pela PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU- MEDIAÇÃO DE CONFLITOS COM ÊNFASE EM FAMÍLIA, promovido pela Faculdade Internacional Signorelli, realizado no período de 05 de abril a 05 de novembro de 2019, perfazendo 450 horas, correspondendo a 5 (cinco) referências.

I. As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

II. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 11 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas publicações

**PORTARIA 029 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354491

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar servidor Público Municipal SIDNEI CANCELLI, ocupante de cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, matrícula nº 588, lotado na Gerência de Saúde, a pedido do servidor por requerimento, conforme protocolo nº 063/2020 de 10/02/2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista, em 11 de fevereiro de 2020.

CATIA TESSMANN REICHERT  
Prefeita Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER  
Responsável pelas publicações

# Anchieta

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA 011/2020 - PM

Publicação Nº 2354805

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO DE DISPENSA – DISPENSA 011/2020 – PROCESSO 038/2020

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna a público, de acordo com a Lei 8.666/93 e posteriores alterações, que realizou Dispensa, para: Contratação de duas pessoas para assessoria para curso de gastronomia saudável a ser realizado nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2020, no período matutino das 7:30 horas às 11:30 horas, no período vespertino das 13:00 às 17:00 horas, sendo 16 horas de curso para cada uma das assessorias.

Realização de curso de gastronomia saudável para merendeiras e nutricionista da Rede Municipal de Ensino de Anchieta, com a confecção de pratos e lanches envolvendo alimentos integrais e plantas.

Fundamento Legal Art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Contratada: MÁRCIA DOS SANTOS.

Valor R\$: 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais).

Contratada: GEMA POMPERMAYER SCHENKEL.

Valor R\$: 750,00 (Setecentos e Cinquenta Reais).

Valor Total R\$: 1.500,00 (Um Mil e Quinhentos Reais).

Anchieta, 12 de Fevereiro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

# Angelina

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 015/2020

Publicação Nº 2354274

CONTRATO Nº: 015/2020

CONTATANTE: Município de Angelina

CNPJ nº 82.951.195/0001-10

CONTATADA: Panificadora Odimar Ltda. – ME

CNPJ nº 32.556.224/0001-70

OBJETO: Aquisição de pães para merenda escolar para rede municipal de ensino

VALOR: R\$ 21.700,20 (vinte e um mil e setecentos reais e vinte centavos)

DATA: 10/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO nº 004/2020

### EDITAL CMDCA Nº 001/2020 - INSCRITOS APTOS

Publicação Nº 2355208

Edital CMDCA Nº 001/2020

“EDITAL DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ANGELINA – ELEIÇÕES UNIFICADAS - 2020”.

Dispõe sobre a Publicação e Publicidade da lista dos candidatos aptos a participar da capacitação e prova inerente ao processo eleitoral de escolha dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Angelina.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE ANGELINA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no Item 6, subitem 6.7, do Edital de referência, informa e comunica que os seguintes munícipes/candidatos se inscreveram e estão aptos a participar da capacitação e prova inerente ao processo eleitoral de escolha suplementar dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Angelina:

Número da Inscrição Nome do Candidato/Inscrito/Apto

01 Maria Lucia Alves Siqueira Rempp

02 Cristina Moenster Eli

03 Pablo Luiz Machado

04 Adriana Petry

05 Aline K-ster Silveiro

06 Ianeglê Evelize Chiesa

07 Adriano José Araújo

CIENTIFICA/NOTIFICA, nos termos do disposto no Item 6, subitem 6.8, do Edital de referência, os candidatos/inscritos/aptos que a capacitação ocorrerá no dia 15 (quinze) de fevereiro de 2020, na sede da GRANFPOLIS – Associação dos Municípios da Grande Florianópolis – com endereço à Rua Cândido Ramos, 250 - Capoeiras, Florianópolis – SC, das 13:30 às 17:30 horas, sendo o transporte para o deslocamento Prefeitura/GRANFPOLIS/Prefeitura fornecido pelo CMDCA.

CIENTIFICA/NOTIFICA também, nos termos do disposto no subitem 6.9, do Edital de referência, os candidatos/inscritos/aptos que a prova prática, sobre conhecimentos relacionados aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes/Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e dos Adolescentes/Informática Básica, na qual o candidato deve obter a nota mínima de 6 (seis), será realizada no dia 16 (dezesesseis) de fevereiro de 2020, das 09:00 às 12:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de Angelina.

Angelina, 07 de fevereiro de 2020

José Valmir Schmitt  
Presidente do CMDCA

**HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020**

Publicação Nº 2354255

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Prefeito Municipal, Senhor Gilberto Orlando Dorigon, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pelas Leis nº 8.666, 10.520 e alterações posteriores, à vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e Comissão de Apoio, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Licitatório nº 004/2020
- b) Modalidade: Pregão Presencial
- c) Tipo: Menor Preço Global
- d) Data da Homologação: 10/02/2020
- e) Data da Adjudicação: 10/02/2020
- f) Objeto da Licitação: Aquisição de pães para merenda escolar para a rede municipal de ensino
- i) Proponente vencedor: Panificadora Odimar Ltda. - EPP (CNPJ nº 32.556.224/0001-70)
- j) Valor do lote: 21.700,20 (vinte e um mil e setecentos reais e vinte centavos)

Angelina/SC, 10 de fevereiro de 2020.

Gilberto Orlando Dorigon  
Prefeito Municipal

# Anita Garibaldi

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020

Publicação Nº 2354462

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível fornecimento de gêneros alimentícios destinados a preparação de ALMOÇOS E LANCHES, a serem servidos em eventos promovidos pela Secretaria de Educação, de Assistência e Social, Fundo Municipal de Saúde e demais secretarias, conforme relação de itens constantes no Anexo □E□ deste Edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h00 do dia 25/02/2020.

Abertura: às 13h30 do dia 25/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 12 de Fevereiro de 2020.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2020

Publicação Nº 2354608

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de SERVIÇO DE ARBITRAGEM para Campeonatos realizados pela Secretaria de CME municipal, conforme especificações constantes no anexo "e" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 13h00 do dia 26/02/2020.

Abertura: às 13:30h do dia 26/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 12 de Fevereiro de 2020.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

Publicação Nº 2354225

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preço Nº. 001/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução de obra: Construção de Infraestruturas Esportivas, na Rua Aluísio Guimarães, centro nesta cidade.

Tipo: Menor Preço Global dos Item

Recebimento das propostas: até as 13h00 do dia 28/02/2020.

Abertura: às 13h45 do dia 28/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.anitagaribaldi.sc.gov.br](http://www.anitagaribaldi.sc.gov.br), link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 10 de fevereiro de 2020.

João Cidinei da Silva

Prefeito Municipal

# Anitápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA 017/2020

Publicação Nº 2354999

PORTARIA Nº 017/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, Art. 15, Inciso I da Lei Municipal 505/00 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII, artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis, de 16 de dezembro de 2004.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço ao servidor JARBAS SCHREIBER, matrícula nº 775, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, lotado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 11 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 018/2020

Publicação Nº 2355001

PORTARIA Nº 018/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, Art. 15, Inciso I da Lei Municipal 505/00 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII, artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis, de 16 de dezembro de 2004.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço a servidora GEOVANA DE SOUZA ALBINO COELHO, matrícula nº 780, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, lotada na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 11 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 019/2020

Publicação Nº 2355002

PORTARIA Nº 019/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, Art. 15, Inciso I da Lei Municipal 505/00 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII, artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis, de 16 de dezembro de 2004.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço a servidora ADRIANA DE OLIVEIRA NIENCHERT, matrícula nº 779, ocupante do cargo de Servente/Merendeira lotada na Secretaria de Saúde Saneamento e Assistência Social do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 11 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 020/2020**

Publicação Nº 2355004

PORTARIA Nº 020/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e de competência prevista no Capítulo VI, Art. 15, Inciso I da Lei Municipal 505/00 de 28.12.00 e seção II, inciso VIII, artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis, de 16 de dezembro de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional por tempo de serviço ao servidor VANDERLEI DA CRUZ, matrícula nº 774, ocupante do cargo de Operário Braçal, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do quadro permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, passando da Letra D-04 para E-05, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Anitápolis, 11 de fevereiro de 2020.

Laudir Pedro Coelho  
Prefeito Municipal



**Antônio Carlos****PREFEITURA****08ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019**

Publicação Nº 2354512

**08ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir de 13/02/2020 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme abaixo:

MONITOR ESCOLAR		
Class.	Candidato	Inscrição
25º	VANESSA TATIANA DOS SANTOS	0019

Antônio Carlos, 12 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020**

Publicação Nº 2355548

**CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 02/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a partir do dia 13/02/2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

PROFESSOR DE ARTES	
Class.	Candidato
01º	LOURDES BAUMGARTNER DO AMARAL
02º	HELOISA MORAES DA SILVEIRA

Antônio Carlos, 12 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 093/2020**

Publicação Nº 2354548

**PORTARIA Nº 093/2020**

Exonera servidor comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o término do período de Licença Maternidade, bem como do período de férias de Poliana dos Santos Ribeiro de Jesus;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar, ANA PAULA PEREIRA POLLI, ocupante do cargo comissionado de ASSESSOR DE GABINETE, a partir de 13 de fevereiro de 2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de fevereiro de 2020.

**PORTARIA N 094/2020**

Publicação Nº 2354793

PORTARIA Nº 094/2020

Concede férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder férias por 30 dias à servidora LILIAN DINÁ DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, referente ao período aquisitivo de 03/04/2018 a 02/04/2019, no período de 02/03/2020 a 31/03/2020.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de fevereiro de 2020.

**PORTARIA N 095/2020**

Publicação Nº 2355550

PORTARIA Nº 095/2020

Revoga portaria.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a portaria nº 071/2020, publicada no DOM no dia 05/02/2020, que concedia insalubridade ao servidor FÁBIO ALFREDO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo da MOTORISTA.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 12 de fevereiro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria em 13 de fevereiro de 2020.

# Apiuna

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020-PP 13/2020

Publicação Nº 2354340



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMBALAGENS (TIPO SACO) PARA COLETA SELETIVA.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 13/2020, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

#### 1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE EMBALAGENS (TIPO SACO) PARA COLETA SELETIVA, conforme quantitativos e condições a seguir:

191400 - KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	EMBALAGEM PARA COLETA SELETIVA DE MATERIAIS PRODUZIDO EM POLIETILENO DE APARAS INDUSTRIAIS, NO MÍNIMO 0,10 MICRAS, NA COR CINZA ESVERDEADO, SEM ESTAMPA, COM MEDIDAS DE 70X108X0,10 CM,	NAVEPLAST	120	R\$264,0000	R\$ 31.680,00
Total Fornecedor:					R\$ 31.680,00
Total Geral:					R\$ 31.680,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

#### 2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Presencial nº 13/2020 e seus anexos;
- Proposta da(s) Licitante(s).



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE APIUNA  
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

### 3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará de 12/02/2020 até 12/02/2020.

### 4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os Materiais deverão ser fornecidos no prazo de 10 (dez) dias a contar da ordem de compras;

4.2 Deverão os produtos ser entregues mensalmente após a emissão de ordem de compra;

4.3 O local de entrega será:

Ordens emitidas pela **Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente**: Rua Cuiabá, 201, Centro, Apiúna/SC - CEP 89.135-000;

Ordens emitidas pela **Secretaria de Transportes e Obras**: Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC - CEP 89.135-000;

4.4 Os produtos deverão ser novos intactos, sem amassados, danificados, riscados, arranhados ou qualquer outro defeito que possa comprometer a qualidade dos mesmos, respeitando as embalagens primárias e secundárias;

4.5 No ato da entrega do objeto de serviços, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente às quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável;

4.6 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de **05 (Cinco) dias úteis**, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município;

4.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.8 Correrão por conta da contratada todas as despesas de frete, carga, descarga, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, diárias e hospedagem decorrentes da entrega.

### 5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.1.3 O pagamento será feito por depósito na conta de titularidade da licitante cadastrada no banco de dados deste município.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2020 e as respectivas para o exercício de 2021.

Dotação
109.7.1.2076.33390302200000000000.1000000

### 6 REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

**6.1.1 Reajuste de Preços:**

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

**6.1.2 Revisão de preços:**

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

## **7 DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

## **8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

para o Município;

- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

**8.2 Compete a CONTRATANTE:**

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

## **9 DA RESCISÃO DA ATA**

**9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:**

- 9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;
- 9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;
- 9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;
- 9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- 9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;
- 9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;
- 9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- 9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.
- 9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.13.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### **10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 Advertência, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 Multa, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria.

10.2.3 Suspensão de Participação em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE APIUNA**  
**CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16**

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

#### 11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

Apiúna, 12 de fevereiro de 2020.

---

**JOSE GERSON GONCALVES**  
**MUNICÍPIO DE APIÚNA**  
Prefeito de Apiúna  
**CONTRATANTE**

#### EMPRESA:

KLEIN E FILHOS PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA  
ANTONIO GERALDO KLEIN  
Contratada



**DECRETO Nº 3445/2020**

Publicação Nº 2354383

**MUNICÍPIO DE APIÚNA**

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**DECRETO Nº 3445/2020**

De 31/01/2020

**APROVA A INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 020/2020 QUE DISPÕE OS PROCEDIMENTOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM MÁQUINAS, VEÍCULOS E DEMAIS EQUIPAMENTOS PARA PARTICULARES NO MUNICÍPIO DE APIÚNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Complementar Nº 187/2019, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Apiúna:

**DECRETA**

**Art. 1º** - Fica aprovada a Instrução Normativa CGM nº 020/2020, de responsabilidade da Controladoria Municipal, que dispõe sobre os procedimentos na prestação de serviços com máquinas, veículos e demais equipamentos para particulares no Município de Apiúna e da outras providências, fazendo parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** - Caberá à Controladoria do Município prestar orientações às situações não contempladas pela Instrução Normativa CGM nº 020/2020, devendo as mesmas serem de observância obrigatória.

**Parágrafo Único** É de responsabilidades comuns a todos os órgãos da administração direta ou indireta manter a Instrução Normativa à disposição de todos os servidores da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor no dia 1º de Janeiro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 31 de Janeiro de 2020.

**JOSÉ GERSON GONÇALVES**  
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## INSTRUÇÃO NORMATIVA CGM Nº 020/2020

Dispõe sobre os procedimentos na prestação de serviços com máquinas, veículos e demais equipamentos para particulares no Município de Apiúna.

A Controladoria Geral do Município de Apiúna, de acordo com as atribuições que lhe conferem o artigo 4º, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 187/2019, de 13 de março de 2019, artigo 21 do Regimento Interno da CGM, parte integrante do Decreto nº 3224/2019 de 26 de abril de 2019, e,

Considerando a necessidade de fortalecer o controle interno no âmbito do Poder Executivo Municipal;

Considerando a Lei Municipal nº 165/1993 que autoriza a realização de serviços eventuais a terceiros e dá outras providências, e suas alterações;

Considerando o Decreto Municipal número 1861/2013 que regulamenta a Lei n. 165/93 de 01/04/1993 fixando valores para realização de serviços eventuais prestados pelo Município;

Considerando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos expressamente no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

### RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 1º** A presente instrução normativa dispõe sobre os procedimentos que devem ser adotados na prestação dos os serviços executados a terceiros, na forma de execução remunerada, subsidiada ou gratuita prestados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Apiúna.

#### CAPÍTULO II DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

**Art. 2º** O Poder Executivo Municipal através da frota própria ou com terceiros regularmente contratados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com o objetivo de incentivo à produtividade, desenvolvimento social e incremento econômico local aos agricultores, realizara os serviços na forma de execução remunerada, subsidiada

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

ou gratuita, mediante os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, e nos moldes da Lei 165/93 e suas regulamentações.

**Art. 3º** Compete a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente elaborar o planejamento de trabalho da Frota Agropecuária, para realização dos serviços às propriedades particulares, preestabelecendo a sua rota de trabalho nas propriedades em atendimento às demandas de uma comunidade a outra, minimizando o custo dos deslocamentos com retorno de rota e outros transtornos, respeitando a ordem cronológica dos requerimentos por localidade.

§ 1º O prazo máximo para atendimento das solicitações de prestações de serviços particulares será de até 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da homologação do requerimento da solicitação de prestação dos serviços.

§ 2º O prazo no disposto neste artigo poderá ser prorrogado mediante justificativa.

§ 3º Todas as máquinas tanto próprias da frota municipal quanto contratada de terceiros deverão ser equipadas com dispositivos de controle de horas trabalhadas.

## Seção I Do Cadastro

**Art. 4º** Os produtores rurais interessados em receber os serviços na forma de execução remunerada, subsidiada ou gratuita, prestados pela Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, devem possuir ou realizar cadastro junto a secretaria contendo a seguinte documentação:

- I. Matrícula do imóvel, contrato de compra ou contrato de arrendamento/parceria/comodato devidamente registrado em cartório;
- II. Cópia da cédula de identidade civil (RG);
- III. Cópia do cadastro de pessoas físicas (CPF);
- IV. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, emitido pelo setor Tributário do Município;
- V. Declaração de responsabilidade, nos moldes do **Anexo I**;
- VI. Cópia da Certidão Atualizada do Imóvel.

## Seção II Dos Requisitos

**Art. 5º** Para obter o subsídio até o limite fixado que trata a Lei nº 165/1993 e suas alterações, os agricultores deverão possuir Cadastro de Produtor Primário – CPP ativo, e demonstrarem movimentação de Notas Fiscais de Produtor no Município nos últimos 12 (doze) meses com movimentação mínima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) anual.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**§ 1º** Caso o requerente não possua a movimentação de NFP nos valores e períodos, este não será enquadrado como agricultor e seguirá os trâmites da Secretaria de Transporte e Obras.

**§ 2º** Os agricultores do Município de Apiúna aposentados, ficam isentos de comprovar a emissão de notas fiscais, mediante comprovação e autorização do Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

**Art. 6º** Para a formalização do requerimento de solicitação de prestação de serviços e da concessão de incentivos aos agricultores, deverão ser atendidos também os seguintes requisitos:

- I. Que a propriedade onde forem realizados os serviços esteja total ou parcialmente localizada no território do Município de Apiúna;
- II. Que o requerente do serviço seja comprovadamente o proprietário do imóvel ou seu equiparado;
- III. Que o requerente do serviço esteja em dia com os impostos junto a Fazenda Pública de Apiúna;
- IV. Que o requerente do serviço, no caso de subsídio que trata a Lei nº 165/1993 e suas alterações, possua Bloco de Notas de Produtor Rural cadastrado no Município de Apiúna, em situação ativa na forma do artigo 5º;

**Parágrafo único** - No caso de não cumprimento do requisito do inciso IV, o requerente não será enquadrado como agricultor e seguirá os trâmites da Secretaria de Transporte e Obras.

## Seção III Da Verificação Da Inexistência De Débitos

**Art. 7º** No ato da solicitação de qualquer serviço, tanto da frota própria como terceirizados, o servidor responsável pelo preenchimento do requerimento deverá realizar consulta quanto à regularidade municipal do contribuinte, solicitando Certidão Negativa de Débitos Municipais através do Portal do Município na internet ou diretamente com o Setor de Tributos, anexando o comprovante no processo de concessão de horas máquina.

**§ 1º** Sendo apurado qualquer débito deverá ser informado ao solicitante para que proceda a regularização de sua situação para então dar continuidade à solicitação.

**§ 2º** Sendo constatado por qualquer servidor que foram prestados serviços para contribuinte em débito, deverá ser encaminhada comunicação por escrito ao Chefe do Poder Executivo para as medidas administrativas cabíveis.

**§ 3º** No caso de contribuintes que possuem parcelamentos com valores em atraso ou tiveram parcelamentos cancelados por inadimplência, somente serão realizados serviços quando da quitação integral de todos os débitos existentes.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## Seção IV Dos Procedimentos

**Art. 8º** Cumprindo-se os requisitos e inexistências de débitos junto ao Município, os procedimentos para os serviços prestados com veículos, máquinas e equipamentos da Frota Agropecuária Municipal, ou por terceiros regularmente contratados seguirá conforme descrito abaixo:

I. Os interessados no recebimento dos serviços mediante subsídio ou não, deverão comparecer na sede da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, para efetuar o requerimento do serviço, a qual deverá ser preenchida em formulário padrão, nos moldes do **Anexo II** desta normativa, que deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do requerimento
- b) Nome, CPF, e telefone do solicitante;
- c) Endereço onde o serviço deverá ser executado;
- d) Tipo de serviço solicitado;
- e) Quantidade de horas/cargas solicitadas;
- f) Nome do tratorista, no caso de terceirizado;
- g) Justificativa/descrição da necessidade;
- h) Data do requerimento; e
- i) Assinatura do atendente e do solicitante.

II. Após o requerimento, se fará também a emissão de Boleto para o pagamento antecipado, conforme dispõe o Decreto Municipal 2690/2017 e suas alterações, de acordo com a quantidade de horas/cargas solicitadas.

III. Após o pagamento do boleto, o agricultor deverá entregar o comprovante de quitação do boleto à Secretaria, que deverá fazer o lançamento das guias de controle em 03 vias, onde:

- a) Primeira via entregue para o requerente, que posteriormente entregará ao operador/motorista no momento da realização do serviço;
- b) Segunda via fica com o requerente, servindo de comprovante de pagamento assinado pelo servidor público; e
- c) Terceira via fica na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para controle interno.

IV. Os serviços serão agendados pela Secretaria considerando a logística da frota agropecuária ou agendados pelo próprio agricultor diretamente com pessoal terceirizado, mediante disponibilização dos contatos, considerando disponibilidade de tempo, maquinário e pessoal, de acordo com o artigo 3º.

V. No momento da realização dos serviços agendados, o operador receberá a primeira via do requerimento, para posterior cobrança das horas subsidiadas, se for o caso de terceirizado, e anotará em registro próprio nos moldes do **Anexo III** desta Instrução Normativa as seguintes informações:

- a) Número do requerimento;
- b) Nome do operador
- c) Data que o serviço foi executado;
- d) Hora que iniciou e terminou o serviço;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

e) Informações do horímetro/hodômetro da máquina/equipamento referente ao início e fim de cada serviço;

f) O total de horas que foram necessárias para a realização dos serviços; e

g) Assinatura do operador e do requerente.

VI. No final da realização do serviço o operador deverá entregar o requerimento preenchido juntamente com a primeira via da guia de controle à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, que servirá como comprovante de prestação do serviço, para:

a) Conferir se todos os campos estão corretamente e legivelmente preenchidos;

b) Se contém todas as assinaturas (operador/motorista e do solicitante receptor do serviço); e

c) Conferência das horas trabalhadas/subsidiadas para pagamento, e/ou cobrança, se for o caso.

VII. Depois de encerrado todos os trâmites internos, o arquivamento de todos os documentos deverá ser organizado, separados por tipo máquina ou equipamento e em ordem cronológica com fechamento mensal.

§ 1º O vencimento do boleto que trata o inciso III será no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de solicitação.

§ 2º Se houver desistência do requerente quanto à realização dos serviços solicitados, e este não houver realizado o pagamento do boleto, o mesmo deverá solicitar junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente o cancelamento/baixa do boleto emitido.

§ 3º Se houver desistência do requerente quanto à realização dos serviços solicitados, e este houver realizado o pagamento do boleto, o mesmo deverá preencher solicitação para devolução do valor pago junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

**Art. 9º** Na prestação de serviços eventuais a terceiros com máquinas e seus respectivos implementos da Frota Agropecuária Municipal ou por terceiros regularmente contratados, considerando-se que:

I. Quando a prestação de serviços for realizada pela Frota Agropecuária Municipal, o excedente das horas trabalhadas será lançado para cobrança junto ao setor de Tributos Municipal; e,

II. Quando a prestação de serviços for realizada por terceiros, o excedente das horas trabalhadas será de responsabilidade do agricultor diretamente com o prestador dos serviços, excluindo-se a responsabilidade do Município.

**Parágrafo único** - Os serviços que necessitarem de autorização de Órgão Ambiental serão de inteira responsabilidade do requerente, sendo que os serviços não serão executados até a liberação do órgão competente.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## Seção V Das vedações

**Art. 10** Ficam vedadas às seguintes situações referentes aos subsídios e a execução dos serviços disponibilizados pelo Município:

I. Não é permitida a transferência de horas de um interessado para outro, podendo o agricultor responsável pela prática ser responsabilizado na forma do artigo 11 e de acordo com a Lei;

II. Não é permitido o acúmulo de horas de um ano para outro, exceto os casos em que não houver tempo hábil para realização dos serviços, mediante justificativa;

III. Nenhum agricultor será beneficiado pelo subsídio do serviço correspondente duas vezes no mesmo ano, sendo de responsabilidade da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente este controle.

IV. Nenhum serviço poderá ser executado sem o prévio requerimento e emissão de boleto junto a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, sob pena de responsabilização e invalidação no pagamento dos serviços;

V. Excetua-se o disposto no inciso anterior no caso de serviços realizados por terceiros com o devido pagamento diretamente com o prestador dos serviços.

§ 1º Para os casos de constatação de descumprimento dos critérios de vedação previstos nesse artigo por terceiros, será disponibilizado no site do Município e outros meios de acesso ao serviço de Ouvidoria para as denúncias, sendo garantida a proteção de sua identidade e a possibilidade do anonimato.

§ 2º As comunicações na forma do parágrafo anterior somente será conhecida caso contenha descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à administração pública chegar a tais elementos.

**Art. 11** Não serão prestados serviços com máquinas e seus respectivos implementos da Frota Agropecuária Municipal ou por terceiros regularmente contratados:

I. Quando existirem débitos vencidos, dívida ativa não quitada ou parcelamentos vencidos em nome do solicitante ou do beneficiário do serviço;

II. Constar-se que houve declaração falsa ou apresentação de documentação falsa;

III. Houver inviabilidade técnica de realização do serviço solicitado, mediante justificativa;

IV. O solicitante não adotar as providências sob sua responsabilidade para a realização dos serviços;

V. Quando ausente o licenciamento ambiental ou a anotação de responsabilidade técnica, quando exigido;

VI. Quando a solicitação envolver áreas de preservação permanente ou faixas de domínio; e

VII. Quando possam causar danos ou colocar em risco propriedades de terceiros, áreas públicas ou áreas de preservação permanente.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## CAPÍTULO III DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

**Art. 12** O Poder Executivo Municipal através da frota própria da Secretaria de Transportes e Obras, com o objetivo de incentivo à produtividade, desenvolvimento social e incremento econômico local aos munícipes de Apiúna, realizara os serviços na forma de execução remunerada, subsidiada ou gratuita mediante os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa, e nos moldes da Lei 165/93 e suas regulamentações.

**Art. 13** Compete a Secretaria Municipal de Transportes e Obras elaborar o planejamento para realização dos serviços públicos de apoio, promoção e incentivo direto às propriedades particulares, preestabelecendo a sua rota de trabalho nas propriedades em atendimento às demandas de uma comunidade a outra, minimizando o custo dos deslocamentos com retorno de rota e outros transtornos, respeitando a ordem cronológica dos deferimentos por localidade.

**§ 1º** O prazo para atendimento das solicitações de prestações de serviços particulares dependerá da disponibilidade de veículos e maquinário da frota da Secretaria de Obras.

**§ 2º** Todas as máquinas da frota deverão ser equipadas com dispositivos de controle de horas trabalhadas.

### Seção I Do Cadastro

**Art. 14** Os contribuintes interessados em receber os serviços na forma de execução remunerada, subsidiada ou gratuita prestados pela Secretaria de Transportes e Obras devem realizar e/ou possuir cadastro contendo a seguinte documentação:

- I. Matrícula do imóvel, escritura, contrato de compra ou contrato de arrendatário devidamente registrado em cartório;
- II. Cópia da cédula de identidade civil (RG);
- III. Cópia do cadastro de pessoas físicas (CPF);
- IV. Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR, emitido pelo setor Tributário do Município, se for o caso;

### Seção II Dos Requisitos

**Art. 15** Antes da formalização do requerimento de solicitação de prestação de serviços particulares ou da concessão de incentivos deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

- I – que a propriedade onde forem realizados os serviços esteja total ou parcialmente localizada no território do Município de Apiúna;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

II – que o requerente do serviço seja comprovadamente o proprietário do imóvel ou seu equiparado;

III – que o requerente do serviço esteja cadastrado na Secretaria Transportes e Obras; e,

IV – que o requerente do serviço esteja em dia com os impostos junto a Fazenda Pública de Apiúna.

## Seção III Da Verificação Da Inexistência De Débitos

**Art. 16** No ato da solicitação de qualquer serviço, tanto da frota própria como terceirizados, o servidor responsável pelo preenchimento do requerimento deverá realizar consulta quanto à regularidade municipal do contribuinte, solicitando Certidão Negativa de Débitos Municipais através do Portal do Município na internet ou diretamente com o Setor de Tributos, anexando o comprovante no processo de concessão de horas máquina.

§ 1º Sendo apurado qualquer débito deverá ser informado ao solicitante para que proceda a regularização de sua situação para então dar continuidade à solicitação.

§ 2º Sendo constatado por qualquer servidor que foram prestados serviço para contribuinte em débito, deverá ser encaminhado comunicação por escrito ao Chefe do Poder Executivo para as medidas administrativas cabíveis.

§ 3º No caso de contribuintes que possuem parcelamentos com valores em atraso ou tiveram parcelamentos cancelados por inadimplência, somente serão realizados serviços quando da quitação integral de todos os débitos existentes.

## Seção IV Dos Procedimentos

**Art. 17** Cumprindo-se os requisitos e inexistências de débitos junto ao Município, os procedimentos para os serviços prestados com veículos, máquinas e equipamentos da Frota Municipal se dará junto a Secretaria de Transportes e Obras de Apiúna, e seguirá conforme descrito abaixo:

I. Os interessados no recebimento dos serviços deverão comparecer na sede da Secretaria de Transportes e Obras, para efetuar o requerimento do serviço, a qual deverá ser preenchida em formulário padrão, nos moldes do **Anexo II** desta normativa, que deverá conter no mínimo as seguintes informações:

- a) Número do requerimento
- b) Nome, CPF, e telefone do solicitante;
- c) Endereço onde o serviço deverá ser executado;
- d) Tipo de serviço solicitado;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- e) Quantidade de horas/cargas solicitadas;
  - f) Justificativa/descrição da necessidade;
  - g) Data do requerimento; e
  - h) Assinatura do atendente e do solicitante.
- II. Após o requerimento, se fará também a emissão de Boleto para o pagamento antecipado, conforme dispõe o Decreto Municipal 2690/2017 e suas alterações, de acordo com a quantidade de horas/cargas solicitadas.
- III. Após o pagamento do boleto, o contribuinte deverá entregar o comprovante de quitação do boleto à Secretaria, que deverá fazer o lançamento das guias de controle em 03 vias, onde:
- a) Primeira via entregue para o requerente, que posteriormente entregará ao operador/motorista no momento da realização do serviço;
  - b) Segunda via fica com o requerente, servindo de comprovante de pagamento assinado pelo servidor público; e
  - c) Terceira via fica na Secretaria de Transportes e Obras para controle interno.
- IV. Os serviços serão agendados pela Secretaria considerando a logística da frota considerando disponibilidade de tempo, maquinário e pessoal, de acordo com o artigo 13.
- V. No momento da realização dos serviços agendados, o Operador/tratorista receberá a primeira via do Requerimento, e anotará em registro próprio nos moldes do **Anexo III** desta Instrução Normativa as seguintes informações:
- a) Número do requerimento;
  - b) Nome do operador/motorista
  - c) Data que o serviço foi executado;
  - d) Hora que iniciou e terminou o serviço;
  - e) Informações do horímetro/hodômetro da máquina/equipamento referente ao início e fim de cada serviço;
  - f) o total de horas que foram necessárias para a realização dos serviços; e
  - g) Assinatura do operador e do requerente.
- VI. No final da realização do serviço o operador/motorista deverá entregar o requerimento preenchido juntamente com a primeira via da guia de controle à Secretaria de Transportes e Obras, que servirá como comprovante de prestação do serviço, para:
- a) Conferir se todos os campos estão corretamente e legivelmente preenchidos;
  - b) Se contém todas as assinaturas (operador/motorista e do solicitante receptor do serviço); e
  - c) Conferência das horas trabalhadas/subsidiadas para cobrança, se for o caso.
- VII. Depois de encerrado todos os trâmites internos, o arquivamento de todos os documentos deverá ser organizado, separados por tipo máquina ou equipamento e em ordem cronológica com fechamento mensal.

§ 1º O vencimento do boleto que trata o inciso II será no prazo de até 15 (quinze) dias após a data de solicitação.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**§ 2º** Se houver desistência do requerente quanto à realização dos serviços solicitados, e este não houver realizado o pagamento do boleto, o mesmo deverá solicitar junto a Secretaria de Transportes e Obras o cancelamento/baixa do boleto emitido.

**§ 3º** Se houver desistência do requerente quanto à realização dos serviços solicitados, e este houver realizado o pagamento do boleto, o mesmo deverá preencher solicitação para devolução do valor pago junto a Secretaria de Transportes e Obras.

**Art. 18** Na prestação de serviços eventuais a terceiros com máquinas e seus respectivos implementos da Frota Municipal, considerando-se que o excedente das horas trabalhadas será lançado para cobrança junto a Fazenda Municipal.

**Parágrafo único** - Os serviços que necessitem de autorização de Órgão Ambiental serão de inteira responsabilidade do proprietário/interessado, sendo que os serviços não serão executados até a liberação do órgão competente.

## Seção V Das vedações

**Art. 19** Ficam vedadas às seguintes situações referentes aos subsídios e a execução dos serviços disponibilizados pelo Município:

- a) Não é permitida a transferência de horas de um interessado para outro, podendo o contribuinte responsável pela prática ser responsabilizado na forma da Lei;
- b) Não será permitido o acúmulo de horas de um ano para outro, exceto os casos em que não houver tempo hábil para realização dos serviços, mediante justificativa;
- c) Nenhum contribuinte será beneficiado pelo subsídio do serviço correspondente duas vezes no mesmo ano, sendo de responsabilidade da Secretaria de Transportes e Obras este controle.
- d) Nenhum serviço poderá ser executado sem o prévio requerimento e emissão de boleto junto a Secretaria de Transportes e Obras, sob pena de responsabilização na forma da Lei;

**§ 1º** Para os casos de constatação de descumprimento dos critérios de vedação previstos nesse artigo por terceiros, será disponibilizado no site do Município e outros meios de acesso ao serviço de Ouvidoria para as denúncias, sendo garantida a proteção de sua identidade e a possibilidade do anonimato.

**§ 2º** As comunicações na forma do parágrafo anterior somente será conhecida caso contenha descritivos da irregularidade ou indícios que permitam à administração pública chegar a tais elementos.

**Art. 20** Não serão prestados serviços com máquinas e seus respectivos implementos da Frota Municipal:

- I. Quando existirem débitos vencidos, dívida ativa não quitada ou parcelamentos vencidos em nome do solicitante ou do beneficiário do serviço;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

- II. Constar-se que houve declaração falsa ou apresentação de documentação falsa;
- III. Houver inviabilidade técnica de realização do serviço solicitado;
- IV. O solicitante não adotar as providências sob sua responsabilidade para a realização dos serviços;
- V. Quando ausente o licenciamento ambiental ou a anotação de responsabilidade técnica, quando exigido;
- VI. Quando a solicitação envolver áreas de preservação permanente ou faixas de domínio;
- VII. Quando possam causar danos ou colocar em risco propriedades de terceiros, áreas públicas ou áreas de preservação permanente.

## CAPÍTULO IV DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA

**Art. 21** Nos casos em que o Chefe do Poder Executivo Municipal decretar estado de situação de emergência ou calamidade pública, os planejamentos dos trabalhos da Frota Municipal ficarão suspensos até que haja o restabelecimento da ordem, sendo que os agentes públicos, os veículos, as máquinas e os equipamentos estarão disponíveis aos serviços de Defesa Civil.

**Art. 22** Nos casos de decretação de estado de situação de emergência ou calamidade pública, os serviços realizados em propriedades particulares com os veículos, Máquinas e Equipamentos da Frota Municipal não serão remunerados, os quais sejam relevantes para diminuir os efeitos do evento que determinou a situação.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 23** O Poder Executivo Municipal deverá celebrar Termos de Cessão de Uso e outros similares com os prestadores de serviços contratados para a utilização dos implementos Municipais, na forma do §3º do artigo 100 da Lei Orgânica Municipal.

**Art. 24** É de responsabilidades comuns a todos os órgãos da administração direta ou indireta manter a Instrução Normativa à disposição de todos os funcionários da unidade, zelando pelo fiel cumprimento da mesma.

**Art. 25** A eventual ausência de disposição nesta Instrução Normativa a cerca das demais exigências legais aplicáveis não desobriga o órgão do seu cumprimento.

**Art. 26** Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2021.

**Art. 27** Integra a presente Instrução Normativa os seguintes anexos:

Anexo I – Declaração de Responsabilidade

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

Anexo II – Requerimento de Serviços

Anexo III – Ficha controle de execução de serviços

Anexo IV – Fluxograma de Procedimentos

Anexo V – Termo de Cessão de Uso

Apiúna, 31 de Janeiro de 2020.

---

**Maicon Rodrigo Bernardi**

Controlador Geral do Município

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO II

### REQUERIMENTO DE SERVIÇO

Requerimento n.º:	
Nome:	
CPF:	Telefone:
Endereço do serviço:	
Bairro:	

SERVIÇO SOLICITADO	
Embasamento Legal: Lei N.º 163/1993 e Decreto Municipal N.º 1861/2013	
Descrição do serviço	Quantidade
( ) Transporte de barro, macadame e carregamento p/ caminhão de 10m <sup>3</sup>	
( ) Serviço de carregadeira e retroescavadeira p/hora	
( ) Serviço de trator esteira e motoniveladora p/ hora	
( ) Serviço de trator de pneu p/hora	
( ) Serviço de trator de pneu traçado p/hora	
( ) Serviço de escavadeira hidráulica p/hora	
Nome do Tratorista (terceirizados):	
Justificativa/descrição da necessidade	

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## Avaliação da Solicitação

Serviço atende aos dispostos na Lei Municipal nº 163/1993 e Decreto nº 1861/2013. ( )SIM ( )NÃO

Contribuinte possui regularidade junto ao município. ( )SIM ( )NÃO

Apiúna, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Atendente

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Solicitante

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001





# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO III

### FICHA CONTROLE DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

Solicitação N.º:
Nome do Solicitante:

Data de Início:            /            /	Data de Conclusão:            /            /
Hora de Início:            :	Hora de Conclusão:            :
Nome do operador/tratorista:	
Implemento utilizado:	

Serviço executado	Horímetro inicial	Horímetro final	Total horas realizadas

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Operador/tratorista**

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Solicitante**

Declaro que os serviços acima descritos foram executados.

Comprometo-me na condição de Solicitante a buscar junto ao Setor de Agricultura do Município de Apiúna, a cobrança pelos serviços excedentes constantes neste recibo, caso ultrapasse ou não se enquadre como incentivo previsto na Lei Municipal n.º 163/1993 e Decreto 1891/2013, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar desta data, servindo o presente como notificação e lançamento.

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

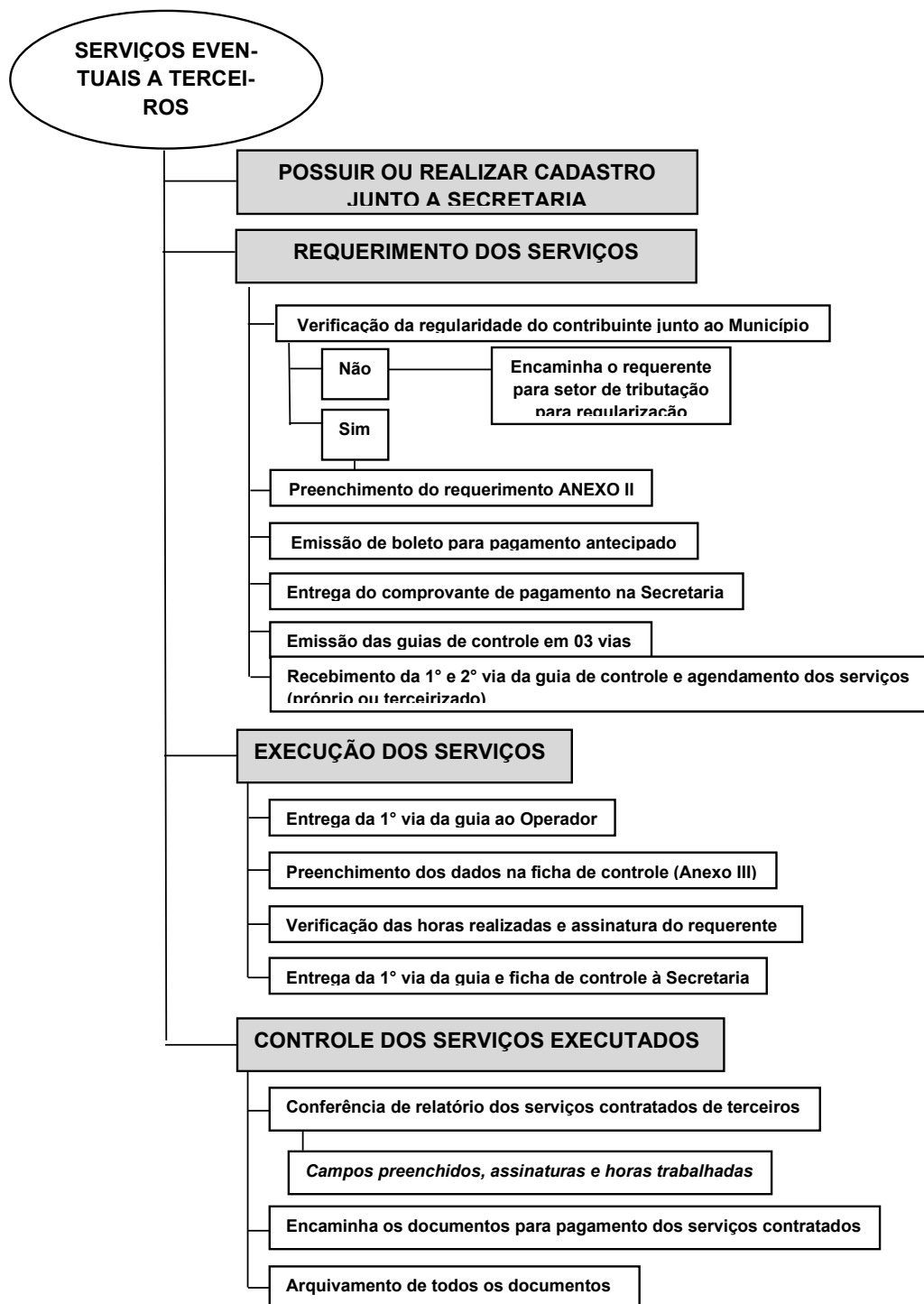


# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO IV FLUXOGRAMA DE PROCEDIMENTOS



Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

## ANEXO V TERMO DE CESSÃO DE USO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº **79.373.767/0001-16**, com sede à rua Quintino Bocaiúva, 204, bairro Centro, doravante denominada CEDENTE, e **(NOME DA EMPRESA)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **(CNPJ)**, com sede à **(ENDEREÇO)**, doravante denominada CESSIONÁRIA, celebra o presente termo de cessão de uso de bens móveis mediante as condições abaixo especificadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1 – A CEDENTE** cede à **CESSIONÁRIA**, a título precário, o pleno uso dos bens móveis a seguir discriminados:

- 01 **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, em perfeito estado de funcionamento e conservação, sob o número de patrimônio **XXXXXXXXXXXX**, consoante Termo de Vistoria e de Entrega dos Equipamentos que fica vinculado ao presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

**1.2 –** Os bens acima descritos encontram-se em perfeito estado de funcionamento e conservação e deverão ser utilizados exclusivamente pela CESSIONÁRIA.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

**2.1 –** Competem à CESSIONÁRIA seguintes obrigações:

- a) Receber, guardar e conservar os equipamentos entregues;
- b) Responsabilizar-se pelos custos operacionais de uso e conservação dos equipamentos;
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao equipamento;
- d) Executar, às suas expensas, todo e qualquer ato de manutenção dos bens preferencialmente em estabelecimento comercial especializado e autorizado, não cabendo indenização pela CEDENTE das despesas satisfeitas;
- e) Responsabilizar-se pelo correto uso dos equipamentos;
- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer ato que possa resultar em responsabilidade civil ou criminal decorrente do uso dos equipamentos cedidos;
- g) Ressarcir a CEDENTE, em caso de perda ou furto, a qualquer título, ou dano, pelos prejuízos causados, independente de culpa ou dolo.
- h) A CESSIONÁRIA deverá realizar a entrega do equipamento na extinção ou rescisão desse termo diretamente no pátio da Prefeitura Municipal de Apiúna junto à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para celebração dos termos de devolução e vistoria;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**2.2** – Havendo extinção do presente termo de cessão de uso, os bens deverão ser restituídos à CEDENTE nas mesmas condições em que foi cedida, ressalvada a depreciação natural pelo seu uso normal.

## CLAUSULA TERCEIRA – DAS PROIBIÇÕES

**3.1** – A CESSIONÁRIA fica proibida de:

- a) Vender, locar e/ou emprestar o equipamento para terceiros;
- b) Fazer o uso inadequado do equipamento;
- c) Realizar qualquer tipo de alteração no equipamento seja ele funcional ou visual;
- d) Danificar/vandalizar o equipamento;
- e) Dar por encerrado este termo sem realizar a devolução do equipamento;
- f) Ceder o equipamento a terceiros;
- g) Realizar devolução do equipamento sem celebrar termos de devolução e vistoria;

## CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

**4.1** – O presente termo de cessão de uso vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município até **XX/XX/20XX**.

**4.2** – Sendo necessário, mediante proposta da CESSIONÁRIA devidamente formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo.

**4.3** – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos participantes antes do término da vigência do Termo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos retroativos.

## CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

**5.1** – Este Termo poderá ser rescindido:

- a) Quando a CESSIONÁRIA deixar de cumprir qualquer das obrigações mencionadas;
- b) Quando a CEDENTE na verificação de ocorrências acharem necessária a utilização dos equipamentos pelo Município;
- c) Na devolução dos equipamentos antes do término de prazo de vigência deste termo.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**6.1** – A CEDENTE poderá realizará vistorias a seu critério quanto ao uso e estado dos equipamentos cedidos para constatar o correto cumprimento das obrigações deste termo;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



# MUNICÍPIO DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

CGC MF N.º 79 373 767 / 0001 – 16

**6.2** – O prazo de devolução dos equipamentos cedidos neste termo é de 05 (cinco) dias, a contar da data final de sua vigência;

**6.3** – O presente objeto possui finalidade de uso exclusivo pela CESSIONARIA.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA VISTORIA

**7.1** – O CEDENTE declara expressamente ter vistoriado e entregado ao CESSIONARIO o objeto acima descrito, em perfeito estado de uso, nada tendo a reclamar.

**7.2** – O CESSIONÁRIO declara expressamente ter efetuado a vistoria do equipamento ora cedido, encontrando-o inteiramente de acordo com a exposição que lhe foram feitas, em ótimo estado de conservação e em pleno funcionamento, nada tendo a reclamar ou exigir, obrigando-se a devolvê-lo nas mesmas condições que recebeu.

## CLAUSULA OITAVA – DO FORO

**8.1** – Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

**8.2** – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

\_\_\_\_\_  
Nome do Prefeito/Secretário responsável pelo bem

## CEDENTE

\_\_\_\_\_  
Nome da empresa/responsável

## CESSIONÁRIO

Testemunhas

\_\_\_\_\_  
Nome

CPF

\_\_\_\_\_  
Nome

CPF

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

**PORTARIA Nº0125/2020**

Publicação Nº 2355194

PORTARIA Nº 0125/2020

De 12 de fevereiro de 2020

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

SANDRA MARIA SILVA DE MEDEIROS

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 04/2018, com homologação do resultado final em 23/11/2018, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 12 de fevereiro de 2020, SANDRA MARIA SILVA DE MEDEIROS, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS CRECHE - 44 horas semanais, inscrição nº 233 do Concurso Público nº. 04/2018.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 12 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0126/2020**

Publicação Nº 2355206

PORTARIA Nº 0126/2020

De 12 de fevereiro de 2020

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

JULIANA LADEWIG OLIVEIRA DA COSTA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 05/2019, com homologação do resultado final em 31/07/2019, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 12 de fevereiro de 2020, JULIANA LADEWIG OLIVEIRA DA COSTA, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE AREA 04 - 40 horas semanais, inscrição nº 1487965 do Concurso Público nº. 05/2019.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 12 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº0127/2020**

Publicação Nº 2355210

PORTARIA Nº 0127/2020

De 12 de fevereiro de 2020

NOMEIA EM CARÁTER EFETIVO

SILVANA DELUCA AMARANTE

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 01/2018, com homologação do resultado final em 18/06/2018, RESOLVE

Art. 1º - Nomear em 12 de fevereiro de 2020, SILVANA DELUCA AMARANTE, em caráter Efetivo sob regime de trabalho Estatutário e Contribuição Previdenciária para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para exercer o cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO - 40 horas semanais, inscrição nº 992 do Concurso Público nº. 01/2018.

Art. 2º - A partir da publicação desta, abre-se o prazo de 15 dias para que o candidato, acima mencionado, apresente o rol de documentos necessários para tomar posse conforme estabelece Arts. 17 e 18 da Lei Complementar n. 95/2008 de 01/09/2008.

Art. 3º - Será tornada sem efeito a nomeação e declarado extinto o direito do nomeado quando, por ato ou omissão de que for responsável, a posse não se verificar no prazo estabelecido.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 12 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0123/2020**

Publicação Nº 2354329

PORTARIA Nº 0123/2020  
De 12 de fevereiro de 2020

DESIGNA ANA PAULA NAHRING COMO  
FISCAL DE CONTRATO Nº 05-FMS/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora efetiva ANA PAULA NAHRING, matrícula n. 104671, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
05/2020 FMS	Credenciamento para prestação serviços médicos, análises clínicas, ultrassonografia, fisioterapia, fonoaudiologia. - Inexigibilidade/Credenciamento nº 13/2017	Clinica d'Abreu Ltda. (Clinico Geral)

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: Marciane Peters Ferrari

Cargo: Analista em Auditoria e Regulação de Saúde

Matricula: 19534

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Marciane Peters Ferrari, matrícula 19534, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 12 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0124/2020**

Publicação Nº 2354439

PORTARIA Nº 0124/2020  
De 12 de fevereiro de 2020

DESIGNA HERICK EDUARDO MENEGHELI COMO  
FISCAL DE CONTRATO Nº 05/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor efetivo HERICK EDUARDO MENEGHELI, matrícula n. 144140, ocupante do cargo de Auxiliar de Escritório, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
005/2020	Aquisição parcelada de embalagens (tipo saco) para Coleta Seletiva. – Pregão presencial – Registro de Preço nº 13/2020	– Klein e Filhos Produtos de Limpeza Ltda.

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Servidor: Fabiana Bazzanella

Cargo: Auxiliar Administrativo Nível Médio

Matricula: 18813

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designada a servidora Fabiana Bazzanella, matrícula 18813, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 12 de fevereiro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

## **PUBLICAÇÃO OFICIAL 22/2020**

Publicação Nº 2354154

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial com Registro de Preço nº 22/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS PARA A SINALIZAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE APIÚNA

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, térreo, sala nº 06, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 02/03/2020 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 02/03/2020 – Após as 09 horas e 20 minutos

Edital disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna



**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DE 10/02/2020**

Publicação Nº 2354655

Ata da 2ª Reunião Ordinária, do 4º Período Legislativo, do 4º Ano de Mandato, da 8ª Legislatura, da Câmara Municipal de Apiúna, realizada no dia Dez de Fevereiro de 2020, às dezenove horas, sob a Presidência do Vereador RENE ANEGELO SCHUZ. Aos dez dias do mês de fevereiro de Dois Mil e vinte, às dezenove horas, na Sala de Reuniões, Auditório Paulo Petters, realizou-se a presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Apiúna, registrando a presença de todos os vereadores, conforme consta no livro de presenças; lida foi aprovada a ata da reunião anterior; em seguida o Presidente determinou a Secretária a continuação dos trabalhos em pauta, que constou de: **MATÉRIA DO LEGISLATIVO: MATÉRIA ENVIADA PARA PARECER:** Da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: - Enviado em 07/02/2020 o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2020: - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - Enviado em 07/02/2020 o Projeto de Lei Ordinária nº 4/2020: - AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020. - Da Comissão de Finanças e Orçamento: - Enviado em 07/02/2020 o Projeto de Lei Ordinária nº 1/2020: - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E CRIA CRÉDITO ESPECIAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS. - Enviado em 07/02/2020 o Projeto de Lei Ordinária nº 4/2020: - AUTORIZA CONTRIBUIÇÃO À SOCIEDADE ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IBIRAMA DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020. Na sequência dos trabalhos em pauta o presidente senhor Rene deu início a eleição para o cargo de presidente da mesa diretora, registrando o nome dos candidatos que se inscreveram previamente para concorrer ao cargo, sendo o Candidato 01: Marcia Antônia da Silva e Candidato 02: Clésio Bernardi. Homologada as inscrições dos candidatos, o presidente Rene deu início a votação, chamando os vereadores nominalmente para proferirem seus votos, por ordem alfabética, Clésio Bernardi (02), Euclides Pedroso (01), Jean Marcos Benvenuti (01), Jorge Bernardi (01), Jose Domingos Hasckel (02), Marcia Antônia Da Silva (01), Rene Ângelo Schulz (01), Revelino Fucht (01), Rosalina Aparecida Dos Santos (02), terminada a votação o presidente solicitou a secretaria a apuração dos votos, que restou Candidato 01: Marcia Antônia da Silva com 06 (seis) votos, e Candidato 02: Clésio Bernardi com 03 (três) votos, com a palavra o presidente Renê homologou o resultado e declarou eleita a nova presidente da Câmara de Vereadores de Apiúna com 06 votos a vereadora Marcia Antônia da Silva, lhe dando posse imediatamente para a condução dos trabalhos da casa. Com a palavra a presidente Marcia Antônia da Silva, tomou posse fez seus agradecimentos e deu continuidade a sessão e declarou palavra Livre: 1º Euclides Pedroso: parabenizou vereadora Marcia pela presidência da casa neste ano, parabenizou padre Marcia e a diretoria da igreja matriz pela caminhada de 15 km até a comunidade do Neisse Central, onde participaram mais de 200 pessoas. 2º Clésio Bernardi: desejou um bom trabalho a nova presidente senhora Marcia, solicitou reparos em um esgoto que se encontra aberto na comunidade do Ribeirão Carvalho, falou sobre o recolhimento do lixo na Rua Recife, onde em alguns pontos o caminhão não esta parando para recolher o mesmo, parabenizou CPC da capela do Neisse Central pela belíssima festa. 3º José Domingos Hasckel: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, solicitou ao líder de governo iluminação publica em frente a casa do senhor Nelson Hermann na comunidade de Margem Esquerda, solicitou também patrolamento e limpeza na Margem Esquerda. 4º Rosalina Aparecida dos Santos: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, parabenizou vereador Clésio por colocar seu nome a disposição nesta eleição, falou sobre a reforma do Colégio São João Bosco, onde foi dada continuidade a obra, falou sobre o recolhimento do lixo reciclado no interior, onde o mesmo desde dezembro não foi mais feito a recolha, solicitou roçada na entrada da comunidade do Basílio, falou sobre o esgoto que esta aberto na comunidade do Ribeirão Carvalho, foi sobre a falta de agua da Casan neste final de semana. 5º Revelino Fucht: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, onde é a primeira mulher a assumir a presidência da Câmara de Apiúna, parabenizou vereador Jorge pelos trabalhos realizados no ano de 2019 na presidência desta casa, parabenizou a comunidade de Neisse Central pela festa desse final de semana, agradeceu senhor prefeito por atender seu pedido de alargamento da rua na comunidade de Subida. 6º Jorge Bernardi: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, parabenizou CPC da capela do Neisse Central pela realização da festa nesse final de semana, agradeceu aos vereadores pela confiança em agora ser o 2º secretario da mesa. 7º Renê Angelo Schulz: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, agradeceu secretario de obras e sua equipe pelo trabalho de limpeza nas estradas onde houve queda de barreiras devido as chuvas, parabenizou CPC da capela do Neisse Central pela realização da festa nesse final de semana, parabenizou vereador Jorge pelos trabalhos realizados no ano de 2019 na presidência desta casa. 8º Jean Marcos Benvenuti: parabenizou a presidente eleita senhora Marcia, falou que nesta tarde foi feito o reparo no asfalto no trecho que estava com problemas. 9º Marcia Antonia da Silva: agradeceu a todos os vereadores pelos votos recebidos para a presidência da casa, falou que o secretario de obras esta ciente do problema no Ribeirão carvalho, finalizando desejou uma boa noite a todos. A palavra continuou livre como ninguém mais quis fazer uso, o Presidente deu por encerrada a presente Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Apiúna, marcando a próxima para o dia 17 de fevereiro as dezenove; Sala das Sessões, em Dez de Fevereiro de 2020.

**PORTARIA 01/2020**

Publicação Nº 2354664

PORTARIA Nº 01/2020

DE 01 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JORGE BERNARDI, Presidente da Câmara Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XXV, do artigo 39, do Regimento Interno;

RESOLVE

Art. 1º. Nomear a Comissão Permanente de Licitações, a qual será responsável por todos os atos necessários ao processo licitatório, que a Lei 8666/93 assim prever.

Art. 2º. Ficam designados os seguintes servidores para compor a Comissão Permanente de Licitações e, suas respectivas funções, quais sejam:

Cristiane Moretti – Secretário  
Bruno Ferrari – Membro  
Amanda Fronza Bissoni - Presidente

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Apiúna, em 01 de janeiro de 2020

JORGE BERNARDI  
Presidente

## **PORTARIA 02/2020**

Publicação Nº 2354665

Portaria Nº 02/2020

Nomeia Diretor Administrativo e Financeiro e designa servidor para serviços da Tesouraria da Câmara

MARCIA ANTONIA DA SILVA, Portador do CPF nº 735.341.709-97, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Art. 38, inciso XXX do Regimento Interno da Câmara, de acordo com a Lei Complementar nº 80/2056 e demais disposições legais em vigor,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomeia-se, a partir de 16 de março de 2011, para o Cargo de Diretor Administrativo e Financeiro do quadro de servidores da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, a Senhora AMANDA FRONZA BISSONI portadora do CPF nº 033.784.989-78, com vencimentos atinentes ao cargo.

Artigo 2º - Fica designado a servidora AMANDA FRONZA BISSONI, ocupante do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, para a movimentação bancária da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna, juntamente com o Presidente da Câmara, nos termos do artigo 39, XXVII, do Regimento Interno.

Artigo 3º - Ficam responsáveis pela movimentação da conta: Diretor Administrativo Financeiro e o Presidente da Câmara.

Artigo 4º - Forma de movimentação da conta será conjuntamente.

Artigo 5º - Relação dos poderes:

Emitir cheques.

Abrir contas de depósito.

Autorizar cobrança.

Receber, passar recibo e dar quitação.

Solicitar saldos, extratos e comprovantes.

Requisitar talonários de cheques.

Autorizar débito em conta relativo a operações.

Retirar cheques devolvidos.

Endossar cheque.

Sustar/contrordenar cheques.

Cancelar cheques.

Baixar cheques.

Efetuar resgates/aplicações financeiras.

Cadastrar, alterar e desbloquear senhas.

Efetuar saques - conta corrente.

Efetuar saques – poupança.

Efetuar pagamentos por meio eletrônico.

Efetuar transferências por meio eletrônico.

Consultar contas/aplic.programas repasse recurso.

Liberar arquivos de pagamentos no ger. Financeiro.

Solicitar saldos/extratos de investimentos.

Solicitar saldos/extratos de operações de crédito e emitir comprovantes.

Efetuar transferência p/ mesma titularidade.

Encerrar contas de depósito.

Artigo 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna, 10 de fevereiro de 2020.

MARCIA ANTONIA DA SILVA  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Apiúna

# Arabutã

## PREFEITURA

### PORTARIA 061/2020 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2354513

PORTARIA Nº 061/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade ao servidor ORLANDO VILI HANAUER FILHO, inscrito no CPF sob nº. 045.726.809-30, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, no percentual de 05 % (cinco por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, III, letra "a", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 31 de janeiro de 2020.

Art.3º Revogados as disposições em contrário, está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de fevereiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 062/2020 (RETIFICADA)

Publicação Nº 2354514

PORTARIA Nº 062/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO POR ESCOLARIDADE AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER progressão por escolaridade ao servidor JOANA CARINE GOLMEYER, inscrita no CPF sob nº. 039.438.729-55, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, no percentual de 10 % (dez por cento) do vencimento da classe em que estiver enquadrado, na forma estabelecida no artigo 19, III, letra "a", da Lei Complementar nº 158/2014.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 31 de janeiro de 2020.

Art.3º Revogados as disposições em contrário, está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 11 de fevereiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

### PORTARIA 063/2020

Publicação Nº 2354109

PORTARIA Nº 063/2020  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora DELSI DRIEMEIER, inscrita no CPF-MF sob nº. 783.622.969-68, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, na forma do disposto no art. 115 da Lei Complementar nº 159/2014, licença em virtude da necessidade de acompanhar sua mãe após cirurgia, pelo período de 10 de fevereiro a 10 de março.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 10 de fevereiro de 2020.

Art.3º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação

## **PORTARIA 064/2020**

Publicação Nº 2354528

PORTARIA Nº 064/2020

DESIGNA SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

Olguin Ricardo Metz, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Art. 1º. DESIGNAR com base no art. 61 da Lei Complementar nº 159 de 29 de dezembro de 2014 o servidor ALECIR DRESSEL, inscrito no CPF sob nº. 893.294.819-49, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Gerais, para no período de 01 de janeiro de 2020 à 20 de março de 2020, exercer o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas.

Art. 2º No período de substituição, o substituto será remunerado segundo os vencimentos do cargo.

Art. 3º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 01 de fevereiro 2020.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de fevereiro de 2020.

OLGUIN RICARDO METZ

Prefeito em Exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz

Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº5/2020

Publicação Nº 2355174

COMUNICADO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 5/2020

O Prefeito Municipal TORNA PÚBLICO aos interessados que a licitação referente ao Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia de nº 5/2020, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEX-TAVADAS DE CONCRETO E MEIO FIO EM PARTE DA RUA ADERBAL RAMOS DA SILVA, BAIRRO SALTINHO, ASCURRA (SC), PERFAZENDO UM TOTAL DE 332,00 METROS DE EXTENSÃO, COM O FORNECIMENTO PARCIAL DO MATERIAL, EQUIPAMENTO E MÃO DE OBRA, está CANCELADA, em decorrência da necessidade da alteração dos memoriais descritivos e quantitativos para adequação de serviços e materiais inclusos.

Novo edital será publicado tão logo os memoriais e projetos estejam prontos.

Publique-se nos meios legais.

Ascurra, 13 de fevereiro de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

# Atalanta

## PREFEITURA

### **EXTRATO DA ATA DE LICITAÇÃO DESERTA E DE REVOGAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020**

Publicação Nº 2355518

MUNICÍPIO DE ATALANTA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2020

A Pregoeira e a Equipe de Pregão, tornam público para conhecimento de todos que a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 3/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO TIPO VAN, ANO/MODELO 2019/2020, ZERO QUILOMETRO, DE NO MÍNIMO 15 (QUINZE) LUGARES, NA COR BRANCA, COM AR-CONDICIONADO, PARA ATENDIMENTO AO CONVÊNIO Nº 2019TR1425 CELEBRADO ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E O MUNICÍPIO DE ATALANTA, CONFORME ANEXO I QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL, tipo menor preço por item, cuja sessão de habilitação e abertura de propostas ocorreu em 12 de fevereiro de 2020, às 9h15min foi declarada DESERTA, por ausência de participantes/interessados. Diante da ausência de participantes e por decisão junto do Prefeito Municipal Sr. Juarez Miguel Rodermel e da Advogada do Município, fica revogado o Processo Licitatório Nº 3/2020 – Pregão Presencial Nº 3/2020, para análise do termo de referência e posteriormente abertura de novo Procedimento licitatório. Atalanta, 13 de fevereiro de 2020.

# Aurora

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 06/2020**

Publicação Nº 2355322

**PORTARIA Nº 06 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020****DISPÕE SOBRE A CONVERSÃO DA LICENÇA PRÊMIO  
EM PECUNIA A SERVIDORA DO PODER LEGISLATIVO**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE AURORA, ESTADO DE SANTA CATARINA,**  
No uso de suas atribuições legais e regimentais:

CONSIDERANDO que a servidora atendeu os critérios legais de concessão da Licença Prêmio por Assiduidade, período aquisitivo de 02 de abril de 2014 à 01 de Abril de 2019, completando 05 (cinco) anos ininterruptos e efetivos serviços públicos prestados, conforme Lei Complementar nº 07 de 02 abril de 2014

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Autorizar e converter a Licença Prêmio em pecúnia a que faz jus a Servidora do quadro efetivo Sra. Joanice Jasper – Secretária Executiva, com finalidade de não prejudicar o desenvolvimento regular das atividades do Legislativo, sendo que há disponibilidade orçamentária e financeira.

**Parágrafo Único.** Servidora mencionada no Caput anterior foi nomeada através da Resolução nº 05 de 03 de fevereiro de 2003, referente ao período aquisitivo de 03 de abril de 2014 à 02 de abril de 2019, nos termos do Art. 70 § 1º da Lei Complementar nº 07 de 02 de abril de 2014, passando a ter o direito de optar ou pelo descanso ou pelo recebimento em pecúnia nos termos da lei em vigor.

**Art. 2º.** O pagamento será realizado em 03 (três) parcelas iguais e sucessivas, conforme o Art. 70 § 3º da Lei Complementar nº 07/2014, por requerimento da Servidora com todos os vencimentos e demais vantagens do cargo efetivo, a exceção de verbas variáveis, pagos em 3 (três) mensalidades iguais e sucessivas, na medida das disponibilidades financeiras do órgão.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Aurora, 10 de fevereiro de 2020.

BRUNO NIEHUES FERMINO  
Presidente da Câmara de Vereadores

# Balneário Gaivota

## PREFEITURA

### PORTARIA 039/2020

Publicação Nº 2355140

PORTARIA N. 039 De 11 De FEVEREIRO de 2020.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e nº 341/2003 e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Odontólogo	40 horas	Ana Paula Sandri Soares

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 11 de Fevereiro de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### PORTARIA 040/2020

Publicação Nº 2355146

PORTARIA N. 040 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXONERA SERVIDOR POR MOTIVO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V e IX do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a lei 045/1997 e considerando a Concessão de Aposentadoria por Idade, conforme Carta de Concessão do INSS, cópia em anexo a presente Portaria,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar por motivo de aposentadoria por idade, a Senhora Joice Boing Melo, portadora da matrícula nº 2500, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 11 de Fevereiro de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS



**PORTARIA 041/2020**

Publicação Nº 2355151

PORTARIA N. 041 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXTINGUE FUNÇÃO GRATIFICADA DE DIRETOR DE ESCOLA

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 10 de Lei º 341/2003 e alterações posteriores.

RESOLVE:

Art. 1º Fica extinta a Função Gratificada de Diretor de Escola concedida pela portaria nº 033/2019, a servidora Eliane Boselli, matrícula nº 2527, vinculada a Secretaria de Educação do Município de Balneário Gaivota.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a contar de 10/02/2020.

Balneário Gaivota, 11 de Fevereiro de 2020

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**PORTARIA 042/2020**

Publicação Nº 2355153

PORTARIA N. 042 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA DIREÇÃO DA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL ALBINO BERNARDINO DE MELO

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do Artigo 58, da Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a alínea "b" do artigo 37 da Lei 905/2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Jessi da Rosa Turatti, portadora da matrícula 2976, vinculada a Secretaria de Educação do Município de Balneário Gaivota para responder pela Direção da Escola de Ensino Fundamental Albino Bernardino de Melo a partir de 10 de Fevereiro de 2020. § 1º Fica assegurada a referida servidora a concessão do adicional de 40% (quarenta por cento) calculados sobre o valor do vencimento, conforme estabelecido na alínea "b" do artigo 37 da Lei 905/2016 e alterações, enquanto perdurar a situação prevista no caput.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 10 de Fevereiro de 2020.

Balneário Gaivota, 11 de Fevereiro de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

JEFERSON RAUPP  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**PORTARIA 043/2020**

Publicação Nº 2355155

PORTARIA N. 043, De 11 De FEVEREIRO de 2020.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO PROCESSO SELETIVO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e alterações posteriores,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado em caráter temporário o candidato aprovado no Processo Seletivo Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Motorista II	40 horas	Eliezer da Silva Lacerda

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 11 de Fevereiro de 2020.

RONALDO PEREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

jeferson raupp

Secretario de Administração e Finanças

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO 1192 2020 EMBARGO 1140

Publicação Nº 2354229

#### PUBLICAÇÃO

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS-SC

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Departamento de Fiscalização de Obras e Posturas, notifica e embarga, o contribuinte abaixo relacionado, por descumprimento do Artigo 31 da Lei 007/09 – Código de Obras de 28/01/2009, Edificação de 02 pisos sem licenciamento aprovado pelo município, e fora do recuo frontal, fazendo frente para rua Palmital.

JOSÉ ROBERTO HENCKEMATER – CPF: 589.899.359-20 – Notificação nº1192/2020 – Embargo nº1140/2020.

Balneário Piçarras, 12 de fevereiro de 2020.

LUIZ FERNANDO DEGGAN

DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO

MATRÍCULA – 9403-5

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – FME TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 – FME

Publicação Nº 2354547

#### PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020 – FME

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020 – FME

Fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Por Item, para Contratação de empresa para execução de obras de adequação do sistema preventivo de incêndio, pânico e acessibilidade da escola Professora Francisca de Borba, pertencente a rede municipal de ensino municipal de Balneário Piçarras, conforme especificações e memoriais anexos. O valor para a execução total do objeto a que se refere o presente edital será de R\$ 242.371,20 (duzentos e quarenta e dois mil, trezentos e setenta e um reais e vinte centavos). Data/horário recebimento envelopes: Até às 14h00min do dia 04 (quatro) de março de 2020. Data/horário abertura envelopes: Até às 14h00min do dia 04 (quatro) de março de 2020, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 12 de fevereiro de 2020. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Secretária Municipal de Educação.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 – FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 – FME SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ERRATA I

Publicação Nº 2355415

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2020 – FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020 – FME

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ERRATA I

ONDE SE LÊ

#### 2. DOS DOCUMENTOS

2.1. Em até 3(três) dias uteis após a realização do certame, a licitante declarada vencedora deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Educação, localizada no endereço à Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 68, Centro – Balneário Piçarras, os seguinte documentos:

- a) Documento do veículo - CRV (para comprovação de idade máxima de 15 anos do veículo);
- b) Apresentar documento comprovatório de autorização expedido pela ANTT, para prestação de serviço de transporte universitário;
- c) Seguro para passageiro devidamente quitado no valor total do lote vencido.

2.2. Os documentos solicitados no item 2.1. devem ser entregues na Secretaria Municipal de Educação para análise e emissão de parecer de conformidade/inconformidade, conforme exigências contidos no Termo de Referência e farão parte integrante do processo licitatório.

2.3. A secretaria requisitante deverá emitir relatório fotográfico comprovando que a frota atende a todos às exigências elencadas no item 5 do Anexo I - Termo de Referência, e fará parte integrante do processo licitatório.

LEIA SE

**2. DOS DOCUMENTOS**

2.1. Em até 3(três) dias úteis após a realização do certame, a licitante declarada vencedora deverá apresentar junto à Secretaria Municipal de Educação, localizada no endereço à Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 68, Centro – Balneário Piçarras, os seguintes documentos:

- a) Documento do veículo - CRV (para comprovação de idade máxima de 15 anos do veículo);
- b) Apresentar documento comprobatório de registro expedido pelo DETER, para prestação de serviço de transporte universitário/aluno;
- c) Seguro para passageiro válido na data do certame.

2.2. Os documentos solicitados no item 2.1. devem ser entregues na Secretaria Municipal de Educação para análise e emissão de parecer de conformidade/inconformidade, conforme exigências contidas no Termo de Referência e farão parte integrante do processo licitatório.

2.3. A secretaria requisitante deverá emitir relatório fotográfico comprovando que a frota atende a todos às exigências elencadas no item 5 do Anexo I - Termo de Referência, e fará parte integrante do processo licitatório.

Balneário Piçarras, 12 de fevereiro de 2020.

Allan Diego Eleuterio  
Departamento de Compras

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 – PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 – PMBP SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2355425

**PUBLICAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020 – PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020 – PMBP

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo MENOR PREÇO POR ITEM para futura aquisição de materiais de proteção individual, elétricos e hidráulicos a fim de atender as demandas operacionais do Projeto de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Balneário Piçarras/SC, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência. Valor total estimado: R\$ 112.909,16 (cento e doze mil, novecentos e nove reais e dezesseis centavos). Recebimento dos Envelopes até: 05/03/2020 às 09h. Data da Sessão Pública: 05/02/2020 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site [balneariopicarras.atende.net](http://balneariopicarras.atende.net). Balneário Piçarras (SC), 12 de fevereiro de 2020. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

**TERMO ADITIVO 001/2020 REF. CONTRATO 004/2019 FMS**

Publicação Nº 2354323

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO ADITIVO 001/2020 FMS DE 11/02/2020

CONTRATO Nº 004/2019 de 01/03/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019 FMS

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 02/2019 FMS

HOMOLOGADO EM 01/03/2019

O objeto do presente contrato, caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar imóvel em alvenaria, com área construída de aproximadamente 150m², localizado a Rua João de Deus Carvalho, nº565, Bairro Santo Antônio, neste Município de Balneário Piçarras, para funcionamento das atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Ofício nº 032/2020 SEMS, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 62, § 3º, inc. I, previsto na Clausula Segunda do contrato 004/2019 FMS fica prorrogado a partir do seu vencimento dia 01/03/2020, por mais 12 (doze) meses o referido termo, tendo sua vigência atualizada até o dia 01/03/2021.

Conforme previsto na Clausula Terceira do Contrato 006/2019 FME o reajuste anual com base no IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) fica o valor total de R\$ 32.064,48 (trinta e dois mil, sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 2.672,04 (dois mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos).

REGILENE MATTAR

Balneário Piçarras(SC), 11 de fevereiro de 2020.

Bruna Emanuela de Araújo Machado – Secretária Municipal de Saúde

**TERMO ADITIVO 001/2020 REF. CONTRATO 006/2019 FME**

Publicação Nº 2354310

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 001/2020 FME DE 31/01/2020

CONTRATO Nº 006/2019 FME de 01/02/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 FME

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 004/2019 FME

HOMOLOGADO EM 01/02/2019

O objeto do presente contrato, caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar um imóvel em contendo 110m<sup>2</sup>, com 2 banheiros, 3 quartos, sala, cozinha, lavanderia aberta, mais uma sala comercial com aproximadamente 90m<sup>2</sup> com 2 banheiros, localizado na rua dos cravos nº 411. Bairro Nossa Senhora Da Paz. Balneário Piçarras/SC, para abrigar a extensão do CEI Tia Pequena, ampliando o número de vagas ofertadas e proporcionando qualidade no atendimento dos Centros de Educação Infantil do Município de Balneário Piçarras Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, através do Ofício nº 025/2020/gab/ljm, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 62, § 3º, inc. I, previsto na Clausula Segunda do contrato 006/2019 FME fica prorrogado a partir do seu vencimento dia 01/02/2020, por mais 12 (doze) meses o referido termo, tendo sua vigência atualizada até o dia 01/02/2021.

Conforme previsto na Clausula Terceira do Contrato 006/2019 FME o reajuste anual com base no IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) fica o valor total de R\$ 63.269,16 (sessenta e três mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 5.272,43 (cinco mil, duzentos e setenta e dois reais e quarenta e três centavos).

REGILENE MATTAR

Balneário Piçarras, 31 de janeiro de 2020.

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo Municipal de Educação

## **TERMO ADITIVO 001/2020 REF. CONTRATO 006/2019 PMBP**

Publicação Nº 2354291

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

TERMO ADITIVO 001/2020 PMBP DE 07/02/2020

CONTRATO Nº 006/2019 PMBP de 07/02/2019

REF. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019 PMBP

MODALIDADE Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 003/2019 PMBP

HOMOLOGADO EM 07/02/2019

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação da CONTRATADA, em locar um imóvel, com área de aproximadamente 170,20 m<sup>2</sup>, localizado na Avenida Emanuel Pinto, nº 1600, Bairro Centro, Balneário Piçarras, para funcionamento das atividades da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável, através do Ofício nº 027/2020 - Planejamento, conforme a Lei Federal 8.666/93 art. 62, § 3º, inc. I, previsto na Clausula Segunda do contrato 006/2019 PMBP fica prorrogado a partir do seu vencimento dia 08/02/2020, por mais 12 (doze) meses o referido termo, tendo sua vigência atualizada até o dia 08/02/2021. Conforme previsto na Clausula Terceira do Contrato 006/2019 PMBP o reajuste anual com base no IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) fica o valor total de R\$ 48.397,92 (quarenta e oito mil, trezentos e noventa e sete reais e noventa e dois centavos), que serão pagos em 12 parcelas mensais no valor de R\$ 4.003,16 (quatro mil, três reais e dezesseis centavos).

ARTEMIO DALLAGNOL

Balneário Piçarras, 07 de fevereiro de 2020.

Leonel José Martins

# Bandeirante

## PREFEITURA

### EDITAL 16 2020 DE CHAMAMENTO TESTE SELETIVO 02 2019 - SIMONE ZANCANARO

Publicação Nº 2354544

EDITAL Nº 16/2020.

Convoca para exercer as funções do Cargo de AUXILIAR DE CRECHE a Candidata aprovada pelo Edital de Teste Seletivo nº 001/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

Considerando o Edital de Teste Seletivo nº 021/2019, de 15/10/2019;

Considerando a homologação do resultado final contida no Decreto nº 011/2020 datado de 17/01/2020;

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar a candidata aprovada e classificada Senhora SIMONE ZANCANARO a realizar exame de boa saúde física e mental para admissão em caráter temporário para exercer as funções do Cargo de AUXILIAR DE CRECHE.

Art. 2º As despesas decorrentes do Exame Médico correrão por conta do município junto a empresa contratada.

Art. 3º Se considerado "Apto" no exame de boa saúde física e mental o candidato deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), apresentando toda a documentação indispensável e imprescindível para sua regular e efetiva contratação na função para qual foi aprovada, abaixo listada:

- a) Cópia de CPF
- b) Cópia carteira identidade
- c) 01 foto 3x4 recente
- d) Cópia título de eleitor
- e) Comprovante última votação
- f) Cópia quitação militar (masculino)
- g) Carteira de trabalho
- h) PIS/Pasep
- i) Atestado de boa saúde física e mental
- j) Conta para depósito
- k) Certidão de nascimento/casamento
- l) Certidão de nascimento filhos
- m) Comprovante de residência
- n) Folha corrida judicial/efeitos criminais (fórum)
- o) Certidão de quitação com as obrigações eleitorais (Cartório Eleitoral)
- p) Declaração de não aplicação de penalidades disciplinares em emprego/funções no serviço público
- q) CNH

Art. 4º As atividades inerentes ao cargo serão desenvolvidas junto as Secretarias Municipais de acordo com a conveniência da municipalidade.

Art. 5º Este Edital será publicado no átrio da Prefeitura Municipal de Bandeirante (SC), sito na Avenida Santo Antônio, sn, centro.

Art. 6º O candidato não poderá alegar desconhecimento do inteiro deste Edital e do Edital nº 022/2019, de 15/10/2019, e outras cominações legais correlatas, ficando sujeitas as condições neles estabelecidas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante (SC),  
em 13 de fevereiro de 2020.

CELSON BIEGELMEIER  
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RGF 3 QUAD 2019

Publicação Nº 2354871

Município de BANDERANTE - SC - Poder Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDERANTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL														
	LÍQUIDADA												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	39.963,92	40.875,76	42.773,77	43.153,64	42.973,41	42.988,88	52.852,24	45.177,22	47.086,74	44.651,07	44.710,12	54.286,39	541.275,86	0,00
Pessoal Ativo	39.963,92	40.875,76	42.773,77	43.153,64	42.973,41	42.988,88	52.852,24	45.177,22	47.086,74	44.651,07	44.710,12	54.286,39	541.275,86	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	32.209,23	33.273,46	35.195,88	35.472,62	35.323,97	42.988,88	37.193,61	37.273,49	39.193,78	36.843,32	36.953,97	44.214,77	446.399,08	0,00
Obrigações Patronais	7.254,28	7.402,30	7.215,08	7.281,02	7.549,74	0,00	15.558,73	7.260,73	7.275,36	7.260,75	7.756,55	10.071,52	55.076,78	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proerções, Restos e Retornos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de benefícios ou contraprestação formalizada (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (§ 1º do art. 18 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Rescisos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluno de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)</b>	<b>39.963,92</b>	<b>40.875,76</b>	<b>42.773,77</b>	<b>43.153,64</b>	<b>42.973,41</b>	<b>42.988,88</b>	<b>52.852,24</b>	<b>45.177,22</b>	<b>47.086,74</b>	<b>44.651,07</b>	<b>44.710,12</b>	<b>54.286,39</b>	<b>541.275,86</b>	<b>0,00</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECETA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR													
(*) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	15.962.374,98													
= REC.BTA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	0,00													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + a + II b)	15.962.374,98													
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	541.275,86												3,39	
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,25 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	957.742,44												6,00	
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,50 x VIII) (inciso II de § 1º do art. 59 da LRF)	958.855,22												5,70	
	861.968,20												5,40	

BANDERANTE, 31/01/2020

CLAUDINE ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TÁIS REGINASASSO  
CRC: SC-040296/O-7

FONTE:

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.600,00</b>	<b>38.790,94</b>	<b>77.457,65</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	3.600,00	38.790,94	77.457,65	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.600,00	38.790,94	78.332,55	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	874,90	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-3.600,00</b>	<b>-38.790,94</b>	<b>-77.457,65</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	558,38	982,27	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	3.600,00	22.228,28	19.434,79	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

BANDEIRANTE. 03/02/2020

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

---

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

---

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

FONTE:

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

BANDEIRANTE, 03/02/2020

\_\_\_\_\_  
CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

\_\_\_\_\_  
TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)</b> <b>= (IIIa + V - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 03/02/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
 Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
 CRC: SC-040295/O-7

**MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC - PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Líquidos e Não Pagos De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(d)	(e)				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)	(h) = (f - g)		
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

BANDEIRANTE, 03/02/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
 Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
 CRC: SC-04025610-7

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC - PODER LEGISLATIVO  
CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	15.962.374,08	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	541.875,86	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,00	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,00	5,70
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00	5,40
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 03/02/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

## RREO 6 BIM 2019

Publicação Nº 2354779

Município de BANDEIRANTE - SC  
CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>						
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>						
	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	616.266,02	—
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	0,00	0,00	—	—	0,00	—
Recursos Atracados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	720.000,00	720.000,00	99.275,52	616.266,02	103.733,98	113.290,02	616.266,02	103.733,98	616.266,02	0,00
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	700.000,00	700.000,00	99.275,52	612.155,01	87.844,99	113.290,02	612.155,01	87.844,99	612.155,01	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	595.000,00	595.000,00	99.596,51	541.875,86	53.124,14	99.596,51	541.875,86	53.124,14	541.875,86	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	105.000,00	105.000,00	-320,99	70.279,15	34.720,85	13.693,51	70.279,15	34.720,85	70.279,15	0,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	20.000,00	20.000,00	0,00	4.111,01	15.888,99	0,00	4.111,01	15.888,99	4.111,01	0,00
INVESTIMENTOS	20.000,00	20.000,00	0,00	4.111,01	15.888,99	0,00	4.111,01	15.888,99	4.111,01	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de BANDEIRANTE - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
	(d)	(e)	(f)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(h)	(i) = (e-h)	(i)	(k)
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>720.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>99.275,52</b>	<b>616.266,02</b>	<b>103.733,98</b>	<b>113.290,02</b>	<b>616.266,02</b>	<b>103.733,98</b>	<b>616.266,02</b>	<b>0,00</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>720.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>99.275,52</b>	<b>616.266,02</b>	<b>103.733,98</b>	<b>113.290,02</b>	<b>616.266,02</b>	<b>103.733,98</b>	<b>616.266,02</b>	<b>0,00</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>720.000,00</b>	<b>720.000,00</b>	<b>99.275,52</b>	<b>616.266,02</b>	<b>—</b>	<b>113.290,02</b>	<b>616.266,02</b>	<b>—</b>	<b>616.266,02</b>	<b>0,00</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)					SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I) Receita de Alienação De Bens Móveis Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00 0,00 0,00					0,00 0,00 0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II) Despesas de Capital	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (lb - (llf + llg)				SALDO ATUAL (k) = (lli + llj)	
Valor(III)	0,00					0,00	0,00
FONTE:							

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>				
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	0,00	0,00	0,00		0,00		
<b>DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO</b>							
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b> (VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4							0,00
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL</b> [VI(h) - (15 x IIib)/100]							0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
	SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	0,00		0,00		0,00	
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)	
	-	-			-	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (l) % (l/Total l) *100	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (m) % (m/Total m) *100	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	0,00

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

- <sup>4</sup>Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
  - <sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
  - <sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "H" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

BANDEIRANTE, 29/01/2020

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)				R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028

NADA A DECLARAR

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		6 16 266,02		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		720 000,00		
Créditos Adicionais		0,00		
Dotação Atualizada		720 000,00		
Despesas Empenhadas		6 16 266,02		
Despesas Liquidadas		6 16 266,02		
Despesas pagas		6 16 266,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		6 16 266,02		
Liquidadas		6 16 266,02		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-6 19 702,42	0,00
Resultado Primário		0,00	-6 19 702,42	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.600,00	163,60	3.436,40	0,00
LEGISLATIVO	3.600,00	163,60	3.436,40	0,00
TOTAL:	3.600,00	163,60	3.436,40	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00

Continua 1/2



Município de BANDEIRANTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			4.111,01	15.888,99
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	720.000,00	720.000,00	96.275,52	616.266,02	103.733,98	113.280,02	616.266,02	103.733,98	0,00
Legislativa	720.000,00	720.000,00	96.275,52	616.266,02	103.733,98	113.280,02	616.266,02	103.733,98	0,00
Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	96.275,52	616.266,02	103.733,98	113.280,02	616.266,02	103.733,98	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	720.000,00	720.000,00	96.275,52	616.266,02	103.733,98	113.280,02	616.266,02	103.733,98	0,00

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de BANDEIRANTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019**  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

\_\_\_\_\_  
 CLAUDINEI ZIMMERMANN  
 Presidente do Poder Legislativo

\_\_\_\_\_  
 TÁIS REGINA SASSO  
 CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Recetta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial				
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços				
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 1/3

Contín

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)*</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES								
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
Valor								0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS								
APORTES REALIZADOS								
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00

Continua 2/3

Cont'r

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Consolidação Administração Direta

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa		0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:  
BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.600,00	51.784,69	0,00
Disponibilidade de Caixa	3.600,00	51.784,69	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.600,00	61.185,08	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exoeto Precatórios)	0,00	9.400,39	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2019 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAIS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4



Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	0,00				0,00
Transferências de Capital	0,00				0,00
Convênios	0,00				0,00
Outras Transferências de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00				0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	700.000,00	612.155,01	612.155,01	612.155,01	0,00	3.436,40	3.436,40
Pessoal e Encargos Sociais	595.000,00	541.875,86	541.875,86	541.875,86	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	105.000,00	70.279,15	70.279,15	70.279,15	0,00	3.436,40	3.436,40
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	105.000,00	70.279,15	70.279,15	70.279,15	0,00	3.436,40	3.436,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	700.000,00	612.155,01	612.155,01	612.155,01	0,00	3.436,40	3.436,40
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00	0,00	0,00
Investimentos	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	20.000,00	4.111,01	4.111,01	4.111,01	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	720.000,00	616.266,02	616.266,02	616.266,02	0,00	3.436,40	3.436,40
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]</b>							
<b>-619.702,42</b>							
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO</b>							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE			
				0,00			
<b>JUROS NOMINAIS</b>							
				Até o Bimestre/2019			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)				VALOR INCORRIDO			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)				0,00			
				0,00			
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>				<b>-619.702,42</b>			
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL</b>							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				VALOR CORRENTE			
				0,00			
<b>ABAIXO DA LINHA</b>							
<b>CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL</b>							
		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00			
DEDUÇÕES (XXIX)		3.600,00		0,00			
Disponibilidade de Caixa		3.600,00		0,00			
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.600,00		0,00			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00		0,00			
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-3.600,00		0,00			
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>		<b>-3.600,00</b>					

Continua 3/4

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)</b>	<b>-3.600,00</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)</b>	<b>-3.600,00</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	
<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Antecipados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)															EMPRESA MUNICIPAL DE BANCARIANTE															R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e+k)													
		Inscritos		Pagos		Cancelados		Saldo e = (a+b) - (c+d)		Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (h)															
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em Exercícios Anteriores (c)		Em 31 de Dezembro de 2018 (d)		Em Exercícios Anteriores (e)	Em 31 de Dezembro de 2018 (f)																					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.436,40	3.436,40	163,60	-	-	-													
LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00	0,00													
Gabinete do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00	0,00													
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-													
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00													
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.436,40	3.436,40	163,60	0,00	0,00	0,00													
FONTE:																														

FONTE:

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAIS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	0,00	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.1- IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	-	0,00	0,00	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	-	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	-	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	-	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	-	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	-	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	-	0,00	0,00	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	-	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	-	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	-	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-	0,00	0,00	0,00
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	-	0,00	0,00	0,00
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	-	0,00	0,00	0,00
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	-	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	-	0,00	0,00	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	-	0,00	0,00	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %							0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %							0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							100,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²							0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							0,00
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴							-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)							-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)							0,00
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))							0,00
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							-

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício		0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
50- (+) Ajustes		0,00	0,00
50.1. (+) Retenções		0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar		0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários		0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		0,00	0,00

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de BANDEIRANTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	20.000,00	4.111,01	15.888,99
Investimentos	20.000,00	4.111,01	15.888,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>20.000,00</b>	<b>4.111,01</b>	<b>15.888,99</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>20.000,00</b>	<b>4.111,01</b>	<b>15.888,99</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

BANDEIRANTE, 29/01/2020

CLAUDINEI ZIMMERMANN  
Presidente do Poder Legislativo

TAÍS REGINA SASSO  
CRC: SC-040295/O-7



# Barra Bonita

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 1187, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355557



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**

**DECRETO Nº 1187, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

**HOMOLOGAÇÃO DO DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 01/2020**

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o **deferimento e indeferimento** das inscrições (antes dos recursos) dos candidatos do Processo Seletivo Edital nº 01/2020 da Prefeitura Municipal de BarraBonita- SC, conforme segue:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 05) ÁREA DE ABRANGÊNCIA: ALTO SÃO JOSÉ, PROGRESSO, SÃO PEDRO.**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	107	Ana Carolina Franceschi	Deferida
2	19	Jaira Pereira	Deferida
3	98	JocelayneCristiny Bauer	Deferida
4	18	Marilei Julia GirolodiKozerski	Deferida

**AGENTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	89	Guilherme Trevisan	Deferida
2	106	Lucas Engler Stella	Deferida

**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	85	Amanda Marcon	Deferida
2	134	JardensonStoll	Deferida
3	48	Jonathan DalsottoBarbacovi	Deferida
4	25	KauanaFavany Alessi De Souza	Deferida
5	81	Marcos André Dessanti	Deferida
6	110	Nédio Marchesan Júnior	Deferida
7	23	Patricia Roman De Bona	Deferida
8	111	Solange Regina BenckeBorsatto	Deferida

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**



**AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	80	Letícia Fátima Zangalli	<b>Deferida</b>
2	16	TailaMittmannBender	<b>Deferida</b>
3	93	Vanessa BreierKrzyzanovski	<b>Deferida</b>
4	32	Vanessa GirolodiBortolotto	<b>Deferida</b>

**FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	94	Alessandro Cristian Feiten	<b>Deferida</b>
2	33	Aline Moreira Paz	<b>Deferida</b>
3	31	Camila VioneBirck	<b>Deferida</b>
4	125	Charles DallOrsoletta	<b>Deferida</b>
5	115	Cristian Lucas Da Silva Raffel	<b>Deferida</b>
6	126	Cristiano Muller Rodrigues	<b>Deferida</b>
7	113	Dalyane Vicentini	<b>Deferida</b>
8	135	Edson Lazareti	<b>Deferida</b>
9	88	Eduardo Luiz Scopel	<b>Deferida</b>
10	136	Gabriel Ianez Wolff	<b>Deferida</b>
11	61	Jose Pontes Junior	<b>Deferida</b>
12	10	KalinkaSuelyn Casanova	<b>Deferida</b>
13	58	Larissa Bertoncelo	<b>Deferida</b>
14	137	Leandro Liesenfeld	<b>Deferida</b>
15	78	Maicon Zanin	<b>Deferida</b>
16	108	Marcos Alberto Fruscalso	<b>Deferida</b>
17	20	Mario Siebeneichler De Oliveira	<b>Deferida</b>
18	45	Sabrina Dal Magro Zaffonato	<b>Deferida</b>

**MECÂNICO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	41	Júnior Alberton	<b>Deferida</b>

**MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	17	Gilmar Bender	<b>Deferida</b>

**OPERADOR DE EQUIPAMENTOS (CNH CATEGORIA C)**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	71	Alessandro LuisPreis	<b>Deferida</b>

**TESOUREIRO**

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**



Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	67	Adriane Rech	Deferida
2	77	Adriani Orth	Deferida
3	49	Ana Paula Muller	Deferida
4	124	Cásia Bernardi	Deferida
5	7	DeizyHaagPedrassani	Deferida
6	129	Diogo Marcelo Finn	Deferida
7	95	EmanueleKarlinski	Deferida
8	73	Jaqueline Dreon Demarco	Deferida
9	76	Jessica Rohden	Deferida
10	34	Juliana Benedetti Fridirich	Deferida
11	21	Lais Paula Trevizan	Deferida
12	103	Larissa Caroline Schenatto	Deferida
13	117	Marciele Ribeiro Da Rosa	Deferida
14	133	Mateus Signori	Deferida
15	120	Mychel Alexandre De Almeida	Deferida
16	127	Paulo Cesar Merigo	Deferida
17	46	Renan Gustavo Eich	Deferida
18	56	Ricardo Zanatta	Deferida
19	39	Rosane Schaeffer	Deferida
20	65	Simone Francoski Barbieri	Deferida
21	114	Victor Hugo BalensieferArconti	Deferida

**Art. 2º** Por este decreto ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, do Município de Barra Bonita – SC, as seguintes inscrições:

**AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (MICRO ÁREA 05) ÁREA DE ABRANGÊNCIA: ALTO SÃO JOSÉ, PROGRESSO, SÃO PEDRO.**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	118	Thaina De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**AGENTE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	13	Adriana Carla Ferreira Christofoli	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
2	11	AlexssandroRaldi	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
3	104	JosmarScharnoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	15	Vinícius De Oliveira Andrade	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).

**AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	40	Thais Flores Kowaleski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**



**AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	53	Ana Julia Da Silva Araujo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	52	Ana LuisaFagião Boaventura De Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	75	Angélica DeganiBarp	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	87	Bruna Ariane Bulegon	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
5	79	Daniela Jilmara De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
6	43	Deisy Cristina Fruhauf	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
7	91	Denisse Carla Scheffler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
8	100	Diana Alves Rei	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
9	123	Gésicalson	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
10	22	Ines Monica Gretzler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
11	112	Karina Aparecida Nunes Maciel	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
12	54	Leonardo Valerini Da Cruz	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
13	132	Luana Cristina Gralow	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
14	35	Mariely Beatriz RimoldiStaudt	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
15	101	Natan Roberto Kickow	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
16	130	Paula Roberta Bacin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
17	69	Roberta Daiane Ludwig	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
18	14	Vinícius De Oliveira Andrade	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
19	116	Vinícius De Oliveira Andrade	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**FISCAL TRIBUTÁRIO E OBRAS**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	28	AdrieliKamilaWillembing	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
2	105	Carla Marina Tremarin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	37	Christian Roberto Garghetti	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	60	Clerice Siviero Lopes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	128	Denise PatriciaDalmolinKessler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
6	51	DioneiBinsfeld	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
7	63	Fátima Maria ZaniniLavandoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
8	68	Filipe Anselmo Gomes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
9	84	Geane Marcia Christofoli Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
10	90	Ivanir De Fatima Carneiro Lobo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
11	5	Juliana Paula Franzosi	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
12	9	Juliana ToffoloHoffelder	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
13	4	Julio Cezar De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**



14	1	Júnior Felicete	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
15	8	KelvynRitcher Lopes Rodrigues	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
16	3	Luana Garces Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
17	6	Mayara Aline Stahler	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
18	82	Pâmela Regina Pompermayer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
19	66	Tiare Lara Guth	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**MECÂNICO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	119	Luiz Gabriel Nishihara	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**MOTORISTA (CNH CATEGORIA D)**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	42	Everson Rafael Gose	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	64	Fernando Rodrigo Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	83	Gilberto Leão	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	109	Jose Felipe Bernat	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	24	WolmirKryzanowski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**TESOUREIRO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	122	Adilson Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	29	AdrieliKamilaWillembing	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	102	Alessandra Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	62	Aline ZaniniLavandoski	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	57	Andressa Frederich	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
6	12	Carla Alexssandra Prior	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
7	30	Carmen Maria Fiorini Goulart	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
8	92	Claodeomiro Rodrigues Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
9	2	Daniel Felipe Dill	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
10	36	Darci Dumke	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
11	27	Diana Carla GarmatzGiovenardi	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo candidato (a).
12	99	Diego Dias Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
13	86	Eduardo Roggia Narciso	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
14	47	Fabício Bello Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
15	121	Flávio Antônio Manfrin	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
16	50	Giovane Devicari	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
17	131	IlceoBariviera	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2,

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA**



			subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
18	38	Juliana Denise De Oliveira	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
19	26	Junior Roberto Becker	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
20	97	Kelli Cristina Cunico	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
21	59	Luiz Gustavo Parmeggiani	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
22	70	Maria Antônia Andrade Rangel	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
23	96	Miguel Renato Rinaldi Junior	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
24	72	Patricia Daiana Machado	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
25	44	Silvano Carvalho Maslowski	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
26	74	Vanessa Regina Rockembach	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
27	55	Viviane Marisa Dalmagro	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

**Art. 3º** Os candidatos com **inscrição indeferida** terão dos dias **13 e 14 de Fevereiro de 2020** para realizarem recurso, pela internet, no site: [www.ameosc.org.br](http://www.ameosc.org.br)

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Barra Bonita/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

**MOACIR PIROCA**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se e publique-se

Av. Buenos Aires, 600 – Fone/Fax (49) 3649 0004 – CEP: 89909-000

**DECRETO Nº1186/2020**

Publicação Nº 2355464

**DECRETO Nº 1186 /2020**

“Regulamenta a Concessão do Benefício Eventual de Cestas Básicas e da Outras Providências”.

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VI, do artigo 73 da Lei Orgânica Municipal, de 11 de Dezembro de 1997, Lei Complementar Municipal nº013/2003;

Considerando a necessidade de se haver um efetivo planejamento quanto à gestão pública dos recursos diante das demandas surgidas,

Considerando que o valor estipulado para as cestas básicas ficou estabelecido no Art. 23 da Lei Municipal nº859/2019;

Considerando a disposição do Art. 23 § 4º da Lei Municipal nº859/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º. Este decreto, regulamenta a Lei Municipal nº 859/2019, de 8 de outubro de 2019, especialmente no que se refere aos itens que compõe as cestas básicas:

§ 1º O Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária na forma de cesta de alimentos, concedido para famílias com até quatro membros, abrangerá o valor aproximado de 20% do salário mínimo vigente contendo os seguintes itens:

ITENS	QUANTIDADE
farinha de trigo especial embalagem 1k	5 kg
açúcar branco embalagem 02 kg	2 kg
arroz parboilizado embalagem de 01 kg	2 kg
feijão preto embalagem de 1kg	2 kg
macarrão com ovos embalagem de 1kg	2 kg
coxa e sobre coxa de franco	7 kg
farinha de milho embalagem de 1kg	1 kg
sal refinado iodado embalagem de 1kg	1 kg
óleo de soja embalagem de 900ml	1 und
leite integral longa vida embalagem de 1 litro	5 litro
biscoito doce tipo sortido embalagem de 2kg	2 kg
banana prata	2 kg
gordura animal (banha)	1 kg
café solúvel granulado sachê 200g	1 und
doce de fruta embalagem de 400g	2 und
ovos de galinha	1duzia
batata monalisa especial lavada	4 kg
detergente para louça embalagem de 500ml	1 und
sabonete embalagem de 90g	2 und
shampoo embalagem de 325ml	1 und
sabão em barra neutro embalagem de 200 gr	2 und
papel higiênico pact 4 rolos de 60mt	2 und
milho para pipoca embalagem 500g	2 und
fermento biológico seco instantâneo embalagem de 500gr	1 und
fermento químico embalagem de 500 gr	1 und

§ 2º O Benefício Eventual de Vulnerabilidade Temporária na forma de cesta de alimentos, concedido para famílias com até quatro membros, abrangerá o valor aproximado de 30% do salário mínimo vigente contendo os seguintes itens:

ITENS	QUANTIDADE
farinha de trigo especial embalagem 1k	10 kg
açúcar branco embalagem 02 kg	4 kg
arroz parboilizado embalagem de 01 kg	5 kg
feijão preto embalagem de 1kg	3 kg
macarrão com ovos embalagem de 1kg	4 kg
coxa e sobre coxa de franco	12 kg
farinha de milho embalagem de 1kg	2 kg
sal refinado iodado embalagem de 1kg	1 kg
óleo de soja embalagem de 900ml	2 und
leite integral longa vida embalagem de 1 litro	5 litro
biscoito doce tipo sortido embalagem de 1kg	3 kg
banana prata	2 kg



gordura animal (banha)	1 kg
café solúvel granulado sachê 200g	1 und
doce de fruta embalagem de 400g	2 und
ovos de galinha	2 dúzia
batata monalisa especial lavada	5 kg
detergente para louça embalagem de 500ml	2 und
sabonete embalagem de 90g	2 und
shampoo embalagem de 325ml	2 und
sabão em barra neutro embalagem de 200 gr	2 und
papel higiênico pact 4 rolos de 60mt	2 und
milho para pipoca embalagem 500g	3 und
fermento biológico seco instantâneo embalagem de 500gr	1 und
fermento químico embalagem de 500 gr	1 und

Art. 2º. As despesas decorrentes desta ação, correrão por conta das dotações orçamentárias em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, 12 de fevereiro de 2020.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

## DISPENA DE LICITAÇÃO Nº25/2020

Publicação Nº 2355656

### DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2020

OBJETO: Aquisição de tubo PEAM PN6 32mm, união PEAD 32MM, adaptador PEAD 32MM X1", Te PEAD 32MM x 1" e luva mista 32mm x 1".

FORNECEDOR: SC ENGENHARIA E POÇOS ARTESIANOS LTDA

Endereço: Rua 7 de Setembro, 2555, centro, CEP: 89.900.000 São Miguel do Oeste/SC.

CNPJ: 20.219.883/0001-32

Valor Contratado: R\$ 4.314,98 (quatro mil trezentos e quatorze reais com noventa e oito centavos).

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	tubo PEAM PN6 32mm	metro	1300	2,80	3.640,00
2	união PEAD 32MM	UND.	12	41,46	497,52
3	adaptador PEAD 32MM X1"	UND.	4	14,51	58,04
4	Te PEAD 32MM x 1	UND.	2	51,03	102,06
5	luva mista 32mm x 1".	UND.	4	4,34	17,36
			Total		4.314,98

#### RAZÃO DA ESCOLHA DO LOCAL E FORNECEDOR

O fornecedor escolhido deu-se em razão de ter o melhor preço, o qual orçou em R\$ R\$ 4.314,98 (quatro mil trezentos e quatorze reais com noventa e oito centavos).

#### JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O preço está dentro da realidade sendo o praticado no mercado regional.

MOACIR PIROCA  
PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL PREGÃO Nº26/2020**

Publicação Nº 2356144

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2020  
EDITAL DE PREGÃO RP Nº 26/2020

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial para registro de preço, objetivando a Aquisição de material de expediente para Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2020. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 2 de março de 2020. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 23 de fevereiro de 2020.

MOACIR PIROCA  
Prefeito

**PORTARIA N.º 094, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354369

PORTARIA N.º 094, de 11 de fevereiro de 2020

“Admite servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e Lei Complementar nº 039/2011, de 07 de novembro de 2011, e resultado do Processo Seletivo Edital nº003/2019.

Admitir;

Art. 1º - Em caráter temporário a senhora, Adriana Carla Ferreira Christofoli, CPF nº070.325.489-89 para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com jornada de trabalho de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, sob regime estatutário e regime geral de Previdência Social e vencimentos previstos em Lei.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato, correrão a conta do Orçamento Municipal vigente em cada exercício.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

**PORTARIA N.º093, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354347

PORTARIA N.º093, de 11 de fevereiro de 2020.

“Concede licença a servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Resolve;

Art. 1º - Concede licença para tratamento de saúde a servidora, Licia Vitcoski, matricula nº417102, ocupante do cargo de Serviços Gerais, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 10 de fevereiro a 26 de março de 2020.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 11 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

## **PORTARIA N.º095 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354481

PORTARIA N.º095 de 12 de fevereiro de 2020

Demite servidora temporária e da outras providencias.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve,

Art.1º. Demitir a servidora contratada temporariamente, Samara Molinari, matrícula nº429001, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde sob regime estatutário e regime geral da Previdência Social, com carga horária de 40h semanais, a contar desta data.

Art.2º. As despesas decorrentes de aplicação deste ato correrão a conta do Orçamento Municipal.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 12 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

## **PORTARIA N.º096, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354478

PORTARIA N.º096, de 12 de fevereiro de 2020.

“Designa servidora e dá outras providencias”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

Resolve;

Art. 1º - Fica designada a servidora, Caroline Kuhn, matrícula nº429201, ocupante do Cargo de Nutricionista, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, para atuar 10 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA, em 12 de fevereiro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e publica-se na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2020 FMS

Publicação Nº 2354875

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2019 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019 - FMS

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020-FMS

Contratada: LIBERTY PRO IND E COM DE EQUIP DE INFO EIRELI

Objeto: Aquisição de computadores para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do município, conforme emenda parlamentar Proposta Nº 01877.528000/1140-03. RECURSO EMENDA PARLAMENTAR 23840002 E 25700002. De acordo com especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$ 110.240,00

Data de Assinatura: 11/02/2020

Data de Vencimento: 11/02/2021

Barra Velha, 11 de fevereiro de 2020

CRISLAINE CALDI DA C. ARRABAÇA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2020 PMBV

Publicação Nº 2354507

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 087/2019 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020-PMBV

Contratada: UNION ESCOLAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP

Objeto: Aquisição de material de uso diário, para alunos da rede de ensino infantil, fundamental e o corpo docente da Secretária de Educação do Município, conforme especificações no Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$ 1.015.177,30

Data de Assinatura: 03/02/2020

Data de Vencimento: 03/02/2021

Barra Velha, 03 de fevereiro de 2020

IVO MORAES DA CRUZ

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

### CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS – COMAT – ACÓRDÃOS DE JULGAMENTO – SESSÃO DO DIA 23/01/2020

Publicação Nº 2356034

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS – COMAT – ACÓRDÃOS DE JULGAMENTO – SESSÃO DO DIA 23/01/2020

SESSÃO DO DIA: 20/01/2020

PRESIDÊNCIA: MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

PROCESSO Nº: 13555/2019

CONTRIBUINTE: DENYS IVAN BERTOLDI

ASSUNTO: PEDIDO DE RESSARCIMENTO ITBI

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: RESSARCIMENTO DE ITBI. IMPOSTO PAGO A TÍTULO DE IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI. NÃO OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR. NÃO REALIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DO BEM. O contribuinte protocolou pedido de ressarcimento de ITBI em face da não transferência do bem imóvel, tendo em vista que não houve a lavratura de Escritura Pública de Compra e Venda de Imóvel, e consequentemente não houve a transferência do bem para a sua propriedade. Conforme o disposto no art. 1.245 do Código Civil, bem como no art. 35, I, do Código Tributário Nacional, o tributo aduzido, possui como Fato Gerador, a “transmissão de bem imóvel”. Ademais, no presente caso, nota-se por meio de documentação comprobatória, que não houve a transferência do bem, para a propriedade do contribuinte requerente. Desta forma, o pedido de restituição do contribuinte deve ser julgado procedente. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte a fim de que lhe

seja restituído o montante de R\$ 3.407,76 (três mil quatrocentos e sete reais e setenta e seis centavos), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 215/2020

CONTRIBUINTE: SIMONE EVELISE NEUMANN DA ROCHA

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA. EDIFICAÇÃO EM ANDAMENTO. EXCESSO DA BASE DE CÁLCULO. VISTORIA REALIZADA NO LOCAL. DEFERIMENTO DO PEDIDO DA PARTE. Estabelece a Lei Municipal n. 1317/2003, deve ser levado em consideração da base de cálculo do IPTU o valor venal do imóvel, incluindo-se neste, qualquer tipo de acréscimo existente no imóvel. No presente caso, foi possível identificar por meio de vistoria realizada no local que existe uma edificação em andamento no local que pudesse justificar sua inclusão na base de cálculo. A Lei Municipal, estabelece ainda que, considera-se não construído o terreno em que houver obra paralisada ou em andamento. Desta forma, o pedido da contribuinte deve ser julgado procedente, afim de que o lançamento seja revisto, realizando-se recálculo do imposto (IPTU). Neste mesmo ato, deverá ser desativa a unidade constante no banco de dados do município. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, retificando a base de cálculo do IPTU excluindo-se deste a edificação. REALIZE-SE o lançamento. Após, EXPEÇA-SE a referida guia de recolhimento.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 581/2020

CONTRIBUINTE: HELENA NEITZEL GONÇALVES DE JESUS

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DO IPTU

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL URBANA. EDIFICAÇÃO EM ANDAMENTO. EXCESSO DA BASE DE CÁLCULO. VISTORIA REALIZADA NO LOCAL. DEFERIMENTO DO PEDIDO DA PARTE. Estabelece a Lei Municipal n. 1317/2003, deve ser levado em consideração da base de cálculo do IPTU o valor venal do imóvel, incluindo-se neste, qualquer tipo de acréscimo existente no imóvel. No presente caso, foi possível identificar por meio de vistoria realizada no local que existe uma edificação em andamento no local que pudesse justificar sua inclusão na base de cálculo. A Lei Municipal, estabelece ainda que, considera-se não construído o terreno em que houver obra paralisada ou em andamento. Desta forma, o pedido da contribuinte deve ser julgado procedente, afim de que o lançamento seja revisto, realizando-se recálculo do imposto (IPTU). Neste mesmo ato, deverá ser desativa a unidade constante no banco de dados do município. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido da contribuinte, retificando a base de cálculo do IPTU excluindo-se deste a edificação. REALIZE-SE o lançamento. Após, EXPEÇA-SE a referida guia de recolhimento.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 690/2020

CONTRIBUINTE: AIRTON MACHADO

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO IPTU

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: REVISÃO DE IPTU. CONTRIBUINTE BUSCA REVISÃO POR CONTA DA INEXISTÊNCIA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, LUZ E INFRAESTRUTURA. CÁLCULO DO IMPOSTO QUE JÁ LEVA EM CONSIDERAÇÃO ESSAS QUESTÕES. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. O artigo 10 da Lei 1.317/2013 apregoa que a base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel alcançado pela tributação por meio da multiplicação de sua área tributável pelo correspondente valor unitário de metro quadrado de terreno, constante da Planta de Valores Genéricos, e pela aplicação dos fatores de correção das Tabelas II, III, IV e V, do Anexo I, aplicáveis conforme as características do imóvel. Já os artigos 19 e 20 da mesma Lei apregoam que os valores unitários básicos dos terrenos são os fixados na Planta de Valores Genéricos e que estes serão definidos em função dos seguintes elementos, considerados em conjunto ou separadamente: I - características da região em que se situa o imóvel; II - oferta de serviços e equipamentos urbanos; III - preços praticados no mercado imobiliário; IV - diretrizes definidas no Plano Diretor e na Lei do Uso e Ocupação do Solo; e V - outros critérios técnicos utilizados nas avaliações imobiliárias. Nota-se das referidas normas, principalmente dos incisos I e II do artigo 20, que as características da região e a oferta ou não de serviços e equipamentos urbanos já são analisadas no momento da fixação do valor do imposto, por isso o fato do imóvel não ter água, luz e infraestrutura não é motivo suficiente para qualquer alteração posterior do lançamento tributário, uma vez que, repita-se, esses fatores já foram utilizados na formação do montante do tributo. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR IMPROCEDENTE pedido do Requerente, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 758/2020

CONTRIBUINTE: KATIA CYLENE LOMBARDI

ASSUNTO: PEDIDO DE REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI

RELATOR(A): MOISÉS CAMILO DIAS GONÇALVES

EMENTA: REVISÃO DA BASE DE CÁLCULO. IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS. ARGUMENTOS HÁVEIS A DESCONSTITUIR A BASE DE CÁLCULO. DECRETO 1305/2019. ENTREGA DE AVALIAÇÃO POR PROFISSIONAL INSCRITO NO CRESCI. DEFERIMENTO DO PEDIDO. ALTERAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DE ITBI. Qualquer contribuinte pode insurgir-se quanto a base de cálculo estabelecida pelo fisco municipal quando entender que o valor mensurado supera o de mercado. Inicialmente há que se destacar que a base de cálculo para fins de ITBI é o valor de mercado do bem. O contribuinte discordou do valor utilizando o argumento de que a transação dos imóveis ocorram

sob valor menor. Ato contínuo, apresentou a documentação exigida pelo art. 13 § 1º do Decreto 1305/2019, ou seja, duas avaliações imobiliárias assinadas por profissionais inscritos no CREA ou CRESCI em que o profissional esclarece que o valor de mercado é de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais). Desta forma, o pedido deve ser julgado procedente, retificando-se a base de cálculo de ITBI para R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) cada imóvel. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em dar provimento ao pedido do contribuinte, retificando a base de cálculo dos imóveis no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) cada, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado. Realize-se o lançamento. Após, expeça-se a referida guia de recolhimento.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 8363/2019

CONTRIBUINTE: ESPÓLIO DE JUAN GONZALEZ BERNARDEZ

ASSUNTO: SUSPENSÃO CADASTRO IMOBILIÁRIO – TRANSFERÊNCIA TITULARIDADE

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: CANCELAMENTO DO IPTU. DESAPROPRIAÇÃO REALIZADA POR MEIO DE LEI. IMÓVEL OCUPADO PELO MUNICÍPIO. TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE PARA O MUNICÍPIO. CANCELAMENTO DOS IPTU'S. O Cadastro Imobiliário Fiscal tem por finalidade o registro das propriedades prediais e territoriais localizadas na zona urbana do Município e dos sujeitos passivos das obrigações tributárias que as gravam. Nos casos em que ocorre a desapropriação do imóvel pelo Município, é inegável que a titularidade do cadastro imobiliário deve passar para o seu nome, porquanto passou a ser o titular do domínio útil e possuidor do imóvel. Quando o terreno registrado no cadastrado imobiliário existe, não há razão para suspender ou baixar o cadastro imobiliário. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o requerimento apresentado pelo Recorrente, no sentido de que o cadastro imobiliário seja transferido para a titularidade do Município, uma vez que agora pertencem a este, e de que os IPTU's referente aos imóveis sejam cancelados, bem como deixem de ser lançados, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 13128/2019

CONTRIBUINTE: LOJÃO SANTOS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI – INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA. ITBI. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL. INCISO II, § 2º DO ART. 156 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EMPRESA SUSTENTA NÃO TER COMO ATIVIDADE PREPONDERANTE COMPRA E VENDA DE BENS IMÓVEIS. ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA NÃO É DIRECIONADA AO MERCADO IMOBILIÁRIO. INCIDÊNCIA DO ITBI SOB A DIFERENÇA QUE ULTRAPASSAR O MONTANTE A SER INTEGRALIZADO. PEDIDO PROCEDENTE. ENTENDIMENTO PACIFICADO PELO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. A contribuinte requereu administrativamente o reconhecimento da não incidência do ITBI sob a integralização de bens imóveis a título de capital social. Sustentou que não possui dentre suas atividades preponderantes a compra e venda de bens imóveis. Mormente, analisando as informações constantes no CNPJ da empresa é possível concluir que a empresa pública não direciona suas atividades para o mercado imobiliário, fazendo necessário destacar o art. 36, I, do CTN, onde verifica-se que o imposto não incide sobre a transmissão dos bens ou direitos quando para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em pagamento de capital nela subscrito. Desta forma, considerando a disposição constitucional acerca do tema (§2º do art. 156 da Constituição Federal), o pedido deve ser julgado procedente, não devendo incidir o ITBI na presente integralização por meio dos imóveis. Nada obstante, verificável que o montante mensurado pela contribuinte, está minorado do real valor venal dos imóveis em questão. A jurisprudência é pacificada no sentido de que a base de cálculo do ITBI é o valor real da venda do imóvel ou de mercado, nesse sentido é imprescindível a realização de análise dos valores, para que sob o remanescente, incida o montante do imposto, matéria esta, já decidida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2011.073712-5, de São João Batista, rel. Des. Jaime Ramos, j. em 17/05/2012). Isto posto, a base de cálculo do ITBI a ser utilizada é o valor de mercado do bem que ultrapassar o montante a ser integralizado, não merecendo guarida a alegação da parte de que não deve ser utilizado o valor de mercado. Ressalta-se, todavia, que a qualquer momento o fisco municipal poderá realizar fiscalização a fim de verificar a veracidade das informações. ACORDAM os membros do COMISSÃO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR PROCEDENTE o pedido da contribuinte reconhecendo a não incidência do ITBI na integralização do imóvel (constantes nas matrículas 24.956) até o limite das cotas sociais integralizadas, devendo incidir o ITBI sob o remanescente que ultrapassar esse valor, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

SESSÃO DO DIA: 23/01/2020

PRESIDÊNCIA: RENATO FERREIRA

PROCESSO Nº: 14105/2019

CONTRIBUINTE: SANTOS E NEGÓCIOS ADMINISTRADORA DE BENS LTDA

ASSUNTO: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI

RELATOR(A): RONIVAN PICHARKI

EMENTA: PEDIDO DE NÃO INCIDÊNCIA DE ITBI. IMÓVEL EM PROCESSO DE USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL. EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE CESSÃO DE DIREITO BEM COMO COMPRA E VENDA DO IMÓVEL NO BOJO DO PROCESSO DE USUCAPIÃO. ART. 1º DA LEI MUNICIPAL 1328 DE 2013. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE E DA RESERVA DE JURISDIÇÃO. INCIDÊNCIA DE ITBI. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. A própria Constituição Federal estabeleceu no inciso II do art. 156 que o fato gerador do Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis – ITBI ocorre com a transmissão da propriedade do imóvel quando da transferência junto a serventia registral. Contudo, de uma análise detida dos incisos do art. 1º da Lei Municipal 1328 de 2013 é possível identificar que, dentre outras, a legislação infraconstitucional previu a incidência do ITBI sob a “cessão, por ato oneroso, de direitos relativos à aquisição de bens imóveis”. Há no presente caso, portanto, divergência entre o texto infraconstitucional e a Constituição Federal de 1988. Todavia, a Comissão Municipal de Assuntos Tributários – COMAT não possui dentre suas atribuições legais a análise da inconstitucionalidade de normas tributárias do município. Ao contrário, a COMAT deve ser pautar estritamente no Princípio da Legalidade em sentido estrito, de modo que somente poderá fazer algo se previsto em lei. Por fim, o requerente informou em sua petição que a cessão do contrato ocorreu 07/05/2019 e desta forma, em 01/01/2020 teve início a contagem do termo inicial da

contagem do prazo decadencial. A conclusão obtida é no sentido de que não houve o escoamento do prazo decadencial para constituição do crédito tributário, visto que o limite temporal findará em 2025. Portanto, sob o ponto de vista estritamente formal, não adentrando na análise da constitucionalidade da incidência do ITBI, entendo que não decaiu o direito da Fazenda Pública em realizar a constituição do crédito tributário. ACORDAM os membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSUNTOS TRIBUTÁRIOS, por unanimidade, em JULGAR IMPROCEDENTE o pedido do Requerente para reconhecimento da não incidência/dispensa do pagamento do ITBI referente a imóvel em processo extrajudicial de usucapião, DEVENDO INCIDIR o ITBI na presente cessão contratual, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2020**

Publicação Nº 2356030

**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a Contratação de empresa para a prestação de serviços de transportes, para o transporte dos membros que compõe o Projeto Vereadores Mirins, desenvolvido pela Câmara de Vereadores de Barra Velha, em observância ao artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos.

NOME DO CREDOR: K.M. TRANSPORTES DE PESSOAS LTDA.

CNPJ: 73.680.480/0001-52

VALOR TOTAL: R\$ 5.425,00 (Cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)

Barra Velha, 07 de fevereiro de 2020.

EDUARDO PERES

Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha

CHARLES SAINT-CLAIR HEIL

Advogado da Câmara de Vereadores de Barra Velha

**EXTRATO DE CONTRATO 002-2020**

Publicação Nº 2356032

CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA-SC

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 002/2020

Processo Adm: 002/2020

Licitação: Dispensa 002/2020

Fornecedor: K.M. TRANSPORTE DE PESSOAS LTDA

CNPJ: 73.680.480/0001-52

Data de Assinatura: 11 de fevereiro de 2020.

Vigência de: 11 de fevereiro de 2020 a 10 de fevereiro de 2021.

Valor Total: R\$ 5.425,00 (cinco mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

Recursos: Unidade: 1 – Câmara de Vereadores

Ação: 2111 – Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores Mirins

Vínculo: 1000000 – Recursos Ordinários

Subelemento: 339039990000000000 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (242)

Objeto: Prestação de serviço de transportes de passageiros para o Projeto Vereadores Mirins, desenvolvido pela Câmara de Vereadores de Barra Velha.

Eduardo Peres

Presidente da Câmara de Vereadores

Charles Saint-Clair Heil

Advogado OAB/SC 12.629



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA 002/2020**

Publicação Nº 2356031



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE BARRA VELHA**  
 CNPJ: 83.545.277/0001-27  
 RUA PEDRO ALCANTARA FREITAS - 125 CÂMARA MUNICIPAL  
 C.E.P.: 88.390-000 - Barra Velha - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 1/2020**

Processo Administrativo: 2/2020  
 Processo de Licitação: 2/2020  
 Data do Processo: 07/02/2020

Folha: 1 / 1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Barra Velha, EDUARDO PERES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr.8.666/93 e alteração posteriores, a vista do parecer exarado pelo departamento jurídico, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 2/2020  
 b) Licitação Nr.: 2/2020  
 c) Modalidade: Dispensa de Licitação  
 d) Data Homologação: 07/02/2020  
 e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para a prestação de serviços de transportes, para o transporte dos membros que compõe o Projeto Vereadores Mirins, desenvolvido pela Câmara de Vereadores de Barra Velha.

f) Fornecedores e itens declarados vencedores.

Fornecedor: K.M. TRANSPORTE DE PESSOAS CNPJ: 73.680.480/0001-52			
Item	Produto	Quantidade KM	Valor Total
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1.550	R\$5.425,00
Total por Fornecedor:		1.550	R\$5.425,00
Total:		1.550	R\$5.425,00
Barra Velha, 07 de fevereiro de 2020			
<div style="text-align: right;">           _____            EDUARDO PERES            Presidente da Câmara         </div>			



# Belmonte

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2356086

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020  
Registro de Preços  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Objeto: aquisição de equipamentos de informática e eletrodomésticos, destinado a atender dos serviços da Secretaria Municipal de Educação, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação e propostas serão realizados dia 27/02/2020, às 08:00 horas, e não mais dia 08:00 horas do dia 20/02/2020, no Dpto. de Licitações da Prefeitura Municipal, a Rua Engenheiro Francisco Passos, 133, iniciando a fase de lances às 08:00 horas do mesmo dia. Informações pelo fone (049) 3625 0066. Belmonte/SC, 06 de fevereiro de 2020.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019

Publicação Nº 2354372

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2019

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019

### ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

### OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS

GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI			
Lote 1: MEDALHAS DIVERSAS			
Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
2	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
3	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
4	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	5,40
5	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20
6	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA	GREGO	4,20

	BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.		
7	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20
8	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	GREGO	4,20

**Lote 2: TROFÉUS DIVERSOS**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	175,00
2	TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	146,00
3	TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	122,00
4	TROFÉU COM ALTURA DE 40CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,000 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	97,00
5	TROFÉU COM ALTURA DE 35CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	79,00
6	TROFÉU COM ALTURA DE 28CM, BASE OITAVADA COM 10,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM	VITORIA	57,00

	DETALHES COM 15,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.		
7	TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	106,00
8	TROFÉU COM 41 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	103,00
9	TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	96,00
10	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
11	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
12	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	43,00
13	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	262,00
14	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	225,00
15	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	207,00
16	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM DOURADO COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA	VITORIA	426,00

	PARA GRAVAÇÃO.		
17	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM PRATA COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	428,00
18	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM BRONZE COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	426,00
19	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 15,50 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	98,00
20	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	86,00
21	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	69,00
22	TROFÉU COM ALTURA DE 17 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA INTERNA E EXTERNA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	VITORIA	19,00

**CASA DOS TROFEUS LTDA****Lote 3: TROFÉUS EM MDF DIVERSOS**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE MOTOCROSS	FUNDISC	34,60
2	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO FIM	FUNDISC	34,60
3	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO	FUNDISC	34,60
4	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO REGULARIDADE	FUNDISC	34,60

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 18 de abril de 2019 a 18 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 18 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019**

Publicação Nº 2354375

**PUBLICAÇÕES LEGAIS****PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO PEÇAS DE DESGASTE PARA USO NA LINHA PESADA DAS MAQUINAS DAS SECRETARIAS DE OBRAS E AGRICULTURA**

<b>G. MAIOCHI E CIA LTDA</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
2	UND	LÂMINA 8 FUROS ESPESSURA ¾ E FURAÇÃO 5/8, FORMATO RETA, COM 1,25 MT DE COMPRIMENTO PARA TRATOR D-41 COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	GM	481,00
4	JG	PARAFUSO E PORCA DE AÇO LAMINA 5/8 X 2	REX	2,49
5	JG	PARAFUSO E PORCA DE AÇO 3/4 X 2	REX	3,44
6	JG	DENTE CONCHA DIANTEIRA COM PARAFUSOS E PORCAS PARA RETROESCAVADEIRA RANDON RK460B JOGO COM 10 DENTES	ZN/REX	364,79
<b>Lote 3: SUPORTE E UNHA ESCAVADEIRA HIDRAULICA</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	SUPORTE DE UNHA PARA ESCAVADEIRA REF. 20Y-70-14520	ZN	88,20
2	UND	UNHA PONTUDA PARA ESCAVADEIRA REF. 205-70-19570/PONTUDA	ZN	70,00
3	UND	UNHA LONGA PARA ESCAVADEIRA REF. 205-70-19570/LONGA	ZN	53,53
<b>Lote 4: SUPORTE E UNHA RETROESCAVADEIRA</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	SUPORTE UNHA PARA RETROESCAVADEIRA REF. 2085245	ZN	40,30
2	UND	UNHA PARA RETROESCAVADEIRA REF. 2085235	ZN	22,00
<b>Lote 6: CANTO DE LAMINA RETA DIREITA E ESQUERDA 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	CANTO DE LAMINA RETO LADO DIREITO 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A	GM	158,00
2	UND	CANTO DE LAMINA RETO LADO ESQUERDO 5 FUROS ESPESSURA 1" PARA TRATOR DE ESTEIRAS D-41A	GM	158,00

<b>JULIO SILVESTRI FILHO ME</b>				
Item	Und	Produto	Qtde	Valor Unit.
1	UND	LAMINA 13 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 1,83 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	60	407,90
3	UND	LAMINA 10 FUROS ESPESSURA 3/4 E FURACAO 5/8, FORMATO RETA, COM 1,50 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSICAO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MINIMA DE 270 A 300HB, RESISTENCIA A TRACAO MINIMA DE 90 KGF/MM².	10	435,00
<b>Lote 2: FACA PARA ENXADA ROTATIVA, PARAFUSO, PORCA E ARRUELA</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	JG	FACA PARA ENXADA ROTATIVA MEC-RUL TIPO C (01 LAMINA DIREIRA E 01 ESQUERDA)	METISA	25,00
2	JG	PARAFUSO, PORCA E ARRUELA DE AÇO ½ X 1.1/2	FEY	2,60
<b>Lote 5: DENTE, PARAFUSO E PORCA PARA CARREGADEIRA</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	DENTE FURO 1 PARA CARREGADEIRA W20	DMX	142,70
2	UND	PARAFUSO E PORCA DE AÇO 1 X 3 ½	FEY	21,65

<b>RECH IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S/A</b>				
<b>Lote 1: JOGO DE LÂMINA DE 15 E 13 FUROS CONFORME ABAIXO</b>				
Item	Und	Produto	Marca	Valor Unit.
1	UND	LAMINA 15 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 2,13	RTB	460,00



		MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MÍNIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².		
2	UND	LAMINA 13 FUROS ESPESSURA E FURAÇÃO ¾, FORMATO RETA, COM 1,83 MT DE COMPRIMENTO COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO: TIPO DE AÇO ATC (ALTO TEOR DE CARBONO), COM DUREZA MÍNIMA DE 270 A 300HB, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO MÍNIMA DE 90 KGF/MM².	RTB	381,00

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 23 de abril de 2019 a 23 de abril de 2020.

Benedito Novo (SC), 23 de abril de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 31/2020

Publicação Nº 2355110

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 8/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2020

Contratada: IPEGEX INSTITUTO DE POS GRADUACAO E EXTENSAO LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO E SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PRESENCIAL PARA OS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL.

Valor: R\$ 13.600,00

Vigência: 06/02/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 06/02/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 32/2020

Publicação Nº 2355562

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 10/2020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020

Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSÃO RURAL DE SC

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

Valor: R\$ 47.196,83

Vigência: 10/02/2020 a 31/12/2020

Data Assinatura: 10/02/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº. 07/2020**

Publicação Nº 2354504

RESOLUÇÃO Nº. 07/2020

Concede licença ao vereador Jair Roberto Persuhn.

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 16, inciso V da Lei Orgânica do Município e artigo 7, inciso V, artigo 92, inciso III do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de interesse particular, ao Vereador Jair Roberto Persuhn, pelo período de 11/02/2020 à 11/03/2020.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. - Registra-se, publique-se e cumpra-se

Benedito Novo, aos 11 de fevereiro de 2020.

Marlei A. B. Floriani Daiani D. Wolter Wilmar Meyer  
Presidente 1ª Secretária 2º Secretário



# Biguaçu

## PREFEITURA

### ATA CP06/2020-FMS

Publicação Nº 2354789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS

#### ATA DE AVALIAÇÃO DAS DOCUMENTAÇÕES E OFERTA DOS SERVIÇOS PARA O CREDENCIAMENTO CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2020-FMS

Aos 12 (sete) dias do mês de fevereiro de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Biguaçu, na Sala de reuniões de Licitação, às 13:30 (treze e trinta) horas, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 406/2019, para dar início à avaliação das documentações de habilitação apresentada pela empresa TERAPIA & MOVIMENTO LTDA para o Credenciamento CP06/2020-FMS, que tem como objeto " contratação de empresas para realizar sessões de fisioterapia para atender as demandas das Unidades de Saúde do Município. Declarada aberta à reunião, passou-se para análise das documentações de habilitação. Após abertura dos envelopes contendo as documentações, os mesmos foram analisados e rubricados pela Comissão de Licitação, ficando constatado que a empresa atendeu integralmente ao edital.

Concluídas as análises das documentações apresentadas, passou-se a análise da oferta dos serviços, estando em conformidade com o Termo de Referência, parte integrante do edital CP06/2020-FMS.

Diante do acima exposto, esta Comissão Permanente de Licitação decidiu por unanimidade de votos de seus membros habilitar a empresa TERAPIA & MOVIMENTO LTDA, por atender o solicitado no edital.

Nada mais a constar, encerra-se a presente ata que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação.

NABEL ANA M. DE CAMPOS RAFAEL EMÍLIO POLLMANN  
Presidente da Comissão Membro

ANA CLÁUDIA SAGÁS  
Membro

MARISTELA LIRA BITTENCOURT DE ÁVILA  
Membro

### CONVOCAÇÃO Nº 36 EDITAL 002/2016-ERRATA

Publicação Nº 2356065

#### CONVOCAÇÃO Nº 36 – Edital 002/2016- ERRATA

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 07 de Fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL (30HS)

06 – IARA CUNHA FREIRE

CARGO: AUXILIAR DE SAÚDE II (30HS)

13 – ADELIA GOIS VILAIN

14 – EVANDRO CARDOSO DOS SANTOS

CARGO: FARMACÊUTICO (30H)

09 – PATRICIA DIAS DOS SANTOS

**DECRETO Nº 031/2020**

Publicação Nº 2356017

DECRETO Nº 031/2020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2020.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3960/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) na dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2019, apurado em fontes de recursos:

**SUPLEMENTAÇÃO**

Código	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
24	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	310.000,00
01	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura	310.000,00
15	URBANISMO	310.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	310.000,00
0009	BIGUAÇU CADA VEZ MELHOR	310.000,00
1028	Pavimentação de Ruas	310.000,00
4.4.90.00	Investimentos/ Aplicacoes diretas	310.000,00
0.3.49.000000	Superavit Cessão Onerosa	310.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Diretoria Executiva de Legislação  
e Expediente

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 001/2020**

Publicação Nº 2354859

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0001/2019**

CONTRIBUINTE:	DAGOBERTO LEBARBENCHON CUNHA JUNIOR		
ENDEREÇO:	Av. Deltaville 150, lote 23 do Garden Cond. Clube, Beira Rio - Biguaçu - SC		
Inscrição no CMC:	122302	CPF/CNPJ	052.627.359-32
Processo Fiscal:	6589/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 230/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, Em 10/07/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento nº 6589/2015 de Alvará de Construção, sujeito a vistoria/licença para obras de edificação residencial com área de 133,07 m².

Informações:

- Base legal do montante devido: LC 003/2007 art. 112 e 113.
- Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

Montante Devido:  
Tributo: R\$ 393,19

Atualização monetária: R\$ 64,10  
Multa de fiscalização: R\$ 164,62  
Juros: R\$ 169,20  
Valor total: R\$ 791,11

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Egberto Resende Lages  
Fiscal de Tributos  
Matrícula nº 9460

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 002/2020

Publicação Nº 2354864

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0002/2019

CONTRIBUINTE:	DAGOBERTO LEBARBENCHON CUNHA JUNIOR		
ENDEREÇO:	Av. Deltaville 150, lote 23 do Garden Cond. Clube, Beira Rio - Biguaçu - SC		
Inscrição no CMC:	122302	CPF/CNPJ	052.627.359-32
Processo Fiscal:	6589/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 232/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, Em 10/07/2015 o sujeito passivo acima identificado protocolou requerimento nº 6589/2015 de Alvará de Construção, sujeito a taxa de análise de projetos para obras de edificação residencial com área de 133,07 m².

#### Informações:

- a. Base legal do montante devido: LC 003/2007 art. 112 e 113.
- b. Montante: Art. 55, I e III da LC 003/2007
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

#### Montante Devido:

Tributo: R\$ 492,09  
Atualização monetária: R\$ 80,22  
Multa de fiscalização: R\$ 206,03  
Juros: R\$ 211,75  
Valor total: R\$ 990,09

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Egberto Resende Lages  
Fiscal de Tributos  
Matrícula nº 9460

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 003/2020**

Publicação Nº 2354867

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 0003/2019**

CONTRIBUINTE:	DAGOBERTO LEBARBENCHON CUNHA JUNIOR		
ENDEREÇO:	Av. Deltaville 150, lote 23 do Garden Cond. Clube, Beira Rio - Biguaçu - SC		
Inscrição no CMC:	122302	CPF/CNPJ	052.627.359-32
Processo Fiscal:	6589/2015	IF/AI/NL:	NL Nº 233/2018

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base nos artigos 216, III, 264, 265 e 271 da LC 003/2007, em consonância com o art. 55 da LC 003/2007, que foi constatado pela Gerência de Fiscalização Tributária, que o objeto do processo de Alvará de Construção nº 6589/2015, ( ampliação de edificação com área de 133,07 m²), o qual não obteve aprovação, e já está concluída, sem, contudo, recolher o ISS relativo à mão de obra da construção civil. Nos termos do art. 6º, da Instrução Normativa SMR nº 003/2017, tendo por provável data de fato gerador, a data de junho de 2015 de acordo com o art. 8º da Instrução Normativa 003/2017.

**Informações:**

- a. Base legal do montante devido: LC 003/2007 c/c Decreto 131/2009
- b. Montante: Art. 55, I e III, §5º do art. 42 da LC 003/2007, art. 6º da Inst. Normativa 003/2017.
- c. Atualização monetária: art. 350 da LC 003/2007
- d. Juros: Art. 352 da LC 003/2007
- e. Multa: Art. 77, II da LC 003/2007

**Montante Devido:**

Tributo: R\$ 2.549,16

Atualização monetária: R\$ 415,57

Multa de fiscalização: R\$ 1.067,30

Juros: R\$ 1.096,95

Valor total: R\$ 5.128,98

Prazo: Conforme disposto no art. 279, da LC nº 003/2007, é de 30 (trinta) dias, contados da data de ciência, o pagamento integral do crédito tributário, ou para apresentação de Reclamação. Após, o prazo fixado, o montante devido será inscrito em Dívida Ativa do Município para posterior cobrança judicial.

Biguaçu - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Egberto Resende Lages

Fiscal de Tributos

Matrícula nº 9460

**ERRATA DO EXTRATO DA ATA Nº. 16/2020 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DIA 20/01/2020**

Publicação Nº 2355287

ERRATA do Extrato da Ata nº. 16/2020 Publicado no Diário Oficial do Município dia 20/01/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contratado: AIR LIQUIDE LTDA.

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 166/2019 Objeto: Aquisição de oxigênio medicinal para 3ª CIA do Bombeiro Militar de Biguaçu.

No extrato da publicação da Ata de Registro de Preço acima, com data de publicação no Diário Oficial dos Municípios no dia 20/01/2020, Edição nº 3032, página 173, onde se lê: "EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020 DO RP 166/2019 PMB/SAÚDE

[...]

VALOR TOTAL: R\$153.709,3430

VIGÊNCIA: 17/01/2020 A 17/01/2021"

Leia-se: "EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2020 DO RP 166/2019 PMB/SAÚDE".

[...]

VALOR TOTAL: R\$ R\$153.696,00

VIGÊNCIA: 12/02/2020 A 12/02/2021"

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2020.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**ILCP04/ 2020-FMS**

Publicação Nº 2354965

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
CREDENCIAMENTO Nº 04/2020-FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

CONTRATADA: LIMA & CATANIO LTDA  
CNPJ nº 12.246.404/0006-53

Valor: R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

Documento: Edital de Credenciamento nº04/2020-FMS.

Dotação orçamentária: Recursos próprios e vinculados da Secretaria Municipal de Saúde.  
289 10/1 2043.33390395000000

Objeto:Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das Unidades de Saúde do Município.

Fim que se destina: atendimento aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde de Biguaçu.

**FUNDAMENTO LEGAL DA INEXIGIBILIDADE.**

Considerando que o credenciamento é um sistema por meio do qual a Administração Pública convoca todos os interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchendo os requisitos necessários, credenciem-se junto ao órgão ou entidade para executar o objeto quando convocados.

Essa sistemática pressupõe a pluralidade de interessados e a indeterminação do número exato de prestadores suficientes para a adequada prestação do serviço e adequado atendimento do interesse público, de forma que quanto mais particulares tiverem interesse na execução do objeto, melhor será atendido o interesse público.

Assim, se não é possível limitar o número exato de contratados necessários, mas há a necessidade de contratar todos os interessados, não é possível estabelecer competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública.

A licitação, portanto, é inexigível!

A inviabilidade de competição elimina a possibilidade de promover processo de licitação pública. Ora, um dos elementos indispensáveis para a imposição do dever de licitar é justamente a competitividade.

Tanto é assim que o caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 estabelece que "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição". Logo, foi legítimo promover chamamento público para credenciamento quando, pois, restou comprovada a inviabilidade de competição para a contratação do objeto pretendido.

Assim, confirmado que a demanda será melhor atendida pela contratação do maior número de interessados possível, foi legítima a instauração do credenciamento.

Para tanto, foi publicado edital de credenciamento público o qual definiu o objeto a ser executado, os requisitos de habilitação, foi fixado os valores e estabeleceu-se os critérios para convocação dos credenciados.

Foi estabelecida a "garantia da igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com a Administração, pelo preço definido na "Tabela de Procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS".

Com base no processo de Credenciamento nº 06/2020-FMS, resolve efetuar a contratação da Contratação de empresas para prestação de serviço de análises clínicas, para atender as demandas das Unidades de Saúde do Município, através do processo de Inexigibilidade de Licitação, com previsão no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de contratação sem licitação prévia quando houver inviabilidade de competição.

Biguaçu, 12 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Daniela Garcia Fabricio Galiani  
Secretária de Administração

**PP 04/2020 - PMB**

Publicação Nº 2354647

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL – 04/2020 PMB

Aquisição Divisórias, portas, prateleiras, armários, balcão, montagem e desmontagem de divisórias para Uso do Centro Administrativo da Secretaria de Saúde, Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA 24h), Unidades básica de saúde, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO), Policlínica Municipal, Almoxarifado e Vigilância Ambiental, Epidemiológica e Sanitária.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 04 de março de 2020, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 04 de março de 2020, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.atende.net](http://www.bigua.atende.net)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 11 de fevereiro de 2020.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA DE FÉRIAS Nº 079/2020 - MARCOS**

Publicação Nº 2355084

PORTARIA Nº 079/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas no Art. 24, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias ao servidor efetivo Marcos Pereira Minsky, ocupante do cargo de auxiliar de conservação e manutenção, por 20 (vinte) dias. Início 03/02/2020 e término 22/02/2020. Referente ao período concessivo 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Biguaçu/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Vereador Nei Claudio da Cunha

Presidente

**ERRATA DA PORTARIA Nº 032/2020 DA SERVIDORA LETÍCIA REGINALDO CORRÊA DA SILVA**

Publicação Nº 2355502

**ERRATA****CÂMARA DE VEREDORES DE BIGUAÇU****PORTARIA Nº 032/2020**

PUBLICAÇÃO DATA 09/02/2020

**RESOLVE:**

**Art. 1º -** Reconhecer a estabilidade no serviço público municipal, **a partir do dia 08 de janeiro de 2020**, à servidora Letícia Reginaldo Corrêa da Silva, matrícula 555-1, no cargo de Jornalista, em razão do decurso do prazo legal de três anos desde sua posse até o presente momento e de sua aprovação nas avaliações de desempenho.

<b>FOLHA</b>	<b>LINHA</b>	<b>ONDE SE LÊ</b>	<b>LEIA-SE</b>
1/1	1 e 2	a partir do dia 08 de janeiro de 2020	a partir do dia 20 de agosto de 2018

Biguaçu, 10 de fevereiro de 2020.

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 23.832/2020

Publicação Nº 2355582

PORTARIA Nº 23.832, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA MARCOS DÖRING PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal  
de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem o  
art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de conformidade com o  
art. 16 da Lei Complementar nº 162, de 19 de dezembro de 1997 e em atenção ao Memorando nº 024/2020, de 04 de fevereiro de 2020,  
encaminhado pelo Intendente Distrital de Vila Itoupava, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município, e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 162, de 19 de dezembro de 1997, para compor  
o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, juntamente com os demais membros no biênio 2019/2021,

MARCOS DÖRING, representante suplente da Intendência Distrital de Vila Itoupava – IDIVI, em substituição a ROSELI NILSA PAGEL, no-  
meada pela Portaria nº 23.122, de 11 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de fevereiro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Publicação Nº 2355588

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS – ALIMENTOS ESPECIAIS (FÓRMULA INFANTIL, COMPLEMENTO ALIMENTAR ENTRE OUTROS) PELO PE-  
RÍODO DE 01 ANO - SEMUS/FMS – FMAS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 28 de fevereiro de 2020, até às 09h00min. Início da  
sessão: dia 28 de fevereiro de 2020, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: [nelice@blumenau.sc.gov.br](mailto:nelice@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do município  
<http://www.blumenau.sc.gov.br/transparência>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e  
nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 12/02/2020 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de  
Administração.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

Publicação Nº 2355596

MUNICÍPIO DE BLUMENAU – ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020

"Comunicamos aos interessados em participar do Pregão supracitado ONDE SE LÊ NO EDITAL:" Entrega e protocolo dos envelopes: dia 27  
de março de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 27 de março de 2020, às 09h30min."; LEIA-SE CORRETAMENTE: "Entrega e pro-  
tocolo dos envelopes: dia 27 de fevereiro de 2020, até às 09h00min. Início da sessão: dia 27 de fevereiro de 2020, às 09h30min. Blumenau,  
12/02/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

### CONVITE Nº 01/2020

Publicação Nº 2355604

MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
CONVITE Nº 01/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução e fornecimento de projetos e serviços de engenharia e arquitetura com os  
objetivos de: 1- Readequar o projeto original de arquitetura para construção do centro de convenções vila germânica à nova situação de  
locação. 2- Realizar estudos de solo e levantamento topográfico da nova área. 3-Realizar o projeto executivo de arquitetura. 4- Realizar os  
projetos executivos complementares de engenharia, conforme especificações constantemente neste edital - Operação Crédito FINISA I –  
Contrato de Financiamento nº. 0498.699 – DV ° 69 – SEMOB.

ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 20 de fevereiro de 2020 às 09 horas. EDITAL COMPLETO, sem custas via e-mail: [licitacoes@blumenau.sc.gov.br](mailto:licitacoes@blumenau.sc.gov.br)  
e/ou site oficial do Município <http://www.blumenau.sc.gov.br/transparencia>. Base Legal: Lei nº 8.666/93 e alterações, Lei Comple-  
mentar nº 123/06 e alteração. Blumenau, 12/02/2020. ANDERSON ROSA - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.



**PORTARIA SECTUR Nº 13/2020**

Publicação Nº 2355638

PORTARIA SECTUR Nº 13 DE 10 de FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO TURÍSTICO E CULTURAL DA VILA ITROUPAVA.

MARCELO GREUEL, Secretário Municipal de Turismo e Lazer, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º - VII, da Lei Complementar nº 1.188, de 26 de abril de 2018, resolve:

Nomear, sem ônus para o Município e com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 1.188, de 26 de abril de 2018, os cidadãos abaixo, para constituírem o Conselho de Administração do Centro Turístico e Cultural da Vila Itoupava, para o biênio 2018/2020, conforme composição instituída pela Lei Complementar nº 1.211, de 8 de outubro de 2018:

João Guilherme Girardi, como representante titular da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semmas, em substituição a José Constantino Sommer, nomeado na Portaria Sector Nº 01 de 22 de maio de 2018.

André de Mora da Cunha, como representante suplente da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semmas, em substituição a Juliana Budag, nomeada na Portaria Sector Nº 09 de 03 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de fevereiro de 2020.

MARCELO GREUEL

Secretário Municipal de Turismo e Lazer

**PORTARIA Nº 7637/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2355645

PORTARIA Nº 7637/20

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

PRORROGAR

Portaria nº 7601, de 10 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM-e) nº 3004 de 16 de dezembro de 2020, objeto do processo Administrativo Disciplinar nº 002/2019, , nos termos do parágrafo único do art. 212, II da Lei Complementar nº 660/2007, a contar de 10 de dezembro de 2019, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme justificativa apresentada pela Presidente da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar- CPASD, através do ofício 002/2020/CPPASD de 06 de fevereiro de 2020.

Samae, 10 de fevereiro de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7638/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2355647

PORTARIA Nº 7638/20

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo, para a seguinte função gratificada de confiança:

JOSE GERALDO BRAUNS FARIAS, cadastro 2148-2, Agente Administrativo, Lotado na Diretoria Administrativo- Financeira, para a Função Gratificada de Confiança de Assessor de Arrecadação, símbolo FGC 30%, a contar de 10 de fevereiro de 2020.

Samae, 12 de fevereiro de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 7639/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2355651

PORTARIA Nº 7639/20

CONCEDE EXTENSÃO DE JORNADA TEMPORÁRIA A SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

CONCEDER

De acordo com o Artigo 42 da Lei Complementar 661/2007, devidamente autorizado, conceder extensão de jornada temporária a servidora pública autárquica municipal abaixo relacionada, a contar de 13 de fevereiro de 2020, pelo período de 1 (um) ano:

KEYTH DE MORAES, cadastro 2098-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Gerência de Gestão de Pessoas, Diretoria Administrativo- Financeira.

Samae, 12 de fevereiro de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER  
Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 023/2020 - FURB**

Publicação Nº 2355668

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Extrato nº. 023/2020****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
TELEFONICA S/A**

**OBJETO:** Permissão onerosa de uso de espaço público para instalação de armários de telecomunicações dentro dos limites do terreno da FURB, mediante disponibilização de área física (fração de terreno), sem quaisquer construções e benfeitorias.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Concorrência nº 316/2019 e Contrato nº 238/2019, firmado em 21 de janeiro de 2020.

**PREÇO:** O preço ofertado pela empresa signatária do presente Contrato é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Unidade	Código FURB	Qtde.	Descrição do Espaço	Preço Mensal do Item (em R\$)	Preço Anual do Item (em R\$)
01	mês		12	Espaço localizado nas proximidades do bloco A do campus 1 da FURB, situado no acesso ao estacionamento de servidores pela Rua Antônio da Veiga. O espaço é atualmente utilizado pela Operadora VIVO/GVT/Telefonica e abriga a Armário telefônico BNU GVT-A08.	5.129,87	61.558,44
<b>Preço Anual (em reais, por extenso)</b>		Sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e oito reais e quarenta e quatro centavos				

**PAGAMENTO:** A PERMISSIONÁRIA recolherá mensalmente, todo 15º (décimo quinto) dia de cada mês, em favor da Universidade, a importância definida ao término do certame, relativa à contrapartida da permissão de uso, por meio de depósito na conta corrente da Administração Fundacional, conforme dados bancários indicados pela Gestão Contratual no ato de assinatura do Contrato.

**PRAZO DE VIGÊNCIA:** Este Contrato terá prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo vir a ser prorrogado por até **60 (sessenta) meses**.

**DATA:** 12/02/2020

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17/2020

Publicação Nº 2355858

DECRETO Nº 17/2020

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA "CAMPAÑA DE VACINAÇÃO CONTRA O SARAMPO" DE BOM JARDIM DA SERRA-SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a Campanha de Vacinação contra o Sarampo, a realizar-se no dia 15 de fevereiro de 2020, em Bom Jardim da Serra - SC.

Art. 2º - A Campanha será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde e na ausência ou impedimento eventual pelo seu representante legal.

Art. 3º - As despesas com a realização da Campanha de Vacinação contra o Sarampo ocorrerão a cargo do recurso do Fundo Municipal de Saúde

Art. 4º - Os profissionais permanecerão na Unidade de Saúde durante o período integral para realização dos trabalhos de Educação e Saúde sendo assim necessitam de alimentação (almoço), que será pago com recurso do PMAQ.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Bom Jardim da Serra - SC, 10 de fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 54/2020

Publicação Nº 2354670

PORTARIA Nº 054/2020

De 03 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - FICA CUMPRIDO a decisão prevista sob às folhas 168 e 169, do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado através da Portaria nº 512/2017, no período do mês de janeiro de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 03 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se e  
Cumpra-se

### PORTARIA Nº 81/2020

Publicação Nº 2355029

PORTARIA Nº 081/2020

De 10 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do cargo de Diretor Adjunto de Compras, nível salarial DCA – 4, o Sr. Marcos Wilian Fusther, nascido em 14/02/1989, filho de Iomar José Fusther e de Maria Schirley Fusther, portador do CPF: 074.855.889-66 e RG: 4.419.850, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 10 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

## PORTARIA Nº 82/2020

Publicação Nº 2355033

PORTARIA Nº 082/2020

De 11 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretário Municipal de Compras e Licitações, nível salarial DCA - 5, o Sr. NÍRIO VELHO JÚNIOR, nascido em 06/11/1988, filho de Nírio Velho Júnior e de Ludi Pereira, portador do RG: 4.149.272 e do CPF: 060.753.379-03, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 11 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

## PORTARIA Nº 83/2020

Publicação Nº 2355038

PORTARIA Nº 083/2020

De 11 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR no cargo de Secretário Adjunto de Compras e Licitações, nível salarial DCA – 4, o Sr. Marcos Wilian Fusther, nascido em 14/02/1989, filho de Iomar José Fusther e de Maria Schirley Fusther, portador do CPF: 074.855.889-66 e RG: 4.419.850, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 11 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se e

Cumpra-se

**PORTARIA Nº 84/2020**

Publicação Nº 2355040

PORTARIA Nº 084/2020  
De 10 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

**RESOLVE**

Art. 1º DETERMINAR a instauração de processo administrativo disciplinar conforme artigo 151,152,153,154 da Lei Municipal 737/99, para apurar possíveis irregularidades, praticados pelo ex-servidor Richard Coan Cardoso, que foi efetivo no cargo de Médico Ginecologista.

Art. 2º Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão do processo será composta pelos servidores, Aline Gasperin Velho, Portaria de nomeação 045/2004; Luana Rodrigues dos Santos Gonçalves, Portaria de nomeação nº 054/2012, que a presidirá; Ildete Felicidade Macari, Portaria de nomeação nº 269/1998; todos servidores efetivos e estáveis.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 10 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publique-se.  
Registre-se.  
Cumpra-se

**PORTARIA Nº 85/2020**

Publicação Nº 2355044

PORTARIA Nº 085/2020  
De 11 de Fevereiro de 2020

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, artigo 95, inciso II, letra "C" e Lei Municipal 737/1999 "Estatuto do Servidor Público Municipal de Bom Jardim da Serra- SC, considerando:

**RESOLVE**

Art. 1º - DETERMINAR a instauração de processo administrativo disciplinar conforme artigo 151,152,153,154 da Lei Municipal 737/99, para apurar possíveis irregularidades, praticados pelo servidor Adriano de Oliveira Bibiana, efetivo no cargo de Vigia Noturno, nomeado através da Portaria 038/2012;

Art. 2º - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão do processo será composta pelos servidores, Aline Gasperin Velho, Portaria de nomeação 045/2004; Luana Rodrigues dos Santos Gonçalves, Portaria de nomeação nº 054/2012, que a presidirá; Ildete Felicidade Macari, Portaria de nomeação nº 269/1998; todos servidores efetivos e estáveis.

Art. 3º - Para bem cumprir as suas atribuições, a comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes, tudo de acordo com a Lei Municipal 737/1999.

Art. 4º - O funcionário terá afastamento preventivo pelo prazo inicial de trinta dias, previsto no art. 149 do Estatuto do Servidor.

Art. 5º - A comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data de publicação desta portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência à Administração.

Esta portaria entra em vigor, na data de sua assinatura, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra,  
em 11 de Fevereiro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 046/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355285

PORTARIA Nº 046/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENGGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

#### RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidor Público Municipal Sr. Nairo Cezar Morandini , portador do CPF sobº 824.153.749-20, inscrito na matrícula sob nº 53-1, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, conforme Atestado Médico, no período de 12 de fevereiro de 2020 a 21 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 12 de fevereiro de 2020.

RONALDO LUIZ SENGGER  
Prefeito Municipal



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 297.02.20 - P. REMANEJAMENTO SHEILA L. MARINHO

Publicação Nº 2354977

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 297/20 de 11.02.20

REMANEJA SERVIDORA PÚBLICA DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

#### RESOLVE:

Remanejar a servidora Sheila Letícia Marinho, Ocupante do cargo de Servente – Padrão I – Nível - 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher, para ocupar as mesmas funções no Centro Administrativo - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir do dia 10 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### 298.02.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANGELITA AP. BORGES

Publicação Nº 2354979

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 298/20 de 11.02.20  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 07 de fevereiro com término no dia 11 de fevereiro de 2020, a funcionária Angelita Aparecida Borges, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Municipal Patrícia Deucher.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**299.02.20 - P.LIC. MOT. P. FAM. ANDREA N. KUHNEN**

Publicação Nº 2354981

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 299/20 de 11.02.20  
Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado apresentado 11 (onze) dias de licença para acompanhar familiar, na recuperação de cirurgia, a contar do dia 28 de janeiro com término no dia 07 de fevereiro de 2020, a funcionária Andrea Nascimento Kuhnen, Ocupante do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Nível 37, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**300.02.20 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DIEGO D. NUNES**

Publicação Nº 2354983

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 300/20 de 12.02.20  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no Atestado Médico apresentado, 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 12 de fevereiro com término no dia 14 de fevereiro de 2020, ao funcionário Diego Domingues Nunes, Ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal Assistência Social e Habitação – Conselho Tutelar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**301.02.20 - P. DES. SERV. MARIA EDUARDA SANGALETTI**

Publicação Nº 2354985

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 301/20 de 12.02.20

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

**Resolve:**

Designar Maria Eduarda Sangaletti, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher, no período de 12 de fevereiro com término no dia 18 de dezembro de 2020, em virtude de sua classificação em 6º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Sheila Letícia Marinho, que foi remanejada para a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **302.02.20 - P. DES. MONITOR LIDIA M. HENKMAIER**

Publicação Nº 2354987

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 302/20 de 12.02.20

Designa Monitor de Creche em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e Lei Complementar Nº 65/17 de 25 de maio de 2017 e dá outras providências;

Resolve:

Designar Lídia Mara Henkmaier, para atuar como Monitor de Creche 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 12 de fevereiro com término no dia 18 de dezembro de 2020, em virtude de sua classificação em 16º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019 para Contratação de Monitor de Creche ACT, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Monitor de Creche – Padrão I, Nível 16 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

### **303.02.20 - P. DES. PROF. ERONETE AP. S. SOUZA**

Publicação Nº 2354989

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 303/20 de 12.02.20

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso IX da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Eronete Aparecida da Silva Souza, para atuar como Professora Ensino Fundamental 20 horas semanais no Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, no período de 12 de fevereiro com término no dia 18 de dezembro de 2020, em virtude de sua classificação em 5º lugar no Processo Seletivo nº 01/2019, para Contratação de Professor ACT – Ensino Fundamental – Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2020.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA  
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS  
Sec. Mun. Administração e Fazenda

**EXTRATO DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2020**

Publicação Nº 2354215

**EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2020**

A Comissão de Seleção, em cumprimento a ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, faz publicar o presente extrato. Objeto: dispensa de chamamento público, com vista à celebração de parceria, a ser executada em regime de mútua cooperação, entre o Município de Bom Retiro e a Organização da Sociedade Civil denominada Associação de Assistência Social de Bom Retiro para o repasse de valor mensal à entidade para desenvolvimento do Projeto "Criança feliz, Família feliz. Valor total: R\$ 48.000,00. Período de duração: até 31/12/2020. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail [procuradoria@bomretiro.sc.gov.br](mailto:procuradoria@bomretiro.sc.gov.br)

Bom Retiro, 13 de fevereiro de 2020.

Nilton César dos Santos, Renan Andriago Bernieri e Alceu dos Santos

Membros da Comissão de Seleção

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO 05/2020**

Publicação Nº 2354619

**MUNICÍPIO DE BOM RETIRO/SC****DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 05/2020.**

Objeto: Contratação de serviço a ser oferecido pelos prestadores de serviços credenciados ao CIS/AMURES, assegurada a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS. Valor Total: R\$ 260.000,04 (duzentos e sessenta mil e quatro centavos). Contratada: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES. Fundamentação: Art. 24, inciso XXVI, da Lei 8.666/93. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 13 de fevereiro de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

**MINUTA PP 08/2020**

Publicação Nº 2355653

**MINUTA EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020 SRP**

O Município de Bom Retiro torna público Edital Pregão Presencial 08/2020, SRP objetivando Aquisição de frutas, verduras e legumes para fornecimento as Secretarias e Fundos Municipais. Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 28/02/20 às 10h00min. Maiores informações podem ser obtidas na Prefeitura de Bom Retiro Fone/Fax: (049) 32770183, das 08:00/12:00 das 13:30/17:30. Edital disponível no website oficial: [www.bomretiro.sc.gov.br](http://www.bomretiro.sc.gov.br). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 13 de fevereiro de 2020.

Everaldo Capistrano da Cunha

Prefeito Municipal

**Botuvera****PREFEITURA****ADITIVO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019 - KATIA**

Publicação Nº 2354108

ADITIVO DE PRAZO Nº 01

AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua João Morelli, nº 66, 88.295-000, centro, na cidade de Botuverá (SC), neste ato representado pelo Prefeito, Sr. JOSÉ LUIZ COLOMBI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 455.167.669-15, residente e domiciliado na Rua 9 de junho, s/nº, bairro Rib. Porto Franco, cidade de Botuverá-SC, e de outro lado a Srª. KATIA DE CAMPOS PLONKOSKI, pessoa física, inscrita no CPF-048.426.649-75, residente e domiciliada na Rua PG08, 30, Rod. Pedro Merisio, bairro Pedras Grandes, 88.295-000, Botuverá-SC, Fone: (47) 98441-8717, 9841-6425, 98464-0127 jonatas31carmelitocosta@hotmail.com, doravante denominado PERMISSIONÁRIO, tendo em vista a homologação do Pregão Presencial nº 02/2019, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, firmam o presente termo aditivo com base no contrato 03/2019, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA:** O presente TERMO DE ADITIVO, tem por objeto renovar o prazo de vigência para mais 12 (doze) meses, a partir do vencimento da data do original do contrato administrativo nº 03/2019, conforme previsto na cláusula sexta do contrato original.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

2.1 – Assim em conformidade com cláusula terceira- do reajuste, o presente contrato sofrerá um reajuste de 7,82% referente ao IGPM acumulado do início do contrato até janeiro/2020.

2.2- Após aplicado o reajuste, a PERMISSIONARIA pagará ao PERMITENTE a importância mensal de R\$ 291,11 (duzentos e noventa e um reais e onze centavos).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:** As demais cláusulas do contrato administrativo nº 03/2019 permanecem inalteradas.

E, por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo identificadas.

Botuverá (SC), 16 de janeiro de 2020.

José Luiz Colombi  
Prefeito  
PERMITENTE

KATIA DE CAMPOS PLONKOSKI  
CPF-048.426.649-75  
PERMISSIONÁRIA

Nome: Marciano Marcos Leoni  
SEC TURISMO, CULT.ESP.JUV  
GESTOR

Nome: Jeferson André Mariani  
Dir. SEC TURISMO, CULT.ESP.JUV  
FISCAL

Visto: \_\_\_\_\_  
Rodrigo Ivan Lazzarotti  
Advogado OAB: 12298/SC

**ATA SRP02/2020-CANCELAMENTO**

Publicação Nº 2355469

Botuverá, 12 de Fevereiro de 2020.

a/c.:Setor de Compras/Licitações  
Assunto: Cancelamento de Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 420/2019  
PREGÃO PRESENCIAL N. 60/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020

Prezados,

Em atendimento ao pedido de desistência/cancelamento por iniciativa da contratada, pela falta de atendimento e/ou pelo atendimento precário, e comprovada A INCAPACIDADE DE EXECUÇÃO DO OBJETO constante na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2020, pela empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONTRUTORA LTDA – CNPJ: 27.404.978/0001-75, fica determinado a partir desta data o CANCELAMENTO do registro de preços da empresa citada.

Pelo situação exposta, e pela necessidade da contratação dos serviços, DETERMINAMOS a convocação na ordem classificatória das demais empresas registradas, para fins de assinatura da ata de registro de preços.

Informamos ainda que trata-se de situação que requer a máxima de urgência, e assim peçamos atenção imediata ao assunto.

Atenciosamente,

Angelo Luiz Venzon  
Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Gestor da Ata

Vilson J. Giancesini  
Secretário de Transportes  
Fiscal da Ata

### **EXTRATO DA A.R.P. 05/2020 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**

Publicação Nº 2354448

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratado:

COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PALOSCHI EIRELI - CNPJ: 76.837.160/0001-51, Situada na Avenida Paulo VI, Nº 77, bairro centro, CEP: 88295-000, cidade de Botuverá/SC, Fone: (47) 3359-1241, e-mail: valdirpaloschi@brturbo.com.br

VALOR: R\$ 226.170,50 (Duzentos e Vinte e Seis Mil, cento e Setenta Reais e Cinquenta Centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E OUTROS

Fundamento Legal:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020-SRP

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 07/2020

Publicação Nº 2355121

#### EXTRATO DE CONTRATO 7/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Cooperativa Agrícola Familiar Serra Taboão

CNPJ: 20.432.884/0001-60

Rua Evaldo Volkmann, 2846

Bairro Taboão

Rio do Sul - SC

Objeto: Chamada Pública nº 01/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015.

Valor: R\$ 28.915,00 (vinte e oito mil, novecentos e quinze reais).

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 12/02/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 08/2020

Publicação Nº 2355128

#### EXTRATO DE CONTRATO 8/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Cooperativa da Agricultura Familiar do Vale do Itajaí

CNPJ: 07.125.517/0001-56

Rua Prefeito Sido Schroeder, 304

Bairro Centro

Dona Emma - SC

Objeto: Chamada Pública nº 01/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015.

Valor: R\$ 28.915,00 (vinte e oito mil, novecentos e quinze reais).

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 12/02/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 09/2020

Publicação Nº 2355133

#### EXTRATO DE CONTRATO 9/2020

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Hilário Fabris

CPF: 811.793.599-68

Estrada Geral Pouso da Caixa, s/n

Trombudo Central - SC

Objeto: Chamada Pública nº 01/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015.

Valor: R\$ 19.957,00 (dezenove mil, novecentos e cinquenta e sete reais).

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 12/02/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2020**

Publicação Nº 2355138

**EXTRATO DE CONTRATO 10/2020**

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Alcides de Lourenzi

CPF: 494.714.819-53

Estrada Geral Pouso da Caixa, s/n

Trombudo Central - SC

Objeto: Chamada Pública nº 01/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015.

Valor: R\$ 16.108,00 (dezesesseis mil, cento e oito reais).

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 12/02/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2020**

Publicação Nº 2355141

**EXTRATO DE CONTRATO 11/2020**

Contratante: Município de Braço do Trombudo

CNPJ 95.952.230/0001-67,

Praça da Independência, 25

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Suzan Kramel

CPF: 006.305.159-13

Estrada Geral Ribeirão Vitória, s/n

Braço do Trombudo - SC

Objeto: Chamada Pública nº 01/2020 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar conforme Lei nº 11.947, de 16/06/2009, Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015.

Valor: R\$ 17.338,00 (dezesete mil, trezentos e trinta e oito reais).

Vigência até 31/12/2020.

Data da assinatura: 12/02/2020.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal



**Brunópolis****PREFEITURA****LEI COMPLEMENTAR Nº 72**

Publicação Nº 2354635

**LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.****ALTERA O ARTIGO 17 E O ANEXO II DA  
LEI COMPLEMENTAR Nº 32/2009, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ADEMIL ANTONIO DA ROSA**, Prefeito Municipal de Brunópolis, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por Ele sancionada a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** O artigo 17 da Lei Complementar nº 32/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

***“Art. 17 - As Zonas de Preservação Permanente (ZPP) são áreas de proteção das faixas marginais dos rios, regidas pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio 2012 e pela Lei Municipal 946, de 19 de Novembro de 2019”.***

**Art. 2º.** A TABELA II a que se refere o artigo 19, da Lei Complementar nº 32/2009, passa a ter o seguinte conteúdo:

**TABELA II – USO DO SOLO URBANO**

<b>ZONA</b>	<b>PERMITIDOS</b>	<b>PERMISSÍVEIS</b>	<b>OBSERVAÇÕES</b>
<b>ZRM</b>	USO1;USO 2; USO 3 GRUPO A, B	USO 3 GRUPO C; USO 4 GRUPO B; USO 5 GRUPO A, B, C; USO 6 GRUPO A	1) Todas as atividades que não estiverem relacionadas no Art. 22 ou aquelas que gerarem dúvidas serão analisadas pelo conselho;
<b>ZRP</b>	USO1; USO 2	USO 3 GRUPO A, B; USO 4 GRUPO B; USO 5 GRUPO B, C	
<b>ZRB</b>	USO 1; USO 2; USO 3 GRUPO A	USO 3 GRUPO B,C; USO 4 GRUPO B; USO 5 GRUPO B	
<b>ZMC</b>	USO 1; USO2; USO 3 GRUPO A, B,C; USO 5 GRUPO A	USO 4 GRUPO C; USO 5 GRUPO B, C; USO 6 GRUPO A	2) A classificação das indústrias respeitará o Art. 23 e a Lei do órgão Estadual em vigor, parte integrante desta Lei, Anexo I.

<b>ZMD</b>	USO1; USO2; USO 3 GRUPO B; USO 4 GRUPO B; USO 6 GRUPO A, B	USO 3 GRUPO C; USO 4 GRUPO A,C; USO 5 GRUPO A, B,C	<b>3) Na ZII somente serão permitidas habitações (USO 1) com a finalidade de guarda dos empreendimentos instalados.</b>
<b>ZII</b>	<b>USO 4 GRUPO A, B; USO 6 GRUPO A, B</b>	<b>USO 1; USO 2; USO 3 GRUPO B; USO 4 GRUPO C; USO 5 GRUPO A, B; USO 6 GRUPO C</b>	
<b>ZIA</b>	Todos os usos agropecuários	USO 1	
<b>ZPP</b>	_____	USO 5 GRUPO C	
<b>ZEU</b>	USO 1; USO 2; USO 3 GRUPO A,B,C; USO4 GRUPO B; USO 6 GRUPO A	USO 4 GRUPO A, C; USO 5 GRUPO B,C; USO 6 GRUPO B	

**Art. 3º.** As demais disposições da Lei Complementar nº 32/2009 permanecem inalteradas.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições contrárias.

Brunópolis, SC, 12 de fevereiro de 2020.

**ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL**

**MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

REGISTRADO E PUBLICADO NO DOM.

# Brusque

## PREFEITURA

### EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 090-2017

Publicação Nº 2355702

#### EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 090-2017

Espécie: 10º Termo Aditivo, Contrato nº 090/2017 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA Objeto: Aditivo de prazo Origem: concorrência pública 004/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Andrea Patricia Volkmann e Luciano Thiesen.

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2019

Publicação Nº 2355693

#### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2019

Espécie: 1º Termo Aditivo, Contrato nº 002/2019, entre o Município de Brusque e JULINHO JOSÉ PAZA Objeto: Aditivo prorrogação e reajuste Origem: Pregão: 002/2019 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Fabiana Demétrio e Julinho José Paza

### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087-2017

Publicação Nº 2355696

#### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 087-2017

Espécie: 6º Termo Aditivo, Contrato nº 087/2017 entre o Município de Brusque e CONSTRUTORA WDD LTDA Objeto: Aditivo quantitativo Origem: Pregão: 014/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Andrea Patricia Volkmann e Vagner Dallabrida

### EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2017

Publicação Nº 2355699

#### EXTRATO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117-2017

Espécie: 8º Termo Aditivo, Contrato nº 117/2017 entre o Município de Brusque e FREEDOM ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA Objeto: Aditivo de prazo Origem: concorrência pública 006/2017 Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Andrea Patricia Volkmann e Luciano Thiesen.

### EXTRATO CONTRATO Nº 003-2020-FMS

Publicação Nº 2355705

#### EXTRATO CONTRATO Nº 003-2020-FMS

ESPÉCIE: Contrato nº 003/2020, entre o Município de Brusque e a empresa LOCAMEDI LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ASSISTENCIA MEDICA LTDA Objeto: contratação de empresa para prestação de serviços de locação de veículos automotivos, para atender a demanda da saúde Valor: R\$91.404,00 Pregão 028/2019 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Humberto Martins Fornari e Bernardo Pavan Mamed

### EXTRATO CONTRATO Nº 010-2020

Publicação Nº 2355708

#### EXTRATO CONTRATO Nº 010-2020

ESPÉCIE: Contrato nº 010/2020, entre o Município de Brusque e a empresa CAÇAMBA CIDADE LIMPA Objeto: prestação de serviços de manutenção de sopradores, roçadeiras, motopodas, motosserras e lava jato Valor: R\$33.520,00 Pregão 135/2019 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Edena Beatris Censi e Valter Florian

**EXTRATO CONTRATO Nº 011-2020**

Publicação Nº 2355711

**EXTRATO CONTRATO Nº 011-2020**

ESPÉCIE: Contrato nº 011/2020, entre o Município de Brusque e a empresa FYLIPI DE BORBA VIEIRA Objeto: prestação de serviços de manutenção de sopradores, roçadeiras, motopodas, motosserras e lava jato Valor: R\$81.010,00 Pregão 135/2019 VIGÊNCIA: 12 meses. Signatários: Edena Beatris Censi e Fylipi de Borba Vieira

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004-2020**

Publicação Nº 2355689

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004-2020**

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 004-2020 em 11/02/2020 - OBJETO Aquisição De Baterias, Lâmpadas E Fusíveis - ORIGEM: Pregão nº 136/2019 SIGNATÁRIO: Ricardo José de Souza

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007-2020**

Publicação Nº 2355719

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 007/2020****TOMADA DE PREÇO nº 003/2020**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE COBERTURA METÁLICA NAS ESCOLAS EEF ANGELO DOGNINI, EEF ALEXANDRE MERICO, EEF CEDRO ALTO E EEF RIO BRANCO, CIDADE DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela HABILITAÇÃO da empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME por observância a todas as cláusulas do edital e INABILITAÇÃO da empresa A R ENGENHARIA LTDA EPP por descumprimento do contido nos itens 3.1.1.4 "a" e "b" do edital, ou seja, ausência de um responsável técnico na engenharia mecânica e em razão do único atestado de capacidade técnica ter sido emitido por pessoa física. Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. 12/02/2020 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164-2019**

Publicação Nº 2355724

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 164/2019****TOMADA DE PREÇO nº 009/2019**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA NA EEF PROFESSORA GEORGINA CARVALHO RAMOS DA LUZ, BAIRRO SÃO PEDRO, NA CIDADE DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela Habilitação da empresa LUCIANO DA SILVA GOETTEN, em razão do cumprimento das exigências contidas em edital. Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. 11/02/2020 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007-2020**

Publicação Nº 2356069

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO nº 007/2020****TOMADA DE PREÇO nº 003/2020**

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA OBRA DE COBERTURA METÁLICA NAS ESCOLAS EEF ANGELO DOGNINI, EEF ALEXANDRE MERICO, EEF CEDRO ALTO E EEF RIO BRANCO, CIDADE DE BRUSQUE.

RESULTADO DA HABILITAÇÃO: Após análise dos documentos de habilitação em consonância com o disposto na Cláusula Terceira (habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica e qualificação econômica e financeira) do instrumento convocatório, a Comissão de Licitação deliberou pela HABILITAÇÃO da empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA ME por observância a todas as cláusulas do edital e INABILITAÇÃO da empresa A R ENGENHARIA LTDA EPP por descumprimento do contido nos itens 3.1.1.4 "a" e "b" do edital, ou seja, ausência de um responsável técnico na engenharia mecânica e em razão do único atestado de capacidade técnica ter sido emitido por pessoa física. Isto posto e, procedida a publicação do resultado desta sessão, aguarde-se o decurso do prazo recursal, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei 8.666/93 e/ou Termo de Renúncia para prosseguimento do processo licitatório. 12/02/2020 CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA Presidente da Comissão de Licitação

**PORTARIA Nº 0321-2020**

Publicação Nº 2355840

PORTARIA Nº 0321/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Sindicância nº 009/2019, instaurado pela Portaria nº 0522/2019 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17, no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Considerando o decurso de tempo junto às diligências, verificações, análises e vistorias, inerentes ao feito em questão;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Sindicância nº 009/2019, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente a apurar os fatos constantes do expediente encaminhado mediante Memorando nº 199/2019/RH, de 22/03/2019, c/c Ofício nº 171/2017 /IBPREV, de 20/07/2017; e anexos para apuração dos fatos envolvendo o(a) caso / ocorrência supra-mencionado(a), em virtude de necessidade das providências cabíveis; objetivando a reconstrução documental pertinente, bem como apurar autoria e materialidade de tais condutas; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Responsável

**PORTARIA Nº 247-2020**

Publicação Nº 2355732

PORTARIA Nº 247/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora IONETE LUCIA BROGNI MAESTRI, matrícula n. 198196-3, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de fevereiro de 2020.  
Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão  
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora  
Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 249-2020**

Publicação Nº 2355741

## PORTARIA Nº 249/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, por motivo de aposentadoria.

**RESOLVE:**

Art. 1º declarar a vacância do cargo de provimento efetivo de Professor, nos termos do inciso IV do art. 41 da lei complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, ocupado pela servidora CLAUDINICE EDUARDO SGROTT, matrícula n. 7765 – 0, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 05 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretária de Orçamento e Gestão

Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUEMO

Secretária de Educação

**PORTARIA Nº 275-2020**

Publicação Nº 2355746

## PORTARIA Nº 275/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ADENILSON ALBINO DA SILVA	340804 – 3	OPERADOR DE MAQUINA	Horizontal	B – II	C – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza

Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza

Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA Nº 276-2020**

Publicação Nº 2355748

## PORTARIA Nº 276/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ALVINO CORREIA	376477 – 2	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	C – I	D – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 277 -2020**

Publicação Nº 2355752

## PORTARIA Nº 277/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANA PAULA PETRY LIMA	741477 – 0	ENFERMEIRO	Horizontal	A – II	B – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão



Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 278-2020

Publicação Nº 2355755

### PORTARIA Nº 278/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANADIA SANTOS E SANTOS	877905 – 0	AGENTE ADMINISTRATIVO	Horizontal	B – I	C– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 279 -2020

Publicação Nº 2355756

### PORTARIA Nº 279/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:



Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANDRES LUIS FREY ALVES	723843 – 0	AGENTE ADMINISTRATIVO	Horizontal	D – I	E – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 280-2020

Publicação Nº 2355759

### PORTARIA Nº 280/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANE CAROLINE ANDRADE TADIOT-TO	775894 – 1	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	B – I	C – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 281-2020**

Publicação Nº 2355764

## PORTARIA Nº 281/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ANGELO LOFFI	680788 – 3	PORTEIRO/ZELADOR	Horizontal	A – I	B – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA Nº 282-2020**

Publicação Nº 2355767

## PORTARIA Nº 282/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
APARECIDO LEANDRO DA SILVA	836044 – 2	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	B – I	C – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 283-2020**

Publicação Nº 2355770

## PORTARIA Nº 283/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ARCILI GILBERTO TORRESANI	677957 – 2	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	C – II	D – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA Nº 284-2020**

Publicação Nº 2355772

## PORTARIA Nº 284/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
AUGUSTINHO PAULINI	10047042 – 1	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	B – I	C – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

## PORTARIA Nº 285-2020

Publicação Nº 2355774

### PORTARIA Nº 285/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
BERNARDETE FELICIO	16683 – 2	ENFERMEIRA	Horizontal	C – I	D – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 286-2020

Publicação Nº 2355777

### PORTARIA Nº 286/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
BETINA VIDOTTO IMHOF	607126 – 0	MEDICO ESPECIALISTA	Horizontal	D – II	E– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 287-2020

Publicação Nº 2355779

### PORTARIA Nº 287/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CARLINE FERNANDA SCHEEREN VERISSIMO	744050 – 1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Horizontal	B – II	C– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 288-2020**

Publicação Nº 2355781

## PORTARIA Nº 288/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CARMEN SANDRA FERREIRA DA CONCEICAO	422282 – 4	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	D – I	E– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 289-2020**

Publicação Nº 2355783

## PORTARIA Nº 289/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CARMEN SANDRA FERREIRA DA CONCEICAO	422282 – 4	SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	E – I	F– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 290-2020

Publicação Nº 2355784

### PORTARIA Nº 290/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CECILIA MARIA VOSS	214906 – 12	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	C – I	D – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2018.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 291-2020

Publicação Nº 2355785

### PORTARIA Nº 291/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CLEBER LUIZ SOARES NUNES	725293 – 0	AGENTE DE OBRAS	Horizontal	C – II	D – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

## PORTARIA Nº 292-2020

Publicação Nº 2355786

### PORTARIA Nº 292/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CLEITON TRINDADE	725315 – 0	AGENTE DE OBRAS	Horizontal	D – II	E – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

## PORTARIA Nº 293-2020

Publicação Nº 2355787

### PORTARIA Nº 293/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:



Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
CLOVIS JOSE LOOF	19704 – 0	OPERADOR DE MAQUINAS	HORIZONTAL	F – I	G – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

## PORTARIA Nº 294-2020

Publicação Nº 2355791

### PORTARIA Nº 294/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
DEBORA FERNANDA GOETTEMS	1052730 – 0	AGENTE ADMINISTRATIVO	Horizontal	B – II	C – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/12/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 295-2020**

Publicação Nº 2355794

## PORTARIA Nº 295/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
EDSON LEOMAR COMANDOLLI	3875 – 0	CONTADOR	Horizontal	I – II	J– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/12/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 296-2020**

Publicação Nº 2355797

## PORTARIA Nº 296/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ELIZABETH BELTRAO	675040 – 0	SERVENTE SERVIÇOS GERAIS	Horizontal	C – I	D – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

**PORTARIA Nº 297-2020**

Publicação Nº 2355799

## PORTARIA Nº 297/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ERITON LOPES DE SANTA ANNA	748897 – 3	OPERADOR DE MAQUINAS	Horizontal	B – I	C – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA Nº 298-2020**

Publicação Nº 2355802

## PORTARIA Nº 298/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
FRANCISCO CORREIA DE OLIVEIRA	739910 – 1	AGENTE DE OBRAS	Horizontal	C – I	D – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/12/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

## PORTARIA Nº 299-2020

Publicação Nº 2355803

PORTARIA Nº 299/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
GILSEIA DE PAULA VOGELI	724602 – 0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Horizontal	D – I	E– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 300-2020

Publicação Nº 2355804

PORTARIA Nº 300/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
INEZ LOSCHNER	374156 – 4	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Horizontal	C – I	D– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 301-2020

Publicação Nº 2355807

### PORTARIA Nº 301/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
IVETE CARDOSO DA SILVA	1047841 – 0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Horizontal	B – I	C– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 302-2020**

Publicação Nº 2355808

## PORTARIA Nº 302/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
JULIANO BREIER FRIEDRICH	946125 – 2	AGENTE DE OBRAS	Horizontal	B – II	C – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Ricardo José de Souza  
Secretário Municipal de Obras

**PORTARIA Nº 303-2020**

Publicação Nº 2355810

## PORTARIA Nº 303/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
KATIA CILENE MENDES JULIANI	908363 – 0	MEDICO ESPECIALISTA	Horizontal	C – II	D – II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 304-2020**

Publicação Nº 2355813

**PORTARIA Nº 304/2020**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
KATIUSCIA DANIELLE GOULART RAMOS	723932 – 0	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Horizontal	B – I	C– I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 305-2020**

Publicação Nº 2355815

**PORTARIA Nº 305/2020**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a progressão VERTICAL ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
APOLONIA LIDIVINA MONTIBELLER FRAGA	350052 – 1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Vertical	D – II	D– III

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

## PORTARIA Nº 306-2020

Publicação Nº 2355821

### PORTARIA Nº 306/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão Vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
HELIO IMHOF	138347 – 1	MOTORISTA VEÍCULOS LEVES	Vertical	B – I	B– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/08/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde



**PORTARIA Nº 307-2020**

Publicação Nº 2355823

## PORTARIA Nº 307/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão Horizontal e Vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
ELAINE PRZYSIEZNY	11266 – 0	FISIOTERAPEUTA	Horizontal e Vertical	F – I	G– II

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Humberto Martins Fornari  
Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 308-2020**

Publicação Nº 2355827

## PORTARIA Nº 308/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

## RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão Vertical ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
IRINEU MARTINS DE LIMA NETO	724157 – 0	MOTORISTA VEÍCULOS PESADOS	Vertical	E – II	E – III

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/10/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 309-2020

Publicação Nº 2355831

PORTARIA Nº 309/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017, e Artigos 24 a 29 da LC 143/2009;

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão horizontal ao servidor(a), por ter cumprindo todos os requisitos, conforme segue:

Servidor(a)	Matrícula	Cargo	Tipificação	Nível do Pedido	Nível da Progressão
MARIA GORETI RAISER	99791 – 6	AGENTE SERVIÇOS ESPECIAIS	Horizontal	D – I	E – I

Parágrafo – A progressão de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Artigos 24 a 29 da Lei Complementar nº 143/2009, e nos termos do parecer da Comissão Permanente de Avaliação Funcional.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/11/2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Edena Beatris Censi  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

Anelise Nagel Ketzer de Souza  
Diretora de Recursos Humanos

Eliani Aparecida Busnardo Buemo  
Secretária Municipal de Educação

## PORTARIA Nº 313-2020

Publicação Nº 2355834

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 313/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

### RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
724467	1	DAGMAR MACHADO TELLES	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	10/02/2020	19/02/2020	10
4161327	1	RODRIGO FERNANDES	Secretaria de Trânsito e Mobilidade	10/02/2020	19/02/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 10/02/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RENATO BIANCHI  
Secretaria de Trânsito e Mobilidade  
Designado Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 314-2020

Publicação Nº 2355835

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 314/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
944130	0	TEXAS MANOEL MARTINS	Secretaria de Orçamento e Gestão	10/02/2020	10/03/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 10/02/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 315-2020

Publicação Nº 2355837

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 315/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
1068555	1	DENIS DE SOUZA	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	12/02/2020	21/02/2020	10
4129415	1	DIEGO AUGUSTO MARTINS SIQUEIRA	Secretaria de Obras e Serv. Públicos	12/02/2020	21/02/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 316-2020

Publicação Nº 2355838

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 316/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias de gozo
687154	1	ALEXANDRE MUNIZ MARQUES	Secretaria de Saúde	17/02/2020	17/03/2020	30
1000060737	1	TAJANA BACK BIDINOTTO	Secretaria de Saúde	17/02/2020	26/02/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 317-2020

Publicação Nº 2355839

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 317/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
4307038	4	MONICA OLIVEIRA DE JESUS	Secretaria Municipal de Educação	18/02/2020	18/03/2020	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de Fevereiro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO  
Secretária Municipal de Educação

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 8- 2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2356066

Portaria Nº 8, de 12 de fevereiro de 2020.

Designa Servidores para Comissão Parlamentar de Inquérito.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores Ana Paula Silveira (Assistente Legislativo) e Guilherme Murinelli Francisco (Advogado) para prestarem assessoramento técnico na Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada pela Resolução Administrativa nº 01, de 5 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Aos Servidores nomeados aplica-se o disposto no art. 95, cumulado com o art. 83, parágrafo único da Lei Complementar nº 147/2009, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020 até o término dos trabalhos da CPI.

Art. 3º As despesas decorrentes correrão à conta de dotações do Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 12 de fevereiro de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

## PORTARIA Nº 9-2020-LEGISLATIVO

Publicação Nº 2356067

Portaria Nº 9, de 12 de fevereiro de 2020.

Nomeia Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, no cargo em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora do Quadro Único dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, a Senhora Maiara Heckert Reis, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 4.186.454 SESPDC/SC e inscrita no CPF/MF sob nº 053.480.469-14, a contar de 13 de fevereiro de 2020, com todas as vantagens e obrigações inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 12 de fevereiro de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins
Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

**RESOLUÇÃO Nº 2- 2020-LEGISLATIVO**

Publicação Nº 2356068

Resolução Administrativa Nº 2, de 12 de fevereiro de 2020.

Nomeia Vereadores Membros da Comissão Especial de Revisão do Catálogo e Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Brusque.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear os Vereadores Cleiton Luiz Bittelbrunn, Leonardo Schmitz, Jean Daniel dos Santos Pirola, Marcos Deichmann e Sebastião Alexandre Isfer de Lima para comporem a Comissão Especial de Revisão do Catálogo e Inventário do Patrimônio Histórico, Arquitetônico e Urbanístico de Brusque, criada pelo Requerimento nº 83/2019, aprovado em 24 de setembro de 2019.

Art. 2º Os Vereadores nomeados reunir-se-ão em data a ser definida de comum acordo entre os Membros, para eleição e posse do Presidente da Comissão.

Art. 3º As despesas relativas ao trabalho da Comissão Especial correrão à conta de dotações próprias do Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 12 de fevereiro de 2020.

Ver. Ivan Roberto Martins
---------------------------

Presidente
------------

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira  
Diretor Geral

# Caçador

## PREFEITURA

### AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2303/2019

Publicação Nº 2355671

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

AUTO DE INFRAÇÃO nº 2303/2019  
SUJEITO PASSIVO: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SANTA CATARINA

CONSIDERANDO que o Auto de Infração nº 2303/2019, encaminhado por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo "não procurado".

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º; 158, VI; 161 e 168 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Intimação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 40,07 (Quarenta reais e sete centavos), referente a MULTA pela falta de recolhimento do ISSQN Retido do período de 04/2014, 02/2015, 03/2016 e 02/2017, apurado conforme Notificação nº 5214/2019, com REDUÇÃO de 50% da Multa, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar DEFESA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Caçador, 05 de fevereiro de 2020.

Osório Elias Timmermann  
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia  
Fiscal Tributaria

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2355635

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 17/2020 – TOMADA DE PREÇOS – 01/2020-PREFEITURA

EDITAL: TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO E MÃO DE OBRA PARA O FECHAMENTO DA QUADRA DE ESPORTES DA EMEB CASTELHANO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/03/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 04/03/2020 às 14h15min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador-SC, 12 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 5214/2019 - SEC. FAZENDA

Publicação Nº 2355687

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO nº 5214/2019  
SUJEITO PASSIVO: CONDOMÍNIO EDIFÍCIO SANTA CATARINA

CONSIDERANDO que a Notificação nº 5214/2019, encaminhada por correspondência com Aviso de Recebimento ao endereço constante dos autos, retornou sem ter sido entregue pelo motivo "não procurado".

O Secretário da Fazenda do Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em observância ao que dispõe a legislação municipal (art. 90 da Lei Orgânica do Município de Caçador; art. 87, § 2º, e 88 da Lei Municipal nº 54/83 - CTM), FAZ SABER que o

SUJEITO PASSIVO acima identificado, que teve a Notificação postal frustrada, fica INTIMADO a RECOLHER, no PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS, contados a partir da publicação do presente edital, a importância de R\$ 317,36 (Trezentos e dezessete reais e trinta e seis centavos), cujo montante será recalculado na data do efetivo pagamento, referente a ISS RETIDO das competências 02/2015, 04/2014, 03/2016 e 02/2017, originados da Notificação nº 5214/2019, OU querendo, no mesmo prazo, mediante protocolo, apresentar IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO A PRIMEIRA INSTÂNCIA ADMINISTRATIVA dirigida ao titular da Fazenda Municipal. Findo o prazo sem que o presente seja atendido o montante será cobrado judicialmente. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expedimos o presente edital, o qual será afixado junto ao mural da Prefeitura Municipal e publicado no Diário Oficial dos Municípios. Caçador, 05 de fevereiro de 2020.

Osório Elias Timmermann  
Secretário da Fazenda

Gecione Correa Garcia  
Fiscal Tributalista

## **TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO 091/2019**

Publicação Nº 2355362

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL CONTRATO 091/2019. O MUNICÍPIO DE CAÇADOR – SC (notificante), com sede à Av. Santa Catarina nº 195, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. SAULO SPEROTTO, em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, vem formal e respeitosamente INFORMAR E NOTIFICAR A RESCISÃO UNILATERAL do Contrato Administrativo nº 91/2019, decorrente do Processo Licitatório nº 143/2019, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 31/2019, cujo objeto é a contratação de entidade para prestação de serviços de desenvolvimento institucional com ensino, capacitação e treinamento do corpo técnico profissional da Administração, análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico de gestão de despesas de pessoal, firmado com a FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPSUL (notificada), conforme a seguir estipulado:

O Prefeito Municipal, Sr. Saulo Sperotto, no uso de suas atribuições legais,

Considerando os termos do Ofício Circular TCE/SC/GAP/20/2019, datado de 3 de dezembro de 2019;

Considerando a manifestação do Tribunal de Contas de Santa Catarina, nos autos do Processo nº LCC 19/00878701;

Considerando a possibilidade da efetivação da rescisão unilateral do Contrato Administrativo 91/2019 por motivo de interesse público;

Considerando que até o presente momento não fora efetivada qualquer ordem de serviço, não tendo ocorrido qualquer prestação dos serviços contratados pela FAEPSUL, encontrando-se referido contrato suspenso desde a data de 14 de novembro de 2019, conforme despacho do Chefe do Poder Executivo, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 2982, de 18/11/2019;

RESOLVE:

I - Fica rescindido, a partir da assinatura do presente termo, o Contrato Administrativo nº 91/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE CAÇADOR e a FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPSUL.

II - A presente rescisão se dá por ato unilateral do MUNICÍPIO DE CAÇADOR, com base na previsão da alínea “b”, da Clausula Nona, do Contrato Administrativo nº 91/2019, c/c o inciso I do art. 79 da Lei nº 8666/93, tendo em vista razões de interesse público, segundo dispõe o inciso XII do art. 78 do mesmo diploma legal retrocitado.

III - Há de observar-se e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no art. 37 da Constituição Federal. Sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, demonstradas in casu pelas manifestações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

IV - Ficarão extintos os direitos e obrigações mútuos, originários da celebração do mencionado Contrato Administrativo, não existindo qualquer pendência oriunda do mesmo, ante a falta de emissão de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço, não gerando qualquer eventual prejuízo a Contratada.

Assim, ante ao exposto, fica V. Sra. ciente e notificada da rescisão contratual, em face de fatores supervenientes que inviabilizam a manutenção do mesmo sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

Caçador/SC, 10 de fevereiro de 2020.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****2ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Publicação Nº 2356012

**2ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às treze horas, reuniram-se na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, sito a Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, os membros do Comitê de Investimentos do IPASC, Sra. Eliete Catarina D'Agostini e Sra. DIALA GONÇALVES BRIDI juntamente com o Gestor de Recursos e Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, Sr. Fábio Deniz Casagrande, para deliberarem sobre a seguinte pauta: atualização do cenário econômico do corrente ano, análise do relatório de gestão dos investimentos, informações sobre o calendário 2020. Dando início aos trabalhos, o Gestor de Recursos e Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, cumprimentou os presentes e falou sobre a pauta do dia. Após, passou a palavra ao Consultor do Banco Itaú, Sr. Marcio Cantos, o qual apresentou dados de vários Fundos de Investimentos do Banco e realizou uma explanação sobre o cenário econômico. Em seguida o Gestor de Recursos apresentou as perspectivas dos principais indicadores econômicos em vista da atual situação do mercado financeiro no mês de janeiro, indicando ser necessário fazer alterações na carteira. Apresentou também as informações contidas no relatório de gestão do mês de janeiro, data base 31/01/2020, onde se verificou a rentabilidade (R\$ 525.727,03 - Quinhentos e vinte e cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e três centavos), a meta atuarial (0,70%) e o retorno da carteira, cujo patrimônio do IPASC atingiu o valor de R\$ 122.663.486,64 (Cento e vinte e dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Acerca das movimentações propostas do Gestor de Recursos, foram as mesmas deliberadas e aprovadas pelos membros deste Comitê, sendo o resgate total do Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF FLUXO FIC FI (CNPJ nº 13.077.415/0001-05) para aplicação junto ao Fundo BB AÇÕES RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO (CNPJ nº 09.005.805/0001-00); resgate de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) do Fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL FIC FI (CNPJ nº 13.077.418/0001-49) para a aplicação junto ao FUNDO ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS 30 FIA (CNPJ nº 34.546.979/0001-10); resgate de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) do Fundo FI CAIXA BRASIL REFERENCIADO DI LP (CNPJ nº 03.737.206/0001-97) para aplicação junto ao Fundo ITAÚ AÇÕES MOMENTO 30 FIC FI CNPJ nº 16.718.302/0001-30). As aplicações vinculadas aos fundos BB Ações Retorno Total e Itaú Ações Momento 30 ficam condicionadas ao parecer da Consultoria Técnica quanto a elegibilidade, devendo o Gestor do Recurso efetuar a eventual movimentação durante baixa da Bolsa. Sobre o calendário de reuniões do ano de 2020 restou deliberado que as mesmas serão realizadas em 16/03/2020, 15/04/2020, 13/05/2020, 17/06/2020, 15/07/2020, 19/08/2020, 16/09/2020, 14/10/2020, 18/11/2020 e 09/12/2020. Por fim, foi elaborado o parecer do Comitê de Investimentos para ser encaminhado ao Conselho Administrativo, com as devidas informações. Nada mais havendo a se tratar, eu Fábio Deniz Casagrande, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos demais presentes.

FÁBIO DENIZ CASAGRANDE Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC (CPA 10)	DIALA GONÇALVES BRIDI Membro Servidor IPASC (CPA 10)
ELIETE CATARINA D'AGOSTINI Membro do Conselho Administrativo IPASC (CPA 10)	

## Caibi

## PREFEITURA

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

Publicação Nº 2355073



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2020

**Processo Licitatório nº 007/2020. Modalidade Pregão Presencial RP nº 003/2020 Objeto:** Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios e arbitragem de jogos, nas diversas modalidades esportivas a serem realizadas pelo Município de Caibi – SC, com vigência até 06/02/2021. **Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI.** Conforme segue:

Item	Qtd	Und	DESCRIÇÃO	Vlr. Unit	Vlr. Total
01	100	Jogos	Arbitragem para jogos de Futebol de Campo, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois assistentes, um árbitro e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	397,75	39.775,00
02	150	Jogos	Arbitragem para jogos de Futsal, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	193,70	29.055,00
03	140	Jogos	Arbitragem para jogos de Futebol Suíço, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	198,40	27.776,00
04	50	Jogos	Arbitragem para jogos de Voleibol, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	194,40	9.720,00
05	50	Jogos	Arbitragem para jogos de Futsal nas categorias de base: no masculino sub-07, sub-09, sub 11, sub 13, sub 15 e sub 17. No feminino sub-07, sub-09, sub 11, sub 13, sub 15 e sub 17, incluindo elaboração de tabela, regulamento geral e técnico da competição, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamentos de relatórios arbitragem de jogos e transporte até o local da partida. São necessários em cada jogo dois árbitros e um mesário, sendo que todos deverão ter experiência e ser maior de idade.	103,00	5.150,00
<b>Total</b>					<b>111.476,00</b>

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS -ASSCA	29.318.868/0001-16	Linha Cabeceira do Iraceminha s/n	Maravilha -SC	89.874-000

Valores globais para ata de registro de preços nº 001/2019 no valor de **R\$ 111.476,00 (cento e onze mil quatrocentos e setenta e seis reais)**

**Caibi - SC 12 de Fevereiro de 2020.**

Rua dos Imigrantes Nº. 499 - Fone (49) 3648-0195 CEP 89888-000  
<http://www.caibi.sc.gov.br>

**PORTARIA 208/20**

Publicação Nº 2354542

PORTARIA Nº 208/20

ELOI JOSÉ LÍBANO , Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

**RESOLVE:**

ADMITIR por prazo determinado , a Servidora CATIANE FONSECA ,matricula nº 9487-0, para atuar no cargo de MONITORA SOCIAL , no período de 11/02/2020 À 22/12/2020, com lotação junto a Secretaria Municipal de Promoção Social , com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 11 de Fevereiro de 2020 .

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal de Caibi

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida  
Diretor de administração

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL 001/2020 - FMC

Publicação Nº 2354818

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 001/2020 - FMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 001 A 003/2020 –SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO/ILUMINAÇÃO, PAINEL DE LED E GRUPO DE GERADORES DE ENERGIA, PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NAS AÇÕES CULTURAIS REALIZADAS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 12/02/2020  
1ª Publicação.

### DECRETO N.º 3.620/2020

Publicação Nº 2355504

DECRETO N.º 3.620/2020

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 16 da Lei n.º 3.208 de 11/12/2019-LOA e artigo 30 da Lei n.º 3.199 de 27/11/2019-LDO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO, a necessidade de ajustes para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO, o evidente interesse da administração pública;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 03 – Secretário de Administração  
Função: 006 – Segurança Pública  
Sub-função: 182 – Defesa Civil  
Programa: 0006 – Gestão das Ações na Área de Segurança  
Atividade: 2.009 – Manutenção das Atividades do FUNREBOM  
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 38  
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação parcial da dotação abaixo descrita, pertencente ao orçamento vigente da Prefeitura Municipal, na mesma importância, conforme preceitua o artigo 18 da Lei Municipal n.º 3.103, de 04 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual - LOA) e de acordo com inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Órgão: 02 – Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 03 – Secretário de Administração  
Função: 006 – Segurança Pública  
Sub-função: 182 – Defesa Civil  
Programa: 0006 – Gestão das Ações na Área de Segurança  
Atividade: 2.009 – Manutenção das Atividades do FUNREBOM  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 0.1.5000 – Recursos Ordinários

Código Reduzido: 37  
VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 22 de janeiro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2020

Publicação Nº 2354129

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2019 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos onze dias do mês de fevereiro de 2020, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços visando eventual aquisição de equipamentos para uso nas unidades da rede municipal de ensino de Campo Alegre SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa MEDIANE COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA ME, CNPJ: 05.478.336/0001-88 em decorrência da homologação do processo licitatório nº 101/2019, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
16	10	Unid.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGERADO – (PR))</li> <li>• Descrição:</li> <li>• Purificador/bebedouro de água refrigerado, com selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente.</li> <li>• Capacidade:</li> <li>• Armazenamento de água gelada: de 2,5 a 2,8 litros.</li> <li>• Atendimento: mínimo de 30 pessoas</li> <li>• Características gerais:</li> <li>• Constituído de:</li> <li>• Sistema de tratamento através de elementos filtrantes que removem os particulados da água e o cloro livre.</li> <li>• Compressor interno com gás refrigerante conforme legislação vigente.</li> <li>• Botão de acionamento automático do tipo fluxo contínuo, com regulação para diferentes níveis de temperatura (natural, fresca ou gelada) ou torneira.</li> <li>• Bica telescópica ou ajustável para recipientes de diversos tamanhos.</li> <li>• Câmara vertical de filtração e purificação.</li> <li>• Corpo em aço inox ou aço carbono com tratamento anticorrosivo e acabamento em pintura eletrostática a pó.</li> <li>• Paineis frontal em plástico ABS de alta resistência com proteção UV.</li> <li>• Vazão aprox.: 40 a 60 Litros de água/hora.</li> <li>• Pressão de funcionamento: 3 a 40 m.c.a (0,3 kgf/cm² à 4 kgf/cm²).</li> <li>• Temperatura de trabalho: 03 à 40º C.</li> <li>• Componentes para fixação e instalação: - canopla, conexões cromadas, buchas de fixação S8, parafusos, redutor de vazão,</li> </ul>	700,00	7.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2020  
Página 1 de 2

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS**

			<p>adaptadores para registro: flexível e mangueira.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Produto de certificação compulsória, o equipamento deve possuir selos INMETRO, comprobatórios de conformidade com a legislação vigente, inclusive, com eficiência bacteriológica "APROVADO".</li><li>• O gás a ser utilizado no processo de refrigeração não poderá ser prejudicial à camada de ozônio, conforme protocolo de Montreal de 1987, Decreto Federal nº 99.280 de 07/06/90, Resolução Conama nº 13 de 1995, Decreto Estadual nº 41.269 de 10/03/97 e Resolução Conama nº 267 de 2000. É desejável e preferencial que o gás refrigerante tenha baixo índice GWP ("Global Warming</li><li>• Potencial" - Potencial de Aquecimento Global), conforme o Protocolo de Kyoto de 1997 e Decreto Federal nº 5445 de 12/05/05, devendo nesta opção utilizar o gás refrigerante "R600a".</li><li>• Dimensionamento e robustez da fiação, plugue e conectores elétricos compatíveis com a corrente de operação, estando de acordo com a determinação da portaria Inmetro nº 185, de 21 de julho de 2000, que determina a obrigatoriedade de todos os produtos eletroeletrônicos se adaptarem ao novo padrão de plugues e tomadas NBR 14136, a partir de 1º de janeiro de 2010.</li></ul> <p>Indicação da voltagem no cordão de alimentação.</p>		
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 7.000,00</b>

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

**MARIA CRISTINA MARCINIAK MUNHOZ**  
Pregoeira

**MEDIANE COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA ME**  
**ELVIO CHIESA**  
Representante legal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **59/2020**  
Página **2 de 2**

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 03/2020 FMS**

Publicação Nº 2354698

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2020 FMS**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**

A licitação tem como objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material ambulatorial para uso em atendimentos nas unidades de saúde do Município de Campo Alegre/SC, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:

ITEM	QUANT.	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	250	pacote	Abaixador de língua descartável, de madeira, com no mínimo 100 unidades	4,60	1.150,00
02	150	frasco	Ácidos Graxos Essenciais (AGE), TCM, Vitaminas A e E, Lactina de Soja, com 100ml para curativo	4,06	609,00
03	1.000	ampola	Água destilada 10ml	0,26	260,00
04	1.000	ampola	Água destilada 5 ml	0,33	330,00
05	50	frasco	Água oxigenada 10 volumes, frasco com 1000ml	8,19	409,50
06	300	frasco	Água para injeção 1000ml	7,04	2.112,00
07	3.000	unidade	Agulha descartável 13x4,5, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,09	270,00
08	5.000	unidade	Agulha descartável 20x5,5 - canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,10	500,00
09	5.000	unidade	Agulha descartável 25x6, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,09	450,00
10	10.000	unidade	Agulha descartável 25x7, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,09	900,00
11	12.000	unidade	Agulha descartável 25x8, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,10	1.200,00
12	5.000	unidade	Agulha descartável 30x7, canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,09	450,00
13	12.000	unidade	Agulha descartável 40x12 - canula siliconizada, bisel trifacelado, canhão colorido, protetor plástico	0,10	1.200,00
14	400	frasco	Álcool hidratado 70%, 1000ml	7,64	3.056,00
15	100	frasco	Álcool hidratado 70%, em gel, 500ml	10,43	1.043,00
16	80	rolo	Algodão hidrófilo, em rolo, 500g	17,21	1.376,80
17	120	unidade	Algodão ortopédico 1,00m X 10cm (dúzia)	1,00	120,00
18	120	unidade	Algodão ortopédico 1,80m X 20cm (dúzia)	2,42	290,40
19	120	unidade	Algodão ortopédico 1,8m X 8cm (dúzia)	0,99	118,80
20	120	unidade	Algodão ortopédico 1,00m X 15cm (dúzia)	1,45	174,00
21	20	unidade	Almotolia plástica, 250ml, escura bico curvo	4,36	87,20
22	20	unidade	Almotolia plástica, 250ml, escura bico reto	3,90	78,00
23	6.500	unidade	Atadura 06cm de largura x 1,80m de comprimento em repouso, com densidade de 13 fios/cm², peso de 13,3 gramas por unidade, confeccionada em tecido de no mínimo 90% algodão. Tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem, e aparência uniforme. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação,	0,79	5.135,00



			procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056. <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>		
24	14.000	unidade	Atadura 10 cm de largura x 1,80m de comprimento em repouso, com densidade de 13 fios/cm², peso de 21,8 gramas por unidade, confeccionada em tecido de no mínimo 90% algodão. Tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem, e aparência uniforme. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056. <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>	1,06	14.840,00
25	14.000	unidade	Atadura 15cm de largura x 1,80m de comprimento em repouso, com densidade de 13 fios/cm², peso de 32,7 gramas por unidade, confeccionada em tecido de no mínimo 90% algodão. Tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem, e aparência uniforme. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056. <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>	1,57	21.980,00
26	6.000	unidade	Atadura 20cm de largura x 1,80m de comprimento em repouso, com densidade de 13 fios/cm², peso de 42,8 gramas por unidade, confeccionada em tecido de no mínimo 90% algodão. Tecido neutro, macio, com devida elasticidade no sentido longitudinal, inodoro e insípido com bordas devidamente acabadas, não permitindo que desfiem, e aparência uniforme. Apresentação: embalada individualmente. Embalagem trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, método, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde. O produto deverá atender na íntegra as especificações da NBR14.056. <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>	2,06	12.360,00
27	50	unidade	Atadura gessada secagem rápida - 10x3m	2,19	109,50
28	50	unidade	Atadura gessada secagem rápida - 15x3m	3,08	154,00
29	50	unidade	Atadura gessada secagem rápida - 20x4m	4,76	238,00
30	30	unidade	Atadura gessada secagem rápida - 8x2m	1,66	49,80
31	300	pacote	Avental branco, descartável, sem mangas, gramatura 20g, embalagem com 10 unidades	14,67	4.401,00
32	80	frasco	Bloqueador solar FPS 30, ampla proteção UVA e UVB, oilfree, frasco com 120ml	14,22	1.137,60
33	300	unidade	Caixa coletora de resíduos de produtos hospitalares (perfuro-cortantes - grupo E),	4,25	1.275,00

			capacidade 7 litros, caixa externa de papelão ondulado, cinta lateral e fundo rígido de papelão couro, sacola para revestimento de poliuretano de alta densidade, produto conforme os padrões da NBR 13.853/97 da ABNT		
<b>34</b>	10	caixa	Caixa para acondicionamento de lâminas de preventivo, em material plástico, lavável, com capacidade para 50 laminas	26,90	269,00
<b>35</b>	3000	unidade	Cateter intravenoso. 20 G - de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha , que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, ; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde.	1,80	5.400,00
<b>36</b>	3000	unidade	Cateter intravenoso. 22 G - de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha , que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, ; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde.	1,83	5.490,00
<b>37</b>	3000	unidade	Cateter intravenoso. 24 G - de segurança na terapia intravenosa. Cateter intravenoso periférico, indicado na terapia intravenosa periférica, para infusões de média duração, constituído por: dispositivo de proteção da agulha , que oferece segurança tanto para o paciente quanto para o profissional, atendendo a NR 32, ; esterilizados em óxido de etileno e embalados individualmente. Contendo externamente dados de identificação, número do lote, validade e registro no Ministério da Saúde.	1,92	5.760,00
<b>38</b>	800	unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos adulto	1,66	1.328,00
<b>39</b>	300	unidade	Cateter para oxigênio tipo óculos infantil	1,75	525,00
<b>40</b>	80	caixa	Curativos prontos para ferimentos (tipo band-aid), caixa com 35 unidades	5,52	441,60
<b>41</b>	10	embalagem	Eletrodo adesivo com 4 peças 5x5cm para fisioterapia	39,38	393,80
<b>42</b>	50	bobina	Embalagem tubular para esterilização 10cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	58,25	2.912,50
<b>43</b>	50	bobina	Embalagem tubular para esterilização 20cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	136,08	6.804,00
<b>44</b>	150	bobina	Embalagem tubular para esterilização, 15cm, papel grau cirúrgico, bobina com 100 metros	84,93	12.739,50
<b>45</b>	5.000	unidade	Equipo para soro macrogotas, para administração de solução parenteral, estéril, contendo conector injetor lateral superior em "Y", atóxico, apirogênico e descartável, acondicionado em embalagem individual , constituído de ponta perfurante para ampola plástica, tampa protetora, tubo conector e adaptador LUER de alta precisão, com registro na ANVISA e MINISTÉRIO DA SAÚDE,	1,62	8.100,00

			com validade mínima de 2 anos a partir da data de entrega.		
46	5000	unidade	Escalpe intravenoso G asepto, nº 21, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, esteril.	0,31	1.550,00
47	5000	unidade	Escalpe intravenoso G asepto, nº 23, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, esteril.	0,31	1.550,00
48	500	unidade	Escalpe intravenoso G asepto, nº 25, com protetor de agulha, asas de empunhadura/fixa, tubo vinílico transparente, atóxico e aptrogênio, paredes finas, conector luer-lok codificado por cores, embalagem unicamente em blister, esteril.	0,32	160,00
49	40	rolo	Esparadrapo extra flexível, cor branca, medidas: 10cm x 4,5m - sem capa	9,92	396,80
50	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 2-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	54,91	549,10
51	50	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 3-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	53,59	2.679,50
52	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 4-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	53,70	537,00
53	10	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 5-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	58,64	586,40
54	5	caixa	Fio de sutura 45cm de fio com agulha de 20mm, 3/8 de círculo tipo triangular cortante 6-0, mononylon, preto, caixa com 24 unidades	54,77	273,85
55	500	rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 2,5cm x 10m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	3,16	1.580,00
56	400	rolo	Fita hipoalergênica para curativos, 5,0cm x 10m, indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis, porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, permite a pele respirar livremente. Disponível na cor branca.	5,66	2.264,00
57	10	unidade	Fita métrica 150cm, diversas cores	6,45	64,50
58	15	frasco	Fixador celular, composta de álcool etílico extra fino (95%), carbowax (2,5%) e propolente, indicado para fixação de esfregaços celulares em lâmina, deve ser aplicado sobre o esfregaço logo após a coleta, produto inofensivo a camada de ozônio (não contem CFC), conteúdo 100ml, embalagem contatando externamente os dados de identificação, procedência, composição, data de fabricação e validade, marca, registro, no Ministério da Saúde	9,16	137,40
59	120	pacote	Fronha descartável, 100% polipropileno, pacote com 10 unidades, medidas 40x60cm	11,00	1.320,00
60	10	unidade	Garrote para punção ajustável fecho de PVC AD/INF	9,27	92,70
61	400	rolo	Gaze em rolo, Compressa de gaze (tipo queijo) em Rolo, medindo 91cm x 91 m, com 13 fios por cm <sup>2</sup> ,	89,00	35.600,00

			não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão, 04 dobras, 08 camadas, massa por unidade peso mínimo 1.700 kg , com trama fechada, textura uniforme, adequada, alvejada e hidrofílica, isenta de resíduos, manchas, falhas, devem ser branqueadas, purificadas, isenta de alvejante óptico e amido, possuir pH com intervalo entre 5,0 e 8,0 apresentar hidrofílicidade menor ou igual a 15 segundos, sem filamento radiopaco. <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>		
62	1.600	pacote	Gaze Hidrófila 7,5 X 7,5 com 13 fios. Características: confeccionadas em fios 100% algodão em tecido tipo tela, com oito camadas e cinco dobras, com dimensão de 7,5 x 7,5cm quando fechadas e 15 x 30cm quando abertas. Cor branca, alvejadas, purificadas e isentas de impurezas, substâncias gordurosas, amido, corantes corretivos e alvejantes ópticos. Dobradas para dentro em toda a sua extensão para evitar o desfiamento, isento de quaisquer defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embaladas em pacote plástico com 500 unidades, constando externamente os dados de identificação e procedência, sem fios radiopacos e demais características conforme ABNT. Apresentar junto a proposta cópia impressa do registro na ANVISA, <b>APRESENTAR AMOSTRA.</b>	34,92	55.872,00
63	100	frasco	Gel neutro para ultrassonografia e ECG, com 300g	4,51	451,00
64	25	caixa	Hastes flexíveis caixa com 75 unidades (tipo cotonete)	1,85	46,25
65	200	frasco	Hipoclorito de sódio 1%, frascos com 1 litro	5,42	1.084,00
66	4	caixa	Indicador químico para esterilização classe 5, Indicador Químico Interno, do tipo multi-paramétrico, para controle químico dos processos de esterilização a vapor saturado, contendo tira coberta por uma substância química que muda de cor, de claro para uma cor escura uniforme, quando exposta às condições mínimas de tempo e temperatura necessárias ao processo. Apresenta um gabarito de cor no centro da tira que indica a viragem ideal esperada para o indicador químico. Prazo de validade de 2 anos. Caixa com 200 tiras.	139,33	557,32
67	10	frasco	Iodopovidona 10% PVPI degermante, 1000ml	32,63	326,30
68	800	kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho <u>grande</u> : 43mm em sua maior largura distal; 36mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	4,19	3.352,00
69	1.500	kit	Kit ginecológico com 1 espéculo vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho <u>médio</u> : 33mm em sua maior largura distal; 30mm em sua maior largura proximal; 116 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/	3,53	5.295,00

			polipropileno		
70	800	kit	Kit ginecológico com 1 espécule vaginal, lubrificado com silicone de grau médico, tamanho <b>pequeno</b> : 29mm em sua maior largura distal; 24mm em sua maior largura proximal; 110 mm no eixo longitudinal dos elementos articulados + escova de coleta endocervical + 1 espátula de ayres. Estéril por Oxido etileno (ETO), embalado em papel grau cirúrgico e filme de polietileno/polipropileno	3,13	2.504,00
71	10	kit	Kit para nebulizador com máscara, mangueira e copo adaptador infantil	11,18	111,80
72	10	kit	Kit para nebulizador com máscara, mangueira e copo adaptador adulto	10,84	108,40
73	40	caixa	Lâmina ponta fosca 26x76mm espessura 1-1,2mm com 50 unidades cada caixa	6,44	257,60
74	800	pacote	Lençol branco, descartável, gramatura 30 g, com elástico, pacote com 10 unidades	17,94	14.352,00
75	100	par	Luva cirúrgica estéril n. 7,0	1,67	167,00
76	300	par	Luva cirúrgica estéril n. 7,5	1,67	501,00
77	250	par	Luva cirúrgica estéril n. 8,0	1,67	417,50
78	150	par	Luva cirúrgica estéril n. 8,5	1,63	244,50
79	200	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho <b>extra pequeno</b> , caixa com 100 unidades	23,97	4.794,00
80	100	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho <b>grande</b> , caixa com 100 unidades	25,90	2.590,00
81	300	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho <b>médio</b> , caixa com 100 unidades	25,90	7.770,00
82	350	caixa	Luvas descartáveis, levemente talcadas, em látex, tamanho <b>pequeno</b> , caixa com 100 unidades	25,16	8.806,00
83	10	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 15 metros - 15cm	17,15	171,50
84	10	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 15 metros - 20cm	19,54	195,40
85	10	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 15 metros - 8cm	12,17	121,70
86	10	rolo	Malha tubular de algodão, rolo com 15 metros-10cm	13,16	131,60
87	10	unidade	Óculos de proteção regulável antiembaço lente incolor	8,71	87,10
88	30	par	Oliva preta para encaixe em estetoscópios nacionais	1,38	41,40
89	12	rolo	Papel para eletrocardiograma 216mm x 30m	39,35	472,20
90	10	rolo	Papel para eletrocardiograma 58mm x 30m	6,63	66,30
91	100	unidade	Protetor ocular adulto	0,62	62,00
92	80	unidade	Protetor ocular infantil	0,54	43,20
93	10	frasco	PVPI tópico 10%, 1000,ml	30,50	305,00
94	50	frasco	Sabonete líquido, contendo umectante e emoliente, embalagem com 5 litros, registro no Ministério da Saúde (Anvisa)	40,90	2.045,00
95	10	embalagem	Saco plástico para descarte de material contaminado, branco, com identificação/contaminado - 30lt	14,11	141,10
96	10.000	unidade	Seringa descartável estéril, luer lock, em plástico atóxico de 10ml	0,39	3.900,00
97	8.000	unidade	Seringa descartável estéril, luer lock, em plástico atóxico de 20ml	0,54	4.320,00
98	15.000	unidade	Seringa descartável estéril, luer lock, em plástico atóxico de 3ml	0,18	2.700,00

99	12.000	unidade	Seringa descartável estéril, luer lock, em plástico atóxico de 5ml	0,20	2.400,00
100	50.000	unidade	Seringa descartável estéril, luer lock, em plástico atóxico, de 1ml, com agulha 13x4,5	0,24	12.000,00
101	10	frasco	Solução de Digliconato de Clorexidina Loção Aquosa 0,2%, 1000ml tópica	22,04	220,40
102	3.000	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 100ml, sistema fechado	3,37	10.110,00
103	3.500	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 250ml, sistema fechado	4,08	14.280,00
104	1.200	frasco	Solução fisiológica 0,9%, frasco com 500ml, sistema fechado	4,78	5.736,00
105	400	frasco	Solução Glicofisiológico - Sistema fechado. Solução isotônica 0,9%, solução aquosa 0,9g de sal, com soro glicosilado a 5%, 250ml	4,40	1.760,00
106	300	frasco	Solução Glicofisiológico - Sistema fechado. Solução isotônica 0,9%, solução aquosa 0,9g de sal, com soro glicosilado a 5%, 500ml	5,81	1.743,00
107	200	frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 250ml, sistema fechado	3,97	794,00
108	200	frasco	Solução glicosada 5%, frasco com 500ml, sistema fechado	5,32	1.064,00
109	3.500	unidade	Sonda uretral nº 12	0,81	2.835,00
110	2.000	unidade	Sonda uretral nº 14	0,93	1.860,00
111	400	unidade	Sonda uretral nº 8	0,99	396,00
112	20	unidade	Termômetro clínico digital	13,96	279,20
113	4	caixa	Tiras para teste rápido de gravidez - HCG soro/urina - caixa com 100 unidades embaladas individualmente	133,70	534,80
114	600	embalagem	Toalha de papel, branco, macio, 100% celulose virgem, com 1000 folhas, tamanho aprox. 22,05 x 21cm	16,76	10.056,00
115	10	frasco	Vaselina líquida 1000ml	36,06	360,60
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 368.209,42</b>	

Critério de julgamento: **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM.**

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **13/02/2020** até as **08h45min** do dia **02/03/2020**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h** do dia **02/03/2020** no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotações orçamentárias das unidades solicitantes do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre classificadas como Material de Consumo (3.3.90.30.00.00.00.00).

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 12 de fevereiro de 2020.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### **AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS 14/2020**

Publicação Nº 2354306

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS 14/2020

Está aberto Processo Licitatório, na modalidade Tomada de Preços, cujo objeto é o fornecimento de material e mão de obra para construção de quadra esportiva na Localidade do Saltinho, neste Município. Recurso: Próprios/Cosip. Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Valor máximo fixado: R\$ 57.392,40. Data/horário/local para a realização da sessão de julgamento: 03/03/2020, às 09 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Campo Alegre (entregar os envelopes no protocolo até as 08h45min). Os interessados poderão obter o edital no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)). Informações: (47) 3632-2266 - Serviço de Suprimentos. Campo Alegre - SC, 12 de fevereiro de 2020. Lucilaine Mókfa Schwarz. Secretária Municipal de Administração.

### **CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 033/2020**

Publicação Nº 2356051

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 033/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: MARCIA INES JEDITZ, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 003.449.269-07, residente domiciliada na Rua Lauro Muller, nº 56, Centro, Município de São Bento do Sul/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

JUSTIFICATIVA: Contratação em caráter Temporário devido à substituição da Servidora Pública Municipal Titular Luciane Raquel Branco Carvalho da Silva, que assumiu Função Gratificada, de Coordenadora Pedagógica do CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 312/SEDUC/2019.

PRAZO: Início: 13 de fevereiro de 2020;  
Término: 18 de dezembro de 2020.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.412,46 (um mil quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos)

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho do contratado é de 20 (vinte) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.



**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	MARCIA INES JEDITZ Contratada
------------------------------------------	----------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 034/2020

Publicação Nº 2356052

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 034/2020

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

**CONTRATADA:** CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, no Cargo Público de Professor I, na Função de Professora de Educação Infantil e Anos Iniciais, portadora do CPF/MF nº 042.587.719-10, residente domiciliada na Rua Ernesto Afonso Scheide, nº 921, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

**OBJETO:** Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no inciso VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

**JUSTIFICATIVA:** Contratação em caráter Temporário para atuar na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner” (18 aulas); no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho” (14 aulas), para docência de Turismo; em substituição parcial de 20 (vinte) horas/aula da Servidora Pública Municipal Professora Titular Luzia Kobus Leal que está em Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica da EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Profª. Marise Neneve Cordeiro” e 20 (vinte) horas/aula da Servidora Pública Municipal Jeane Jensen Clemente que está em Função Gratificada, de Coordenadora Pedagógica da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”, conforme ofício expedido pela Secretaria Municipal de Educação nº 003/SEDUC/2020.

**PRAZO:** Início: 13 de fevereiro de 2020;  
Término: 18 de dezembro de 2020.

**REGIME JURÍDICO:** Especial Administrativo, previsto no inciso IX, do artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese à contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

**REMUNERAÇÃO:** R\$ 2.824,91 (dois mil oitocentos e vinte quatro reais e noventa e um centavos)

**LOCAL DE TRABALHO:** No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

**HORÁRIO DE TRABALHO:** O horário de trabalho do contratado é de 40 (quarenta) horas aula/semanais.

**SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do §13 do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA Contratada
------------------------------------------	---------------------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_



**CONVOCAÇÃO Nº 078/2020**

Publicação Nº 2354917

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019  
CONVOCAÇÃO Nº 078/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA, inscrita no CPF/MF sob nº 066.850.299-19, aprovada em 23º lugar no Processo Seletivo nº 02/2019, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DA Educação infantil e anos iniciais, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 17 de fevereiro de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC  
Secretária Municipal de Educação

**CONVOCAÇÃO Nº 079/2020**

Publicação Nº 2354933

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2016  
CONVOCAÇÃO Nº 079/2020

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sr<sup>a</sup>. ANDRESSA COELHO DE AVILA, inscrita no CPF/MF sob nº 005.256.319-76, aprovada em 16º lugar no Concurso Público nº 02/2016, para o Cargo Público de PROFESSOR I e na Função de PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 17 de fevereiro de 2020, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

ROSA REGINA DZIEDZIC  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 12.644 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354633

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.644 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme previsto no inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Sr<sup>a</sup>. CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA, do Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 955989, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal Contratado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 12 de fevereiro de 2020 sob nº 000150.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 12.645 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355758

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.645 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO A PEDIDO.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, conforme previsto no inciso II do art. 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir a pedido o Contrato de Trabalho Temporário firmado com a Srª. DIOGO LEAL, do Cargo Público de Professor II, na Função de Professor de Educação Física, registro no sistema sob nº 955986, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. A Rescisão de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento do pedido devidamente assinado pelo Servidor Público Municipal Contratado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 12 de fevereiro de 2020 sob nº 000201.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 12.646 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2356055

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.646 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu § 1º, incisos I ao IV do artigo 29; Decreta:

Art. 1º Nomear DANIELA DE FÁTIMA WOLLNER DA CRUZ IARGAS, matrícula funcional nº 001001, registro no sistema sob nº 956028, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, com provimento de caráter efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, que autorizou sua criação.

Art. 2º O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 006, é o Nível 1 Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 1.007,47 (um mil, sete reais e quarenta e sete centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de DANIELA DE FÁTIMA WOLLNER DA CRUZ IARGAS, aprovada em 27º lugar

no Concurso Público Municipal nº 01/2016, homologado pelo Decreto nº 9.861 de 01 de julho de 2016, prorrogado pelo Decreto nº 11.350 de 29 de junho de 2018.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCIALINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **DECRETO Nº 12.647 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2356056

### **GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.647 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial os incisos VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações;

#### **DECRETA:**

Art. 1º Contratar MARCIA INES JEDITZ, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 956029, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de R\$ 1.412,46 (um mil, quatrocentos e doze reais, quarenta e seis centavos) mensais, pelo período de 13 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020, em substituição a Servidora Pública Municipal Titular Professora Luciane Raquel Branco Carvalho da Silva, matrícula funcional nº 000805, registro no sistema sob nº 955473, que assumiu Função Gratificada, de Coordenadora Pedagógica no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”.

Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de MARCIA INES JEDITZ, ter sido aprovada em 18º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2019, Homologado pelo Decreto nº 12.414 de 06 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINÉ MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 12.648 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2356057

**GABINETE DO PREFEITO**

DECRETO Nº 12.648 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIA.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial os incisos VII e IX do artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações; DECRETA:

Art. 1º Contratar CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, para exercer o Cargo Público de Professor I, na Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, registro no sistema sob nº 956030, Regime Jurídico, Especial Administrativo, (Contrato Trabalho Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, vencimentos Código P1, Nível 1, Referência A, no valor de 2.824,91 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos) mensais, pelo período de 13 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020, na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Paulo Fuckner” (18 aulas); no CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho” (14 aulas), para docência de Turismo; em substituição parcial de 20 (vinte) horas/aula da Servidora Pública Municipal Professora Titular Luzia Kobus Leal, matrícula funcional nº 000397, registro no sistema sob nº 954249, que está exercendo Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica da EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Profª. Marise Neneve Cordeiro” e 40 (quarenta) horas/aula da Servidora Pública Municipal Jeane Iensen Clemente, matrícula funcional nº 000658, registro no sistema sob nº 955084, que está exercendo Função Gratificada, de Coordenadora Pedagógica na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica “Maria José Duarte Silva Bernardes”.

Art. 2º A presente contratação, dá-se em razão da classificação de CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, ter sido aprovada em 20º lugar, no Processo Seletivo nº 02/2019, Homologado pelo Decreto nº 12.414 de 06 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020**

Publicação Nº 2356053

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: MARCIA INES JEDITZ  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.  
CARGO PÚBLICO: PROFESSOR I  
FUNÇÃO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
CARGA HORÁRIA: 20 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 1.412,46 (um mil quatrocentos e doze reais e quarenta e seis centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2020**

Publicação Nº 2356054

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.  
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CONTRATADO: CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO  
VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.  
AMPARO LEGAL: Lei Complementar nº 006, de 19 de setembro de 2002 e alterações.  
CARGO PÚBLICO: PROFESSOR I  
FUNÇÃO: PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS AULA/SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.824,91 (dois mil oitocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos)

CAMPO ALEGRE/SC., 13 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 17.828 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354494

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.828 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
AUTORIZA PAGAMENTO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao art. 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de junho de 2013; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal, VERA LÚCIA BARCOS OLIVER, matrícula funcional nº 0243, registro no sistema sob nº 311510, ocupante do Cargo Público de Odontólogo, exercendo a Função de Odontólogo I, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A Licença Prêmio de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo, 01 de março de 2015 a 01 de março de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 12 de fevereiro de 2020 sob o nº 00133.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 17.829 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354616

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 17.829 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

Considerando o CREM Comunicado de resultado de Exame Médico Pericial nº 001, expedido em data de 04 de fevereiro de 2020, devidamente assinado pelo Dr. Carlos Sérgio Moura, CRM-SC 4189, Matrícula INSS 2058693, o qual na conclusão Médico Pericial o diagnóstico apontado que o Servidor Público Municipal ANDRÉ CARLOS STEFANES, existe incapacidade para o trabalho, necessitando afastamento das atividades laborais, até a data de 04 de fevereiro de 2020;

Considerando a Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que Altera o Sistema de Previdência Social e Estabelece Regras de Transição e Disposições Transitórias, em especial o § 2º do artigo 9º;

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o art. 176, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, ANDRÉ CARLOS STEFANES, matrícula funcional nº 000660, registro no sistema sob nº 955087, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional II, exercendo a Função de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Administração, por motivo de doença, pelo período de 20 de dezembro de 2019 a 04 de fevereiro de 2020.  
Parágrafo único. A Licença concedida de que trata o caput deste artigo, será custeada pelos cofres públicos do Tesouro do Poder Executivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de dezembro de 2019.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 17.830 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354626

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.830 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE FISCAL PARA FISCALIZAR O CONTRATO Nº 031/2020 E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO que artigo 67 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, que estabelece a designação de um representante da Administração para fiscalizar avenças com terceiros;

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Designar o Sr. GIOVANI MATHEUS BORGES, ocupante do Cargo Público de Secretário Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, registro no sistema sob nº 955915, para fiscalizar o Contrato nº 031/2020 – originado do Processo de Licitação nº 121/2019, firmado com o Sr. ANDERSON FURTADO, para na Prestação de serviços de maestro para executar atividades de regência e coordenação da Banda Municipal de Campo Alegre/BAMUCA, de acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência do referido Processo de Licitação.

Art. 2º São atribuições do Fiscal de Contrato, dentre outras necessárias à boa prática administrativa e ao cumprimento das normas legais:

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 17.831 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354627

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.831 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, alterada pela Lei Complementar nº 133 de 20 de dezembro de 2017; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, a Servidora Pública Municipal MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000773, registro no sistema sob nº 955391, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, atualmente exercendo a Função de Secretária Municipal de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social. Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo refere-se ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção da Servidora Pública Municipal, a qual requereu ao Serviço de Pessoal, requerimento devidamente assinado, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 12 de fevereiro de 2020, sob nº 000152.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 17.832 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354909

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.832 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANDRESSA FÁTIMA ZAK DE MELO, matrícula funcional nº 000931, registro no sistema sob nº 955740, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos aquisitivos: 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 03 (zero três) dias; 01 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 13 de fevereiro de 2020 a 22 de fevereiro de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 12 de fevereiro de 2020 sob nº 000149.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de fevereiro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/02/2020.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**TERMO DE POSSE Nº 063/2020**

Publicação Nº 2356048

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 063/2020

DANIELA DE FÁTIMA WOLLNER DA CRUZ IARGAS

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, Exmo. Prefeito Municipal de Campo Alegre, do Estado de Santa Catarina senhor RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. DANIELA DE FÁTIMA WOLLNER DA CRUZ IARGAS, nomeada pelo Decreto nº 12.646 de 13 de fevereiro de 2020, no Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível 1 Sub-Nível 11 Referência A, Categoria Funcional ANB – Atividades de Nível Básico, Regime Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002.

Em cumprimento as Alíneas dos Incisos I, II, III do §2º do Artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Inacumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

DANIELA DE FÁTIMA WOLLNER DA CRUZ IARGAS

**TERMO DE POSSE Nº 064/2020**

Publicação Nº 2356049

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 064/2020

MARCIA INES JEDITZ

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. MARCIA INES JEDITZ, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.647 de 13 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 20 (vinte) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

MARCIA INES JEDITZ



**TERMO DE POSSE Nº 065/2020**

Publicação Nº 2356050

GABINETE DO PREFEITO

TERMO DE POSSE Nº 065/2020

CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, RUBENS BLASZKOWSKI, dá posse a Sr<sup>a</sup>. CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, nomeada pelo Decreto Municipal nº 12.648 de 13 de fevereiro de 2019, ao Cargo Público de Professor I, na Função de Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais, Código P1, Nível 1 Referência A, Categoria Funcional ANS – Atividades de Nível Superior, com carga horária de 40 (quarenta) horas aula/semanais, Regime Especial Administrativo (Contrato Temporário), previsto no inciso IX, do artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A Servidora Pública Municipal Contratada ora empossada declara a inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, e firma o compromisso do fiel cumprimento de seus deveres e atribuições que constam do anexo IV da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012.

Em cumprimento as Alíneas dos incisos I, II, III do § 2º do artigo 31, da Lei Complementar Municipal 006 de 19 de setembro de 2002, consta em anexo: Declaração de Bens e Valores; Declaração de Acumulabilidade de Cargos, Empregos e Funções Públicas; Declaração de Inexistência de Percepção de Aposentadoria por Invalidez paga pelo INSS ou por qualquer outro Órgão Previdenciário e Certidão Negativa expedida pelo Poder Judiciário.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que vai assinado pelo Senhor Prefeito Municipal e pela Servidora Pública Municipal Contratada empossada.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal													
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LÍQUIDADAS							INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (R)						
	<MR-1>	<MR-2>	<MR-3>	<MR-4>	<MR-5>	<MR-6>	<MR-7>	<MR-8>	<MR-9>	<MR-10>	<MR-11>	<MR-12>	<MR-13>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (R)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	1.665.502,98	1.377.624,72	2.125.248,77	1.806.119,41	1.804.379,30	2.270.539,30	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	25.886.698,20
Despesa com Pessoal (C/CARF 3300-74) (R)	1.388.800,00	1.431.218,96	1.846.467,81	1.704.800,00	1.623.299,38	2.203.043,32	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	22.186.248,53
Pessoal Ativo	1.388.800,00	1.431.218,96	1.846.467,81	1.704.800,00	1.623.299,38	2.203.043,32	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	1.744.291,09	1.467.603,12	22.186.248,53
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.186.225,00	1.248.335,35	1.456.002,33	1.406.010,83	1.402.983,51	1.742.653,72	1.421.018,35	1.641.186,00	1.421.018,35	1.641.186,00	1.421.018,35	1.641.186,00	1.421.018,35	18.896.888,22
Outorgas Patrimoniais	185.379,17	82.883,31	305.945,27	287.025,13	30.272,87	431.653,48	36.807,77	427.036,07	36.807,77	427.036,07	36.807,77	427.036,07	36.807,77	3.089.717,43
Benefícios Previdenciários	17.286,49	0,00	23.640,01	13.648,99	26.323,05	89.315,12	0,00	87.033,44	0,00	87.033,44	0,00	87.033,44	0,00	289.662,36
Pessoal Inativo e Pensionistas	26.211,89	276.006,06	279.781,16	281.677,82	281.121,95	326.650,70	286.464,97	292.023,19	286.464,97	292.023,19	286.464,97	292.023,19	286.464,97	3.792.493,57
Aposentadorias, Reservas e Reformas	227.157,53	268.920,70	239.703,36	241.633,68	241.178,11	280.333,72	246.521,13	250.551,30	246.521,13	250.551,30	246.521,13	250.551,30	246.521,13	3.170.467,73
Pensões	38.134,36	39.885,36	40.000,00	39.883,84	39.883,84	45.283,98	39.883,84	41.471,89	39.883,84	41.471,89	39.883,84	41.471,89	39.883,84	526.287,84
Outras Despesas com Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (R)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivos de Demissão Judicial de Período Inferior ao da Aposentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demissão por Indulto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demissão por Indulto de Período Inferior ao da Aposentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Benefícios Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (R) = (1 - 11)	1.665.502,98	1.377.624,72	2.125.248,77	1.806.119,41	1.804.379,30	2.270.539,30	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	2.306.315,90	1.412.633,37	25.886.698,20



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

# Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
<b>DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal</b>	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	53.435.093,89	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)	53.435.093,89	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa + IIIb)	25.858.698,20	48,39
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	28.854.950,70	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.412.203,17	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	25.969.455,63	48,60

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi

Sistema de Informações  
Contábeis e Financeiras  
do Setor Público Brasileiro

TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]

**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado****Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 83102749000177****Exercício: 2019****Período de referência: 2º semestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado | Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos	Despesa Executada com Pessoal			
	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c = a + b)
<b>Despesa com Pessoal Executada em Consórcios Públicos</b>				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo				
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º art. 18 da LRF)				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária				
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração				
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração				
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (III) = (I - II)				

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório de Gestão Fiscal Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 2º semestre</b>

**RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>Dívida Consolidada</b>	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	557.514,00	557.514,00	933.739,68
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) Vencidos e Não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	557.514,00	557.514,00	933.739,68
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	4.819.816,55	7.952.039,85	7.999.942,63
Disponibilidade de Caixa	4.819.816,55	7.952.039,85	7.999.942,63
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.970.348,88	8.081.733,77	8.066.706,25
(-) Restos a Pagar Processados	150.532,33	129.693,92	66.763,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	-4.262.302,55	-7.394.525,85	-7.066.202,95
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	44.732.157,24	49.319.530,73	53.435.093,89
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,25	1,13	1,75
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-9,53	-14,99	-13,22
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	53.678.588,69	59.183.436,88	64.122.112,67
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	48.310.729,82	53.265.093,19	57.709.901,40
<b>Outros Valores Não Integrantes da DC</b>	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DC)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	37.484.495,25	37.484.495,25	37.484.495,25
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações Sem Contrapartida	68.088,16	515.402,69	221.271,39
RP Não-Processados	2.803.965,32	8.501.818,01	5.258.055,40
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00
Apropriação de Depósitos Judiciais - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.3 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**


Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


 Sistema de Informações  
 Contábeis Financeiras e Patrimoniais  
 do Setor Público Brasileiro  
**TESOURO NACIONAL**  
**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**  
**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**  
**CNPJ: 83102749000177**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 2º semestre**

## RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral

[illegible]



 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório de Gestão Fiscal Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 2º semestre</b>

**RGF-Anexo 02 | Tabela 2.4 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios Semestral**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>Garantias Concedidas</b>	-	-	-
<b>Garantias Concedidas</b>	-	-	-
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	44.732.157,24	49.319.530,73	53.435.093,89
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (V/VI)	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	9.841.074,59	10.850.296,76	11.755.720,66
LIMITE DE ALERTA (Inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.856.967,13	9.765.267,08	10.580.148,59
<b>Contragarantias Recebidas</b>	-	-	-
<b>Contragarantias Recebidas</b>	-	-	-
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00

**RGF-Anexo 03 | Tabela 3.1 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios Semestral**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
<b>Operações de Crédito</b>	-	-
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipações de Receitas pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

**RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral**



## Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>Apuração do Cumprimento dos Limites</b>	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	53.435.093,89	
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIa + V - Ia - IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.549.615,02	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	7.694.653,52	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.740.456,57	7,00

## RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
<b>Outras Operações Que Integram a Dívida Consolidada</b>	-	-
Parcelamentos de Dívidas		
Tributos		
Contribuições Previdenciárias		
FGTS		
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	0,00	0,00

## RGF-Anexo 04 | Tabela 4.1 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (g) = (a) + (b) + (c) + (d) + (f)	RETOROS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (h)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NO DESPESAMENTO FINANCEIRO) (i)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (j) = (g) - (h) - (i)
	Restos a Pagar Liquidados em Exercícios Anteriores (a)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (b)	Diversas Obrigações Financeiras (c)	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (f)					
TOTAL DOS RECURSOS NÃO RECORRIDOS	-18.467.238,00	2.703,44	27.000,74	224.699,42	57.726,94	0,00	1.111.602,32		-19.881.147,56
Recursos Ordinários	-18.414.628,57	2.703,44	27.000,74	224.699,42	57.726,94	0,00	-18.720.759,81	1.111.604,37	-19.833.141,18
Outros Recursos não Vinculados	-531.199,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-531.199,43	37,95	-532.237,38
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	72.874.202,73	268,46	42.524,43	263.700,89	163.544,75	0,00	72.364.034,18	3.637.936,77	69.746.202,41
Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	157.141,09	0,00	1.161,71	0,00	110.375,59	0,00	45.603,79	0,00	45.603,79
Outros Recursos Vinculados à Saúde	1.541.102,06	223,13	2.230,82	35.326,63	2.879,46	0,00	1.503.443,02	1.510.381,01	-9.937,99
Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	627.916,19	0,00	0,00	179,36	36.422,78	0,00	664.314,05	109.167,99	461.146,06
Recursos Vinculados à Assistência Social	118,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118,95	0,00	118,95
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	1.113.32,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.113.32,30	0,00	1.113.32,30
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito Vinculados à Educação e à Saúde	-13.377,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-13.377,74	978.797,46	-692.175,20
Recursos de Aterramento de Bairros/Alvos	113.862,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.862,95	0,00	113.862,95
Outros Recursos Vinculados	69.334.300,93	35,35	331.31,90	248.267,50	11.897,92	0,00	69.634.606,86	1.039.532,31	67.595.074,55
TOTAL (III) = (I + II)	54.463.377,73	2.907,52	69.525,17	508.404,31	221.271,39	0,00	53.604.128,94	4.749.571,09	49.864.557,85

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório de Gestão Fiscal Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 2º semestre</b>

**RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	53.435.093,89
Receita Corrente Líquida Ajustada	53.435.093,89

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.858.698,20	48,39
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	28.854.950,70	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	27.412.203,17	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	25.969.455,63	48,60

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-7.066.202,95	-13,22
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	64.122.112,67	120,00

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.755.720,66	22,00

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.549.615,02	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.740.456,57	7,00

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	4.749.571,09	48.854.557,85

**RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município Semestral**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

## Lista de Assinaturas

## Assinatura: 1

Digitally signed by CAMILA BRAUN MACHADO:08007509933  
Date: 2020.02.11 16:10:44 BRT  
Perfil: Contador Responsável  
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

## Assinatura: 2

Digitally signed by RUBENS BLASZKOWSKI:37951548987  
Date: 2020.02.11 16:12:30 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

## Assinatura: 3

## Assinatura: 4

## Assinatura: 5

## Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2354986



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
		No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)				%(c/a)			
<b>Recetas Orçamentárias</b>											
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)											
RECEITAS CORRENTES											
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA											
Impostos											
Taxas											
CONTRIBUIÇÕES											
Contribuições Sociais											
Contribuições Econômicas											
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional											
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública											
RECEITA PATRIMONIAL											
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado											
Valores Mobiliários											
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença											
Exploração de Recursos Naturais											
Exploração do Patrimônio Intangível											
Cessão de Direitos											
Demais Receitas Patrimoniais											
RECEITA AGROPECUÁRIA											
RECEITA INDUSTRIAL											
RECEITA DE SERVIÇOS											
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais											
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte											
Serviços e Atividades Referentes à Saúde											
Serviços e Atividades Financeiras											
Outros Serviços											
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES											
Transferências da União e de suas Entidades											
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades											
Transferências dos Municípios e de suas Entidades											
Transferências de Instituições Privadas											
Transferências de Outras Instituições Públicas											
Transferências do Exterior											
Transferências de Pessoas Físicas											
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados											
OUTRAS RECEITAS CORRENTES											
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais											
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos											
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público											
Demais Receitas Correntes											



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	1.654.240,00	1.654.240,00	1.708.293,74	103,27	2.156.170,78	130,34	-501.930,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.500.000,00	1.500.000,00	340.777,18	22,72	407.559,02	27,17	1.092.440,98
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.500.000,00	1.500.000,00	340.777,18	22,72	407.559,02	27,17	1.092.440,98
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS	4.240,00	4.240,00	242.252,00	5.713,49	242.252,00	5.713,49	-238.012,00
Alienação de Bens Móveis	4.240,00	4.240,00	242.252,00	5.713,49	242.252,00	5.713,49	-238.012,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	150.000,00	1.125.264,56	750,18	1.506.359,76	1.004,24	-1.356.359,76
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	265,64	0,00	381.360,84	0,00	-381.360,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	150.000,00	150.000,00	1.124.998,92	750,00	1.124.998,92	750,00	-974.998,92
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	48.621.954,35	48.621.954,35	13.263.005,92	27,28	60.986.075,00	125,43	-12.364.120,65
OPERAÇÕES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilizária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	48.621.954,35	48.621.954,35	13.263.005,92	27,28	60.986.075,00	125,43	-12.364.120,65
TOTAL (VII) = (V + VI)	48.621.954,35	48.621.954,35	13.263.005,92	27,28	60.986.075,00	125,43	-12.364.120,65
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.691.456,01	0,00	0,00	2.691.456,01	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	2.691.456,01	0,00	0,00	2.691.456,01	0,00	-

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (h)
	DOTAÇÃO INICIAL (g)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	SALDO (f) = (e-f)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-



RRR-Exo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Recitas Intra Orcamentarias	Estgios da Receita Intra-Orcamentaria						SALDO (a-c)
	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/b)	
Recitas Intra Orcamentarias							
RECEITAS (INTRA-ORCAMENTARIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuicao de Melhoria	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICOES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuicoes Economicas	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuicoes para Entidades Privadas de Servico Social e de Formacao Profissional	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Contribuicao para o Custeio do Servico de Iluminacao Publica	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Exploracao do Patrimonio Imobiliario do Estado	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliarios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Delegacao de Servicos Publicos Mediante Concessao, Permissao, Autorizacao ou Licenca	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receta Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recitas Intra Orçamentárias	Estágios da Recita Intra-Orçamentária						RECEITAS REALIZADAS			SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (%)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (g-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)			
<b>Despesas Intra Orçamentárias</b>											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.663.213,00	2.883.746,58	797.986,59	64.492,08	834.986,59	2.819.257,50	64.492,08	2.805.688,84			0,00
DESPESAS CORRENTES	2.663.213,00	2.883.746,58	797.986,59	64.492,08	834.986,59	2.819.257,50	64.492,08	2.805.688,84			0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.441.213,00	2.661.746,58	797.986,59	64.492,08	797.986,59	2.597.257,50	64.492,08	2.583.688,84			0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	222.000,00	222.000,00	0,00	0,00	37.000,00	222.000,00	0,00	222.000,00			0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado****Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)****CNPJ: 83102749000177****Exercício: 2019****Período de referência: 6º bimestre****RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



**siconfi**  
TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/cot) (b)	SAÍDA (c) = (b)-(a)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/cot) (d)	SAÍDA (e) = (d)-(a)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (f)	45.668.741,35	56.025.230,22	8.576.038,21	47.877.950,81	94,44	8.747.279,41	9.415.443,22	43.128.379,72	93,86	13.486.850,50	
Legislativa	904.759,00	904.759,00	111.343,53	695.573,81	1,37	209.210,19	126.960,16	695.573,81	1,51	209.210,19	
Atos Legislativos	904.759,00	904.759,00	111.343,53	695.573,81	1,37	209.210,19	126.960,16	695.573,81	1,51	209.210,19	
Controle Externo											
FU01 - Administração Geral											
FU01 - Demais Subfunções											
Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Agrojudiciário											
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário											
FU02 - Administração Geral											
FU02 - Demais Subfunções											
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica											
Representação Judicial e Extrajudicial											
FU03 - Administração Geral											
FU03 - Demais Subfunções											
Administração	4.388.246,61	4.205.605,70	638.195,27	4.189.690,85	8,26	15.914,85	830.702,93	4.144.124,23	9,02	61.481,47	
Planejamento e Organização											
FU04 - Administração Geral	3.359.456,61	3.150.951,30	431.147,52	3.146.238,39	6,21	4.662,91	610.703,44	3.103.710,59	6,75	47.240,71	
Administração Financeira	1.014.750,00	1.054.414,22	268.047,45	1.043.162,28	2,06	11.251,94	219.909,49	1.040.173,46	2,26	14.240,76	
Controle Interno											
Normalização e Fiscalização											
Tecnologia da Informação											
Ordenamento Territorial											
Formação de Recursos Humanos	14.000,00	240,18		240,18				240,18			
Administração de Receitas											
Administração de Condições											
Comunicação Social											
FU04 - Demais Subfunções											
Defesa Nacional	12.700,00	3.750,00	0,00	3.750,00	0,01	0,00	0,00	240,00	0,00	3.510,00	
Defesa Aérea											
Defesa Naval											
Defesa Terrestre											
FU05 - Administração Geral											
FU05 - Demais Subfunções											
Segurança Pública	12.700,00	3.750,00		3.750,00	0,01			240,00		3.510,00	
Policiamento	335.710,52	432.157,52	23.877,50	353.581,20	0,70	78.576,32	42.986,43	319.186,23	0,69	112.971,29	
Defesa Civil	96.577,50	193.027,50	15.630,12	162.226,92	0,32	30.800,58	19.248,35	146.543,92	0,32	44.483,58	
Informação e Inteligência	239.130,02	239.130,02	8.247,38	191.354,28	0,38	47.775,74	23.738,08	170.642,31	0,37	68.487,71	
FU06 - Administração Geral											
FU06 - Demais Subfunções											
Relações Exteriores											
Relações Diplomáticas											
Cooperação Internacional											
FU07 - Administração Geral											
FU07 - Demais Subfunções											
Assistência Social											
Assistência ao Idoso											
Assistência ao Portador de Deficiência	1.056.954,87	1.369.811,87	177.586,84	1.166.903,94	2,30	202.807,93	239.857,49	1.147.034,30	2,50	222.777,57	
Assistência à Criança e ao Adolescente											
Assistência Comunitária											
	100,00	100,00									
	317.581,23	365.138,23	46.938,87	320.571,58	0,63	44.566,65	71.708,41	319.771,34	0,70	45.366,89	
	739.273,64	1.004.573,64	130.650,17	846.332,36	1,67	158.241,28	168.148,08	827.262,96	1,80	177.310,68	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	% (total h)	SALDO (g) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (i)	% (total i)	SALDO (e) = (e-i)		
FU08 - Administração Geral											
FU08 - Demais Subfunções											
Presidência Social	8.044.810,21	8.236.810,21	899.140,45	4.524.384,16	8,92	3.712.426,05	913.146,14	4.508.614,39	9,81	3.728.195,82	15.769,77
Presidência Básica											
Presidência do Regime Estatutário	8.044.810,21	8.236.810,21	899.140,45	4.524.384,16	8,92	3.712.426,05	913.146,14	4.508.614,39	9,81	3.728.195,82	15.769,77
Presidência Complementar											
Presidência Especial											
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	9.484.789,49	10.593.899,49	1.532.511,09	9.763.704,29	19,26	830.195,20	2.066.714,90	9.066.099,57	19,73	1.527.799,92	697.604,72
Atenção Básica	5.652.427,06	6.263.150,94	1.120.272,92	5.695.160,49	11,23	597.890,45	1.250.914,59	5.596.039,53	12,16	708.211,41	108.220,96
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.366.700,00	2.263.150,38	152.997,22	2.263.150,38	4,50		456.479,03	2.186.009,84	4,76	96.259,54	96.259,54
Suporte Profilático e Terapêutico	1.427.788,86	1.998.136,75	257.861,75	1.770.453,08	3,49	167.983,67	377.488,18	1.277.419,16	2,78	661.017,59	493.033,92
Vigilância Sanitária	35.364,57	55.714,33	140,00	1.335,00		55.379,33	140,00	1.244,70		55.469,63	90,30
Vigilância Epidemiológica	500,00	10.407,09		9.195,00	0,02	1.212,09		9.195,00	0,02	1.212,09	
Alimentação e Nutrição	12.000,00	12.000,00	1.684,20	4.370,34	0,01	7.629,66	1.684,20	4.370,34	0,01	7.629,66	
FU10 - Administração Geral											
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	12.549.084,39	14.752.875,78	3.501.447,47	14.363.503,86	28,33	389.371,92	2.778.387,80	12.813.681,00	27,89	1.939.194,78	1.549.822,86
Educação Fundamental	8.322.255,36	8.924.155,39	1.419.194,98	8.681.121,34	17,12	243.045,05	1.721.734,76	8.268.316,61	18,00	656.835,78	412.801,73
Educação Médio											
Educação Profissional											
Educação Superior	3.658.959,01	5.361.550,39	2.083.173,99	5.216.212,69	10,29	145.337,70	993.138,00	4.102.023,52	8,93	1.269.526,87	1.114.189,17
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	397.870,00	467.170,00	19.079,40	466.169,83	0,92	1.000,17	63.514,44	443.337,87	0,96	23.832,13	22.831,96
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	662.345,00	742.670,00	104.095,32	707.716,59	1,40	34.953,41	114.575,79	698.347,05	1,52	44.322,95	9.369,54
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	4.484.950,71	9.790.945,00	882.630,49	6.839.924,55	13,49	2.951.120,45	1.457.442,22	4.950.142,89	10,77	4.840.802,11	1.889.681,66
Infra-Estrutura Urbana	1.187.885,68	2.380.126,41	230.466,34	1.742.086,14	3,44	638.040,27	277.135,21	1.265.524,51	2,75	1.114.591,90	476.551,63
Serviços Urbanos	3.307.065,03	7.410.818,59	652.144,15	5.097.738,41	10,06	2.313.980,18	1.180.307,01	3.684.698,38	8,02	3.728.210,21	1.413.130,03
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação											
Habitação Rural	19.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS O BIMESTRE (b)	% (b/a) (b)	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR EM PROCESSADOS (f)
						DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS O BIMESTRE (c)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	SAÍDO (e) = (a-d)	
Habituação Urbana	19.400,00									
FU16 - Administração Geral										
FU16 - Demais Subfunções										
Saneamento	1.847.012,55	2.007.711,39	155.273,94	1.999.741,56	3,94	8.969,83	340.265,17	1.933.762,08	4,14	103.946,31
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	1.847.012,55	2.007.711,39	155.273,94	1.999.741,56	3,94	8.969,83	340.265,17	1.933.762,08	4,14	103.946,31
FU17 - Administração Geral										
FU17 - Demais Subfunções										
Gestão Ambiental	65.100,00	65.420,40	82,26	56.651,06	0,12	1.739,34	3.135,66	58.881,06	0,13	1.739,34
Preservação e Conservação Ambiental	65.100,00	65.420,40	82,26	56.651,06	0,12	1.739,34	3.135,66	58.881,06	0,13	1.739,34
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
FU18 - Administração Geral										
FU18 - Demais Subfunções										
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico										
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia										
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico										
FU19 - Administração Geral										
FU19 - Demais Subfunções										
Agricultura	966.820,00	1.371.751,56	329.956,48	1.316.228,13	2,60	55.523,43	203.063,74	1.174.488,17	2,56	197.263,39
Abastecimento										
Extensão Rural	967.820,00	1.371.751,56	329.956,48	1.316.228,13	2,60	55.523,43	203.063,74	1.174.488,17	2,56	197.263,39
Irrigação										
Promoção da Produção Agropecuária										
Defesa Agropecuária	1.000,00									
FU20 - Administração Geral										
FU20 - Demais Subfunções										
Organização Agrária										
Reforma Agrária										
Colonização										
FU21 - Administração Geral										
FU21 - Demais Subfunções										
Indústria	7.200,00	17,50	0,00	17,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	7.200,00	17,50	0,00	17,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial										
Mineração										
Propriedade Industrial										
Normalização e Qualidade										
FU22 - Administração Geral										
FU22 - Demais Subfunções										
Comércio e Serviços	178.620,00	291.780,80	36.065,77	274.328,72	0,54	17.462,08	39.564,41	225.528,34	0,49	66.252,46
Comercialização	5.000,00	274,50		274,50				274,50		
Comércio Exterior										
Serviços Financeiros	74.200,00	211.186,30	30.649,70	197.543,73	0,39	13.642,57	33.616,17	165.483,44	0,36	46.702,86
Turismo	99.420,00	80.320,00	5.446,07	76.510,49	0,15	3.809,51	5.946,24	59.770,40	0,13	20.549,60
FU23 - Administração Geral										
FU23 - Demais Subfunções										
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações										
FU24 - Administração Geral										



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
						%(b)(a)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%(d)(c)	
FIU24 - Demais Subfunções										
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia										
Energia Elétrica										
Combustíveis Minerais										
Biocombustíveis										
FIU25 - Administração Geral										
FIU25 - Demais Subfunções										
Transporte	657.000,00	1.235.000,00	96.098,74	1.235.176,23	2,44	3.823,77	187.184,58	1.122.670,29	2,44	112.556,94
Transporte Aéreo										
Transporte Rodoviário	657.000,00	1.235.000,00	96.098,74	1.235.176,23	2,44	3.823,77	187.184,58	1.122.670,29	2,44	112.556,94
Transporte Ferroviário										
Transporte Hidroviário										
Transportes Especiais										
FIU26 - Administração Geral										
FIU26 - Demais Subfunções										
Desporto e Lazer	140.770,00	530.714,00	87.433,06	386.144,36	0,76	144.569,64	51.885,80	300.206,31	0,65	85.938,05
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário	101.770,00	489.090,00	83.178,58	327.757,34	0,65	141.302,66	47.969,98	243.637,57	0,53	84.119,77
Lazer	39.000,00	61.654,00	4.254,48	58.387,02	0,12	3.266,98	3.885,82	56.568,74	0,12	1.818,28
FIU27 - Administração Geral										
FIU27 - Demais Subfunções										
Energias Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna										
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
FIU28 - Demais Subfunções										
Reserva de Contingência	90.525,00	90.525,00					90.525,00			90.525,00
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.863.213,00	2.863.749,58	797.988,59	2.819.257,50	5,56	64.492,08	834.988,59	2.819.257,50	6,14	64.492,08
TOTAL (III) = (I + II)	48.621.954,35	59.508.579,80	9.373.966,80	50.697.298,31	100,00	8.811.771,49	10.250.431,81	45.847.637,22	100,00	13.851.342,58

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%	Execução da Despesa - Intra				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
						%(b)(a)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%(d)(c)	
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.863.213,00	2.863.749,58	797.988,59	2.819.257,50	5,56	64.492,08	834.988,59	2.819.257,50	6,14	64.492,08
Legislativa	19.383,00	19.383,00	3.567,54	15.413,59	0,03	3.969,41	3.567,54	15.413,59	0,03	3.969,41
Ação Legislativa										
Controle Externo	19.383,00	19.383,00	3.567,54	15.413,59	0,03	3.969,41	3.567,54	15.413,59	0,03	3.969,41
FIU01 - Administração Geral										
FIU01 - Demais Subfunções										
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária										
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário										
FIU02 - Administração Geral										
FIU02 - Demais Subfunções										
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica										



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (viii/b)	SAÍDA (c) = (b+b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (diii/d)	SAÍDA (e) = (d+d)
Representação Judicial e Extrajudicial										
FU03 - Administração Geral										
FU03 - Demais Subfunções										
Administração	201.285,00	177.575,00	48.432,56	177.575,00	0,35	0,00	48.432,56	177.575,00	0,39	0,00
Planejamento e Orçamento										
FU04 - Administração Geral	150.165,00	122.865,00	40.337,26	122.865,00	0,24		40.337,26	122.865,00	0,27	
Administração Financeira	51.120,00	54.710,00	9.095,30	54.710,00	0,11		9.095,30	54.710,00	0,12	
Controle Interno										
Normalização e Fiscalização										
Tecnologia da Informação										
Ordenamento Territorial										
Formação de Recursos Humanos										
Administração de Receitas										
Administração de Condições										
Comunicação Social										
FU04 - Demais Subfunções										
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea										
Defesa Naval										
Defesa Terrestre										
FU05 - Administração Geral										
FU05 - Demais Subfunções										
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento										
Defesa Civil										
Inteligência										
FU06 - Administração Geral										
FU06 - Demais Subfunções										
Relações Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas										
Cooperação Internacional										
FU07 - Administração Geral										
FU07 - Demais Subfunções										
Assistência Social	72.000,00	119.300,00	30.144,58	115.059,83	0,23	4.240,17	30.144,58	115.059,83	0,25	4.240,17
Assistência ao Idoso										
Assistência ao Portador de Deficiência										
Assistência à Criança e ao Adolescente										
Assistência Comunitária	72.000,00	119.300,00	30.144,58	115.059,83	0,23	4.240,17	30.144,58	115.059,83	0,25	4.240,17
FU08 - Administração Geral										
FU08 - Demais Subfunções										
Proteção Social	23.540,00	23.540,00	3.881,39	14.175,78	0,03	9.364,22	3.881,39	14.175,78	0,03	9.364,22
Previdência Básica										
Previdência do Regime Estatutário	23.540,00	23.540,00	3.881,39	14.175,78	0,03	9.364,22	3.881,39	14.175,78	0,03	9.364,22
Previdência Complementar										
Previdência Especial										
FU09 - Administração Geral										
FU09 - Demais Subfunções										
Saúde	477.125,00	633.765,00	173.719,98	606.825,88	1,20	26.939,12	173.719,98	606.825,88	1,32	26.939,12
Atenção Básica	477.125,00	633.765,00	173.719,98	606.825,88	1,20	26.939,12	173.719,98	606.825,88	1,32	26.939,12
Assistência Hospitalar e Ambulatorial										
Suporte Profilático e Terapêutico										
Vigilância Sanitária										
Vigilância Epidemiológica										
Alimentação e Nutrição										
FU10 - Administração Geral										





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 8310274900177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (VIII b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (VIII d)	SALDO (e) = PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções										
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador										
Relações de Trabalho										
Empregabilidade										
FU11 - Administração Geral										
FU11 - Administração Geral										
Educação	1.302.390,00	1.302.020,38	423.838,81	1.306.041,42	2,58	19.978,16	423.838,81	1.308.041,42	2,85	19.978,16
Educação Fundamental	764.565,00	773.195,38	258.584,20	754.949,33	1,49	18.246,25	258.584,20	754.949,33	1,64	18.246,25
Educação Infantil										
Educação de Jovens e Adultos										
Educação Especial										
Educação Básica										
FU12 - Administração Geral										
FU12 - Administração Geral										
Cultura	46.860,00	46.860,00	12.929,87	46.860,00	0,09	0,00	12.929,87	46.860,00	0,10	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico										
Patrimônio Cultural										
FU13 - Administração Geral										
FU13 - Administração Geral										
Desporto e Recreação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto										
Desporto e Recreação Social										
Desporto Indivíduo e Coletivo e Difusão										
Assistência Social e Proteção à Infância										
FU14 - Administração Geral										
FU14 - Administração Geral										
Urbanismo	190.000,00	199.950,00	60.540,03	199.950,00	0,39	0,00	60.540,03	199.950,00	0,44	0,00
Infra-Estrutura Urbana										
Serviços Urbanos										
Transportes Coletivos Urbanos	190.000,00	199.950,00	60.540,03	199.950,00	0,39	0,00	60.540,03	199.950,00	0,44	0,00
FU15 - Administração Geral										
FU15 - Administração Geral										
Habitado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitado Rural										
Habitado Urbano										
FU16 - Administração Geral										
FU16 - Administração Geral										
Saneamento	42.600,00	51.626,00	20.874,42	51.626,00	0,10	0,00	20.874,42	51.626,00	0,11	0,00
Saneamento Básico Rural										
Saneamento Básico Urbano	42.600,00	51.626,00	20.874,42	51.626,00	0,10	0,00	20.874,42	51.626,00	0,11	0,00
FU17 - Administração Geral										
FU17 - Administração Geral										
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental										
Controle Ambiental										
Recuperação de Áreas Degradadas										
Recursos Hídricos										
Meteorologia										
FU18 - Administração Geral										
FU18 - Administração Geral										
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**  
**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**  
**CNPJ: 83102749000177**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**TESOURONACIONAL**

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	%	(viii b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%	(diii d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico												
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia												
Diffusão de Conhecimento Científico e Tecnológico												
FU18 - Administração Geral												
FU18 - Demais Subfunções												
Agricultura												
Abastecimento	66.030,00	61.730,00	19.068,41	61.730,00	0,12	0,00	19.068,41	61.730,00	0,13	0,00	0,00	
Extensão Rural	66.030,00	61.730,00	19.068,41	61.730,00	0,12	0,00	19.068,41	61.730,00	0,13	0,00	0,00	
Irrigação												
Promoção da Produção Agropecuária												
Defesa Agropecuária												
FU20 - Administração Geral												
FU20 - Demais Subfunções												
Organização Agrária												
Reforma Agrária												
Colonização												
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções												
Indústria												
Promoção Industrial												
Produção Industrial												
Mineração												
Propriedade Industrial												
Normalização e Qualidade												
FU22 - Administração Geral												
FU22 - Demais Subfunções												
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Promoção Cultural												
Comércio Exterior												
Serviços Financeiros												
Turismo												
FU23 - Administração Geral												
FU23 - Demais Subfunções												
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicações Postais												
Telecomunicações												
FU24 - Administração Geral												
FU24 - Demais Subfunções												
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Conservação de Energia												
Energia Elétrica												
Combustíveis Minerais												
Biocombustíveis												
FU25 - Administração Geral												
FU25 - Demais Subfunções												
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transporte Aéreo												
Transporte Rodoviário												
Transporte Ferroviário												
Transporte Hidroviário												
Transportes Especiais												
FU26 - Administração Geral												
FU26 - Demais Subfunções												
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**TESOURO NACIONAL**

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**

**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**

**CNPJ: 83102749000177**

**Exercício: 2019**

**Período de referência: 6º bimestre**

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (c/III b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento										
Desporto Comunitário										
Lazer										
FUZT - Administração Geral										
FUZT - Demais Subfunções										
Encargos Especiais	222.000,00	222.000,00	0,00	222.000,00	0,44	0,00	222.000,00	0,48	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	222.000,00	222.000,00		222.000,00	0,44		222.000,00	0,48		
Refinanciamento da Dívida Externa										
Serviço da Dívida Interna										
Serviço da Dívida Externa										
Transferências										
Outros Encargos Especiais										
Transferências para a Educação Básica										
FUZT - Demais Subfunções										
Reserva de Contingência										



**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**  
**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**  
**CNPJ: 83102749000177**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR-0>		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.201.438,41	4.331.000,62	4.244.250,27	5.400.469,93	6.033.763,27	5.038.002,20	5.345.467,25	3.013.461,150	5.793.940,20	4.903.533,46	4.144.020,83	7.991.630,06	92.201.897,96	49.267.987,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	281.113.551,90	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	241.000,00	92.201.897,96	49.267.987,43
ISS	133.054,40	118.120,57	129.161,03	148.861,97	174.976,19	158.933,22	143.036,96	204.540,74	174.111,46	169.401,58	267.202,72	238.837,97	1.322.503,54	1.090.152,16
ITB	103.996,20	124.494,60	71.970,00	87.865,51	114.803,34	23.841,25	34.526,39	72.155,01	83.805,34	149.468,39	95.571,37	150.734,13	1.092.864,73	1.311.025,90
IRRF	106.908,52	76.471,33	8.190,21	172.867,73	884.958,39	11.153,86	178.573,54	1.103,00	186.373,13	109.468,39	1.487,99	226.264,04	1.157.862,20	912.864,93
Outras Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	26.022,19	40.009,97	82.413,01	241.038,69	284.125,36	71.610,29	58.881,96	86.566,61	41.590,02	37.464,08	42.233,96	52.430,59	994.412,96	975.260,23
Contribuições	281.150,01	4.806,93	989.955,30	297.015,97	307.789,77	3.702,44	609.747,34	3.724,47	609.747,34	7.759,22	30.699,08	900.148,64	3.817.206,98	4.050.000,00
Receita Patrimonial	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Reservatório de Aplicação Financeira	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,99	1.996.363,79	693.306,05	30.070,41	1.272.089,54	1.191.922,27	30.699,08	1.538.032,99	9.900.216,00	9.900.216,00
Contribuição de Melhoria	1.278.571,25	92.110,48	113.334,54	598.603,43	1.311.281,9									



**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**  
**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**  
**CNPJ: 83102749000177**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**

**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**

**CNPJ: 83102749000177**

**Exercício: 2019**

**Período de referência: 6º bimestre**

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita		
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
			Até o Bimestre / 2019
			Até o Bimestre / 2018
<b>Receitas</b>			
RECEITAS CORRENTES (I)	6.965.750,00	6.965.750,00	13.672.360,75
Receita de Contribuições dos Segurados	1.350.000,00	1.350.000,00	1.285.176,16
Civil	1.350.000,00	1.350.000,00	1.285.176,16
Ativo	1.350.000,00	1.350.000,00	1.285.176,16
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	2.700.000,00	2.700.000,00	2.625.848,27
Civil	2.700.000,00	2.700.000,00	2.625.848,27
Ativo	2.700.000,00	2.700.000,00	2.625.848,27
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.915.750,00	2.915.750,00	9.781.336,32
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.915.750,00	2.915.750,00	9.781.336,32
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	186.360,84
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	186.360,84
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	6.965.750,00	6.965.750,00	13.858.721,59
			7.106.852,69

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Despesas	Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa								INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2019	Em 2018		
ADMINISTRAÇÃO (V)		625.788,78	655.788,78	547.447,39	230.937,40	531.677,62	227.943,77	15.769,77	2.993,63	-	-
Despesas Correntes		362.785,00	382.785,00	278.578,31	221.906,40	263.284,63	218.912,77	15.294,68	2.993,63	-	-
Despesa de Capital		263.023,78	273.023,78	268.868,08	9.031,00	268.392,99	9.031,00	475,09	0,00	-	-
PREVIDÊNCIA (VI)		4.495.450,43	4.495.450,43	3.288.250,07	3.507.550,33	3.288.250,07	3.507.550,33	0,00	0,00	-	-
Benefícios - Civil		4.495.450,43	4.495.450,43	3.288.250,07	3.507.550,33	3.288.250,07	3.507.550,33	0,00	0,00	-	-
Aposentadorias		3.079.200,43	3.079.200,43	2.594.762,63	2.833.124,92	2.594.762,63	2.833.124,92	0,00	0,00	-	-
Pensões		316.250,00	516.250,00	404.824,46	413.555,81	404.824,46	413.555,81	0,00	0,00	-	-
Outros Benefícios Previdenciários		1.100.000,00	900.000,00	288.662,98	280.869,60	288.662,98	280.869,60	0,00	0,00	-	-
Benefícios - Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)		5.121.239,21	5.151.239,21	3.835.697,46	3.738.487,73	3.819.927,69	3.735.484,10	15.769,77	2.993,63	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)		1.844.510,79	1.814.510,79	10.023.024,13	3.388.364,96	10.038.793,90	3.371.358,59	-	-	-	-



 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	46.430.291,43	37.117.677,61
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**


**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**

**CNPJ: 83102749000177**

**Exercício: 2019**

**Período de referência: 6º bimestre**

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa					DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPEENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPEENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
												Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDENCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
<b>Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor</b>	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
<b>Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias</b>	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	46.967.714,35	58.829.040,49
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.072.439,10	6.496.243,75
IPTU	1.159.067,81	1.222.756,74
ISS	1.690.532,16	2.077.453,42
ITBI	1.311.025,60	1.092.884,73
IRRF	912.864,63	1.157.362,20
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	998.948,90	945.786,66
Contribuições	5.196.885,68	5.168.726,94
Receita Patrimonial	3.161.726,99	9.900.218,00
Aplicações Financeiras (II)	3.074.211,83	9.894.313,98
Outras Receitas Patrimoniais	87.515,16	5.904,02
Transferências Correntes	30.061.997,86	34.938.735,96
Cota-Parte do FPM	8.900.609,03	8.765.651,86
Cota-Parte do ICMS	7.468.321,62	10.580.338,06
Cota-Parte do IPVA	875.996,80	1.054.590,01
Cota-Parte do ITR	57.871,35	48.222,13
Transferências da LC 87/1996	29.798,96	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	106.745,43	118.085,62
Transferências do FUNDEB	8.593.065,14	9.352.904,35
Outras Transferências Correntes	4.029.589,53	5.018.943,93
Demais Receitas Correntes	2.474.664,72	2.325.115,84
Outras Receitas Financeiras (III)	235.540,79	0,00
Receitas Correntes Restantes	2.239.123,93	2.325.115,84
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	43.657.961,73	48.934.726,51
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.654.240,00	2.156.170,78
Operações de Crédito (VI)	1.500.000,00	407.559,02
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	4.240,00	242.252,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	4.240,00	242.252,00
Transferências de Capital	150.000,00	1.506.359,76
Convênios	0,00	1.506.359,76
Outras Transferências de Capital	150.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	154.240,00	1.748.611,76
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	43.812.201,73	50.683.338,27



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	Até o Bimestre / 2019
					RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (d)
					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
					PAGOS (e)
<b>Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias</b>					
DESPESAS CORRENTES (XII)	45.838.817,59	42.301.402,84	40.369.415,31	40.316.237,80	142.508,04
Pessoal e Encargos Sociais	25.278.437,57	23.907.080,75	23.907.080,75	23.895.145,10	17.409,09
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	7.600,00	7.596,90	7.596,90	7.596,90	0,00
Outras Despesas Correntes	20.553.780,02	18.386.735,19	16.454.747,66	16.413.505,80	125.098,95
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XII) - (XIV)	45.832.217,59	40.361.828,41	40.361.828,41	40.308.650,90	142.508,04
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.598.541,63	5.575.547,97	2.759.964,41	2.755.205,41	5.487,72
Investimentos	8.547.041,63	5.545.214,63	2.727.631,07	2.724.872,07	5.487,72
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	41.500,00	31.333,34	31.333,34	31.333,34	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI) - XVII - XVIII - XIX - XX	8.547.041,63	5.545.214,63	2.727.631,07	2.724.872,07	5.487,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	90.525,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XXI) + (XXI) + (XXII)	54.469.794,22	47.839.030,57	43.089.459,48	43.033.522,97	147.995,76
					1.962.434,74
					1.961.804,84

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
<b>Resultado Primário - Acima da Linha</b>	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))	5.540.014,70

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
<b>Meta Fiscal para o Resultado Primário</b>	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
<b>Juros Nominais</b>	-
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	9.894.313,98
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
	VALOR INCORRIDO
<b>Resultado Nominal - Acima da Linha</b>	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	15.426.741,78

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
<b>Meta Fiscal para o Resultado Nominal</b>	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
<b>Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida</b>	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	557.514,00	933.739,68
DEDUÇÕES (XXIX)	41.938.584,23	54.430.234,06
Disponibilidade de Caixa	41.938.584,23	54.430.234,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	42.089.116,56	54.496.997,68
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	150.532,33	66.763,62
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-41.381.070,23	-53.496.494,38

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
<b>Resultado Nominal - Abaixo da Linha</b>	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	12.115.424,15

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
	VALOR INCORRIDO
<b>Ajuste Metodológico</b>	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	83.768,71
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	12.031.655,44

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

# Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
<b>Resultado Primário - Abaixo da Linha</b>	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	2.144.928,36

## RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>Informações Adicionais</b>	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.691.458,01
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

## RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	



Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre


RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão									
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
	Em Exercícios Anteriores (a)	Inscritas Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo = (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (e)	Inscritas Em 31 de Dezembro de 2018 (f)	Liquidadas (g)	Canceladas (h)	Saldo = e + (f + g) - h
RESTOS A PAGAR EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (I)	0,00	0,00	100.907,68	147.995,76	0,00	2.571,92	202.506,63	1.982.200,84	1.981.804,84	50.880,31
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	100.907,68	147.995,76	0,00	2.571,92	202.506,63	1.982.200,84	1.981.804,84	50.880,31
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I) + (II)	0,00	0,00	100.907,68	147.995,76	0,00	2.571,92	202.506,63	1.982.200,84	1.981.804,84	50.880,31
										511.452,23

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Em Exercícios Anteriores (a)	Pagos (c)		Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritas	Em 31 de Dezembro de 2018 (e)	Liquidadas (f)	Canceladas (g)	Saldo h = (f + g) - (i + j)	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PODER EXECUTIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Camara Municipal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tribunal de Contas do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.500.000,00	407.559,02	1.092.440,98

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	8.588.541,63	5.576.547,97	3.011.993,66
Investimentos	8.547.041,63	5.545.214,63	3.001.827,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	41.500,00	31.333,34	10.166,66
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	8.588.541,63	5.576.547,97	3.011.993,66

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
Resultado para Apuração da Regra de Ouro	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	7.088.541,63	5.168.988,95	1.919.552,68

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário			
	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário		Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	3.269.314,06	2.850.463,45	418.850,61	418.850,61
2020	2.887.429,13	2.916.333,92	-28.904,79	389.945,82
2021	3.627.314,65	2.753.572,15	873.742,50	1.263.688,32
2022	3.441.642,59	2.600.320,64	841.321,95	2.105.010,27
2023	3.264.539,30	2.477.658,22	786.881,08	2.891.891,35
2024	3.089.258,93	2.384.467,03	704.791,90	3.596.683,25
2025	2.915.472,63	2.524.780,67	390.691,96	3.987.375,21
2026	2.662.755,06	2.476.053,92	206.701,14	4.194.076,35
2027	2.513.472,24	2.498.446,16	15.026,08	4.209.102,43
2028	2.331.758,04	2.586.773,65	-255.015,61	3.954.086,82
2029	2.138.365,78	2.688.653,00	-550.287,22	3.403.799,60
2030	1.948.003,81	2.702.820,60	-754.816,99	2.648.982,61
2031	1.790.137,32	2.688.433,15	-898.295,83	1.750.686,78
2032	1.647.468,35	2.663.127,60	-1.015.659,15	735.027,63
2033	1.514.615,72	2.584.417,27	-1.069.801,55	-334.773,92
2034	1.403.982,32	2.555.579,60	-1.151.597,28	-1.486.371,20
2035	1.284.834,34	2.507.046,67	-1.222.212,33	-2.708.583,53
2036	1.177.372,25	2.450.464,83	-1.273.092,68	-3.981.676,21
2037	1.077.991,54	2.414.791,28	-1.336.799,74	-5.318.475,95
2038	977.786,59	2.344.259,53	-1.366.472,94	-6.684.948,89
2039	893.231,61	2.294.340,14	-1.401.108,53	-8.086.057,42
2040	807.560,54	2.215.616,13	-1.408.055,59	-9.494.113,01
2041	735.451,99	2.142.912,31	-1.407.460,32	-10.901.573,33
2042	666.283,66	2.095.257,60	-1.428.973,94	-12.330.547,27
2043	593.975,99	1.986.501,64	-1.392.522,65	-13.723.069,92
2044	544.658,42	1.905.801,25	-1.361.142,83	-15.084.212,75
2045	491.106,31	1.822.530,56	-1.331.424,25	-16.415.637,00
2046	442.432,30	1.796.164,83	-1.353.732,33	-17.769.369,33
2047	127.076,42	1.711.306,12	-1.584.229,70	-19.353.599,03
2048	97.725,54	1.605.785,49	-1.508.059,95	-20.861.655,98
2049	83.647,55	1.528.843,46	-1.445.195,90	-22.306.851,88
2050	60.523,29	1.430.157,49	-1.369.634,20	-23.676.486,08
2051	46.867,25	1.368.191,40	-1.321.324,15	-24.997.810,23
2052	24.175,08	1.271.394,56	-1.247.219,48	-26.245.025,71
2053	15.265,89	1.169.250,10	-1.153.984,21	-27.399.009,92
2054	10.541,61	1.071.932,70	-1.061.391,09	-28.460.401,01
2055	6.816,08	972.146,95	-965.330,87	-29.425.731,88
2056	6.395,33	890.386,54	-883.991,21	-30.309.723,09
2057	2.336,89	806.675,17	-804.338,28	-31.114.059,37
2058	1.020,57	725.998,11	-724.937,54	-31.838.996,91





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		
		RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)
		Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		
2019				SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2020				
2021				
2022				
2023				
2024				
2025				
2026				
2027				
2028				
2029				
2030				
2031				
2032				
2033				
2034				
2035				
2036				
2037				
2038				
2039				
2040				
2041				
2042				
2043				
2044				
2045				
2046				
2047				
2048				
2049				
2050				
2051				
2052				
2053				
2054				
2055				
2056				
2057				
2058				
2059				
2060				
2061				



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		
		RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)
		SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)		
2062				
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

# Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

## RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

## RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
<b>Receitas</b>	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	20.817,31	242.346,22	-221.528,91
Receita de Alienação de Bens Móveis	4.240,00	242.252,00	-238.012,00
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	16.577,31	94,22	16.483,09



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)


CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

Despesas	Execução da Despesa						SALDO (h) = (d-e)
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	
<b>Despesas</b>							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	940,00	279,00	279,00	279,00	0,00	0,00	661,00
DESPESAS DE CAPITAL	940,00	279,00	279,00	279,00	0,00	0,00	661,00
Investimentos	940,00	279,00	279,00	279,00	0,00	0,00	661,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA							
Regime Geral da Previdência Social							
Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos							

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2018 (I)	2019 (J) = (Ib - (IIc + IIg))	SALDO ATUAL (K) = (III + IIIj)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (III)	2.167,73	242.067,22	244.234,95

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS			
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS			
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS			
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			





Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)


Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP										
EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP										
TOTAL DAS DESPESAS										
PPP A CONTRATAR (II)										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)										
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)										
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (V) / (II)										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TESOURO NACIONAL</b></p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>CNPJ: 83102749000177</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
<b>Balanço Orçamentário</b>	-
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	48.621.954,35
Previsão Atualizada	48.621.954,35
Receitas Realizadas	60.986.075,00
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	2.691.458,01
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	48.621.954,35
Créditos Adicionais	10.887.025,45
Dotação Atualizada	59.508.979,80
Despesas Empenhadas	50.697.208,31
Despesas Liquidadas	45.947.637,22
Despesas Pagas	45.878.112,05
Superávit Orçamentário	15.038.437,78

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
<b>Despesas por Função/Subfunção</b>	-
Despesas Empenhadas	50.697.208,31
Despesas Liquidadas	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
<b>Receita Corrente Líquida - RCL</b>	-
Receita Corrente Líquida	53.435.093,89

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
<b>Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	13.858.721,59
Despesas Previdenciárias Liquidadas	3.835.697,46
Resultado Previdenciário	10.023.024,13
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
<b>Resultados Primário e Nominal</b>	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	5.540.014,70	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	15.426.741,78	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
<b>Restos a Pagar por Poder e Ministério Público</b>	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	150.567,68	0,00	147.995,76	2.571,92
Poder Executivo	150.567,68	0,00	147.995,76	2.571,92
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

# Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado

Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)

CNPJ: 83102749000177

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	2.803.965,32	333.280,17	1.961.804,84	508.880,31
Poder Executivo	2.803.965,32	333.280,17	1.961.804,84	508.880,31
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	2.954.533,00	333.280,17	2.109.800,60	511.452,23

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	8.352.165,15	25,00	26,90
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	7.078.178,79	60,00	75,57
Complementação da União ao FUNDEB			

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
<b>Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital</b>	-	-
Receitas de Operações de Crédito	407.559,02	1.092.440,98
Despesa de Capital Líquida	5.576.547,97	3.011.993,66

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência</b>	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
<b>Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos</b>	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	242.252,00	-238.012,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	279,00	661,00

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	8.237.308,67	15,00	26,37

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
<b>Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP</b>	-	
Total das Despesas/RCL (%)	0,00	

## RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios



**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**  
**Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC (Poder Executivo)**  
**CNPJ: 83102749000177**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

## Lista de Assinaturas

## Assinatura: 1

Digitally signed by CAMILA BRAUN MACHADO:08007509933  
Date: 2020.02.11 14:03:43 BRT  
Perfil: Contador Responsável  
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

## Assinatura: 2

Digitally signed by RUBENS BLASZKOWSKI:37951548987  
Date: 2020.02.11 14:06:07 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC

## Assinatura: 3

## Assinatura: 4

## Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA RP 12/2020

Publicação Nº 2355252

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 12/2020.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: EMERSON ANTONIO GIACHINI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 34.077.418/0001-19. OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na Outorga de PERMISSÃO para serviços e equipamentos necessários ao transporte, guarda e depósito de veículos apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Campo Erê - SC, nos termos do instrumento convocatório e seus anexos. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 1327/2019, Concorrência Pública nº 02/2019. VALOR: Repassar POR ATO (veículo liberado) ao Município, o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do valor bruto arrecadado sobre a remoção (guincho) e estadia (depósito) dos veículos apreendidos. VIGÊNCIA: A vigência da Permissão será de 60 (sessenta) meses, contados a partir de 01 de março de 2020, sem interrupção e prorrogável na forma do Art. 57, II ou § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93. Campo Erê/SC, em 10/02/2020. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Permitente e Emerson Antonio Giachini pela Permissionária.

### HOMOLOGAÇÃO PL 1327/2019

Publicação Nº 2355243

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

#### RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº 1327/2019, na modalidade Concorrência de nº 2/2019 tendo como objeto a OUTORGA DE PERMISSÃO PARA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS AO TRANSPORTE, GUARDA E DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO PELAS POLÍCIAS MILITAR E CIVIL NO MUNICÍPIO DE CAMPO ERE – SC, conforme o quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
EMERSON ANTONIO GIACHINI	1	1	1,00	25 %	25%

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
EMERSON ANTONIO GIACHINI	25,00 %

II - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da referida licitante.

Campo Erê – SC, Segunda-Feira, 10 de fevereiro de 2020.

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8.530/20 DE 11/02/2020. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Publicação Nº 2355884

DECRETO Nº 8.530/20 DE 11/02/2020.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$93.917,16 (Noventa e três mil novecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 08-SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 23- DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009- Realização de Obras e Reformas pela Sec. de Transporte e Obras e Urbanismo

Elementos de despesa: 177 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000.000000-Aplicações Diretas ..... R\$ 93.917,16

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º serão utilizados o Superávit financeiro recurso próprio no valor de R\$ 93.917,16.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 11 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### REVOGAÇÃO PP 01/2020

Publicação Nº 2355147

DESPACHO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 001/2020

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Autarquias Municipais de Campos Novos/SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, tendo em vista os autos do Processo Licitatório n. 001/2020, na modalidade Pregão Presencial n. 001/2020, cujo objeto consiste no Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Autarquias Municipais de Campos Novos/SC, com data de abertura do certame ocorrida em 30 de janeiro de 2020, e:

CONSIDERANDO que o Pregoeiro e os membros que compõem a equipe de apoio da Comissão de Licitações, após o encerramento da fase de lances do certame, formalizaram esclarecimentos dirigidos a este signatário, acerca da constatação de fato superveniente, ao relatar, em suma, que a empresa Carla Machado de Souza ME encaminhou envelopes de proposta e documentação via correios, visando sua participação do processo licitatório em epígrafe, os quais, em que pese tenham sido devidamente protocolados, não foram remetidos a tempo e modo à Comissão de Licitações, e que, por esta razão, a referida proposta não foi cadastrada na sessão pública do certame, sendo por esta razão inopinadamente impossibilitada de participar do certame com relação aos itens cotados em sua proposta.

CONSIDERANDO o registro do Pregoeiro de que a licitante Carla Machado de Souza ME enviou seus envelopes de proposta e documentação, contudo, não credenciando representante para participar durante a sessão pública do certame.

CONSIDERANDO que o Pregoeiro e membros da Comissão enaltecem que, em análise da proposta apresentada pela licitante mencionada, bem como das demais cadastradas no sistema, esta obtinha probabilidade de preços para prosseguir às próximas etapas da licitação.

CONSIDERANDO que, a partir da análise do relato efetivado pelo Pregoeiro e membros da Comissão de Licitação, é possível verificar que na data de abertura do certame ocorreu fato imprevisto e superveniente, devido ao não cadastramento da proposta remetida via postal pela empresa Carla Machado de Souza ME, por falha do sistema do Setor de Protocolos da Prefeitura.

CONSIDERANDO que, mesmo diante de uma aparente regularidade, uma vez que a sessão de aberta do certame ocorreu de forma legal, vislumbrando-se, de forma superveniente, possíveis vícios na condução do processo licitatório, aptos a afetar os princípios que regem a

Administração pública, bem como o procedimento licitatório, em especial os princípios da isonomia e da competitividade.

CONSIDERANDO que, de acordo com o artigo 3º da Lei n. 8.666/93, o procedimento licitatório destina-se a garantir o princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correlatos.

CONSIDERANDO o disposto no caput do art. 49 da Lei n. 8.666/93, que assim disciplina:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

CONSIDERANDO o teor a Súmula n. 473 do Supremo Tribunal Federal – STF acerca da possibilidade de revogação dos atos administrativos, nos seguintes termos:

Súmula 473 - A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

CONSIDERANDO que sobrevieram ao certame razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, demonstrando que o prosseguimento do certame poderia acarretar prejuízos aos fins a que se propõe a Administração, bem como em prejuízo ao licitante.

CONSIDERANDO as razões de interesse público acima alinhadas, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente demonstradas e justificadas neste Despacho, pertinentes e suficientes para justificar tal conduta, assentadas em motivos de conveniência e oportunidade, que demonstram a impossibilidade de prosseguimento do certame sem que isso acarrete prejuízos à satisfação do interesse público e a estrita observância aos princípios da Administração Pública

**RESOLVE:**

Diante do acima exposto, com fundamento no disposto no caput do art. 49 da Lei n. 8.666/93 e a Súmula 473 do STF, REVOGAR o Processo Licitatório n. 001/2020, na modalidade Pregão Presencial n. 001/2020, aliado à justificativa das razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, em cotejo com os fatos registrados e apresentados pelo Pregoeiro e membros da Comissão de Licitações, que servem como fundamento da presente decisão, uma vez que seu prosseguimento atenta contra o interesse público e aos princípios que regem a Administração Pública e o procedimento licitatório, e que o referido procedimento ainda não fora homologado e adjudicado seu objeto, devendo-se proceder o lançamento de nova licitação para a contratação do objeto descrito.,

Após, proceda-se a devida publicação do competente termo de revogação, autuando-se cópia nos autos do respectivo processo licitatório.

Campos Novos-SC, 07 de fevereiro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito de Campos Novos



**ATA DE RG 02/2020 - SAÚDE**

Publicação Nº 2355906

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 5/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020**

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.595.042/0001-24, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS, 333, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. , doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2020, Processo Licitatório nº. 5/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A FIM DE SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7512	A G KIENEN & CIA LTDA	3
6858	AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	
8218	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	1, 4, 8, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	.. .	-
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	65.817.900/0001-71	.. .	-
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	28.093.678/0001-85	.. .	-

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A FIM DE SUPRIR ÀS NECESSIDADES DA FARMÁCIA PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7512 - A G KIENEN & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	DICLOFENACO DE SODIO 50 MG. COMPRIMIDO	UN	BELFAR	17.000,000	0,0500	850,00

Fornecedor: 8218 - F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GENTAMICINA 5ML/FRASCO	FRS	ALLERGAN	40.000	8,5800	343,20
4	BROMIDRATO DE FENOTEROL /GOTAS FRASCO 5MG/ML	FRS	HIPOLABOR	200,000	6,7000	1.340,00
8	LEVODOPA ASSOCIADO A BENSERAZIDA 100 MG + 25 MG	COMF	ACHE	7.000,000	0,8300	5.810,00
10	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG	COMF	EUROFARMA	30.000,000	0,6000	18.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

**6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:**

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

A G KIENEN & CIA LTDA	CNPJ: 82.225.947/0001-65	_____
AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	CNPJ: 65.817.900/0001-71	_____
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME	CNPJ: 28.093.678/0001-85	_____

**ATA DE RG 06/2020 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO**

Publicação Nº 2355978

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 5/2020  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 6/2020**

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2020, Processo Licitatório nº. 5/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS A FIM DE ATENDER À DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12501	GP SINALIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO PLACAS EIRELI	
12377	I.C.D. INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATER	
8790	J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	
12500	LJG CORREA PUBLICIDADE EIRELI	1, 2
12499	SINAL CITY SINALIZACAO LTDA	
12502	TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI	
11987	WILLIAN PABLO LAMPERTI	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GP SINALIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO PLACAS EIRELI	09.314.355/0001-20	GREGORY BARBIERI DE MENEZES	164.234.178-90
I.C.D. INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATER	10.954.989/0001-26		
J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	07.018.483/0001-09	JAKSON ROBERTO JACOMEL	730.318.109-10
LJG CORREA PUBLICIDADE EIRELI	12.814.149/0001-93	LUIZ FERNANDO ALVES CORREIA	039.995.339-60
SINAL CITY SINALIZACAO LTDA	14.137.396/0001-28	GUIOMAR ANTONIO MAY	787.799.369-20
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI	17.592.525/0001-66		
WILLIAN PABLO LAMPERTI	25.203.392/0001-17	WILLIAM PABLO LAMPERTI	081.640.939-04

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE LOGRADOUROS PARA IDENTIFICAÇÃO DE RUAS A FIM DE ATENDER À DEMANDA DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 5/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

**Fornecedor: 12500 - LJC CORREA PUBLICIDADE EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PLACA DE SINALIZAÇÃO LOGRADOURO COM DIMENSÕES 50X20CM PELICULA PRISMATICA DE ACORDO COM A NORMA ABNT 14644/2013 E CHAPA ABNT NBR 11905/2015, INCLUSO A LOGO DO MUNICIPIO, COM POSTE EM AÇO GALVANIZADO COM SISTEMA ANTI GIRO 3MT DE COMP. DE 2" E ESPESSURA DE PAREDE DO POSTE DE 1.95MM. PLACAS DUPLAS 2 UNIDADES POR SUPORTE. ESPESSURA DAS PLACAS: 1,25MM.	UN	BRASPLAC	475,000	144,5000	68.637,50
2	PLACA DE SINALIZAÇÃO LOGRADOURO COM DIMENSÕES 50X20CM PELICULA PRISMATICA DE ACORDO COM A NORMA ABNT 14644/2013 E CHAPA ABNT NBR 11905/2015, INCLUSO A LOGO DO MUNICIPIO, COM POSTE EM AÇO GALVANIZADO COM SISTEMA ANTI GIRO 3MT DE COMP. DE 2" E ESPESSURA DE PAREDE DO POSTE DE 1.95MM. PLACAS DUPLAS 2 UNIDADES POR SUPORTE. ESPESSURA DAS PLACAS: 1,25MM.	UN	BRASPLAC	25,000	144,5000	3.612,50

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 4/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

### **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 5/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2020

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 12 de Fevereiro de 2020.

**SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**Empresas Participantes:**

GP SINALIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO PLACAS EIRELI	CNPJ: 09.314.355/0001-20	_____
I.C.D. INDUSTRIA, COMERCIO E DISTRIBUICAO DE MATER	CNPJ: 10.954.989/0001-26	_____
J2 COMUNICACAO VISUAL LTDA - ME	CNPJ: 07.018.483/0001-09	_____
LJG CORREA PUBLICIDADE EIRELI	CNPJ: 12.814.149/0001-93	_____
SINAL CITY SINALIZACAO LTDA	CNPJ: 14.137.396/0001-28	_____
TINPAVI INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS EIRELI	CNPJ: 17.592.525/0001-66	_____
WILLIAN PABLO LAMPERTI	CNPJ: 25.203.392/0001-17	_____

# Canoinhas

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 029/2020**

Publicação Nº 2354756



### Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,  
Finanças e Orçamento  
Departamento de Leis e Decretos

**DECRETO Nº. 029/2020****“INSTITUI O COMITÊ DE GESTÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO - COMEG.”**

**GILBERTO DOS PASSOS**, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e Instrução Normativa nº 05, de 24 de junho de 2019 resolve:

**DECRETAR**

**Art. 1º** - Fica instituído o Comitê Gestor do Modelo de Excelência em Gestão - COMEG do município de Canoinhas, instância colegiada de natureza consultiva, com o objetivo de apoiar e contribuir para a implementação e o contínuo desenvolvimento de diretrizes estratégicas e boas práticas de governança, com base na legislação vigente.

**Parágrafo único.** O COMEG atuará em temas de governança pública e implementação do Modelo de Excelência em Gestão em Transferências da União – MEG-TR, obrigação instituída pela Instrução Normativa nº 05, de 24 de junho de 2019, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo digital - órgão do Ministério da Economia, bem como dentre outros temas eventualmente atribuídos pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 2º** - Para fins deste Decreto considera-se:

**I** - governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

**II** - modelo de excelência em gestão: metodologia para a avaliação do nível de maturidade da gestão da organização;

**III** - agente de governança - AG: servidor designado formalmente para atuar em sua unidade, nos termos deste Decreto e demais expedientes administrativos vindouros, dedicado à condução das políticas, orientações e diretrizes estabelecidas pelo COMEG.

**Art. 3º** - O COMEG será composto pelos agentes de governança – AG, designados pelas respectivas pastas, a saber:

**Prefeitura de Canoinhas**  
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina  
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



# Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,  
Finanças e Orçamento  
Departamento de Leis e Decretos

REPRESENTAÇÃO	NOME
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	ANDREIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	EVERTON RAMTHUN
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	FABRICIO JOSNEI PEREIRA
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	FRANCIELI JOANA BIALESKI
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	LOUISE CRISTINA DE SOUZA
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	MARCIANO FERNANDES CORREA
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	VALERIA SOARES DE LIMA
Secretaria de Administração Finanças e Orçamento	ROBERTO IVAN LUDKA
Gabinete do Prefeito	PRISCILA NOERNBERG
Gabinete do Prefeito	CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO
Gabinete do Prefeito	JULIANE MUCHALOSKI SLABADACK FERRAZ
Gabinete do Prefeito	WINSTON BEYERSDORFF LUCCHIARI
Gabinete do Prefeito	WILLIAN GODOY FERREIRA DE SOUZA
Secretaria de Planejamento	RAFAEL ROTTILI ROEDER
Secretaria de Planejamento	LILIANE TAIS GROSSKOPF
Secretaria de Planejamento	DORVAL PADILHA JUNIOR
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo	EDMILSON LUIZ VERKA
Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo	THAYNARA LECH WENDT
Secretaria de Meio Ambiente	HILARIO KATH
Secretaria de Meio Ambiente	FELIPE MICHEL GOGOLA
Secretaria de Habitação	REGIS OLIMPIO SCHADECK
Secretaria de Habitação	MOZARA CARVALHO SCHADECK
Secretaria de Habitação	TELMA REGINA BLEY

**Prefeitura de Canoinhas**  
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina  
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br





# Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,  
Finanças e Orçamento  
Departamento de Leis e Decretos

Secretaria de Saúde	KATIA OLISKOWSKI MUNHOZ PIRES BATISTA
Secretaria de Saúde	RAFAELI MAIZE ZIERUTH
Secretaria de Assistência Social	CINTIA MULLER DE AGUIAR
Secretaria de Assistência Social	LEILA CRISTINA SIEMS DOS SANTOS
Secretaria de Assistência Social	VILCEIA TAVARES
Secretaria de Educação	OSMAR OLESKOVICZ
Secretaria de Educação	MAURO EDSON JUNGLES
Secretaria de Educação	ROSIMARI DE FATIMA CUBAS BLAKA
Secretaria de Desenvolvimento Rural	EDISON KUROLI
Secretaria de Desenvolvimento Rural	DORILDA DE CASSIA SULIM PADILHA
Secretaria de Desenvolvimento Rural	JEFERSON MORTEAN GONCALVES
Secretaria de Obras	NILSON ANTONIO DE OLIVEIRA COCHASK
Secretaria de Obras	AMANDA SUCHARA
Secretaria de Obras	NELSON VARELA DE OLIVEIRA
Detracan	LUIZ ALCEU WITT JUNIOR
Detracan	HANDERSON LUIZ MELO
Detracan	LILIAN KOSKODAI PONTES
Fundação de Esportes	JOCIMAR JUBANSKI
Fundação de Esportes	GUSTAVO GRILO BARROS
Fundação de Esportes	BRUNA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS
Fundação Cultural	ROBERTO APARECIDO DAS NEVES
Fundação Cultural	PAULA MORGANA RUTSATZ
Fundação Cultural	MARCOS AURELIO BUDANT
ICPREV	DIOGO CARLOS SEIDEL
ICPREV	LUIS G. VIEIRA DE BRITTO

**§ 1º** Nas ausências do Coordenador, o COMEG será coordenado por membro por ele designado.

**§ 2º** Poderão ser convidados a participar de reuniões do COMEG representantes de outros órgãos, bem como especialistas nos temas de interesse.

**§ 3º** A participação no COMEG ou nos grupos de trabalho por ele constituídos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerado.

**Art. 4º** Compete ao COMEG:

**I** - assessorar o Prefeito e dirigentes na condução da política de governança;

**II** - propor medidas, mecanismos e práticas organizacionais para o atendimento aos princípios e às diretrizes de governança pública;

**III** - propor normativos e manuais com medidas, mecanismos e práticas organizacionais que contribuam para a implementação dos princípios e das diretrizes de governança pública;

**IV** - analisar e propor medidas para garantia da coerência das práticas de gestão às políticas públicas;

**Prefeitura de Canoinhas**  
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina  
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br



# Prefeitura de Canoinhas

Secretaria Municipal de Administração,  
Finanças e Orçamento  
Departamento de Leis e Decretos

**V** - incentivar e monitorar a aplicação das melhores práticas de governança no âmbito da administração pública municipal;

**VI** - acompanhar a evolução da aplicação de suas recomendações e das iniciativas de aprimoramento da governança;

**VII** – aprovar o regimento interno do COMEG.

**Parágrafo único.** O COMEG elaborará memórias das reuniões com a pauta a ser abordada e os itens discutidos.

**Art. 5º** As unidades deverão designar responsáveis pela condução dos processos e das funções relacionadas aos objetivos da governança e da integridade corporativas e priorizar as atividades e demandas deste comitê e a produção de informações consolidadas e estatísticas que alimentarão a base de dados para o aperfeiçoamento reiterado da gestão estratégica.

**Art. 6º** Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Decreto serão dirimidos a Procuradoria-Geral do Município, no âmbito de sua competência.

**Art. 7º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

**Prefeitura de Canoinhas**  
Fazendo o melhor por você

Rua Felipe Schmidt, 10, Centro | CEP: 89460-000 | Santa Catarina  
Cx. Postal: 71 | Telefone (47) 3621-7740 | E-mail: leis@pmc.sc.gov.br

**EDITAL Nº 08/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.**

Publicação Nº 2354760

EDITAL Nº. 08/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Agente Administrativo.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, a candidata EVELIZE ROSCOCHE, aprovada no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá a candidata apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

**EDITAL Nº 09/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019.**

Publicação Nº 2354764

EDITAL Nº. 09/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO PREVISTO NO EDITAL Nº 007/SMS/2019.

O Chefe do Poder Executivo Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Processo Seletivo previsto no Edital nº 007/SMS/2019.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Médico ESF – 40 h.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II e IX, da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para contratação temporária, a candidata TAINA BARBOSA BALIEIRO DE ALMEIDA, aprovada no Processo Seletivo previsto no Edital nº. 007/SMS/2019, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

2. O não comparecimento da candidata ora convocada no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo.

3. Fica a candidata, convocada para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Processo Seletivo o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. A candidata, convocada por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

**EDITAL Nº 10/2020 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.**

Publicação Nº 2354769

EDITAL Nº. 10/2020

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2017/PMC.

O Chefe do Poder Executivo, no uso de suas atribuições legais, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC.

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de Agente Administrativo.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal de 1988;

**RESOLVE:**

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, o candidato ANDRE LUIS BUGHAY, aprovado no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2017/PMC, a comparecer no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir, destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br));
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.
- r) Carteira de Trabalho;

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo da examinada as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito



**PORTARIA Nº 239/2020**

Publicação Nº 2354711

## PORTARIA Nº. 239/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, e Lei Complementar nº 038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/SME/2019, Edital nº 009/SME/2019 de 19/11/2019, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2020**

Art. 1º - Fica contratada ADRIANA BAZE, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 2º - Fica contratada ADRIANE CLAUDIA MARCIA BARTNICK DE CARVALHO, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 3º - Fica contratada ANA CLEIA TOKARSKI, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 4º - Fica contratada ANDREIA GUSMÃO NOGUEIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Correa, no período de 06/02/2020 a 06/07/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede. Vaga assumida até a servidora ACT Graziela Feger retornar se sua licença gestação, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 5º - Fica contratada CLAIR FRANCO DE OLIVEIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 6º - Fica contratada DAIANA APARECIDA DE CAMARGO SCHIESSL, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 7º - Fica contratada DENILDA NUNES DA ROCHA CORREA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na ERM Campo dos Buenos e na ERM Sítio dos Correa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 8º - Fica contratada FABIANE APARECIDA COLAÇO, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede. E em vaga vinculada a servidora efetiva Eliane Sudoski de Oliveira, qual exerce função gratificada de diretora da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 9º - Fica contratada GENI CORREA BUENO PEREIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na ERM Campina dos Ribeiros, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 10 - Fica contratado GILMAR DOS ANJOS, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 11 - Fica contratada GRAZIELA FEGER, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alzirinha da Silva Correa, no período de 07/07/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 12 - Fica contratada IVETE SOEK RICARDO DE JESUS, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Cristiane Mattesen Weinfurter, qual exerce função gratificada de diretora da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 13 - Fica contratada JOCIANE FERNANDES CORREA SCHIESSL, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 14 - Fica contratada LILIANE DZIADO, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada, no período matutino, a servidora efetiva Leila

Gorete Minuzzo Gobetti Bolduan, qual está em processo de readaptação. E, no período vespertino, vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 15 - Fica contratada LUCIANA MALINOVSKI ERHARDT, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Ana Leoni Riske Marcos, qual está em processo de readaptação, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 16 - Fica contratada MARCIA ANDREA BECKER, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 17 - Fica contratada NADIR CORREIA PADILHA DE LIMA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 18 - Fica contratada NOECI CECILIA GRANEMANN DAMAS, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada, no período matutino, a servidora efetiva Rosane Wunsch Bai, qual está em processo de readaptação. E, no período vespertino, em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 19 - Fica contratada ROSI TEREZINHA RISKE PRUST, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 20 - Fica contratada SABRINA CORNELSEN, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Gisele Aparecida Bornatte Prust, qual exerce função gratificada de diretora da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 21 - Fica contratada SILVANA APARECIDA TIBES, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 22 - Fica contratada SIOMARA LEAL DE BARROS PLACHEK, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.631/SME/2020.

Art. 23 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2020.

## PORTARIA Nº 240/2020

Publicação Nº 2354699

PORTARIA Nº. 240/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, e Lei Complementar nº 038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/SME/2019, Edital nº 009/SME/2019 de 19/11/2019, resolve:

### CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2020

Art. 1º - Fica contratada CARLA CRISTINA PEPPE, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 2º - Fica contratada DAIANE LIS REMPEL, no cargo de Professor de Arte, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier e CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 06/02/2020 a 27/03/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Sônia Mendes, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 3º - Fica contratada ELIANE VALOMIN DURAU, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, no período de 06/02/2020 a 27/03/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Viviane Suchara Radke Gluszkowski, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 4º - Fica contratado FELIPE ALVES MACHADO, no cargo de Professor de Matemática, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 5º - Fica contratada IDELCI KUIASKI SMEKATZ, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 6º - Fica contratada JULIANA PEREIRA, no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Na vaga vinculada da servidora efetiva Alcione Hanemann Henning, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 7º - Fica contratada KELIN ROSIANE CORNELSEN IMIANOVSKI, no cargo de Professor Educação Infantil, MAG II, 25% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Vinícius de Moraes, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Sidmeia Dias dos Santos, qual está em processo de readaptação, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 8º - Fica contratada LUANA COELHO VEZARO, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 9º - Fica contratada MARIA ANGELICA KNETSIKI WRUBLEVSKI, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Maria Pyrciak Walter, qual está em processo de readaptação, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 10 - Fica contratada MARIA EDUARDA GUDAS, no cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 25% de regência, 20 horas semanais, para atuar no CEI Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 11 - Fica contratada PRISCILA GONÇALVES DE LIMA OLIVEIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 12 - Fica contratada RAFAELA HATSCHBACH, no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/transitória, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 13 - Fica contratada ROSANE MARIA DE SOUZA, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Presidente Castelo Branco (um aluno com Deficiência Intelectual Leve –DIL) no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória, em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 14 - Fica contratada SCHEILA GROSSKOPF, no cargo de Professor de Educação Infantil, MAG II, 25% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Ivo Oleskovicz, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 15 - Fica contratada TAIS CRISTINA DE SOUZA DOS PASSOS, no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 06/02/2020 a 18/12/2020. Em vaga temporária/transitória, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 16 - Fica contratada CAROLINE GERALDO, no cargo de Servente Feminino, 40 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Ivo Oleskovicz, no período de 06/02/2020 a 05/03/2020. Na vaga vinculada da servidora efetiva Rosangela Trisnoski Custodio, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 17 - Fica contratada ARISSA SHZUE NAKATA MATSUZAWA, no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, para atuar no CEI Mario Edson de Aguiar, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 18 - Fica contratada CARINE GRACIELA DA SILVA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.645/SME/2020.

Art. 19 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 20 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 242/2020**

Publicação Nº 2354729

PORTARIA Nº. 242/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 76 da Lei Complementar nº. 070/2019, resolve:

**CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE  
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora DAIANE RODRIGUES, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, no período de 06/02/2020 a 06/03/2020, conforme Memorando nº 1.707/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 243/2020**

Publicação Nº 2354721

PORTARIA Nº. 243/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor CARLOS EDUARDO MATHIAS, que exerce o cargo de Agente de Saúde Comunitário, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 02/03/2020 a 31/03/2020, conforme Memorando nº 755/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 244/2020**

Publicação Nº 2354735

PORTARIA Nº. 244/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora SUELLEN ELAINE RUJANOWSKI, efetiva no cargo de Fisioterapeuta, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 02/03/2020 a 11/03/2020, conforme Memorando nº 1.345/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 245/2020**

Publicação Nº 2354732

PORTARIA Nº. 245/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora CRISTI ELAINE SCHPAK, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 16/03/2020 a 30/03/2020, conforme Memorando nº 738/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 246/2020**

Publicação Nº 2354738

PORTARIA Nº. 246/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor CLAUDIO LEANDRO DE SOUZA, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, referente ao período aquisitivo de 2019/2020, a desfrutar no período de 02/03/2020 a 21/03/2020, conforme Memorando nº 1.044/SMDR/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 247/2020**

Publicação Nº 2354726

PORTARIA Nº. 247/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Férias ao servidor VALDECIR PEREIRA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/03/2020 a 03/04/2020, conforme Memorando nº 1.562/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 248/2020**

Publicação Nº 2354716

PORTARIA Nº. 248/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a DANIELA ORACZ FRANÇA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/02/2020 a 29/04/2020, conforme Memorando nº 1.752/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 249/2020**

Publicação Nº 2354734

PORTARIA Nº. 249/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora SIMONE DA CRUZ, que exerce o cargo de Servente Feminino, junto a Secretaria Municipal de Educação, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Saúde, na Policlínica Municipal, à partir de 06/02/2020, conforme Memorando nº 1.715/SMS/2020.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora SEBASTIANA MOREIRA, que exerce o cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, à partir de 06/02/2020, conforme Memorando nº 1.715/SMS/2020.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 250/2020**

Publicação Nº 2354724

PORTARIA Nº. 250/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA, efetivo no cargo de Odontólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 07/02/2020, conforme Memorando nº 1.815/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 251/2020**

Publicação Nº 2354705

PORTARIA Nº. 251/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a IVETE DE SOUZA, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, a partir de 01/02/2020 a 24/02/2020, conforme Memorando nº 1.818/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 252/2020**

Publicação Nº 2354708

PORTARIA Nº. 252/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 76 da Lei Complementar nº. 070/2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora SUELI ARACEMIO MADEIRA, efetiva no cargo de Professor de História, 20 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 01/02/2020 a 01/03/2020, conforme Memorando nº 1.811/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de janeiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

## **PORTARIA Nº 253/2020**

Publicação Nº 2354701

PORTARIA Nº. 253/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias a servidora CAMILA ANDRADE PEDRASSANI, efetiva no cargo de Farmacêutico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 02/03/2020 a 11/03/2020, conforme Memorando nº 1.405/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 07/02/2020.

**PORTARIA Nº 254/2020**

Publicação Nº 2354693

## PORTARIA Nº. 254/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011, e Lei Complementar nº 038 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/SME/2019, Edital nº 009/SME/2019 de 19/11/2019, resolve:

**CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAREM NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2020**

Art. 1º - Fica contratado ADILSON RODRIGUES DE PAULA JUNIOR, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar na EBM José Grosskopf e EBM Professora Alzirinha da Silva Correa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Vivian Krueger, qual exerce função gratificada de Diretor da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 2º - Fica contratada ANA CAMILA MACHADO MASSANEIRO OSSOWSKI, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada ao servidor efetivo Quintino Everton Jungles, qual foi designado para atuar como Coordenador do Polo UAB (Universidade Aberta do Brasil), conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 3º - Fica contratada CEILA ROSA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar no CEI Monteiro Lobato, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede. E em vaga vinculada a servidora efetiva Francielli Straube, qual exerce função gratificada de diretor da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 4º - Fica contratado CICERO TADEU CORNELSEN, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski e no CEI Deckla Prust, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada ao servidor efetivo Anderson Carlos de Moraes, no período matutino, e a servidora efetiva Patrícia Pereira, no período vespertino, quais exercem função gratificada de diretores da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 5º - Fica contratada DANIELE SANTOS VEIGA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar no CEI Rodolfo Linzmeier, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede. E em vaga vinculada a servidora efetiva Francielli Straube, qual exerce função gratificada de diretor da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 6º - Fica contratada DICELDA SANTACATARINA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Severo de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 7º - Fica contratado EDUARDO DE CARVALHO, no cargo de Professor Educação Física, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar no GEM Menino Jesus, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada ao servidor efetivo Anderson Carlos de Moraes, qual exerce função gratificada de diretor da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 8º - Fica contratada GABRIELE LISBOA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga vinculada a servidora efetiva Gisleine dos Santos Correa de Melo, qual exerce função gratificada de diretor da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 9º - Fica contratado JOÃO VITOR PIECHONTCOSKI, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 10 - Fica contratada KELLY SAMPAIO, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Machado de Assis e no CEI Prefeito Antônio Souza Costa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 11 - Fica contratada LAIS CRISTINA LUDKA MOREIRA DA SILVA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM José Grosskopf e no CEI Nathan Zugmann, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 12 - Fica contratada MAÍSA BATISTA, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Maria Lovatel Pires, no período de 06/02/2020 a 02/09/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Margareth Bora Bunn, qual encontra-se em licença prêmio, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 13 - Fica contratado MARCOS JOSÉ AGNOLETTI MAZIERO, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda e na ERM Edemita da Conceição Rosa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme



Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 14 - Fica contratada MARINA MASSANEIRO, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar no CEI Pedro Ivo Olescovicz, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 15 - Fica contratada MÔNICA GONÇALVES, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15 % de regência, 20 horas semanais, para atuar no CEI Landi Ama Neppel e CEI Carlos Drummond de Andrade, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 16 - Fica contratada PATRÍCIA KUTAS, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar no CEI Fernando Pessoa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 17 - Fica contratada SIMONE BREDUM, no cargo de Professor de Educação Física, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar no CEI Cecília Meirelles e CEI Mário Edson de Aguiar, no período de 06/02/2020 a 04/07/2020. Em vaga vinculada a servidora efetiva Isabelle Cristina Neumann Ribeiro, qual está em licença gestação, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 18 - Fica contratada DANIELA FRIEDRICH, no cargo de Professor de Arte, MAG II, 15% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas e na EBM Evaldo Dranka, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 19 - Fica contratada JAILA FERNANDA KUCARZ SCHINDLER, no cargo de Professor de Arte, MAG II, sem regência, 10 horas semanais, para atuar no GEM Bonetes de Cima, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 20 - Fica contratada JULIANE SCHEUER DRZEVIESKI MUZULÃO, no cargo de Professor de Arte, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na ERM Edemita Conceição Rosa, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 21 - Fica contratada LUCÉLIA GORETI PFLEGER DIAS, no cargo de Professor de Arte, MAG II, sem regência, 20 horas semanais, para atuar no CEI Deckla Prust, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 22 - Fica contratada ALDERLI CONCEIÇÃO DA SILVA TOBIAS, no cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 23 - Fica contratada ELLEN TIBES ALVES MARTINS, no cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede. E vaga vinculada a servidora efetiva Lúcia Sueli Brzozowski, qual está em Processo de Readaptação e está em Licença para Desempenho de Mandato Classista, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 24 - Fica contratada TAMIRYS PEREIRA TABORDA, no cargo de Professor de Língua Portuguesa, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 21/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 25 - Fica contratada JANAINA WALTER MASSANEIRO, no cargo de Professor de Matemática, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira e EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 07/04/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Sabrina Schwed Linzmeier, qual está em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 26 - Fica contratada ZENILDA IACHITZKI, no cargo de Professor de Matemática, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Telma Aparecida Peixer, a qual ocupa o cargo de diretor de Anos Finais na Secretaria Municipal de Educação, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 27 - Fica contratada DJENIFER ONNIL DAVID SLABADACK, no cargo de Professor de Geografia, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 28 - Fica contratado FÁBIO AQUILES CARVINHO, no cargo de Professor de Geografia, MAG II, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 29 - Fica contratada SUELIN SCHIESSL, no cargo de Professor de Geografia, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Evaldo Dranka, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Caciane Henning Meirelles, a qual está em Remoção Temporária na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 30 - Fica contratado CASSIANO VICENTE DE LIMA, no cargo de Professor de Ciências, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Vaga vinculada a servidora efetiva Petronila Gurzynski Oliskowski, qual está em Processo de Readaptação, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 31 - Fica contratada VANESSA MARTINI VIESTEL TCHAIKA, no cargo de Professor de Ciências, MAG II, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho e EBM Presidente Castelo Branco, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020 Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 32 - Fica contratada ANDRESSA DANIELI DE LIMA, no cargo de Professor de Inglês, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 33 - Fica contratado CARLOS EDUARDO SANI, no cargo de Professor de Inglês, MAG I, 15% de regência, 20 horas semanais, para atuar na EBM Alberto Wardenski e na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 34 - Fica contratada HELOÍSA ANGELICA BERTAIA ZIMMER, no cargo de Professor de Inglês, MAG I, 15% de regência, 30 horas semanais, para atuar na EBM Gertrudes Muller e na EBM José Grosskopf, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 35 - Fica contratado MATHEUS MERLIN RAMÃO, no cargo de Professor de Inglês, MAG I, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therézio de Carvalho, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 36 - Fica contratada DANIELE CRISTINA DE LIMA, no cargo de Professor de História, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Achilles Pazda, no período de 06/02/2020 A 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 37 - Fica contratada LUANA PIRES DE LIMA, no cargo de Professor de História, MAG II, 15% de regência, 10 horas semanais, para atuar na EBM Benedito Therezio de Carvalho, no período de 06/02/2020 a 11/12/2020. Em vaga temporária/ transitória resultante dos processos de habilitação para designação temporária dos servidores efetivos na rede, conforme Memorando nº 1.642/SME/2020.

Art. 38 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

## **PORTARIA Nº 255/2020**

Publicação Nº 2354660

PORTARIA Nº 255/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 8º do Decreto 250/2019, resolve:

**NOMEAR GRUPO DE AVALIAÇÃO E COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO**

Art. 1º - Fica nomeado o Grupo de Avaliação e Comissão Especial de Avaliação do Estágio Probatório que ficarão responsáveis pela avaliação de capacidade e desempenho dos servidores efetivos.

**GRUPO DE AVALIAÇÃO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

Felipe Michel Gogola;  
Ari Carlos Ferreira dos Santos;  
Marilene Figura Gonçalves.



## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

Jair Zattar;  
Luis Anselmo Chagas;  
Wilson Murara Junior.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Arnaldo Soares;  
Jeferson Morteau Gonçalves;  
Luiz Matheus Trevisani.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Ivete de Souza;  
Dorval Padilha Junior;  
Liliane Tais Grosskopf.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Jovana M. Marin Gonçalves;  
Leila C. Siems dos Santos;  
Fernanda C. Liscosky Nadrovski.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

Nelson Varela;  
Marcio Cordeiro;  
José Valdir dos Santos.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E ORÇAMENTO

Andreia Correa Fontana Kauva;  
Danielle Ludka;  
Daniela Cristina da Silva.

## SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Jaqueline Ferreira Chagas;  
Sérgio Murilo Miguel;  
Jocondo Santer.

## COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Rosemari Schiessl dos Passos;  
Viviana Wachtel Seleme Uba;  
Juliane Muchaloski Slabadack Ferraz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria nº 027/2020

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 256/2020**

Publicação Nº 2354688

PORTARIA Nº. 256/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Férias ao servidor RAFAEL ROTTILI ROEDER, que exerce o cargo comissionado de Secretário de Planejamento, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 12/02/2020 a 21/02/2020, conforme Memorando nº 1.429/SMP/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 257/2020**

Publicação Nº 2354696

PORTARIA Nº. 257/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, 20 horas da profissional SCHEILA REVA, efetiva no cargo de Monitor de Educação Especial, permanecendo 20 horas semanais, na EBM Presidente Castelo Branco, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2020, conforme Memorando nº 1.806/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 258/2020**

Publicação Nº 2354689

PORTARIA Nº. 258/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

**CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a FLAVIA CRISTINA DE LIMA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, no CEI Cecília Meirelles, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05/02/2020, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, conforme Memorando nº 1.829/SME/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

## **PORTARIA Nº 259/2020**

Publicação Nº 2354687

PORTARIA Nº. 259/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido a profissional DELAIR MARIA DA SILVA GRESCZESCHEN, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial 40 horas semanais, lotado na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/02/2020, conforme Memorando nº 1.871/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

## **PORTARIA Nº 261/2020**

Publicação Nº 2354662

PORTARIA Nº. 261/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional SIMONE MERY ADUR JURASZEK, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a servidora estava em Licença sem Vencimento, concedido pela portaria nº 298/2019, retornando suas atividades a partir do dia 10/02/2020, Conforme Memorando nº 1.894/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 262/2020**

Publicação Nº 2354690

PORTARIA Nº. 262/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora CRISTIANE JUNGLES FERREIRA PADILHA, efetiva no cargo de Técnico em Enfermagem, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 16/03/2020 a 04/04/2020, conforme Memorando nº 1.774/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 263/2020**

Publicação Nº 2354657

PORTARIA Nº. 263/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor LEANDRO MUNHOZ MARKO, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2019/2019, a desfrutar no período de 09/03/2020 a 28/03/2020, conforme Memorando nº 1.880/SMS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 10/02/2020.

**PORTARIA Nº 264/2020**

Publicação Nº 2354658

PORTARIA Nº. 264/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido a profissional ANDRIELE PADILHA DEMIKOVSKI, contratada no cargo de Monitor de Educação Especial, 40 horas semanais, lotada no CEI Vinícius de Moraes, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2020, conforme Memorando nº 1.974/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

## **PORTARIA Nº 265/2020**

Publicação Nº 2354659

PORTARIA Nº. 265/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

### **EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido a profissional ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, 20 horas semanais, lotada no CEI Landi Ama Neppel, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/02/2020, conforme Memorando nº 1.905/SME/2020.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

## **PORTARIA Nº 266/2020**

Publicação Nº 2354743

PORTARIA Nº. 266/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

### **ALTERAR**

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora REGINA APARECIDA BELINI BAIL, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, na UBS Ervino Tremel, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UBS Campo D'Água Verde, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora JAQUELINE APARECIDA DA SILVEIRA KUCARZ, que exerce o cargo de Enfermeiro, na Policlínica Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UBS Central, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 3º - Fica alterado o local de trabalho da servidora MIRIAN CARLA SALVADOR, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, na UBS Campo D'Água Verde, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UPA-24h, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 4º - Fica alterado o local de trabalho da servidora CRISTIANE MARIA CHUK PIRES DIAS, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, na UBS Central, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na UBS Campo D'Água Verde, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 5º - Fica alterado o local de trabalho da servidora DIONEIDE APARECIDA LEITE, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, na UBS Central, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na Policlínica Municipal, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 6º - Fica alterado o local de trabalho da servidora MARCIA SIMONE DE NOVAES, que exerce o cargo de Técnico em Enfermagem, na UBS Alvino Muhlmann Alto da Tijuca, junto a Secretaria Municipal de Saúde, para agora atuar na Policlínica Municipal, à partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 1.978/SMS/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/02/2020.

## **PORTARIA Nº 267/2020**

Publicação Nº 2354748

PORTARIA Nº. 267/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e artigo 78 da LC 070/2019, resolve:

### **CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a LOURIVAL RODRIGUES FIGUEIREDO, efetivo no cargo de Pedreiro, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 03/02/2020 a 03/03/2020, conforme Memorando nº 2.070/SMAFO/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

## **PORTARIA Nº 268/2020**

Publicação Nº 2354740

PORTARIA Nº. 268/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 80 da LC nº 070/2019, resolve:

### **PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA**

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora KARINA RAUEN BEDRITCHUK, efetiva no cargo de Pedagogo, na EBM Guilhermina Maria Veiga Ferreira, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir 06/03/2020 a 04/06/2020, conforme Memorando nº 2.064/SME/2020 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

**PORTARIA Nº 269/2020**

Publicação Nº 2354753

PORTARIA Nº. 269/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

**EXONERAR A PEDIDO**

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido a profissional ALINE LEITE KLUCZKOVSKI, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, lotada no CEI Nathan Zugmann, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 2.077/SME/2020.

Art. 2º - Fica exonerada, a pedido a profissional TAIS REGINA DE CAMARGO, contratada no cargo de Monitor de Educação Infantil, Ensino Médio, 30 horas semanais, lotada no CEI Nathan Zugmann, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2020, conforme Memorando nº 2.077/SME/2020.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

**PORTARIA Nº 270/2020**

Publicação Nº 2354656

PORTARIA Nº. 270/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**NOMEAR COMISSÃO ORGANIZADORA PROCESSO SELETIVO**

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, previsto no Edital nº 001/SME/2020, com a seguinte composição:

- Rosemari Schiessl dos Passos;
- Solange Stelzner;
- Vivian Lachman;
- Marcela Vieira do Nascimento Tasso.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/02/2020.

**PORTARIA Nº 271/2020**

Publicação Nº 2354745

PORTARIA Nº. 271/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias a servidora ELIANE GOMES HATSCHBACH, efetiva no cargo de Cuidador, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 04/03/2020 a 18/03/2020, conforme Memorando nº 1.621/SEMAS/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 11 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 11/02/2020.

**PORTARIA Nº 272/2020**

Publicação Nº 2354750

PORTARIA Nº. 272/2020

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município, resolve:

**EXONERAR**

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SIMONE MERY ADUR JURASZEK, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 10/02/2020, por motivo de Aposentadoria Junto ao ICPREV, conforme Memorando nº 2.121/ICPREV /2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 12 de fevereiro de 2020.

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 12/02/2020.

**RESOLUÇÃO 001/CME/2020**

Publicação Nº 2355515

RESOLUÇÃO 001/CME/2020

Institui e orienta a implantação da Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e normatiza a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e propostas pedagógicas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; na Lei Municipal nº 4.851, de 14 de novembro de 2011; na Lei Municipal n. 5.591 de 23 de junho de 2015; na Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017; e tendo em vista o deliberado na Sessão Plenária do dia 10 de fevereiro de 2020, mediante o Parecer nº 001/CME/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

RESOLVE:



Art. 1º A presente Resolução, acompanhada de seu anexo, institui a Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, como organizador de atividades escolares para concretizar diferentes formas de usos dos tempos e dos espaços pedagógicos, incorporar o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens especiais como direito das crianças, dos jovens e adultos no âmbito da educação básica, previsto na Base Nacional Comum Curricular que orientam sua implementação pelo Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas.

Art. 2º A Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas constitui-se em documento de referência para a adequação à Base Nacional Comum Curricular dos currículos e das propostas pedagógicas destas etapas da Educação Básica das instituições ou redes de ensino do Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, conforme determina a Resolução CNE/CP nº 2/2017.

Art. 3º As mantenedoras das instituições ou redes de ensino integrantes do Sistema Municipal de Ensino deverão observar a Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas para atualizarem os seus Regimentos e Projetos Políticos Pedagógicos de acordo com a legislação vigente, emanada do Conselho Municipal de Educação de Canoinhas.

Parágrafo Único: A revisão dos referidos documentos deverá acontecer impreterivelmente até 18 de dezembro de 2020.

Art. 4º As instituições privadas, que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas e que ofertam Educação Infantil, poderão aderir a Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas.

Parágrafo Único: As instituições privadas que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, que optarem por produzir seu próprio Currículo, deverão entregá-lo, no prazo definido pela Resolução CME/009/2019, ao Conselho Municipal de Educação de Canoinhas para aprovação, observando a presente Resolução e a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017.

Art. 5º A Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino e os Currículos próprios das instituições privadas que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas, deverão ser atualizados sempre que houver revisão da Base Nacional Comum Curricular e deverá ser entregue novamente para aprovação do Conselho Municipal de Educação.

Parágrafo Único: Em consonância com o artigo 21 da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Proposta citada no caput deste artigo deverá ser revista após 5 (cinco) anos do prazo de efetivação.

Art. 6º Os currículos que tenham como referência o Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, os quais afetam a vida humana em escala local, regional e global.

§ 1º. É compulsória a abordagem pelas Unidades Escolares Integrantes do Sistema Municipal de Ensino de temas, tais como: o processo de envelhecimento e o respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; orientação sexual; identidade de gênero; a educação digital; e ainda o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngue da sociedade brasileira.

§ 2º. Em cumprimento a Lei Municipal n. 6.347 de 02 de abril de 2019, o Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas deverá contemplar em seus currículos o contexto regional de Canoinhas, abrangendo a história local, as relações socioeconômicas e cultural e a História do Contestado.

Art. 7º. A formação de professores e gestores escolares, a avaliação das aprendizagens, a produção de materiais didáticos, o uso do tempo pedagógico do professor e a atuação interdisciplinar devem se adequar a Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas nas instituições integrantes do Sistema Municipal de Ensino ou aquelas que aderirem ao documento.

Art. 8º Caberá à Secretaria Municipal de Educação orientar, apoiar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas instituições educativas integrantes do Sistema Municipal de Ensino, relativo ao cumprimento do disposto nesta Resolução.

Art. 9º. O Conselho Municipal de Educação, o Fórum Municipal de Educação; a Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas; deverão realizar, em regime de colaboração, o acompanhamento, monitoramento e avaliação da implantação do Proposta Curricular da Educação Básica das Redes de Ensino dos Municípios da Amplanorte para aplicação no Sistema Municipal de Ensino de Canoinhas.

Art. 10 - Caberá ao Conselho Municipal de Educação de Canoinhas, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 11- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Canoinhas (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Prof. ARGOS GUMBOWSKY

Presidente do Conselho Municipal de Educação de Canoinhas

Homologado nos termos §2º., inciso XXII, artigo 11 da Lei Municipal n. 4.851, de 14 de novembro de 2011; artigo 27 da Lei Municipal n. 5.738 de 10 de fevereiro de 2015 e artigo 139 do Decreto n. 352/2016, em 12 de fevereiro de 2020. OSMAR OLESKOVICZ - Secretário Municipal da Educação - Portaria nº 120/2017.

**INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA****PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020/ICPREV - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020/ICPREV**

Publicação Nº 2354603

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2020/ICPREV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020/ICPREV

O Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, CNPJ nº. 24.767.074/0001-16, situado à Rua Getúlio Vargas, 94, Centro, Canoinhas-SC, realizará no dia 28/02/2020, às 09h00min, licitação para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM – PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA E ASSESSORIA DE VALORES MOBILIÁRIOS AO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV. Recebimento de propostas até às 08h45min do dia 28/02/2020. Informações (47) 3623-4011. Cópia do edital no site [www.icprev.sc.gov.br](http://www.icprev.sc.gov.br). Diogo Carlos Seidel – Diretor Executivo.

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2020/ICPREV - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020/ICPREV**

Publicação Nº 2354604

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2020/ICPREV

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020/ICPREV

O Instituto Canoinhense de Previdência – ICPREV, CNPJ nº. 24.767.074/0001-16, situado à Rua Getúlio Vargas, 94, Centro, Canoinhas-SC, realizará no dia 28/02/2020, às 14h00min, licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGO DE ADVOGADO NO INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA – ICPREV. Recebimento de propostas até às 13h45min do dia 28/02/2020. Informações (47) 3623-4011. Cópia do edital no site [www.icprev.sc.gov.br](http://www.icprev.sc.gov.br). Diogo Carlos Seidel – Diretor Executivo.

## Capinzal

## PREFEITURA

## FMS TERMO ADITIVO 001/2020 C09

Publicação Nº 2355417

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2020 C09 - Contrato Nº: 0009/2019		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL		
Contratada...: ADMINISTRADORA TOALDO S/S LTDA		
Valor ..... : 3.921,94 (três mil novecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos)		
Vigência ..... : Início: 12/02/2020 Término: 31/12/2020		
Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 0004/2019 Processo_Licitatório.....: 0008 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente Termo Aditivo é o REAJUSTE de valores, visando o equilíbrio econômico financeiro, nos termos da lei 8.666/93, aplicando o INPC acumulado dos últimos 12 meses no percentual de 4,30, alterando o valor do Item do Contrato conforme tabela abaixo, consequentemente acrescendo ao Contrato o importe de R\$ 3.921,94, conforme Pedido da Secretaria e Parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.		
Capinzal, 12 de Fevereiro de 2020		

## PMC CREDENCIAMENTO 001/2020

Publicação Nº 2355227

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2020  
SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

O Município de Capinzal, através do Secretario de Administração e Finanças, Sr. Ivair Lopes Rodrigues, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

OBJETO: Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Capinzal, até 31 de dezembro de 2020.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2020.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 14/02/2020 até 31/12/2020, no horário de expediente em vigor, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Secretaria de Administração e Finanças, localizada na Rua Carmelo Zócolli, 155, Centro, Capinzal/SC, contato: 49 3555-8701. Horário de atendimento: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal – SC, 13 de fevereiro de 2020.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças  
Município de Capinzal

## PMC TERMO ADITIVO 001/2020 C237

Publicação Nº 2354156

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		
-----		
Aditivo Nº ..... : TA 001/2020 C237 - Contrato Nº: 0237/2019		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: RIQUETI VITALE CONSTRUÇOES E EMPREENDIMENTOS EIREL		
Valor ..... : 0,00 (zero)		
Vigência ..... : Início: 31/01/2020 Término: 04/05/2020		
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0013/2019 Processo_Licitatório.....: 0119 / 2019		
Recursos ..... : Dotação:		
Objeto ..... : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original para 90 dias, findando em 04/05/2020, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.		

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - CLADEMIR CAIQUE CROZETTA**

Publicação Nº 2355328

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: CLADEMIR KAIQUE CROZETTA  
Cargo: PROFESSOR MATEMÁTICA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – [www.esaj.tjsc.jus.br](http://www.esaj.tjsc.jus.br)
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - CLERITO LUIZ DOS SANTOS**

Publicação Nº 2354206

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: CLERITO LUIZ DOS SANTOS  
Cargo: MOTORISTA

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCÁ-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – [www.esaj.tjsc.jus.br](http://www.esaj.tjsc.jus.br)
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estielado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

**TERMO DE CONVOCAÇÃO EDITAL 039/2018 - MARIAH NINA BELLO**

Publicação Nº 2354207

TERMO DE CONVOCAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO EDITAL 039/2018

Nome: MARCIA APARECIDA CARDOSO  
Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Carmelo Zocolli, 155, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.406/0001-07, representado neste ato, pela Diretora de Recursos Humanos, Sra. Ticiane Paula Hachmann de Lacerda da Gama, vem, CONVOCA-LO(A) para assumir a vaga na qual encontra-se classificado(a).

O candidato deverá manifestar-se junto à Diretoria de Recursos Humanos e trazer cópia da documentação abaixo, num prazo de até cinco (05) dias a contar da publicação desta no Diário Oficial dos Municípios:

- 1) Identidade - RG
- 2) Cadastro de Pessoa Física - CPF
- 3) Título de Eleitor e comprovante da última votação
- 4) Certidão de Casamento ou Nascimento
- 5) Certidão de Nascimento de Filhos (até 21 anos)
- 6) Carteira de Trabalho – CTPS
- 7) Comprovante de Residência
- 8) Certificado de Quitação com as obrigações militares (em caso de sexo masculino)
- 9) Habilitação para o cargo – Comprovação nos termos do Edital 039/2018.
- 10) Certidão antecedentes criminais – [www.esaj.tjsc.jus.br](http://www.esaj.tjsc.jus.br)
- 11) CPF dependentes

E ainda,

- 12) Uma (01) Foto 3x4 recente (colorida)
- 13) Conta para receber – Caixa Econômica (operação 037)
- 14) Exame médico admissional – Engmed

O não cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta convocação no prazo acima estipulado impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 3/2020**

Publicação Nº 2354550

PORTARIA Nº 3, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Designa os membros da Comissão Permanente de Licitação.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal-SC, no uso de suas atribuições legais, decide e edita a seguinte

**PORTARIA**

Art. 1º A Comissão Permanente de Licitação deverá ser composta por 5 (cinco) membros, sendo 3 (três) titulares e 2 (dois) suplentes.

Art. 2º Ficam designados os seguintes membros para compor a Comissão Permanente de Licitação, até 31 de dezembro de 2020, na forma da Lei nº 8.666/1993 e Lei Complementar nº 103/2007:

I – Presidente efetivo:

a) Darci Adão da Silva Junior;

II – Membros efetivos:

a) Diogo Pecinato;

b) Israel Boniek Gonçalves;

III – Membros suplentes:

a) Cleverson Machado Pereira;

b) Ronaldo Crippa.

Art. 3º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação atuará também como Pregoeiro e os demais componentes como membros da equipe de apoio, para julgar e conduzir os processos licitatórios na modalidade Pregão e demais modalidades previstas em lei.

Art. 4º Ficam atribuídos, inclusive, poderes ao Presidente da Comissão para expedir e assinar Editais e demais documentos necessários à realização dos processos licitatórios.

Art. 5º A Comissão Permanente de Licitação reunir-se-á sempre que houver procedimentos licitatórios, salvo quando designada Comissão Especial.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 1, de 22 de janeiro de 2020.

Capinzal, 11 de fevereiro de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus  
Presidente

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vereador Renato Marcelo Markus  
Presidente

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1/2020**

Publicação Nº 2354582

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 001, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Dispõe sobre desafetação e permuta de áreas, na forma que especifica.

Art. 1º Fica desafetada de sua destinação original, passando à categoria de bens dominiais do Município, a Área de Utilidade Pública de 648,38m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e oito vírgula trinta e oito metros quadrados), situada à Rua José de Jesus, neste Município de Capinzal, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula no 20.319, Livro no 2-BH, Fls. 007, de propriedade do Município de Capinzal.

Art. 2º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a permutar os imóveis a seguir especificados:

I – Terreno com área de 648,38m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e oito vírgula trinta e oito metros quadrados), situado à Rua José de Jesus, neste Município de Capinzal, registrado no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula no 27.471, Livro no 2CG, Pg.1, de propriedade de José Helt, portador da Carteira de Identidade RG no 11/R.455.568 (SSP/SC), inscrito no CPF sob o nº 164.164.069-34, e sua esposa, Atacir Vidi Helt, portadora da Carteira de Identidade RG nº 11/R.1.309.880 (SSP/SC), inscrita no CPF sob o nº 712.968599-91; e  
II – Área de Utilidade Pública, com área superficial de 648,38m<sup>2</sup> (seiscentos e quarenta e oito vírgula trinta e oito metros quadrados), situada à Rua José de Jesus, neste Município de Capinzal, registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob a matrícula no 20.319, Livro no 2-BH, Fls. 007, de propriedade do Município de Capinzal.

Art. 3º A permuta de que trata o caput do artigo 1º objetiva implantação de uma Rua de acesso ao futuro Loteamento “Zeca Helt”, localizado na Rua José de Jesus, neste Município de Capinzal.

Art. 4º As despesas com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 7 de fevereiro de 2020

NILVO DORINI  
Prefeito de Capinzal

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2020**

Publicação Nº 2354584

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Dispõe sobre a criação de cargo de provimento efetivo de Advogado do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, na forma que especifica.

Art. 1º Fica criado o cargo de Advogado do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social, o qual fica fazendo parte do Anexo I - Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo da Lei Complementar nº 146, de 4 de abril de 2012, e suas alterações posteriores, na forma que especifica:

Categoria	Nomenclatura	GOC	Quantidade de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento Inicial R\$
-	Advogado do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.	-	01	40	R\$ 2.936,05

**REQUISITOS PARA O CARGO:**

I – possuir curso de nível superior em Direito e estar inscrito regularmente na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

II – conhecer a legislação referente à política de Assistência Social, direitos socioassistenciais e legislações relacionadas a segmentos específicos (crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, mulheres);

III - conhecer a rede socioassistencial, das políticas públicas e órgãos de defesa de direitos;

IV – possuir conhecimentos teóricos, habilidades e domínio metodológico necessário ao desenvolvimento de trabalho social com famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (atendimento individual, familiar e em grupo);

V – possuir conhecimentos e desejável experiência de trabalho em equipe interdisciplinar, trabalho em rede e atendimento a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos;

VI – possuir conhecimentos e habilidade para escuta qualificada das famílias/indivíduos.

**RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES:** Fornecer suporte às famílias e indivíduos usuários do Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade, em sua amplitude de serviços e atendimento integral, de acordo com as orientações técnicas do referido Centro. Realizar a orientação jurídico social e assessoria jurídica no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e atribuições da Procuradoria Geral do Município. Oferecer atendimento de advocacia pública no âmbito do SUAS, respeitadas as competências e



atribuições da Procuradoria Geral do Município. Receber denúncias. Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS. Fazer encaminhamentos processuais, exceto os de competência da Procuradoria Geral do Município. Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do serviço. Participar de palestras informativas aos usuários. Fazer estudo permanente acerca do tema violência e violação de direitos pertinente aos casos de atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Manter atualizado todos os registros de todos os atendimentos. Participar de todas as reuniões da equipe com a visão da sua área de atuação. Defender a garantia dos direitos socioassistenciais, a construção de novos direitos, a promoção da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais. Articular com os órgãos públicos de defesa de direitos, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993. Promover o assessoramento jurídico ao público da política de assistência social, nos termos da Lei Federal Nº 8.742, de 1993 e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Promover a acolhida escuta qualificada, acompanhamento especializado e oferta de informações e orientações. Elaborar, junto com as famílias e indivíduos, o Plano de Acompanhamento Individual e/ou familiar, considerando as especificidades e particularidades de cada um. Realizar visitas domiciliares acompanhadas pelo CREAS, quando necessário. Realizar encaminhamentos monitorados para a rede socioassistencial e demais políticas públicas setoriais e órgãos de defesa de direitos. Alimentar registros e sistemas de informações sobre as ações desenvolvidas. Participar de atividades de planejamento, monitoramento e avaliação do processo de trabalho. Participar das atividades de capacitação e formação continuada da equipe CREAS, bem como reuniões de equipe, estudos de casos e demais atividades correlatas. Participar de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para definição de fluxos. Instituir rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários. Organizar encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos. Demais atribuições definidas na função de advogado, observando o disposto na legislação federal e municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, em 7 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2020**

Publicação Nº 2354586

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a extinção e renomeação de Departamentos da Secretaria de Assistência Social, na forma que especifica.

Art. 1º Ficam extintos os Departamentos, constantes no inciso III e IV do parágrafo único do artigo 44-A, da Lei Complementar no 186, de 11 de novembro de 2015, a seguir especificados:

Art. 44-A [...]

Parágrafo único. [...]

[...]

III - Departamento de Coordenação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Urbano (REVOGADO);

IV - Departamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Rural (REVOGADO).

Art. 2º Ficam renomeados os Departamentos, constantes no inciso V e VI do parágrafo único do artigo 44-A, da Lei Complementar no 186, de 11 de novembro de 2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

V - Coordenador do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social (NR);

VI - Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (NR).

Art. 3º Fica alterado o Anexo IV-F da Lei Complementar Municipal no 186, de 11 de novembro de 2015.

Art. 4º Fica acrescido ao Anexo II da Lei Complementar Municipal no 186, de 11 de novembro de 2015, as seguintes funções de Chefias:

I - Coordenador do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Nível FC-3;

II - Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Nível FC-3.

Parágrafo único. Os cargos de Coordenadores mencionados no caput deste artigo desta Lei deverão ser preenchidos por servidores efetivos, com graduação em Serviço Social, Psicologia ou Direito.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, em 7 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

ANEXO IV-F

## SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	QTDE. CARGOS	NÍVEL
Secretário de Assistência Social	01	CC 5
Diretor Administrativo	01	CC 3
Diretor de Assistência Social	01	CC 3
Chefe do Setor da Gestão do Programa Bolsa Família	01	FC 2
Coordenador do CRAS - Centro de referencia de Assistência Social	01	FC 3
Coordenador do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social	01	FC 3

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4/2020**

Publicação Nº 2354589

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera a Lei Complementar Municipal no 006, de 1991, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, na forma que especifica.

Art. 1º Fica alterado o inciso II do artigo 54 da Lei Complementar Municipal no 006, de 5 de março de 1991, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54 [...];

[...]

II - pelo exercício permanente de atividades em condições insalubres ou perigosas.

Art. 2º Fica alterado o artigo 56 da Lei Complementar Municipal no 006, de 5 de março de 1991, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 56 - O adicional concedido aos Servidores da Administração Municipal, que efetivamente trabalham em atividades insalubres, será calculado com base, respectivamente nos percentuais de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento), conforme graus máximo, médio e mínimo e para aqueles que trabalham em atividades perigosas será concedido adicional de 30% (trinta por cento), sendo em ambas as situações sobre o menor vencimento pago pela Administração Municipal. (NR)

§ 1º O adicional previsto neste artigo cessa com a eliminação das condições e causas originárias, e incorpora-se ao vencimento a razão de dez por cento, por ano de serviço, até o limite de cem por cento.

§ 2º Caso o Servidor retorne a exercer atividade insalubre ou perigosa, após a incorporação do adicional, o mesmo poderá optar pelo valor incorporado ou pelo percentual da insalubridade ou da periculosidade.

§ 3º São consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham permanentemente os servidores a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância, fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

§ 4º A insalubridade ou periculosidade da atividade será apurada através de laudos e perícias técnicas específicas, realizadas por profissionais da área.

§ 5º O direito do servidor ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo e perícias técnicas específicas, determinados pela Administração Municipal.

§ 6º A Administração Municipal fará avaliações periódicas para apuração da continuidade ou não das condições de insalubridade ou periculosidade.

§ 7º O servidor que atuar em atividade que for considerada simultaneamente insalubre e perigosa receberá apenas um adicional.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento do Município.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, em 7 de fevereiro de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

## RESUMO DA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355127

RESUMO DA  
SESSÃO PLENÁRIA  
11 DE FEVEREIRO DE 2020

- Aprovada Ata nº 3.033, de 2020, referente à Sessão Plenária 4/2/2020.
- Leitura dos ofícios expedidos e recebidos.
- Deu entrada na Casa e lido na Sessão:
  - Projeto de Lei Complementar nº 1, de 2020, dispõe sobre desafetação e permuta de áreas, na forma que especifica.
  - Projeto de Lei Complementar nº 2, de 2020, dispõe sobre a criação de cargo de provimento efetivo de Advogado do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, na forma que especifica.
  - Projeto de Lei Complementar nº 3, de 2020, dispõe sobre a extinção e renomeação de Departamentos da Secretaria de Assistência Social, na forma que especifica.
  - Projeto de Lei Complementar nº 4, de 2020, altera a Lei Complementar Municipal no 006, de 1991, que estabelece o Estatuto e o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Capinzal, na forma que especifica.
- Expediente dos Vereadores: Indicações: O Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou projeto de reposição salarial aos servidores público, levando em consideração as novas alíquotas do INSS. Também solicitou cercado no Parquinho Infantil da Praça Pedro Lelis da Rocha centro de Capinzal. O Vereador Alcides Afonso Coroneti solicitou guarita na comunidade de Vila União encruzilhada com a Linha Mendes. O Vereador Kelvis Borges solicitou melhorias na Rua de acesso ao Distrito de Alto Alegre, luminária em poste próximo a casa da moradora senhora Vanessa na Rua José Zortéa centro Capinzal, também solicitou trabalho juntamente com a SIMAE (sistema Intermunicipal de Tratamento de Água e Esgoto), para minimizar mau cheiro causado pela central de tratamento de esgoto localizada aos fundos da área de Lazer centro de Capinzal, e em conjunto com Vereador Rafael Edgar Tonial solicitaram para que seja disponibilizada uma máquina retroescavadeira para a agricultura. O Vereador Valmor de Vargas solicitou reformas na casa do morador Sergio Dondoni localizada na Rua Orestes Francisco Antunes no Loteamento Parizoto. O Vereador Carlos Adriano Zocoli solicitou a instalação de pontos de Wi-Fi, no parque de exposições Domingos Pellizzaro, na comunidade do Engenho Novo interior de Capinzal.
- Pedido de Informação: O Vereador Lucas Antonio Dorini solicitou informação referente aos procedimentos para aquisição de terrenos junto aos cemitérios do Município de Capinzal.
- Palavra Livre.
- Convocação dos Vereadores para Sessão Plenária, no dia 18 de fevereiro de 2020, às 18h30min.
- O Vídeo da Sessão está disponível no site [www.camaracapinzal.sc.gov.br](http://www.camaracapinzal.sc.gov.br), no Link "Sessões Gravadas", pela página do Facebook <https://www.facebook.com/cmvcoficial/?fref=ts> e pelo Youtube: <https://www.youtube.com/channel/UCPckMKQPWEUVbP9QMOJ-dfw>.

Câmara de Vereadores, 12 de fevereiro de 2020.

Vereador Renato Marcelo Markus  
Presidente

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CAO/01/2020**

Publicação Nº 2356080

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº CAO/01/2020

ORGÃO GESTOR: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA (CNPJ N.º 46.481.156/0004-85),

OBJETO: CLORO GÁS (ACONDICIONADO EM CILINDROS DE 50KG)- VALOR R\$8,30 (OITO REAIS E TRINTA CENTAVOS) POR KG.

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2020

VIGÊNCIA: 29/01/2020 A 31/12/2020.

PELO ORGÃO GESTOR:SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA: LEANDRO RAMOS OCHOSKI

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CAO/02/2020**

Publicação Nº 2356082

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº CAO/02/2020

ORGÃO GESTOR: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA: BUSCHLE &amp; LEPPER S/A - CNPJ SOB O N.º 84.684.471/0003-18

OBJETO: CAL HIDRATADA (ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE 20KG) VALOR R\$ 0,89 (OITENTA E NOVE CENTAVOS) POR KG.

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2020

VIGÊNCIA: 29/01/2020 A 31/12/2020.

PELO ORGÃO GESTOR:SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA:RODRIGO TAVARES

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CAO/03/2020**

Publicação Nº 2356083

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº CAO/03/2020

ORGÃO GESTOR: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EMPRESA DETENTORA DA ATA: SNF DO BRASIL LTDA - CNPJ N.º 00.934.286/0001-82

OBJETO: POLÍMERO CATIÔNICO GRANULADO (SC DE 25KG) – VALOR R\$ 19,30 (DEZENOVE REAIS E TRINTA CENTAVOS) POR KG

DATA DA ASSINATURA: 29/01/2020

VIGÊNCIA: 29/01/2020 A 31/12/2020.

PELO ORGÃO GESTOR:SIDNEI PENZO - DIRETOR DO SIMAE

PELA EMPRESA DETENTORA DA ATA: JOSÉ SERGIO PERECIN

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/07/2020**

Publicação Nº 2354570

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/07/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0064/2020

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa de engenharia para execução do sistema de esgotamento sanitário, no Distrito de Santa Lúcia em Ouro/SC, compreendendo a prestação dos serviços, bem como, o fornecimento de todos os materiais necessários à execução, observadas as condições detalhadas estabelecidas no edital e todos os seus anexos. Deverá ser emitida de ART de execução.

TIPO: Menor Preço Global

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 27 de fevereiro de 2020.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 13 de fevereiro de 2020.

Francieli A. da Rosa  
Pregoeira

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020 - FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 – FMS REPUBLICAÇÃO DO EDITAL**

Publicação Nº 2355811

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0002/2020 - FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020 – FMS  
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL

Objeto: Contratação de empresa especializada para serviço e fornecimento de peças para conserto de veículo Peugeot Boxer, placa QHM-9694, da frota do Fundo Municipal de Saúde do município de Catanduvas – SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 28 de fevereiro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 12 de fevereiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 12 de fevereiro de 2020.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2020 CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2355800

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0012/2020  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO Nº 001/2020

Objeto: Outorga onerosa de direito real ao uso com opção de compra dos lotes constantes do Anexo II, que integram o presente edital, de propriedade do Município de Catanduvas.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 26 de março de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 04 de fevereiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail: [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 04 de fevereiro de 2020.

Paulo Constante Fuga  
Prefeito Municipal em Exercício

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2020 TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 002/2020**

Publicação Nº 2355805

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2020

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA Nº 002/2020

Objeto: Contratação de empresa para reforma e ampliação da Escola Municipal de Educação Básica Professor Vitoldo Alexandre Czech, incluindo materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, visando a manutenção e necessidade da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do município de Catanduvas - SC.

O recebimento dos envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS ATÉ AS 17H00MIN HORAS DO DIA 26/02/2020;

INTERESSADOS CADASTRADOS ATÉ ÀS 13H45MIN DO DIA 03/03/2020.

O recebimento do envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuada da seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS ATÉ ÀS 13H45MIN DO DIA 03/03/2020.

Abertura das Propostas: 14h00min, do dia 03 de março de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 12 de fevereiro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 12 de fevereiro de 2020.

Elenir Fátima Chinato

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 015/2020 PCS

Publicação Nº 2354679

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: ELIZABETE TEREZINHA DOS SANTOS.

Contrato nº: 015/2020 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COZINHEIRA PARA ELABORAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL Vigência: 31/12/2020.

Valor Mensal do Contrato: R\$ 912,00 (setecentos e sessenta reais)

Valor do Contrato: R\$ 9.120,00 (nove mil trezentos e cento e vinte reais)

### CONTRATO Nº 019/2020 PCS

Publicação Nº 2354632

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESBRAVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Contrato nº: 019/2020 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 11/02/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Valor Mensal do Contrato: R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

Valor do Contrato: R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais).

### PP Nº 004/2020 FMS

Publicação Nº 2354807

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: ARNALDO GUSTAVO JOURDAN EIRELI.

Contrato nº: 004/2020 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 27/01/2020.

Início da Vigência: 27/01/2020.

Vigência: 18/02/2020.

Valor Mensal do Contrato: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Valor total do Contrato: R\$ 9.966,66 (nove mil e novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).



# Celso Ramos

## PREFEITURA

### EDITAL 11/2020

Publicação Nº 2355022

PROCESSO: 11/2020

PREGAO: 07/2020

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

PROCESSO: 11/2020 - PREGAO: 07/2020 - REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 081/2020

Publicação Nº 2354516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIANº 081/2020

O Prefeito Municipal em Exercício do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de conformidade com o art. 70, inciso II, alínea b, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado –SC.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar e TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 073/2020 de 10.02.2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM, Edição nº. 3052 de 12.02.2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 03.02.2020

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado 12 de fevereiro de 2020.

ORLANDO PAUL  
Prefeito Municipal em Exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL METAS FISCAIS 2018 3º QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2355709

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO****EDITAL AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**DEMONSTRAR E AVALIAR AS METAS FISCAIS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2019.**

A Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, por meio de seu representante legal, Senhor Claudio José Eduardo, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº0121 de 15.05.2001, convoca a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores, para realização de Audiência Pública para demonstrar e avaliar as Metas Fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o exercício de 2019 - 3º Quadrimestre bem como, torna público a toda a população do Município a realização da audiência, conforme data, local e horário abaixo descritos:

**DATA:** 28/02/2020 (SEXTA-FEIRA)

**LOCAL:** Câmara de Vereadores, com sede na Rua Geremias, Pedro de Medeiros, 135 Centro do Município.

**HORÁRIO:** Com início as 09h00min.

Chapadão do Lageado, 12 de fevereiro de 2020.

**CLAUDIO JOSÉ EDUARDO**  
Presidente

# Chapecó

## PREFEITURA

**DECRETO Nº. 38.363, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355932

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****DECRETO Nº. 38.363, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de  
Dotações no Orçamento programa de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.313/19 de 02 de Dezembro de 2019.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

5000 - Secretaria de Educação - SEDUC

5005 - Secretaria de Educação - SEDUC	400.000,00
Despesa 85 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
1010 - Receita de Impostos e Transf de Impost - Educ 25%	400.000,00
42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	
42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS	350.000,00
Despesa 403 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
3351 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AB	150.000,00
Despesa 404 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
3353 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - AC	120.000,00
Despesa 405 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas	
3352 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social - SUAS União - MC	80.000,00

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação

5000 - Secretaria de Educação - SEDUC

5005 - Secretaria de Educação - SEDUC	400.000,00
---------------------------------------	------------



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Despesa 84 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

1010 - Receita de Impostos e Transf de Impost - Educ 25% 400.000,00

42000 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS

---

42042 - Fundo Mun. Assistência Social - FMAS 350.000,00

Despesa 390 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

3351 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social -  
SUAS União - AB 150.000,00

Despesa 392 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

3353 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social -  
SUAS União - AC 120.000,00

Despesa 391 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

3352 - 35 - Superávit - Transf. Sist Único de Assist Social -  
SUAS União - MC 80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de  
Santa Catarina, em 31 de janeiro de 2020.

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 38.364, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355933

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****DECRETO Nº. 38.364, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Abre Crédito Orçamentário pelo Superávit Financeiro, no  
Orçamento programa de 2020.

O Prefeito Municipal de Chapecó no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de Chapecó, autorização contida na Lei Municipal nº 7.313/19 de 02 de Dezembro de 2019.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para as seguintes dotações orçamentárias:

5000 - Secretaria de Educação - SEDUC

5005 - Secretaria de Educação - SEDUC	2.000.000,00
---------------------------------------	--------------

Despesa 401 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

3360 - Superávit Financeiro - Salário Educação	2.000.000,00
------------------------------------------------	--------------

7000 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB

7007 - Sec. de Defesa do Cidadão e Mob. - SEDEMOB	5.530.100,00
---------------------------------------------------	--------------

Despesa 400 - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas

3801 - 80 Sup. Finan. Exer. Ant. - Outras Especificações	5.630.100,00
----------------------------------------------------------	--------------

43000 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA

43043 - Fundo Munic. Infância e Adolescência - FIA	600.000,00
----------------------------------------------------	------------

Despesa 402 - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem

Fins Lucrativos

3090 - Superávit - FIA Imposto de Renda	600.000,00
-----------------------------------------	------------

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro produzido nas fontes de recursos acima relacionadas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa  
Catarina, em 31 de janeiro de 2020.

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 38.365, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355976

DECRETO Nº. 38.365, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Concede pensão pelo falecimento de servidor público municipal.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó e mais o que estabelece o art. 40, §7º, I e §8º da Constituição Federal e art. 10, inciso I, art. 22 e art. 23, §1º, I, "a" da Lei Complementar nº 131/01,

DECRETA :

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 25 de novembro de 2019, Pensão por Morte pelo falecimento do servidor público municipal inativo Senhor SABINO VITALI BASSANI, Certidão de Óbito matrícula 104257 01 55 2019 4 00096 264 0037268 11, ocupante do cargo de Vigia, efetivo, matrícula 3389, lotado junto a Secretaria de Defesa do Cidadão, CPF nº 182.803.239-53, RG nº 1.017.010, em cota vitalícia de 100% da totalidade dos proventos do servidor aposentado, a sua esposa ORFILA DAMO BASSANI, CPF nº 077.416.419-05, RG nº 699.817, nascida em 04/02/1950, conforme Certidão de Casamento 098343 01 55 1969 2 00006 197 0001026 20.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 38.366, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355979

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ****DECRETO Nº. 38.366, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Dispõe sobre a regulamentação do processo administrativo de Regularização Fundiária - Reurb no âmbito do Município de Chapecó e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, e:

**CONSIDERANDO**, que a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, passou a dispor em âmbito nacional sobre a regularização fundiária urbana;

**CONSIDERANDO**, a necessidade de instituir no município de Chapecó normas e procedimentos aplicáveis aos processos de regularização fundiária urbana - REURB, abrangendo medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018;

**CONSIDERANDO**, que no Município de Chapecó existem áreas aptas à regularização fundiária mediante os procedimentos estabelecidos pela Lei 13.465, de 11 de julho de 2017;

**CONSIDERANDO**, que constituem objetivos da REURB: identificar os núcleos urbanos informais, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar a qualidade de vida; ampliar o acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais, a serem posteriormente regularizados; promover a integração social e a geração de empregos e renda, e, concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

**CONSIDERANDO**, a necessidade de disciplinar a aplicação da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que em seu texto preceitua que deverá ser regulamentada por ato do Poder Executivo Municipal;

**D E C R E T A :**

Art. 1º. Ficam estabelecidas no âmbito do Município de Chapecó, normas complementares, critérios e procedimentos administrativos para a aplicação das normas gerais e dos





**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

procedimentos nacionais aplicáveis a regularização fundiária urbana (Reurb), prevista no Título II, da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes.

**CAPÍTULO I  
DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DA REURB**

**Seção I  
Do Requerimento para a Regularização Fundiária**

Art. 2º. Os pedidos de instauração de regularização fundiária – Reurb de iniciativa particular deverão ser protocolados no Município de Chapecó através de requerimento formal à Diretoria de Regularização Fundiária, que providenciará a abertura de processo administrativo próprio e, após análise da documentação apresentada, remeterá o pedido para apreciação da Comissão de Regularização Fundiária, que verificará tecnicamente a viabilidade para a regularização fundiária proposta.

§ 1º. O requerimento mencionado no caput deste artigo deverá estar acompanhado da seguinte documentação, apresentado em via física e formato digital:

I – cópia atualizada da matrícula imobiliária onde o núcleo urbano informal encontra-se inserido, expedida por Cartório de Registro de Imóveis competente;

II – planta do perímetro do núcleo urbano informal, com demonstração das matrículas imobiliárias incidentes, suas medidas perimetrais e indicação dos confrontantes;

III – levantamento planialtimétrico e cadastral do núcleo informal, georreferenciado, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), demonstrando as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos, a indicação da infraestrutura existente “*in loco*” e os demais elementos caracterizadores do núcleo informal a ser regularizado;

IV – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

V – apresentação do formulário padrão denominado de “Cadastro Socioeconômico” de todos os beneficiários da Reurb, na forma do Anexo I deste Decreto, bem como os documentos listados no art. 8º deste Decreto, juntamente com listagem de todos os beneficiários;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

VI- comprovante de que a ocupação já estava consolidada na data de 22 de dezembro de 2016, sendo aceito, para este fim, documentos, fotografias ou qualquer outro meio hábil que comprove que a ocupação era consolidada na data referida.

§ 2º. A Diretoria de Regularização Fundiária e a Comissão de Regularização Fundiária ficam autorizadas a solicitar documentação complementar do requerente para melhor análise do pedido, caso necessário.

Art. 3º. O pedido de regularização fundiária poderá ser realizado pelos legitimados elencados no artigo 14 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, observadas, também, as disposições deste ato, inclusive instruído com o requerimento e documentos previstos no art. 2º, *caput* e §1º deste Decreto.

Art. 4º. O Município terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias a contar da data do protocolo, para analisar o pedido de regularização fundiária, classificar e fixar uma das modalidades de Reurb e decidir pelo deferimento ou indeferimento da instauração da Reurb.

§ 1º. Na hipótese de indeferimento do pedido de instauração da Reurb, o mesmo será motivado, devendo a Comissão de Regularização Fundiária indicar as medidas a serem adotadas com vistas à reformulação do requerimento ou para a realização de novo pedido.

§ 2º. Sendo deferido o pedido de instauração da Reurb, será exigido do requerente, a complementação da documentação para dar prosseguimento ao processo, conforme disposto neste Decreto.

§ 3º. O Município dará publicidade da decisão de que trata o *caput* do presente artigo.

Art. 5º. A regularização fundiária poderá ser instaurada também *de ofício* pelo Município, sendo publicizada sua decisão.

Art. 6º. Fica autorizado a qualquer legitimado para requerer a Reurb, individual ou coletivamente, diretamente, ou por meio de cooperativas habitacionais, associação de moradores, fundações, organizações sociais ou da sociedade civil de interesse público, outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária ou, ainda, entidades prestadoras de serviço social sem fins lucrativos, a possibilidade de contratar empresas especializadas e/ou profissionais liberais devidamente habilitados em seus conselhos, que desenvolvam e realizem o processo de regularização fundiária das áreas para o qual foram contratados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**Seção II**

**Das Modalidades de Regularização Fundiária**

Art. 7º. Nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, a Reurb é compreendida em duas modalidades, a regularização fundiária de interesse social e a regularização fundiária de interesse específico, sendo adotadas as seguintes definições:

I – Reurb de Interesse Social (REURB-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por 90% (noventa por cento) de população de baixa renda, cujo limite de renda bruta familiar não exceda a 5 (cinco) salários mínimos nacional.

II – Reurb de Interesse Específico (REURB-E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de “baixa renda”, ou seja, cujo limite de renda bruta familiar ultrapasse o limite previsto no inciso I do presente artigo.

§ 1º. A classificação da modalidade de regularização fundiária será feita pela Comissão de Regularização Fundiária do Município, quando da análise e processamento do requerimento de Reurb.

§ 2º. Considera-se entidade familiar, para os fins deste Decreto, toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição dos membros residentes no imóvel.

§ 3º. Entende-se por renda bruta familiar, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de dezesseis anos, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e benefícios assistenciais.

Art. 8º. Independentemente da modalidade de Reurb, para a sua classificação, além do requerimento e documentos listados no art. 2º deste Decreto, será exigida a apresentação de formulário padrão contendo as informações de todos os beneficiários, na forma do Anexo I deste Decreto, denominado de “Cadastro Socioeconômico”, que servirá de base para a decisão da Comissão quando da definição da modalidade aplicável ao núcleo informal.

§ 1º. Juntamente com o cadastro socioeconômico preenchido, deverão ser apresentados os seguintes documentos dos beneficiários do imóvel objeto da regularização fundiária:

I – RG e CPF;

II – Comprovante do estado civil;

III – Comprovante de residência;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

IV – Comprovante da aquisição da posse do imóvel;

V – Comprovante de renda dos membros da entidade familiar.

§ 2º. A comprovação do estado civil poderá ser aceita quando expressa na cédula de identidade ou demais documentos com validade nacional.

§ 3º. A comprovação da união estável será aceita através de declaração expressa do casal, conforme modelo padrão, Anexo III, parte deste Decreto.

§ 4º. A comprovação de residência e de posse poderá ser feita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, carnês de IPTU, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços públicos, declarações emitidas por instituição de ensino ou unidade de saúde, entre outros documentos.

§ 5º. A renda poderá ser comprovada através da cópia da folha de pagamento, comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão, registro em carteira de trabalho ou contrato de trabalho, declaração de imposto de renda, ou, ainda, por meio de Declaração de Rendimentos, conforme modelo padrão, Anexo II deste Decreto, na hipótese de algum membro da família não possuir vínculo empregatício formal, ser autônomo ou não possuir renda alguma.

Art. 9º. No mesmo núcleo urbano informal poderão existir as duas modalidades de Reurb, conforme prevê o art. 5º, § 4º do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Parágrafo único. A classificação da modalidade visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras da infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

Art. 10. Na Reurb-E, a regularização fundiária será realizada e custeada integralmente por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados.

**Seção III**

**Da aprovação da REURB**

Art. 11. O procedimento administrativo da Reurb no Município de Chapecó será regido obedecendo às fases estabelecidas pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, assim definidas:

I – requerimento dos legitimados ou decisão de ofício pela administração pública para a instauração da Reurb;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

II – processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;

III – elaboração do projeto de regularização fundiária;

IV – saneamento do processo administrativo;

V – decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade;

VI – expedição da CRF pelo Município; e,

VII – registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

Art. 12. Deferido o requerimento inicial e instaurada a Reurb, para o processamento, aprovação e expedição da Certidão de Regularização Fundiária, deverão ser apresentados pelo requerente os demais projetos, plantas, estudos, memoriais e documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, em especial os elencados nos artigos 35 e 36, e outros que poderão ser indicados pela Comissão de Regularização Fundiária, os quais passarão a integrar o processo de regularização fundiária em andamento.

Art. 13. Recebida toda a documentação mencionada no artigo anterior, os projetos urbanístico e ambiental serão remetidos para análise e aprovação prévia pelos órgãos municipais competentes.

Parágrafo único – Caso os projetos apresentados não sejam aprovados, o requerente será cientificado para proceder com as adequações necessárias, no que couber.

Art. 14. Aprovados os projetos urbanístico e ambiental pelos órgãos competentes do Município, caberá à Comissão de Regularização Fundiária a análise da regularidade do projeto, das notificações e a concordância final com projeto de regularização fundiária proposto.

§ 1º. A concordância mencionada no caput do artigo será feita através de parecer fundamentado e conclusivo, assinado por todos os membros que compõem a Comissão de Regularização Fundiária, recomendando à autoridade competente a aprovação ou não do projeto de regularização fundiária proposto e a respectiva expedição da Certidão de Regularização Fundiária.

§ 2º. A decisão da autoridade competente será feita mediante ato formal, do qual se dará publicidade e onde constarão as responsabilidades das partes envolvidas, caso o projeto seja aprovado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Art. 15. Na regularização fundiária de que trata este Decreto, ficam dispensadas as exigências legais previstas em regulamentos municipais vigentes, concernentes às dimensões mínimas de lotes, testadas, gabaritos das ruas, percentual e dimensões das áreas destinadas ao uso público, assim como outros parâmetros urbanísticos e edifícios definidos em regulamento próprio, nos termos do § 1º do art. 11 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único - O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada, para definir parâmetros urbanísticos, edifícios e ambientais específicos.

Art. 16. Para fins da Reurb, ficam dispensadas a desafetação e as exigências previstas no inciso I do caput do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do art. 71 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Art. 17. Os núcleos urbanos informais que porventura estiverem localizados total ou parcialmente em áreas de preservação permanente, área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais ou, ainda, com alguma restrição ambiental, poderão ser regularizados desde que estudo técnico demonstre a melhoria das condições ambientais em relação à situação atual, devendo ser observado o previsto no § 2º do art. 11 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

Parágrafo único - O estudo mencionado no caput deste artigo será analisado e aprovado pelo órgão municipal competente, que comunicará ao requerente a necessidade de adequação do estudo apresentado, caso necessário.

Art. 18. Existindo no núcleo urbano informal objeto de Reurb, unidades desocupadas, não comercializadas e terrenos livres que não possuam beneficiário definido, tais áreas deverão preferencialmente ser destinadas no projeto de regularização fundiária como áreas públicas, para uso comunitário, áreas verdes e outros usos de interesse do Município e da comunidade beneficiada, sem prejuízo da aplicação do art. 52, *caput* e parágrafos do Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 19. A regularização fundiária de núcleos urbanos informais constituídos por unidades imobiliárias de usos não residências, poderá ser feita por meio da Reurb-E.

Parágrafo único – Consideram-se unidades imobiliárias não residenciais, para os fins



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

deste Decreto, os imóveis utilizados para o desenvolvimento de atividades comerciais, industriais, mistas, religiosas, prestação de serviços, dentre outras que atendam aos objetivos da Reurb.

**Seção IV**

**Da Certidão de Regularização Fundiária – CRF**

Art. 20. A Certidão de Regularização Fundiária - CRF é o documento expedido pelo Município ao final do procedimento da Reurb, que acompanhará o projeto de regularização fundiária aprovado e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I – o nome do núcleo urbano regularizado;
- II – a localização do núcleo urbano regularizado;
- III – a modalidade da Reurb;
- IV – os responsáveis pela execução das obras e serviços constantes no termo de compromisso;
- V – a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível e
- VI – no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, a listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, com a devida qualificação destes e dos direitos reais que lhe foram conferidos.

Art. 21. A Certidão de Regularização Fundiária – CRF será assinada pela autoridade municipal competente, sendo o requerente comunicado para fazer a retirada da mesma a fim de dar encaminhamento aos atos de registro perante o Cartório de Registro de Imóveis.

§ 1º. O requerente da Reurb deverá seguir o rito do art. 42 e seguintes da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, para efetuar o registro do parcelamento proveniente da regularização fundiária.

§ 2º. Procedido com o registro, o Município deverá ser informado através da matrícula atualizada do imóvel, emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 22. Fica dispensado da apresentação do projeto de regularização fundiária aprovado, nos casos de Reurb em que a Certidão de Regularização Fundiária – CRF for expedida apenas para promover a titulação final dos beneficiários de núcleos urbanos informais já regularizados e registrados junto ao Cartório de Registro de Imóveis.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Art. 23. Os direitos reais concedidos na Certidão de Regularização Fundiária- CRF serão expedidos preferencialmente em nome da mulher.

Art. 24. Em caso de falecimento de um dos cônjuges ou de pessoa convivente em união estável, beneficiários da Reurb, a Certidão de Regularização Fundiária será expedida apenas em nome do cônjuge ou companheiro viúvo, com anuência dos eventuais filhos, desde que atendidas às condições de legitimado.

Art. 25. Fica autorizada a expedição da CRF no nome de apenas um dos beneficiários da Reurb, caso o mesmo tenha separado, divorciado ou dissolvido união estável durante o processo de regularização fundiária e desde que o imóvel possuído não tenha sido arrolado na partilha, ou, ainda, não tenha sido realizada a mesma, sendo aceito, neste caso, declaração de desistência por parte do outro cônjuge ou companheiro.

Art. 26. Na aquisição da posse advinda dos pais e exercida no momento da expedição da Certidão de Regularização Fundiária por um ou mais filhos, será necessária a anuência dos demais herdeiros para que a CRF seja expedida em favor daqueles que atualmente estão na posse do imóvel objeto da regularização fundiária.

Art. 27. As unidades não edificadas, mas que já tenham sido comercializadas a qualquer título, terão as Certidões de Regularização Fundiária emitidas em nome dos adquirentes.

**Seção V**

**Da Comissão de Regularização Fundiária**

Art. 28. Objetivando contribuir com o procedimento administrativo e andamento dos processos de regularização fundiária - Reurb no âmbito municipal, fica criada a Comissão de Regularização Fundiária, que será constituída pelos seguintes membros:

- I – 03 (três) representantes da Diretoria de Regularização Fundiária;
- II – 01 (um) representante da Diretoria de Habitação;
- III – 01 (um) representante da Diretoria de Meio Ambiente;
- IV – 01 (um) representante da Diretoria de Planejamento Urbano;
- V – 01 (um) representante da Diretoria de Obras Públicas;





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

VI – 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município

VII – 01 (um) representante da Secretaria de Coordenação de Governo e Gestão.

§ 1º. A Comissão de Regularização Fundiária será instituída e nomeada através de Portaria Municipal.

§ 2º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação da portaria de nomeação, podendo haver recondução.

§ 3º. A Comissão de Regularização Fundiária terá ainda um Presidente que coordenará os trabalhos, sendo preferencialmente o Diretor de Regularização Fundiária ou outra pessoa a ser indicada pelo Prefeito Municipal.

§ 4º. Os integrantes da Comissão de Regularização Fundiária exercerão suas atividades sem ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 29. São atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

I – analisar a viabilidade técnica dos requerimentos de regularização fundiária protocolados, classificar a sua modalidade e manifestar-se pela instauração ou não da Reurb, através de parecer fundamentado;

II – auxiliar nos procedimentos de regularização fundiária executados pelo Município, fornecendo orientação, suporte e apoio técnico, sempre que solicitado;

III – produzir os atos administrativos correspondentes e necessários ao andamento dos processos de Reurb;

IV – verificar e atestar a existência de núcleo urbano informal consolidado até 22 de dezembro de 2016;

V – mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;

VI – elaborar relatório final de cada processo de Reurb e emitir parecer único e conclusivo a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF pela autoridade competente;

VII – vistoriar e atestar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;

VIII – assessorar o Prefeito Municipal no que tratar de Regularização Fundiária – Reurb no âmbito municipal;

IX – propor a abertura dos processos de regularização fundiária de iniciativa do Município.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Art. 30. A Comissão de Regularização Fundiária poderá solicitar a qualquer órgão ou entidade municipal, material, informações, estudos, apoio e orientações necessárias à realização de suas tarefas.

Art. 31. Os conflitos envolvendo os processos de regularização fundiária, independentemente da fase em que se encontram, poderão ser mediados através da Comissão de Regularização Fundiária, que servirá como Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos referida na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

**CAPÍTULO II**  
**DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**

**Seção I**  
**Da Reurb em Áreas Públicas**

Art. 32. O Município de Chapecó promoverá prioritariamente a regularização fundiária nas áreas públicas de sua propriedade, cabendo ao Poder Público Municipal, nos casos de Reurb-S, o desenvolvimento e custeio de todo o processo de regularização fundiária e implantação da infraestrutura essencial.

§ 1º. O Município poderá atuar na regularização fundiária de áreas privadas, nos casos em que existir acordo ou determinação judicial para tanto e em núcleos urbanos informais privados classificados como de interesse social – Reurb-S, conforme interesse, disponibilidade e critérios previstos neste Decreto.

§ 2º. O critério para atuação do Município nos requerimentos de Reurb protocolados por particulares e classificados como Reurb-S, que necessitem do suporte técnico do Município para elaboração, execução e aprovação da Reurb, obedecerão à ordem de recebimento do pedido, considerando-se a data do protocolo.

§ 3º. Fica facultado aos requerentes beneficiários de Reurb-S residentes em áreas públicas ou privadas, promoverem as suas próprias expensas, os projetos e demais documentos e estudos necessários à aprovação da Reurb, na hipótese de não aguardarem a demanda de trabalho e atendimento por parte do Município, através de empresas especializadas e/ou profissionais liberais devidamente habilitados em seus conselhos, que desenvolvam e realizem o processo de regularização fundiária das áreas para o qual foram contratados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

Art. 33. Não serão dispensados do pagamento do preço público devido pelo respectivo lote, os beneficiários de Reurb-S que ocupam e utilizam imóveis públicos para fins de moradia e/ou para uso não residencial concomitante com a moradia, beneficiários do processo de regularização fundiária.

§ 1º. O justo valor devido ao Município pelo lote proveniente da Reurb-S em área pública, será apurado pela Comissão Municipal Permanente de Avaliação Mobiliária e Imobiliária – COPAMI, sendo desconsiderado, porém, o valor de eventuais benfeitorias existentes sobre o lote e a valorização delas decorrente.

§ 2º. O pagamento de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer após a prévia avaliação do lote pelo Município e a assinatura do respectivo Contrato de Financiamento Habitacional, podendo o valor devido ser parcelado em até 360 (trezentos e sessenta) parcelas mensais e sucessivas.

§ 3º. Quando da expedição da CRF, constará obrigatoriamente na mesma, uma cláusula resolutiva informando a existência do Contrato de Financiamento Habitacional firmado com o Município e o respectivo débito com a municipalidade, para que, em caso de inadimplemento, a parte lesada possa pedir a resolução do contrato.

§ 4º. Ficam excluídos da obrigação de efetuar o pagamento do valor do respectivo lote, os beneficiários cuja regularização do imóvel esteja ocorrendo através da Reurb-S e que comprovadamente já celebraram o respectivo Contrato de Compra e Venda com o Município e que dito Contrato já esteja quitado ou prescrito o seu direito de cobrança por parte do Município.

§ 5º. Ficam também excluídos da necessidade de pagamento do valor do respectivo lote, os beneficiários de Reurb-S que comprovadamente tenham celebrado Contrato de Compra e Venda com o mutuário primitivo do imóvel, signatário de Contrato de Compra e Venda com o Município ou com terceiros que contrataram com o mutuário primitivo e cujo Contrato com a municipalidade já esteja quitado ou prescrito o direito de cobrança, desde que comprovada a cadeia sucessória de contratos por parte dos beneficiários.

Art. 34. Na regularização fundiária de interesse específico – Reurb-E em área pública, além do valor devido pelo respectivo lote, serão cobrados também dos beneficiários eventuais custos de projetos e de infraestrutura essencial instalada sobre a área pública.

Parágrafo único - Fica facultado aos requerentes beneficiários de Reurb-E residentes em áreas públicas, promoverem as suas próprias expensas, os projetos e demais documentos e estudos necessários à aprovação da Reurb, na hipótese de não aguardarem a demanda de trabalho e atendimento por parte do Município, através de empresas especializadas e/ou profissionais liberais



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

devidamente habilitados em seus conselhos, que desenvolvam e realizem o processo de regularização fundiária das áreas para o qual foram contratados.

**Seção II**

**Da Reurb em Áreas Rurais**

Art. 35. Poderão ser regularizados os núcleos urbanos informais localizados em área rural, desde que a ocupação seja consolidada, que a unidade imobiliária tenha área inferior à fração mínima de parcelamento prevista no art. 8º da Lei Federal nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, e que estejam presentes usos e características urbanas no local.

Parágrafo único –Consideram-se núcleos urbanos informais consolidados em área rural, aqueles que possuírem no mínimo os seguintes requisitos:

I – já se encontravam implantados em 22 de dezembro de 2016;

II - sistema viário implantado;

III – ocupação com predominância de casas e usos ou atividades consideradas urbanas, de acordo com o disposto no Plano Diretor de Chapecó;

IV – existência de pelo menos dois dos seguintes equipamentos de infraestrutura essencial instalados:

- a) drenagem de águas pluviais urbanas;
- b) esgotamento sanitário coletivo ou individual;
- c) abastecimento de água potável;
- d) distribuição de energia elétrica; ou
- e) limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Art. 36. A área de intervenção para regularização fundiária em áreas rurais deverá ser delimitada especificamente nos limites da ocupação e poderá ser submetida à manifestação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

**CAPÍTULO III**  
**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 37. Os comércios, serviços, indústrias, templos religiosos e demais usos não residenciais existentes em áreas com projeto de Reurb em andamento, para regularização de sua



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

atividade,deverão observar a legislação tributária, urbanística, sanitária, segurança e estabilidade das edificações, além de outras normas que regem a atividade ou o uso pretendido, ficando sujeitas também a licenciamento ou autorização dos órgãos competentes em quaisquer esferas da federação, após a conclusão do processo de Reurb.

Art. 38. Os casos omissos no presente Decreto serão resolvidos pela Comissão de Regularização Fundiária, observadas as disposições da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018.

Art. 39. Integram o presente Decreto, os seguintes Anexos:

- I – “Cadastro Socioeconômico”;
- II – “Declaração de Rendimentos”;
- III – “Declaração de União Estável”.

Art. 40. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.41. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa  
Catarina, em 31 de janeiro de 2020.

**LUCIANO JOSÉ BULIGON**

Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**ANEXO I**

**CADASTRO SOCIOECONÔMICO  
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

**LOTE \_\_\_\_ QUADRA nº \_\_\_\_**

1. DADOS FAMILIARES					
<b>Nome:</b>					
<b>RG:</b>			<b>CPF nº</b>		
<b>Filiação: Pai:</b>					
<b>Mãe:</b>					
<b>Data de Nascimento:</b>			<b>Renda Mensal:</b>		
<b>Estado Civil:</b>		Solteiro ( )		Divorciado ( )	
		Casado ( )		União Estável ( )	
		Viúvo ( )			
<b>Situação Profissional:</b>		Empregado ( )		Autônomo ( )	
		Desempregado ( )		Aposentado/Pensionista ( )	
<b>Profissão:</b>					
<b>Telefone para contato:</b>					
2. DADOS DO CONJUGE OU COMPANHEIRO					
<b>Nome:</b>					
<b>RG:</b>			<b>CPF nº</b>		
<b>Filiação: Pai:</b>					
<b>Mãe:</b>					
<b>Data de Nascimento:</b>			<b>Renda Mensal:</b>		
<b>Profissão:</b>					
3. INFORMAÇÕES DA FAMÍLIA:					
<b>Tempo de Residência na atual moradia:</b>					
<b>Moradores da Unidade:</b>					
Nome	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda Mensal	Parentesco
<b>Renda Familiar Mensal:</b>					
4. INFORMAÇÕES DO LOTE:					
<b>Lote nº:</b>			<b>Área (m²):</b>		
<b>Endereço:</b>					
<b>Edificação</b>	Alvenaria ( )		Madeira ( )	Outros ( )	
<b>Número de Ocupações</b>	Uma casa ( )		Duas Casas ( )		
	Três casas ou mais ( )		Prédio ( )		
<b>Acabamento</b>	Nenhum ( )		Reboco ( )	Outros ( )	



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

<b>Água Potável</b>	Rede Pública ( ) Poço ( ) Abastecimento Coletivo ( )
	<b>Ponto dentro da unidade habitacional:</b> Sim ( ) Não ( )
<b>Esgoto Sanitário</b>	Rede pública ( ) Fossa ( ) Céu Aberto ( )
	Banheiro <b>dentro</b> da Residência ( ) Sem Banheiro ( )
	Banheiro <b>fora</b> da Residência ( )
<b>Energia Elétrica</b>	Sim ( ) Não ( ) Padrão ( ) Clandestina ( )
<b>Destino do Lixo</b>	Possui Coleta ( ) Céu Aberto ( ) Enterrado/Queimado ( )
<b>Tipo do Imóvel</b>	Residência ( ) Comércio ( ) Comércio e Residência ( )
<b>Condição da Ocupação do Lote</b>	Próprio/Compra Direta ( ) Cedido por Familiares ( )
	Cedido por Terceiros ( ) Alugado ( ) Valor: RS
<b>Se o imóvel for alugado ou cedido</b>	<b>Nome do Proprietário:</b>
	<b>Telefone:</b>
<b>Possui outro imóvel?</b> Sim ( ) Não ( )	
<b>Já foi beneficiado por procedimento de Regularização Fundiária?</b> Sim ( ) Não ( )	

**Documentação apresentada:**

- ( ) Cópia da identidade e número de CPF do **beneficiário** e de **seu cônjuge**;  
 ( ) Comprovante de estado civil (certidão de casamento ou equivalente);  
 ( ) Contrato de compra e venda ou outro documento de aquisição ou posse do imóvel;  
 ( ) carnês / contas de água ou luz para comprovar que reside no endereço em data anterior a 22/12/2016;  
 ( ) outros \_\_\_\_\_

**Por ser a expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações aqui prestadas sob as penas da lei, estando ciente que não poderei sem a devida autorização, alienar ou dispor de qualquer forma do imóvel objeto deste cadastro durante o trâmite do processo de regularização fundiária e para que produza seus devidos efeitos legais, firmo o presente.**

Chapecó/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS**

Eu, \_\_\_\_\_,  
portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente à Rua  
\_\_\_\_\_,  
Bairro \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_, Estado  
\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins que não possuo comprovante de rendimentos ou outro  
documento que comprove minha renda mensal e atividade, e, ainda, declaro que minha ocupação atual  
é \_\_\_\_\_, recebendo uma renda mensal aproximada de  
R\$ \_\_\_\_\_.

Declaro ainda estar ciente de que, se comprovada, a qualquer tempo, fraude ou falsidade, em  
prova ou declaração, estarei sujeito a sanções cíveis, criminais e/ou administrativas, conforme dispõe o  
artigo 2º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, estando ciente das penalidades previstas no Código  
Penal Brasileiro, artigos 171 e 229.

**Assim sendo, por ser o aqui exposto a mais pura expressão da verdade, assino esta  
DECLARAÇÃO para que produza efeitos legais.**

Chapecó/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CHAPECÓ**

**ANEXO III**

**Declaração de União Estável**

Eu, \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e no RG nº \_\_\_\_\_ e, nome companheiro(a), \_\_\_\_\_ nacionalidade \_\_\_\_\_, profissão \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ e no RG nº \_\_\_\_\_ residentes e domiciliados na cidade de Chapecó, cito a rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ bairro \_\_\_\_\_, declaramos para os devidos fins que vivemos em união estável, de natureza familiar, pública e duradoura, nos termos do Código Civil, desde da data de \_\_\_\_\_.

Chapecó-SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Assinatura:

Assinatura:

Nome

Nome

Testemunha

Testemunha

CPF

CPF

**DECRETO Nº. 38.367, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355980

DECRETO Nº. 38.367, DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Determina alteração do horário de expediente na Diretoria de Tributos Imobiliários da Secretaria de Fazenda e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que o prazo para pagamento da primeira cota única do IPTU/2020 com desconto de 10% (dez por cento) expira no próximo dia 10 de fevereiro;

CONSIDERANDO que historicamente nos últimos dias que antecedem o vencimento do pagamento do Imposto, a procura para retiradas dos carnês se intensifica;

CONSIDERANDO o contido no Memorando 2.794/2020 advindo da Secretaria de Fazenda,

DECRETA :

Art. 1º. O horário de expediente da Diretoria de Tributos Imobiliários da Secretaria de Fazenda, no período de 03 de fevereiro de 2020 a 10 de fevereiro de 2020, será das 08hs00 às 19hs00.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULIGON  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Publicação Nº 2355982

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

A SECRETÁRIA DE SAÚDE DE CHAPECÓ, Sra. Maristela Bisognin Santi Rocha, observando o disposto no artigo 34, 35 e 36, § 5º da Lei Complementar Federal nº. 141, de 13 de janeiro de 2012, TORNA PÚBLICO, que será realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia 28 de Fevereiro de 2020, no Plenário da Câmara de Vereadores de Chapecó, situado na R. Mal. Borman, 320 - Centro, Chapecó - SC, conforme abaixo:

DATA: 28/02/2020

HORÁRIO: Das 09 hs às 11hs

LOCAL: Plenário da Câmara de Vereadores de Chapecó

ASSUNTO: Apresentação da Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde relativo 3º quadrimestres do ano de 2019.  
Chapecó, 12 de Fevereiro de 2020

Atenciosamente

MaristelaBisognin Santi Rocha  
Secretária de Saúde

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2355981

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020

O Vice Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COMDE de Chapecó/SC, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem as Leis Municipais nº 4.878 de 21 de Setembro de 2005 e 6.043 de 22 de junho de 2011,

CONVOCA:

Art. 1º Ficam convocados representantes de órgãos não governamentais de Conselhos de Categorias Profissionais com sede no Município, relativo à Acessibilidade Universal, para participar de processo eleitoral complementar para o preenchimento de uma vaga em aberto na composição da Gestão 2019/2021 do COMDE.

Art. 2º O processo de eleição será realizado em 05/03/2020, em primeira convocação às 13h30min, com 50% (cinquenta por cento) mais uma das entidades inscritas, e em segunda convocação às 13h45min, com qualquer número, tendo como local a Secretaria Executiva dos Conselhos, sita a Av. Nereu Ramos, 75 D, centro, Edifício CPC, sala 705 Bloco B, Chapecó/SC.

Parágrafo Único: A presença do representante da entidade/órgão, informado no Requerimento de Inscrição (anexo I) nesta data é condição fundamental para que a entidade seja eleita e faça parte da composição do conselho.

Art. 3º Para concorrer às vagas previstas no Art. 1º as entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

- a) Requerimento ao Presidente do COMDE, solicitando inscrição da entidade, conforme Anexo I deste Edital;  
b) Ata da eleição da atual Diretoria.

Art. 4º Os documentos deverão ser entregues pessoalmente junto a Secretaria Executiva dos Conselhos, na Avenida Nereu Ramos, 75 D, Edifício CPC, 7º andar, sala 707 bloco B, Centro, Chapecó/SC, fone: 2049-9264 e 98401-4635, ou pelo e-mail: conselhos@chapeco.sc.gov.br, das 13h30min às 18h30min do dia 12/02/2020 à 27/02/2020.

Art. 5º Para a eleição, cada organização fará a defesa da sua candidatura e após procederão à eleição.

Art. 6º No caso de haver a inscrição e comparecimento de somente uma entidade por representação, esta estará automaticamente eleita.

Art. 7º Após a realização da eleição, as entidades eleitas terão um prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da reunião, para oficializar a indicação de forma definitiva dos representantes titulares e suplentes, conforme o caso, que irão compor a gestão 2019/2021, conforme Art. 1º deste Edital, cujo documento deverá ser entregue junto a Secretaria Executiva dos Conselhos.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pela plenária do Conselho.

Chapecó (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Álvaro Marcos Michelotto  
Vice Presidente do COMDE

#### ANEXO I REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor Vice-Presidente,

Conforme Edital Nº 001/2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Chapecó/SC – COMDE, a entidade/órgão abaixo qualificado, vem requerer a Inscrição para concorrer ao processo de eleição complementar da gestão 2019/2021 do COMDE, na vaga de Conselhos de Categorias Profissionais com sede no Município, relativo à Acessibilidade Universal.

Nome da Entidade/órgão: .....  
SIGLA: ..... CNPJ: .....  
Endereço: Rua ..... nº ..... Complemento .....  
Bairro: .....  
Cidade: Chapecó/SC Fone: .....  
e-mail: ..... CEP: .....

Assinale o Segmento que a Entidade/órgão Representa:

( ) Conselho de Categoria Profissional com sede no município, relativo a acessibilidade universal.

Nome do Representante para o processo Eleitoral:

..... Assinatura: .....  
RG: ..... CPF: .....

Nome do representante legal da Entidade/órgão: .....

RG: ..... CPF: .....

Assinatura do Representante Legal: .....

Chapecó/SC ..... de ..... de 2020.

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 2355988

O Prefeito Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 77 da Lei Orgânica do Município de Chapecó NOTIFICA a seguinte contratante com o Município através do Fundo Municipal de Habitação-Sra. LORENI DA SILVA, portadora do RG n. 4.614.299-1 e inscrita no CPF n. 023.143.169-40 da RESCISÃO UNILATERAL do contrato de Financiamento Com Garantia Hipotecária e outras Avenças referente o Lote n. 32, da Quadra 1969, no Loteamento Vida Nova, bairro Bom Pastor, firmado entre as partes em 28 de setembro 1999 e do aditivo ao contrato n. 01, cadastro imobiliário n. 57665-4, em razão do descumprimento de suas cláusulas contratuais.

Gabinete do Prefeito Municipal, Estado de Santa Catarina, em 30 de janeiro de 2020.

LUCIANO JOSÉ BULLIGON  
Prefeito Municipal

## PROCON EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 2355985



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Estado de Santa Catarina  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**  
Órgão Público Municipal Criado Pela Lei Complementar 54/98  
Integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor



## PROCON EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Coordenador Municipal de Defesa do Consumidor, de conformidade com o que determina a LEI 8078/90 e Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, Art. 42, parágrafo 1º, inciso I e II, parágrafo 2º e LC nº 054/98, NOTIFICA as Empresas a seguir, para que tome conhecimento do **DESPACHO FINAL(DF), NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO(NPP), CARTA 48H(C48H), AUTO DE INFRAÇÃO(AI), NOTIFICAÇÃO INICIAL(NI)**, como segue:

EMPRESA	CNPJ	ENDEREÇO	MUNICÍPIO	PROC ADM	* AI/NI/DF	RECLAMANTE
AESP - ASSOC. DOS EMPREGADOS ATIVOS E APOSENT. SETOR PUBL. CARTÃO SOLAR LTDA	00298548/0001-60	R: AMADOR BUENO, 572, L. ANDAR, CENTRO	RIBEIRÃO PRETO/SP	37209/19	5735/19 AI	DOMINICO JOSE RUBERT
COMERCIAL ATACADISTA MORAES SILVA EIRELI	04928433/0001-62	R: 246, Nº 606, SALA 04, MEIA PRAIA	ITAPEMA/SC	37221/19	5752/19 AI	LORENI DAS GRAÇAS CAVALLI
COMPANHIA DA CASA - FERNANDA DA SILVA ROSA	29385566/0001-60	AV. TOCANTINS, 465, LOJA C. Q. 22, L. 42, BAIRRO MORADA DO CONTORNO.	RESENDE/RJ	36796/19	5725/19 AI	RAI ASCOLI
CONSTRUTIVA MAT. DE CONSTRUÇÃO DOUGLAS SAUL	23461352/0001-40	ROD RS-020, 5322, SALA 01, B. NEOPOLIS	GRAVATAI/RS	37525/19	5751/19 AI	FABIANE PIZZATO
DUNNAS POUSADA - DENISE MENDES ALVES	08829620/0001-40	R: CONDÁ, 1389-D, B. UNIVERSITÁRIO	CHAPECÓ/SC	35544/18	5717/19 AI	RESIDL. WASHINGTON LUIS
ECARF EIRELI	31980902/0001-65	R: TIRADENTES, 1150, SL 02, B. FEMACA	VERANOPOLIS/RS	37811/19	17473/19 NI	ANAIR DE MATTOS JUNG
EMPRESA DE MUDANÇAS 29 LTDA	19005151/0001-60	AV. PIONEIRO ALICIO ARANTES CAMPOLINA, 988, B. VILA ESPERANÇA	MARINGÁ/PR	37305/19	5737/19 AI	NERI INACIO BAUTITZ
ESTRELA PARTICIPAÇÕES LTDA	22114285/0001-24	R: SÃO BERNARDO, 160, SL 1, ITOUPIAVA NORTE	BLUMENAU/SC	36348/18	5593/19 DF	HERMES V. CZARNOBAY
HOTEL URBANO VIAGENS E TURISMO	87438891/0001-40	AV. CRUZEIRO DO SUL, 2149, B. STA TEREZA	PORTO ALEGRE/RS	37347/19	5733/19 AI	MARCIA DE AGUIRRE
JFR COMERCIO ELETRONICO EIRELI	31284430/0001-06	R: MACHADO DE ASSIS, 605-D, B. JD ITALIA	CHAPECÓ/SC	37718/19	17377/19 NI	JOCILENE M. DE OLIVEIRA
LAMGER TRANSP. E COM. VEÍCULOS LTDA	12954744/0001-24	AV. AYRTON SENA, BLOCO C, SL 401 E 402, 2150, BLOCO I, BARRA DA TIJUCA	RIO DE JANEIRO/RJ	36966/19	5727/19 AI	IVANETE T. SCHNEIDER SASS
MEDEIROS E VIANA COBRANÇAS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA	11372775/0001-04	AV. MINAS GERAIS, 2629, LOJA; B. GRA-DUQ.	GOV. VALADARES/MG	34735/17	5382/18 NPP	FELIPE MORANDI
RECOVERY DO BRASIL GESTÃO DE ATIVOS LTDA	06976973/0001-47	R: SENADOR ATÍLIO FONTANA, 850-D, B. EFAPÍ	CHAPECÓ/SC	37905/20	17569/20 AI	VONI FRANCESCHETTO
RSC MARKETING DIGITAL EIRELI	10233746/0001-07	AV. ASSIS BRASIL, 2474, B. CRISTO REDENTOR	PORTO ALEGRE/RS	37123/19	5754/19 AI	HOWERO FERREIRA DE SOUSA
SUL BRASIL FACHADAS E ESQUAD. - A. FACHINELLO COMERCIO - ME	08576917/0001-40	AV. PAULISTA, GALERIA TRIANON, 1499- LJ 57, PISO INFERIOR, B. BELA VISTA	SÃO PAULO/SP	37794/19	17456/19 NI	MICHELET MICHEL
VOLMIR VALLER - BRIGADA DE EMERGENCIA BLUMENAU	34347061/0001-41	R: DAVID BRAGAGNOLLO, 57-D, BAIRRO EFAPÍ	SÃO PAULO/SP	37836/19	17497/19 NI	JOACIR CHENET
VOLMIR VALLER - BRIGADA DE EMERGENCIA BLUMENAU	33914836/0001-50	R: DAS MISSÕES, 2214, SL 03 E 05, B. PONTA AGUDA	CHAPECÓ/SC	37830/19	17510/19 NI	WILSON LOBO DE CARVALHO
VOLMIR VALLER - BRIGADA DE EMERGENCIA BLUMENAU	26062791/0001-78	R: DAS MISSÕES, 2214, SL 03 E 05, B. PONTA AGUDA	BLUMENAU/SC	37747/19	17405/19 NI	JOZIELE ALVES VIEIRA
VOLMIR VALLER - BRIGADA DE EMERGENCIA BLUMENAU	26062791/0001-78	R: DAS MISSÕES, 2214, SL 03 E 05, B. PONTA AGUDA	BLUMENAU/SC	37859/19	17522/19 NI	KASSANDRA DE O. MUNIZ

- (DF) = **DESPACHO FINAL; (NPP) = NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO; (C48) = CARTA 48H; (AI) = AUTO DE INFRAÇÃO; (NI) = NOTIFICAÇÃO INICIAL.**
- FICA NOTIFICADA AINDA, QUE PODE APRESENTAR **RECURSO ADMINISTRATIVO/DEFESA ADM. COM REFERÊNCIA AO DESPACHO FINAL(DF), NOTIFICAÇÃO PARA PAGAMENTO(NPP), CARTA 48H(C48H), AUTO DE INFRAÇÃO(AI), NOTIFICAÇÃO INICIAL(NI)**, NO PRAZO DE **10(DEZ) DIAS** A CONTAR DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

ENDEREÇO AO PROCON MUNICIPAL DE CHAPECÓ - SC:  
RUA CLEVELANDIA, Nº 727-E, CENTRO - ALA SUL/ARENA CONDÁ, CHAPECÓ/SC,  
CEP 89801-561, TEL/FAX(049)33191107/3319-1105.  
[procon@chapeco.sc.gov.br](mailto:procon@chapeco.sc.gov.br), [www.proconchapeco.com.br](http://www.proconchapeco.com.br), [administrativo@proconchapeco.com.br](mailto:administrativo@proconchapeco.com.br)



MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
Estado de Santa Catarina  
**COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR**  
Órgão Público Municipal Criado Pela Lei Complementar 54/98  
Integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor



Chapecó – SC, 10 de Fevereiro de 2020.

**PAULO LUIZ BALANCELLI**  
Coordenador Executivo  
PROCON – CHAPECÓ/SC

**IVANA I. CAVAGNOLI GEHM**  
Setor Administrativo  
PROCON – CHAPECÓ/SC

ENDEREÇADO AO PROCON MUNICIPAL DE CHAPECÓ – SC:  
RUA CLEVELANDIA, Nº 727-E, CENTRO – ALA SUL/ARENA CONDÁ, CHAPECÓ/SC,  
CEP 89801-561, TEL/FAX(049)33191107/3319-1105.  
[procon@chapeco.sc.gov.br](mailto:procon@chapeco.sc.gov.br), [www.proconchapeco.com.br](http://www.proconchapeco.com.br), [administrativo@proconchapeco.com.br](mailto:administrativo@proconchapeco.com.br)

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2020 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 2354441

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02/FMAS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2020

Objeto: Registro de Preços de Cestas Básicas, conforme Lei Municipal nº 1.390, de 13 de dezembro de 2017 para atender famílias carentes do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 27/02/2020.

Abertura: Dia 27/02/2020, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br).

Cocal do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### DECRETO SAF/N 164/2020

Publicação Nº 2354809

DECRETO SAF/Nº. 164/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

FAZER CESSAR

Os efeitos do Decreto SAF/N. 395/19, de 01 de agosto de 2019, que cedeu MARINA CASAGRANDE ZANETTE, portadora do CPF nº. 083.549.059-93, Médica Veterinária ACT, à CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-Cocal do Sul, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

### DECRETO SAF/N. 163/2020

Publicação Nº 2354803

DECRETO SAF/Nº. 163/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

MARINA CASAGRANDE ZANETTE, portadora do CPF nº. 083.549.059-93, Médica Veterinária ACT, 20 horas, nomeada através do Decreto SAF/N. 394/19, de 01 de agosto de 2019, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLÉDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

**DECRETO SAF/N. 165/2020**

Publicação Nº 2354814

DECRETO SAF/Nº. 165/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

CEDER:

MARIANA FELTRIN CANEVER, portadora do CPF nº. 071.122.049-25, Médica Veterinária, nomeada pelo Decreto SAF/N. 75/2020, de 22 de janeiro de 2020, à CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina-Cocal do Sul, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

**DECRETO SAF/N. 166/2020**

Publicação Nº 2354823

DECRETO SAF/Nº. 166/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

ALEXANDRE MACHADO DE AGUIAR, portador do CPF nº 070.782.149-51, Gari I, nomeado pelo Decreto SAF/N. 304/19, de 08 de maio de 2019, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

**DECRETO SAF/N. 167/2020**

Publicação Nº 2354791

DECRETO SAF/Nº. 167/2020, de 11 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº. 06/2003, Lei Complementar nº. 35/2011, Lei nº. 1.221/2014, e suas alterações posteriores, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 01/2017, de 09 de outubro de 2017, homologado através do Decreto SAF/Nº 15/18, de 22 de janeiro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 01/2017, de 09 de outubro de 2017, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
- b) prova de quitação das obrigações eleitorais;

- c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
- d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
- e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
- f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;
- g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
- h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
- i) declaração negativa de acumulação de cargo público;
- j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
- k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.
- Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
- Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
- Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.
- Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

#### ANEXO ÚNICO

##### SERVENTE DE LIMPEZA

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
21º	879	MARLI PERES SILVEIRA
22º	1030	SÔNIA BELMIRO RIBEIRO

##### LUBRIFICADOR

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
3º	717	ELIEZER FRANCISCO DE MORAES

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de fevereiro de 2020.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO  
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento



## CÂMARA MUNICIPAL

## ANEXO I - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354691

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL</b> Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL		Página: 1 / 1 Data de emissão: 12/02/2020 Exercício de 2019 Período de: Janeiro à Dezembro Despesa: Liquidada
RECEITAS		Valor
Títulos		Valor
DESPESAS		Valor
DESPESAS CORRENTES		1.361.105,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.196.439,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		164.665,99
DÉFICIT		1.361.105,36
TOTAL		1.361.105,36
DEFICIT DO ORÇAMENTO CORRENTE		1.361.105,36
DESPESAS DE CAPITAL		7.441,30
INVESTIMENTOS		7.441,30
DÉFICIT		1.368.546,66
TOTAL		1.368.546,66
Cocal do Sul,	12/02/2020	
ENCARREGADO DO SERVIÇO	LUIZ CARLOS GONÇALVES	RICHARDSON VIEIRA
ENCARREGADO DO SERVIÇO	Técnico em Contabilidade	PRESIDENTE

## ANEXO II - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354694


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Página: 1/ 2

Data: 12/02/2020

Exercício de 2019

Período de: Janeiro à Dezembro

Despesa: Liquidada

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Unidade 001 - CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.361.105,36
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.196.439,37
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.196.439,37	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	963.994,07		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	920.219,46		
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	22.212,95		
3.1.90.11.44.00.00.00	férias - abono pecuniário	21.561,66		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	232.445,30		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	19.085,33		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	213.359,97		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			164.665,99
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		164.665,99	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	42.000,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	42.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	26.839,88		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	75,00		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	704,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	2.457,94		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.569,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	445,19		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	9.409,77		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	3.941,07		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	486,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.271,53		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	585,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	226,00		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	179,90		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	1.230,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	2.259,48		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	95.826,11		
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	2.692,82		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	1.745,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	28.791,17		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	334,80		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	2.780,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.294,90		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	15.750,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	10.737,57		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	350,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	7.889,07		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	6.000,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	640,05		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia Móvel	3.808,50		
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	1.673,16		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	780,00		



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Página: 2 / 2  
 Data: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período de: Janeiro à Dezembro  
 Despesa: Liquidada

3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	211,77	
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	6.000,00	
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	950,00	
3.3.90.39.96.00.00.00	Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	220,00	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.177,30	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL		7.441,30
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		7.441,30
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		
4.4.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.075,00	
4.4.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.075,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	6.366,30	
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	4.587,00	
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.779,30	
<b>Total Unidade:</b>			<b>1.368.546,66</b>
<b>Total Órgão:</b>			<b>1.368.546,66</b>
<b>Total Entidade:</b>			<b>1.368.546,66</b>
<b>Total Geral:</b>			<b>1.368.546,66</b>

Cocal do Sul, 12/02/2020

ANEXO II - BALANCO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354695



CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

12/02/2020  
Exercício de 2019  
Página: 1/1

**Parâmetros** Exercício: 2019; Consolidado: N; Entidades: [{"valor": "2188", "descricao": "CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL"}]; Tipo de Período: A; Listar deduções: N; Grupo de Assinantes: {"valor": "51", "descricao": "Nota de Empenho - Camara"}

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria
--------	---------------	---------------	-------	-----------

Para os argumentos utilizados não temos dados para emissão.

## Publicação Nº 2354703

ENCARREGADO DO SERVIÇO	LUIZ CARLOS GONÇALVES	RICHARDSON VIEIRA
ENCARREGADO DO SERVIÇO	Técnico em Contabilidade - CRC-SC 021689/0-9	PRESIDENTE

## ANEXO VI- BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354697

Página: 1 / 1  
 Data de Emissão: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período de: Janeiro à Dezembro  
 Despesa: Empenhada

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
 Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06  
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
 Órgão: 01 - CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
 Unidade: 001 - CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	LEGISLATIVA	0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031.1000	PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031.1000.1001	AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS FUNCIONAIS	0,00	7.441,30	0,00	7.441,30
01.031.1000.2002	MANUTENÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO	0,00	0,00	1.361.105,36	1.361.105,36
<b>Total do Órgão:</b>		0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
<b>Total da Entidade:</b>		0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
<b>Total Geral:</b>		0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66

**ANEXO VII - BALANÇO ANUAL 2019**

Publicação Nº 2354700

**CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL****Anexo 07 - Demonstrativo Funções, Subfunções e Programas por Projeto Atividade**

ENTIDADES: CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Página: 1 / 1

Período: Janeiro até Dezembro de 2019

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa		7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031	Ação Legislativa		7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031.1000	PROCESSO LEGISLATIVO		7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66
01.031.1000.1001	Aquisição de Bens e Equipamentos Funcionais		7.441,30		7.441,30
01.031.1000.2002	Manutenção do Processo Legislativo			1.361.105,36	1.361.105,36
Total Geral:		0,00	7.441,30	1.361.105,36	1.368.546,66

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
ENCARREGADO DO SERVIÇOLUIZ CARLOS GONÇALVES  
Técnico em ContabilidadeRICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE

## ANEXO VIII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354702

Página: 1 / 1  
 Data de Emissão: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período de: Janeiro a Dezembro  
 Despesa: Empenhada

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	LEGISLATIVA	1.368.546,66	0,00	1.368.546,66
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	1.368.546,66	0,00	1.368.546,66
01.031.1000	PROCESSO LEGISLATIVO	1.368.546,66	0,00	1.368.546,66
01.031.1000.1001	AQUISIÇÃO DE BENS E EQUIPAMENTOS FUNCIONAIS	7.441,30	0,00	7.441,30
01.031.1000.2002	MANUTENÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO	1.361.105,36	0,00	1.361.105,36
<b>Total:</b>		1.368.546,66	0,00	1.368.546,66


**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
 Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos - Anexo 08  
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL





## ANEXO XII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354707



ESTADO SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Anexo 12 - Balanço Orçamentário  
Entidades: CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Exercício de 2019  
Período: Janeiro à Dezembro  
Página: 1 / 1

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00
MOBILIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRATUAL	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Déficit (VII)	2.050.000,00	2.050.000,00	1.368.546,66	681.453,34
<b>TOTAL (VIII) = (VI + VII)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>681.453,34</b>
<b>Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)</b>	-	<b>4.779.359,76</b>	<b>4.779.359,76</b>	-
Superávit Financeiro	-	<b>4.779.359,76</b>	<b>4.779.359,76</b>	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (IX)	1.900.000,00	1.900.000,00	1.361.105,36	1.361.105,36	1.361.105,36	538.894,64
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.650.000,00	1.650.000,00	1.196.439,37	1.196.439,37	1.196.439,37	453.560,63
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00	250.000,00	164.665,99	164.665,99	164.665,99	85.334,01
DESPESAS DE CAPITAL (X)	150.000,00	150.000,00	7.441,30	7.441,30	7.441,30	142.558,70
INVESTIMENTOS	150.000,00	150.000,00	7.441,30	7.441,30	7.441,30	142.558,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX + X + XI + XII)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>681.453,34</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XV) = (XIII + XIV)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>681.453,34</b>
Superávit (XVI)	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (XVII) = (XV + XVI)</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>1.368.546,66</b>	<b>681.453,34</b>

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal E Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros E Encargos Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUÍZ CARLOS GONÇALVES  
Técnico em Contabilidade - CRC-  
SC 021689/0-9

RICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE

## ANEXO XIII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354710



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL**  
 Balanço Financeiro - Anexo 13  
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Página: 1 / 1  
 Data de emissão: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período de: Janeiro à Dezembro  
 Despesa: Empenhada

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
<b>RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>0,00 DESPESA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.368.546,66</b>
Ordinária	0,00	Ordinária	1.368.546,66
		Recursos Ordinários Municipais	1.368.546,66
Vinculada	0,00	Vinculada	0,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>2.050.000,00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>	<b>665.759,67</b>
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>188.460,01</b>	<b>EXTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>204.153,68</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	188.460,01	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	204.153,68
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>0,00</b>
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTAS CORRENTES	0,00	CONTAS CORRENTES	0,00
APLICAÇÕES	0,00	APLICAÇÕES	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.238.460,01</b>	<b>TOTAL</b>	<b>2.238.460,01</b>

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
 ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUIZ CARLOS GONÇALVES  
 Técnico em Contabilidade

RICHARDSON VIEIRA  
 PRESIDENTE

**ANEXO XIV - BALANÇO ANUAL 2019**

Publicação Nº 2354717



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Balanço Patrimonial - Anexo 14  
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Exercício de 2019  
Página: 1 / 2  
Até o Mês: Dezembro

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>ATIVO</b>	129.150,70
ATIVO NÃO CIRCULANTE	129.150,70
IMOBILIZADO	129.150,70
BENS MÓVEIS	223.408,18
BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	223.408,18
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	12.187,00
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	8.811,00
OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	3.376,00
BENS DE INFORMÁTICA	58.977,46
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	58.977,46
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	104.400,72
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.549,90
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	28.405,97
MOBILIÁRIO EM GERAL	74.444,85
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	47.843,00
BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	3.880,00
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	590,00
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	36.073,00
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	7.300,00
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-94.257,48
(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-94.257,48
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA de BENS MÓVEIS	-94.257,48
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE DEMAIS BENS MÓVEIS	-94.257,48
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	129.150,70
PASSIVO CIRCULANTE	29.651,63
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	29.651,63
PESSOAL A PAGAR	29.651,63
PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	29.651,63
PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	29.651,63
FÉRIAS	29.651,63
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	99.499,07
PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	127.809,37
PATRIMÔNIO SOCIAL	127.809,37
PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	127.809,37
RESULTADOS ACUMULADOS	-28.310,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-28.310,30
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-5.744.389,13
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-1.371.292,82
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-4.373.096,31
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	6.453.249,94
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	1.384.240,33
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.069.009,61
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-445.379,39
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-445.379,39
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - ESTADO	-291.791,72
SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-291.791,72

**QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

	<b>Exercício Atual</b>
<b>ATIVO (I)</b>	132.400,37
ATIVO FINANCEIRO	0,00



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Balço Patrimonial - Anexo 14  
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Exercício de 2019  
Página: 2 / 2  
Até o Mês: Dezembro

ATIVO PERMANENTE

132.400,37

**PASSIVO (II)**

PASSIVO FINANCEIRO

29.651,63

PASSIVO PERMANENTE

29.651,63

**SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)**

102.748,74

**QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

	Exercício Atual
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	0,00
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	0,00
DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	18.598,08
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	0,00
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	18.598,08
OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00

**QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO**

<b>TOTAL POR FONTES DE RECURSOS</b>	<b>Exercício Atual</b>
	0,00

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUIZ CARLOS GONÇALVES  
Técnico em Contabilidade

RICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE

## ANEXO XIX - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354733



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Anexo 19 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

Parâmetros: Exercício: 2019; Consolidado: N; Entidades: [{"valor": "2188", "descricao": "CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL"}]; Até o Mês: 12; Assinatura: [{"valor": "51", "descricao": "Nota de Empenho - Câmara"}]

Página : 1 / 1  
Data de Emissão: 12/02/2020  
Exercício de 2019  
Período : Janeiro - Dezembro

ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ( AFAC)	Reserva de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
<b>Saldos Iniciais</b>	<b>127.809,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-41.257,81</b>	<b>0,00</b>	<b>86.551,56</b>
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros sobre capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.947,51	0,00	12.947,51
Ajustes de avaliação patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Constituição / Reversão de reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos a distribuir (R\$... por ação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Saldos finais</b>	<b>127.809,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-28.310,30</b>	<b>0,00</b>	<b>99.499,07</b>

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUIZ CARLOS GONÇALVES  
Técnico em Contabilidade - CRC-

RICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE

## ANEXO XV - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354720

Exercício de 2019  
Mês: 12  
Página: 1 / 1

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15  
ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL



	Exercício atual	Exercício anterior
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>2.121.822,27</b>	<b>0,00</b>
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.050.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.050.000,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	71.822,27	0,00
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	71.822,27	0,00
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>2.108.874,76</b>	<b>0,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS	1.245.195,92	0,00
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.012.750,62	0,00
ENCARGOS PATRONAIS	232.445,30	0,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	197.919,17	0,00
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	27.914,88	0,00
SERVIÇOS	142.064,65	0,00
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	27.939,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	665.759,67	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	665.759,67	0,00
<b>Resultado Patrimonial do Período</b>	<b>12.947,51</b>	<b>0,00</b>

COCAL DO SUL, 12/02/2020

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
450.845.577-82

ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUIZ CARLOS GONÇALVES  
601.586.899-68

Técnico em Contabilidade

RICHARDSON VIEIRA  
915.653.919-34

PRESIDENTE

ANEXO XVI - BALANCO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354723



ESTADO SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
Demonstração da Dívida Fundada Interna / Externa - Anexo 16  
Entidades : CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL

Página : 1 / 1  
Data de Emissão: 12/02/2020  
Exercício de 2019  
Período : Janeiro a Dezembro

Autorizações				Saldo Anterior		Movimento no Exercício		Saldo
Número	Data	Valor	Nº Lei	Data Lei		Emissão	Resgate	

Para os argumentos utilizados não temos dados para emissão.

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
450.845.577-82  
ENCARREGADO DO SERVIÇO

LUIZ CARLOS GONÇALVES  
601.586.899-68  
Técnico em Contabilidade

RICHARDSON VIEIRA  
915.653.919-34  
PRESIDENTE



## ANEXO XVII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354728

Página: 1 / 1  
 Data de Emissão: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Usuário: celoba

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
 Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante  
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL



TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÕES NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEPÓSITOS</b>				
I.N.S.S - FOLHA PAGTO CMCS	0,00	188.460,01	204.153,68	-15.693,67
I.R.R.F - FOLHA PAGTO CMCS	0,00	85.411,90	87.466,62	-2.054,72
I.S.S RETIDO PJ- CAMARA	0,00	95.525,12	109.046,51	-13.521,39
Juros de Aplicação	0,00	134,12	251,68	-117,56
	0,00	7.388,87	7.388,87	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	0,00	188.460,01	204.153,68	-15.693,67

Cocal do Sul, 12/02/2020

ENCARREGADO DO SERVIÇO	LUIZ CARLOS GONÇALVES	RICHARDSON VIEIRA
ENCARREGADO DO SERVIÇO	Técnico em Contabilidade - CRC-SC	PRESIDENTE

## ANEXO XVII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354725

Página: 1 / 1  
 Data de Emissão: 12/02/2020  
 Exercício de 2019  
 Período: Janeiro a Dezembro  
 Usuário: celoba

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL  
 Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante  
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL




TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÕES NO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	
<b>RESTOS A PAGAR</b>				
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Restos a Pagar Processados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEPÓSITOS</b>				
I.N.S.S - FOLHA PAGTO CMCS	0,00	188.460,01	204.153,68	-15.693,67
I.R.R.F - FOLHA PAGTO CMCS	0,00	85.411,90	87.466,62	-2.054,72
I.S.S RETIDO PJ- CAMARA	0,00	95.525,12	109.046,51	-13.521,39
Juros de Aplicação	0,00	134,12	251,68	-117,56
	0,00	7.388,87	7.388,87	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	0,00	188.460,01	204.153,68	-15.693,67

Cocal do Sul, 12/02/2020

ENCARREGADO DO SERVIÇO	LUIZ CARLOS GONÇALVES	RICHARDSON VIEIRA
ENCARREGADO DO SERVIÇO	Técnico em Contabilidade - CRC-SC	PRESIDENTE

## ANEXO XVIII - BALANÇO ANUAL 2019

Publicação Nº 2354731

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL</b> <b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b> Entidades(s): CÂMARA MUNICIPAL COCAL DO SUL		Página: 1 / 1 Data de Emissão: 12/02/2020 Exercício de 2019 Período: Janeiro a Dezembro Usuário: celoba
		<b>Exercício Atual</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>2.238.460,01</b>
Receita Tributária		0,00
Receita de Contribuições		0,00
Receita Patrimonial		0,00
Receita Agropecuária		0,00
Receita Industrial		0,00
Receita Serviços		0,00
Remuneração das Disponibilidades		0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias		0,00
Transferências correntes recebidas		0,00
Intergovernamentais		0,00
da União		0,00
de Estados e Distrito Federal		0,00
de Municípios		0,00
Intragovernamentais		0,00
Outras transferências correntes recebidas		0,00
Outros ingressos operacionais		2.238.460,01
<b>Desembolsos</b>		<b>2.231.018,71</b>
Pessoal e demais despesas		1.361.105,36
Legislativa		1.361.105,36
Judiciária		0,00
Essencial à Justiça		0,00
Administração		0,00
Defesa Nacional		0,00
Segurança Pública		0,00
Relações Exteriores		0,00
Assistência Social		0,00
Previdência Social		0,00
Saúde		0,00
Trabalho		0,00
Educação		0,00
Cultura		0,00
Direitos da Cidadania		0,00
Urbanismo		0,00
Habitação		0,00
Saneamento		0,00
Gestão Ambiental		0,00
Ciência e Tecnologia		0,00
Agricultura		0,00
Organização Agrária		0,00
Indústria		0,00
Comércio e Serviços		0,00
Comunicações		0,00
Energia		0,00
Transporte		0,00
Desporto e Lazer		0,00
Encargos Especiais		0,00
Juros e encargos da dívida		0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		0,00
Outros Encargos da Dívida		0,00
Transferências correntes concedidas		0,00
Intergovernamentais		0,00
a União		0,00
a Estados e Distrito Federal		0,00
a Municípios		0,00
Intragovernamentais		0,00
Outras transferências concedidas		0,00
Outros desembolsos operacionais		869.913,35
<b>Fluxos de caixa líquido das atividades operacionais (I)</b>		<b>7.441,30</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>0,00</b>
Alienação de bens		0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00
Outros ingressos de investimentos		0,00
<b>Desembolsos</b>		<b>7.441,30</b>
Aquisição de ativo não circulante		6.386,30
Concessão de empréstimos e financiamentos		0,00
Outros desembolsos de investimentos		1.075,00
<b>Fluxos de caixa líquido das atividades de investimento (II)</b>		<b>-7.441,30</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Ingressos</b>		<b>0,00</b>
Operações de crédito		0,00
Integração do capital social de empresas dependentes		0,00
Transferências de capital recebidas		0,00
Outros ingressos de financiamento		0,00
<b>Desembolsos</b>		<b>0,00</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida		0,00
Outros desembolsos de financiamentos		0,00
<b>Fluxos de caixa líquido das atividades de financiamento (III)</b>		<b>0,00</b>
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)</b>		<b>0,00</b>
Caixa e Equivalentes de caixa inicial		0,00
Caixa e Equivalentes de caixa final		0,00

Cocal do Sul, 12/02/2020

ENCARREGADO DO SERVIÇO  
ENCARREGADO DO SERVIÇO -LUIZ CARLOS GONÇALVES  
Técnico em Contabilidade - CRC-SCRICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE -

## RECIBOSICONFI 30.QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2354436

**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro  
TESOURO NACIONAL

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Ministério da Fazenda - MF

Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (SC)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

<b>Instituição:</b>	Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC (SC)
<b>Declaração:</b>	Relatório de Gestão Fiscal
<b>Periodicidade:</b>	Quadrimestral
<b>Período:</b>	3º quadrimestre
<b>Exercício:</b>	2019
<b>Assinatura(s):</b>	• Nome: ERIK PEREIRA ZEFERINO <i>Titular do Poder Legislativo</i>
	CPF: 040.020.669-24
	Data: 12/02/2020 09:39:34
	• Nome: LUIZ CARLOS GONÇALVES <i>Responsável pelo Controle Interno</i>
	CPF: 601.586.899-68
	Data: 12/02/2020 09:35:59

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **12/02/2020, às 09:42:14**, é:

**03.7W.N2-V**

## Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio <https://siconfi.tesouro.gov.br>, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

**SICONFI 30.QUADRIMESTRE 2019**

Publicação Nº 2354435

**siconfi**Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro**TESOURO NACIONAL****RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL****VERSÃO: v7****VIGÊNCIA: 03/01/2019****Ente: 4204251 - Cocal do Sul/SC****Poder: L - Legislativo****Instituição: 8968 - Câmara de Vereadores de Cocal do Sul - SC****Exercício: 2019****Periodicidade: QUADRIMESTRAL****Período: 3º quadrimestre****Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal****Quadro: Despesa com Pessoal****Rótulo: Padrão****Despesa com Pessoal**

Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)

Pessoal Ativo

Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis

Obrigações Patronais

Benefícios Previdenciários

Pessoal Inativo e Pensionistas

Aposentadorias, Reserva e Reformas

Pensões

Outros Benefícios Previdenciários

Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária

Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração

Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração

Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)

**Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal****Quadro: DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal****Rótulo: Padrão****DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal**

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)

(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V)  
(§13º, art. 166 da CF)

= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)

LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)

LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)

LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)

**Grupo: Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal****Quadro: Notas Explicativas****Rótulo: Padrão****Notas Explicativas**

Notas Explicativas

Notas Explicativas

**Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

**Quadro: Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

**Rótulo: Padrão**

**Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Valores Percentuais

**Grupo: Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

**Quadro: Notas Explicativas**

**Rótulo: Padrão**

**Notas Explicativas**

Notas Explicativas

Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno

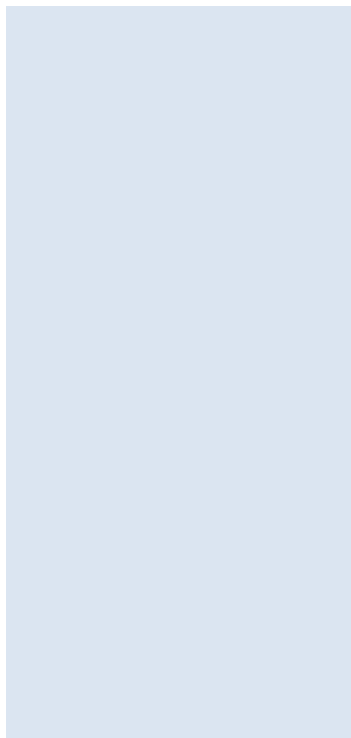
Notas Explicativas

<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>
74.656,23	99.961,40	94.250,85
74.656,23	99.961,40	94.250,85
54.667,73	81.916,19	76.335,26
19.988,50	18.045,21	17.915,59
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
74.656,23	99.961,40	94.250,85



[illegible]

Valores
31/12/2019



<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>
92.631,22	92.783,58	101.134,44
92.631,22	92.783,58	101.134,44
75.086,31	75.086,31	82.700,02
17.544,91	17.697,27	18.434,42
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
92.631,22	92.783,58	101.134,44

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal		
Exercício do Primeiro Período Seguinte		
Primeiro Período Seguinte		
Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)

Despesa Executada com Pessoal		
DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
LIQUIDADAS		
<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>
100.846,88	100.526,88	100.526,88
100.846,88	100.526,88	100.526,88
81.680,23	81.360,23	81.360,23
19.166,65	19.166,65	19.166,65
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
100.846,88	100.526,88	100.526,88

Exercício do Segundo Período Seguinte		
Segundo Período Seguinte		
Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)

<MR-2>	<MR-1>	<MR>
102.544,34	114.410,37	122.166,30
102.544,34	114.410,37	122.166,30
83.119,48	88.648,70	102.033,38
19.424,86	25.761,67	20.132,92
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
102.544,34	114.410,37	122.166,30

TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
1.196.439,37	0,00
1.196.439,37	0,00
963.994,07	0,00
232.445,30	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
0,00	0,00
1.196.439,37	

# Concórdia

## PREFEITURA

### APLICAÇÃO DE SANÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO 171/2018-1

Publicação Nº 2355646

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
APLICAÇÃO DE SANÇÕES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 171/2018-1

Processo Licitatório nº 171/2018  
Tomada de Preço nº 13/2018  
Contratada: LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA ME – CNPJ: 18.403.521/0001-55.

APLICA-SE à empresa LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 18.403.521/0001-55, neste ato representada pelo seu Procurador, senhor Denilson Lorenzatto, portador da Cédula de Identidade nº 3.657.102 SSP/SC e inscrito no CPF sob nº 037.170.289-52, pelo inadimplemento contratual, a sanção de:

- SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, pelo prazo dois anos, conforme disposto no item 15.1.2.3;

- RESCISÃO CONTRATUAL;

- RESSARCIMENTO aos cofres públicos dos valores contratados para realização dos reparos necessários e conclusão da obra, apontados pela Fiscal da Obra, estimados no valor de R\$ 168.137,73 (cento e sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e setenta e três centavos) a ser atualizado após a realização da efetiva contratação, conforme disposto no item 15.1.2.2;

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2020.

NEURI COMIN  
Secretário Municipal de Educação

### DECISÃO DE SINDICÂNCIA PORTARIA Nº 76/2019 E ALTERAÇÃO

Publicação Nº 2354794

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Secretaria Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA  
Portaria nº 76/2019 e alteração

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 3642/2019, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 806/2019, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Sindicância,

Conclui-se que não restou comprovada a culpabilidade do servidor JEAN CARLOS MATTANA, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, devendo ser considerado INOCENTE das imputações que lhe foram atribuídas.

Encaminhe-se cópia desta Decisão à Comissão de Sindicância, Secretaria Municipal de Transportes, à Diretoria de Recursos Humanos e ao Defensor Dativo do servidor, para conhecimento.

Após, comunique-se a Seção de Patrimônio, para providências em relação ao ressarcimento junto à CELESC

Concórdia, SC, 6 de fevereiro de 2020.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA  
Secretária Municipal de Administração

### ERRATA DO EXTRATO DO 3º APOSTILAMENTO CONTRATO Nº 90/2017-PMC

Publicação Nº 2354503

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

**ERRATA DO EXTRATO DO 3º AP  
CONTRATO Nº 90/2017-PMC**

Na publicação do Extrato do 3º AP CONTRATO nº 90/2017 - PMC, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 3039, pág. 517, na data de 28 de janeiro de 2020, onde, Lê-se: "R\$ 14.621,09"; Leia-se: "R\$ 16.747,19".

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2020.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020 - PMC**

Publicação Nº 2354588

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2020**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 29/2019 PMC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 323/2019 PMC

OBJETO: compromisso, para possível aquisição de óleos lubrificantes, graxa, shampoos, detergentes e fluídos de radiadores, para manutenção da frota municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital e proposta comercial da empresa Detentora desta Ata.

VALIDADE: 12 de fevereiro de 2020 à 11 de fevereiro de 2021.

Fiscal técnico-administrativo: VALDOMIRO TAFAREL  
Fiscal técnico-administrativo: NOELI RODRIGUES DA SILVA  
Fiscal técnico-administrativo: MAURO FRIGO  
Fiscal técnico-administrativo: RICARDO ALBERTO DUMMEL  
Fiscal técnico-administrativo: JAIME ESTEVÃO BERNARDI  
Fiscal técnico-administrativo: EDILENE CONTE CHITOLINA

VENCEDORES	
Fornecedor	Itens Vencedores
A.j. Zornitta comercio de filtros – eireli – ME CNPJ: 13.553.143/0001-72	3, 4, 5, 7, 8, 12, 13, 23, 25, 29, 32
Distribuidora de lubrificantes petro oeste eireli – ME CNPJ: 30.572.270/0001-38	14, 17, 18, 19, 20, 26
Lubrifi com. De lub. E filtros ltda CNPJ: 01.558.657/0001-31	2, 6, 9, 11, 15, 16, 21, 24, 27, 30, 31,
Mm comercio de baterias e lubrificantes eireli CNPJ: 30.740.543/0001-06	1, 10
Rodamax comercio de pneus lubrificantes e acessorios ltda ME CNPJ: 20.519.809/0001-31	22, 28

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020 – PMC**

Publicação Nº 2355612

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2020 – PMC

Objeto: Contratação de serviços especializados de engenharia para elaboração de projetos de engenharia rodoviária, em regime de empreitada Global, para recuperação/reabilitação do pavimento de parte de vias urbanas, no centro do Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: AUTOBAHN ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E GEOTECNICA S/S, AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA, CIBELE SERAFINI DA SILVA, DUOVIAS ENGENHARIA LTDA, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, LCAD SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA, MMF PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA. Procedeu-se à abertura do Envelope 01 – Documentação de Habilitação, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão. As empresas AUTOBAHN ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E GEOTECNICA S/S, CIBELE SERAFINI DA SILVA, DUOVIAS ENGENHARIA LTDA, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, LCAD SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA, MMF PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA e PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.3 do Edital, que são Microempresas (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Abertos os envelopes, constatou-se que as licitantes DUOVIAS ENGENHARIA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA,

LCAD SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA e MIGUEL ANGELO GONÇALVES ENGENHARIA apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim as licitantes foram julgadas HABILITADAS. Com exceção das empresas elencadas na sequência, que foram INABILITADAS pelos fatos a seguir expostos: a licitante AUTOBAHN ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIARIA E GEOTECNICA S/S deixou de apresentar os índices contábeis, conforme exigido no item 5.1. alínea "j.1." do edital, conforme segue "A comprovação da boa situação financeira mencionada na alínea "j" será baseada no cálculo (que deverá ser apresentado pela licitante, assinado pelo seu contador) dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG)..." Ainda, deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a elaboração de projetos de recuperação/reabilitação asfáltica em rodovia, conforme exigido no item 5.1. alínea "h.2." do Edital; a licitante AZIMUTE ENGENHEIROS CONSULTORES S/C LTDA apresentou a Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, acompanhada por Certidão do Eproc - Para o tipo Cível, deixando de apresentar a Certidão do Eproc de Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, exigida na alínea "k.1" do item 5.1 do edital, conforme segue "...deverá ser encaminhada a respectiva certidão de registros cadastrados em Sistema Eproc, igualmente para Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial"; a licitante CIBELE SERAFINI DA SILVA deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a elaboração de projetos de recuperação/reabilitação asfáltica em rodovia, conforme exigido no item 5.1. alínea "h.2." do Edital. Destaca-se que o Atestado de Capacidade Técnica emitido pelo Município de São Domingos do Sul não foi considerado para fins de habilitação, uma vez que o mesmo não está acompanhando da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, conforme exigência da alínea "h.2." do item 5.1; a licitante GEOMAPA ENGENHARIA LTDA deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a elaboração de projetos de recuperação/reabilitação asfáltica em rodovia, conforme exigido no item 5.1. alínea "h.2." do Edital; a licitante MMF PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA apresentou a certidão exigida no item 5.1, alínea "k" do edital, ou seja, "Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante" com data de validade expirada. Reforça-se que o Edital dispõe em seu item 5.5. que no caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal ou Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos contados a partir da data de sua emissão. Assim, tendo a certidão com emissão em data 03 de junho de 2019, a mesma encontra-se vencida desde a data de 01 de setembro de 2019. Ainda, deixou de cumprir o disposto na alínea "j.1", do item 5.1, do edital, que dispõe que "A comprovação da boa situação financeira mencionada na alínea "k" será baseada no cálculo (que deverá ser apresentado pela licitante, assinado pelo seu contador) dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG)..." Destaca-se que, apesar de terem sido apresentados os índices exigidos, os mesmos não contém a assinatura do contador, conforme exigência. E ainda, deixou de apresentar Atestado de Capacidade Técnica que comprove a elaboração de projetos de recuperação/reabilitação asfáltica em rodovia, conforme exigido no item 5.1. alínea "h.2." do Edital; a licitante PB & M CONSULTORIA E MEIO AMBIENTE LTDA deixou de apresentar a Certidão de Registros Cadastrados em Sistema Eproc para Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, conforme determina o item 5.1. alínea "k.1." do Edital, uma vez que a Certidão de Falência nº 7166368 apresentada pela licitante condiciona "A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc...". Ressalta-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados pelas Engenheiras Civas Senhora Marilu Matiello, CREA/SC 57.044-1 e Senhora Regina Aparecida Fornari Tecchio, CREA/SC 85.591-6, pertencentes ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia. A Presidente solicitou que fosse registrado que o resumo do julgamento da fase de habilitação deste certame será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação. Por fim, ressalta-se que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 14h do próximo dia 24 de fevereiro de 2020, para participar da sessão de abertura de sua Proposta de Preços (Envelope nº 02).

Concórdia, SC, 12 de fevereiro de 2020.

CAMILA CRISTINA MARINHO VIEIRA NOGUEIRA  
Presidente da CPL

## HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019 FIA

Publicação Nº 2355246

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação  
Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA

### HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2019 FIA

O FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º Andar, Edifício Office Concórdia, Centro, Concórdia, SC, por intermédio do seu Conselho, torna público o resultado definitivo da fase de seleção do Edital de Chamamento Público nº 1/2019, de 30 de setembro de 2019, homologando a seleção dos projetos das Entidades abaixo relacionadas:

- I – Esporte Clube Canarinho
- II – Equipe Co-Gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann - ECOPEF
- III – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- IV – Fundação Adolpho Bósio de Educação no Transporte – FABET
- V – Associação Concordeense de Futsal
- VI – Associação de Serviços Social Voluntários de Concórdia

Concórdia – SC, 23 de dezembro de 2019.  
ANA MARIA SELLA DA SILVA  
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



**PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO**

Publicação Nº 2354140

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO**

Do Processo nº 170/2020, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** e a **SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA**, para execução do serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias na modalidade Casa de Passagem.

**DO TERMO**

No dia 05 de fevereiro de 2020, o **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA** através do **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, com sede na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, 926, 3º Andar, Edifício Office Concórdia, Centro, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Gestor, senhor JAIME ESTEVÃO BERNARDI, doravante denominado **FUNDO MUNICIPAL** e a **SOCIEDADE CASA DE APOIO MÃO SOLIDÁRIA**, inscrita no CNPJ sob nº 12.505.298/0001-70, com sede na Rua João Mosele, nº 94, Centro, neste ato representada pela sua Presidente, senhora LENIR TEREZINHA KOBBS inscrita no CPF sob nº 035.338.519-07 residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominado **PARTÍCIPE**, ajustam celebrar o presente Termo de Colaboração, com fundamento na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, conforme procedimentos documentados no processo administrativo nº 170/2020, sujeitando-se, no que couber, às normas das Leis Federais nºs. 13.019/2014, de 31 de julho de 2014 e alterações e Decreto Municipal nº 6.183 de 06 de abril de 2017, bem como das cláusulas e condições seguintes:

**PREVÊ QUE:**

CLÁUSULA TERCEIRA, § 2º “O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original”.

**Fica alterado, na forma abaixo os itens 8 e 10 do Plano de trabalho:**

**8.Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado**

Pagamento assistente social e encargos: R\$ 28.975,88  
Pagamento cuidador social e encargos: R\$ 19.144,75  
Pagamento zelador noturno e encargos: R\$ 21.391,44  
Pagamento cozinheiro (a) e encargos: R\$ 20.278,31  
Aluguel: R\$ 20.856,00  
Rede de esgoto: R\$ 360,00  
Contabilidade: R\$ 3.096,00  
Água: R\$ 2.520,00  
Energia Elétrica: R\$ 4.140,00  
Internet/telefone: R\$1.198,80  
Material de consumo gás: R\$ 3.150,00  
Material de Expediente: R\$ 620,00

Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 926, Edifício Office Concórdia, Centro | Concórdia – SC | CEP 89700-073 | CNPJ: 11.585.795/0001-63 - Fone: (049) 3442-1532 | e-mail: sedes.social@concordia.sc.gov.br

FL. 1/2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Material de higiene e limpeza: R\$ 12.082,50  
 Gêneros alimentícios: R\$ 32.191,35  
 Total: R\$ 170.005,03

- O valor total envolvido para a execução do Serviço será de R\$ 170.005,03, sendo que R\$ 110.000,00, será repassado pelo Poder Público e R\$ 60.005,03 de recursos próprios.

**10. Plano de Aplicação** (com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados. Cada categoria/natureza de despesa deve apresentar especificações técnicas, bem como justificativas para a necessidade de contratação e/ou aquisição do ora solicitado, além de três orçamentos)

Natureza da Despesa	Especificações	Valor despendido
<b>Pagamento de Pessoal</b>	Assistente Social (ensino superior) Cuidador Social (ensino médio) Zelador noturno (fundamental incompleto) Cozinheira (fundamental incompleto) Encargos	<b>R\$ 110.000,00</b>
<b>Serviços de terceiros</b>	Aluguel Rede de esgoto Contabilidade Água Energia Elétrica Internet/telefone	
<b>Despesas de custeio</b>	Gêneros alimentícios Material de higiene e limpeza Material de expediente Despesas de consumo (gás)	
<b>Total R\$</b>		<b>R\$ 110.000,00</b>

Concórdia/SC, 05 de fevereiro de 2020.

**JAIME ESTEVÃO BERNARDI**  
 Gestor do Fundo Municipal de  
 Assistência Social

**LENIR TERESINHA KOBS**  
 Presidente da Sociedade Casa de  
 Apoio Mão Solidária

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### ATA HABILITAÇÃO PROC. 159/2019

Publicação Nº 2356148

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.E: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	CONCORRÊNCIA Nr.: 5/2019 - CC
	Processo Administrativo: 159/2019 Processo de Licitação: 159/2019 Data do Processo: 19/12/2019
Folha: 1/2	

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DE EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO 6/2020 (Sequência: 1)

Ao(s) 12 de Fevereiro de 2020, às 09:30 na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto no 888, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório no Licitação no . 5/2019 - CCC na modalidade de Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo: ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA e LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão: Às 09h30min do dia doze (12) de fevereiro de 2020, na sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto 888/2018, sob a presidência do Sr. Flaviano Perim, estando presentes os membros André Rodrigues e Nilvete A. S. Atuatti, com o objetivo de dar início ao procedimento licitatório n a 159/2019, Concorrência no 05/2019. Inicialmente, o presidente cumprimentou os membros da comissão e os representantes das licitantes credenciadas ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, L E Z COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA. Ademais, consta-se em ata que os representantes das demais licitantes credenciadas, ou seja, MGM CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS LTDA e LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA não se fizeram presentes na sessão. Logo após, foram rubricados os envelopes apresentados pelas licitantes para constatação de sua inviolabilidade e posteriormente abertos os envelopes contendo os documentos de habilitação das mesmas. Igualmente, ao serem questionados em haver algum apontamento quanto à documentação das licitantes, o representante da empresa ENERGIZA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA se manifestou positivamente conforme documento anexo. Sendo assim, neste momento, pela complexidade técnica específica do objeto do certame concomitante ao rol elevado de documentos requeridos a comissão decide suspender a sessão para realizar a análise minuciosa das documentações de habilitação junto à engenharia municipal que não pode se fazer presente. Consta-se em ata o número de folhas dos documentos de habilitação das licitantes: (ENERGIZA fls 01 a 79); (L E Z fls. 01 a 66); (MGM fls. 01 a 54); já a empresa LIGHT NIGHT foi a única licitante que não enumerou as páginas conforme orientação do edital. Por fim, as licitantes ficam convocadas para retomada da presente sessão e julgamento da fase de habilitação na data de 13 de fevereiro de 2020 às 14h00min junto à sala do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta.

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROC. 28/2020 PREGÃO PRESENCIAL 09/2020

Publicação Nº 2354498

Estado de Santa Catarina  
Município de Cordilheira Alta  
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, representado por seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 28/2020  
Pregão Presencial 09/2020  
Tipo: Menor preço Global

Objeto: A presente licitação tem por objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA PRODUZIR, ORGANIZAR E PROMOVER AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO XXVIII ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 28/02/2020.



Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 28/02/2020.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br). Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100. Cordilheira Alta, 12 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

## DECRETO N. 089/2020

Publicação Nº 2356117

DECRETO Nº 89/2020

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 006/2019, com resultado final homologado em 23 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, a partir do dia 11 de fevereiro de 2020, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. ANA PAULA KOLING, na função de Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º A servidora se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

## DECRETO N. 88/2020

Publicação Nº 2356112

DECRETO Nº 88/2020

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 006/2019, com resultado final homologado em 23 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratada, a partir do dia 11 de fevereiro de 2020, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. MARIZELA SILVANA RAMON, na função de Professor de Ensino Fundamental 1º ao 5º Ano, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A servidora se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e n. 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

**PORTARIA N. 41/2020**

Publicação Nº 2356098

PORTARIA Nº 41/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos ao servidor municipal Sr. MAICON ADÃO DEFILTRO matricula n. 1337101, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/04/2018 a 15/04/2019, que serão gozadas a partir do dia 11/02/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 10 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAICON ADÃO DEFILTRO  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

**PORTARIA N. 42/2020**

Publicação Nº 2356099

PORTARIA Nº 42/2020

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos a servidora municipal Sra. ALCINEI APARECIDA BREANCINI matricula n. 1340503, ocupante do cargo de Assessor de Secretaria, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20/02/2019 a 19/02/2020, que serão gozadas a partir do dia 02/03/2020.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 10 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALCINEI APARECIDA BREANSINI  
Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020

**PORTARIA N. 43/2019**

Publicação Nº 2356100

PORTARIA Nº 43/2020

“CONCEDE ADICIONAL DE PROGRESSÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 e seguintes da Lei Complementar n. 92/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica concedido adicional de 5% (cinco por cento) sobre o vencimento do cargo que ocupa, a título de Progressão por Grau de Instrução, ao servidor municipal VALDEMAR NECKER DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 1337601, de acordo com o diploma de conclusão do curso regular de ensino médio em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 10 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA N. 44/2020**

Publicação Nº 2356101

PORTARIA Nº 44/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Silvana Magioni Favero, matrícula nº474901, ocupante do cargo de Controladora Interna, 40 horas, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 11 de fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA N. 45/2020**

Publicação Nº 2356102

PORTARIA Nº 45/2020

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal Patrícia Strada Machado, matrícula nº1349703, ocupante do cargo de Diretor Geral de Administração, 40 horas, lotada na Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020 DE MÉDICO CLÍNICO GERAL

Publicação Nº 2354463

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2020

EDITAL Nº 02/2020

Homologação do resultado FINAL.

O Município de Coronel Freitas representado pelo Senhor IZEU JONAS TOZETTO, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Edital de Chamamento Público, HOMOLOGA o resultado final, relativo ao processo seletivo simplificado nº 02/2020, conforme a seguir:

- 1º Lugar: Renan Baseggio Ubiali , Ficha de Inscrição nº 01;
- 2º Lugar: Fernando Bertotto Filho, Ficha de Inscrição nº 02;
- 3º Lugar: Liamara Petrolí, Ficha de Inscrição nº 03.
- 4º Lugar: Julia Barriquello, Ficha de Inscrição nº 04

Coronel Freitas – SC 11 de Fevereiro de 2020.

IZEU JONAS TOZETTO  
Prefeito Municipal

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### AVISO DE ABERTURA DE CREDENCIAMENTO FUNSAU N. 01/2020, FISIOTERAPEUTA

Publicação Nº 2355261

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC

PROCESSO LICITATÓRIO FUNSAU N. 02/2020

MODALIDADE: EDITAL DE CREDENCIAMENTO FUNSAU Nº 001/2020

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório de Credenciamento de Profissionais especializados e habilitados para prestação de serviços de Fisioterapia, com a Finalidade de suprir as necessidades do Fundo Municipal de Saúde no atendimento de pacientes acamados e com mobilidade reduzida do Município de Coronel Martins. Os interessados devem se credenciar junto à Prefeitura Municipal de Coronel Martins-SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta-feira.

O edital de Credenciamento esta disponível no Site do Município.

Coronel Martins - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Kaue Paulo Schuster  
Pregoeiro

### ERRATA DECRETO 024/2020

Publicação Nº 2354836

ERRATA REFERENTE O DECRETO Nº. 024, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

A presente Errata consiste na Alteração no teor do Decreto nº 024, de 28 de Janeiro de 2020, onde lê-se:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Jackson Arnildo de Oliveira ocupante de cargo de provimento Comissionado de Assessor de Secretaria, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 31/01/2020

Leia-se:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor Público Municipal Sr. Jackson Arnildo de Oliveira ocupante de cargo de provimento Comissionado de Assessor de Gabinete, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 31/01/2020

Art. 1º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 10 de Janeiro de 2020

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal



# Correia Pinto

## PREFEITURA

### ATA 001/2020 CMDCA

Publicação Nº 2354169

RETIFICAÇÃO DA ATA Nº 01/2020  
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMDCA – 05.02.2020

Os Conselheiros abaixo firmados, fazem nesta oportunidade a retificação da ATA da reunião ordinária do CMDCA datada de 05.02.2020 para constar no tópico destinado a deliberar sobre a análise de projetos apresentados na forma do edital do FIA conforme resolução nº 36 de 20 de novembro de 2019, o valor do projeto BOMBEIRO MIRIM NA ESCOLA apresentado pela ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIO DE CORREIA PINTO – CNPJ 04.802.642/0001-65 tendo por base termo de retificação de parecer expedido pela comissão especial de avaliação e seleção afim de fazer constar o valor de R\$ 17.802,00 (dezessete mil oitocentos e dois reais) em substituição ao valor de R\$ 14.931,60 (quatorze mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

Sem mais para o momento, firmam o presente documento.

Correia Pinto, 05 de fevereiro de 2020.

Eder Mesquita  
Coordenador do CMDCA

**RESOLUÇÃO 040/2020**

Publicação Nº 2354892

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO****RESOLUÇÃO 40 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2.020 - CMDCA**

*Regulamenta chamamento público através de parceria por meio do Edital de Chamada Pública FIA nº 01.2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC, que seleciona projetos de Organizações Governamentais e Não-Governamentais a serem financiados com recursos do FIA.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, e à deliberação realizada em reunião ordinária, no dia 05 de fevereiro de 2.020;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal para a Infância – FIA, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014, conhecida como Lei do Marco Regulatório das Organizações Sociais e que aplica-se também às parcerias firmadas pelo FIA com organizações não-governamentais, bem como o Decreto Municipal nº. 1.224/2017;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução 137 do CONANDA que estabelece regras para a aplicação dos recursos do FIA;

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Publicar e formalizar através desta resolução o Edital do FIA nº 01/2020, para selecionar PROJETOS de organizações Governamentais ou Não-Governamentais que tenha por objeto a concessão e apoio para projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei nº. 8.069/1990 e alterações, a Resolução nº. 137/2010 do CONANDA e a Resoluções do CMDCA de Correia Pinto, através da formalização de parceria por meio de Termo de Colaboração, firmado entre o Município de Correia Pinto e as Organizações da Sociedade Civil (OSC).

**Art. 2º.** Esta Resolução entra em vigor na data da publicação no site oficial da Prefeitura Municipal de Correia Pinto na internet com todos os seus anexos e revogando-se as disposições em contrário.

Correia Pinto, 12 de fevereiro de 2.020.

**Eder Mesquita**  
Coordenador do CMDCA

**Rita de Cássia Alves Júlio**  
Gestora FIA  
Secretária M. de Assistência Social e Habitação



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

### **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2020- FIA**

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO - SC, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com fulcro na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Municipal nº. 1.224/2017, torna público o presente Edital de Chamamento Público convocando as Organizações da Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDCA, a apresentarem **projetos voltados à promoção, à proteção e à defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem financiados pelo Fundo da Infância e Adolescência (FIA) de Correia Pinto**, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

#### **1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1.** O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da internet, no site da Prefeitura Municipal de Correia Pinto: **[www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br)** no banner CMDCA.

**1.2.** As impugnações aos termos do presente Edital de Chamamento Público poderão ser impetradas por qualquer cidadão ou Organização da Sociedade Civil (OSC), devendo o pedido ser protocolado até 10 (dez) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos projetos, no endereço constante no item 1.5, sendo processadas e julgadas pela Comissão de Seleção no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**1.3.** Caso seja acolhida a petição contra os termos do presente Edital, será designada nova data para a realização do Chamamento Público, do contrário o procedimento segue o calendário previamente estabelecido.

**1.4.** Todos os prazos a serem seguidos estão definidos no Anexo I, deste Edital.

**1.5.** Os recursos, contrarrazões de recurso, e impugnação deste Edital, bem como juntada de documentos aos autos do processo, deverão ser dirigidos à Comissão de Seleção e protocolados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, localizada na Rua Vitória Régia, bairro Pró-flor, Município de Correia Pinto/SC, em dias úteis, no horário das **08h às 12h e das 13:30h às 17:30h**.

**1.6.** O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei nº. 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações, pelo Decreto Municipal 1.224/2017, Resolução 137 do CONANDA e pelos demais normativos aplicáveis, bem como, pelas condições previstas neste Edital.

**1.7.** As Organizações da Sociedade Civil interessadas em participar do presente Chamamento Público poderão solicitar esclarecimentos pertinentes a interpretação deste Edital, diretamente na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH.

#### **2. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO**



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

**2.1.** A Comissão de Seleção é a instância apta para proceder à análise e seleção dos projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), sendo assim composta:

- a) Devir de Jesus Oliveira;
- b) Joelma Neto de Liz;
- c) Silvia Cardoso da Silva;
- d) Maria Alice Borges de Lima Vaisam
- e) Ricardo Antonow Júnior
- f) Leonardo Pereira de Liz

**2.2.** A Comissão fará a análise dos projetos no **prazo de até 05 (cinco) dias**, apresentando parecer que será encaminhado para deliberação final do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

**2.3.** Será impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades participantes do chamamento público. (art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº. 13.019/2014 e alterações), razão que, ocorrendo a apresentação de projeto pela organização ao qual ocorra o vínculo com integrante da comissão especial, no ato do protocolo do projeto, deverá o conselheiro dar-se por impedido, cabendo ao CMDCA a nomeação de seu substituto, mantendo-se todas as decisões da comissão até o protocolo da proposta.

**2.4.** A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital (art. 27, §§ 1º a 3º, da Lei nº 13.019/2014 e alterações).

**2.5.** A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões.

**2.6.** Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

### **3. DO OBJETO**

**3.1.** Constitui objeto deste Chamamento Público a concessão e apoio a projeto de cunho social, complementar ou inovador, voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o que estabelece o Estatuto da Criança e do



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

**Adolescente (ECA) - Lei nº. 8.069/1990 e alterações, a Resolução nº. 137/2010 do CONANDA e a Resoluções do CMDCA de Correia Pinto, através da formalização de parceria por meio de Termo de Colaboração, firmado entre o Município de Correia Pinto e as Organizações da Sociedade Civil (OSC).**

**3.2.** Será selecionado por meio deste Edital número ilimitado de propostas dentro da disponibilidade financeira disponível neste edital. Havendo propostas inscritas e aprovadas, classificadas além da disponibilidade financeira, serão convocadas em caso de rescisão ou desistência da organização melhor classificada que tenha firmado termo de parceria ou convocada e não tenha logrado êxito no atendimento às exigências deste procedimento.

**3.3.** Somente serão selecionados projetos que contemplem ações voltadas à Política dos Direitos da Criança e do Adolescente e que estejam em consonância com os eixos de atuação propostos prioritariamente com as proposições relacionadas no relatório final da última Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**3.4.** Os projetos apresentados deverão atender crianças e/ou adolescentes residentes no município de Correia Pinto, fortalecendo a promoção de avanços efetivos nas Políticas Municipais de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **4. PRINCÍPIOS E TEMAS A SEREM ABORDADOS NO PROJETO**

**4.1.** O projeto deverá trabalhar no mínimo um dos seguintes temas e princípios:

- a)** Prevenção da violência e exploração sexual infanto-juvenil;
- b)** Prevenção, proteção e atenção às crianças e adolescentes que façam uso de substâncias psicoativas;
- c)** Convivência e Fortalecimento de Vínculos Familiares e Comunitários;
- d)** Inclusão social para crianças e adolescentes com deficiências;
- e)** Estímulo à alimentação saudável e consciente;
- f)** Estímulo às atividades esportivas e de lazer que promovam a inclusão social de crianças e adolescentes;
- g)** Publicidade e divulgação dos direitos da criança e do adolescente;
- h)** Estímulo ao protagonismo infanto-juvenil, com ênfase em crianças e adolescentes com deficiência física e/ou intelectual;
- i)** Estímulo a produção literária, cinema, cultural e educacional de crianças e adolescentes;



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

j) Atendimento as demandas previstas no relatório da Conferência da Criança e do Adolescente;

### **5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

**5.1.** Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSC), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” e/ou “c”, da Lei nº 13.019/2014 e alterações,

a) Entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) As sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c) As organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

#### **e que atendam aos seguintes requisitos:**

a) no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização e desenvolvimento de atividades voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes no Município de Correia Pinto;

c) objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado; e

d) **inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) do Município de Correia Pinto, conforme Resolução do CMDCA nº. 001/2017, que poderá ser requerida juntamente com a apresentação da proposta desde Edital, oportunidade que será avaliado em conjunto pela mesma comissão de seleção de projetos emitindo parecer sobre ambas as**



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

**propostas (requerimento de registro e projeto), ficando a aprovação do projeto pelo Plenário do CMDCA condicionada a aprovação do registro da organização que poderá ser na mesma oportunidade.**

**5.2.** É vedada a participação no presente Chamamento Público de Organização da Sociedade Civil (OSC) que tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública do Município de Correia Pinto, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau conforme art. 39 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações bem como demais vedações previstas naquele capítulo.

**5.3.** A Organização da Sociedade Civil deverá declarar, conforme Anexo II, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

**5.4.** A documentação e projetos deverão ser apresentados sem emendas ou rasuras.

**5.5.** Somente poderão rubricar documentos e projetos, apresentar reclamações, impugnações, recursos, fazer questionamentos, assinar atas e parcerias, o representante da proponente devidamente credenciado perante a Comissão de Seleção, devendo ser apresentado à comissão uma cópia do Estatuto Social em vigor da OSC (com alterações) e cópia da ata de eleição e posse, se for o caso.

**5.6.** Ficarão impedidas de participar no presente Edital, as Organizações da Sociedade Civil que não atenderem as exigências da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, bem como aquelas impedidas de contratar ou celebrar contratos e parcerias com a Administração Pública.

### **6. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS DISPONÍVEIS**

**6.1** As despesas decorrentes deste Edital correrão à conta das dotações orçamentárias abaixo especificadas:

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA - Projeto/Atividade: Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência

**6.2** O valor disponível para o atendimento às despesas decorrentes do presente Edital é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que serão destinados ao financiamento do(s) projeto(s) selecionado(s).

**6.3** Não há limites de valores por projeto.

**6.4** Caberá à comissão de seleção avaliar cada item individualmente de despesa relacionado no projeto, classificando-os de acordo com o entendimento do CMDCA em relação as despesas de investimento e custeio.





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

**6.5** É possível que a organização apresente mais de uma proposta, sendo que, serão as propostas classificadas de acordo com a melhor nota atribuída ao projeto pela comissão de seleção na forma deste Edital, reclassificando (após a atribuição de nota em todas as propostas selecionadas), uma proposta por organização, sendo que, a organização que tenha apresentado mais de um projeto, terá a segunda proposta classificada ao final da lista, pela nota, priorizando o atendimento de pelo menos um projeto por organização até o limite financeiro disponível neste Edital.

### **7. DAS DESPESAS**

**7.1.** Poderão ser realizadas despesas, elencadas no art. 46 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, de custeio e investimento, desde que vinculadas **exclusivamente** ao objeto do projeto, sem prejuízo de outras despesas a:

- a)** remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, sendo que o pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.
- b)** diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- c)** custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
- d)** aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

**7.2.** A aquisição de materiais permanentes (investimento) deverá ter o desembolso, previsto no projeto aprovado, ocorrerá preferencialmente na primeira parcela a ser repassada após a celebração da parceria.

**7.3.** A aquisição de materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria será gravada com cláusula de inalienabilidade, formalizando a promessa de transferência da propriedade à administração pública ao término da parceria ou de sua denúncia.

**7.4.** Além das vedações previstas na Resolução Conanda nº. 137/2010, na Lei 13.019/2014,





## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

fica vedada a aquisição de veículos automotores, computadores, notebooks e os descritos no item 7.5, cabendo à Comissão Especial de Seleção avaliar o nexa entre o projeto apresentado e a despesa a ser realizada.

**7.5.** Não serão financiados os seguintes gastos:

- a)** pagamento de taxas de gestão/administração ou provisões;
- b)** pagamento de juros ou multas de qualquer espécie;
- c)** aquisição de imóveis;
- d)** elaboração de projetos;
- e)** indenizações;
- f)** despesas ou investimentos realizados e/ou contratados antes da formalização do instrumento contratual;
- g)** despesas com pessoal permanente ao quadro funcional das OSC, não vinculado ao projeto;
- h)** gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da administração pública federal, estadual e municipal ou do distrito federal, que esteja lotado ou em exercício em qualquer dos entes partícipes.
- i)** Cerimonial (Exemplos: coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia, etc.);
- j)** Custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (Exemplos: luz, água, telefone, aluguel de imóvel, etc.) não vinculados ao projeto;
- k)** Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda, pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade não vinculados ao projeto.

## **8. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### **8.1 Da Organização da Sociedade Civil - OSC**

- a)** Executar o projeto pactuado;
- b)** Conferir os recursos recebidos de acordo com as parcelas definidas no Plano de Aplicação;



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

- c) Solicitar esclarecimentos e informações ao CMDCA sempre que houver necessidade;
- d) Notificar o CMDCA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto desta parceria, objetivando sua correção;
- e) Prestar contas dentro dos prazos e padrões estabelecidos.
- f) Realizar toda movimentação financeira do projeto em **CONTA CORRENTE ESPECÍFICA EXCLUSIVA**;
- g) Realizar todos os pagamentos mediante **TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE VALORES ou PAGAMENTO DE BOLETOS DE FORMA ELETRÔNICA**;
- h) Todas as despesas devem ser realizadas mediante a emissão de Nota Fiscal Eletrônica, devendo ser vistada pelo Presidente da OSC e pelo Responsável pelo projeto;
- i) Providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade e **no local onde acontecerá o projeto** além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: **PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA)**. Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

### 8.2 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.2.1 A organização que tiver projeto selecionado e firmar termo de parceria, devem prestar contas, com toda a documentação comprobatória das alegações, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sito a Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, até trinta dias após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionada à aprovação da penúltima parcela. A prestação de contas final deverá contemplar todas as etapas do projeto e ser apresentada em conjunto com a da última parcela.

8.2.2 Fica garantido ao FIA a retenção de parcelas até o saneamento de impropriedades constatadas na forma dos incisos do Artigo 48 da Lei 13.019/2014. Sendo:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

8.2.3 Caso o projeto seja desenvolvido em período que ultrapasse o exercício fiscal (31/12), a organização deverá prestar contas dos valores recebidos e dos objetivos alcançados até a data, sem prejuízo da prestação de contas referentes as parcelas recebidas e futuras.

8.2.4 A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA que ao receber, designará comissão formada de 3 (três) membros conselheiros, que no prazo de 15 (quinze) dias emitirá parecer acerca do cumprimento dos objetivos e metas apresentadas no plano de trabalho, além de outros requisitos relacionados no artigo 59 da Lei 13.019/2014.

8.2.5 Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de materiais de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

8.2.6 No caso de cursos e palestras deverá ser apresentada lista de presença dos participantes com número do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

8.2.7 Ressalta-se que **na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto.** E ainda a prestação de contas deve obedecer a Instrução Normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei 8.666/1993 e outras da Controladoria do Município.

8.2.8 A prestação de contas relativa à execução do termo de parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios que deverão ser emitidos pela organização executora:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

8.2.9 O CMDCA após receber o parecer da comissão de avaliação e monitoramento, julgará as contas apresentadas pela organização executora e, fará publicar o resultado conclusivo das contas prestadas.

8.2.10 As prestações de contas serão analisadas de acordo com o disposto nos artigos 63 a 72 da Lei 13.019/2014, prevalecendo as definições especiais e mais restritivas prescritas neste Edital.

### 8.3 Do CMDCA e da SMASH

- a) Dar amplo e irrestrito acesso a Organização da Sociedade Civil – OSC ao Edital com o objetivo de prover a OSC, informações essenciais para o cumprimento do objeto pactuado;
- b) Prestar esclarecimentos e dirimir dúvidas que possam vir a surgir durante a execução do objeto da parceria;
- c) Através da comissão de fiscalização e acompanhamento do projeto promover visitas técnicas afim de comprovar a realização das atividades propostas.
- d) Analisar e emitir parecer sobre a prestação de contas financeira e do cumprimento de metas e objetivos.

### 9. DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS E DOCUMENTOS

9.1. O representante legal da Organização da Sociedade Civil deverá apresentar os documentos necessários para a apresentação de projetos afim de comprovarem sua condição, e ainda praticar todos os atos inerentes ao certame.

9.2. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

9.3. Pessoa designada pela Comissão para receber as propostas e as OSC's deverão rubricar todos os documentos apresentados bem como os envelopes lacrados, contendo os projetos e os documentos de habilitação, que ficarão sob a análise da Comissão.

9.4. Os Envelopes contendo **os projetos E documentos de habilitação** deverão ser entregues lacrados pela Organização da Sociedade Civil (OSC), preferencialmente em papel opaco, no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital e conforme modelo abaixo:

ENVELOPE Nº 01 PROJETO	ENVELOPE Nº 02 DOCUMENTOS HABILITAÇÃO
Município de Correia Pinto Edital de Chamamento Público n 06/2019 Razão Social/CNPJ:	Município de Correia Pinto Edital de Chamamento Público n 06/2019 Razão Social/CNPJ:



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

Representante:	Representante:
Telefone:	Telefone:
E-mail:	E-mail:

**9.5.** Os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- a) Cópias reprográficas legíveis; e
- b) dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar.

**9.6.** A abertura dos envelopes será realizada na data prevista no anexo em sessão pública pela Comissão de Seleção de Chamamento Público.

**9.7.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o Chamamento Público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

### **10. DA SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DOS PROJETOS**

**10.1.** Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão Especial de Seleção analisará os projetos apresentados pelas OSC's. A análise e o julgamento de cada projeto serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

**10.2.** A Comissão Especial de Seleção terá o prazo estabelecido no Anexo I para conclusão da análise das propostas e emissão de parecer para deliberação do CMDCA e posterior divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

**10.3.** Os projetos deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos a seguir:

<b>Critérios de Julgamento</b>	<b>Metodologia de Pontuação</b>	<b>Pontuação Máxima por Item</b>
(A) Informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas.	<ul style="list-style-type: none"><li>- Grau pleno de atendimento (0,7 pontos)</li><li>- Grau satisfatório de atendimento (0,3 pontos)</li><li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).</li></ul> OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

(B) Adequação da proposta aos objetivos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno de adequação (1,75).</li> <li>- Grau satisfatório de adequação (1,25).</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.</p>	3,0
(C) Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre essa realidade e a atividade ou projeto proposto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno da descrição (0,8).</li> <li>- Grau satisfatório da descrição (0,2).</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.</p>	1,0
(D) Qualidade do projeto quanto ao seu caráter inovador, humanitário e contribuidor para a garantia dos direitos da criança e do adolescente do município.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno da descrição (3,5).</li> <li>- Grau satisfatório da descrição (0,5).</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0).</li> </ul>	4,0
(E) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (0,8).</li> <li>- Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (0,2).</li> <li>- O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0).</li> </ul> <p>OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da OSC.</p>	1,0
<b>Pontuação Máxima Global</b>		<b>10,0</b>

**10.4.** A falsidade de informações nos projetos, em relação aos critérios de análise destes, deverá acarretar a eliminação da OSC, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

**10.5.** A OSC deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (e), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador (es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

**10.6.** Serão eliminados os projetos que:

- a) tiverem a pontuação atribuída total inferior a 6,0 (seis) pontos;
- b) que estejam em desacordo com o Edital; e
- c) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão Especial de Seleção além de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira do projeto, inclusive à luz do orçamento disponível.

**10.7.** Será obrigatoriamente justificada a seleção de projeto que não for o mais adequado ao valor de referência constante neste Edital Chamamento Público, considerando sua relevância e impacto no fortalecimento da política pública dos direitos da criança e do adolescente (art. 27, §5º, da Lei nº. 13.019, de 2014 e alterações).

**10.8.** A Comissão de Seleção e o CMDCA divulgarão o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial da Prefeitura Municipal de Correia Pinto cujo site é [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), iniciando-se o prazo para recurso.

### **11. DO RECURSO**

**11.1** As Organizações da Sociedade Civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de **03 (três) dias úteis** contados da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão do projeto.

**11.2** As Organizações da Sociedade Civil poderão abrir mão do prazo recursal de forma expressa mediante declaração.

**11.3** Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, os projetos selecionados serão homologados, divulgados e publicados na página do sítio oficial do Município de Correia Pinto.

**11.4.** A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº. 13.019, de 2014 e alterações).

### **12. DA CELEBRAÇÃO**

**12.1** Para celebração da parceria será convocado o representante da entidade cujo projeto foi aprovado por deliberação do CMDCA, para no prazo de 10 (dez) dias, apresente seu Plano de Trabalho conforme modelo Anexo VIII neste Edital, caso não tenha sido apresentado junto com o projeto.

**12.2** Poderão ser solicitados a realização de ajustes no Plano de Trabalho, observados os termos e as condições do projeto e do Edital. O prazo para realização de ajustes será de 10





## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

(dez) dias úteis, contado da data de recebimento da solicitação apresentada a OSC.

### **13. DA HABILITAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO - (RELAÇÃO DO DOCUMENTOS ALÉM DO PROJETO CONFORME ANEXOS E ORÇAMENTOS)**

**13.1.** A OSC deverá apresentar no momento da apresentação do projeto, documentação afim de comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no art. 2º, incisos I a Vi; do caput do art. 33 e nos incisos II a VII, do caput do art. 34 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

**a)** Cópia do Estatuto Social registrado em Cartório e suas alterações, conforme com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações sendo indispensável que contenha:

- Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;
- Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;
- Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

**b)** Cópia da ata eleição e posse da diretoria em exercício;

**c)** Declaração de funcionamento regular da instituição atestado por Autoridade Municipal;

**d)** Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;

**e)** Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Tesoureiro da entidade ou cargo equivalente;

**f)** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, 1 ano;

**g)** Comprovações de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

- Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública,





## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

- Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
- Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;
- Currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
- Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou
- Prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil.

**h)** Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

**i)** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

**j)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

**k)** Certidão Negativa de Débitos Estaduais;

**l)** Certidão Negativa de Débitos Municipais;

**m)** Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, conforme o Estatuto Social, contendo: endereço, telefone, e-mail, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas, de cada um deles; na forma do Anexo IV, deste Edital;

**n)** Cópia de documento que comprove que a Organização da Sociedade Civil funciona no Município de Correia Pinto e no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

**o)** Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, com informação de que a Organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, as quais deverão estar descritas no documento, na forma do Anexo V;

**p)** Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, sobre a



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

existência de instalação e outras condições materiais da Organização para execução da parceria;

q) Declaração do representante legal da Organização da Sociedade Civil, com fulcro no art. 27 do Decreto nº. 8.726/2016, na forma do Anexo VI.

**13.2.** Não serão aceitos protocolos, declarações ou documentos afins para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das instituições proponentes.

**13.3.** No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parcerias, o CMDCA realizará as consultas necessárias para verificar se há informações sobre a ocorrência impeditiva à referida celebração;

**13.4.** Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Organização da Sociedade Civil (OSC) será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de não celebração da parceria.

**13.5.** No período entre a apresentação da documentação prevista na fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a Organização da Sociedade Civil (OSC) fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

### **14. DOS AJUSTES DO PLANO DE TRABALHO**

**14.1** Poderão ser solicitados ajustes no Plano de Trabalho, observados os termos e as condições do projeto e do Edital.

**14.2** O prazo para realização dos ajustes **será de 10 (dez) dias corridos**, contados da data de recebimento da solicitação encaminhada à Organização da Sociedade Civil, que será posterior a publicação do resultado final do Chamamento Público.

### **15. DA ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

**15.1** A OSC que tiver seus projetos e documentos habilitados, assinarão o Termo de Colaboração, conforme minuta constante no Anexo VII, em dia e hora determinado na notificação que será encaminhada.

**15.2.** A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do projeto por deliberação do CMDCA, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade municipal, conforme disposto no art. 35, inciso VI, da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

parceria.

**15.3.** Estarão impedidas de assinar o Termo de Colaboração, além do disposto no art. 39, da Lei nº. 13.019/2014 e alterações, as Entidades que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

- a)** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, no âmbito Federal, Estadual e Municipal ou que tiver sofrido suspensão temporária ou impedimento de participação em licitação;
- b)** Tenham como dirigente(s) servidor público do órgão ou entidade pública parceira ou responsável pelo Chamamento; e
- c)** Estejam sendo processadas, administrativa ou judicialmente, por denúncia de malversação de bens ou recursos de origem pública, ou estejam cumprindo penalidades impostas (previstas no art. 87, incisos II e da Lei nº. 8.666/93) por qualquer órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, no âmbito Federal, Estadual e Municipal.

### **16. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO:**

**16.1.** O termo de colaboração a ser celebrado terá início na data de sua assinatura, com prazo máximo de 12 (doze) meses, sendo possível sua prorrogação no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses.

**16.2.** O prazo determinado no item anterior já compreende a possibilidade de aditamento.

### **17. DA FISCALIZAÇÃO/MONITORAMENTO:**

**17.1.** A Comissão de Monitoramento terá incumbência de acompanhar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução dos projetos.

**17.2.** A Comissão de Monitoramento será designada por ato legal, após a celebração do Termo de Colaboração.

**17.3.** A comissão será encarregada de emitir os pareceres sobre as contas apresentadas.

### **18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1.** As cláusulas relativas à Prestação de Contas e demais itens da Minuta do Termo de Colaboração constante no anexo VII são passíveis de alterações devido as especificidades dos projetos selecionados neste Edital, em cumprimento as determinações legais vigentes.

**18.2.** Todas as decisões e comunicações relativas a este Edital serão disponibilizadas, nas datas estabelecidas no Anexo I, no site [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br), sendo de responsabilidade das OSC's acompanhar todas as fases do processo de análise dos projetos e da habilitação.



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

**18.3.** As Organizações da Sociedade Civil são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados e a falsidade de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na desclassificação da OSC.

**18.4.** As OSC's assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do Edital de Chamamento Público.

**18.5.** A apresentação do projeto implica o perfeito entendimento e aceitação, pela OSC, de todos os termos deste Edital.

**18.6.** O CMDCA resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

**18.7.** A contagem dos prazos definidos neste Edital se dará em dias corridos, salvo outras previsões especificadas no edital.

**18.8.** Todos os atos relacionados a análise, seleção e habilitação dos projetos, recursos administrativos, bem como todas as demais decisões referentes a este Chamamento Público, serão comunicados às OSC's mediante ofício e/ou e-mails indicados pelas instituições.

**18.9.** Após o prazo de recebimento dos projetos não serão mais aceitos quaisquer questionamentos no que tange ao Edital de Chamamento Público.

**18.10.** As Organizações da Sociedade Civil, participantes deste Edital, poderão abrir mão dos prazos recursais estabelecidos neste Edital, conforme entenderem pertinente, mediante apresentação de documento formal, assinado pelo dirigente e/ou representante legal da Organização.

**18.11.** A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

**18.12.** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Comum, no foro da Comarca de Correia Pinto, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Correia Pinto, 12 de fevereiro de 2.020.

**EDER MESQUITA**  
Coordenador do CMDCA

**RITA DE CÁSSIA ALVES JÚLIO**  
Secretária de Assistência Social e Habitação



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO I

#### CRONOGRAMA EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 006/2019

FASE DO PROCESSO	DATA	HORÁRIO	LOCAL
<b>Etapas de Seleção</b>			
Publicação do Edital e abertura do prazo para solicitar esclarecimentos quanto ao Edital	12.02.2020		<a href="http://www.correiapinto.sc.gov.br">www.correiapinto.sc.gov.br</a>
Data limite para a entrega dos Envelopes 01 e 02	12.03.2020	Até as 12h	SMASH – Rua Vitória Régia, Bairro Pró-flor, Correia Pinto - SC
Avaliação dos Projetos pela Comissão Especial de Seleção	De 12.03.2020 a 16.03.2020*		SMASH – Rua Vitória Régia, Bairro Pró-flor, Correia Pinto – SC
Reunião Plenária do CMDCA para deliberar sobre o parecer elaborado pela Comissão de Seleção	Até 17.03.2020	09:00hs	SMASH – Rua Vitória Régia, Bairro Pró-flor, Correia Pinto – SC
Data limite para a divulgação do resultado provisório	Até 18.03.2020*		<a href="http://www.correiapinto.sc.gov.br">www.correiapinto.sc.gov.br</a>
Prazo para interposição de recursos	3 Dias após a divulgação do resultado provisório*	Até as 16h	SMASH – Rua Vitória Régia, Bairro Pró-flor, Correia Pinto – SC
Data limite para homologação e divulgação do resultado final	Até 31.03.2020*		<a href="http://www.correiapinto.sc.gov.br">www.correiapinto.sc.gov.br</a>
<b>Etapas de Habilitação</b>			



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

Atualização de documentos para Habilitação conforme item 13 do Edital e ajuste no Plano de Trabalho e de Aplicação se necessário	Até 10 dias após o recebimento de notificação**	08h às 16h	SMASH – Rua Vitória Régia, Bairro Pró-flor, Correia Pinto – SC
<b>Etapas Celebração</b>			
Assinatura do Termo de Colaboração	Prazos a serem divulgados		
Publicação e Divulgação	Prazos a serem divulgados		
Observações	<p>* Os prazos poderão ser antecipados de acordo com a conclusão das etapas previstas, consequentemente, antecipando o início da próxima fase;</p> <p>** Caso a documentação tenha sido entregue de forma completa junto com a apresentação do projeto, tais documentos serão avaliados durante a primeira fase.</p>		



**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Declaro que a *[identificação da Organização da Sociedade Civil – OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº. 01/2019 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local - UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

.....

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO III MODELO DE PROJETO

(Lei nº 13.019/2014)

Edital de Chamamento Público nº. 01.2019

### FORMATO/ROTEIRO DO PROJETO

#### 1. Resumo do Projeto (deve estar sozinho na primeira página)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças. <i>(exemplo)</i>
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico <i>(exemplo)</i>
Público alvo/faixa etária	Crianças de 7 a 14 anos <i>(exemplo)</i>
Quantidade de atendimento	55 crianças <i>(exemplo)</i>
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50 <i>(exemplo)</i>
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00 <i>(exemplo)</i>

#### 2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

1. Nome do projeto / Título:
2. Instituição responsável e logotipo - se houver.
3. Endereço
4. Telefone
5. Ano de fundação da organização.
6. Missão da organização.
7. Diretoria.
8. Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação <i>(exemplo)</i>	3422 2222 - ppta@ig.com
Fulano	Orientadora	3422.2222 - bneve@entidade.org.br

#### 2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico.

#### 3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

demandas.

Em atendimento ao inciso I do artigo 22 da Lei 13.019/2014 deverá a organização apresentar: descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas

### 3.1. OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

*Atenção objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.*

### 4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (*quando for o caso*). De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

População	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indireto	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos pagamento integral
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

### 5. OBJETIVOS

#### 5.1. GERAL

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

#### 5.2. ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

### 6. ATIVIDADES E METAS A SEREM ATINGIDAS / EXECUTADAS:

Em atendimento ao inciso II da Lei. 13.019/94.

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### 7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

### 8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

*Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.*

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

### 9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

#### Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

### 10. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

### 11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto

#### 11.1 Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### 11.2 Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo	
Nome completo	

### 12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favorecem a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

### 13. FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

#### 13.1 TÉCNICO

Recursos humanos.

#### 13.2 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

### 14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Correia Pinto.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner",...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

*Por exemplo:*

Tipo de Mídia	Quantidade
1. <i>Folders, panfletos e outros impressos</i>	XXXX
2. <i>Mala direta</i>	XXXX
3. <i>Página na internet</i>	XXXX

### 15 ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

*Ex.1:*

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
--------	------------	--------------------	-----------------



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 un	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1 un	599,00	599,00
DVD	1 un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

### 16. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo :

NATUREZA DESPESA	DAM	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS								R\$
TOTAL GERAL R\$								

NATUREZA DESPESA	DAM	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL 2o SEM
1. CUSTOS FIXOS								R\$
TOTAL GERAL R\$								

### 17. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$ \_\_\_\_\_ Valor da contrapartida: R\$ \_\_\_\_\_ Valor total do projeto: R\$ \_\_\_\_\_

Correia Pinto, \_\_\_\_\_ de 20\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável / Cargo



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

### **18. ANEXOS**

*Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc...*

*Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia*

**Obs. Deverá ser anexado a esta planilha no MÍNIMO 3 orçamentos de cada item que será adquirido OU serviço a ser contratado, com identificação do fornecedor e especificação dos bens que serão adquiridos.**



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

### **ANEXO IV**

#### **RELAÇÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

**NOME COMPLETO:**

**ENDEREÇO:**

**CARGO:**

**RG:**

**ÓRGÃO:**

**DATA EXPEDIÇÃO:**

**CPF:**

**TELEFONE: E-MAIL:**

**NOME COMPLETO:**

**ENDEREÇO:**

**CARGO:**

**RG:**

**ÓRGÃO:**

**DATA EXPEDIÇÃO:**

**CPF:**

**TELEFONE: E-MAIL:**

**NOME COMPLETO:**

**ENDEREÇO:**

**CARGO:**

**RG:**

**ÓRGÃO:**

**DATA EXPEDIÇÃO:**

**CPF:**

**TELEFONE: E-MAIL:**

**NOME COMPLETO:**

**ENDEREÇO:**

**CARGO:**

**RG:**

**ÓRGÃO:**

**DATA EXPEDIÇÃO:**

**CPF:**

**TELEFONE: E-MAIL:**

**NOME COMPLETO:**

**ENDEREÇO:**

**CARGO:**

**RG:**

**ÓRGÃO:**

**DATA EXPEDIÇÃO:**

**CPF:**

**TELEFONE: E-MAIL:**



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO V

### DECLARAÇÃO

Eu, [cargo do dirigente da Organização da Sociedade Civil] da \_\_\_\_\_, Organização da Sociedade Civil sem finalidade lucrativa, de CNPJ nº \_\_\_\_\_, **DECLARO** para os devidos fins e meios, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, que:  
Nossa organização está devidamente constituída e autorizada a funcionar em território nacional;

- Não possui contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos;
- Não possui entre seus dirigentes, pessoa:
  - a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da federação, em decisão irreversível, nos últimos 08 (oito) anos;
  - b) julgar responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
  - c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazo estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Correia Pinto (SC), \_\_ de \_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_  
(nome completo e assinatura do dirigente da OSC)



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO VI

### DECLARAÇÃO

Eu,\_\_\_\_(cargo do dirigente da organização da sociedade civil) da\_\_\_\_\_, organização da sociedade civil sem finalidade lucrativa, de CNPJ nº.\_\_\_\_\_, **DECLARO** para os devidos fins e meios, conforme legislação vigente que:

- Não há em seu quadro de dirigentes:
  - a) membro do Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
  - b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea "a".
- Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:
  - a) membro do Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal;
  - b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
  - c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Correia Pinto (SC),\_\_de\_\_de 2019.

\_\_\_\_\_  
(nome completo e assinatura do dirigente da entidade)





## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO VII

#### MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº. \_\_\_\_\_ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A OSC \_\_\_\_\_**

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, inscrito no CNPJ nº. XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente termo de colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº. 101/2000, nas correspondentes Leis de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº. 13.019/2014, Lei Federal nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução Conanda nº 137/2010, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1** Constitui objeto geral deste termo de colaboração, com base no Edital do chamamento público 01.2018, com fulcro na Lei nº. 13.019/2014, **a concessão e apoio a projetos de cunho social, complementares e inovadores, voltadas à Política dos Direitos Criança e do Adolescente**, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

**1.2** Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal e **pela Lei 13.019/2014 e alterações**.

**1.3** É vedada a execução de atividades que tem por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício e do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

**2.1** São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

a) Instruir a organização da sociedade civil quanto a prestação de contas do seu objeto de



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

execução, em consoante com as pré-determinações constantes no projeto delineado e tendo como base a legislação vigente e o edital;

b) Realizar, nas parcerias com vigência superior a 01 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

e) Promover o monitoramento e avaliação do objeto da parceria e emitir relatório técnico, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

h) Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

i) Divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) Instaurar Tomada de Contas Especial, com base na Instrução Normativa TCE/SC nº. 13/2012, antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

### II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) cumprir rigorosamente o objeto específico deste Termo de Colaboração, conforme itens previstos no Plano de Trabalho;

b) Manter escrituração contábil regular;

c) Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;

d) Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas na Lei nº. 13.019/2014;

e) Providenciar a colocação de PLACA ou BANNER VISÍVEL COMPATÍVEL COM O AMBIENTE na sede da entidade **e no local onde acontecerá o projeto** além de divulgar na



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: **PROJETO FINANCIADO PELO FIA (CMDCA)**. Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas. A não observância desta condição implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

f) Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica exclusiva ao projeto, observado o disposto na Lei nº. 13.019/2014;

g) Realizar todos os pagamentos mediante TRANSAÇÃO ELETRÔNICA DE VALORES, observando sempre o titular da conta bancária e o respectivo credor.

h) Dar livre acesso aos servidores públicos do órgão ou das entidades repassadores dos recursos, do CMDCA, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº. 13.019/2014, bem como, aos locais de execução do objeto;

i) Responder, exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

j) Responder, exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

k) Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e do detalhamento da aplicação dos recursos.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente Termo de Colaboração, recursos no valor de \_\_\_\_\_ correndo a despesa conforme abaixo:

FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Projeto atividade 2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência.



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

4.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso abaixo, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

CONCEDENTE	ANO ----- MESES					
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

4.2 É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em POUPANÇA CORRENTE de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeiro de curto prazo, ou operação de mercado aberta lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 Os rendimentos das aplicações financeiras **serão restituídos ao concedente**, OU mediante termo aditivo sujeito a aprovação do CMDCA, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

4.5 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

- I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;
- III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.6 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS**

5.1 – O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. As despesas decorrentes deste Termo de Colaboração deverão seguir rigorosamente o Plano de Trabalho.

5.2 Fica expressamente vedada à utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, além das expressamente previstas no edital, estas:

- I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;
- II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;
- IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- V – realização de despesas com publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e
- VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público vinculado ao órgão concedente com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

### **CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA**

6.1 O presente Termo de Colaboração vigorará a partir da data de sua assinatura até o prazo máximo de 24 meses, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho \_\_\_\_\_ para a consecução do objeto, dentre vigência inicial e prorrogação.

6.2 Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.

6.3 Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independente da proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada à celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

7.1 O Relatório Técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº. 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

- I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
- V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

- I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

### **CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

8.1 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria, avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I – extrato da conta bancária específica;
- II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, nome da organização da sociedade e a observação: DESPESA REALIZADA COM RECURSOS DO TERMO DE PARCERIA Nº ----- FIRMADO COM O FIA DE CORREIA PINTO;
- III – Comprovante de pagamento (TED / TEV);
- IV – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;
- V – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- VI – foto da placa ou banner com informações do termo de parceria;
- VII – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e
- VIII – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas FINAL da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 60 (sessenta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3º Quando o repasse for parcelado, a OSC prestará contas no prazo máximo de até 30 dias após o recebimento da parcela, ficando condicionado pagamento da parcela subsequente ao parecer favorável da comissão de avaliação e monitoramento, ou seja: feito o primeiro e o segundo repasse, o terceiro está condicionado à aprovação das contas do primeiro.

8.2 A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;





## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

II – relatório de execução financeira do termo de colaboração, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL considerará, ainda, em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I – relatório de visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
- II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.4 Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que tratar o art. 67 da Lei nº. 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

- I – os resultados já alcançados e seus benefícios;
- II – os impactos econômicos ou sociais;
- III – o grau de satisfação do público alvo;
- IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº. 13.019/2014, devendo concluir alternativamente pela:

- I – aprovação da prestação de contas;
- II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III – rejeição da prestação de contas e determinação imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo de que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação dos resultados. Nos casos de pagamento parcelado, suspende-se os repasses.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento de irregularidades ou omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis,





## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 A administração pública apreciará a prestação de contas final apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogado justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi a última apreciação pela administração pública.

8.8 As prestações de contas deverão ser avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificados dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação a análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

### **CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES**

9.1 A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

9.3 As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

10.1 Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas do governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias de abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES**

11.1 Para os fins deste ajuste consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente, adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas a que ele não se incorporam.

11.2 Para os fins deste Termo equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicação em razão deste Termo de Colaboração.

11.3 Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, formalizando a organização da sociedade civil neste ato promessa de transferência de propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução do objeto igual ou semelhante ao previsto no Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

12.1 O presente Termo de Colaboração poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses;

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado e;
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº. 13/2012.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE**

13.1 A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar da data da respectiva assinatura.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

14.1 Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I – as comunicação relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência física ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II – as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias e;

III – as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

15.1 Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o Foro da Comarca de Correia Pinto, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado



## **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO**

conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto (SC),\_\_de\_\_\_\_de 2019.

### **Assinaturas das Partes**



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### ANEXO VIII PLANO DE TRABALHO

Órgão / Entidade Proponente - <b>NOME DA ENTIDADE</b>				CNPJ 00.000.000/000-00
Endereço <b>Rua xxxxx, Nº 000 - Bairro xxxxx</b>				
Cidade	UF	CEP	DDD / Telefone	Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos
Conta corrente	Banco	Agência	Praça de Pagamento Correia Pinto	
Nome do Responsável <b>NOME DO PRESIDENTE</b>				CPF 000.000.000-00
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor 000.000 -SSP-SC				Função Presidente
Endereço Do representante legal Rua xxxxx, Nº 000 - Bairro xxxxx				CEP 89201-835

#### 2 - Descrição

Título: <b>do Projeto</b>	Período de Execução	
	Início -	Término -
<b>Objeto:</b>		
<b>Justificativa:</b>		

APE – após a publicação do Extrato

#### 3 - Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Quantidade
01	Crianças e Adolescentes entre 7 e 14 anos <b>(Exemplo)</b>	20

#### 4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especificação	Qtde	1º mês R\$	2º, 3º, 4º, 5º e 6º mês R\$	Total R\$	Início	Término
	<b>TOTAL</b>						



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CORREIA PINTO

### 5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$

### 6 - Cronograma de Desembolso

Concedente

Meta	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
Meta	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês
	---	---	---	---	---	---

### 7 - Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Correia Pinto, para os efeitos e sob as penas da lei, que **inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência** com o Tesouro Municipal ou quaisquer órgãos ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Correia Pinto, de de 2019.

Proponente:

FULANO DE TAL,  
Presidente do XXXXX.

### 8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Correia Pinto, de de 2019.

Concedente:

Nome do Prefeito,  
Prefeito Municipal.

Nome do Secretário,  
Secretária Municipal de Assistência Social e  
Gestora do FIA.

**RETIFICA PARECER**

Publicação Nº 2354170

**RETIFICAÇÃO DE PARECER**

Os conselheiros que ao final subscrevem o presente documento, foram designados pelo Coordenador do CMDCA através da Resolução 36 de 20 de novembro de 2019, afim de comporem a Comissão Especial de Seleção, que dentre outras atribuições, para emitir parecer sobre projetos apresentados por organizações que buscam a captação de recursos junto ao FIA na forma do disposto no Edital 06/2019, datado de 20 de novembro de 2019 assim manifestam-se considerando:

Que também na forma da Resolução 37 de 20.11.2019 é igualmente atribuição desta comissão a emissão de parecer sobre eventuais registros de organização bem como de seus serviços junto ao CMDCA, sendo neste período protocolado o pedido da APP da EEB João Paulo I e do Grupo Escoteiro Molina;

Que esta comissão emitiu parecer sobre os projetos apresentados na formado edital e avaliou os projetos apresentados pela Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Correia Pinto e do Grupo Escoteiro Molina.

Que ao redigir o parecer sobre o projeto do Bombeiro Mirim, indicou equivocadamente o valor de R\$ 14.931,60 (quatorze mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos) quando o correto é R\$ 17.802,00 (dezessete mil oitocentos e dois reais) conforme consta no projeto e em todos os demais documentos.

Diante do exposto esta comissão, promove através deste, a RETIFICAÇÃO do parecer para constar o valor de R\$ 17.802,00 (dezessete mil oitocentos e dois reais) em substituição ao valor anteriormente indicado no parecer ratificando todas as demais informações.

Este é o parecer que encaminhamos ao CMDCA para as providências necessárias.

Correia Pinto, 10 de fevereiro de 2.020.

Devir de Jesus Oliveira  
Sílvia Cardoso da Silva

Maria Alice Borges de Lima  
Vaisam Leonardo Pereira de Liz

**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2354560

**PROCESSO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020****TERMO DE RATIFICAÇÃO**

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o que consta do presente Processo, RATIFICA a declaração de Dispensa de Chamamento Público para contratação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE para desenvolvimento do projeto ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA, pelo valor total de R\$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil reais), pelo período que compreende a data da assinatura do Termo de Parceria até dezembro de 2020, determinando que se proceda à publicação do devido extrato da justificativa, na mesma data em que for efetivada, no sítio oficial do Município na internet, e no meio oficial de publicidade do Município, conforme estabelece o art. 32, § 1º da Lei 13.019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015 e Decreto nº 1224 de 20 de outubro de 2017. Decorrido o prazo previsto para eventual impugnação, proceda-se a elaboração do termo de fomento.

Correia Pinto, 11 de fevereiro de 2020.

CELSONO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito



# Corupá

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS 001/2020

Publicação Nº 2355233

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020.

Contratação de empresa para viabilizar a empreitada por preço global, em regime de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA e Obras Complementares das Ruas Manfredo Schaldach, Nelson Severim, Ricardo Maquardt e Victor Schulze (com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários), no Município de Corupá, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme memorial descritivo, planilhas de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Processo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 13/02/2020 às 09h do dia 02/03/2020.

INÍCIO DA SESSÃO: 09h30min do dia 02/03/2020.

VISITA TÉCNICA (FACULTATIVA) E EMISSÃO DE CRC: 27/02/2019.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [corupa.atende.net](http://corupa.atende.net).

HORÁRIO: das 08:00 – 12:00 e 13:30 – 16:30h (SEGUNDA A SEXTA-FEIRA).

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 13 de Fevereiro de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL 001/2020 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA VAGA DE CONTADOR**

Publicação Nº 2355446



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020.**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá, Estado de Santa Catarina, Sr. Lairton Hartmann Muller, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei sob n.º 2.217/16, torna público que realizará **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO** para provimento de vaga temporária de 01 (um) contador, de acordo com o disposto no artigo 37, inciso IX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, na qual reger-se-á aos termos do presente Edital:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** – Este Edital regulamenta a aplicação do Processo Seletivo Público Simplificado para contratar em caráter temporário 01 (um) contador, tendo em vista a necessidade de atender a demanda de excepcional interesse público, em conformidade com os termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal sob n.º 2.217/16 e demais dispositivos legais vigentes.

**Art.2º** – O Processo Seletivo Público Simplificado consistirá na inscrição, entrevista, análise e avaliação de títulos a serem apresentados pelos candidatos, conforme critérios estabelecidos neste Edital.

**Art.3º** A validade da contratação será pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, passando a contar da data da assinatura do contrato e será regida pela Lei Municipal sob n.º Lei sob n.º 2.217/16.

**Parágrafo único.** A presente contratação será no regime de carga horária semanal de 35 (trinta e cinco) horas.

**Art. 4º** Ocorrendo o preenchimento da vaga, por meio de concurso público será o contrato rescindido imediatamente.

**Art.5º** No processamento da seleção importa:

- I – Dar toda a publicidade, por meio de editais, das condições em que se realizarão;
- II – O edital de inscrições, bem como o edital do resultado serão publicados no sítio Oficial da Câmara de Vereadores de Corupá (<http://www.camaradecorupa.com.br/>), no Diário

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**

Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000

e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)

telefones: 47 3375-1145/0285

Oficial dos Municípios (<https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/>) e no sítio da empresa responsável pela realização do Processo Seletivo Público Simplificado (<http://www.recruarh.com.br>)

III – Receber, indistintamente a inscrição de todos quantos preencham os requisitos legais e as exigências do Edital;

IV – Observar, em relação a todos os concorrentes, o mesmo processo de exame, a exigência do mesmo nível de conhecimento e igual critério de julgamento;

V – facilitar ao candidato, aprovado ou não, o conhecimento dos resultados que obteve, bem como dos que forem conferidos aos demais concorrentes e do critério de julgamento adotado.

### **DAS INSCRIÇÕES**

**Art.6º** – As inscrições serão efetuadas na Câmara de Vereadores de Corupá (SC), sito à Rua Padre Vicente Schmitz, n.º 45, Centro, Corupá (SC), CEP 89.278-000, pessoalmente, no período de **14/02/2020 à 27/02/2020**, das 08:30 às 12:00 e das 14:30 às 16:30, conforme Ficha de Inscrição constante no **Anexo I**.

**Art.7º** Para as inscrições no Processo Seletivo Público serão observados os seguintes requisitos:

- I- nacionalidade brasileira ou estrangeira, na forma da lei;
- II - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- III - estar em dia com as obrigações militar e eleitoral;
- IV - ter capacidade física para a função e sanidade mental;
- V - não possuir acumulação de cargo ou função pública;
- VI - registro válido no respectivo órgão de classe.

**Art.8º** O candidato é responsável pelas informações prestadas na Ficha de Inscrição, responsabilizando-se pelas consequências de eventuais erros/e ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento;

**Art.9º** No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e fotocópia):

- a) Carteira de Identidade e do CPF;
- b) Título de Eleitor;
- c) Certidão de Nascimento ou casamento;
- d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;
- e) Comprovante de Residência;
- f) Comprovante de escolaridade;
- g) Comprovante do CRC;

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

h) Certificado de curso de especialização e aperfeiçoamento nas áreas de interesse para atuação se tiver;

i) currículo

**Art. 10.** Será cancelada a inscrição do candidato que prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfazer integralmente a todas as condições estabelecidas neste Edital;

**Art.11** O candidato, ao preencher a Ficha de Inscrição declara estar ciente das exigências e normas estabelecidas para este Processo Seletivo Público Simplificado, em plena concordância das mesmas;

**Art.12** Todos os candidatos que fizerem a inscrição receberão o protocolo de entrega de inscrição prevista no **Anexo II** do presente Edital;

**Art.13** Após publicada a homologação das inscrições, os candidatos terão 02 (dois) dias úteis, para protocolar recurso por escrito, que deverá ser protocolado em 02 (duas) vias, na sede da Câmara de Vereadores de Corupá, sito Rua Padre Vicente Schmitz, n.º 45, no centro da cidade de Corupá(SC), das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00.

**Parágrafo primeiro.** O prazo para interposição de recurso será sempre peremptório.

**Parágrafo segundo.** No recurso interposto deverá constar as razões do pedido, fundamentadamente.

**Parágrafo terceiro.** O recurso deverá ser endereçado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020, nomeada pela Portaria sob n.º 003/2020, de 21 de janeiro de 2020, sob pena de indeferimento, que analisará e emitirá decisão no prazo de até 02 (dias) úteis.

#### **DOS CARGOS, VAGAS, REMUNERAÇÃO e ATRIBUIÇÕES**

**Art.14** O cargo e número de vaga a serem preenchidos pelo presente Processo Seletivo Público Simplificado, bem como as respectivas remunerações serão os constantes abaixo:

<b>VAGAS</b>	<b>CARGO</b>	<b>VENCIMENTO</b>	<b>CARGA HORÁRIA SEMANAL</b>	<b>GRAU DE ESCOLARIDADE</b>
--------------	--------------	-------------------	------------------------------	-----------------------------

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
 Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
 e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
 telefones: 47 3375-1145/0285

01	CONTADOR	R\$ 3.751,78	35 HORAS	REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DE CLASSE (CRC)
----	----------	--------------	----------	----------------------------------------------

**Art.15** As atribuições do cargo a ser selecionado são as seguintes:

**CONTADOR:** Responsável pela Execução dos Serviços de natureza econômica, financeira e contábil, elaboração da proposta orçamentária, efetuar empenho, registros contábeis, balancetes, balanços, acompanhamento da execução do orçamento, das dotações orçamentárias, através do controle interno avaliar o cumprimento das metas e o cumprimento dos programas da Câmara, organização e manutenção atualizada dos registros e controles do patrimônio da Câmara, classificando, numerando e codificando o material permanente, realizar anualmente o inventário dos bens patrimoniais da Câmara Municipal e outras atividades correlatas ao cargo.

**Nível de escolaridade:** Registro CRC (Técnico Profissionalizante/Superior).

#### DA COORDENAÇÃO, AVALIAÇÃO E EXECUÇÃO DA SELEÇÃO PÚBLICA

**Art.16** O Processo Seletivo Público Simplificado será regido por este Edital e executado pela empresa Recruta Recursos Humanos Eireli, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 08.688.504/0001-58, com sede na Rua Padre Francken, n.º 181, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), CEP 89251-040 / (47) 3055-0775.

**Parágrafo Primeiro.** A responsabilidade pela análise curricular, entrevista e avaliação da documentação e dos Títulos comprobatórios apresentados pelo candidato será da empresa recrutadora.

**Parágrafo Segundo.** Para a prova de títulos, a empresa aplicará a seguinte pontuação para cada critério avaliativo:

**Critérios para Pontuação por títulos:** Cursos, Seminários, Jornadas, Treinamentos, desde que relacionados com o cargo e datados nos últimos 05 (cinco) anos, contados da data de abertura das inscrições, limitados a 05 (cinco) certificados.

Até 40 horas	0,1
--------------	-----

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**

Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000

e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)

telefones: 47 3375-1145/0285

De 41 a 60 horas	0,2
De 61 a 100 horas	0,3
De 101 a 300 horas	0,4
Acima de 301 horas	0,5

**Critérios Para Pontuação: Tempo de Serviço/Experiência**

Profissional	Pontuação a cada 06 (seis) meses de serviços prestados	Pontuação máxima permitida
Serviço Público de Contabilidade	0,5	2,5

**OBS:** De acordo com a tabela acima, a pontuação máxima a ser alcançada pelo candidato será de 2,5 pontos nesse critério.

**DA ENTREVISTA**

**Art. 17** Os candidatos que tiverem suas inscrições homologadas deverão comparecer no dia **10/03/2020**, na Câmara de Vereadores de Corupá, situada na Rua Padre Vicente Schmitz, sob n.º 45, no Centro de Corupá (SC), conforme horário agendado pela empresa recrutadora.

**Parágrafo único.** A empresa recrutadora, através de e-mail, SMS e/ou via Whatsapp entrará em contato com o candidato para realizar o agendamento e confirmação do horário de sua entrevista.

**Art.18** A entrevista terá caráter meramente classificatório e não eliminatório, uma vez que tem por objetivo identificar se o candidato apresenta perfil compatível com a função necessária ao trabalho e coletar os títulos para análise.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

**Art. 19** Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada para a realização da entrevista, não podendo o candidato alegar desconhecimento sobre a realização da mesma, como justificativa de sua ausência ou atraso.

### DA ANÁLISE/AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

**Art. 20** A avaliação dos títulos apresentados será feita mediante pontuação, de acordo com os critérios de pontuação estabelecidos no parágrafo segundo do artigo 14.

**Parágrafo primeiro.** A pontuação total que será utilizada para compor a listagem final de classificação será aquela obtida pela soma dos pontos de todos os documentos válidos apresentados.

**Parágrafo segundo.** No momento da avaliação, caso a empresa perceba que o inscrito não preenche algum requisito básico para provimento no cargo escolhido será automaticamente eliminado do Processo Seletivo Público Simplificado.

**Parágrafo terceiro.** Na hipótese de empate, o critério de desempate será na ordem estabelecida abaixo:

- a) o maior tempo de experiência comprovado no serviço público;
- b) participação em eleições como mesário;
- c) atuação como jurado;
- d) ter maior idade;
- e) sorteio;

**Parágrafo quarto.** Ao final da avaliação da documentação, a empresa elaborará a listagem dos candidatos, em ordem classificatória decrescente e encaminhará à Câmara de Vereadores de Corupá que a publicará em seu site Oficial (<http://www.camaradecorupa.com.br>)

**Art. 21** Após publicado o resultado final, os candidatos terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, para protocolar recurso por escrito, que deverá ser apresentado em 02 (duas) vias, na sede da Câmara de Vereadores de Corupá, sito Rua Padre Vicente Schmitz, n.º 45, no centro da cidade de Corupá(SC), das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00.

**Parágrafo primeiro.** O prazo para interposição de recurso será sempre peremptório.

**Parágrafo segundo.** No recurso interposto deverá constar as razões do pedido, fundamentadamente.

**Parágrafo terceiro.** O recurso deverá ser endereçado à Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020, sob pena de indeferimento, que analisará e emitirá decisão no prazo de até 02 (dias) úteis.

### “CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

### DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

**Art.22** Previamente à admissão, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados os seguintes documentos:

- I - RG;
- II - CPF válido;
- III - Título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais;
- IV - Alistamento militar/reservista;
- V - Certidão de Nascimento ou casamento;
- VI - Certidão de Nascimento dos filhos menores 18 anos;
- VII - Comprovante de Residência/telefone para contato;
- VIII - Comprovante de escolaridade exigido para o cargo;
- IX - Comprovante do registro no órgão de classe (CRC);
- X - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- XI - Declaração Acúmulo cargo (preenchida no RH)

**Art. 23** A contratação será efetuada com base no regime celetista;

**Art. 24** A contribuição previdenciária do contratado (a) por meio deste Processo Seletivo Público Simplificado seletivo será vinculada ao regime geral de Previdência Social (INSS).

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 25** Para o candidato que não aceitar a vaga apresentada ou dela desistir, não será apresentada outra.

**Art. 26** A aprovação do candidato, todavia, não gera direito de contratação, visto que esta será realizada de acordo com a necessidade de vaga, seguindo rigorosamente a ordem de classificação.

**Art. 27** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2020.

**Art. 28** Este edital entrará em vigor na data de sua publicação.

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**





Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

Corupá (SC), 11 de fevereiro de 2020.

**LAIRTON HARTMANN MÜLLER**  
Presidente da Câmara de Vereadores de Corupá/SC

**ANEXO I**  
**FICHA DE INSCRIÇÃO – EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020.**  
**VAGA CONTADOR – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO**

INSCRIÇÃO Nº:	Nº DE FOLHAS ENTREGUES:		
FUNÇÃO: CONTADOR			
NOME:			
DATA NASC.:     /     /	LOCAL:	UF:	
NACIONALIDADE:		Nº FILHOS MENORES 18 ANOS:	
TÍTULO DE ELEITOR:	ZONA:	SEÇÃO:	
CPF:			
RG:	ESTADO EMISSOR:	ÓRGÃO:	
END. RESIDENCIAL:			
Nº:	BAIRRO:		
CIDADE:	UF:	CEP:	

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina  
**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**  
Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000  
e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)  
telefones: 47 3375-1145/0285

TELEF. FIXO:

CELULAR:

EMAIL:

INSTIT. ENS. CURSADA:

Nº DA INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL:

**Declaro:**

1. Estar de acordo com as normas contidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020, aceitando-as integralmente;
2. Que as informações e dados prestados nesta Ficha de Inscrição são verdadeiras;
3. Atender as exigências constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020;
4. Estar ciente que a inexistência de dados e/ou irregularidades dos documentos apresentados, mesmo que verificados posteriormente, implicará a nulidade da presente inscrição e dos atos dela decorrentes, sem prejuízo da adoção de medidas de ordem administrativa, civil ou criminal conforme previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020;
5. A documentação anexada a esta Ficha, será analisada podendo ser deferida ou indeferida conforme previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

Assinatura candidato

**ANEXO II**

**PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE INSCRIÇÃO**  
**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2020.**

Preencha os dados solicitados neste formulário com LETRA DE FORMA BEM LEGÍVEL E SEM RASURAS:

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

FUNÇÃO: CONTADOR

**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**



Estado de Santa Catarina

**CÂMARA DE VEREADORES DE CORUPÁ**

Rua Padre Vicente Schmitz, 45 - centro – CEP 89280-000

e-mail: [contato@camaradecorupa.com.br](mailto:contato@camaradecorupa.com.br)

telefones: 47 3375-1145/0285

DATA DO RECEBIMENTO: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2020.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA CANDIDATO\_\_\_\_\_  
ASSINATURA RESPONSÁVEL**“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”**

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 092, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354105

PORTARIANº 092, de 10 de fevereiro de 2020.

ALTERA VENCIMENTO DA SERVIDORA ROSANE DAUERHNEIMER NOMEADA PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DA POLÍTICA DA MULHER E DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Vencimento da Servidora, ROSANE DAUERHNEIMER nomeada para o Cargo Comissionado de Assessor da Política da Mulher e do Idoso, com lotação no Secretaria de Assistência Social, com carga horária integral, passando a perceber 5,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constante nos Anexos III e IV, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 077/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 14.01.2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

### PORTARIA Nº 093, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354165

PORTARIANº 093, de 10 de fevereiro de 2020.

ALTERA VENCIMENTO DA SERVIDORA TAIS ELISA BONETI NOMEADA PARA O CARGO DE PSICOLOGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Vencimento da Servidora, TAIS ELISA BONETI nomeada para o Cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Educação, com carga horária integral, passando a perceber 10,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constante nos Anexos III e IV, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 077/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 14.01.2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

**PORTARIA Nº 094, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354184

PORTARIANº 094, de 10 de fevereiro de 2020.

ALTERA VENCIMENTO DA SERVIDORA MARIELI COMPARIN NOMEADA PARA O CARGO DE PSICOLOGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 077/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar Vencimento da Servidora, MARIELI COMPARIN nomeada para o Cargo de Psicóloga, com lotação na Secretaria de Saúde, com carga horária integral, passando a perceber 10,0 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constante nos Anexos III e IV, do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 077/2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 14.01.2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

**PORTARIA Nº 095, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354256

PORTARIANº 095, de 10 de fevereiro de 2020

NOMEIA ESTELA HENN PARA A FUNÇÃO DE CONFIANÇA DE ENCARREGADO DE SETOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 039/2010 e 77/2020;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a partir 14 de janeiro de 2020, ESTELA HENN, para a Função de Confiança de Encarregado de Setor com lotação na Secretaria de Saúde, percebendo 1,0 PMV ( piso municipal de vencimento), constante nos Anexos III e IV, da Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº 077/2020.

Art. 2º. A servidora desempenhará a função de chefe no setor de Controle e Avaliação na Secretaria Municipal de saúde, devido a necessidade da criação da central de regulação SISREG.

Art. 3º Fica revogado a portaria Nº 358, de 24 de junho de 2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 14/01/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

Alencar James Post  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 096, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354262

PORTARIANº 096, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL PAOLA DE CASSIA SPESSATO E DA OUTRAS PROVENCÍAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 10 de fevereiro de 2020 até 10 de março de 2020 à servidora Municipal PAOLA DE CASSIA SPESSATO matrícula 3478-9 ocupante do cargo de Odontólogo, referente ao período aquisitivo de 02.07.2018 a 01.07.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 097, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354510

PORTARIANº 097, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL ODAIR MIGUEL KROTH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de Fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020 ao servidor Municipal ODAIR MIGUEL KROTH, matrícula 1314-5 ocupante do cargo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 30.10.2018 a 29.10.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 098, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354517

PORTARIANº 098, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR MUNICIPAL DJEISON MICHELL BECKER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de Fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020 ao servidor Municipal DJEISON MICHELL BECKER, matrícula 3531-9 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 02.01.2019 a 01.01.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

#### **PORTARIA Nº 099, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354527

PORTARIANº 099, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ROSIMERI S. BORGES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 10 de fevereiro de 2020 até 10 de março de 2020 a servidora Municipal ROSIMERI S. BORGES matrícula 1280-7 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 03.04.2018 a 02.04.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

#### **PORTARIA Nº 100, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354541

PORTARIANº 100, de 10 de Fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL SIRLEI SCHNEIDER.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias a partir de 03 de Fevereiro de 2020 até 03 Março de 2020 à servidora Municipal SIRLEI SCHNEIDER matrícula 1127-4 ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, referente ao período aquisitivo de 01.08.2018 a 31.07.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de Fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 101, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354598

PORTARIANº 101, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL SCARLET SUSANA SCHNEIDER E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020 a servidora Municipal SCARLET SUSANA SCHNEIDER, farmacêutica, matrícula nº 3326-0, referente ao período aquisitivo de 17.11.2018 a 16.11.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 102, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354869

PORTARIANº 102, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA MUNICIPAL ANY FRANCINY SCHMITT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, a partir de 03 de fevereiro de 2020 a 03 de março de 2020, a servidora Municipal ANY FRANCINY SCHMITT, Psicóloga, Matrícula nº 3090-2, referente ao período aquisitivo de 06.10.2018 a 05.10.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.



**PORTARIA Nº 103, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354873

PORTARIANº 103, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL ROMILDA SPODE BECKER.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 05 de fevereiro de 2020 até 05 de março de 2020 à servidora Municipal ROMILDA SPODE BECKER matrícula 3027-9 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01.03.2019 a 29.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 05/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 104, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354913

PORTARIANº 104, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL JANETE TEREZINHA PETRY BENDER.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 03 de fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020 à servidora Municipal JANETE TEREZINHA PETRY BENDER matrícula 1987-9 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 01.07.2018 a 30.06.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 105, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354947

PORTARIANº 105, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL MICHELE CRISTINE LÜDKE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal, de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 10 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020 a servidora Municipal MICHELE CRISTINE LÜDKE, Enfermeira, matrícula nº 3548-3, referente ao período aquisitivo de 01.02.2019 a 31.01.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 106, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354963

PORTARIANº 106, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES À SERVIDORA MUNICIPAL PATRICIA ELENA W. JUNG E DA OUTRAS PROVENCÍAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta dias) a partir de 17 de fevereiro de 2020 até 17 de março de 2020 à servidora Municipal PATRICIA ELENA W. JUNG matrícula 3657-9 ocupante do cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo de 01.03.2019 a 29.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

**PORTARIA Nº 107, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354994

PORTARIANº 107, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA MUNICIPAL ESTER MARINETE STALTER SCHÄFER E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto nos Arts. 122 e 123 da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento do interessado;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER Licença Prêmio, de 30 (trinta) dias a partir de 03 de fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020, a servidora Municipal ESTER MARINETE STALTER SCHÄFER, matrícula 0104-0, ocupante do cargo de professora de educação infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, referente ao período aquisitivo de 20.02.2012 a 20.02.2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 108, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355007

PORTARIANº 108, de 10 de fevereiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE CLEUNICE F. DOS SANTOS PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 39/2010 e 077/2020.

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo decreto 112 de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de vagas no site do Município de Cunha Porã, para a data do dia 13.12.2019 às 09:00 horas;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, CLEUNICE F. DOS SANTOS para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 77/2020.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

### **PORTARIA Nº 109, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355027

PORTARIANº 109, de 10 de fevereiro de 2020.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE DANIELA MACHADO RIBEIRO PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 39/2010 e 077/2020.

CONSIDERANDO o processo seletivo 014/2018, homologado pelo decreto Nº 119 de 27 de dezembro de 2018, e prorrogado pelo decreto 112 de 23 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO a demanda e necessidade de manutenção das atividades da Secretaria de Educação e Cultura;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, DANIELA MACHADO RIBEIRO para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 77/2020.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 18 de dezembro de 2020, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

### **PORTARIA Nº 110, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355042

PORTARIANº 110, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE LICENÇA PREMIO À SERVIDORA MUNICIPAL ROSANI SANTI BUENO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 30 (trinta) dias a partir de 04 de fevereiro de 2020 até 04 de março de 2020 à servidora Municipal ROSANI SANTI BUENO matrícula 1371-4 ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental Português/Inglês, referente ao período aquisitivo de 01.03.2012 a 01.03.2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 04/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 111, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355056

PORTARIANº 111 de 10 de fevereiro de 2020

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL TAIANE BEATRIZ BENDER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;

CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental entregue pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva TAIANE BEATRIZ BENDER, matrícula n. 3113-5, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 58/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

**PORTARIA Nº 112, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355067

PORTARIANº 112 de 10 de fevereiro de 2020

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL MARCIA ADRIANI REIPS ECHELMEIER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;

CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação: Especialização em Ação Interdisciplinar no Processo Ensino Aprendizagem com ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação (Área de Concentração: Educação Infantil e Séries Iniciais).

## RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva MARCIA ADRIANI REIPS ECHELMEIER, matrícula n. 3123-2, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 58/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

**PORTARIA Nº 113, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355076

PORTARIANº 113 de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL KLEBER COMPARIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;

CONSIDERANDO que o requerimento do interessado datado de 04.02.2020;

## RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, de 10.02.2020 a 10.03.2020, ao servidor Municipal KLEBER COMPARIN, Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Infraestrutura, Matrícula nº 1963-1, referente ao período aquisitivo de 02.06.2018 a 01.06.2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

**PORTARIA Nº 114, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355113

PORTARIANº 114, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL IVANE SALETE MOTECELIN LAMB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;  
CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, a partir de 10 de Fevereiro de 2020 até 10 de março de 2020 a servidora Municipal IVANE SALETE MOTECELIN LAMB, matrícula 3648-0 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 07.02.2019 a 06.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 115, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355178

PORTARIANº 115, de 10 de fevereiro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA MUNICIPAL ROSELI ROSANI LUBENOW E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar nº 002/90 de 18.09.90;  
CONSIDERANDO o requerimento da interessada;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS, de 30 (trinta) dias, a partir de 10 de Fevereiro de 2020 até 10 de março de 2020 a servidora Municipal ROSELI ROSANI LUBENOW, matrícula 3647-1 ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 07.02.2019 a 06.02.2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra;

### **PORTARIA Nº 116, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355182

PORTARIANº 116 de 10 de fevereiro de 2020

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL FABIANE SCHMITZ HUF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;  
CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação "Lato Sensu": Especialização em Ação Interdisciplinar no Processo Ensino Aprendizagem com ênfase nos Paradigmas Atuais da Educação (área de concentração: Educação Infantil e Anos Iniciais).

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva FABIANE SCHMITZ HUF, matrícula n. 3120-8, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 58/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 10 de fevereiro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

## **PORTARIA Nº 117, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355457

PORTARIANº 117, de 12 de fevereiro de 2020.

PRORROGA O PRAZO DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NOMEADA PELA PORTARIA 521/2019.

JAIRO RIVELINO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa N. TC 13/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina.  
CONSIDERANDO o requerimento da Servidora solicitando a prorrogação do prazo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o prazo da Tomada de Contas Especial nomeada pela Portaria Nº 521/2019, com a finalidade de apurar os fatos referentes aos pagamentos de bônus fiscal efetuado em desacordo com a Lei Municipal de nº 2.716/2016, combinada com as Leis 2.468/2010 e 2.290/2007.

Art. 2º - A prorrogação que trata a presente portaria será pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data fim estabelecida na portaria Nº 521, de 09 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data do dia 06/02/2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 12 de fevereiro de 2020.

JAIRO RIVELINO EBELING  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

# Cunhataí

## PREFEITURA

### PORTARIA 027/2020

Publicação Nº 2356058

PORTARIA Nº 027/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR CRISTIANO HINZ”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 100, inciso II, combinado com o artigo 77, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e ainda os artigos 105 a 112 da Lei Complementar Municipal nº. 002/2007 “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, e demais legislações aplicáveis ao tema, e

CONSIDERANDO o atestado médico protocolado sob o número 137, em 07 de fevereiro de 2020, prescrito pelo Dr. Geovan Fabio de Oliveira – CRM 26727, em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder pelo prazo de 03/02/2020 até 02/04/2020 licença para tratamento de saúde do servidor Cristiano Hinz, conforme atestado médico supramencionado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação., com efeitos retroativos a 03/02/2020

Cunhataí, Santa Catarina em 10 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

### PORTARIA 028/2020

Publicação Nº 2356059

PORTARIA Nº 028/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR MAICON LUIS SCHMITZ”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 100, inciso II, combinado com o artigo 77, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, e ainda os artigos 105 a 112 da Lei Complementar Municipal nº. 002/2007 “Estatuto dos Servidores Públicos Municipais”, e demais legislações aplicáveis ao tema, e

CONSIDERANDO o atestado médico protocolado sob o número 138, em 07 de fevereiro de 2020, prescrito pelo Dr. Marco A. M. Alécio – CRM 12339, em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder pelo prazo de 05/02/2020 até 05/04/2020 licença para tratamento de saúde do servidor MAICON LUIS SCHMITZ conforme atestado médico supramencionado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação., com efeitos retroativos a 05/02/2020

Cunhataí, Santa Catarina em 10 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.



**PORTARIA 029/2020**

Publicação Nº 2356060

PORTARIA Nº. 029/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, V, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 034/2019 de 23 de dezembro de 2019, e processo seletivo/edital nº. 003/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Decreto nº 106/2019 de 26 de dezembro de 2019

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2018 e Decreto nº 106/2019 de 26 de dezembro de 2019, para os cargos de Professores de Educação Infantil, Series Iniciais, vagas vinculadas a professoras em licença maternidade tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

E considerando a ausência de professores efetivos nas referidas disciplinas, e para não prejudicar o andamento do ano letivo de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 03/02/2020 a 27/03/2020 e 03/02/2020 a 19/06/2020, os servidores municipais abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
Juçara R. S. Stertz Vinculada a Deisi C. Thaisen até 27/03/2020	Prof. Ed. Infantil	Maternal II – Matutino 2º Professor -
Ana Paula Malmann – Vinculada a Jocimara Prois até 19/06/2020	Prof. Ed. Infantil	Berçário I – Berçário II e Maternal I - Vespertino

§1º. Os servidores ficarão lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20hs00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função,

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/02/2020.

Cunhataí - SC, 11 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL

Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

**PORTARIA 030/2020**

Publicação Nº 2356061

PORTARIA Nº. 030/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre Contratação Temporária de Servidores Municipais por Excepcional Interesse Público, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 211, V, da lei complementar nº. 002/2007, lei complementar nº. 034/2019 de 23 de dezembro de 2019, e processo seletivo/edital nº. 003/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Decreto nº 106/2019 de 26 de dezembro de 2019

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital nº. 003/2018 e Decreto nº 106/2019 de 26 de dezembro de 2019, para os cargos de Professores de Educação Infantil, Series Iniciais, Artes e Inglês, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

E considerando a ausência de professores efetivos nas referidas disciplinas, e para não prejudicar o andamento do ano letivo de 2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 03/02/2020 a 17/12/2020, os servidores municipais abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO
Patricia Werlang	Prof. Ed. Infantil	Berçário I - Matutino
Patricia Both	Prof. Ed. Infantil	Berçário II - Matutino
Joiceline B. S. Sausen	Prof. Ed. Infantil	Pre II - Matutino
Saete loch	Prof. Ed. Infantil	Berçário II -Criança é Amor
Saete loch	Prof. Ensino Fundamental	E.I.M Osvin Schmitt
Marlete Mahle	Prof. Ed. Infantil	Recreação -Berçário I e Berçário II- Matutino
Cleris R. S. Weber	Prof. Ed. Infantil	Maternal I - Matutino
Danieli Simon	Prof. Inglês	CEIM Beija Flor e E.I.M Osvin Schmitt
Francieli Calegari	Prof. Artes	CEIM Beija Flor e E.I.M Osvin Schmitt
Joiceline B. S. Sausen	Prof. Ensino Fundamental	E.I.M Osvin Schmitt
Kelli Mezzaroba	Prof. Ensino Fundamental	E.I.M Osvin Schmitt

§1º. Os servidores ficarão lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com carga horária de 20hs00 semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função,  
Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.  
Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/02/2020.  
Cunhataí - SC, 11 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal  
Registrada e publicada em data supra.

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

## **PORTARIA 031/2020**

Publicação Nº 2356062

PORTARIA Nº 031/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

“ALTERA A LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 23, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 002/2007; e art. 75, parágrafo 6º da Lei Complementar 002/2007. RESOLVE:

Art. 1º. Alterar por motivo de interesse público, a partir de 10 de fevereiro de 2020, a lotação do servidor público MARCOS ALBERTO KEGLER, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº. 222/2019 de 18 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/02/2020.

Cunhataí, Santa Catarina em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

## **PORTARIA 032/2020**

Publicação Nº 2356063

PORTARIA Nº 032/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

“ALTERA A LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 23, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 002/2007; e art. 75, parágrafo 6º da Lei Complementar 002/2007. RESOLVE:

Art. 1º. Alterar por motivo de interesse público, a partir de 10 de fevereiro de 2020, a lotação do servidor público REMI MALLMANN, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, para a Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento.

Art. 2º. A partir dessa data é concedido o direito ao adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento) ao servidor, tendo em vista os riscos oriundos da função.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 10/02/2020.

Cunhataí, Santa Catarina em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

**PORTARIA 033/2020**

Publicação Nº 2356064

PORTARIA Nº 033/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR MUNICIPAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal e considerando o Art. 211, X, da Lei Complementar nº. 002/2007, processo seletivo/edital nº. 003/2018 de 21 de dezembro de 2018 e Decreto nº 106/2019 de 26 de dezembro de 2019, e

CONSIDERANDO, a demanda de trabalho temporária da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, e

CONSIDERANDO a possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação do edital de processo seletivo nº. 003/2018, para o cargo de Motorista tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar por tempo determinado, pelo período de 13/02/2020 a 31/12/2020, o senhor LAURI PEDRO FELDKIRCHER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 442.098.861-49, em caráter de excepcional interesse público para exercer a função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, e percebendo os vencimentos conforme respectiva função.

Art. 2º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação da presente portaria, serão utilizados recursos do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 12 de fevereiro de 2020.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

AUGUSTO DIEL MARSCHALL  
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

Registrada e publicada em data supra.

# Curitibanos

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 13/2020

Publicação Nº 2354652

#### EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 13/2020

O Município de Curitibanos, SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, Centro, neste ato representado por seu titular Sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de concorrência do tipo menor preço Global regida pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, regime de execução empreitada por menor preço global, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão Permanente de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 17 de Março de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão Permanente de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 17 de Março de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Curitibanos, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem pessoalmente junto a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Curitibanos, no horário de expediente, não sendo autorizado qualquer tipo de envio.

Curitibanos, 11 de Fevereiro de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020

Publicação Nº 2356015

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS ESPORTIVOS QUE SERÃO UTILIZADOS NAS ESCOLINHAS, PROGRAMAS DE TREINAMENTO E NAS COMPETIÇÕES DAS VARIADAS MODALIDADES ORGANIZADAS E PROMOVIDAS PELA SECREATRIA DE ESPORTE E LAZER. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 04/03/2020, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 04/03/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 12 de Fevereiro de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

Publicação Nº 2356022

#### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA SINALIZAÇÃO VIARIA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o credenciamento, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 02/03/2020.

A partir das 16:00 horas do dia 02/03/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 12 de Fevereiro de 2020.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 15530/2020 - RELOTAR COM ATRIBUIÇÕES DE EXERCÍCIO - AIRTON LUIS DE FARIAS

Publicação Nº 2355491

PORTARIA Nº 15530/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o art.1º, da Lei nº 042/92, de 03.07.92, alterado Art. 2º, Lei nº 014/93, de 31.05.93, e artigos 37, 39, 61, 62 e 145, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

#### RELOTAR COM ATRIBUIÇÕES DE EXERCÍCIO

AIRTON LUIS DE FARIAS, Código: 910, ocupante do cargo (41) efetivo de Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, da Secretaria de Educação e Cultura para a Secretaria de Assistência Social, para exercício das atribuições do cargo e seus efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2020.

Descanso - SC, 05 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### PORTARIA Nº 15531/2020 - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO ÉLIO LUIZ KUSS

Publicação Nº 2355505

PORTARIA Nº 15531/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com a Lei 360/2001 de 27.12.2001 alterada pela Lei 1.681/19 de 18.04.2019, artigo 23, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Edital de Concurso Público nº 01/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2097/2019, de 20 de dezembro de 2019, resolve:

#### NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO

ÉLIO LUIZ KUSS, Código: 3.606, brasileiro, casado, nascido aos 28.07.1973, portador do CPF nº 715.138.090-91 e RG nº 6055008277, residente e domiciliado na TV Ivanor Sturmer, n 47, cidade de Descanso – SC, para o cargo (237) efetivo de Zelador, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 05 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### PORTARIA Nº 15532/2020 - LOTAR ÉLIO LUIZ KUSS

Publicação Nº 2355527

PORTARIA Nº 15532/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com os Capítulos VI e VII, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

LOTAR

ÉLIO LUIZ KUSS, Código: 3.606, brasileiro, casado, nascido aos 28.07.1973, portador do CPF nº 715.138.090-91 e RG nº 6055008277, residente e domiciliado na TV Ivanor Sturmer, n 47, cidade de Descanso – SC, para o cargo (237) efetivo de Zelador, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, na Secretaria de Educação e Cultura, para exercício das atribuições do cargo na EBM Cachoeirinha, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 05 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### **PORTARIA Nº 15533/2020 - CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À ÉLIO LUIZ KUSS**

Publicação Nº 2355536

PORTARIA Nº 15533/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de agosto de 2019, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

à ÉLIO LUIZ KUSS, Código: 3.606, brasileiro, casado, nascido aos 28.07.1973, portador do CPF nº 715.138.090-91 e RG nº 6055008277, residente e domiciliado na TV Ivanor Sturmer, n 47, cidade de Descanso – SC, para o cargo (237) efetivo de Zelador, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício na Secretaria de Educação e Cultura, para atribuições do cargo na EBM Cachoeirinha, sendo concedido adicional de insalubridade, por ser considerado insalubre de grau médio, correspondendo a 40% (quarenta por cento) do salário mínimo. E seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 05 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### **PORTARIA Nº 15534/2020 - EXONERAR A PEDIDO BRUNA COZER**

Publicação Nº 2355547

PORTARIA Nº 15534/2020, de 07 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91, resolve:

#### **EXONERAR A PEDIDO**

BRUNA COZER, Cód. 3.571, brasileira, solteira, nascida aos 17.11.1999, portadora do RG nº 5.758.105, e CPF 108.757.219-31, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar desta data.

Descanso - SC, 07 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



**PORTARIA Nº 15535/2020 - EXONERAR A PEDIDO DAIANE GARBIN**

Publicação Nº 2355552

PORTARIA Nº 15535/2020, de 07 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

DAIANE GARBIN, Código: 3.276, ocupante do cargo (12) de Professor – Ensino Superior, educação infantil, Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, nível “3”, referência “A”, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício das atribuições do cargo no Centro de Educação do Ensino Fundamental do Paulo Henrique Pissaia, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar desta data.

Descanso - SC, 07 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15536/2020 - EXONERAR A PEDIDO JÉSSICA VALQUIRIA HERTES**

Publicação Nº 2355559

PORTARIA Nº 15536/2020, de 07 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 84, inciso I, da Lei nº 86/1991, de 27.12.91, resolve:

**EXONERAR A PEDIDO**

JÉSSICA VALQUIRIA HERTES, Cód. 3.592, brasileira, solteira, nascida aos 05.08.1993, portadora do RG nº 5.758.738, e CPF nº 088.894.699-60, para o cargo (12) de Professor – Ensino Superior, Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar desta data.

Descanso - SC, 07 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15537/2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS FELIPE JOSÉ TERNUS**

Publicação Nº 2355566

PORTARIA Nº 15537/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER GOZO DE FÉRIAS**

FELIPE JOSÉ TERNUS, Código: 3.109, ocupante do cargo (231) efetivo de Agente de Secretaria, com carga horária de 40 horas semanais, lotado para exercício das atribuições do cargo na Secretaria da Fazenda, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2018 a 31 de janeiro de 2019, sendo o período de gozo a contar de 21 de outubro até 19 de novembro de 2019, sendo interrompidas pela Portaria nº 15138/2019, restando, portanto, 20 (vinte) dias, dos quais 05 (cinco) dias serão gozados no período de 10 a 14 de fevereiro de 2020, restando portando 15 (quinze) dias, a serem gozados em nova data, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

## **PORTARIA Nº 15538/2020 - INTERROMPER FÉRIAS DE CRISTIANE PREVIDE**

Publicação Nº 235570

PORTARIA Nº 15538/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 93 c/c 98, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

### **INTERROMPER FÉRIAS**

de CRISTIANE PREVIDE, Código: 3.196, ocupante do cargo(20) efetivo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 15 de maio de 2018 a 14 de maio de 2019, sendo o período de gozo a contar de 20 de janeiro a 18 de fevereiro de 2020, ou seja, 30 (trinta) dias, sendo interrompidas nesta data, restando portanto 09 (nove) dias, a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

## **PORTARIA Nº 15539/2020 - A D M I T I R TAINARA GRANDO**

Publicação Nº 235571

PORTARIA Nº 15539/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2098/2019, de 20 de dezembro de 2019:

### **A D M I T I R**

TAINARA GRANDO, Cód. 3.607, brasileira, solteira, nascida aos 02.01.2002, portadora do RG nº 7.029.474, e CPF nº 106.909.049-24, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo no Jardim de Infância Casinha Feliz do Distrito de Itajubá, com carga horária de 20 horas semanais, no turno matutino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



**PORTARIA Nº 15540/2020 - A D M I T I R EDILAINE GAWSKI PREVIDE**

Publicação Nº 2355573

PORTARIA Nº 15540/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2098/2019, de 20 de dezembro de 2019:

**A D M I T I R**

EDILAINE GAWSKI PREVIDE, Cód. 3.608, brasileira, casada, nascida aos 07.03.1984, portadora do RG nº 4.391.971, e CPF nº 005.685.919-84, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo no CEIEF Paulo Henrique Pissaia, com carga horária de 20 horas semanais, no turno matutino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15541/2020 - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO CASSANDRA MILESI**

Publicação Nº 2355574

PORTARIA Nº 15541/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei nº 04/90, de 02.03.1990 alterada pela Lei 1681/19 de 01.05.2019, artigo 23, inciso I, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e Edital de Concurso Público nº 01/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2097/2019, de 20 de dezembro de 2019, resolve:

**NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO**

CASSANDRA MILESI, Código: 3.609, brasileira, solteira, nascida aos 14.02.1996, residente e domiciliada na Rua 1 de maio, nº 694, bairro Jardim Peperi, cidade de São Miguel do Oeste - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 090.097.089-85 e Cédula de Identidade nº 6.430.473 pelo órgão emissor SESP/SC, para o cargo efetivo (20) Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o Regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS/INSS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15542/2020 - LOTAR CASSANDRA MILESI**

Publicação Nº 2355578

PORTARIA Nº 15542/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com os Capítulos VI e VII, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

LOTAR

CASSANDRA MILESI, Código: 3.609, brasileira, solteira, nascida aos 14.02.1996, residente e domiciliada na Rua 1 de maio, nº 694, bairro Jardim Peperi, cidade de São Miguel do Oeste - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 090.097.089-85 e Cédula de Identidade nº 6.430.473 pelo órgão emissor SESP/SC, para o cargo efetivo (20) Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, na Secretaria de Administração, com exercício das atribuições do cargo no Prédio da Prefeitura Municipal, e seus efeitos a contar da presente data.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

#### **PORTARIA Nº 15543/2020 - A D M I T I R SANDRA MARIA VICARI**

Publicação Nº 2355581

PORTARIA Nº 15543/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 392/2002, de 18.06.2002, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 02/2020, de 31 de janeiro de 2020, homologado pelo Decreto nº 2107/2020, de 07 de fevereiro de 2020:

#### **A D M I T I R**

SANDRA MARIA VICARI, Cód. 3.610, brasileira, casada, nascida aos 29.11.1960, portadora do RG nº 13/R-1.858.620, e CPF nº 806.388.219-91, para o cargo (239) de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria da Saúde, com exercício na Estratégia Saúde da Família – ESF 03, micro-área: 03, com área de abrangência em parte do Distrito de Itajubá, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 até a homologação de teste seletivo, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

#### **PORTARIA Nº 15544/2020 - CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À DAIANE BALDO**

Publicação Nº 2355583

PORTARIA Nº 15544/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 156 referendos e 157, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e redação dada pela Lei nº 376/2002, de 24.04.2002, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

à DAIANE BALDO, Código: 3.601, brasileira, solteira, nascida aos 09.07.1986, portadora do CPF nº 052.609.099-50 e RG nº 13/R-3.560.467, residente e domiciliada na Rua Ludovico Wronski, nº 582, cidade de Descanso – SC, cargo (269) efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde Aline Jaroseski ESF – 01, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente aos períodos de 04.04.2013 a 10.04.2014, 05.05.2014 a 31.12.2015, 10.05.2016 a 04.09.2016 e 05.09.2016 a 01.09.2019, computados 06 anos, elevando o percentual dos triênios para 12% (doze por cento) sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### **PORTARIA Nº 15545/2020 - CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À DAIANE BALDO**

Publicação Nº 2355590

PORTARIA Nº 15545/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de agosto de 2019, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

à DAIANE BALDO, Código: 3.601, brasileira, solteira, nascida aos 09.07.1986, portadora do CPF nº 052.609.099-50 e RG nº 13/R-3.560.467, residente e domiciliada na Rua Ludovico Wronski, nº 582, cidade de Descanso – SC, cargo (269) efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo na Unidade Básica de Saúde Aline Jaroskeski ESF – 01, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, sendo concedido adicional de insalubridade, por ser considerado insalubre de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

### **PORTARIA Nº 15546/2020 - CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO À MARCOS ANTONIO MARCON**

Publicação Nº 2355597

PORTARIA Nº 15546/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 156 referendos e 157, da Lei nº 086/91, de 27.12.91 e redação dada pela Lei nº 376/2002, de 24.04.2002, resolve:

#### **CONCEDER ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

à MARCOS ANTONIO MARCON, Código: 3.602, brasileiro, solteiro, nascido aos 20.04.1983, portador do CPF nº 037.967.189-14 e RG nº 13/R-4.040.954, residente e domiciliado na Linha Macaco Branco, cidade de Descanso – SC, para o cargo efetivo (101) de Motorista Cat. "D", lotada na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Saúde Iria Lurdes Daltoé ESF – 02, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente aos períodos de 10.01.2012 a 16.12.2012, 01.03.2016 a 02.04.2018, computados 03 (três) anos, elevando o percentual dos triênios para 6% (seis por cento) sobre o vencimento, cessando o anterior já concedido, e seus efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15547/2020 - CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À MARCOS ANTONIO MARCON**

Publicação Nº 2355600

PORTARIA Nº 15547/2020, de 10 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o Art. 1º, da Lei nº 029/94, de 13.09.94, que altera o Art. 160, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, NR-15, conforme enquadramento no Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho elaborado pelo SESI - Serviço Social da Indústria, de agosto de 2019, resolve:

**CONCEDER ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

à MARCOS ANTONIO MARCON, Código: 3.602, brasileiro, solteiro, nascido aos 20.04.1983, portador do CPF nº 037.967.189-14 e RG nº 13/R-4.040.954, residente e domiciliado na Linha Macaco Branco, cidade de Descanso – SC, para o cargo efetivo (101) de Motorista Cat. "D", lotada na Secretaria da Saúde, para exercício das atribuições do cargo no Centro de Saúde Iria Lurdes Daltoé ESF – 02, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, sendo concedido adicional de insalubridade, por ser considerado insalubre de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, e seus efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Descanso - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15548/2020 - A D M I T I R SILVERIO ANTONIO HOINACKI**

Publicação Nº 2355606

PORTARIA Nº 15548/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90, de 02.03.1990, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 01/2019, de 09 de abril de 2019, homologado pelo Decreto nº 2049/2019, de 24 de julho de 2019:

**A D M I T I R**

SILVERIO ANTONIO HOINACKI, Código 3.611, casado, nascido em 12.10.74, residente em Av. Marechal Deodoro, n. 518, Descanso - SC, para o cargo (101) de Motorista Cat. "C", com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Agricultura, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, com exercício das atribuições do cargo no Incentivo e Assistência ao Produtor Rural, e adicional de insalubridade de grau médio, correspondendo a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, pelo período de 14 de fevereiro de 2020 a 12 de junho de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15549/2020 - A D M I T I R DÉBORA FURLANETTO**

Publicação Nº 2355610

PORTARIA Nº 15549/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2098/2019, de 20 de dezembro de 2019:

**A D M I T I R**

DÉBORA FURLANETTO, Código: 3.612, brasileira, solteira, nascida em 24.08.1994, RG nº 13/R-5.865.697, CPF nº 092.449.469-71, residente e domiciliada no Distrito de Itajubá, interior do município de Descanso/SC, para o cargo (12) de Professor – Habilitado, Ensino Superior, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, com exercício das atribuições do cargo no CEEF Getúlio Vargas, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, pelo período de 12 de fevereiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15550/2020 - CONCEDER FÉRIAS À SUELE LOVANE STRAPASSON**

Publicação Nº 2355613

PORTARIA Nº 15550/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com os artigos 92 a 101, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER FÉRIAS**

à SUELE LOVANE STRAPASSON, Código: 2.391, ocupante do cargo (246) efetivo de Psicóloga - CRAS, lotada na Secretaria de Assistência Social para exercício das atribuições do cargo no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, com carga horária de 40 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, referente ao período aquisitivo de 10 de junho de 2017 a 09 de junho de 2018, sendo o período de gozo a contar de 12 de fevereiro de 2020 a 12 de março de 2020.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito de Descanso  
Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**PORTARIA Nº 15551/2020 - A D M I T I R MAIKELE SOUTIER**

Publicação Nº 2355623

PORTARIA Nº 15551/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, alterada pela Lei nº 1681/2019, de 18 de abril de 2019, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2098/2019, de 20 de dezembro de 2019:

**A D M I T I R**

MAIKELE SOUTIER, Código: 3.613, brasileira, solteira, nascida aos 27.10.1995, residente e domiciliada na Linha Piaseski, no município de Belmonte - SC, portadora do CPF/CIC sob nº 087.730.829-29 e Cédula de Identidade sob nº 5.549.251, expedida em 08.05.2013, pelo órgão emissor SESP/SC, para o cargo (233) de Auxiliar de Ensino, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na Creche Municipal Professora Gracinha, com carga horária de 40 horas semanais, no turno matutino, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, pelo período de 12 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

## **PORTARIA Nº 15552/2020 - A D M I T I R JÉSSICA RECK**

Publicação Nº 2356111

PORTARIA Nº 15552/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 303, da Lei nº 086/91, 27.12.91, alterado pela Lei nº 106/97, de 22.09.97, Lei nº 04/90 de 02.03.1990 alterada pela Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 354/2001 de 18.12.2001, artigo 37, inciso IX e artigo 40, § 13 da CF - Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.98, Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, de 02 de outubro de 2019, homologado pelo Decreto nº 2098/2019, de 20 de dezembro de 2019:

### **A D M I T I R**

JÉSSICA RECK, Código: 3.614, brasileira, casada, nascida aos 11.06.1992, residente e domiciliada na Linha Campinas, no município de Descanso - SC, portadora do CPF sob nº 088.689.659-25 e Cédula de Identidade sob nº 59.556.442-2, expedida em 03.08.2017, pelo órgão emissor SSP/SP, para o cargo (12) de Professor – Ensino Superior, Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para exercício das funções do cargo na EBM Cachoeirinha, com carga horária de 20 horas semanais, sob o regime Estatutário, vinculada ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Plano de Carreira dos Profissionais em Educação do Magistério Público do Município de Descanso, pelo período de 12 de fevereiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, salvo determinação em contrário.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

## **PORTARIA Nº 15553/2020 - ALTERA PORTARIA Nº 14347/2019, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2019, QUE RESOLVE**

Publicação Nº 2356118

PORTARIA Nº 15553/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 86, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

ALTERA PORTARIA Nº 14347/2019, de 08 de fevereiro de 2019.

que resolve: Art. 1º Designar Comissão Especial composta por MÁICON ROSIN, Chefe da Divisão de Educação, matrícula: 3.408; FABIO ROGÉRIO RECK, Assessor Técnico Material, matrícula: 3.367; MARILENE PILATTI, Diretora de Escola, matrícula: 1.042 RODRIGO BRATKOSKI, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula: 723 e; ROBSON JOSÉ BONAMIGO, Motorista, matrícula nº Código: 3.030, para sob a presidência do primeiro, comporem a comissão de acompanhamento do serviço de transporte escolar, com a finalidade de averiguar sua regular execução, quanto a quilometragem diária, o cumprimento do itinerário, regularidade dos documentos do veículo, seguro, e cumprimento das demais obrigações contratuais, e emissão de relatório periódico por itinerário.

Art. 2º A Comissão poderá requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º A comissão será responsável por realizar vistorias periódicas "in loco" emitir o respectivo relatório, bem como averiguar eventuais denúncias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria



**PORTARIA Nº 15554/2020 - CONCEDER GOZO DE FÉRIAS CLÉBER LUIZ RECH**

Publicação Nº 2356124

PORTARIA Nº 15554/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com o artigo 92, da Lei nº 086/91, de 27.12.91, resolve:

**CONCEDER GOZO DE FÉRIAS**

CLÉBER LUIZ RECH, Código: 3.088, ocupante do cargo (59) em comissão de Secretário da Saúde, sob o regime Estatutário, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso referente ao período aquisitivo de 02 de janeiro de 2018 a 01 de janeiro de 2019, sendo o período de gozo a contar de 16 de setembro de 2019, até 15 de outubro de 2019, sendo interrompidos pela Portaria nº 14988/2019, de 01 de outubro de 2019, restando 15 (quinze) dias, dos quais 01 (um) foi gozado em 16 de outubro de 2019, restando portanto, 14 (quatorze) dias, dos quais 1/2 (meio) dia foi gozado em 10.02.2020 e 01 (um) dia em 11.02.2020, restando portanto 12 (doze) dias e ½ (meio) a serem usufruídos em nova data.

Descanso - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Certifico que publiquei a presente Portaria em data supra.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

**Dionísio Cerqueira****PREFEITURA****CONTRATO 7 E 8-2020 - CREDENCIAMENTO 3-2020 - FMS**

Publicação Nº 2354143

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 7/2020 - FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO  
CERQUEIRA

Contratada....: IVONETE EDINA RUSCHEL - ME

Valor ..... : 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 13/02/2020 Término: 12/02/2021

Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 3/2020

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA  
REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS  
ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA  
PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO  
MUNICÍPIO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 12 de Fevereiro de 2020

Contrato Nº.: 8/2020 - FMS

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO  
CERQUEIRA

Contratada....: CLINICA DE FISIOTERAPIA DENISE S B VARELA - EIRELI

Valor ..... : 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 13/02/2020 Término: 12/02/2021

Licitação ..... : Outras Modalidades Nº.: 3/2020

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA  
REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS  
ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA  
PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO  
MUNICÍPIO.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

Dionísio Cerqueira, 12 de Fevereiro de 2020

**EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 30-2020 - PMDC**

Publicação Nº 2354549

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2020

REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 30/2020, Edital de Pregão Nº 30/2020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDATICOS E MATERIAIS ESCOLARES, PARA USO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 27/02/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL



**EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 31-2020 - PMDC**

Publicação Nº 2355670

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
PREFEITURA MUNICIPAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 31/2020, Edital de Pregão Nº 31/2020, Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, COM DIAMETROS 200/400/600/800/1000/1500 MM E PISO INTERTRAVADO (PAVER), PARA O MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA – SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 28/02/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO PREGAO PRESENCIAL 7-2020 - FMS**

Publicação Nº 2354187

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 7/2020, Edital de Pregão Nº 7/2020, objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NAS OFICINAS TERAPEUTICAS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO JUNTO AO CAPS. Recebimento, abertura e julgamento às 08:30 horas do dia 27/02/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

**HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 3-2020 - FMS**

Publicação Nº 2354149

OUTRAS MODALIDADES Nº 3/20  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/20  
HOMOLOGAÇÃO: 12/02/20  
CONTRATADO: IVONETE EDINA RUSCHEL - ME  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.500 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)  
DATA: 12/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
OUTRAS MODALIDADES Nº 3/20  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/20  
HOMOLOGAÇÃO: 12/02/20  
CONTRATADO: CLINICA DE FISIOTERAPIA DENISE S B VARELA -EIRELI  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA  
OBJETO: CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA NAS ALTERAÇÕES MOTORAS E DEMAIS ALTERAÇÕES, BEM COMO PARA PACIENTES CRONICOS ACAMADOS, RESIDENTES EM NOSSO MUNICÍPIO.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 42.500 (quarenta e dois mil e quinhentos reais)  
DATA: 12/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.  
-----

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 6-2020 - FMS**

Publicação Nº 2355085

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/20  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/20  
HOMOLOGAÇÃO: 12/02/20

CONTRATADO: FARMACIA FARMACITY EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO  
CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERFUMARIA EM GERAL, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE 'A' a 'Z' (ETICOS E GENERICOS), EM FARMACIA LOCAL, CONSTANTES NA CMED – ANVISA VIGENTE, PARA O SETOR DA SAUDE, DEMANDAS JUDICIAIS, ATRAVES DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA VIGENTE CMED/ANVISA, PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

DATA: 12/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

-----  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/20  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/20  
HOMOLOGAÇÃO: 12/02/20

CONTRATADO: FARMACIA LOVIS EIRELI

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO  
CERQUEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERFUMARIA EM GERAL, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE 'A' a 'Z' (ETICOS E GENERICOS), EM FARMACIA LOCAL, CONSTANTES NA CMED – ANVISA VIGENTE, PARA O SETOR DA SAUDE, DEMANDAS JUDICIAIS, ATRAVES DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA VIGENTE CMED/ANVISA, PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.000,00 (Setenta mil reais)

DATA: 12/02/20 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 2/2020 - PREGÃO 6-2020 - FMS**

Publicação Nº 2355089

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 6/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020**

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.265.919/0001-23, com sede administrativa localizada na RUA DOM PEDRO II, Nº 969, bairro CENTRO, CEP nº. 89950-000, nesta cidade de Dionísio Cerqueira/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº. 796.689.179-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2020, Processo Licitatório nº. 6/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERFUMARIA EM GERAL, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE 'A' a 'Z' (ETICOS E GENERICOS), EM FARMACIA LOCAL, CONSTANTES NA CMED - ANVISA VIGENTE, PARA O SETOR DA SAUDE, DEMANDAS JUDICIAIS, ATRAVES DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA VIGENTE CMED/ANVISA, PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8233	FARMACIA FARMACITY - EIRELI	1, 3
8324	FARMACIA LOVIS LTDA	2

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
FARMACIA FARMACITY - EIRELI	18.921.617/0001-05	IVONEIDE EDIMARA RUSCHEL TAFAT	033.547.589-29
FARMACIA LOVIS LTDA	20.036.341/0001-24	DRIELLY DE CASSIA LOVIS BENTO	058.294.669-70

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PERFUMARIA EM GERAL, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE 'A' a 'Z' (ETICOS E GENERICOS), EM FARMACIA LOCAL, CONSTANTES NA CMED - ANVISA VIGENTE, PARA O SETOR DA SAUDE, DEMANDAS JUDICIAIS, ATRAVES DO MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA VIGENTE CMED/ANVISA, PARA SUPRIR A DEMANDA JUNTO AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 8233 - FARMACIA FARMACITY - EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	medicamentos éticos de "A" a "Z" descritos na Tabela CMED, mediante a obtenção de maior percentual de desconto sobre a referida tabela vigente.	UN	ETICOS	1,000	0,0000	0,00
3	Itens de perfumaria em geral	UN		1,000	0,0000	0,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA**

Página: 2/7  
 Processo Nº.: 6/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020

**Fornecedor: 8324 - FARMACIA LOVIS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	medicamentos genéricos de "A" a "Z" descritos na Tabela CMED, mediante a obtenção de maior percentual de desconto sobre a referida tabela vigente.	UN	GENERICOS	1,000	0,0000	0,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 3/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 6/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020****CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 4/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 6/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 6/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 6/7

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA****Processo Nº.: 6/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020**

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 6/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2020

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Dionísio Cerqueira para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Dionísio Cerqueira, 12 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

FARMACIA FARMACITY - EIRELI

CNPJ: 18.921.617/0001-05 \_\_\_\_\_

FARMACIA LOVIS LTDA

CNPJ: 20.036.341/0001-24 \_\_\_\_\_

# Dona Emma

## PREFEITURA

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2020

Publicação Nº 2355514

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 10/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 07:30 horas do dia 27 de fevereiro de 2020, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório exclusivo para microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, objetivando o Registro de Preços para aquisição de refeições preparadas para todas as Secretarias Municipais; para o destacamento da Polícia Militar e para o Gabinete do Prefeito deste Município. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma, em 12 de fevereiro de 2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020

Publicação Nº 2355517

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 11/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 11:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2020, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório para Registro de Preços para eventuais contratações de empresa/ liga/ associação para prestação de serviços de arbitragem, segurança e conselho de julgamento dos jogos de futsal e futebol de campo amador do Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma, em 12 de fevereiro de 2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2020

Publicação Nº 2355520

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020  
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 14:00 horas do dia 27 de fevereiro de 2020, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório exclusivo para microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, objetivando o Registro de Preços da prestação de serviço de transporte de passageiros, para todas as Secretarias Municipais do Município de Dona Emma. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.donaemma.sc.gov.br](http://www.donaemma.sc.gov.br). Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em

dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail [compras@donaemma.sc.gov.br](mailto:compras@donaemma.sc.gov.br).

Dona Emma, em 12 de fevereiro de 2020.

Nerci Barp  
Prefeito Municipal.

## RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO N. 09/2020

Publicação Nº 2355380

MUNICÍPIO DE DONA EMMA  
TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 01/2020  
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

RETIFICA o Edital de Tomada de Preços nº 01/2020, de 11 de fevereiro de 2020, tendo como objeto: "Contratação de obras de pavimentação asfáltica da Rua Alberto Koglin - Trechos 01 e 03, com extensão de 1.192,81 metros (pactuados através de operação de crédito) e Trecho 02 com extensão de 216,81 metros (pactuado através do Contrato de Repasse nº 866900/2018/MDR/CAIXA, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR, representado pela Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa Planejamento Urbano)".

Fica alterado o item 7.1.3, letra "a" do edital, ficando desta forma descrito:

Onde se lê:

a) Registro do licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia;

Leia-se:

a) Registro do licitante junto ao CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia ou junto ao CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo;

Fica mantida a data de abertura da Tomada de Preços, para o dia 27/02/2020 às 09h00min.

Dona Emma (SC), 12 de fevereiro de 2020.

NERCI BARP  
Prefeito Municipal

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 008/2020

Publicação Nº 2355565

DECRETO Nº 008, de 10 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre desmembramento de área urbana.

SIMONI MERCIÀ MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei Federal nº 6.766/79 e na Lei Complementar nº 125, de 30/09/2014;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aprovado o desmembramento de terras urbanas de um imóvel de propriedade de GETULIO VARGAS. – CPF nº 506.374.109-63, contendo uma área 20.846,75 m<sup>2</sup> (vinte mil oitocentos e quarenta e seis metros quadrados e setenta e cinco centésimos), conforme planta projeto e documentação apresentada pelo proprietário.

Art. 2º – O desmembramento aprovado por este decreto provem de um terreno urbano, matriculado sob o nº 7.965, Livro 2 – 2º Registro de Imóveis da Comarca de Timbó/SC com área escriturada de 20.846,75 m<sup>2</sup> (vinte mil oitocentos e quarenta e seis metros quadrados e setenta e cinco centésimos), localizado no lado par da Rua Castelo Branco, distando pelo lado par da Rua Castelo Branco (ponto 10A) até o entroncamento da Rua Santa Catarina em 572,00 m, município de Doutor Pedrinho/SC, situada sobre a Macrozona Urbana – Zona de Urbanização - ZU 01, cadastrado nesta Prefeitura sob Cadastro Imobiliário nº 24392 e Inscrição Imobiliária nº 01.01.014.0637, com as seguintes confrontações: Frente: Rua Marechal Castelo Branco; Fundos: Diocese de Blumenau, matrícula nº 3.876 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó; Lado Direito: Mario Pedro Langa, matrícula nº 3.368 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó; Lado Esquerdo: Ambrosio Langa, matrícula nº 3.366 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo vértice 0=PP, de coordenadas UTM N- 7044905,179 e E – 650779,320. Deste segue confrontando com a Matrícula 3.368 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, de Mario Pedro Langa, com distância de 252,28 m e azimuth de 266º12'16" até o vértice 1, de coordenadas UTM N – 7044888,478 e E – 650527,594, esta linha compreendendo o lado direito, deste segue confrontando com o lado par da Rua Marechal Castelo Branco, com distância de 74,50 m e azimuth de 173º00'40" até o vértice 2, de coordenadas UTM N – 7044814,532 e E – 650536,659, este a frente, deste segue confrontando com Ambrosio Langa, matrícula nº 3.366 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com distância de 210,58 m e azimuth de 94º22'18" até o vértice 3, de coordenadas UTM N – 7044798,480 e E – 650746,624, este o lado esquerdo, deste segue confrontando com Diocese de Blumenau, matrícula nº 3.876 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, com distância de 111,60 m e azimuth de 17º02'12" até o vértice 0=PP, de coordenadas UTM N – 7044905,179 e E – 650779,320, este os fundos, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Que sobre o imóvel foram construídos: uma residência em alvenaria com a área de 166,65 m<sup>2</sup>, sob o nº 570; uma residência em alvenaria com a área de 127,80 m<sup>2</sup>, sob o nº 544; uma residência em material misto com a área de 101,50 m<sup>2</sup>, sob o nº 552; uma residência em alvenaria com a área de 90,00 m<sup>2</sup>, sob o nº 556; uma residência em alvenaria com a área de 135,00 m<sup>2</sup>, sob o nº 564; um depósito em alvenaria com área de 36,00 m<sup>2</sup> sob nº1; um depósito em alvenaria com área de 43,20 m<sup>2</sup> sob nº2, edificações essas a serem averbadas posteriormente junto a matrícula do imóvel.

Parágrafo Único – Do referido imóvel é desmembrado em quatro lotes abaixo descritos.

I – Lote 1 – Terreno urbano com área de 15.903,92 m<sup>2</sup> (quinze mil e novecentos e três metros quadrados e noventa e dois centésimos), localizado no lado par da Rua Castelo Branco, distando pelo lado par da Rua Castelo Branco (ponto 0=PP) até o entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Castelo Branco lado par em 634,50 m, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 0=PP, de coordenadas UTM N- 7044876,567 e E – 650529,054, em uma linha reta de 12,00 m e azimuth de 353º00'40", com o lado par da Rua Castelo Branco, até o ponto 1, de coordenadas UTM N- 7044888,478 e E – 650527,594, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 252,28 m e azimuth de 86º12'16", com Mario Pedro Langa (Matrícula nº 3.368, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 2, de coordenadas UTM N- 7044905,179 e E – 650779,320, este o lado direito, deste segue em linha reta de 111,60m e azimuth de 198º44'59", com Diocese de Blumenau (Matrícula nº 3.876, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) até o ponto 3, de coordenadas UTM N- 7044798,480 e E – 650746,624, sendo este os fundos, deste segue em linha reta de 145,09 m e azimuth de 274º22'18", com Ambrosio Langa (Matrícula nº 3.366, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 4, de coordenadas UTM N- 7044809,539 e E – 650601,962, este o lado esquerdo, deste segue em linha reta de 72,98m e azimuth de 6º55'53", sendo 27,64m com o lote 4 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó) e 45,34m com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 5, de coordenadas UTM N- 7044881,989 e E – 650610,770, sendo este a frente, deste segue em linha reta de 81,90m e azimuth de 266º12'16", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 0=PP ponto inicial da descrição, este o lado esquerdo do lote. Que sobre o imóvel foram construídos: uma residência em alvenaria com a área de 127,80 m<sup>2</sup>, sob o nº 544; uma residência em alvenaria com a área de 90,00 m<sup>2</sup>, sob o nº 556; um depósito em alvenaria com área de 36,00 m<sup>2</sup>, sob o nº 1; edificações essas a serem averbadas posteriormente junto a matrícula do imóvel.

II – Lote 2 – Terreno urbano com área de 2.495,75m<sup>2</sup> (dois mil quatrocentos e noventa e cinco metros quadrados e setenta e cinco centésimos), localizado no lado par da Rua Castelo Branco, distando pelo lado par da Rua Castelo Branco (ponto 10) até o entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Castelo Branco lado par em 584,00m, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 10, de coordenadas UTM N- 7044826,442 e E – 650535,199 em uma linha reta de 19,28 m e azimuth de 94º22'18", com Lote 4 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 11, de coordenadas UTM N- 7044824,972 e E – 650554,428, sendo este o lado esquerdo, deste segue em uma linha reta de 16,08

m e azimute de 13°33'32", com o lote 4 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 12, de coordenadas UTM N- 7044840,606 e E – 650558,198, sendo este o lado esquerdo, deste segue em uma linha reta de 47,24 m e azimute de 94°24'01", com o lote 4 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 4A, de coordenadas UTM N- 7044836,982 e E – 650605,298, sendo este o lado esquerdo, deste segue em uma linha reta de 45,34 m e azimute de 6°55'53", com o lote 1 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 5, de coordenadas UTM N- 7044881,989 e E – 650610,770, sendo este os fundos, deste segue em uma linha reta de 81,90 m e azimute de 266°12'16", com o lote 1 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 0=PP, de coordenadas UTM N- 7044876,567 e E – 650529,054, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 5,00 m e azimute de 173°00'40", com o lado par da Rua Castelo Branco, até o ponto 6, de coordenadas UTM N- 7044871,604 e E – 650529,663, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 36,75 m e azimute de 85°51'41", com o lote 3 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 7, de coordenadas UTM N- 7044874,256 e E – 650566,313, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 31,83 m e azimute de 193°33'32", com o lote 3 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 8, de coordenadas UTM N- 7044843,316 e E – 650558,852, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 26,04 m e azimute de 274°22'18", com o lote 3 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 9, de coordenadas UTM N- 7044845,301 e E – 650532,887, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 19,00 m e azimute de 173°00'40", com o lado par da Rua Castelo Branco, até o ponto 10, ponto inicial da descrição, sendo este a frente do lote.

Que sobre o imóvel foram construídos: uma residência em alvenaria com a área de 166,65 m², sob o nº 570; um depósito em alvenaria com área de 43,20 m², sob o nº 2; edificações essas a serem averbadas posteriormente junto a matrícula do imóvel.

III – Lote 3 – Terreno urbano com área de 895,38 m² (oitocentos e noventa e cinco metros quadrados e trinta e oito centésimos), localizado no lado par da Rua Castelo Branco, distando pelo lado par da Rua Castelo Branco (ponto 9) até o entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Castelo Branco lado par em 603,00m, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 6, de coordenadas UTM N- 7044871,604 e E – 650529,663, em uma linha reta de 26,50 m e azimute de 173°00'40", com o lado par da Rua Castelo Branco, até o ponto 9, de coordenadas UTM N- 7044845,301 e E – 650532,887, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 26,04 m e azimute de 94°22'18", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 8, de coordenadas UTM N- 7044843,316 e E – 650558,852, sendo este o lado esquerdo, deste segue em uma linha reta de 31,83 m e azimute de 13°33'32", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 7, de coordenadas UTM N- 7044874,256 e E – 650566,313, sendo este os fundos, deste segue em uma linha reta de 36,75 m e azimute de 265°51'41", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 6, ponto inicial da descrição, sendo este o lado direito do lote.

Que sobre o imóvel foi construída uma residência em material misto com a área de 135,00 m², sob o nº 564, edificações essas a serem averbadas posteriormente junto a matrícula do imóvel.

IV – Lote 4 – Terreno urbano com área de 1.551,70 m² (hum mil quinhentos e cinquenta e um metros quadrados e setenta centésimos), localizado no lado par da Rua Castelo Branco, distando pelo lado par da Rua Castelo Branco (ponto 10A) até o entroncamento da Rua Santa Catarina com a Rua Castelo Branco lado par em 572,00m, município de Doutor Pedrinho/SC. Terreno em forma irregular, descrito inicialmente pelo ponto 10A, de coordenadas UTM N- 7044814,532 e E – 650536,659, em uma linha reta de 12,00 m e azimute de 353°00'40", com o lado par da Rua Castelo Branco, até o ponto 10, de coordenadas UTM N- 7044826,442 e E – 650535,199, sendo este a frente, deste segue em uma linha reta de 19,28 m e azimute de 94°22'18", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 11, de coordenadas UTM N- 7044824,972 e E – 650554,428, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 16,08 m e azimute de 13°33'32", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 12, de coordenadas UTM N- 7044840,606 e E – 650558,198, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 47,24 m e azimute de 94°24'01", com o lote 2 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 4A, de coordenadas UTM N- 7044836,982 e E – 650605,298, sendo este o lado direito, deste segue em uma linha reta de 27,64 m e azimute de 186°55'53", com o lote 1 a desmembrar de Getulio Vargas (Matrícula nº 7.965, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 4, de coordenadas UTM N- 7044809,539 e E – 650601,962, sendo este os fundos, deste segue em uma linha reta de 65,49 m e azimute de 274°22'18", com Ambrosio Langa (Matrícula nº 3.366, Livro nº2 - 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó), até o ponto 10A, ponto inicial da descrição, sendo este o lado esquerdo do lote.

Que sobre o imóvel foi construída uma residência em material misto com a área de 101,50 m², sob o nº 552, edificações essas a serem averbadas posteriormente junto a matrícula do imóvel.

Art. 3º – Apesar da aprovação do desmembramento feito por este decreto, o proprietário requerente está obrigado a atender todas as exigências a que está sujeito conforme determina a legislação e sua regulamentação.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o decreto 049 de 23 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de fevereiro de 2020; 32º ano de Fundação; 30º de Emancipação Política.

SIMONI MERCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado de forma regulamentar.  
Doutor Pedrinho, 10 de fevereiro de 2020.

TARCISIO LENZI  
Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 045/2020**

Publicação Nº 2355556

PORTARIA no 045, de 10 de fevereiro de 2020.

Altera membros da Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica e artigo 122, da Lei Complementar nº 50/2006,

Considerando-se que é dever da administração Pública, apurar fatos que contenham indícios de infrações disciplinares cometida por servidores públicos municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar, no âmbito do Município de Doutor Pedrinho, sob a presidência do primeiro e sem ônus para municipalidade:

- Marizete Dolores Nones Fiamoncini – Agente Administrativo II
- Geroneia Cordeiro – Agente Administrativo II
- Valkiria Terezinha Frainer Fronza – Auxiliar de Enfermagem

Art. 2º - A Comissão ora designada terá como atribuições apurar as responsabilidades dos servidores municipais em decorrência de infrações praticadas no exercício de suas atribuições ou que tenham relação com as atribuições do cargo em que se encontrem investidos, de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 50 e nas demais normas municipais aplicáveis.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 10 de fevereiro de 2020; 32º ano de Fundação; 30º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES  
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO 106/2019**

Publicação Nº 2354484

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 106/2019

Considerando-se o resultado do Processo de Pregão Presencial nº 080/2019, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e legislação pertinente, as propostas e as cláusulas do Contrato Administrativo nº 106/2019;

Considerando-se o requerimento formulado pela empresa Auto Posto Doutor Pedrinho Ltda, pleiteando, com base no item 10.3 do Edital de Pregão nº 080/2019, as revisões nos preços propostos no pregão;

Considerando-se a comprovação do aumento de custos dos combustíveis depois da contratação com a municipalidade, com o conseqüente desequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

As partes, de um lado o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 79.373.775/0001-62, com endereço na Rua Brasília, 02, Centro – Doutor Pedrinho/SC, neste ato representado pela Prefeita SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, doravante denominado simplesmente MUNICÍPIO, e de outro a Empresa AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 82.775.636/0001-70, com endereço à Rua Brasília, 403, Centro – Doutor Pedrinho - CEP: 89.126-000, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, celebrar Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 106/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

O valor do item 001 (ÓLEO DIESEL S500 COMUM) de que trata a Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 106/2019, firmado em 19/12/2019, fica alterado por este Termo, passando de R\$ 3,57 (três reais cinquenta e sete centavos) para R\$ 3,54 (três reais cinquenta e quatro centavos), o item 002 (ÓLEO DIESEL S10 ADITIVADO) passa de R\$ 3,7

03 (três reais setenta centavos e três décimos de centavos) para R\$ 3,598 (três reais cinquenta e nove centavos e oito décimos de centavos) e o item 003 (GASOLINA COMUM) passa de R\$ 4,276 (quatro reais vinte e sete centavos e seis décimos de centavos) para R\$ 4,27 (quatro reais vinte e sete centavos), a contar desta data.

Parágrafo Único – O valor global estabelecido na Cláusula Primeira do Contrato Administrativo nº 106/2019, fica corrigido com a aplicação dos novos valores estabelecidos neste Termo Aditivo para a quantidade remanescente do combustível.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

As demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 106/2019, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Doutor Pedrinho, SC, em 12 de fevereiro de 2020.

SIMONI M. M. NONES	KATIA C. P. NONES
PREFEITA MUNICIPAL MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO CONTRATANTE	SÓCIA ADMINISTRADORA AUTO POSTO DOUTOR PEDRINHO LTDA CONTRATADA

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER  
ASSESSOR JURÍDICO

Testemunhas:

TARCÍSIO LENZI ELAINE R. ESPÍNDOLA WOLLERT

# Entre Rios

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 004/2020

Publicação Nº 2355256

DECRETO N.004/2020

DE 06 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar originário do Orçamento Geral do Município no programa de 2018 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV.ECONOMICO

Unidade Orçamentária: 06.01 – MAN.SEC.AGRICULTURA

Funcional: 20.608.2001.2.016 – MAN.SEC.AGRICULTURA

Despesa: 4.4.90.00 (60) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias.

Órgão: 06 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENV.ECONOMICO

Unidade Orçamentária: 06.01 – MAN.SEC.AGRICULTURA

Funcional: 20.608.2001.2.016 – MAN.SEC.AGRICULTURA

Despesa: 3.3.90.00 (59) – 0.1.0000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 006/2020

Publicação Nº 2355258

DECRETO N. 006/2020

DE 27 DE JANEIRO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ENTRE RIOS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Entre Rios e autorização contida na Lei Municipal nº.784/19 de 02 de dezembro de 2019.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal nº.784/19 de 02/12/2019, no valor de R\$ 45.295,01 (quarenta e cinco mil, duzentos e noventa e cinco reais e um centavo), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Funcional: 12.361.1201.2.007 – Manut.das Ativ.do Ensino Fundamental

Despesa: 3.3.90.00 –1332 – (129) Aplicações Diretas ..... R\$ 45.295,01

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 1.3.32 – Recursos Vinculados - Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de janeiro de 2020.

JURANDI DELL OSBEL  
PREFEITO MUNICIPAL



# Ermo

## PREFEITURA

### ATO CONVOCATÓRIO 001/2020

Publicação Nº 2355245

ATO CONVOCATÓRIO 001/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2018

O Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 002/2018, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 002/2018;
2. Os candidatos devem apresentar-se imediatamente, a não apresentação do candidato no prazo de 05 dias úteis será considerada desistente, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Cargo: Auxiliar de Ensino da Educação

018 143145 HELIDA BARDINI VITALI  
019 143136 TEREZINHA APARECIDA NAZARIO ACORDI  
020 141594 ELAINE SANTANA MORGEROT  
021 139029 LORIZETE ANTONIO  
022 143749 KATIA REGINA DOS SANTOS MARTINS  
023 143966 MAIARA MIRANDA BARDINI  
024 138333 MIRIAN CRISTINA LEONARDO ROSIN  
025 143001 ADRIANA BORGES QUADROS  
026 139409 GABRIELA COELHO ZANATTA  
027 135854 LARISSA BORGES GREGORINI  
028 137668 LEANDRO DA SILVA MOTA

### ATO CONVOCATÓRIO 002/2020

Publicação Nº 2355438

ATO CONVOCATÓRIO 002/2020

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Processo Seletivo Edital 001/2018, torna público o que segue:

1. Ficam CONVOCADOS os candidatos abaixo identificados, aprovados no Processo Seletivo Edital nº 001/2018;
2. Os candidatos devem apresentar-se imediatamente, a não apresentação do candidato no prazo de 05 dias úteis será considerada desistente, sendo convocados os seguintes da lista de classificação.

Cargo: Motorista I

004 140233 LEONARDO CIBIEN SCARSANELLA

### DECRETO N.º 008, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355595

DECRETO N.º 008, de 13 de fevereiro de 2020.

Determina Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 62 inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º Ponto facultativo nas repartições públicas municipais no dia 24 de fevereiro (segunda-feira) e no dia 26 de fevereiro (quarta-feira de Cinzas) em virtude do feriado de 25/02/2020 (Carnaval).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **ERRATA PORTARIA Nº 030, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355443

#### **ERRATA**

Na Edição Nº 2720, de 04/01/2019, página 352, do Jornal Diário Oficial, Portaria nº 030, de 07 de fevereiro de 2020, Admite Servidores em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências. Onde se lê: Aline Inácio da Rosa. leia-se: "Aline Inácio Rocha"

### **PORTARIA Nº 042, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355418

PORTARIA Nº 042, de 13 de fevereiro de 2020.  
Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir JESSICA PEREIRA AMÉRICO, CPF nº 096.437.609-10, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora – Educação Física com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 13 de fevereiro de 2020 e encerra-se em 27 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 043, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355421

PORTARIA Nº 043, de 13 de fevereiro de 2020.  
Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de aprovados em Concurso Público para o cargo e a necessidade de continuidades dos serviços na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir GABRIELA COELHO ZANATTA, CPF nº 121.128.119-16, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 13 de fevereiro de 2020 e encerra-se em 27 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 041, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355412

PORTARIA Nº. 041, de 12 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o servidor RONILDO DOS SANTOS SOARES, Matrícula nº 938, do cargo de DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS, Nível DASU 2, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeado pela Portaria Nº 011, de 07 de janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 12 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 044, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355426

PORTARIA Nº. 044, de 13 de fevereiro de 2020.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando a falta de servidores efetivos para ocupar o cargo;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Admitir RONILDO DOS SANTOS SOARES, CPF nº 887.468.529-72, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Motorista I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 13 de fevereiro de 2020, encerrando-se em 30 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 045, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355428

PORTARIA Nº. 045, de 13 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear RENAN BITENCOURT FAVARO, CPF nº 100.412.549-61 para exercer o Cargo em Comissão de CHEFE DIVISÃO DE SAÚDE, Nível DASU 1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº. 046, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2355432

PORTARIA Nº. 046, de 13 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º e Art. 3º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JAIRO BORGES DE SOUZA, Matrícula nº 526, do quadro de servidores efetivos, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE SERVIÇOS URBANOS, Nível DASU 2, com vencimentos estabelecidos em Lei para o segundo cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 13 de fevereiro de 2020.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ÉZIO FERREIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 0024/2020

Publicação Nº 2354955

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0024/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICIENTE SÃO CRISTÓVÃO

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS E CIRURGIAS EM OFTALMOLOGIA E OTORRINOLARINGOLISTA EM HOSPITAIS CREDENCIADOS PARA REALIZAÇÃO DESSES PROCEDIMENTOS.

CLÁUSULA SEGUNDA. O prazo de vigência deste contrato será ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Parágrafo Único. O contrato firmado poderá ser rescindido antes do termo final, desde que com prévio aviso justificado, por escrito, de no mínimo 60 (sessenta) dias, por qualquer das partes.

Faxinal dos Guedes/SC, 07 de fevereiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

-

### EXTRATO DE CONTRATO N. 0025/2020

Publicação Nº 2354202

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 0025/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: JOÃO CARLOS PADOVAN

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE AULAS DE HIDROGINÁSTICAS A IDOSOS COM A IDADE ACIMA DE SESENTA ANOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1.1 - O Preço Global do objeto contratado é da ordem de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais) por hora/aula, para um público alvo de noventa e sessenta idosos aproximadamente, pagáveis conforme Decreto n. 0001/2020, Anexos I e II, datado de 02/01/2020, do mês subsequente após a realização da prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14 - Para as questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de XANXERÊ/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo em quatro vias de igual teor e forma, os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Faxinal dos Guedes/SC, 10 de fevereiro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

-

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 092/2020

Publicação Nº 2354497

PORTARIA Nº 092/2020

CONTRATA PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONTRATADA a Funcionária JAQUELINE STEFANELLO GIGLIOLI por tempo determinado, aprovado pelo Processo Seletivo nº 001/2019, no cargo de PROFESSORA COM LICENCIATURA ESPECIFICA, com carga horária de 20 horas semanais, conforme classificação, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, percebendo vencimentos constantes do quadro próprio.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 12 dias do mês de Fevereiro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS DIRCIANE F. NEUHAUS Secretário de Administração Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº17/2020

Publicação Nº 2356029

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 17/2020

Convite p/ Compras e Serviços Nº: 1/2020

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS EM MUSICA PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS E CURSOS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS NO DEPARTAMENTO DE CULTURA E CENTRO DOS IDOSOS

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 20/02/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 20/02/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site [www.formosa.sc.gov.br](http://www.formosa.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: [licitacao@formosa.sc.gov.br](mailto:licitacao@formosa.sc.gov.br)

FORMOSA DO SUL, 12 de Fevereiro de 2020

SÍLVIO FOSSATTI

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

**CÂMARA MUNICIPAL****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020**

Publicação Nº 2355312

Estado de Santa Catarina  
CÂMARA DE VEREADORES DE FORMOSA DO SUL SC  
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo n. 01/2020

Dispensa de licitação n. 01/2020

Tipo: Menor preço.

Objeto: Contratação de serviços de acesso à rede mundial de computadores para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vereadores.

Valor: R\$ 840,56 (oitocentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos)

Contratada: SABER INFORMÁTICA EIRELI - ME

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL À LICITAÇÃO:

II - PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ;

Formosa do Sul, 10 de fevereiro de 2020

RUDIMAR CASAGRANDE  
Presidente



# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/PMF/2020

Publicação Nº 2354188

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/PMF/2020

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 11/PMF/2020, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO COM REVESTIMENTO EM CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE (CAUQ), COMPREENDENDO AS ETAPAS DE IMPRIMAÇÃO, PINTURA DE LIGAÇÃO E REVESTIMENTO, EM LOGRADOUROS DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC.

Às oito horas do dia doze do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 11/PMF/2020. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura dos envelopes n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação juntamente com o engenheiro Sr. Luiz Renato Steiner, e certificaram-se que a documentação da empresa estava de acordo com o disposto no edital. Assim, a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. foi habilitada para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global proposto pela empresa licitante foi R\$ 1.333.881,00 (um milhão trezentos e trinta e três mil oitocentos e oitenta e um reais). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta e certificou-se que está de acordo com as exigências do edital, sendo então, a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA. Novamente, a licitante renunciou o prazo recursal para a etapa da proposta. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha, 12 de fevereiro de 2020.

VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING  
Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS  
Membro da Comissão

LUIZ RENATO STEINER  
Engenheiro Civil

JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA.  
Tiago Aguiar Marcolino

### DECRETO Nº 020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2356135

DECRETO Nº 020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

DETERMINA PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS DIAS 24 E 25 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica determinado ponto facultativo nas repartições públicas municipais nos dias 24 e 25 de fevereiro do corrente ano, segunda e terça-feira, tendo em vista as comemorações alusivas ao carnaval.

Art. 2º Os serviços públicos municipais ficarão suspensos nas datas referidas no artigo primeiro.

§ 1º No dia 26 de fevereiro, quarta-feira, os servidores públicos municipais voltarão às suas atividades normais.

§ 2º Os serviços públicos considerados essenciais permanecerão em funcionamento, cabendo a cada Secretaria viabilizar escala de trabalho para que os serviços públicos não sejam prejudicados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 10 de fevereiro de 2020.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 019, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354641

DECRETO Nº. 019, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

DESTITUI E NOMEIA MEMBRO DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNADA PELO DECRETO Nº. 135, DE 12 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017,

CONSIDERANDO que a servidora Marity Eyng Nuernberg requereu sua destituição da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pelo Decreto nº 135, de 12 de setembro de 2019, por razões de caráter pessoal;

DECRETA:

Art. 1º Destitui a servidora Marity Eyng Nuernberg da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pelo Decreto nº 135, de 12 de setembro de 2019.

Art. 2º Fica nomeada a servidora Kátia Borges Ferreira, servidora pública do quadro efetivo, ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula nº 6000, para compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar designada pelo Decreto nº 135, de 12 de setembro de 2019, em razão da destituição da servidora Marity Eyng Nuernberg.

Art. 3º A Presidência dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar passará a ser exercida pela servidora Fabiane Venson.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 10 de fevereiro de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal em exercício

Publicado no mural e registrado 10 de fevereiro de 2020.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## EXTRATO DE CONTRATO 21PMF2020

Publicação Nº 2354628

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 21/2020  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – BRATTI METAL MECÂNICA LTDA.

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para instalação, fixação do guarda-corpo externo e interno tubular em aço galvanizado, na Ponte do Rio Mãe Luzia, localizado na Rodovia Antonio Valmor Canela, Bairros Santa Isabel e Santa Ana, Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 107.962,00 (cento e sete mil novecentos e sessenta e dois reais).

VIGÊNCIA – 1.855 (um mil oitocentos e cinquenta e cinco) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos).

DOTAÇÃO – 0701.1014.4490 (111).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 187/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 31 de janeiro de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### 001 - AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001\_2019-PMF -TERRENOS HOSPITAL

Publicação Nº 2355718

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0001/2020 – FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0001/2020-FMS

Objeto: Aquisição de terreno urbano e suas benfeitorias, onde esta localizado Hospital Divino Espírito Santo, matriculado sob nº 1903, com área de 12.977,53 m², situado na rua av. João Marques Vieira nº 975 – Bairro centro. Valor total do contrato: R\$ 6.001.437,38 (seis milhões, um mil quatrocentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos). Vigência: de 10 de janeiro a 31 de janeiro de 2024. Pgtos: os valores será de R\$ 3.694.131,67 (três milhões, seiscentos e noventa e quatro mil cento e trinta e um reais e sessenta e sete centavos), pagos em parcelas conforme contrato e o valor de R\$ 2.307.305,71 (dois milhões, trezentos e sete mil trezentos e cinco reais e setenta e um centavos), que será permuta com os lotes nºs 004 ao 019, situados ao Loteamento Portal, lotes nºs 001, 002, 003, 026, 027, 028 e 029, situados ao Loteamento Portal e lotes nºs 022 e 023, situados ao Loteamento São José. Fundamento Legal: Art. 24, X, da Lei Federal n. 8666/93. Fraiburgo(SC), 12 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

### AVISO DE ERRATA DO AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2020 RP 0003 SF

Publicação Nº 2355616

Errata do aviso de Pregão Presencial nº 0005/2020 RP 0003 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Na Publicação do dia 11/02/2020, edição nº 3052, página 791, do Diário Oficial dos Municípios (DOM), na publicação do Aviso do Pregão Presencial nº 0005\_2020 RP 0003 SF: Onde se lê: "Aviso do Pregão Presencial nº 000352020 – SF – Registro de Preços nº 000232020 – Processo Administrativo Licitatório nº 000362020". Leia-se: Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2020 – SF – Registro de Preços nº 0003/2020 – Processo Administrativo Licitatório nº 0006/2020.

Fraiburgo (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006\_2020 - SF

Publicação Nº 2355728

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2020 – SF

Processo Administrativo Licitatório nº 0007/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa do ramo para a reforma de 3 (três) bombas submersas marca VAMBRO: Bomba VB20CV+S40-8 380TRIF; VB08CV+VBOP65-6 380TRIF; VB 20CV+VBSP62-8 380 TRIF e 1 (uma) bomba submersa marca LEÃO 08CV+R10-12 380 TRIF utilizadas nos poços artesianos da Sanefrai. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 06.03.2020, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Nivaldo José Bonaldo– Presidente da SANEFRAI

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 034-2020 (AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS)

Publicação Nº 2355721

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 034/2020

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2020, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0010/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2019, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

## 1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0010/2019 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2020:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
01	Agente de Serviços Gerais	34º e 35º	13-02-2020 às 13:30

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnoldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2020.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0010/2019 deverão ser observadas.

## 2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0010/2019, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;
- l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;
- m) Conta bancária (BRADESCO);
- n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);
- o) Comprovante de vacina da rubéola (quem trabalha com criança);
- p) Carteira de saúde atualizada

2.3 – As exigências de escolaridade devem ser cumpridas de acordo com o Edital 0010/2019.

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 0010/2019 "A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da nomeação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará a desclassificação do Processo Seletivo Público Simplificado e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação"

2.5 – De acordo com o item 13.4 do Edital de Contratação nº 0010/2019 "O candidato que não comparecer à convocação ou não aceitar a vaga ofertada na primeira convocação, voltará a compor o quadro de classificados para uma eventual segunda chamada de candidatos"

2.6 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.7 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 12 de Fevereiro de 2020.

TANIA DA SILVA FERREIRA  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 05232020**

Publicação Nº 2355598

PORTARIA Nº 0523, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0010 de 20 de agosto de 2019, e Contrato Administrativo e em conformidade com a comunicação interna nº 00428/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que foram convocados todos os classificados em concurso público;

Considerando a Lei nº 2294/2015, em sua meta 1 que cita: "Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste Plano";

Considerando a variação histórica do número de alunos atendidos na Educação Infantil na rede municipal, visto que muitas mães conseguem empregos temporários durante as safras; e considerando a necessidade de Auxiliar da Educação Infantil visto que a demanda de atendimento pode variar durante o ano letivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELLE THAYNARA STÜPP, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 106.246.349-81, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 29 de fevereiro de 2020 até 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05242020**

Publicação Nº 2355602

PORTARIA Nº 0524, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 00425/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que assumiu a função de Coordenador da Educação Integral e articulação de projetos relacionados a práticas esportivas, como dança e atividades culturais, nas escolas municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 24 (vinte e quatro) horas semanais, do servidor LINDOMAR PALMERA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 833.733.229-87, nomeado para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR E PROFESSOR DISCIPLINA ESPECÍFICA GRUPO OCUPACIONAL NÍVEL SUPERIOR LP, no período de 12 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05252020**

Publicação Nº 2355607

PORTARIA Nº 0525, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 00429/2020, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que a ampliação de carga horária visa atender a demanda de aulas do Ensino Fundamental – Anos Finais, da disciplina de Educação Física;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 34 (trinta e quatro) horas semanais, da servidora MICHELLI MARQUES, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 053.180.359-73, nomeada para o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR – EDUCAÇÃO FÍSICA, no período de 17 de fevereiro de 2020 até 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05262020**

Publicação Nº 2355609

PORTARIA Nº 0526, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 111, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores; e em conformidade com a comunicação interna nº 00442/2020 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder à servidora SANDRA APARECIDA MOREIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 489.090.849-87, nomeada no cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO, Função Gratificada Diretor Escolar Nível 1, por assumir a direção do CEM Zenaide da Costa, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de fevereiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA 05272020**

Publicação Nº 2355611

PORTARIA Nº 0527, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 25/2020, do Gabinete da Prefeita;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear FRANCIELY MACEDO MILANI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 052.684.769-71, no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 13 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 12 de fevereiro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

## **RESULTADO DESERTO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº0001\_2020 FMS**

Publicação Nº 2355621

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2020 FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe se destina a Contratação de Organização Social sem fins lucrativos, para operacionalização da gestão e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Fraiburgo, com a pactuação de indicadores e metas, em regime de 24 horas/dia, todos os dias da semana, incluindo sábados, domingos e feriados, assegurando assistência universal e gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, restou DESERTO pela ausência de proponentes interessados.

Fraiburgo (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Claudete Gheler Mathias – Prefeita Municipal



**DECRETO Nº 028 - 2020**

Publicação Nº 2355618

**DECRETO Nº 028, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.****HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 31 DE JANEIRO DE 2020, DA AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002, de 31 de janeiro de 2020, da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**GEORGES DOS REIS SANTOS**  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3054 de 13/02/2020, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.



Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina

Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: 

Operador de ETA/ETE

Quadro: 

I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO

Código: 

1

Área de Atuação: 

Geral

Disciplina: 

Operador de ETA/ETE

Critérios de Desempate

		1º	2º	3º	4º	5º
		Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	1	0	0	2	NÃO	08/10/1973
2	4	2	0	1	NÃO	24/06/1981
3	5	0	0	2	NÃO	29/07/1981
4	6	0	0	1	NÃO	26/03/1985
5	3	0	0	1	NÃO	22/04/1996
6	7	0	0	0	NÃO	21/03/1998
7	2	0	0	0	NÃO	07/07/1999

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	DEJAIR CONSTANCE RIBEIRO	4,00	0,00
2	4	KATIA DE SOUZA	3,00	0,00
3	5	ANGELO JOSÉ ZARNELLI	1,00	0,00
4	6	VALMIR DE OLIVEIRA	1,00	0,00
5	3	CAMILA APARECIDA GOMES	0,00	0,00
6	7	LUCAS BATISTA ALVES	0,00	0,00
7	2	DIEGO RODRIGUES DOS SANTOS	0,00	0,00

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2020 ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2354840

LEI COMPLEMENTAR Nº 082/2020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO AOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 044/2011 de 15 de dezembro de 2011, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. Fica alterado o valor do auxílio alimentação pago aos servidores do Poder Executivo Municipal, para R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2020."

§ 1º .....

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Art. 4º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Lei Complementar 044/2011.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Frei Rogério, 12 de fevereiro de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

### **LEI MUNICIPAL Nº 920/2020 CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E ELETIVOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, E REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES EM GERAL DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC.**

Publicação Nº 2354832

LEI MUNICIPAL Nº 920/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE REVISÃO ANUAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CARGOS EM COMISSÃO, AGENTES POLÍTICOS E ELETIVOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL, E REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES EM GERAL DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida revisão geral anual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento) sobre os vencimentos dos servidores efetivos em caráter estatutário, servidores celetistas, temporários, cargos em comissão e agentes políticos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

§1º - O percentual previsto no caput corresponde ao índice acumulado do INPC nos últimos 12 (doze) meses.

§2º - A mesma reposição salarial é concedida aos agentes políticos, Prefeito, Vice Prefeito, Secretários e Vereadores do Município de Frei Rogério.

Art. 2º. Fica concedido reajuste salarial de 0,52% (zero vírgula cinquenta e dois por cento) sobre o vencimento dos servidores em geral do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

Parágrafo único: O reajuste salarial previsto no caput não se aplica aos agentes políticos e titulares de mandato eletivo do Poder Executivo e Legislativo do Município de Frei Rogério.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, conforme estudo de impacto financeiro que fica parte integrante da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Frei Rogério/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL Nº 921/2020 CONCEDE SUBSÍDIOS A PECUÁRIA DO MUNICÍPIO POR MEIO DO CORTE DE SILAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2354837

LEI MUNICIPAL Nº 921/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE SUBSÍDIOS A PECUÁRIA DO MUNICÍPIO POR MEIO DO CORTE DE SILAGEM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito do Município de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes do município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina, autorizado a subsidiar Horas Máquinas terceirizadas, para o corte e transporte da silagem, para execução de serviços de caráter particular.

Art. 2º. Os subsídios oferecidos pela Administração Pública serão no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do custo total por hectare. O valor restante será arcado pelo produtor beneficiário dos serviços prestados.

§ 1º O custo total por hectare utilizado pelo maquinário terceirizado corresponde a R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais).

Art. 2º Poderão usufruir deste subsídio os produtores de leite e gado de corte, com inscrição na Secretaria da Agricultura do município, que comprovem a inscrição dos animais junto a CIDASC.

§ 1º O cadastro dos produtores de leite e gado de corte será realizado diretamente na Secretaria da Agricultura do município e a silagem será realizada em obediência a ordem de inscrição e maturação da matéria prima.

§ 2º A cada 8 (oito) animais comprovados por produtor de gado de leite, dará direito ao corte de 1 (hum) hectare de feitiço de silagem. Os produtores de leite para serem beneficiados por esta lei deverão comprovar a entrega de leite a empresa compradora com nota fiscal de produtor.

§ 3º A cada 20 (vinte) animais comprovados por produtor de gado de corte, dará direito ao corte de 1 (hum) hectare de feitiço de silagem. Os produtores de gado de corte para serem beneficiados por esta lei deverão comprovar a venda do gado por nota fiscal.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
Unidade: 01 Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário  
Projeto/Atividade: 2.042 Manutenção dos Programas Agropecuários  
1 3.3.90.00.00.00.00.00 1100 Aplicações Diretas

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com vigência até 31/12/2020.

Frei Rogério/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAIR DA SILVA RIBEIRO  
Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO CANCELAMENTO DO ITEM 056 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2019

Publicação Nº 2354629

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2019

OBJETO DO CANCELAMENTO: Item 056 da Ata de Registro de Preços nº 071/2019, originada do Pregão Eletrônico nº 005/2019, firmada com a empresa INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.889,035/001-02, cujo objeto é a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, controlados e de demandas judiciais do município de Garopaba. DATA DO CANCELAMENTO: 21/01/2020.

### AVISO CANCELAMENTO DO ITEM 084 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2019

Publicação Nº 2354631

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 075/2019

OBJETO DO CANCELAMENTO: Item 84 da Ata de Registro de Preços nº 075/2019, originada do Pregão Eletrônico nº 005/2019, firmada com a empresa SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.531.725/0001-20, cujo objeto é a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, controlados e de demandas judiciais do município de Garopaba. DATA DO CANCELAMENTO: 21/01/2020.

### AVISO CANCELAMENTO DO ITEM 302 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 082/2019

Publicação Nº 2354630

AVISO DE CANCELAMENTO DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082/2019

OBJETO DO CANCELAMENTO: Item 302 da Ata de Registro de Preços nº 082/2019, originada do Pregão Eletrônico nº 005/2019, firmada com a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 00.802.002/0001-02, cujo objeto é a aquisição parcelada de medicamentos para farmácia básica, pronto atendimento, de uso contínuo, controlados e de demandas judiciais do município de Garopaba. DATA DO CANCELAMENTO: 21/01/2020.

### AVISO DE LICITAÇÃO PE010/2020

Publicação Nº 2355991

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020  
PROCESSO Nº 017/2020

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a aquisição de equipamentos tipo container modificado em conformidade com a resolução cfmv 962/2010 do conselho regional de medicina veterinária para implementação do centro de castração de cães e gatos do município de Garopaba/SC tendo como objetivo principal o controle populacional, incluindo dentre outros os serviços a esterilização cirúrgica. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 16h20min do dia 27/02/2020. A sessão pública será realizada a partir das 16h30min do dia 27/02/2020, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**AVISO EDITAL RETIFICADO PR002/2020**

Publicação Nº 2355011

AVISO DE EDITAL RETIFICADO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020  
PROCESSO Nº 014/2020

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que RETIFICOU o Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM em 30/01/2020 e suspenso em 11/02/2020, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para licenciamento temporário e não exclusivo de uso de sistemas de informática integrados e hospedados em nuvem, para a gestão pública, a serem utilizados pela Prefeitura Municipal de Garopaba, incluindo-se no objeto desta licitação os serviços de conversão de dados, implantação, migração de dados pré-existentes, treinamento, manutenção, suporte técnico eventual e permanente e acompanhamento técnico no envio das prestações de contas durante o período contratual. Considerando que as alterações promovidas influenciam na formulação das propostas de preço, foram prorrogados os prazos para recebimento de propostas e realização da sessão pública conforme segue:

Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 1 – “PROPOSTA” e nº 2 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser protocolados no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h00min do dia 27/02/2020. A sessão se dará a partir das 14h10min do dia 27/02/2020, no endereço acima especificado. O Edital Retificado encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**DECRETO N.º 040/2020**

Publicação Nº 2356027

DECRETO N.º 040, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DETERMINA A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO BENEFÍCIO PREVISTO NO ARTIGO 111, DA LEI MUNICIPAL N.º 1.000/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente e,

CONSIDERANDO, medidas para contenção de custos da administração municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a suspensão, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 13 de fevereiro de 2020, da conversão de férias em pecúnia, benefício previsto no artigo 111, da Lei Municipal n.º 1.000/2005, alterado pela Lei Municipal n.º 1.321/2009.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

**DECRETO N.º 041/2020**

Publicação Nº 2356028

DECRETO N.º 041, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 13.600,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13.600,00
10301252.077 - Manutenção da Atenção Básica	13.600,00
3.3.90.0.2.14.001219 - Aplicações Diretas	13.600,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### **EXTRATO CREDENCIAMENTO 003/2020- CENTRO DE DIAGNÓSTICOS PS LTDA**

Publicação Nº 2355013

#### **EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

CREDENCIAMENTO Nº 03/2020 PROCESSO Nº 002/2020; CONTRATANTE: FUNDO DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADO: CENTRO DE DIAGNÓSTICOS OS LTDA; CNPJ nº 23.935.864/0001-09 OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA EXAME DE MAMOGRAFIA PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº006/2020**

Publicação Nº 2355291

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2020**

CONTRATO Nº: 006/2020; CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ/MF Nº: 28.474.582/0001-67; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INFORMATIVOS TÉCNICOS MENSAIS. VALOR: R\$14.400,00; DATA DA ASSINATURA: 13/01/2020.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº007/2020**

Publicação Nº 2355295

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2020**

PMG

PROCESSO Nº: 034/2019; MODALIDADE: CV009/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ISRAEL GONÇALVES ME; CNPJ/MF Nº: 17.349.871/0001-18; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE DO BAIRRO CAPÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. VALOR: R\$68.676,65; DATA DA ASSINATURA: 20/01/2019.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº008/2020**

Publicação Nº 2355299

#### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 008/2020**

PMG

PROCESSO Nº: 012/2020; MODALIDADE: DL001/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: JOÃO BATISTA GONÇALVES MARQUES; CPF Nº: 507.245.259-04; OBJETO: O CONTRATO TEM COMO OBJETO A LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL, SITUADO NO ENDEREÇO RUA LAUDELINO ANTÔNIO TEIXEIRA, Nº 756, BAIRRO CAMPO DUNA, SALA 01 PRIMEIRO PAVIMENTO PARA ABRIGAR AS INSTALAÇÕES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. VALOR: R\$41.283,00; DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº009/2020**

Publicação Nº 2355302

EXTRATO DE CONTRATO Nº 009/2020

PMG

PROCESSO Nº: 034/2019; MODALIDADE: CV009/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: NCL PAVIMENTAÇÃO LTDA ME; CNPJ/MF Nº: 09.346.667/0001-15; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR OBRA DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA RUA VALDEMAR SOARES, NO BAIRRO CAMPO DUNA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO VALOR: R\$60.692,41; DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

**PORTARIA N.º 250/2020.**

Publicação Nº 2355845

PORTARIA N.º 250, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Procuradoria Municipal de Garopaba nº. 242/2018 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Ofício ADM nº 098/2020.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício PMG nº. 242/2018.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT, GABRIEL MATOS BERTE E BRUNA DA SILVA BATTISTELLA para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 251/2020.**

Publicação Nº 2355846

PORTARIA N.º 251, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e



CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa”;

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria Municipal de Saúde nº. 455/2018 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Ofício ADM nº 097/2020.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal”;

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido”.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMS nº. 455/2018.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores CLEBER KORTZ, BRUNA DA SILVA BATTISTELLA E CELIANE GONÇALVES CARLSEN para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 252/2020.**

Publicação Nº 2355848

PORTARIA N.º 252, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa”;

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria Municipal de Saúde nº. 304/2019 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Ofício ADM nº 095/2020.

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal”;

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, “o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido”.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMS nº. 304/2019.



Art. 2º. DESIGNAR para comporem Comissão, os servidores CLEBER KORTZ, BRUNA DA SILVA BATTISTELLA E CELIANE GONÇALVES CARLSEN para, sob a presidência do primeiro conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 253/2020.**

Publicação Nº 2355849

PORTARIA N.º 253, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, DESIGNA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que na aplicação das sanções administrativas previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deve a Administração Pública promover a instauração de regular processo administrativo, que se constitui em instrumento hábil para apuração das infrações cometidas, com respeito ao preceito constitucional que assegura "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes"(art. 5º, LV, CRFB);

CONSIDERANDO que "até que norma local discipline a matéria, as Administrações Públicas dos Estados e Municípios devem observar, nos respectivos procedimentos administrativos, as prescrições da Lei Federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Precedentes"(RMS 35.033/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 29/10/2015).

CONSIDERANDO a solicitação de instauração de processo administrativo formulado pelo Prefeito Municipal, por meio do Ofício nº 369/2019. RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, para apurar a prática de eventuais infrações administrativas ou contratuais, pela contratada Construtora de Angêlo Eirelli - EPP. SC, CNPJ nº: 03.943.663/0001-38, Processo Licitatório nº 027/2017.

Art. 2º. DESIGNAR Comissão formada pelos servidores GABRIEL MATOS BERTE, JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT E ADELIR RODRIGUES, para, sob a presidência da primeira, conduzirem a instrução do Processo Administrativo de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para conclusão da instrução do processo administrativo será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Parágrafo único. A Comissão de Instrução poderá dignar por termo nos autos do Processo Administrativo, servidor público municipal para secretarias os trabalhos.

Art. 4º. Encerrada a instrução, o interessado será intimado pela Comissão para, querendo, manifestar-se no prazo máximo de até dez dias, findo o qual serão os autos conclusos para decisão.

Art. 5º. Na ausência de norma local que discipline o Processo Administrativo no âmbito do Município, aplica-se, no que couber, as prescrições da Lei Federal nº 9.784/1999 e, subsidiariamente, as disposições do Código de Processo Civil.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 254/2020.**

Publicação Nº 2355850

PORTARIA N.º 254, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Saúde nº. 084/2018 e o Ofício ADM 092/2020 solicitam a abertura de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "A sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMS nº. 084/2018.

Art. 2º. DESIGNAR para compor a Comissão os servidores FERNANDO DA SILVA FERREIRA, LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL E MARIA ZENAIDE MAIA MONTEIRO para, sob a presidência da primeira, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 255/2020.**

Publicação Nº 2355852

PORTARIA N.º 255, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Saúde nº. 262/2019 e o Ofício ADM 096/2020 solicitam a abertura de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "A sindicância administrativa é o meio sumário

de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMS nº. 262/2019.

Art. 2º. DESIGNAR para compor a Comissão os servidores MARCOS MANCINI BROWN, KAREN LLOYD ALVES MOREIRA E CELIANE GONÇALVES CARLSEN para, sob a presidência da primeira, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 256/2020.**

Publicação Nº 2355855

PORTARIA N.º 256, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício da Secretaria de Saúde nº. 028/2020 e o Ofício ADM 094/2020 solicitam a abertura de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "A sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar a responsabilidade dos fatos relatados através do Ofício SMS nº. 028/2020.

Art. 2º. DESIGNAR para compor a Comissão os servidores FERNANDO DA SILVA FERREIRA, BRUNA DA SILVA BATTISTELLA E JORGE LUIS GONÇALVES REIMBRECHT para, sob a presidência da primeira, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 257/2020.**

Publicação Nº 2355862

PORTARIA N.º 257, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA N.º 237, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 237/2020, a partir de 13/02/2020, que constitui a Comissão da Sindicância Administrativa, designada através da portaria nº. 237/2020, passando a ser composta por: GABRIEL MATOS BERTE, FERNANDO DA SILVA FERREIRA e PAULO ROBERTO DE SOUZA para, sob a presidência da primeira, conduzirem a Sindicância Administrativa de que trata a presente portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/02/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 025/2020

Publicação Nº 2354153

DECRETO Nº. 025 de 06 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a exoneração do Sr. ROBSON PALANDI LOPES, do cargo comissionado de Diretor de Finanças.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o Sr. ROBSON PALANDI LOPES, do cargo comissionado de Diretor de Finanças, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto nº 089/2019, de 03 de junho de 2019.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 06 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 029/2020

Publicação Nº 2354155

DECRETO Nº. 029 de 06 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, para o cargo comissionado de Diretor de Finanças.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, portador do CPF sob o nº. 025.883.149-96, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Finanças – CC3, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 06 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 031/2020

Publicação Nº 2354157

DECRETO Nº. 031 de 06 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. ROBSON PALANDI LOPES, para o cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 140/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

ART. 1o. – Fica nomeado o Sr. ROBSON PALANDI LOPES, portador do RG sob o nº 3.775.777 e CPF sob o nº. 009.412.289-08, para cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial – CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 032/2020**

Publicação Nº 2354158

DECRETO Nº. 032 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a exoneração do Sr. ROBSON PALANDI LOPES, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o Sr. ROBSON PALANDI LOPES, do cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial, subordinado à Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura, nomeado através do Decreto nº 031/2020, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 033/2020**

Publicação Nº 2354159

DECRETO Nº. 033 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a exoneração do Sr. EUCLIDES FELIPPI, do cargo comissionado de Diretor de Patrimônio.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerado o Sr. EUCLIDES FELIPPI, do cargo comissionado de Diretor de Patrimônio, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, nomeado através do Decreto nº 221/2018, de 05 de novembro de 2018.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 034/2020**

Publicação Nº 2354160

DECRETO Nº. 034 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a exoneração do Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, do cargo comissionado de Diretor de Finanças.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009;

DECRETA:

ART. 1o. – Fica exonerado, o Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, do cargo comissionado de Diretor de Finanças, nomeado através do Decreto Nº 029/2020, de 06 de fevereiro de 2020.

ART. 3o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 035/2020**

Publicação Nº 2354161

DECRETO Nº. 035 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. ROBSON PALANDI LOPES, para o cargo comissionado de Diretor de Finanças.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

**DECRETA:**

Art. 1o. – Fica nomeado o Sr. ROBSON PALANDI LOPES, portador do CPF sob o nº. 009.412.289-08, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Finanças – CC3, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 036/2020**

Publicação Nº 2354162

DECRETO Nº. 036 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. EUCLIDES FELIPPI, para o cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 140/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

**DECRETA:**

ART. 1o. – Fica nomeado o Sr. EUCLIDES FELIPPI, portador do RG sob o nº 544.431 e CPF sob o nº. 292.252.569-49, para cargo comissionado de Diretor de Manutenção Predial – CC3, subordinado a Secretaria Municipal de Estratégias Rurais e Infraestrutura.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 037/2020**

Publicação Nº 2354163

DECRETO Nº. 037 de 11 de fevereiro de 2020

“Dispõe sobre a nomeação do Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, para o cargo comissionado de Diretor de Patrimônio.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

**DECRETA:**

Art. 1o. – Fica nomeado o Sr. ROGÉRIO MARTINHO THOMAS, portador de CPF nº 025.883.149-96, para cargo comissionado de Diretor de Patrimônio – CC3, subordinado à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 11 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2020.

RODRIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal



# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019

Publicação Nº 2354592

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 270/2019

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 151/2019

Objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de Veículo 0 km equipado e adaptado para Unidade Móvel Odontológica, Equipamentos de Informática, Utilitários/Organizadores e Materiais Odontológicos, no atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde em consonância com o Projeto Sorriso Nota 10 – Fundo da Infância e da Adolescência – FIA. O MUNICÍPIO DE GASPAR torna público para conhecimento dos licitantes e de quem mais possa interessar, que a licitação supramencionada foi REVOGADA. Base Legal: artigo 49 da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 07 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JUNIOR

Secretário Municipal da Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

Publicação Nº 2355193

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 029/2020

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de Materiais para Reforma do Terminal Urbano de Gaspar. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09h00min do dia 02/03/2020, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br).

Gaspar (SC), 12/02/2020.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário da Fazenda e Gestão Administrativa

### MUNICÍPIO DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO 186/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2019 PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019

Publicação Nº 2354180

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO 186/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2019

OBJETO: Aditivo de 25% do item 9 da presente Ata de Registro de Preços visando à contratação de empresa para execução de serviços de pavimentação asfáltica, fresagem a frio em pavimento asfáltico e reperfilagem com aplicação de capa. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (CNPJ nº83.102244/0001-02). CONTRATADA: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA (CNPJ nº 79.485.892/0001-18). VALOR TOTAL: R\$ 22.110,00 (vinte e dois mil reais e cento e dez centavos).

Gaspar (SC), 31/01/2020

JEAN ALEXANDRE DOS SANTOS

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

### PORTARIA Nº 6.213, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2328227

PORTARIA Nº 6.213, DE 28 DE JANEIRO DE 2020.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 07/2019, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR P. DA. S.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no artigo 183 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando nº 07/2019 – PAD 07/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 14 de fevereiro de 2020, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão



Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2019, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor P. da. S.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 28 de janeiro de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

## **PORTARIA RH 07/2020**

Publicação Nº 2354531

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 07/2020

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) IONE DESCHAMPS, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 25/05/2013 a 04/02/2020, devendo folgar a partir de 05/02/2020 a 04/05/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de fevereiro de 2020.

KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 19/2019**

Publicação Nº 2354141

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 19/2019

Credenciamento nº 15/2018. Objeto: Torna público, para conhecimento dos interessados, o termo de rescisão, mediante iniciativa do prestador de serviços, do presente credenciamento de entidades de saúde de média e alta complexidade. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ nº 11.436.906/0001-70). Contratado: BEDUSCHI CLINICA LTDA (CNPJ nº 28.000.943/0001-33). Observação: A rescisão unilateral fundamenta-se no item 12.2 do presente termo de credenciamento.

Gaspar/SC, 12/12/2019  
JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR  
Secretário Municipal de Saúde

**SAMAE - GASPAR****EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2354522

EXTRATO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 3/2020

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de recepção, triagem, tratamento e disposição final dos resíduos da coleta especial provenientes de imóveis residenciais situados no município de Gaspar/SC.  
CONTRATADO: VITACICLO S.A. LOGÍSTICA REVERSA (10.254.988/0001-79).  
VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 16.177,00 (dezesesseis mil cento e setenta e sete reais).  
DATA VIGÊNCIA: 12/02/2020  
DATA VENCIMENTO: 11/02/2021  
BASE LEGAL: Artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 11 de fevereiro de 2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor Presidente

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 2/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2355332

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

• CONTRATOS 2020

=====

Número do contrato: 02/2020  
Data vigência: 11/02/2020  
Data vencimento: 10/04/2020  
Número da Licitação: 02/2020 - Modalidade: Dispensa  
Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE  
Contratado: MOTO 7 PEÇAS E ACESSÓRIOS  
Objeto: Manutenção com fornecimento de peças das Motocicletas placas: MLB1084; MLB0604 e MLB1174.  
Valor: R\$ 4.097,00 (quatro mil e noventa e sete reais).

=====

Gaspar (SC), em 11 de fevereiro de 2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE 09/2020**

Publicação Nº 2354104

PORTARIA Nº 09 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020  
EXONERA ROBERTO DA SILVA DO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR GERAL DE LIGAÇÕES DE ÁGUA E ESGOTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica exonerada, a partir do dia 10 de fevereiro de 2020, ROBERTO DA SILVA, portadora do CPF nº. 545.484.389-04 e da CI nº. 1.501.438 do cargo em comissão de Coordenador Geral de Ligações de Água e Esgoto, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Nível CC, Ref. 55, com 40 horas semanais.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar (SC) em, 10 de fevereiro de 2020.

JOSÉ HILÁRIO MELATO  
Diretor-Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO 013 2020 - CARNAVAL - 8.2

Publicação Nº 2355990

DECRETO Nº 013/2020

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, E DÁ OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no exercício de suas atribuições legais e nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município, art. 77, V, considerando a tradicional Festa de Carnaval, realizada anualmente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado ponto facultativo, nos órgãos integrantes da administração direta, indireta e autarquia do Município de Governador Celso Ramos, o expediente dos dias 24 e 25 de fevereiro de 2020, respectivamente: segunda-feira e terça-feira.

Art. 2º - O expediente nas repartições públicas municipais do dia 26 de fevereiro de 2020 (quarta-feira) será das 13h00min às 19h00min.

Art. 3º - Excetuam-se do disposto neste Decreto as atividades consideradas essenciais e indispensáveis do serviço Público Municipal, tais como Saúde, Coleta de Lixo e SAMAE.

Art. 4º - Ficam estipulados horários especiais para as festividades de Carnaval no Município de Governador Celso Ramos para: BAILES PÚBLICOS; CASAS NOTURNAS; SOCIEDADES E BLOCOS; bem como BARES E RESTAURANTES.

§1º - O horário estipulado para funcionamento desses estabelecimentos fica definido como do horário de sua abertura e encerramento até às 3:00 (três horas) da madrugada.

§2º - Se o estabelecimento comercial ultrapassar o horário estabelecido por esse decreto, poderá ser fechado imediatamente pelos órgãos de polícia, ou fiscalização da Prefeitura.

Art. 5º - É prerrogativa do Poder Executivo, emitir autorizações especiais de horários em casos que considerar procedente.

Art. 6º - Para os eventos realizados em espaços Públicos, não poderá haver a cobrança de ingressos.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Governador Celso Ramos, Santa Catarina, em 08 de fevereiro de 2020.

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal

### RETIFICAÇÃO DO EDITAL 007 2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2355074

RETIFICAÇÃO Nº 001

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS - SC torna público a Retificação nº 001 ao Edital de Chamada Pública n. 007/2020 EDUCAÇÃO que passa a ser assim definido:

4.2. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes obedecerá aos seguintes critérios:

- I – Residir no bairro mais próximo da Unidade Escolar;
- II – Tenha a maior idade.

Leia-se:

4.2. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, a classificação destes obedecerá aos seguintes critérios:

- I - Especialização na disciplina da vaga;
- II - Diploma de Licenciatura Plena na disciplina da vaga;
- III - Atestado de Frequência em Curso Superior Licenciatura Plena na disciplina da vaga;
- IV - Diploma de Ensino Médio;

4.3. Havendo dois ou mais candidatos classificados em um mesmo item acima, serão considerados os seguintes critérios de desempate:

- I - Maior tempo de atuação na disciplina da vaga;
- II - Maior tempo de Serviço no Magistério;
- III - Maior idade.

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 02/2020**

Publicação Nº 2356018

RESOLUÇÃO Nº 002 / 2020

NEDISON NILDO MARTINS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao disposto na resolução n. 071/2014, e em atendimento as indicações dos Líderes partidários, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, composto pelos Vereadores BENONI GRAPP FILHO - DEM, JOSUÉ OCKER DA SILVA - PSD e NATANAEL PEDRO DE SOUZA - PSDB como membros titulares, e pelos Vereadores MARCOS HENRIQUE DA SILVA – PSD e PAULO ROBERTO DOS SANTOS - DEM como membros suplentes.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data e revogam-se as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos, em 12 de fevereiro de 2020.

NEDISON NILDO MARTINS  
PRESIDENTE

# Grão Pará

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N 05-2020 (RESUMO JORNAL) ABC FARMA

Publicação Nº 2355135

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE de Grão-Pará

Estado de Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo DE LICITAÇÃO N. 06/2020

Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 05/2020-PR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>. Data e Horário de Abertura: 28/02/2020, às 13 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prédio da Prefeitura Municipal. Demais informações pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira. Grão-Pará/ SC, 12 de fevereiro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

# Gravatal

## PREFEITURA

### DECRETO 10/2020

Publicação Nº 2354718

DECRETO N.º 10 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza o Departamento de Contabilidade a abrir crédito suplementar por conta superávit financeiro de dotação orçamentária totalizando o valor de R\$ 516.948,94 (Quinhentos e Dezesesseis Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Mil e Noventa e Quatro Centavos).

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 2.011, de 18 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a abertura de crédito suplementar por conta de superávit financeiro de dotação totalizando o valor de R\$ 516.948,94 (Quinhentos e Dezesesseis Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos), a saber:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0202 - Secr. de Admin., Planejamento e Fazenda  
Proj/Ativ.: 2.003 - Manutenção da Secr. de Admin., Planejamento e Fazenda  
Elem.: 3.1.90.(03.731) - Aplicações Diretas ..... R\$ 70.616,43

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 2501 - SECR. DE ED. INOV., CULT., ESP. E LAZER  
Proj/Ativ.: 2.012 - Manutenção do Ensino Fundamental  
Elem.: 3.1.90.(03.731) - Aplicações Diretas ..... R\$ 71.975,29

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0301 - Fundo Municipal de Saúde  
Proj/Ativ.: 2.088 - Gestão de Pessoas  
Elem.: 3.1.90.(03.731) - Aplicações Diretas ..... R\$ 65.722,87

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 0206 - Secr. de Infraestrutura  
Proj/Ativ.: 1.023 - OBRAS DE INFRA ESTRUTURA URBANA E RODOVIARIAS  
Elem.: 4.4.90.(03.731) - Aplicações Diretas ..... R\$ 308.634,35

Art. 2º O crédito de que trata o artigo anterior, por conta de superávit financeiro de dotação no valor de R\$ 516.948,94 (Quinhentos e Dezesesseis Mil, Novecentos e Quarenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos), conforme abaixo discriminada:

a) (01.0730) - Cessão Onerosa - Lei 13.885/2019 ..... R\$ 516.948,94

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gravatal - SC, 11 de fevereiro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA  
Prefeito Municipal

**RESULTADO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL -ESF EDITAL EMERGENCIAL SIMPLIFICADO Nº 02/2020**

Publicação Nº 2354224


**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**
**RESULTADO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO PARA  
 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MÉDICO CLÍNICO GERAL -ESF  
 EDITAL EMERGENCIAL SIMPLIFICADO Nº 02/2020**

<b>Cargo: MÉDICO CLÍNICO ESF – 40hs</b>						
<b>NOME DO CANDIDATO</b>	<b>Pontuação</b>					<b>Classificação</b>
	<i>Especialização completa na área</i>	<i>Cursos na área</i>	<i>Experiência Profissional Setor Público</i>	<i>Experiência Profissional Setor Privado</i>	<i>Total</i>	
EDGARD KINDERMANN	1,0	3,0	3,0	3,0	10,0	1º
MARIANA DZIEKANSKI	0,0	0,5	2,0	2,0	4,5	2º
GABRIELA KAORI WASSANO	0,0	3,0	1,5	0,0	4,5	3º

<b>Cargo: MÉDICO CLÍNICO ESF – 20hs</b>						
<b>Nome do Candidato</b>	<b>Pontuação</b>					<b>Classificação</b>
	<i>Especialização completa na área</i>	<i>Cursos na área</i>	<i>Experiência Profissional Setor Público</i>	<i>Experiência Profissional Setor Privado</i>	<i>Total</i>	
EDGARD KINDERMANN	1,0	3,0	3,0	3,0	10,0	1º
MARIANA DZIEKANSKI	0,0	0,5	2,0	2,0	4,5	2º
GABRIELA KAORI WASSANO	0,0	3,0	1,5	0,0	4,5	3º
TACYANA PINICIN	0,0	3,0	1,0	0,0	4,0	4º
RAUL VIANNA DE OLIVEIRA	0,0	3,0	0,0	0,0	3,0	5º

Gravatal (SC), 12 de Fevereiro de 2020.

MARIA PEREIRA CALEGARI  
 Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Fone: (48) 3648-8000 PABX (48)3648-8001  
 Rua Eng.º Annes Gualberto, 121 – Centro – CEP 88735-000 – Gravatal – SC  
 CNPJ: 82.926.569/0001-47 – e-mail:prefeituragravatal@gravatal.sc.gov.br

**RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 08/2020 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354459

Comunica a seguinte alteração no Decreto nº 08/2020 de 04 de fevereiro de 2020:

Onde lê-se:

(\*) CONSIDERANDO Decisão Administrativa formulada ao Processo Administrativo Disciplinar nº 838/2016, folhas 283 a 290, livro II, do referido processo, que revoga a Decisão Administrativa de folhas 270 e 271 e de conseq-ência revoga as Portarias nºs 384/2019 e 385/2019, aplicando à servidora Andrezza Steiner Araujo, a pena de suspensão sem direito a remuneração.

Leia-se:

(\*) CONSIDERANDO Decisão Administrativa formulada ao Processo Administrativo Disciplinar nº 838/2016, folhas 283 a 290, livro II, do referido processo, que revoga a Decisão Administrativa de folha 271 e de conseq-ência revoga a Portaria nº 384/2019, aplicando à servidora Andrezza Steiner Araujo, a pena de suspensão sem direito a remuneração.

Gravatal - SC, 12 de fevereiro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA  
Prefeito Municipal



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO ADITIVO 04/2019**

Publicação Nº 2355160

TERMO ADITIVO Nº 004/2019

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2019

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE GRAVATAL

CNPJ : 02.156.952/0001-24

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA

CNPJ: 24.092.271/0001-82

OBJETO: O presente Contrato tem por objeto: 1.1- Locação de sistemas para Legislação pública compreendendo: 1.1.1- Gerenciador de documentos; 1.1.2-Protocolo; 1.1.3- Portal Web Câmara; 1.1.4-Transmissão em áudio e vídeo; 1.2- A prestação de serviços técnicos especializados compreendendo: 1.2.1- Configuração e parametrização conforme procedimentos da Câmara. 1.2.2- Treinamento online ou na sede da Softcam para os servidores responsáveis pela utilização dos sistemas. 1.2.3- Suporte técnico online, quando solicitado. 1.2.4- Manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

VIGÊNCIA: PRORROGADO POR MAIS 12 MESES E SEIS DIAS, A PARTIR DE 01 DE JANEIRO DE 2020.

VALOR: O valor do presente contrato é de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) divididos em 12 parcelas de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais) mensais.

RECURSOS FINANCEIROS: ORÇAMENTO VIGENTE

DOTAÇÃO: 3.3.90.39.99.00.00.00

FORUM: COMARCA DE ARMAZÉM

ADVOGADO: RENATO BEIRÃO SCHMITZ

ADILSON RAFAEL MENDES

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº. 04/2020**

Publicação Nº 2354363

PORTARIA Nº. 04/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

"REVOGAR A PORTARIA Nº. 02/2020 QUE DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Vereador ADILSON RAFAEL MENDES, Presidente da Câmara Municipal, no uso de suas atribuições legais, decide REVOGAR a PORTARIA nº. 02/2020;

Art. 1º: Fica REVOGADO a Portaria nº. 02/2020 que nomeava como Pregoeiro da Câmara Municipal de Gravatal, a servidora Senhora Patricia Vicenzi Machado, para o período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Gravatal/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

ADILSON RAFAEL MENDES

Presidente

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Gravatal em 12 de fevereiro de 2020.

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE LANÇAMENTO Nº05/2020, DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO REFERENTE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

Publicação Nº 2355159



## *Estado de Santa Catarina- Município de Guaraciaba*

### EDITAL LANÇAMENTO Nº05/2020 SETOR DE TRIBUTAÇÃO

**ESTABELECE O PLANO DE COBRANÇA DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA REFERENTE À EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DA RUA ALCIDES MONTAGNA TRECHO ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA, NESTA CIDADE DE GUARACIABA/SC**

**ROQUE LUIZ MENEGHINI**, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com o inciso XXV, do art. 79, e inciso III, do art. 110, da Lei Orgânica Municipal, observando o disposto nos arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional (CTN) e no art. 242 e ss da Lei Complementar nº 24 (CTM), de 22 de setembro de 2006, FAZ SABER a quem interessar que pelo presente Edital fica estabelecido o plano de cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à execução de pavimentação com pedras irregulares da **RUA ALCIDES MONTAGNA TRECHO ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA**, nesta cidade de Guaraciaba/SC, decorrente de valorização imobiliária, obedecendo a Legislação vigente e as seguintes normas, condições e especificações:

#### **1 – MEMORIAL DESCRITIVO**

O memorial refere-se à pavimentação com pedras irregulares da **RUA ALCIDES MONTAGNA TRECHO ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA**, nesta cidade de Guaraciaba/SC, conforme consta no ANEXO I do presente Edital.

#### **2 - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

No custo da obra foram computados os materiais e serviços conforme consta no ANEXO II, ressalta-se que após a realização do processo licitatório nº 92/2018 os custos da obra, perfazem um montante de **R\$ 119.984,06**, para a **RUA ALCIDES MONTAGNA TRECHO ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA**.

#### **3 – DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO**

A parcela do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria será equivalente a 25% do custo total da obra, respeitando os limites previstos em lei.

O fator de absorção do benefício, em face a valorização dos imóveis, para a zona diretamente atingida é de 100% (cem por cento).

#### **4 – DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA**

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis lindeiros às ruas mencionadas no item 1, que sofreram valorização imobiliária conforme documentos anexos.



## ***Estado de Santa Catarina-*** ***Município de Guaraciaba***

### **5 – SISTEMA DE RATEIO**

Para efeito de cálculo e lançamento da Contribuição de Melhoria, o Município de Guaraciaba baseou-se no relatório apresentado pela Comissão Municipal de Avaliação de Imóveis, designados pela Portaria nº 347/2018, de 04 de julho de 2018, de acordo com a apresentação que segue.

A Comissão fez visita “*in loco*”, pesquisa de valores de mercado e comparativo com os dados do Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI) existentes na Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, dando início aos trabalhos como segue:

Para o processo de cálculo da Contribuição de Melhoria foi inicialmente definida **ZONA DE INFLUÊNCIA (ZIN)**, denominada de **ZIN I**, sendo uma para cada trecho beneficiado (não houve subdivisão dos trechos beneficiados por não terem eles longas extensões).

Nas referidas zonas foi efetuado o somatório das áreas dos lotes em m<sup>2</sup> (**SAL**) e que dividido pelo número de lotes da zona (**NL**), que resultou na área média dos lotes de cada zona (**AML**).

Segue fórmula: **AML** =  $\frac{\text{SAL}}{\text{NL}}$ , sendo que:

#### **1.1 - Cálculo das áreas médias dos lotes urbanos da ZIN I RUA ALCIDES MONTAGNA, ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA.**

$$\text{AML} = \frac{\text{SAL}}{\text{NL}} = \frac{12.906,78}{26} = 496,41 \text{ m}^2$$

Tomando-se por base a área média dos lotes de cada uma das zonas, foi estipulado o Valor Venal Médio de mercado dos lotes (**VVM**) pré-obras, em Reais (R\$), considerando-se as particularidades do local, e calculado o Valor Venal Médio de mercado por m<sup>2</sup> de área dos lotes de cada zona (**VVM/M<sup>2</sup>**), em Reais por m<sup>2</sup>.

Segue fórmula: **VVM/M<sup>2</sup>** =  $\frac{\text{VVM}}{\text{AML}}$ , sendo que:

#### **2.1- Cálculo do Valor Venal Médio de mercado por m<sup>2</sup> dos lotes urbanos da ZIN I RUA ALCIDES MONTAGNA, ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FATIMA.**

$$\begin{aligned} \text{VVM} &= \text{R\$ } 109.211,22 \\ \text{VVM/M}^2 &= \frac{\text{VVM}}{\text{AML}} = \frac{109.211,22}{496,41} = \text{R\$ } 220,00 / \text{m}^2 \end{aligned}$$

Posteriormente, para cada lote das zonas foi arbitrado o Fator Individual de Valorização (**FIV**), levando-se em conta as características dos imóveis e com este foi calculada a valorização individual de cada imóvel para após a execução da obra (**VII**) e o novo valor total do imóvel - pós-obras -, em Reais (R\$), para todos os imóveis, sendo que o valor da Contribuição de Melhoria (**CM**) de cada imóvel será





## *Estado de Santa Catarina-* *Município de Guaraciaba*

igual ao **VII** (**VII = VVM de cada imóvel pós-obra x FIV**), ou seja, o que o imóvel valorizou com a execução da obra pública será o valor devido a título de contribuição de melhoria, como demonstrado no ANEXO III.

### **6 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento da Contribuição de Melhoria, cujos valores estão consignados no ANEXO III do presente Edital, deverá ser feito diretamente ao Município de Guaraciaba, através da instituição bancária conveniada e por ele indicada.

Poderá o contribuinte optar pelo pagamento parcelado ou em cota única, incidindo sobre o parcelamento a correção monetária anual, através da Unidade Fiscal de Referência Municipal (UFRM), considerando as seguintes condições:

a) em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento inicial na data de **10 de maio de 2020;**

b) Em cota única, com 10% (dez por cento) de desconto;

Para o caso de atraso no pagamento, incidirão sobre os débitos os encargos previstos na legislação municipal aplicável à espécie.

### **7 - IMPUGNAÇÕES**

Os proprietários de imóveis situados nas ruas beneficiadas pelas obras de pavimentação tratadas pelo presente Edital de Contribuição de Melhoria terão o prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação do presente edital para a impugnação de qualquer dos elementos nele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

O Processo Administrativo obedecerá ao disposto na legislação municipal aplicável à espécie.

### **8 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam fazendo parte do presente Edital os ANEXOS I, II e III.

Para conhecimento dos interessados, será o presente Edital publicado no Átrio da Prefeitura Municipal de Guaraciaba/SC, no órgão de imprensa oficial do Município e, ainda, entregue uma cópia a cada proprietário beneficiado pela obra pública, mediante recebimento.

Guaraciaba/SC, 11 de fevereiro de 2020

**ROQUE LUIZ MENECHINI**  
Prefeito Municipal



# Estado de Santa Catarina-Município de Guaraciaba

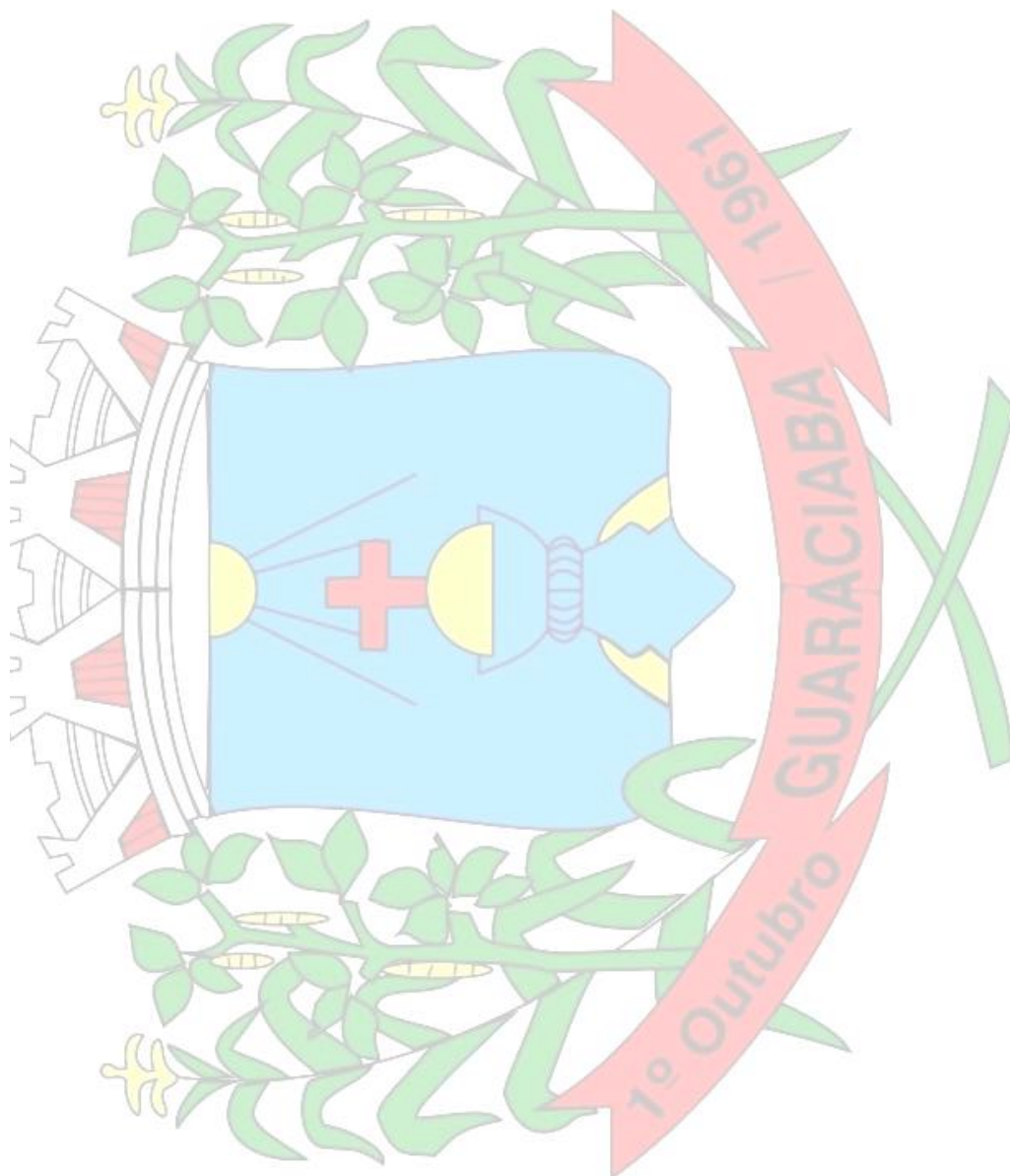
## ANEXO III

### PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NA RUA ALCIDES MONTAGNA TRECHO ENTRE A RUA OLAVO BILAC E A RUA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

NOME DO CONTRIBUINTE	CÓDIGO DO IMÓVEL	Nº DO LOTE	TESTADA DO LOTE (m.L.)	ÁREA DO LOTE (m²)	VALOR VENAL MÉDIO (PRÉ-OBRA)	F.I.V.	VALOR VENAL MÉDIO (PÓS-OBRA)	VALORIZAÇÃO INDIV. DO IMÓVEL	VII = CM (R\$)
<b>ZONA DE INFLUÊNCIA ZIN II</b>									
MARCELO MÜLLER	3411	56	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
PEDRO FRANCISCO SIMIONI	3412	57	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
FERNANDO LUIZ PRADO CARVALHO	3413	58	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
IVANEIDE MARIA DA SILVA	3414	59	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	3421	66	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	3422	67	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	3423	68	12,00	360,00	R\$ 79.200,00	2,9097%	R\$ 80.072,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ALVER KLEIN INDUSTRIAL LTDA - EPP	3424	69	12,07	362,85	R\$ 79.827,00	2,9267%	R\$ 80.704,89	R\$ 877,89	R\$ 877,89
RAFAELA BONAMIGO	3434	79	12,50	375,25	R\$ 82.555,00	3,0310%	R\$ 83.464,17	R\$ 909,17	R\$ 909,17
DANIEL CARLOS BERNARDI	3435	80	12,50	372,81	R\$ 82.018,20	3,0310%	R\$ 82.927,37	R\$ 909,17	R\$ 909,17
DULCE ZENI	3436	81	12,50	370,44	R\$ 81.496,80	3,0310%	R\$ 82.405,97	R\$ 909,17	R\$ 909,17
ANDRESSA DA SILVA	3437	82	12,50	368,00	R\$ 80.960,00	3,0310%	R\$ 81.869,17	R\$ 909,17	R\$ 909,17
MICHELI SCHNEIDER	3438	83	12,50	365,56	R\$ 80.423,20	3,0310%	R\$ 81.332,37	R\$ 909,17	R\$ 909,17
ELISEO MENEZHINI	3439	84	12,50	363,13	R\$ 79.888,60	3,0310%	R\$ 80.797,77	R\$ 909,17	R\$ 909,17
VALDENIR MENEZHINI	3440	85	12,50	360,68	R\$ 79.349,60	3,0310%	R\$ 80.258,77	R\$ 909,17	R\$ 909,17
VILSON MONTAGNA	3441	86	13,00	372,58	R\$ 81.967,60	3,1522%	R\$ 82.913,14	R\$ 945,54	R\$ 945,54
DARCCILENE MONTAGNA	3442	87	21,55	611,10	R\$ 134.442,00	5,2254%	R\$ 136.009,41	R\$ 1.567,41	R\$ 1.567,41
MUNICÍPIO DE GUARACIABA	3357	1	97,11	3440,56	R\$ 756.923,20	23,5470%	R\$ 763.986,35	R\$ 7.063,15	R\$ 7.063,15
LURDES IVANIR FRITZEN	3425	71	12,00	383,54	R\$ 84.378,80	2,9097%	R\$ 85.251,60	R\$ 872,80	R\$ 872,80
VALMOR DOMINGOS MONTAGNA	3426	72	12,00	378,78	R\$ 83.331,60	2,9097%	R\$ 84.204,40	R\$ 872,80	R\$ 872,80
NADIO PASINATO	3427	73	12,00	376,50	R\$ 82.830,00	2,9097%	R\$ 83.702,80	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ROMÁRIO ALCIDES MONTAGNA	3428	74	12,00	374,28	R\$ 82.341,60	2,9097%	R\$ 83.214,40	R\$ 872,80	R\$ 872,80
ALCIDES DEVITTE	3429	75	12,00	372,06	R\$ 81.853,20	2,9097%	R\$ 82.726,00	R\$ 872,80	R\$ 872,80
CATIA PILATTI	3430	76	12,00	369,84	R\$ 81.364,80	2,9097%	R\$ 82.237,60	R\$ 872,80	R\$ 872,80
VALNEI LUIZ DRESCH	3431	77	12,00	367,62	R\$ 80.876,40	2,9097%	R\$ 81.749,20	R\$ 872,80	R\$ 872,80
DIRNEI MORETTI	3433	78	13,18	401,20	R\$ 88.264,00	3,1958%	R\$ 89.222,63	R\$ 958,63	R\$ 958,63
<b>TOTAL DA RUA</b>						<b>100%</b>			<b>29.996,02</b>



## *Estado de Santa Catarina-Município de Guaraciaba*





**PARECER 01/2020, CMAS**

Publicação Nº 2354338

Estado de Santa Catarina  
 Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
 Secretaria Municipal de Assistência Social.

PARECER 01/2020

Conselho Municipal de Assistência Social - Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - 2019

Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ao analisar a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - 2019, tem a relatar:

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) do Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, foi instituído pela Lei Municipal nº 2.549 de 03 de julho de 2013, respeitando a composição paritária entre Governo e Sociedade Civil. O mandato vigente dos atuais conselheiros iniciou em 03 de junho de 2019 e a gestão é de 02 (dois) anos, permitida uma recondução. Os conselheiros nomeados para exercer o mandato da gestão 2019/2021, conforme Portaria nº 301/19, está assim constituído:

**REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO:**

Secretaria de Assistência Social, Habitação e Políticas Públicas para Mulheres

Titulares: Clair Giehl e Daiane Capitaneo

Suplentes: Dulcinéia Scaratti e Normélia de Lima

Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Titular: Maristela Keithi Maldaner

Suplente: Indira Alnoch

Secretaria de Saúde e Saneamento

Titular: Denise Pasqualon

Suplente: Rita de Cássia Roberto Hernandez Colhado

Secretaria de Administração e Finanças

Titular: Eleandra Ceretta Kunz

Suplente: Fatima Hoffmann

**REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:**

Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social

Titulares: Joscelaine Cristina Cardoso Lima e Jussara Scapin

Suplentes: Sueli Fernanda Ludwig e Natália Pasqualon

Representantes de usuários

Titulares: Fernanda Fátima Antunes e Ivone Henckes Forster

Suplentes: Vilma dos Santos de Souza e Cibélia Bock

Entidade de Assistência Social

Titular: Gabriela Caroline Scalco Volkweis

Suplente: Délia Claudete Guaragni Bonatto.

Durante o ano de 2019 foram realizadas 06 reuniões, sendo nos meses de fevereiro, maio, junho, julho, agosto e outubro, tendo como local a estrutura do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sempre respeitando a participação da maioria dos conselheiros para discutir e aprovar as deliberações, tendo como base o Plano de Ação de Assistência Social e os Planos de Trabalho do IGDBF e IGD SUAS, como subsídio para tomada de decisões. Os recursos são de origem do governo federal, estadual e municipal, sendo alocados em blocos de proteção assim distribuídos Proteção Social Básica (CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo), Proteção Social Especial (média complexidade), IGD Bolsa Família e IGD SUAS.

Em análise a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social, onde foram investidos o montante de R\$ 1.219.113,50 (um milhão duzentos e dezenove mil e cento e treze reais e cinquenta centavos), sendo recursos livres R\$ 950.322,23 (novecentos e cinquenta mil e trezentos e vinte e dois reais e vinte e três centavos) e recursos vinculados oriundos do governo federal e estadual R\$ 268.791,27 (duzentos e sessenta e oito mil setecentos e noventa e um reais e vinte e sete centavos) aplicados em consonância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e com os respectivos Plano de Assistência Social e Plano de Ação, bem como as demais normativas vigentes conforme segue:

**PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

Recurso vinculado - federal	
Despesas	Valor
Folha de Pagamento	R\$ 76.568,04
Material de custeio	R\$ 133.640,63
Total	R\$ 210.208,67
Recurso municipal	
Despesas	Valor
Folha de pagamento	R\$ 227.311,67
Repasse entidade	R\$ 25.000,00
Material de custeio	R\$ 35.751,52
Aquisição de equipamentos	R\$ 335,00
Total	R\$ 288.398,19
Recurso estadual	
Despesas	Valor
Material de custeio	R\$ 17.605,37

Equipamentos	R\$ 17.084,60
Total	R\$ 34.689,97

**PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE**

Recurso Vinculado - média complexidade	
Material de custeio	R\$ 3.350,56

Recursos municipais	
Folha de pagamento - equipe	R\$ 151.485,78
Repasse - Convênio abrigo	R\$ 12.250,00
Material de custeio	R\$ 27.206,03
Total	R\$ 190.941,81

**IGD-SUAS – RECURSO FEDERAL**

Despesas	Valor
Material de custeio	R\$ 2.003,04

**IGD –BF – RECURSO FEDERAL**

Despesas	Valor
Material de custeio	R\$ 16.639,03
Equipamentos	R\$ 1.900,00
Total	R\$ 18.539,03

**RECURSOS MUNICIPAIS**

Despesas	Valor
Benefícios Eventuais	R\$ 23.233,11
Gestão da SMAS - Folha de pagamento	R\$ 295.000,00
Material de custeio	R\$ 47.402,31
Conselho Tutelar - Folha de pagamento	R\$ 103.446,81
Equipamentos	R\$ 1.900,00
Total	R\$ 473.245,18

O Conselho Municipal da Assistência Social de Guaraciaba – SC, em atendimento às exigências legais, DECLARA que acompanhou e fiscalizou as ações programadas e executadas pelo município, durante o período financeiro do exercício de 2019, exarando parecer pela Aprovação das contas prestadas.

Considerando o exposto acima, os conselheiros por unanimidade APROVAM com regularidade a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social – 2019 do Município de Guaraciaba/SC, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2020.

Destarte as informações acima apresentadas, assinamos o presente parecer.

Guaraciaba/SC, 12 de fevereiro de 2020.

	Conselheiro	Assinatura
01		
02		
03		
04		
05		
06		
07		
08		
09		
10		

**RESOLUÇÃO 01/2020-PRESTAÇÃO DE CONTAS, F.M.A.S**

Publicação Nº 2354301

Estado de Santa Catarina  
 Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
 Secretaria Municipal de Assistência Social.

**RESOLUÇÃO Nº 01/2020**

Dispõe sobre a prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaraciaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2020;



**RESOLVE:**

Art. 1º Emitir parecer favorável a Prestação de contas do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guaraciaba/SC, conforme anexo único desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Guaraciaba/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Fernanda Fátima Antunes  
Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO 02/2020, PLANO DE APLICAÇÃO E AÇÃO DOS RECURSOS IGD-BF. F.M.A.S**

Publicação Nº 2354318

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Secretaria Municipal de Assistência Social.

**RESOLUÇÃO Nº 02/2020**

Dispõe sobre a apresentação e a aprovação do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos do IGD-BF para o exercício de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2020;

**RESOLVE:**

Aprovar o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos do IGD-BF para o exercício de 2020.

Guaraciaba/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Fernanda Fátima Antunes  
Presidente do CMAS

**RESOLUÇÃO 03/2020, PLANO DE APLICAÇÃO E AÇÃO DOS RECURSOS IGD-SUAS. F.M.A.S**

Publicação Nº 2354328

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Guaraciaba  
Secretaria Municipal de Assistência Social.

**RESOLUÇÃO Nº 03/2020**

Dispõe sobre a apresentação e a aprovação do Plano de Ação e Aplicação dos Recursos do IGD-SUAS para o exercício de 2020.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, no uso das suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.742/93 e Lei Municipal nº 2549/2013, em reunião ordinária realizada no dia 12 de fevereiro de 2020;

**RESOLVE:**

Aprovar o Plano de Ação e Aplicação dos Recursos do IGD-SUAS para o exercício de 2020.

Guaraciaba/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Fernanda Fátima Antunes  
Presidente do CMAS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 1182/2020

Publicação Nº 2354601

DECRETO Nº. 1182/2020

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

26 - Encargos Gerais do Município  
001 - Encargos Gerais do Município  
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais  
33000000000000000000 - Despesas correntes  
33100000000000000000 - Pessoal e Encargos Sociais  
33190000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 10.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior no vínculo 03000000 - Recursos Ordinários, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 1183/2020

Publicação Nº 2355493

DECRETO Nº. 1183/2020

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 8.628.769,22 (oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 8.628.769,22 (oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos), aprovado pela lei nº. 4678/2020, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
03360000 - Salário Educação – R\$ 773.213,80  
006 - Educação Infantil - Creches  
0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Creche  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01360000 - Salário Educação – R\$ 270.000,00

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 1.418.468,15  
03830000 - Operação Créd. Interna - outros Programas – R\$ 2.688.069,57

03890000 - Alienação Bens Dest. outros Programas – R\$ 965.114,22  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 782.272,13

26 - Encargos Gerais do Município  
001 - Encargos Gerais do Município  
0028.0846.0000.0001 - Contribuição ao Pasep  
33390000000000000000 - Aplicações diretas  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 11.631,35  
0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e Encargos  
33290000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 425.000,00  
34690000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 915.000,00  
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais  
33190000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 380.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm:

I – do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, nas seguintes dotações orçamentárias:

03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 3.138.468,15  
03360000 - Salário Educação – R\$ 773.213,80  
03830000 – Operação de Créd. Interna -outros Programas – R\$ 2.688.069,57  
03890000 - Alienação Bens Dest. outros Programas – R\$ 965.114,22  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 793.903,48

II - da anulação do item abaixo relacionado:

06 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01360000 - Salário Educação – R\$ 270.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI Nº. 4678/2020

Publicação Nº 2355487

LEI Nº. 4678/2020

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 8.628.769,22 (oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 8.628.769,22 (oito milhões, seiscentos e vinte e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais, vinte e dois centavos), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
03360000 - Salário Educação – R\$ 773.213,80  
006 - Educação Infantil - Creches  
0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Creche  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01360000 - Salário Educação – R\$ 270.000,00

08 - Secretaria de Infraestrutura  
001 - Secretaria de Infraestrutura  
0015.0451.0011.1013 - Pavimentação e Urbanização de Vias Públicas  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 1.418.468,15  
03830000 - Operação Créd. Interna - outros Programas – R\$ 2.688.069,57  
03890000 - Alienação Bens Dest. outros Programas – R\$ 965.114,22  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 782.272,13

26 - Encargos Gerais do Município  
001 - Encargos Gerais do Município  
0028.0846.0000.0001 - Contribuição ao Pasp  
33390000000000000000 - Aplicações diretas  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 11.631,35  
0028.0846.0000.0002 - Amortização da Dívida e Encargos  
33290000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 425.000,00  
34690000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 915.000,00  
0028.0846.0000.0003 - Precatórios e Sentenças Judiciais  
33190000000000000000 - Aplicações Diretas  
03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 380.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm:

I – do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, nas seguintes dotações orçamentárias:

03000000 - Recursos Ordinários – R\$ 3.138.468,15  
03360000 - Salário Educação – R\$ 773.213,80  
03830000 – Operação de Créd. Interna -outros Programas – R\$ 2.688.069,57  
03890000 - Alienação Bens Dest. outros Programas – R\$ 965.114,22  
03500100 - Cessão Onerosa - LEI Nº 13.885/2019 – R\$ 793.903,48

II - da anulação do item abaixo relacionado:

06 - Secretaria Municipal de Educação  
001 - Ensino Fundamental  
0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental  
34490000000000000000 - Aplicações Diretas  
01360000 - Salário Educação – R\$ 270.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Luis Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº. 063/2020

Publicação Nº 2354596

PORTARIA Nº. 063/2020

Nomeia Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, vinculada ao Conselho Municipal de Educação.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o inciso IV, art. 8º da Lei Complementar nº. 10/2010;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomeia os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal de Educação, vinculada ao Conselho Municipal de Educação:

I – Alexandre Medeiros;

II – Caroline Maria da Silva de Oliveira;

III – Dirce Cardoso Borges;

IV – Eliane Stein.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 064/2020**

Publicação Nº 2354597

PORTARIA Nº. 064/2020

Aprova Carline Feldmann no Estágio Probatório.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Efetivar Carline Feldmann, no cargo de Professora de Artes (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, decorrente de aprovação da avaliação do Estágio Probatório, a partir de 01 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 11 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº. 065/2020**

Publicação Nº 2355268

PORTARIA Nº. 065/2020

Contrata Natália Rengel Koch através do Concurso Público 001/2019.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Contratar Natália Rengel Koch, através do Concurso Público 001/2019, no cargo de Instrutora de Violão, vinculada à Fundação Cultural de Guaramirim, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Art. 2º. Fica revogada a Portaria nº. 53/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 002/2020**

Publicação Nº 2354216

PORTARIA Nº 002/2020

O Presidente da Câmara Municipal de Guaramirim, usando da competência que lhe confere o Inciso XXII, do Artigo 46 do Regimento Interno:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar o senhor Claudomir João Borba do cargo de Assessor de Comunicação da Câmara Municipal de Guaramirim, à partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaramirim, SC 12 de Fevereiro de 2020

Romeu Butschardt Júnior  
Presidente

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 02/2020

Publicação Nº 2354583

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 02/2020 – Pregão Presencial Nº. 02/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para Aquisição de material de limpeza e higienização para serem utilizados no Fundo Municipal de Saúde do município de Guarujá do Sul. Propostas e Habilitação: 27/02/2020

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas ).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Volnei Luis Gossler

Secretaria Municipal de Saúde.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA LEGISLATIVA N. 08.2020**

Publicação Nº 2355092

*Estado de Santa Catarina***Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul****PORTARIA LEGISLATIVA Nº 08/2020.****HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO  
DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS)  
RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO  
Nº 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Sr. **ILÁRIO BAUMGARDT**, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar Municipal nº 60/2019 (Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Efetivos da Câmara Municipal de Vereadores) e Lei nº 1.048/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), **TORNA PÚBLICO**, aos interessados o deferimento e o indeferimento das inscrições (antes dos recursos) dos candidatos inscritos no Edital de Concurso Público nº 01/2020 da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul – SC, conforme segue:

<b>AUXILIAR LEGISLATIVO</b>			
<b>Nº</b>	<b>Insc.</b>	<b>Candidato</b>	<b>Situação da Inscrição</b>
1	197	Adriana Fatima Lauxen	<b>Deferida</b>
2	36	Adriano Jose Augusto Wathier	<b>Deferida</b>
3	209	Adriano Luiz Tenroller	<b>Deferida</b>
4	127	Alex Júnior Welter Machado	<b>Deferida</b>
5	14	Aline Lúcia Dos Santos	<b>Deferida</b>
6	215	Alisson Júnior Lebens	<b>Deferida</b>
7	154	Ana Flávia Dos Santos	<b>Deferida</b>
8	61	Ana Paula Da Rosa Utech	<b>Deferida</b>
9	139	Andrea Graziela Dalla Costa	<b>Deferida</b>
10	86	Andressa Carla Wuigk	<b>Deferida</b>
11	120	Bruna Fernanda Bohn	<b>Deferida</b>
12	97	Bruna Matte	<b>Deferida</b>
13	136	Bruna Taísa Lermen	<b>Deferida</b>
14	32	Camila Bratkoski	<b>Deferida</b>
15	8	Camila De Oliveira	<b>Deferida</b>
16	211	Camila Josiane Prestes	<b>Deferida</b>
17	2	Camila Orth	<b>Deferida</b>
18	233	Carmen Valéria Paloski	<b>Deferida</b>
19	134	Caroline Bornholdt	<b>Deferida</b>
20	232	Cásia Bernardi	<b>Deferida</b>
21	143	Cedimara Fragatto	<b>Deferida</b>
22	89	Cláudia Bragagnolo	<b>Deferida</b>





*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

23	206	Claudia Lorena Ferlin	<b>Deferida</b>
24	131	Cleber Lanza	<b>Deferida</b>
25	33	Cristiane Barbosa	<b>Deferida</b>
26	253	Cristina Aparecida Da Silva	<b>Deferida</b>
27	152	Daiane Olboni	<b>Deferida</b>
28	133	Daniel Willmbrink	<b>Deferida</b>
29	84	Daniela Paula Da Silva Kureck	<b>Deferida</b>
30	138	Danieli Cristina Eberhard	<b>Deferida</b>
31	213	Delacir Fernando Wolfart	<b>Deferida</b>
32	13	Dimitry Ricardo Ruckhaber Da Rosa	<b>Deferida</b>
33	44	Douglas Henrique Stanga	<b>Deferida</b>
34	37	Eduarda Cemin Morsch	<b>Deferida</b>
35	185	Eduarda Steffenon Soares	<b>Deferida</b>
36	146	Eduardo Frederichs	<b>Deferida</b>
37	58	Eduardo Severgnini	<b>Deferida</b>
38	27	Eliane Márcia Dos Santos	<b>Deferida</b>
39	172	Elivelton Zambiasi Dos Santos	<b>Deferida</b>
40	248	Emily Lais Cerioli Stedile	<b>Deferida</b>
41	105	Evandro Luis Krewer	<b>Deferida</b>
42	80	Evelyn Gnoatto Machado	<b>Deferida</b>
43	179	Everton Lucas Bitsch	<b>Deferida</b>
44	170	Fabiana Fatima Castanho	<b>Deferida</b>
45	265	Fabiano De Mello Gaideczka	<b>Deferida</b>
46	28	Fagner Vinicius Salvi	<b>Deferida</b>
47	63	Fernanda Bosa	<b>Deferida</b>
48	176	Fernanda Maiara Biondo	<b>Deferida</b>
49	123	Fernanda Schneider	<b>Deferida</b>
50	50	Fernanda Turani	<b>Deferida</b>
51	227	Gabriel Allan De Lima	<b>Deferida</b>
52	88	Gabriela Zanini Joergensen	<b>Deferida</b>
53	18	Gabriele Schneider	<b>Deferida</b>
54	191	Gilson André Dalmagro	<b>Deferida</b>
55	144	Gilson Loga Lisboa	<b>Deferida</b>
56	49	Giovana Sotilli	<b>Deferida</b>
57	102	Giovane Cesar Pereira Pasquali	<b>Deferida</b>
58	164	Graciela Neumann	<b>Deferida</b>
59	236	Grautti Zanini Werlang	<b>Deferida</b>
60	202	Guilherme Bussolaro Botini	<b>Deferida</b>
61	5	Guilherme Stefanello	<b>Deferida</b>
62	203	Gustavo Berwian	<b>Deferida</b>



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

63	66	Iohana Eloise Weiss	<b>Deferida</b>
64	222	Ivanete Polla	<b>Deferida</b>
65	51	Jaqueline Leticia Stalter	<b>Deferida</b>
66	196	Jaqueline Pagno	<b>Deferida</b>
67	72	Jefferson Renan Camargo Dresch	<b>Deferida</b>
68	226	Jessica Fogiato	<b>Deferida</b>
69	252	João Carlos Dos Santos Scher	<b>Deferida</b>
70	238	Jonas Cassiano Kuhn	<b>Deferida</b>
71	184	Joselaine Fatima De Souza Fontana	<b>Deferida</b>
72	220	Josiane Luisa Miola	<b>Deferida</b>
73	181	Josiane Maiara Guth	<b>Deferida</b>
74	212	Jucimiriam Costa Welter	<b>Deferida</b>
75	10	Juliana Toffolo Hoffelder	<b>Deferida</b>
76	117	Julio Jose Dreyer	<b>Deferida</b>
77	122	Júnior Felicete	<b>Deferida</b>
78	235	Kelly Cristina Favretto Acorsi	<b>Deferida</b>
79	157	Kelyn Flávia Coronetti	<b>Deferida</b>
80	200	Larissa Barth Vinciguerra	<b>Deferida</b>
81	231	Leandro Jonas Busatta	<b>Deferida</b>
82	30	Leonardo Heitor Arend	<b>Deferida</b>
83	96	Liziane Fátima Pellenz	<b>Deferida</b>
84	48	Luana Bruder	<b>Deferida</b>
85	244	Luana Da Silva	<b>Deferida</b>
86	73	Lucinara Cristina Fornari	<b>Deferida</b>
87	186	Luis Henrique Moreira	<b>Deferida</b>
88	116	Maiara Kafer	<b>Deferida</b>
89	207	Maicon Pasqualon	<b>Deferida</b>
90	229	Maira Regina Toigo	<b>Deferida</b>
91	205	Márcia Schnorr	<b>Deferida</b>
92	153	Marcieli Liliani Schmitt	<b>Deferida</b>
93	199	Marcos Alberto Fruscalso	<b>Deferida</b>
94	74	Marcos Paiano Borges Da Rosa	<b>Deferida</b>
95	261	Marcos Rafael Schmitt	<b>Deferida</b>
96	182	Maria Neriane Volkweis Eckert	<b>Deferida</b>
97	95	Mariana Floriano	<b>Deferida</b>
98	107	Marina Bianchin	<b>Deferida</b>
99	79	Marlene Aozani	<b>Deferida</b>
100	264	Marlon Junior Morosini	<b>Deferida</b>
101	1	Mauro Roberto Spohr	<b>Deferida</b>
102	214	Meriani Berenice Formaio	<b>Deferida</b>



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

103	106	Micheli Agnes	<b>Deferida</b>
104	247	Monik Cristina Casa	<b>Deferida</b>
105	259	Natália Andresa Klaus	<b>Deferida</b>
106	101	Natan Roberto Kickow	<b>Deferida</b>
107	237	Natan Taube	<b>Deferida</b>
108	250	Pablo Luis Motta Hammerschmitt	<b>Deferida</b>
109	65	Poliana Venturini Della Flora	<b>Deferida</b>
110	150	Rafael Guilherme Heling	<b>Deferida</b>
111	249	Raquelly Taube	<b>Deferida</b>
112	204	Regiane Aline Salles Cichelero	<b>Deferida</b>
113	35	Regys Ryann Mendonça Correa	<b>Deferida</b>
114	7	Rodrigo Moraes	<b>Deferida</b>
115	254	Rodrigo Schanne	<b>Deferida</b>
116	64	Sabrina Bonfante	<b>Deferida</b>
117	6	Sabrina Dal Magro Zaffonato	<b>Deferida</b>
118	175	Samuel Erik Barros	<b>Deferida</b>
119	78	Sidnei Cavalheiro	<b>Deferida</b>
120	223	Simone Gracz	<b>Deferida</b>
121	130	Simony Marques De Mello	<b>Deferida</b>
122	68	Suely Thais Reinisch Da Rosa	<b>Deferida</b>
123	166	Tailini Lazzari	<b>Deferida</b>
124	221	Taisa Graciela Sprandel	<b>Deferida</b>
125	224	Tamara Bernardy	<b>Deferida</b>
126	193	Tamires Nataly Muhl	<b>Deferida</b>
127	9	Tatiane Bueno	<b>Deferida</b>
128	219	Thiago Antonio Thomas	<b>Deferida</b>
129	225	Wendell Sprandel	<b>Deferida</b>
130	113	Yeligel Laris Delevatti	<b>Deferida</b>

#### **CONTADOR**

<b>Nº</b>	<b>Insc.</b>	<b>Candidato</b>	<b>Situação da Inscrição</b>
1	149	Alice Clair Staudt Gehlen	<b>Deferida</b>
2	59	Camila Niederauer	<b>Deferida</b>
3	43	Daiane Pagno	<b>Deferida</b>
4	230	Djoni Emanuel Ludwig	<b>Deferida</b>
5	147	Jéssica Weirick De Lima	<b>Deferida</b>
6	162	Leticia Santin Da Silva	<b>Deferida</b>
7	255	Lidiane Isabel Ruhoff	<b>Deferida</b>
8	168	Rubia Lebens	<b>Deferida</b>
9	188	Tatiane Kremer	<b>Deferida</b>



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

#### CONTROLADOR INTERNO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	19	Daniela Alves Righi	<b>Deferida</b>
2	124	Fernanda Gonzatto Diehl	<b>Deferida</b>
3	92	Gustavo Marques Battisti	<b>Deferida</b>
4	11	Julio Cezar De Oliveira	<b>Deferida</b>
5	26	Leticia Andrieli Dalla Vecchia	<b>Deferida</b>
6	118	Macleide Schu	<b>Deferida</b>
7	121	Patrícia Casaril Amann	<b>Deferida</b>
8	266	Roberto Carlos Mallmann	<b>Deferida</b>

#### TESOUREIRO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	260	Marina Klaus	<b>Deferida</b>
2	161	Marine Rudiane Rauber	<b>Deferida</b>

Por este documento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 01/2020, do Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, as seguintes inscrições:

#### AUXILIAR LEGISLATIVO

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	137	Agatha Bertolini	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	177	Alessandra Campos	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	258	Altino Farias De Moraes	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	192	Ana Carolina Bolgenhagen	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	42	Andréia Ficagna	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	82	Andressa Frederich	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	15	Angélica Flores Marques De Mello	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
8	104	Angélica Flores Marques De Mello	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
9	210	Angélica Flores Marques De Mello	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
10	22	Bianca Cristina Grando	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
11	257	Bruna Stefan De Oliveira Farias	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
12	20	Bruno Andrade De Sales	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
13	114	Candida Tanara Sprandel	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
14	128	Carla Alessandra Aguiar Gurjão	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
15	135	Carla Denise Luft	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
16	46	Caroline Mortari	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

17	174	Caroline Santos De Mendonça	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
18	190	Cezar Chorna	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
19	47	Cosme Felipe Silva Do Nascimento	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
20	239	Cristian Paulo Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
21	23	Cristiane Backes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
22	108	Daniela Jilmara De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
23	234	Dayse Carla Justen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
24	171	Diana Alves Rei	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
25	169	Diego Dias Wagner	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
26	240	Dyego Cruz Lima	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
27	90	Edineia Kiesel	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
28	156	Elizama Souza Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
29	178	Elizandra Fontana	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
30	31	Emanuele Fernanda Fantinelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
31	140	Estefani Doss	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
32	132	Fernanda Cavichon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
33	218	Fernanda Perondi Trecco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
34	129	Fernando Banfi	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
35	85	Gabriela Toigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
36	29	Geneci Ochôa Brixner	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
37	100	Giovane Devicari	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
38	242	Gustavo Abdelaziz	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
39	183	Hellison Jean Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
40	12	Ian Flávio Weber	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
41	241	Iliana De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
42	54	Ines Monica Gretzler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
43	201	Ingrid Bianca Llorian	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
44	198	Isadora Lopes Arlindo	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
45	148	Jaqueline Ferreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
46	98	Jean Lima De Assis	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
47	158	Jean Lucas De Moura Amaral	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
48	45	Jessica Mayara Wolfart	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
49	62	Jieza Carla Rauber Rosa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
50	17	João Paulo Garcias Nascimento	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

51	208	João Pedro Zanchi Gerhardt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
52	194	Joseane Alves De Siqueira Beber	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
53	103	Josiane Vasques Dos Santos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
54	56	Juliana Denise De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
55	159	Juliana Wartha	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
56	57	Julio César Eberhardt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
57	94	Júnior Felicete	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
58	263	Luana Maciel Padichello	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
59	167	Luísa Renata Pinheiro De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
60	83	Luiz Gustavo Parmeggiani	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
61	41	Maiara Maria Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
62	165	Marcela Rossetti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
63	87	Marcia Andrea Cruz De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
64	60	Maria José Oliveira De Abreu	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
65	119	Mariana Julia Paim Campos	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
66	69	Mariani Martini	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
67	55	Marinês Mallmann	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
68	112	Marta Judite Debona Gregolin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
69	3	Mayara Aline Stahler	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
70	34	Milena Markus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
71	245	Monik Cristina Casa	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
72	187	Narhalia Stella Sant Anna Rocha Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
73	81	Nickolas De Pellegrin	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
74	115	Pâmela Regina Pompermayer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
75	142	Patricia Dresch	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
76	110	Patrícia Steffen	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
77	126	Raquel Aline Becker	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
78	163	Reginaldo Miguel Schaefer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
79	141	Roberta Nós	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
80	4	Rosana Marcia Reichert	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
81	109	Rubia Taizi Caramori	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
82	155	Sandra Alves De Siqueira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
83	24	Sheila Regina Sturm	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
84	38	Silvana Ester Delevatti	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.





Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul

85	67	Silvano Carvalho Maslowski	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
86	93	Simone Limberger Dalla Costa	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
87	180	Suelen Garay Figueiredo Jordao	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
88	125	Susane Kamer	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
89	53	Tainara Cristiane Pohren	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
90	151	Talia Schieferdecker De Souza	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
91	75	Tiare Lara Guth	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
92	173	Vanessa Feix	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
93	40	Vanessa Pagno	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
94	39	Vanessa Zimmermann Tonieto	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
95	160	Venicius Alberto Klaus	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
96	262	Veronice Fanton Pereira	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
97	217	Vinicius De Oliveira Andrade	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
98	52	Zigomar Antonio Prestes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**CONTADOR**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	189	Andressa Pozzebon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	195	Darlene Hofstaetter	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	76	Dionei Binsfeld	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	70	Gianfranco Brasil	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	25	Juliana Paula Demarco	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	111	Marta Judite Debona Gregolin	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
7	16	Rafael Douglas De Oliveira Vilhalba	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
8	216	Roberto Wagner Da Silva	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

**CONTROLADOR INTERNO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	91	Alice Clair Staudt Gehlen	INDEFERIDA - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
2	145	Diane Baronio	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
3	99	Filipe Anselmo Gomes	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
4	228	Gabriela Oliveira De Mercedes Ascoli	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
5	243	Sérgio Luís Eidt	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
6	71	Suzani Aparecida Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
7	251	Tiago Steffenon	INDEFERIDA - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.



*Estado de Santa Catarina*

**Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul**

8	21	Vinícius De Oliveira Andrade	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
---	----	------------------------------	------------------------------------------------------------

**TESOUREIRO**

Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	77	Márcia Boff	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.
2	246	Monik Cristina Casa	<b>INDEFERIDA</b> - Inscrição Cancelada pelo candidato (a)
3	256	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	<b>INDEFERIDA</b> - Não cumprimento do Item 2, subitem 2.1.1.2, alínea "d" do edital.

Os candidatos com as **inscrições indeferidas** terão os dias **13 e 14.02.2020** para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Da Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, em 12 de fevereiro de 2020.

Em sua 14ª Legislatura, 4ª Sessão Legislativa, 1º Período, 57ª Instalação Legislativa.

**ILÁRIO BAUMGARDT**

Presidente da Câmara de Vereadores de Guarujá do Sul - SC

Certifico que a presente Portaria Legislativa foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

**MARCOS VINÍCIUS DOS SANTOS**

Secretário Executivo



# Guatambú

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 09/2020

Publicação Nº 2355792

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 23/2020.

Pregão Presencial RP n. 09/2020.

Tipo: Menor Preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE LOCAÇÃO DE TENDAS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DE EVENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU – SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 13:45 horas do dia 27/02/2020.

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 27/02/2020.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 13 de fevereiro de 2020.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

### AVISO TOMADA DE PREÇOS 01/2020

Publicação Nº 2355796

Estado de Santa Catarina  
Município de Guatambu  
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com a Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 24/2020

Tomada de Preço n. 01/2020

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DE RODOVIÁRIA, CORREIOS E BIBLIOTECA MUNICIPAL, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NOS ANEXOS DESTE EDITAL.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 28/02/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 28/02/2020.

O Edital poderá ser obtido no site [www.guatambu.sc.gov.br](http://www.guatambu.sc.gov.br) ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 13 de fevereiro de 2020.

LUIZ CLOVIS DAL PIVA  
Prefeito Municipal

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS

Publicação Nº 2356095

#### CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 091.324.429-55, aprovada em 6º (sexto) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF VILA RICA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 12 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

Ciente em ..... /...../ .....  
CAROLINE APARECIDA MACIEL DOS SANTOS

### CONVOCAÇÃO GABRIELA DE FÁTIMA RIBEIRO DA SILVA

Publicação Nº 2356089

#### CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora GABRIELA DE FÁTIMA RIBEIRO DA SILVA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 065.607.979-70, aprovada em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF NOSSA SENHORA APARECIDA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 12 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

Ciente em ..... /...../ .....  
GABRIELA DE FÁTIMA RIBEIRO DA SILVA

**CONVOCAÇÃO HALLAN PETERSON SEVERINO**

Publicação Nº 2356092

**CONVOCAÇÃO**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Resolve:

Art. 1º Convocar o Senhor HALLAN PETERSON SEVERINO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 068.272.039-99, aprovado em 5º (quinto) lugar no Processo Seletivo Nº 002/2019/HO, homologado em 23/01/2020, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ACS – ESF NOSSA SENHORA APARECIDA, 40 horas semanais, para atuar junto ao Município.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da ciência do ato, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste manifestar-se sobre a vaga e, para apanhar a relação de documentos necessários para a contratação.

Art. 3º A contratação dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste (SC) em 12 de Fevereiro de 2020.

AMÉRICO LORINI  
Prefeito Municipal

Ciente em ..... /...../ .....  
HALLAN PETERSON SEVERINO

**PORTARIA Nº 390/2020**

Publicação Nº 2356105

**PORTARIA Nº 390/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora AMANDA LUZIA FERRANDIN (MATRÍCULA 5170), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à servidora Simara Pasinato, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 391/2020**

Publicação Nº 2356106

**PORTARIA Nº 391/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora FERNANDA SCHLINDWEIN CAVALHEIRO (MATRÍCULA 5171), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto a EBM Estação Luzerna, em substituição à servidora Iria Terezinha Matevi, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei

Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 392/2020**

Publicação Nº 2356108

PORTARIA Nº 392/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o senhor JORGE JAIR ALVES JUNIOR (MATRÍCULA 5172), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto à EEB Prof. Odilon Fernandes (extensão EBM Estação Luzerna), sem vínculo, gestão compartilhada com a Rede Estadual, a contar de 03 de fevereiro de 2020, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificado em 6º (sexto) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 393/2020**

Publicação Nº 2356113

PORTARIA Nº 393/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora FERNANDA SCHLINDWEIN CAVALHEIRO (MATRÍCULA 5173), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Silvana Lazzarini Bulla, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 394/2020**

Publicação Nº 2356114

**PORTARIA Nº 394/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora KARLA PEZAVENTO (MATRÍCULA 5174), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Silvana Lazzarini Bulla, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 395/2020**

Publicação Nº 2356116

**PORTARIA Nº 395/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora KARLA PEZAVENTO (MATRÍCULA 5175), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Edna Scalabrin, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 2º (segundo) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 396/2020**

Publicação Nº 2356119

**PORTARIA Nº 396/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora PATRÍCIA PELISSER (MATRÍCULA 5176), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Edna Scalabrin, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 397/2020**

Publicação Nº 2356120

### **PORTARIA Nº 397/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora AMANDA LUZIA FERRANDIN (MATRÍCULA 5177), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe, em substituição à servidora Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o afastamento desta servidora, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 4º (quarto) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

## **PORTARIA Nº 398/2020**

Publicação Nº 2356121

### **PORTARIA Nº 398/2020**

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora CARLA CRISTINA PEDRON (MATRÍCULA 5178), para exercer a função de PROFESSOR DE ANOS INICIAIS – Não Habilitado, Nível - 1, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 40 horas semanais, turnos matutino e vespertino, para atuar no PROAPA, junto ao GEM Prof. Adolfo Becker, a contar de 03 de fevereiro de 2020, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 1º (primeiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 399/2020**

Publicação Nº 2356123

PORTARIA Nº 399/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora DENYSE CARLETI (MATRÍCULA 5179), para exercer a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o atendimento ao aluno que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 3º (terceiro) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**PORTARIA Nº 400/2020**

Publicação Nº 2356128

PORTARIA Nº 400/2020

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a senhora LUCIA SALETE SIEPMANN (MATRÍCULA 5180), para exercer a função de SEGUNDO PROFESSOR DE TURMA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – Habilitado com Graduação, Nível - 2, Referência - A, anexo XI da Lei Complementar nº 316/2013, 20 horas semanais, turno vespertino, junto ao CME Pequeno Príncipe, a contar de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o atendimento ao aluno que motivou o contrato, limitado ao término do ano letivo de 2020, classificada em 5º (quinto) lugar no Processo Seletivo de que trata o Edital Nº 003/2019, homologado pelo Decreto nº 4.142/2020 de 06 de janeiro de 2020, conforme a Lei Complementar nº 291/2011. Seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de fevereiro de 2020.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

Américo Lorini  
Prefeito

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO CRISTINA DAVID RAMOS**

Publicação Nº 2356081

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL  
DE HERVAL D'OESTE.

**REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Eu, CRISTINA DAVID RAMOS, inscrita no CPF nº 018.475.519-04, aprovada e classificada em 3º (terceiro) lugar no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF Nossa Senhora Aparecida, no Processo Seletivo nº 002/2019/SMS/HO, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a reclassificação do cargo para o último lugar da lista classificatória deste Edital.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Herval d'Oeste-SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Assinatura

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO KRISLEY VERGÍNIA DA SILVA**

Publicação Nº 2356084

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL  
DE HERVAL D'OESTE.

**REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Eu, KRISLEY VERGINIA DA SILVA, inscrita no CPF nº 010.968.649-75, aprovada e classificada em 3º (terceiro) lugar no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF VILA RICA, no Processo Seletivo nº 002/2019/SMS/HO, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a reclassificação do cargo para o último lugar da lista classificatória deste Edital.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Herval d'Oeste-SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Assinatura

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO LUIZ HENRIQUE DARTORA PARISE**

Publicação Nº 2356079

AO EXCELENTÍSSIMO PREFEITO MUNICIPAL  
DE HERVAL D'OESTE.

**REQUERIMENTO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Eu, LUIZ HENRIQUE DARTORA PARISE, inscrito no CPF nº 087.414.839-10, aprovado e classificado em 1º (primeiro) lugar no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ESF VILA RICA, no Processo Seletivo nº 002/2019/SMS/HO, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, requerer a reclassificação do cargo para o último lugar da lista classificatória deste Edital.

Nestes Termos,

Pede Deferimento

Herval d'Oeste-SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Assinatura



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 0251/2020**

Publicação Nº 2355761

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0251/2020

"REVOGA O INCISO III DO ARTIGO 1º DA RESOLUÇÃO Nº 060/2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido que o responsável pelo setor de Recursos Humanos tem a atribuição de executar as atividades relativas à política de administração de recursos humanos, principalmente no que se refere a:

I ...

II ...

III - providenciar o cumprimento das obrigações e encargos sociais, na forma estabelecida; (REVOGADO)

IV ...

V ...

VI ...

VII ...

Parágrafo Único...

Art. 2º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, em 12 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO MOACIR DO NASCIMENTO  
Presidente

**Ibiam****PREFEITURA****ANEXO I - EDITAL Nº 002/2020**

Publicação Nº 2355080

**ANEXO I - Retificado****FICHA DE INSCRIÇÃO CHAMADA PÚBLICA – Edital nº 002/2020****Protocolo: Nº da inscrição:** \_\_\_\_\_☐ Auxiliar de Enfermagem☐ Técnico em Enfermagem**Identificação:**

Nome do candidato(a): \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Nº de dependentes: \_\_\_\_\_

Nº RG: \_\_\_\_\_ C.P.F: \_\_\_\_\_

**Endereço:**

Rua/Av: \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

Telefones para contatos: \_\_\_\_\_

Endereço eletrônico (e-mail): \_\_\_\_\_

**Formação:**☐ Declaração que possuo a formação de : \_\_\_\_\_**Tempo de serviço na função pretendida:**

Data de início : \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

Data de início: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Data Final: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Total de anos: \_\_\_\_\_

☐ Declaro não possuir tempo de serviço na função de .....**Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:**☐ cópia carteira de identidade☐ cópia do CPF☐ comprovante escolaridade☐ comprovação órgão profissional☐ tempo de serviço na função (critério para desempate)☐ outros documentos: \_\_\_\_\_

Ibiam, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Candidato

**AVISO DE LEILÃO 001/2020**

Publicação Nº 2355168

Estado de Santa Catarina  
Município de Ibiã

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Leilão

O Município de Ibiã/SC torna público, para conhecimento dos interessados, que as 10h do dia 05 de março de 2020, realizará Licitação, na modalidade de LEILÃO, do tipo "MAIOR LANCE", de forma ON-LINE pelo site [www.serpaleiloes.com.br](http://www.serpaleiloes.com.br), objetivando a venda de bens móveis declarados inservíveis para a Administração. O leilão será conduzido pelo LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL SR. MAGNUN LUIZ SERPA, matrícula AARC/356, JUCESC.

Cópia deste edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, no horário das 7h30min as 11h30min e das 13h as 17h em dias úteis, pelo Fone/fax (49) 3534-0044, ou através do e-mail [licita@ibiam.sc.gov.br](mailto:licita@ibiam.sc.gov.br), ou ainda no site [www.serpaleiloes.com.br](http://www.serpaleiloes.com.br)

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 010/2020 - CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA**

Publicação Nº 2354730

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 010/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 014/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 007/2020

Termo de Contrato, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DISPONIBILIZE PROGRAMA DE SOFTWARE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA LANÇAMENTO DE NOTAS, HISTÓRICOS ESCOLARES, BOLETINS, CONTROLE DAS TURMAS ETC., celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, autorizado através do Processo nº014/2020, Dispensa de Licitação nº.007/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.072.953/0001-16  
Endereço: Rua Major Navarro Lins 692, Anita Garibaldi  
Joinville – SC CEP: 89203-500

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DISPONIBILIZE PROGRAMA DE SOFTWARE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA LANÇAMENTO DE NOTAS, HISTÓRICOS ESCOLARES, BOLETINS, CONTROLE DAS TURMAS ETC., celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- 0.1. A contratada deverá realizar treinamento para os servidores municipais acerca do uso dos sistemas, sem custo adicional. O treinamento deverá ser dado na Secretaria Municipal de Educação;
- 0.2. A contratada deverá realizar a implantação dos sistemas e a conversão do banco de dados existentes, sem custo adicional;
- 0.3. O Sistema poderá ser web ou desktop, ou, ainda, web e desktop, sendo o armazenamento da base de dados e seus backups de responsabilidade da contratada. A base de dados original e seus backups devem ficar disponíveis por 12 meses após o término do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

- 2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer a locação e assistência no valor TOTAL de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) mensais.
- 2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do relatório e das atividades realizadas.
- 2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:
- Reduzido 8  
Unidade Orçamentária: Manutenção das atividades da Secretaria de Administração.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. O município designa como gestor deste contrato, o senhor Cleber Fontana Gonçalves da Silva, e como fiscal, designa o servidor Caio

Murilo Tragancin Rinaldi, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

3.1. Para fins de execução, o CONTRATO vigorará da data de sua assinatura por um período de 11 meses.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.3. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.4. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.5. Judicialmente, nos termos da legislação vigente

4.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.7. PENALIDADES

4.7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 04 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
CONTROLLER TECNOLOGIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA  
CNPJ: 04.072.953/0001-16

Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 004.918.899-25 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 07/2020 - GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELLI EPP**

Publicação Nº 2354709

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 007/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 011/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 005/2020

Termo de Contrato, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHOS EM TURISMO, DEVENDO DESENVOLVER E APERFEIÇOAR O DIAGNÓSTICO TURÍSTICO, DEFININDO VOTAÇÕES, PESQUISAS, ANÁLISES, IDENTIFICAR PONTOS ATRATIVOS E FOMENTAR PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELLI EPP, autorizado através do Processo nº011/2020, Dispensa de Licitação nº.005/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELLI EPP  
CNPJ: 23.249.926/0001-10  
Endereço: R. José de Almeida 156- Jardim Bom Retiro  
Campinas – SP, CEP: 13010-050

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHOS EM TURISMO, DEVENDO DESENVOLVER E APERFEIÇOAR O DIAGNÓSTICO TURÍSTICO, DEFININDO VOTAÇÕES, PESQUISAS, ANÁLISES, IDENTIFICAR PONTOS ATRATIVOS E FOMENTAR PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

- 0.1. Assessoria para análises de viabilidade técnica e econômica de potenciais produtos e atrativos turísticos levantados no inventário turístico municipal;
- 0.2. Assessoria para execução do Plano Municipal de Turismo Sustentável no Município de Ibiam- SC;
- 0.3. Assessoria para execução e plano de lançamento de produtos turísticos;
- 0.4. Assessoria para o início dos trabalhos de divulgação turística do Município;
- 0.5. Continuidade dos trabalhos com sistema participativo de gestão com reuniões presenciais quinzenais com trade.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), sendo R\$ 1.560,00 (um mil quinhentos e sessenta reais) mensais.

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do relatório mensal das atividades realizadas.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 8  
Unidade Orçamentária: Manutenção das atividades da Secretaria de Administração.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública

e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5 O município designa como gestor deste contrato, o senhor Alcindo Perosa, e como fiscal, designa a servidora Flávia Lenita Pelentir, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO vigorará da data de sua assinatura por 10 (dez) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.3. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.4. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.5. Judicialmente, nos termos da legislação vigente

4.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.7. PENALIDADES

4.7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 01 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
GEE SOLUÇÕES ECOLÓGICAS EIRELLI EPP  
Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 004.918.899-25 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 08/2020 - HERMOGENES BALENA AUDITORIA S.S LTDA ME**

Publicação Nº 2354715

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2020  
PREGÃO PRESENCIAL No 003/2020

Que entre si fazem o Município de Ibiam-SC., pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ: 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, em Ibiam - SC, neste ato representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. IVANIR ZANIN, denominado neste instrumento de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa, HERMOGENES BALENA AUDITORIA S.S LTDA ME, CNPJ: 08.491.475/0001-30, pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua Mafra 247 sala 01- Centro, Papanduva-SC CEP: 89.370-000, denominada Contratada, celebram o presente contrato decorrente do Processo Licitatório nº 003/2020 e Pregão Presencial nº 003/2020, sujeitando-se as normas da Lei 8666/93 e alterações, além da legislação pertinente em vigor, tem entre si ajustadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS** - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes citada, inclusive a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO** - a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos em assessoria administrativa, para averiguar a legalidade e normalidade dos contratos, processos licitatórios e despesas públicas praticados pela Administração Municipal na gestão municipal e, ainda, assessoria em certames licitatórios, contratos públicos, administrativa, tributária, pessoal e outras áreas para o exercício de 2020.

2.1 - O profissional habilitado deverá estar pessoalmente prestando serviços na sede da contratada, pelo menos 1 (um) dia, por semana, num total de 32 horas mensais, sendo resguardada a possibilidade de convocação pela administração conforme a necessidade, bem como, através dos meios de comunicação usuais, e-mail, mensagem de aplicativo Whatsapp, telefone, sem limite de consultas, devendo emitir parecer técnico em no máximo 48( quarenta e oito ) horas, atendendo toda a demanda dos servidores públicos municipais, mesmo que signifique dedicação na Sede Administrativa por mais tempo.

2.1.2- A CONTRATADA obriga-se a prestar o serviço no valor mensal de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) perfazendo onze meses e o proporcional ao mês de janeiro.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DOS PRAZOS E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Os itens, objeto desta licitação, devem ser entregues na sede administrativa, sito a Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam/SC, observadas as especificações mínimas descritas no item 11, dentro do prazo estipulado conforme cronograma de prestação de serviços. O não cumprimento do prazo para prestar os serviços implica em multa diária de R\$ 500,00 (quinhentos reais), combinado com as demais sanções constantes no Edital e Contrato deste processo.

A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Os atrasos na execução dos serviços tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade do Município de Ibiam e serão considerados quando forem anotados no relatório dos serviços prestados.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta:



Órgão: 02- Chefia do executivo;  
Unidade Orçamentária: 0202 - Secretária de Administração e Fazenda;  
Atividade: 2004 – Manutenção das atividades administrativas;  
Reduzido: 08  
Detalhamento: 33903905000000 – serviços técnicos profissionais;

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros são próprios do Orçamento do exercício financeiro de 2020.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos devidos à Contratada serão efetuados após o recebimento do objeto, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e do arquivo XML o qual deve ser encaminhado no seguinte e-mail: rh@ibiam.sc.gov.br e adm@ibiam.sc.gov.br . O Pagamento ocorrerá conforme Decreto Municipal 3356/2019. A nota deve ser liquidada pelo Secretário Gestor e Fiscal do Contrato.

10.2 - Não haverá reajuste de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II do artigo 65 da Lei N. 8.666, de 21 de Junho de 1993, atualizada, ficando reservado a CONTRATADA o direito ao equilíbrio econômico financeiro (Art. 37, XXI, da CF), procedendo-se à REVISÃO do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

§1º A CONTRATADA, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para a REVISÃO do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – A comprovação será feita por meio de documentos comprobatórios dos fatos alegados, alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do Contrato;

II – Junto com o requerimento, a Contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de REVISÃO do Contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – A Administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, poderá proceder a revisão do Contrato.

§ 2º Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a Contratada para negociar a redução dos preços mantendo o mesmo objeto contratado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - VIGÊNCIA

Este contrato entra em vigor na data de sua assinatura, com vigência até 31/12/2020.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela entrega do objeto, bem como por quaisquer danos decorrentes da entrega, causados à esta Municipalidade ou à terceiros.

II - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

III - O objeto constante do ato constitutivo da empresa deve ser compatível com o objeto licitado.

IV- Deverá prestar serviços de acompanhamento das obrigações diárias dos servidores municipais de Ibiã-SC, sob a ótica pedagógica, considerando a necessidade de suplementar os conhecimentos técnicos das atividades da administração pública municipal buscando o crescimento profissional dos servidores nas áreas de administração, finanças, pessoal, controladoria, licitações e contratos, através de atendimento pessoal e pelos meios de comunicação usuais promovendo reuniões de esclarecimento, atendimento de consultas e solicitações e treinamentos individuais e grupos, podendo se necessário incluir auditoria interna e independente nos atos praticados durante a gestão. Os serviços deverão priorizar o desenvolvimento profissional dos servidores através, especialmente, do incentivo à busca e interpretação da legislação e normatização das atividades de cada cargo da estrutura administrativa.

#### CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do material entregue, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprias falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

II - Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS DO MUNICÍPIO



Nos termos da Legislação, o Município pode exigir, a qualquer tempo, a sub-rogação do contrato, no seu todo ou em parte a si próprio ou a quem determinar caso a execução não seja comprovadamente a do Edital de Pregão nº 003/2020 indenizando a Contratada pelo fornecimento dos serviços até então executados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

I - À Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades, isolada e conjuntamente:

Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

II Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade no equipamento/maquina Administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído a irregularidade encontrada.

b) 3% (três por cento) por dia sobre o valor total do item(ns) entregues em desacordo e decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual, em razão da inexecução total.

c) 6% (seis por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto no contrato, não abrangido pelas demais alíneas.

d) 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório.

e) 20 % (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato, caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, á autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

A execução deste Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada conforme portaria 015/2020, e nos termos do art. 67 da lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do material lícitado;

Entrega de material fora das especificações constantes no Objeto deste contrato;

A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

A dissolução da empresa;

A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste

Contrato;

Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VINCULAÇÃO E DA PUBLICAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital Pregão nº 003/2020, Processo Licitatório nº 003/2020, bem como à proposta apresentada pelo contratado e aos termos da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n. 1.351/05, LC 123/06 e demais legislação vigente e pertinente. A Administração Municipal, providenciará a publicação do extrato do presente contrato até o dia 5(cinco), do mês subsequente, contados da data de assinatura do presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito, Lei n. 10.520/2002 e Decreto Municipal n 1.351/05.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pelo MUNICÍPIO ou por acordo entre as partes, ficando a EMPRESA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto do contrato isso em até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade inicial ajustada, Art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Centro Administrativo de Ibiam, 27 de janeiro de 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

HERMOGENES BALENA AUDITORIA S.S LTDA ME  
CNPJ: 08.491.475/0001-30  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Jackline Dalmolin Odorizzi Rosinei Ceron  
CPF: 063.538.479-55 CPF: 004.918.899-25

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 09/2020 - ACADEMIA POLIADMINISTRATIVA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA**

Publicação Nº 2354722

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 009/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 013/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 006/2020

Termo de Contrato, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PESQUISA DE AVALIAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA SOBRE OS ATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa, ACADEMIA POLIADMINISTRATIVA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA, autorizado através do Processo nº013/2020, Dispensa de Licitação nº.006/2020.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ACADEMIA POLIADMINISTRATIVA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 26.715.067/0001-04  
Endereço: AV. Presidente Kennedy, 1333 – Bairro Campinas – Apto. 402 – Compl. Sala 402  
São José – SC CEP: 88102-401

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PESQUISA DE AVALIAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA SOBRE OS ATOS ADMINISTRATIVOS DO MUNICÍPIO DE IBIAM, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do relatório e das atividades realizadas.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 8

Unidade Orçamentária: Manutenção das atividades da Secretaria de Administração.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3356/2019, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. O município designa como gestor deste contrato, o senhor Alcindo Perosa, e como fiscal, designa a servidora Flávia Lenita Pelentir, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO vigorará da data de sua assinatura até a entrega do relatório final da pesquisa.

**CLÁUSULA QUARTA - DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.3. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.4. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.5. Judicialmente, nos termos da legislação vigente

4.6. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.7. PENALIDADES

4.7.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.7.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 04 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
ACADEMIA POLIADMINISTRATIVA PESQUISA E CONSULTORIA LTDA  
CNPJ: 26.715.067/0001-04

Testemunhas:

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF – 004.918.899-25 CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**DECRETO Nº 3411/2020**

Publicação Nº 2356141

DECRETO Nº 3411, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 6.617,74 ( Seis mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), no orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2034	Manut. Bloco MAC Amb. E Hosp. E Lim.de Financ.
Modalidade de Aplicação:	33900000	Aplicações Diretas
Fonte:	1338	Superávit Financeiro Recursos SUS União- MAC
Valor:		6.617,74
Red.: 37		

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro do Fundo Municipal de Saúde apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

Alcindo Perosa  
Secretário de Administração e Fazenda**DECRETO Nº 3412/2020**

Publicação Nº 2356142

DECRETO Nº 3412, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0641/2019:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 38.051,25 ( Trinta e oito mil, cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), no orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica

Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2034	Manut. do Bloco MAC Amb. E Hosp. E Lim.de Financ.
Modalidade de Aplicação:	3372	Execução Orcamentária Delegada a Cons. Públicos
Fonte:	1138	Recursos SUS União
Valor:	R\$	38.051,25
Red.	22	

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, fica anulada a importância de no valor de R\$ 38.051,25 ( Trinta e oito mil, cinquenta e um reais e vinte e cinco centavos), no orçamento de 2020 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, na seguinte rubrica orçamentaria:

Órgão:	03	Fundos Municipais
Unidade Orçamentária:	0301	Fundo Municipal de Saúde
Função:	10	Saúde
Sub-Função:	301	Atenção Básica
Programa:	1001	Saúde Com Qualidade
Projeto/Atividade:	2034	Manut. do Bloco MAC Amb. E Hosp. E Lim.de Financ.
Modalidade de Aplicação:	3390	Aplicações Diretas
Fonte:	1138	Recursos SUS União
Valor:	R\$	38.051,25
Red.	23	

Art. 3o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

## DECRETO Nº 3414/2020

Publicação Nº 2356127

DECRETO Nº. 3414, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA TRANSFERÊNCIA DE BENS PATRIMONIAIS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º Autoriza a transferência do bem Patr. nº 2883 - Climatizador de Ar LG 9000 BTUS, do Órgão 4-Fundo Municipal de Assistência Social, para o Órgão 2-Chefia do Executivo – Localização Física- Conselho Tutelar.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretario de Administração e Fazenda

**TERMO ADITIVO N. 001 - TRIANGULO ENGENHARIA**

Publicação Nº 2354686

TERMO ADITIVO 001/2020  
CONTRATO ADITADO N.º 075/2019  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2019

Primeiro Termo aditivo do Contrato de Nº 075/2019, celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI, autorizado através do Processo nº 104/2019, Licitação n. 008/2019, modalidade Tomada de Preços.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, Centro, 20, Ibiã - SC.  
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI  
CNPJ nº. 12.816.075/0001-24  
Endereço: Rua Pedro Nelcindo Kafer, Centro, nº 29, na cidade de Treze Tílias.

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI, na data de 06 de novembro de 2019, firmaram contrato, que tem como objeto a EXECUÇÃO DE SISTEMA DE DRENAGEM PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NA COMUNIDADE DE LINHA UNIÃO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO DE PRAZO**

2.1 Considerando a lei federal de licitações nº 8666/1993;  
2.2 Considerando solicitação da secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes, demonstrando a necessidade da prorrogação do referido contrato, para que sejam realizados os serviços restantes, fica aditado o prazo para conclusão da obra, a data de 19/02/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 075/2019 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 14 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE IBIAM  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
TRIÂNGULO ENGENHARIA EIRELI

Testemunhas

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184

**TERMO ADITIVO N. 002 - BETHA SISTEMAS**

Publicação Nº 2354692

TERMO ADITIVO N. 002/2020  
CONTRATO ADITADO N. 087/2016

Sexto Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, Contrato Administrativo 087/2016, Pregão Presencial 078/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM  
CNPJ nº. 01.612.745/0001-74  
Endereço: Avenida 20 de Julho, 20, CEP: 89652-000  
Centro, Ibiã - SC.  
Representada por: IVANIR ZANIN



CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA  
CNPJ n.º. 00.456.865/0001-67  
Endereço: Avenida Oscar Barcelos, 1731 - Salas 101 e 102 – Santana –  
Rio do Sul – SC - CEP: 89160 - 314

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO**

0.1 O MUNICÍPIO DE IBIAM e BETHA SISTEMAS LTDA, na data de 23 de dezembro de 2016, firmaram contrato de "Prestação de Serviços", autorizado através do contrato administrativo 087/2016.

0.2 Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação, há interesse em prorrogar o contrato para o módulo Educação, por dois meses, considerando a necessidade de utilização deste sistema na elaboração das rotinas da secretaria.

**CLAUSULA SEGUNDA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 Para o próximo exercício financeiro, serão utilizadas as rubricas orçamentárias do orçamento de 2020, conforme informado na solicitação da secretaria.

2.2 O valor deste aditivo, corresponde ao valor mensal de R\$ 500,00 (quinhentos reais), totalizando nos dois meses a R\$ 1.000,00 (mil reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO**

3.1 Quaisquer situações advindas da execução do contrato, como dias da semana, carga horária, notificações, organização, entre outros, deverão ser tratados diretamente com o Gestor o Sr. Alcindo Perosa e fiscal deste contrato, a Servidora Flávia Lenita Pelentir, nos endereços eletrônicos; adm@ibiam.sc.gov.br e flavia@ibiam.sc.gov.br e/ou telefone (49) 35340044.

**CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

4.1 As demais cláusulas do Contrato 087/2016 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 20 de janeiro de 2020.

IVANIR ZANIN BETHA SISTEMAS LTDA  
MUNICÍPIO DE IBIAM CONTRATADA  
PREFEITO MUNICIPAL

**TESTEMUNHAS**

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi  
Advogado – OAB/SC 32.184



**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04 2020**

Publicação Nº 2354678

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 1/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020**

No dia 28 do mês de Janeiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº. 183.227.439-04, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2020, Processo Licitatório nº. 1/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Referente a aquisições, com pedidos parcelados de Gêneros Alimentícios, destinados a Merenda Escolar, para o Centro Educacional Eliziane Titon e Centro de Educação Infantil José Atilio Grassi, para um período de doze meses, conforme Edital. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3395	LUCAS ONEDA EIRELI	133, 135, 137, 139, 141, 143, 145, 147, 149, 134, 136, 138, 140, 142, 144, 146, 148
4230	MARIA DURDIA DOS SANTOS	40, 42, 44, 46, 48, 50, 56, 58, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74, 80, 82, 84, 86, 41, 43, 45, 47, 49, 55, 57, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73, 81, 83, 85, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 101, 103, 105, 107, 109, 111, 113, 115, 154, 156, 117, 119, 121, 123, 129, 131, 151, 153, 155, 157, 88, 90, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 104, 106, 108, 110, 112, 114, 116, 118, 120, 122, 124, 130, 132, 150, 152
4073	RODINEI JOSE PANDOLFO	
4229	TOIGO & FERRARI LTDA	22, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 52, 54, 76, 78, 125, 127, 159, 161, 163, 165, 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 126, 128, 158, 160, 162, 164, 166, 39, 51, 53, 75, 77, 79

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LUCAS ONEDA EIRELI	21.234.038/0001-07	ADEMIR ONEDA	020.794.429-61
MARIA DURDIA DOS SANTOS	23.344.729/0001-80	GELCIOMAR FILLIPI	760.941.119-15
RODINEI JOSE PANDOLFO	30.465.805/0001-71	ELOI MARCELINO PARIZOTTO	551.607.949-72
TOIGO & FERRARI LTDA	85.316.404/0001-41	ANTONIO ANGELO FERRARI	668.013.549-49

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:  
 Referente a aquisições, com pedidos parcelados de Gêneros Alimentícios, destinados a Merenda Escolar, para o Centro Educacional Eliziane Titon e Centro de Educação Infantil José Atilio Grassi, para um período de doze meses, conforme Edital.  
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 2/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 3395 - LUCAS ONEDA EIRELI**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
133	BOLO SECO DIVERSOS SABORES (FUBÁ, CHOCOLATE, INGLES, FORMIGUEIRO, LARANJA...)	kg		150,000	18,7366	2.810,49
134	CUCA SOVADA, COM COBERTURA DE FAROFA, SEM RECHEIO. DATA DE FABRICAÇÃO: DIA ANTERIOR À ENTREGA.	kg		120,000	15,9446	1.913,35
135	GROSTOLI TIPO MACIO	kg		120,000	18,3378	2.200,54
136	SONHO COM RECHEIO(SABOR DO RECHEIO CONFORME SOLICITADO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO), PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 100G. DATA DE FABRICAÇÃO: NO MÁXIMO O DIA ANTERIOR AO DIA DA ENTREGA.	kg		100,000	26,9134	2.691,34
137	Bolacha tipo caseira á base de farinha de trigo diversos sabores ( fubá, amendoim, champagnhe ). Deve conter informações nutricionais, prazo de validade. Embalagem até 1 kg. Validade mínima 15 dias	kg		60,000	20,5714	1.234,28
138	PÃO PARA CACHORRO QUENTE. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 50G. EMBALADOS EM SACO PLÁSTICO ÍNTEGRO E FECHADO, CONTENDO 400 G. MARCA, PROCEDENCIA DE FABRICAÇÃO, REGISTRO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL. DATA DE FABRICAÇÃO DO DIA DA ENTREGA OU 1 DIA ANTERIOR. E APRESENTAR VALIDADE DE 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	kg		140,000	14,4007	2.016,10
139	PÃO FRANCES, PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 50G	kg		400,000	8,1179	3.247,16
140	PÃO FRANCES, PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 50G	kg		100,000	14,2663	1.426,63
141	PÃO DE FORMA TIPO CASEIRO, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LÍQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		100,000	14,4008	1.440,08
142	PÃO DE FORMA INTEGRAL OU CENTEIO, TIPO CASEIRO, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LÍQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		50,000	16,3126	815,63
143	PÃO DE LEITE, DEVE CONTER COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. FEITO A BASE DE FARINHA DE TRIGO DE PRIMEIRA QUALIDADE. DEVE APRESENTAR BOA TEXTURA, NÃO ESFARELAR. EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE, FECHADA, NA QUAL DEVE CONTER ENTRE OUTROS: DADOS NUTRICIONAIS, PESO LÍQUIDO, DATA FABRICAÇÃO E DATA VALIDADE, DEVE SER FABRICADO NO MÁXIMO NO DIA ANTERIOR AO FORNECIMENTO. PESO APROXIMADO DE 1KG CADA PÃO, COM REGISTRO NOS ORGÃOS COMPETENTES.	kg		100,000	14,0742	1.407,42
144	Pao Fatiado	pct		200,000	6,2349	1.246,98
145	Biscoito salgado á base de farinha de trigo ,sem fritura, em forma de palito ou bolinha. Deve conter prazo de validade, embalagem 500 gramas. Validade mínima 15 dias	kg		50,000	21,9472	1.097,36
146	Pão de queijo, peso mínimo 50 gramas.	kg		80,000	29,9080	2.392,64
147	BOLACHA CASEIRA DIVERSOS SABORES SEM LACTOSE, ( FUBÁ, COCO, AMENDOIM) EMB. 500 G.	pct		40,000	12,5000	500,00
148	GROSTOLI DOCE FOFINHO SEM LACTOSE. EMB. DE 1 KG	kg		8,000	25,0000	200,00
149	SONHO COM RECHEIO(SABOR DO RECHEIO CONFORME SOLICITADO PELA SEC. DE EDUCAÇÃO), PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE 100G. DATA DE FABRICAÇÃO: NO MÁXIMO O DIA ANTERIOR AO DIA DA ENTREGA.	kg		8,000	28,5000	228,00

**Fornecedor: 4229 - TOIGO & FERRARI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI, FRUTAS FIRMES, SEM MACHUCADOS, DE 1ª QUALIDADE GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, FRUTAS LIMPAS. PESO MÍNIMO DA UNIDADE 1,4KG.	UN	KLAUS	150,000	7,4373	1.115,59

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 3/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4229 - TOIGO & FERRARI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	BANANA CONCIÊNCIA FIRME, EM INÍCIO DE MATURAÇÃO, DE 1ª QUALIDADE, FRESCAS, LIVRE DE PERFURAÇÕES, COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA E MACHUCADOS, ISENTO DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E AROMA ESTRANHO. PENCAS COM NO MÍNIMO 10 BANANAS. PESO APROXIMADO DA UNIDADE: 150G.	kg	KLAUS	700,000	2,7453	1.921,71
3	BANANA MAÇA/PRATA, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO. FRUTAS BEM DESENVOLVIDAS, COLORAÇÃO E TAMANHO UNIFORME	kg	KLAUS	80,000	3,5938	287,50
4	LARANJA PERA, SELECIONADA, DE BOA QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVE SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, ISENTA DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE. 150G.	kg	KLAUS	320,000	3,6937	1.181,98
5	Maçã gala/ fuji, 1 qualidade, casaca lisa, de cor brilhante, com grau de maturidade que permita suportar o transporte, manipulação e conservação adequada, apresentando cor, tamanho e formação uniforme, sem manchas, machucadura, sujeira e bolor	kg	KLAUS	650,000	5,9797	3.886,81
6	MAMÃO FORMOSA, PRODUTO FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTÊNCIA FIRME, NÃO DEVE APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS, LIVRE DE SUJIDADES, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO.	kg	KLAUS	320,000	4,9814	1.594,05
7	MELANCIA FRESCA, COM GRAU MÁXIMO DE TAMANHO, APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO QUE LHE PERMITA SUPOORTAR A MANIPULAÇÃO, COM ASPECTO E COR PRÓPRIA, NÃO DEVE CONTER SUJIDADES, NÃO ESTAR DANIFICADA POR QUALQUER LESÃO FÍSICA OU QUÍMICA, ESTAR ISENTA DE UMIDADE.	kg	KLAUS	300,000	1,7869	536,07
8	Melão doce, tipo espanhol, fresco, com grau máximo de tamanho, apresentar grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, com aspecto e cor própria, não conter sujidades, não estar danificado por qualquer lesão física ou química, estar isenta de umidade.	kg	KLAUS	100,000	5,6802	568,02
9	Uva de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	KLAUS	60,000	10,9711	658,27
10	ABACATE MADURO - ABACATE NO PONTO DE MATURAÇÃO ADEQUADO PARA O CONSUMO, ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, LIVRE DE SUBSTÂNCIAS TERROSAS E SUJIDADES.	kg	KLAUS	30,000	8,7845	263,54
11	Ameixa de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	KLAUS	100,000	6,1560	615,60
12	CAQUI FUYU DE BOA QUALIDADE, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORME, TAMANHO MÉDIO, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, BEM DESNVOLVIDO, LIVRE DE SUJIDADES, SEM LESÕES, PERFURAÇÕES E/OU CORTES.	kg	KLAUS	180,000	6,1560	1.108,08
13	LIMÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE, NOVO, COM BASTANTE SUCO, LIVRE DE LESÕES FÍSICAS OU MECÂNICAS.	kg	KLAUS	10,000	9,7617	97,62
14	Manga	kg	KLAUS	120,000	4,8760	585,12
15	Pera de boa Qualidade	kg	KLAUS	40,000	10,6509	426,04
16	Pêssego de Boa Qualidade, Nova, Limpa, Tamanho E Coloração Uniformes, Sem Lesões Físicas Ou Mecânicas, Sem Perfurações Ou Cortes, Isenta De Unidade Externa Anormal.	kg	KLAUS	200,000	5,8140	1.162,80
17	Tangerina pocan/ murgote de boa qualidade, tamanho e coloração uniforme, livre de sujidades, devendo ser bem desenvolvida, grau de maturação intermediário, sem lesões, perfurações e ou cortes, tamanho médio.	kg	KLAUS	200,000	6,1560	1.231,20
18	ABOBRINHA CONSISTENCIA FIRME, TAMANHO MÉDIO, BEM DESENVOLVIDA, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE. ISENTAS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E ODOR ESTRANHO. CASCA BRILHANTE E LIMPA.	kg	KLAUS	100,000	2,1053	210,53
19	APIIM/MANDIOCA, CONSISTENCIA FIRME, LIMPA, DESCASCADA, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA, FORMA DE FORNECIMENTO: EMBALAGEM PLÁSTICA, TRANSPARENTE CONTENDO 1 KG.	pct	POPPI	80,000	6,6583	532,66
20	ALHO, BULBO INTEIRO E SÃO, SEM BROTO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALAGEM COM 200 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	EMB	JURUNA	40,000	6,8443	273,77

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 4/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4229 - TOIGO & FERRARI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
21	Batata doce, 1 qualidade, nova, uniforme, intacta, firme e bem desenvolvida, sem rupturas ou defeitos, limpa	kg	KLAUS	60,000	2,9277	175,66
22	BATATA INGLESA, NOVA, UNIFORME, FIRME, E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA.	kg	KLAUS	210,000	3,4173	717,63
23	BATATA SALSA, NOVA, UNIFORME E BEM DESENVOLVIDA, SEM RUPTURAS OU DEFEITOS, LIMPA, SELECIONADA, DE PRIMEIRA QUALIDADE	kg	KLAUS	50,000	9,7818	489,09
24	Beterraba, 1 qualidade, nova, firme, sem folhas, sem rachadura, isenta de material terroso e umidade externa anormal.	kg	KLAUS	130,000	2,5458	330,95
25	Brócolis de 1ª qualidade, apresentando grau de evolução completo do tamanho, cor própria, sem partes amareladas, livre de sujidades. peso mínimo da unidade: 400g.	UN	KLAUS	100,000	4,5531	455,31
26	CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, NOVA, COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS. ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 140G.	kg	KLAUS	180,000	3,3291	599,24
27	CENOURA DE 1ª QUALIDADE, FRESCA, FIRME, LIMPA, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA QUE AFETAM A SUA APARÊNCIA, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA. PESO MÍNIMO DE CADA UNIDADE: 130G.	kg	KLAUS	140,000	2,9277	409,88
28	CHUCHU, VERDE, FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIÁRIO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA.	kg	KLAUS	130,000	3,1333	407,33
29	Couve flor de 1 qualidade, limpa sem folhas, apresentando grau de evolução completo de tamanho, cor própria, sem partes amarelas com ausência de sujeira, parasitas e larvas	UN	KLAUS	100,000	4,7000	470,00
30	Pepino Para Salada, De Boa Qualidade, Suficientemente Desenvolvido, Coloração E Tamanho Uniforme, Livre De Qualquer Lesão Que Afete A Sua Aparência, Limpo, Isento De Umidade Externa Anormal E De Odor Estranho. Peso Mínimo 150 g	kg	KLAUS	100,000	2,9277	292,77
31	Tomate de 1 qualidade, grau de maturação intermediário, suficientemente desenvolvido, consistência firme, sem perfurações,	kg	KLAUS	130,000	4,8860	635,18
32	Acelga, bem Formada, Firme, Sem Manchas De Apodrecimento, Livre De Sujidades. Peso Mínimo Da Unidade 1,5 Kg	UN	KLAUS	60,000	5,5398	332,39
33	ALFACE AMERICANA OU LISA, APRESENTAR GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETA DO TAMANHO, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS OU LARVAS, ISENTA DE QUALQUER LESÃO, MANCHAS E OU APODRECIMENTO.	UN	KLAUS	450,000	2,2258	1.001,61
34	REPOLHO BRANCO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DA UNIDADE: 2KG.	UN	KLAUS	100,000	2,6215	262,15
35	Tempero verde	mç	KLAUS	80,000	2,5720	205,76
36	REPOLHO ROXO, LISO, FRESCO, LIMPO, SUFICIENTEMENTE DESENVOLVIDO, CONSISTENCIA FIRME, NÃO DEVERÁ APRESENTAR PERFURAÇÕES, MACHUCADOS E/OU COLORAÇÃO NÃO CARACTERÍSTICA. PESO MÍNIMO DE 1KG CADA REPOLHO.	UN	KLAUS	30,000	4,9363	148,09
37	MILHO VERDE, ESPIGA GRAUDA E Sã, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, LIMPO, LIVRE DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL.	BJ	KLAUS	20,000	5,4480	108,96
38	MORANGA TIPO CABOTIã, GRAU DE MATURAÇÃO INTERMEDIãRIA, CONSISTENCIA FIRME, ISENTA DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL E DE PERFURAÇÕES. UNIDADE COM TAMANHO MãDIO.	kg	KLAUS	60,000	2,9671	178,03
39	Couve manteiga deve apresentar as características do cultivar bem definidas, bem formada, estar fisiologicamente desenvolvidas, limpas, livres de danos mecãnicos, pragas e doenças.	mç	KLAUS	100,000	2,5801	258,01
51	MARGARINA EXTRA CREMOSA COM SAL, CONTENDO VITAMINA A, 0% DE GORDURAS TRANS. CADA 10G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MãXIMO 6,5G DE GORDURAS TOTAIS. POTES PLãSTICOS COM 500G.VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	UM	QUALY	140,000	5,7162	800,27
52	REQUEIJãO CREMOSO USO CULINãRIO RãTULO COM INFORMãCOES NUTRICIONAIS E REGISTRO NO SIF. EMBALAGEM BISNAGA 400 GRAMAS.	UM	TIROL	20,000	10,2399	204,80
53	TORTEI RECHEIO DE ABOBORA. EMBALAGEM PLãSTICA RESISTENTE. COM REGISTRO NOS ORGãOS COMPETENTES. PACOTE 1 KG	kg	PINHEIRO PF	80,000	13,9949	1.119,59

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 5/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4229 - TOIGO & FERRARI LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
54	Agnholine, feito com massa caseira com recheio de frango ou gado.	kg	PINHEIRO PF	80,000	29,5667	2.365,34
75	logurte zero lactose - embalagem 180g	UM	TIROL	60,000	2,4795	148,77
76	logurte zero lactose - embalagem com 850 gr.	UM	TIROL	20,000	8,9162	178,32
77	Bebida fermentada láctea com polpa de fruta, sabores diversos( morango, coco, ameixa, pêssego ) contém soro de leite em pó reconstituído, leite pasteurizado, açúcar, polpa de frutas, embalagem plástica 900 g. Validade mínima 15 dias	UM	TIROL	240,000	4,3143	1.035,43
78	LOGUTE DIVERSOS SABORES(MORANGO, AMEIXA, COCO, PESSEGO, SALADA DE FUTAS...), COM POLPA DA FRUTA, EMBALAGEM COM 1 LITRO.	UM	TIROL	350,000	5,9309	2.075,82
79	logurte Natural	UM	TIROL	20,000	2,0828	41,66
125	leite em pó instantâneo	UM	NESTLÉ	10,000	16,9620	169,62
126	leite em pó - zero lactose	UM	NESTLÉ	36,000	19,9481	718,13
127	LEITE UHT INTEGRAL	CX		250,000	28,9437	7.235,93
128	LEITE ZERO LACTOSE	UM	TIROL	120,000	3,5943	431,32
158	FIGADO DE FRANGO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA FLEXIVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, EM EMBALAGENS DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO SIF, DATA VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UM	MACEDO	20,000	5,4994	109,99
159	MOELA DE FRANGO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLASTICA FLEXIVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, EM EMBALAGENS DE 1KG, CONTENDO NO ROTULO IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, REGISTRO NO SIF, DATA VALIDADE, IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE CARNE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UM	MACEDO	24,000	7,9172	190,01
160	PEIXE, FILE DE TILÁPIA, CONGELADO, SEM PELE E SEM ESPINHO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, CONTENDO 500 G	UM	DIPEFAL	160,000	14,9900	2.398,40
161	OVOS DE GALINHA. O PRODUTO DEVE APRESENTAR REGISTRO EM ÓRGÃO COMPETENTE. A EMBALAGEM DEVE ESTAR INTACTA E LIMPA. EMBALAGEM PLASTICA CONTENDO 1 DUZIA. VALIDADE MÍNIMA 20 DIAS.	DZ	AVESURDI	220,000	5,9546	1.310,00
162	CREME VEGETAL COM 20% DE LIPÍDIO COM SAL. EMB. 500G	UN	PRIME	15,000	3,5258	52,89
163	DOCE DE LEITE ZERO LACTOSE. EMB. 395G	UN	TIROL	10,000	6,7669	67,67
164	LEITE CONDENSADO ZERO LACTOSE. EMB. 395G	UN	TIROL	10,000	5,0972	50,97
165	QUEIJO MUSSARELA FATIADO SEM LACTOSE	UN	TIROL	10,000	7,0713	70,71
166	REQUIJÃO CREMOSO ZERO LACTOSE. EMB. 180G	UN	TIROL	10,000	6,2758	62,76

**Fornecedor: 4230 - MARIA DURDIA DOS SANTOS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
40	Adoçante á base de ciclamato de sódio e sacarina. Rótulo com indicações nutricionais, prazo de validade, fabricante e registro nos órgãos competentes Embalagem 100 ml	UN	ADOCYL	10,000	3,7130	37,13
41	AÇUCAR CRISTAL DED ORIGEM VEGETAL.	pct	ALTO ALEGRI	130,000	12,3815	1.609,60
42	ACUCAR DE BAUNILHA	pct	DONABELA	20,000	7,8746	157,49
43	Açúcar mascavo. Rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes Embalagem até 1 Kg. Validade mínima 3 meses	pct	DA CASA	30,000	12,3815	371,45
44	ACHOCOLATADO EM PÓ CONTENDO AS SEGUINTE VITAMINAS E MINERAIS: CALCIO, FERRO, MAGNÉSIO, VITAMINAS B1, B2, B6, B12, NIACINA, ÁCIDO PANTOTÉICO, E BIOTINA. EMBALAGEM COM 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	EMB	APTI	150,000	5,6955	854,33
45	AMIDO DE MILHO, CADA 20G DEVERÁ CONTER 68 KCAL, SENDO 17G DE CARBOIDRATOS. EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	APTI	40,000	5,6400	225,60
46	COCO RALADO, DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 3 MESES.	UM	SOCOCO	10,000	39,2337	392,34
47	COLORÍFICO. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 06 MESES.	pct	DONABELA	35,000	6,6207	231,72
48	SAGU TIPO 1, CLASSE PEROLA. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	JUREIA	100,000	5,0513	505,13

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 6/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4230 - MARIA DURDIA DOS SANTOS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
49	SAL REFINADO, IODADO, CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: SAL REFINADO(CLORETO DE SÓDIO), IODATO DE POTÁSSIO(INS 917) E ANTIUMECTANTE(INS 535). CADA 1G DO PRODUTO DEVE CONTER: 390MG DE SÓDIO, E 25 MCG DE IODO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	ZIZO	80,000	1,7165	137,32
50	AMENDOIM SELECIONADO DESCASCADO. EMBALAGEM 500 G	pct	CAROL	20,000	5,3946	107,89
55	AVEIA EM FLOCOS FINOS, ROTULO COM INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	pct	VITAO	50,000	6,8907	344,54
56	BIJU EMBALAGEM COM 1 KG, VALIDADE MÍNIMA 6 MESES	pct	AGRICAL	50,000	6,1779	308,90
57	CAFÉ EM PÓ, EMBALAGEM COM 500 GRAMAS	pct	CABOCLO	100,000	10,3123	1.031,23
58	CANJICA DE MILHO, GRUPO: MISTURADA SUBGRUPO: DESPELICULADA, CLASSE: BRANCA, TIPO 1. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	JUREIA	60,000	3,6592	219,55
59	CHOCOLATE EM PÓ SOLUVEL, CONTENDO NO MÍNIMO 50% DE CACAU. EMBALAGEM COM 1KG	pct	APTI	30,000	10,6925	320,78
60	DOCE DE LEITE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. CADA 20G DO PRODUTO DEVE CONTER: 47MG DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 900G. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	UM	TIROL	40,000	13,7815	551,26
61	DOCE DE LEITE COM DIVERSOS SABORES. EMBALAGEM 400 GRAMAS	UM	TIROL	60,000	5,4175	325,05
62	FEIJÃO PRETO TIPO 1, LIMPO, LIVRE DE IMPUREZAS, GRUPO 1, FEIJÃO COMUM, CLASSE PRETO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	REI DA MESA	150,000	4,9423	741,35
63	FEIJÃO CARIOCA, TIPO 1. EMBALAGEM 1 KG	pct	URBANO	50,000	6,6531	332,66
64	FUBÁ 100% NATURAL DE MILHO, ENRIQUECIDO COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. CADA 50G. DEVE CONTER NO MÍNIMO 2,1MG DE FERRO E 75MG DE ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM COM 5KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	BEATRIZ	35,000	13,7815	482,35
65	LENTILHA, TIPO 1 CLASSE GRAÚDA. EMBALAGEM 500 GRAMAS.	pct	CAROL	45,000	6,7482	303,67
66	MILHO PARA PIPOCA, TIPO 1, CLASSE AMARELA, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS.	pct	PINDUCA	40,000	3,2790	131,16
67	OLEO DE SOJA	UM	COAMO	140,000	3,4691	485,67
68	OLEO DE CANOLA, GIRASSOL OU MILHO. EMBALAGEM DE 900 ML	UM	SALADA	20,000	7,0808	141,62
69	SARDINHA AO PRÓPRIO SUCO COM ÓLEO DE SOJA. LATA COM 250G. 165G DRENADO. VALIDADE MÍNIMA 12 MESES.	UM	COQUEIRO	150,000	8,0788	1.211,82
70	ARROZ PARABOLIZADO, TIPO 1, LONGO, FINO, POLIDO, EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	KIARROZ	80,000	13,5914	1.087,31
71	CACAU EM PÓ, PRODUTO ALIMENTÍCIO, CONTENDO APENAS CACAU EM PÓ SOLUVEL, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, AMIDOS DO LEITE E DERIVADOS DO LEITE. ROTULO COM INDICAÇÃO DO FABRICANTE, INGREDIENTES, PESO, PRAZO DE VALIDADE, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES. EMBALAGEM COM 1KG.	pct	APTI	12,000	14,2567	171,08
72	Bebida à base de soja, sem sabor, embalagem tetrapak, contendo 1 litro	UM	ADES	24,000	6,7500	162,00
73	BEBIDA DE SOJA SABORES DIVERSOS ( LARANJA, MORANGO, MAÇÃ, UVA, MARACUJÁ, ABACAXI) EMBALAGEM TETRA PACK OU TETRA BRICK ASSEPTIC COM 1 LITRO. INGREDIENTES: EXTRATO DE SOJA, ÁGUA, AÇÚCAR, SAL, ÓLEO VEGETAL DE SOJA, AROMATIZANTE, ESTABILIZANTE, VITAMINAS E EMULSIFICANTE. NÃO DEVE CONTER GLÚTEN E LACTOSE. DEVE APRESENTAR EMBALAGEM ÍNTEGRA COLORAÇÃO BRANCA, CONSISTÊNCIA LÍQUIDA, ISENTA DE GRUMOS, ODORE E SABOR AZEDO. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: INDICAÇÃO DO FABRICANTE, PRODUTO, PESO, INGREDIENTES, DATA DE VALIDADE E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS NA LEGISLAÇÃO	EMB	ADES	24,000	6,7500	162,00
74	IOGURTE DE SOJA, ALIMENTO COM SOJA SABOR IOGURTE COM POLPA DE FRUTA, DIVERSOS SABORES. EMBALAGEM COM 180 GRAMAS	UN	BATAVO	15,000	2,8500	42,75
80	biscoito doce tipo cookies	pct	VITAO	12,000	5,2292	62,75
81	BISCOITO DOCE TIPO KUKI	pct	ISABELA	60,000	5,2308	313,85
82	Biscoito doce tipo maria. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	pct	PARATI	60,000	5,6219	337,31

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 7/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4230 - MARIA DURDIA DOS SANTOS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
83	Biscoito doce tipo maria, sabor chocolate. Embalagem dupla, peso líquido 370g. Validade mínima 6 meses.	pct	PARATI	60,000	5,1331	307,99
84	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA DIVERSOS SABORES (COCO, LEITE, MILHO) SEM COBERTURA. EMBALAGEM DE PLÁSTICO RESISTENTE. PACOTES DE 335 G.	pct	PARATI	120,000	4,1944	503,33
85	Biscoito salgado, tipo integral, embalagem dupla, com 400 gramas. Validade mínima de 6 meses	pct	PARATI	30,000	5,8175	174,53
86	Biscoito salgado, tipo água e sal, embalagem dupla, com 370 gramas. Validade mínima de 6 meses	pct	PARATI	150,000	4,7322	709,83
87	Biscoito salgado com gergelim	pct	PARATI	80,000	5,8175	465,40
88	biscoito salgado de polvilho	pct	JOTA JOTA	50,000	4,8397	241,99
89	Biscoito salgado tipo aperitivo mingnon. Embalagem 300 g	pct	PARATI	80,000	4,7126	377,01
90	BISCOITO DOCE SABOR MEL SEM COBERTURA	pct	KRONE/ZAGC	40,000	6,1108	244,43
91	BISCOITO DOCE SABOR MEL COM GLACE	pct	KRONE/ZAGC	100,000	6,1108	611,08
92	MACARRÃO PARA SOPA, COM OVOS, DIVERSOS TIPOS( ALFABETO, ARGOLINHA, CONCHINHA...), MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO. EMBALAGEM DE 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	PARATI	70,000	3,7642	263,49
93	Macarrão de arroz massa alimentícia à base de farinha de arroz ,tipo parafuso ou pena, embalagem 500 g. Validade mínima 6 meses	pct	URBANO	24,000	2,9234	70,16
94	MACARRÃO TIPO CABELO DE ANJO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 3 A 5 MINUTOS. CADA 80G(3 NINHOS) DO PRODUTO DEVE CONTER 1.6G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	100,000	4,7420	474,20
95	MACARRAO TIPO GRAVATINHA, EMBALAGEM 500 GRAMAS	pct	ISABELA	60,000	4,7420	284,52
96	Macarrão, massa alimentícia de sêmola de trigo com vegetais, enriquecida com ferro e ácido fólico parafuso ou pena tricolor. Pacote 500 g. Validade mínima de 6 meses	pct	CASAREDO	60,000	3,3243	199,46
97	MACARRÃO TIPO PARAFUSO, MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	100,000	3,3243	332,43
98	MACARRAO TIPO PARAFUSO OU PENA INTEGRAL, EMBALAGEM 500 GRAMAS	pct	URBANO	60,000	4,3998	263,99
99	MACARRÃO TIPO PENA MASSA ALIMENTÍCIA DE SÊMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS(CÚRCUMA E URUCUM). TEMPO DE COZIMENTO DE 9 A 11 MINUTOS. CADA 80G DO PRODUTO DEVE CONTER NO MÍNIMO 2.2G. DE FIBRA ALIMENTAR. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	50,000	3,4220	171,10
100	MACARRÃO TIPO RIGATONI(CANUDO), COM OVOS, MASSA ALIMENTÍCIA DE SEMOLA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FOLICO, EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	PARATI	50,000	3,4220	171,10
101	BISCOITO DOCE, SABOR LEITE, CADA 30G. DO PRODUTO DEVERÁ CONTER NO MÍNIMO 49 MG DE CALCIO, 0,6G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 113MG DE SÓDIO. EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	100,000	4,3020	430,20
102	BISCOITO DOCE SABOR MAIZENA, EMBALAGEM DUPLA, COM PESO LÍQUIDO DE 400 GRAMAS. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	PARATI	60,000	4,4975	269,85
103	Canela em pau ( rama ), embalagem 20 g, registro nos órgãos competentes. Validade mínima 6 meses	pct	DONABELA	20,000	3,9529	79,06
104	CRAVO DA INDIA, EMBALAGEM COM 20G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	DONABELA	20,000	4,8206	96,41
105	Chocolate granulado, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 500 g. Validade mínima 3 meses	pct	DONABELA	24,000	8,8699	212,88
106	CANELA EM PÓ, EMBALAGEM COM 30G, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	DONABELA	20,000	3,4226	68,45
107	ESSENCIAS SABORES DIVERSOS	UM	FLEISCHMAN	20,000	5,5919	111,84
108	LOURO EM FOLHAS, COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES. PACOTE COM 100 GRAMAS.	pct	DONABELA	20,000	1,9282	38,56

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 8/15  
 Processo Nº.: 1/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4230 - MARIA DURDIA DOS SANTOS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
109	Orégano com registro nos órgãos competentes. Pacote com 100 gramas	pct	DONABELA	40,000	8,1950	327,80
110	EXTRATO DE TOMATE, SEM AROMATIZANTES E CORANTES ARTIFICIAIS, SEM CONSERVADORES. CONTENDO OS SEGUINTE INGREDIENTES: TOMATE, AÇÚCAR E SAL. CADA 30G. DO PRODUTO DEVE CONTER 20KCAL, 0,9G DE FIBRA ALIMENTAR E NO MÁXIMO 130MG DE SÓDIO. EMBALAGEM COM 850G. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	UM	ELEFANTE	80,000	8,3401	667,21
111	FARINHA DE AVEIA, EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	UM	VITAO	20,000	3,5810	71,62
112	FARINHA DE TRIGO, ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO FÓLICO. TIPO ESPECIAL. EMBALAGEM COM 5 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 4 MESES.	UM	SANANDUVA	35,000	12,4394	435,38
113	Farinha de trigo integral, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 4 meses	UM	SANANDUVA	15,000	4,2407	63,61
114	Farinha de arroz, rótulo com informações nutricionais e registro nos órgãos competentes. Embalagem 1 kg. Validade mínima de 3 meses	UM	URBANO	20,000	5,1831	103,66
115	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO. DEVE CONTER OS SEGUINTE INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCIO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. EMBALAGEM COM 250G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	APTI	30,000	5,6072	168,22
116	VINAGRE DE ALCOOL FERMENTADO ACÉTICO DE ALCOOL HIDRATADO, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE 6 MESES.	UM	KOLLER	24,000	9,0468	217,12
117	VINAGRE DE VINHO TINTO, FERMENTADO ACÉTICO DE VINHO TINTO E ÁGUA, ACIDEZ 4,2%. EMBALAGEM DE 3 LITROS. VALIDADE MÍNIMA DE 3 MESES.	UM	KOLLER	24,000	15,5493	373,18
118	CEREAL DE MILHO COM AÇÚCAR, EM FLOCOS. EMB. COM 2KG. VALIDADE MÍNIMA 6 MESES.	pct	ALCAFOODS	30,000	18,4257	552,77
119	Cereal de milho com açúcar, sabor chocolate, em flocos ou bolinhas. Embalagem de 2 Kg. Validade mínima de 6 meses	pct	ALCAFOODS	30,000	18,4259	552,78
120	GRANOLA TRADICIONAL, GRÃOS E SEMENTES. CEREAL INTEGRAL RICO EM FIBRAS E PROTEÍNAS. ZERO GORDURAS TRANS. EMBALAGEM COM 500G. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	pct	VITAO	20,000	17,4337	348,67
121	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM TETRA PAK DE 395 G. VALIDADE MÍNIMA 4 MESES	UM	TIROL	40,000	3,4490	137,96
122	Leite de coco	UM	MENINA	30,000	4,4884	134,65
123	FARINHA DE LINHAÇA	pct	VITAO	30,000	5,2915	158,75
124	FARINHA DE MANDIOCA, BRANCA, TIPO 01, EMBALAGEM DE NO 01 KG.	UN	PINDUCA	30,000	5,4805	164,42
129	MEL IN NATURA, DE 1º QUALIDADE COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM DE VIDRO OU PLÁSTICA DE 1 KILO.	UM	SUL MEL	20,000	26,6981	533,96
130	MELADO DE CANA, DE BOA QUALIDADE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. EMBALAGEM EM VIDRO OU PLÁSTICO CONTENDO DE 700G	UM	HORT	20,000	10,8019	216,04
131	Suco concentrado natural de fruta	UM	MAGUARY	100,000	9,1736	917,36
132	SUCO INTEGRAL DE LARAJNA	UM	PRATS	100,000	8,8264	882,64
150	APRESUNTADO PRODUZIDO A PARTIR DE CORTES SUÍNOS SELECIONADOS, DE 1º QUALIDADE. PRODUTO INSPECIONADO E COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. PEÇAS COM APROXIMADAMENTE 3,KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MÊS.	kg	FRIMESA	30,000	12,6500	379,50
151	QUEIJO MUSSARELA, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURA, COR: BRANCO CREME HOMOGÊNEA, RESFRIADO. O PRODUTO DEVE SER ENTREGUE EM PEÇAS, NA EMBALAGEM ORIGINAL. EMBALAGEM COM 2KG. VALIDADE MÍNIMA 1 MÊS.	kg	TIROL	50,000	26,2500	1.312,50
152	QUEIJO TIPO RICOTA. EMBALAGEM COM 500GRAMAS, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.	UM	TIROL	50,000	8,9500	447,50



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 9/15

Processo Nº.: 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**Fornecedor: 4230 - MARIA DURDIA DOS SANTOS**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
153	CARNE BOVINA MOÍDA, FRESCA DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA, INSPECIONADA, A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADA COM O NOME DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg	FRIZAPE/AFF	220,000	17,9500	3.949,00
154	CARNE BOVINA, FRESCA, INSPECIONADA, TIPO COXÃO DURO, RESFRIADA. FORMA DE FORNECIMENTO: EMBALAGENS LACRADAS, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADAS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg	FRINORA	220,000	27,0000	5.940,00
155	CARNE SUÍNA MOÍDA, INSPECIONADA, DE 1º CATEGORIA, RESFRIADA. A CARNE DEVE SER MOÍDA NO DIA DA ENTREGA E RESFRIADA ANTES DA MESMA, EMBALADA EM SACOS DE POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE, ATÓXICO, LACRADO, RESISTENTE AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, IDENTIFICADAS COM O NOME DO PRODUTO. EMBALAGEM COM 1 KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg	FRINORA	220,000	10,4500	2.299,00
156	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO, COM OSSO E SEM PELE, INSPECIONADA. EMBALAGEM COM 1KG. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES.	kg	LAR	200,000	7,0000	1.400,00
157	PEITO DE FRANGO SEM OSSO E SEM PELE CONGELADO E SEM TEMPERO, TIPO FILEZINHO, EMBALAGEM 1 KG	kg	LAR	170,000	5,5600	945,20

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 10/15  
Processo Nº.: 1/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
  - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
  - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 11/15  
Processo Nº.: 1/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 12/15  
Processo Nº.: 1/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

## **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

## **CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 13/15  
Processo Nº.: 1/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

## **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 14/15  
Processo Nº.: 1/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 15/15

Processo Nº.: 1/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2020

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 28 de Janeiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
**IVANIR ZANIN**  
**PREFEITO**

**Empresas Participantes:**

LUCAS ONEDA EIRELI

CNPJ: 21.234.038/0001-07

MARIA DURDIA DOS SANTOS

CNPJ: 23.344.729/0001-80

RODINEI JOSE PANDOLFO

CNPJ: 30.465.805/0001-71

TOIGO &amp; FERRARI LTDA

CNPJ: 85.316.404/0001-41

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05 2020**

Publicação Nº 2354682

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 1/7  
 Processo Nº.: 9/2020  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 5/2020**

No dia 7 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO EM EXERCÍCIO, o Sr(a). JOAREZ TREVISO, inscrito no CPF sob o nº. 894.420.249-49, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2020, Processo Licitatório nº. 9/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITA Nº01 E 02, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA OBRAS E TRANSPORTES PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3715	BRITAGEM GASPAR LTDA	1, 3
1659	PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA	2, 4
645	PEDREIRA TRIANGULO LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRITAGEM GASPAR LTDA	01.924.996/0003-56	JULIANA KARLA VOLPATO	007.855.159-50
PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA	75.815.787/0001-49	FELIX NEUHAUSER	434.454.899-04
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	02.081.239/0001-69	MARCIO MENDES DA ROSA	006.137.360-52

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PEDRAS BRITA Nº01 E 02, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA OBRAS E TRANSPORTES PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 1659 - PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	PEDRA BRITA N 1 ( COTAR EM TONELADAS)	ton		2.000,000	38,4500	76.900,00
4	PEDRA BRITA N 02	ton		1.500,000	37,9000	56.850,00

Fornecedor: 3715 - BRITAGEM GASPAR LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	PEDRA BRITA N 1 ( COTAR EM TONELADAS)	ton		6.000,000	37,9500	227.700,00
3	PEDRA BRITA N 02	ton		4.500,000	30,9500	139.275,00



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 2/7

Processo Nº.: 9/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 9/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 4/7

**Processo Nº.: 9/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020**

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 5/7  
Processo Nº.: 9/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 9/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**

Página: 7/7

Processo Nº.: 9/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 4/2020

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 7 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
**JOAREZ TREVISOL**  
**PREFEITO EM EXERCÍCIO**

**Empresas Participantes:**

BRITAGEM GASPAR LTDA	CNPJ: 01.924.996/0003-56	_____
PEDREIRA TREZE TILIAS LTDA	CNPJ: 75.815.787/0001-49	_____
PEDREIRA TRIANGULO LTDA	CNPJ: 02.081.239/0001-69	_____

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 031/20**

Publicação Nº 2355066

PORTARIA Nº 031 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

“NOMEIA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE OUVIDORIA, DENOMINADO OUVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM”

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c o artigo 264 do Regimento Interno.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Fica nomeada a servidora ELISA MARIA GHENO TREVISOL, ocupante do cargo de Secretária Executiva - Nível 2 – Referência E-Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997, a partir desta data, para a função de Ouvidor, e exercer as tarefas atinentes a Ouvidoria da Câmara Municipal de Ibiam/SC, de acordo com a Resolução n. 009/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a portaria 023 de 18 de junho de 2019.

Câmara Municipal de Ibiam, 11 de fevereiro de 2020.

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 032/2020**

Publicação Nº 2355070

PORTARIA Nº 032 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

“NOMEIA SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO SERVIÇO DE CONTROLADORIA INTERNA, DENOMINADO CONTROLADOR INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM”

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 66, inciso II, da Lei Orgânica Municipal c/c o artigo 264 do Regimento Interno.

**RESOLVE:**

ART. 1º - Fica nomeado o servidor DANIEL VINICIUS RAMOS, ocupante do cargo de Contador - Nível 3 - Referência E - Anexo I-A da Lei Municipal 052/97 de 11 de agosto de 1997, a partir desta data, para a função de Controlador Interno, e exercer as tarefas atinentes a Controladoria Interna da Câmara Municipal de Ibiam/SC, de acordo com a Resolução n. 011/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ibiam, 11 de fevereiro de 2020.

JOCIMAR TESCK DE OLIVEIRA  
PRESIDENTE

# Ibicaré

## PREFEITURA

### DISPENSA 2 - 2020 RECURSOS HÍDRICOS

Publicação Nº 2354367

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020 PMI

DISPENSA Nº 2/2020

DO OBJETO

Contratação de serviços técnicos especializados na consultoria ambiental caracterização de recurso hídrico superficial no Município de Ibicaré.

DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o setor de planejamento atuou de forma a conseguir pesquisa de preço no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias, e importantes para a composição dos preços, tais como: o prazo de execução do serviço, descrição das atividades, a serem desenvolvida e demais informações inerentes ao serviço torna-se vantajosa a presente dispensa para a municipalidade. Portanto, tal contratação se deu a com base no Inciso I, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a Dispensa de Licitação para obras e serviço de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do Inciso I do artigo 23 da Lei Federal nº 8.666/93.

DA EMPRESA CONTRATADA

ALTO URUGUAI – ENGENHARIA E PLANEJAMENTO DE CIDADES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.338.878/0001-60 estabelecida na Rua Abramo Eberle, na cidade de Concordia, SC, representada neste ato pelo Sr. Marcos Roberto Borsatti, inscrito no CPF sob o nº 070.707.899-71.

DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 3.800,00 (Três mil oitocentos reais) sendo que o pagamento será feito em parcela única.

Ibicaré – SC, 12 de fevereiro de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito

### EDITAL PREGÃO 12 - 2020 SERVIÇO DE SEGURANÇA

Publicação Nº 2355188

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 28 de Fevereiro de 2020, às 09h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de segurança desarmada, conforme descrição constante no Anexo I do presente edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 12 de fevereiro de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito



**EDITAL PREGÃO 13 - 2020 EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DO RODEIO CRIOULO**

Publicação Nº 2355406

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2020 PMI

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2020 PMI

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARÉ - SC, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos pelo pregoeiro no Setor de Compras e Licitações do Município de Ibicaré - SC, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 28 de Fevereiro de 2020, às 15h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de um Rodeio Crioulo, compreendendo equipamentos de sonorização, juízes e premiação, por ocasião do Rodeio Fest, de 27 a 29 de Março de 2020 no município de Ibicaré, conforme descrição constante no Anexo II (Termo de Referência) e demais dispositivos constantes no presente edital.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: [licitacao@ibicare.sc.gov.br](mailto:licitacao@ibicare.sc.gov.br), FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 12 de fevereiro de 2020

Gianfranco Volpato

Prefeito

**EXTRATO CONTRATO. Nº 005/2020**

Publicação Nº 2355186

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 005/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 005/2020, Chamamento público nº 001/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015; no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: ANDREI VICENTE ALBERTI

Valor: R\$ 7.561,00 (Sete mil, quinhentos e sessenta e um reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO. Nº 006/2020**

Publicação Nº 2355189

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 006/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 005/2020, Chamamento público nº 001/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015; no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Valor: R\$ 22.841,00 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO. Nº 007/2020**

Publicação Nº 2355190

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 007/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 005/2020, Chamamento público nº 001/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015; no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE TANGARÁ

Valor: R\$ 16.550,50 (dezesesseis mil reais, quinhentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO. Nº 008/2020**

Publicação Nº 2355191

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 008/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 005/2020, Chamamento público nº 001/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015; no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SUCOS SÃO CARLOS LTDA - ME

Valor: R\$ 5.755,50 (cinco mil reais, setecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO. Nº 009/2020**

Publicação Nº 2355192

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 009/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 005/2020, Chamamento público nº 001/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, destinados ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos termos da Lei 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 17 de Junho de 2013 e Resolução nº4, de 2 de abril de 2015; no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: RONEI BOHNENBERGER

Valor: R\$ 2.842,50 (dois mil reais, oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

VIGÊNCIA: 31/12/2020

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

**EXTRATO CONTRATO. Nº 010/2020**

Publicação Nº 2355195

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 010/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 006/2020, Pregão Presencial nº 004/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para realização do Evento de Motocross, compreendendo equipamentos, sonorização, juízes e premiação, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2020 no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: TROP EVENTOS.

Valor: R\$ 34.995,00 (Trinta e quatro mil, novecentos e noventa e cinco reais).

VIGÊNCIA: 28 de fevereiro de 2020.

Ibicaré, SC, aos 11 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

## **EXTRATO CONTRATO. Nº 011/2020**

Publicação Nº 2355196

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 011/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas e Alimentação ao público em geral, nos dias 15 e 16 de fevereiro de 2020 no município de Ibicaré

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: TROP EVENTOS.

Valor: R\$ 2.050,00 (Dois mil, e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 12 de abril de 2020.

Ibicaré, SC, aos 12 de fevereiro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

## **PORTARIA Nº 113-2020**

Publicação Nº 2355500

PORTARIA Nº 113 de 13 de fevereiro de 2020

“REVOGA PORTARIA Nº 084 DE 15 FEVEREIRO DE 2019”

O Prefeito de Ibicaré - SC:

No uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 60 da Lei Complementar nº 010 de 25 de novembro de 2009 – Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do município de Ibicaré.

RESOLVE:

Art. 1º. REVOGA a Portaria nº 084 de 15 de fevereiro de 2019 e faz cessar os efeitos da mesma, tendo em vista a impossibilidade da progressão do servidor KELLY PATRICIA MELLO SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental, nível III, classe “C”, Anexo II – Quadro de Cargos e Vencimentos, Grupo II de Docentes, constante do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, vez que não cumpriu o disposto no artigo 60, inciso III da Lei Complementar nº 010/2009.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ibicaré, em 13 de Fevereiro de 2020.

GIANFRANCO VOLPATO

Prefeito

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº : 25/2020 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA**

Publicação Nº 2355247

Contrato Nº : 25/2020

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : GENTE SEGURADORA SA

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SEGURADORA PARA SEGURAR VEICULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL DE IBIRAMA.

Vigência : Início: 12/02/2020 Término: 12/02/2021

Assinatura : 12/02/2020

Valor R\$ : 40.318,57 (Quarenta Mil, Trezentos e Dezoito Reais e Cinquenta e Sete Centavos )

Dotação : 56 - 04.001.2004.33390396900000000000.01000000

Dotação : 106 - 07.001.2063.33390396900000000000.01360000

Dotação : 172 - 10.001.2055.33390396900000000000.01000000

Dotação : 187 - 07.001.2064.33390396900000000000.01010000

Dotação : 259 - 09.001.2057.33390396900000000000.01020000

FISCAL: RUBENS FUSINATO

**DECRETO Nº 4.471, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - NOMEIA MEMBROS GOVERNAMENTAIS E REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2356104

DECRETO nº 4.471, de 12 de fevereiro de 2020.

“NOMEIA MEMBROS GOVERNAMENTAIS E REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA – DE IBIRAMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros governamentais e indicados para representarem as entidades não governamentais, respectivamente com seus membros suplentes, conforme Lei Municipal nº 2.697, de 22 de dezembro de 2009, com alterações pela Lei Municipal nº 3.106, de 21 de outubro de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CDMCA, a saber:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Josiane Bosse

Suplente: Sergio Marian

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Moacir Hajek

Suplente: Franciele Romina Radloff

c) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes:

Titular: Elvira Schulze Mannchen

Suplente: Sinara Simone Lamin

d) Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Josiane Teresinha Hass

Suplente: Raquel Strey

II – 04 (quatro) conselheiros titulares e suplentes, indicados pelos órgãos e entidades não governamentais:

a) Associação Corpo de Bombeiros:

Titular: Ivete Schifter Damazio

Suplente: João Luis Cunha dos Santos

b) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:

Titular: Rafaela Aparecida de Briti

Suplente: Daniela Sandri

c) APP Escola Municipal Christa Sedlacek:

Titular: Valkyrie Vieira Fabre

Suplente: Sandra Bachmann

d) APP da Escola Estadual Eliseu Guilherme:

Titular: Valéria França

Suplente: Darlene Moraes Vahldick

§ 1º O Regimento Interno do CMDCA regulará os casos de substituição dos membros efetivos pelos suplentes.

§ 2º O mandato dos representantes governamentais e não governamentais será de dois anos

§ 3º Qualquer integrante do CMDCA poderá perder sua qualidade de membro por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus conselheiros, conforme critérios estabelecidos em seu Regimento Interno.

§ 4º As funções dos conselheiros são consideradas de serviço público relevante, sendo o seu exercício prioritário na conformidade com o disposto no art. 227 da Constituição Federal e justificadas as ausências e quaisquer outros serviços pelo comparecimento às sessões do CMDCA e participação em diligências oficialmente determinadas.

§ 5º Os membros do CMDCA não receberão qualquer tipo de remuneração pelo exercício da função de conselheiro.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de fevereiro de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

## **PREGAO PRESENCIAL - Nº 17/2020**

Publicação Nº 2354967

MUNICIPIO DE IBIRAMA

-----  
PREGAO PRESENCIAL - Nº 17/2020.

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento, com instalação, montagem e desmontagem de peças decorativas externa, utilizadas como decoração de páscoa em ruas, prédios públicos, praças, pontes (centro), e centro de eventos Manoel Marchetti em Ibirama 2020. Entrega dos envelopes até o dia 27 de fevereiro de 2020 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 12 de fevereiro de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

-----

# Ilhota

## PREFEITURA

### EDITAL PRG 002 - 2020 FMS -REGISTRO DE PREÇO - PEÇAS E MÃO DE OBRA

Publicação Nº 2355262

PROCESSO Nº 008/2020

PREGÃO PRESENCIAL – Nº 002/2020 – FMS

REGISTRO DE PREÇO

SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO – TOTAL POR LOTE
OBJETO	DO OBJETO – SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS, SERVIÇOS MECÂNICOS E DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS (GUINCHO) OBJETIVANDO ATENDER A FROTA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme Anexo I do Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 27/02/2020 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27/02/2020 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.

REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.931/2001, Decreto nº 3.555/2000 e subsidiariamente a Lei Complementar Nº. 123/2006 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

**MAIORES INFORMAÇÕES:**

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site [www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br) e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br) - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 8826.

Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08 às 12:00 das 13:00 às 17:00

ERICO OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

Ilhota, 11 de fevereiro de 2020.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 005 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA EPP**

Publicação Nº 2354563



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 005/2020  
 Estado de Santa Catarina  
 Município de Ilhota  
 Prefeitura Municipal de Ilhota  
 Setor de Compras e Licitações  
 Processo: 526/2019 – MUL  
 Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
 conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA EPP**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
5	CADEIRA EXECUTIVA DE APROXIMAÇÃO ENCOSTO - ESTRUTURA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO ESTRUTURADO COM NERVURAS, BORDA DE ANCORAGEM DA COLA E CANAL PARA GRAMPOS. POSSUI CURVATURA ANATÔMICA DE FORMA A PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR À COLUMNA VERTEBRAL. - ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, COM DENSIDADE CONTROLADA DE NO MÍNIMO 45 A 55 KG/M³ COM 40 MM DE ESPESSURA MÍNIMA. - REVESTIMENTO DO ENCOSTO EM VINIL OU POLIÉSTER FIXADO POR GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO. - CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO NA COR PRETA, MONTADA POR ENCAIXE, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÃO	275,0000	94,00	GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA EPP	PLAXMETAL PREMIUM
10	ARMARIO 12 NICHOS COM 12 CAIXAS ORGANIZADORAS.CAIXA/ESTRUTURA/FUNDO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE NO MINIMO 18MM, AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA. AS FACES RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA, NA COR CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. TAMPO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE NO MINIMO 18MM AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA CLARO. BORDAS DO TAMPO RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA NA COR DO CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. O TAMPO É SOBREPOSTO AS PORTAS E AO FUNDO E FIXADO NO CORPO ATRAVÉS DE 4 PINOS RASTEX E 4 CAVILHAS/ OU PAR	799,0000	40,00	GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA EPP	GM/GRMESF





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitação3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitação3@ilhota.sc.gov.br)**

11	ESTANTE PORTA-REVISTAS. PORTA LIVROS CONFECCIONADO EM MDF COM NO MINIMO 18MM. CAIXA/ESTRUTURA/FUNDO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE NO MINIMO 18MM, AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA. AS FACES RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA, NA COR CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. TAMPO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE NO MINIMO 18MM AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA CLARO. BORDAS DO TAMPO RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA NA COR DO CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. O TAMPO É SOBREPOSTO AS PORTAS E AO FUNDO E FIXADO NO CORPO ATRAVÉS DE 4	350,0000	40,00	GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO /AREJISTA DE MÓVEIS LTDA EPP	GM/GRMESF
----	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-------	------------------------------------------------------------	-----------

**Valor:** R\$ 71.810,00 (setenta e um mil oitocentos e dez reais)

**Assinatura:** 11/02/2020

**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal





**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 006 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - RICHESSE MOVEIS LTDA-EPP**

Publicação Nº 2354565



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitação3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitação3@ilhota.sc.gov.br)**

**Extrato da Ata de Registro de Preço nº 006/2020****Estado de Santa Catarina****Município de Ilhota****Prefeitura Municipal de Ilhota****Setor de Compras e Licitações****Processo: 526/2019 – MUL****Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: RICHESSE MOVEIS LTDA-EPP**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
26	TAMPO PARA PIA DE COZINHA EM AÇO INOX COM VÁLVULA, CONCRETADA, COM FURO PARA TORNEIRA, ESCORREDOR E CUBA OVAL. DIMENSÕES: COMPRIMENTO 120CM E PROFUNDIDADE 53CM	170,0000	3,00	RICHESSE MOVEIS LTDA-EPP	Pianox

**Valor:** R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais)**Assinatura:** 11/02/2020**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 007 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

Publicação Nº 2354566



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 007/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Sector de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
 conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
4	POLTRONA GIRATÓRIA DIRETOR COM ESPALDAR MÉDIO E COM APÓIA-BRAÇOS; ENCOSTO FABRICADO EM COMPENSADO MULTIPLATINADO RESINADO, MOLDADO ANATOMICAMENTE A QUENTE COM NO MÍNIMO 13 MM DE ESPESSURA. POSSUI CURVATURA ANATÔMICA NO ENCOSTO DE FORMA A PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, ADAPTANDO-SE MELHOR À COLUNA VERTEBRAL. - ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE NO MÍNIMO 50 A 60 KG/M³ COM 60 MM DE ESPESSURA MÉDIA. - REVESTIMENTO DO ENCOSTO EM VINIL FIXADO POR GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO. - CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO NA COR PRETA, MONTADA POR PARAF	514,0000	47,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	CAVALETTI/4002
19	CADEIRA FIXA APROXIMAÇÃO / CADEIRA FIXA SECRETÁRIA SEM APOIO PARA BRAÇO: ENCOSTO: ESTRUTURA INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO ESTRUTURADO COM NERVURAS, BORDA DE ANCORAGEM DA COLA E CANAL PARA GRAMPOS, ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE CONTROLADA DE 45 A 55 KG/M³ COM 40 MM DE ESPESSURA MÉDIA NO ENCOSTO, REVESTIMENTO DO ENCOSTO EM VINIL OU POLIÉSTER FIXADO POR GRAMPOS ACABAMENTO ZINCADO, CONTRA CAPA DO ENCOSTO INJETADA EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO TEXTURIZADO NA COR PRETA, MONTADA POR ENCAIXE, AUXILIANDO EM FUTURAS MANUTENÇÕES. A FIXAÇÃO DO ENCOSTO NA ESTRUTURA É FEITA COM PARAFUSOS MÁQUINA FENDA COMBINADA, N	249,0000	15,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	CAVALETTI/4008 A





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

20	SOFA DE ESPERA DE 3 LUGARES. ENCOSTO: ENCOSTO FABRICADO EM COMPENSADO MULTIPLATINADO RESINADO COM 15 MM DE ESPESSURA, ESPUMA INJETADA ANATOMICAMENTE EM POLIURETANO FLEXÍVEL MICROCELULAR DE ALTA RESISTÊNCIA, ISENTO DE CFC, COM DENSIDADE DE 45 A 55 KG/M³ E 40 MM DE ESPESSURA MÉDIA, REVESTIMENTO DO ENCOSTO EM VINIL OU POLIÉSTER FIXADO COM GRAMPOS COM ACABAMENTO ZINCADO, SUPORTE DO ENCOSTO FABRICADO EM MOLA DE AÇO SAE 1050 CURVADO A QUENTE COM POSTERIOR TRATAMENTO TÉRMICO, COM 76,20MM LARGURA E 6,35 MM DE ESPESSURA, COM BORDAS ARREDONDADAS, A FIXAÇÃO DO ENCOSTO NA MOLA É FEITA COM PARAFUSOS SEXTAVADOS GRAU 5 SAE J429 DO TIPO FLAGELADO COM TRAVA MECÂNICA NO FLANGE, NA BITOLA ¼"X 20 FPP E PORCAS	1.309,0000	5,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	CAVALETTI/120043L
21	ARMÁRIO ALTO: MEDIDAS MÍNIMAS 800X500X1600MM COR CINZA, TAMPO CONFECCIONADO EM BP COM SUBSTRATO MDP COM ESPESSURA DE 25MM, REVESTIDA NAS DUAS FACES COM FILME TEXTURIZADO, POR EFEITO DE PRENSAGEM A QUENTE FAZ O FILME SE FUNDIR A MADEIRA AGLOMERADA, FORMANDO COM ELA UM CORPO ÚNICO E INSEPARÁVEL, COM ACABAMENTO FRONTAL EM PVC 2MM SENDO LATERAIS E POSTERIORES EM FITA DE PVC 1MM COM ACABAMENTO NA COR EXATA AO REVESTIMENTO DO TAMPO, COM RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TERMICAMENTE ESTÁVEL. LATERAIS CONFECCIONADAS NO MESMO MATERIAL DO TAMPO COM ESPESSURA DE 18MM E ACABAMENTO EM FITA DE PVC 1,0MM NA COR EXATA AO REVESTIMENTO, COM RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TERMICAMENTE ESTÁVEL, COM FURAÇÕES DE Ø8X10MM DE PRO	1.037,0000	17,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	MARTINUCCI/SWPA A0822
22	GAVETEIROS MÓVEL COM 02 GAVETAS EM PEQUENAS E 01 GAVETA PARA PASTA SUSPENSAS: MEDIDAS MÍNIMAS: 400X500X620MM, TAMPO: EM CHAPA DE MADEIRA AGLOMERADA DE 25MM DE ESPESSURA PRODUZIDA COM PARTÍCULAS DE MADEIRAS SELECIONADAS DE PINOS E EUCALIPTO, AGLUTINADAS COM RESINA SINTÉTICA, TERMO FIXA, QUE SE CONSOLIDAM SOB A AÇÃO CONJUNTA DE CALOR E PRESSÃO, REVESTIDA COM FILME TEXTURIZADO, QUE POR EFEITO DE PRENSAGEM A QUENTE, FAZ O FILME SE FUNDIR A MADEIRA AGLOMERADA, FORMANDO COM ELA UM CORPO ÚNICO E INSEPARÁVEL, COM ACABAMENTO FRONTAL EM FITA DE PVC DE 2MM OU PERFIL ERGOSOFT 180° E 1MM PARA LATERAIS E PARTE POSTERIOR NA COR EXATA AO REVESTIMENTO, COM RESISTÊNCIA A IMPACTOS E TERMICAMENTE ESTÁVEL. LATER	582,0000	8,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	MARTINUCCI/SWPA 04





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

23	ARQUIVO 4 GAVETÕES PARA PASTA SUSPENSÃO. DIMENSÕES: 450 LARG X 560 PROF X 1310 ALTURA MM; COR: CINZA. COMPOSTA POR: 01 - TAMPO CONFECCIONADA EM MDP, DE 25MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDAS COM ACABAMENTO NA COR BRANCO PP 2 MM E NAS DEMAIS CORES É DE PS 2 MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. CAIXARIA TODA CONFECCIONADA EM MDP, DE 18MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, COM BORDAS COM ACABAMENTO NA COR BRANCO PP 0,7MM E NAS DEMAIS CORES É DE PS 0,7MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT. GAVETAS INTERNAS CONFECCIONADAS EM MDP, DE 15MM	879,0000	16,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	MARTINUCCI/SWAF 04
27	ESTANTE COM 06 PRATELEIRAS NA COR BRANCA, TRATAMENTO ANTIFERRUGENS E PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ, PRATELEIRAS CONFECCIONADAS NAS CHAPAS 26 (0,45MM), 24 (0,60MM), 22 (0,75 MM) E 20 (0,90MM). COLUNAS CONFECCIONADAS NAS CHAPAS 20 (0,90MM), 18 (1,20MM), 16 (1,50MM) E 14 (1,90MM). DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA 190 CM, LARGURA 90 CM E PROFUNDIDADE 30 CM.	146,0000	10,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	RCH/EST 30
28	BANQUETA ALTA GIRATÓRIA, ASSENTO EM COURO ECOLÓGICO (PU) COR PRETA, BASE EM ESTRELA, ESTRUTURA EM AÇO CROMADO. DIMENSÕES MÍNIMAS: ALTURA DO ASSENTO ATÉ O CHÃO 61 CM, ALTURA DO PRODUTO 91 CM, COMPRIMENTO 46 CM, LARGURA 40 CM, VARIAÇÃO DE ALTURA COMPREENDIDA ENTRE 91 A 114 CM.	210,0000	2,00	FARIAS E FARIAS COMERCIO DE MOVEIS LTDA-EPP	RIVATTI/BELO HORIZONTE

**Valor:** R\$ 72.667,00 (setenta e dois mil seiscentos e sessenta e sete reais)

**Assinatura:** 11/02/2020

**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 008 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS**

Publicação Nº 2354567



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 008/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
 conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: ESCOLARES INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
2	CONJUNTO MESA E CADEIRA PROFESSOR COM CADEIRA EM RESINA ESTRUTURA METALICA DA MESA CONFECCIONADA EM TUBO 20 X 40 CHAPA 18 TRATADO CONTRA FERRUGEM, SOLDA MIG, PINTURA EPOXI (A PÓ), MADEIRA COMPENSADA REVESTIDO EM FÓRMICA LISA BRILHANTE ACABAMENTO EM PVC PRETO DE 2 MM COLADO PELO PROCESSO HOT-MELT.. ACOMPANHA UMA CADEIRA EM TUBO 7/8 CHAPA 14 (1.5 MM), METAL TRATADO CONTRA FERRUGEM, SOLDA MIG, PINTURA EPOXI (A PÓ) COR PRETA, ASSENTO E ENCOSTO ISENTO DE FUROS, EM RESINA TERMOPLÁSTICA COPOLIMERO VIRGEM INJETADA SOB PRESSÃO. ASSENTO COM QUATRO NERVURAS DE REFORÇO E RANHURAS ANTI-DESLIZANTES COM DUPLA ANATOMIA COM ENCAIXE PARA AS NADEGAS E COXAS A FIM DE PROPORCIONAR CONFORTO AO USUÁRIO, FIXADO À	322,9000	30,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
3	MESA DE REUNIÃO – M7 DESCRIÇÃO: MESA DE REUNIÃO OVAL, COM TAMPO EM MELAMINA NA COR PLATINA, COM 25MM DE ESPESSURA, BORDAS ARREDONDADAS EM PERFIL DE PVC PRETO, 180°, SOBRE ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR COMPOSTA POR TRAVESSAS PASSA-CABOS, COM GARRAS NAS 40 EXTREMIDADES E FUROS PARA A PASSAGEM DE CABOS, EM CHAPA DE AÇO, E LATERAIS COM COLUNAS DUPLAS E APOIO, TIPO "MÃO FRANCESA", EM TUBOS DE AÇO REDONDOS, COM PÉS HORIZONTAIS EM TUBO DE AÇO OBLONGO COM PONTEIRAS EM POLIESTIRENO INJETADO NA COR PRETA E SAPATAS NIVELADORAS. • BANDEIRA CENTRAL EM MELAMINA PLATINA COM ALTURA FINAL DE 50CM, COM BORDAS ARREDONDADAS EM PERFIL DE PVC 180°, NA CURVA, E ACABAMENTO EM FITA DE PVC, NOS DEMAIS LADOS, NA COR PR	345,0000	13,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
6	ARMÁRIO ROUPEIRO EM AÇO COM 12 PORTAS – AM2 DESCRIÇÃO: • ROUPEIRO EM AÇO NA COR CRISTAL, CONFECCIONADOS EM CHAPA DE AÇO "22" (0,75MM), CONSTITUÍDO POR 12 PORTAS. AS PORTAS DEVEM POSSUIR VENEZIANAS PARA AREJAMENTO E POSSUIR PITÃO PARA CADEADO; NÃO SERÁ ACEITO ONDULAÇÕES, RESSALTOS, REBARBAS OU IMPERFEIÇÕES NO ACABAMENTO DOS ROUPEIROS; DEVEM SER TRATADOS CONTRA OXIDAÇÃO COM FOSFATO DE ZINCO E PINTADOS COM TINTA ESPECIAL NA COR PLATINA COM SECAGEM EM ESTUFA; APÓS O PROCESSO ACIMA DESCRITO O PRODUTO DEVE SEGUIR PARA UMA ESTUFA DE ALTA TEMPERATURA PARA RECEBER A PINTURA PELO PROCESSO ELETROSTÁTICO DE PINTURA A PÓ, CONSOLIDANDO A SUPERFÍCIE DO PRODUTO COM 50 MICRA DE ESPESSURA DE TINTA, NO MÍNIMO.	730,0000	9,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br)**

7	ARMARIO ALTO QUATRO PORTAS COLORIDAS ARMÁRIO 2 PORTAS: L 900MM X P450MM X A 1600MM CAIXA/ESTRUTURA/FUNDO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE 18MM, AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA. AS FACES RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC 2MM DE ESPESSURA, NA COR CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. TAMPO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURAMINIMA DE 18MM AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA CLARO. BORDAS DO TAMPO RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC 2MM DE ESPESSURA NA COR DO CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. O TAMPO É SOBREPOSTO AS PORTAS E AO FUNDO E FIXADO NO CORPO ATRAVÉS DE 4 PINOS RASTEX E 4 CAVILHAS/ OU PARAGU	420,0000	20,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
8	ARMARIO ALTO DUAS PORTAS COLORIDAS CAIXA/ESTRUTURA/FUNDO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA MINIMA DE 18MM, AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA. AS FACES RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA, NA COR CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. TAMPO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA MINIMA DE 18MM AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA CLARO. BORDAS DO TAMPO RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA NA COR DO CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. O TAMPO É SOBREPOSTO AS PORTAS E AO FUNDO E FIXADO NO CORPO ATRAVÉS DE 4 PINOS RASTEX E 4 CAVILHAS/ OU PARAGUZOS. PRATELEIR	398,0000	60,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
9	ARMÁRIO BAIXO 04 CAIXAS 02 PORTAS E RODAS. BASE COM RODAS DE SILICONE PARA LOCOMOÇÃO. CAIXA/ESTRUTURA/FUNDO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA MINIMA DE 18MM, AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA. AS FACES RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA, NA COR CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. TAMPO: FABRICADO EM MDF COM ESPESSURA DE NO MINIMO 18MM AMBAS AS FACES REVESTIDAS EM LAMINADO MELANIMICO DE BAIXA PRESSÃO NA COR CINZA CLARO. BORDAS DO TAMPO RECEBEM FITA DE BORDA RETA EM PVC DE NO MINIMO 2MM DE ESPESSURA NA COR DO CINZA E COLADAS PELO PROCESSO HOT MELT. O TAMPO É SOBREPOSTO AS PORTAS E AO FUNDO E FIXADO NO CORPO ATRAVÉS	400,0000	10,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
12	CONJUNTO ESCOLAR ADULTO: CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA: CARTEIRA: EM MDF, LATERAIS E TRAVESSA DE SUSTENTAÇÃO DA PORTA LIVROS EM TUBO DE AÇO 29X58MM EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). PÉS EM TUBO DE AÇO 38 MM (1 ½") EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO EM TUBO 20X20(PAREDE 1.50MM) PARA REFORÇO DE SUA PARTE SUPERIOR DANDO ASSIM MAIOR RESISTÊNCIA À SUPERFÍCIE DO TAMPO. FECHAMENTO COM PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO INJETADAS NA COR AZUL, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO DIÂMETRO DE 4.80MM, COMPRIMENTO DE NO MÍNIMO 12MM. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, HÍBRIDA E ELETROSTÁTICA COR	210,0000	200,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

13	CONJUNTO ESCOLAR INFANTIL AMARELO: CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA: CARTEIRA EM MDF, LATERAIS E TRAVESSA DE SUSTENTAÇÃO DOS PORTA LIVROS EM TUBO DE AÇO 29X58MM EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). PÉS EM TUBO DE AÇO 38MM (1 ½") EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO EM TUBO 20X20(PAREDE 1,50MM) PARA REFORÇO DE SUA PARTE SUPERIOR DANDO ASSIM MAIOR RESISTÊNCIA À SUPERFÍCIE DO TAMPO. FECHAMENTO COM PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO INJETADAS NA COR AMARELO, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO DIÂMETRO DE 4,80MM, COMPRIMENTO 12MM. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, HÍBRIDA E ELETROSTÁTICA COR C	178,0000	100,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
14	CONJUNTO SOCIALIZAÇÃO INFANTIL 06 CADEIRAS. CONJUNTO CIRCULAR COM 05, 06 OU 08 CONJUNTOS DE CADEIRAS E CARTEIRAS FORMANDO UM CÍRCULO COLORIDO. ESTRUTURA METÁLICA DAS MESAS E CADEIRAS CONFECCIONADAS EM TUBO 7/8 CHAPA DE NO MÍNIMO 16 (1.5 MM) COM REFORÇO NOS PÉS DAS MESAS, CADEIRA CONFECCIONADA EM TUBO 7/8 CHAPA DE NO MÍNIMO 14 (1.9 MM) COM PÉ TRASEIRO EM FORMATO CÔNICO QUE UNE-SE AOS PÉS DIANTEIROS HORIZONTALMENTE NUM ÂNGULO DE 51° COM A FINALIDADE DE PROPORCIONAR UM PERFEITO EMPILHAMENTO, ACABAMENTO COM QUATRO PONTEIRAS PLÁSTICAS. GRADIL PORTA-LIVROS COM FERRO MACIÇO DE 7 MM NAS CARTEIRAS METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO. PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ) PARTES	898,0000	22,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
15	CADEIRA FIXA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL, PARA USO INDIVIDUAL OU EM SEQUÊNCIA NOS AUDITÓRIOS OU SALAS DE AULA, COM ENCOSTO E ASSENTO FIXOS. POSSUI CURVATURA ANATÔMICA NO ASSENTO E NO ENCOSTO, DE FORMA A PERMITIR A ACOMODAÇÃO DAS REGIÕES DORSAL E LOMBAR, SE ADAPTANDO MELHOR À COLUMNA VERTEBRAL. ASSENTO E ENCOSTO PLÁSTICO, INJETADOS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO DE ALTA RESISTÊNCIA E PIGMENTADOS NA COR A ESCOLHER, UNIDOS À ESTRUTURA POR PARAFUSOS ESPECIAIS PARA PLÁSTICO E POR PINO PLÁSTICO DE MESMO MATERIAL DO ENCOSTO RESPECTIVAMENTE. O ENCOSTO POSSUI PEGA MÃO, QUE DEVE SER UTILIZADO EM CONJUNTO COM O ASSENTO, AUXILIANDO NA MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. NUNCA MOVIMENTAR A CADEIRA SOMENTE	188,0000	50,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
16	CONJUNTO ESCOLAR: CONJUNTO ESCOLAR COMPOSTO DE CARTEIRA E CADEIRA: CARTEIRA EM MDF, LATERAIS E TRAVESSA DE SUSTENTAÇÃO DOS PORTA LIVROS EM TUBO DE AÇO 29X58MM EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). PÉS EM TUBO DE AÇO 38MM (1 ½") EM CHAPA DE NO MÍNIMO 16(1,5MM). FIXAÇÃO DO TAMPO EM TUBO 20X20(PAREDE 1,50MM) PARA REFORÇO DE SUA PARTE SUPERIOR DANDO ASSIM MAIOR RESISTÊNCIA À SUPERFÍCIE DO TAMPO. FECHAMENTO COM PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO INJETADAS NA COR VERMELHO, FIXADAS À ESTRUTURA ATRAVÉS DE REBITES DE REPUXO DIÂMETRO DE 4,80MM, COMPRIMENTO 12MM. PROTEÇÃO DA SUPERFÍCIE COM TRATAMENTO ESPECIAL ANTICORROSIVO E DESENGRAXANTE. PINTURA EM EPÓXI-PÓ, HÍBRIDA E ELETROSTÁTICA COR CINZA. PORTA LIVR	192,0000	100,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX





**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**

**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitacao3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitacao3@ilhota.sc.gov.br)**

17	CONJUNTO REFEIÇÃO ADULTO CONJUNTO COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS AMBOS EMPILHÁVEL, ESTRUTURA METÁLICA DA MESA E BANCOS EM METALON DE NO MÍNIMO 20 X 30 CHAPA DE NO MÍNIMO 18 (1.5 MM) ACABAMENTO COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO, PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ). APRESENTAR NA PROPOSTA LAUDO OU RELATÓRIO EMITIDO POR ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO. TAMPO DAS MESAS EM MDF DE NO MÍNIMO 18 MM, E BANCOS EM COMPENSADO REVESTIDOS EM FÓRMICA COLORIDA TEXTURIZADA ACABAMENTO COM PERFIL DE PVC COR PRATA. CORES DA FÓRMICA: AMARELO LIMA, KIWÍ, CERÂMICA, AZUL MARINHO, AZUL FRANCÊS, ROSA - CHOQUE, VERMELHO E UVA. MEDIDAS MÍNIMAS MESA : 200 X 80 X 76 CM	520,0000	50,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX
25	BALCÃO PARA COZINHA SEM TAMPO, MATERIAL MDP, PINTURA LACA, COR BRANCA, 3 GAVETAS, 2 PORTAS, 1 PRATELEIRA, DIMENSÕES MÍNIMAS: LARGURA 118 CM, PROFUNDIDADE 50 CM, ALTURA 80 CM. DESCRITIVO PUXADORES: 05 UNIDADES, MODELO EXTERNO, COR CROMADO, MATERIAL EM POLIPROPILENO.	300,0000	3,00	ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	REIFLEX

**Valor: R\$ 192.078,00 (cento e noventa e dois mil e setenta e oito reais)**

**Assinatura:** 11/02/2020

**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal





**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 009 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - EDUCAR MOVEIS LTDA-EPP**

Publicação Nº 2354569



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 009/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
 conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: EDUCAR MOVEIS LTDA-EPP**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
18	CONJUNTOS CIRCULAR COMPOÑÍVEK, POSSIBILITANDO VARIAS FORMAÇÕES COM SEIS CARTEIRAS E 12 CADEIRAS. ESTRUTURA METÁLICA DAS CADEIRAS TUBO 7/8 CHAPA DE NO MINIMO 18 (1.2MM) E MESAS EM 1.1/2 CHAPAS DE NO MINIMO 18 (1.2MM), TODAS AS PARTES METALICAS UNIDA ATRAVES DE SOLDA MIG, CADEIRAS EMPILHAVEIS ACABAMENTO EM PONTEIRAS PLASTICAS, METAL COM TRATAMENTOCONTRAFERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) NA COR PRATA. APRESENTAR NA PROPOSTA O CERTIFICADO DO INMETRO DA CADEIRA. TAMPODAS MESAS EM MDF REVESTIDOS COM FORMICA TEXTURIZADA, ACABAMENTO COM PERFIL PVC PRATA, ASSENTO E ENCOSTO DAS CADEIRAS EM COMPESADO MULTILAMINADO COM NO MINIMO 13 MM SEMI-ANATOMICO REVESTIDOS EM FORMICA COLORIDA TEXTUZIDA COTA PRINCIPAL	5.700,0000	15,00	EDUCAR MÓVEIS LTDA-EPP	LINPLAST
32	CONJUNTOS CIRCULAR COMPOÑÍVEK, POSSIBILITANDO VARIAS FORMAÇÕES COM SEIS CARTEIRAS E 12 CADEIRAS. ESTRUTURA METÁLICA DAS CADEIRAS TUBO 7/8 CHAPA DE NO MINIMO 18 (1.2MM) E MESAS EM 1.1/2 CHAPAS DE NO MINIMO 18 (1.2MM), TODAS AS PARTES METALICAS UNIDA ATRAVES DE SOLDA MIG, CADEIRAS EMPILHAVEIS ACABAMENTO EM PONTEIRAS PLASTICAS, METAL COM TRATAMENTOCONTRAFERRUGEM, PINTURA EPÓXI (A PÓ) NA COR PRATA. APRESENTAR NA PROPOSTA O CERTIFICADO DO INMETRO DA CADEIRA. TAMPODAS MESAS EM MDF REVESTIDOS COM FORMICA TEXTURIZADA, ACABAMENTO COM PERFIL PVC PRATA, ASSENTO E ENCOSTO DAS CADEIRAS EM COMPESADO MULTILAMINADO COM NO MINIMO 13 MM SEMI-ANATOMICO REVESTIDOS EM FORMICA COLORIDA TEXTUZIDA COTA RESERVADA	5.700,0000	5,00	EDUCAR MÓVEIS LTDA-EPP	LINPLAST

**Valor: R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais)****Assinatura:** 11/02/2020**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 010 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP**

Publicação Nº 2354571



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitação3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitação3@ilhota.sc.gov.br)**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 010/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: SUPRIMÓVEIS EIRELI – EPP**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
29	MESA PARA ESCRITÓRIO EM L COM DUAS GAVETAS, COR CINZA, DIMENSÕES: ALTURA 75 CM, COMPRIMENTO 143 CM, PROFUNDIDADE 136 CM, MATERIAL PRINCIPAL MDP. COM INSTALAÇÃO.	324,0000	4,00	SUPRIMÓVEIS EIRELI - EPP	Akon

**Valor: R\$ 1.296,00 (mil duzentos e noventa e seis reais)****Assinatura:** 11/02/2020**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 011 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - MAW COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME**

Publicação Nº 2354572



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: licitação3@ilhota.sc.gov.br**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 011/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
 conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: MAW COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
1	CONJUNTO REFEIÇÃO COM ENCOSTO INFANTIL CONJUNTO COMPOSTO DE 01 MESA E 02 BANCOS. ESTRUTURA METÁLICA DA MESA E BANCOS EM METALON 20 X 30 CHAPA 16 (1.5 MM) ACABAMENTO COM PONTEIRAS PLÁSTICAS. METAL COM TRATAMENTO CONTRA FERRUGEM PELO PROCESSO DE FOSFATIZAÇÃO, PINTURA EPÓXI PRATA (A PÓ). APRESENTAR NA PROPOSTA LAUDO OU RELATÓRIO EMITIDO POR ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO. TAMPO DAS MESAS E BANCOS EM MDF 15 MM, REVESTIDOS EM FÓRMICA COLORIDA TEXTURIZADA ENCOSTO COM REVESTIMENTO EM AMBAS AS FACES, ACABAMENTO COM PERFIL DE PVC COR PRATA.	589,0000	10,00	MAW COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME	NILMAR
31	ARMÁRIO MULTIUSO PARA FORNO E MICRO-ONDAS, BRANCO BRILHO, COM ESPAÇO PARA FORNO E MICRO-ONDAS E NICHOS PARA ORGANIZAR UTENSÍLIOS, ELETRO PORTÁTEIS E DECORAÇÕES DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, ACABAMENTO EM PINTURA UV. ALÉM DISSO, O PRODUTO POSSUI 02 PORTAS COM DOBRADIÇAS METÁLICAS, PÉS EM POLIPROPILENO E PUXADORES EM ABS, TUDO ISSO PARA GARANTIR MAIOR DURABILIDADE AO SEU MÓVEL.	159,0000	3,00	MAW COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA-ME	NILMAR

**Valor: R\$ 6.367,00 (mil duzentos e noventa e seis reais seis mil trezentos e sessenta e sete reais)****Assinatura:** 11/02/2020**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
 Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 012 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**

Publicação Nº 2354573



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitação3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitação3@ilhota.sc.gov.br)**

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 012/2020

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 526/2019 – MUL

Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
24	MESAS RETAS COR CINZA: MEDIDAS MÍNIMAS: 1000X600X740MM. TAMPO CONSTITUÍDO EM MDP DE 25 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES, BORDA QUE ACOMPANHA TODO O CONTO RNO DO TAMPO NA COR BRANCO É DE PP 3 MM E NAS DEMAIS CORES É DE PS 3MM DE ESPESSURA, COLADA A QUENTE PELO SISTEMA HOLT-MELT, COM RAI O MÍNIMO DE 2,5 MM. DOTADO COM 1 PASSA CABA DE DIÂMETRO DE 60 MM EM POLIESTIRENO INJETADO DE ALTO IMPACTO. 01 – PAINEL FRONTAL EM MDP DE 15 MM DE ESPESSURA, REVESTIDA EM LAMINADO MELAMÍNICO DE BAIXA PRESSÃO TEXTURIZADO EM AMBAS AS FACES. BORDAS HORIZONTAIS COM ACABAMENTO NA COR BRANCO PP 0,7 MM E NAS DEMAIS CORES É DE PS 0,7 MM DE ESPESSURA, COLADA A	390,0000	13,00	FLEXFORMA COMERCIAL DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA	ekomob

**Valor: R\$ 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)****Assinatura:** 11/02/2020**Vigência:** 12 MESES.

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 013 PRG 088 - 2019 MUL - MÓVEIS - DECIO DRUCKOWSKI-ME**

Publicação Nº 2354574



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro – Ilhota/SC**  
**CNPJ: 83.102.301/0001-53 – CEP 88.320-000**  
**Fone/Fax: (047) 3343-8826 – email: [licitação3@ilhota.sc.gov.br](mailto:licitação3@ilhota.sc.gov.br)**

**Extrato da Ata de Registro de Preço nº 013/2020**  
**Estado de Santa Catarina**  
**Município de Ilhota**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Setor de Compras e Licitações**  
**Processo: 526/2019 – MUL**  
**Pregão Presencial – Registro de Preço nº 088/2019 – MUL**

**Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, ESCOLAS BEM COMO AS DEMAIS SECRETARIAS, AUTARQUIA DO MUNICÍPIO,**  
conforme anexo I do edital.

**Fornecedor: DECIO DRUCKOWSKI-ME**

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
30	CONJUNTO MESA COM 04 CADEIRAS, CADEIRA EM MDF DE 25MM, ENCOSTO EM MDF DE 15MM, ASSENTO COM ESPUMA DE DENSIDADE D-1, DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO 36CM, PROFUNDIDADE 44 CM E ALTURA DE 89 CM. A MESA DEVE SER DE BASE E TAMPO FALSO EM MDP DE 1533 E O TAMPO EM MDP DE 15MM, DIMENSÕES MÍNIMAS: COMPRIMENTO 104 CM, PROFUNDIDADE 68 CM E ALTURA DE 78CM. COR: BRANCA.	398,0000	3,00	DECIO DRUCKOWSKI-ME	Movebrink / Decio Druckowski

**Valor: R\$ 1.194,00 (mil cento e noventa e quatro reais)**

**Assinatura: 11/02/2020**

**Vigência: 12 MESES.**

Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal



**LEI 152**

Publicação Nº 2355149



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC**  
**C.N.P.J. 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000**  
**Fone / Fax: (47) 3343-8800 (47) 3343-8819**

**Lei Complementar nº 152/2020**

**cria atribuições nos cargos previstos no  
Anexo III da Lei Complementar 39/2013 e dá  
outras providências.**

**ERICO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **Lei**:

**Art. 1º** O Anexo III da Lei Complementar 39/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Quantidade	Cargo	Vencimento	Carga horária	Escolaridade
11	Diretor de Departamento	R\$ 2.872,03	40 (quarenta) horas semanais	Nível Médio
12	Chefe de Divisão	R\$ 1.834,53	40 (quarenta) horas semanais	Nível Médio

**Atribuições do cargo de Diretor de Departamento**

Descrição Sumária: Dirigir o Departamento, prezando pela eficiência dos serviços.  
Descrição Detalhada: Dirigir o Departamento e as divisões e seções a ele pertinentes de forma a coordenar os trabalhos na busca da excelência da prestação dos serviços públicos na área; Fazer com que o Departamento exerça as competências previstas no regimento interno da Secretaria correspondente de forma eficiente; Elaborar planos e propostas de ação para o Secretário da área correspondente; Cumprir demais funções

[www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br)



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC**  
**C.N.P.J. 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000**  
**Fone / Fax: (47) 3343-8800 (47) 3343-8819**

previstas no Regimento Interno da Secretaria a qual está vinculado; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar o tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho; Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor; Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério do Secretário Municipal.

#### **Atribuições do cargo de Chefe de Divisão**

Descrição Sumária: Chefiar a divisão, prezando pela eficiência dos serviços.

Descrição Detalhada: Chefiar os funcionários da divisão correspondente, na busca da excelência da prestação dos serviços públicos na área; Fazer com que a divisão exerça as competências previstas no regimento interno da Secretaria correspondente de forma eficiente; Propor planos e propostas de ação para o diretor de departamento a que está vinculado; Cumprir demais funções previstas no Regimento Interno da Secretaria ao qual está vinculado; Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; Executar o tratamento e descarte de resíduos de materiais provenientes de seu local de trabalho; Manter-se atualizado em relação às tendências e inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor; Executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério do diretor de departamento.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de fevereiro de 2020.

**ERICO DE OLIVEIRA**  
Prefeito Municipal



[www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br)

**LEI 2.004**

Publicação Nº 2355010

**Câmara Municipal de Ilhota**  
**Estado de Santa Catarina***Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC**CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41**Fone / Fax: (047) 3343-1182**Email: camara@ilhota.sc.gov.br***Lei Ordinária nº 2.004/2020**

**ALTERA A LEI Nº 1904/2018, QUE “DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO DE CARGOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, ESTABELECE O PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ERICO DE OLIVEIRA**, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **Lei**:

**Art. 1º** Fica extinto o cargo de Assessor Jurídico de provimento cargo em comissão.

**Art. 2º** Cria o cargo de Procurador Geral de provimento cargo em comissão e a descrição do cargo passa a vigorar com a seguinte redação:

**“ANEXO I**  
**DESCRIÇÃO DE CARGO**

**CATEGORIA FUNCIONAL:** PROCURADOR GERAL

**GRUPO PROFISSIONAL:** Direção e Assessoramento Superior

**SIGLA:** DAS

**PROVIMENTO:** Cargo em comissão

**NÍVEL:** DAS - 3

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 30 (Trinta).

**QUANTIDADE:** 01





## **Câmara Municipal de Ilhota** **Estado de Santa Catarina**

*Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC*  
*CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41*  
*Fone / Fax: (047) 3343-1182*  
*Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)*



**VENCIMENTO:** R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais).

### **DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Assessorar e representar juridicamente a Câmara de Vereadores, e representá-la em juízo ou fora dele, em assuntos ou ações judiciais em que for parte ou interessada, para assegurar os direitos pertinentes ou defender seus interesses.

### **DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* Chefiar e coordenar os trabalhos da Procuradoria-Geral;
- \* Expedir ordens e instruções que se fizerem necessárias à execução dos serviços;
- \* Distribuir os processos, expedientes, tarefas e podendo, no interesse do serviço, redistribuí-los e avocá-los para si;
- \* Examinar os pareceres emitidos pelos Procuradores, exarando seu “de acordo” ou, em caso contrário, manifestar-se motivadamente.
- \* Apurar ou completar informações levantadas, acompanhando o processo em todas as suas fases e representando a parte que é mandatária em juízo, para obter os elementos necessários à defesa ou acusação;
- \* Assessorar juridicamente a Presidência da Câmara de Vereadores, a Mesa Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias, e Vereadores;
- \* Atender às consultas de matéria legislativa que lhe foram encaminhadas pelos Vereadores, emitindo parecer, quando for o caso;
- \* Auxiliar a Assessoria Técnica Legislativa;
- \* Elaborar minutas de Projetos de Leis, Decretos Legislativos, Portarias, Resoluções e atos a serem baixados pelo Presidente, Mesa Diretora, ou Comissão Executiva;
- \* Estudar ou examinar documentos jurídicos e de outra natureza, analisando seu conteúdo, com base nos códigos, leis, jurisprudências e outros documentos, para emitir pareceres fundamentados na legislação vigente;
- \* Examinar o texto de projetos de leis e vetos que são encaminhados à Câmara de Vereadores, bem como as propostas apresentadas pelo Poder Legislativo, elaborando pareceres, quando for o caso, para garantir o cumprimento dos preceitos legais e regimentais vigentes;
- \* Manter controle das ações em juízo distribuídas à Assessoria Jurídica;



## Câmara Municipal de Ilhota

### Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC  
CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41  
Fone / Fax: (047) 3343-1182  
Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)



- \* Manter registro das ações cujos procuradores sejam alheios aos quadros da Câmara, de modo a possibilitar ao Presidente e aos Vereadores as posições destas ações judiciais;
- \* Orientar a Mesa Diretora das atitudes a serem tomadas, quando assim exigirem as normas vigentes.
- \* Prestar assessoramento jurídico à elaboração de contratos, leis, decretos legislativos, resoluções, emendas, proposições em geral, e editais, no exercício de suas prerrogativas;
- \* Prestar assistência aos setores administrativos em assuntos de natureza jurídica, elaborando e/ou emitindo pareceres nos processos administrativos, como licitações, contratos, distratos, convênios, consórcios, questões trabalhistas ligadas à administração de recursos humanos etc, visando assegurar o cumprimento de leis e regulamentos;
- \* Propor a aquisição de livros jurídicos;
- \* Redigir correspondências sujeitas a qualquer aspecto jurídico legal;
- \* Redigir documentos jurídicos, pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal e outras, aplicando a legislação em questão, para utilizá-los na defesa da Câmara de Vereadores;
- \* Representar a Câmara de Vereadores em juízo ou fora dele, acompanhando o processo, redigindo e assinando petições, para defender os interesses da Câmara de Vereadores;
- \* Supervisionar a manutenção atualizada da legislação relacionada com as atividades das Assessoria Jurídica e Técnica Legislativa;
- \* Tomar a iniciativa de estudos, objetivando a modernização, o aperfeiçoamento e a reorganização do sistema legislativo;
- \* Executar outras tarefas correlatas;

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

**FORMA DE RECRUTAMENTO:** Livre nomeação e exoneração por parte da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ilhota.”

**Câmara Municipal de Ilhota****Estado de Santa Catarina***Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC**CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41**Fone / Fax: (047) 3343-1182**Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)*

**Art. 3º** Cria o cargo de Procurador de provimento efetivo e a descrição do cargo passa a vigorar com a seguinte redação:

**“ANEXO I****DESCRIÇÃO DE CARGO**

**CATEGORIA FUNCIONAL:** PROCURADOR

**CÓDIGO:** 01

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades Operacionais

**SIGLA:** AOP

**PROVIMENTO:** Efetivo

**NÍVEL:** I a IV          Classe 01 a 35

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 15 (quinze).

**QUANTIDADE:** 01

**VENCIMENTO:** R\$ 2.600,00 (Dois mil e seiscentos reais).

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Representar juridicamente a Câmara de Vereadores, e representá-la em juízo ou fora dele, em assuntos ou ações judiciais em que for parte ou interessada, para assegurar os direitos pertinentes ou defender seus interesses.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* Representar a Câmara em juízo;
- \* Prestar assessoramento de natureza jurídica, quando determinado pelo titular do órgão, ou por solicitação de Comissão Permanente;
- \* Realizar pesquisas no âmbito do direito, do interesse da Câmara Municipal;
- \* Emitir pareceres de natureza jurídica sobre matéria administrativa ou institucional;
- \* Requisitar informações ou documentos dos órgãos da Câmara Municipal, para análise dos procedimentos que lhe forem distribuídos;
- \* Praticar os demais atos inerentes à advocacia pública.

**Câmara Municipal de Ilhota****Estado de Santa Catarina***Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC**CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41**Fone / Fax: (047) 3343-1182**Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)*

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ter mais de 18 anos de idade e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

**FORMA DE RECRUTAMENTO:** Concurso Público.”

**Art. 4º** Altera a remuneração do cargo de Assessor Técnico Legislativo e a descrição do cargo passa a vigorar com a seguinte redação:

**ANEXO I****DESCRIÇÃO DE CARGO**

**CATEGORIA FUNCIONAL:** ASSESSOR TÉCNICO LEGISLATIVO

**GRUPO PROFISSIONAL:** Direção e Assessoramento Superior

**SIGLA:** DAS

**PROVIMENTO:** Cargo em comissão

**NÍVEL:** DAS - 2

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** 30 (trinta).

**QUANTIDADE:** 01

**VENCIMENTO:** R\$ 4.100,00 (Quatro mil e cem reais).

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Assessorar os trabalhos legislativos ligados diretamente ao processo legislativo, atuando de forma direta nos trabalhos das Comissões Legislativas da Câmara de Vereadores.

Executar serviços de natureza complexa na Secretaria Administrativa da Câmara de Vereadores, para atender rotinas regimentais de gerenciamento, controle e registros do processo legislativo.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- \* Anotar no controle de tramitação dos processos as deliberações plenárias;
- \* Atender ao expediente normal da Câmara de Vereadores, efetuando a abertura, o recebimento e o encaminhamento, registro, distribuição de projetos e proposições em geral, além das correspondências interna e externa;
- \* Certificar a autenticidade de cópias de documentos e outros existentes na Câmara de Vereadores;



## **Câmara Municipal de Ilhota**

### **Estado de Santa Catarina**

*Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC*

*CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41*

*Fone / Fax: (047) 3343-1182*

*Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)*



- \* Controlar o andamento dos processos até sua fase final de tramitação;
- \* Controlar os prazos de projetos enviados à sanção do Prefeito e vetos recebidos do Executivo;
- \* Cuidar do assentamento individual dos servidores da Câmara de Vereadores arquivando os prontuários existentes;
- \* Cumprir e fazer cumprir as determinações superiores;
- \* Dar, no recinto da Secretaria vista dos processos mediante autorização superior;
- \* Encaminhar à Mesa Diretora dos trabalhos os expedientes a serem lidos em Plenário;
- \* Estudar as questões relativas a direitos, vantagens, deveres e responsabilidades do pessoal e dar parecer a respeito;
- \* Examinar a exatidão de documento, conferindo, efetuando registros, manuais e eletrônicos, observando prazos, datas, posições e outros lançamentos, para a elaboração de relatórios que geram informações para os Vereadores;
- \* Manter em arquivo a cópia de editais, certidões, convocações, atestados, declarações de bens dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, leis, portarias, decretos legislativos, atos, instruções e avisos, pareceres e votos em separado das Comissões Legislativas;
- \* Manter fichário de todos os funcionários da Administração. Vereadores e Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, com possível indicação de locais, bem como, do respectivo endereço para orientação do público;
- \* Minutar e expedir certidões, à vista de despacho da autoridade competente;
- \* Operar computador, ficando responsável pelo programa, pela inclusão, alteração e a obtenção de dados e informações, bem como pela consulta e divulgação dos registros acumulados;
- \* Organizar e manter atualizado os registros de Leis, decretos, resoluções, requerimentos, indicações, projetos em geral, e seus anexos, classificando os documentos por ordem cronológica e/ou alfabética, para manter um controle sistemático dos mesmos;
- \* Organizar e manter atualizados, as coleções, fichários e documentos sobre assuntos de interesse geral, especialmente: leis, decretos e outros de interesse para a elaboração



## Câmara Municipal de Ilhota

### Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC

CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41

Fone / Fax: (047) 3343-1182

Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)



legislativa, discursos proferidos na Câmara de Vereadores, pareceres das Comissões e outros órgãos;

- \* Preparar os livros de registro para as sessões plenárias;
- \* Preparar os termos de posse de Vereadores, Suplentes, Prefeito e Vice-Prefeito, e termos de compromisso e posse dos funcionários da Câmara de Vereadores;
- \* Prestar atendimento ao público, fornecendo informações oficiais do Legislativo atinentes ao seu setor (unidade), visando esclarecer as solicitações;
- \* Prestar esclarecimento sobre serviço de sua competência, quando solicitado;
- \* Proceder aos lançamentos de tramitação do processo até a sua conclusão;
- \* Protocolar toda correspondência expedida e recebida;
- \* Receber e anotar documentos e demais papéis juntá-los quando for o caso, distribuí-los e controlar sua tramitação;
- \* Redigir ou digitar atos administrativos rotineiros, como ofícios, memorandos, circulares e outros, utilizando impressos padronizados ou não, para dar cumprimento às rotinas administrativas;
- \* Registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar todos os livros e publicações adquiridas pela Câmara de Vereadores;
- \* Reunir as informações e proceder às pesquisas que se fizerem necessárias para decisões importantes na órbita administrativa;
- \* Rever, periodicamente, os processos e documentos arquivados, propondo ao Diretor Geral ou ao Presidente da Casa Legislativa a destinação conveniente;
- \* Supervisionar a confecção das atas e demais dados relacionados ao processo legislativo;
- \* Supervisionar a realização de tarefas na Secretaria Administrativa.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:** Ter mais de 18 anos de idade, e estar devidamente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Santa Catarina.

**FORMA DE RECRUTAMENTO:** Livre nomeação e exoneração por parte Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**Art. 5º** O anexo IV da Lei Ordinária nº 1904 de 06 de fevereiro de 2018 em relação ao cargo de Procurador efetivo passa a vigorar com a seguinte redação:



## **Câmara Municipal de Ilhota**

### **Estado de Santa Catarina**

*Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC*

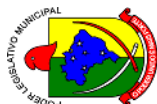
*CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41*

*Fone / Fax: (047) 3343-1182*

*Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)*



### **ANEXO IV VENCIMENTOS/PROGRESSÕES**



**Câmara Municipal de Ilhota**  
**Estado de Santa Catarina**  
 Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC  
 CEP 88.320-000 – Cx. Postal: 41  
 Fone / Fax: (047) 3343-1182  
 Email: camara@ilhota.sc.gov.br



## Anexo IV

Grupo Funcional : **AOP**

Categoria Funcional : **PROCURADOR**

Crescimento Horizontal	1%	<b>15</b>	<b>Horas Semanais</b>
Salário Inicial	2.600,00		

Nível Superior ( I )		0%
Especialização ( II )		10%
Mestrado ( III )		20%
Doutorado ( IV )		30%

Classes															
Nível	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
I	2.600,00	2.626,00	2.652,26	2.678,78	2.705,57	2.732,63	2.759,95	2.787,55	2.815,43	2.843,58	2.872,02	2.900,74	2.929,75	2.959,04	2.988,63
II	2.860,00	2.888,60	2.917,49	2.946,66	2.976,13	3.005,89	3.035,95	3.066,31	3.096,97	3.127,94	3.159,22	3.190,81	3.222,72	3.254,95	3.287,50
III	3.432,00	3.466,32	3.500,98	3.535,99	3.571,35	3.607,07	3.643,14	3.679,57	3.716,36	3.753,53	3.791,06	3.828,97	3.867,26	3.905,94	3.945,00
IV	4.461,60	4.506,22	4.551,28	4.596,79	4.642,76	4.689,19	4.736,08	4.783,44	4.831,27	4.879,59	4.928,38	4.977,67	5.027,44	5.077,72	5.128,49

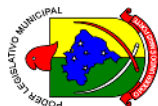
Classes															
Nível	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
I	3.018,52	3.048,70	3.079,19	3.109,98	3.141,08	3.172,49	3.204,22	3.236,26	3.268,62	3.301,31	3.334,32	3.367,67	3.401,34	3.435,36	3.469,71
II	3.320,37	3.353,57	3.387,11	3.420,98	3.455,19	3.489,74	3.524,64	3.559,89	3.595,49	3.631,44	3.667,76	3.704,43	3.741,48	3.778,89	3.816,68



# Câmara Municipal de Ilhota

## Estado de Santa Catarina

Rua: Bertoldo Simon, 98 - Centro - Ilhota - SC  
 CEP 88.320-000 - Cx. Postal: 41  
 Fone / Fax: (047) 3343-1182  
 Email: [camara@ilhota.sc.gov.br](mailto:camara@ilhota.sc.gov.br)



III	3.984,45	4.024,29	4.064,53	4.105,18	4.146,23	4.187,69	4.229,57	4.271,86	4.314,58	4.357,73	4.401,31	4.445,32	4.489,77	4.534,67	4.580,02
IV	5.179,78	5.231,58	5.283,89	5.336,73	5.390,10	5.444,00	5.498,44	5.553,42	5.608,96	5.665,05	5.721,70	5.778,92	5.836,70	5.895,07	5.954,02

Classes															
Nível	31	32	33	34	35										
I	3.504,41	3.539,45	3.574,85	3.610,59	3.646,70										
II	3.854,85	3.893,40	3.932,33	3.971,65	4.011,37										
III	4.625,82	4.672,08	4.718,80	4.765,98	4.813,64										
IV	6.013,56	6.073,70	6.134,44	6.195,78	6.257,74										



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Ilhota**  
**Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC**  
**C.N.P.J. 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000**  
**Fone / Fax: (47) 3343-8800 (47) 3343-8819**

---

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de fevereiro de 2020.

**ERICO DE OLIVEIRA**

Prefeito Municipal



[www.ilhota.sc.gov.br](http://www.ilhota.sc.gov.br)

**LEI 2.005**

Publicação Nº 2355175

Lei Ordinária nº 2.005/2020  
NOMEIA A RUA ALFREDO MANOEL DA SILVA

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos da planta anexa, fica denominada de Rua Alfredo Manoel da Silva a rua que contém aproximadamente 190 (cento e noventa) metros de extensão e 6 (seis) metros de largura.

§ 1º O ponto de início da rua faz ligação com a Rua Domingos Pereira, com as seguintes coordenadas UTM: (7020311.22 m S; 715222.04 m E).

§ 2º O ponto final do trecho da rua tem as seguintes coordenadas UTM: (7020120.20 m S; 715208.75 m E).

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de fevereiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**LEI 2.006**

Publicação Nº 2355180

Lei Ordinária nº 2.006/2020  
NOMEIA A RUA MADONA HAMMES SCHVAMBACH

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos da planta anexa, fica denominada de Rua Madona Hammes Schvambach um dos acessos à Estrada Geral do Braço do Baú, que contém aproximadamente 1.500 (um mil e quinhentos) metros de extensão e 12 (doze) metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de fevereiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**LEI 2.007**

Publicação Nº 2355184

Lei Ordinária nº 2.007/2020  
NOMEIA A RUA WALDYR WILVERT

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Ilhota aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Nos termos da planta anexa, fica denominada de Rua Waldyr Wilvert um dos acessos à Estrada Geral do Braço do Baú, que contém aproximadamente 180 (cento e oitenta) metros de extensão e 12 (doze) metros de largura.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 12 de fevereiro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 30/2020**

Publicação Nº 2354217

PORTARIA Nº 30/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da Lei orgânica Municipal,

RESOLVE

NOMEAR, o Sr Roberto da Silva, no cargo de SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 12 de fevereiro de 2020 .

ERICO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO DE MESA 09/2020**

Publicação Nº 2354812

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 09/2020

DISCIPLINA A AUSÊNCIA DE EXPEDIENTE NA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA NO ANO DE 2020 EM DECORRÊNCIA DE FERIADOS E DATAS FESTIVAS DE RELÊVANCIA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO a necessidade de ordenar e disciplinar os trabalhos e as rotinas de trabalho deste Poder Legislativo;

CONSIDERANDO que o desempenho da administração pública deve ser norteado, entre outros princípios, pela eficiência e pela economicidade;

CONSIDERANDO que a disciplina dos trabalhos e das rotinas desta Casa de Leis exige regulamentação acerca dos dias de funcionamento e dos dias em que não haverá expediente, notadamente em decorrência de feriados e datas festivas de importância nacional, estadual e municipal;

Resolve:

Art. 1º. Não haverá expediente na Câmara Municipal de Ilhota nas seguintes datas do ano de 2020:

- I- 24 de fevereiro - Carnaval (ponto facultativo);
- II- 25 de fevereiro – Carnaval (ponto facultativo);
- III- 10 de abril – Sexta-feira Santa (feriado nacional);
- IV- 20 de abril – (ponto facultativo)
- V- 21 de abril – Tiradentes (feriado nacional)
- VI- 1º de maio – Dia mundial do Trabalho (feriado nacional);
- VII- 11 de junho – Corpus Christi (ponto facultativo);
- VIII- 12 de junho – (ponto facultativo)
- IX- 07 de setembro – Independência do Brasil (feriado nacional)
- X- 12 de outubro – Nossa Senhora Aparecida (feriado nacional)
- XI- 28 de outubro – Dia do servidor público (ponto facultativo);
- XII- 02 de novembro – Finados (feriado nacional)
- XIII- 25 de dezembro – Natal (feriado nacional).

Art. 2º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.  
Câmara Municipal de Ilhota, 20 de janeiro de 2020.

Arnoldo Adriano  
Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Sidnei Reinert

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imbituba

## PREFEITURA

### ADITIVO DE CONTRATO 2019/26 -A/03 - PROCESSO 39/2019

Publicação Nº 2355642

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
Extrato: CONTRATO 2019/26 – A/03

Contratada: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME  
CNPJ: 10.981.399/0001-92

Objeto: É objeto deste Termo Aditivo é a prorrogação de prazo de vigência até 15/03/2020.

O Termo Aditivo refere-se ao Contrato PMI SEDUCE 2019/26 A/00, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BELAR-MINDA SE SOUZA PIRES".

Prazo: ATE 15/03/2020 Valor contrato original: R\$ 75.121,07  
Fundamento: Processo nº 39/2019 Tomada de preços 01/2019  
Imbituba, 31 de Janeiro de 2020.

CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Contratante

EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA ROÇA GRANDE LTDA ME Representante legal  
Contratada

### ATA 008/2020 - PP 03/2020

Publicação Nº 2355806

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 008/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: VANIO VIEIRA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 57,353,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

### ATA 009/2020 - PP 03/2020

Publicação Nº 2355809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 009/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: KAC LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 194,705,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 010/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: MERCADO ESPINDOLA LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 86,430,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 011/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355814

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: MERCADO FAMA LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 61,734,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 012/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355816

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 012/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: NAFI COMERCIO ATACADISTA LTDA EPP  
VALOR TOTAL: R\$ 67,718,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 013/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355818

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: ELO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 69,430,20  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 014/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355822

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 014/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: MAYCON WILL EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 145,210,80  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 015/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 015/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: COMERCIO DE CARNES DELLA GUSTINA LTDA ME  
VALOR TOTAL: R\$ 367,417,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.



**ATA 016/2020 - PP 03/2020**

Publicação Nº 2355829

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2020  
DO PP Nº 03/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ADEQUADA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL. COM ENTREGA PARCELADA EM CRONOGRAMA FORNECIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, PARA ATENDER OS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC.

EMPRESA: PLANETA COMERCIAL LTDA  
VALOR TOTAL: R\$ 12,949,00  
VIGÊNCIA: Será de 12 meses  
Imbituba, 03 de fevereiro de 2020  
CRISTIANE TOKARSKI ESPEZIM  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

**ATA 025/2020 - PP 02/2020**

Publicação Nº 2354846

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº025/2020  
DO PP Nº 02/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA/SC,

EMPRESA: LANCHONETE POINT DO RECANTO EIRELI  
VALOR TOTAL: R\$ 28,317,60  
VIGÊNCIA: será de 12 meses  
Imbituba, 04 de fevereiro de 2020  
ANDRE CORREA DE ARAUJO  
CAPITAO DO BM CMT 2ª CBM/8º BBM

**ATA 384/2019 - PP 14/2019**

Publicação Nº 2355015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 384/2019  
DO PP Nº 14/2019

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual "AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER PROCESSOS JUDICIAIS E PACIENTES ACAMADOS PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

Validade: 12 meses  
Valor: R\$ 313.200,00  
EMPRESA: LONGEVITA PRODUTOS HIGIENICOS LTDA EPP  
Imbituba, 20 de dezembro de 2019.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 385/2019 - PP 14/2019**

Publicação Nº 2355008

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 385/2019  
DO PP Nº 14/2019

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual "AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER PROCESSOS JUDICIAIS E PACIENTES ACAMADOS PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

Validade: 12 meses  
Valor: R\$ 11.250,00  
EMPRESA: OSMAR DA SILVA E CIA LTDA  
Imbituba, 20 de dezembro de 2019.  
GRACIELA WIEMES RIBEIRO  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 386/2019 - PP 14/2019**

Publicação Nº 2355012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 386/2019

DO PP Nº 14/2019

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual "AQUISIÇÃO DE FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA ATENDER PROCESSOS JUDICIAIS E PACIENTES ACAMADOS PARA DISTRIBUIÇÃO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE".

Validade: 12 meses

Valor: R\$ 106.800,00

EMPRESA: WF INDUSTRIA E COMERCIO DE FRALDAS EIRELI

Imbituba, 20 de dezembro de 2019.

GRACIELA WIEMES RIBEIRO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**ATA 387/2019 - PROCESSO 104/2019**

Publicação Nº 2355919

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 387/2019

DO PP Nº 74/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED PARA OTIMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC ,

EMPRESA: LUMINATI COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI - EPP

VALOR TOTAL: R\$ 1.687.250,00

VIGÊNCIA: Será de 12 meses

Imbituba, 19 de dezembro de 2019

GILBERTO PEREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

**ATA 388/2019 - PROCESSO 104/2019**

Publicação Nº 2355923

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 388/2019

DO PP Nº 74/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED PARA OTIMIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC ,

EMPRESA: VIA ILUMINADA EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO EIRELI

VALOR TOTAL: R\$ 61.600,00

VIGÊNCIA: Será de 12 meses

Imbituba, 19 de dezembro de 2019

GILBERTO PEREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO.

**CONTRATO 2020/02 - A/00 - PROCESSO 02/2020**

Publicação Nº 2355945

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: CONTRATO SEMUSA 2020/02 – A/00

Contratada: MARIA NILDA DE FARIAS

CPF: 432.441.069-00

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA ABRIGAR A INSTALAÇÃO DO POSTO DE SAÚDE UNIDADE CENTRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Prazo: será de 12 meses

Fundamento: Processo nº 02/2020 Dispensa 01/2020

Imbituba, 07 de fevereiro de 2020

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal da Saúde

Contratante

MARIA NILDA DE FARIAS

Representante legal

Contratada

**EXTRATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 02/2020**

Publicação Nº 2355296

EXTRATO  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO  
EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEDUCE Nº 02/2020

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadro Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

**1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissionais para suprir vagas na área de Monitor de Ônibus Escolar.

**ANEXO I**

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Monitor de Ônibus Escolar	Diploma de Conclusão do Ensino Médio	RT	40h	R\$ 1.296,99

\*RT = Reserva Técnica

1.1.2 As atribuições do cargo de Monitor de Ônibus Escolar, encontram-se dispostas no Anexo II da Lei Complementar Nº 5118, de 20 de dezembro de 2019 que passam a integrar o Anexo B "Descrição das Atribuições dos Cargos" da Lei 1.144, de 29 de abril de 1991, na parte referente ao Grupo II – Atividades Técnicas de Nível Médio (ATM).

1.2 Para tomar posse ao(s) cargo(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

**2 DAS INSCRIÇÕES**

2.1 Período: De 17 a 28 de fevereiro de 2020.

2.2 Local: Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração.

Rua: Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba-SC das 13h30 às 18h30 ou pelo Protocolo online através do endereço eletrônico:

<https://www.imbituba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/127819>.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 13/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020 (PMI-SEINFRA)**

Publicação Nº 2355999

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEINFRA

RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

COMUNICADO: A Prefeitura Municipal de Imbituba por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento - SEINFRA comunica aos interessados a Retificação do Edital de Licitação Processo licitatório nº 13/2020 Pregão Presencial nº 09/2020.

"Foi inserido no Edital o item nº 8.7 com a seguinte exigência de Qualificação Técnica: O licitante deverá apresentar documentos comprobatórios de autorização para extração e comercialização compatível com objeto licitado perante os órgãos ambientais (ANM e IMA). Em razão dessa retificação, fica transferida a data de abertura do certame para o dia 28/02/2020 às 14:00.

Imbituba, 13 de fevereiro de 2020.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 17/2020 DISPENSA Nº 04/2020 (PMI-SEFAZ)**

Publicação Nº 2355114

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEFAZ

Processo Licitatório nº 17/2020 Dispensa nº 04/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS.

Nome Empresarial: CONTRIBUTO ESTUDOS TRIBUTARIOS LTDA - ME.

CNPJ: 12.097.585/0001-99

Valor Total: R\$ 6.360,00 (Seis mil, trezentos e sessenta reais).

Fundamento Legal: Artigo 24, Inciso II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 13 de fevereiro de 2020.

Adriane Martins Luiz

Secretária Municipal da Fazenda

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 123/2020

Publicação Nº 2354976

PORTARIA PMI/SEAD Nº 123, de 10 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 21/2019, admitida em 03 de fevereiro de 2020 no contrato nº 10806 e em 04 de fevereiro de 2020 no contrato nº 10807, através das Portarias PMI/SEAD Nº 114 e 115/2020 respectivamente, para exercer os cargos/funções conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Daisiane Souza de Oliveira Matr. nº 10806	Prof II Ed Especial – 20h	066.637.979-30	07/02/2020
Daisiane Souza de Oliveira Matr. nº 10807	Prof II Ed Especial – 20h	066.637.979-30	07/02/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 10 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PORTARIA PMI/SEAD Nº 124/2020

Publicação Nº 2355018

PORTARIA PMI/SEAD Nº 124, de 11 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999 e o artigo 37, II, da CR/88,

### RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital nº 01/2013, admitida em 06 de fevereiro de 2014, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Sabrina Filipini Rodrigues	Professora III - 20h	067.625.719-48	13/02/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 125/2020**

Publicação Nº 2355028

PORTARIA PMI/SEAD Nº 125, de 11 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento por Término de Contrato de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Desligar por término de contrato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 14/2018, admitida em 12 de fevereiro de 2019 através da PORTARIA PMI/SEAD nº 110/2019, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Suellen Ávila de Mello da Cruz	Professora II - 20h	058.730.779-08	24/02/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 11 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 126/2020**

Publicação Nº 2355057

PORTARIA PMI/SEAD Nº 126, de 11 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Médico Auditor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

**RESOLVE:**

Art.1º Desligar a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2019, admitido em 01 de julho de 2019, com a respectiva posse através da Portaria de Posse e Exercício - PMI/SEAD nº 166/2019, do cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Paulo Roberto Távora Neves	Médico Auditor 20h	366.751.480-87	28/02/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 127/2020**

Publicação Nº 2355161

PORTARIA PMI/SEAD Nº 127, de 11 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1054, de 07 de novembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 14.396/2019 e na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição da concessão de licença-prêmio, concedido através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1054, de 07 de novembro de 2019, do servidor, Sr. EDER SILVA DA SILVEIRA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 032.264.969-21, admitido em 11 de junho de 2008, matrícula nº 4461, referente ao q-inq-ênio devido e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2013 a 2018	01.11.2019 a 30.11.2019 15.05.2020 a 13.06.2020 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de novembro de 2019, conforme PORTARIA PMI/SEAD nº 1054, de 07 de novembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PORTARIA PMI/SEAD Nº 128/2020**

Publicação Nº 2355207

PORTARIA PMI/SEAD Nº 128, de 11 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 1.563/2020 e na legislação em vigor;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. LUCIANO DE ÁVILA LIMA, Operador de Máquinas, inscrito no CPF sob o n.º 888.540.359-04, admitido em 14 de dezembro de 2009, contrato nº 5172, referente ao q-inq-ênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2014 a 2019	02.03.2020 a 30.04.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração  
Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PPE - PMI/SEAD Nº 27/2020**

Publicação Nº 2355081

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 27/2020**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 54, de 21 de janeiro de 2020, para exercer o cargo de CARPINTEIRO, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 01/2017.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
PAULO SÉRGIO DE CARVALHO	CARPINTEIRO	888.420.299-04

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, o servidor entra em exercício em 18/02/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**PPE - PMI/SEAD Nº 28/2020**

Publicação Nº 2355714

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 28/2020**

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 74, de 29 de janeiro de 2020, para exercer a função temporária de SERVENTE MERENDEIRA, habilitado (a) pelo Processo Seletivo Simplificado n. 22/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função temporária, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MIRIAN SOARES TEIXEIRA	SERVENTE MERENDEIRA	105.188.019-00

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a servidora entra em exercício em 13/02/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Bruno Pacheco da Costa  
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal



**PPE - PMI/SEAD Nº 29/2020**

Publicação Nº 2355859

**PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO**  
**PPE - PMI/SEAD Nº 29/2020**

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, o servidor nomeado pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 108, de 07 de fevereiro de 2020, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETOR DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento – SEINFRA.

Art. 1º O servidor abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
TIAGO SOARES MACIEL	DIRETOR DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	042.463.159-82

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, o servidor entra em exercício em 13/02/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 12 de fevereiro de 2020.

Rosenvaldo da Silva Júnior Bruno Pacheco da Costa  
Prefeito Municipal Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº24/2020**

Publicação Nº 2355112

**PORTARIA CMI Nº 024/2020**

“Concede Férias à Servidora Adriana de Souza Pires”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Adriana de Souza Pires, Diretora da Escola do Legislativo, férias regulamentares de 30 (vinte) dias, dos 30 (trinta) dias a que tem direito, referente ao período aquisitivo de 29/03/2018 a 28/03/2019, a serem usufruídas da seguinte forma:

I-20 (vinte) dias no período entre 26/02/2020 e 16/03/2020;

II-10 (dez) dias a serem convertidos em abono pecuniário, conforme o Art. 143 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei nº 5.452, de 1º maio de 1943;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 11 de fevereiro de 2020.

Antônio Clésio Costa  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 11/02/2020.



# Imbuia

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2354451

RESOLUÇÃO N.º 01, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde ao Vereador Alsone Brito.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 31, inciso V e art. 32, VI do Regimento Interno.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

#### RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica concedido licença para tratamento de saúde ao vereador ALSONE BRITO, pelo prazo de 90 (noventa) dias, com início no dia 30 de janeiro de 2020, de acordo com o Requerimento nº 03/2020 e respectivo Atestado Médico, CID M10, com amparo no inciso I do art. 36 da Lei Orgânica Municipal e inciso I do Art. 124 do Regimento Interno.

Parágrafo único. O prazo da licença de que trata o caput do art. 1º poderá ser reduzido em virtude do resultado da perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Imbuia, 12 de fevereiro de 2020.

Vereador ALDORI RENGEL  
Presidente

**Indaial****PREFEITURA****DECRETO Nº 2018/2020**

Publicação Nº 2354594



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL**  
Gabinete

**DECRETO Nº 2018/20**  
**De 12 de fevereiro de 2020**

Reconhece Despesas de Exercício Anterior / PMI

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial - PMI, a seguinte despesa de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

ENTIDADE	MUNICIPIO DE INDAIAL
O.U.	08.001.
P.A.	2302
ELEMENTO/CTA	333909236000000
VINCULO	1000000
CREDOR	VANDERLEI ROGERIO KRIECK
VALOR	R\$ 4.710,40
N.FISC/FAT./REC.	RECIBO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de fevereiro de 2020

**André Luiz Moser**  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00

**DECRETO Nº 2019/2020**

Publicação Nº 2354595



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL**  
Gabinete

**DECRETO Nº 2019/20**  
**De 12 de fevereiro de 2020**

Reconhece Despesas de Exercício Anterior / FME

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial - FME, a seguinte despesa de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

<b>ENTIDADE</b>	FUND. MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH
<b>O.U.</b>	40.001.
<b>P.A.</b>	2651
<b>ELEMENTO/CTA</b>	333909239000000
<b>VINCULO</b>	01000000
<b>CREDOR</b>	NC COMUNICAÇÕES S.A.
<b>VALOR</b>	R\$ 200,00
<b>N.FISC/FAT./REC.</b>	2607

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de fevereiro de 2020

**André Luiz Moser**  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00

**DECRETO Nº 2020/2020**

Publicação Nº 2354614



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL**  
Gabinete

**DECRETO Nº 2020/20**  
**De 12 de fevereiro de 2020**

Reconhece Despesas de Exercício Anterior / SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor:

DECRETA:

Art. 1º - Fica reconhecida, pelo Município de Indaial – Fundo Municipal de Saúde, as seguintes despesas, de competência de Exercício anterior, conforme abaixo:

**CREDOR:** MAPA IMOBILIÁRIA LTDA

VALOR R\$ 1.236,58

NOTA FISCAL 780

DATA 04/02/2020

REFERENTE A DEZEMBRO/2020.

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1609807

DATA: 14/11/2017

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1641058

DATA: 30/11/2018

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1645549

DATA: 15/02/2019

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1645559

DATA: 15/02/2019

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1645649

DATA: 15/02/2019

**CREDOR:** NC COMUNICAÇÕES S.A.

Valor R\$ 200,00

FATURA Nr. 1645579

DATA: 15/02/2019

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de fevereiro de 2020.

**André Luiz Moser**  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

[www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br)

Av. Getúlio Vargas, nº 126 - Centro - Indaial / SC - Fone/Fax 47 3317.8853 - CNPJ 83.102.798/0001-00

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATO Nº 018-2020**

Publicação Nº 2354422

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 018/2020

CONTRATADA: OWT TREINAMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação de palestrante para aperfeiçoamento frente a nova realidade da gestão pública, naquilo que tange o relacionamento interpessoal e o comprometimento no serviço público, sendo com os gestores e servidores.

VALOR: R\$ 17.500,00.

PRAZO: 03 de fevereiro de 2020 até 03 de agosto de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 03/02/2020.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020**

Publicação Nº 2356036

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL-SC.

Aviso de Licitação: Processo Licitatório nº 005/2020 – Modalidade: Pregão Presencial nº 002/2020 –Tipo: Menor Preço Global - Objeto: Contratação de empresa especializada na área de desenvolvimento de sistemas de informática para a prestação de serviços continuados de licença de uso, de instalação, implantação, migração, customização, conversão de dados, parametrização, capacitação de usuários, atualização, suporte técnico e manutenção de sistemas integrados que atenderá aos seguintes sistemas/módulos: a) Sistema de Controle do Processo Legislativo Municipal com Aplicativo Mobile para Vereadores e Sistema de Controle do Processo Legislativo Municipal para o Parlamento Jovem;

b) Sistema atualização automática de website; c) Sistema para gerenciamento e controle da Sessão Plenária, com votação eletrônica, documentação digital e controle de tempos; e d) 20 (vinte) horas técnicas de serviços de treinamento e capacitação de pessoal. – Entrega dos envelopes da documentação/proposta: 28/02/2020 até às 13h. Abertura da sessão:28/02/2020 às 13h15min. Demais informações no endereço: Rua Prefeito Frederico Hardt, 148, Centro - Indaial.- Local para obtenção do Edital: o mesmo ou pelo site [www.camaraindaial.sc.gov.br](http://www.camaraindaial.sc.gov.br), ou pelo telefone/e-mail:(47)3380-6900, [licitacao@camaraindaial.sc.gov.br](mailto:licitacao@camaraindaial.sc.gov.br). Indaial, 13/02/2020 – Flávio Augusto Ferri Molinari - Presidente Câmara.

# Iomerê

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2020

Publicação Nº 2354455

#### MUNICÍPIO DE IOMERÊ

##### Edital de Pregão Presencial nº 16/2020

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 16/2020 para conserto de máquina pesada. A abertura das propostas se dará no dia 02/03/2020 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 12 de fevereiro de 2020.

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2020

Publicação Nº 2355409

#### MUNICÍPIO DE IOMERÊ

##### Edital de Pregão Presencial nº 17/2020

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 17/2020 para aquisição de tintas. A abertura das propostas se dará no dia 03/03/2020 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 12 de fevereiro de 2020.

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### CONTRATO 28/2020-PMI

Publicação Nº 2355241

12/02/2020 12/02/2021 12/02/2020 2020 7 2681 28/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 27088,00 6124 Abatedouro FELIPON Ltda. J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 29/2020-PMI

Publicação Nº 2355242

12/02/2020 12/02/2021 12/02/2020 2020 7 2682 29/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 4322,20 101835 AIRTON SILVA DA MOTTA - ME J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 30/2020-PMI

Publicação Nº 2355249

12/02/2020 12/02/2021 12/02/2020 2020 7 2683 30/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 28484,80 102766 CLEOMAR ROQUE PERTILE 03083566913 J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 31/2020-PMI

Publicação Nº 2355251

12/02/2020 12/02/2021 12/02/2020 2020 7 2684 31/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 19701,80 102499 ENIO DELAZERI EIRELI J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 32/2020-PMI

Publicação Nº 2355255

12/02/2020 12/02/2021 12/02/2020 2020 7 2685 32/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a aquisição, conforme a necessidade, de gêneros alimentícios, para compor a merenda escolar, das escolas da rede municipal, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "D" deste Edital. 32508,85 102000 MERCADO MUNARI LTDA - ME J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 5 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 028/2019

Publicação Nº 2354131

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO Nº 028/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2019

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, COM FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES E COLOCAÇÃO DE MEIO-FIO. DO VALOR: R\$ 154.657,00 (Cento e cinquenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e sete reais).

CONTRATANTE: Município de Iporã do Oeste/SC.

CONTRATADO: PRESTADORA DE SERVIÇOS STEINHAUS LTDA ME

DO FUNDAMENTO: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DO FORO: Foro da Comarca de Mondai/SC

Iporã do Oeste/SC, 07 de Fevereiro de 2020.

LUCIO MALLMANN

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 009/2020

Publicação Nº 2354103

DECRETO Nº 009 DE 24 DE JANEIRO DE 2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019, E REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e o art. 10 da Lei nº 1.885/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 154.638,09 (cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais com nove centavos), em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	02.00	GABINETE DO PREFEITO
Unidade:	02.001	Gabinete do Prefeito
Proj./Ativ	04.122.0022.2002	Manutenções Ações Gabinete do Prefeito
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas
03.64.15.61		Rend. Conv. Recuperação Estradas Vicinais 862,09
Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade:	03.01	Departamento de Administração e Finanças
Proj./Ativ	04.122.0004.2008	Manut. Ações Dpto de Administração e Finanças
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.00.00.00		Recursos Ordinários 8.776,00
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas
01.00.00.00		Recursos Ordinários 5.000,00
Órgão:	11.00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E URBANO
Unidade:	11.01	Departamento de Desenvolvimento Econômico e Urbano
Proj/Ativ.	15.452.0015.2046	Manut. Ações do Dpto de Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
03.00.00.00		Superávit – Recursos Ordinários 100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00		Aplicações Diretas
03.00.00.00		Superávit – Recursos Ordinários 40.000,00



	Total	154.638,09
--	-------	------------

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, o superávit financeiro verificado no exercício de 2019 no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), oriundos da Fonte de Recursos 03.00.00.00 – Superávit - Recursos Ordinários – Banco do Brasil conta nº 11.953-9, o valor de R\$ 862,09 (oitocentos e sessenta e dois reais com nove centavos) oriundos da Fonte de Recursos 03.64.15.61 – Rend. Conv. Recuperação Estradas Vicinais – Banco do Brasil conta nº 13.388-4, com fulcro no inciso 1º do § 1º e § 2º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes.

Art. 3º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, redução parcial e/ou total das dotações orçamentárias abaixo especificadas, com fulcro no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes:

Órgão:	03.00	SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
Unidade:	03.01	Departamento de Administração e Finanças	
Proj./Ativ	04.122.0004.2008	Manut. Ações Dpto de Administração e Finanças	
3.1.71.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.000,00
3.3.71.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	8.000,00
3.3.93.00.00.00.00		Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	1.776,00
4.4.71.00.00.00.00		Transferências a consórcios públicos	
01.00.00.00		Recursos Ordinários	2.000,00
		Total	13.776,00

Art. 4º Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1.789/2017, da LDO 2020 - Lei Municipal nº 1.878/2019 e da LOA 2020 – Lei Municipal nº 1.885/2019, serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de até R\$ 154.638,09 (cento e cinquenta e quatro mil seiscentos e trinta e oito reais com nove centavos).

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste – SC, 24 de janeiro de 2020.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN  
Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER  
Secretário de Administração e Finanças

# Ipuaçu

## PREFEITURA

### PL PREF 14.2020 PP PREF 09.2020

Publicação Nº 2354440

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo propostas referente ao Processo Licitatório PREF n.14/2020, Tipo Pregão Presencial PREF n. 09/2020-Registro de Preços (menor preço por item).

Entrega de envelopes: Até às 13h30min de 28 de fevereiro de 2020.

Data de abertura: A partir das 14h00min de 28 de fevereiro de 2020.

Objeto: Aquisição de jantas (conforme cardápio pré-estabelecido) para o evento municipal do Jantar do Comércio e Indústria edição 2020 de Ipuaçu-SC, conforme especificações contidas no termo de referência Anexo I. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993 consolidada A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 12 de fevereiro de 2020.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal em exercício

### PL PREF 15.2020 PP PREF 10.2020

Publicação Nº 2354609

#### EDITAL DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo propostas referente ao Processo Licitatório PREF n.15/2020, Tipo Pregão Presencial PREF n. 10/2020-Registro de Preços (menor preço por item).

Entrega de envelopes: Até às 09h00min de 28 de fevereiro de 2020.

Data de abertura: A partir das 09h30min de 28 de fevereiro de 2020.

Objeto: Aquisição de cadeiras Bistro polipropileno, proteção contra raios UV, capacidade para comportar até 182 kg, selo do INMETRO, para uso em palestras e eventos realizados pelo município de Ipuaçu/SC, conforme especificações contidas no termo de referência Anexo I. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002, e a Lei 8.666/93, consolidada e legislação aplicável. Fundamento legal é a Lei Federal 10520/2002 e Lei 8.666/1993 consolidada A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito a Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuaçu –SC, telefone (49) 34490045. Ipuaçu - SC, em 12 de fevereiro de 2020.

NELSON BRISOLA

Prefeito Municipal, em exercício

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 004/2020 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IPUAÇU - SC**

Publicação Nº 2355169

PORTARIA Nº 004/2020

CONCEDE FÉRIAS E CONVERSÃO DE FÉRIAS EM DINHEIRO AO SERVIDOR PÚBLICO DE CARGO EFETIVO DE ASSESSOR PARLAMENTAR

Ivair Luiz Cunico Junior, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e considerando ser de excepcional interesse público resolve:

CONCEDER:

Art. 1º - Concede conversão em dinheiro de 1/3 (um terço) das férias, referente ao período aquisitivo abaixo descrito devido à necessidade do serviço público, baseado no Art. 77 da Lei Complementar 011, de 14 de Junho de 2005.

Art. 2º - Sendo que o gozo dos 20 dias restante do período aquisitivo do abaixo informado serão gozados de 27/01/2020 a 05/02/2020 e 24/06/2020 a 03/07/2020.

Nome cargo referência gozo

DOUGLAS SERENA MOTTIN ASSESSOR PARLAMENTAR 13/09/2018 A 12/09/2019 27/01/2020 a 05/02/2020 E 24/06/2020 a 03/07/2020

Art. 3º - O pagamento referente esta portaria foi realizado no mês de setembro de 2019.

Art. 4º - Esta Portaria Legislativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a portaria 023/2019 do Poder Legislativo de Ipuacu - SC. Câmara Municipal de Ipuacu – SC, em 23 de janeiro de 2020.

IVAIR LUIZ CUNICO JUNIOR

Presidente

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

WANDERLEI RAMILO

1ª Secretária

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº. 175/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355071

TRANSFERE SERVIDORA PUBLICA EFETIVA POR APOSENTADORIA  
PARA O QUADRO DE INATIVOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

TRANSFERE

MARLI CARMEN GROSBELLI, matriculas 650 e 1056, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade sob o nº. 1.782.273 CPF nº.827.816.649-87 Servidora Pública Municipal, no exercício do cargo Efetivo de Professora, com vencimentos previstos no Anexo II, Classe E-004 e B 002, totalizando 40 horas semanais, da Lei nº 001/2002, que dispõe sobre o novo Plano de Cargos e Salários do Município e da outras providências, com proventos previstos no RGPS que concedeu Aposentadoria por Tempo de Contribuição, e atendendo o disposto no §2º do artigo 69 da Lei Complementar 001/2002 que dispõe sobre Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Ipumirim SC.

Revogadas as disposições em contrário, em especial as portarias 650 e 1056, a presente portaria produza efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2020.

Ipumirim - SC, 11 de Fevereiro de 2.020.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 176/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355078

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2019. CONTRATA

ANANDA MOSCONI, sob a Matrícula 3152, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 53363299 e do CPF 083.193.669-09, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professora Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Prof. Claudino Locatelli, para o período de 11/02/2020 até a volta da titular Ilse Albiero Falabretti que esta em Atestado médico

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/02/2020.

Ipumirim - SC, 11 de Fevereiro 2020.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 177/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355095

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO MEMBRO DO MAGISTERIO PUBLICO MUNICIPAL PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2019. CONTRATA

ANANDA MOSCONI, sob a Matrícula 3152, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 53363299 e do CPF 083.193.669-09, para ocupar o cargo em caráter temporário de Professora de Língua Estrangeira – Inglês – Não Titulada, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professora Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Prof. Claudino Locatelli, para o período de 11/02/2020 até a volta da titular Bernadete Fontana Vasselai que esta em Atestado médico

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/02/2020.

Ipumirim - SC, 11 de Fevereiro 2020.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 178/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355120

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE PROFESSORA PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 178/2018, que Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e dá outras providências. contratada pelo processo seletivo 010/2019.

CONTRATA

MIRIAN CATIA FISTER MARTINS, sob a Matrícula 3154, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.572.001 e do CPF 024.955.149-79, para ocupar o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Sala, constante no, nível salarial Não Titulada, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Municipal Prof. Claudino Locatelli, para o período de 11/02/2020 até a volta da titular Bernadete Fontana Vasselai que esta em atestado medico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos retroativos a partir de 11/02/2020.

Ipumirim - SC, 11 de fevereiro de 2020.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 179/2020 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355124

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE MONITOR DESPORTIVO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 010/2017.

CONTRATA

VANDERSON CERUTTI, sob a Matrícula 3155, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4065611 e do CPF 052.068.709-43, para ocupar o cargo em caráter temporário de MONITOR DESPORTIVO, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002., nível salarial NIVEL CE 100 10 horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais no período noturno e vespertino, lotação: Departamento de Esportes, para o período de 11/02/2020 a 18/12/2020.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 11/02/2020.

Ipumirim - SC, 11 de fevereiro de 2020.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PL 004/2020 IL 001/2020 - FMS

Publicação Nº 2355062

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020  
INEXIGIBILIDADE/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Objeto: O Município de Iraceminha torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar CREDENCIAMENTO e, portanto, CONVOCA os interessados para aderir ao procedimento, cujo objetivo é a prestação de serviços em Práticas Integrativas e Complementares (PCIS), em terapia de Reiki e drenagem linfática, com disponibilidade de atendimento na Unidade Básica de Saúde. A presente licitação será regida pelas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e edital completo poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato (0xx49) 3665 3200. Os documentos de habilitação e propostas poderão ser entregues a partir do dia 13 de fevereiro de 2020 até dia 28 de fevereiro de 2020. Iraceminha (SC), 13 de fevereiro de 2020. JEAN CARLOS NYLAND – Prefeito Municipal.

### DECRETO 011 2020

Publicação Nº 2354176

Decreto N.º 011/2020, de 10 de Fevereiro de 2020.

Designa Comissão Municipal Especial para Análise de viabilidade e conveniência administrativa para convocação dos aprovados no Concurso Público 01/2016, análise quantitativa do quadro de cargos e vagas de servidores e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, Prefeito Municipal de Iraceminha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão Especial de Análise do Concurso Público 01/2016 que terá por objetivo analisar a viabilidade e necessidade da nomeação de candidatos aprovados em seus respectivos cargos, bem como estudo do atual quadro de cargos e vagas, número de cargos comissionados existentes e demais questões pertinentes conforme segue:

- SIMONE DA COSTA: ASSESSOR JURIDICO
- DANIELA ASSONI BOLFE: DIRETORA DO RH
- LAURI LINKE: CONTADOR
- JOACIR CARLOS BERTOLDO: SECRETARIA DA AGRICULTURA
- MARISA FORGERINE DE MORAES: SECRETARIA DA SAUDE
- SILVANE SCHUBERT PASQUALOTTO: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
- LUIZ CARLOS ZANELLA: SECRETARIO DO DMER
- LOVANI LINKE: SECRETARIA DO SOCIAL
- EVANDRO JOAO RAUBER: SECRETARIO DE ADM. E FAZENDA

Art. 2º - Esta comissão terá poderes para analisar a necessidade e conveniência de cada cargo e número de vagas de candidato aprovado no concurso público 01/2016, ainda não nomeados, analisar a quantidade de vagas em aberto no plano de cargos e salários em detrimento a atual realidade administrativa, onde devesse ser feito um parecer conclusivo e justificativo sobre a possibilidade de nomeação dos mesmos e ou alterações no plano de cargos e salários.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário em especial o decreto 010/2020 de 27 de janeiro de 2020.

Iraceminha, (SC), 10 de fevereiro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND  
Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2020

Publicação Nº 2356033

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

Contrato administrativo Nº 010/2020

Processo Licitatório Nº 006/2020

Pregão Presencial Nº 004/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada: Julia Franceschina, inscrita no CPF-MF sob o nº. 074.869.399-83.

Objeto: Prestar serviços e atuar como facilitador em oficinas de violino junto a Diretoria de Cultura no Município de Irani.

Valor Total: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais)

Vigência: 03/02/2021.

Margarida Gazoni Zenaro – Secretária de Educação, Cultura e Esportes

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2020

Publicação Nº 2356035

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

Contrato administrativo Nº. 011/2020

Processo Licitatório Nº 013/2020

Pregão Presencial Nº 007/2020

Contratante: MUNICIPIO DE IRANI

Contratada: Jacutinga Ambiental LTDA EPP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 18.217.245/0001-30.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de coleta, sucção, transporte e destinação final de resíduos classe II A - não perigosos.

Valor Total: R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)

Vigência: 12/02/2021.

Gilson Moreira Leite – Secretário de Transp. Obras e Urbanismo.

**Irati****PREFEITURA****PREGÃO RP Nº 010/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IRATI/SC, NO ANO LETIVO DE 2020**

Publicação Nº 2356073

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 025/2020

Processo Licitatório Nº 025/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 010/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IRATI/SC, NO ANO LETIVO DE 2020.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 03/03/2020

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 03/03/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 13 de fevereiro de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

**PREGÃO RP Nº 011/2020-PMI - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL DE IRATI/SC**

Publicação Nº 2356078

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 026/2020

Processo Licitatório Nº 026/2020

Edital: Pregão Presencial Registro de Preços Nº 011/2020

Tipo: MENOR PREÇO POR ÍTEM

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE SERVIÇOS DE RECAPAGEM, CONSERTO E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE CAMINHÕES, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS DA FROTA MUNICIPAL DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 03/03/2020

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 03/03/2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: [www.irati.sc.gov.br](http://www.irati.sc.gov.br), ou através de do e-mail: [irati@irati.sc.gov.br](mailto:irati@irati.sc.gov.br)

Irati – SC, 13 de fevereiro de 2020.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal



# Itá

## PREFEITURA

### AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020, CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

Publicação Nº 2355231

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Itá - SC torna público que fará realizar licitação, na modalidade Concorrência Pública, no dia 30 de março de 2020, para alienação (venda) pelo maior lance, de bens imóveis de propriedade do Município de Itá. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 30 de março de 2020 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e/ou pelo telefone (49) 3458-9510.

Itá - SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

### DECISÃO PREFEITO PL 003/2020

Publicação Nº 2355561

Itá- SC, 12 de Fevereiro de 2020.

#### DECISÃO

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de ITÁ-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas considerando o recebimento de recurso administrativo interposto pela empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI concernente à sua inabilitação nos autos da Tomada de Preços nº 002/2020, DECIDO:

Solicitado Parecer Jurídico o mesmo assim se manifestou:

“(…)

Apresenta-se para Parecer Jurídico, Recurso Administrativo interposto pela empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI no que diz respeito a sua inabilitação nos autos do Processo Licitatório 003/2020, Tomada de Preços nº 002/2020 que visa a contratação de empresa para reforma do Colégio Valentin Bernardi.

A empresa recorrente insurge-se contra sua inabilitação afirmando ter preenchido os requisitos do edital, em especial, o disposto no item 5.1.4.2,

qual seja:

“(…)

5.1.4.2 – Atestado(s) de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes ao objeto desta licitação, fabricação e montagem de estruturas metálicas, de no mínimo de 50%, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para executar obra/objeto compatível em características semelhantes ao objeto desta licitação, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, com vínculo empregatício com a licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obras/objetos com as características dos serviços constante deste Edital;

“(…)

Ocorre que os atestados apresentados pela empresa recorrente claramente não possuem características semelhantes ao objeto ora licitado uma vez que não se tratam de atestados que contemplam fabricação e montagem de estruturas metálicas.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes, devendo ser cumprido à risca, não podendo, por óbvio, a administração exigir algo além do que fora disposto no termo editalício.

Sobre o tema assevera José dos Santos Carvalho Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Ante todo o exposto, esta Consultoria se manifesta no sentido de que o recurso da empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI deve ser recebido, pois tempestivo, porém, no mérito, deve ser declarado improcedente.

Ante o exposto, adoto como forma de decidir Parecer Jurídico emitido pela Consultoria Jurídica do Município, negando provimento ao recurso interposto nos termos do acima transcrito.

Intime-se  
Publique-se!

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017 - PROCESSO SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 2354980

### CONVOCAÇÃO - 017

Ficam convocados os abaixo relacionados, conforme classificação no PS 001/2019 para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação no dia 13/02/2020 as 07:30 hs.

Auxiliar de Creche

Candidato	Assinatura
Raquel Maria Bohrer	
Pricila Colpani Do Amaral	

Itá, 12 de Fevereiro de 2020.

JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

## PARECER JURÍDICO PL 003/2020

Publicação Nº 2355555

Itá-SC, 12 de Fevereiro de 2020

### PARECER JURÍDICO

Apresenta-se para Parecer Jurídico, Recurso Administrativo interposto pela empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI no que diz respeito a sua inabilitação nos autos do Processo Licitatório 003/2020, Tomada de Preços nº 002/2020 que visa a contratação de empresa para reforma do Colégio Valentin Bernardi.

A empresa recorrente insurge-se contra sua inabilitação afirmando ter preenchido os requisitos do edital, em especial, o disposto no item 5.1.4.2, qual seja:

(...)

5.1.4.2 – Atestado(s) de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes ao objeto desta licitação, fabricação e montagem de estruturas metálicas, de no mínimo de 50%, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para executar obra/objeto compatível em características semelhantes ao objeto desta licitação, devidamente registrado no CREA/CAU e acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, em nome de profissional de nível superior legalmente habilitado, com vínculo empregatício com a licitante, onde fique comprovada a sua responsabilidade técnica na execução de obras/objetos com as características dos serviços constante deste Edital;

(...)

Ocorre que os atestados apresentados pela empresa recorrente claramente não possuem características semelhantes ao objeto ora licitado uma vez que não se tratam de atestados que contemplam fabricação e montagem de estruturas metálicas.

O Edital é claro e vincula todos os licitantes, devendo ser cumprido à risca, não podendo, por óbvio, a administração exigir algo além do que fora disposto no termo editalício.

Sobre o tema assevera José dos Santos Carvalho Filho:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

Ante todo o exposto, esta Consultoria se manifesta no sentido de que o recurso da empresa ECGT CONSTRUÇÕES EIRELI deve ser recebido, pois tempestivo, porém, no mérito, deve ser declarado improcedente.

Salvo Melhor Juízo  
Este é o parecer.

ANACLETO LISTONI  
OAB/SC 14.156

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

Publicação Nº 2354817

OBJETO: registro de preços para aquisição parcelada de combustíveis (óleo diesel S500 e S10) a granel, para a frota municipal. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 28 de fevereiro de 2020, até as 09h20. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 28 de fevereiro de 2020, às 09h30. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 11 de fevereiro de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

Publicação Nº 2355030

OBJETO: registro de preços para aquisição parcelada de material escolar e de expediente, acessórios de informática, para diversas Secretarias. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis – SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 03 de março de 2020, até as 08h15. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 03 de março de 2020, às 08h30. O Edital está à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br). Itaiópolis, 12 de fevereiro de 2020. REGINALDO JOSÉ FERNANDES LUIZ Prefeito

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

Publicação Nº 2355109

OBJETO: Registro de Preços para aquisição parcelada de Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, para pavimentação asfáltica, padrão DNIT e execução de imprimação com asfalto diluído. Proponente: Comaso Construção Comércio e Indústria Ltda. ME. Item 1 (8.000 Ton. - Concreto Betuminoso Usinado à Quente – CBUQ, para pavimentação asfáltica, padrão DNIT – R\$ 352,12 a tonelada) e Item 2 (160.000 m² - execução de imprimação com asfalto diluído CM-30.AF\_09/2017 – R\$ 5,08 o m²). PRAZO: 12 meses. Itaiópolis, 06 de fevereiro de 2020. Reginaldo José Fernandes Luiz Prefeito Municipal

# Itapema

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.149.2019

Publicação Nº 2354663

Processo Licitatório 218/2019  
Pregão Presencial nº. 04.149.2019

Objeto: Registro de Preços para aquisição de mesa educacional interativa, para atender às necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos estimados constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.149.2019.

#### AVISO DE SUSPENSÃO

Informo que, em virtude de impugnação interposta por empresa interessada em participar do referido certame e demora no retorno da Secretaria de Educação, observou-se a necessidade de suspender o presente Pregão Presencial. Quando da reabertura, esta será publicada em respeito à legislação vigente.

Itapema, 12 de fevereiro de 2020.  
RONALDO PAULINO  
Secretário Municipal de Administração de Itapema

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL 003/2020

Publicação Nº 2355394

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2020	
SETOR:	DIRETORIA DE COMPRAS
TIPO:	MENOR PREÇO
OBJETO:	Contratação de empresa especializada no ramo de prestação de serviços de limpeza e conservação, para a sede da câmara de vereadores de Itapema/SC, conforme o Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 003/2020.
OBSERVAÇÕES:	Pagamento: O pagamento será efetuado através de Depósito na Conta Bancária, indicada na Nota Fiscal de forma mensal, em até 2º dia úteis após a apresentação da Nota Fiscal.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO, CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO: até o dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2020, às 14:00(quatorze) horas	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2020, às 14:00 (quatorze) horas, após o credenciamento dos representantes.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF. Legislação pertinente: Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2.002 e alterações, e subsidiariamente a Lei Complementar 123/2006 e a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações.	
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL: - O Edital poderá ser retirado na sede da Câmara de Vereadores ou solicitado pelo e-mail: administracao@itapema.sc.leg.br - Telefone: (0xx47) 3368-2578 - Endereço: Câmara de Vereadores de Itapema Rua 120, nº 423, Centro, Itapema/SC CEP 88220-000	
Todas as notificações, erratas, resposta aos questionamentos e impugnações serão publicadas no site <a href="http://www.itapema.sc.leg.br">www.itapema.sc.leg.br</a> , e será de inteira responsabilidade dos licitantes a ciência das mesmas.	
Para Consulta sobre Dúvidas e Impugnação do Edital: na Sede da Câmara de Vereadores de Itapema das 12:30 as 18:30 horas de segunda a sexta-feira ou por e-mail <a href="mailto:administracao@itapema.sc.leg.br">administracao@itapema.sc.leg.br</a>	

# Itapiranga

## PREFEITURA

### ATA Nº 140/2020 COM PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA – COMASI

Publicação Nº 2355197

ATA Nº 140/2020 COM PARECER DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA – COMASI  
ITAPIRANGA/SC

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social reuniram-se os membros do Conselho Municipal da Assistência Social de Itapiranga - COMASI, nomeados através do Decreto Nº 15, de 22 de fevereiro de 2019, para deliberar sobre a prestação de contas dos recursos aplicados no Fundo Municipal da Assistência Social do ano de 2019. A previsão legal do Conselho está no art. 16, inciso IV, da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, com relação a obrigatoriedade e forma de composição e inciso X do art. 18 da respectiva Lei e à avaliação da gestão de recursos orçamentários destinados ao Fundo Municipal de Assistência Social. Destacamos que o Conselho Municipal da Assistência Social é um órgão de deliberação colegiada, paritário, de caráter permanente e de âmbito municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação da Política Municipal de Assistência Social, através da Lei nº 2.889, de 17 de dezembro de 2013.

O Conselho dentre suas principais ações tem por objetivo deliberar, aprovar, acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Municipal de Assistência Social, elaborada em consonância com a Política Estadual de Assistência Social e a Política Nacional de Assistência Social, na perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social e com as diretrizes estabelecidas pelas Conferências de Assistência Social, acompanhando a sua execução.

O Conselho Municipal da Assistência Social de Itapiranga reúne-se sem calendário específico, realizando suas reuniões em sala localizada na Secretaria Municipal de Assistência Social. No ano de 2019 ocorreu o seguinte calendário anual de reuniões:

- 25/02/2019
- 17/04/2019
- 24/05/2019
- 23/07/2019
- 12/08/2019
- 25/11/2019

Feitas estas considerações introdutórias, passamos a emissão de parecer:

O Conselho Municipal da Assistência Social de Itapiranga - COMASI, em atendimento às exigências legais, DECLARA que aprova as ações programadas e executadas pelo município, durante o período financeiro do exercício de 2019, exarando parecer pela Aprovação das contas prestadas, relativas aos recursos aplicados na gestão do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, relativo ao período financeiro do exercício de 2019, para todos os fins legais.

No exercício financeiro de 2019, foram aplicados em ações voltados à Assistência Social o valor de R\$ 1.528.256,41 (hum milhão, quinhentos e vinte oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos), sendo assim distribuídos:

Por Ação de Governo	Fontes de Custeio – Despesa			Total Aplicado
	Federal	Estadual	Municipal	
Manutenção das atividades da Gestão da Secretaria	13.606,76	0,00	616.154,54	629.761,30
Proteção Social Básica	73.265,42	23.578,88	396.311,37	493.155,67
Manutenção do Atendimento ao Bolsa Família	784,35	0,00	455,60	1.239,95
Manutenção da Oferta de Benefícios eventuais	0,00	0,00	1.712,00	1.712,00
Manutenção do Programa de Crianças, Adolescentes, idosos e pessoas institucionalizadas	0,00	0,00	395.932,49	395.932,49
Aquisição de Veículos, equipamentos e material permanente	0,00	6.455,00	0,00	6.455,00
Total aplicado no FMAS	87.656,53	30.033,88	1.410.566,00	1.528.256,41

O valor total aplicado em ações e programas da Assistência Social corresponde a R\$ 1.528.256,41 (hum milhão, quinhentos e vinte oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos) aplicados através do Fundo Municipal da Assistência Social, cuja entidade foi criada com CNPJ próprio sob nº 18.051.723/0001-85;

Do total de valores aplicados no exercício em análise, R\$ 1.410.566,00 (hum milhão, quatrocentos e dez mil, quinhentos e sessenta e seis reais), são provenientes do orçamento municipal, considerados recursos próprios aplicados, correspondendo a 92,29 % do total;

Do total de valores aplicados no exercício em análise, R\$ 30.033,88 (trinta mil, trinta e três reais e oitenta e oito centavos) são oriundos de repasses efetuados pelo Fundo Estadual de Assistência Social, correspondendo a 1,97% do total;

Do total de valores aplicados no exercício em análise, R\$ 87.656,53 (oitenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e três centavos) são oriundos de repasses efetuados pelo Fundo Nacional de Assistência Social, correspondendo a 5,74% do total;

Vale destacar que através do Fundo Municipal da Assistência Social são mantidos os Programas, Projetos, Serviços e Benefícios da Assistência Social, entre os quais podemos destacar: Gestão da Secretaria, CRAS, Serviço de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, SIMASE, Programa Bolsa Família, Benefícios Eventuais (Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral, Cesta Básica).

Considerando o exposto acima os Conselheiros por Unanimidade são do PARECER PELA REGULARIDADE dos relatórios apresentados, entendendo que o Município aplicou os recursos dentro das normas constitucionais vigentes.

Salientamos que este parecer não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar, tanto pelo Conselho Municipal de Assistência Social, quanto pelos demais órgãos

superiores de fiscalização.

Destarte, conforme o disposto sobre as informações acima apresentadas, assinamos o presente parecer.

Itapiranga/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Membros do Conselho Municipal da Assistência Social

	CONSELHEIRO	ASSINATURA
01	Adriana Arnhold	
02	Carla Roberta Dall'Soto	
03	Décio Buss	
04	Kelli de Amarante	
05	Michela Giehl Soethe	
06	Vendelino Konrad	

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 22/2020

Publicação Nº 2354796

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E HORAS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por lote.

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 28/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga. atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 12 de fevereiro de 2020.

PAULO JOSE THEOBALD

Secretário de Transportes e Obras

## AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 28/2020

Publicação Nº 2354800

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item.

Recebimento das Propostas: até 13h30min do dia 28/02/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga. atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 12 de fevereiro de 2020.

KARINE RITTER GRUTZMANN BERWANGER

Secretaria de Assistência Social

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2020-FMS

Publicação Nº 2354388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 006/2020

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA

Contratada : INVIO LVEL ITAPIRANGA LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 4/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO

Vigência : Início: 06/02/2020 Término: 31/01/2021

Assinatura : 06/02/2020

Valor R\$ : 14.280,00 (Quatorze Mil e Duzentos e Oitenta Reais )

Dotação : 318 - 90.001.2122.33390397700000000000.01021002

Itapiranga, 12 de fevereiro de 2020

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2020

Publicação Nº 2355528

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 010/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR ITAPIRANGA - COOAFI

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 04/02/2020

Valor R\$ : 137.067,75 (Cento e Trinta e Sete Mil, Sessenta e Sete Reais e Setenta e Cinco Centavos )

Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000

Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000

Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000

Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701

Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701

Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701

Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701

Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701

Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701

Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2020

Publicação Nº 2355532

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 011/2020

Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Contratada : COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE

Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 04/02/2020

Valor R\$ : 101.868,25 (Cento e Um Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais e Vinte e Cinco Centavos )

Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000

Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000

Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000

Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701

Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701

Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701

Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701

Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701

Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701

Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2020**

Publicação Nº 2355534

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 012/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada : GUILHERME GELLER  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE  
Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 04/02/2020  
Valor R\$: 20.000,00 (Vinte Mil Reais )  
Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701  
Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 013/2020**

Publicação Nº 2355541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 013/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada : DIOGO DAVI FOLLMANN  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE  
Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 04/02/2020  
Valor R\$: 19.994,00 (Dezenove Mil e Novecentos e Noventa e Quatro Reais ) Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701  
Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 014/2020**

Publicação Nº 2355544

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 014/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada : GABRIELA GELLER  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE  
Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 04/02/2020



Valor R\$: 19.999,80 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Nove Reais e Oitenta Centavos )  
Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701  
Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2020**

Publicação Nº 2355549

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 015/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada : ROSELI TEREZINHA KLUNK GELLER  
Licitação : Dispensa de Licitação 6/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE  
Vigência : Início: 04/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 04/02/2020  
Valor R\$: 19.998,80 (Dezenove Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais e Oitenta Centavos )  
Dotação : 13 - 06.004.2030.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 29 - 06.002.2023.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 70 - 06.003.2027.33390300700000000000.01001000  
Dotação : 131 - 06.004.2030.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 156 - 06.004.2030.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 168 - 06.002.2023.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 193 - 06.002.2023.33390300700000000000.01433701  
Dotação : 203 - 06.003.2027.33390300700000000000.01373701  
Dotação : 228 - 06.003.2027.33390300700000000000.01433701  
Itapiranga, 12 de FEVEREIRO de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020/RH**

Publicação Nº 2355307

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e CARINE KAUFMANN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Artes.  
Nível salarial: 571  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020/RH**

Publicação Nº 2355310

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e CLAUDIA PAULINA SCHNEIDER AZEVEDO.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Artes.

Nível salarial: 571  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2020/RH**

Publicação Nº 2355315

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ESTER SCHOENWALD DA SILVA.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Artes.  
Nível salarial: 571  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2020/RH**

Publicação Nº 2355317

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JAIME ANDRE KLEIN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Português.  
Nível salarial: 574  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020/RH**

Publicação Nº 2355319

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JAQUELINE HENTGES THEISEN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Artes.  
Nível salarial: 571  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020/RH**

Publicação Nº 2355323

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 20/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ROBERTA MARA ROYER DÜNGERSLEBER.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ciências.

Nível salarial: 572  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020/RH**

Publicação Nº 2355326

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 21/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e GIANDNEY PAULO FAVIN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.  
Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2020/RH**

Publicação Nº 2355329

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 22/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ANDREY SOHN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.  
Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2020/RH**

Publicação Nº 2355335

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e MARISTELA ZEMBRUKI.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Educação Física.  
Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020/RH**

Publicação Nº 2355338

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e BEATRIZ ORTH KLEIN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professora de Língua Estrangeira.  
Nível salarial: 636  
Classe - Referência: A - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2020/RH**

Publicação Nº 2355340

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e NEIDE SEHN EPPING

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020/RH**

Publicação Nº 2355342

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e CLENI FERNANDES

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Artes

Nível salarial: 571

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020/RH**

Publicação Nº 2355346

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e JAQUELINE LERNER REIS

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Artes

Nível salarial: 636

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 17/04/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2020/RH**

Publicação Nº 2355347

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLAUDIA PADILHA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020/RH**

Publicação Nº 2355350

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 30/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLEUNICE BOURSCHEID.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2020/RH**

Publicação Nº 2355352

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLAUNICE INES REICHERT.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020/RH**

Publicação Nº 2355353

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 32/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e EDILEIDE CAVALLI PADILHA.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2020/RH**

Publicação Nº 2355354

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 33/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e FERNANDA BOTTEGA.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2020/RH**

Publicação Nº 2355355

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JORGINA RENATA ZINN PHILIPPSEN.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2020/RH**

Publicação Nº 2355356

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JOSANE RITA ANTUNES DO NASCIMENTO.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2020/RH**

Publicação Nº 2355357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 36/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JULIANE INES HOFER GHILARDI.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2020/RH**

Publicação Nº 2355358

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e MAIARA BEATRIZ PAULI.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 02/06/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2020/RH**

Publicação Nº 2355359

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e METILDE BIDO LOCATELLI.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020/RH**

Publicação Nº 2355361

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e NUBIA NAUE.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020/RH**

Publicação Nº 2355363

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e SIMONE LEDUR.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020/RH**

Publicação Nº 2355364

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e SIMONE LEDUR.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2020/RH**

Publicação Nº 2355366

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e TEREZINHA MARIA PETRY NEISS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2020/RH**

Publicação Nº 2355367

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e MARLI AMES HICKMANN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e



Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2020/RH**

Publicação Nº 2355369

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e LORI MULLER.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2020/RH**

Publicação Nº 2355371

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e KRYSLLEN TAINARA GASS SOARES.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2020/RH**

Publicação Nº 2355379

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JANETI TAVARES SPIES.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 22/03/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2020/RH**

Publicação Nº 2355383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e BERNADETE INES WESCHENFELDER SOARES.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2020/RH**

Publicação Nº 2355388

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ARLINDE WENDLING.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2020/RH**

Publicação Nº 2355402

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ANI BEATRIZ OSTGEN KIPPER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2020/RH**

Publicação Nº 2355404

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ALESSANDRA JULIA FUCHS KESSLER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2020/RH**

Publicação Nº 2355405

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ADRIANE NEISS SCHOLZ.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 28/04/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2020/RH**

Publicação Nº 2355408

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e DEISE DILL.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2020/RH**

Publicação Nº 2355410

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ELAINE PAULA LUFT.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 03/04/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2020/RH**

Publicação Nº 2355413

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e EDIANE WEIS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2020/RH**

Publicação Nº 2355416

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e FRANCIELE DENISE KUHLEKAMP.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2020/RH**

Publicação Nº 2355420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JANICE BUCHE KAISER.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2020/RH**

Publicação Nº 2355423

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 57/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e JAQUELINE PACHECO PINTO.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2020/RH**

Publicação Nº 2355427

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JOSIANE CARINE DENES.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2020/RH**

Publicação Nº 2355430

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JOICE RODEN SCHLICKMANN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2020/RH**

Publicação Nº 2355434

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LUCIANA FREITAG.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2020/RH**

Publicação Nº 2355442

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA CRISTINA PASCOA PREIS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2020/RH**

Publicação Nº 2355451

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 62/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e MARCIA CRISTINA PASCOA PREIS.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2020/RH**

Publicação Nº 2355445

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ROBERTO LUIS SPIESS KESSLER.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2020/RH**

Publicação Nº 2355452

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ROSEMERI MATTE.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2020/RH**

Publicação Nº 2355454

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 65/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e SALETE SAUSEN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: C - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2020/RH**

Publicação Nº 2355456

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 66/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e SIMONE BEATRIZ SOFFIATTI.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2020/RH**

Publicação Nº 2355459

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e SIMONE PUCHALSKI.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 30 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2020/RH**

Publicação Nº 2355461

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE MEURER CARPES.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: B - 01  
VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2020/RH**

Publicação Nº 2355465

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 69/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE TERESINHA ORTH BECKER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2020/RH**

Publicação Nº 2355468

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 70/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TAIS CRISTINE MEURER VOGEL.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2020/RH**

Publicação Nº 2355471

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 71/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CAROLINE MICHELS SCHWAB.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 636

Classe - Referência: A - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2020/RH**

Publicação Nº 2355475

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 72/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CELSI KESSLER.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Artes

Nível salarial: 571

Classe - Referência: B - 01

VIGÊNCIA: 03/02/2020 a 14/12/2020.



Itapiranga – SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2020/RH**

Publicação Nº 2355478

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 73/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e JANETE CAVALHEIRO.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 07/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 07 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2020/RH**

Publicação Nº 2355489

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 74/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e LEONICE BASSANI DOS SANTOS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referencia: C - 01

VIGÊNCIA: 07/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 07 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2020/RH**

Publicação Nº 2355482

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e KARINE SCHNEIDERS.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578

Classe - Referencia: B - 01

VIGÊNCIA: 10/02/2020 a 14/12/2020.

Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020.

Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2020/RH**

Publicação Nº 2355494

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 76/2020/RH

PARTES: Município de Itapiranga e CLEISON ARIEL BACK.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.

Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 10/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2020/RH**

Publicação Nº 2355496

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 77/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e CEZAR AUGUSTO SPIES.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.  
Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 10/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2020/RH**

Publicação Nº 2355497

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 78/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e FERNANDO ANTONIO VARGAS.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Educação Física.  
Nível salarial: 578  
Classe - Referencia: B - 01  
VIGÊNCIA: 10/02/2020 a 14/12/2020.  
Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2020/RH**

Publicação Nº 2355499

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e IVAN LUIS KIRCHNER EIDT.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2019.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Geografia.  
Nível salarial: 569  
Classe - Referencia: C - 01  
VIGÊNCIA: 11/02/2020 a 21/02/2020.  
Itapiranga – SC, 11 de fevereiro de 2020.  
Jorge Welter – Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2020/RH**

Publicação Nº 2355508

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 03/2020/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e PATRICIA SEHN.  
ORIGEM: Concurso para Emprego Público nº 07/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo indeterminado por emprego público, em 40 horas semanais, como Agente Comunitário de Saúde.  
Nível salarial: 608  
Classe - Referência: A-01  
VIGÊNCIA: 10/02/2020 a indeterminado  
Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020  
Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 04/2020/RH**

Publicação Nº 2355513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 04/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e JAINE KARAL.

ORIGEM: Concurso para Emprego Público nº 07/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo indeterminado por emprego público, em 40 horas semanais, como Agente Comunitário de Saúde.

Nível salarial: 608

Classe - Referência: A-01

VIGÊNCIA: 10/02/2020 a indeterminado

Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 05/2020/RH**

Publicação Nº 2355524

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 05/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e MARINETE KUNZLER.

ORIGEM: Concurso para Emprego Público nº 07/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo indeterminado por emprego público, em 40 horas semanais, como Agente Comunitário de Saúde.

Nível salarial: 608

Classe - Referência: A-01

VIGÊNCIA: 10/02/2020 a indeterminado

Itapiranga – SC, 10 de fevereiro de 2020

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 06/2020/RH**

Publicação Nº 2355529

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

**EXTRATO DO CONTRATO PARA EMPREGO PÚBLICO Nº 06/2020/RH**

PARTES: Município de Itapiranga e RENAN FLACH.

ORIGEM: Concurso para Emprego Público nº 07/2019.

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo indeterminado por emprego público, em 40 horas semanais, como Odontólogo.

Nível salarial: 611

Classe - Referência: A-01

VIGÊNCIA: 12/02/2020 a indeterminado

Itapiranga – SC, 12 de fevereiro de 2020

Jorge Welter – Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 001/2020/COMASI**

Publicação Nº 2355199

**RESOLUÇÃO Nº 001/2020/COMASI**

Aprova a prestação de contas dos recursos alocados ao atendimento da política municipal de assistência social, através do Fundo Municipal da Assistência Social, no exercício financeiro de 2019.

O Pleno do CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ITAPIRANGA - COMASI, em reunião ordinária realizada no dia 25 de fevereiro de 2019, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e o art. 2º da Lei Municipal nº 2.889, de 17/12/2013, e Decreto Municipal nº 15, de 22 de fevereiro de 2019;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal da Assistência Social tem, dentre suas atribuições, a apreciação e aprovação da prestação de contas, apresentada pelo Fundo Municipal da Assistência Social do Município de Itapiranga;

CONSIDERANDO a aplicação de recursos para a estruturação da rede de serviços da Política Municipal de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º – Aprovar por unanimidade de votos do quórum presente, num total de 06 votos, a prestação de contas da execução orçamentária dos recursos ao atendimento da política municipal de assistência social, através do Fundo Municipal da Assistência Social, tendo sido aplicados os valores de R\$ 1.528.256,41 (hum milhão, quinhentos e vinte oito mil, duzentos e cinquenta e seis reais e quarenta e um centavos), confirmando que os recursos foram totalmente aplicados na manutenção da rede instalada em 2019, em ações voltadas ao atendimento das demandas da Política Municipal de Assistência Social do município de Itapiranga/SC.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Michela Giehl Soethe

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## QUADRO DE VENCEDORES Nº 19/2020

Publicação Nº 2355035

Pág 1 / 1

**MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**  
Compras e Contratos  
Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores



## Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 19 / 2020

## AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS "GLP" P-13 E P-45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO

Fornecedor: 105333 - ADS REVENDA DE GAS E AGUA LTDA						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	CARGA DE GÁS "GLP" P-13	LIQUIGAS	UND	40	80,00	3.200,00
2	CARGA DE GÁS "GLP" P-45	LIQUIGAS	UND	110	290,00	31.900,00
Total por Fornecedor:						35.100,00
Total Geral:						35.100,00

## Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
105333 - ADS REVENDA DE GAS E AGUA LTDA	1, 2	35.100,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-GBQWN-319217342 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

12/02/2020 14:29:02

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA Nº 02/2020 - COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO GLEBA

Publicação Nº 2355204

#### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2020

MARLON ROBERTO NEUBER, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, de 25 de janeiro de 2019, HOMOLOGA as ATAS a seguir, contendo as deliberações da Comissão Municipal para Regularização da Gleba: Ata nº 05/2020, de 29 de janeiro de 2020; e, Ata nº 06/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

Itapoá (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Marlon Roberto Neuber  
Prefeito Municipal

### ATA Nº 07/2020 - COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO DA GLEBA - ITAPOÁ -SC

Publicação Nº 2355202

#### ATA 07/2020

Aos doze dias do mês de fevereiro de 2020, as nove horas, na antiga sala do empreendedor, na sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, reuniram-se os senhores: Rafael Vida Almeida, Telma Maria Teixeira Bauer, Diógenes Santos Moraes, Valnê Mamede de Lucena e Rosilda Aparecida Boldori, para reunião da comissão de regularização da Gleba. Após cumprimentar os presentes o senhor Valne Mamede de Lucena deu início a reunião, tendo como pauta protocolos Gleba II. Foram verificados os protocolos analisados pela funcionária pública Reinilda Fiorese da Secretaria de Planejamento e Urbanismo que tiveram juntada de documentos, conforme segue:

6474/2019 – Cleusa Maria da Costa Alves – Quadra 57 – Lote 10 – Apresentar termo de desistência de meação dos filhos para a mãe, realizado em cartório ou documento de partilha de bens do “de cujus” e aguardar decisão judicial.

7543/2019 – Adelio José de Souza – Quadra 13 – Lote 02 – Apresentar termo de desistência de meação dos filhos para a mãe, realizado em cartório ou documento de partilha de bens do “de cujus”.

7691/2019 – Pedro Sérgio dos Santos – Quadra 18 – Lote 14 – Não reside no município, direcionado Reurb E. Deferido E.

8438/2019 – Daniel da Silva – Quadra 01 – Lote 28 – Deferido S.

11251/2019 – Damião Aparecido Moreno – Quadra 11 - Lote 04 – Apresentar declaração de que não possui rendimentos assinada pela senhora Eva Anecete Moreno.

14271/2019 – Isac Balassa Diniz – Quadra 44 – lote 11 – Deferido E.

14584/2019 – Danielle Blattmann Azulai Santos – Quadra 72 – lote 12 – Deferido E para Rosemari Blattmann Buzato.

Sem mais, encerra-se a reunião e eu, Rosilda Aparecida Boldori, Agente Administrativo II, lotada na coordenadoria da cidadania, redigi esta, que segue assinada pelos presentes.

### ATA SESSÃO PÚBLICA - TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020

Publicação Nº 2354511

#### ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

Data	12/02/2020	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 02/2020 Nº 01/2020

**OBJETO:**  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE ATERRO COMPACTADO, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS COM PISO TÁTIL E MEIO-FIO, PARA FUTURAS INSTALAÇÕES DA SEDE POLICIA MILITAR, LOCALIZADA A RUA JOÃO HORÁCIO VIEIRA, S/Nº, BALNEÁRIO ITAPOÁ, NESTE MUNÍCIPIO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019. Observando que a Licitação foi publicada em Jornal Diário de grande circulação no estado, Diário Oficial dos Municípios e Site Oficial do Município, no dia 28/01/2020 a fim de ampla divulgação. Exatamente às 08h30min encerraram os prazos para protocolo de envelopes de propostas. Protocolaram envelopes as empresas:

Data	Prot.	Horário	Empresa	CNPJ/MF
11/02/2020	34	13h15m	CONSTRUTORA JOTAS ME	19.679.035/0001-27
11/02/2020	27	07h41m	DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA	27.404.978/0001-75

Iniciada a sessão, os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados.

Em seguida foram abertos os envelopes de habilitação das empresas licitantes, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que a empresa CONTRUTORA JOTAS ME apresentou notas explicativas não registradas na Receita Federal, conforme item 2.4.2 do Edital, portando foi considerada INABILITADA. A empresa DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA apresentou CNPJ incompleto, faltando data de expedição, conforme item 2.2.1 do Edital, apresentou Certidão FGTS vencida em 08/02/2020, conforme item 2.2.2 do Edital, apresentou notas explicativas com divergência do nº do livro diário, consta o nº 01, porém no termo de abertura do livro está nº 02 e apresentou certidão do CREA não válida devido a falta de atualização da alteração do contrato social, portanto foi considerada INABILITADA. Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e no qual fica aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 20/02/2020. A sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS MEMBRO	
SUZANA BESEN MARTINS MEMBRO	RODRIGO FERREIRA FREITAS MEMBRO
Apoio: JOÃO GARCIA DE SOUZA CONTABILISTA	

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020 PROCESSO Nº 22/2020**

Publicação Nº 2354624

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020  
INEXIGIBILIDADE Nº 05/2020  
PROCESSO Nº 22/2020

O Município de Itapoá, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, faz saber que se encontra aberto, o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020 para CREDENCIAMENTO de veículos de mídias impressas locais, de cunho jornalístico, para prestação de serviços de publicidade governamental destinada à divulgação institucional, de utilidade pública, de atos, programas, obras, serviços e campanhas de caráter educativo, informativo ou de orientação social, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. O Edital e seus anexos poderão ser retirados no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), o extrato consultado no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), ou ainda na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração/ Licitações e Contratos. O horário disponível para retirada é das 07h30min às 13h30min.

Itapoá, 12 de fevereiro de 2020.  
ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL Nº 3479/2018

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA  
CHEFE DE GABINETE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 01/2020 - ATAS COMISSÃO GLEBA -**

Publicação Nº 2355079

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2020

MARLON ROBERTO NEUBER, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições e em atendimento ao disposto no Art. 3º do Decreto Municipal nº 3893/2019, de 25 de janeiro de 2019, HOMOLOGA as ATAS a seguir, contendo as deliberações da Comissão Municipal para Regularização da Gleba: Ata nº 05/2020, de 29 de janeiro de 2020; e, Ata nº 06/2020, de 05 de fevereiro de 2020.

Itapoá (SC), 10 de fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Marlon Roberto Neuber  
Prefeito Municipal

**TERMO DE SUSPENSÃO II - TOMADA DE PREÇO Nº 25/2019**

Publicação Nº 2354556

Prefeitura Municipal de Itapoá / SC  
Secretaria de Administração– Setor de Licitações e Contratos  
Rua 960, nº 201 –Itapema do Norte –89249-000 Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

**TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA****DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

DATA: 27 de janeiro de 2020. HORÁRIO: 09h00min (abertura)

TOMADA DE PREÇO Nº 25/2019 - PROCESSO Nº 122/2019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITAPOÁ, LOCALIZADA A RUA 1.580, Nº159, NO BALNEÁRIO ITAPOÁ, NESTE MUNICÍPIO, COM METRAGEM DE 247,25 M2, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL.

**AVISO DE SUSPENSÃO**

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise do pedido de esclarecimento protocolado sob o nº 1125/2020, pela empresa requerente: AOK ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO E LIMPEZA EIRELI, CNPJ/MF: 28.254.470/0001-09, com sede à Avenida Celso Ramos, nº 276, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-00.

Itapoá, 24 de janeiro de 2020.

ANGELA MARIA PUERARI  
DIRETORA DE ADMINISTRAÇÃO  
DECRETO MUNICIPAL 3479/2018

ALEXANDRE DE MELLO ROGGE  
1º TENENTE BM MTCL933681-8  
CMT DO 4º/3ª./7ºBBM



## ATA CMDCA 002/2020 EXTRAORDINARIO 05.02.2020

Publicação Nº 2354621



## ATA DA ASSEMBLEIA DO CMDCA

- 1 **Ata: 002/2020**  
2 **Reunião: EXTRAORDINÁRIA**  
3 **Data: 05/02/2020**  
4 **Horário: 13h30**  
5 **Local: Sedo do Conselho Tutelar.**

6 Aos **cinco** dias do mês de **fevereiro** de 2020, as 13h46 foi realizada a contagem dos presentes  
7 pela secretaria executiva do CMDCA. houve quórum. estando presentes os conselheiros:  
8 Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral), Virginia Maira Wordell Guber (Rotary), Marcia Rodini  
9 Wisocki Rosa (AMA), Luciana da Cruz Malaquias (SMAS), Gerson dos Santos Chaves (SMA),  
10 Eustáquio José Brand (APAE), Rode Ester Pessanha (SME) e Valdinei Pacheco (SEL). Relata-se  
11 a presença de todo o colegiado da presente gestão do Conselho Tutelar (CT). **Não houve**  
12 **justificativas de ausência. Ausentes os conselheiros:** Ramos Chavez (Rotary), Wellington  
13 Cassiano Rosa (AMA), Manoel Alfredo Gonsalves (APAE), Denise Batista (SME), Noeli  
14 Schwetler Saidel (SMS), Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (SMS), Silas Schafhauser  
15 (SEL), Roseli Itner (SMA). A presidente, desejando boa reunião, informou que a mesma será  
16 gravada, como de costume e iniciou pela coleta de assinaturas da Ata 013.2019 de 25 de  
17 setembro de 2019. Na continuidade, no **Expediente (correspondências): Item 01.** OF.  
18 0455.2019 NUGPDRR. Trata-se de denúncia apresentada ao Ministério Público Estadual  
19 encaminhada a ouvidoria do órgão. A presidente encaminhou aos conselheiros em dezembro o  
20 ofício 045.2019 CMDCA. Resposta prévia. A presidente relatou aos presentes o conteúdo da  
21 denúncia apresentada ao Ministério Público Estadual. Relatou que foram, segundo a conversa  
22 informal que teve com a então conselheira tutelar Daniele, deletados apenas os “modelos” e que  
23 estão disponíveis para consulta na rede mundial de computadores. Que a Daniele disse que todos  
24 os atendimentos possuem cópias físicas (em papel). Então, a conselheira tutelar Estela disse que  
25 os documentos são do município e que são reservados ao funcionamento do CT. A Conselheira  
26 Tutelar Janaina relatou que o trabalho ficou muito mais moroso em função da inexistência dos  
27 modelos. Então relatou o conselheiro Brand, acompanhado pelo pleno do conselho que trata-se  
28 de ato imoral e ilegal. Relatou a presidente que a Secretaria de Administração formalizará  
29 resposta ao CMDCA. **PAUTA DELIBERATIVA: Item 01:.** Denúncia protocolada em 09 de  
30 janeiro de 2020 pela então conselheira tutelar Taíza Damiani Maciel. **DELIBEROU** o conselho  
31 por aguardar a resposta formal da Administração. **Item 02:** Proposta Consultoria Robson  
32 Duvoisin. A presidente expôs ao conselho o histórico e sua posição sobre a contratação da  
33 consultoria. Solicitou o conselheiro Gerson por encaminhar a proposta do consultor Guilherme  
34 Checheleiro junto com a presente proposta para a gestão. E informar que não haverá uma terceira  
35 fonte pois estes dois consultores que são as referências no estado. **Informes/Outros Assuntos.** a)  
36 Monitor do Transporte Escolar - Ações de mobilização do Conselho. Ofício encaminhado em  
37 26/08. Nenhuma outra resposta. **Solicitou-se** a representante da SME, conselheira Rode que  
38 solicite as informações para a secretária municipal. b) Capacitação Unificada de Conselheiros  
39 Tutelares. A presidente relatou que a reunião unificada entre Ministério Público, CMDCA e  
40 Conselho Tutelar ocorrerá após a capacitação presencial cabe ao CT consultar o órgão gestor.  
41 c) Seminário Brasileiro de Fortalecimento de Sistemas de Garantias de Direitos de Crianças e  
42 Adolescentes Balneário Camboriú SC. Posto em Deliberação, Irá pelo governamental Luciana  
43 da Cruz Malaquias e pelo não governamental: a conselheira Castorina de Jesus Evangelista. Os



## ATA DA ASSEMBLEIA DO CMDCA

44 conselheiros acima identificados utilizarão os recursos do FIA. d) Escuta Especializada.  
45 **DELIBEROU** o conselho por convidar a rede de proteção - Rede Proteger, presente no  
46 município, de forma incipiente. Em outro ponto discutiu-se sobre o acolhimento de “menores  
47 infratores”, as atribuições do Conselho Tutelar, do CMDCA, das polícias, sobre a  
48 institucionalização e sobre a necessidade de Casa de Passagem no município e sobre o alto custo  
49 do Serviço de Acolhimento face a baixa demanda existente. Sugeriu a conselheira Virgínia  
50 elaborar pauta e colocar todos os atores da rede de atendimento para esclarecimento dos casos  
51 duvidosos/críticos. Convide-se CMDCA, CT, representante do MP e do Juizado de Infância da  
52 Comarca, Polícia Civil e Militar, a Secretaria Municipal de Segurança Pública, Serviço de  
53 Acolhimento, CRAS, SM de Administração. Deve cada órgão pré-elaborar suas pautas/dúvidas,  
54 fundamentando na lei sua interpretação, caso haja. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a  
55 reunião às 15h55. Assinam os conselheiros presentes

Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral)
Virginia Maira Wordell Guber (Rotary)
Marcia Rodini Wisocki Rosa (AMA)
Eustáquio José Brand (APAE)
Luciana da Cruz Malaquias (SMAS)
Rode Ester Pessanha (SME)
Valdinei Pacheco (SEL)
Gerson dos Santos Chaves (SMA)
Luciléia de Souza Ramos
Janaína Dias
Estela Benkendorf Ramos
David Lass
Eduardo Rosário de Souza

## ATA CMDCA 013/2019 ORDINARIA 25.09.2019

Publicação Nº 2354599



## ATA DA ASSEMBLEIA DO CMDCA

- 1 **Ata: 013/2019**  
2 **Reunião: ORDINÁRIA**  
3 **Data: 25/09/2019**  
4 **Horário: 14h00**  
5 **Local: Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.**

6 Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de 2019, no conselho municipal dos Direitos da Criança e do  
7 Adolescente, situado na Av. das Nações Unidas, 340, balneário Princesa do Mar, Itapoá, às 14h00 foi  
8 realizada a contagem dos presentes. Houve quórum, estando presentes: Castorina de Jesus Evangelista  
9 (Pastoral), Marcia Rodini Wisocki Rosa (AMA), Eustáquio José Brand (APAE), Luciana da Cruz  
10 Malaquias (SMAS), Noeli Schwetler Saidel (SMS), Gerson dos Santos Chaves e Silas Schafhauser  
11 (SEL). **Justificativas de Ausência:** Não houve. **Ausentes os conselheiros:** Juliane Schuster (SMAS),  
12 Valdir Gomes Graminho (SEL), Fabiene Pacheco Dotti (AIS), Franciane Alves de Souza (AIS),  
13 Wellington Cassiano Rosa (AMA), Manoel Alfredo Gonsalves (APAE), Kemily Naves de Lucena  
14 (Adolescentes), Nilson Gabriel dos Santos (Adolescentes), Denise Batista (SME), Rode Ester Pessanha  
15 (SME), Scheila Aparecida Kziozek Pastuchaki (SMS), Roseli Itner (SMA). A presidente interina do  
16 CMDCA Luciana da Cruz Malaquias informa que a que a pauta foi encaminhada anteriormente aos  
17 conselheiros, sendo: **Expediente (correspondências): Item 01** Portaria Federal 2466 de 03 de setembro  
18 de 2019 - Recadastramento do FIA. Em antecipado informa a Secretaria Executiva o protocolo  
19 22478.11HSJQ8IOaZTQ, realizado em 18/09/2019 às 15:19:10. Na **PAUTA DELIBERATIVA: Item 01:**  
20 Relatório da Comissão estabelecida para Análise da documentação da entidade Rotary. Não recebido até o  
21 presente momento. Diante da justificativa da comissão, este item será considerado na próxima reunião.  
22 **Informes/Outros Assuntos: a)** Processo de Escolha ao Conselho Tutelar. Apresentação da situação.  
23 (ficou definido que todos os conselheiros se dirigirão para a sede da Assistência Social no dia das eleições  
24 6 de outubro às 06h30 horas. ficou como sugestão de locais para os conselheiros a seguinte formação.  
25 Gerson no Pontal, Castorina no Nereu Ramos, Marcia na Barra, Brand no Saí Mirim e Noeli no Frei  
26 Valentim e os demais membros serão definidos no dia das eleições). **b)** Monitor do Transporte Escolar -  
27 Ações de mobilização do Conselho. Ofício encaminhado em 26/08. Não houve qualquer retorno.  
28 **SOLICITE-SE** pedido de respostas/andamento sobre os ofícios encaminhados). **c)** Aprovada em  
29 16/09/2019 em segunda discussão a Alteração do Horário de Eleição ao CT. Projeto de Lei 084.2019.  
30 Ofício 136/2019 de 17/09/2019. Até o momento não houve a sanção. **MANTENHA-SE** a programação  
31 do CMDCA (**08H00 ÀS 17H00**) e aguarde-se a sanção do prefeito). **Proposta de Inclusão de Pauta:**  
32 Resposta encaminhadas ao grupo do CMDCA sobre a resposta do consultor Guilherme e do Sr, Robson. O  
33 Sr. Robson solicitou para que o conselho formalizasse as demandas. Capacitação ao Conselho Tutelar –  
34 requisição/agendamento à AMUNESC. A transcrição da última ata é a que segue: “Será definida em  
35 próxima reunião”. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 15 horas. Assinam a presente  
36 ata os presentes abaixo.

Castorina de Jesus Evangelista (Pastoral)
Marcia Rodini Wisocki Rosa (AMA)
Eustáquio José Brand (APAE)
Luciana da Cruz Malaquias (SMAS)
Noeli Schwetler Saidel (SMS)
Silas Schafhauser (SEL)
Gerson dos Santos Chaves (SMA)

## ATA COMPI 001/2020 EXTRAORDINARIA 12.02.2020

Publicação Nº 2354499



## ATA DA ASSEMBLEIA DO

COMPI ITAPOÁ-SC

- 1 Ata: 001/2020, Reunião: EXTRAORDINÁRIA, Data: 12/02/2020, Horário: 08h00  
2 Local: Secretaria Executiva dos Conselhos da Assistência Social

3 Aos doze dias do mês de fevereiro de 2020, as 08h00 foi efetuada a contagem dos presentes. Não houve  
4 quórum. Em nova contagem realizada às 08h09 houve quórum, estando **presentes os conselheiros**:  
5 Juliane Schuster (SMAS), Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC), Gleydis Elizabeth Favero (Grupo  
6 Amorosas), Pedrolino Pires Neves (AMBRA), Maria Aparecida Ramos de Farias (Grupo Reviver), Suely  
7 de Fátima Magalhães (Grupo Amorosas), Nereu de Castro (Maria Izabel), Roseli Itner (SAF).  
8 **Justificaram Ausência**: Rode Ester Pessanha (SME). **Ausente os conselheiros**: Ana Maria de Souza  
9 (SMAS), Roseli Gonçalves Pinheiro (SME), Joseane Maria Soares de Lima (SMS), Geane Silva (SMTC),  
10 Neuci Mormito Freire (SAF). Mara Gouvêa Fantin (ILPI), Ângela da Silva Maria (ILPI), Manoel Proença  
11 Pereira (AMBRA), Rosemary Vital de Castro (Maria Izabel), A presidente, dando boas vindas a todos,  
12 iniciou pela pauta anteriormente encaminhada, sendo: **Expediente (correspondências)**. Nota Técnica  
13 20/2019 da Confederação Nacional de Municípios, apensada da Resolução 109 de 27 de junho de 2012 do  
14 CNDI, Cópia Cartão CNPJ do Fundo Municipal do Idoso do Município de Itapóia – FMI, e Declaração  
15 apresentada à ordinária de Julho de 2019 onde a Secretaria Executiva comprova o recadastramento do  
16 Fundo Municipal do Idoso. **Deliberativa (Apreciação e Votação)**. Nada Consta. **Informes/Outros**  
17 **Assuntos**: a) Datas de Reunião do conselho. Mantidas datas e horários atuais. b) Edital de chamamento.  
18 Explanou a presidente que se propõem a abertura de projetos para a utilização do FMI, conforme o Plano  
19 de Ação e Aplicação e Audiência Pública. Deve a comissão do Plano de Ação estudar o tema e propor  
20 ações ao pleno do Conselho. O Programa Viver (inclusão digital ao idoso) e o Projeto Cuidador de Idoso  
21 poderão, preferencialmente, ser contemplados. c) Programa viver. Resolução com o Termo de Aceite. d)  
22 Execução do Projeto Cuidador de Idoso. Responsabilidade e escopo serão definidos futuramente. e)  
23 Prestação de Contas 2019. f) Plano de Ação – Desdobramentos. g) Devolução dos protocolos de entrega  
24 do Relatório Final da Conferência Municipal da Pessoa Idosa. h) Recadastramento Eleitoral. Não há  
25 informações concretas. Não resta ação por parte deste Conselho Municipal. i) Capacitação para lideranças  
26 de Entidades. Tema previsto no Plano de Ação, relatou a presidente que as entidades precisam ser  
27 capacitadas para atuarem no conselho e entenderem a função, importância e funcionamento do conselho.  
28 j) Comunicação por *whats-app* da renúncia da então conselheira Noeli Seidel. Solicite-se a comunicação  
29 formal ou informação formal da SMS bem como a indicação urgente de novo representante. k) Renúncia  
30 dos membros da SM de Assistência Social, Juliane Schuster (Presidente) e Ana Maria de Souza  
31 (suplente). A presidente explanou aos presentes de forma sucinta sua decisão, agradecendo ao pleno as  
32 ações e parcerias realizadas. Relatou a presidente a carta de renúncia da conselheira Ana Maria de Souza.  
33 Solicite-se também a indicação do suplente da SM Educação. l) Eleição da nova presidência. Sugeriu-se  
34 que os membros governamentais deverão nomeados primeiramente para então haver a realização da  
35 eleição. Nada mais havendo a ser tratado, encerra-se a reunião às 08h49. Assinam a presente:

Juliane Schuster (SMAS)
Neusa Maria Gomes Lopes (SMTC)
Roseli Itner (SAF)
Neuci Mormito Freire (SAF)
Pedrolino Pires Neves (AMBRA)
Nereu de Castro (Maria Izabel)
Suely de Fátima Magalhães (Grupo Amorosas)
Gleydis Elizabeth Favero (Grupo Amorosas)
Maria Aparecida Ramos de Farias (Grupo Reviver)

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO Nº 014/2020**

Publicação Nº 2354757

**Prefeitura Municipal de Itapóia - SC**  
**Departamento de Recursos Humanos****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE**  
**ARQUITETO Nº 014/2020**

Fixa data e estabelece as normas e procedimentos que nortearão o Processo Seletivo para contratação temporária de ARQUITETO

**JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO**, Secretário Municipal de Cultura e Turismo, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 2º da Lei Complementar Municipal Nº 016/2007 de 03 de dezembro de 2007, torna público, pelo presente Edital, as normas do procedimento que nortearão o **Processo Seletivo para contratação temporária de ARQUITETO com carga horária de 40 horas semanais**.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1** - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar **1 (um)** candidato, **mais cadastro de reserva**, para ser contratado em **caráter temporário**, para o cargo de **ARQUITETO** vinculado a vaga excedente de concurso.

**1.2** - Salário Mensal para habilitado: R\$ 3.061,15 (três mil e sessenta e um reais e quinze centavos) para 40 horas semanais;

**1.3** - O contratado fará jus:

**a)** Ao vale transporte municipal para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade por meio de comprovante de residência e não utilize veículo próprio;

**b)** Ao auxílio alimentação no valor de R\$ 448,40 (quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos);

**c)** À férias e 13º salários proporcionais.

**1.4** - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipais, Leis Municipais nº 155/2003 e 044/2014.

**1.5** - Os contratados, durante a prestação de serviço temporária, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não for satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

**2. DAS INSCRIÇÕES:**

**2.1** - As inscrições estarão abertas conforme especificado abaixo:

**Data: 17 a 21 de fevereiro de 2020.**

Local: Somente via processo digital através do link: <https://itapoa.atende.net/?pg=autoatendimento>

**3. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:****3.1 Documentos obrigatórios:**

- |    |                                                                                                                      |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| a) | Cédula de identidade e CPF;                                                                                          |
| b) | Cópia do Diploma do Curso de Arquitetura;                                                                            |
| c) | Cópia da Carteira de Registro no respectivo Conselho;                                                                |
| d) | Preencher a ficha constante do anexo II deste edital;                                                                |
| e) | Certidão de Quitação Eleitoral – emitida pelo site do TER <a href="http://www.tre-sc.jus.br">www.tre-sc.jus.br</a> ; |

**3.2 Documentos Opcionais:**

- |    |                                                                                      |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------|
| a) | Certificados dos cursos de aperfeiçoamento ou especialização na área;                |
| b) | Atestado de tempo de serviço na área, através de Carteira de trabalho e declarações. |

**3.3** - A falta de qualquer das informações citadas no item 3.1, implicará na nulidade da inscrição;

**3.4** - Os cursos de especialização serão computados como horas de curso, independente do ano de conclusão.

**3.5** - Não serão computados os Cursos de aperfeiçoamento anteriores ao ano de 2015 e nem com carga horária inferior a 20 horas.

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapóia - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01 Fone:  
(047) 3443-8800 (047) 3443-8812



## Prefeitura Municipal de Itapoá - SC

### Departamento de Recursos Humanos

**3.6** - O atestado de tempo de serviço deverá constar obrigatoriamente o período trabalhado, expresso em início e término da portaria ou do contrato administrativo, citando dia, mês e ano do início e dia mês e ano do término de cada portaria ou contrato.

**3.7** - A falta de qualquer informação relacionada no item 3.6 implicará na desconsideração do documento apresentado para contagem de tempo de serviço;

#### 4. CLASSIFICAÇÃO:

**4.1** - A classificação acontecerá de acordo com a somatória de pontos obtidos no cômputo dos títulos;

**4.2** - A contagem dos pontos obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Não será considerada fração para tempo de serviço ou curso;
- b) Para cada mês de tempo de serviço computar-se-a 02(dois) pontos;
- c) Para cada 20(vinte) horas de curso de aperfeiçoamento frequentado na área computar-se-a 01(um) ponto.

#### 5. CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

**5.1** - Para os classificados:

- a) Maior tempo de experiência;
- b) Maior idade;

#### 6. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO

**6.1** - A classificação parcial será publicada no site da prefeitura [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) até dia 28 de fevereiro de 2020.

#### 7. DA RECONSIDERAÇÃO (Recursos)

**7.1** - A interposição de recursos poderá ser feita via processo digital através do link: <https://itapoa.atende.net/?pg=autoatendimento>, no dia **02 de março de 2020, das 8h às 13h**. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

**7.2** - A reconsideração somente será analisada com base na documentação apresentada na data da inscrição, não sendo aceita a inclusão de nova documentação;

**7.3** - A classificação final será publicada até dia **04 de março de 2020**.

#### 8. DAS VAGAS EM GERAL

**8.1** - Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

**8.1.1** - Não responderem à Convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de cinco dias úteis.

**8.1.2** - Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria de Turismo e Cultura.

#### 9.CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

**9.1** No ato da admissão o candidato deverá apresentar, em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, cópia dos documentos abaixo relacionados ao setor de Recursos Humanos:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01 Fone:  
(047) 3443-8800 (047) 3443-8812



## **Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**

### **Departamento de Recursos Humanos**

Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);  
Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);  
Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);  
Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;  
Certidão de Quitação Eleitoral (internet);  
Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);  
Certidão de regularização do CPF (internet);  
Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br)  
Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;  
Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);  
Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);  
Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);  
Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;  
Laudo médico;  
Comprovante Quitação Militar – carteira de reservista (cópia e original);  
Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração);  
Registro no respectivo conselho de classe.

#### **10 . DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

**10.1** - A inscrição do candidato implica no conhecimento e tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e das decisões que possam ser tomadas pela Comissão de Processo Seletivo.

**10.2** - O candidato deverá revisar a documentação e verificar a exatidão das informações nela contidas, tornando-se, após o envio, responsável pela mesma;

**10.3** - O candidato que, no ato da inscrição ou admissão, prestar declarações falsas ou inexatas, ou apresentar documentos adulterados ou falsos, terá sua inscrição cancelada e anulados todos os atos dela decorrentes;

**10.4** - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processo Seletivo, portaria nº. 5856/2020;

**10.5** - No ato da contratação o candidato deverá apresentar a documentação constante no edital de convocação.

**10.6** - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, com validade de 02 (dois) anos.

Itapoá, 12 de fevereiro de 2020.

**JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO**  
**Secretário de Turismo e Cultura**

**CÉLIA MARIA REINERT**  
**Presidente**

**VANDRESSA APARECIDA CHERVINSKI**  
**Secretária**

**CRISTIANE REGINA B. COSTA**  
**Membro**

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01 Fone:  
(047) 3443-8800 (047) 3443-8812





**Prefeitura Municipal de Itapoá - SC**  
**Departamento de Recursos Humanos**

**ANEXO II**

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO**

Eu: \_\_\_\_\_  
Filiação: \_\_\_\_\_  
Data de nascimento: \_\_\_\_\_  
RG Nº.: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
PIS: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Telefone celular: \_\_\_\_\_  
Telefone fixo: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_

Venho por meio deste,

**REQUERER,**

A Inscrição para participar **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ARQUITETO**

Itapoá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

Nestes termos, pede deferimento.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Rua 960 nº 201 - Itapema - Itapoá - SC Cep: 89249-000 CNPJ: 81.140.303/0001-01 Fone:  
(047) 3443-8800 (047) 3443-8812



# Ituporanga

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N.º 002/2020/ADM - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020/AMAVI

Publicação Nº 2355230

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO N.º 002/2020/ADM - DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2020/AMAVI

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CONTRATADA: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA, CNPJ 05.982.200/0001-00, VALOR: R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais). OBJETO: LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL E SERVIÇOS CORRELATOS. Data da assinatura: 24 de janeiro de 2020 – Gervasio Jose Maciel – Prefeito em Exercício.

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2020

Publicação Nº 2356151

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 7/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2020.

Contrato Administrativo nº: 18/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE JABORÁ E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ DE ACORDO COM SUAS NECESSIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ESTIMATIVAS DE CONSUMO E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Valor: R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

Vigência: 31/12/2020.

Contratantes: Município de Jaborá-SC.

Contratada: DIRCEU LUIZ PARIZOTTO, inscrita no CNPJ sob o nº 04.920.857/0001-80.

Jaborá, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2020

Publicação Nº 2356152

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 7/2020

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 10/2020.

Contrato Administrativo nº: 19/2020.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS NOVAS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO DE JABORÁ E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ DE ACORDO COM SUAS NECESSIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2020, CONFORME ESPECIFICAÇÕES, ESTIMATIVAS DE CONSUMO E EXIGÊNCIAS DESCRITAS NO ANEXO I DO EDITAL.

Valor: R\$ 34.600,00 (trinta e quatro mil e seiscentos reais).

Vigência: 31/12/2020.

Contratantes: Município de Jaborá-SC.

Contratada: COMERCIAL INCERTI LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 93.437.770/0001-68.

Jaborá, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

Publicação Nº 2356145

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2020

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inácio, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 27 de fevereiro de 2020, às 9 horas, para a AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 140, DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE JABORÁ – SC, conforme descrição no anexo I do Edital. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Adelir Manoel Inácio

Prefeito Municipal

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 024 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2354508

DECRETO Nº 024 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO DE BEM IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Jacinto Machado, a receber por Doação, pura e simples os imóveis matriculados sob os números 14.535, 3.399 e 28.840, referente aos imóveis onde estão edificadas as antigas Escolas Isoladas de Ultimo Rio II, Pinheirinho Baixo e Dois Irmãos.

Art. 2º - A partir da publicação do presente Decreto fica autorizado a efetuar o registro dos bens imóveis descritos no artigo anterior no Patrimônio do Município

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jacinto Machado/SC, 01 de fevereiro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

Publicação Nº 2354208

#### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018-FMS

CONTRATO 486/2018

Contratada: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA – CNPJ/MF nº 35.820.448/0107-94

APOSTILA Nº 003/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93 e em cumprimento ao contido no subitem 3.4 da cláusula terceira do Contrato Original, declaro que o Contrato 486/2018 a partir de 19/11/2019, terá os seus valores unitários reajustados através do INPC, apurado no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, em 3,37%, passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
01	490	Serv.	Serviço de locação de concentradores de oxigênio (O <sub>2</sub> ) gasoso para pacientes, limitado ao leito ou domicílio, composto por 01 (uma) unidade de concentrador de O <sub>2</sub> com kit de Backup de no mínimo 05 (cinco) m <sup>3</sup> , com assessórios e materiais de consumo (cateteres, umidificadores para O <sub>2</sub> com troca trimestral em todos os pacientes) em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência e Anexo VII – Minuta de Contrato, deste edital. Município atende em média 40 pacientes/mês	310,11	151.953,90
02	700	M <sup>3</sup>	Oxigênio medicinal, para uso dos pacientes da oxigenoterapia domiciliar, reposição nos veículos ambulâncias (transporte de pacientes) e nas unidades básicas de saúde (carrinhos de emergências).	13,28	9.296,00

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

Publicação Nº 2354209

#### APOSTILA DE REAJUSTE DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2018-FMS

CONTRATO 485/2018

Contratada: SANCTORUN TRANSPORTE LTDA ME – CNPJ/MF nº 19.006.294/0001-97

APOSTILA Nº 004/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93 e em cumprimento ao contido no subitem 3.4 da cláusula terceira do Contrato Original, declaro que o Contrato 485/2018 a partir de 03/12/2019, terá os seus valores unitários reajustados através do INPC, apurado no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, em 3,37%, passando os valores a vigorar conforme tabela abaixo:

Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
114.000	KM.	Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de transporte especializado, contendo 01(um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 12 (doze) pessoas sentadas (incluindo o motorista), adaptado para cadeirantes ou pessoas com deficiência, para um total estimado de 114.000km (cento e quatorze mil quilômetros) rodados/ano, destinado ao transporte de pacientes atendidos pelo Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul, residentes em diversos locais dentro do município, para sessões de hemodiálise, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência.	2,88	328.320,00

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Alceu Gilmar Moretti

Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**DECRETO Nº 13.570/2020**

Publicação Nº 2355373

D E C R E T O Nº 13.570/2020

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 12.698/2019, de 20 de Março de 2019, Alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.318/2019, de 04 de Novembro de 2019, que Dispõem Sobre a Designação da Comissão Municipal de Tubulações.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art.1º O artigo 2º, do Decreto Municipal Nº 12.698/2019, de 20/03/2019, alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.318/2019, de 04/11/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º A COMISSÃO MUNICIPAL DE TUBULAÇÕES será composta por 04 (quatro) servidores públicos municipais, conforme nominata abaixo:

- Gustavo Forster Rocha, matrícula 11259 - Presidente;
- Cristiana de Souza, matrícula 11035;
- Fernanda Miranda da Silva, matrícula 81964;
- Wiliam Hodecker, matrícula 10945.”

Art.2º O caput do artigo 3º, do Decreto Municipal Nº 12.698/2019, de 20/03/2019, alterado pelo Decreto Municipal Nº 13.318/2019, de 04/11/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.3º Os trabalhos descritos no artigo 1º, deste Decreto, serão conduzidos pelo período de 1º/03/2020 a 31/10/2020, não excedendo o período de 01 (um) ano e sendo vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, tendo seu cronograma de atividades formulado pela Comissão e informado às unidades administrativas.

...”

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2020, revogado o Decreto Municipal Nº 13.318/2019, de 04/11/2019.

Jaraguá do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.571/2020**

Publicação Nº 2355375

D E C R E T O Nº 13.571/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais OTONIEL DA SILVA, matrícula 82007; FÁBIO ROBERTO RIBEIRO DA SILVA, matrícula 8510; e MARILENE GIESE, matrícula 11135, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 340/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado na Rua Cesare Valentini, Nº 200, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.572/2020**

Publicação Nº 2355377

D E C R E T O Nº 13.572/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 340/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma de edificação em alvenaria, medindo 2.699,89m², onde funciona o Centro de Inovação de Jaraguá do Sul, localizado na Rua Cesare Valentini, Nº 200, bairro Três Rios do Sul, em Jaraguá do Sul;

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal MARCELO GUMBOSKI, matrícula 11269, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 340/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal NEWTON GILBERTO SALOMAN, matrícula 81903, Gerente de Desenvolvimento Econômico e Inovação, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 340/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.573/2020

Publicação Nº 2355378

D E C R E T O Nº 13.573/2020

Designa Comissão de Inventário, Avaliação, Reavaliação, Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Patrimoniais Pertencentes à Administração Municipal de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 4.320/1964, que dispõe sobre o levantamento físico e financeiro das Unidades Administrativas;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 9.738/2013, de 30/12/2013, que institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de inventário, avaliação, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão dos bens patrimoniais pertencentes à Administração Municipal de Jaraguá do Sul, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar e uniformizar procedimentos e responsabilidades para realização do inventário anual dos bens móveis do Poder Executivo Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar as informações patrimoniais dos Órgãos e Entidades no Sistema de Gestão Patrimonial e Gestão Contábil;

CONSIDERANDO que, no Município de Jaraguá do Sul, o inventário ocorrerá, de forma descentralizada, em todas as unidades do Centro Administrativo Municipal, e será gerido por um grupo de trabalho, responsável pelo planejamento, e por uma Comissão central, que coordenará as subcomissões indicadas pelas Secretarias, ocasião na qual todos os servidores públicos serão chamados a colaborar com o trabalho de inventário na fase de levantamento físico, que será realizado por meio de formulário de preenchimento de dados;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 020/2020/Semad/DA, de 06/02/2020, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração;

DECRETA :

Art.1º Fica criada a COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL.

Art.2º A Comissão, ora criada, coordenará o levantamento, em campo, de todos os bens móveis do Município, afetos à Diretoria de Administração, e pertencentes ao Patrimônio Municipal, no que tange às modalidades previstas no Decreto Municipal Nº 9.738/2013, de 30/12/2013.

Art.3º Os trabalhos descritos neste Decreto são considerados de relevante interesse público, e serão conduzidos pelo período de 10/02/2020 a 31/07/2020, não excedendo aditivo de prazo injustificado e deferido pelo Gabinete do Chefe do Poder Executivo.

§1º Fica vedada a recondução da totalidade dos membros para a mesma Comissão no período subsequente, tendo seu cronograma de atividades formulado pela Comissão e informado às unidades administrativas.

§2º As reuniões poderão ser convocadas pelo Presidente da Comissão, a seu critério, conforme deliberar a Comissão, sendo preferencialmente discutidas por este colegiado em horário extraordinário.

§3º Concluídos os trabalhos, deverão ser encaminhados, mediante protocolo, aos setores competentes, a fim de compatibilizar as informações, garantindo integridade nos registros.

Art.4º FICAM DESIGNADOS, a partir de 10/02/2020, os servidores públicos municipais que integrarão a COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, conforme nominata abaixo:

I - IVERSON JOSÉ SADZINSKI, matrícula 8746, lotado na Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração - Presidente;

II - DANIELE SBARDELATTI, matrícula 10801, lotada na Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração - Membro;

III - ROBSON GUILHERME DE ANDRADE MINEL, matrícula 82024, lotado na Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração - Membro;

IV - RAFAEL PEGGAU, matrícula 82052, lotado na Diretoria Financeira e Contábil, da Secretaria Municipal da Fazenda - Membro.

Art.5º Na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, FICA CONCEDIDO, a partir de 10/02/2020, a cada membro da COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, um adicional de trabalho técnico correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM's (Unidades Padrão do Município) para o Presidente e de 1,75 (hum vírgula setenta e cinco) UPM's (Unidades Padrão do Município) para cada um dos demais membros, vedada a percepção de forma cumulada.

§1º A gratificação será devida diante da existência dos trabalhos e enquanto perdurarem as atividades e, em nenhuma hipótese, após transcorrido o prazo estipulado ou concluídos os trabalhos, será incorporada aos vencimentos ou à remuneração do servidor.

§2º Não farão jus à gratificação constante do caput os membros da Comissão ocupantes de cargos de provimento em comissão e os ocupantes de funções gratificadas de confiança.

Art.6º FICAM DESIGNADOS, a partir de 10/02/2020, como MEMBROS DE APOIO da COMISSÃO DE INVENTÁRIO, AVALIAÇÃO, REAVALIAÇÃO, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO DOS BENS PATRIMONIAIS PERTENCENTES À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, os servidores públicos municipais:

I - AURÉLIO BERNARDO MAENCHEN, matrícula 7056, Representante da Secretaria Municipal da Fazenda;

II - BEATRIZ DIAS DE ALMEIDA, matrícula 8186, Representante da Secretaria Municipal da Transparência e Integridade Pública;

III - ELAINE GRAFFUNDER DE OLIVEIRA, matrícula 8695, Representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - MARZENI BORGES ANTUNES GADOTTI, matrícula 7654, Representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

V - MARILENE GIESE, matrícula 11135, Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

VI - MONISE FABIEN LESSMANN MACHADO, matrícula 10369, Representante da Procuradoria-Geral do Município;

VII - PATRÍCIA FERNANDES GOES D'AVILA, matrícula 81887, Representante da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama);

VIII - PEDRO GUILHERME GROSSKLAGS DOS SANTOS, matrícula 9618, Representante da Secretaria Municipal de Educação;

IX - ROBERTO LUIS ZEHNDER, matrícula 8070, Representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

X - RUBENS PELENS, matrícula 7281, Representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

XI - EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677, Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Parágrafo único. As atividades desenvolvidas pelos MEMBROS DE APOIO da Comissão, designados no caput, são consideradas de relevante interesse público e não serão remuneradas.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2020.

Jaraguá do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito



**DECRETO Nº 13.574/2020**

Publicação Nº 2355381

D E C R E T O Nº 13.574/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 685.497,07 (Seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sete centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.001.15.451.450.2306 - Aquisição ou Desapropriação de Imóveis

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.001.505 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 685.497,07

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 685.497,07 (Seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.575/2020**

Publicação Nº 2355382

D E C R E T O Nº 13.575/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 343/2019, tipo MENOR PREÇO, para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de massa asfáltica CBUQ - Faixa C com aplicação (recorte, varredura, limpeza e pintura de ligação), destinada à recomposição de pavimentação asfáltica em vias públicas de responsabilidade do Município (operação tapa buracos) ao longo de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no Anexo III - Termo de Referência e no Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.576/2020**

Publicação Nº 2355384

D E C R E T O Nº 13.576/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 343/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para fornecimento de massa asfáltica CBUQ - Faixa C com aplicação (recorte, varredura, limpeza e pintura de ligação), destinada à recomposição de pavimentação asfáltica em vias públicas de responsabilidade do Município (operação tapa buracos) ao longo de 12 (doze) meses;



**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IRINEU MULLER, matrícula 82045, Chefe de Equipe III, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 343/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 343/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.577/2020**

Publicação Nº 2355385

**D E C R E T O Nº 13.577/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais RONIS ROBERTO BOSSE, matrícula 7183; FABIÉLI PILATTI MENDES, matrícula 10791; e MARCELO ELIAS DA SILVEIRA, matrícula 10852, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da TOMADA DE PREÇOS Nº 365/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de mobiliário urbano - Abrigos de Passageiros Padrão, localizados em 25 (vinte e cinco) pontos do Centro do Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, Minuta de contrato e demais Anexos que são partes integrante do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.578/2020**

Publicação Nº 2355386

**D E C R E T O Nº 13.578/2020**

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 365/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia para fornecimento e instalação de mobiliário urbano - Abrigos de Passageiros Padrão, localizados em 25 (vinte e cinco) pontos do Centro do Município de Jaraguá do Sul;

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal CAROLINA MISSFELDT, matrícula 113669, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 365/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal GILDO MARTINS DE ANDRADE FILHO, matrícula 82011, Diretor de Trânsito e Transporte, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 365/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.579/2020

Publicação Nº 2355387

D E C R E T O Nº 13.579/2020

Designa Comissão de Inventário de Bens Imóveis do Município Afetos à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no que tange aos Programas de Habitação Popular.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município, tendo em vista, ainda, o disposto no artigo 193, da mesma Lei; e

CONSIDERANDO a necessidade de levantamento físico e financeiro periódico do patrimônio público do Município, afeto ao uso da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ou outra que venha a substituí-la, no que tange aos Programas de Habitação Popular;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 003/2020/Semash-DH, de 22/01/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO AFETOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no que tange aos Programas de Habitação Popular, que tem por responsabilidade coordenar e orientar os trabalhos de levantamento físico e financeiro de todos os bens imóveis do Município afetos à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no que tange aos Programas de Habitação Popular, vinculados à Diretoria de Habitação.

Art.2º A Comissão coordenará o levantamento e a atualização de todos os imóveis do Município afetos à Diretoria de Habitação, no que tange aos Programas de Habitação Popular, e coletará as informações em campo conforme orientações da Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 12.601/2019, de 19/02/2019, e alterações, ou Comissão que venha a substituí-la, visando possibilitar a correta avaliação dos imóveis.

Art.3º As informações que estiverem disponíveis em sistema informatizado poderão ser aproveitadas como referência para se integrar ao banco de dados do sistema de controle patrimonial, todavia, as informações deverão ser validadas pela Comissão de Inventário de Bens Imóveis do Município afetos à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, no que tange aos Programas de Habitação Popular.

Art.4º O levantamento consiste em coletar informações em campo, informando características físicas do bem, contendo, no mínimo:

I - denominação do bem e sua localização;

II - características do bem;

III - estado de conservação;

IV - tempo de uso;

V - outras informações que a Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 12.601/2019, de 19/02/2019, e alterações, ou Comissão que venha a substituí-la, solicitar.

Art.5º As informações levantadas em campo deverão ser submetidas à Comissão Municipal Permanente de Avaliação de Imóveis, designada pelo Decreto Municipal Nº 12.601/2019, de 19/02/2019, e alterações, ou Comissão que venha a substituí-la, para que se atribua valor aos bens e, posteriormente, serão os dados validados pela Comissão de Inventário de Bens Imóveis do Município afetos à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e entregues à Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, a fim de que sejam registradas no sistema de controle patrimonial.

Art.6º É responsabilidade de cada área manter atualizado o registro dos bens imóveis, informando corretamente a Gerência de Controle Patrimonial e Serviços Gerais, da Diretoria de Administração, da Secretaria Municipal da Administração, bem como a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outras que vierem a substituí-las, sempre que houverem movimentações, sejam pela aquisição como pela saída.

Art.7º Os trabalhos descritos no artigo 1º, deste Decreto, sendo considerados de relevante interesse público, serão conduzidos pelo período de 1º/03/2020 a 28/02/2021, não excedendo o período de 01 (um) ano e sendo vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, contados da publicação deste Decreto.

Art.8º A COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO AFETOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no que tange aos Programas de Habitação Popular, será gratificada na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, vedada sua percepção de forma cumulativa, concedido ao Presidente da Comissão a gratificação mensal correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para o Presidente, e a 1,75 (hum vírgula setenta e cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para cada um dos demais membros.

Art.9º A gratificação será devida diante da existência dos trabalhos e enquanto perdurarem as atividades e, em nenhuma hipótese, após transcorrido o prazo estipulado, ou concluídos os trabalhos, será incorporada aos vencimentos ou à remuneração do servidor.

Art.10. FICAM DESIGNADOS, a partir de 1º/03/2020, os servidores públicos municipais que integrarão a COMISSÃO DE INVENTÁRIO DE

BENS IMÓVEIS DO MUNICÍPIO AFETOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no que tange aos Programas de Habitação Popular, conforme nominata abaixo:

I - ANDRÉIA SILVA, matrícula 11179, lotada na Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - Presidente;

II - TACIANA TECILLA GESSNER, matrícula 7610, lotada na Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - Membro;

III - CARLOS ANTÔNIO BUSSARELLO, matrícula 8574, lotado na Diretoria de Habitação, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação - Membro.

Art.11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/03/2020.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.580/2020

Publicação Nº 2355389

D E C R E T O Nº 13.580/2020

Designa Comissão Permanente de Licitações do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 7.079/2015, de 17/07/2015, 7.384/2017, de 24/05/2017, e 8.142/2019, de 31/10/2019, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 029/2020/Semash, de 03/02/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais SÉRGIO FELIPE DOS SANTOS, matrícula 8916; ANGELA RISSO, matrícula 8888; e GIRLEI CAMPESTRINI, matrícula 7684, para, sob a presidência do primeiro, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) E DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FMDCA), pelo período de 02 de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente, por força do §4º, do artigo 51, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Permanente de Licitações a condução dos processos administrativos de licitação, dos processos de dispensa de licitação e de inexigibilidade de licitação, exceto quando houver necessidade de designação de Comissão Especial, face a especificidade do objeto da licitação.

Art.2º FICA CONCEDIDO, a partir de 02/01/2020, a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um adicional de trabalho técnico correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para o Presidente e a 1,75 (um vírgula setenta e cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para cada um dos demais membros, na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, vedada a percepção de forma cumulada.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/01/2020.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO Nº 13.581/2020

Publicação Nº 2355390

D E C R E T O Nº 13.581/2020

Designa Comissão Permanente de Licitação na Modalidade Pregão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições legais previstas na Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27 de maio de 2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 7.079/2015, de 17/07/2015; 7.384/2017, de 24/05/2017; e 8.142/2019, de 31/10/2019, para atender as exigências da Lei Federal Nº 8.666/93; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 029/2020/Semash, de 03/02/2020, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

DECRETA :

Art.1º FICAM DESIGNADOS os servidores públicos municipais abaixo relacionados para constituir COMISSÃO para as modalidades licitatórias denominadas PREGÃO PRESENCIAL e PREGÃO ELETRÔNICO, do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), na seguinte forma:

**I - Pregoeiro:**

EDSON WILLIAN PIOTTO, matrícula 9677

**II - Equipe de Apoio:**

ADALBERTO GERALDO DE MORAIS, matrícula 9392

MARIA LUIZA CABRAL BREDA, matrícula 10437

SÔNIA DUARTE, matrícula 8752

Art.2º O mandato dos servidores ora designados é por prazo indeterminado.

Art.3º FICA CONCEDIDO a cada membro da Comissão de que trata o caput do artigo 1º, deste Decreto, um adicional de trabalho técnico correspondente a 3,50 (três vírgula cinquenta) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para o Presidente e de 1,75 (um vírgula setenta e cinco) UPM's (Unidades Padrão Municipal) para cada um dos demais membros, na forma da Lei Municipal Nº 3.826/2005, de 27/05/2005, e alterações, vedada a percepção de forma cumulada.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados os Decretos Municipais Nºs 11.188/2017, de 13/01/2017, 11.285/2017, de 31/03/2017, e 12.502/2018, de 17/12/2018.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.582/2020**

Publicação Nº 2355391

**D E C R E T O Nº 13.582/2020**

Reabre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no §2º, do artigo 167, da Constituição Federal; na Lei Municipal Nº 8.117/2019, de 17/10/2019; e no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019,

**DECRETA :**

Art.1º Fica reaberto crédito especial, no valor de R\$ 2.999.685,67 (Dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), correspondente ao saldo do exercício de 2019, para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.813.1000.5.608 - Implantação do Parque Via Verde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.759 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 2.999.685,67

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 2.999.685,67 (Dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 13.583/2020**

Publicação Nº 2355393

**D E C R E T O Nº 13.583/2020**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

**DECRETA :**

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 3.669.653,40 (Três milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.0450.1.435 - Pavimentação Rua Paulo Pakuszewski

4.4.00 - INVESTIMENTOS  
09.001.236 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 270.476,19  
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER  
39.001 - CULTURA  
39.001.13.391.1101.5.653 - Revitalização da Imagem Cultural da Soc.  
Escolar Barra do Ribeirão Grande do Norte - Escola Ângelo Moretti  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
39.001.579 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 937.000,00  
39.004 - ESPORTE E LAZER  
39.004.27.811.1002.5.603 - Revitalização da Arena Jaraguá  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
39.004.617 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 680.226,11  
39.004.27.813.1000.5.607 - Implantação do Parque Tecnológico  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
39.004.609 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.781.951,10  
TOTAL R\$ 3.669.653,40

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados ao Convênio Ministério Cidades - Proposta 37762/2018, no valor de R\$ 270.476,19 (Duzentos e setenta mil, quatrocentos e setenta e seis reais e dezenove centavos); proveniente dos recursos vinculados ao Convênio Ministério do Esporte - Modernização da Infraestrutura da Arena Jaraguá - Etapa 2, no valor de R\$ 680.226,11 (Seiscentos e oitenta mil, duzentos e vinte e seis reais e onze centavos); do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 2.371.851,10 (Dois milhões, trezentos e setenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e dez centavos); e proveniente de recursos vinculados à COSIP, no valor de R\$ 347.100,00 (Trezentos e quarenta e sete mil e cem reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 13.584/2020

Publicação Nº 2355396

D E C R E T O Nº 13.584/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE  
33.002.15.451.410.1251 - Instalação de Abrigos de Passageiros de Ônibus e de Táxi  
4.4.00 - INVESTIMENTOS  
33.002.517 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

## DECRETO Nº 13.585/2020

Publicação Nº 2355398

D E C R E T O Nº 13.585/2020

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.



O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.232/2020, de 12 de fevereiro de 2020,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 3.994.351,35 (Três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1365 - Pavimentação Rua Erico Negherbon

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.210 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 747.283,41

09.001.15.452.450.1371 - Pavimentação Rua 711 - Exp. Ervino Raasch

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.213 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.569.293,07

09.001.15.452.450.1403 - Pavimentação Rua 847 - Emílio Butzke

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.226 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.677.774,87

TOTAL R\$ 3.994.351,35

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 909.636,80 (Novecentos e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta centavos); e da "Operação de Crédito" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso Operação de Crédito - CEF - Programa Avançar Cidades, no valor de R\$ 3.084.714,55 (Três milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**EDITAL CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N º 25/2020 SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE**

Publicação Nº 2356070

EDITAL

CONCORRÊNCIA PARA REGISTRO DE PREÇOS N º 25/2020

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

TIPO: Menor Preço por lote

**OBJETO:** Este Edital tem por objeto a contratação de empresa com capacidade técnica para execução de serviços de pavimentação asfáltica e fresagem, fornecimento de materiais, pessoal e equipamentos, para implantação e conservação de vias, execução de redutores de velocidade (readequação de travessias elevadas e lombadas), em toda extensão do município de Jaraguá do Sul/SC, conforme especificações e quantidades estimadas constantes no ANEXO III – Termo de Referência e ANEXO II – Minuta da Ata de Registro de Preços deste edital.

**REGIMENTO:** Lei Federal 8.666/93 e demais alterações posteriores, Lei Municipal nº 7.386/2017.

**PRAZO e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES:** até as 08:30 horas do dia 17 de março de 2020, no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC.

**ABERTURA dos ENVELOPES:** 09:00 horas do mesmo dia, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

**RETIRADA DO EDITAL:** O edital estará disponível na Internet no endereço [www.jaraguadosul.sc.gov.br](http://www.jaraguadosul.sc.gov.br) sem qualquer custo ou na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no seguinte endereço: Rua Walter Marquardt nº 1.111 – Barra do Rio Molha – Jaraguá do Sul – SC, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

**VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 60.075.428,40 (sessenta milhões, setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).

**INFORMAÇÕES:** Dúvidas e esclarecimentos poderão ser obtidos por escrito no endereço acima ou pelo e-mail [id1972@jaraguadosul.sc.gov.br](mailto:id1972@jaraguadosul.sc.gov.br) com Srs. Marcio Bylaardt/Secretaria de Obras ou Otoniel da Silva [id82007@jaraguadosul.sc.gov.br](mailto:id82007@jaraguadosul.sc.gov.br).

Jaraguá do Sul (SC), 05 de fevereiro de 2020.

ARGOS JOSE BURGARDT

Secretário de Administração

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2020 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

Publicação Nº 2354667

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 004/2020 - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS**

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento nos termos do Artigo 10-A, 230 e 231 da Lei Municipal 1.182/88 e Artigo 3º I da Lei Municipal 7.728/2018, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado	CPF/CNPJ	Notificação Preliminar	Medidas Determinadas	Prazo
Alfredo Kanchem	180.075.709-34	28839/2019	Construir a calçada no imóvel cadastro: 8709.	240 dias
Joao Waldemiro Hohl	121.156.909-82	29034/2019	Construir a calçada no imóvel cadastro: 8674	240 dias

Consideram-se notificados o(s) contribuinte(s) acima listados no prazo de 240 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, incorrerá o (s) notificado (s) nas penas do Art. 44 da Lei 7.728/2018, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 017/2019 HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL**

Publicação Nº 2356110

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 017/2019  
HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL**

A Secretária Municipal da Educação de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, considerando o PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS, Edital nº 017/2019, de acordo com as Leis Complementares nº 154/2014 (Estatuto dos Servidores da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul), nº 002/1993 (Estatuto do Magistério) e nº 102/2010 (Admissão em Caráter Temporário) e suas respectivas alterações, demais legislações pertinentes, para cadastro de reserva de ACT (Admissão em Caráter Temporário), de cargos da Secretaria Municipal de Educação, resolve HOMOLOGAR o resultado final apresentado pela Comissão Especial, designada pelo Decreto Nº 13.185/2019, de 18 de setembro de 2019, conforme classificação publicada no site da Faepesul, <http://concursos.faepesul.org.br/>.

Jaraguá do Sul, 20 de dezembro de 2019.  
Ivana Atanásio Dias  
Secretária de Educação

**EDITAL Nº 002/2020/CESE INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

Publicação Nº 2354490

**EDITAL Nº 002/2020/CESE  
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA  
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR**

A Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE, no uso das atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o art. 3º, caput, da Lei Municipal nº 5.922 de 28 de março de 2011, alterada pela Lei Municipal nº 7.968 de 25 de junho de 2019, designada pela Portaria nº 622/2019 de 11 de julho de 2019, publicada no Diário Oficial dos Município Edição 2873, torna público que estarão abertas as inscrições para o Programa de Estágio para Estudantes do Ensino Superior, para atuarem no âmbito da Administração Direta da Prefeitura de Jaraguá do Sul:

**1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

1.1 O procedimento de inscrição e classificação de estudantes de nível superior para atuarem no programa de estágio reger-se-á pelas disposições contidas neste edital, pela Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.2 O estágio de Ensino Superior compreende o exercício transitório de funções auxiliares junto a Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul e não cria vínculo empregatício de qualquer natureza com o Município de Jaraguá do Sul.

1.3 A duração do estágio de Ensino Superior não poderá exceder a 2 (dois) anos, consecutivos ou alternados.

1.4 A jornada de atividades do estágio de Ensino Superior é de 20 (vinte) horas semanais, limitado a 4 (quatro) horas diárias, compatíveis com o horário escolar e de funcionamento da Instituição Concedente.

1.5 As atribuições básicas do estagiário de Ensino Superior estão previstas no anexo II da Lei Municipal nº 5.922/2011 de 28 de março de 2011 e suas alterações.

1.6 O valor da bolsa de estágio de Ensino Superior para o corrente ano é de R\$ 843,72 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos), equivalente a 4,45 (quatro vírgula quarenta e cinco) UPMs (Unidade Padrão Municipal).

1.7 O estagiário que comprovar a necessidade de transporte coletivo para deslocamento até o local de estágio fará jus ao auxílio-transporte, nos termos da Lei Municipal nº 2.113/1996.

1.8 A seleção de que trata o presente Edital terá validade até 30 de Junho de 2020.

1.9 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo.

1.10 Comprovada a falsidade das informações prestadas, a Administração Municipal reserva-se o direito de indeferir a inscrição do candidato ou mesmo rescindir o contrato a qualquer tempo.

## 2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 As inscrições estarão abertas no período de 13 de Fevereiro de 2020 a 24 de Fevereiro de 2020, através de formulário disponível no endereço eletrônico: (<https://sistemas.jaraguadosul.sc.gov.br/index.php?class=InscricaoEstagiariosES>), ou no link disponível na página da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>) clicando na aba "Concursos Públicos, Processos Seletivos".

2.2 Para confirmar sua inscrição, o estudante deverá preencher todos os campos do formulário supracitado e anexar documento comprobatório.

2.3 A inscrição será efetivada somente após o candidato clicar na opção confirmar.

2.4 Feita a inscrição, o candidato ficará inteiramente responsável pelas informações fornecidas.

2.5 A classificação será divulgada no dia 02 de Março de 2020 após as 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

## 3 DOS REQUISITOS

3.1 Estar regularmente matriculado entre o terceiro e o penúltimo semestre, ou equivalente, e com frequência efetiva em curso de Ensino Superior conveniada à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

3.2 Apresentar os seguintes documentos no ato da contratação:

- a) Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);
- b) Fotocópia do CPF;
- c) Fotocópia do Certificado de Reservista/Dispensa Militar (para homens);
- d) Comprovante de residência atualizado em nome do estudante, dos pais ou responsáveis (caso o comprovante esteja em nome de um responsável, é obrigatório preenchimento da declaração de residência – disponibilizada pela Diretoria de Gestão de Pessoas);
- e) Fotocópia do boletim escolar do estudante do último semestre cursado e o apresentado no ato da inscrição;
- f) Atestado/declaração de frequência escolar do estudante com data atualizada;
- g) Fotocópia do cartão de conta bancária em nome do estudante.

3.3 A contratação será realizada através de agendamento com o setor de Estágios.

## 4 DA CLASSIFICAÇÃO

4.1 A classificação dar-se-á de acordo com:

- a) índice de desempenho acadêmico das disciplinas cursadas com aprovação, comprovado através da média de notas do histórico escolar ou através de declaração emitida pela faculdade;
- b) percentual de frequência do último semestre cursado.

4.2 No caso de empate, terá preferência, o candidato com maior idade.

4.3 Serão desclassificados do processo seletivo os candidatos que se enquadrarem nas seguintes hipóteses:

- a) obtiverem a média de notas do disposto no item 4.1, a, inferior a 60% (sessenta por cento);
- b) obtiverem o percentual de frequência do disposto 4.1, c, inferior a 75% (setenta e cinco por cento).

4.4 No caso de não concordância ou divergências da classificação o candidato poderá impetrar recurso da classificação prévia nos dias 04 e 05 de março de 2020, na Secretaria Municipal da Administração, Diretoria de Gestão de Pessoas (anexo I), no horário das 8h às 11h.

4.4.1 De conhecimento da divulgação da classificação prévia, o candidato poderá recorrer do resultado, preenchendo o Formulário de Recurso (anexo I), fundamentando e encaminhando à Comissão Especial de Seleção de Estagiários – CESE.

4.5 O resultado do recurso será divulgado dia 09 de março de 2020 após as 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

4.6 A classificação final será divulgada no dia 10 de março de 2020 após as 14 horas, no site (<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br>).

## 5 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 A classificação obtida pelo candidato não gerará direito de ingresso em vaga de estágio, mas tão somente de figurar na lista de classificados.

5.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Seleção de Estagiários.



ANEXO I  
RECURSOEDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2020/CESE  
INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO PARA  
ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

NOME DO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

MOTIVO: \_\_\_\_\_

Anexar documentos comprobatórios (histórico escolar/boletim)

(Para uso da Diretoria de Gestão de Pessoas)

DEFERIDO

INDEFERIDO

Jaraguá do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

Jaraguá do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

ROSANA REGINA KLUGE BORTOLOTTTO

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria nº 622/2019

GRACE EMILIA ANDREATTA

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria nº 622/2019

CAROLINA SCHIOCHET

Representante da Secretaria Municipal da Administração

Portaria nº 622/2019

MARIA DE LOURDES BORDIN

Representante da Secretaria Municipal da Educação

Portaria nº 622/2019

TALLIS TAIS PERKOWSKI MULLER

Representante da Secretaria Municipal da Educação

Portaria nº 622/2019

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2019**

Publicação Nº 2355433

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 410/2019**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC e Fundos

CONTRATADA: LILI CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para fornecimento de MATERIAIS DE PINTURA, TINTAS, SOLVENTES, ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção dos prédios públicos municipais, segundo as conveniências da administração direta.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 12.1 da cláusula décima segunda desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, na Secretaria de Administração que após fará o encaminhamento da mesma as devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de entrega: Parcelada, ao longo de 12 (doze) meses, conforme a necessidade do Município respeitando a vigência da Ata do Registro

de Preços, devendo a cada pedido realizado, a entrega acontecer com prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, após recebimento da Autorização de fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

Local para entregas: Os produtos solicitados deverão ser entregues no Almoxarifado Central Secretaria Municipal da Administração, localizado na Rua: Marina Frutuoso 800 - Centro - Jaraguá do Sul/SC.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Argos José Burgardt, Maria Santin Camello, Alceu Gilmar Moretti, Daniel Peach e Magali Natália Caregnato

Argos José Burgardt  
Secretário de Administração

Maria Santin Camello  
Gerenciadora do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Alceu Gilmar Moretti  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde – FMS

Daniel Peach  
Gestor do Froagro

## EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 422/2019

Publicação Nº 2355435

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 422/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 262/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMHIS, FROAGRO

CONTRATADA: TOEWE TRANSPORTES EIRELI

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

O MUNICÍPIO pagará a contratada os valores conforme descritos no item 1.2 da cláusula primeira desta Ata de Registro.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Os recursos orçamentários para os exercícios de 2019 e 2020, serão os previstos no item 13.1 da cláusula décima sexta desta Ata de Registro.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias após a entrega de cada pedido, mediante apresentação da respectiva nota fiscal eletrônica, como determina a cláusula segunda do Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, se for caso, nas devidas Secretarias solicitantes.

Prazo de execução dos serviços: Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade do município, que procederá a solicitação nas quantidades que lhe convir, realizada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro, formalizada através de Autorização de Fornecimento enviada via fax símile ou e-mail, devendo a empresa vencedora iniciar o serviço no prazo máximo 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento, nos locais indicados pelo município, dentro do território do Município de Jaraguá do Sul.

DATA DA ASSINATURA: 18/12/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Luís Fernando Almeida, Daniel Peach, Natália Lúcia Petry e Márcio Toewe

ONÉSIMO JOSÉ SELL  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

LUIS FERNANDO ALMEIDA  
Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - Fmhis

DANIEL PEACH  
Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

NATÁLIA LÚCIA PETRY  
Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

## EXTRATO DO CONTRATO 438/2019

Publicação Nº 2354226

### EXTRATO DO CONTRATO 438/2019

Processo: Pregão nº 178/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Premix Concreto Ltda.; Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de concreto; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: Os recursos orçamentários

decorrentes das despesas do objeto deste contrato correrão por conta do Orçamento de 2020, como segue:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial - Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	Próprios

Data da assinatura: 14/12/2019; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, de 01/01/2020 até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Jayce Adriano Santos.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente - Samae

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 649/2019

Publicação Nº 2355437

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 649/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 333/2019.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.  
CONTRATADA: CONTREL CONSTRUÇÕES EIRELI

DO OBJETO: Prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais e mão de obra para deslocamento de poste e rede de distribuição de energia na Rua (11) Roberto Ziemann, Bairro Amizade, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa que são partes integrantes do edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 45.055,00 (quarenta e cinco mil e cinquenta e cinco reais) referentes à mão de obra e R\$ 26.363,91 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos) referentes aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 71.418,91 (setenta e um mil quatrocentos e dezoito reais e noventa e um centavos).

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a conclusão dos serviços, tendo a medição à devida aprovação e mediante apresentação de cópia das guias de recolhimento do FGTS e do INSS, bem como da quitação da Folha de Pagamento dos empregados envolvidos na execução do objeto contratual, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.001.15.452.0400.2200	Manutenção e ampliação de rede de iluminação pública	4.4.90 – Aplicações Diretas	448	0.3.08.0099-SF COSIP

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 60 (sessenta) dias consecutivos, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 17/12/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Dionésio Tadeu Naressi.

Eduardo Bertoldi  
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2020

Publicação Nº 2355429

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2020

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 353/2019.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL  
CONTRATADA: KARITUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 25 (vinte e cinco) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Tifa Javali – Rio Alma, fazendo o trajeto até a Escola de Educação Básica Professor João Romário Moreira, localizada na Rua Aurora s/nº, no Bairro Rio Cerro II, neste município.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA a importância de R\$ 489,00 (quatrocentos e oitenta e nove reais) por dia transporte escolar realizado, perfazendo o total de R\$ 97.800,00 (noventa e sete mil e oitocentos reais), equivalente a estimados 200 (duzentos) dias letivos de transporte no ano letivo de 2020.

DO PRAZO: O prazo de execução do contrato inicia a partir de 06/02/2020 e se estenderá até o mês de dezembro de 2020, de acordo com o calendário escolar, podendo, mediante acordo entre as partes, ser prorrogado até o limite estabelecido pelo inciso II do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. O prazo de vigência deste contrato será até 28/02/2021.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao serviço realizado, mediante apresentação de nota fiscal à Secretaria Municipal de Educação.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: O recurso orçamentário decorrente deste contrato está previsto no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 31/01/2020.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antônio de Souza Júnior e Oldemar Ilson Englert

Antônio de Souza Júnior  
Secretário Municipal da Educação interino

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 050/2020 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2017

Publicação Nº 2355023

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 050/2020  
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 041/2017

Processo: Pregão nº 011/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Tim S.A.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL; Prazo: O presente termo aditivo tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 041/2017, por mais 12 (doze) meses, com início em 25/02/2020 e término em 24/02/2021, considerados o contrato original e os termos aditivos firmados anteriormente; Acréscimo: O presente aditivo também objetiva o acréscimo de R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais) ao valor contratado, correspondentes a 8,654% (oito inteiros e seiscentos e cinquenta e quatro milésimos percentuais). Em consequência do acréscimo, o valor total do Contrato nº 041/2017 passa a ser de R\$ 48.213,12 (quarenta e oito mil, duzentos e treze reais e doze centavos); Fundamento Legal: A prorrogação da vigência do contrato é firmada com base na justificativa do fiscal do contrato, constante no Memorando nº 023/2020/Samae/CTI, e, encontra amparo legal no art. 57, inc, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e item 7.1 da Cláusula Sétima do contrato original; O acréscimo é firmado com base na justificativa do Fiscal do contrato constante do Memorando nº 023/2020/Samae/CTI, e encontra amparo legal no art. 65, inciso I, alínea “b”, c/c §1º, da Lei 8.666/93, bem como no item 6.3 da Cláusula Sexta do contrato original. Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0302.4425	Pagamento de Despesas Fixas	3.3.90 – Aplicações Diretas	18	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 03/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Sandro Marques Barbosa Coutinho e Alexandre De Menezes Valério Nunes.

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente  
Samae de Jaraguá do Sul

**LEI N° 8.232/2020**

Publicação Nº 2355368



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL**

**L E I** **Nº** **8.232/2020**

**Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 3.994.351,35 (Três milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e cinquenta e um reais e trinta e cinco centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

**09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

**09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

09.001.15.452.450.1365 - Pavimentação Rua Erico Negherbon

#### 4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.210

#### 4.4.90 - Aplicações Diretas

R\$ 747.283,41

09.001.15.452.450.1371 - Pavimentação Rua 711 - Exp. Ervino Raasch

#### 4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.213

#### 4.4.90 - Aplicações Diretas

R\$ 1.569.293,07

09.001.15.452.450.1403 - Pavimentação Rua 847 - Emílio Butzke

#### 4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.226

#### 4.4.90 - Aplicações Diretas

R\$ 1.677.774,87

**TOTAL R\$ 3.994.351,35**

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2019, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 909.636,80 (Novecentos e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta centavos); e da "Operação de Crédito" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso Operação de Crédito - CEF - Programa Avançar Cidades, no valor de R\$ 3.084.714,55 (Três milhões, oitenta e quatro mil, setecentos e quatorze reais e cinquenta e cinco centavos).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraquá do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

**ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI**  
Prefeito

**PORTARIA Nº 015/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354228

PORTARIA Nº 015/2020-ISSEM

De 31/01/2020

Concede Aposentadoria à Sra. Valdívnia Gelslechter Moreira

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1266,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SRA. VALDÍVIA GELSLECHTER MOREIRA, inscrita no CPF sob nº 817.360.109-72, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Recreador, matriculada sob o nº 3233, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7, Letra "K", triênios equivalentes a 60% (sessenta por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20/02/2020.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 31 de janeiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

**PORTARIA Nº 016/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354230

PORTARIA Nº 016/2020-ISSEM

De 03/02/2020

Concede Aposentadoria ao Sr. Juvino Formigari

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1254,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. JUVINO FORMIGARI, inscrito no CPF sob nº 482.199.919-68, servidor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquina, matriculado sob o nº 109, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Grupo 3, Letra "J", triênios equivalentes a 66% (sessenta e seis por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 17/02/2020.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 3 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019



**PORTARIA Nº 017/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354232

PORTARIA Nº 017/2020-ISSEM

De 04/02/2020

Concede Aposentadoria à Sra. Marci Gregolewitsch

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1026,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SRA. MARCI GREGOLEWITSCH, inscrita no CPF sob nº 582.749.879-34, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil – Ensino Superior, matriculada sob o nº 1355, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 7, Letra "M", triênios equivalentes a 72% (setenta e dois por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10/02/2020.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 4 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

**PORTARIA Nº 018/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354233

PORTARIA Nº 018/2020-ISSEM

De 05/02/2020

Concede Aposentadoria à Sra. Veronica Aparecida Cabral Mattos.

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, e em conformidade com o art. 40, §1º, III, "b", da Constituição Federal c/c art. 85 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1272,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IMPLEMENTO DE IDADE À SRA. VERONICA APARECIDA CABRAL MATTOS, inscrito no CPF sob nº 035.424.286-55, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente de Alimentação e Nutrição, matriculada sob nº 7909, referência salarial: Classe 2, Letra "F", triênios equivalentes a 36% (trinta e seis por cento), carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. Os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, na ordem de 61,78% (sessenta e um inteiros e setenta e oito centésimos por cento), sobre a média aritmética simples, e serão reajustados nos termos do art. 90 da LCM 217/2018, ou seja, sem paridade.

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "d", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 17/02/2020.

**REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.**

Jaraguá do Sul, 5 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

**PORTARIA Nº 019/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354235

PORTARIA Nº 019/2020-ISSEM

De 05/02/2020

Retifica a portaria nº 019/2020-Issem que concedeu o aposentadoria ao Sr. Ademir May

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018 e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1260,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR o percentual de proporcionalidade do benefício de aposentadoria do Sr. Ademir May, constante no art. 2º da Portaria nº 006/2020-Issem, emitida em 28/01/2020, DE 83,20% (oitenta e três inteiros e vinte centésimos por cento) sobre a média aritmética simples PARA 63,14% (sessenta e três inteiros e quatorze centésimos por cento) sobre a média aritmética simples.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/02/2020, mantendo-se inalterados os demais termos da portaria nº 006/2020-Issem.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 5 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

**PORTARIA Nº 020/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354236

PORTARIA Nº 020/2020 – ISSEM

De 05.02.2020.

Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ADALGISA FÁTIMA GAIESKI, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 26.12.2019 a 23.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 26.12.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 021/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354238

PORTARIA Nº 021/2020 – ISSEM

De 05.02.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ARISTEU STADLER, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.12.2019 a 18.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.12.2019.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

### **PORTARIA Nº 022/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354240

PORTARIA Nº 022/2020 – ISSEM  
De 05.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. ELAINE RAMOS PAES SCOLARO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 05.01.2020 a 04.03.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

### **PORTARIA Nº 023/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354242

PORTARIA Nº 023/2020 – ISSEM  
De 05.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

R E S O L V E:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ALCIDES NUNES DELFINO, lotado na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 07.01.2020 a 16.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

### **PORTARIA Nº 024/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354243

PORTARIA Nº 024/2020 – ISSEM  
De 05.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. DAVI MEURER, lotado na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 10.01.2020 a 22.01.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 10.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

## **PORTARIA Nº 025/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354245

PORTARIA Nº 025/2020 – ISSEM

De 05.02.2020.

Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. ANA PAULA DE LIMA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 13.01.2020 a 11.05.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 13.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

## **PORTARIA Nº 026/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354246

PORTARIA Nº 026/2020 – ISSEM

De 05.02.2020.

Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADOLIR DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.01.2020 a 22.01.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 027/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354248

PORTARIA Nº 027/2020 – ISSEM  
De 05.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA ANGELA C. SERAFIM KLOBER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 15.01.2020 a 08.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 15.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 028/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354249

PORTARIA Nº 028/2020 – ISSEM  
De 05.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LUCIANE DALL IGNA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 17.01.2020 a 25.01.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 029/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354251

PORTARIA Nº 029/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SANDRA WELDT SCHROEDER, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 12.01.2020 a 22.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 030/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354252

PORTARIA Nº 030/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. LORECI GONÇALVES GUIMARÃES, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.01.2020 a 20.05.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 031/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354257

PORTARIA Nº 031/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. CARLOS ALBERTO SCHULTZ, lotado na Secretaria Municipal da Transparência e Integridade da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 22.01.2020 a 10.07.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 22.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 032/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354258

PORTARIA Nº 032/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ESTANISLAU ALVES SAMPAIO, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 23.01.2020 a 07.03.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 033/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354261

PORTARIA Nº 033/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**R E S O L V E:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. MARLENE ARENT BRUCH, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 23.01.2020 a 23.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 23.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 034/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354264

PORTARIA Nº 034/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. DEISE MENDES DE ANDRADE, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 24.01.2020 a 22.05.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 24.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 035/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354266

PORTARIA Nº 035/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SILVANE WALTRICK FERREIRA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 27.01.2020 a 31.01.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 27.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 036/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354268

PORTARIA Nº 036/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LAURITA UTPADEL, lotada na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 28.01.2020 a 1º.03.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 28.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 037/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354271

PORTARIA Nº 037/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. LORI KREUTZFELDT, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 29.01.2020 a 19.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 29.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 038/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354273

PORTARIA Nº 038/2020 – ISSEM  
De 06.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. SALETE GIL DE AZEVEDO CAMARGO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.01.2020 a 1º.03.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 039/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354276

PORTARIA Nº 039/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. ADOLIR DA SILVA, lotado na Secretaria Municipal da Administração da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 31.01.2020 a 05.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 040/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354278

PORTARIA Nº 040/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. LIDIANE MENDES, lotada no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – Samae – de Jaraguá do Sul, no período de 31.01.2020 a 29.05.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 31.01.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 041/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354279

PORTARIA Nº 041/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. EMIDIO LUIZ CAMARGO, lotado na Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 1º.02.2020 a 20.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 042/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354281

PORTARIA Nº 042/2020– ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. VIVIANE ANGEESKI BARBARA, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2020 a 07.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 043/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354283

PORTARIA Nº 043/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA ao Servidor Público Municipal, Sr. HEVERSON JOSUE SECCO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2020 a 17.02.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 044/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354285

PORTARIA Nº 044/2020– ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. FERNANDA FAURO, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2020 a 14.03.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do ISSEM



**PORTARIA Nº 045/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354288

PORTARIA Nº 045/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Auxílio Doença

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 96, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER AUXÍLIO DOENÇA à Servidora Pública Municipal, Sra. CAROLINA DOS SANTOS LIMA BAADE, lotada na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2020 a 02.04.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 046/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354290

PORTARIA Nº 046/2020 – ISSEM  
De 07.02.2020.  
Concede Licença Maternidade

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – ISSEM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar nº 217/2018 de 20 de setembro de 2018 e em conformidade com o art. 102, da mesma Lei Complementar,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Sra. KARLA VILHALBA PAMPLONA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, no período de 03.02.2020 a 1º.06.2020.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Jaraguá do Sul, 07 de fevereiro de 2020.  
Márcio Erdmann  
Presidente do ISSEM

**PORTARIA Nº 047/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354294

PORTARIA Nº 047/2020-ISSEM  
De 07/02/2020  
Concede Aposentadoria à Sra. Ana Maria Petry Varela

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c art. 93 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 744,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO À SRA. ANA MARIA PETRY VARELA, inscrita no CPF sob nº 621.060.589-34, servidora do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Atendente de Berçário, matriculada sob o nº 7197, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 6, Letra "H", triênios equivalentes a 48% (quarenta e oito por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos da Prefeitura de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05/03/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

## **PORTARIA Nº 048/2020-ISSEM**

Publicação Nº 2354297

PORTARIA Nº 048/2020-ISSEM

De 07/02/2020

Concede Aposentadoria ao Sr. Jairo Manoel Nazario

O PRESIDENTE do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais (Issem), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 217/2018, de 20/09/2018, e suas alterações, c/c o disposto no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 92 da LCM 217/2018, e tendo em vista o contido no processo administrativo de aposentadoria nº 1277,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER O BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SR. JAIR MANOEL NAZARIO, inscrito no CPF sob nº 392.016.609-44, servidor do Município de Jaraguá do Sul, ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional, matriculado sob o nº 8124, com proventos integrais sobre a última remuneração do cargo efetivo, com referência salarial: Classe 1, Letra "F", triênios equivalentes a 54% (cinquenta e quatro por cento) e carga horária de 200 horas mensais/ 40 horas semanais.

Art. 2º. O benefício será reajustado com paridade aos reajustes aplicados aos servidores ativos do Município de Jaraguá do Sul, nos termos do art. 93, §2º, da LCM 217/2018;

Art. 3º. As despesas correrão por conta do Issem, através do Fundo Municipal de Previdência Social (FMPS), nos termos do art. 77, I, "c", da LCM 217/2018.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 20/02/2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 7 de fevereiro de 2020.

Márcio Erdmann

Presidente do Issem

Portaria nº 066/2019

## **RESOLUÇÃO Nº 1/2020/COMPED/JS.**

Publicação Nº 2355284

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SETOR DE CONTROLE SOCIAL  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – COMPED  
LEI MUNICIPAL Nº 7.303/2016

RESOLUÇÃO Nº 1/2020/COMPED/JS.

Dispõe sobre a sugestão ao Conselho Municipal de Saúde para discussão sobre a oferta de atendimento diferenciado aos portadores de Diabetes Mellitus, no tocante aos horários de exames que venham a ser feitos em caráter de jejum total.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – COMPED, em reunião ordinária realizada no dia 6 de fevereiro de 2020, no uso da competência a Lei Municipal nº 7.303 de 16 de junho de 2016 que dispõe sobre a reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 7.303/2016 que dispõe sobre a Reorganização do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e dá outras providências, especialmente no tocante as competências, à luz do artigo 4º, XI, a saber:

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Jaraguá do Sul, possui as seguintes competências:

XI – aprovar e deliberar assuntos de sua competência, mediante votação da maioria simples dos conselheiros;

CONSIDERANDO o artigo 3º, VII, do Regimento Interno:

Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

VII – propor e incentivar a realização de campanhas que visem à prevenção de deficiências e à promoção dos direitos da pessoa com deficiência;

CONSIDERANDO a Lei Estadual do Pará nº 8963 de 23 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a oferta de atendimento diferenciado aos portadores de Diabetes Melitus, no tocante aos horários de exames que venham a ser feitos em caráter de jejum total.

CONSIDERANDO a relevância do tema, pois a descompensação do diabetes pode agravar as complicações diabéticas, inclusive ;

DELIBERA:

Art.1º – Sugerir ao Conselho Municipal de Saúde a discussão sobre a oferta de atendimento diferenciado aos portadores de Diabetes Melitus, no tocante aos horários de exames que venham a ser feitos em caráter de jejum total;

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 6 de fevereiro de 2020.

CRISTIANA DE SOUZA

Vice-Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

## **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 015/2020**

Publicação Nº 2355047

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 015/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARTILHAS, FOLDERS, QUEBRA-CABEÇA, CERTIFICADOS, BLOCOS, PASTAS E CONVITES PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA - PROEVA.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 13/02/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 26/02/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

## **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 016/2020**

Publicação Nº 2355048

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 016/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SERVIDORES DO SETOR ADMINISTRATIVO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 13/02/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 27/02/2020 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO 23-2020

Publicação Nº 2355005

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 23/2020
Edital: Tomada de Preços P/COMPRAS E SERVICOS Nº.: 3/2020
Tipo: Menor preço - Global
Objeto: Solicitação para contratação de empresa especializada para o planejamento e execução das fases do concurso público, destinado a seleção de pessoal para o provimento, em caráter efetivo, de vagas em cargos do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal.
Entrega dos Envelopes : 09:00 do dia 28 de fevereiro de 2020
Abertura dos Envelopes : 09:00 do dia 28 de fevereiro de 2020
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av. Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo fone (49)33370004.
JARDINÓPOLIS, 10 de fevereiro de 2020
DORILDO PEGORINI
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PROCESSO 25-2020

Publicação Nº 2355014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 25/2020
Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS Nº 13/2020
Tipo: Menor preço - Global
Objeto: A presente licitação tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Administração Pública Municipal, através de Locação de Sistemas específicos para GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades estabelecidas no Anexo I, parte integrante deste edital.
Entrega dos Envelopes : 14:00 do dia 27 de fevereiro de 2020
Abertura dos Envelopes : 14:00 do dia 27 de fevereiro de 2020
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE <a href="http://www.jardinopolis.sc.gov.br">www.jardinopolis.sc.gov.br</a> .
Jardinópolis, 12 de fevereiro de 2020
DORILDO PEGORINI
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO PROCESSO 26-2020

Publicação Nº 2355017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº 26/2020
Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS Nº 14/2020
Tipo: Menor preço - Total Por Item

Objeto: Solicitação de contratação de professor para aula de música/Patinção e Ballet, música sendo na fanfara Municipal, corais infantil, adulto e idoso, técnica vocal e instrumento em geral (cordas, teclas, sopro, e percussão), sendo 14 horas semanais, sendo que 10 semanais prestado no departamento de cultura e 04 horas semanais será na secretaria de Educação. - Na Patinação Artística aulas nas diversas modalidades, sendo 08 horas semanais. - No Ballet será prestado 06 horas semanais.

Entrega dos Envelopes : 08:00 do dia 27 de fevereiro de 2020

Abertura dos Envelopes : 08:00 do dia 27 de fevereiro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE [www.jardinopolis.sc.gov.br](http://www.jardinopolis.sc.gov.br).

Jardinópolis, 12 de fevereiro de 2020

DORILDO PEGORINI

PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO PROCESSO 27-2020

Publicação Nº 2355162

Estado de Santa Catarina

Município de Jardinópolis

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº 27/2020

Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS Nº 15/2020

Tipo: Menor preço - Global

Objeto: Solicitação para contratação de profissional para serviços de CONSULTAS COM PEDIATRA aos munícipes que necessitam, conforme controle na Unidade de Saúde Municipal.

Entrega dos Envelopes : 10:00 do dia 27 de fevereiro de 2020

Abertura dos Envelopes : 10:00 do dia 27 de fevereiro de 2020

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE [www.jardinopolis.sc.gov.br](http://www.jardinopolis.sc.gov.br).

Jardinópolis, 12 de fevereiro de 2020

DORILDO PEGORINI

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### AVISO PL 104/2019/PMJ - TP 18/2019/PMJ

Publicação Nº 2355272

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE CONTINUAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2019/PMJ  
TOMADA DE PREÇO Nº 18/2019/PMJ

Informamos a todos os interessados que o processo licitatório nº 104/2019/PMJ – Tomada de Preço nº 18/2019/PMJ, cujo objeto é “Contratação de empresa(s) especializada(s) para a execução dos serviços e o fornecimento do material e equipamentos necessários para instalação de rede lógica, telefonia, CFTV e monitoramento no Centro de Inovação do Município de Joaçaba, SC.” a ata da sessão, realizada hoje, de julgamento das propostas, está disponível no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)), contando-se o prazo para apresentação dos possíveis novos documentos nos termos da ata da sessão. Quaisquer informações podem ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br). Todas as informações relacionadas ao processo estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)).

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2020.  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
Comissão de Licitação

### DECRETO Nº 5.872 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355330

DECRETO Nº 5.872 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020 (REPUBLICADO POR INCORREÇÃO).  
"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 5.858/2020, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições conferidas por Lei e,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 5.858/2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

I - Comissão Permanente nº 01:

- a) Diane Carina Matana;
- b) Luiz Fernando Vaccari;
- c) Sidnei José Gemelli;

II - Comissão Permanente nº 02:

- a) André Luiz Dri;
- b) Lígia Adriane Darold da Silva;
- c) Rafael Martini Veiga;
- (...)

Art. 2º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 10 de fevereiro de 2020.  
DIOCLÉSIO RAGNINI  
Prefeito

### EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2623.527685-40-/2019

Publicação Nº 2355449

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2623.527685-40-/2019  
AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CNPJ 00.360.305/0001-04  
TOMADOR: MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) CNPJ Nº 82.939.380/0001-99  
FUNDAMENTO: LEI Nº 5.253, DE 21 DE MARÇO DE 2019.

OBJETO: A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL CONDEDE AO TOMADOR: MUNICÍPIO DE JOAÇABA FINANCIAMENTO NO VALOR DE R\$ 12.000.000,00 (DOZE MILHÕES DE REAIS), PROVENIENTES DE RECURSOS ORDINÁRIOS DA CAIXA, COM ÚNICA FINALIDADE EXCLUSIVA DE FINANCIAR DESPESAS DE CAPITAL PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO ANO DE 2019 E DOS EXERCÍCIOS FINANCEIROS

**SUBSEQUENTES E SUAS SUPLEMENTAÇÕES.**

ALTERAÇÃO DO ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 2623.527685-40-/2019:  
ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:  
PROGRAMA FINISA – TOMADOR MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
VALOR: R\$ 12.000.000,00 (DOZE MILHÕES DE REAIS).  
TOTAL POR EXERCÍCIO:

TOTAL POR EXERCÍCIO:	
ANO	VALOR R\$
2019	R\$ 2.403.116,02
2020	R\$ 9.596.883,98

JOAÇABA, 27 DE JANEIRO DE 2020.  
AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – LEANDRO FERRI FRARES  
DIOCLÉSIO RAGNINI - PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

**EXTRATO PP 04/2020/PMJ**

Publicação Nº 2355995

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços para a requisição eventual e futura de serviços especializados para a implantação, manutenção, reparação e substituição de sinalização viária horizontal, vertical e de segurança nas vias urbanas do Município de Joaçaba (SC). Forma de Julgamento: Menor Preço por Lote. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 28/02/2020. Processamento do Pregão: às 14h do dia 28/02/2020, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA  
VILSON SARTORI - Secretário

**NOTIFICAÇÃO Nº 016/2020**

Publicação Nº 2355032

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO  
SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS

**LIMPEZA DE LOTE**

Notificado (a): SANTA CLARA - SISTEMAS DE ANTENAS COMUNITÁRIAS LTDA  
Endereço: Rua Almirante Barroso – Bairro Boa Vista  
Inscrição Imobiliária: 01.05.025.0128

Aos 27 dias do mês de janeiro do ano de 2020, notificamos o contribuinte acima identificado no prazo de 15 (QUINZE) DIAS, contados a partir da data do ciente, de acordo com o disposto na Lei Complementar n.º 135 de 12/02/2007 (Código de Posturas) a realizar a limpeza do terreno de sua propriedade.

INTIMAÇÃO:  
REALIZAR A LIMPEZA DO TERRENO DE SUA PROPRIEDADE.  
Art. 61, 65, 66, 67 e 69 da Lei Complementar Nº 135/2007 – Código de Posturas

**OBSERVAÇÕES:**

- Solicitamos ainda providências quanto à remoção do material do serviço de roçada no imóvel, visando coibir a proliferação de animais peçonhentos no local.
- Alertamos que o presente não autoriza o corte de árvores no imóvel supracitado, dependendo o mesmo de análise e liberação expedida pelos órgãos ambientais competentes. Áreas de ZCA e APP deverão ser preservadas em sua totalidade.

**SALIENTAMOS QUE O NÃO ATENDIMENTO AO PRESENTE ACARRETERÁ NAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE:**



MULTA DE 10 (DEZ) URs POR IMÓVEL

Valor da UR em 2020: R\$ 112,54, totalizando R\$ 1.125,40.

Em caso de dúvidas, entrar em contato pelo telefone (49) 3527-8859.

AUTORIDADE FISCAL:

Guilherme de Souza  
Fiscal de Obras e Posturas  
Matrícula 13.874  
Prefeitura de Joaçaba

## ORDEN DE PARALISAÇÃO 53/2020 - REDE COLETORA DE ESGOTO SANITÁRIO

Publicação Nº 2356019

ORDEN DE PARALISAÇÃO Nº 53/2020

DETERMINO à empresa ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA, a paralisação dos serviços de implantação da rede coletora de esgoto sanitário, no Município de Joaçaba/SC, objeto do Contrato nº 92/2018/PMJ, oriundo do Processo de Licitação nº 96/2018 - PMJ – Edital CC nº 04/2018 - PMJ, cuja ordem de serviço inicial nº 322/2018 foi recebida em 14/11/2018.

A continuidade da paralisação faz-se necessária até a manifestação da FUNASA referente aos valores de supressão e adição na Planilha de Reajuste de Obra, começando a contar do dia 08/02/2020 e perdurará pelo período de 90 (noventa) dias, ficando o cronograma de execução prorrogado por igual período.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Vilson Sartori  
Secretário

ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA  
Jucenei Silva de Andrade

## PORTARIA Nº 5.731

Publicação Nº 2355675

PORTARIA Nº 5.731 DE 31 DE JANEIRO DE 2020

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR “Processo Administrativo”, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar possível descumprimento do contrato nº 94/2018/PMJ por parte da empresa Aprender.com, conforme memorando nº 16/2020 da Secretaria Municipal de Transparência, Controle e Gestão Pública.

Art. 2º - Visando garantir a imparcialidade total do processo, conforme determina o art. 2º § 1º do Decreto nº 5.858/2020, DESIGNAR os servidores, LIGIA ADRIANE DAROLD DA SILVA, RAFAEL MARTINI VEIGA E SIDNEI JOSE GEMELLI, para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013, Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 31 de janeiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.762**

Publicação Nº 2355819

PORTARIA Nº 5.762 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TAMI RAFAELA PASCOTTO DAHMER, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 10º lugar (Professor Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Alessandra de Lima, que exerce a função de Assistente de Direção.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.763**

Publicação Nº 2355832

PORTARIA Nº 5.763 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) KELI FRANCISCATTO DALLA LANA, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 13º lugar (Professor Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a criação de uma turma nova de 3º ano.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.764**

Publicação Nº 2355836

PORTARIA Nº 5.764 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCILA PINHO SUMNY, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Lurdes Foppa Pantti, que exerce a função de Assistente de Direção.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.765**

Publicação Nº 2355842

PORTARIA Nº 5.765 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ALEXANDRA APARECIDA RIGO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 04º lugar (Professor Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Sherlon Cristina de Bastiani, Diretora Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.766**

Publicação Nº 2355843

PORTARIA Nº 5.766 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) RAFAEL PABLO MASSOCATO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Informática) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Gislaine Ribeiro Del Re, que exerce a função de Assistente de Direção.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.767**

Publicação Nº 2355844

PORTARIA Nº 5.767 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) FERNANDA REMUS, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 02º lugar (Professor de Matemática) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Gicele Carvalho da Silva Marcon, que exerce a função de Diretor Geral de Ensino Fundamental.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.768**

Publicação Nº 2355847

PORTARIA Nº 5.768 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SONIA STOFFEL DE SOUZA, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EEF Mercedes Luiza Nascimento, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 01º lugar (Professor de Língua Portuguesa) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Eliane Alves Cardoso, que exerce a função de Diretor de Escola.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.769**

Publicação Nº 2355851

PORTARIA Nº 5.769 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ROSANGELA MARIA COSTA LIMA, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Ivone Daggetti Simadon, cedida para o Tribunal de Justiça – Fórum da Comarca de Joaçaba.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.770**

Publicação Nº 2355853

PORTARIA Nº 5.770 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CARINA BUCHALI MARCA, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 07º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Beatriz Rodrigues Chinato que está atuando na turma de Atendimento Educacional Especializado na EM Rotary Fritz Lucht.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.771**

Publicação Nº 2355860

PORTARIA Nº 5.771 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUIZA MATTEVI, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 08º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a existência de uma vaga destinada a remoção na EM Rotary Fritz Lucht.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.772**

Publicação Nº 2355861

PORTARIA Nº 5.772 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LUCINEIA BREDÁ, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 09º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Arlete Terezinha Campos Pasquali, que está em readaptação funcional.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.773**

Publicação Nº 2355868

PORTARIA Nº 5.773 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

"CONCEDE LOTAÇÃO TEMPORÁRIA A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER o(a) Servidor(a) Sr. CRISTINA VIEIRA, Professor Nível II (Pós Graduação), com carga horária de 40 horas semanais, LOTAÇÃO TEMPORÁRIA, durante o ano letivo de 2020, na Secretaria Municipal de Educação – Centro Educacional Roberto Trompowsky de acordo com o Art. 16 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e conforme requerimento e memorando nº 54/2020 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.774**

Publicação Nº 2355871

PORTARIA Nº 5.774 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GISELE CARLA PAZ, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 11º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Cristina Vieira, que está em lotação temporária no CE Roberto Trompowsky.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.775**

Publicação Nº 2355875

PORTARIA Nº 5.775 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GIOVANA APARECIDA RODRIGUES BACHIN, a partir de 03 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 02º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Eliane de Souza Buttner, que exerce a função de Diretor de Escola.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.776**

Publicação Nº 2355885

PORTARIA Nº 5.776 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020  
"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Sr.(a) INGRID VANESSA STOCK, Intendente de Habitação Social e Regularidade Fundiária, nível CC-4, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 46/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.777**

Publicação Nº 2355890

PORTARIA Nº 5.777 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020  
"NOMEIA FUNÇÃO DE CONFIANÇA PARA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58 inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Joaçaba,

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Servidor(a) MARISTELA ROSA ABATTI SCHULER, Assiste Social, para exercer as funções de Assistente de Projetos da Área do Idoso, nível FC-2, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, de acordo com o art. 57 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011 e Lei Complementar nº 387 de 30 de abril de 2019 e conforme memorando nº 31/2020 da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.778**

Publicação Nº 2355893

PORTARIA Nº 5.778 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**RESOLVE;**

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SEU FALECIMENTO, o(a) Senhor(a) JULIO TADEU RIBEIRO do cargo de Auxiliar de Serviços Internos (Readaptado), lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso VI da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto



no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.779

Publicação Nº 2355896

PORTARIA Nº 5.779 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Senhor(a) GENECI MATTOS DE JESUS TERCENIO DA SILVA do cargo de Auxiliar de Serviços Internos, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 03 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

## PORTARIA Nº 5.780

Publicação Nº 2355902

PORTARIA Nº 5.780 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o(a) Senhor(a) RONALDO PASINATO do cargo de Professor Nível II (Pós Graduação), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 210 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso II da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.781**

Publicação Nº 2355907

PORTARIA Nº 5.781 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar possível descumprimento das obrigações funcionais por parte do servidor A.D.P., garantindo contraditório e ampla defesa, conforme memorando nº 735/2019 da Secretaria Municipal de Saúde e memorando nº 20/2020 da Secretaria de Transparência, Controle e Gestão Pública.

Art. 2º - DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, LUCI TEREZINHA HEBERLE E MATHEUS FELIPE SURDI para conduzirem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.858 de 28 de janeiro de 2020.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.782**

Publicação Nº 2355910

PORTARIA Nº 5.782 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020  
"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LURDES RODRIGUES DOS SANTOS, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 20º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Denise Dalla Lana Lazarotto, que está em período de licença prêmio e em processo de aposentadoria.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.783**

Publicação Nº 2355913

PORTARIA Nº 5.783 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LIZIE KELEY MIGNONI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 15º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Marinara Aparecida Pereira, que está em período de licença prêmio e em processo de aposentadoria.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.784**

Publicação Nº 2355936

PORTARIA Nº 5.784 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Nossa Senhora de Lourdes e Núcleo Pedagógico Rural, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 22º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.785**

Publicação Nº 2355939

PORTARIA Nº 5.785 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JOICE FRANCIELE PAROLIN DE CARVALHO, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowsky, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 09º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.786**

Publicação Nº 2355943

PORTARIA Nº 5.786 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SANDRA VACCARI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Clara Zomkowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 32º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.787**

Publicação Nº 2355949

PORTARIA Nº 5.787 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) VANEZA FRANCO DA SILVA, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rita Maria Costenaro Petry, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 20º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.788**

Publicação Nº 2355951

PORTARIA Nº 5.788 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) DAIANA ALVES DE CAMPOS MARCANTE, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 24º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.789**

Publicação Nº 2355952

PORTARIA Nº 5.789 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GELISE CIARNOSKI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Tempo de Aprender, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 02º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.790**

Publicação Nº 2355954

PORTARIA Nº 5.790 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) OLIVIA XAVIER, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 07º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.791**

Publicação Nº 2355955

PORTARIA Nº 5.791 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARIAH NINA BELLO BELOTTO, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Mundo Encantado, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 05º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.792**

Publicação Nº 2355957

PORTARIA Nº 5.792 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) MARCELI JUNG COSTA BEBER, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CEI Rosa Branco, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 27º lugar (Professor de Educação Especial) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a necessidade de professores de Educação Especial para atuar com alunos portadores de necessidades especiais, mediante apresentação de laudo médico.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.793**

Publicação Nº 2355959

PORTARIA Nº 5.793 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) LETICIA DE FATIMA GONÇALVES TIEPPO, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Frei Bruno, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 21º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Jossicleia Prezotto Kuhn, que está atuando na sala de Atendimento Educacional Especializado no CE Frei Bruno.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.794**

Publicação Nº 2355964

PORTARIA Nº 5.794 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) NEIDE MARIA DAVID DE AZEVEDO, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 16º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Janaita Dalmoro, que exerce a função de Diretor de Escola.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal



**PORTARIA Nº 5.795**

Publicação Nº 2355967

PORTARIA Nº 5.795 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) ELAINE RODRIGUES, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 19º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Tatiane Aparecida Pollo, que exerce a função de Diretor de Escola.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.796**

Publicação Nº 2355971

PORTARIA Nº 5.796 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) JULIANA SBRUZZI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Rotary Fritz Lucht, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 14º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Izabel Chiamolera de Almeida, que exerce a função de Assistente de Direção.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.797**

Publicação Nº 2355973

PORTARIA Nº 5.797 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) TIRLANE KUHN HOFFSTATTER, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – CE Roberto Trompowski, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 24º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a existência de uma vaga destinada a remoção no CE Roberto Trompowski.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 5.798**

Publicação Nº 2355974

PORTARIA Nº 5.798 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) CARLA APARECIDA MELOTTI, a partir de 04 de fevereiro de 2020, enquanto perdurar o fundamento da contratação, limitado ao término do ano letivo de 2020, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação – EM Nossa Senhora de Lourdes, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificado em 17º lugar (Professor de Anos Iniciais) no edital de Processo Seletivo Nº 013/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

§ 1º: A contratação, na forma deste artigo, tem como fundamento a substituição da servidora Danusa de Britto Oliveira, que está em readaptação funcional.

§ 2º: O contrato de trabalho poderá ser prorrogado conforme item 12.1 do Edital de Processo Seletivo nº 013/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 04 de fevereiro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**RESULTADO FINAL ALTERAÇÃO TEMPORARIA**

Publicação Nº 2354746

**CLASSIFICAÇÃO FINAL AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA POR TEMPO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2020**

Matemática					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Djwily Kanaã Rosa da Silva	20h	20h	Escola Mercedes Luiza Nascimento	Escola Mercedes Luiza Nascimento
História					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Selmar José Klein	20h	20h	Escola Mercedes Luiza Nascimento	Escola Mercedes Luiza Nascimento
Inglês					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Silvana Locatelli Picoli	20h	20h	Centro Educacional Frei Bruno	CEI Rita Costenaro Petry e CEI Clara Zomkowski

Informamos que não houve inscritos para Professor de Arte.

Joaçaba, 11 de fevereiro de 2020.

ANA BEATRIZ BRANCHER

Secretária de Educação

**RESULTADO PRELIMINAR ALTERAÇÃO EFETIVA**

Publicação Nº 2354727

**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR AMPLIAÇÃO DE CARGA HORÁRIA EFETIVA Nº 02/2020**

Inglês					
Classificação	Nome	Carga horária atual	Carga a ampliar	Unidade Ensino Atual	Unidade Ensino Ampliação
1º	Silvana Locatelli Picoli	20h	20h	Centro Educacional Frei Bruno	Centro Educacional Roberto Trompowsky

Joaçaba, 12 de fevereiro de 2020.

ANA BEATRIZ BRANCHER

Secretária de Educação

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2355401

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) MARCELO LUIZ BOTT, Cargo de Motorista, classificado em 13º lugar, referente ao Edital de Concurso Público n.º 001/2018, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 12.8 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de fevereiro de 2020.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RRRO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Documento gerado em 12/02/2020 14:28:53



Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recetas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c/a)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS DE CAPITAL	2.353.000,00	2.353.000,00	2.823.897,09	120,01	4.831.917,47	205,35	-2.478.917,47
OPERÇÕES DE CREDITO	1.503.000,00	1.503.000,00	2.723.379,30	181,20	3.205.657,30	213,28	-1.702.657,30
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.503.000,00	1.503.000,00	2.723.379,30	181,20	3.205.657,30	213,28	-1.702.657,30
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENÇÃO DE BENS	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	170.688,14	193,96	-82.688,14
Alienação de Bens Móveis	88.000,00	88.000,00	0,00	0,00	145.531,70	165,38	-57.531,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	25.156,44	0,00	-25.156,44
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	112.000,00	112.000,00	65.671,71	58,64	164.561,53	146,93	-52.561,53
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	650.000,00	650.000,00	34.846,08	5,36	1.291.010,50	198,62	-641.010,50
Transferências da União e de suas Entidades	650.000,00	650.000,00	-47.816,94	-7,36	987.035,51	151,85	-337.035,51
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	82.663,02	0,00	303.974,99	0,00	-303.974,99
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	9.676.849,07	9.676.849,07	2.812.525,81	29,06	9.424.620,62	97,39	252.228,45
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	157.315.900,00	157.315.900,00	35.917.921,51	22,83	179.880.430,12	114,34	-22.564.930,12
OPERÇÕES DE CREDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	157.315.900,00	157.315.900,00	35.917.921,51	22,83	179.880.430,12	114,34	-22.564.930,12
DEFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	157.315.900,00	157.315.900,00	35.917.921,51	22,83	179.880.430,12	114,34	-22.564.930,12
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		22.764.731,96			22.764.731,96		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		22.764.731,96			22.764.731,96		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (N)		
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE		SALDO (h) = (g-h)	DESPESAS PACAS ATÉ O BIMESTRE (i)
Despesas Orçamentárias									



RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Documento gerado em 12/02/2020 14:28:53



**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recetas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			% (c/a)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	229.156,09	229.156,09	64.872,86	28,31	303.068,33	132,25	-73.912,24
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	229.156,09	229.156,09	64.872,86	28,31	303.068,33	132,25	-73.912,24
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	59.748,60	59.748,60	40.497,75	67,78	151.503,19	253,57	-91.754,59
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	95,46	95,46	0,00	0,00	932,52	976,87	-837,06
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	58.890,00	58.890,00	40.497,75	68,77	150.570,67	255,68	-91.680,67
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Correntes	763,14	763,14	0,00	0,00	0,00	0,00	763,14
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Recitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						SALDO (a-c)
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECITAS REALIZADAS			% (c/a)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária				DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	
					DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)		
<b>Despesas Intra Orçamentárias</b>										
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	14.290.157,55	14.794.795,67	2.054.591,28	13.380.226,49	1.414.569,18	3.011.376,43	13.126.466,23	1.668.329,44	13.119.120,07	251.760,26
DESPESAS CORRENTES	14.290.157,55	14.794.795,67	2.054.591,28	13.380.226,49	1.414.569,18	3.011.376,43	13.126.466,23	1.668.329,44	13.119.120,07	251.760,26
PERSONAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.829.626,15	10.066.626,15	2.282.934,42	9.123.418,74	963.207,41	2.294.383,68	9.128.418,74	963.207,41	9.123.418,74	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.460.531,40	4.708.169,52	-228.343,14	4.256.807,75	451.361,77	716.892,75	4.005.047,49	703.122,03	3.995.701,33	251.760,26
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</div><div><div>siconfi</div><div>TesouroNACIONAL</div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2019</div> <div>Período de referência: 6º bimestre</div>
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias**

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Execução da Despesa											INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/a)(a)	SALDO (c) (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/a)(a)	SALDO (e) (a-d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)	143.975.842,45	195.788.514,22	24.949.969,97	166.341.226,03	92,36	29.447.288,19	32.315.881,49	138.156.956,75	91,32	57.631.557,47	28.184.269,28	
Legislativa	3.955.000,00	3.955.000,00	361.263,50	2.315.437,62	1,29	1.189.562,38	447.375,46	2.315.437,62	1,53	1.189.562,38	0,00	
Controladoria Externa	3.955.000,00	3.955.000,00	361.263,50	2.315.437,62	1,29	1.189.562,38	447.375,46	2.315.437,62	1,53	1.189.562,38	0,00	
F1001 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1001 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Apelo Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1002 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1002 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa da Ordem Jurídica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1003 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1003 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração	11.554.781,64	12.285.736,61	1.526.550,44	10.226.321,78	6,03	1.436.414,93	1.999.616,80	9.847.982,94	6,31	2.717.533,67	1.261.338,84	
Planejamento e Orçamento	311.470,00	177.162,23	-2.581,23	167.133,81	0,09	-10.058,42	19.500,00	967.119,81	0,11	10.072,42	14,00	
F1004 - Administração Geral	6.197.786,04	5.745.341,38	916.233,49	5.481.133,14	3,06	235.202,24	960.535,04	5.682.726,44	3,36	663,615,94	403.427,0	
Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Controle Interno	304.250,00	434.250,00	65.507,66	403.720,83	0,22	30.529,17	70071,08	396.177,36	0,26	38.132,44	7.663,27	
Normatização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Tecnologia da Informação	1.502.000,00	1.878.678,00	29.341,00	1.807.182,68	0,99	171.449,72	320.633,28	816.065,28	0,94	1.062.814,72	791.120,00	
Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Atividade de Defesa Humana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Administração de Contratos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Comunicação Social	1.584.125,00	1.969.125,00	176.841,19	1.932.632,67	1,02	166.192,33	316.888,55	1.769.262,67	1,17	223.842,33	63.660,00	
F1004 - Demais Subfunções	2.955.160,00	2.030.150,00	141.232,30	1.327.212,05	0,74	702.873,95	202.559,45	1.316.673,19	0,87	713.746,82	10.538,87	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Arma	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1005 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1005 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Segurança Pública	2.679.021,00	3.910.107,32	375.964,13	3.424.362,41	1,91	485.749,91	510.215,98	2.623.914,58	1,73	1.296.192,74	800.437,83	
Policiamento	1.984.660,00	2.569.925,43	44.242,82	2.311.338,34	1,29	248.567,09	341.608,19	2.170.383,68	1,43	389.541,75	140.954,66	
Defesa Civil	884.052,00	1.350.181,89	231.721,31	1.113.014,07	0,62	237.167,82	168.407,79	453.530,90	0,30	886.650,99	659.483,17	
Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1006 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1006 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1007 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
F1007 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência Social	5.865.783,59	7.701.726,05	-11.558,12	4.574.342,74	2,55	3127.383,31	916.038,67	4.487.361,32	2,97	3.214.354,73	86.981.42	
Assistência ao Idoso	827.000,00	833.800,00	115.107,00	536.173,90	0,30	297.626,10	112.022,34	503.718,25	0,33	330.081,75	32.455,65	
Assistência ao Portador de Deficiência	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente	500.943,22	809.943,22	-396,48	181.882,76	0,10	618.060,46	15.006,01	181.882,76	0,12	619.050,46	0,00	
Assistência Comunitária	4.534.840,37	6.063.982,83	-126.323,71	3.856.286,08	2,15	2.107.696,75	788.600,32	3.801.780,31	2,51	2.262.225,52	54.525,77	

**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**TESOURO NACIONAL**

Função/Subfunção	Execução da Despesa										INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NOS PROCESSADOS
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS BEMFEITAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a)-(b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a)-(d)	
FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU08 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Social	13.876.996,00	13.878.996,00	-49.028,94	13.341.967,06	7,42	537.028,94	2.785.393,78	13.341.967,06	8,62	537.028,94	
Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário	13.876.996,00	13.878.996,00	-49.028,94	13.341.967,06	7,42	537.028,94	2.785.393,78	13.341.967,06	8,62	537.028,94	
Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Saúde	22.342.067,93	27.465.927,47	3.194.231,32	24.844.603,08	13,92	2.841.324,39	5.531.231,48	24.821.946,93	16,41	2.865.980,54	
Atenção Básica	11.253.344,46	13.694.020,72	2.397.438,99	12.455.626,94	6,93	1.536.191,76	3.312.800,99	12.441.180,20	9,22	1.522.840,32	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.532.089,39	8.670.279,41	257.768,36	7.982.504,32	4,44	687.774,59	1.503.643,30	7.974.987,41	5,27	7.974.987,41	
Suporte Profissional e Terapêutico	1.337.244,00	1.765.919,51	56.835,29	1.597.089,40	0,89	167.530,11	301.907,90	1.597.996,40	1,06	167.530,11	
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Vigilância Epidemiológica	1.058.973,23	1.551.270,98	264.666,09	1.481.333,30	0,82	69.937,68	306.625,19	1.481.333,30	0,86	69.937,68	
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Demais Subfunções	1.154.839,85	1.354.839,85	298.524,98	1.326.026,92	0,74	7.910,23	262,904,90	1.326.026,92	0,66	8.400,23	
Treino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU10 - Demais Subfunções	5.534.900,00	6.174.900,00	-374.625,04	5.073.975,33	2,82	1.100.884,71	1.223.112,41	5.062.925,60	3,35	1.111.987,40	
Relações Externas ao Trabalhador	5.534.900,00	6.174.900,00	-374.625,04	5.073.975,33	2,82	1.100.884,71	1.223.112,41	5.062.925,60	3,35	1.111.987,40	
Relações de Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Formação de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação	25.787.654,00	30.927.051,49	4.483.902,43	29.523.997,79	86,43	1403.153,70	5.972.399,62	29.243.988,48	99,33	1.681.103,01	
Ensino Fundamental	12.501.045,40	16.027.956,73	2.197.126,33	15.161.022,08	8,44	866.834,65	2.847.591,47	14.953.796,23	19,86	1.074.030,50	
Ensino Médio	207.542,00	207.542,00	-57.142,00	150.400,00	0,08	57.142,00	221.500,00	150.400,00	0,10	57.142,00	
Ensino Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Infantil	11.837.741,60	13.351.224,30	2.196.575,36	13.177.863,98	7,33	173.360,32	2.893.526,91	13.107.090,12	8,66	2441.133,76	
Educação de Jovens e Adultos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Educação Especial	242.000,00	242.000,00	0,00	242.000,00	0,13	0,00	39.250,00	242.000,00	0,16	0,00	
Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções	1.005.335,00	1.098.438,46	147.242,74	762.621,73	0,41	305.816,73	178.851,24	792.621,73	0,52	305.816,73	
Cultura	208.893,00	190.893,00	20.373,98	166.101,34	0,09	24.791,66	26.981,69	166.101,34	0,11	24.791,66	
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico	208.893,00	190.893,00	20.373,98	166.101,34	0,09	24.791,66	26.981,69	166.101,34	0,11	24.791,66	
FU13 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos de Cidadania	219.450,00	273.950,00	49.898,01	265.319,30	0,15	8.630,70	75.417,31	263.822,97	0,17	10.127,33	
Custódia e Reintegração Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções	219.450,00	273.950,00	49.898,01	265.319,30	0,15	8.630,70	75.417,31	263.822,97	0,17	10.127,33	
Urbanismo	117.16.061,80	26.593.454,57	3.668.172,88	26.593.454,57	14,80	5.922.423,70	13.533.616,34	13.533.616,34	8,95	18.962.297,43	
Infra-Estrutura Urbana	4.553.410,60	25.195.013,03	3.662.235,25	19.854.016,48	11,05	5.341.299,25	2.686.854,98	17.112.746,07	4,70	18.076.041,36	
Serviços Urbanos	4.346.651,00	4.344.954,64	-200.462,37	3.331.988,07	2,19	412.576,57	944.188,26	3.861.1182,89	2,55	483.381,75	
Transportes Coletivos Urbanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	2.726.000,00	2.976.000,00	408.400,00	2.807.450,02	1,56	168.549,98	442.380,46	2.555.155,68	1,69	420.844,32	
Habituação	548.600,00	523.600,00	41.063,98	295.038,04	0,16	228.961,96	285.638,85	285.638,85	0,19	237.968,15	
Habituação Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Documento gerado em 12/02/2020 14:28:53

<div><div><div><div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div><div><div><div><span></span></div></div><div><div><span></span></div></div></div></div><div><div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div><div><div>siconfi</div><div>TesouroNACIONAL</div></div></div></div></div></div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2019</div> <div>Período de referência: 6º bimestre</div>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Função/Subfunção											
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS A.T.E O BIMESTRE (f)	% (total/b)	DESPESAS EMPENHADAS A.T.E O BIMESTRE (g)	% (total/c)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS A.T.E O BIMESTRE (h)	SALDO (h) = (c)-(d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções	43.500,00	186.714,21	111.254,78	158.625,65	0,09	10.889,56	121.194,21	153.872,68	0,10	13.041,53	2.152,97
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bombas/dielétricos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções	1.097.451,00	2.207.281,00	408.177,62	2.051.657,66	1,14	156.623,34	177.752,52	1.665.458,81	1,09	550.732,19	395.108,85
Transporte	46.601,00	83.101,00	8.442,35	54.511,00	0,03	8.598,22	54.152,06	84.948,94	0,04	8.948,94	362,72
Transporte Aéreo	1.050.850,00	2.144.180,00	407.735,27	1.997.142,88	1,11	147.037,12	169.006,85	1.802.396,75	1,06	541.763,25	394.746,13
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções	2.145.001,00	3.068.950,99	125.694,33	2.906.714,32	1,62	160.226,67	862.344,21	2.829.212,52	1,74	437.338,47	277.501,80
Desporto e Lazer	1.945.001,00	2.838.950,99	124.949,83	2.689.804,49	1,49	158.146,50	62.334,21	2.416.170,52	1,60	427.760,47	264.633,97
Desporto Comunitário	201.000,00	226.000,00	734,50	225.909,83	0,13	901,71	37.990,00	213.042,00	0,14	12.958,00	12.867,83
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU27 - Administração Geral	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU27 - Demais Subfunções	4.810.020,00	5.420.148,10	807.008,10	5.217.793,34	2,90	2.022.676,76	1.026.401,66	4.866.286,76	3,30	433.217,34	228.500,58
Energias Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	983.000,00	1.374.530,00	369.989,44	1.370.989,44	0,76	3.510,56	453.429,47	1.370.293,04	0,91	4.290,96	760,40
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	3.828.020,00	4.043.936,10	416.018,66	3.844.799,90	2,14	199.149,20	565.981,19	3.818.073,72	2,39	427.860,38	228.720,18
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções	5.172.474,38	5.172.474,38	0,00	5.172.474,38	7,44	1.14.569,18	3.011.376,43	13.128.486,23	8,68	1.666.329,44	251.760,26
Reserva de Contingência	14.290.157,55	14.794.793,67	2.054.591,28	13.380.226,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTARIAS) (III)	157.368.000,00	210.953.203,89	26.504.561,25	179.721.452,52	100,00	30.861.837,37	35.327.257,92	151.285.422,98	100,00	59.207.886,91	28.430.629,54
TOTAL (III) = (I + II)											

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas**

[illegible]

**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

	Função/Subfunção - Intra	DOTACÃO INICIAL	DOTACÃO ATUALIZADA (R)	Execução de Despesa - Intra					DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (R)	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (R)	SALDO (H) = INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (F)
				DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (R)	% (BIBI B)	SALDO (G) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (R)			
	Representação Judicial e Extrajudicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU03 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU03 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Administração	236.626,00	512.626,00	85.103,92	495.713,54	0,28	16.912,46	90.941,46	486.713,54	0,33	16.912,46
	Planejamento e Orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU04 - Administração Geral	190.626,00	457.626,00	77.243,37	442.852,99	0,25	14.773,01	77.243,37	442.852,99	0,29	14.773,01
	Administração Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Controle Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Normalização e Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Tecnologia da Informação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ordenamento Territorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Formação de Recursos Humanos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Administração de Recrutamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Administração de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Comunicação Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU04 - Demais Subfunções	45.000,00	55.000,00	7.860,55	52.860,55	0,03	2.139,45	13.698,09	52.860,55	0,03	2.139,45
	Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Defesa Aérea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Defesa Naval	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Defesa Terrestre	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU05 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU05 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Segurança Pública	1.050,00	1.050,00	-177,98	522,02	0,00	527,98	84,68	480,32	0,00	569,68
	Policamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Defesa Civil	1.050,00	1.050,00	-177,98	522,02	0,00	527,98	84,68	480,32	0,00	569,68
	Informação e Inteligência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU06 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU06 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Relações Diplomáticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Cooperação Internacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU07 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU07 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Assistência Social	509.903,10	489.903,10	94.920,50	454.916,05	0,25	34.986,45	103.220,72	453.644,94	0,30	36.258,16
	Assistência ao Idoso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1271,71
	Assistência ao Portador de Deficiência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Assistência Comunitária	25.082,00	25.082,00	-5.738,58	19.343,42	0,01	5.738,58	2.561,64	18.071,11	0,01	7010,29
	FU08 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1271,71
	FU08 - Demais Subfunções	484.821,10	464.821,10	100.659,08	435.573,23	0,24	29.247,87	100.659,08	435.573,23	0,29	29.247,87
	Previdência Social	1.541.200,00	1.411.200,00	308.810,06	1.387.555,42	0,76	52.444,58	308.810,06	1.387.555,42	0,90	52.444,58
	Previdência Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Previdência do Regime Estatutário	1.541.200,00	1.411.200,00	308.810,06	1.387.555,42	0,76	52.444,58	308.810,06	1.387.555,42	0,90	52.444,58
	Previdência Complementar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Previdência Especial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU09 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU09 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Saúde	1.663.480,05	1.942.480,05	617.047,93	1.921.189,82	1,07	21.270,23	622.373,98	1.921.189,82	1,27	21.270,23
	Atenção Básica	141.000,00	131.000,00	30.312,13	125.299,30	0,07	5.700,70	33.679,81	125.299,30	0,08	5.700,70
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	34.000,00	3.000,00	-1.486,36	1.513,64	0,00	1.486,36	472,01	1.513,64	0,00	1.486,36
	Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	FU10 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Página 12 de 39

Documento gerado em 12/02/2020 14:28:53



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	Execução da Despesa - Intra				DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	%	(dili d)	SALDO (e) = (a-f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			(mili b)	(a-b)	(c-b)	(c-b)								
Desenvolvimento Científico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU19 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU19 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU20 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU20 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Colonização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU21 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU21 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mineração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Normalização e Qualidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU22 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU22 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU23 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU23 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Telecomunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU24 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU24 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis Minerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Biocombustíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU25 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU25 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Ferroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Hidroviário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transportes Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU26 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU26 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TesouroNACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (dili b)	SALDO (c) = DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (dili d)	SALDO (e) =	
Despote de Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despote Comunitário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU27 - Administração Geral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU27 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	4.197.938,96	4.506.577,08	-236.339,21	4.070.237,87	2,26	436.339,21	672.757,61	3.820.438,78	2,53	686.138,30
Refinanciamento da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	4.092.938,96	4.401.577,08	-236.339,21	3.965.237,87	2,21	436.339,21	641.249,77	3.716.438,78	2,46	686.138,30
Serviço da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	105.000,00	105.000,00	0,00	105.000,00	0,06	0,00	31.597,84	105.000,00	0,07	0,00
Transferências para a Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FU28 - Demais Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Documento gerado em 12/02/2020 14:28:53



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	



**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**Tesouro Nacional**

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**

**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**

**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**

**CNPJ:**

**Exercício: 2019**

**Período de referência: 6º bimestre**

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas	Recargas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	PREVISÃO INICIAL	Execução da Receita		Até o Bimestre / 2018
			PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019	
RECEITAS CORRENTES (I)		-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados		20.009.970,38	20.009.970,38	29.307.884,81	22.575.534,20
Civil		4.094.557,17	4.094.557,17	4.126.398,45	3.705.185,19
Ativo		4.094.557,17	4.094.557,17	4.126.398,45	3.705.185,19
Inativo		4.049.787,17	4.049.787,17	3.881.187,24	3.520.690,66
Pensionista		36.300,00	36.300,00	229.423,94	156.423,28
Militar		8.470,00	8.470,00	15.787,27	28.071,25
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais		8.087.474,38	8.087.474,38	7.762.317,65	7.075.548,07
Civil		8.087.474,38	8.087.474,38	7.762.317,65	7.075.548,07
Ativo		8.087.474,38	8.087.474,38	7.762.317,65	7.075.548,07
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		3.993.000,00	3.993.000,00	13.125.689,33	8.266.296,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		3.993.000,00	3.993.000,00	13.125.689,33	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	8.266.296,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		3.834.938,83	3.834.938,83	4.293.479,38	3.528.504,94
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		242.000,00	242.000,00	552.503,79	388.521,67
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)		3.592.938,83	3.592.938,83	3.715.438,76	3.136.316,67
Demaís Receitas Correntes		0,00	0,00	25.536,83	3.666,60
RECEITAS DE CAPITAL (III)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)		16.417.031,55	16.417.031,55	25.592.446,05	19.439.217,53

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

## Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)


Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2019	Em 2018
<b>Despesas</b>								
ADMINISTRAÇÃO (V)	14.973.596,00	15.063.596,00	591.136,63	518.805,95	519.862,54	490.695,28	61.274,09	28.110,69
Despesas Correntes	14.923.596,00	15.013.596,00	590.276,63	518.805,95	519.002,54	490.695,28	61.274,09	28.110,69
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	860,00	0,00	860,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	13.341.567,06	11.024.725,66	13.341.567,06	11.024.725,66	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	13.341.567,06	11.024.725,66	13.341.567,06	11.024.725,66	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	11.480.958,56	9.190.711,04	11.480.958,56	9.190.711,04	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	1.860.608,50	1.834.014,62	1.860.608,50	1.834.014,62	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	14.973.596,00	15.063.596,00	13.922.703,69	11.543.531,61	13.861.429,60	11.515.429,92	61.274,09	28.110,69
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	1.443.435,55	1.353.435,55	11.669.742,36	7.895.685,92	11.731.016,45	7.923.798,61		

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário</b>	-
VALOR	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>Reserva Orçamentária do RPPS</b>	-
VALOR	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
<b>Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS</b>	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
<b>Bens e Direitos do RPPS</b>	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	788.859,15	1.156.984,43
Investimentos e Aplicações	102.074.493,81	87.445.876,97
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

<div><div><div><div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div><div></div>&lt;</div></div></div></div>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas	Recursos	PREVISÃO INICIAL	Execução da Receita		RECEITAS REALIZADAS
			PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
RECEITAS CORRENTES (X)		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					
Inativo					
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo					
Inativo					
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL (X)		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (X + X)		0,00	0,00	0,00	0,00


RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas	Recursos	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Execução da Despesa				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Em 2018
				DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2018	



**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa						INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2019	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
<b>Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor</b>	<b>APORTES REALIZADOS</b>
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	

**RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019 RECEITAS REALIZADAS (a)
<b>Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias</b>	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	145.285.650,93	165.623.892,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	32.864.339,78	38.184.578,89
IPTU	10.846.510,00	12.637.830,75
ISS	10.594.200,00	11.796.589,86
ITBI	2.232.430,00	2.271.278,81
IRRF	3.839.000,00	5.168.428,50
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.352.199,78	6.310.450,97
Contribuições	10.036.337,17	10.318.342,26
Receita Patrimonial	6.832.453,46	16.234.629,41
Aplicações Financeiras (II)	6.689.869,46	15.958.877,51
Outras Receitas Patrimoniais	142.584,00	275.751,90
Transferências Correntes	67.931.314,15	73.130.643,59
Cota-Parte do FPM	15.212.000,00	15.339.890,45
Cota-Parte do ICMS	19.200.000,00	21.933.303,54
Cota-Parte do IPVA	4.120.000,00	4.485.850,43
Cota-Parte do ITR	8.352,00	12.702,15
Transferências da LC 87/1996	64.320,00	0,00
Transferências da LC nº 61/1989	336.000,00	281.412,91
Transferências do FUNDEB	14.200.000,00	15.812.468,71
Outras Transferências Correntes	14.790.642,15	15.265.015,40
Demais Receitas Correntes	27.621.206,37	27.755.697,88
Outras Receitas Financeiras (III)	260,00	16.813,66
Receitas Correntes Restantes	27.620.946,37	27.738.884,22
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	138.595.521,47	149.648.200,86
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.353.000,00	4.831.917,47
Operações de Crédito (VI)	1.503.000,00	3.205.657,30
Amortização de Empréstimos (VII)	112.000,00	164.561,53
Alienação de Bens	88.000,00	170.688,14
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	88.000,00	170.688,14
Transferências de Capital	650.000,00	1.291.010,50
Convênios	0,00	987.035,51
Outras Transferências de Capital	650.000,00	303.974,99
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	738.000,00	1.461.698,64
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	139.333.521,47	151.109.899,50



Tesouro Nacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social


CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária					
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
<b>Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias</b>						<b>PAGOS (c)</b>
DESPESAS CORRENTES (XIII)	140.349.072,25	128.465.083,82	125.545.863,15	124.957.811,27	70.506,93	2.007.044,40
Pessoal e Encargos Sociais	76.922.802,31	72.247.994,55	72.227.777,39	72.227.777,39	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	369.160,00	365.177,01	367.807,91	367.807,91	0,00	18.879,11
Outras Despesas Correntes	63.057.109,94	55.848.912,26	52.950.277,05	52.362.225,97	70.506,93	1.988.165,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	139.979.972,25	128.096.996,81	125.178.055,24	124.590.003,36	70.506,93	1.988.165,29
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	50.266.967,59	37.876.142,21	12.611.093,60	12.604.789,60	0,00	11.965.531,81
Investimentos	49.060.576,59	36.873.329,78	11.608.692,47	11.602.388,47	0,00	11.500.319,47
Inversões Financeiras	201.051,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	201.051,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amenização da Dívida (XX)	1.005.340,00	1.002.812,43	1.002.401,13	1.002.401,13	0,00	65.212,34
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	49.261.627,59	36.873.329,78	11.608.692,47	11.602.388,47	0,00	11.500.319,47
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	189.241.539,84	164.970.236,59	136.786.747,71	136.192.391,83	70.506,93	13.488.484,76

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
Resultado Primário - Acima da Linha	VALOR INCORRIDO
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))	1.358.515,98

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
Meta Fiscal para o Resultado Primário	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Juros Nominais	Até o Bimestre 2019
Juros Nominais	VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	15.933.359,41
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	406.229,75

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2019
Resultado Nominal - Acima da Linha	VALOR INCORRIDO
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	16.885.645,64

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Em 31/12/2018 (a)	Até o Bimestre 2019 (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	2.719.894,05	4.990.379,38
DEDUÇÕES (XXIX)	62.071.826,49	64.965.118,35
Disponibilidade de Caixa	62.071.826,49	65.022.215,88
Disponibilidade de Caixa Bruta	62.164.028,49	65.625.917,92
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	92.202,00	603.702,04
Demais Haveres Financeiros	0,00	-57.097,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-59.351.932,44	-59.974.738,97

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Até o Bimestre / 2019
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	622.806,53

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Ajuste Metodológico	Até o Bimestre 2019
Ajuste Metodológico	VALOR INCORRIDO
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-511.500,04
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	348.846,02
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	16.100.185,09
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	16.885.645,64

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2019
<b>Resultado Primário - Abaixo da Linha</b>	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	1.358.515,98

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
<b>Informações Adicionais</b>	-
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	22.764.731,96
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	22.764.731,96
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

**RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	


<div><div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div></div><div>TesouroNACIONAL</div></div>	<div>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</div> <div>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</div> <div>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</div> <div>CNPJ:</div> <div>Exercício: 2019</div> <div>Período de referência: 6º bimestre</div>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**RRR-ANEXO 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

[illegible]

**RRREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

Poder/Órgão - Instância	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				Saldo Total - (a + b + c)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Pagos (c)	Saldo em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Saldo e (a + b) - (c + d)	Em Exercícios Anteriores (e)	Liquidades (f)	Pagos (g)	Calculados (h)	
PODER JUDICIÁRIO	0,00	21.697,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 1ª Instância	0,00	21.697,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 2ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 3ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 4ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 5ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 6ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 7ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 8ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 9ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 10ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 11ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 12ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 13ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 14ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 15ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 16ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 17ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 18ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 19ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 20ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 21ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 22ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 23ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 24ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 25ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 26ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 27ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 28ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 29ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 30ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 31ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 32ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 33ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 34ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 35ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 36ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 37ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 38ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 39ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 40ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 41ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 42ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 43ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 44ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 45ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 46ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 47ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 48ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 49ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 50ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 51ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 52ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 53ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 54ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 55ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 56ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 57ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 58ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 59ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 60ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 61ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 62ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 63ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 64ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 65ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 66ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 67ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 68ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 69ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 70ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 71ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 72ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 73ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 74ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 75ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 76ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 77ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 78ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 79ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 80ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 81ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 82ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 83ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 84ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 85ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 86ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 87ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 88ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 89ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 90ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 91ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 92ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 93ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 94ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 95ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 96ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 97ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 98ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 99ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 100ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 101ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 102ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 103ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 104ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 105ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 106ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 107ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 108ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 109ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 110ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 111ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 112ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 113ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 114ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 115ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 116ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 117ª Instância	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER JUDICIÁRIO - 118ª Instância	0,								

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Receitas	Receitas de Operações de Crédito		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>Receitas</b>	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.503.000,00	3.205.657,30	-1.702.657,30

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Despesas	Despesas de Capital		
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
<b>Despesas</b>	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	50.266.967,59	37.876.142,21	12.390.825,38
Investimentos	49.060.576,59	36.873.329,78	12.187.246,81
Inversões Financeiras	201.051,00	0,00	201.051,00
Amortização da Dívida	1.005.340,00	1.002.812,43	2.527,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	50.266.967,59	37.876.142,21	12.390.825,38

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Resultado para Apuração da Regra de Ouro	Resultado para Apuração da Regra de Ouro		
	(d - a)	(e - b)	(f - c)
<b>Resultado para Apuração da Regra de Ouro</b>	-	-	-
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)	48.763.967,59	34.670.484,91	14.093.482,68

**RREO-Anexo 09 | Tabela 9.0 - Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b> <b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b> <b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b> <b>CNPJ:</b> <b>Exercício: 2019</b> <b>Período de referência: 6º bimestre</b>
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**RRR-ANEXO 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

[illegible]



**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

**TESOURO NACIONAL**

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário				Projeção Atuarial do RPPS - Plano Previdenciário	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)		SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2059	8.991,70	2.148.843,60	-2.139.851,90	-87.330.932,58	
2060	4.748,02	1.919.971,68	-1.915.223,66	-89.246.156,24	
2061	4.528,08	1.716.655,82	-1.712.129,74	-90.958.285,98	
2062	0,00	1.520.323,26	-1.520.323,26	-92.478.609,24	
2063	0,00	1.344.510,50	-1.344.510,50	-93.823.119,74	
2064	0,00	11.865.866,71	-11.865.866,71	-105.688.396,45	
2065	0,00	1.035.102,17	-1.035.102,17	-106.724.088,62	
2066	0,00	907.314,04	-907.314,04	-107.631.402,66	
2067	0,00	789.552,14	-789.552,14	-108.420.954,80	
2068	0,00	685.626,04	-685.626,04	-109.106.580,84	
2069	0,00	593.573,05	-593.573,05	-109.700.153,89	
2070	0,00	510.601,16	-510.601,16	-110.210.755,05	
2071	0,00	437.520,85	-437.520,85	-110.648.275,90	
2072	0,00	372.016,64	-372.016,64	-111.020.292,54	
2073	0,00	314.936,71	-314.936,71	-111.335.229,25	
2074	0,00	264.329,20	-264.329,20	-111.599.558,45	
2075	0,00	220.950,40	-220.950,40	-111.820.508,85	
2076	0,00	182.712,67	-182.712,67	-112.003.221,52	
2077	0,00	149.687,95	-149.687,95	-112.152.909,47	
2078	0,00	121.304,15	-121.304,15	-112.274.213,62	
2079	0,00	97.658,41	-97.658,41	-112.371.872,03	
2080	0,00	77.943,16	-77.943,16	-112.449.815,19	
2081	0,00	60.937,49	-60.937,49	-112.510.752,68	
2082	0,00	47.176,73	-47.176,73	-112.557.929,41	
2083	0,00	36.404,54	-36.404,54	-112.594.333,95	
2084	0,00	27.737,19	-27.737,19	-112.622.071,14	
2085	0,00	20.825,98	-20.825,98	-112.642.897,12	
2086	0,00	15.188,25	-15.188,25	-112.658.085,37	
2087	0,00	11.196,94	-11.196,94	-112.669.282,31	
2088	0,00	8.113,25	-8.113,25	-112.677.395,56	
2089	0,00	5.906,84	-5.906,84	-112.683.302,40	
2090	0,00	4.490,36	-4.490,36	-112.687.792,76	
2091	0,00	3.555,24	-3.555,24	-112.691.348,00	
2092	0,00	2.986,70	-2.986,70	-112.694.334,70	

**RRREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	
			RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)
			SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)



**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro			Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		
	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)		DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)	
2019						
2020						
2021						
2022						
2023						
2024						
2025						
2026						
2027						
2028						
2029						
2030						
2031						
2032						
2033						
2034						
2035						
2036						
2037						
2038						
2039						
2040						
2041						
2042						
2043						
2044						
2045						
2046						
2047						
2048						
2049						
2050						
2051						
2052						
2053						
2054						
2055						
2056						
2057						
2058						
2059						
2060						
2061						

 <small>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</small> <b>TesouroNACIONAL</b>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
<b>Período de referência: 6º bimestre</b>	

	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro	Projeção Atuarial do RPPS - Plano Financeiro		
		RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)
2062				SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício Anterior) + (c)
2063				
2064				
2065				
2066				
2067				
2068				
2069				
2070				
2071				
2072				
2073				
2074				
2075				
2076				
2077				
2078				
2079				
2080				
2081				
2082				
2083				
2084				
2085				
2086				
2087				
2088				
2089				
2090				
2091				
2092				



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

**RREO-Anexo 10 - RPPS | Tabela 10 - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	


**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

Receitas	Execução da Receita		
	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
<b>Receitas</b>	-	-	-
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	88.100,00	171.907,47	-83.807,47
Receita de Alienação de Bens Móveis	88.000,00	145.531,70	-57.531,70
Receita de Alienação de Bens Imóveis	0,00	25.156,44	-25.156,44
Receita de Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	100,00	1.219,33	-1.119,33

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p>	<p><b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b></p> <p><b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b></p> <p><b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b></p> <p><b>CNPJ:</b></p> <p><b>Exercício: 2019</b></p> <p><b>Período de referência: 6º bimestre</b></p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

RRREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos

[illegible]

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

Saldo Financeiro a Aplicar	Saldo Financeiro a Aplicar		
	2018 (i)	2019 (j) = (Ib - (IIc + IId))	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Saldo Financeiro a Aplicar	-	-	-
VALOR (III)	0,00	99.393,76	99.393,76

**RREO-Anexo 11 | Tabela 11.0 - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	REGISTROS EFETUADOS EM 2019	
		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>Impactos das Contratações de PPP</b>	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00
Riscos não Provisionados	0,00	0,00	0,00
Garantias Concedidas	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00



**siconfi**  
Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

Relatório Resumido de Execução Orçamentária

Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2019

Período de referência: 6º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)


Despesas de PPP Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP									
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP										
Total das Despesas de PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>
TOTAL DAS DESPESAS										
PPP A CONTRATAR (II)										
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)										
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)										
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)										

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	<b>Relatório Resumido de Execução Orçamentária</b>
	<b>Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2019</b>
	<b>Período de referência: 6º bimestre</b>

**RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2019
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Balanco Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
<b>Balanco Orçamentário</b>	-
<b>RECEITAS</b>	
Previsão Inicial	157.315.500,00
Previsão Atualizada	157.315.500,00
Receitas Realizadas	179.880.430,12
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	22.764.731,96
<b>DESPESAS</b>	
Dotação Inicial	157.366.000,00
Créditos Adicionais	53.217.309,89
Dotação Atualizada	210.583.309,89
Despesas Empenhadas	179.721.452,52
Despesas Liquidadas	151.285.422,98
Despesas Pagas	150.681.720,94
Superávit Orçamentário	158.977,60

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
<b>Despesas por Função/Subfunção</b>	-
Despesas Empenhadas	179.721.452,52
Despesas Liquidadas	151.285.422,98

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
<b>Receita Corrente Líquida - RCL</b>	-
Receita Corrente Líquida	160.944.989,79

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
<b>Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores</b>	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	25.592.446,05
Despesas Previdenciárias Liquidadas	13.922.703,69
Resultado Previdenciário	11.669.742,36
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Resultados Primário e Nominal	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
<b>Resultados Primário e Nominal</b>	-	-	-
Resultado Primário - Acima da Linha	0,00	1.358.515,98	0,00
Resultado Nominal - Acima da Linha	0,00	16.885.645,64	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
<b>Restos a Pagar por Poder e Ministério Público</b>	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	92.203,00	28,12	92.174,88	0,00
Poder Executivo	92.203,00	28,12	92.174,88	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	17.948.691,87	2.107.610,93	13.572.576,21	2.268.504,73
Poder Executivo	17.948.691,87	2.107.610,93	13.572.576,21	2.268.504,73
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.040.894,87	2.107.639,05	13.664.751,09	2.268.504,73

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Ensino	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino</b>	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	24.025.859,53	25,00	28,58
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	14.425.651,37	60,00	90,26
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo Não Realizado
<b>Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital</b>	-	-
Receitas de Operações de Crédito	3.205.657,30	-1.702.657,30
Despesa de Capital Líquida	37.876.142,21	12.390.825,38

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
<b>Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência</b>	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	10.068.561,84	5.106.850,05	2.290.529,29	93.418,53
Despesas Previdenciárias	11.508.646,47	10.338.055,23	7.766.195,87	3.528.077,14
Resultado Previdenciário	-1.440.084,63	-5.231.205,18	-5.475.666,58	-3.434.658,61
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado no Exercício	Saldo a Realizar
<b>Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos</b>	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	171.907,47	-83.807,47
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	72.513,71	41.019,18

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Valor Apurado Até o Bimestre	Apuração das Despesas com Saúde	
		Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
<b>Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde</b>	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	16.022.472,70	15,00	19,57

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período	
	Valor Apurado no Exercício Corrente	
<b>Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP</b>	-	
Total das Despesas/RCL (%)	0,00	

**RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios**

**siconfi**  
TESOURO NACIONALSistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**  
**Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC (Poder Executivo)**  
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**  
**CNPJ:**  
**Exercício: 2019**  
**Período de referência: 6º bimestre**

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2019
Notas Explicativas	-

## Lista de Assinaturas

## Assinatura: 1

Digitally signed by FERNANDA BRAGA:07298751999  
Date: 2020.02.12 14:29:38 BRT  
Perfil: Contador Responsável  
Instituição: Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC

## Assinatura: 2

Digitally signed by DIOCLELIO RAGNINI:42395984949  
Date: 2020.02.12 14:30:53 BRT  
Perfil: Titular do Poder Executivo  
Instituição: Prefeitura Municipal de Joaçaba - SC

## Assinatura: 3

## Assinatura: 4

## Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PORTARIA JHL 063/2020**

Publicação Nº 2354469

PORTARIA SIMAE. JHL Nº – 063/2020 DE 12.02.2020

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) Edson Rodrigo Besbati, Mecânico de Manutenção, Licença-Prêmio a que tem direito solicitada através do processo nº 402/2020 de 06 de fevereiro de 2020, referente ao período aquisitivo de 04.02.2018 à 03.02.2019 para serem fruídos no período de 10.02.2020 à 21.02.2020 (12 dias), de acordo com o Artigo 80, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 12 de fevereiro de 2020, retroagindo seus efeitos ao período de 10 de fevereiro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 12 de fevereiro de 2020.

Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PREGÃO PRESENCIAL JHL 0009/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2352952

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0012/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009/2020  
PROTOCOLO JHL 0375/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0009/2020 – Licitação 0012/2020, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS EM AMOSTRAS DE ÁGUA IN NATURA, ESGOTO SANITÁRIO BRUTO E TRATADO DO SIMAE, DE ACORDO COM O SOLICITADO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE E ÓRGÃOS FISCALIZADORES.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 28/02/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 28/02/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 13/02/2020 a 28/02/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 11 de fevereiro de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

**ATA TOMADA DE PREÇOS 0001/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2354495



Rua Tiradentes, 123 - Centro - Joaçaba - SC  
CEP: 89600-000 CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200  
Site: <http://www.simae.sc.gov.br>

Página: 1 / 2  
Data: 12/02/2020  
55056

**ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO : 2/2020**

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte (12/02/2020), às nove horas e dez minutos, no auditório do Simae, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba, SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação do Simae de Joaçaba, designada pela Portaria n.º JHL-557/2019, de 26/12/2019, sob a presidência de Wilian Sartor Sganzerla, Vice-Presidente, estando presentes os membros Alessandra Marcon Zanchetta e Fabíola Fritzen Pellizzaro, para abertura e julgamento dos envelopes documentação da Tomada de Preços JHL 0001/2020 - Licitação 0002/2020, destinada à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA: 1) EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE ADUTORA E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NA AV. XV DE NOVEMBRO, AV. RIO BRANCO, RUA CEL. ARTUR PEREIRA, RUA DUQUE DE CAXIAS E RUA MANOEL ANTÔNIO PEREZ, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC; 2) EXECUÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTO E REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA NAS RUAS ALBERTO CARLOS SACCOL, LUIS MOTTA E SANTA MARTA, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC; 3) EXECUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA TRATADA NA AV. AYRTON SENNA DA SILVA, RUA TANCREDO NEVES E WALDOMIRO DE MARÇO, EM JOAÇABA/SC. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 3036, página nº 767, no dia 24 de janeiro de 2020, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, edição nº 21.188, página nº 32, em 24 de janeiro de 2020, no Jornal de Circulação Estadual, Diário Catarinense, pág 3, de 24 de janeiro de 2020, disponibilizado ainda, no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Abertos os trabalhos, compareceu à sessão a empresa: Sul Vale Construtora de Obras Eireli - EPP, representada pelo Sr. Percio Luiz Finger; Construções Herval Ltda EPP, representada pelo Sr. Cesar Lucimar Segatto. O Senhor Vice-Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Documentação, colocando à disposição do presente os documentos neles contidos para exame e rubrica. Da análise dos documentos a Comissão deliberou: 1) Habilitar as empresas: Sul Vale Construtora de Obras Eireli – EPP e Construções Herval Ltda EPP, tendo em vista a apresentação da documentação de acordo com as exigências do Edital. Considerando que os representantes das empresas participantes assinaram termo desistindo da interposição de recurso, o Sr. Presidente autorizou que fosse aberto os envelopes das propostas comerciais, as quais foram passadas para os presentes assinarem. Da análise e exame da proposta, à vista das exigências constantes do Edital, a Comissão deliberou desclassificar as empresas Sul Vale Construtora de Obras Eireli – EPP e Construções Herval Ltda EPP, pois não atenderam ao solicitado no item 8.1, alínea “d5” do Edital. Considerando o disposto no art. 48, §3º da Lei 8.666/93 (Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis.) o Vice-Presidente da Comissão optou por abrir o prazo de 8 (oito) dias úteis para regularização das propostas apresentadas, sem alteração do valor total unitário e por lote. Em nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Wilian Sartor Sganzerla  
Vice-Presidente da CPL

Fabíola Fritzen Pellizzaro  
Suplente da CPL

Alessandra Marcon Zanchetta  
Vogal da CPL

Percio Luiz Finger  
Sul Vale Construtora de Obras Eireli - EPP



Rua Tiradentes, 123 - Centro - Joaçaba - SC  
CEP: 89600-000 CNPJ: 84.591.890/0001-43 Telefone: (49) 3551-8200  
Site: <http://www.simae.sc.gov.br>

Página: 2 / 2  
Data: 12/02/2020  
55056

---

## ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO : 2/2020

Cesar Lucimar Segatto  
Construções Herval Ltda EPP

# José Boiteux

## PREFEITURA

### DECRETO 006/2020

Publicação Nº 2354177

DECRETO nº. 006/2020, de 23 de janeiro de 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

#### DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior na importância de R\$640.430,51 (seiscentos e quarenta mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta e um centavo), conforme especificação a seguir:

02	Gabinete do Prefeito e Vice	
001	Gabinete do Prefeito e Vice	
0004.0122.0201.2004	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	
3449000000000000	Aplicações diretas	
03890000	Alienções de Bens - Outros	R\$47.700,00
03	Secretaria de Planejamento Administração e Finanças	
001	Secretaria de Planejamento Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2006	Realização de Festas e Eventos	
3449000000000000	Aplicações diretas	
03500000	Cessão Onerosa	R\$237.711,71
06	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	
001	Secretaria da Educacao Cultura e Desporto	
0012.0361.0601.2016	Manutenção da Secretaria de Educação	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$1.975,62
0012.0361.0601.2018	Manutenção do Ensino Fundamental	
3319000000000000	Aplicações diretas	
03190000	Transferências FUNDEB 40%	R\$45.182,66
03180000	Transferências FUNDEB 60%	R\$58.227,99
3339000000000000	Aplicações diretas	
03360000	Transferências do Salário Educação	R\$6.972,14
0012.0361.0601.2019	Manutenção do Transporte Escolar	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03620100	Convênio Estado - Transp. Escolar	R\$0,61
03370200	Transferências Pnate	R\$137,98
0012.0306.0601.2020	Merenda Escolar	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03370100	Transferências Pnae	R\$162,54
0012.0365.0601.1004	Construção, Ampliação e Reforma de Ceis	
3449000000000000	Aplicações diretas	
03620200	Convênio Estado Reforma CEI Tia Páscoa	R\$100.000,00
07	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
001	Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
0026.0782.0701.2024	Manutenção da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Públicos	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03390000	Fundo Especial de Petróleo	R\$3.611,59
03070000	Contrib. Interv. Domínio Econ. - Cide	R\$6,69
0025.0752.0702.2012	Manutenção e Melhoramento da Iluminação Pública	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ.-cosip	R\$8.879,94
09	Fundo Municipal de Assistência Social	
001	Fundo Municipal de Assistência Social	
0008.0244.0901.2027	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
3319000000000000	Aplicações diretas	
03350100	Convivência e Fort. de Vínculos - União	R\$31.249,54
03350400	Piso Básico Fixo (PSB)	R\$38.116,49

3339000000000000	Aplicações diretas	
03650100	Convivência e Fort. de Vínculos - Estado	R\$17.566,77
03650200	Benef. Eventuais - Custeio (estado)	R\$1,67
03350200	Igd Suas	R\$2.768,80
03350300	Piso de Trans. Média Complexidade - Ptmc	R\$2.834,96
03350500	Bolsa Família - Igd Pbf	R\$9.851,55
03350800	BPC na Escola	R\$1,64
11	Fundo da Infância e Adolescência	
001	Fundo da Infância e Adolescência	
0004.0122.0201.2004	Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03090000	FIA Imposto de Renda	R\$552,59
14	Fundo Municipal de Transito	
001	Fundo Municipal de Transito	
0006.0181.1401.2038	Manutenção do Fundo Municipal de Transito	
3339000000000000	Aplicações diretas	
03120000	Convênio Trânsito - Prefeitura	R\$26.917,03
Total		R\$640.430,51

Art. 2º Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, identificados através da(s) fonte(s) de recurso(s) a seguir relacionada(s):

Código	Descrição	Valor
3010000	Recursos Ordinários - 25% Educação	R\$ 1.975,62
3070000	Contrib. Interv. Domínio Econ. - Cide	R\$ 6,69
3080000	Contrib. Custeio Serv. Ilum. Públ.-cosip	R\$ 8.879,94
03090000	FIA Imposto de Renda	R\$552,59
03120000	Convênio Trânsito - Prefeitura	R\$26.917,03
3180000	Transferências FUNDEB 60%	R\$58.227,99
3190000	Transferências FUNDEB 40%	R\$45.182,66
3350100	Convivência e Fort. de Vínculos - União	R\$ 31.249,54
3350200	Igd Suas	R\$ 2.768,80
3350300	Piso de Trans. Média Complexidade - Ptmc	R\$ 2.834,96
3350400	Piso Básico Fixo (PSB)	R\$ 38.116,49
3350500	Bolsa Família - Igd Pbf	R\$ 9.851,55
3350800	BPC na Escola	R\$ 1,64
03360000	Transferências do Salário Educação	R\$6.972,14
3370100	Transferências Pnae	R\$ 162,54
3370200	Transferências Pnate	R\$ 137,98
3390000	Fundo Especial de Petróleo	R\$ 3.611,59
3620100	Convênio Estado - Transp. Escolar	R\$ 0,61
03620200	Convênio Estado Reforma CEI Tia Páscoa	R\$100.000,00
03650100	Convivência e Fort. de Vínculos - Estado	R\$17.566,77
3650200	Benef. Eventuais - Custeio (estado)	R\$ 1,67
03890000	Alienações de Bens - Outros	R\$47.700,00
03500000	Cessão Onerosa	R\$237.711,71
Total		R\$640.430,51

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 23 de janeiro de 2020.  
Jonas Pudewell  
Prefeito Municipal



**DECRETO 007/2020**

Publicação Nº 2354191

**DECRETO nº. 007/2020, de 23 de janeiro de 2020.****ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR  
CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO  
DO EXERCÍCIO ANTERIOR.**

**Jonas Pudewell**, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

**Art. 1** - Fica aberto crédito suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior na importância de R\$190.552,18 (cento e noventa mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e dezoito centavos), conforme especificação a seguir:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
3319000000000000	Aplicações diretas	
03380001	Nasf - Federal (ab)	R\$4.280,23
03380007	Pab Federal (ab)	R\$602,73
03380002	Esf - Saúde da Família (ab)	R\$23.040,72
03380008	Saúde Bucal (ab)	R\$1.819,55
03380009	Acs - Agentes Comunitários de Saúde (ab)	R\$8.979,87
0380019	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica (AB)	R\$13.879,24
3335000000000000	Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos	
03380003	Mac- Teto Federal	R\$74,78
3339000000000000	Aplicações diretas	
03000000	Recursos Ordinários	R\$11.241,34
03000200	Recursos Ordinários - Taxa Vigilância Sanitária	R\$6.705,59
03380006	Pmaq (rab-pmaq-sm) (ab)	R\$7.473,96
03380004	Farmácia Básica - Federal (fb)	R\$838,56
03020000	Recursos Ordinários - 15% Saúde	R\$7.629,27
03380107	Pab Federal Complementação	R\$162,13
03380207	Pab Federal Complementação Bancada	R\$3,71
03383005	Programa Saude na Escola - Pse (ab)	R\$6.676,00
03670001	Nasf - Estadual (ab)	R\$5.225,00
03670002	Esf-cofinanciamento Estdo (ab)	R\$32.077,08
03670004	Farmácia Básica - Estado (fb)	R\$2.459,29
3449000000000000	Aplicações diretas	
03880000	Alienações de Bens - Saúde	R\$7.383,13
03389904	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	R\$50.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$190.552,18</b>

**Art. 2º** Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, identificados através da(s) fonte(s) de recurso(s) a seguir relacionada(s):

Código	Descrição	Valor
3000000	Recursos Ordinários	R\$ 11.241,34
3000200	Recursos Ordinários - Taxa Vigilância Sanitária	R\$ 6.705,59
3020000	Recursos Ordinários - 15% Saúde	R\$ 7.629,27
3380107	Pab Federal Complementação	R\$ 162,13
3380207	Pab Federal Complementação Bancada	R\$ 3,71
3380305	Programa Saude na Escola - Pse (ab)	R\$ 6.676,00
3380001	Nasf - Federal (ab)	R\$ 4.280,23
3380002	Esf - Saúde da Família (ab)	R\$ 23.040,72
3380003	Mac- Teto Federal	R\$ 74,78
3380004	Farmácia Básica - Federal (fb)	R\$ 838,56
3380006	Pmaq (rab-pmaq-sm) (ab)	R\$ 7.473,96
3380007	Pab Federal (ab)	R\$ 602,73
3380008	Saúde Bucal (ab)	R\$ 1.819,55
3380009	Acs - Agentes Comunitários de Saúde (ab)	R\$ 8.979,87
3380019	Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica (AB)	R\$ 13.879,24
3670001	Nasf - Estadual (ab)	R\$ 5.225,00
3670002	Esf-cofinanciamento Estdo (ab)	R\$ 32.077,08
3670004	Farmácia Básica - Estado (fb)	R\$ 2.459,29
3880000	Alienações de Bens - Saúde	R\$ 7.383,13
3389904	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União	R\$ 50.000,00
<b>Total</b>		<b>R\$ 190.552,18</b>

**Art. 3º** Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 23 de janeiro de 2020.

**Jonas Pudewell**  
**Prefeito Municipal**

## DECRETO 008/2020

Publicação Nº 2354272

DECRETO nº. 08/2020, de 23 de Janeiro de 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$112.810,40 (cento e doze mil, oitocentos e dez reais e quarenta centavos), consignados as seguintes unidades:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2030	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
34490000000000000000	Aplicações diretas	
01639901	Convênio Estado 2019TR001714 - Aquisição Veículos	R\$112.810,40
<b>Total</b>		<b>R\$112.810,40</b>

Art. 2º Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, pelo Excesso de Arrecadação, conforme fontes de recursos a seguir relacionadas:

Código	Descrição	Valor
01639901	Convênio Estado 2019TR001714 - Aquisição Veículos	R\$112.810,40
Total		R\$112.810,40

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do município, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 23 de Janeiro de 2020.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## DECRETO 009/2020

Publicação Nº 2354457

DECRETO nº. 09/2020, de 23 de Janeiro de 2020.  
ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO.

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a importância de R\$23.300,00 (vinte e três mil e trezentos reais) do orçamento geral do município de José Boiteux abaixo discriminada:

02	Gabinete do Prefeito e Vice	
001	Gabinete do Prefeito e Vice	
0004.0122.0201.2004	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	
33190000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$23.300,00
TOTAL		R\$23.300,00

Art. 2º Por conta do Artigo anterior ficam suplementadas as dotações do orçamento geral do município de José Boiteux a seguir discriminadas:

02	Gabinete do Prefeito e Vice	
001	Gabinete do Prefeito e Vice	
0004.0122.0201.2004	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice	
34490000000000000000	Aplicações diretas	
01000000	Recursos Ordinários	R\$23.300,00
TOTAL		R\$23.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

José Boiteux, 23 de Janeiro de 2020.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## DECRETO 010/2020

Publicação Nº 2354471

DECRETO Nº 010/2020  
ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

Jonas Pudewell, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no exercício da competência exclusiva que lhe confere o inciso VI do Artigo 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso para o exercício de 2020, constantes nos quadros em anexo ao presente Decreto.

Art. 2º - O Chefe do Poder Executivo estabelecerá, mediante Decreto, a adequação do cronograma mensal de desembolso e das cotas mensais quando se fizerem necessárias, de acordo com a programação destinada a cada unidade orçamentária relativas às cotas mensais e na medida em que houver variação significativa entre a programação financeira ora estabelecida e sua efetiva realização.

Art. 3º - É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, deduzido da correspondente dotação bimestral.

Parágrafo Único - Ficará o servidor que der causa à realização de despesa sem prévio empenho, passível de ser responsabilizado pelo valor correspondente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do Município, como condição

indispensável à sua eficácia.

José Boiteux/SC, 23 de janeiro de 2020.  
JONAS PUDEWELL  
Prefeito Municipal

## DECRETO 011/2020

Publicação Nº 2354480

DECRETO Nº 11, de 23 de janeiro de 2020.  
"ESTABELECE PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO 2020."

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal

DECRETA:

Art. 1º Será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais nos dias:

I – 24 e 25 de Fevereiro de 2020 – Segunda feira e Terça feira;

II – 20 e 21 de Abril de 2020 – Segunda feira e Terça feira;

III – 11 e 12 de Junho de 2020 – Quinta feira e Sexta feira;

Art. 2º Somente funcionarão os serviços essenciais tais como: Creche, Saúde através do Pronto Atendimento, Coleta de Lixo e Serviços de Irrigação de Ruas (carro pipa).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 23 de janeiro de 2020.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## DECRETO 012/2020

Publicação Nº 2354487

DECRETO Nº 12, de 29 de janeiro de 2020.  
"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO 001/2020 PARA ADMISSÃO DE PROFESSORES EM CARÁTER TEMPORÁRIO PARA O EXERCÍCIO DE 2020 NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL."

JONAS PUDEWELL, Prefeito do Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na Lei Orgânica Municipal, na Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Classificação Final do Processo Seletivo 003/2019 para Admissão de Professores em caráter temporário para exercício letivo 2020 nas escolas de educação infantil indígena do município, constando relação em anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no órgão oficial de divulgação dos atos do MUNICÍPIO, como condição indispensável à sua eficácia.

Município de José Boiteux, 29 de janeiro de 2020.  
JONAS PUDEWELL  
PREFEITO MUNICIPAL

## ANEXO

Professores Centro Indígena de Educação Infantil JO-TO-AJU

Número de inscrição/Nome do candidato	Pontuação por graduação/Ensino Médio	Pontuação por Pós graduação	TOTAL
06- Adelina Patte	45	15	60
15- Jessica Nghe-Mum Pripra	45		45
07- Francisco Kaudag Patte Neto	45		45
09- Zilda Pripra	45		45
01- Solange Kavãñ Patté	40		40
19- Coctá Patté	40		40

04- Maria Eduarda Mariano	10		10
02- Lala Vei-Tchá Teiê Monconã	05		05
11- Deolinda Juvei	05		05
10-Semerita Schantang Ya-Oi	05		05
21- Kéren Janara Hangló Caxias Tschucambang	05		05
12- Luana Vanhmuzy Pripra	05		05
08- Sdiamara Cláudia Ana Clara Monconã Patte	05		05
13- Nandjavy Luan Pripra Ndili	05		05
09- Marinalva Coziclã Paté	05		05
17-Laura Patte dos Santos Lemos	01		01
18- Ketily Pripra Morlo	01		01
05- Lana Fabricia Txagdy Patte	01		01
16-Lenise Sabrina Firintăin Patté	-	-	desclassificada

## Professores não Habilitados/Centro Indígena de Educação Infantil Olímpio Severino da Silva

Número de inscrição/Nome do candidato	Pontuação por graduação	Pontuação por Pós graduação	TOTAL
14- Bela Vacra Aihu Ndili Weitcha	05		05

# Lages

## PREFEITURA

### ATO DISPENSA LICITAÇÃO 01/2020 - INOVADORA - SMS

Publicação Nº 2354502

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 01/2020- SMS  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa De Licitação sob nº 02/2020-PML, através do Município de Lages, com:

INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA, inscrito no CNPJ sob n. 00.867.301/0002-06.

O valor total da presente Dispensa é de R\$ 185.630,00 (cento e oitenta e cinco mil seiscentos e trinta reais).

Objeto: "Contratação de serviço emergencial para manutenção de Sistema de Informação para Gestão da Saúde utilizado atualmente para integração dos serviços de saúde na rede de Atenção Básica, Especializada, Urgência, Emergência e Hospitalar em virtude de andamento de certame licitatório para aquisição de novo sistema para esta mesma finalidade".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de fevereiro, de 2020.  
Odila Maria Waldrich  
Secretária Municipal de Saúde

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(a) Odila Maria Waldrich, Secretária Municipal de Saúde, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.  
Lages, 05 de fevereiro, de 2020.  
Antonio Ceron  
Prefeito do Município

### ATO DISPENSA LICITAÇÃO 04/2020 - PML/SMEL - WOLPETUR

Publicação Nº 2354227

PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 04/2020- PML  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa De Licitação sob nº 04/2020-PML, através do Município de Lages, com:

WOLPETUR TRANSPORTE E COMERCIO DE AUTOPEÇAS LTDA - ME, inscrito no CNPJ sob n. 22.096.196/0001-00.

O valor total a ser pago pela prestação de serviço será de R\$ 56.160,00 (cinquenta e seis mil cento e sessenta reais).

Objeto: "Contratação, em Caráter emergencial, de empresa para o transporte de alunos do sistema municipal de Lages, linha APAE".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 10 de fevereiro de 2020.  
Ivana Elena Michaltchuk  
Secretária Municipal de Educação

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do(a) Exmo(a). Sr.(a) Ivana Elena Michaltchuk, Secretária Municipal de Educação, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.  
Lages, 10 de fevereiro de 2020.  
Antonio Ceron  
Prefeito do Município

**PP 11/2020 PML/FMASH**

Publicação Nº 2355163

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 11/2020 PML/FMASH

Objeto: Registro de Preços para Aquisição de Material de Construção, Hidráulico e Elétrico para uso em construções/reformas de casas em diversos bairros do Município de Lages.

Abertura: 02/03/2020 às 13h30min

Valor Estimado: R\$ 500.059,98

Da retirada do Edital: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

Lages, 13 de fevereiro de 2020.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

# Laguna

## PREFEITURA

### EDITAL 07/2019-FLC-RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2355484

MUNICÍPIO DE LAGUNA  
FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA  
EDITAL 07/2019-FLC - RETIFICAÇÃO  
CONCURSO MUNICIPAL DA BONECA, MUSA e DRAG QUEEN DA PRAÇA  
SCHEILA PRADO "SCHEILA BOMBOM" PARA O CARNAVAL 2020

A Fundação Lagunense de Cultura torna público para conhecimento de todos os interessados, a RETIFICAÇÃO Referente ao item 5.1 e 9.1 do edital de chamamento público nº 07/2019. Publicado no DOM no dia 23/12/2019 que trata de credenciamento de prestadores de serviços artísticos culturais para eventos culturais do município de Laguna.

Onde se lê:

#### 5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições poderão ser realizadas no período compreendido entre os dias 02 de janeiro a 07 de fevereiro de 2020, devendo ser apresentadas perante à Fundação Lagunense de Cultura no endereço: Avenida Colombo Machado Salles, s. n.º 145 (Centro Administrativo Tordesilhas), bairro Centro, Laguna/SC, CEP 88790-000. Telefone para contato 48 36462542.

Leia-se:

#### 5 – DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições poderão ser realizadas no período compreendido entre os dias 02 de janeiro a 14 de fevereiro de 2020, devendo ser apresentadas perante à Fundação Lagunense de Cultura no endereço: Avenida Colombo Machado Salles, s. n.º 145 (Centro Administrativo Tordesilhas), bairro Centro, Laguna/SC, CEP 88790-000. Telefone para contato 48 36462542.

Onde se lê:

#### 9 – DO CRONOGRAMA

09.1. Período de inscrição: 02/01 a 07/02/2020 com entrega da documentação e preenchimento da ficha de inscrição na Fundação Lagunense de Cultura;

Leia-se:

#### 9 – DO CRONOGRAMA

9.1. Período de inscrição: 02/01 a 14/02/2020 com entrega da documentação e preenchimento da ficha de inscrição na Fundação Lagunense de Cultura;

Laguna/SC, 07 de fevereiro de 2020.

Mirella de Jesus Honorato - Presidente da Fundação Lagunense de Cultura - FLC

### PORTARIA Nº 125/2020

Publicação Nº 2356006

PORTARIA RH Nº 125/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 03.02.2020 a 03.03.2020.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Bruna Santos Silva	2018/2019
Daniela Fernandes Marinho	2019/2020
Fabiola Vieira Maia Ribeiro	2018/2019
Gabrielle Siqueira Cunha	2018/2019
Géria Silveira Bitencourt Delfino	2018/2019
Jadson de Oliveira Fretta	2018/2019
Josiane das Dores Martins	2018/2019
Maria Tarcila da Silva	2018/2019
Magda Mara Vieira	2018/2019



Rosângela Antônio Cidade

2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 125/2020**

Publicação Nº 2354821

PORTARIA RH Nº 125/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores abaixo relacionados, do dia 03.02.2020 a 03.03.2020.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO
Bruna Santos Silva	2018/2019
Daniela Fernandes Marinho	2019/2020
Fabiola Vieira Maia Ribeiro	2018/2019
Gabrielle Siqueira Cunha	2018/2019
Géria Silveira Bitencourt Delfino	2018/2019
Jadson de Oliveira Fretta	2018/2019
Josiane das Dores Martins	2018/2019
Maria Tarcila da Silva	2018/2019
Magda Mara Vieira	2018/2019
Rosângela Antônio Cidade	2018/2019

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 127/2020**

Publicação Nº 2354833

PORTARIA RH Nº 127/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000599/2020;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Fevereiro de 2020 a 02 de Maio de 2020, ao Servidor ROSILEI LUIZ VALÉRIO Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.

VALÉRIA OLIVIER ALVES

Secretário Municipal

**PORTARIA Nº 127/2020**

Publicação Nº 2356007

PORTARIA RH Nº 127/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000599/2020;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Fevereiro de 2020 a 02 de Maio de 2020, ao Servidor ROSILEI LUIZ VALÉRIO Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período 2007/2012 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.  
VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 132/2020**

Publicação Nº 2356008

PORTARIA RH Nº 132/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000234/2020;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Fevereiro de 2020 a 03 de Março de 2020, ao Servidor FERNANDO DI FRANK ROSA Enfermeiro, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.  
VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

### **PORTARIA Nº 133/2020**

Publicação Nº 2356009

PORTARIA RH Nº 133/2020

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0000144/2020;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 03 de Fevereiro de 2020 a 03 de Março de 2020, a Servidora KARLA RENATTA MAURÍLIA DE SOUZA Auxiliar de Enfermagem, referente ao período 2012/2017 com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 03 de Fevereiro de 2020.  
VALÉRIA OLIVIER ALVES  
Secretário Municipal

### **PREGÃO 09/2020-PML**

Publicação Nº 2355365

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO 09/2020-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR ITEM, para a aquisição de materiais de construção, aços de construção e correlatos e remanescentes de pregão anterior, no dia 27 de fevereiro de 2020 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas. Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 12 de fevereiro de 2020.  
Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020

Publicação Nº 2355673

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020.

O Município de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vitória, 503, Centro, Lajeado Grande- SC, CEP n. 89.828-000, através do Prefeito Municipal Sr. NOELI JOSÉ DAL MAGRO, FAZ SABER a todos os interessados em participar do Processo Licitatório 007-2020, Pregão Presencial nº 003-2020. Que por razões de conveniência e clareza nos processos Licitatórios fazemos apenas as considerações abaixo:

Onde se lê:

#### 2. OBJETO:

##### 2.1

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	VEICULO 6X2 TRUCK, NO CHASSI. CAMINHÃO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO MÍNIMO 2020; MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 CV COM TURBO E INTER-COOLER; TRAÇÃO 6X2; DIREÇÃO HIDRÁULICA; BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO A AR; AR CONDICIONADO (QUENTE E FRIO); MARCHAS: NO MINIMO 6 MARCHAS A FRENTE, 1 A RÉ E OU AUTOMÁTICO, FREIO DE SERVIÇO A TAMBOR NAS RODAS COM SISTEMA ABS, FREIO MOTOR A BORBOLETA, FREIO ESTACIONÁRIO; TACÓGRAFO INSTALADO; SUSPENSÃO DIANTEIRA COM MOLAS PARABÓLICAS OU SEMI ELIPTICAS, SUSPENSÃO TRASEIRA COM MOLAS PARABOLICAS E OU SEMI-ELIPTICAS; ENTRE EIXO DE NO MÍNIMO 4,80 METROS; PNEUS NOVOS, INCLUSIVE O ESTEPE, TAMANHO 275/80RX22,5 DEMAIS ITENS OBRIGATÓRIOS E EXIGIDOS POR LEI.	Und	1,00	252.000,00	252.000,00
			Total		418.000,00

Leia-se:

#### 2. OBJETO

##### 2.1

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
2	VEICULO 6X2 TRUCK, NO CHASSI. CAMINHÃO ZERO QUILOMETRO, ANO/MODELO MÍNIMO 2019; MOTOR A DIESEL, POTÊNCIA MÍNIMA DE 300 CV COM TURBO E INTER-COOLER; TRAÇÃO 6X2; DIREÇÃO HIDRÁULICA; BANCO DO MOTORISTA COM SUSPENSÃO A AR; AR CONDICIONADO (QUENTE E FRIO); MARCHAS: NO MINIMO 6 MARCHAS A FRENTE, 1 A RÉ E OU AUTOMÁTICO, FREIO DE SERVIÇO A TAMBOR NAS RODAS COM SISTEMA ABS, FREIO MOTOR A BORBOLETA, FREIO ESTACIONÁRIO; TACÓGRAFO INSTALADO; SUSPENSÃO DIANTEIRA COM MOLAS PARABÓLICAS OU SEMI ELIPTICAS, SUSPENSÃO TRASEIRA COM MOLAS PARABOLICAS E OU SEMI-ELIPTICAS; ENTRE EIXO DE NO MÍNIMO 4,80 METROS; PNEUS NOVOS, INCLUSIVE O ESTEPE, TAMANHO 275/80RX22,5 DEMAIS ITENS OBRIGATÓRIOS E EXIGIDOS POR LEI.	Und	1,00	252.000,00	252.000,00
			Total		418.000,00

Permanecendo inalterados os demais dispositivos do Edital. Publique-se.

Lajeado Grande/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

NOELI JOSÉ DAL MAGRO

Prefeito Municipal

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO JANEIRO 2020

Publicação Nº 2354576

#### EXTRATO DE CONTRATO JANEIRO 2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2019 PMLM

OBJETO: O presente edital tem por objetivo o registro de preços para fins de contratação de empresa, para, sob demanda, prestar serviços de manutenção e conservação de logradouros públicos, com fornecimento de equipamentos e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no Sistema de Custos Referenciais de Obras - SICRO no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para o município de Lauro Muller/SC.

CONTRATADO: CALPE SOLUÇÕES EIRELI

Modalidade: PP 128/2019

Vigência: 17/07/2020

Assinatura: 17/07/2019

Valor: R\$ 750.000,00

#### ADITIVOS

TERMO ADITIVO Nº19 ao Contrato de Gestão Nº001/FMS/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo o ACRÉSCIMO NO REPASSE DE RECURSOS, de acordo com a Justificativa onde informa a necessidade de repasse à Fundação Hospitalar de R\$16.101,31, devidamente aprovado pelo Conselho Curador para pagamento de decimo terceiro de servidores comissionados.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE LAURO MULLER

Assinatura: 30.01.2020

TERMO ADITIVO Nº01 ao Contrato Nº312/PMLM/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, para elaboração de projeto arquitetônico e complementares e demais documentos pertinentes como físico-financeiros e planilhas orçamentárias da escola municipal: Lígia Chaves Cabral (Itanema) (lote 1) e José Heleodoro Barreto Junior (Arizona) (lote 2) do município de Lauro Muller, necessários e imprescindíveis para a continuação e eficiência dos serviços pertinentes ao Contrato nº312/PMLM/2019 oriundo do processo licitatório Nº156/PMLM/2019, homologado pela decisão do dia 25/10/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ROSIANE VIEIRA EIRELI

Assinatura: 23.12.2019

TERMO ADITIVO Nº01 ao Contrato Nº311/PMLM/2019

OBJETO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE VIGÊNCIA, para projeto de arquitetônico e complementar e demais documentos pertinentes como físico-financeiros e planilhas orçamentárias da escola municipal: Emília Mamede Soares (Barro Branco) do município de Lauro Muller, relativo ao lote 3 (três), necessários e imprescindíveis para a continuação e eficiência dos serviços pertinentes ao Contrato nº311/PMLM/2019 oriundo do processo licitatório Nº156/PMLM/2019, homologado pela decisão do dia 25/10/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

CONTRATADA: ISD ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA

Assinatura: 23.12.2019

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

CONTRATO Nº. 001/2020 PMLM

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SERVIÇO DE RECRUTAMENTO DE ESTUDANTE COM A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA SC

Modalidade: DISP 190/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$43.500,00

CONTRATO Nº. 002/2020 PMLM

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA EDITORA POSITIVO LTDA, PARA AQUISIÇÃO MATERIAIS DIDÁTICOS QUE COMPÕEM O SISTEMA DE ENSINO APRENDE BRASIL, COMPOSTO POR LIVROS DIDÁTICOS INTEGRADOS; PORTAL APRENDE BRASIL, DURANTE O ANO DE 2019.

CONTRATADO: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA

Modalidade: INEX 191/2019

Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 02/01/2020  
Valor: R\$543.588,40

**CONTRATO Nº. 003/2020 PMLM**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível e arla, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

**CONTRATADO:** DE NONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Modalidade: PP 186/2019  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 02/01/2020  
Valor: R\$74.002,50

**CONTRATO Nº. 004/2020 PMLM**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível e arla, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

**CONTRATADO:** RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Modalidade: PP 186/2019  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 02/01/2020  
Valor: R\$8.750,00

**CONTRATO Nº. 005/2020 PMLM**

**OBJETO:** O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores requisitados em trabalhos externos, em ações e campanhas promovidas pelo município de Lauro Muller, bem como para atendimento do Fundo Municipal de Saúde para campanhas externas e atividades CAPS e SAMU obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2020.

**CONTRATADO:** PANIFICADORA PESCADOR LTDA

Modalidade: PP 187/2019  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 02/01/2020  
Valor: R\$245.520,00

**CONTRATO Nº. 006/2020 PMLM**

**OBJETO:** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO COM VISTA A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA ESTABELECIDADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA POR MEIO DA AGRICULTURA COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSAO RURAL - EPAGRI, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E DA AGRICULTURA.

**CONTRATADO:** EPAGRI

Modalidade: DISP 003/2020  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 15/01/2020  
Valor: R\$36.153,60

**CONTRATO Nº. 007/2020 PMLM**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios e recarga de gás de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2020. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

**CONTRATADO:** AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PP 001/2020  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 27/01/2020  
Valor: R\$6.217,50

**CONTRATO Nº. 008/2020 PMLM**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios e recarga de gás de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2020. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

**CONTRATADO:** BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Modalidade: PP 001/2020  
Vigência: 31/12/2020  
Assinatura: 27/01/2020  
Valor: R\$149.688,50

**CONTRATO Nº. 009/2020 PMLM**

**OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios e recarga de gás de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2020. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

**CONTRATADO: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA**

Modalidade: PP 001/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$13.176,00

**CONTRATO Nº. 010/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios e recarga de gás de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2020. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

**CONTRATADO: MARLEI ZOMER EPP**

Modalidade: PP 001/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$42.157,50

**CONTRATO Nº. 011/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gêneros alimentícios e recarga de gás de cozinha para atender ao Programa de Alimentação Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Lauro Muller/SC, durante o ano letivo de 2020. Exclusivo Micro empresa e empresa de pequeno porte.

**CONTRATADO: TEVIAN COMERCIAL LTDA**

Modalidade: PP 001/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$38.606,00

**CONTRATO Nº. 012/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de diesel, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

**CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA**

Modalidade: PP 004/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$1.243.958,50

**CONTRATO Nº. 013/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

**CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA**

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/01/2020

Valor: R\$1.449,00

**CONTRATO Nº. 014/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

**CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME**

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/01/2020

Valor: R\$31.303,50

**CONTRATO Nº. 015/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

**CONTRATADO: RARIDADE INDUSTRIA QUIMICA LTDA ME**

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/01/2020

Valor: R\$4.705,00

**CONTRATO Nº. 016/2020 PMLM**

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de material de limpeza para atendimento das necessidades da rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação do Município do Lauro Muller/SC, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: VIDEQUIMICA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 28/01/2020

Valor: R\$13.388,00

CONTRATO Nº. 095/2019

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA PARA DESTINAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, COLETA SELETIVA BEM COMO PARA USINA DE ASFÁLTO E EQUIPAMENTOS.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES

Modalidade: DISP 022/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$1.164.285,47

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº. 001/2020 FMS

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA SERVIÇO DE RECRUTAMENTO DE ESTUDANTE COM A EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE-SC.

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA SC

Modalidade: DISP 047/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 1.500,00

CONTRATO Nº. 002/2020 FMS

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, ao Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller e a Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

CONTRATADO: DE NONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Modalidade: PP 042/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 98.670,00

CONTRATO Nº. 003/2020 FMS

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresa do ramo pertinente, para fornecimento de refeições (tipo marmita), para atender aos servidores requisitados em trabalhos externos, em ações e campanhas promovidas pelo município de Lauro Muller, bem como para atendimento do Fundo Municipal de Saúde para campanhas externas e atividades CAPS e SAMU obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2020.

CONTRATADO: PANIFICADORA PESCADOR LTDA

Modalidade: PP 043/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 46.748,00

CONTRATO Nº. 004/2020 FMS

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente ou profissional médico habilitado para regular, autorizar e auditar conforme manual de Regulação do SISREG e atribuições fixadas pelo Controle e Avaliação da Regional de Saúde a qual pertence o Fundo Municipal de Saúde de Lauro Muller/SC, conforme especificações previstas no Termo de Referencia e Minuta Contratual em Anexo.

CONTRATADO: VASCULEX CLINICA VASCULAR LTDA

Modalidade: PP 045/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$36.000,00

CONTRATO Nº. 005/2020 FMS

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 044/FMS/2019.

CONTRATADO: LABORATORIO SAUDE VITAL EIRELI ME

Modalidade: INEX 048/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$264.275,76 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

CONTRATO Nº. 006/2020 FMS



OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 044/FMS/2019.

CONTRATADO: EDGAR RUDI DA SILVA MATTOS & CIA LTDA

Modalidade: INEX 049/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$264.275,76 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

CONTRATO Nº. 007/2020 FMS

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS MEDIANTE CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS COM DESCONTO DE 10% SOB O VALOR DO GUIA DE FARMÁCIA ABC FARMA CONFORME CREDENCIAMENTO Nº046/FMS/2019.

CONTRATADO: MARILZA GILVANIA BET MARTINS ME

Modalidade: INEX 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/01/2020

Valor: R\$50.000,00

CONTRATO Nº. 008/2020 FMS

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS MEDIANTE CREDENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS COM DESCONTO DE 10% SOB O VALOR DO GUIA DE FARMÁCIA ABC FARMA CONFORME CREDENCIAMENTO Nº046/FMS/2019.

CONTRATADO: DROGARIA BET E MARTINS LTDA ME

Modalidade: INEX 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 16/01/2020

Valor: R\$50.000,00

CONTRATO Nº. 009/2020 FMS

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA DE SERVIÇOS LABORATORIAIS CONFORME CREDENCIAMENTO Nº 044/FMS/2019.

CONTRATADO: JS LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS

Modalidade: INEX 005/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 22/01/2020

Valor: R\$264.275,76 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

CONTRATO Nº. 010/2020 FMS

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de diesel, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

CONTRATADO: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Modalidade: PP 001/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$84.051,25

CONTRATO Nº. 007/CISANREC/2020

OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM POR OBJETO O RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DO CONSORCIO, INCLUSIVE AS PRE-OPERACIONAIS (PARTE FIXA).

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$62.533,80

FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE

CONTRATO Nº. 001/2020 FHHL

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível e arla, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.

CONTRATADO: DE NONI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

Modalidade: PP 037/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 21.450,00

CONTRATO Nº. 002/2020 FHHL

OBJETO: PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO CONFORME CREDENCIAMENTO Nº038/FHHL/2019 PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE.



**CONTRATADO: CLINITAC CLINICA MEDICA**

Modalidade: INEX 043/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 1.056.000,00 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

**CONTRATO Nº. 003/2020 FHHL****OBJETO:** PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO CONFORME CREDENCIAMENTO Nº038/FHHL/2019 PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE.**CONTRATADO:** JAB SERVIÇOS MEDICOS LTDA ME

Modalidade: INEX 043/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 1.056.000,00 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

**CONTRATO Nº. 004/2020 FHHL****OBJETO:** PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO CONFORME CREDENCIAMENTO Nº038/FHHL/2019 PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE.**CONTRATADO:** AML ASSESSORIA MEDICA GESTÃO EM SAUDE LTDA

Modalidade: INEX 043/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 1.056.000,00 (A SER DIVIDIDO ENTRE TODOS OS CREDENCIADOS)

**CONTRATO Nº. 005/2020 FHHL****OBJETO:** O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para prestação de serviços médicos de psiquiatria e clínica geral, para atender as demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020, conforme especificações.**CONTRATADO:** GANEN PSIQUIATRIA EIRELI ME

Modalidade: PP 039/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 150.480,00

**CONTRATO Nº. 006/2020 FHHL****OBJETO:** O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de oxigênio medicinal para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage, durante o exercício de 2020.**CONTRATADO:** AIR LIQUIDE BRASIL LTDA

Modalidade: PP 041/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 82.000,00

**CONTRATO Nº. 007/2020 FHHL****OBJETO:** O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente para reforma parcial da Fundação Hospitalar, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas na planilha orçamentária, memorial descritivo e projetos em Anexo, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.**CONTRATADO:** D7 EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Modalidade: TP 036/2019

Vigência: 31/03/2020

Assinatura: 02/01/2020

Valor: R\$ 36.050,38

**CONTRATO Nº. 008/2020 FHHL****OBJETO:** O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a prestação de serviços de laboratório de análises clínicas e sobreaviso para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage, durante o exercício de 2020.**CONTRATADO:** EDGAR RUDI DA SILVA MATTOS & CIA LTDA

Modalidade: PP 044/2019

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 15/01/2020

Valor: R\$ 108.000,00

**CONTRATO Nº. 009/2020 FHHL****OBJETO:** A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de diesel, para manutenção da frota pertencente ao município de Lauro Muller, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo para o exercício de 2020.**CONTRATADO:** RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Modalidade: PP 001/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 27/01/2020

Valor: R\$ 16.810,25

**CONTRATO Nº. 010/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 26.236,30

**CONTRATO Nº. 011/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 15.808,25

**CONTRATO Nº. 012/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 4.556,92

**CONTRATO Nº. 013/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: MULTIHOP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 20.616,80

**CONTRATO Nº. 014/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 580,00

**CONTRATO Nº. 015/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de medicamentos para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage para o exercício de 2020.

CONTRATADO: SOMASC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Modalidade: PP 002/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 30/01/2020

Valor: R\$ 66.717,00

**CONTRATO Nº. 016/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 68.873,97

**CONTRATO Nº. 017/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: BEBIDAS PORTAL LTDA EPP

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020  
Valor: R\$ 7.361,80

**CONTRATO Nº. 018/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 6.482,50

**CONTRATO Nº. 019/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 41.695,60

**CONTRATO Nº. 020/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: MARLEI APARECIDA DE MOURA ZOMER EPP

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 19.235,00

**CONTRATO Nº. 021/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de gêneros alimentícios e gás de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: TEVIAN COMERCIAL LTDA

Modalidade: PP 003/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 8.099,39

**CONTRATO Nº. 022/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de material de higiene e limpeza, descartáveis e utensílios de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: AAP PESCADOR PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA

Modalidade: PP 004/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 3.496,20

**CONTRATO Nº. 023/2020 FHHL**

OBJETO: O presente Edital tem por objeto a contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de material de higiene e limpeza, descartáveis e utensílios de cozinha, para atendimento das demandas da Fundação Hospitalar Henrique Lage.

CONTRATADO: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Modalidade: PP 004/2020

Vigência: 31/12/2020

Assinatura: 31/01/2020

Valor: R\$ 3.169,50

# Lebon Regis

## PREFEITURA

### AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 06/2020

Publicação Nº 2355101

#### AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 06/2020

Pregão Presencial Nº 01/2020\_RP01

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 044/2019, torna pública a DECISÃO do recurso apresentado pela empresa MULTYGRAFIC EDITORA LTDA, CNPJ Nº 34.282.012/0001-40. Ficando designada a data de 17/02/2020 às 09:00 horas para retomada da sessão do Pregão Presencial. A decisão na íntegra encontra-se disponível no site [www.lebonregis.sc.gov.br](http://www.lebonregis.sc.gov.br). Maiores informações pelo e-mail: [licitacoes@lebonregis.sc.gov.br](mailto:licitacoes@lebonregis.sc.gov.br) ou tel.: (49) 3247-0188. Lebon Régis, 12/02/2020.

José Vanderlei de Campos – Pregoeiro Oficial

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA

Publicação Nº 2356039

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA PRÁTICA do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, conforme segue:

1. A prova objetiva será realizada no dia 16/02/2020, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, das 08h 45min às 11h 45min na E.E.B. FREI CANECA, situada na rua Artur Bart, Nº 556, Centro, na cidade de Lebon Régis - SC.

1.2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 08h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

1.3. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

2. A prova prática para os cargos de MOTORISTA, MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR E OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS será realizada no dia 16/02/2020, às 13h00min na Garagem da Prefeitura Bairro Abraão dos Santos Maciel, situada na rua Vilsom Aprigio Maciel s/n, na cidade de Lebon Régis - SC.

2.1. Será vedado o acesso ao local de prova prática ao candidato que se apresentar após às 13h00min e comparecer sem documento oficial de identificação (com foto) e Carteira Nacional de Habilitação conforme a habilitação mínima do cargo sob qualquer alegação.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 2356040

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020

ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, conforme segue:

#### AGENTE DE SAÚDE (CENTRO)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1915971	28/08/1996	Andressa Dos Santos Souza
1913733	18/07/2001	Bruna Fernandes Pedro
1917531	31/01/1999	Christian Eduardo Varotto Bertoni
1913910	30/10/1987	Cleuzi De Almeida
1931428	29/11/1996	Crislaine Marafigo Tomin

1917548	13/03/1998	Daniela De Lurdes Souza
1915459	25/02/2002	Daniele Furtado
1923410	29/04/1975	Eliane Martins Da Silva Costa
1929165	18/06/1998	Eloisa Dos Santos Camargo
1936482	01/06/2000	Jesiel Guedes Dos Santos
1932981	29/01/1984	Jucele Aparecida Ortiz
1914983	30/03/1967	Jussara Aparecida Hanna
1919801	05/04/1994	Karieli Aparecida De Lima Felix
1918873	25/04/2001	Kelly Caroline Carvalho Da Silva
1920698	02/02/2002	Luana Candido
1934518	06/11/1998	Lucas Gabriel De Deus Da Silva
1932140	11/01/1993	Marli Aparecida Da Silva
1931850	15/03/1995	Mayara De Fatima Carlin
1927254	11/09/1984	Neide Da Luz Fortes
1929606	06/04/1978	Rosana Aparecida Risso
1922975	29/04/1982	Salete Maciel
1919567	11/01/2001	Suzy Luana Carlin Rodigheri
1916034	31/05/1998	Vanessa Moraes De Souza
1916197	08/12/1982	Vera Lucia Scheffmacher

## AGENTE DE SAÚDE (N.R. DOCE)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913786	18/12/1997	Gleyce Dos Santos Moreira
1913811	04/02/1998	Nathely Martins Dos Santos

## AGENTE DE SAÚDE (N.S. DE LOURDES - GRUTA)

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1928440	30/11/1989	Elizangela Bez Inhaia
1924047	09/07/1988	Neunice Gonçalves de Araujo
1919811	09/08/1975	Simone De Fatima Canani

## AGENTE DE SAÚDE COMUNIDADES DO INTERIOR - CONQUISTA DOS PALMARES OU CÔRREGO SEGREDO I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913740	07/09/1989	Aline Gomes
1929239	01/07/1996	Carine Ines Feltrin
1922791	15/05/1992	Franciele Aparecida Dos Santos
1913816	30/08/1991	Gilmar Mallmann Stanke
1914773	10/12/1996	Ilze Thayna Dos Santos Ramos
1922506	13/09/1973	Paulo Roberto Scheffmacher
1917655	20/02/2002	Valeriamariano Ribeiro

## ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1916544	21/10/1980	Adriana Pegoraro Donatti
1919461	19/06/1981	Alexandre Piacentini
1919865	08/01/1998	Andressa Cavalheiro De Medeiros
1936621	01/11/1998	Caroline Silva De Mrafigo
1925489	13/09/1993	Fabiana Ferreira De Souza Tibes
1920035	25/12/1984	Janete Aparecida Jaques
1915661	24/04/1994	Laressa Gabriela Webber
1919285	01/11/1991	Meliza Sabini De Carvalho

## AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1914129	15/01/1965	Elaine Aparecida Risson

1931779	01/07/1985	Franciele Das Gracias Dos Santos
---------	------------	----------------------------------

**ENFERMEIRO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1932574	03/04/1994	Camila Heinz
1934807	18/02/1968	Clair Mario Correa
1918874	04/09/1976	Eloa Fatima De Paula
1923346	05/12/1998	Gabriela Carolina Caregnato Frigotto
1933140	02/05/1969	Ivonei Aparecida Granemann
1932905	07/03/1981	Juliana Mara Campos Da Rocha Kojikoski
1928141	14/05/1995	Kayane Baum Baggenstoss
1925197	22/03/1986	Larissa De Cassia Schimith
1928525	25/10/1981	Sayonara Alexcsandra Ribeiro Dos Santos
1935038	26/03/1996	Thais Mayumi Barroso Yamada

**ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1932625	17/05/1990	Cassio Antonio Dos Santos Pontes
1916339	12/12/1994	Cecilia Schaefer Halupp
1924392	06/03/1992	Flavia Werner
1933282	16/10/1987	Hikaro Trento Yoshida
1936279	20/12/1994	Leandro Santana Albuquerque Maia
1927662	15/01/1997	Maira Aline Dos Santos Pontes
1927759	18/02/1991	Mayara Dos Santos Rocha
1916893	04/11/1995	Pamela Ribeiro
1932955	26/08/1971	Rejane Werner Da Silva

**FARMACÊUTICO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1918263	07/09/1996	Andressa Aparecida Dos Passos
1918207	16/02/1971	Cleverson Luiz Gaissler
1917699	16/10/1994	Gerusa Caroline David
1920481	14/04/1988	Klebiana Freitas Bartolomeu
1915865	18/03/1996	Laysy De Souza Simonetto
1916593	17/05/1987	Marivania Salete Conte

**FISIOTERAPEUTA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1920750	23/11/1995	Ana Paula Da Cunha
1930636	14/12/1994	Ana Paula Senn
1914185	01/09/1992	Andreia Alves Do Amaral Dos Santos
1932633	10/10/1995	Karine Scheffmacher Da Silva
1936171	11/11/1990	Samuara Da Cruz Rosa Moreira
1918326	26/08/1997	Suellen Cristina Dos Santos Vaz

**MÉDICO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1934720	29/08/1995	Ana Beatriz Schmidt
1936256	29/01/1937	Felisberto Mora
1919723	05/10/1996	Fernanda Lazaris
1932920	04/04/1997	Hassan Fouad El Safadi
1916820	12/11/1956	Ivan Palermo Imthon
1922659	25/09/1995	Jaine Paulina Sartor
1930299	01/03/1979	Jayme Marcilio Gomes De Souza
1931761	19/08/1992	Juliane Ferreira

1917456	13/12/1986	Juliane Rodrigues Guedes
1916585	20/05/1992	Karine De Oliveira
1921332	10/04/1982	Luciano Damaceno
1919732	01/03/1972	Rodrigo Lemos
1930697	09/11/1995	Rubia Kaszczesen Rubia Kaszczesen

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1929626	03/08/1997	Alanderson Rudinei Granemann Silveira
1921465	04/04/1977	Alysson Roberto Da Luz
1929568	16/09/1980	Ana Carine Nemitz Pretto
1934859	27/03/1992	Anna Carolina Graefling Lusa
1934083	06/04/1993	Bruno Luiz Perin Battistel
1925748	10/08/1992	Deivin Julio Correia
1933283	22/11/1949	Durval De Quadros
1928988	13/11/1995	Jose Mateus Canani Luchtenberg
1923043	18/12/1994	Larissa Vieira Mazzucco
1923256	17/07/1997	Laryssa Do Rosario Graff
1921947	31/05/1997	Lucas Signori
1917057	22/02/1997	Lydia Amorim Figueiredo
1921528	03/12/1983	Marcos Jesus De Santanna
1936726	12/12/1995	Renan Vinicius Antunes De Souza
1923747	29/10/1990	Sergio Antonio Zaparoli Filho
1929962	29/10/1991	Tatiana Zaroni Sapla

**MECÂNICO**

Não há candidatos neste cargo MOTORISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1918201	29/05/1973	Dirceu Medeiros Da Silva
1916008	04/08/1981	Fernando Caluete Bitman
1914170	19/06/1971	Gilberto Dalagnol
1913793	10/10/1983	Joacir Danalia
1932050	26/12/1978	Marcio Ivan Da Costa
1935926	25/02/1959	Umberto Francisco Perego
1933304	07/10/1993	Venilson Alves da Siva

**MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1928900	18/12/1983	Alan Teles Pitt
1931942	23/11/1972	Edson Luiz Da Rocha
1924943	13/03/1980	Luiz Sandro Soeres Dos Santos
1916512	16/03/1968	Valdemir Gomes
1927588	23/05/1981	Vanderlei Klug

**ODONTÓLOGO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1926404	01/06/1991	Breno Dos Reis Fernandes
1925739	14/01/1997	Caroline Aparecida Branco
1916335	04/10/1989	Caroline Stanguerlin
1930715	19/08/1995	Emanuely Smokovitz
1935480	30/10/1997	Fernanda Padilha Da Silva
1924893	04/04/1993	Gabriela Bampi
1931357	02/03/1994	Helena Ceolla Gaudencio
1914500	19/07/1994	Julia Gaudencio Baschera Rauen
1916906	17/01/2000	Juliane Maria Iagnes Prestes



1933187	30/06/1991	Maikon Pedro Fabian
1934592	19/04/1990	Ricardo Bernardi
1919239	26/02/1998	Vanessa Massocco
1917225	14/04/1995	Victor Milis Wandelli

## OFICIAL ADMINISTRATIVO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1927169	10/01/1982	Ademir Batista Costa
1927415	28/09/1985	Aliona Ribeiro Da Silva
1915662	22/11/2000	Ana Paula Modetzki
1925142	02/02/1990	Angelica Silveira
1934244	07/12/1999	Antony Guimaraes De Amorim
1924297	20/08/1999	Bianca Gabriele De Moraes
1919124	01/10/1992	Daiane De Campos Ortiz
1918941	27/08/2000	Daniele Augustin De Oliveira
1923741	10/12/1991	Debora Lima
1931406	21/03/1996	Ederson Conceicao Do Amaral
1918001	19/09/2000	Eduarda Teles Magalhaes
1916409	27/04/1986	Elaine Goncalves Pereira
1915502	01/05/1999	Evelyn Duarte Manfioletti
1916229	13/10/1998	Fabiana Karolainy Dos Santos
1933611	27/09/2001	Gabriele De Souza
1918471	09/05/1992	Giovane Alves De Castro Kluge
1923019	11/12/1998	Jovane Pereira Andrade Junior
1913789	12/09/1998	Juliara Adelina Silveira
1926171	27/02/1994	Luana Samara Da Silva
1918355	17/04/1999	Luiz Henrique Felipus
1936612	28/12/1996	Maira Lucia De Souza
1915862	08/06/1987	Marcos Paulo Camargo
1923404	06/02/2002	Maria Eduarda Pires De Lima
1927327	11/05/1999	Mariana Thalia Tibes Inocencio
1917055	01/01/2002	Pamela Gois De Oliveira
1936375	13/08/1997	Paula Matos Da Silva
1917870	23/01/1993	Poliane Natale Rodio
1916813	17/05/2001	Ramon Esdras Felippi David
1931359	04/02/2001	Renata Rosario Da cruz
1929758	24/05/1997	Rodrigo Maiberg De Franca
1935855	22/02/2000	Sabrina Dos Santos
1919510	22/01/1993	Samara Moreira Scheffmacher
1914116	15/09/1999	Samira Andressa Hanna Ribeiro
1914804	14/10/1992	Samuel Farias De Oliveira
1918221	14/05/1998	Vanessa Rodrigues Da Silva
1934893	16/03/2000	Wandrey Junior Moraes De Souza

## OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1923174	11/12/1994	Fabricio Maciel

## ORIENTADOR SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------



1915189	19/09/1991	Ana Paula Moreira
1924742	11/11/1995	Andreza De Oliveira
1916709	23/11/1998	Bianca Sabrina Pinheiro
1924482	02/03/1981	Claudemir Paulik Riselo
1931804	08/04/1997	Denise Bairro Moreira
1926286	15/09/1997	Fernanda Lima
1934512	25/08/1992	Juciele Ribeiro Palhano
1923351	02/04/1999	Mirian Caetano Da Silva
1915082	07/05/2000	Paula Carolina Pereira
1928387	01/11/1989	Silvana Martins Borba De Souza
1917372	01/09/1996	Thais Granemann Dos Santos

## PEDREIRO EM GERAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1927235	16/06/1965	Acir Martins Dos Santos

## PSICÓLOGO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1935807	14/02/1995	Caroline Farias
1934544	15/07/1991	Evandro Gabriel Da Cruz
1935827	04/12/1997	Gabriela Fantin
1931091	24/06/1964	Idinei Alves Granemann
1921605	21/01/1983	Meire Ane Correia
1935801	19/12/1997	Natalia Bettu Rech
1924954	20/10/1994	Pamela Aparecida De Lima Fernandes Mello
1924164	12/12/1987	Rosangela Ribeiro
1933745	26/01/1987	Vanderson De Souza

## RECEPCIONISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1924061	01/05/2000	Anne Gabrielle Martins Da Costa
1922958	26/06/1988	Claudia Tatiane De Souza
1921430	08/04/1998	Cristina Batista Pereira
1923183	27/02/1997	Daiane Ribeiro Da Silva
1935852	06/02/1987	Denize Fatima Dos Santos
1913828	10/09/1997	Fabiola Luara Pelentir
1913719	29/08/2000	Gabriela Aparecida De Oliveira Fortes
1913931	02/07/1999	Gessica Medeiros
1914205	12/09/2000	Jaqueline Moreira Ramos
1934422	06/04/1999	Jeandra Dos Santos
1922258	18/11/1999	Jennifer Emanuelle Camargo
1916903	24/07/1999	Kelli Ribeiro
1925769	08/10/2001	Leandro Guedes
1925207	01/08/1996	Leidiane Granemann Da Costa
1931921	15/01/1995	Rudineia Camargo De Almeida
1915068	24/11/1998	Samuel Rhuan De Almeida

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 2356041

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2020, conforme segue:

**AGENTE DE SAÚDE (CENTRO)**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1919593	30/03/2003	Alisson De Souza Goncalves
1913850	12/04/1996	Amanda Maitelli
1914728	19/07/2000	Bruna Luciano Antunes
1913927	16/06/1996	Dalita Paloma Melo
1916915	02/12/2001	Maria Eduarda Rocha
1935828	30/01/1998	Marieli Vieira De Lara
1917075	12/06/1962	Mauro Antonio Quirino Do Nascimento

**AGENTE DE SAÚDE (N.R. DOCE)**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913709	17/12/2003	Aline Santos De Oliveira
1932072	02/12/1985	Elaine Moreira Bairros
1914856	07/04/1993	Eliza Fernanda Goes De Oliveira
1913808	17/03/1985	Simone Aparecida Santos Navrocki

**AGENTE DE SAÚDE (N.S. DE LOURDES - GRUTA)**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913720	12/09/1990	Denise Ribeiro De Oliveira
1917781	17/09/1993	Edina Sueli Aoliveira Dos Santos

**AGENTE DE SAÚDE COMUNIDADES DO INTERIOR - CONQUISTA DOS PALMARES OU CÓRREGO SEGREDO I**

Não há candidatos neste cargo ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1918919	09/12/1991	Bruna Edina Dos Santos
1930065	26/01/1996	Karol Melo
1919197	20/07/1998	Karoline Aparecida Lourena De Almeida

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1935392	27/01/1994	Andreia Guedes
1922424	12/07/2001	Mirian De Almeida Rodrigues

**ENFERMEIRO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1926980	22/04/1988	Juliana Carina Marquetti
1916153	27/11/1991	Mariane De Fatima Barcelo
1923758	31/05/1994	Talita Dyane Dos Santos

**ENGENHEIRO AGRÔNOMO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1929810	16/06/1991	Edson Blattmann
1929818	11/06/1991	Juliany Roscher
1925208	09/06/1987	Neivo Allebrandt
1936052	31/12/1992	Rodrigo Buffon
1920063	23/03/1995	Rosieli De Souza Pahl

**FARMACÊUTICO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1918574	04/08/1996	Vanessa Guimaraes Freitas

**FISIOTERAPEUTA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1936689	06/07/1996	Eloise Da Rosa
1934439	10/11/1994	Keziely Carla Leite
1921107	21/02/1986	Monaliza Dos Santos

**MÉDICO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1929778	18/08/1992	Cloves Domingos Rufino
1932023	28/07/1972	Daniel Silveira Gomes
1921522	22/10/1990	Eva Sthefane Bandeira Marinho Kahwage
1917035	30/01/1993	Gustavo Maciel Pires
1936869	28/09/1994	Junior Derli Ditz
1916307	02/12/1993	Marcel Pagani Borges
1936188	09/06/1975	Sergio Antonio De Sousa Sirotheau Correa

**MÉDICO VETERINÁRIO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1917507	07/11/1994	Andresa De Cassia Sampaio Pacheco
1919116	05/11/1989	Elis Regina Hoffmann Franca
1931147	22/06/1975	Fabiana Forte Huerger
1917940	25/12/1959	Romeu Luiz De Podesta Junior

**MECÂNICO**

Não há candidatos neste cargo MOTORISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1919944	04/04/1995	Alan Santos Da Silva
1913800	14/12/1995	Bruno Santos da Silva
1935756	26/11/1993	Maikon Alves Padilha

**MOTORISTA DE VEÍCULO ESCOLAR**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1924857	26/01/1989	Karine De Mello Souza

**ODONTÓLOGO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1929859	04/09/1989	Adryleine Patricia Abramsson
1934929	12/08/1993	Danielle Schneider Marcal
1919923	09/09/1984	Graziela Krolow De Avila
1929015	17/12/1986	Karina Sales

**OFICIAL ADMINISTRATIVO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1919636	18/01/1993	Ana Paula Cardoso
1925626	26/09/1998	Caroline Andrade Fernandes
1918360	04/06/1995	Cassia Jaqueline Da Silva
1926786	28/10/1985	Delair Martins Maiberg
1936138	26/05/1988	Ducineia Guedes Ferreira
1925839	29/12/1999	Eduarda De Cassia Pereira Gomes
1920455	31/08/1996	Eduarda Mafra
1914840	13/06/2000	Emerson Patrick De Souza Rodrigues
1924810	03/08/1997	Eula Daiane Alves De Castro Wantowsky
1930433	04/07/1987	Luana Bernado De Sousa
1934814	16/10/1984	Marcelo Miotto Menegat
1914304	03/08/1998	Thais Grazziotin

**OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS**  
 Não há candidatos neste cargo ORIENTADOR SOCIAL

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1924480	24/10/1996	Ana Clara De Lima
1932776	04/11/1977	Elizangela Lents
1928879	14/05/1984	Kleiton Alves
1914739	24/11/1973	Paula Adriana Ribeiro Da Silva
1918627	06/09/1997	Sonia Pereira Moreira

**PEDREIRO EM GERAL**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1916495	21/02/1956	Jose Wilson Dos Santos

**PSICÓLOGO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1926884	18/12/1991	Alessandra Dos Santos Selinka
1919425	29/05/1993	Camila De Borba Rossa
1920949	27/01/1995	Camila Suelen Tibola Do Amaral
1916001	12/03/1995	Daniela Baldissera
1935687	23/09/1996	Edela Tainara Borges
1924495	10/01/1993	Mariana Faoro
1922920	29/08/1970	Maristela De Siqueira Mendes

**RECEPCIONISTA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1926389	11/09/1999	Amanda Thais Oliveira De Souza
1936471	04/11/1995	Ana Rosa Rodrigues Da Silva
1922708	25/05/1999	Andreia Campos Ortiz
1915830	29/03/2001	Cintia Grazielle Dos Santos Vidal
1913774	27/04/1992	Clarice Marcondes Jombra
1913717	02/08/1999	Dayana Ribeiro Wessler
1914276	03/03/2000	Emilie Cristine Ribeiro Rodrigues
1916350	25/10/2000	Estefania Cristiane Fernandes Pedroso
1920831	18/08/1985	Larissa Oliveira Rodrigues
1919380	07/12/1995	Luiz Otavio Gois
1914171	24/02/1998	Thalia Dalanhil

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.  
 DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
 Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 EDUCAÇÃO LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS**

Publicação Nº 2356042

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020**  
**EDUCAÇÃO**  
**LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS**

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020, conforme segue:

1. A prova objetiva será realizada no dia 16/02/2020, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, das 08h 45min às 11h 45min na E.E.B. FREI CANECA, situada na rua Artur Bart, Nº 556, Centro, na cidade de Lebon Régis - SC.

1.2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 08h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

1.3. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

2. Os documentos da PROVA DE TÍTULOS, para os cargos de PROFESSOR, deverão ser entregues no mesmo local de realização da Prova Objetiva, no dia 16 de fevereiro de 2020, no momento inicial de realização da Prova Objetiva.

2.1 Os candidatos que deixarem o local de provas não poderão retornar para efetuar a entrega dos comprovantes da prova de títulos, portanto o candidato já deverá acessar o local de provas com os documentos em mãos.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 EDUCAÇÃO ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 2356043

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020  
EDUCAÇÃO  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020, conforme segue:

### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1928381	14/06/1989	Gilce Martins Dias
1932730	08/12/1983	Gislaine Alves Dos Santos
1914349	21/02/1985	Mariana Carlin Dos Santos
1935554	05/11/1994	Marizete Ferreira Da Silva
1913915	23/07/1988	Rosenilde Do Amaral Scheffmacher Da Silva
1932531	15/10/1982	Sueli Aparecida Alves Oliveira

### PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913665	27/06/1996	Alessa Caroline Teles
1913902	29/10/1995	Ana Paula Da Silva
1915556	02/11/1986	Aracele Aparecida Ferreira
1929954	09/07/1976	Elaine Ceregatti
1930016	14/01/2000	Gessica Gabriela Ribeiro
1934549	20/05/2000	Kelly Luana Dos Santos
1934842	10/03/1983	Sandra De Souza Borba Dos Santos

### PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913693	12/02/1994	Luciano De Souza Bauer

### PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1921357	05/05/1991	Ana Paula dos Santos Lents
1924167	22/11/1985	Graciele Aparecida Oliveira Da Luz
1933646	25/07/1998	Jessica Do Amaral Behrens

### PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1928491	28/12/1994	Aline Do Prado Franca
1931006	08/09/1998	Augusto Cesar Dos Santos
1928390	05/11/1986	Jean Pierre Grein Dos Santos
1932488	17/10/1970	Jose Antunes De Lima
1917980	24/08/1986	Leila Cristina Fink Marques
1919186	04/06/1978	Marcia Aparecida Schwenter Machado

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1917954	11/04/1988	Adriana Aparecida Denardi
1919483	05/10/1995	Alessandra Rodrigues Da Silva
1924246	05/05/1995	Ana Aline Oliveira Silva
1913904	07/03/1997	Ana Paula Frank
1929632	21/07/1989	Ana Paula Ribeiro Da Silva
1936321	06/12/1989	Andrea Aparecida Luz
1934394	23/04/1957	Arlinda Silmaria Vieira
1932713	18/06/1990	Bruna Dos Santos Miranda
1914164	29/11/1982	Celia Kluge
1920425	28/04/1969	Evanildes Aparecida Querino Martins
1921490	07/07/1990	Evelize Cristina Garcia
1919577	05/12/1996	Fernanda Carvalho Scheffmacher
1913750	30/04/1988	Francieli Ortiz De Souza
1914944	27/12/1985	Giseli Garcia
1914540	16/10/1987	Janete Aparecida Granemann
1933713	23/07/1992	Jessica Alves Ribeiro
1916455	15/06/1994	João Paulo de Melo Borges
1918924	22/06/1991	Josiane Ribeiro
1923578	27/11/1994	Jucieli Marta Nogueira
1913691	19/04/1988	Jucinei Vieira De Freitas
1913677	03/07/1996	Julio Matheus Koch De Oliveira
1918504	11/05/1981	Katiuscia Luiz
1919784	11/09/1997	Kerolin Lorrany Telles
1925318	06/09/1980	Lucineide Peretti Terencio
1915805	30/03/1974	Marize Fernandes Ribeiro De Souza
1936221	19/07/1979	Marli Camargo De Souza
1934398	08/03/1970	Marli Moreira Peppes Klug
1933640	11/12/1993	Melissa Alves
1916773	05/02/1979	Michele Carlin Dos Santos Granemann Do Amaral
1928573	09/05/1982	Monica Regina Duarte Rodrigues
1920602	10/07/1967	Nelci Salete De Almeida Mello
1925946	22/11/1961	Olinda De Souza Rizzo
1914667	01/06/1984	Patricia Rodrigues Carneiro
1913698	14/06/1992	Raquel De Lima Goncalves
1929737	11/01/1987	Rosana Rodrigues Cavalheiro
1935792	24/12/1993	Sabrina Siqueira
1919466	04/02/1976	Salete Silva Pins
1920428	23/09/1991	Samanta Mayer Martins Granemann
1932125	17/10/1986	Simone Aparecida Antunes
1936623	28/04/1966	Sirlei Pires De Moraes Alves
1916330	29/09/1990	Tatiane Thibes Floriano
1924505	12/07/1970	Vera Marcia Antunes
1931367	09/08/1978	Veronica Aparecida Kluge Possenti

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1929998	22/10/1985	Adriana Duda
1923947	22/05/1990	Alice Mara Victor Dos Santos

1918497	23/03/1993	Aline Correia De Souza
1913759	23/12/1999	Beatriz De Oliveira Lima
1920600	17/09/1993	Edina Sueli Aoliveira Dos Santos
1928122	30/07/1982	Eliceia Guimaraes De Oliveira Carneiro
1925801	25/07/1996	Fabiana Pires
1919241	10/03/1995	Franciele Silva Moreira
1913925	05/06/1994	Jessica Moura Fernandes
1915958	16/12/1990	Joveli Dias De Souza Santos
1913707	06/12/1980	Luciana Domingues
1914125	20/08/1998	Regiane Aparecida Da Silva

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1916547	21/10/1980	Adriana Pegoraro Donatti
1932147	14/02/1992	Vanessa Dos Santos Souza

## PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1927182	31/07/1994	Jociane Grein Simao
1918476	15/01/1999	Leila De Souza

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1932744	17/04/1989	Camila Oliveira De Lima Campos
1918147	26/05/1977	Douglas Jose Dos Santos
1924035	10/10/1989	Vanessa Peretti

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913751	09/01/1997	Douglas De Castilho
1920688	23/11/1986	Isabel Cristina De Oliveira

## PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1920252	24/12/1994	Jessica Da Silva Ribeiro

## PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1934334	15/05/1991	Geferson Alves De Castro Kluge

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1920101	08/01/1993	Sabrina Vesaro

## PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1923077	31/01/1991	Luciane Ribeiro Da Costa
1916375	11/05/1981	Renato De Souza
1920212	30/10/1989	Tamara Ribeiro Dos Santos Berti

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1935936	16/01/1972	Angelita Aparecida Mezzarobba De Souza
1935429	06/09/1993	Emanuel Diego De Oliveira Israel

## PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------

1928947	19/06/1997	Evair Medeiros
1922030	28/09/1989	Francieli Marins

## PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1932359	28/05/1987	Luiz Claudio Ribeiro
1936630	09/11/1983	Marcos Dione Martins Dos Santos
1935646	18/07/1996	Matheus Cleyton De Souza

## PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1933527	26/08/1997	Fernanda Oliveira Da Luz
1918674	10/07/1996	Vitor Mateus Rauhen

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO

Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020 EDUCAÇÃO ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 2356044

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020

EDUCAÇÃO

ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2020, conforme segue:

## PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1928003	01/07/1974	Angela Maria Vidal Do Prado
1914295	12/11/1994	ELENICE GRANEMANN FERREIRA DOS SANTOS
1919075	29/08/1980	Elizandra Rosa dos Santos Carneiro
1918008	10/06/1977	Nivea Aparecida Da Rosa
1931917	15/01/1995	Rudineia Camargo De Almeida
1918112	28/11/1972	Silvana K-hl Grazziotin

## PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (1º A 5º ANOS) - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1936792	20/05/1993	Mateus Willian Da Silveira

## PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1936682	29/10/1985	Juliana Richter

## PROFESSOR DE ARTES - NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913752	02/02/2002	Alessandra Brito De Moraes

## PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1920777	17/08/1987	Alexon Chaves
1924364	12/02/1994	Thaiane Gabriela Da Silva

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1915529	20/07/1992	Danieli Dalagnol



1913831	23/07/1979	Eliane Schefmacher Felipus
1915679	10/02/1993	Evelize Aparecida Rosa
1919222	25/10/1988	Francieli Fernandes Da Silva
1933941	13/09/1965	Iraceni Meireles Da Silva
1920454	28/11/1970	Izonira Pires De Moraes
1918338	20/07/1995	Kelli Taize Santos Rosa
1925720	03/07/1972	Maria Aparecida Dos Santos Lorenci
1925607	10/11/1993	Mariana Sella Claudino Castilho
1913756	05/05/1993	Mayara Terezinha Brito
1919624	22/12/1977	Miana David Preto
1934531	12/12/1971	Roseli Pereira Gomes
1927843	30/04/1989	Viviane Fiori De Ramos

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (BERÇÁRIO A PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1930169	27/06/1997	Camila Alves Celinca
1919558	11/04/1997	Diana De Fatima Peppes Furtado
1914861	07/04/1993	Eliza Fernanda Goes De Oliveira
1914249	26/01/2005	Gabrielle Alves Dos Santos
1916167	04/11/1999	Jessica Marcelino De Lima
1936713	18/12/1997	Karla Kauane De Oliveira

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA - HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1922366	28/02/1975	Eliz Regina De Lima
1934293	28/04/1990	Jonathan David

**PROFESSOR DE GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1935570	01/07/1996	Carine Ines Feltrin

**PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1915226	30/01/1989	Flavia Goes De Oliveira
1916884	10/11/1983	Leandro Moraes Nunes

**PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO****Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE INGLÊS - HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1935820	30/11/1994	Paula Francieli Grobe Bez

**PROFESSOR DE INGLÊS - NÃO HABILITADO****Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - HABILITADO****Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO****Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1919420	07/05/1975	Maritana Luciméia Pasqualin Gheller

**PROFESSOR DE MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913766	29/09/2001	Camila Silva De Marafigo

**PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - HABILITADO****Não há candidatos neste cargo PROFESSOR DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS - NÃO HABILITADO**

Não há candidatos neste cargo Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020 LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS**

Publicação Nº 2356045

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020  
LOCAL DE PROVA OBJETIVA E PROVA DE TÍTULOS**

O Senhor LEONIRO DASILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio e Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar a publicação do LOCAL DE PROVA OBJETIVA e PROVA DE TÍTULOS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020, conforme segue:

1. A prova objetiva será realizada no dia 16/02/2020, com duração máxima de 3 horas e duração mínima de 30 minutos, das 08h 45min às 11h 45min na E.E.B. FREI CANECA, situada na rua Artur Bart, Nº 556, Centro, na cidade de Lebon Régis - SC.

1.2. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 08h e 30 minutos, sob qualquer alegação.

1.3. O candidato deverá comparecer no local da prova portando, obrigatoriamente, documento de identidade e caneta esferográfica com tinta azul ou preta.

2. Os documentos da PROVA DE TÍTULOS, para o cargo de ENFERMEIRO, deverão ser entregues no mesmo local de realização da Prova Objetiva, no dia 16 de fevereiro de 2020, no momento inicial de realização da Prova Objetiva.

2.1 Os candidatos que deixarem o local de provas não poderão retornar para efetuar a entrega dos comprovantes da prova de títulos, portanto o candidato já deverá acessar o local de provas com os documentos em mãos.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

Publicação Nº 2356046

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020  
ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS**

O Senhor LEONIRO DASILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio e Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES DEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020, conforme segue:

**COZINHEIRA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913880	01/01/2002	Poliana Gois De Oliveira

**ENFERMEIRO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1913678	23/10/1990	Patricia Machado Dos Santos
1930639	03/11/1985	Rosana Aparecida Peppes

**RECEPCIONISTA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1934130	12/06/1966	Antonio Luiz Dos Santos Lima
1936679	01/02/2001	Bruna Ribeiro Simao
1922128	09/04/1992	Cleiton Souza
1921508	21/11/1990	Dulcinea de Oliveira Weber
1935313	08/11/1999	Fabiana Scheffmacher Peretti
1916442	07/08/1997	Jaine Dos Santos Selinka
1921221	02/11/1978	Jean Carlos Teles De Souza
1932035	11/01/1989	Jeferson Candiago
1916371	11/08/1986	Jhenifer Tiana Trevisan
1928948	24/06/1981	Joao Paulo De Oliveira
1923306	25/09/1999	Joao Victor Preto Pierdona
1927891	16/02/1996	Josiane Muller Pereira

1914562	17/05/1986	Juliana Carlin Ramos
1914120	03/08/2000	Laisa Risson Simao
1925385	01/02/2000	Laiz Francine Moreira
1921686	21/10/1999	Larissa Juliane Correia
1935916	16/10/1997	Liliane Leffer Da Silva Guedes
1925618	25/08/2001	Luana Da Silva Maiberg
1917130	16/01/1995	Luana De Fatima Teles Da Costa Ferreira.
1915524	16/12/2000	Natacha Paes Webber
1927135	16/07/2001	Natanael Henrique De Souza
1913724	18/01/2002	Nathalia Alessandra Goncalves Mendes
1933741	03/06/1991	Queila Perego

**TÉCNICO DE ENFERMAGEM**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1931933	11/03/1981	Adenilson Guedes Dos Santos
1919833	24/08/1966	Eloir Fogues
1916393	20/11/1971	Odair Guedes Da Silva

**TÉCNICO RADIOLOGISTA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1923308	15/01/1987	Carlos Alberto Sousa Da Silva
1926671	19/06/1981	Caroline Goulart Fischer
1929464	17/05/1980	Creusa Aparecida Santana
1915881	29/01/1977	Edson Roberto Schmidt
1917038	15/08/1990	Eliziane Grassmann
1932402	15/04/1994	Fabiano Makoski
1918481	05/10/1983	Guacira Regio Lopes
1929521	04/03/1983	Jefferson Luiz De Andrade
1913768	15/05/1994	Jessica Bento De Oliveira
1933817	03/02/1989	Jhony Felipe
1932976	22/01/1988	Karice Regina De Souza
1934935	25/03/1998	Larissa Lopes
1933855	11/12/1986	Marina Moraes Da Silva
1928513	01/06/1987	Rafael Faustino Dos Santos
1920822	18/05/1984	Rozeli Alves Morais Figueredo

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020 ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

Publicação Nº 2356047

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020**  
**ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS**

O Senhor LEONIRO DASILVA PAHL, Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio e Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais faz saber a quem possa interessar a publicação do ROL DE INSCRITOS – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 03/2020, conforme segue:

**COZINHEIRA**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1914384	26/03/1989	Cleusa Domingues Dos Santos
1933823	02/09/1990	Patricia Alves De Melo

**ENFERMEIRO**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------

1915616	26/04/1987	Jaqueline Aparecida Rech
1924818	26/12/1990	Luzia Portella

## RECEPCIONISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1919325	27/04/2001	Afonso Luiz Da Silva Rocha
1922714	25/05/1999	Andreia Campos Ortiz
1936860	15/11/1996	Bianca Meireles Marques
1913864	15/02/2000	Camila Luiza Scorsin
1914395	13/05/1997	Carolayne Da Silva Santin
1922392	16/12/2000	Ingrid Ossoski Belli
1915383	09/03/1997	Kariele Borges De Lima
1915052	22/06/1987	Marta Sabrina Pires Da Silva

## TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1918522	01/10/1984	Camila Pereira
1925522	25/02/1994	Irian Keli Da Silva
1913985	25/05/1981	Jaison Leonardo Franca
1930410	20/10/1986	Lucélia Helena Vieira

## TÉCNICO RADIOLOGISTA

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
1925520	09/12/1998	Elisson De Oliveira Farias
1922445	13/09/1998	Jordi Vigarani
1920667	12/07/1986	Marilde Ribeiro Rabelo

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente do Hospital e Maternidade Santo Antônio de Lebon Régis

**PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 06/2020**

Publicação Nº 2355107

Processo Administrativo Licitatório nº 06/2020

Pregão Presencial nº 01/2020\_RP01

Interessado: Multygraphic Editora Ltda

Assunto: Recurso Administrativo contra decisão de desclassificação de proposta

**DECISÃO**

Declaro Tempestivo o recurso interposto pela Empresa MULTYGRAPHIC EDITORA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 34.382.012/0001-40, bem como decido, em juízo de retratação, com fundamento nas razões de fato e de direito expostas no Parecer Jurídico, dar provimento ao recurso e reformar a decisão proferida na sessão do dia 31 de janeiro de 2020, para neste ato DECLARAR classificada apenas a proposta para o item 07 do Termo de Referência do Edital apresentada pela Empresa MULTYGRAPHIC EDITORA LTDA.

Fica mantida a decisão de desclassificação da referida licitante para os demais itens para os quais também apresentou proposta.

Lebon Régis, 12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ VANDERLEI DE CAMPOS

Pregoeiro Oficial – Decreto nº 044/2019

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020 - PMLL

Publicação Nº 2355303

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 010/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2020

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Locação do espaço físico do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Leoberto Leal, contendo 04 (quatro) salas no 2º andar, do imóvel urbano, sito a Rua Padre José Ely nº 27, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, devidamente registrado na Comarca de Ituporanga sob o nº 1259, livro A 10, folha 109, para realizar aulas de música. LOCADOR: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua Padre José Ely, nº 27, Bairro Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.924.382/0001-04. VALOR: de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), sendo pago em 10 (dez) parcelas de R\$ 1.080,00 (um mil e oitenta reais). ENQUADRAMENTO: art. 24, Inciso X, Lei 8.666/93. Em 12/02/2020. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020 - PMLL

Publicação Nº 2355863

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 011/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2020

TIPO: "Menor Preço Global". OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atendam as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I e II, para toda a estrutura da Administração Pública Municipal, conforme Edital de Pregão Presencial nº 009/2020. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkühl, 20, Leoberto Leal/SC, às 15:00 (quinze horas), do dia 28 de fevereiro de 2020. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 12/02/2020. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

### PORTARIA N.º 001/2020

Publicação Nº 2355068

Portaria n.º 001, de 06 de janeiro de 2020.

"Designa Membros para Compôr a Comissão Permanente de Licitação e dá outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993,

#### RESOLVE:

Art. 1º Designar as servidoras abaixo relacionadas para integrar a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, sem prejuízo de suas funções normais, para sob a presidência da primeira, e secretariada pela segunda, providenciarem todos os procedimentos administrativos necessários pertinentes aos processos licitatórios da Administração Municipal, a saber:

I – ALINE KRAUS - Presidente

II – MAYARA CARLA GUCHERT - Secretária

III – DÉBORA VENTURIN - Membro

IV – JEAN CARLOS TRUPPEL - Membro

Art. 2º Os membros titulares da Comissão Permanente de Licitações desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos, empregos e funções, e não farão jus a nenhuma espécie de gratificação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário especialmente a Portaria nº 001/2019.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 002/2020**

Publicação Nº 2355075

Portaria n.º 002, de 10 de janeiro de 2.020.

“Nomeia Comissão Especial do Concurso Público N.º 001/2020 e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeada a Comissão do Concurso Público nº 001/2020, que será composta sem prejuízo de suas atribuições normais, pelos seguintes Servidores Públicos Municipais:

KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA  
Presidente  
DAIANI ANDRÉ MEURER  
Membro  
DAURI PEDRO MEIRA  
Membro  
SILVIA CARMEM GONÇALVES RUBICK  
Membro  
KARINA ALVES  
Membro

Art. 2º - O Concurso Público será organizado, executado e julgado por empresa especializada na área, cabendo a referida Comissão auxiliar na organização, coordenação, fiscalização dos atos de elaboração e concretização do Edital.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2.020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 003/2020**

Publicação Nº 2355083

Portaria n.º 003, de 10 de janeiro de 2020.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90; nº 640, de 03 de julho de 2009; nº 939, de 18 de dezembro de 2012; nº 1.159, de 23 de junho de 2015 e nº 1.412, de 16 de abril de 2019 e Processo de Escolha Edital nº 001/2019 - CMDCA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2024, a senhora PATRICIA APARECIDA GOMES, brasileira, portadora do CPF nº 061.727.429-06, residente e domiciliada na Estrada Geral Arroio do Rancho, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal  
Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 004/2020**

Publicação Nº 2355090

Portaria n.º 004, de 10 de janeiro de 2020.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90; nº 640, de 03 de julho de 2009; nº 939, de 18 de dezembro de 2012; nº 1.159, de 23 de junho de 2015 e nº 1.412, de 16 de abril de 2019 e Processo de Escolha Edital nº 001/2019 - CMDCA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2024, a senhora AMANDA HACH IANZEN, brasileira, portadora do CPF nº 065.686.359-52, residente e domiciliada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 005/2020**

Publicação Nº 2355105

Portaria n.º 005, de 10 de janeiro de 2020.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90; nº 640, de 03 de julho de 2009; nº 939, de 18 de dezembro de 2012; nº 1.159, de 23 de junho de 2015 e nº 1.412, de 16 de abril de 2019 e Processo de Escolha Edital nº 001/2019 - CMDCA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2024, a senhora KATIA CILENE DO NASCIMENTO GUCHERT, brasileira, portadora do CPF nº 898.311.879-20, residente e domiciliada na Avenida Adolfo Scheidt, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças



**PORTARIA N.º 006/2020**

Publicação Nº 2355118

Portaria n.º 006, de 10 de janeiro de 2020.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90; nº 640, de 03 de julho de 2009; nº 939, de 18 de dezembro de 2012; nº 1.159, de 23 de junho de 2015 e nº 1.412, de 16 de abril de 2019 e Processo de Escolha Edital nº 001/2019 - CMDCA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2024, a senhora ALINE CAETANO, brasileira, portadora do CPF nº 008.504.379-62, residente e domiciliada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 007/2020**

Publicação Nº 2355123

Portaria n.º 007, de 10 de janeiro de 2020.

“Nomeia Membro do Conselho Tutelar Municipal e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e em atenção aos artigos 131 e seguintes da Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90, as Leis Municipais nº 443, de 20/11/90; nº 640, de 03 de julho de 2009; nº 939, de 18 de dezembro de 2012; nº 1.159, de 23 de junho de 2015 e nº 1.412, de 16 de abril de 2019 e Processo de Escolha Edital nº 001/2019 - CMDCA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Membro do Conselho Tutelar Municipal, a partir de 10 de janeiro de 2020 à 09 de janeiro de 2024, a senhora LUANA MARIA KREUSCH DA SILVA, brasileira, portadora do CPF nº 060.415.459-37, residente e domiciliada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, município de Leoberto Leal/SC.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 10 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 008/2020**

Publicação Nº 2355126

Portaria n.º 008, de 20 de janeiro de 2020.

“Exonera Tesoureiro do IPRELL e dá outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir 20 de janeiro de 2020, o senhor LIZANDRO KREUSCH, do cargo de Tesoureiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal/SC – IPRELL.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

## **PORTARIA N.º 009/2020**

Publicação Nº 2355129

Portaria n.º 009, de 20 de janeiro de 2020.  
"Nomeia Tesoureira do IPRELL e dá  
Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, a partir de 20 de janeiro de 2020, a servidora KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA, para o Cargo em Comissão de Tesoureiro do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Leoberto Leal (IPRELL).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

## **PORTARIA N.º 010/2020**

Publicação Nº 2355136

Portaria n.º 010, de 20 de janeiro de 2020.

"Autoriza a concessão de Abono de Permanência ao servidor CELSO JACO PFLEIGER, detentor da matrícula nº 16 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos I - 40 horas, e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso II da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Autorizar a concessão de Abono de Permanência ao servidor CELSO JACO PFLEIGER, detentor da matrícula nº 16 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos I - 40 horas, a partir de 02/10/2019, nos termos do art. 3º, §1º da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c art. 6º da EC 41/2003.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011, retroagindo seus efeitos a 02/10/2019.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 011/2020**

Publicação Nº 2355145

Portaria nº 011, de 20 de janeiro de 2020.

"NOMEIA MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL – IPRELL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei nº 924, de 25 de outubro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR, de acordo com o Art. 1º da Lei 924, de 25 de outubro de 2012, os Membros do Comitê de Investimentos, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leoberto Leal – IPRELL, conforme segue abaixo:

I – ALINE KRAUS - Diretora Executiva

II – KARLA ADRIANA ENGEL FRANÇA - Tesoureira

III – WORLI JOSÉ KREUSCH - Representante do Poder Executivo

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 012/2020**

Publicação Nº 2355152

Portaria n.º 012, de 20 de janeiro de 2020.

"Contrata Professora e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999 e nº 1.364/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARISETE MARIA DE SOUZA MARIAN, portadora do CPF nº 867.993.049-00 e RG nº 2.255.084, aprovada no Chamamento Público nº 005, de 19 de dezembro de 2019, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 001, de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2020, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 013/2020**

Publicação Nº 2355156

Portaria n.º 013, de 20 de janeiro de 2020.

"Contrata Professora e dá Outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999 e nº 1.364/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MARIA ALBERTINA HOFFMANN, portadora do CPF nº 221.570.429-20 e RG nº 552.085, aprovada no Chamamento Público nº 005, de 19 de dezembro de 2019, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 002, de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2020, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 014/2020**

Publicação Nº 2355158

Portaria n.º 014, de 20 de janeiro de 2020.

“Contrata Professora e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/90, nº 136/1999 e nº 1.364/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora MIRIAN HELENA MARIAN HACK, portadora do CPF nº 060.197.099-30 e RG nº 5.142.006, aprovada no Chamamento Público nº 005, de 19 de dezembro de 2019, para desempenhar as funções de Professora, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 003, de 07 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 07 de janeiro de 2020, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA N.º 015/2020**

Publicação Nº 2355164

Portaria n.º 015, de 20 de janeiro de 2020.

“Contrata Auxiliar de Serviços Gerais e dá Outras Providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal – SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e com base nas Leis Municipais nº 418/1990, nº 136/1999 e nº 1.364/2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário a senhora CLAUDIA REGINA DE SOUZA, portadora do CPF nº 009.493.199-29 e RG nº 3.890.548, aprovada no Processo Seletivo nº 001, de 02 de setembro de 2019, homologado em 14 de novembro de 2019, para desempenhar as funções de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para executar os seus serviços conforme Contrato de Trabalho para Atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público nº 004, de 08 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com seus efeitos retroativos a 08 de janeiro de 2020, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 20 de janeiro de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 23/2020

Publicação Nº 2354300

DECRETO Nº 23/2020  
REVOGA LICITAÇÃO

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica revogada a licitação tomada de preço 11/2020 em 12 de fevereiro de 2020, pela Presidente da Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, para PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL, REATERRO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA PASCOAL CONTE TRECHO III, CONFORME PROJETOS EM ANEXO, pois não houve nenhum proponente interessado em participar do certame.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

### EXTRATO DE CONTRATO 1024/2020

Publicação Nº 2354477

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO N.º 1024/2020

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA POR CALHAS NA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MADEIRA DO MUNICIPIO. CALHAS LONTRENSE LTDA -ME- CNPJ: 17.200.542/0001-00. Valor do repasse: R\$ 1.535,00 (MIL QUINHENTOS E TRINTA E CINCO REAIS).

Lontras, 12 DE FEVEREIRO DE 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**Luiz Alves****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 06/2020 - PROCESSO SELETIVO N.º 01/2019**

Publicação Nº 2354192

EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 06/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES – SC, por meio do Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo n.º 01/2019 para provimento de vagas em caráter temporário, nos termos do artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, ao Quadro Específicos de Empregos Públicos do Município de Luiz Alves, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante no Anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

**DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

1. Os candidatos relacionados no Anexo I deste Edital, após receberem a convocação, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Administração, com sede da Prefeitura Municipal de Luiz Alves, situada na Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves – SC, no prazo de até 03 (três) dias úteis, no horário compreendido entre às 08:00h às 12:00h, para assinar o termo de interesse na vaga.
  - 1.1. O candidato convocado que não quiser ser admitido poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.
  - 1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias para entregar a documentação relacionada no Anexo II e os exames relacionados no Anexo III deste Edital.
  - 1.3. Por ordem de chegada dos candidatos, caso haja necessidade, serão distribuídas senhas, limitadas à capacidade de atendimento da Secretaria Municipal de Administração.
  - 1.4. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do Anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.
  - 1.5. O não comparecimento nos termos do item 1 acima implicará a renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente, a perda do direito à vaga para o qual o candidato foi aprovado.

**DOS EXAMES MÉDICOS**

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes do ANEXO III do presente Edital, devidamente acompanhados de atestado de saúde física e mental realizado por um Médico do Trabalho, munidos dos exames clínicos constantes do referido anexo, sendo que, ausentes os documentos exigidos, o Município de Luiz Alves irá convocar os classificados e aprovados no referido Processo Seletivo em sua substituição, obedecendo à ordem legal.
  - 2.1. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste Edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 30 dias).

**DOS ATOS DO CHAMAMENTO**

3. As publicações dos atos de chamamento se darão por meio de edital, obedecendo ao disposto no parágrafo único, do artigo 13, do Decreto Municipal n.º 62, de 16 de setembro de 2014, e do Decreto Municipal n.º 50, de 21 de junho de 2017.

**DA ADMISSÃO**

4. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, o candidato deverá se apresentar em 03 (três) dias úteis à Secretaria Municipal de Administração para ser admitido e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.
5. Da data da admissão, o candidato terá 01 (um) dia útil para apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais imediatamente a sua apresentação, que será atestada pelo Secretário Municipal e/ou Diretor da repartição à qual ficará subordinado.

Luiz Alves, 12 de fevereiro de 2020.  
GILMAR DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 06/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019  
RELAÇÃO DE CANDIDATOS

Cargo - Professor(a) de Artes

N.º inscrição	Candidato(a)
361	PATRICIA SCHNEIDER

ANEXO II – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 06/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

1. 01 (uma) Foto 3 X 4;
2. Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS;
3. Cópia do PIS/PASEP;
4. Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
  - 4.1. CPF;
  - 4.1.1. Declaração de Imposto de Renda (caso seja isento de apresentar a declaração, deverá apresentar comprovante de situação regular do CPF emitido pelo site: <<https://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>>);
  - 4.2. Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
  - 4.3. Título de eleitor;
  - 4.4. Certidão de quitação eleitoral (comprovante de votação 2016 ou quitação eleitoral emitido pelo site: <<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>>);
  - 4.5. Certidão de Casamento ou de Nascimento, se solteiro;
  - 4.6. Certidão de Nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos, se tiver;
  - 4.7. Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 (seis) anos;
  - 4.8. Certificado de reservista, para os candidatos do sexo masculino;
  - 4.9. Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
  - 4.10. Comprovante de residência atualizado;
  - 4.11. Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional e/ou cópia da Carteira de Registro nos conselhos, devidamente acompanhada da certidão de situação de regularidade;
  - 4.12. Carteira de habilitação (para o cargo de motorista na categoria exigida);
  - 4.13. Certidão negativa de ações cíveis e criminais (expedidas pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e Justiça Federal de Santa Catarina pelo site: <<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>> e pelo site: <<https://www2.trf4.jus.br/trf4/>>);
5. Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração do imposto de renda;
6. Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, que gere impedimento legal (modelo em anexo);
7. Termo de interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
8. Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;
9. Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidade no exercício de cargo na Administração Pública (modelo anexo);
10. Documentação para abertura de conta no banco:
  - 10.1. 02 (duas) cópias do CPF;
  - 10.2. 02 (duas) cópia do RG;
  - 10.3. 01 (duas) cópias do comprovante de residência.

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

( ) Não possuo bens a declarar.

( ) Posso bens a declarar, conforme segue abaixo:

IMÓVEIS

Endereço	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

VEÍCULOS

Tipo	Data de Aquisição	Valor de Aquisição	Valor Atual

OUTROS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS


FONTES DE RENDA


NOME COMPLETO: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins de provimento de cargo público, que não exerço emprego ou função pública em quaisquer das esferas (Federal, Estadual ou Municipal) que gere impedimento legal nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha admissão para o cargo de \_\_\_\_\_, deste Poder.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração sob as penas da Lei.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do Candidato

ANEXO II  
TERMO DE INTERESSE NA VAGA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo (Edital n.º 01/2019) da Prefeitura Municipal de Luiz Alves – SC, CONFIRMO O INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de \_\_\_\_\_, nos termos da legislação municipal em vigor.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
TERMO DE NÃO INTERESSE NA VAGA

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, frente à aprovação no Processo Seletivo n.º 01/2019, do Município de Luiz Alves – SC, DECLARO NÃO TER INTERESSE de ser admitido(a) na vaga de \_\_\_\_\_, no presente momento, requerendo minha reclassificação, nos termos do item 12.3.8, do Edital n.º 01/2019.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO II  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF n.º \_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidade disciplinares, inclusive, as previstas na Lei Complementar n.º 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), conforme legislação aplicável.

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Luiz Alves, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Assinatura do candidato

ANEXO III – EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 06/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 01/2019  
RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

Tabela de Exame Medico PCMSO			
Função	Tipo de Exames		Observação
	Clinico	Complementar	
Assistente Administraivo	Sim	**	
Instrutor de Artes Artesanais	Sim	**	



Motorista	Sim	Acuidade Visual	
		Eletrocardiograma	
		Eletroencefalograma	
Psicologo	Sim	**	
Recepcionista	Sim	**	
Secretario	Sim	**	
Zeladora	Sim	**	
Conselheiro Tutelar	Sim	**	
Assistente Social	Sim	**	
Assistente Administrativo	Sim	**	
Fonoaudiologo	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Professor de Anos iniciais	Sim	**	
Professor Educação Infantil		**	
Professor Educação Física		**	
Professor Ciencias		**	
Professor Matematica		**	
Professor Hsitoria		**	
Professor Geografia		**	
Professor de Artes		**	
Professor Musica		**	
Professor Ensino Religioso		**	
Professor Ingles		**	
Professor Portugues		**	
Professor Anos Finais		**	
Diretor de Ensino	Sim	**	
Diretor de Escola	Sim	**	
Cozinheira	Sim	**	
Atendente de Educação Infantil	Sim	**	
Secretario Escola	Sim	**	
Coordenador Centro Ed Inf.	Sim	**	
Agente Comunitario Saúde	Sim	**	
Atendente consultorio Dentario	Sim	**	
Auxiliar de Enfermagem	Sim	**	
Enfermeiro	Sim	**	
Farmaceutico	Sim	**	
Medico Clinico Geral	Sim	**	
Medico Especialista		**	
Odontologo	Sim	Hemograma Completo + Plaquetas	
Atendente de Enfermagem	Sim	**	
Fisioterapeuta	Sim	**	
Nutricionista	Sim	**	
Técnico da Vugilancia Sanitária	Sim	**	
Agente Defesa Civil	Sim	**	
Mecânico	Sim	Espirometria	
		Audiometria	
		Raio X de Tórax PA - OIT	
		Urina Manganês	
		Urina Níquel	
Operario Braçal	Sim	**	
Vigia	Sim	**	
Contador	Sim	**	

Fiscal de Obra-Saude-Trib.	Sim	Acuidade Visual	
Engenheiro Florestal/Ambiental	Sim	**	
Engenheiro Agrônomo	Sim	**	
Engenheiro Civil	Sim		
Medico Veterinário	Sim	**	
Operador de Maquinas	Sim	Acuidade Visual	
		Eletroencefalograma	
		Eletrocardiograma	
		Audiometria	
Tecnico Agrícola	Sim	**	

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2355154

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 07/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: S.O.S. SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA. – CNPJ n.º 10.485.215/0001-01.

Do objeto: O objetivo do presente termo é a locação de impressoras e contratação de franquia para até 2.000 (duas mil) páginas por mês, para uso da Secretaria Municipal de Educação de Luiz Alves/SC, na Educação Especial, incluindo o fornecimento de tonners e eventuais serviços de manutenção que os equipamentos vierem a necessitar para seu correto funcionamento, conforme o quadro descritivo.

Do valor: O valor contratado será de R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 1.680,00 (um mil e seiscentos e oitenta reais).

Da vigência: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término em 21 de janeiro de 2021.

LUIZ ALVES, 22 DE JANEIRO DE 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2355157

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 08/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: S.O.S. SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA. – CNPJ n.º 10.485.215/0001-01.

Do objeto: O objetivo do presente termo é a locação de impressoras e contratação de franquia para até 2.000 (duas mil) páginas por mês, para uso nos Centros de Educação Infantil Verônica Hess, Verônica Hess Extensão e Constância Erbs, incluindo o fornecimento de tintas e eventuais serviços de manutenção que os equipamentos vierem a necessitar para seu correto funcionamento, conforme o quadro descritivo.

Do valor: O valor contratado será de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais).

Da vigência: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término em 22 de janeiro de 2021.

LUIZ ALVES, 22 DE JANEIRO DE 2020.

Marcos Pedro Veber

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2355167

**EXTRATO DO CONTRATO N.º 09/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: S.O.S. SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA. – CNPJ n.º 10.485.215/0001-01.

Do objeto: O objetivo do presente termo é a locação de impressoras e contratação de franquia para até 2.000 (duas mil) páginas coloridas e 2.000 (duas mil) páginas monocromáticas por mês, para uso da Secretaria Municipal de Educação de Luiz Alves/SC, na Educação Especial, incluindo o fornecimento de tonners e tintas, bem como eventuais serviços de manutenção que os equipamentos vierem a necessitar para seu correto funcionamento, conforme o quadro descritivo.

Do valor: O valor contratado será de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 2.880,00 (dois mil e oitocentos e oitenta reais).

Da vigência: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de sua assinatura e término em 22 de janeiro de 2021.

LUIZ ALVES, 22 DE JANEIRO DE 2020.  
Marcos Pedro Veber  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO N.º 10/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2355171

EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: NELSON MÜLLER FILHO – CPF n.º 497.412.689-04.

Do objeto: O objetivo do presente contrato é a locação de imóvel com área de 450,00 m2, murado e edificado, com casa de alvenaria de aproximadamente 150,00 m2, contendo 02 banheiros, 03 quartos e 01 cozinha, para instalação de Centro de Educação Infantil.

Do valor: O valor contratado é de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).

Da vigência: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de 06 de fevereiro de 2020, e término em 06 de fevereiro de 2021.

Luiz Alves, 06 de fevereiro de 2020.  
Marcos Pedro Veber  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2354666

EXTRATO DO CONTRATO N.º 11/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 02/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: RENATO LUIS PABST – CPF n.º 833.166.889-53.

DO OBJETO: locação de imóvel comercial de 220,00 m2, construída em um terreno de 1.200,00 m2, localizada nas Margens da Rodovia Leonardo Martendal, SC 414, n.º 3.037, Bairro Vila do Salto no município de Luiz Alves/SC.

DO VALOR: O valor contratado é de R\$ 1.452,00 (um mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 17.424,00 (dezessete mil e quatrocentos e vinte e quatro reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de 05 de fevereiro de 2020, e término em 05 de fevereiro de 2021.

Luiz Alves, 05 de fevereiro de 2020.  
Marcos Pedro Veber  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES**

Publicação Nº 2355142

EXTRATO DO CONTRATO N.º 12/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2020 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LUIZ ALVES – CNPJ sob n.º 19.578.710/0001-21.

Contratado: NELSON MÜLLER FILHO – CPF n.º 497.412.689-04.

Do objeto: O objetivo do presente contrato é a locação de imóvel com área de 450,00 m2, murado e edificado, com casa de alvenaria de aproximadamente 150,00 m2, contendo 02 banheiros, 03 quartos e 01 cozinha, para instalação de Centro de Educação Infantil.

Do valor: O valor contratado é de R\$ 1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais).

Da vigência: O prazo de vigência do presente contrato tem início na data de 06 de fevereiro de 2020, e término em 06 de fevereiro de 2021.

Luiz Alves, 06 de fevereiro de 2020.  
Marcos Pedro Veber  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N.º 56/2020**

Publicação Nº 2354127

**PORTARIA N.º 56/2020**

Instaura Processo Administrativo Disciplinar para fins que menciona, nomeia Comissão de Processo Administrativo e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Memorando/ADM n.º 36/2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação à Procuradoria-Geral do Município, que chegou ao meu conhecimento, dando-me conta do ato de negligência praticado pelo servidor efetivo Giovani Serpa, portador do CPF n.º 818.610.109-82 e do RG n.º 2726942, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, nomeado por meio da Portaria n.º 010/1999, sendo responsável pelo transporte dos alunos até a Escola Municipal Vendelim Schweitzer e pelo retorno até as suas casas;

CONSIDERANDO que a suspeita do ato de negligência reside no fato de que na data de 10/02/2020 uma criança foi "esquecida" no ônibus que o referido servidor dirigia, quando levava os alunos de volta às suas casas;

CONSIDERANDO que a alegação de omissão se baseia na ocorrência do servidor ter deixado o ônibus na garagem, localizado no Pátio da FENACA, após a sua rota de desembarque dos alunos, sem realizar nenhuma verificação, e quando contatado pelos professores e conselheiros tutelares sobre o paradeiro do aluno que não desembarcou em sua casa, informou que a criança não havia embarcado em seu ônibus, não diligenciando no sentido de verificar se realmente a criança não estava lá dentro;

CONSIDERANDO que, além de não demonstrar zelo pelo trabalho, a criança foi encontrada dentro do ônibus que este dirigia, aproximadamente às 20h, quase 4h depois de ter embarcado no transporte, pelo vigia do local Gilmar Marques.

CONSIDERANDO, ainda, o relato de que o servidor já foi visto conduzindo o ônibus fazendo uso de aparelhos celulares e fone de ouvido, e que já foi chamada a sua atenção por esse motivo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2020, com base no artigo 41, § 1º, inciso II da Constituição Federal, que terá por finalidade apurar o ocorrido e a responsabilidade do servidor processado, Sr. Giovani Serpa, em especial a possível infração ao artigo 116, inciso I e ao artigo 117, inciso XV, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 2º Constituir Comissão do Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2020 composta pelos seguintes servidores efetivos: ADILSON MÁRIO SIGNORELLI, Assistente Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 272002, JOÃO DEVILART BRONDI DOS SANTOS, Assistente Administrativo, inscrito sob a Matrícula n.º 234863/01 e DOUGLAS REICHERT, Engenheiro Florestal, inscrito sob a Matrícula n.º 234899/01 para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Processo Administrativo, sendo esta Comissão secretariada pela Assessora Jurídica, servidora Amáble Erbs Schoeping.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do Termo de Instalação da Comissão, para a apresentação do Relatório, com possibilidade de prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem.

Art. 4º Deliberar que os membros da comissão poderão se reportar diretamente aos demais órgãos da Administração Pública, em diligências necessárias à prática dos atos processuais.

Art. 5º O servidor processado terá o direito ao contraditório e a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor no dia de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 11 de fevereiro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### DECRETO 2890

Publicação Nº 2355626

DECRETO Nº 2890 de 12 de fevereiro de 2020.  
"REVOGA DECRETOS QUE ESPECIFICA."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica revogado o Decreto nº 272 de 16 de março de 2001 e o Decreto nº 1899 de 13 de outubro de 2014.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### DECRETO 2891

Publicação Nº 2355679

DECRETO Nº 2891 de 12 de fevereiro de 2020.

"DISPÕE SOBRE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO SETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art.1º- O horário de funcionamento, atendimento e expediente do Setor de Assistência Social da SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL e do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), a partir de 02 de março de 2020, fica assim estabelecido:

\* segunda à sexta-feira:  
das 07h30min às 11h30min  
das 13h00 às 17h00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de março de 2020.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2020.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 034/2020

Publicação Nº 2355059

PORTARIA Nº 034/20 de 12 de fevereiro de 2020.

"NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria prevista na INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020, do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), em cumprimento do disposto na alínea "h", do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014:

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

FELIPE DEIGE

JANE ELISA OTTO BRANDALISE

Art.2º- Ainda, atendendo ao dispositivo legal previsto no inciso III, do artigo 8º, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, fica nomeado como GESTOR DA PARCERIA, o servidor RENAN CLODOALDO TESSER, o qual será responsável pelo controle e fiscalização da parceria proveniente da INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020.

Art.3º- Os serviços realizados por esta Comissão e Gestor serão gratuitos.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## **PORTARIA 035/2020**

Publicação Nº 2355063

PORTARIA Nº 035/20 de 12 de fevereiro de 2020.

“NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, E GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR, os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO da parceria prevista na DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020, do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), em cumprimento do disposto na alínea “h”, do inciso V, do artigo 35, da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014:

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA

MARISTELA GOMES

VIVIANE CRISTINA DELLAI PIAIA

Art.2º- Ainda, atendendo ao dispositivo legal previsto no inciso III, do artigo 8º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e alterações posteriores, fica nomeada como GESTORA DA PARCERIA, a servidora REGINA CARIN JACOBY CUREAU, a qual será responsável pelo controle e fiscalização da parceria proveniente da DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020.

Art.3º- Os serviços realizados por esta Comissão e Gestora serão gratuitos.

Art.4º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de fevereiro de 2020.

Luzerna(SC), 12 de fevereiro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### PORTARIA 4330

Publicação Nº 2354171

PORTARIA Nº 4330/2020  
NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, nos termos do art. 58, incisos V e VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto na Lei Complementar nº 036/09, que dispõe sobre a organização, cria órgãos, cargos e define atribuições na estrutura administrativa, e ainda em conformidade com a Lei Complementar nº 068/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR Jucimar de Oliveira Pinto para ocupar o cargo em Diretor de Meio Ambiente, com carga horária de 40 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 11 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 10 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 4331

Publicação Nº 2354292

PORTARIA Nº 4331/2020.  
CONTRATA APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a classificação do processo seletivo nº 004/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR em caráter temporário os servidores abaixo relacionados, conforme nome, cargo, carga horária e lotação.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	INÍCIO DO CONTRATO	FIM DO CONTRATO
SUELI RIBEIRO	SERVIÇOS GERAIS II	40 HORAS	POSTO DE SAÚDE KM 30	12/02/2020	23/12/2020
LUCIMAR MORAES	SERVIÇOS GERAIS II	40 HORAS	POSTO DE SAÚDE SEDE	10/02/2020	23/12/2020
LAIDES BERARDO	SERVIÇOS GERAIS II	40 HORAS	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	12/02/2020	23/12/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 12 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN  
PREFEITO MUNICIPAL

### PORTARIA 4332

Publicação Nº 2354296

PORTARIA Nº 4332/2020  
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACIEIRA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Complementar nº 68/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos).

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, aos Servidores Públicos abaixo relacionados:

NOME	CARGO	ABONO PECUNIÁRIO	PERÍODO DE GOZO
PATRICK DO NASCIMENTO	FISCAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURAS	10 DIAS	14/02/2020 A 23/02/2020



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Macieira, 12 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 4333

Publicação Nº 2354298

PORTARIA Nº 4333/2020

Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 68/2014 que prevê o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, conforme segue:

NOME	CARGO	A PARTIR DE:	DIAS
LUCILA MOSENA GEMELLI	PROFESSORA DE INGLES	03/02/2020	Indeterminado até fixação de prazo pela perícia

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 12 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 4334

Publicação Nº 2354843

PORTARIA Nº 4334/2020

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 113 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE, a Servidora Pública Municipal, Simone Lazzarotti Gomes, ocupante do cargo de Agente de combate a endemias, lotada na Secretaria de Saúde, por 120 (cento e vinte) dias, no período de 11/02/2020 a 09/06/2020.

Registre-se e publique-se

Gabinete do Prefeito, 12 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIA 4335

Publicação Nº 2354852

PORTARIA Nº 4335/2020

EXONERA CARGO EM COMISSÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, nos termos do art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 12, inciso II, da Lei nº 786/2015, que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR do cargo em comissão, a Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria de Agricultura e meio ambiente, especificando nome, cargo, carga horária, e número da Portaria de contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Carga horária	Portaria de contratação
Idalina Correa Favarin	Assessora da Secretaria de Agricultura	40 horas semanais	3694/2017

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a contar de 10 de fevereiro de 2020.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 12 de fevereiro de 2020.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal



# Mafra

## PREFEITURA

### TERMO DE CONVOCAÇÃO - EDITAL Nº 001/2018

Publicação Nº 2354992

#### TERMO DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal e o Secretário Municipal de Administração, com fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil e da Lei Orgânica do Município de Mafra, assim como no Decreto de Homologação do Concurso Público nº 4168/2018 de 24 de dezembro de 2018, convocam o (a) candidato (a) a seguir relacionado (a) aprovado (a) no Concurso Público, Edital nº 001/2018, a comparecer no endereço Avenida Prefeito Frederico Heyse, 1386 Mafra-SC no setor de CONTROLE INTERNO da Prefeitura, munido dos documentos referidos no Edital do referido concurso.

NOME	CARGO
LUCAS ANDRE LONGEN	AGENTE ADMINISTRATIVO
JOSE ALEXANDRE KOCH	AGENTE ADMINISTRATIVO

O não comparecimento nos prazos estipulados na Lei Complementar nº 16/2005 artigos 15º, 16º e 17º, caracterizará o não interesse pela vaga e implicará na exclusão e desclassificação em caráter irrevogável e irretratável do Concurso Público nº 001/2018, facultando-nos a convocar outro candidato, conforme Ordem de Classificação.

Mafra, 13 de fevereiro de 2020.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Alexandre Solesinski

Secretário Municipal de Administração

# Major Vieira

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 001.2020

Publicação Nº 2355050

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA

#### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 001/2020

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS REFERENTES A CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE PÚBLICA DE ACOlhIMENTO DE IDOSOS, COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONTRATO DE REPASSE Nº 874163/2018/FNAS/CAIXA CELEBRADO ENTRE A UNIÃO FEDERAL POR INTERMÉDIO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM REPRESENTAÇÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC, CONFORME AS CONDIÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL E DEMAIS PROJETOS E MEMORIAIS DESCRITIVOS". Conforme projetos| Tipo: Menor Preço – Global| Abertura dos Envelopes/ Data/hora: 02/03/2020 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio Florentino Souza, 210, Bairro Centro. Fone (47) 3655-1111. Major Vieira/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Orildo Antonio Severgnini. Prefeito Municipal.

# Maracajá

## PREFEITURA

### PORTARIA 014/2020

Publicação Nº 2354530

Portaria Nº 014 de 13 de fevereiro de 2020.

EXONERA A PEDIDO DO CARGO EM COMISSÃO, A SERVIDORA CINARA MINATO, COM RETORNO AO SEU CARGO EFETIVO DE PROFESSOR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais nº 426 e nº 427 de 7 de outubro de 1997, em conformidade com a Lei nº 1039 de 15 de outubro de 2015, Lei Complementar nº 46 de 26 de agosto de 2015, Lei Complementar nº 58 de 29 de novembro de 2017 e com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir do dia 1º de fevereiro de 2020, a servidora CINARA MINATO, CPF 636.844.389-87, nascida em 27 de maio de 1970, nomeada para exercer o cargo em comissão de Diretora da E.E.B.M. Nivaldo José Rosa, retornando ao seu cargo efetivo de Professor com as devidas vantagens inerentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 097 de 4 de julho de 2018 e a Portaria 240 de 1º de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

### PORTARIA 015/2020

Publicação Nº 2354533

Portaria nº 015 de 13 de fevereiro de 2020.

NOMEIA LUCIANE RONCHI VALNIER, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DA E.E.B.M. NIVALDO JOSÉ ROSA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 58 de 29 de Novembro de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear, LUCIANE RONCHI VALNIER, brasileira, maior, nascida em 7 de julho de 1972, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 784.975.909-53, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora da E.E.B.M. Nivaldo José Rosa.

Art. 2º Fica concedido Gratificação mensal de 16% (dezesesseis por cento), sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo, por prestar seus serviços como Diretor de Escola.

Art. 3º Fica mantida a vantagem de quinquênio na folha da servidora.

Art. 4º Fica suspenso o pagamento da Gratificação de 10% de Técnica Pedagógica à servidora enquanto a mesma estiver ocupando cargo de Direção de Escola.

Art. 5º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme legislação municipal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 13 de fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

**PORTARIA 016/2020**

Publicação Nº 2354535

Portaria nº 016 de 13 de fevereiro de 2020.

TRANSFERE DE UNIDADE ESCOLAR A SERVIDORA COMISSIONADA REJANE PEREIRA DOS SANTOS.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Transferir a servidora comissionada REJANE PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, maior, nascida em 9 de março de 1987, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 010.115.359-71, da E.E.B.M. Eulália Oliveira de Bem, para, a partir de 1º de fevereiro de 2020 assumir a mesma função de Diretora de Escola no Centro de Educação Infantil Margareth Maria Tomasi Rocha, permanecendo a servidora com gratificação mensal de 10% (dez por cento), fixada na Portaria nº 028 de 2 de fevereiro de 2018.

Art. 2º A servidora contratada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação pertinente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 13 de fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

**PORTARIA 017/2020**

Publicação Nº 2354537

Portaria nº 017 de 13 de fevereiro de 2020.

PRORROGA A ALTERAÇÃO DE CARGA TEMPORARIA DO ENGENHEIRO AGRIMENSOR EFETIVO DARCIO PAGANI VIEIRA.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município e os artigos 87 e 316 da Lei Complementar Nº 46 de 26 de agosto de 2015, e,

CONSIDERANDO que o servidor Darcio Pagani Vieira é o único servidor efetivo no quadro com formação em Engenharia Agrimensura;  
CONSIDERANDO que o servidor Darcio Pagani Vieira tem disponibilidade de horário para cumprir o proposto de 20 horas semanais;  
CONSIDERANDO que o servidor Darcio Pagani Vieira aceitou a prorrogação da alteração temporária da carga horária de 10 horas semanais para 20 horas semanais pelo período de 6 meses;  
CONSIDERANDO a necessidade do município e o relevante interesse público dos trabalhos de um Engenheiro Agrimensor para atender a demanda especificada no Memorando nº 007/2020 em anexo da Chefe da Divisão de Planejamento;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorroga a alteração temporária pelo período de 6 meses (Março/2020 a Agosto/2020) a carga horária de (10horas) para (20horas), com alteração correspondente do vencimento e vantagens do servidor Darcio Pagani Vieira, ocupante do cargo de Engenheiro Agrimensor, matrícula 2323.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 13 de fevereiro de 2020.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 13 de fevereiro de 2020.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 220/2020

Publicação Nº 2354121

DECRETO Nº 220, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, do servidor AURY PEDROSO, brasileiro, portador do RG nº 1.385.274, ocupante do cargo de Professor de Música e Canto, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### DECRETO Nº 221/2020

Publicação Nº 2354122

DECRETO Nº 221, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora LETICIA MORIN KONZEN, brasileira, portadora do RG nº 4.933.900, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 222/2020**

Publicação Nº 2354123

DECRETO Nº 222, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora PATRICIA FREITAS DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG nº 8082761522, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 223/2020**

Publicação Nº 2354125

DECRETO Nº 223, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 001/2019 e que está sendo preparado novo processo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 3 de fevereiro a 30 de abril de 2020, LAÉRCIO JOSÉ FORNASARI, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 306.856.800-53, para ocupar o cargo de Médico - EMAD, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 224/2020**

Publicação Nº 2354126

DECRETO Nº 224, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal MARCIA MOREIRA DE MELLO, ocupante do cargo de Professor II – Educação Infantil, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 225/2020**

Publicação Nº 2354128

DECRETO Nº 225, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Aprova prolongamento e alargamento de ruas e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto aprovados os prolongamentos da Rua Tranquilo Carlos Ranzi e Rua Severina Giaretta Beduschi e o alargamento da Rua Gentila Rosa Zamprogna Lichks, considerando-se baixas de área de ruas com área total de 3.251,41 m², sobre parte do Lote Colonial Rural nº 10, da Seção Humaitá, de propriedade do Município de Maravilha/SC, com as seguintes confrontações:

**BAIXA DE ÁREA DE RUA ABSORVIDA PELO PROLONGAMENTO  
DA RUA TRANQUILO CARLOS RANZI**

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Um mil e quinhentos e vinte e sete metros e vinte e um centímetros quadrados" (1.527,21 m²), sem edificações; CONFRONTANDO: ao NORTE, com a Rua Tranquilo Carlos Ranzi, na extensão de 12,00 metros; ao SUL, com a Rua Ayrton Senna, na extensão de 12,00 metros; ao LESTE, por duas linhas, uma reta na extensão de 92,81 metros e, outra curva, na extensão de 34,45 metros, com parte do mesmo lote colonial rural nº (10), de Município de Maravilha – M. 16.427; ao OESTE, por duas linhas, uma reta na extensão de 92,81 metros e, outra curva na extensão de 34,29 metros, com parte do mesmo lote colonial rural nº (10), de Município de Maravilha – M. 16.427.

**BAIXA DE ÁREA DE RUA ABSORVIDA PELO PROLONGAMENTO  
DA RUA SEVERINA GIARETTA BEDUSCHI**

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Um mil cento e vinte metros quadrados" (1.120,00 m²), sem edificações; confrontando: ao NORTE, com parte do mesmo lote colonial rural nº. (10), de Heimbert Schmidt e Enio Panzenhagen – M. 23.829, na extensão de 20,00 metros; ao SUL, com a Rua Severina Giaretta Beduschi, na extensão de 20,00 metros; ao LESTE, com parte do mesmo lote colonial rural nº. (10), de Município de Maravilha – M. 16.427, e com a Rua Gentila Rosa Zamprogna Lichks, na extensão de 56,00 metros; ao OESTE, com parte do mesmo lote colonial rural nº. (10), de Município de Maravilha – M. 16.427, na extensão de 56,00 metros.

**BAIXA DE ÁREA DE RUA ABSORVIDA PELO ALARGAMENTO  
DA RUA GENTILA ROSA ZAMPROGNA LICHKS**

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Seiscentos e quatro metros e vinte centímetros quadrados" (604,20 m²), sem edificações; CONFRONTANDO: ao NORTE, com parte do mesmo lote colonial rural nº (10), de Município de Maravilha – M. 16.427, na extensão de 151,00 metros; ao SUL, com a Rua Gentila Rosa Zamprogna Lichks, na extensão de 151,10 metros; ao LESTE, com a Faixa de Domínio da BR 282 – por linha curva; ao OESTE, com a Rua Severina Giaretta Beduschi, na extensão de 4,00 metros.



Art. 2º Em decorrência das baixas de áreas das ruas restaram os seguintes remanescentes:

#### ÁREA REMANESCENTE 1

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Nove mil cento e seis metros e trinta centímetros quadrados" (9.106,30 m<sup>2</sup>), sem edificações; CONFRONTANDO: ao NORTE, com parte do lote urbano nº (8) e, com os lotes urbanos nºs (7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1), todos da quadra nº (13), do Loteamento Aurora, de Tiago de Costa e Fabiula Trevisan – M. 19.693, Sueli Terezinha Baierle – M. 19.732 e 19.179, Rafael Schneider e Gabrieli de Costa – 19.692, Antonio Tressi – M. 19.188 e 19.189, Julio César Turcato – M. 19.619 e, Dilmar Antonio Orso – M. 19.955, respectivamente, na extensão de 91,16 metros; ao SUL, com a Rua Ayrton Senna, na extensão de 74,00 metros; ao LESTE, por duas linhas, uma reta na extensão de 92,81 metros e outra curva na extensão de 34,29 metros, com a Rua Tranquilo Carlos Ranzi; ao OESTE, com os lotes urbanos nºs (8, 7, 6, 5, 4, 3, 2 e 1), todos da quadra nº (4), do Loteamento Estrela, de Delonei Albani – M. 17.036, Sedinei José Albani – M. 17.035, Onercio Rech Lora – M. 17.034, Ederson Pedro Rossa – M. 17.033, Jones Wagner – M. 17.032, Sidinei Roberto Steffens e Patricia Paula Ioris – M. 17.031, Ademir Siqueira – M. 17.030, Andréia Freitag – M. 17.029, respectivamente, na extensão de 121,00 metros.

#### ÁREA REMANESCENTE 2

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Vinte e quatro mil trezentos e trinta e cinco metros e quarenta e nove centímetros quadrados" (24.335,49 m<sup>2</sup>), sem edificações; CONFRONTANDO: ao NORTE, com os lotes urbanos nºs (5, 4, 3, 2 e 1), da quadra nº (12), do Loteamento Aurora, de Dilmar Antonio Orso – M. 19.956, Lacir Prediger – M. 20.418, M.20.417 e, M. 20.416, e Kasa Empreendimentos Imobiliários Ltda – M. 19.574, respectivamente, e com parte do mesmo lote colonial rural nº (10), de Heimbart Schmidt e Enio Panzenhagen – M. 23.829, na extensão de 185,84 metros; ao SUL, com a Rua Ayrton Senna, na extensão de 203,00 metros; ao LESTE, com a Rua Severina Giarretta Beduschi, na extensão de 121,00 metros, ao OESTE, por duas linhas, uma reta na extensão de 92,81 metros, e outra curva na extensão de 34,45 metros, com a Rua Tranquilo Carlos Ranzi.

#### ÁREA REMANESCENTE 3

PARTE DO LOTE COLONIAL RURAL Nº (10), da Seção Humaitá, situada nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha, SC, com a área de "Oito mil duzentos e quarenta metros e trinta e seis centímetros quadrados" (8.240,36 m<sup>2</sup>), sem edificações; CONFRONTANDO: ao NORTE, com parte do mesmo lote colonial rural nº (10), de Heimbart Schmidt e Enio Panzenhagen – M. 23.829, na extensão de 147,57 metros; ao SUL, com a Rua Gentila Rosa Zamproga Lichks, na extensão de 151,00 metros; ao LESTE, com a Faixa de Domínio da BR 282 – por linha curva, ao OESTE, com a Rua Severina Giarretta Beduschi na extensão de 52,00 metros.

Art. 3º É parte integrante deste Decreto, mapa técnico e memorial descritivo assinados pelo Engenheiro Civil Jorge Luiz Dummer.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se o Decreto nº 633, de 4 outubro de 2019.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

### DECRETO Nº 226/2020

Publicação Nº 2354130

DECRETO Nº 226, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera dispositivo do Decreto nº 486, de 17 de junho de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente alterado o art. 1º do Decreto nº 486, de 17 de junho de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Parte do Lote Urbano nº (23), com área de (500,00 m<sup>2</sup>), com edificação, sendo uma casa de moradia, de madeira, medindo 6,00x7,00, com aberturas de madeira e coberta de telhas de barro; e Parte do Lote Urbano nº (23), com área de (500,00 m<sup>2</sup>), com edificação, sendo uma casa residencial de madeira bruta, com área construída de 70,00 m<sup>2</sup>, que recebeu o nº 483, coberta de telhas de fibrocimento, ambas da Quadra nº (3), situadas nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nºs 4.161 e 3.644 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, respectivamente, de propriedade de Esmeralda Incorporadora Ltda., pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Padre Antonio, nº 1067, apto 04, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF sob nº 30.852.148/0001-15, conforme mapa, memorial descritivo e ART assinados pelo Engenheiro Civil



Rudimar Norton Begrow, CREA/SC 18.993-3, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

**DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO:**

Lote Urbano nº (23), da Quadra nº (3), situado nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas respectivas de (500,00 m² e 500,00 m²), perfazendo a área total de (1.000,00 m²), com edificações, uma casa de moradia, de madeira, medindo 6,00x7,00, com aberturas de madeira e cobertura de telhas de barro e uma casa residencial de madeira bruta, com área construída de 70,00 m², que recebeu o nº 483, cobertura de telhas de fibrocimento; Confrontando em conjunto:- ao Norte, com o lote urbano nº (24), de 3S Participações Ltda. - M. 2.247, na extensão de 50,00 m;- ao Sul, com o lote urbano nº (22), de Alcides André de Moraes - M. 676, na extensão de 50,00 m;- ao Leste, com a Rua 15 de Novembro, na extensão de 20,00 m;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (4), Edifício Breda - M. 1.954 e Álvaro Hohensee - M. 18.178, na extensão de 20,00 m.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 227/2020**

Publicação Nº 2354132

DECRETO Nº 227, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora CRISTIELI TERESINHA BRINGHENTI, brasileira, portadora do RG nº 108427230, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 228/2020**

Publicação Nº 2354133

DECRETO Nº 228, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora SILVANA GOTARDO DUARTE, brasileira, portadora do RG nº 3.712.013, ocupante do cargo de Pedagogo, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 3 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## DECRETO Nº 229/2020

Publicação Nº 2354135

DECRETO Nº 229, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, do servidor GUSTAVO PEROSSO, brasileiro, portador do RG nº 4.363.150, ocupante do cargo de Advogado do CREAS, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## DECRETO Nº 230/2020

Publicação Nº 2354136

DECRETO Nº 230, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora MÁRCIA GOETTEMS PINHEIRO, brasileira, portadora do RG nº 569003209, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 231/2020**

Publicação Nº 2354137

DECRETO Nº 231, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora MARCIA BENDER, brasileira, portadora do RG nº 5.200.452, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 232/2020**

Publicação Nº 2354138

DECRETO Nº 232, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 097/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 4 de fevereiro a 24 de dezembro de 2020, CENELI DE BOER FABRIS, brasileira, inscrita no CPF sob nº 647.644.510-34, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Branca de Neve Extensão, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 233/2020**

Publicação Nº 2354139

DECRETO Nº 233, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 096/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 4 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, JESSICA ALVES RODRIGUES SCHABARUM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.697.279-60, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos C.E. Raymundo Veit e Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 4 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 236/2020**

Publicação Nº 2354142

DECRETO Nº 236, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 050, de 22 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro de 2020 a 4 de fevereiro de 2021, TAI-VANE FRANKE, brasileira, inscrita no CPF sob nº 371.838.592-90, para ocupar o cargo de Educador Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 237/2020**

Publicação Nº 2354144

DECRETO Nº 237, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro a 30 de abril de 2020, da servidora MARIZANGELA RAQUEL BRUCH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.614.429-02, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 238/2020**

Publicação Nº 2354146

DECRETO Nº 238, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 5 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora ANA GABRIELE DE SOUZA NUNES, brasileira, portadora do RG nº 7.115.640, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 5 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 239/2020**

Publicação Nº 2354147

DECRETO Nº 239, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 103/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro a 10 de maio de 2020, MÁRCIA ROSELI SPIER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 939.187.639-00, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 240/2020**

Publicação Nº 2354148

DECRETO Nº 240, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 102/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, ADRIANA APARECIDA LAUFER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 024.747.739-75, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 241/2020**

Publicação Nº 2354150

DECRETO Nº 241, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 104/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, EMI MARIA REICHERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 422.992.849-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Museu Padre Fernando Nagel, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 242/2020**

Publicação Nº 2354151

DECRETO Nº 242, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 104/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro a 11 de dezembro de 2020, ANDRÉIA BRUXEL, brasileira, inscrita no CPF sob nº 036.946.729-90, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.



**DECRETO Nº 243/2020**

Publicação Nº 2354179

DECRETO Nº 243, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 050, de 22 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro de 2020 a 5 de fevereiro de 2021, REGINALDO BORTOLETTO, brasileiro, portador do RG nº 58253251, para ocupar o cargo de Motorista do SAMU, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 244/2020**

Publicação Nº 2354181

DECRETO Nº 244, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 050, de 22 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro de 2020 a 5 de fevereiro de 2021, DAIANA CRISTINA STAUDT, brasileira, portadora do RG nº 6.009.315, para ocupar o cargo de Monitor de Oficina e Artesanato, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.



**DECRETO Nº 245/2020**

Publicação Nº 2354185

DECRETO Nº 245, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 6 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, do servidor FERNANDO HENRIQUE DA ROSA, brasileiro, portador do RG nº 5.362.457, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 246/2020**

Publicação Nº 2354189

DECRETO Nº 246, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de fevereiro a 11 junho de 2020, MARCILEI SOLANGE BACH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.117.849-18, para ocupar o cargo de Monitor Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 247/2020**

Publicação Nº 2354196

DECRETO Nº 247, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 107/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de fevereiro a 30 de abril de 2020, FERNANDA GRAZIELA SCHELL, brasileira, portadora do RG nº 6.864.996, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 248/2020**

Publicação Nº 2354198

DECRETO Nº 248, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 108/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de fevereiro a 30 de abril de 2020, LAULETE MAZETTO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 050.013.199-60, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 249/2020**

Publicação Nº 2354204

DECRETO Nº 249, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora público municipal TAIVANE FRANKE, ocupante do cargo de Educadora Social, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 6 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 250/2020**

Publicação Nº 2354205

DECRETO Nº 250, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal CLEVIO OSVALDO PEREIRA, ocupante do cargo de Professor ACT, 20 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 7 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 251/2020**

Publicação Nº 2354211

DECRETO Nº 251, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, para preenchimento de vagas ao quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal de Maravilha/SC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2019, a candidata ROSILEI DURANTI, brasileira, portadora do RG nº 9070183117, cargo de Agente Comunitário de Saúde – Novo Bairro, pois não entregou a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 252/2020**

Publicação Nº 2354221

DECRETO Nº 252, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Edital de Processo Seletivo nº 001/2019, para preenchimento de vagas ao quadro geral de pessoal do Poder Executivo Municipal de Maravilha/SC,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2019, a candidata LIA MARA MILLICH, brasileira, portadora do RG nº 4255538, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pois não entregou a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 253/2020**

Publicação Nº 2354331

DECRETO Nº 253, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A decisão nos Autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerado o servidor público municipal LUCIANO CANOVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## DECRETO Nº 254/2020

Publicação Nº 2354378

DECRETO Nº 254, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 109/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 7 de fevereiro a 30 de abril de 2020, SAMARA MULLER, brasileira, portadora do RG nº 6.620.870, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 7 de fevereiro de 2020.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

## DECRETO Nº 255/2020

Publicação Nº 2354393

DECRETO Nº 255, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 110/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de fevereiro a 30 de abril de 2020, CRISTIANE ANDREIA ROSSA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 012.337.929-62, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de fevereiro de 2020.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 256/2020**

Publicação Nº 2354400

**DECRETO Nº 256, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020**

Dispõe sobre contratação temporária emergencial de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,  
A Solicitação Interna 111/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados e que está sendo elaborado novo processo seletivo para o cargo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de fevereiro a 30 de abril de 2020, GENECI DE BRITO ROBERT, brasileira, portadora do R.G. nº 3894113, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de fevereiro de 2020.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 257/2020**

Publicação Nº 2354545

**DECRETO Nº 257, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020**

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 050, de 22 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 3 de fevereiro de 2020 a 2 de fevereiro de 2021, LAURA SANCHES DE LA CRUZ, brasileira, portadora do RG nº 8.409.431, para ocupar o cargo de Médico Saúde da Família, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 3 de fevereiro de 2020.

Art. 4º Revoga-se o Decreto nº 126, de 3 de fevereiro de 2020.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 258/2020**

Publicação Nº 2354806

DECRETO Nº 258, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2019, homologado pelo Decreto nº 050, de 22 de janeiro de 2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 9 de fevereiro de 2021, ALINE CRISTINA CASTANHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 764.903.098-9, para ocupar o cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 259/2020**

Publicação Nº 2354831

DECRETO Nº 259, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Requerimento da Secretaria Municipal de Assistência Social

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora LUCIANE RADKE, brasileira, portadora da C.I. nº 4.675.787, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 260/2020**

Publicação Nº 2354838

DECRETO Nº 260, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Requerimento da Secretaria Municipal de Assistência Social

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora MAIARA CARVALHO TRENTIN, brasileira, portadora da C.I. nº 5.069.379, ocupante do cargo de Psicólogo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 261/2020**

Publicação Nº 2354841

DECRETO Nº 261, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Requerimento da Secretaria Municipal de Assistência Social

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora RITA FÁTIMA SIGNOR, brasileira, portadora da C.I. nº 3.298.826, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.



**DECRETO Nº 262/2020**

Publicação Nº 2354849

DECRETO Nº 262, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MÁRCIA SCHERER, para assumir o cargo de Diretor, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 263/2020**

Publicação Nº 2354862

DECRETO Nº 263, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 113/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro a 11 de dezembro de 2020, REJANE DE OLIVEIRA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 006.283.579-31, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 264/2020**

Publicação Nº 2354872

DECRETO Nº 264, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 116/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, ADRIANE ECKERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 038.022.419-40, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 265/2020**

Publicação Nº 2354882

DECRETO Nº 265, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 114/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, GIANE SCHEIDT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 960.862.549-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Mundo Infantil, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 266/2020**

Publicação Nº 2354914

DECRETO Nº 266, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre contratação temporária de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 115/2020 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 10 de fevereiro a 18 de dezembro de 2020, ALEXS-SANDRO SCHAPPO, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 085.527.679-70, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda  
Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 267/2020**

Publicação Nº 2354961

DECRETO Nº 267, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, conforme art. 12, inciso II da Lei Complementar 003/2002,

CONSIDERANDO,

O Concurso Público Edital nº 002/2014, homologado pelo Decreto nº 171, de 23 de dezembro de 2014,

A decisão nos Autos nº 0300485.-25.2018.8.24.0042 proferida pela 2ª Vara da Comarca de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado MARCELO DARTORA HEINZ, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 905.054.419-34, para ocupar o cargo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 10 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI  
Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 268/2020**

Publicação Nº 2354974

DECRETO Nº 268, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora público municipal MARIA CLARICE BOURSCHLEIT, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**DECRETO Nº 269/2020**

Publicação Nº 2354988

DECRETO Nº 269, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação da Secretaria Municipal de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 11 de fevereiro de 2020 a 25 de janeiro de 2021, da servidora ELIZANGELA MARIA RIVA, brasileira, portadora da C.I. nº 8073811518, ocupante do cargo de Assistente Social, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 11 de fevereiro de 2020.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

**EXTRATO TERMO CESSÃO DE USO N.001/2020**

Publicação Nº 2355336

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 156/2019 – Concorrência Pública n. 002/2019.

Termo de Concessão de uso n. 001/2020

O Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou termo de concessão de direito real de uso com a empresa P & F Pavimentação e Saneamento Eireli Me, relativo ao LOTE (M), com área de 1.960,00 m², localizado à Rua Paulino Francisco de Oliveira, pelo prazo de 10 anos, prorrogável por igual período. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de fevereiro de 2020. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

**EXTRATO TERMO CESSÃO DE USO N.002/2020**

Publicação Nº 2355345

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 156/2019 – Concorrência Pública n. 002/2019.

Termo de Concessão de uso n. 002/2020

O Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou termo de concessão de direito real de uso com a empresa Oficina Mecânica Brutscher Ltda, relativo ao LOTE (A), com área de 6.090,73m<sup>2</sup>, localizado à Rua Ayrton Senna, pelo prazo de 10 anos, prorrogável por igual período. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de fevereiro de 2020. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

**EXTRATO TERMO CESSÃO DE USO N.003/2020**

Publicação Nº 2355349

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 156/2019 – Concorrência Pública n. 002/2019.

Termo de Concessão de uso n. 003/2020

O Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou termo de concessão de direito real de uso com a empresa Parzzianello Comércio & Transportes Ltda, relativo ao LOTE (S), com área de 4.249,32 m<sup>2</sup>, localizado à Avenida Industrial, pelo prazo de 10 anos, prorrogável por igual período. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de fevereiro de 2020. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

**EXTRATO TERMO CESSÃO DE USO N.004/2020**

Publicação Nº 2355351

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Administrativo n. 156/2019 – Concorrência Pública n. 002/2019.

Termo de Concessão de uso n. 004/2020

O Senhor Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que celebrou termo de concessão de direito real de uso com a empresa Edson Lamb & Cia Ltda, relativo ao LOTE (K), com área de 2.654,93 m<sup>2</sup>, localizado à Rua Paulino Francisco de Oliveira, pelo prazo de 10 anos, prorrogável por igual período. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13 às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de fevereiro de 2020. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha.

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 034/2020**

Publicação Nº 2355172

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 034/2020 – Modalidade de Tomada de Preço n. 005/2020.

O Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha – SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de revitalização da Praça dos Motoristas no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 28 de fevereiro de 2020. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 02 de março de 2020, com início às 09 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 12 de fevereiro de 2020. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

# Marema

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2020

Publicação Nº 2354213

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2020  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando a homologação final do resultado dos Concursos Públicos nº 001/2019, Decreto 077/2019 de 18/06/2019, para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal Efetivo do Município,

CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados conforme relação constante do presente, com vistas à nomeação e posse nos respectivos cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

1. Os convocados deverão, no prazo de 30 (trinta) dias, manifestar o interesse para ser nomeado e tomar Posse, cumpridas as exigências legais, apresentando os documentos necessários, contados a partir da publicação deste Edital conforme dispõe o art. 12, § 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Marema/SC;

2. Para a nomeação e posse o convocado deverá apresentar a documentação necessária, conforme previsão em Edital de Abertura 001/2019, item 2.2 letras "a – x", e anexos VIII, IX e X.

3. A Inspeção Médica Oficial será agendada pelo Departamento de Recursos Humanos uma vez que o candidato apresente os exames e laudos constantes do Item 2.

4. O convocado deverá apresentar os seguintes documentos:

- Documento de Identidade;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no site <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emitente.
- Certificado de Reservista, ou de Dispensa do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino.
- Cadastro de Pessoa Física – CPF, expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. Caso não tenha o cartão próprio do CPF poderá apresentar o comprovante de inscrição que pode ser obtido na internet, no site <http://www.receita.fazenda.gov.br>. O Número do CPF que consta em outros documentos, não se presta para atender esta solicitação.
- Certidão de nascimento ou casamento.
- comprovante de habilitação para o exercício do cargo.
- atestado de aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
- alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro da Comarca do domicílio do candidato;
- declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato. No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, órgão ao qual pertence e a carga horária;
- declaração de bens;
- comprovante de inscrição no PIS ou PASEP;
- comprovante de endereço;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- Comprovação relativa ao gozo dos direitos políticos (Certidão de crimes eleitorais), emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, pela internet, no site <http://www.tse.gov.br>. A validade da Certidão de que trata este item fica condicionada à verificação de autenticidade, no endereço eletrônico do órgão emitente.
- uma foto 3x4 recente;
- Declaração de conta corrente para recebimento da remuneração.
- Comprovantes de dependentes;
- Consulta Qualificação cadastral do E-Social - <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>
- Declaração de ausência acúmulo de cargo público;
- Declaração de ausência de Nepotismo.

5. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento obrigatório impede a nomeação.

6. Ficam convocados para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos os abaixo relacionados:

#### CARGO: OPERADOR

Inscrição	Nome	Posição
50213	KELY CRISTINA DE MELLO CERATTO	2ª

Marema-SC, 12 de fevereiro de 2020

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

ELIAMARA BALBINOT  
Servidora Designada

**PREGÃO PRESENCIAL FMAS N. 02/2020 REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2354991

Aviso de licitação

PROCESSO LICITATÓRIO FMAS N. 02/2020

PREGÃO PRESENCIAL FMAS N. 02/2020 REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Marema – SC através do Fundo Municipal de Assistência Social comunica que se encontra aberto processo Registro de preço para futuras Aquisições de cestas básicas. Os envelopes de documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h30min do dia 27 de fevereiro de 2020, procedendo à abertura às 08h30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Marema - SC, sito à Rua Vidal Ramos nº 357, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Marema - SC, 11 de fevereiro de 2020.

Adilson Barella  
Prefeito Municipal



# Massaranduba

## PREFEITURA

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89.2019 (PMM) - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA**

Publicação Nº 2354990

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONTRATO Nº 089/2019, firmado entre o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA e o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela contratada.

O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, nº 1.885, sala 102, bairro Canto, Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88.070-800, inscrito no CNPJ sob o nº 09.427.503/0001-12, neste ato representado pelo Diretor Executivo, Sr. GILSONI LUNARDI ALBINO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 912.833.619-49, denominado como CONTRATADA, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede à Rua 11 de Novembro, nº 2.765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, CEP 89.108-000, neste ato representada pelo Prefeito, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, doravante denominada CONTRATANTE, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo nº 089/2019, celebrado em 2019, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Segunda (DA DURAÇÃO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Quarta (DA FORMA DE PAGAMENTO), Sexta (DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO), Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei Federal 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DURAÇÃO PRORROGADA

1.1. O presente termo aditivo estabelece a prorrogação do Contrato Administrativo nº 089/2019, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei Federal 8.666/93, sendo sua vigência até 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Conforme variações constantes na Resolução CIGA nº 162, de 15 de agosto de 2019, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, os valores corrigidos dos serviços de tecnologia da informação e comunicação, prestados pelo CIGA, para o exercício de 2020, são:

2.1.1. CIGA Geo – R\$ 17.781,60 (DEZESSETE MIL SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A contratante deverá pagar à contratada o valor total de R\$ 17.781,60 (DEZESSETE MIL SETECENTOS E OITENTA E UM REAIS E SESENTA CENTAVOS) em 12 (doze) parcelas iguais, no valor de R\$ 1.481,80 (UM MIL QUATROCENTOS E OITENTA E UM REAIS E OITENTA CENTAVOS), sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela contratada, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. A contratante compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste aditivo ao contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária nº 3.3.93.40 (Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação), prevista no orçamento do Município para o exercício de 2020.

Parágrafo único. As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente termo aditivo passa a vigor em 1º de janeiro de 2020.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA RATIFICAÇÃO

6.1. Com as alterações constantes das cláusulas anteriores, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 089/2019.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato deste termo aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, conforme disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.



Florianópolis – SC, 09 de dezembro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI  
PREFEITO DE MASSARANDUBA (SC)  
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO  
DIRETOR EXECUTIVO DO CIGA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

ANDREY RICARDO KRISCHANSKI  
Engenheiro Civil

FERNANDA ROSA SOCAL  
Gestora de Contratos do CIGA

**TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89.2019 (PMM) - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA**

Publicação Nº 2354915

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89/2019 (PMM) - CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), Sr. ARMINDO SESAR TASSI, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a publicação do 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89/2019 (PMM).

Motivo: erro de publicação.

Data da circulação: Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, edição 3004, publicação 2270924, segunda-feira, 16 de dezembro de 2019, pag. 1507.

Armindo Sesar Tassi - Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL**

**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2020**

Publicação Nº 2355148

PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020  
TIPO: MAIOR LANCE DE PERCENTUAL DE DESCONTO

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL**

A Câmara de Vereadores de Massaranduba/SC, Estado de Santa Catarina, situado na Rua Paulo Cardoso, 166, Centro, Massaranduba, por intermédio de seu PREGOEIRO, designado pela Portaria nº. 142/2020, de 20 de janeiro de 2020, torna público, para conhecimento dos interessados que:

a) Excluem-se da cláusula sexta do edital, item 6.1.5, as alíneas ☐e e ☐f, bem como os itens 15.1.13.6 e 15.1.13.7 da cláusula décima quinta do edital de pregão presencial supracitado.

A exclusão dos referidos itens não afetam a formulação da proposta por parte dos licitantes, desta forma ficando mantido o prazo para realização e abertura do certame, qual seja 20.02.2020 às 09:30 h, encerrando o recebimento das propostas às 09:00 h, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Massaranduba (SC), 12 de Fevereiro de 2020.

FABIANO KEMSPKI  
Presidente do Poder Legislativo Municipal

**Matos Costa****PREFEITURA****CONVOCAÇÃO 03/2024**

Publicação Nº 2355289

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2020

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo n.º 02/2019, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para a qual foi classificada.

Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (Feminino)

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
7	VIVIANE WALEK	7,40	1º

O não comparecimento no prazo acima estipulado caracterizará desistência por parte do candidato, e será convocado o candidato imediatamente classificado na seq-ência do certame.

Matos Costa, 13 de Fevereiro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 008-2020

Publicação Nº 2354492

DECRETO n.º 008/2020.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.820/2019, de 20 de Novembro de 2019.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 51.300,00 (Cinquenta e um mil e trezentos reais), nestes termos:

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110573.1051 – Aquisição de Veículos e Equipamentos Funcionais	
4.4.90.00.00.00.00.03.0763 – Aplicações Diretas (77)	R\$ 51.300,00
Total .....	R\$ 51.300,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta de parte do superávit financeiro apurado no exercício de 2019.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 29 de janeiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001-2020

Publicação Nº 2355407

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 19/07/2019 às 14:00 horas estará realizando a reunião de recebimento das propostas do PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020, objetivando a AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, 0 KM, FABRICAÇÃO 2020, MODELO 2020 PARA ATENDIMENTO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

A integra do Edital e maiores informações poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371, Centro – Meleiro/SC, no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através da disponibilização no site do município [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 12 de fevereiro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 1824-2020**

Publicação Nº 2355403

LEI Nº 1.824/2020, de 12 de fevereiro de 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Meleiro, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº. 2.827/2001 e posteriores alterações e observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Despesa de Capital no Município de Meleiro/SC, no âmbito da linha de crédito do FINISA.

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1.º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2.º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3.º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4.º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro/SC 12 de fevereiro de 2020.

EDER MATTOS

PREFEITO MUNICIPAL

**NOTIFICAÇÃO PARTIDOS POLÍTICOS 12-2019**

Publicação Nº 2354493

**NOTIFICAÇÃO**

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Dezembro de 2019 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
12.2019	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	9.670,37
12.2019	Federal	Recursos Cessão Onerosa Lei 13.885/19 – Pré SAL	387.711,71
12.2019	Federal	DNPM – CEFEM	5.068,75
12.2019	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.288,00
12.2019	Federal	PAB – Varável - Programa Atenção Básica	92.195,17

12.2019	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	6.913,56
12.2019	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.449,04
12.2019	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
12.2019	Federal	PVS - (Programa Vigilância Sanitária)	6.923,98
12.2019	Federal	OT – Outras Transferências	26.883,03
12.2019	Federal	Receita de Avindas de Emenda Parlamentar	400.000,00
12.2019	Federal	Programa Centro Assistência Social/CRAS	60.000,00
12.2019	Federal	Programa Serv. Conv. Fort. Vínculos/SCFV	82.975,00
12.2019	Federal	PADF – Programa Apoio Deficiências Físicas	3.648,00
12.2019	Federal	PBF – Programa Bolsa Família	1.430,00
12.2019	Federal	PIGD –Outras Transf. FNAS/IGD/SUAS	13.092,28
12.2019	Federal	SE – Salário Educação	26.976,48
12.2019	Federal	PNATE – Transporte Escolar	6.134,67
12.2019	Privado	FIA – (Fundo Infância Adolescência)	32.600,00
12.2019	Estadual	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	6.132,57
12.2019	Estadual	PCF (Programa Co - financiamento)	8.429,56
12.2019	Estadual	OT (Outras Transferências)	2.585,75
12.2019	Estadual	Receita de Convênio nº 1288/2019	168.410,57
12.2019	Municipal	Receita de Alienação	15.000,00
		Total	1.394.643,49

Eder Mattos Adair Pasini  
Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

## PORTARIA Nº 093-2020

Publicação Nº 2355220

PORTARIA n.º 093/2020  
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

### CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde à servidora ELIANE ALEXANDRE COSTA PIROLA, ocupante do cargo de Professor, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na E.E.B.M. Pato Donald por um período de até 15 dias, conforme atestado médico.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 12/02/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 094-2020

Publicação Nº 2355221

PORTARIA n.º 094/2020  
TORNA SEM EFEITO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 1409/2009, de 28 de Dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

### TORNAR

Art. 1. Tornar sem efeito a Portaria nº 081/2020, publicada no dia 10 de Fevereiro de 2020, no Dom – Edição nº 3051, página 1081.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 10/02/2020.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 095-2020**

Publicação Nº 2355223

PORTARIA n.º 095/2020

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º O Senhor EDMILSON CECHINEL TORQUATO, para ocupar o cargo de Operador de Equipamentos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovado em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 096-2020**

Publicação Nº 2355293

PORTARIA n.º 096/2020

TRATA DA NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA O CARGO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de Dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

NOMEAR

Art. 1.º A Senhora JAGLIANE SCHMIDT MAIA, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, aprovada em Concurso Público – Edital n.º 001/2019, homologado em 20 de Agosto de 2019.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 12 de Fevereiro de 2020.

EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

# Mondaí

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMAMENTO 006/2020 - INSTRUTOR DE ESPORTES

Publicação Nº 2354453

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 006 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020

CHAMAMENTO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE INSTRUTOR DE ESPORTES - HABILITADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2020.

O Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, através do presente Edital, convoca para tomar posse nos termos da Lei Municipal, o seguinte aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

#### INSTRUTOR DE ESPORTES / HABILITADO

NOME DO CANDIDATO	CLASSIF.
Vanessa Gabrieli Ribeiro de Oliveira	1º

O candidato acima relacionado, deverá se apresentar até o dia 17 de fevereiro de 2020, às 08:00 horas junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Mondaí. O provimento do cargo se dará de acordo com as regras e normas estabelecidas no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020.

Prefeitura Municipal de Mondaí, 10 de fevereiro de 2020.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### LEI Nº 2624

Publicação Nº 2354824

LEI MUNICIPAL Nº 2.624, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2.020.

“ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 1º, 2º “CAPUT” E 4º “CAPUT” DA LEI MUNICIPAL Nº 2.541 DE 13 DE MARÇO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a presente LEI:

Art.1º. Fica alterada a redação dos Artigos 1º, 2º “Caput” e 4º “Caput” da Lei Municipal Nº 2.541/2018, de 13 de Março de 2018, que “Institui o Programa de Regularização Fiscal no Município e Dá Outras Providências”, dispositivos estes que passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º. Fica instituído o Programa de Regularização Fiscal no âmbito do Município de Monte Castelo, destinado a promover a regularização dos créditos inadimplidos junto à Secretaria Municipal da Fazenda Pública e Planejamento, de natureza tributária ou não, inscritos em dívida ativa ou não, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, abrangendo débitos de pessoas físicas ou jurídicas vencidos até a data de 31 de Dezembro de 2019.

Art.2º. Para a adesão ao Programa de Regularização Fiscal o interessado deverá indicar expressamente os débitos que deseja incluir, de natureza tributária ou não, inscritos em ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não e que estejam vencidos até a data de 31 de Dezembro de 2019.

Art.4º. A adesão ao Programa de Regularização Fiscal deverá ser formalizada mediante requerimento expresso, no período compreendido entre a data de 02 de Janeiro de 2020 a 30 de Dezembro de 2020, na Secretaria Municipal da Fazenda Pública e Planejamento, junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização, situado e em funcionamento junto ao Edifício sede da Prefeitura Municipal”.

Art.2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a data de 06 de Janeiro de 2020.

Art.3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº 2.578 de 04 de Dezembro de 2018, a qual fica totalmente revogada.

Monte Castelo, SC, 11 de Fevereiro de 2.020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2625

Publicação Nº 2354830

LEI MUNICIPAL Nº 2.625, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2.020.

“Dispõe sobre as atribuições do Cargo Chefe de Setor de Vigilância Sanitária do Município de Monte Castelo e da outra Providências”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a presente LEI:

Art. 1º. São atribuições do cargo de Chefe de Setor de Vigilância Sanitária, previsto no Anexo VIII, da Lei Complementar n. 17 de 14 de fevereiro de 2012:

I - gerir, coordenar, planejar, executar e acompanhar o desenvolvimento de serviços e ações de investigação, fiscalização e vigilância sanitária em conformidade com a legislação vigente e em articulação com os demais órgãos e instituições municipais, estaduais e federais;

II - emitir pareceres técnicos referente às ações de vigilância sanitária;

III - elaborar a programação das ações de vigilância sanitária em consonância com o Sistema Único de Saúde;

IV - fiscalizar no âmbito municipal, a produção, a comercialização, a circulação de bens e produtos, a prestação de serviços de interesse a saúde, bem como, dos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente;

V - participar, avaliar, elaborar, executar, supervisionar e encaminhar as ações pactuadas em vigilância sanitária, avaliando os resultados alcançados no âmbito municipal;

VI - prever, elaborar e executar o planejamento dos recursos financeiros transferidos pela união e pelo estado para o cumprimento das ações de vigilância sanitária, avaliando o cumprimento das mesmas;

VII - fazer cumprir, através da autoridade sanitária, a legislação vigente, no âmbito municipal, por meio da legislação federal, estadual e municipal;



VIII - manter arquivo, controle e registro das atividades desenvolvidas pelo departamento;

IX - planejar, controlar, organizar, normatizar e padronizar as ações desenvolvidas pelos setores subordinados ao departamento de vigilância sanitária;

X - articular-se com os demais órgãos do município, governos estadual e federal, entidades da administração pública e organizações não-governamentais, objetivando obter dados, informações e subsídios para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços de vigilância sanitária;

XI - zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos de trabalho;

XII - manter a ordem e a disciplina de seus subordinados, referentes a atos relativos a direitos e deveres de acordo com a legislação vigente;

XIII - promover programas de treinamento, por meio da promoção de cursos e seminários, com vistas a permitir a capacitação, tanto em nível gerencial, como operacional e técnico, dos profissionais em vigilância sanitária do departamento e demais interessado;

XIV - atender às normas de higiene e segurança do trabalho;

XV - desenvolver outras atividades correlatas necessárias para o cumprimento das suas atribuições;

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 11 de Fevereiro de 2.020  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2626

Publicação Nº 2354835

LEI MUNICIPAL Nº 2.626, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2.020.

“AUTORIZA AO PREFEITO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Prefeito do Município de Monte Castelo, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a presente LEI:

Art.1º. Fica autorizado o Prefeito Municipal de Monte Castelo, a promover a alienação de bens móveis de propriedade do Município, considerados não utilizáveis, inservíveis, obsoletos e de alto custo de manutenção e recuperação, de acordo com as normas e condições estabelecidas nesta lei.

Art.2º. A alienação será realizada com fundamento da Legislação Municipal vigente, nos termos do Artigo 6º “Caput” e Incisos I e II, da Lei Orgânica do Município de Monte Castelo, com a redação que lhe foi dada pela Emenda à Lei Orgânica Nº 10 de e de conformidade com as disposições legais constantes dos Artigos 17, Inciso II e 22, §5º da Lei Federal Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, através de Processo de Licitação Pública realizado na Modalidade de Leilão.

Parágrafo único. O Processo Licitatório a que se refere este Artigo deverá ser amplamente divulgado desde o lançamento do edital, em todos os meios de publicação oficial utilizados pelo Município, visando atrair o maior numero de interessados para participar do certame.

Art.3º. O Leilão Público destinado à alienação dos bens será conduzido por Leiloeiro Municipal designado por ato próprio do Prefeito Municipal e sob a sua responsabilidade funcional, ficando o mesmo responsável pela organização, divulgação e condução de todos os trâmites inerentes as suas atribuições legais, devendo o mesmo conduzir o certame com a observância das normas estabelecidas por esta lei e de acordo com os princípios que norteiam a Administração Pública Municipal.

Art.4º. O Leiloeiro Municipal, durante a realização do leilão, deverá ser auxiliado por no mínimo 2 (dois) servidores públicos municipais efetivos e detentores de estabilidade no serviço público municipal, os quais juntamente com o Leiloeiro deverão estar identificados com crachás, nos quais deverá constar o nome completo, o cargo público em que se encontram investidos e a função no certame.

Art.5º. A alienação dos bens públicos autorizada por esta lei, não poderá ser realizada por valor inferior ao valor mínimo estabelecido para cada um dos bens, veículos ou lotes, no Laudo de Avaliação elaborado e subscrito pela Comissão Especial de Avaliação, os quais deverão, inclusive, serem observados para efeito de lances iniciais.

Art.6º. O Processo Licitatório ou Leilão Público de que trata a presente lei, destina-se a promover a alienação dos seguintes bens, veículos e lotes:

I- LOTE Nº 01, constituído por um Veículo Fiat Palio Weekend, de cor branca, ano 2008 e modelo 2009, placa MGH 2113, Chassi Nº 9BD17309T94260466, avaliado para efeito de lance mínimo em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

II- LOTE Nº 02, constituído por um Veículo Fiat Ducato, de cor branca, ano e modelo 2010, placa MIG 7239, Chassi Nº 93W245134B2063462, avaliado para efeito de lance mínimo em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

III- LOTE Nº 03, constituído por uma máquina Retro escavadeira, Marca Randon Nº 9AD406AAEG0006388, avaliada para efeito de lance mínimo em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

IV- LOTE Nº 04, constituído por sucatas de diversos materiais, avaliado para efeito de lance mínimo em R\$ 50,00 (cinq-enta reais).

Art.7º. Os bens móveis especificados nos Incisos I a IV do Artigo 6º desta lei serão alienados e entregues aos concorrentes que oferecerem maior lance, durante o transcorrer dos trabalhos de arrematação no leilão público autorizado.

§1º A alienação somente poderá ocorrer se o maior lance oferecido atingir pelo menos o valor de ou preço mínimo estipulado no Laudo elaborado Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria Nº 399/2019 de 12 de Setembro de 2019 e estabelecidos no Artigo 6º

desta lei, para efeito de lance mínimo.

§2º Se no leilão as propostas ou lances dos interessados não atingirem o mínimo estipulado pela Comissão de Avaliação, estes serão considerados inválidos, devendo-se para tanto, proceder-se novo processo licitatório na modalidade de leilão, nos termos da Lei Federal Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993.

Art.8º. Os recursos financeiros obtidos com o leilão dos bens móveis, cuja alienação foi autorizada por esta lei, não poderão ser utilizados para o pagamento de Despesas Correntes e nem para o pagamento de Precatórios, devendo ser utilizados para a aquisição de máquinas, veículos e equipamentos de natureza permanente, visando à preservação do Patrimônio Público Municipal, consoante determina o Artigo 44, da Lei Complementar Federal Nº 101 de 4 de Maio de 2000 que Estabelece Normas de Finanças Públicas Voltadas Para a Responsabilidade na Gestão Fiscal e Dá Outras Providências.

Art.9º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo, SC, 11 de Fevereiro de 2.020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

## LEILÃO 001/2020

Publicação Nº 2355372

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2020

Modalidade LEILÃO PÚBLICO nº 001/20

OBJETO: LEILÃO PÚBLICO de bens móveis (veículos, sucatas), que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: 09h30min do dia 03/03/2020.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 - Centro e também no site <http://www.montecastelo.sc.gov.br>, link licitacoes.

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo-SC, 12 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

## PORTARIAS 063/2020 A 077/2020

Publicação Nº 2355678

PORTARIA Nº 063/2020 DE 27 DE JANEIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII e Artigo 54 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

RESOLVE:

DESIGNAR MICHELLE DAMASO VACHTEL, ocupante do Cargo de DIRETORA GERAL DE GESTÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, para sem prejuízo de suas funções e vedado o acúmulo de remuneração atuar como RESPONSÁVEL PELA FARMÁCIA BÁSICA DO SUS, nas atribuições exigidas pelo cargo retro mencionado.

Sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação terão eficácia retroativa a contar da data de 06 de Janeiro de 2020;

Art.1º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 27 de Janeiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 27 de Janeiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

## PORTARIA Nº 064/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora THALITA JESSAMINIE CARVALHO, investida no Cargo de CHEFE DE SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 397/2017 de 04 de Setembro de 2017, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

## PORTARIA Nº 065/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art.1º EXONERAR A PEDIDO, a Servidora CLEONICE NAZÁRIO, investida no Cargo de PROFESSORA 10 HORAS, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, do Poder Executivo Municipal, ficando revogada a Portaria 295/2019 de 01 de Julho de 2019, através da qual a mesma foi nomeada para o referido cargo, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente exoneração terão eficácia a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

## PORTARIA Nº 066/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

## RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, ROSÉLIA TIBES, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DA DEFESA CIVIL, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-01-A", constante do Anexo X, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Promoção e Assistência Social, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

**PORTARIA Nº 067/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, GABRIELI RIBEIRO DO NASCIMENTO, para exercer o cargo de CHEFE DE SETOR DE HABITAÇÃO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-01-A", constante do Anexo X, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Promoção e Assistência Social, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

**PORTARIA Nº 068/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, CLEONICE NAZÁRIO, para exercer o cargo de DIRETORA DE DEFESA CIVIL, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-03", constante do Anexo X, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando a mesma lotada na Secretaria de Promoção e Assistência Social, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.  
JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

**PORTARIA Nº 069/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020**

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 68, da Lei Municipal Nº 1.929 de 16 de Fevereiro de 2009;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Suspender os efeitos da Portaria que concedeu ao Servidor MARCOS ANTONIO ALVES RODRIGUES, investido no cargo de MOTORISTA, FUNÇÃO GRATIFICADA FGPIE-02, no valor de R\$ 218,23 (Duzentos e dezoito reais e vinte e três centavos);

Art. 2º- CONCEDER FUNÇÃO GRATIFICADA ao Servidor MARCOS ANTONIO ALVES RODRIGUES, investido no cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Provimento EFETIVO do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal 504 de 21 de março de 1983, FUNÇÃO

GRATIFICADA FGPIE-04, no valor de R\$ 363,65 (Trezentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos), pelo exercício das funções e atribuições extras pertinentes ao cargo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros, terão eficácia retroativa a contar da data de 01 de Fevereiro de 2020;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 070/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder a Servidora IVANA TEREZINHA SMENTKOSKI PONDELEKI, investida no Cargo de AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 02/02/2019 a 01/02/2020, sendo que 10 (dez) dias serão transformados em Abono Pecuniário, 15 (quinze) dias ocorreram de forma coletiva, conforme Decreto de Férias Coletivas nº 2.310 de 11 de dezembro de 2019, e o gozo dos 05 (cinco) dias remanescentes ocorrerão entre 10/02/2020 a 14/02/2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados a referida servidora juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 071/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal;

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, PAULO CESAR BUBA, para exercer o cargo de COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, do Quadro de Pessoal de Provimento em Comissão e Confiança, do Poder Executivo Municipal, criado pela Lei Municipal Complementar Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, com remuneração correspondente ao Nível de Referência Salarial "CC-05", constante do Anexo I, Sub-Anexo A, da referida Lei, com Jornada de Trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, ficando o mesmo lotado no Gabinete do Prefeito, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente nomeação terão eficácia a partir da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.



João Rafael Fianco  
Sec.da Administração

PORTARIA Nº 072/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, os abaixo relacionados, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB II), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando os mesmos lotados na Secretaria de Educação e Cultura, onde executarão a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

MAT: NOME:

7387/05	ADRIANI OLYNEK DOS SANTOS					0,00	118,32	1.360,75		
5012/03	ALESSANDRA DE LIMA RIBEIRO					0,00	118,32	1.360,75		
8822/10	ANA MARIA OLYNEK					0,00	118,32	1.360,75		
9553/01	ANA PAULA I. CORBANI CANTELLE					0,00	118,32	1.360,75		
9483/02	ANDRE LUIS MADER					0,00	118,32	1.360,75		
9473/03	ANDREA MENDES GALESKI					0,00	118,32	1.360,75		
8355/14	ANTONIO ROBERTO GREIN BUENO					0,00	0,00	1.479,07		
9337/05	CAMILA LIMA DA SILVA					0,00	118,32	1.360,75		
9549/01	CILAER SOARES DE LIMA					0,00	118,32	1.360,75		
7753/09	CLAUDINEIA PAULISTA RESSEL					0,00	118,32	1.360,75		
8087/14	CLEONICE PIRES DE MORAIS					0,00	0,00	1.479,07		
8087/13	CLEONICE PIRES DE MORAIS					0,00	325,32	1.153,75		
9142/07	CRISTIANE MAIDELL					0,00	118,32	1.360,75		
9554/01	DANILO FERREIRA					0,00	118,32	1.360,75		
8824/14	DIACANA ALVES RODRIGUES					0,00	0,00	1.479,07		
8728/08	EDINEIA RODRIGUES DOS SANTOS					0,00	0,00	1.479,07		
7765/19	ELIANE RIBEIRO DE SOUZA RODRIGUES					0,00	118,32	1.360,75		
7817/09	EUNICE VENGUE					0,00	0,00	1.479,07		
8946/10	FRANCIELI RUDNICK					0,00	118,32	1.360,75		
8465/11	GISELI DA SILVA					0,00	118,32	1.360,75		
9087/08	GUIOMAR FINAU KASCHUK					0,00	118,32	1.360,75		
3474/17	HELIO DE SOUZA ROCHA					0,00	107,56	1.237,05		
9550/01	HELLIN MARIA FERREIRA DAS CHAGAS					0,00	118,32	1.360,75		
7367/11	JANEFER RODRIGUES					0,00	118,32	1.360,75		
9551/01	JAQUELINE WENGUE					0,00	118,32	1.360,75		
8823/07	LARISSA PALHANO PRESTES					0,00	118,32	1.360,75		
3064/04	LAUDI LOURENCO DE CAMARGO					0,00	118,32	1.360,75		
9127/05	LAURECI APARECIDA ZADOROSNY					0,00	0,00	1.479,07		
3472/07	LEONI GREIN RODRIGUES DA SILVA					0,00	0,00	1.479,07		
9484/02	LUANA MELINA AP. FIRMO DE CAMARGO					0,00	118,32	1.360,75		
9287/05	LUZIA APARECIDA DUFFECK					0,00	118,32	1.360,75		
9552/01	MANUELI GONÇALVES DA SILVA					0,00	118,32	1.360,75		
7494/15	MARIA APARECIDA MACHADO DE LIMA					0,00	118,32	1.360,75		
8686/13	MARIA SALETE KROCHMALNY KOASKI					0,00	118,32	1.360,75		
9042/11	MARIA SIRLEI MACHADO DE LIMA WENG					0,00	0,00	1.479,07		
5592/16	MARLI RAUTTA BERTOLIN					0,00	118,32	1.360,75		
9187/04	MICHELLI SIMÕES D OLIVEIRA					0,00	0,00	1.479,07		
5795/19	NILSE APARECIDA BASTOS HOMECHEN					0,00	118,32	1.360,75		
8988/03	NOTILIO GOMES DE OLIVEIRA FILHO					0,00	118,32	1.360,75		
8766/11	PAULINE FERNANDES RIBAS					0,00	118,32	1.360,75		
9437/02	RAFAELA PAULISTA SIMOES					0,00	118,32	1.360,75		
9026/10	ROSIA NE BELARMINO					0,00	118,32	1.360,75		
9183/05	ROSIMARI LATOCHESKI TABALIPA					0,00	0,00	1.479,07		
9198/04	SARA PEREIRA DE SOUZA					0,00	118,32	1.360,75		
9104/03	SHEILA ALVES DO PRADO					0,00	118,32	1.360,75		

9482/02	SIDIANE MEIDLER					0,00	118,32	1.360,75		
9480/02	SILMARA FRONCHAK KRAJESKI					0,00	118,32	1.360,75		
9184/03	SILMARA MEIDLER GREIN					0,00	118,32	1.360,75		
8689/10	SIRLEI PRESTES DE SOUZA WENGUE					0,00	118,32	1.360,75		
9445/04	TAIS BRANDENBURG					0,00	118,32	1.360,75		

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 073/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, EUCLAIR REGINA PIRES DE MORAIS, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 10 (dez), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 074/2020 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 002/2018 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, as abaixo relacionadas, para exercer o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA (PEB I), do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo III, da referida Lei, ficando a mesma lotada na Secretaria de Educação e Cultura, onde executará a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

- JAMILA WENGUE;
- GRAZIELE APARECIDA GONÇALVES DO NASCIMENTO;
- JAINA WENGUE.

Art. 2º - A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019, para o Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 03 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 03 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 075/2020 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento nos Artigos 93, 97 e 98 da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

#### RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor HEVERTON JONAS CARLOS SILVA FRANÇA, investido no Cargo de ENFERMEIRO, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Férias Regulamentares de 30 (trinta) dias, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 14/03/2018 a 13/03/2019, sendo que o gozo dos 30 (trinta) dias a que faz jus, ocorrerão no período de 10 de fevereiro de 2020 até 10 de março de 2020;

Art.2º. O pagamento do Adicional de Férias previsto nos Artigos 93 e 97 juntamente com o Parágrafo 1º da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993 serão realizados ao referido servidor juntamente com sua remuneração no mês de Fevereiro de 2020;

Art.3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 07 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 07 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 076/2020 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município e com fundamentos no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, combinado com o Artigo 54, Inciso VII, da Lei Orgânica do Município e com amparo nos Artigos 4º, Inciso III, 7º, e Capítulo VI da Lei Municipal Nº 1.796/2005 de 30 de Junho de 2005, Lei Complementar Municipal Nº 021/2013 de 06 de Fevereiro de 2013, Lei Complementar 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, e tendo em vista o resultado classificatório do Processo Seletivo Público Nº 001/2019 promovido pelo Município, através do Edital de Processo Seletivo Público Nº 01/2019 de 04 de Dezembro de 2019;

#### RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, OS ABAIXO RELACIONADOS, para exercer o cargo de CUIDADOR, do Quadro de Pessoal de Provimento Temporário, Emergencial e Excepcional, criado pela Lei Municipal Nº 033/2014 de 17 de Dezembro de 2014, com remuneração mensal correspondente ao Nível de Referência Salarial Único, previsto e fixado no Anexo VII, , da referida Lei, ficando os mesmos lotados na Secretaria de Educação e Cultura, onde executarão a Jornada de Trabalho de 20 (vinte), horas semanais, sendo que os efeitos legais, jurídicos e financeiros da presente designação, terão efeito e eficácia retroativa a contar da data de 03 de Fevereiro de 2020;

Mat: Nome:

9560/01	ANA PAULA DE PAULA					77,83	950,96	
9499/02	ANA PAULA KACZMAREK					77,83	994,72	
9446/03	ANDREIA SOUZA					77,83	1.082,23	



9562/01	ANDRESSA GLOWACKI					77,83	950,96		
9492/02	ARLETE DAICHMANN					77,83	950,96		
9074/04	CAMILA BECKER					77,83	994,72		
8841/04	EDINA REGINA ZIPPEL FOLMER					77,83	994,72		
9490/02	ELAINE ROSCAMP NUNES CORREA					77,83	950,96		
9559/01	GREICY LIZ NOVAK					77,83	950,96		
9555/01	KETLIN APARECIDA CAETANO					77,83	950,96		
9557/01	LUAN MORAIS DOS SANTOS					77,83	950,96		
9430/03	MARCIA LASKOSKI VIECELLI					77,83	994,72		
9420/03	MARIA IVANI FURTADO					77,83	994,72		
9140/04	MARIELLY REGINA MEISTER					77,83	994,72		
9561/01	MARISTELA HOMENIUK STAIDEL					77,83	950,96		
9500/02	PATRICIA APARECIDA DE PAULA					77,83	994,72		
9558/01	REGINETE MARTINS DE ARAUJO KOASKI					77,83	994,72		
9556/01	SANDRA APARECIDA ALVES DE CARVALHO					77,83	950,96		
9435/03	SHARA MONIQUE DE ASSIS					77,83	950,96		
9431/03	SUELEN CARVALHO					77,83	1.082,23		
9433/03	TAMIRES APARECIDA CORREA					77,83	950,96		
9374/04	TEREZA APARECIDA NUNES					77,83	1.038,48		

Art. 2º A presente designação terá validade conforme consta no Edital 01/2019 Ano Letivo de 2020, de conformidade com a conveniência e interesse da Administração Pública Municipal.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 07 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 07 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

#### PORTARIA Nº 077/2020 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

O Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Incisos I, VI e VIII da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Artigo 115 e 119, da Lei Complementar Municipal Nº 001/93 de 26 de Abril de 1993,

CONSIDERANDO, que cumprido o lapso temporal aquisitivo;

CONSIDERANDO, que existem veículos escolares em manutenção que demandarão razoável tempo para estarem prontos ao transporte;

CONSIDERANDO, que uma das linhas de transporte escolar foi terceirizada por conta de estabelecer economia e disponibilizar veículo reserva para execução do serviço público;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder ao Servidor VALDEMAR MARIN, investido no Cargo de MOTORISTA, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, do Poder Executivo Municipal, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, nos termos do Artigo 115 da Lei Complementar N.º 001/93 de 26 de Abril de 1993, relativas ao período aquisitivo compreendido entre os dias 02/11/2013 a 02/11/2018;

Art.2º. Dos 90 (noventa) dias da Licença que o funcionário faz jus, o gozo dos mesmos ocorrerá no período de 13/02/2020 a 12/05/2020;

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Município de Monte Castelo (SC), 12 de Fevereiro de 2020.

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada nesta Secretaria de Administração, e publicada no átrio da Prefeitura Municipal, na data de 12 de Fevereiro de 2020.

João Rafael Fianco

Sec.da Administração

**PREGÃO PRESENCIAL 008/2020**

Publicação Nº 2351136

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 013/2020

Modalidade Pregão Presencial nº 008/2020

OBJETO: Aquisição de Retroescavadeira e Veículo 0km, para atender as necessidades da Sec. de Agricultura, Fomento Agrop. e Meio Ambiente, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 13/02/2020 às 14h00min horas do dia 27/02/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30min do dia 27/02/2020.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 10 de Fevereiro de 2020

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO

**PREGÃO PRESENCIAL 07/2020**

Publicação Nº 2350250

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 012/2020

Modalidade Pregão Presencial nº 007/2020

OBJETO: Aquisição de Escavadeira Hidráulica, para atender as necessidades da Sec. de Agricultura, Fomento Agrop. e Meio Ambiente, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min horas do dia 13/02/2020 às 09h00min horas do dia 27/02/2020.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 27/02/2020.

TIPO: Menor Preço por item

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 10 de Fevereiro de 2020

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 021/2020

Publicação Nº 2355052

DECRETO Nº 021/2020, de 28 de Janeiro de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esp., Cult. Tur.

05.01 – Secretaria do Sistema Educação, Esp., Cult. Tur.

05.01.12.361.0007.2.061-3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 113

Valor de R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 – Secretaria do Sistema de Educação, Esp., Cult. Tur.

05.01 – Secretaria do Sistema Educação, Esp., Cult. Tur.

05.01.12.361.0007.2.061-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 113

Valor de R\$ 50.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de Janeiro de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

### DECRETO Nº 022/2020

Publicação Nº 2355054

DECRETO Nº 022/2020, de 28 de Janeiro de 2020.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2020.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.892, de 26 de Novembro de 2019,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 612.259,21 (seiscentos e doze mil duzentos e cinq-enta e nove reais e vinte um centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01 – Secretaria do Sistema Econômico

03.01.04.123.0003.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 88.000,00

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura

04.01.15.452.0009.1.017-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 252.429,62

04.01.15.752.0009.2.047-4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Valor de R\$ 271.829,59.

Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro da fonte 192 – COSIP no valor de R\$ 271.829,59 e na fonte 3076 – Cessão Onerosa no valor de R\$ 340.429,62.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 28 de Janeiro de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

## DECRETO Nº 027/2020

Publicação Nº 2355055

DECRETO Nº 027/2020, em 11 de Fevereiro de 2020.

“REVOGA O DECRETO Nº 162, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2017 E ACRESCENTA ARTIGO 12 NO DECRETO 082, DE 29 DE OUTUBRO DE 2013”.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º: Fica incluído no Capítulo II – DA COMPETÊNCIA, do Decreto 082, de 29 de Outubro de 2013 o seguinte artigo e redação:

Art. 12: O PROCON Municipal de Morro da Fumaça tem competência para conciliar, processar e julgar as relações de consumo, quando o consumidor residir em Município de Morro da Fumaça ou quando efetivar a compra na cidade de Município de Morro da Fumaça.

Art. 3º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, 11 de Fevereiro de 2020.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO

Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no site do Município [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br).

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019 7

Publicação Nº 2355587

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2019

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município: Convoca os aprovados no Processo Seletivo, referente ao edital 001/2019, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

### INSTRUTOR DE ARTESANATO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
06º	JADNA DE JESUS ALVES

### ORIENTADOR SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
04º	ALBERTINA MARIA VIEIRA
05º	CAMILA DOS SANTOS JACINTO

### ORIENTADOR FISICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
01º	DANIEL DOS SANTOS DE JESUS

### ORIENTADOR ARTISITICO

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
01º	ADRIANA SANDRINI DE OLIVEIRA

## FACILITADOR DE OFICINA: ARGILA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
01º	ELAINE ORBEN RINALDI

## FACILITADOR DE OFICINA: MÚSICA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
01º	ELIENAI PEDRO MOREIRA

Morro da Fumaça, 13 de Fevereiro de 2020  
AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO  
Secretário Municipal do Sistema Econômico  
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2016 57**

Publicação Nº 2355591

Edital de Convocação Referente Concurso Público Edital nº 001/2016

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:  
Convoca o aprovado no Concurso Público, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00h e das 13:00 as 17:00 para início dos procedimentos relativos à nomeação.

## MOTORISTA

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
21º	RUDIMAR DAGOSTIN

Morro da Fumaça, 13 de Fevereiro de 2020

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

## REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO  
Secretário Municipal do Sistema Econômico  
Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

**ERRATA DO REGISTRO PREÇO 027/2020**

Publicação Nº 2355314

Morro da Fumaça. ERRATA do Pregão Presencial para Registro Preço 027/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA. CONVENIO MAPA Nº 889785/2019, conforme anexo. Altera-se o Anexo I. Data 17/02/2020 as 08:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**ERRATA REGISTRO PREÇO 028/2020**

Publicação Nº 2355321

Morro da Fumaça. ERRATA do Pregão Presencial para Registro Preço 028/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA. CONVENIO MAPA Nº 890066/2019, conforme anexo. Altera-se o Anexo I. Data 17/02/2020 as 10:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇO 005/2020**

Publicação Nº 2354625

Fundo Municipal de Assistência Social de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preço 005/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA FECHADA, conforme anexo. Data: 27/02/2020 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2020**

Publicação Nº 2355187

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 025/2020. AQUISIÇÃO DE KIT ESPORTIVO E UNIFORMES ESPORTIVO, conforme anexo. Data: 27/02/2020. Hora: 13:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2020**

Publicação Nº 2354307

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 035/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE JARDINAGEM E PAISAGISMO COM AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSUMO E INSUMOS, CONFORME DEMANDA, conforme anexo. Data: 27/02/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**TOMADA DE PREÇO 002/2020**

Publicação Nº 2355259

Fundo Municipal de Esporte e Turismo de Morro da Fumaça. Tomada de Preço 002/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SOCIEDADE ESPORTIVA E RECREATIVA FLUORITA, conforme anexo. Data: 28/02/2020 às 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**TOMADA DE PREÇO 003/2020**

Publicação Nº 2355400

Fundo Municipal de Esporte e Turismo de Morro da Fumaça. Tomada de Preço 003/2020. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE BOCHA, conforme anexo. Data: 28/02/2020 às 10:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**CONTRATOS FMAS JAN/2020**

Publicação Nº 2355537

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI**CNPJ:** 10.529.064/0001-38**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÁS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.450,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-5/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.  
2. Bem como, farão parte do objeto a prestação dos seguintes serviços correlatos:  
a. Serviços de migração dos dados existentes para funcionamento nos novos aplicativos, quando solicitado.  
b. Serviços de implantação, configuração e parametrização de acordo com procedimento

**Data da Assinatura:** 08/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 08/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 161,24**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DAAMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE FRALDAS PELO CONSORCIO**Data da Assinatura:** 10/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 10/02/2020**Vigência:** 10/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 15.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI**CNPJ:** 10.529.064/0001-38**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÁS, conforme anexo**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 200,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.345,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** EXPRESSO NOVA ERA LTDA**CNPJ:** 77.856.102/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 10/2019**Número do Processo:** 10/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 20/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 20/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 96.064,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSIST. SOCIAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/4

CNPJ: 01.456.013/0001-32

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN**C.P.F.:** 246.102.169-49**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 2/2020**Número do Processo:** 2/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com a seguinte Matrícula: Nº 21.772.**Data da Assinatura:** 23/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 07.02 08.244.0012 2.016.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 42.000,00**Forma de Pagamento:** À Vista

## CONTRATOS FME JAN/ 2020

Publicação Nº 2355540

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO**

Folha: 1/1

CNPJ: 11.411.625/0001-62  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Contrato ou Aditivo:** 3-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE**Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Data da Assinatura:** 08/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 08/01/2020 a 31/01/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 497,60**Forma de Pagamento:** À Vista

**CONTRATOS FMS JAN/2020**

Publicação Nº 2355535

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** RATEIO DAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO EM GERAL DO CONSÓRCIO.**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 62.533,80**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE OBITO**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 26.165,40**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**

Janeiro/2020.

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI**CNPJ:** 10.529.064/0001-38**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO AMBULATÓRIO DO MUNICÍPIO.**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.972,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-3/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** 1. Constitui objeto do presente contrato o Licenciamento do Direito de Uso de Aplicativos de Gestão Pública, para uso temporário e não exclusivo, conforme quantidades de usuários previstas no Edital, em favor da CONTRATANTE.**Data da Assinatura:** 08/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 08/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.498,52**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.567,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 11.305,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/4

CNPJ: 10.598.648/0001-65  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI  
**CNPJ:** 10.529.064/0001-38  
**Modalidade:**  
**Número da Licitação:** **Número do Processo:** **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-3/2020  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO AMBULATÓRIO DO MUNICÍPIO.

**Data da Assinatura:** 16/01/2020  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020  
**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 272,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** LUCIANITA PAGNAN CECHINEL  
**C.P.F.:** 342.590.909-68  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 10/2018 **Número do Processo:** 10/2018 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-6/2018  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** Locação de um imóvel na Rua Eugenio Pagnan, No. 500, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC para funcionamento do CAPS

**Data da Assinatura:** 23/01/2020  
**Data da Publicação no Diário Oficial:**  
**Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020  
**Programa de Trabalho:** 07.01 10.302.0011 2.068.3.3.90.00.00.00.00  
**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 1.404,00 **Forma de Pagamento:** À Vista

**CONTRATOS FUMAF JAN/2020**

Publicação Nº 2355543

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Folha: 1/1

CNPJ: 11.411.583/0001-60  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-1/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

**Data da Assinatura:** 08/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 08/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.996,04**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 269,00**Forma de Pagamento:** À Vista



**CONTRATOS PMMF JAN/2020**

Publicação Nº 2355533

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: STATION TELECOMUNICACOES LTDA  
CNPJ: 11.193.973/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 48/2019 Número do Processo: 48/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 3-30/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA.

Data da Assinatura: 02/01/2020  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020  
Programa de Trabalho: 05.01 12.365.0007 2.028.3.3.90.00.00.00.00  
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
Gestão / Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.383,55 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: STATION TELECOMUNICACOES LTDA  
CNPJ: 11.193.973/0001-00  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 48/2019 Número do Processo: 48/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 4-30/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERNET FIBRA ÓPTICA.

Data da Assinatura: 02/01/2020  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020  
Programa de Trabalho: 02.01 06.452.0008 2.049.3.3.90.00.00.00.00  
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
Gestão / Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 1.138,80 Forma de Pagamento: mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

Contratado: ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI  
CNPJ: 10.529.064/0001-38  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 8/2018 Número do Processo: 8/2018 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 2/2020  
Fundamento Legal:  
Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO, conforme anexo

Data da Assinatura: 02/01/2020  
Data da Publicação no Diário Oficial:  
Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora / Número:  
Gestão / Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 26.397,00 Forma de Pagamento: À Vista

Contratado: DAT INFORMATICA EIRELI  
CNPJ: 04.572.854/0001-01  
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
Número da Licitação: 152/2019 Número do Processo: 152/2019 Outra Entidade: Não  
Número do Contrato ou Aditivo: 2-52/2019  
Fundamento Legal:  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS, CONFORME ANEXO I DO EDITAL.

Data da Assinatura: 02/01/2020  
Data da Publicação no Diário Oficial: 10/02/2020  
Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:  
Gestão / Número:  
Número do Empenho:  
Valor: 2.856,96 Forma de Pagamento: À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** SOLIMAR ESPINDOLA**CNPJ:** 25.987.531/0001-40**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 184/2019**Número do Processo:** 184/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ROÇADA/CAPINA MECANIZADA, VARRIÇÃO, LIMPEZA, JARDINAGEM, ORNAMENTAÇÃO E PINTURA DE MEIO FIO, NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 424.600,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** REALIZE CONSTRUCAO E MAO DE OBRA EIRELI**CNPJ:** 28.259.637/0001-16**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 101/2018**Número do Processo:** 101/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4-46/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BIAZIO MARAGNO, conforme anexo**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/02/2020**Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 05.01 12.361.0007 1.030.4.4.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 107.822,14**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 4/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** REALIZE CONSTRUCAO E MAO DE OBRA EIRELI**CNPJ:** 28.259.637/0001-16**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 101/2018**Número do Processo:** 101/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5-46/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA ESCOLA BIAZIO MARAGNO, conforme anexo**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 100.921,44**Forma de Pagamento:****Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DA AMREC**CNPJ:** 34.629.547/0001-72**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATO DE PROGRAMA APOIO TÉCNICO OPERACIONAL E FINANCEIRO NA REALIZAÇÃO SUAS ATIVIDADES PARA EXERCÍCIO 2020**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.165,75**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 5/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** BRATTI METAL MECANICA LTDA**CNPJ:** 02.861.044/0001-31**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 00/2020**Fundamento Legal:****Objeto:**

2.1. O quantum da parcela da obra referente a este aditivo de subcontratação é compreendido pelo item 7 e subitens 7.1 a 7.7 da planilha de preço da proposta do contratado, perfazendo um valor de R\$ 100.921,44 (cem mil novecentos e vinte e um reais e quarenta e quatro centavos).

2.2. Com fundamento no Art. 48, § 2º, da Lei Complementar 123/2006, deverá o empenho e pagamento da respectiva parcela subcontratada ser realizada diretamente com a empresa subcontratada BRATTI METAL MECANICA LTDA.

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 100.921,44**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA.**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 124/2017**Número do Processo:** 124/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6-3/2018**Fundamento Legal:**

**Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

**Data da Assinatura:** 08/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 08/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 30.882,02**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 6/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 23.605,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 5/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.160,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 7/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROSA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE GAS EIRELI**CNPJ:** 10.529.064/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2018**Número do Processo:** 8/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1-2/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO, conforme anexo**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 02.01 06.452.0008 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.608,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE RESIDUOS SOLIDOS URBAN**CNPJ:** 04.572.787/0001-17**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** Constitui objeto do presente contrato, a integralização de capital ao consórcio público CONTRATADO, com a finalidade de implantar nova área de aterro sanitário, que totalizará o investimento de R\$ 1.137.200,04 (Um milhão, cento e trinta e sete mil e duzentos reais e quatro centavos).**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 220.971,72**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 8/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:**  
**Janeiro/2020.**

**Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**

**Contratado:** COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR FUMACENSE  
**CNPJ:** 13.805.465/0001-61  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 198/2019 **Número do Processo:** 198/2019 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 7/2020  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** GENEROS ALIMENTÍCIOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR.

**Data da Assinatura:** 17/01/2020  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020  
**Vigência:** 17/01/2020 a 31/12/2020  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 451.805,50 **Forma de Pagamento:** À Vista

**Contratado:** BALTAZAR PELLEGRIN  
**C.P.F.:** 246.102.169-49  
**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
**Número da Licitação:** 22/2020 **Número do Processo:** 22/2020 **Outra Entidade:** Não  
**Número do Contrato ou Aditivo:** 8/2020  
**Fundamento Legal:**  
**Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, imóveis para A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC com a seguinte Matrículas: Nº 21.773 Livro Nº2 Fls 1 ano 2003

**Data da Assinatura:** 23/01/2020  
**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020  
**Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020  
**Programa de Trabalho:**  
**Unidade Gestora / Número:**  
**Gestão / Número:**  
**Número do Empenho:**  
**Valor:** 22.344,00 **Forma de Pagamento:** À Vista



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 9/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** JOÃO NIERO**C.P.F.:** 455.502.559-87**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 3/2018**Número do Processo:** 3/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3-1/2018**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial (sala) sito a Travessa Zeferino Cesca, nº 10, no Distrito de Estação Cocal, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da agência de correios comunitária.**Data da Assinatura:** 23/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:** 03.01 04.123.0003 2.019.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 720,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** MN PARTICIPACOES LTDA.**CNPJ:** 19.618.308/0001-23**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 55/2017**Número do Processo:** 55/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 7-26/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel comercial (várias salas) sito a Avenida Inocente Pagnan, nº 21, no Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da prefeitura e suas secretarias.**Data da Assinatura:** 23/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.116,40**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 10/10

CNPJ: 83.000.323/0001-02

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ZELINDA PIROLA CASAGRANDE**C.P.F.:** 947.177.299-00**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 23/2020**Número do Processo:** 23/2020**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 9/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** O Locador coloca a disposição do Locatário, um imóvel para abrigo de máquinas pesadas e veículos, sito a Rua Genoveva Guglielmi Bortolatto, s/n, Centro, no Município de Morro da Fumaça/SC, para uso da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**Data da Assinatura:** 23/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 23/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 36.900,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**CONTRATOS SAMAE JAN/2020**

Publicação Nº 2355546

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 1/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63  
RUA 20 DE MAIO, 100  
C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA**CNPJ:** 46.481.156/0004-85**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** 1.1. Fornecimento dos seguintes materiais: 1.2. Produto químico utilizado para tratamento de água destinada ao consumo humano, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 07/2019 de licitação compartilhada com o CISAM - SUL com sede em Orleans/SC.

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 14.595,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA AMREC - CISAM**CNPJ:** 13.791.885/0001-36**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 1/2020**Fundamento Legal:**

**Objeto:** O presente instrumento tem por objeto a transferência de recursos públicos da contratante para ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os ENTES CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembleia Geral, tendo por fim o efetivo funcionamento da sede administrativa do consórcio, para fins de execução de seus objetivos e finalidades no tocante ao modelo de governança regional para oferta de apoio ao saneamento ambiental, nos termos d

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 59.400,00**Forma de Pagamento:** MENSAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 2/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** HM PRODUTOS QUIMICOS LTDA**CNPJ:** 11.896.725/0001-26**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 3/2020**Fundamento Legal:****Objeto:**

1.1.Fornecimento dos seguintes materiais:

1.2.Produto químico utilizado para tratamento de água destinada ao consumo humano, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 07/2019 de licitação compartilhada com o CISAM - SUL com sede em Orleans/SC.

**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.200,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA**CNPJ:** 78.668.969/0001-22**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 4/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** 1.1.Fornecimento dos seguintes materiais:1.2. Produto químico utilizado para tratamento de água destinada ao consumo humano, com base na ata do certame do Pregão Presencial nº 07/2019 de licitação compartilhada com o CISAM - SUL com sede em Orleans/SC.**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 35.760,00**Forma de Pagamento:** À Vista

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SAMAE DE MORRO DA FUMACA**

Folha: 3/3

CNPJ: 31.739.132/0001-63

RUA 20 DE MAIO, 100

C.E.P.: 88830-000 - Morro da Fumaça - SC

**Mês/Ano da Assinatura:****Janeiro/2020.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** EVOLUTEC TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS DE AUTOMACAO L**CNPJ:** 10.949.992/0001-51**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 2-38/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço e fornecimento de equipamentos de Telemetria, conforme especificações mínimas contidas no Anexo I do Edital**Data da Assinatura:** 02/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 02/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** SAMAE DE MORRO DA FUMACA / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.740,00**Forma de Pagamento:** À Vista**Contratado:** MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.**CNPJ:** 61.074.175/0001-38**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 158/2019**Número do Processo:** 158/2019**Outra Entidade:** Sim**Número do Contrato ou Aditivo:** 6/2020**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA MUNICIPAL. CONFORME ANEXO I DO EDITAL.**Data da Assinatura:** 16/01/2020**Data da Publicação no Diário Oficial:** 07/02/2020**Vigência:** 16/01/2020 a 31/12/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 520,00**Forma de Pagamento:** À Vista

# Morro Grande

## PREFEITURA

### PORTARIA 100-2019

Publicação Nº 2355025

PORTARIA Nº 100/2019

Determina a instalação de Processo Administrativo e dá outras providências.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições;

Considerando a informação originada da Notícia de fato nº 01.2019.00018726-0 junto ao Ministério Público Estadual, Comarca de Meleiro/SC.

#### RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura de Processo Administrativo, para apurar eventuais prestações de serviços de forma irregular, em descumprimento da legislação municipal, por parte do Município de morro Grande.

Art. 2º O Processo Administrativo será conduzido pelo Controle Interno do Município e pelo Departamento Jurídico.

Art. 3º O Processo Administrativo deverá ser realizado em 60 (sessenta) dias, contados da publicação desta Portaria, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Morro Grande/SC, 20 de setembro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA REUNIÃO ORDINÁRIA DESENAVE

Publicação Nº 2354546

#### ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – DESENAVE

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas e trinta minutos, no auditório da Prefeitura Municipal de Navegantes, estabelecido na rua João Emílio, 100, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico – DESENAVE, com a presença dos Senhores Conselheiros: Rodrigo Leonardo Vargas Silveira e Henrival Ataúl dos Santos Filho, representantes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, Márcio Capella, representante da Secretaria de Finanças, Adriana Correa, representante da Secretaria de Governo, Alessandra Regina Lucas e Elizama Aparecida Lopes, representantes da Secretaria de Saúde, Marta Maria Costa Sandoval, representante da Secretaria de Educação, José Osmar Bezerra Neto, representante da Secretaria de Turismo, Celso Renato dos Santos, representante da FUMAN, Edilson Antonio dos Santos, representante da Procuradoria-Geral do Município, Rinaldo Luiz de Araújo, representante da ACIN, Elton Carlos Sorato, representante da CDL, Anderson da Silva Gomes, representante da Associação Brasileira dos Terminais Portuários, Mário José Capella, representante do Núcleo Contábil da ACIN, Diogo André Miguel, representante do Núcleo Imobiliário da ACIN e Jéssica Pascoal da Silva, representante da OAB de Navegantes, sendo faltantes os representantes do Núcleo dos Engenheiros e Arquitetos da ACIN, do Rotary Club e do Lions Clube, e estando presentes como convidados o Sr. Waldir Aparecido Lopes Ramos, Secretário de Planejamento Urbano, e a Sra. Natália Ferreira da Costa, Diretora de Patrimônio da Secretaria de Administração, todos reunidos sob a Presidência do Sr. Rodrigo Leonardo Vargas Silveira, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita, nos termos da convocação publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, edição n. 3046, Ato n. 2341767. O presidente cumprimentou os presentes e leu a pauta dos assuntos que seriam tratados na reunião: 1. Apresentação dos projetos de investimentos do Grupo Pereira para a instalação de uma unidade do Fort Atacadista na região; 2. Deliberação dos incentivos a serem concedidos ao investidor e das contrapartidas exigidas; 3. Assuntos diversos. Iniciou fazendo uma breve explanação do arcabouço legal que envolve o conselho, seguido de um relato da situação econômica atual da cidade, enaltecendo a melhor geração de empregos em seis anos, o recorde do PIB e os projetos em andamento que envolvem o desenvolvimento da cidade. Explicou ainda o previsto na Lei Complementar n. 124/2011 no que tange os incentivos econômicos e benefícios fiscais possíveis de serem concedidos. Em seguida, abriu a palavra aos representantes da empresa SDB Comércio de Alimentos Ltda. para a explanação do projeto a ser desenvolvido no Município de Navegantes. Tomou a palavra o Sr. Cristiano Caron, representante do grupo investidor, que passou a expor a história do grupo Pereira, cuja origem se deu através do Supermercado Comper em Itajaí. Explanou que hoje o grupo atua nos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, São Paulo e Santa Catarina, com as bandeiras Fort, Bate Fort, Comper, Vuon Card e FortFarma, com um faturamento de R\$ 10 bilhões anuais, sendo o 6º maior grupo supermercadista do Brasil. Em relação ao empreendimento de Navegantes, o Sr. Cristiano explanou os projetos sociais desenvolvidos como o Troco Solidário e o ACATMAR, consistente em mutirões de limpeza das praias nas cidades onde o grupo opera, e que devem ser desenvolvidos em Navegantes. Apresentou imagens do projeto arquitetônico, enfatizando aspectos ambientais do projeto como os reservatórios de água da chuva e o uso de luz natural. Afirmou que a unidade contará com a farmácia FarmaFort e com açougue. Explanou aos presentes que durante o funcionamento do supermercado não deve haver estacionamento de caminhões na Rua Martimiano Teixeira, haja vista que o empreendimento prevê vagas internas para as docas, tanto para espera quanto para descarga. Enfatizou ainda que os investidores se comprometem a realizar os investimentos no alargamento e no prolongamento da Rua Martimiano Teixeira e interligá-la com a Rua Maria Lopes de Borba, formando um binário com a mesma. Toda a obra deve ser em asfalto com padronização das calçadas, mas a sua realização dependerá de uma desapropriação de 663,28 m<sup>2</sup> na esquina de acesso à via portuária. Os investidores, por sua vez, se comprometem a doar ao patrimônio público uma área de 5.043 m<sup>2</sup> referente ao espaço de ampliação da rua. Salientou ainda que devem ser gerados no mínimo 150 empregos diretos, com contratação de mão de obra preferencialmente de Navegantes, e cerca de 300 empregos indiretos em serviços como limpeza, transporte e manutenção da loja. Enalteceu que se tratam de R\$ 26 milhões em investimentos e que o grupo deve cumprir toda a legislação municipal. Encerrada a apresentação, o Secretário Rodrigo retomou a palavra para expor o posicionamento da Prefeitura em relação ao pleiteado pela empresa. Explicou que foram analisados os documentos fiscais, a proposta de investimentos, a expectativa de aumento de receita, o cálculo das isenções pleiteadas e as contrapartidas urbanísticas e ambientais. Ressaltou ainda a importância do empreendimento para a cidade, uma vez que deve gerar entre 150 e 225 empregos diretos e entre 300 e 450 empregos indiretos, com um faturamento mensal projetado em R\$ 10 milhões. O Secretário explicou que o empreendimento só deve se tornar viável do ponto de vista urbanístico com a ampliação da Rua Martimiano Teixeira, tendo sido exposto a todos os membros do conselho o mapa da área de 663,28 m<sup>2</sup> a ser desapropriada na esquina da rua, bem como a área de 5.043 m<sup>2</sup> a ser doada pelos investidores ao Município referente ao alargamento e ao prolongamento da rua. Foi exposto que as partes chegaram a um entendimento de que, caso o DESENAVE aprove, o investidor arcará com todos os serviços de engenharia, aquisição de material e execução da obra no que concerne aterro, compactação, drenagem, calçadas, pavimentação asfáltica e sinalização viária horizontal, comprometendo-se o Município apenas a disponibilizar o maquinário da Secretaria de Obras para abertura da cancha para início das obras de infraestrutura. O investidor ainda fica obrigado a cumprir as condicionantes ambientais apresentadas pela FUMAN no que diz respeito à compensação ambiental e à averbação de trinta por cento de área de preservação na matrícula do imóvel. Também seria uma obrigação do investidor a implementação dos projetos socioambientais já existentes em outras filiais, conforme exposto no caderno da proposta da empresa, para atender entidades e a população necessariamente de Navegantes. O Secretário enalteceu que o investidor terá grande dispêndio nas obras da rua de acesso para carga e descarga, bem como na doação da área ao patrimônio público municipal. Por fim, foi apresentado a todos os membros do conselho a expectativa de incremento de receita anual na ordem de R\$ 330.455,76 referente ao retorno do ICMS ao Município e ao ISS incidente sobre os serviços prestados na obra, bem como a expectativa de renúncia de receita caso o DESENAVE aprove a proposta, sendo cerca de R\$ 73.000,00 a título de isenção anual de IPTU e R\$ 8.745,00 a título de isenção anual de Taxa de Licença e Fiscalização, totalizando uma renúncia de receita em torno de R\$ 81.745,00 (estimativa). O Presidente do conselho expôs que a prefeitura se dispõe a conceder dez anos de isenção do IPTU e da taxa supracitada, totalizando em torno de R\$ 817.450,00 durante todo o período, sem a correção monetária. Em contrapartida deve haver um incremento de receita na ordem de R\$ 2.602.062,76 em dez anos a título de ICMS e pagamento do ISS incidente sobre os

serviços relacionados à obra. Somado a isto, deve ocorrer uma apropriação ao patrimônio municipal da área da rua e da obra nela realizada, representando um ganho de mais de R\$ 2,5 milhões ao Erário, totalizando um ganho de cerca de R\$ 5 milhões ao Município na década vindoura. O Sr. Rodrigo afirmou que todos os cálculos tributários foram realizados por auditores fiscais do Município de maneira isenta, e que tais documentos estão juntados ao processo administrativo em questão. Foi exposto também que os incentivos fiscais concedidos deverão ser reanalisados anualmente, com prestação de contas das contrapartidas assumidas pela empresa requerente, a ser apresentada pela SDB Comércio de Alimentos Ltda., sob pena de cassação dos mesmos e retorno à tributação de IPTU e da taxa. Por fim, enalteceu-se que caberá aos órgãos fiscalizadores o acompanhamento das obras, tanto do supermercado quanto do sistema viário, e o atestado de que as mesmas preenchem todos os requisitos legais, ambientais e urbanísticos. O Presidente do Conselho encerrou a sua apresentação e abriu a palavra para questionamentos. Não havendo questionamentos, foi solicitado aos representantes dos investidores que se retirassem do auditório para que o Conselho pudesse deliberar com mais liberdade. Ausentes os investidores, o representante da ACIN, Sr. Rinaldo Luiz de Araújo, pediu a palavra para questionar se o prazo de 10 (dez) anos de isenções estaria em consonância com os outros incentivos fiscais já concedidos no passado, enaltecendo que se trata apenas de um questionamento para levantar a isonomia no tratamento entre os contribuintes. O Sr. Rodrigo explicou que para chegar a esta proposta foram considerados não apenas a expectativa de retorno de ICMS e ISS incidente sobre a obra, mas também todo o ganho que o patrimônio municipal deve ter com a apropriação para si de uma área de 5.043 m<sup>2</sup>, bem como das obras de infraestrutura viária que a empresa deve realizar. Explicou ainda que para aprovar um benefício fiscal é preciso demonstrar que os benefícios dados são compensados ao longo do tempo, e que neste caso restaria comprovado com o retorno do ICMS e com o ganho da obra na Rua Martimiano Teixeira, totalizando cerca de R\$ 5 milhões de retorno, compensa de longe a isenção de cerca de R\$ 800 mil, havendo um saldo positivo estimado de R\$ 4,2 milhões. A representante da OAB, Sra. Jéssica Pascoal da Silva, pediu a palavra para lembrar da aprovação do incentivo fiscal do Komprão, tendo sido lida a ata que concedeu 50% de isenção do IPTU por 5 anos, sem, no entanto, terem ocorrido contrapartidas em favor do Município. A conselheira opinou que, por isonomia, a proposta de isenção por 10 anos estaria correta haja vista o grande investimento no patrimônio público que o Grupo Pereira deve realizar. O Secretário Rodrigo tomou a palavra e esclareceu que qualquer um dos conselheiros tem a liberdade para colocar em votação uma proposta diferente daquela apresentada, seja na porcentagem das isenções, seja no prazo, cabendo a decisão ao Conselho, que é soberano. O Sr. Rinaldo disse se dar por satisfeito e concordou com os apontamentos da representante da OAB. Nenhum dos demais membros se manifestou, não havendo proposta alternativa a ser deliberada. O Presidente do Conselho, então, explicou que a votação da proposta apresentada na reunião seria feita por chamada nominal, nos termos do art. 20 do Decreto n. 613/2013 (Regimento Interno). Feita a chamada de todos os representantes presentes, a proposta foi aprovada por unanimidade, com o placar de treze votos a favor e nenhum contrário. O presidente não votou, nos termos do art. 21 do Regimento Interno. Foi então proclamado o resultado e declarado aprovada a proposta apresentada na reunião, nos seguintes termos: POR PARTE DO INVESTIDOR: 1. Geração de 150 empregos diretos preferencialmente para moradores de Navegantes; 2. Desenvolvimento dos projetos socioambientais já existentes em outras cidades para beneficiar a população de Navegantes (Troco Solidário e limpeza das praias); 3. Construção da loja do Fort Atacadista com 9.905,3 m<sup>2</sup> nos termos da aprovação da Secretaria de Planejamento Urbano; 4. Custeio por parte do investidor do alargamento em 4 metros da Rua Martimiano Teixeira, compreendendo 9 metros de largura de pista asfaltada e 1,5 metro de calçada padronizada em cada lado, até fazer a ligação com a Rua Maria Lopes de Borba, formando um binário, sendo de responsabilidade do investidor todos os custos com engenharia, aquisição de material e execução da obra no que concerne o aterro, compactação, drenagem, calçadas, pavimentação asfáltica e sinalização viária horizontal e vertical; 5. Doação ao Município de 5.043 m<sup>2</sup> de área constante na matrícula n. 4.705, referente ao alargamento e prolongamento da Rua Martimiano Teixeira; 6. Cumprimento das condicionantes ambientais estabelecidas pela Fundação do Meio Ambiente – FUMAN, no que concerne a compensação ambiental e a averbação na matrícula na matrícula n. 4.705 de trinta por cento de área de preservação ambiental; 7. Apresentação de relatório anual de prestação de contas para ser submetido ao Conselho de Desenvolvimento de Navegantes – DESENAVE para análise da continuidade ou não dos benefícios fiscais concedidos; POR PARTE DO MUNICÍPIO: 1. Desapropriação de 663,28 m<sup>2</sup> da matrícula n. 21.462 para viabilizar a melhoria do acesso à Rua Martimiano Teixeira, cuja obra será custeada pelo investidor; 2. Disponibilização de maquinário da Secretaria Municipal de Obras para abertura da cancha da Rua Martimiano Teixeira, que posteriormente sofrerá as intervenções de engenharia por parte do investidor; 3. Isenção do IPTU por 10 exercícios fiscais, entre 2021 e 2030; 4. Isenção da Taxa de Licença e Fiscalização por 10 anos a contar da data de início das atividades do empreendimento; 5. Fiscalização do cumprimento das obrigações por parte do investidor por parte de todos os órgãos municipais, principalmente Secretaria de Planejamento Urbano e Fundação Municipal do Meio Ambiente-FUMAN, bem como convocação do Conselho de Desenvolvimento de Navegantes para acompanhar anualmente o cumprimento das condicionantes por parte do investidor. Por fim, foi enaltecido que os benefícios fiscais concedidos podem ser cancelados em caso de descumprimento do projeto aprovado no conselho. Após o fim da deliberação, compareceu ao recinto da reunião um morador da Rua Martimiano Teixeira, o Sr. Diogo, que pediu desculpas pelo atraso para chegar à reunião e pediu explicações sobre como ficaria a engenharia viária da região. Prontamente o Presidente do conselho e os representantes da empresa chamaram o cidadão a frente para mostrar as plantas dos projetos da obra e explicaram todos os detalhes nos termos já expostos anteriormente na reunião. O cidadão se deu por satisfeito, elogiou o progresso e disse que colaborará na comunicação aos seus vizinhos. Disse, ainda, estar ciente que no decorrer da obra podem ocorrer contratempos por questões de engenharia, tendo o representante dos investidores enaltecido que o acesso às residências não seria bloqueado na totalidade, havendo um planejamento na execução da obra. O Presidente sugeriu ao plenário e foi aprovada uma nova reunião do conselho para o dia 23 de março de 2020, às 18h30min. Por fim, agradeceu a presença de todos e eu, Henrival Ataúl dos Santos Filho, lavrei a presente ata que deverá ser assinada pelo presidente e por mim e enviada a todos os membros do conselho para aprovação e posterior publicação no diário oficial.

HENRIVAL ATAÚL DOS SANTOS FILHO Secretário	RODRIGO LEONARDO VARGAS SILVEIRA Presidente e Secretário de Desenvolvimento Econômico e Receita
MÁRCIO CAPELLA Representante da Secretaria de Finanças	ADRIANA CORREA Representante da Secretaria de Governo
ALESSANDRA REGINA LUCAS Representante da Secretaria de Saúde	MARTA MARIA COSTA SANDOVAL Representante da Secretaria de Educação
JOSÉ OSMAR BEZERRA NETO Representante da Secretaria de Turismo	CELSON RENATO DOS SANTOS Representante da FUMAN
EDILSON ANTÔNIO DOS SANTOS Representante da Procuradoria-Geral do Município	RINALDO LUIZ DE ARAÚJO Representante da ACIN



ELTON CARLOS SORATO Representante da CDL	ANDERSON DA SILVA GOMES Representante da ABPT
MÁRIO JOSÉ CAPELLA Representante do Núcleo Contábil da ACIN	DIOGO ANDRÉ MIGUEL Representante do Núcleo Imobiliário da ACIN
JÉSSICA PASCOAL DA SILVA Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção de Navegantes	CRISTIANO CARON Representante dos Investidores
WALDIR APARECIDO LOPES RAMOS Convidado - Secretário de Planejamento Urbano	NATÁLIA FERREIRA COSTA Convidada - Diretora de Patrimônio

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 PMN**

Publicação Nº 2355043

**PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 04/2020 PMN**

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para Registro de Preços visando a contratação de empresa especializada na mão de obra mecânica com fornecimento e substituição de peças e acessórios originais ou genuína, da frota municipal de Navegantes, através da Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 28/02/2020 até às 8h50. Abertura/envelopes: 28/02/2020 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 173/2019 PMN**

Publicação Nº 2355039

**PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 173/2019 PMN**

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial para Registro de Preços visando a aquisição de tendas medindo 3x3 metros, sanfonada, com lona antichamas de pvc na cor azul para auxiliarem nas atividades da feira da agricultura familiar inclusão produtiva (agropescarte) através da Secretaria do Meio Ambiente, Agricultura e Pesca e demais Secretarias, Fundos e Fundações. de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 28/02/2020 até às 13h50. Abertura/envelopes: 28/02/2020 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

**DECRETO 19/2020**

Publicação Nº 2354152

**DECRETO N º 19, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020****PROCEDE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2468 de 22/10/2019,

**DECRETA:**

Art. 1 º Fica, o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder adiantamento de numerário ao servidor EDUARDO JOSÉ SEÁRA MAFRA – Superintendente da Fundação Municipal de Esportes - no valor de R\$ 3.568,00 (três mil quinhentos e sessenta e oito reais) para o Campeonato Catarinense de Xadrez Absoluto e Feminino, que será realizado entre os dias 14 e 16 de fevereiro, na cidade de Timbó, dentro dos limites estabelecidos na Lei Federal Nº 4320/64, combinado com a Lei Municipal Nº 2468 de 22/10/2019.

Art. 2 º O referido adiantamento tem por finalidade custear despesas de alimentação de 16 (dezesesseis) pessoas "atletas, técnicos e representantes da FME" no Campeonato Catarinense de Xadrez Absoluto e Feminino, conforme discriminado:

**I – Alimentação:**

Café da manhã R\$17,00

Almoço R\$23,00

Café da tarde R\$17,00

Jantar R\$23,00

Art. 3 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

**REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.****PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Emílio Vieira

**PREFEITO MUNICIPAL**

Marcio da Rosa

**SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

**ERRATA PORTARIA 894/2020**

Publicação Nº 2354465

**ERRATA:**

Na Portaria 894 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020, publicada na Edição nº 3052 do Diário Oficial dos Municípios de 11/02/2020,

Onde se lê:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE POR ACIDENTE DE TRABALHO a PATRICIA CARDOSO TORQUATO, matrícula 384005, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 232 (Duzentos e trinta e dois) dias consecutivos, com início em 21.06.2019 e término em 07.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Leia-se:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a PATRICIA CARDOSO TORQUATO, matrícula 384005, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 232 (Duzentos e trinta e dois) dias consecutivos, com início em 21.06.2019 e término em 07.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Esta Errata foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 12 de fevereiro de 2020.

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO CONTRATUAL 28/2020 PMN**

Publicação Nº 2355841

Prefeitura Municipal de Navegantes

EXTRATO CONTRATUAL 28/2020 PMN

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: PLANATERRA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, com sede na cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, na Rua Blumenau, 20 D, Bairro Lider, CEP nº 89.805-430, inscrita no CNPJ sob o nº 82.743.832/0001-62, neste ato representada pelo senhor Gerson de Borba Dias.

Vigência ..... : Início: 07/02/2020 Término:.. 07/02/2021.

Licitação ..... : Concorrência nº 142/2019 PMN

Valor Total: R\$ 7.269.568,93\* (sete mil duzentos e sessenta e nove reais e quinhentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos).

Recursos ..... : Dotação: 1.134 4.4.4.90.00.00.00.

Objeto ..... : CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS), PARA PRESTAÇÃO E EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CICLOFAIXA, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DO BINÁRIO DO AEROPORTO, EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC., conforme Concorrência nº 142/2019PMN.

ÓRGÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Obras.

Navegantes, 07 de fevereiro de 2020.

**PORTARIA 905/2020**

Publicação Nº 2354468

PORTARIA N º 905 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

**RESOLVE:**

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a TAIZ ANDREA WASCHBURGUER, matrícula 1794504, ocupante do cargo de MONITOR DE EDCUAÇÃO INFANTIL com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 140 (Cento e quarenta) dias consecutivos, com início em 24.09.2019 e término em 10.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

**PORTARIA 952/2020 - NOMEIA COMISSÃO LICITAÇÃO**

Publicação Nº 2354446

PORTARIA N º 952 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E REVOGA PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 8.666/93

RESOLVE:

Art. 1º. INSTITUIR a Comissão Permanente de Licitações para o ano de 2020, cujos integrantes são os seguintes:

Presidente: Ellinton Pedro de Souza.

Membros: Leila Mengarda.

Fernanda Hassmann Constâncio.

Tatiana de Alencar Carlini.

Patrícia Aparecida Gualberto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revoga na íntegra a portaria nº 474, de 08 de fevereiro de 2019, publicada na edição nº 2753 do DOM – Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina de 12 de fevereiro de 2019, e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 953/2020 - NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE**

Publicação Nº 2354450

PORTARIA N º 953 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
INSTITUI A PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO E REVOGA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR A PREGOEIRA E A EQUIPE DE APOIO para atender às licitações na modalidade Pregão durante o ano de 2020, de acordo com o que determina a lei federal nº 10.520/2002, cujos nomes são os seguintes:

Pregoeira Titular: Carla Claudino dos Santos.

Membros: Roberto Miguel Celezinski.

Josezite dos Santos.

Anderson Muller Rodrigues.

Daniel Seibert Rocha.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação e revoga na íntegra a portaria nº 476, de 08 de fevereiro de 2019, publicada na edição nº 2753 do DOM – Diário Oficial dos Municípios de 12 de fevereiro de 2019, e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Emílio Vieira

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 954/2020 - NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE RESERVA**

Publicação Nº 2354452

PORTARIA N º 954 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO RESERVA PARA ATENDER ÀS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO E REVOGA A PORTARIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, e de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO RESERVA para atender às licitações na modalidade Pregão para o ano de 2020, de acordo com o que determina a lei federal 10.520/2002, cujos nomes são os seguintes:

Pregoeira Titular: Franciele Justino.  
Equipe de Apoio: Keila Aparecida Paixão Fernandes.  
Agath Stefany Jensen.  
Inglid Lima Gonçalves.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revoga na íntegra a portaria 530, de 19 de fevereiro de 2019, publicada na edição nº 2760 do DOM – Diário Oficial dos Municípios e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Emílio Vieira  
PREFEITO

Márcio da Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 903 E 904/2020**

Publicação Nº 2354470

PORTARIA N º 904 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a JUSCELINO PEREIRA, matrícula 373402, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 11.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2020  
MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 903 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a RAFAEL VALMIR DA COSTA, matrícula 3473012, ocupante do cargo de AUXILIAR FISCAL DE TRIBUTOS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 11.02.2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2020

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 11 DE FEVEREIRO DE 2020  
MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 947 A 951/2020**

Publicação Nº 2354466

PORTARIA N º 947 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a DORILDE CHIAMULERA TAVARES, matrícula 63348303, ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 63 (Sessenta e três) dias consecutivos, com início em 11.12.2019 e término em 11.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 948 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a MIRIAN CELESTINA DA SILVA, matrícula 63380701, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 13 (Treze) dias consecutivos, com início em 29.01.2020 e término em 10.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 949 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a ROSANGELA ANVERSI TRAMONTIN, matrícula 99906, ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 328 (Trezentos e vinte oito) dias consecutivos, com início em 21.03.2019 e término em 11.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 11.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 950 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a MARILDA FRANCO BRICK, matrícula 176904, ocupante do cargo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 63 (Sessenta e três) dias consecutivos, com início em 24.11.2019 e término em 10.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

PORTARIA N º 951 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE a JESSANA NICOLETTI PEREIRA, matrícula 74801, ocupante do cargo de PROFESSORA com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 112 (Cento doze) dias consecutivos, com início em 22.10.2019 e término em 10.02.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 10.02.2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

MÁRCIO DA ROSA

Secretário de Administração e Logística

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 061/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL MARINA MAIA.**

Publicação Nº 2355237

DECRETO Nº 061/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Dispõe sobre a Exoneração do Servidor Municipal Marina Maia.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, combinada com a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019 e alterações posteriores.

#### DECRETA:

- Art. 1º Fica exonerada, a Sra. MARINA MAIA, ocupante do Cargo de MÉDICO, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.  
Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º Revogam-se o Decreto nº 185, de 26 de agosto de 2019.

Nova Erechim (SC), em 12 de fevereiro de 2020.cf  
RAMIREZ TAPIA  
Prefeito em Exercício

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO À LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E FOTOCOPIADORAS, A LASER E JATO DE TINTA, 1º USO OU NOVAS, COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL); E MANUTENÇÃO TÉCNICA COM SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL) NAS IMPRESSORAS DE**

Publicação Nº 2354799

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

RAMIREZ TÁPIA, Prefeito Municipal no Município de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO À LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS E FOTOCOPIADORAS, A LASER E JATO DE TINTA, 1º USO OU NOVAS, COM FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL); E MANUTENÇÃO TÉCNICA COM SUPRIMENTOS (EXCETO PAPEL) NAS IMPRESSORAS DESTINADAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 27 de fevereiro de 2020, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3109, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 12 de fevereiro de 2020  
RAMIREZ TÁPIA  
PREFEITO MUNICIPAL



## Nova Trento

## PREFEITURA

## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

Publicação Nº 2354486



*Prefeitura Municipal  
de Nova Trento*



## CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020

**"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2020, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-AEE, PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO E PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, EM EXERCÍCIO**, no uso das atribuições legais, **FAZ SABER** que a Classificação Parcial do Chamamento Público nº 011/2019, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-AEE - HABILITADO**

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Especialização na área/disciplina específica	Pontuação Especialização na área da educação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação Final
		Não Houve Inscritos						

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL-AEE – NÃO HABILITADO**

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Fase de curso de Graduação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação FINAL
1º	01	Francisdalva Joaquim Da Silva Schmitt	02/05/1984	3,0	1,0	0,0	4,0





## Prefeitura Municipal de Nova Trento



### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO RELIGIOSA ESCOLAR - HABILITADO

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Especialização na área/disciplina específica	Pontuação Especialização na área da educação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação Final
	01	Isaac Facchini Badinelli	16/09/1990					Desclassificado
	02	Pamela Teixeira Da Costa De Souza	31/08/1995					Desclassificada

**Observação: Os candidatos de inscrição nº 01 e 02 foram desclassificados por não atenderem ao item e-requisitos do chamamento público nº 001/2020**

### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO RELIGIOSA ESCOLAR – NÃO HABILITADO

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Fase de curso de Graduação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação FINAL
		Não Houve Inscritos					

### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS - HABILITADO

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Especialização na área/disciplina específica	Pontuação Especialização na área da educação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação Final
1º	01	Teresinha Aparecida Raiser	03/04/1969	6,0	0,0	1,0	0,0	7,0
2º	02	Juciane Silvano Zandonai	02/05/1962	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0



## Prefeitura Municipal de Nova Trento



### PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL-ANOS INICIAIS – NÃO HABILITADO

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	Pontuação Fase de curso de Graduação	Pontuação Capacitação e Aperfeiçoamento	Pontuação Tempo de serviço	Pontuação FINAL
1º	01	Gislaine Matias Oliveira	12/05/1988	3,0	2,0	0,5	5,5
2º	02	Adelma Machado de Oliveira Tomasi	11/07/1982	3,0	0,0	0,0	3,0

**A convocação dos classificados para a escolha de vagas acontecerá no dia 14/02/2020 às 9hs na Secretaria Municipal de Educação.**

**Nova Trento, 12 de fevereiro de 2020.**

**Gian Francesco Voltolini**  
**Prefeito Municipal**

### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

Publicação Nº 2354488

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020

"DIVULGA CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020, PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER DE URGÊNCIA DE PROFISSIONAIS PARA OCUPAREM a FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE DE APOIO ESCOLAR DO QUADRO DE PESSOAL QUE COMPÕE A ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO/SC, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Classificação Parcial do Chamamento Público nº 002/2020, para contratação em caráter de urgência de profissionais é a seguinte:

#### AGENTE DE APOIO ESCOLAR

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	PONTUAÇÃO: Frequência Curso Superior Pedagogia	PONTUAÇÃO FINAL
1º	07	Realina Libardo Fantini	23/11/1958	5,0	5,0
2º	15	Dalvaine de Fátima Morlin	22/01/1965	5,0	5,0
3º	14	Juciane Silvano Zandonai	02/05/1968	5,0	5,0
4º	13	Lucia Marlene Muraro Wisintainer	18/07/1971	5,0	5,0
5º	09	Marivone Ferreira Darós	22/01/1981	5,0	5,0
6º	10	Janaina Trombelli	09/10/1985	5,0	5,0



7º	11	Valeria da Silva Leão	17/01/1990	5,0	5,0
8º	17	Andrea de Souza Mario	18/08/1993	5,0	5,0
9º	02	Joyce da Silva dos Santos Greggio	29/03/1996	5,0	5,0
10º	16	Andreia Kniss	24/08/1997	5,0	5,0
11º	01	Luana da Silva Duarte	10/12/1997	5,0	5,0
12º	20	Jucilda Aparecida Sarda P. Segala	17/10/1997	4,0	4,0
13º	05	Pamela Janaina Freese	28/09/1992	4,0	4,0
14º	08	Joelcio Mikaliski	02/10/1993	4,0	4,0
15º	03	Adelma Machado de Oliveira Tomasi	27/07/1982	3,0	3,0
16º	21	Claudia Lima de Barros	12/03/1974	1,0	1,0
17º	12	Sabrina da Silva Machado	26/11/1982	1,0	1,0
18º	04	Paula Eduarda Gulini	11/02/1998	1,0	1,0
19º	06	Eduarda Artuani Til	19/08/1998	1,0	1,0
	18	Mari Lucia Dell'Antonio	01/06/1972		Desclassificada
	19	Herik Campos	12/09/1993		Desclassificado

OBSERVAÇÃO: Os candidatos de inscrição nº 18 e 19 foram desclassificados por não atenderem ao item "e" – Requisitos do Chamamento Público nº 002/2020.

A convocação dos classificados para a escolha de vagas acontecerá no dia 14/02/2020 às 9hs na Secretaria Municipal de Educação.

Nova Trento, 12 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

## CONTRATO Nº 049/2020

Publicação Nº 2354649

CONTRATO Nº 049/2020

Origem: Processo de Licitação nº 006/2020. Pregão Presencial nº 002/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA, CNPJ 75.812.115/0001-80, com endereço na Rua Hipolito Boiteux, nº 15, sala 01, bairro Centro, Município de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: Tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para as escolas municipais para o ano de 2020, conforme quantidade e especificações constantes do edital. Valor total estimado R\$ 261.953,10 (duzentos e sessenta e um mil, novecentos e cinquenta e três reais e dez centavos). Vigência: 07/02/2020 a 31/12/2020.

Nova Trento, 07 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

## CONTRATO Nº 050/2020

Publicação Nº 2354651

CONTRATO Nº 050/2020

Origem: Processo de Licitação nº 006/2020. Pregão Presencial nº 002/2020

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratada: PAPENBORG LATICÍNIOS LTDA, CNPJ 80.067.382/0001-00, com endereço na Avenida Papenborg, nº 505, bairro Areias de Baixo, Município de Biguaçu/SC. Objeto do Contrato: Tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para as escolas municipais para o ano de 2020, conforme quantidade e especificações constantes do edital. Valor total estimado R\$ 9.850,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta reais). Vigência: 07/02/2020 a 31/12/2020.

Nova Trento, 07 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

**DECRETO Nº 019/2020**

Publicação Nº 2354620

DECRETO nº 019 de 10 de fevereiro de 2020

Estabelece horário excepcional de funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, entre os dias 12 e 28 de fevereiro de 2020 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e;

Considerando a necessidade de intervenção emergencial na reconstrução/recomposição de vias públicas municipais, retirada de barreiras e desobstrução/reconstrução de sistemas de drenagem atingidos pelas constantes chuvas dos últimos dias, bem como a disponibilidade de equipes em horário superior às 06 (seis) horas diárias estabelecidas no Decreto nº 201, de 21 de julho de 2017;

**DECRETA:**

Art. 1º Excepcionalmente, no período de 12 e 28 de fevereiro de 2020, o horário de funcionamento da Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento do Município de Nova Trento será das 07h00 às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

**PORTARIA Nº 219/2020**

Publicação Nº 2354107

PORTARIA Nº 219/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2019 de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 02/2020, MONALIZA PAIXÃO, matrícula nº 8275, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado – Pré-Escola, com 40(quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 12 de fevereiro de 2020 a 02 de agosto de 2020, em substituição a titular Luana Darós, afastada conforme Portaria 282/2020 "A".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 051/2020****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora MONALIZA PAIXÃO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Vicente Silva, nº 694, Bairro Tajuba II, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 089.479.799-96, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado – Pré-Escola, com 40(quarenta) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.325,20(três mil trezentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 12 de fevereiro de 2020 a 02 de agosto de 2020, em substituição a titular Luana Darós, afastada conforme Portaria 282/2020 "A".

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 051/2020)

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Monaliza Paixão

Secretário M. de Educação

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

#### TESTEMUNHAS:

Francieli Sabrina Andrietti

Miliani Piffer Mazzola

Assistente Administrativo

Assistente Administrativo

CPF: 076.577.989-71

CPF: 716.202.579-04

### PORTARIA Nº 220/2020

Publicação Nº 2354134

PORTARIA Nº 220/2020

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto Nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014.

#### RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 005/2019 de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 02/2020, MARIANA TILL BATTISTI, matrícula nº 8276, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil

– Habilitado – Creche, com 20(vinte) horas semanais, na Creche Municipal Espraiado, Município de Nova Trento, a contar de 12 de fevereiro de 2020 a 13 de março de 2020, em substituição a titular Genesia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 147/2020 "B".

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO Nº 052/2020

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIANA TILL BATISTTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº 891, Bairro Morro da Onça, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 098.346.439-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Professor de Educação Infantil – Habilitado – Creche, com 20(vinte) horas semanais, na Creche Municipal Espraiado, Município de Nova Trento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.662,60(hum mil seiscentos e sessenta e dois reais e sessenta centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 12 de fevereiro de 2020 a 13 de março de 2020, em substituição a titular Genesia Catarina Ceccato Cadorin, afastada conforme Portaria nº 147/2020 "B".

#### CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 052/2020)

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04(quatro) horas diárias, totalizando 20(vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.





**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 053/2020)

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Carlos Orsi

Secretário M. de Educação

Marcia Ferreira

Contratada

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

**TESTEMUNHAS:**

Francieli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo

CPF: 076.577.989-71

Miliani Piffer Mazzola

Assistente Administrativo

CPF: 716.202.579-04

**PORTARIA Nº 222/2020**

Publicação Nº 2354653

**PORTARIA Nº 222/2020**

Admissão em Caráter Temporário

Josemar Guilherme Franzoi, Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 015/2020, Allana Suellen Brito Tiago, matrícula nº 8788, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 12 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de fevereiro de 2020.

Josemar Guilherme Franzoi

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças



## CONTRATO Nº 054/2020

## CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora ALLANA SUELLEN BRITO TIAGO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 874, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento/SC, portadora do CPF nº 112.708.569-79, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40(quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.170,00 (hum mil, cento e setenta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 12 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 054/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação.

## CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

## CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.

Josemar Guilherme Franzoi

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

Allana Suellen Brito Tiago

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti  
Assistente Administrativo/Assessor Ad.  
CPF: 076.577.989-71

Rafael Diego Mathias  
Assistente Administrativo/Assessor Adm.  
CPF: 040.788.629-00

**PORTARIA Nº 222/2020**

Publicação Nº 2356074

Portaria nº 222, de 12 de fevereiro de 2020  
Designa Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com os Art. 2º e 3º da Lei nº1.159/1991,

Art. 1º Designar o Servidor Público Municipal, ADAUTON RAULINO, portador do CPF nº 030.380.119-08, nomeado no Cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, nível CC-1, matrícula 8259 (Portaria nº 195/2020), como Gestor do Fundo Municipal de Saúde, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 033/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini  
Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios –DOM/SC.

**PORTARIA Nº 223/2020**

Publicação Nº 2356076

Portaria nº 223, de 12 de fevereiro de 2020  
Outorga Poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Tesoureiro Geral da Prefeitura Municipal.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

## RESOLVE:

Art. 1º – OUTORGAR ao servidor ADAUTON RAULINO, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, nível CC-1, matrícula 8259 (Portaria nº 195/2020), poderes como Gestor do Fundo Municipal de Saúde, designado pela Portaria nº 222, de 12 de fevereiro de 2020, e à servidora municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO WENTURINI, nomeada no cargo de Provimento em Comissão de Tesoureiro Geral, matrícula 6809, 40 (quarenta) horas semanais, pela Portaria nº 004/2020 “H”, para assinar em conjunto, acessar e movimentar as contas específicas do Fundo Municipal de Saúde, cadastradas sob o CNPJ Nº 08.858.200/0001-91, junto no Banco do Brasil – Agência nº 2356-6 - Nova Trento/SC, com poderes inclusive, para:

- Movimentar conta-corrente com cartão eletrônico;
- Emitir e endossar cheques;
- Retirar cheques devolvidos;
- Requisitar talonários de cheques;
- Abrir contas de depósitos;
- Assinar propostas ou contratos de abertura de contas;
- Autorizar débitos;
- Autorizar cobrança;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos e extratos;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Efetuar transferências e pagamentos por carta, meio eletrônico ou qualquer outro meio legal;
- Sustar, contra-ordenar, cancelar e baixar cheques;
- Efetuar resgates de aplicações financeiras;
- Efetuar saques de conta-corrente e poupança;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Solicitar movimentação de contas no exterior;

- Consultar contas e aplicações de programas com repasse de recursos federais – RPG;
- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Conceder abatimentos;
- Caucionar títulos;
- Confessar, transigir, desistir;
- Efetuar acordos;

**Fls.02 – Portaria nº 223/2020**

- Assinar contrato de câmbio e seus respectivos aditivos e averbações;
- Assinar proposta de abertura de carta de crédito de importação;
- Assinar termo de transferência de direitos sobre carta de crédito de exportação;
- Assinar carta vinculatória e cartas de compromisso;
- Avalizar cheques;
- Emitir, endossar, avalizar e descontar duplicatas;
- Emitir, endossar e avalizar letras de câmbio;
- Assinar proposta de empréstimos e financiamentos;
- Assinar orçamento;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Assinar contrato de abertura de crédito;
- Endossar e descontar títulos de crédito;
- Ajustar valores, cláusulas e condições de empréstimos e/ou financiamentos;
- Estipular cláusulas e condições;
- Assinar instrumento de crédito;
- Assinar menção adicional;
- Assinar aditivo de qualquer espécie;
- Emitir títulos de crédito rural, comercial, industrial e a exportação;
- Aceitar avaliações;
- Emitir, endossar e avalizar nota promissória;
- Dar em garantia penhor cedular e hipoteca de bens pertencentes a empresa;
- Avalizar e prestar fiança;
- Onerar e alienar bens;
- Receber citações, intimações e notificações em procedimentos judiciais e extra-judiciais, inclusive iniciais;
- Vender os bens hipotecados e apenados;
- Reivindicar direitos;
- Receber gratificações, diárias, pensões e salário família;
- Consultar depósitos judiciais via Internet ou qualquer outro meio;
- Assinar apólice de seguro;
- Autorizar transações de agronegócios via Internet ou qualquer outro meio;
- Autorizar transações no balcão de comércio exterior;
- Depositar, retirar, transferir ouro lingote em custódia;
- Assinar boleto de câmbio;
- Receber ordens de pagamento do Brasil e exterior;
- Negociar e transferir títulos e valores mobiliários;
- Receber rendimentos de títulos e valores mobiliários;
- Assinar e receber correspondência da outorgante, inclusive a dirigida aos bancos;
- Assinar relações de faturamento, balanços, demonstrativos e quaisquer outros documentos relacionados;
- Liberar arquivos de pagamentos nos canais de auto-atendimento;
- Retirar, solicitar e assinar documentos dirigidos a outorgante;
- Emitir comprovantes;
- Efetuar transferência para mesma titularidade por meio eletrônico;
- Efetuar transferência eletrônica para alívio de numerário COBAN;
- Encerrar contas de depósitos;

**Fls.03 – Portaria nº 223/2020**

- Fechar operações de derivativos;
- Consultar obrigações do Débito Direto Autorizado – DDA;
- Incluir sacado eletrônico do Débito Direto Autorizado – DDA;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 034/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

**PORTARIA Nº 223/2020**

Publicação Nº 2356072

PORTARIA Nº 223/2020  
Admissão em Caráter Temporário

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

**RESOLVE:**

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo nº 06/2019, de 01 de novembro de 2019, homologado em 17/01/2020, convocada conforme Decreto nº 007/2020, TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, matrícula nº 8279, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 12 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de fevereiro de 2020.  
Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**CONTRATO Nº 055/2020****CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, ADAUTON RAULINO, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 030.380.110-08, RG nº 3.355.628, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 599, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora TANIA LUCIA SANTA CRUZ TEODORO, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua Marco Silva, nº 926, Bairro Cardoso, Município de São João Batista/SC, portadora do CPF nº 921.645.870-49, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO**

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.530,00 (hum mil, quinhentos e trinta reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este contrato é firmado a contar de 13 de fevereiro de 2020 a 12 de agosto de 2020, por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

(Contrato nº 055/2020)

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, totalizando 40(quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

**CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO**

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

**CLÁUSULA NONA – DO FORO**

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de fevereiro de 2020.

Adauton Raulino

Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Tania Lucia Santa Cruz Teodoro

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato no Diário Oficial dos Municípios/DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**TESTEMUNHAS:**

Francielli Sabrina Andrietti

Assistente Administrativo

CPF: 076.577.989-71

Edna Motta Dalpra

Assistente Administrativo

CPF: 052.155.349-00

**PORTARIA Nº 224/2020**

Publicação Nº 2356077

Portaria nº 224, de 12 de fevereiro de 2020

Outorga Poderes ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde e Tesoureiro Geral da Prefeitura Municipal.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

**RESOLVE:**

Art. 1º – OUTORGAR ao servidor ADAUTON RAULINO, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, nível CC-1, matrícula 8259 (Portaria nº 195/2020), poderes como Gestor do Fundo Municipal de Saúde, designado pela Portaria nº 222, de 12 de fevereiro de 2020 e à servidora municipal MARIANA CONCEIÇÃO FAGUNDES BOSIO WENTURINI, matrícula 6809, nomeada no cargo de Provimento em Comissão de Tesoureiro Geral, 40 (quarenta) horas semanais, pela Portaria nº 004/2020 “H”, para assinar em conjunto, acessar e movimentar as contas específicas do Fundo Municipal de Saúde, cadastradas sob o CNPJ Nº 08.858.200/0001-91, junto a Caixa Econômica Federal – Agência de São João Batista/SC, com poderes inclusive, para:

- EMITIR CHEQUES;
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO À VISTA;
- AUTORIZAR COBRANCA;
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES;
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO;
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS;
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES;
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES;
- ENDOSSAR CHEQUE;
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES;
- CANCELAR CHEQUES;
- BAIXAR CHEQUES;
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS;
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS;
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO;

Portaria nº 224/2020

- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRÔNICO;
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG;
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDERAIS;
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS;



- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS;
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE;
- ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 037/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de fevereiro de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020**

Publicação Nº 2352474

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 – REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa que forneça serviços de Mão de Obra Elétrica e Hidráulica, para pequenas reformas nas estruturas físicas da Prefeitura Municipal e suas Secretarias conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I e II, que integra o presente edital.

Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Credenciamento e entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 28/02/2020. Abertura e fase de lances: 28/02/2020 a partir das 09:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA**

Publicação Nº 2355046

Ata da 1ª Sessão Ordinária de 2020

Aos três dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, biênio de dois mil e dezenove e dois mil e vinte, às vinte horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento, realizou-se a Primeira Sessão Ordinária de dois mil e vinte. Estavam presentes os Vereadores Tiago Dalsasso, Genésio Luiz Piazza, Maria Cristina Adami, Carlos Roberto Orsi, Valdemir Luiz Quaiatto, Elza Sebastiana Casagrande, Atair do Nascimento Maçaneiro e Silvio Cesar Correia. Ausente o Vereador Edson Hugen. O Presidente Valdemir Luiz Quaiatto, por haver número legal de Vereadores presentes, declarou aberta a Sessão. Consultou os Vereadores sobre a dispensa da leitura da Ata da Sessão Extraordinária do dia 13 de dezembro de 2019. A referida Ata foi aprovada por unanimidade. Convidou a Primeira Secretária, a Vereadora Maria Cristina Adami, para que proceda a leitura do Expediente. A Primeira Secretária leu o Ofício nº 001/2020, do Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Trento, que encaminha a resposta ao Pedido de Informação nº 032/2019, do Vereador Tiago Dalsasso, o qual solicita informações sobre entulhos depositados na via projetada Beira Rio e qual a possibilidade de sua conclusão. Encaminha também resposta do Pedido de Informação nº 033/2019, do Vereador Carlos Roberto Orsi, em anexo o ofício nº 71/2019, do Diretor do SAMAE, dando as devidas informações sobre medidas de conscientização sobre o consumo de água e medidas a serem adotadas, objetivando aumentar a captação de água no município. Ofício nº 002/2020, do Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Trento, que encaminha os Balancetes da Receita e Despesa, referentes ao mês de outubro de 2019: Prefeitura Municipal de Nova Trento; Fundo Municipal de Saúde. Ofício nº 003/2020, do Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Trento, que encaminha o Balancete do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Nova Trento – IPREVENT, referente ao mês de outubro e novembro de 2019. Ofício nº 008/2020, do Gabinete da Prefeitura Municipal de Nova Trento, que encaminha os Balancetes da Receita e Despesa, referentes ao mês de novembro de 2019: Prefeitura Municipal de Nova Trento; Fundo Municipal de Saúde. Ofício nº 070/2019, do SAMAE de Nova Trento, através da Auxiliar Administrativa do SAMAE Emiliana Speranzine Zanandrea, que encaminha balancetes e demais documentos referentes ao mês contábil de novembro de 2019, daquela autarquia. Ofício nº 01/2020, do Setor de Contabilidade da Câmara de Vereadores, da Contadora Cleide Liz Dell'Antonia, que encaminha o Balancete relativo ao mês de dezembro de 2019 desta Casa Legislativa. Indicação nº 001/2020, Indicação nº 002/2020 e Indicação nº 003/2020, as três da Vereadora Maria Cristina Adami. Indicação nº 004/2020, Indicação nº 005/2020, Indicação nº 006/2020 e Indicação nº 007/2020, as quatro do Vereador Tiago Dalsasso. Requerimento de Renúncia ao Cargo de Presidente da Mesa Diretora: Motivo: assuntos particulares, com fundamento no artigo 20, IV, do Regimento Interno. O Vereador e atual Presidente desta Casa Legislativa, Valdemir Luiz Quaiatto, que ao final subscreve, com amparo regimental, apresenta o presente requerimento de pedido de renúncia ao cargo de presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Trento, com amparo nos Arts. 20, inciso IV e 21 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Registra que diante da sua renúncia ao cargo de Presidente, conforme Art. 20, parágrafo único, assumirá a vaga o

Vice-Presidente em caráter definitivo. Nova Trento, 31 de janeiro de 2020. O Requerimento de Renúncia vai assinado pelo Vereador Valdemir Luiz Quaiatto, com firma reconhecida como verdadeira, conforme determina o Art. 21 do Regimento Interno. O Vereador Valdemir Luiz Quaiatto falou em razão do seu Requerimento de Renúncia ao cargo de Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa que foi lido no expediente de hoje, conforme estabelece o Regimento Interno desta Casa, assumirá automaticamente a vaga de Presidente o atual Vice-Presidente da Mesa Diretora, na pessoa do Vereador Silvio Cesar Correia. Passando neste momento a direção da Mesa e continuidade dos trabalhos desta sessão. O Vereador Valdemir Luiz Quaiatto agradeceu a todos os Vereadores pela colaboração e apoio, afirmando que se sente honrado de ter presidido esta Casa Legislativa. Agradeceu as funcionárias assessora Aline, assessora Giane, administrativo Rosângela, Contadora Cleide e Marlete. Estendeu o agradecimento para a assessoria jurídica, na pessoa do Dr. Edson Boso. Agradeceu a todos os meios de comunicação, de modo especial ao Moisés da 102 FM. Disse que tentou dar o seu máximo para atender a todos, indistintamente e independentemente de partidos políticos. Desejou ao Vereador Silvio que tenha um excelente trabalho à frente da Presidência da Câmara. Na sequência, o Presidente da Câmara Silvio Cesar Correia agradeceu ao Vereador Quaiatto pelas palavras, destacando que esta casa foi conduzida no último ano com muito respeito, carinho e atenção. Sua conduta pode ser diferente, mas seguindo a mesma linha de respeito a todos. O Presidente Silvio Cesar Correia concedeu a palavra aos Vereadores inscritos para tratarem de assuntos de sua livre escolha, concedendo dez minutos para cada Vereador. A Vereadora Maria Cristina Adami agradeceu ao Vereador Quaiatto, por ter sido sempre muito atencioso com ela, mantendo sempre o respeito e o companheirismo. Desejou que o Vereador Silvio faça um bom trabalho à frente desta casa. Destacou como assunto o Hospital Imaculada Conceição, tendo sido procurada por diversas pessoas. Uma estava até com a vestimenta para cirurgia e foi desmarcado de última hora, onde o médico afirmou que não iria operar. Outro casal chegou para a esposa ter bebê e foi informado que o médico não iria atender. Simplesmente o casal procurou outro hospital em Florianópolis. Outra história em que os médicos vêm, operam e se retiram do hospital. Os pacientes ficam passando mal e não tem o médico cirurgião responsável para acompanhá-la. As ambulâncias que se escutam direto, e mandando pacientes para fora do município. Afirmou que não admitirá ser interrompida por nenhum Vereador na sua fala, para defender este hospital e esse Secretário. Depois, se quiserem falar que ele é santo tudo bem, mas não no seu espaço para falar. Não adianta piso bonito na parede, nem TVs, se não tem o básico para atendimento da saúde, não tem médicos. Um médico de Brusque afirmou que em uma cirurgia feita no Hospital tiraram metade do útero de uma senhora, mas deixaram o câncer. Essas cirurgias que fazem corrente. Falou ainda que na Delegacia está cheio de queixas, e que já tiraram o nome do Secretário do inquérito. Como que o Secretário que administra o dinheiro público não sabe que o médico cobrava. Falou ainda que já falou várias vezes na tribuna, que tem alguém ganhando, menos o povo. Quando o secretário, que administra do dinheiro público, diz que não sabia, demonstra-se incompetente. Caso sabia, ele demonstra ser um corrupto. Fez a indicação para melhor atender aos pacientes com câncer, pois é de extrema necessidade. Estes pacientes continuam tendo que se virar, e não é justo. Outra indicação propõe que sejam recolhidos os materiais históricos do município. Na Casa da Cidadania tem livros muito antigos. Tem uma Lei que passando cinco anos, esses materiais podem ser incinerados. Na Secretaria da Agricultura, na Delegacia tem relíquias, que precisam ser protegidas. Outra Indicação refere-se à necessidade de limpeza da Rua Madre Paulina, em Vígolo. Está uma vergonha, o mato nas laterais da rua. Em função de não haver proposição para a Ordem do Dia, o Presidente Silvio Cesar Correia passou para os Vereadores inscritos para as suas Considerações Finais, concedendo dez minutos para cada Vereador inscrito. A Vereadora Maria Cristina Adami relatou que várias casas foram arrombadas no Distrito de Claraíba e vários objetos foram furtados. Foi feito um abaixo-assinado pedindo segurança, pedindo um Posto Policial ou Câmaras de Monitoramento. A segurança é um direito. Disse que esteve na Secretaria de Segurança Pública, levando um ofício, pedindo que a Delegacia ficasse aberta também aos finais de semana. O que aconteceu é que a Delegacia fechou também durante a semana. Ali eram feitos boletins de ocorrência, cartão do idoso, cadastramento de multas, segunda via de documentação de veículos e outros. Falou ainda que constasse em Ata, a solicitação de um ofício, convidou os Vereadores para irem junto à Secretaria de Segurança levarem o mesmo. O Vereador Tiago Dalsasso agradeceu o Vereador Quaiatto pelo tempo em que esteve na Presidência da Câmara e desejou um bom ano de 2020 ao novo Presidente Silvio Cesar Correia. Destacou suas Indicações, onde volta a solicitar a pintura das faixas da Rua Madre Paulina, sendo o quarto ano que solicita a pintura das faixas do asfalto e lombadas, nada foi feito, e só uma lata de tinta, nada mais. Sendo que o Santuário Madre Paulina é um lugar religioso, destaque no Brasil. Disse ainda que acha que é pessoal, por morar neste bairro. O morro do Frederico está iluminado, graças ao mês em que o Vereador Quaiatto esteve à frente do Executivo. Outra Indicação solicita manutenção no Alto Alferes, Frederico e Bela Vista. Salientou que faça um serviço de qualidade. Outra Indicação solicita a manutenção para o Alto Pitanga. O mesmo é solicitado para a Rua Santo Silvério, no Bairro Trinta Réis. É incrível a demora na execução das obras. No Vígolo, a pavimentação teve problema com licitação, com empresa e está o material todo lá abandonado, sem que se dê prosseguimento às obras. Teve-se problemas com a caçamba do lixo, mas acima do Ribeirão Frederico teve que entrar em contato com a Secretaria da Agricultura, pois estava duas semanas sem recolher o lixo. Na SAMAE, precisou vir a estiagem extrema para verem que apenas uma captação de água é insuficiente. Passaram uma nova tubulação no Trinta Réis, mas não passaram na calçada, pois ao fazer um futuro asfaltamento, a manutenção dos canos fica mais simples, sem precisar quebrar o asfalto. Infelizmente, se faz as coisas sem planejamento nenhum, sem pensar no futuro. Os problemas precisam ser resolvidos, e não criar novos problemas. O Vereador Genésio Luiz Piazza parabenizou o Vereador Quaiatto pela forma como conduziu a Presidência desta Casa, dando exemplo de ser um líder em busca da unidade. Pôde sempre contar com ele para melhor legislar. Afirmou que no recesso, os Vereadores não se distanciam do povo. Contudo, há um intervalo, que termina a partir de agora. Agradeceu ao Secretário de Obras Joel, que atendeu sua Indicação em fazer melhorias na Rua Alferes, tendo sido recuperados os trechos entre o Minatti Materiais de Construção e a antiga Trento Brasil. Registrou o grande acontecimento, onde centenas de pessoas se reuniram num bingo beneficente em prol das obras do Padre Gercino em Muquem do São Francisco, na Bahia. Estiveram presentes pessoas de todo o Vale do Rio Tijucas, de Brusque e de Florianópolis. Outro grande evento ontem, onde os padres jesuítas deixaram o município de Nova Trento, após 140 anos de evangelização. A contribuição dos padres jesuítas foi fundamental para a história de Nova Trento, trazendo conhecimento para a agricultura, encorajando nosso povo, conduzindo pelos bons caminhos e instruindo os neotrentinos ao longo de todos estes anos. Ficou decepcionado pela falta da presença do Chefe do Executivo Municipal, que precisaria estar para agradecer e enaltecer todo o trabalho dos jesuítas ao longo destes 140 anos. A Vereadora Atair fez um agradecimento todo especial ao Vereador Quaiatto, que foi louvável como Presidente da Câmara. Sempre soube conduzir e conversar para que tudo fosse resolvido com respeito e paz. Disse ainda que está certa que o Vereador Silvio, como atual Presidente, fará também um excelente trabalho. Pediu aos Vereadores que subam nesta Tribuna para expressarem a verdade, e não um diz que me diz. Que todos os Vereadores colaborem para que nosso município continue se desenvolvendo. Ofereceu-se para ir com a Vereadora Cristina, a fim de solicitar que a Delegacia Civil esteja aberta, inclusive aos fins de semana. Tem certeza que o Secretário de Segurança atenderá bem. Tem certeza que todos os Vereadores se empenharão para o bem do município de Nova Trento. Destacou que recebeu um pedido no sábado à noite, onde um cidadão precisa de um fogão. Agradeceu à família do Trinta Réis, que forneceu a bicicleta solicitada para um trabalhador que necessitava. Disse que o povo neotrentino é solidário, auxiliando até mesmo os moradores de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O Vereador Carlos Roberto Orsi parabenizou o Vereador Quaiatto, que de forma inteligente soube

conduzir os trabalhos do Legislativo como Presidente no ano de 2019. Desejou ao Presidente Silvio Cesar Correia que este ano de 2020, de forma harmônica conduza os trabalhos nesta Casa Legislativa. Lembrou ainda que em 2016, os Vereadores da coligação, em reunião, fizeram um acordo, os quatro primeiros mais bem colocados iriam todo ano fazer alternância no poder. Parabenizou os quatro Vereadores, por terem cumprido o acordo. Falou ainda que começou o ano letivo com a capacitação dos professores da rede pública municipal. Em conversa com os professores, eles estão preocupados com a tabela de progressão do magistério. Falou ainda que em 2018, em um Projeto nº015/2018, o Sindicato ficou de enviar esta tabela de progressão junto com a Reforma Administrativa. Estão esperando que o Sindicato, junto com Executivo, mande para esta Casa a nova tabela de progressão do magistério público municipal. Leu ainda o Ofício nº 71/2019 do Diretor da SAMAE Ivã Alessandro Franzói, onde consta a resposta do pedido de informação nº 33/2019. Agradeceu o Diretor da SAMAE pela resposta enviada. O Vereador Valdemir Luiz Quaiatto agradeceu pelas manifestações em relação ao período que esteve como Presidente nesta Casa Legislativa. Falou ainda que esteve presente na missa de celebração do encerramento dos Padres Jesuítas no município de Nova Trento, depois de 140 anos. Destacou o Padre Benno, o qual esteve atuando como pároco em três momentos em Nova Trento, somando quase 20 anos. Deixando um grande trabalho no nosso município de Nova Trento. Salientou ainda todo o trabalho dos Padres e Irmãos que passaram nesses 140 anos, bem como nos últimos 5 anos com o Padre Roberto e Padre Nelson. Agradeceu por tudo o que fizeram no município de Nova Trento. Para os novos Padres Diocesanos que vão assumir a Paróquia de Nova Trento, desejou que tenham sucesso, dispondo-se a auxiliá-los no que estiver em seu alcance. Salientou que participou de uma reunião com a Irmã Anna Tomelin, com relação à construção de uma Casa Mortuária em Vígolo, próximo ao Santuário Santa Paulina. As irmãs fariam uma doação de um terreno de 1.000 metros quadrados, e o Poder Público Municipal faria a obra. As tratativas estão bem adiantadas. Terminou agradecendo a todos os Vereadores, desejando sucesso para o novo Presidente da Casa. O Presidente Silvio Cesar Correia anunciou que na próxima Sessão a realizar-se no dia dez de fevereiro do ano corrente, será realizada a eleição para o preenchimento da vaga de Vice-Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa. Conforme o Art. 14, § 1º do Regimento Interno, o candidato ou candidatos interessados a concorrer à vaga deverão protocolar por escrito o Requerimento junto a Secretária da Câmara com, no mínimo, 24 horas de antecedência da próxima sessão. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Silvio Cesar Correia deu por encerrada a presente Sessão às 21:10, convocando a todos os Vereadores para a Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores, que se realizará no dia 10 de fevereiro de dois mil e vinte, segunda-feira, com início às 20:00, nesta Casa Legislativa. Sendo o que tinha para constar, eu, Giane Manerich Dell'Antonia, Assessora da Presidência, lavrei e digitalizei a presente Ata que, após ser lida e aprovada, será assinada por todos os Vereadores.



# Nova Veneza

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N.º 27/2020 - PMNV - REVOGADO

Publicação Nº 2354111

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 27/2020 - PR**

Processo Administrativo: 27/2020  
Processo de Licitação: 27/2020  
Data do Processo: 30/01/2020

**Objeto:** Aquisição de peças e serviços de mão de obra mecânica para a manutenção dos veículos vinculados a Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

#### NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2020

**Motivo:** Conforme solicitação da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos anexada ao processo.

Nova Veneza, 11 de Fevereiro de 2020

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 29/2020 - PMNV - REVOGADO**

Publicação Nº 2354114

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**

CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC

**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 29/2020 - PR**

Processo Administrativo: 29/2020  
Processo de Licitação: 29/2020  
Data do Processo: 03/02/2020

**Objeto:** Aquisição de peças e serviços de mão de obra elétrica para fota de caminhões da Secretaria de Transportes Obras e Serviços Urbanos.

**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 6 / 2020**

**Motivo:** Conforme soicitação da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos anexada ao processo.

Nova Veneza, 11 de Fevereiro de 2020

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2020 - PMNV - REVOGADO**

Publicação Nº 2354117

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 33/2020 - PR**Processo Administrativo: 33/2020  
Processo de Licitação: 33/2020  
Data do Processo: 05/02/2020**Objeto:** Aquisição de areia limpa para colocação de lajotas e areão para melhoramento das vias públicas do município de Nova Veneza/SC.**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 7 / 2020****Motivo:** Conforme solicitação da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos anexada ao processo.

Nova Veneza, 11 de Fevereiro de 2020

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 35/2020 - PMNV - REVOGADO**

Publicação Nº 2354119

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA**CNPJ: 82.916.826/0001-60  
TRAV. OSVALDO BURIGO, 44  
C.E.P.: 88865-000 - Nova Veneza - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 35/2020 - PR**Processo Administrativo: 35/2020  
Processo de Licitação: 35/2020  
Data do Processo: 06/02/2020**Objeto:** Aquisição de lajotas, meio fio e serviço de mão de obra para manutenção das vias públicas do município de Nova Veneza/SC.**NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2020****Motivo:** Conforme solicitação da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos anexada ao processo.

Nova Veneza, 11 de Fevereiro de 2020

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 035/2019

Publicação Nº 2354938

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12.02.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza para manutenção e higienização do Centro Administrativo Municipal de Novo Horizonte/SC e do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS  
CONTRATADA...: SCS COMERCIO LTDA ME  
VALOR ..... : 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)

DATA: 12.02.2020 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito Municipal, em exercício.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 045/2019

Publicação Nº 2354931

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12/02/2020  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE RETROESCAVADEIRA COM OPERADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE –SC

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: CRUZEIRO TERRAPLANAGEM LTDA  
Valor ..... : R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

DATA: 12/02/2020 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito Municipal, em exercício.

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 047/2019

Publicação Nº 2354941

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2019  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 12.02.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 12.192,47 (doze mil, cento e noventa e dois reais e quarenta e sete centavos)

DATA: 12.02.2020 – LUIZ DARCI ZAFFARI – Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO DO PL PM Nº 014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020**

Publicação Nº 2354483

**AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC**

Processo Licitatório Nº 014/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2020 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: LOCAÇÃO MENSAL DE UM CONJUNTO DE BRITAGEM MÓVEL COM DATA DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR AO ANO DE 2015, MODELO 62X40, COM BRITADOR DE MANDÍBULAS DE NO MÍNIMO 62X40CM, SILO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 6M<sup>3</sup> DE ARMAZENAGEM PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, do dia 28/02/2020, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024 e/ou e-mail: [licitação@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitação@novohorizonte.sc.gov.br). - Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 13 de fevereiro de 2020. LUIZ DARCI ZAFARRI - Prefeito Municipal, em exercício.

**EXTRATO DO PL PM Nº 015/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020**

Publicação Nº 2355150

**AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC**

Processo Licitatório Nº 015/2020-PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2020 - Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC. Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, do dia 27/02/2020, na sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima. - O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024 e/ou e-mail: [licitação@novohorizonte.sc.gov.br](mailto:licitação@novohorizonte.sc.gov.br). - Fundamentação legal: Lei Federal nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 13 de fevereiro de 2020. LUIZ DARCI ZAFARRI - Prefeito Municipal, em exercício.

**CÂMARA MUNICIPAL****2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADM 03/2019**

Publicação Nº 2354816

**TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº. 03/2019**

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE E CONTRATADO BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a Câmara Municipal de Novo Horizonte, inscrita no CNPJ sob o nº 08.608.488./001-46, neste ato representada por seu Presidente Sr. Sergio Sanagiotto, portador da cédula de identidade nº 1.273.536-1 e inscrito no CPF sob nº 618.516.049-87, e de outro lado a empresa Bevilaqua Construtora e Material de Construções LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 17.669.834/0001-97, situada à Rua Rod. SC 157 km 13, Centro, na Cidade de Novo Horizonte/SC, neste ato representado pelo Sr. Eder Bevilaqua, CPF: 011.239.050-10, residente e domiciliando na Linha Sede Charuto, Zona Rural, São Bernardino SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato nº 03/2019, para fazer constar as seguintes alterações:

CONSIDERANDO a solicitação de termo aditivo (Decréscimo de Valor), anexos integrantes do presente aditivo, encaminhado pelo Responsável Técnico pela fiscalização da obra Srª. Bruna Henrique, Engenheira Civil, referente ao Contrato nº 03/2019, de 12/11/2019, originário do Processo Licitatório nº 05/2019, Modalidade Dispensa de Licitação nº 03/2019, cujo objeto consiste na execução da ampliação da garagem na Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, SC, com área total de 36,51 m<sup>2</sup>.

CONSIDERANDO, por fim, o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

(...)

Com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante a sujeição às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

I.1 – O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração do preço.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

II.1-O preço total de contrato para a execução do objeto constante da cláusula primeira do contrato é de R\$ 30.814,97 (trinta mil oitocentos

e quatorze reais com noventa e sete centavos), acrescido de R\$ 762,22 (setecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos) conforme boletim de medição 02 e suprimido de R\$ 4.818,83 (quatro mil oitocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos), conforme boletim de medição 02, sendo a primeira parcela paga conforme boletim de medição 01 no valor de R\$ 14.467,21 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), restando, portanto, um saldo devedor de R\$ 12.291,16 (doze mil duzentos e noventa e um reais com dezesseis centavos), conforme boletim de medição 02.

#### CLÁUSULAQUARTA- DA RATIFICAÇÃO

III.1 - Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, e que não conflitem com o presente termo aditivo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte – SC, 12 de fevereiro de 2020.

SERGIO SANAGIOTTO

Presidente da Câmara

BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA

Contratado

Testemunhas:

Lourdes de Macêdo  
CPF nº 814.556.709-72

Lucimar M. Zilli  
CPF nº 039.202.299-08

### EXTRATO TERMO ADITIVO N. 02 AO CONTRATO ADM 03/2019

Publicação Nº 2354827

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVO HORIZONTE

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC

CONTRATADO: Bevilaqua Construtora e Material de Construções LTDA

Endereço: Rod. SC 157 km 13, Centro

Cidade: Novo Horizonte/SC

CNPJ: 17.669.834/0001-97

OBJETO: O preço total de contrato para a execução do objeto constante da cláusula primeira do contrato é de R\$ 30.814,97 (trinta mil oitocentos e quatorze reais com noventa e sete centavos), acrescido de R\$ 762,22 (setecentos e sessenta e dois reais e vinte e dois centavos) conforme boletim de medição 02 e suprimido de R\$ 4.818,83 (quatro mil oitocentos e dezoito reais e oitenta e três centavos), conforme boletim de medição 02, sendo a primeira parcela paga conforme boletim de medição 01 no valor de R\$ 14.467,21 (quatorze mil quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte e um centavos), restando, portanto, um saldo devedor de R\$ 12.291,16 (doze mil duzentos e noventa e um reais com dezesseis centavos), conforme boletim de medição 02.

DOTAÇÃO: 01.031.0001.2.001- 4.4.90 Investimentos - Aplicações diretas

Novo Horizonte, SC, 12 de Fevereiro de 2019

Sergio Sanagiotto

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

# Orleans

## PREFEITURA

### ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 88/2019-2 PREFEITURA

Publicação Nº 2354214

#### ADITIVO DE PRAZO

Aditivo Nº ..... : 88/2019-2 - Contrato Nº: 88/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: CONCRETOS COMELLI LTDA EPP

Valor ..... : 0,00 (zero)

Vigência ..... : Início: 21/02/2020 Término: 21/04/2020

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 22/2019

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÕES DE LAJOTA DAS RUAS, JACINTO BRIGHENTI LOCALIZADO NO BAIRRO SÃO JERONIMO, RUAS FRANCISCO FURLAN, NUMERO 176 LOCALIZADOS NO BAIRRO JARDIM DAS ORQUIDEAS (RIO BELO) E RUA IMIGRANTE EMÍLIO CECCONI LOCALIZADAS DO BAIRRO JARDIM ANITTA (RIO BELO), RUAS ADELIA MATTEI SPRICIGO, BERNARDINO ANTUNES E JORGE SPRICIGO LOCALIZADAS NO BAIRRO TOTOTO CONFORME ANEXOS.

Orleans, 12 de Fevereiro de 2020

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2020

Publicação Nº 2354863

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 10/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 9/2020

Contrato Nº...9 /2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: MIDAS GESTAO EMPRESARIAL LTDA

Valor ..... : 7.440,00 ( sete mil e quatrocentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 12/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 13/2019

Recursos ..... : Dotação: 10.001.10.301.0016.3.3.90.00.00.00.00.00 (7)

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SISTEMA DE GESTÃO. FUNDAMENTO LEGAL, ARTIGO 24, INCISO II DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 12 de Fevereiro de 2020

FERNANDO DE FAVERI

SECRETÁRIO DE SAÚDE

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2019

Publicação Nº 2355009

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 11/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 10/2020

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Contratada...: CRISTAL COMERCIO DE DIVISORIAS LTDA ME

Valor ..... : R\$ 5.780,00 (cinco mil e setecentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 12/02/2020 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 10/2020

Recursos ..... : Dotação: 10.00110.301.0016.3.3.90.00.00.00.00.00 (7)

Objeto ..... : DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE DIVISÓRIAS .

FUNDAMENTO LEGAL, ARTIGO 24, INCISO II DA LEI FEDERAL CONSOLIDADA 8666/93

Orleans, 12 de fevereiro de 2020

FERNANDO DE FAVERI

SECRETÁRIO DE SAÚDE



**EDITAL PP RP 04/2020 SAMAE**

Publicação Nº 2354124

SAMAE DE ORLEANS

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL RP. 04/2020**

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna público que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL RP n. 04/2020, cujo objeto é: Registro de Preços para a eventual contratação futura de empresa para prestação de serviços e fornecimento de peças para manutenção de bombas submersíveis do SAMAE de Orleans-SC. Entrega de documentação e propostas até as 10:00 horas do dia 26 de Fevereiro de 2020. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 ramal 202, na página do SAMAE no endereço [www.samaeorleans.sc.gov.br](http://www.samaeorleans.sc.gov.br) e por e-mail: [licitacao@samaeorleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@samaeorleans.sc.gov.br).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
SAMAE ORLEANS**PORTARIA Nº104/2020**

Publicação Nº 2354783

PORTARIA Nº. 104/2020

**"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o teor dos documentos em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, movido em desfavor Sr. VALMOR DOS SANTOS matrícula nº 4280, ocupante do cargo efetivo de Motorista, de acordo com Decreto nº 4.728 de 06 de fevereiro 2020, estando nomeada Comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº036 de 11 de fevereiro de 2020 os seguintes servidores efetivos: para Presidente MÁRCIA REGINA DA SILVA LOLE, matrícula nº1608, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, Secretário: RODRIGO BUSSOLO NUNES, matrícula nº 862, ocupante do cargo de Analista de Sistemas e membros: ADRIANA SILVEIRA ANACLETO, matrícula nº191, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e MARIA ORLINDA SIQUEIRA DALMAGRO, matrícula nº 195, ocupante de cargo de Auxiliar Administrativo.

Parágrafo único – O Processo tem como objetivo apuração das infrações administrativas constantes na Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

A descrição do fato a ser apurado e o pedido de abertura encontra-se em anexo no Processo de Sindicância nº030/2019 em apenso.

Art. 105 - São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

Art. 107 - Ao servidor é proibido:

VII - proceder de forma desidiosa ou com falta de decoro, no ambiente de trabalho;

Art. 2º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do respectivo procedimento, admitida sua prorrogação, mediante necessidade devidamente fundamentada, por igual prazo, na forma do artigo 138 da Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans.

Art. 4º As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC – 11 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

PUBLICADA ESTA PORTARIA AOS ONZE (11) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO (02) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (2020) NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº105/2020**

Publicação Nº 2354786

PORTARIA Nº. 105/2020

**"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans, e pelas demais legislações aplicáveis;

CONSIDERANDO o teor dos documentos em anexo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado o Processo Administrativo Disciplinar, movido em desfavor dos servidores ADEMIR DELLA GUISTINA matrícula nº 3057, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos, ELOIR ENODIO MEDEIROS matrícula nº 4031, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos, ELODIR ENODIO MEDEIROS matrícula nº 3187, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos, LINDOMAR DOS SANTOS matrícula nº 4736, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos, RONALDO LOPES matrícula nº 2853, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos e RUDNEI MIRANDA matrícula nº 2851, ocupante do cargo efetivo de Coletor de Resíduos de acordo com Decreto nº 4.728 de 06 de fevereiro 2020, estando nomeada Comissão para atuar no Processo Administrativo Disciplinar nº037 de 11 de fevereiro de 2020 os seguintes servidores efetivos: para Presidente MÁRCIA REGINA DA SILVA LOLE, matrícula nº1608, ocupante do cargo de Auditor Fiscal de Tributos, Secretário: RODRIGO BUSSOLO NUNES, matrícula nº 862, ocupante do cargo de Analista de Sistemas e membros: ADRIANA SILVEIRA ANACLETO, matrícula nº191, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo e MARIA ORLINDA SIQUEIRA DALMAGRO, matrícula nº 195, ocupante de cargo de Auxiliar Administrativo.

Parágrafo único – O Processo tem como objetivo apuração das infrações administrativas constantes na Lei Complementar nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005.

A descrição do fato a ser apurado e o pedido de abertura encontra-se em anexo no Processo de Sindicância nº 025/2019 em apenso.

Art. 107 - Ao servidor é proibido:

III - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

VII - proceder de forma desidiosa ou com falta de decoro, no ambiente de trabalho;

Art. 2º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, devendo respeitar os princípios constitucionais e ditames legais próprios da espécie.

Art. 3º O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar será de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura do respectivo procedimento, admitida sua prorrogação, mediante necessidade devidamente fundamentada, por igual prazo, na forma do artigo 138 da Lei Complementar 1929/2005, do Município de Orleans.

Art. 4º As despesas decorrentes dos atos necessários ao desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar serão custeadas em conformidade com a legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans, SC – 11 de fevereiro de 2020.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

PUBLICADA ESTA PORTARIA AOS ONZE (11) DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO (02) DO ANO DE DOIS MIL E VINTE (2020) NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário de Administração

**PROCESSO Nº 30/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2354996

PROCESSO Nº 30/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 8/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU COOPERATIVA CREDENCIADA A CIDASC - COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/02/2020 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 02/03/2020, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 12 de Fevereiro de 2020  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

**PROCESSO Nº 31/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2355788

PROCESSO Nº 31/2020  
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 9/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET PARA A EEB ORATÓRIO, CEI FLÁVIO BUSSOLO E SAMU. (PROCESSO MULTIENTIDADE).

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 28/02/2020 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 02/03/2020, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 12 de Fevereiro de 2020  
Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

**Otacílio Costa****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS 12/19 PREFEITURA**

Publicação Nº 2355200

Aditivo Nº ..... : QUINTO ADITIVO - Contrato Nº: 050/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: AS CONSTRUTORA LTDA

Valor ..... : 194.733,45 (cento e noventa e quatro mil setecentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 31/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa de engenharia para prestação de serviços de recomposição de asfalto, remendos superficiais e profundos, em diversos locais do Município, com fornecimento de material.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : 4º aditivo - Contrato Nº: 130/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: RENAN PABLO SOUZA DA LUZ

Valor ..... : 99.053,62 (noventa e nove mil e cinq-enta e três reais e sessenta e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 31/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (89) Saldo:

1.678.725,06

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na mão de obra para instalação de meio-fios, caixas de rede de esgoto, calçadas e calçamentos.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : SEGUNDO ADITIVO - Contrato Nº: 092/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: ROGERIO AMERICO - ME

Valor ..... : 138.687,00 (cento e trinta e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais)

Vigência ..... : Início: 19/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2017

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na limpeza de caixa de esgoto.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : primeiro - Contrato Nº: 043/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: MARMORARIA LONTRENSE LTDA

Valor ..... : 3.858,26 (três mil oitocentos e cinq-enta e oito reais e vinte e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 31/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Aquisição de móveis para o Gabinete do Prefeito.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : 3º Aditivo - Contrato Nº: 098/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: ADILSON LISTONE BUENO - ME

Valor ..... : 178.933,93 (cento e setenta e oito mil novecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos)

Vigência ..... : Início: 31/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para o conserto de pneus, para Secretaria de Obras, Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Samu, Vigilância Sanitária, Administração.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Contratada...: B&amp;P CONSTRUTORA - EIRELI

Valor ..... : 21.317,71 (vinte e um mil trezentos e dezessete reais e setenta e um centavos)

Vigência ..... : Início: 31/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para a revitalização da Praça Victor Conder Westarp (Construção da casa do Artesão). Convenio Ministério do Turismo.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Contrato N°.: 157/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: LUZ E FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDAValor .....  
: 65.728,00 (sessenta e cinco mil setecentos e vinte e oitoreais)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2019 Término: 03/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo:  
507.734,33  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para locação,instalação, manutenção e retirada de decoração natalina.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Contrato N°.: 160/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA  
Contratada...: EXTRABIT MINERAÇÃO LTDA  
Valor ..... : 107.370,00 (cento e sete mil trezentos e setenta reais)  
Vigência ..... : Início: 11/12/2019 Término: 31/12/2019  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 37/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.019.3.3.90.00.00.00.00 (89) Saldo: 336.620,1  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de detonação de cascalho.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº ..... : 078/18 - 2º adit - Contrato Nº: 079/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: ASO COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDAME  
Valor ..... : 92.610,65 (noventa e dois mil seiscentos e dez reais esessenta e cinco centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa para mão de obra na realização dereparos e manutenção da parte elétrica, hidráulica, bem como  
conserto detelhado, porta, parede e outros, nos Programas Sociais, Unidades Básicasde Saúde e Paço Municipal e Praças Públicas.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº ..... : 1º aditivo - Contrato Nº: 128/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: UNIFIQUE TELECOMUNICACOES LTDA  
Valor ..... : 8.944,41 (oito mil novecentos e quarenta e quatro reais equarenta e um centavos)  
Vigência ..... : Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2018  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada no fornecimento delinks dedicados de internet com 100 MB/Mega em fibra óptica,  
implantaçãoe manutenção de Hot Stot (Wi-Fi), aquisição de material e serviços detelefonia.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

Contratada...: ADILSON LISTONE BUENO - ME

Valor ..... : 186.946,74 (cento e oitenta e seis mil novecentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos)  
Vigência ..... : Início: 17/12/2019 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 33/2016  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para o conserto de pneus, para Secretaria de Obras, Agricultura, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Samu, Vigilância Sanitária, Administração.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Contrato N°.: 161/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA  
 Valor ..... : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº: 36/2019  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : Locação de imóvel, tendo como locador Max Ribeiro  
 Fortuna e beneficiária Natalia Padilha.  
 Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Contrato N°.: 156/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA  
Contratada...: QUARK ENGENHARIA LTDA EPP  
Valor ..... : 45.219,00 (quarenta e cinco mil duzentos e dezenove reais)  
Vigência ..... : Início: 06/12/2019 Término: 03/01/2020  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº: 42/2019  
Recursos ..... : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo:  
507.734,33  
Objeto ..... : Contratação de empresa especializada para locação, instalação, manutenção e retirada de decoração natalina.  
Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-Aditivo Nº ..... : 5º aditivo - Contrato Nº: 105/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTAContratada...: ASO COMERCIO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor ..... : 238.751,00 (duzentos e trinta e oito mil setecentos e cinq-enta e um reais)

Vigência ..... : Início: 17/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CASAS PARA A SECRETARIA DE HABITAÇÃO, COLOCAÇÃO DE PLACAS EM GERAL, PINTURA DE FAIXAS E MEIOS FIO E REPAROS EM GERAL PARA A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MÃO DE OBRA E PEQUENOS REPAROS EM GERAL NAS ESCOLAS/CRECHES E AFINS, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : 2º aditivo - Contrato Nº: 093/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: PONTOGOV ASSESSORIA E CONSULTORIA PUBLICA LTDA

Valor ..... : 8.000,00 (oito mil reais)

Vigência ..... : Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 20/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de processamento de software, modo geração SIOPS, SIFONFI, SINPE, IN 20.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Contratada.: SAN GENNARO PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Valor ..... : 21.850,00 (vinte e um mil oitocentos e cinq-enta reais)

Vigência ..... : Início: 16/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de empresa para realização do almoço de confraternização dos servidores públicos municipais no dia 20/12/2019 no Clube Cambará.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Contrato Nº.: 164/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: Selma Luzia Taruhn Schneider

Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência ..... : Início: 18/12/2019 Término: 30/05/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 37/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Locação de imóvel, tendo como locadora Selma Luzia

Taruhn Schneider e beneficiária Angelina Loreni Silva Padilha.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : Primeiro Aditivo - Contrato Nº: 103/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISAS AGROPECUARIA

Valor ..... : 41.098,45 (quarenta e um mil e noventa e oito reais e quarenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 19/12/2019 Término: 31/12/2019

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2019

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações supervenientes às licitações públicas.

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : 4º ADITIVO - Contrato Nº: 130/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS

Valor ..... : 48.306,96 (quarenta e oito mil trezentos e seis reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 19/12/2019 Término: 30/06/2020

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 24/2018

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Contratação de Cooperativa dos Catadores de Materiais

Recicláveis de Otacílio Costa (COOPERCOC).

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

-----Aditivo Nº ..... : 4º aditivo - Contrato Nº: 061/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada.: JAMILY NAIARA ESTOILE PAIM EIRELI - ME Valor ..... : 40.452,96 (quarenta mil quatrocentos e cinq-enta e dois reais e noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 18/12/2019 Término: 31/12/2020

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2016

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : Locação de veículo para a Secretaria de Finanças

Otacílio Costa, 12 de Fevereiro de 2020

**TOMADA DE PREÇO 001/2020**

Publicação Nº 2355522

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA  
EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº 001/2020

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade de Tomada de Preço para contratação de empresa especializada na pavimentação asfáltica da Rua Luiz Daboite no Bairro Casa Branca O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 02/03/2019 e abertura da sessão será às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site [www.otaciliocosta.sc.gov.br](http://www.otaciliocosta.sc.gov.br). Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 12/02/2020.

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal



# Ouro

## PREFEITURA

### PORTARIA 2020/076

Publicação Nº 2355700

PORTARIA Nº 076/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Art. 1º Conceder gozo de férias a servidora Rosemari Schmitt dos Anjos, matrícula nº 513-6, ocupante do cargo de Assessor de Indústria e Comércio, nível PCM-06, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de aquisição de 16 de janeiro de 2019 a 15 de janeiro de 2020, período de gozo de 01 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

### PORTARIA 2020/077

Publicação Nº 2355704

PORTARIA Nº 077/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias a servidora Andreléia Sandra Baretta da Silva, matrícula nº 569-7, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível SGM-01, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de aquisição de 02 de maio de 2018 a 01 de maio de 2019, com conversão de um terço em abono pecuniário período de gozo de 11 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

### PORTARIA 2020/078

Publicação Nº 2355707

PORTARIA Nº 078/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Saul Nardi, matrícula nº 109-7, ocupante do cargo de Operário Geral, nível SGM-02, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, Obras e Habitação, referente ao período de aquisição de 09 de julho de 2017 a 08 de julho de 2019, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo de 11 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/079**

Publicação Nº 2355713

PORTARIA Nº 079/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias a servidora Thais Marcela de Lima, matrícula nº 977-3, ocupante do cargo de Psicólogo, nível ATS-02, lotada na Secretaria Municipal da Assistente Social, referente ao período de aquisição de 04 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, período de gozo de 01 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/080**

Publicação Nº 2355722

PORTARIA Nº 080/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, usando das atribuições de seu cargo e de acordo com o que estabelece o art. 53, VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias a servidora Tatiana da Rosa, matrícula nº 974-8, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível ATM-06, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período de aquisição de 20 de agosto de 2018 a 19 de agosto de 2019, período de gozo de 01 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.  
Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/081**

Publicação Nº 2355727

PORTARIA Nº 081/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Amarildo Antonio Lago, matrícula nº 372-4, ocupante do cargo de Administrador, Nível ATS-04, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, referente ao período de aquisição de 01 de julho de 2017 a 30 de junho de 2018, com conversão de um terço em abono pecuniário, período de gozo de 03 a 09 de março.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/082**

Publicação Nº 2355731

PORTARIA Nº 082/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Advino Leopoldo Wagner, matrícula nº 691-2, ocupante do cargo de Motorista, nível SGM-03, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, referente ao período de aquisição de 09 de janeiro de 2018 a 08 de janeiro de 2019, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo a ser usufruído em data indefinida

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/083**

Publicação Nº 2355735

PORTARIA Nº 082/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o artigo 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias a servidora Gisele da Silva, matrícula nº 1062-4, ocupante do cargo de Assistente Social, nível ATS-04, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período de aquisição de 05 de fevereiro de 2019 a 04 de fevereiro de 2020, período de gozo de 01 a 30 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/084**

Publicação Nº 2355737

PORTARIA Nº 084/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias ao servidor Claudimir Alves Pereira, matrícula nº 404-8, ocupante do cargo de Operário Geral, nível SGM-02, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, referente ao período de aquisição de 2 de fevereiro de 2019 a 1º de fevereiro de 2020, com conversão de um terço em abono pecuniário e período de gozo de 11 de fevereiro a 01 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/085**

Publicação Nº 2355742

PORTARIA Nº 085/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera Secretário de Secretaria de Escola que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal 1.007/92 de 20 de maio de 1992 e suas alterações;

### **RESOLVE:**

Art. 1 Exonerar a pedido Silvana Maristela Moreira Vetorazi, matrícula nº 753-6,0 RG nº 3.155.096 e CPF nº 019.475.489-80, do cargo comissionado de Secretário de Escola, Nível PCM-05 do Quadro de Pessoal da Administração Direta, Grupo de Pessoal Comissionado do Município PCM, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, nomeada pela Portaria 060/2018, de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/086**

Publicação Nº 2355745

PORTARIA Nº 086/2020, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Auxiliar de Professor para atuar em turma com aluno portador de necessidades especiais, no Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol;

Considerando o resultado do processo seletivo 06/2019;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Fabiana Regina dos Santos, matrícula nº 1161-2, RG nº 3.910.074, CPF 005.186.340-51, para exercer o cargo de Auxiliar de Professor, Nível ATM-00, Grupo de Atividades Técnicas Médias, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desportos, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Raio de Sol, durante o ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/087**

Publicação Nº 2355749

PORTARIA Nº 087/2020, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar na Escola Municipal Guerino Riquetti Dutra em substituição da Professora Fernanda Serena, que responde pela Secretaria da Escola Municipal Felisberto Vilarino Dutra;

Considerando classificação final do Processo Seletivo 006/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Maria Rosane Serpa, matrícula nº 813-6, RG nº 3.563.244 e CPF nº 023.733.819-07, para exercer o cargo de Professor Nível I, DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar na Escola Municipal Guerino Riquetti, durante o ano letivo de 2020, em substituição de Fernanda Serena.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 06 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

**PORTARIA 2020/088**

Publicação Nº 2355753

PORTARIA Nº 088/2020, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pedacinho do Céu;

Considerando classificação final do Processo Seletivo 006/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Taise da Cruz Moraes, matrícula nº 1092-4, RG nº 5.423.819 e CPF Nº 093.066.889-89, para exercer o cargo de Professor Nível I, DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, para atuar no Centro Municipal de Educação Infantil Pedacinho do Céu, período vespertino, durante ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 07 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

**PORTARIA 2020/089**

Publicação Nº 2355757

PORTARIA Nº 089/2020, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com os artigos 66 e 68, da Lei nº 1.007, de 20 de maio de 1992,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias a servidora Sirlei Therezinha Antunes de Almeida, matrícula nº 299-7, ocupante do cargo de Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desportos, referente ao período de aquisição de 02 de janeiro de 2019 a 03 de janeiro de 2020, com conversão de um terço em abono pecuniário, período de gozo a ser usufruído em data a ser definida.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 07 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

**PORTARIA 2020/090**

Publicação Nº 2355760

PORTARIA Nº 090/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Nomeia Secretaria de Escola que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal 1.007/92 de 20 de maio de 1992 e suas alterações;

**RESOLVE:**

Art. 1 Nomear Luci Fatima Spironelo Buselato, matrícula nº 1103-6, RG nº 3.847.004 e CPF nº 025.738.869-17, para exercer o cargo comissionado de Diretor de Educação, Nível PCM-09 do Quadro de Pessoal da Administração Direta, Grupo de Pessoal Comissionado do Município PCM, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

**PORTARIA 2020/091**

Publicação Nº 2355765

PORTARIA Nº 091/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Andrea Toaldo, matrícula nº 211-2, RG nº 2.636.307 e CPF Nº 016.535.769-01, para exercer o cargo de psicólogo Educacional, Nível EAE-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, durante ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.

Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

**PORTARIA 2020/092**

Publicação Nº 2355768

PORTARIA Nº 092/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade de Professor de Educação Física para atuar com atividades físicas com os idosos do município de Ouro;

Considerando classificação final do Processo Seletivo 006/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Leonardo Dambros, matrícula nº 497-3, RG nº 5.212.090 e CPF nº 055.414.219-85, para exercer o cargo de Professor Nível I, DOC-01, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social, para atuar com atividades físicas nos grupos de terceira idade no período vespertino, no período de 10 de fevereiro a 11 de dezembro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.  
Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **PORTARIA 2020/093**

Publicação Nº 2355776

PORTARIA Nº 093/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
Contrata Servidor em caráter temporário que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OURO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando da Chamada Pública Edital 02/2020;

### **RESOLVE:**

Art. 1º Contratar em caráter temporário Renan Pereira, matrícula nº 1134-8, RG nº 5.747.164 e CPF Nº 090.501.799-40, para exercer o cargo de Professor Nível DOC-01, habilitação em Artes, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, durante ano letivo de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ouro - SC, 10 de fevereiro de 2020.  
Neri Luiz Miqueloto  
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se em data supra.

## **TP Nº 0003/2020**

Publicação Nº 2354848

### **MUNICÍPIO DE OURO / SC**

Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0003/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 10/03/2020, às 14:00 horas, o Processo Licitatório n. 0020/2020, na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n. 0003/2020, tipo menor preço global, sob o regime de execução por empreitada global. Objeto: A presente licitação visa a contratação de empresa especializada para reforma da Praça Pio XII e construção de palco na Praça Pio XII, objeto do convênio 2019TR001345 firmado com o governo do Estado de Santa Catarina, tudo conforme constante no memorial descritivo e especificações técnicas que compõem o anexo I e seus Itens, do edital. Obtenção do edital: [licitacoes@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacoes@ouro.sc.gov.br); [licitacao2@ouro.sc.gov.br](mailto:licitacao2@ouro.sc.gov.br); [www.ouro.sc.gov.br](http://www.ouro.sc.gov.br). Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 12/02/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

**Paial****PREFEITURA****AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO N 013-2020 PP 009-2020**

Publicação Nº 2355053

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2020  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICIPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, nos termos da Lei Legislação vigente, TORNA PÚBLICO que realizará o certame licitatório acima mencionado, conforme o objeto e demais indicações a seguir, na forma consubstanciada nas cláusulas deste Edital.

MODALIDADE:		N.º:
PREGÃO PRESENCIAL –		006/2020
REGISTRO DE PREÇOS		

**OBJETO**

Registro de preços de Hora/Homem para serviços de manutenção de máquinas pesadas, tratores agrícolas e implementos agrícolas, com fornecimento de peças eventualmente necessárias, sem exclusividade e Contratação de empresa especializada prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos leves, pesados e semipesados, pertencentes à frota do Município de Paial, incluindo o fornecimento de peças e acessórios genuínos e originais da marca do veículo compreendendo os serviços de reparos mecânicos em geral, elétricos, alinhamento e balanceamento estofamento, funilaria, lanternagem, pintura, tapeçaria, estofamento, tornearia, sistema de molas, de ar condicionado, caixa de câmbio, soldas, escapamentos, radiadores, suspensão, sistema de freios, bem como, retífica de motores e bomba e outros serviços afins necessários ao completo e perfeito funcionamento dos veículos, tipo MENOR PREÇO POR ÍTEM, para atender as necessidades do Município, de acordo com as disposições contidas neste Edital.

**RECEBIMENTO DOS ENVELOPES**

O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 13H30MIN do dia 27 DE FEVEREIRO DE 2020, no Setor de Protocolo deste Município, sito a Rua Goiás, 400, centro – Paial– SC.

**JULGAMENTO DA PROPOSTAS DE PREÇOS HABILITAÇÃO**

A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS dar-se-á a partir das 14H00MIN do dia 27DE FEVEREIRO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Paial e da PROPOSTA DE PREÇOS no mesmo local e horário.

**LOCAL DE RETIRADA DO EDITAL E OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente, das 08:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00

horas, pelo fone (49) 3451.0045, ou diretamente no Setor Administrativo do MUNICIPIO DE PAIAL, Rua Goiás, 400, Centro e ainda no site: [www.paial.sc.gov.br](http://www.paial.sc.gov.br)

Paial – SC, 12 de fevereiro de 2020.

NEVIO ANTONIO MORTARI

Prefeito Municipal

Declaro que a presente Licitação foi			Declaro que a presente Licitação foi	
disponibilizada	no	Site:	Publicada no Mural Publico	
<a href="http://www.paial.sc.gov.br">www.paial.sc.gov.br</a>			Municipal em ____/____/2020	
			Protocolo N.º ____/2020	
MIRIAN DARGAS			RENAN VIZZOTO	
PREGOEIRA			PREGOEIRO	



# Palhoça

## PREFEITURA

### ATO Nº. 001/2020

Publicação Nº 2355935

ATO Nº. 001/2020.

EDUARDO FRECCIA, Secretário de Infraestrutura e Saneamento, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016:

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO LUIZ HENRIQUE POLETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

EDUARDO FRECCIA

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 002/2020

Publicação Nº 2355937

ATO Nº. 002/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR ARIANA JULIA MAFRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

### ATO Nº. 003/2020

Publicação Nº 2355938

ATO Nº. 003/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR CELIA REGINA MORAIS BETIOLO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas



**ATO Nº. 004/2020**

Publicação Nº 2355940

ATO Nº. 004/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR DJONATTAN PALHANO DA SILVA BLASIUS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 005/2020**

Publicação Nº 2355941

ATO Nº. 005/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR EMMANUELA NADIR FELIPE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 006/2020**

Publicação Nº 2355944

ATO Nº. 006/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR FABIANA MARIA DOS REIS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 007/2020**

Publicação Nº 2355946

ATO Nº. 007/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR JOSIANE MADEIRA ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 008/2020**

Publicação Nº 2355947

ATO Nº. 008/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 009/2020**

Publicação Nº 2355948

ATO Nº. 009/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR ODILIA MARIA MARQUES STEINMETZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 010/2020**

Publicação Nº 2355950

ATO Nº. 010/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR TAINA SILVA DIONISIO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 011/2020**

Publicação Nº 2355958

ATO Nº. 011/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR TAMIRIS DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 012/2020**

Publicação Nº 2355961

ATO Nº. 012/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

EXONERAR VITORIA RODRIGUES DO MONTE, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 09/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 013/2020**

Publicação Nº 2355962

ATO Nº. 013/2020.

ANESTOR PEDRO DENONI, Presidente da Fundação Cambirela do Meio Ambiente, designado, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Artigo 32, Parágrafo Único, da Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO NATHAN PIERRI GALVANI, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, da Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM, da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 08/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ANESTOR PEDRO DENONI

Presidente

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 014/2020**

Publicação Nº 2355963

ATO Nº. 014/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR NATERCIO TOMAZ DE SOUZA NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Atendimento, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº. 252, de 30 de janeiro de 2018 e Decreto nº. 2.381 de 01 de agosto de 2018, a contar de 07/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT  
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 015/2020**

Publicação Nº 2355965

ATO Nº. 015/2020.

ARCENDINO JOSE CERINO, Secretário de Serviços Públicos, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

EXONERAR A PEDIDO PATRICK CORREA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor III Nível DAS-VI, Quadro de Pessoal da Secretaria de Serviços Públicos da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 26/01/2020.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

ARCENDINO JOSE CERINO  
Secretário Municipal de Serviços Públicos

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 016/2020**

Publicação Nº 2355966

ATO Nº. 016/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014,

**RESOLVE:**

DESIGNAR EDSON MADEIRA, para responder pelo cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Assistência Social, Nível ADJ, do Quadro de Pessoal da Administração direta, pelo período de 06/01/2020 à 04/02/2020, face ao impedimento do titular ALLAN PYETRO DE MELO DE SOUZA, que se encontra em férias.

Palhoça, SC, em 06 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 017/2020**

Publicação Nº 2355968

ATO Nº. 017/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR MARIA MADALENA CASTILHO DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 10/01/2020.

Palhoça, SC, em 10 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 018/2020**

Publicação Nº 2355969

ATO Nº. 018/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR ELESOMIR APARECIDA DOS SANTOS HEINZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 10/01/2020.

Palhoça, SC, em 10 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 019/2020**

Publicação Nº 2355970

ATO Nº. 019/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR SHARA MARINA DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 10/01/2020.

Palhoça, SC, em 10 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**ATO Nº. 020/2020**

Publicação Nº 2355972

ATO Nº. 020/2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

NOMEAR EMMANUELA NADIR FELIPE DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, a contar de 10/01/2020.

Palhoça, SC, em 10 de janeiro de 2020.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO  
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL 21/2020**

Publicação Nº 2355283

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 04 de março de 2020, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2020, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, desinfecção e desincrustação de reservatórios de água de diversos tamanhos, com fornecimento do material e mão de obra, para atender às necessidades do Centro Administrativo Municipal, bem como de seus Fundos, Secretarias e Autarquias, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 12 de fevereiro de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**CHAMADA CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, 002 E 004/2015**

Publicação Nº 2354883

Solicito comparecimento no dia 10 de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, no Auditório no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Palhoça, Av. Hilza Terezinha Pagani, nº 280, Parque Residencial Pagani I, Palhoça/SC, - CEP 88132-256. Informo ainda que será feito a escolha de vagas de acordo com a classificação de cada candidato.

PALHOÇA 14/01/2020	COMPAREC.10/02/2020	EDITAL	CLASS
NAIRTO JOAO ESPINDOLA JUNIOR	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	31
IZABEL CARVALHO RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	32
ROSA HELENA SILVANO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	33
MAGNA CRISTINA SAIBERT	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	34
TEREZINHA MARIA DA ROSA RODRIGUES	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	35
CLEIDE DE ALBUQUERQUE DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	36
STEFANNY BARBOSA SALVADOR	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	37
MICHELINE MARIA MARTINS ROMÃO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	38
ADRIANO GUEDES VENCAO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	39
CARLA SUZANA LOPES	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	40
ADRIANA BIGOLIN DO NASCIMENTO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	41
MARIANA MARIA SIZINO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	42
GRAZIELA DE ARAUJOLUZ PINHEIRO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	43
LUCIANA LIMA DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	44
ALEXSANDRA PEREIRA GONÇALVES SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	45
VANESSA VALDECI JORDÃO DA SILVA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	46
AMANDA DANNIELY LUIZ RAMOS	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	47
ARIELA MARTINS	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	48
LUCICLEA HELENA DA SILVEIRA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	49
RAQUEL APARECIDA ESMACHADO VALGAS	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	50

JESSICA FLORIANO	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	51
ANDREZA DOS SANTOS	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	52
DIHAIMY GOEDERT FERREIRA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	53
MARIA APARECIDA SCHNAIDER	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	54
SENITO PARANHOS DE PAULA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	55
SCHAIANE TEIXEIRA FELDKIRCHER	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	56
MARIA APARECIDA GARCIA	AGENTE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	001/2015	57
ADAILTO CELIO DA SILVA	ARTIFICE	001/2015	2
ALEXANDRO ANTONIO FISCHER	ARTIFICE	001/2015	3
SIDINEY MASCIMENTO AMORIM	ARTIFICE	001/2015	4
MARCELO GARCIA	ARTIFICE	001/2015	5
CLAUDIR RIBEIRO BERTOLLA	ARTIFICE	001/2015	6
PAULO DIAS	ARTIFICE	001/2015	7
MARCELO DUTRA	ARTIFICE	001/2015	8
DAYANE CRISTINA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	74
ELAINE CRISTINA GUILHERME DO ESPIRITO SANTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	75
JOZIANI FARIAS PEREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	76
MAICO ENEDIR DA SILVA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	77
GEORGE VIEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	78
LIAMARA POLETTI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	79
ANGELITA DE SOUZA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	80
LUCIANA SOARES HENRIQUE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	81
BRUNO HEIDEN MATOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	82
JAQUELINE ANDERSON	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	83
GRAZIELI VIRGINIA DA CRUZ BREIS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	84
IGOR SECCHES GHELFI	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	85
CRISTIAN LOPEZ QUIROS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	86
KASANDRA MEIREL	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	87
AMANDA DE ABREU FERNANDES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	88
SANDRA MARA DA COSTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	89
MICHEL CONDE DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	90
EVELIN GLIENKE NOBRE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	91
LAERCIO MEDEIROS JUNIOR	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	92
JANETE APARECIDA DA SILVA FERREIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	93
TATIANA FIORENTIN DE OLIVEIRA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	94
RUBENS HENRIQUE CORREA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	95
PATRICIA VIEIRA JORDÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	96
KAMILA JUSTEN	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	97
RAFAEL AUGUSTO DO REGO HANCIO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	98
VIVIANE SALETE MARTINS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	99
MAGDA KNABEN NIVEIROS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	100
RAFAELA BUCHNER DORNBUSCH	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	101
MARYELLEN HENRICH HENRIQUE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	102
AMABILE BOTELHO GONÇALVES	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	103
GUSTAVO WAGNER HONORATA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	104
JENNIFER DE FARIAS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	0001/2015	105
FABIANO MANOEL CONSTANTE	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	106
GRACIQUELI TRENTA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	001/2015	107
DAIANA SILVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	001/2015	34
KARLA BERNADETE LINHARES	BIBLIOTECONOMISTA	001/2015	3
GILVANE MARIA LECARDELLI	BIBLIOTECONOMISTA	001/2015	4
MARIA ISABEL ALPERSTEDT DA COSTA	BIBLIOTECONOMISTA	001/2015	5
EDER FILIPE DA SILVA	CONTADOR	001/2015	1
CARLA LENITA DE SOUZA	CONTADOR	001/2015	2
CLETIA DE SOUZA	CONTADOR	001/2015	3
VALDIR COELHO JUNIOR	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	001/2015	1
FERNANDO STAHELIN HAMES	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	001/2015	2
MURILO GEVIESKI OURIQUES	FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS	001/2015	3
JOANA DIAS DE OLIVEIRA	MERENDEIRA	001/2015	4



GEANE CRISTINA RAMOS	MERENDEIRA	001/2015	5
EVELYN RUFINA MEYER ANDRADE FERREIRA	MERENDEIRA	001/2015	6
ANDREIA DUARTE	MERENDEIRA	001/2015	7
TANIA BEPLER VIEIRA	MERENDEIRA	001/2015	8
JANAINA DALMEDICO	MERENDEIRA	001/2015	9
DIANER SALETE SCAIM BERGENTAL	MERENDEIRA	001/2015	10
DANUSSA TANARA KOHLER ISHIOKA	MERENDEIRA	001/2015	11
SIRLEI PESSOA DA SILVA	MERENDEIRA	001/2015	12
FERNANDA CAREN GUCKERT SPERBER	MERENDEIRA	001/2015	13
GABRIELA DE ABREU LOHN	MERENDEIRA	001/2015	14
VALDIRENE MARIA BATISTA	MERENDEIRA	001/2015	15
ROSELI CAMPOS	MERENDEIRA	001/2015	16
BRAULINA CATARINA VIEIRA DA SILVA	MERENDEIRA	001/2015	17
CRISTIANA DA SILVA	MERENDEIRA	001/2015	18
TATIANA MARIA DA SILVA	MERENDEIRA	001/2015	19
JANAINA MARTINS LEAL DOS SANTOS	MERENDEIRA	001/2015	20
LUCIMARA RODRIGUES RIBEIRO	MERENDEIRA	001/2015	21
JERUSA APARECIDA DOS SANTOS	MERENDEIRA	001/2015	22
TALITA SILVA DE LIMA	MERENDEIRA	001/2015	23
NAIARA BASSO RODRIGUES	MERENDEIRA	001/2015	24
VANESSA LIMAS FERREIRA	MERENDEIRA	001/2015	25
CINARA KRATZ DE OLIVEIRA	MERENDEIRA	001/2015	26
ARLEIA NILCE VIEIRA	MERENDEIRA	001/2015	27
GIZELE DA CUNHA CAMARGO	MERENDEIRA	001/2015	28
BRUNA MARQUES ADRIANO	MERENDEIRA	001/2015	29
RITA DE CASSIA SILVA CORREA	MERENDEIRA	001/2015	30
JANAINA DE FARIAS JANDREY	MERENDEIRA	001/2015	31
LILIANE MARA DE OLIVEIRA PACHECO	MERENDEIRA	001/2015	32
ISABEL CRISTINA CAMARGO OLIVEIRA	MERENDEIRA	001/2015	33
SANDRA REGINA ADAO	MERENDEIRA	001/2015	34
SILVANA MEURER	MERENDEIRA	001/2015	35
PATRICIA GOES PEDROSO MALAGOTTI	MERENDEIRA	001/2015	36
SUZANA PEREIRA BARBOSA	MERENDEIRA	001/2015	37
ELISIANE DA ROSA	MERENDEIRA	001/2015	38
CLAUDINEIA FERREIRA CHINI	MERENDEIRA	001/2015	39
EDIANE PEREIRA	MERENDEIRA	001/2015	40
MARIELLI CECCHIN	MERENDEIRA	001/2015	41
KERLEN CHRISTIANE DE SOUZA	MERENDEIRA (PNE)	001/2015	1
LUCIANA DA SILVA	MERENDEIRA (PNE)	001/2015	2
FERNANDA OLIVEIRA DA CRUZ	MONITOR	001/2015	41
LYSANDRA CRISPIM SILVY	MONITOR	001/2015	42
MARIA GORETE MARTINS PEREIRA	MONITOR	001/2015	43
HEDER ALVES	MONITOR	001/2015	44
FRANCINI LOHN	MONITOR	001/2015	45
ANA BEATRIZ KNAUL PISANI	MONITOR	001/2015	46
CRISLAINE FEIJO COLARES	MONITOR	001/2015	47
AMANDA ANDRADA DE MELLO	PEDAGOGO	001/2015	8
GISELE FELIPE MENDES SOMARIVA	PEDAGOGO	001/2015	9
DANIELA MARIA APARECIDA NASCIMENTO	PEDAGOGO	001/2015	10
CLAUDIA TELES DA SILVA	PEDAGOGO	001/2015	11
BIANCA FERREIRA DA SILVA AMORIM	PEDAGOGO	001/2015	12
DANIELY SANTOS	PEDAGOGO	001/2015	13
AMABILE ALMAGRO CRESTANI	PEDAGOGO	001/2015	14
FABIANA CAMARGO NUNES	PEDAGOGO	001/2015	15
ESTELA MELO PROVESANO	PEDAGOGO	001/2015	16
ALINE DE ASSIS SCHERER	PEDAGOGO	001/2015	17
VERONICA BARBARA BERNZ	PSICOLOGO	001/2015	46
VANESSA SOARES BORGES	PSICOLOGO	001/2015	47
FERNANDA SELLI NUNES	PSICOLOGO	001/2015	48



TAMARA DO NASCIMENTO	PSICOLOGO	001/2015	49
CAROLINA SOUZA DE CARVALHO	PSICOLOGO	001/2015	50
ALINE ALFLEN SCHMITT	PSICOLOGO	001/2015	51
CARLA GIOVANA DAGOSTIN	PSICOLOGO	001/2015	52
MARIA TAIS DE MELO	PSICOLOGO	001/2015	53
ANA CLARA SIQUEIRA	PSICOLOGO	001/2015	54
THIAGO MACHADO	TECNICO EM INFORMATICA	001/2015	1
ELISABETE BALDANCA FERREIRA	TELEFONISTA	001/2015	2
ROANNE THAMIREZ ZIMMER	TELEFONISTA	001/2015	3
AMANDA FRANCA	TELEFONISTA	001/2015	4
DIEGO BERKENBROCK MARTINS SENES SANTOS	VIGIA	001/2015	3
LUIZ ARMANDO ALIARDI	VIGIA	001/2015	4
ISABEL CRISTINA DA SILVA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	34
GUILHERME COLCINSKI DE AMORIM	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	35
RODAIR BOTELHO LIMA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	36
MAURICIO SOUZA HUNGER	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	37
JACSON LUIZ ALTHOFF	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	38
BRUNO EDUARDO CRUZ	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	39
NADINY DA SILVA GALVAN DA SILVEIRA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	40
LUIZ CARLOS DA CUNHA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	41
ALINE GRAH DA SILVA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	42
LUIZ FERNANDO PESSOA DE GUSMÃO	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	43
MAYARA DE SOUZA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	44
KLEBERSON DA SILVA VERAS	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	45
CARLOS ARILDO DE OLIVEIRA JUNIOR	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	46
TALITA CAROLINE MACHADO DE FARIA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	47
GABRIEL COELHO DE FREITAS	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	48
THIAGO RAMOS DA SILVA	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	49
ALESSANDRO MIGUEL DOMINGOS	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	50
LUIZ GUILHERME SCHEIDT STEIN	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	51
SAMUEL MILANEZ	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	52
ANDREY MARCOS BOTELHO	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	53
BENONES LUIZ GUARNIERI	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	54
MORGANA LENARA MACIEL	AGENTE DE TRANSITO	002/2015	55
JOELSI SILVA DE SOUZA	PROFESSOR DE ARTES	004/2015	20
ARIANA VERA DA ROSA TAVARES	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	4
KELLY SIMONE SILVEIRA CORREA	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	5
SONIA MARQUES DOS SANTOS	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	6
SANDRO LUIS DE OLIVEIRA	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	7
RENATA ISABELLE GUAITA	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	8
THAYNARA CRISTINA NUNES	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	9
ROBERTA DE AVILA GUEDES	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	10
PAULO CESAR MORAIS CABRAL	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	11
JOAO LUIZ FERNANDES BORGHEZAN	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	12
KAREN MARTINS	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	13
KARINY ANTUNES	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	14
CYNTIA LETICIA MACHADO MARIANO	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	15
MARCELINE GRISS PIETROSKI ANDERSON	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	16
RENATA ANSELMO MAFRA COELHO	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	17
MANOELLA CARDOSO DA SILVA	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	18
ROSEMERI SOARES	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	19
HUGO DEL CISTIA ANDRADE	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	20
MARISOL DE AZEVEDO DUARTE	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO	004/2015	21
ADRIANA CARDOSO SILVA	ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO (PNE)	004/2015	1
SABRINA ELIAS FERREIRA ELIAS	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	4
VANESSA DA SILVA	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	5
RAQUEL COELHO	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	6
ROSANGELA RESNER CONSTANTE	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	7
ANA CRISTINA BECKER	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	8

MARCELA HAMMES	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	9
CRISTIANE BORGES AUGUSTO	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	10
LIDIANE MARISA ROCHA DA SILVA	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	11
RAQUEL VIEIRA LEMOS	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	12
ADRIANA DEOBANDINA PRA STEINBACH	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	13
SUELEN BIANCHIN DONADEL	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	14
ISABEL CRISTINA DE SOUZA	ASSISTENTE TECNICO PEDAGOGICO	004/2015	15
PRISCILA RODRIGUES FORTES	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	8
JULIANA MENDES BUENO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	9
JAQUELINE LEONIDA DA SILVA	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	10
DIRCE PEREIRA DOS SANTOS PESENTE	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	11
JACKELINE JIMENEZ MACEDO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	12
LEONICE MARIA DA SILVA SELL	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	13
JULIANA ANDOZIO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	14
JANICE ZAWASKI PAZETTO DAMASIO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	15
FLAVIO THEODOSIO JUNKES	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	16
ANA LUCIA LOBO	ORIENTADOR EDUCACIONAL	004/2015	17
CESAR AUGUSTO FRITZ BUENO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEC)	004/2015	1
LUIZ ALBERTO RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEC)	004/2015	2
MARIO CESAR RODRIGUES DE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEC)	004/2015	3
JORGE FERNANDO HAMMES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEC)	004/2015	4
KATHERINE SIMONE DREISSING AGUIARRE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEC)	004/2015	5
RITA DE CASSIA CESCONETTO SOUZA	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	5
ALINE BOEHS	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	6
LILIANE SILVA MOTTA	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	7
ELIANE MARIA DOS SANTOS	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	8
MARCELO GUIMARAES FRANCISCO	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	9
ORION PEDRO DE ALCANTARA JUNIOR	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	10
FERNANDA SIMON MACHADO	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	11
ELIANA CELIA DE ALMEIDA GONÇALVES	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	12
PAULA SERODIO ALVES	PROFESSOR DE INGLES	004/2015	13
DENISE ALFINITTO CAPISTRANO	PROFESSOR DE PORTUGUES	004/2015	12
KENIA VANESSA ZAPELINI GONÇALVES	PROFESSOR DE PORTUGUES	004/2015	13
TATIANE ROSA	PROFESSOR SERIES INICIAIS	004/2015	2
ANGELA APARECIDA LOHN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	31
ADRIANA HEREDIA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	32
ELIZABETE DE SOUZA ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	33
SONIA SCHLOSSER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	34
MARIA IVETE DE SOUZA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	35
BRUNA ELYSA LOPES PEREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	36
ROSIMARI DA SILVA ROCHA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	37
ANGELITTA DA ROSA MAURICIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	38
CAROLINE DO NASCIMENTO RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	39
OSIR OLDILON SOARES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	40
LEIA ROSELAINÉ RAUPP THAJANO WESTPHAL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	41
ELIETE IZAURA MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	42
BERNADETE MACHRI MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	43
CRISTIANE DE MENEZES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	44
CELIA REGINA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	45
DAIANI SCHLEMPER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	46
EDNA DE ALMEIDA BASTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	47
LOURDES BROLESI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	48
MARCIANE CANDIDO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	49
ELISANGELA DE FATIMA MUNHOZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	50
CLEUNITA APARECIDA RODRIGUES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	51
CLAUDETE DA SILVA MENDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	52
MARLI TEREZINHA SIMOES MACHADO DUARTE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	53
PAULA APARECIDA SOARES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	54
MICHELLY CRUZETA CORDEIRO MARCELINO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	55

NEUZA APARECIDA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	56
IZOLETE EULALIA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	57
JOSIRENE FERREIRA CORREA NIENKOETTER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	58
SIMONE ANTONIA DOS SANTOS SIMAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	59
BARBARA SEOLIN	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	60
ELIANA AQUINO DA CRUZ MACHADO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	61
ELIZIANI STEINMETZ	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	004/2015	62
FABIANA RODRIGUES MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	108
CRISTIANI MENDES DE AFRIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	109
DENISE FERREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	110
ELIZETE MARIA WAGNER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	111
ELIETE MENDES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	112
CLEUNICE SOMMER DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	113
LARA VANESSA SCHREIBER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	114
LIBANIA CRISTINA GOMES	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	115
MONIZY DE LIMA TOME AMARAL	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	116
JANAINA CARLA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	117
JERLIAM BERTO DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	118
ROSAURIA VITALINA DE OLIVEIRA ARAUJO BALBINO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	119
LUCIANA VALMIRA ELIAS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	120
REGIANE CARMINATTI PIZONI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	121
THAUANY DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	122
FABIANA MATOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	123
MISLANIA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	124
ELEN ROSE DARIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	125
DARCI CARDOSO PEREIRA MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	126
CASSIA FARIA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	127
FRANCISCA FILGUEIRAS NETA BARBOSA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	128
NEUSA MARIA VIEIRA MANI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	129
KARLA MARTINS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	130
ANDREZA DANIELA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	131
RENATA EDITE DA SILVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	132
JOSY PATRICIA SOMMER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	133
ALAIR ALAIDE PEREIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	134
KAROLINE WANEZ BOAVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	135
FABIOLA HORACIO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	136
EDNA DE ANDRADE OLIVEIRA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	137
MARIA APARECIDA FRANCISCO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	138
TATIANA AVILA DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	139
JOSIANE DA ROSA COSTA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	140
TANIA CRISTINA DE SOUZA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	141
CRISTIANE APARECIDA DA CRUZ RUBICK	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	142
KENIA MARIA JORGE DE ANDRADE	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	143
FERNANDA SCHLOESSER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	144
TANIA PATRICIA DOS SANTOS	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	004/2015	145
LUCIANA WEISS QUANDT	PROFESSOR DE MUSICA(FLAUTA DOCE)	004/2015	2
GIOVANO DA CRUZ BALESTRA	PROFESSOR DE SALA DE INFORMATICA	004/2015	2
PEDRO HENRIQUE LOHN	PROFESSOR DE SALA DE INFORMATICA	004/2015	3

Michelle Silveira Volpato Ribeiro  
DIRETORA EXECUTIVA DE GESTÃO DE PESSOAS

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020**

Publicação Nº 2355077

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2020, que tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes/ABRIGOS, bem como do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos/SCFV ambos executados pela Secretaria Municipal de Assistência Social deste município, através do Sistema de Registro de Preços. A sessão pública ocorrerá às 14:00h do dia 03/03/2020, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoça.atende.net..](http://www.palhoça.atende.net..) Palhoça, 12 de fevereiro de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 16/2020**

Publicação Nº 2356010

PORTARIA Nº 16 DE 11 de FEVEREIRO 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR:**

Art. 1º - Fica EXONERADO a partir do dia 28 de fevereiro de 2020, do Gabinete do Senhor Vereador JEAN HENRIQUE DIAS CARNEIRO, o servidor ocupante do cargo em comissão abaixo;

Servidor	Cargo	Vencimentos
GUSTAVO JAHN BESSA	Assessor Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 28 de fevereiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

JOEL FILIPE GASPAR  
Presidente

**PORTARIA Nº 17/2020**

Publicação Nº 2356011

PORTARIA Nº 17 DE 11 de FEVEREIRO 2020.

O Presidente da Câmara Municipal de Palhoça, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições, resolve:

**EXONERAR:**

Art. 1º - Fica EXONERADA a partir do dia 28 de fevereiro de 2020, do Gabinete do Senhor Vereador JEAN HENRIQUE DIAS CARNEIRO, a servidora ocupante do cargo em comissão abaixo;

Servidora	Cargo	Vencimentos
ALESSANDRA WAGNER MOREIRA	Assessora Parlamentar	R\$ 4.222,84

Art. 2º. – Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 28 de fevereiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

JOEL FILIPE GASPAR  
Presidente

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE CONTRATO N.º 06-2020 - FAHECE**

Publicação Nº 2355234

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 06/2020. PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica FUNDAÇÃO DE APOIO AO HEMOSC/CEPON – FAHECE. OBJETO: Prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de procedimentos com finalidade diagnóstica – Subgrupo 03 – Diagnóstico por Anatomia Patológica e Citopatologia; Forma de Organização 02 – Exames anatomopatológicos – Sistema Único de Saúde, de acordo com seus princípios, diretrizes, normas e tabela com os valores dos procedimentos. Valor do contrato: Dá-se a este instrumento o valor de R\$ 228.000,00 (duzentos e vinte e oito mil reais).

DATA: 12/02/2020.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### DECRETO 027/2020

Publicação Nº 2354904

Decreto 027/2020, de 06 de fevereiro de 2020  
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:  
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 102.743,58 (cento e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e cinquenta e oito centavos) para fazer face às despesas em diversas secretarias como segue:

#### 03.00 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

##### 03.001 Secretaria de Administração

##### 2003 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Administração

##### 01000100 Recursos Ordinários

3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 1.349,00

#### 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 06.001 Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

##### 2058 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Agricultura

##### 03000100 Recursos Ordinários

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 58.902,55

03340134 Transferências de Convênios União/Outros (Não relacionados à educação/saúde/assistência social)

3.3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 42.492,03

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos do superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 06 de fevereiro de 2020

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

### DECRETO 028/2020

Publicação Nº 2354906

Decreto 028/2020, de 10 de fevereiro de 2020  
Abre Crédito Suplementar e dá outras providências.

Moacir Sansigolo, Prefeito Municipal em Exercício de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o disposto na Lei 2049/2019, de 11 de dezembro de 2019.

Decreta:  
Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 70.393,40 (setenta mil, trezentos e noventa e três reais e quarenta centavos) para fazer face às despesas em diversas secretarias como segue:

#### 06.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

##### 06.003 Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil

##### 2006 Segurança Pública

##### 03111095 Convênio Trânsito - Civil

3.4 4.90.00.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 3.493,40

#### 07.00 SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE

##### 07.001 Diretoria de obras e Serviços Urbanos

##### 1034 Pavimentação das Ruas e Avenidas

03000100 Recursos Ordinários

3.4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas R\$ 66.900,00

Art. 2º Para cobertura das despesas constantes do artigo anterior do presente decreto serão utilizados recursos do superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Palma Sola SC 10 de fevereiro de 2020

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício.

Publicado e registrado nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.



# Palmeira

## PREFEITURA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020

Publicação Nº 2355993



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 003/2020

A Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC), vem através de este edital Notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos e a quem interessar que a localidade denominada de **LOTEAMENTO SALVIO ANTONIO PAIM EM FORMATO DE REUB-S E REURB-E, ATRAVÉS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIARIA** conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este Loteamento denominado de **LOTEAMENTO SALVIO ANTONIO PAIM, NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/SC**; está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da **Matricula 3.409** registradas na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Otacílio Costa/SC.

**Artigo 01. Descrição Sucinta da área:** O Loteamento Sálvio Antônio Paim com área total de **42.522,78 m²**, Conforme **Matricula nº 3.409** registradas no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Otacílio Costa/SC. Sendo esta propriedade **Espólio de Sálvio Antônio Paim e Maria Ligia Becker Paim** as

com

### INFORMAÇÕES DA ÁREA

QUADRO DE ÁREAS			
nº Lote	Proprietário	área (m²)	Modalidade
10	Jaqueline Campos	342,20	REURB-E
14	João Antonio Paes Atanasio	2.240,60	REURB-E
15	Deise da Silva Souza	360,00	REURB-E
18	Sebastião Vieira de Jesus	360,00	REURB-E
25	Ronaldo Paim de Jesus Junior	655,91	REURB-E
27	Fernando de Souza Sasso	360,00	REURB-E
	<b>Área Total de Lotes</b>	<b>36.793,90</b>	
	<b>Área Total de Lotes REURB-E</b>	<b>4.318,71</b>	
	<b>Área Remanescente Espólio</b>	<b>32.475,19</b>	
	<b>Área de Ruas (2289,12 + 289,61 + 2550,72 + 599,43)</b>	<b>5.728,88</b>	
	<b>Área total medida</b>	<b>42.522,78</b>	
	<b>Área total matriculada</b>	<b>42.522,78</b>	

seguintes configurações:





## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

Áreas que Passarão ao Domínio Público	
Rua Carmozino Paim	2.550,72m²
Rua Consolidada "A"	2.289,12 m²
Rua Georgina Paim Silva	599,43 m²
Servidão Consolidada "A"	289,61 m²

INFORMAÇÕES DA ÁREA			
QUADRO DE ÁREAS			
nº Lote	Proprietário	área (m²)	Modalidade
1	Giselle Defreyr de Andrade	376,92	REURB-S
2	Mirian Paim de Jesus	1.532,30	REURB-S
4	Brenda Paim	719,63	REURB-S
5	Carla de Jesus Atanasio	356,50	REURB-S
6	Mara Regina Atanasio	357,47	REURB-S
8	Juvêncio Pereira de Jesus	720,00	REURB-S
9	Josemara de Jesus Xavier	360,00	REURB-S
11	Selma de Cavalho	462,56	REURB-S
12	Durval Paim	678,71	REURB-S
13	Josiane Aparecida Felix	350,32	REURB-S
16	Lais Vieira Constantino	360,00	REURB-S
17	Nilton Reis de Andrade	738,30	REURB-S
19	Jean carlos Atanasio	479,70	REURB-S
20	Paulo Donizete Farias	754,25	REURB-S
21	Renan Paim de Jesus	474,58	REURB-S
22	Thamara Sousa Vieira de Jesus	720,00	REURB-S
23	Soeli dos Santos	358,46	REURB-S
24	Arcedino Madruga de Sousa	348,86	REURB-S
26	Robson Rodolfo da Silva	376,75	REURB-S
	<b>Área Total de Lotes</b>	<b>36.793,90</b>	
	<b>Área Total de Lotes REURB-S</b>	<b>10.525,31</b>	
	<b>Área Remanescente - Espólio</b>	<b>26.268,59</b>	
	<b>Área de Ruas (2289,12 + 289,61 + 2550,72 + 599,43)</b>	<b>5.728,88</b>	
	<b>Área total medida</b>	<b>42.522,78</b>	
	<b>Área total matriculada</b>	<b>42.522,78</b>	

Áreas que Passarão ao Domínio Público	
Rua Carmozino Paim	2.550,72m²
Rua Consolidada "A"	2.289,12 m²
Rua Georgina Paim Silva	599,43 m²
Servidão Consolidada "A"	289,61 m²



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

Com uma concentração de 27 Lotes Urbanos de mais de 27 famílias ali residindo e com uma população de 108 pessoas situado no **Loteamento Paim, no Município de Palmeira - SC**, Lotes esses que são atendidos pelas Ruas Juvenal José de Farias, Rua Alexandre Murara e Rua Georgina Paim Silva, consolidadas e de Domínio Público Municipal, e Rua Carmozino Paim, Rua Consolidada A e Servidão Consolidada "B", consolidadas e que passarão ao Domínio Público Municipal. Conforme planta/mapa do NUIC..

**Artigo 02. Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área:** A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Arruamento envolvendo a maior parte da área da intervenção;
- Energia Elétrica atendidas pela CELESC;
- Água potável fornecida pela Casan;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal;
- Telefonia fixa pela concessionária Oi/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel Oi e VIVO;
- Transporte escolar fornecido pelo município;
- Atendimento de 100 % das agentes comunitária de Saúde;
- Escoamento de águas pluviais e canalizações;

**Artigo 03:** Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

**Artigo 03.1:** Os confinantes externos, conforme as matrículas:

**Matricula nº 10.600. 10.599, 613, propriedade da prefeitura municipal de Palmeira/SC**

**Matricula nº 13.938, propriedade de Jurandir Pereira de Souza e Terezinha Pereira de Souza.**

Terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

**Artigo 04:** As impugnações cabíveis ou contrárias ou Adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de (30) Trinta dias, a contar da data da última publicação, do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Setor de Protocolo da



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

**Prefeitura Municipal de Palmeira/SC**, endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

**Artigo 05:** Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Palmeira/SC, 10 de fevereiro de 2020.

---

Associação Para o Desenvolvimento Habitacional  
Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC  
Presidente: **DJALMA MORELL**



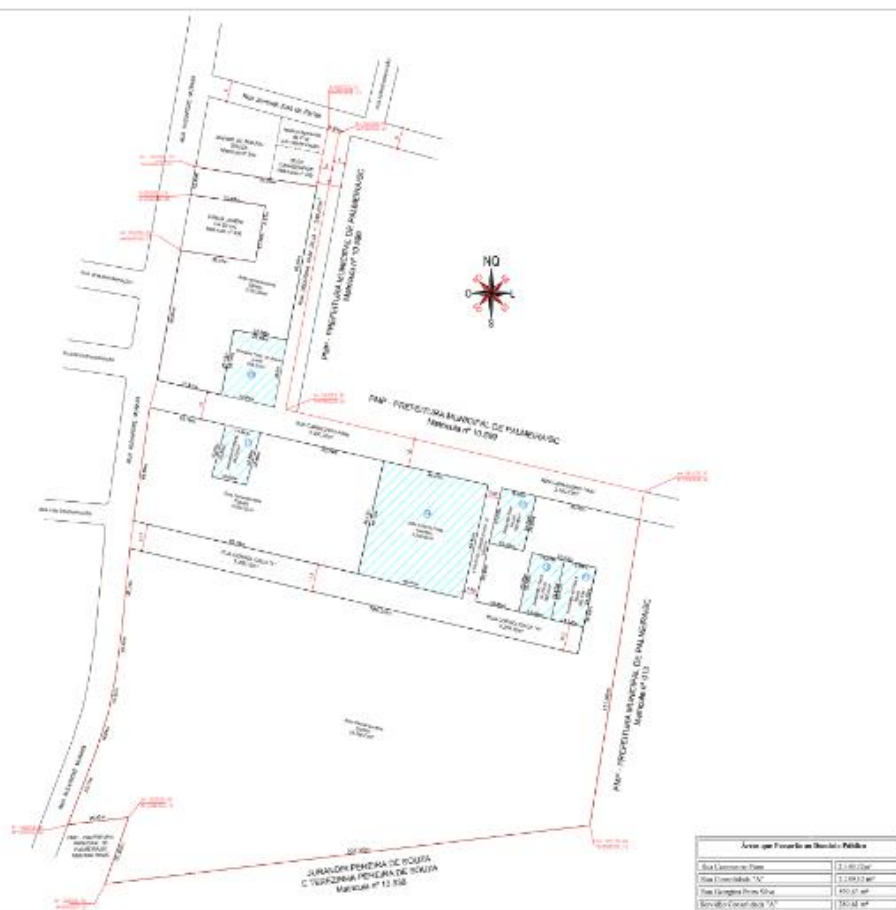
## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA



### ANEXO I



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA



### REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - REURB-E

**LEGENDA:**

- Limites do imóvel - matrícula 3.405
- Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - (REURB-S)

**PORTARIA Nº 0076 USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS PATRICK NASCIMENTO**

Publicação Nº 2355392

PORTARIA Nº 0076/2020

"DISPÕE SOBRE USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a usufruição de 27 dias de férias não gozadas ao servidor, PATRICK NASCIMENTO, brasileiro, portador do CPF de nº 067.516.669-18, ocupante do cargo COMISSIONADO de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE, lotada na Secretaria de Meio Ambiente, as quais serão gozadas no período de 06/02/2020 a 03/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de fevereiro de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 12 de fevereiro de 2020.

**PORTARIA Nº 0077 USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS REINALDO CARLOS BORGES**

Publicação Nº 2355397

PORTARIA Nº 0077/2020

"DISPÕE SOBRE USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a usufruição de 09 dias de férias não gozadas ao servidor, REINALDO CARLOS BORGES, brasileiro, portador do CPF de nº 665.299.999-49, ocupante do cargo EFETIVO de MOTORISTA, Lotada na Secretaria de Saúde, as quais serão gozadas no período de 03/02/2020 a 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de fevereiro de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 12 de fevereiro de 2020.

**PORTARIA Nº 0078 FÉRIAS EMERSON VIEIRA ANTUNES**

Publicação Nº 2355399

PORTARIA Nº 0078/2020

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

SANDRO ALEX MASSELA, Prefeito do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, EMERSON VIEIRA ANTUNES, brasileiro, portador do CPF de nº 807.883.439-04, ocupante do cargo EFETIVO de PROCURADOR, lotado no Gabinete, referente ao período aquisitivo de 05/04/2018 a 04/04/2019 no período de 02/03/2020 a 21/03/2020, com retorno ao seu trabalho no dia 23/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário

Registra-se, publica-se, cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 03 de fevereiro de 2020.

SANDRO ALEX MASSELA

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 12 de fevereiro de 2020.



**CÂMARA MUNICIPAL****PREGÃO PRESENCIAL**

Publicação Nº 2355041



ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**

A **CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº 01.630.213/0001-60, com sede na rua Roberto Hemkemaier, 200, bairro Centro, Palmeira, SC, CEP 88.545-000, representada por seu Presidente CELITO BALDESSAR, por meio da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, comunicam aos interessados que farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** que tem por **objeto** a **“Contratação de empresa especializada na administração de serviços para atendimento e disponibilidade de benefícios de auxílio alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança e senha pessoal”**. Os envelopes de “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede da Prefeitura de Palmeira, com sede na rua Roberto Hemkemaier, 200, bairro Centro, Palmeira, SC, CEP 88.545-000. **O Credenciamento será feito a partir das 13:40 horas do dia 21/02/2020. Abertura da sessão será às 14:00 horas do mesmo dia.** A presente licitação será do tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM**, consoante condições estatuídas neste Edital e será regido pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome do Município de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, da Caixa Econômica Federal, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação.

**1 - DO OBJETO**

1.1 – A presente licitação tem por objeto a **“Contratação de empresa especializada na administração de serviços para atendimento e disponibilidade de benefícios de auxílio alimentação por meio de cartões eletrônicos com chip de segurança e senha pessoal”**, de acordo com as especificações do Anexo II, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

**2 – DA CONSULTA, DAS INFORMAÇÕES E DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS**

2.1 – O processo de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado sem qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Palmeira, localizada na rua Roberto Hemkemaier, 200, bairro Centro, Palmeira, SC, das 13:00 às 18:00 horas de segunda a sexta-feira.

2.2 – Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome do Município de Palmeira, conta corrente nº 75-7, agência 3082, da Caixa Econômica Federal, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br>.

2.3 – A Pregoeira prestará os esclarecimentos necessários, inclusive os de caráter estritamente técnicos, e responderá às dúvidas e questionamentos suscitados exclusivamente por e-mail, através do endereço [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data designada para a abertura da sessão, e confirmados na forma do item 3.4.

2.4 – Os esclarecimentos mais corriqueiros, de maior relevância e acerca da interpretação do edital poderão ser disponibilizados no sítio <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br>, ocasião em que seu conteúdo vinculará as decisões da Pregoeira, considerando-se integrantes deste Edital, pelo que será responsabilidade do interessado consultar referido sítio antes da participação na licitação.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

2.4.1 – Caso a resposta da Pregoeira implique modificação/alteração do edital, proceder-se-á de acordo com o § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93.

2.5 – Os interessados deverão consultar o sítio da Câmara de Vereadores de Palmeira <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação, facultado a este Órgão o envio de informações por outro meio.

### **3 – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

3.1 – As impugnações ao edital deverão ser dirigidas à Pregoeira, por meio do endereço eletrônico [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br) ou protocoladas no Setor de Licitações, situado no endereço indicado no Preâmbulo, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para sessão do pregão.

3.1.1 – Somente serão consideradas recebidas, dentro do prazo legal acima estabelecido, as impugnações que forem protocoladas ou registradas eletronicamente por uma das formas previstas no item 3.1.

3.2 – A Pregoeira opinará, de forma fundamentada, pela procedência ou improcedência das impugnações, podendo antes ouvir a Equipe de Apoio, e serão decididas pela Autoridade Superior, em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da impugnação.

3.3 – A decisão que determinar a modificação dos termos do Edital ensejará sua republicação, reabrindo-se os prazos inicialmente estabelecidos, exceto quando, inquestionavelmente, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

3.4 – As mensagens enviadas de alguns provedores ao endereço eletrônico indicado no item 3.1 poderão ser consideradas pelo provedor como *spams* ou não ser recebidas devido à suspeita de ameaça digital. É responsabilidade do impugnante confirmar o recebimento do e-mail pelo telefone (49) 3238-0081, durante o horário de expediente, caso não tenha recebido a confirmação de recebimento imediatamente ao envio.

3.5 – A impugnação não impedirá o impugnante de participar desta licitação até decisão definitiva, salvo se considerado inabilitado ou apresentar restrições à participação, nos termos deste Edital.

3.6 – Qualquer interessado nesta licitação, poderá, entretanto, mesmo após o prazo do item 3.1, protocolar, sem efeito de recurso, informação de ilegalidades que viciariam este edital, apenas para efeitos de possibilitar à Administração Pública rever seus próprios atos (autotutela).

3.7 – Se procedente e acolhida a impugnação do edital, será comunicada a decisão por meio do sítio <http://www.camarapalmeira.sc.gov.br>, procedendo-se aos ajustes necessários no edital e designando-se nova data para a realização do certame, publicando-se o aviso nos mesmos meios de divulgação inicialmente utilizados.

### **4 – DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DA ENTREGA DOS PRODUTOS**

4.1 – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, período em que os proponentes ficarão obrigados aos seus termos, só sendo liberados dos compromissos decorrentes deste Edital se não forem convocados para a contratação neste período.

4.2 – O prazo de vigência do(s) contrato(s) decorrente(s) desta licitação ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2020.

4.3 – O prazo para a prestação dos serviços serão realizados de acordo com a Minuta Contratual do Anexo IV, parte integrante deste Edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

## **5 – DO PAGAMENTO, REAJUSTE, REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DE VALORES**

5.1 – O pagamento, reajuste, revisão e atualização de valores serão realizados conforme Minuta Contratual constante no Anexo IV, parte integrante deste Edital.

## **6 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

6.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão à conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2020:

80 – 3 . 1001 . 1 . 31 . 1 . 2.2 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

## **7 – DA PARTICIPAÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS**

7.1 – As empresas regularmente constituídas e interessadas em participar da presente licitação deverão atender às condições deste Edital e deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios.

7.2 – A participação nesta licitação enseja na aceitação plena das disposições deste Edital e de todos os seus Anexos.

7.3 – Não poderá participar da presente licitação o servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nem a pessoa que seja sócia ou que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a Pregoeira ou qualquer dos membros da Equipe de Apoio.

7.4 – Não poderão participar da presente licitação também a pessoa que esteja cumprindo a sanção de suspensão temporária do direito de participação em licitação disposto no art. 87, inciso III da Lei de Licitações; ou de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios na forma do art. 7º da Lei nº 10.520/2002; ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade após o decurso do prazo mínimo de dois anos previstos no art. 87, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

7.5 – O interessado em participar da presente licitação deverá assinar declaração, sob as penas da lei, de acordo com o modelo constante no Anexo VIII, no intuito de provar não estar enquadrado nas situações descritas nos itens 7.3 e 7.4, acima.

7.6 – Não poderá participar da presente licitação pessoa ou empresa com sócio majoritário que tenha sido condenado por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, pelo prazo fixado na sentença judicial correspondente, pelo que deverá o licitante assinar declaração, sob as penas da lei, de não haver tal impedimento, de acordo com o modelo constante no Anexo VII.

## **8 – DO CREDENCIAMENTO**

8.1 – Quando o interessado for representado por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar cópia de sua Cédula de Identidade, do ato constitutivo, do Estatuto ou do Contrato Social em vigor, com as alterações contratuais vigentes, nos quais conste a mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como o objeto social, a qualificação dos atuais sócios e a administração da sociedade, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

8.2 – Caso seja representada por procurador ou preposto, este deverá apresentar procuração ou carta de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

credenciamento (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do outorgante, contendo obrigatoriamente cópia da respectiva Cédula de Identidade, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 8.1, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

8.3 – O interessado em se credenciar para participar da presente licitação ainda deverá apresentar Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo do ANEXO III.

8.4 – Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 8.1, 8.2 e 8.3, deverão estar FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

8.5 - Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Pregoeira ou por membro da Equipe de Apoio.

8.6 – As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se dos benefícios da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (fora dos Envelopes nº 1 e 2, referentes respectivamente aos documentos de proposta e habilitação), DECLARAÇÃO (assinada pelo contador da empresa, sob as penas da lei, podendo utilizar o modelo do ANEXO VI deste Edital), ou Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), de que está enquadrada como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

8.7 – Nenhuma pessoa, física ou jurídica, poderá representar mais de um licitante.

## **9 – DA ENTREGA DOS ENVELOPES**

9.1 – A entrega dos envelopes nº 1 (proposta) e nº 2 (habilitação) deverá ocorrer no Setor de Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Palmeira, na rua Roberto Hemkemaier, 200, bairro Centro, **conforme dia e hora designado no preâmbulo deste Edital.**

9.2 – Poderão também ser remetidos os envelopes por correspondência registrada, por sedex, despachados por empresas que prestem serviços similares, hipóteses em que a Câmara de Vereadores não se responsabilizará por extravios, atrasos ou qualquer outro problema na documentação.

9.3 – Poderão ainda os documentos ser entregues pessoalmente à Pregoeira ou a um membro da Equipe de Apoio, no Setor de Licitações, até a hora da sessão referida no preâmbulo, sem qualquer tolerância quanto ao prazo de entrega dos envelopes.

## **10 – DA PROPOSTA**

10.1 – A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA/SC**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**  
**(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**  
**ENVELOPE Nº 1 "PROPOSTA DE PREÇOS"**

10.2 – A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) ser apresentada no formulário ANEXO II ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contendo as especificações detalhadas dos produtos cotados, segundo as exigências mínimas deste Edital e seus anexos;
- b) conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e, se for o caso, da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

- d) conter discriminados em moeda corrente nacional os preços totais, por item;
- e) Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste Edital e seus anexos, sejam omissas, ou apresentem irregularidades ou defeitos, capazes de dificultar o julgamento;
- f) Percentual de desconto proposto pela proponente, com a inclusão de todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, se houver;
- g) Especificação detalhada da forma de fornecimento, indicando o sistema de circulação e segurança do uso dos cartões de alimentação;
- h) No julgamento das propostas, será considerado vencedor o licitante que oferecer **MAIOR PERCENTUAL DE ABATIMENTO/DESCONTO**, desde que atendidos os requisitos deste Edital;
- i) No percentual cotado referente ao abatimento, o mesmo deve ser realizado no cartão, no qual deve constar o crédito do benefício e já o débito da taxa, caso seja maior que 0 (zero).
- j) Entende-se como abatimento o percentual de desconto que a empresa venha a conceder à Câmara de Vereadores de Palmeira no fornecimento dos vales alimentação; **(Admitir-se-á Taxa de Administração de valor percentual zero ou negativo, sendo esta última considerada como desconto concedido pela licitante sobre os valores que serão consignados nos cartões magnéticos, respeitado o Anexo I do Edital);**

j.1) O percentual de desconto não será alterado e permanecerá fixo até o final do Contrato, porém o valor unitário do vale alimentação sofrerá reajuste no mês de janeiro de cada ano. Neste caso a empresa será comunicada formalmente através de ofício.

j.2) **Fica estabelecido o percentual de desconto mínimo de 0,1% (um décimo por cento).**

10.2.1 – A proposta também deverá ser apresentada em *Pendrive* ou CD através do sistema Pública - Cotação, disponível para *download* aos licitantes na página [www.camarapalmeira.sc.gov.br](http://www.camarapalmeira.sc.gov.br) ou pelo e-mail [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br), facilitando assim o cadastro das propostas ante o elevado número de itens licitados. Maiores informações sobre este procedimento constam no Anexo II.

10.2.2 – **A licitante que não apresentar a proposta também na forma do item '10.2.1' será desclassificada.** (Exigência para Processo Licitatório com mais de 10 itens)

10.3 – Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas;

10.4 – Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao Edital para maior celeridade da análise das propostas e redução de riscos de erros de elaboração das mesmas.

10.5 – Não é obrigatório o comparecimento pessoal ou de representante para acompanhar o processamento da licitação, podendo optar pelo envio dos envelopes na forma do item 8. Nestes casos, porém, o licitante não terá direito de participar da fase de lances sucessivos, nem de apresentar recurso administrativo quanto aos julgamentos da proposta e habilitação, conforme art. 4º, incisos XVIII e XX da Lei nº 10.520/2002.

## **11 – DA HABILITAÇÃO**

11.1 – Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, lacrado em seus fechos, indevassável, contendo a seguinte indicação:

**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA/SC**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020**  
**(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)**  
**ENVELOPE Nº 2 - "DOCUMENTAÇÃO"**

11.2 – Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos documentos relacionados nos itens 11.2.1 e 11.2.2.

11.2.1 – Para o licitante que optar por não se fazer presente à sessão e, portanto, não se credenciar na



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
**CNPJ 01.630.213/0001-60**  
**AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200**  
**CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC**

forma do item 8, será necessário constar dentro do envelope de habilitação os documentos necessários à comprovação da HABILITAÇÃO JURÍDICA, consistente nos documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.3 e 8.6, em via original ou autenticada em cartório ou pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio.

11.2.2 – A comprovação da REGULARIDADE FISCAL será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f) Prova de Certidão Negativa de Débitos de Trabalhistas (CNDT);
- g) Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição da República (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos), conforme ANEXO V.

11.2.3 – A comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de pedido de recuperação judicial, concordata ou falência, expedida pelo distribuidor da sede do(a) proponente, ou execução patrimonial, expedida no domicílio do(a) licitante.

11.2.4 – A comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Declaração, firmada pelo representante legal de que, no momento da habilitação, disporá de no mínimo **5 (cinco)** estabelecimentos credenciados (incluindo restaurantes, supermercados, mercados, verdureiras, mercearias e padarias) no Município de Palmeira, SC;
- b) Declaração, firmada pelo representante legal de que, no momento da habilitação, disporá de no mínimo **50 (cinquenta)** estabelecimentos credenciados (incluindo restaurantes, supermercados, mercados, verdureiras, mercearias e padarias) na região do Município de Palmeira, SC;
- c) Declaração, firmada pelo representante legal de que, no momento da habilitação, o cartão possui aceitação nacional;
- d) Atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante executou ou executa com qualidade e idoneidade serviços de emissão de cartões eletrônicos para os benefícios de alimentação, por tempo igual ou superior a 12 meses, em quantidade compatível (no mínimo 40%) com o objeto deste Edital, **acompanhado da cópia autenticada do respectivo contrato.**

11.3 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fax. Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

11.4 – Por força do disposto no art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal (das alíneas “a” a “f” do item “11.2”), mesmo que a documentação apresentada indique alguma restrição.

11.5 – Por força do § 1º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal por microempresa ou empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.5.1 - O benefício de que trata o item 11.5, não se estende à prova de regularidade trabalhista, subitem 11.2.2. do item F do presente Edital.

11.6 – A microempresa ou a empresa de pequeno porte que não regularizar a documentação relativa à regularidade fiscal, no prazo estabelecido no item “11.5”, decairá do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a presente licitação, conforme § 2º do art. 43 da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

11.7 – A certidão que não contiver data de validade expressa será considerada válida por 60 (sessenta) dias a contar de sua emissão.

11.8 – A certidão apresentada com data de validade vencida gera a inabilitação do licitante, salvo item 11.5.

11.9 - A apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC não dispensa o licitante de apresentar todos os documentos estipulados no Edital do respectivo certame, mas substitui os documentos referidos expressamente no CRC cujas datas de validade ainda constem referidas como vigentes.

11.9.1 – Qualquer licitante poderá solicitar à Pregoeira que consulte as informações disponibilizadas no sistema quanto aos CRC's apresentados pelos licitantes, diretamente e durante a sessão de habilitação, e o que se verificar será reduzido a termo na respectiva ata.

11.9.2 – Obriga-se o licitante com CRC a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

## **12 – DO PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

12.1 – No dia, hora e local designados no Edital, na presença dos licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, a Pregoeira, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de Credenciamento, conforme disposto no item 8.

12.2 – Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão a Pregoeira solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

12.3 – Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

12.4 – Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, desclassificando-se as incompatíveis.

**12.4.1 – Será desclassificada a proposta para o item que apresentar valor superior aos valores constantes no Anexo II.**

12.4.2 – Não será motivo para desclassificação, quando a proposta omitir informações consideradas necessárias por este Edital, mas que já constem no documento de credenciamento ou quando seja possível suprir a falha em prazo a ser fixado pela Pregoeira, desde que não se refiram ao preço unitário, marca ou validade, quando exigidos.

12.5 – No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela, poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
**CNPJ 01.630.213/0001-60**  
**AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200**  
**CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC**

12.6 – Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

12.7 – A oferta dos lances deverá ser efetuada, por item, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços.

12.7.1 – O licitante deverá adequar o valor e dos respectivos itens para que, a cada lance, o valor de cada item corresponda ao valor total.

12.8 – Dos lances ofertados não caberá retratação.

12.9 – A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

12.10 – O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

12.11 – Finalizada a fase de lances e ordenadas as ofertas, de acordo com o MAIOR DESCONTO apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivo, assim considerados aqueles acima do preço máximo fixado pelo Edital ou acima do valor de mercado apurado e juntado nos autos do processo.

12.12 - A Pregoeira poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o MAIOR DESCONTO, por item, para que seja obtido preço ainda melhor.

12.13 – Encerrada a fase de lances sucessivos, caso haja proposta de microempresa ou de empresa de pequeno porte que se mostre igual ou superior em até 5% (cinco por cento) da proposta apresentada com melhor classificação, estas poderão exercer o direito de preferência conferido pelo art. 44, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, caso manifestem interesse em apresentar nova proposta que se apresente mais vantajosa para a Administração Pública, cobrindo aquela finalizada e até então melhor classificada.

12.13.1 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 desta Lei Complementar, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.14 – Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de MAIOR DESCONTO, para confirmação das suas condições de habilitação.

12.15 – No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo MAIOR DESCONTO, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

12.16 – Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes, por item.

12.16.1 – Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar em cada item.

12.16.2 – A Pregoeira manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos demais licitantes classificados, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, após a homologação da licitação, devendo as empresas retirá-los após este período, no prazo de mais 30 (trinta) dias, sob pena de inutilização dos mesmos.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

12.17 – Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pela Pregoeira, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

### **13 – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO**

13.1 – A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MAIOR DESCONTO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas às exigências deste Edital.

### **14 – DAS OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S)**

14.1 – O licitante declarado vencedor e que vier a firmar o contrato decorrente desta licitação fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, inciso I, alínea 'b' e § 1º, da Lei 8.666/93.

### **15 - DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

15.1 – Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.2 – A falta de manifestação imediata e motivada do licitante de acordo com o item 15.1 importará a decadência do direito de recurso.

15.3 – Caberá, também, recurso administrativo nas hipóteses do art. 109 da Lei nº 8.666/93, processando-se conforme as determinações desta lei, no que couber.

15.4 – Não sendo interpostos recursos quanto ao julgamento das propostas, ou decididos os recursos, seguirá para a adjudicação do objeto da licitação pela pregoeira ao vencedor, por item, seguindo-se à apresentação do resultado ao Presidente da Câmara de Vereadores para homologação.

15.5 – O(s) recurso(s), porventura interposto(s), terá(ão) efeito suspensivo quando for referente à habilitação ou inabilitação de licitante e contra o julgamento da proposta.

15.6 – Interposto recurso, proceder-se-á de acordo com os §§ do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

15.7 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 5 (cinco) dias, a contar da convocação, ou o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida ao participar deste certame, sujeitando-se às penalidades do art. 7º da Lei nº 10.520/2002, consistindo no impedimento de licitar e contratar com a Câmara pelo período de até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo de multa à adjudicatária de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da(s) sua(s) proposta(s) declarada(s) vencedora(s) e demais cominações da Lei nº 8.666/93.

15. – A interposição de recursos e a apresentação de contrarrazões poderão ser realizadas na forma dos itens 3.1 e 3.4.

### **16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1 – O Presidente da Câmara de Vereadores poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

16.2 – A Câmara de Vereadores de Palmeira reserva-se o direito de contratar no todo ou apenas parte dos quantitativos licitados, bem como revogar a presente licitação, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.

16.3 – São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- a) ANEXO I - Credencial;
- b) ANEXO II – Descrição do Termo de Referência e Proposta de Preços;
- c) ANEXO III - Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- d) ANEXO IV - Minuta do Contrato;
- e) ANEXO V - Declaração do licitante de que cumpre com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República;
- f) ANEXO VI – Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
- g) ANEXO VII – Declaração de ausência de impedimentos decorrentes da Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992 - Lei de Improbidade Administrativa;
- h) ANEXO VIII – Declaração de ausência de impedimentos relacionados no art. 9º da Lei nº 8.666/93 e nos itens 7.3 e 7.4 deste Edital.

16.4 – A ausência das declarações referidas nos Anexos VII e VIII não geram a inabilitação da licitante, mas, por decorrerem da legislação vigente, serão necessárias para a contratação, pelo que poderão ser apresentadas a qualquer momento, desde o credenciamento até a contratação.

16.5 – Para facilitação dos trabalhos do Pregoeiro e Equipe de Apoio os licitantes poderão acrescentar às suas documentações seu endereço completo, número de telefone, *site*, e e-mail para contato, sem que isso venha a ter qualquer interferência no julgamento das propostas, porém, o e-mail ali informado poderá servir de veículo de comunicação dos atos do Pregoeiro.

16.6 – As datas das sessões poderão ser remarçadas para atendimento de interesse da Câmara de Vereadores, assim como as disposições deste Edital poderão ser alteradas, obedecidas as exigências legais para tanto, sem que caiba qualquer indenização ou reclamação dos licitantes.

16.7 – Fica eleito o foro da Comarca de Otacílio Costa para dirimir qualquer conflito que porventura possa decorrer deste Edital.

Palmeira, 11 de fevereiro de 2020

**CELITO BALDESSAR**  
Presidente



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

**ANEXO I**

**CARTA DE CREDENCIAMENTO**

**Processo Administrativo: 01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**

À Comissão de Licitação da **CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**

Pela presente, credencia-se o (a) Sr. (a) .....,  
portador(a) da Cédula de Identidade nº ....., inscrito no CPF sob o  
nº ....., a participar do procedimento licitatório, sob a modalidade acima,  
instaurado por este órgão público, na qualidade de representante legal da  
empresa ....., que outorga-lhe os poderes de  
interpor recurso ou de renunciar ao direito de interposição de recursos, assinar atas e  
documentos, receber notificações, intimações e de todos os atos necessários à participação no  
procedimento licitatório.

....., ..... de ..... de .....

Carimbo do CNPJ



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

## **ANEXO II – PREGÃO PRESENCIAL 01/2020**

### **TERMO DE REFERÊNCIA E PROPOSTA**

#### **Da Justificativa**

A contratação do serviço descrito neste termo visa o atendimento do disposto na Resolução nº 13/2012, que dispõe sobre a concessão de vale alimentação aos servidores da Câmara de Vereadores de Palmeira.

#### **1. Do Objeto**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para atendimento e disponibilidade de benefícios de auxílio alimentação por meio de cartões eletrônicos com *chip* de segurança e senha pessoal, para atender aos servidores da Câmara de Vereadores de Palmeira, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

1.1. Confecção aproximada de 9 (nove) unidades de vales-alimentação/mês, sendo que essa quantidade poderá sofrer alterações no decorrer do contrato.

1.2. Os cartões de vale alimentação deverão ser do tipo cartão magnético com *chip*, personalizado, com nome do servidor, nome do contratante e as demais informações previstas no artigo 17 da Portaria nº 03/2002 do PAT, protegido contra roubo e extravio por meio de senha pessoal e recarregável mensalmente.

a) 1.3. A licitante deverá credenciar no mínimo **5 (cinco)** estabelecimentos ativos no Município de Palmeira, incluindo restaurantes, supermercados, mercados, verdureiras, mercearias e padarias em no mínimo **50 (cinquenta)** estabelecimentos credenciados região do Município de Palmeira, SC e possuir aceitação nacional;

1.3.1. A contratada deverá apresentar no ato da habilitação o rol de estabelecimentos credenciados ativos.

1.3.2. A comprovação será feita através de documento que demonstre, de forma inequívoca, que existe relação contratual entre o estabelecimento comercial e a contratada. Este documento poderá ser contrato, demonstrativo de adesão ou de reembolso ou, ainda, declaração do credenciado informando a existência do vínculo.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

1.4. A carga dos cartões será mensal, de acordo com as quantidades e valores solicitados pelo Departamento de Contabilidade da Câmara de Vereadores. Os valores mensais serão cumulativos, sem prazo de validade de crédito. A quantidade de cartões poderá ser alterada pela Câmara no caso de novas contratações e/ou demissões, cujas quantidades, no caso, serão definidas pelo legislativo municipal de acordo com a rotatividade dos servidores.

1.5. O pagamento pela CÂMARA à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 10 (dez) dias após a liberação dos créditos mediante a apresentação de Nota Fiscal e boleto bancário, estando de acordo com o solicitado no Edital do Pregão Presencial 01/2020, e poderá ser efetuado mediante depósito bancário ou transferência. A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com Autorização de Fornecimento indicar o número da Autorização correspondente, bem como indicar o nome do banco e número da conta bancária Contratada. O arquivo XML ou PDF da nota fiscal deverá ser encaminhado obrigatoriamente ao e-mail: [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br).

1.6. O pagamento dos estabelecimentos credenciados deverá ser efetuado **pontualmente**, sob inteira responsabilidade da contratada, independentemente da vigência do contrato, ficando estabelecido que a Câmara de Vereadores de Palmeira não responderá solidária nem subsidiariamente por essa obrigação, sendo responsabilidade exclusiva da empresa Contratada.

1.6.1. Caso algum estabelecimento credenciado relate à Câmara de Vereadores de Palmeira atraso superior a 30 (trinta) dias no prazo estabelecido entre as partes para o pagamento, a CONTRATADA será notificada por escrito para que regularize a situação.

1.6.2. O prazo para regularização do pagamento em atraso ao(s) estabelecimento(s) será de 10 (dez) dias contados a partir da notificação.

1.6.3. Os valores devidos à Contratada ficarão bloqueados até que a situação seja regularizada.

1.6.4. Caso o prazo estabelecido no subitem 1.6.2 não seja cumprido, a Contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas e, inclusive, a rescisão contratual.

1.7. Não haverá carência para o início do fornecimento dos serviços objeto da licitação.

1.8. Não será cobrado nenhum tipo de taxa com despesas referentes à emissão dos cartões no ato da implantação e taxa de anuidade/manutenção anual dos serviços.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

1.8.1. No caso de remissão, por problema físico do cartão (tarja magnética, dados incorretos) a empresa Contratada também não cobrará nenhuma taxa.

1.8.2. Nos casos de danificação do cartão pelo próprio usuário, perda, roubo ou extravio, não poderá ser cobrado taxa superior ao valor de R\$ 5,00 (cinco reais).

1.8.3. O prazo para substituição dos cartões será de 5 (cinco) dias úteis a contar da data do pedido;

1.8.4. Deverá ser efetuado o bloqueio imediato do cartão em caso de perda, furto ou extravio do cartão, através do SAC.

1.8.5. O saldo remanescente do cartão cancelado deverá ser automaticamente transferido para o novo cartão.

1.9. A primeira remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e deverá ser fornecido código eletrônico secreto e individualizado para cada cartão em envelope lacrado.

1.10. O prazo de entrega dos cartões deverá ser de no máximo 10 (dez) dias, após a solicitação.

1.11. Deverão ser disponibilizados para os usuários dos cartões os seguintes serviços:

a. Após cada transação, o saldo disponível deverá ser impresso no comprovante de venda, para que o servidor tenha controle dos valores gastos e do saldo disponível;

b. A Contratada deverá dispor de serviço de meio eletrônico e/ou telefônico para consulta de saldo, comunicação de perda, roubo, furto ou extravio e esclarecimentos de dúvidas relativas à utilização do benefício;

c. O Serviço de atendimento ao Cliente – SAC deverá funcionar 24 horas por dia, 7 (sete) dias por semana em especial para receber possíveis solicitações de bloqueio de cartão;

d. A Contratada deverá informar por meio de ofício encaminhado à Câmara de Vereadores, funcionário designado para atender diretamente as solicitações e esclarecimento de dúvidas da Contratante.

1.12. Em caso de rescisão antecipada ou término do prazo contratual a Contratada deverá manter o atendimento à Câmara de Vereadores de Palmeira e aos usuários pelo período de 60 (sessenta) dias.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
 CNPJ 01.630.213/0001-60  
 AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
 CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

## 2. DO VALOR – PROPOSTA DE PREÇO

**2.1. O valor mensal do vale alimentação R\$521,35 (quinhentos e vinte e um reais e trinta e cinco centavos) de créditos;**

**2.2 Valor (média) mensal da taxa: R\$4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos) de créditos;**

**2.2.1 Fica estabelecido o percentual de desconto mínimo de 0,1% (um décimo por cento).**

**2.2.2 Valor estimado para contratação, que DEVE SER DESCONTADO NO CARTÃO SE MAIOR QUE 0,00 (ZERO), DEVERÁ CONTER CRÉDITO DO VALE E DÉBITO DA TAXA):**

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd licitada	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	18201 - SERVIÇO DE VALE ALIMENTAÇÃO - Administração, gerenciamento e fornecimento de aproximadamente 9* cartões de vale-alimentação na forma de cartão eletrônico para os servidores da Câmara de Vereadores de Palmeira.	SV	108*	525,79	56.785,32
<b>Total Geral</b>					<b>56.785,32</b>

\* Valor de aproximadamente 9 vales ao mês x 12 meses (mar/dez 2020)

**Obs.:** O número de cartões pode sofrer variação devido à contratação ou exoneração de funcionários.

**2.3 Admitir-se-á Taxa de Administração de valor percentual zero ou negativo, sendo esta última considerada como desconto concedido pela licitante sobre os valores que serão consignados nos cartões magnéticos, respeitado o Anexo I do Edital;**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

**DAS INFORMAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DA PROPOSTA PELO SISTEMA DE AUTOCOTAÇÃO**

As empresas interessadas em participar desta licitação deverão solicitar o arquivo para preenchimento pelo sistema de autocotação referido no item 10.2.1 do Edital, por meio do seguinte e-mail: [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br) e está disponível também no site [www.camarapalmeira.sc.gov.br](http://www.camarapalmeira.sc.gov.br)

As licitantes são as únicas responsáveis pelo correto preenchimento de suas propostas e pelo correto funcionamento do *hardware* (CD ou *pendrive*), bem como de comunicar imediatamente a Pregoeira (para o e-mail acima informado) de eventual inconsistência ou falha nos arquivos ou sistema disponibilizados.

No programa, Arquivo/Abrir/Digitar marcas, valor unitário, salvar e imprimir.  
Dúvidas, entrar em contato com a Pregoeira, na forma do Edital.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

### ANEXO III

À Comissão de Licitação da **CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**

**Processo Administrativo: 01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**

### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

\_\_\_\_\_  
<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(Sra.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, declara sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para habilitação no presente processo licitatório.

< CIDADE/ESTADO>, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

#### **ANEXO VII – PREGÃO PRESENCIAL 01/2020**

MINUTA DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA

PREGÃO Nº 01/2020

(Vinculado ao Processo Administrativo nº 01/2020)

Pelo presente instrumento, de um lado a **CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 01.630.213/0001-60, com sede na rua Roberto Hemkemaier, 200, bairro Centro, Palmeira, SC, CEP 88.545-000, representada por seu Presidente CELITO BALDESSAR, aqui denominada, simplesmente, CÂMARA, e, de outro lado, \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sr.(a) \_\_\_\_\_ com sede na \_\_\_\_\_, neste ato denominada, simplesmente, CONTRATADA, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do Processo Administrativo nº 01/2020, vinculado ao Edital do Pregão Presencial nº 01/2020, tendo entre si, como justo e contratado, o que se segue:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1. Este contrato tem por objeto a aquisição, pela CÂMARA, do item abaixo descrito a ser fornecido e entregue pela CONTRATADA à CÂMARA, de acordo com as disposições do Edital do Pregão Presencial nº 01/2020, proposta da CONTRATADA devidamente homologada e cláusulas deste contrato, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO SUMÁRIA	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS, DA ENTREGA DE PRODUTOS E/OU DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. A CONTRATADA fornecerá à CÂMARA os serviços pelo preço correspondente, indicado na tabela acima.

2.2. Os créditos referentes ao valor do vale alimentação devem ser disponibilizados em até no máximo 3 (três) dias após o recebimento das informações encaminhadas pelo Departamento de Contabilidade da Câmara de Vereadores de Palmeira.

2.3. A empresa vencedora CONTRATADA deverá confeccionar e entregar a CÂMARA, os **cartões eletrônicos com chip de segurança** individuais e nominais para cada servidor.

2.4. A primeira remessa dos cartões deve ser entregue bloqueada e deverá ser fornecido código eletrônico, secreto e individualizado para cada cartão em envelope lacrado.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO, DO REAJUSTE, DA REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES**

3.1. O pagamento pela CÂMARA à CONTRATADA será efetuado pela Tesouraria em até 10 (dez) dias após a liberação dos créditos mediante a apresentação de Nota Fiscal e boleto bancário, estando de acordo com o solicitado no edital do Pregão Presencial 01/2020, e poderá ser efetuado mediante depósito bancário ou transferência. A Nota Fiscal deverá ser emitida de acordo com Autorização de Fornecimento indicar o número da Autorização correspondente, bem como indicar o nome do banco e número da conta bancária da CONTRATADA que o arquivo XML ou PDF da nota fiscal deverá ser encaminhado obrigatoriamente ao e-mail: [contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camarapalmeira.sc.gov.br).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

3.2. O preço da nota fiscal só será pago se corresponder ao indicado na CLÁUSULA PRIMEIRA para cada item, assim como às exigências da cláusula 2.2, não se responsabilizando a CÂMARA por despesas com encargos trabalhistas, previdenciários, tributários ou decorrentes de transportes ou qualquer outra despesa para a entrega e fornecimento de acordo com este contrato, que competem exclusivamente à CONTRATADA.

3.3. Os preços indicados na CLÁUSULA PRIMEIRA serão fixos e irreajustáveis, podendo haver revisão dos preços na hipótese de comprovação dos requisitos do art. 65, II, letra d da Lei nº 8.666/93.

3.4. No caso de inadimplemento contratual por parte da CÂMARA no prazo estabelecido, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes às notas fiscais serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, conforme determina o art. 117 da Constituição Estadual.

3.5. A CONTRATADA terá direito a receber apenas os créditos efetivamente utilizados mensalmente para execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA**

4. O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura e seu término ficará adstrito aos respectivos créditos orçamentários do ano base de 2020.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1 – As despesas decorrentes da aquisição objeto do presente certame correrão à conta da dotação assim consignada no orçamento vigente para o Exercício de 2020:

51 – 3.1001.1.31.1.2.2.0.339000 Aplicações Diretas

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO**

6.1 A definição dos valores percentuais das multas estipuladas serão proporcionais à gravidade, no caso de ocorrência da descontinuidade dos serviços por motivo de problemas ou falhas por parte da CONTRATADA.

6.2 O presente contrato e sua vinculação com o Edital estão em consonância com o artigo 86 da Lei nº 8.666/93, observados os princípios da legalidade, especificação, proporcionalidade e da culpabilidade.

6.3 A inexecução, parcial ou total, das suas obrigações, sujeitará a CONTRATADA às sanções dispostas na Lei Federal nº 8.666/93, nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, além do pagamento de multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, mais 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do pedido, por dia de atraso, em relação à data prevista para a entrega dos produtos nele referidos, independentemente de outras sanções por perdas e danos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO**

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o(s) acréscimo(s) ou a(s) supressão(ões) que se fizerem necessárias, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor indicado na cláusula primeira, nos termos do art. 65, inciso I, letra b e § 1º da Lei nº 8.666/93.

7.2. Poderá ainda haver alteração nas cláusulas deste contrato nas demais hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

7.3. A CÂMARA reserva-se ao direito de adquirir parte ou todos os produtos licitados, sem que caiba a qualquer licitante indenização de qualquer espécie.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8. Este contrato poderá ser rescindido, formalmente motivado nos autos do processo de licitação a ele vinculado, assegurado o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, nas hipóteses do art. 78 da Lei de Licitações.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS CONTRATANTES**

9.1. A CÂMARA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato e, especialmente por intermédio do Departamento de Contabilidade:

- a) Ao pagamento na forma prevista na CLÁUSULA TERCEIRA;
- b) Disponibilizar à CONTRATADA, no momento do fechamento da folha, ou seja, dia 20 de cada mês o número de dias trabalhados de cada servidor, para liberação do valor do vale alimentação no prazo máximo de 3 (três) dias;
- c) Emitir pedido mensalmente à CONTRATADA informando a quantidade/valor do vale alimentação a serem disponibilizados a cada servidor, sob forma de cartão eletrônico;
- d) Fornecer à CONTRATADA todos os dados necessários à execução do objeto da licitação;
- e) Efetuar o pagamento referente aos créditos disponibilizados nos cartões eletrônicos pela CONTRATADA, na forma e condições estabelecidas neste Contrato;
- f) A certificar por escrito na nota fiscal qualquer anomalia nos produtos, quantidades, irregularidade ou inadequação da nota fiscal com os preços e demais cláusulas deste contrato, devolvendo-a à CONTRATADA para que tome as medidas cabíveis, podendo conceder prazo de 2 (dois) dias úteis para a regularização, sob pena de responder pela inexecução deste instrumento.

9.1.1 O Departamento de Contabilidade poderá, a seu critério devidamente justificado, conceder prazo maior que o previsto na alínea f deste item, mediante justificativa plausível apresentada por escrito pela CONTRATADA.

9.1.1.2. A ausência de recusa no ato de entrega por parte do Departamento de Contabilidade não exime a CONTRATADA da responsabilidade de providenciar a substituição dos produtos fornecidos em desacordo com este instrumento, especialmente quando se constatar posteriormente vícios ocultos ou qualquer outra irregularidade.

9.2. A CONTRATADA obriga-se ao cumprimento das cláusulas e disposições deste contrato, e será responsável pelo fornecimento e entrega somente de produtos de qualidade, respondendo perante a CÂMARA e perante terceiros nos casos em que seus produtos causarem danos aos terceiros a que eles se destinam, caso em que ficará obrigada a indenizar todos os danos e prejuízos causados, sejam eles de ordem material ou moral. Se obriga, ainda, ao seguinte:

- a) Cumprir todas as exigências e executar os serviços de acordo com as especificações constantes na proposta apresentada, Edital e Termo de Referência;
- b) Fornecer à CÂMARA, mensalmente, os valores mensais do benefício em cada cartão dos créditos alimentação, de forma permanente e regular e nas quantidades requisitadas;
- c) Efetuar o pagamento, pontualmente, aos estabelecimentos comerciais pelo valor dos cartões utilizados, durante o seu período de validade, independentemente da vigência do contrato, ficando claro que a CÂMARA não responde solidária ou subsidiariamente por esse reembolso, que é de inteira responsabilidade da CONTRATADA;
- d) Reembolsar a CÂMARA pelo preço equivalente ao valor de qualquer cartão que este venha a lhe devolver, por qualquer motivo, a qualquer tempo, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do contrato;
- e) Ampliar a rede de estabelecimentos comerciais, incluindo outras, mediante solicitação da CÂMARA, sempre que houver condições para tal, no prazo máximo de 20 (vinte) dias do recebimento do referido pedido;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

- f) Disponibilizar, flexibilizar e manter atualizada a relação dos estabelecimentos comerciais, filiados ao sistema e com os quais mantenha convênio, informando, periodicamente a CÂMARA das inclusões e/ou exclusões, sob pena de rescisão do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá manter no mínimo 5 (cinco) estabelecimentos credenciados na cidade de Palmeira, SC e 50 (cinquenta) na região de Palmeira, SC.
- h) Manter nos estabelecimentos comerciais filiados à sua rede, em local bem visível e de fácil identificação de sua adesão ao sistema, objeto deste contrato;
- i) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CÂMARA, quanto à execução dos serviços contratados;
- j) Fiscalizar os estabelecimentos integrantes de sua rede, no sentido de se obter um produto adequado, variado e higiênico, dentro dos padrões estabelecidos, descredenciando os que não apresentarem serviços satisfatórios;
- k) Arcar com eventuais prejuízos causados à CÂMARA e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, conveniados ou prepostos, na execução dos serviços contratados;
- l) Cumprir e fazer cumprir, por seus prepostos ou conveniados, leis, regulamentos e posturas, bem como, quaisquer determinações emanadas das autoridades competentes, pertinentes à matéria objeto do presente contrato, cabendo-lhe única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, as despesas diretas ou indiretas tais como: salários, transporte, alimentação, diárias, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas aos empregados da CONTRATADA no desempenho dos serviços, objeto desta licitação, ficando a CÂMARA, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- m) Manter durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, bem como com todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Licitação;
- n) Prestar informações diretamente ao usuário do cartão alimentação através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC;
- o) Fornecer toda e qualquer informação e orientação técnica à CÂMARA para o bom emprego e utilização do produto vendido;
- p) Não transferir a terceiros, em todo ou em parte, o objeto da presente licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA ELEIÇÃO DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1. Para os casos omissos, aplicar-se-ão subsidiariamente, além das disposições do Edital de Pregão Presencial nº 01/2020, as disposições da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/2002.

10.2. Fica eleito o foro da Comarca de Otacllio Costa, SC para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.

PALMEIRA, \_\_\_\_\_ 2020

Celito Baldessar  
Presidente

**CONTRATADA**  
**Administrador Sócio**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

#### **ANEXO V**

**Processo Administrativo: 01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**  
**Câmara de Vereadores de Palmeira**

#### **DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_ <RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada em \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA** para os devidos fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com "X", conforme o caso):

- ( ) não emprega menor de dezesseis anos.  
( ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020

\_\_\_\_\_  
Carimbo e assinatura Representante Legal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

## ANEXO VI

**Processo Administrativo: 01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**  
**Câmara de Vereadores de Palmeira**

### DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

\_\_\_\_\_(nome/razão social), inscrita no CNPJ sob o  
nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_(cargo  
desempenhado na empresa), DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as  
penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente,  
não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do contador da empresa:

RG:  
CPF:  
CRC:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

#### ANEXO VII

**Processo Administrativo: 01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**  
**Câmara de Vereadores de Palmeira**

#### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – LEI Nº 8.429 DE 02 DE JUNHO DE 1992.**

\_\_\_\_\_ (nome/razão social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_ (cargo desempenhado na empresa), DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não haver em seu quadro societário nenhum sócio majoritário que esteja impedido de contratar com o poder público por aplicação do art. 12, incisos I, II e III, cumulado com os arts. 9 a 11, da Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, se compromete a comunicar o Poder Público caso haja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:  
CPF:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CÂMARA DE VEREADORES DE PALMEIRA**  
CNPJ 01.630.213/0001-60  
AVENIDA ROBERTO HEMKEMAIER, 200  
CEP 88.545-000, PALMEIRA, SC

#### ANEXO VIII

**Processo Administrativo:01/2020**  
**Pregão Presencial: 01/2020**  
**Câmara de Vereadores de Palmeira**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS PREVISTOS NO ART. 9º DA LEI Nº 8.666/93 E ITENS 7.3 E 7.4 DO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL 01/2020.**

\_\_\_\_\_(nome/razão social), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_(cargo desempenhado na empresa), DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, não haver impedimento de contratar com o poder público por aplicação do art. 9º da Lei nº 8.666/93 ou por aplicação do disposto nos itens 7.3 e 7.4 do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020, assim como, caso venha a ser declarado vencedor da licitação acima referida, com a consequente assinatura do contrato, se compromete, sob as penas da Lei, a comunicar o Poder Público caso surja o impedimento acima supervenientemente à assinatura do contrato.

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante legal da empresa:

RG:  
CPF:



# Papanduva

## PREFEITURA

### AGENDAMENTO DE NOVA SESSÃO PARA CONTINUIDADE DA CONCORRENCIA Nº 001/2019

Publicação Nº 2354167

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 086/2019  
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/2019

Aguardando o prazo legal de 05 dias úteis para interposição de recursos, esta comissão de licitações não identificou interesse de nenhuma das concorrentes em realizar tal manifestação, pois bem, encerrado o prazo para a apresentação de recursos no dia 11/02/2020 as 17:00hs – damos continuidade ao certame. Diante do exposto agenda-se nova data para ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS para o dia 20/02/2020 as 10:00hs, no qual a presença das participantes é facultativa. - Base legal: Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 1783 de 31/05/2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; Esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail [compras@papanduva.sc.gov.br](mailto:compras@papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166 - Papanduva/SC, 12 de Fevereiro de 2020 - ANDRÉ LUÍZ REVA - PRESIDENTE DA COMISSÃO P. DE LICITAÇÕES.

### AGENDAMENTO DE NOVA SESSÃO PARA CONTINUIDADE DA TP. 001/2020

Publicação Nº 2355214

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2020  
CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/2020

Dentro do prazo legal recebemos interesse de recurso apresentado pela empresa PFG Poços artesanais, o qual foi avaliado e DEFERIDO dentro do prazo estipulado – portanto, damos continuidade ao certame. Diante do exposto agenda-se nova data para ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS para o dia 20/02/2020 as 14:00hs, no qual a presença das participantes é facultativa. - Base legal: Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 1783 de 31/05/2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; Esclarecimentos poderão ser obtidos através do e-mail [compras@papanduva.sc.gov.br](mailto:compras@papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166 - Papanduva/SC, 12 de Fevereiro de 2020 - ANDRÉ LUÍZ REVA - PRESIDENTE DA COMISSÃO P. DE LICITAÇÕES.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 005-2020 E DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006-2020- ELIZITO BENCZ

Publicação Nº 2354767

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA  
ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020 E CONTRATO Nº 005/2020

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 005/2020 e DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: ELIZITO BENCZ. Validade: 12/02/2021. Valor: R\$ 11.000,00 (onze mil reais). Papanduva, 12 de Fevereiro de 2020. Luiz Henrique- Prefeito municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2019 - CONSTRUTORA SUPREMA

Publicação Nº 2354551

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 069/2019

Objeto: Contrato referente a TOMADA DE PREÇOS nº 006/2019. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratada: CONSTRUTORA SUPREMA LTDA. Valor total de R\$ 194.147,30 (cento e noventa e quatro mil e cento e quarenta e sete reais e trinta centavos) Base legal: Lei 8666/02. Papanduva, 10 de Fevereiro de 2020. – LUIZ HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

### RESOLUÇÃO N.º 01/2020 CMAS

Publicação Nº 2355480

RESOLUÇÃO N.º 01/2020

Dispõe sobre a certificação das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Papanduva, instituído através da Lei Municipal nº2.227/2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social,

## Resolve:

Art. 1º - Certificar a Entidade "Escola Especial Raio de Sol ""APAE" do município de Papanduva inscrita no CNPJ 79357778/0001-02

Art. 2º - Certificar com o número 01 (zero um).

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Papanduva, 05 de fevereiro de 2020.

Dagmar Matioski

Presidente do Conselho Municipal

Da Assistência Social

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### DECRETO 002/2020

Publicação Nº 2355984

DECRETO Nº 002, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVÊNIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 8º, Inciso I da Lei Municipal nº 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada ao orçamento da Prefeitura Municipal de Passo de Torres, por conta do provável excesso de arrecadação de recursos do Ministério do Turismo, no montante de R\$ 222.857,14 (Duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), conforme abaixo especificado:

Órgão: 07 – SECRETARIA DE TURISMO

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE TURISMO

Projeto: 1.023 – Construção, Equip., Suporte Turismo e Segurança ao Turista

Mod. de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0094(78) Aplicações Diretas ..... R\$ 222.857,14

TOTAL ..... R\$ 222.857,14

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação de recursos do Ministério do Turismo, representado pela Caixa Econômica Federal conforme Contrato de Repasse n.º 871113/2018 – Operação 1058849-53, no montante de R\$ 222.857,14 (Duzentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), para a Pavimentação e revitalização do Beira Mar da Rosa do Mar, no município de Passo de Torres/SC.

Parágrafo Único – A despesa de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada ao efetivo ingresso dos recursos nos cofres do Município.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 02 de janeiro de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO 003/2020

Publicação Nº 2355987

DECRETO Nº 003, DE 02 DE JANEIRO DE 2020.

"SUPLEMENTA AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal do Município de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinada com o artigo 7º, da Lei Municipal n.º 1109 de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2020, no valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0696 (18) Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

TOTAL: ..... R\$ 500.000,00

Art. 2º - O recurso destinado à suplementação do artigo anterior ocorrerá por conta da anulação da dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0696 (13) Aplicações Diretas ..... R\$ 500.000,00

TOTAL: ..... R\$ 500.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, 02 de janeiro de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 02 de janeiro de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário de Administração e Finanças

**Passos Maia****PREFEITURA****CONVÊNIO Nº 002/2020**

Publicação Nº 2354339

**CONVÊNIO Nº 002/2020**

"QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, E A CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PASSOS MAIA – CDL, VISTANDO MÚTUA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO".

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida Padre João Botero, 485, centro, Passos Maia - SC, neste ato, representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. LEOMAR ROBERTO LISTONI, inscrito no CPF sob o n.º 639.458.199-20, doravante denominada MUNICÍPIO e a CÂMARA DOS DIRIGENTES LOJISTAS DE PASSOS MAIA - CDL, pessoa jurídica de direito privado com sede à Avenida Angelo Tirelli, s/n, Centro, Passos Maia – SC, inscrita no CNPJ sob nº. 17.980.171/0001-27 neste ato representada pelo Sr. LUIZ HENRIQUE SCHUTZ, inscrito no CPF sob n. 063.040.989-79 doravante denominada CDL, ajustam entre si o presente convênio com fundamento na Lei n.º 707/2013, e nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONVÊNIO**

O presente convênio tem como objeto a mútua cooperação dos convenientes, consistente na transferência realizada pelo MUNICÍPIO no valor mensal de R\$ 1.000,00 (mil reais), em benefício da CDL, destinados a manutenção das despesas de funcionamentos da entidade, tais como: aluguel, energia elétrica, água, telefone, internet, material de expediente e outros.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONTRAPARTIDA**

Em contrapartida a CDL compromete-se institucionalmente a integrar-se nas campanhas educativas sobre a importância da emissão de notas fiscais em todos os estabelecimentos comerciais, visando à redução da evasão fiscal, bem como de participar ativamente, em conjunto com a administração municipal, na organização de eventos de interesse do município, em especial os ligados ao comércio local e prestação de serviços.

A CDL se compromete, ainda, em prestar contas mensalmente da utilização do recurso financeiro recebido do MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

A vigência do presente convênio terá início na data de sua assinatura, perdurando seus efeitos até o dia 31 de dezembro de 2020, podendo ser renovado por sucessivos períodos.

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente convênio correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento de cada exercício.

**CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO**

Os convenientes poderão propor a qualquer tempo a rescisão do presente convênio se não for cumprida qualquer de suas cláusulas, ou por mútuo acordo.

**CLÁUSULA QUINTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Ponte Serrada, para dirimir quaisquer questões fundadas no presente instrumento com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

Por estarem justos e de acordo, e para que produza os efeitos legais e jurídicos, o presente termo de convênio foi lavrado em 4 (quatro) vias de igual forma e teor, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Passos Maia/SC, 12 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI Prefeito Municipal	LUIZ HENRIQUE SCHUTZ CDL
----------------------------------------------	-----------------------------

Testemunhas:

--	--

**LEI Nº 847/2020**

Publicação Nº 2354239

LEI Nº 847/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

"DOA IMÓVEL PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente lei:

Art. 1º. Doa o Lote 07 da matrícula 8.628 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada/SC, com 264m², para o Sr. Luis Perusso, nascido em 10/05/1945, inscrito no CPF sob o nº 789.201.089-00, e para a Sra. Rosemar Antunes da Rosa, nascida em

28/01/1960, inscrita no CPF sob o nº 386.750.999-91.

Parágrafo único. A presente doação é realizada para fins de regularização do imóvel, na medida em que os donatários adquiriram o imóvel objeto de doação por meio de programa habitacional municipal criado pela Lei AM 137/96, de 26 de fevereiro de 1996, e já cumpriram com todos os requisitos para adquirir sua titularidade.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Passos Maia - SC, 11 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que a presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS.

## **PORTARIA Nº 086, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354532

PORTARIA Nº 086, de 11 de fevereiro de 2020.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de contratar em caráter temporário Assistente Social para suprir a demanda da Secretaria Municipal da Saúde durante o exercício de 2020;

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público;

Considerando assim, estarem presentes os requisitos de contratação de pessoal por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR a senhora LENITA VIEIRA RIBEIRO, para ocupar o cargo de Assistente Social, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, lotando-a na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 11/02/2020 a 10/05/2020.

Parágrafo Único - Para o exercício do cargo, a servidora ora contratada fará jus ao vencimento mensal previsto no anexo III, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 11 de fevereiro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

## **PORTARIA Nº 087, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354534

PORTARIA Nº 087, de 12 de fevereiro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de férias da servidora e o direito ao gozo de férias;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art. 78, da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 1998, à servidora FABIANA ZANCHET MORETTO, matrícula n. 23, ocupante do Cargo de Professor, carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, referentes ao período aquisitivo de 17/02/2019 a 16/02/2020, para serem gozadas do dia 15/02/2020 a 15/03/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### **PORTARIA Nº 088, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354536

PORTARIA Nº 088, de 12 de fevereiro de 2020.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito do servidor à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;  
Considerando a solicitação do servidor, realizada em 11 de fevereiro de 2020;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, ao servidor CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI, matrícula nº 10544, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Planejamento, lotado na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.  
Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### **PORTARIA Nº 089, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354539

PORTARIA Nº 089, de 12 de fevereiro de 2020.

“CONVERTE 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM ABONO PECUNIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o art. 72, § 3º, da Lei complementar n. 004, de 31 de agosto de 1999,

Considerando o direito da servidora à conversão de 50% (cinquenta por cento) de férias em pecúnias;  
Considerando a solicitação da servidora, realizada em 11 de fevereiro de 2020;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONVERTER 50% (CINQUENTA POR CENTO) DE FÉRIAS EM PECÚNIAS, nos termos do art. 72, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, à servidora ELISNARA SUTIL DE OLIVEIRA, matrícula nº 10549, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, referentes ao período aquisitivo de 02/01/2019 a 01/01/2020, para serem convertidas na competência de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.  
Passos Maia-SC, 12 de fevereiro de 2020.  
LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**DECRETO N. 016/2020**

Publicação Nº 2355316

**DECRETO Nº 000016/20 de 7 de Fevereiro de 2020**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Passos Maia no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Passos Maia e autorização contida na Lei Municipal nº 000845/19 de 18 de Novembro de 2019.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 185.925,30 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO

04.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DES. URBANO

04.01.15.452.1502.1.053-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 185.925,30

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 185.925,30

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Fevereiro de 2020**

---

**LEOMAR ROBERTO LISTONI**

**Prefeito Municipal**



# Paulo Lopes

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR 60/2020

Publicação Nº 2354581

LEI COMPLEMENTAR Nº 60/2020

ESTABELECE O ZONEAMENTO PARA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes desse município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - A área ilustrada pelo ANEXO A desta Lei e definida geograficamente pelo Memorial Descritivo no ANEXO B, fica Estabelecida como Zona de Uso Industrial ( ZUI ), regida conforme os dispositivos da Lei Complementar nº 31, de 10 de setembro de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Municipal de Paulo Lopes, e dá outras providências.

Art. 2º - Revogam –se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de fevereiro de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária de Administração

### TERMO DE RESCISÃO - ATA 02.3.2020

Publicação Nº 2354634

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02.3/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020.

Fica RESCINDIDO, a Ata de Registro de Preços nº 02.3/2020, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PAULO LOPES e a empresa SCHMITT COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 33.173.050/0001-02, com sede na cidade de Ituporanga/SC, neste ato representado pelo Sr. DOUGLAS HENRIQUE SCHMITT, brasileiro, comerciante, solteiro, inscrito no CPF sob nº 057.119.499-00, residente e domiciliado na cidade de Ituporanga/SC, denominada FORNECEDOR/CONTRATADO, objetivando a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Pregão Eletrônico nº 01/2020 para futura e eventual aquisição de materiais de manutenção para prédios municipais, para uso da Secretaria de Transporte, Obra e Serviços Urbanos e para o Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. O CONTRATADO solicita rescindir a partir da presente data a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02.3/2020, conforme documento anexo. CLÁUSULA PRIMEIRA: Fundamentada na "CLÁUSULA QUARTA, item 2 - rescindir por mútuo acordo entre as partes" do instrumento supra e com base na Lei nº 8.666/93, pode o mesmo ser rescindido nos casos previstos nos artigos 78 e 79 da referida Lei. Assim sendo, esta Administração RESCINDE, a Ata acima referida. E, na forma da Lei, ficam desde já todos os interessados CITADOS, em todos os direitos garantidos à Prefeitura Municipal de Paulo Lopes – SC, principalmente no que se refere a aplicação de penalidades. A eficácia deste Termo fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração no Diário Oficial dos Municípios. Paulo Lopes, 11 de fevereiro de 2020. JUCINEI DE SOUZA - Secretário Municipal de Transporte Obras e Serviços Urbanos e SCHMITT COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - Douglas Henrique Schmitt.

# Penha

## PREFEITURA

### CONTRATO 007/2020 - FMEDUC

Publicação Nº 2355455

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA.

CONTRATO Nº 007/2020 - FMEDUC de 05/02/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 - FMEDUC  
MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019 - FMEDUC  
HOMOLOGADO EM 05/02/2020

Através do presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Prefeito José João Batista, nº 115, inscrita no CNPJ sob nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado pela sua gestora VIVIANE NARSIRA SOARES LEITE, brasileira, casada, inscrito no CPF sob nº 886.624.209-82, residente e domiciliado à Av Eugênio Krause, nº. 4160 – Praia de Armação, Penha/SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI, com sede na cidade de Blumenau, Rua Philipp Bauler, nº 2021, inscrita no CNPJ sob o nº 22.122.609/0001-76, telefone (47) 99196-7686 neste ato representada pelo Sr. Jean Carlos da Silva, inscrita no CPF nº 043.636.819-69, Cargo Procurador, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obras de engenharia, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1 - O presente Contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução de obras de reforma da cozinha e ampliação com troca dos forros da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, conforme solicitação nº 169/2019 do Fundo Municipal de Educação, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital, termo de referência, memorial descritivo, planilhas, planta e anexos, parte integrante do processo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDADE	PREÇO UNITARIO	TOTAL DO ITEM
1	EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA COZINHA E AMPLIAÇÃO COM TROCA DOS FORROS DA ESCOLA MUNICIPAL HORACINA SOARES FRANCISCO DE PENHA, ATENDENDO AS NORMATIVAS.	SER	1	R\$ 136.860,68	R\$ 136.860,68
TOTAL DO FORNECEDOR : R\$ 136.860,68					

#### CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

2 - Pelos serviços constantes da Cláusula Primeira do presente instrumento, a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 136.860,68 (Cento e Trinta e Seis Mil, Oitocentos e Sessenta Reais e Sessenta e Oito Centavos).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, após medição Físico Financeira da obra/serviço realizado pela CONTRATADA e aprovada pelo Responsável Técnico do Município, mediante apresentação de Nota Fiscal Eletrônica devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e cláusula décima deste instrumento.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS. Guia de recolhimento INSS dos funcionários (GRPS), Guia de recolhimento INSS da empresa, Folha de pagamento dos funcionários, Guia de recolhimento do FGTS do funcionário (GFIP) e Guia de Retenção (GPS) com prazo de validade vigente.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.5 - Caso não haja a comprovação do recolhimento das obrigações sociais, o pagamento será suspenso até comprovada sua regularização.

2.6 - A última parcela somente será liberada, depois de cumpridas todas as condições exigidas no instrumento contratual a ser firmado com a licitante vencedora.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3 – O presente contrato terá prazo para execução do objeto de 05 (cinco) semanas a contar da assinatura da Ordem de Serviço de acordo com o cronograma físico-financeiro estabelecido. O prazo Contratual será de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA QUARTA – PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

4 - O prazo especificado na Cláusula Terceira poderá ser prorrogado, a critério da PREFEITURA, e mantidas as demais cláusulas contratuais, nos termos do inciso V do artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que ocorra algum dos seguintes motivos:

- Alteração do objeto ou suas especificações, pelo PREFEITURA;
- Superveniência de fato excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes contratantes, que altere fundamentalmente as condições de execução do presente contrato;
- Interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho, por ordem e interesse da PREFEITURA;
- Aumento das quantidades inicialmente previstas no presente instrumento;
- Impedimento da execução deste contrato, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela PREFEITURA, em documento contemporâneo a sua ocorrência;

f) Omissão ou atraso de providência a cargo da PREFEITURA, do qual resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE CONTRATUAL

6 - Os preços serão fixos e irreajustáveis, em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28 da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 80 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RECURSO PRÓPRIO

#### CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7 - A CONTRATADA obriga-se a:

- a) Executar a obra/serviços mencionados na Cláusula Primeira, fornecendo mão de obra e demais elementos necessários, segundo as Normas Técnicas adequadas, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução do serviço;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes de sua culpa, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou materiais impróprios ou de qualidade inferior;
- c) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos, que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições;
- d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da MUNICÍPIO;
- e) Assumir todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, sendo de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o MUNICÍPIO apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos as etapas das obras/serviços contratados;
- f) Solicitar autorização prévia do MUNICÍPIO bem como justificar qualquer prorrogação de prazo na execução dos serviços;
- g) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do Art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações;
- h) Dispor, sem qualquer ônus adicional, de todos os materiais, utensílios, equipamentos, ferramentas, instalações, e outros que sejam necessários à completa execução dos serviços;
- i) Providenciar às suas custas, o fornecimento e instalação das placas (indicativa da obra) conforme modelo fornecido pelo MUNICÍPIO, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos;
- j) Manter sinalização viária no local da obra/serviço, responsabilizando-se por danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em casos de negligência, imperícia ou imprudência decorrentes da falta ou falhas na sinalização;
- k) Manter caução de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme disposto na cláusula oitava;
- l) Aplicar, ainda, os controles de andamento de obras/serviços e fiscalização, conforme disposto nas cláusulas nona e décima;
- m) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- n) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes.
- o) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- p) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- q) Manter devidamente registrada no seu quadro de pessoal, todas as pessoas envolvidas nos serviços, objeto deste instrumento, devendo apresentar as guias de FGTS, quando do recebimento das parcelas devidas pelo MUNICÍPIO, sob pena de rescisão de contrato, pelo mesmo;
- r) Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os comprovantes de pagamentos dos empregados e o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- a) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- b) Facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por Técnicos do MUNICÍPIO, indicados para esta finalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários;
- c) Providenciar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da obra ou serviço de forma discriminada.

#### CLÁUSULA OITAVA – CAUÇÃO DE EXECUÇÃO

8 - Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estabelecida uma "Caução de Execução", no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada em até 05 (cinco) dias contados da assinatura, utilizando-se quaisquer das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;
- b) Seguro Garantia;
- c) Fiança Bancária.

Parágrafo Primeiro: A não integralização da caução no prazo estabelecido no caput desta cláusula representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multa na forma prevista na cláusula décima terceira e de rescisão na forma da cláusula décima quarta.

Parágrafo Segundo: Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Caução de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA – MONITORAMENTO

9 - A CONTRATADA deverá manter e apresentar "Diário de Obra" que constitui documento de comunicação entre o Responsável Técnico da CONTRATADA e a fiscalização do MUNICÍPIO, sendo elemento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados à execução da obra.

Parágrafo Primeiro: É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção do "Diário de Obra" devidamente preenchido em formulário apropriado com folhas numeradas seq-encialmente ou em livro Ata.

Parágrafo Segundo: O Diário de Obras deve ser assinado diariamente por profissionais credenciados da CONTRATADA e do MUNICÍPIO.

Parágrafo Terceiro: Deverão ser relacionados no Diário de Obras informações como o número de operários, problemas ocorridos, solicitações de providências, determinações exigidas pela Fiscalização, períodos de chuvas ou outras intempéries que impeçam a execução normal da atividade, entre outros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - FISCALIZAÇÃO

10 - A CONTRATADA deverá apresentar previamente o Relatório de Medição Físico-Financeiro assinado pelo Responsável Técnico da Obra para conferência do Técnico da Secretaria de Educação, para aprovação.

Parágrafo Primeiro: Caso o relatório seja aprovado pela Secretaria de Educação será encaminhado a Secretaria da Fazenda.

Parágrafo Segundo: Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, às suas expensas, perícia técnica relativa à discordância.

Parágrafo Terceiro - A perícia a que se refere o Parágrafo anterior, somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente e composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais obrigatoriamente indicado pela PREFEITURA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

11 - Para conclusão da Obra/Serviço, a Secretaria de Serviços Urbanos emitirá o Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo Fiscal da Contratante e pelo Representante da Contratada.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12 - O presente contrato poderá ser alterado:

I - unilateralmente pela PREFEITURA:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto.

II- por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do regime de execução ou do modo de fornecimento, em face da verificação técnica da inaplicabilidade nos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da PREFEITURA para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PENALIDADES

13 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor contratado por dia, caso ultrapasse o prazo para início da execução da obra.
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contratado por dia que exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02 (dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a MUNICÍPIO, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.
- f) Multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) por cada infração, caso a Contratada não forneça todo e qualquer equipamento de proteção e segurança aos seus funcionários empregados na obra/serviço, responsabilizando-se civil e criminalmente por danos causados, sem ônus para a Contratante.

Parágrafo Primeiro - As multas previstas nas letras B e C acima são independentes e serão aplicadas cumulativamente.

Parágrafo Segundo - A multa definida na letra B será descontada de imediato dos pagamentos das prestações parciais devidas e a multa definida na letra C será descontada da última parcela.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RESCISÃO CONTRATUAL

14 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido unilateralmente, se qualquer uma das partes descumprir algum dos dispositivos ora pactuados, bem como aqueles previstos nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Paragrafo Único: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- b) O cumprimento irregular de quaisquer de suas cláusulas, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão no seu cumprimento, levando a PREFEITURA a presumir a não conclusão da obra nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra;
- e) A paralização da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao MUNICÍPIO;

- f) A subcontratação parcial ou total do objeto do presente contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, exceto se admitida no edital, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução deste;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Secretaria designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
- h) O cometimento reiterado de faltas na execução do presente;
- i) A decretação de falência, o pedido de condordata ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do responsável pela CONTRATADA;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade da CONTRATADA ou da sua estrutura que, a juízo do MUNICÍPIO, prejudique a execução do presente;
- l) O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem suficiente provisão, que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;
- m) Razões de interesse do serviço público;
- n) A supressão, por parte do MUNICÍPIO, de obras/serviços, acarretando modificações do valor inicial do presente contrato, além dos limites aqui estabelecidos;
- o) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do MUNICÍPIO, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- p) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela PREFEITURA, decorrentes de etapas da obra já recebidas, salvo em caso de calamidade pública ou grave perturbação da ordem interna;
- q) A não liberação, por parte da PREFEITURA, de área, local ou objeto para execução da obra, nos prazos contratuais; e
- r) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESSARCIMENTO

15 - No caso de suspensão das obras/serviços ora contratados, se a CONTRATADA já houver adquirido os materiais e colocado no local dos trabalhos, deverão ser pagos pelo MUNICÍPIO os custos de aquisição, regularmente comprovados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16 - Os contraentes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

16.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

16.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO

17 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha-SC, 05 de fevereiro de 2020.

VIVIANE NARSIRA SOARES LEITE  
Gestora do Fundo Municipal da Educação  
Contratado

J.J.R CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI  
Jean Carlos da Silva  
Contratante

#### TESTEMUNHAS

Nome:

C.P.F. nº

Nome:

C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Ordenador de Despesas

Portaria nº1230/2018

DE ACORDO:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

### CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 77º

Publicação Nº 2355615

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME



77º. 933562 SANDRA MARA REICHARDT

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 78º**

Publicação Nº 2355617

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

78º. 825123 FABIOLA MAIRA FUCK ANTONIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;



- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 79º**

Publicação Nº 2355622

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

79º. 921017 GABRIELA MENDONÇA PEREIRA GOMES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO



4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 80º**

Publicação Nº 2355625

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

80º. 902942 DANIELE RODRIGUES OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, Bair-telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.



**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 81º**

Publicação Nº 2355627

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

81º. 912603 ANA CLAUDIA WILBERT

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO





3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 82º

Publicação Nº 2355628

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

82º. 797162 FLAVIA GONÇALVES LIMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos

termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:  
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 83º

Publicação Nº 2355631

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

83º. 794066 LARISSA BAUMGARTEL

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II**
**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC,

Bair-  
telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**
**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

### CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 84º

Publicação Nº 2355632

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

84º. 765546 FABIULA HERMIDA CAO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;



- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 85º**

Publicação Nº 2355634

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

85º. 932078 PATRICIA MARIA PALUMBO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC,

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Bair-  
telefo-

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_



## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 86º**

Publicação Nº 2355636

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

86º. 775347 ALESSANDRO VALENTE UCHOA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO



3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 87º

Publicação Nº 2355637

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

87º. 948551 VITORIA SPENCER DO NASCIMENTO FERNANDES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos



termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II**

**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:  
DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 88º

Publicação Nº 2355640

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

88º. 808695 KELLY PAULA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

# ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura

Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 89º**

Publicação Nº 2355641

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

89º. 771040 JAQUELINE PEREIRA TORRES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 90º**

Publicação Nº 2355648

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

90º. 799084 GABRIELLY JOELMA FLORIANO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;



- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 91º**

Publicação Nº 2355649

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

91º. 942979 GUILHERME ANDRE BONA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_, de \_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

ANEXO IV  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 92º

Publicação Nº 2355652

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

92º. 935727 PRISCILA ARACY DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos

termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.



Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 93º

Publicação Nº 2355655

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

93º. 855006 LUCIANA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO IV DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

### CONVOCAÇÃO MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 94º

Publicação Nº 2355657

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Concurso Público nº 01/2019.

Cargo: MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

94º. 854794 THAYNARA DE CASSIA SANTOS COELHO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;



- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria em cargo Público.

( ) Não ( ) Sim - Estou em Benefício ou Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 39º**

Publicação Nº 2355659

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

39º. 708437 IVELISE LUZIA SOARES DA COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.

g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

i) Fotocópia Título de Eleitor;

j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);

n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos

últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 40º**

Publicação Nº 2355661

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

40º. 751545 FRANCIELLE IGNACIO DE OLIVEIRA ANACLETO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;



- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura



**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 41º**

Publicação Nº 2355663

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

41º. 706620 PATRICIA NUNES PEREIRA ANTONIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 42º

Publicação Nº 2355664

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

42º. 681180 JANINE MOHR

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 43º**

Publicação Nº 2355665

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

43º. 742180 SANDRA BERNADETE DE SOUZA AZEVEDO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 44º**

Publicação Nº 2355680

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

44º. 743062 EDITE FOSSA DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.



Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 45º

Publicação Nº 2355681

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

45º. 752274 ANA CLAUDIA WILBERT ALDANA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 46º**

Publicação Nº 2355682

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

46º. 737216 JAQUELINE DO NASCIMENTO DE BORBA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura



**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 47º**

Publicação Nº 2355683

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

47º. 737984 ANNA PAULA FARIAS NOVAIS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,



coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO) 48º

Publicação Nº 2355684

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

48º. 728330 LILIANE LACAVA DA ROSA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Anos Iniciais" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 11º**

Publicação Nº 2355688

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

11º. 736163 ROSEMERI LIMA PALOMBO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 12º**

Publicação Nº 2355690

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 739278 MARCIA HELENA WAGNER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.



Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 13º

Publicação Nº 2355692

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

13º. 717223 JOSIANE DE SOUZA VIEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);



o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 14º**

Publicação Nº 2355694

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

14º. 749273 PATRICIA ONDINA COELHO MEDEIROS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 15º**

Publicação Nº 2355695

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

15º. 738093 MARIA APARECIDA DE LIMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,



coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO) 16º

Publicação Nº 2355698

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE ARTES (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

16º. 675458 SORAIA CRISTINA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Arte ou Artes Visuais ou Artes Cênicas ou equivalente" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 14º - 2ª CHAMADA**

Publicação Nº 2355701

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

14º. 707732 ELISANE MENDONÇA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: www.



receita.fazenda.gov.br ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;

e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);

f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.

g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;

h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;

i) Fotocópia Título de Eleitor;

j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;

k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);

n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 21º - 2ª CHAMADA**

Publicação Nº 2355703

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

21º. 753572 VANJA REBELLO DOS SANTOS DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 26º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 2355706

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

26º. 678597 ROSANE CECILIA FREIBERGER DALSOCHIO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);



o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 27º - 2ª CHAMADA**

Publicação Nº 2355710

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

27º. 726303 EDIANI BENTO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:



- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 28º - 2ª CHAMADA**

Publicação Nº 2355712

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO – 2ª CHAMADA**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

28º. 691151 ESTEVAO ONOFRE LEITE

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO) 29º - 2ª CHAMADA

Publicação Nº 2355715

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

29º. 753408 ROGERIA PILZ

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Especial ou em Pedagogia com Especialização em Educação Especial" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 18º**

Publicação Nº 2355717

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

18º. 753602 JOCILENE PIMPAO SELEME



O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.  
Assinatura



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 19º

Publicação Nº 2355720

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

19º. 685380 MAYKE KRAMER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 20º

Publicação Nº 2355723

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

20º. 751790 MAX DANILO BORGES CAVILHA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer

tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 21º**

Publicação Nº 2355726

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

21º. 684635 MARTHA AGNES CALDERARO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;



- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura



**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO) 22º**

Publicação Nº 2355729

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

22º. 732885 LARISSA APARECIDA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Educação Física e comprovante de registro no CREF" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,

coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 80º

Publicação Nº 2355733

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

80º. 748757 TAMARA DANTAS ALFARO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de

Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_  
 ( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:  
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 81º

Publicação Nº 2355734

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

81º. 726486 VANESSA EGIDIA SANTANA DE SANTANA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura





## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 82º

Publicação Nº 2355736

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

82º. 748196 ELIANE DOS SANTOS CELESTINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração



**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II**
**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC,

Bair-  
telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**
**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 83º

Publicação Nº 2355738

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

83º. 705349 TATIANI MARIA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos

últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, Bair-telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 84º**

Publicação Nº 2355739

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

84º. 698156 MERIELI DA COSTA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;



- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura



## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.



E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 85º

Publicação Nº 2355743

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

85º. 675261 CARINA MARIA SEVERINO SOARES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 86º

Publicação Nº 2355744

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

86º. 675032 ROSIMERI RAMOS GODOY

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site:[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos

- últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_ telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 87º**

Publicação Nº 2355747

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

87º. 723045 MARIA ELIETE DA COSTA CELESTINO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bair-

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 88º

Publicação Nº 2355750

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

88º. 743259 MARINA DANIELA DE SOUZA TASCA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração



**ANEXO I**  
**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II**
**DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_,

ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC,

Bair-  
telefo-

ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**
**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO) 89º

Publicação Nº 2355751

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 08:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

89º. 705551 MARIA ELISABETH MENDES

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Pedagogia ou Normal Superior com habilitação em Educação Infantil" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5. (caso não possuir o formulário para abertura de conta deverá ser retirado no setor de Recursos Humanos)
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos



- últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;
- t) Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo IV;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bair-  
ro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_ telefo-  
ne: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO) 2º**

Publicação Nº 2355762

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

2º. 709182 THIAGO LUIZ RASMUSSEN

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Geografia" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO) 3º

Publicação Nº 2355763

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 746118 RODRIGO PUTTOW

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Geografia" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC



( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO) 6º

Publicação Nº 2355766

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

6º. 740195 GRASIELE SCHNEIDER PEREIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em História" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:





DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 3º**

Publicação Nº 2355769

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

3º. 698806 GISELLE DUTRA MULLER

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Fotocópia Cédula de Identidade;

b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;

c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;

- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

## OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO III

## DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 4º

Publicação Nº 2355771

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 750530 LEANDRA CRISTINA DA SILVA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.  
( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 5º

Publicação Nº 2355773

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 710342 JULIANA DE BARROS LIMA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00,



devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
 RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 6º

Publicação Nº 2355775

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

6º. 684627 BRUNA CAMILA FERIGOTTI DE SOUZA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;





- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO III  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO) 7º**

Publicação Nº 2355778

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

7º. 732974 ANDREIA DE SOUZA DOS SANTOS

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Histórico escolar e comprovante de matrícula e frequência do 5º semestre em diante no curso de licenciatura em Letras - Língua Inglesa".
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**ANEXO I****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

#### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

#### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_, de \_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sou demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO) 4º**

Publicação Nº 2355780

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

4º. 748862 ANDREA DE CASSIA SILVEIRA DE OLIVEIRA

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

ANEXO I  
DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

ANEXO II  
DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor,



coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

#### 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular. Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO III DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

### CONVOCAÇÃO PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO) 5º

Publicação Nº 2355782

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Secretaria Municipal de Educação e Cultura no dia 13/02/2020 as 10:00 horas para escolha de vaga, a apresentação dos documentos deverá ser no Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12:00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Edital nº 03/2019.

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

5º. 721948 FERNANDA MULITERNO DA COSTA FAVERO

O(a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o cargo "Licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa" – conforme Lei Complementar nº 02/1998, Art. 64, § 1º - Considera-se como documento hábil para comprovação de habilitação, a cópia do Diploma devidamente registrado no órgão competente, ou a cópia do Certificado de Colação de Grau, ambos devidamente autenticados em cartório.
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia Título de Eleitor;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);

o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;

p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;

q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;

r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;

s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

#### ANEXO I DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_  
Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_



( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS**

**8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

**9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**ANEXO III**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**CONVOCAÇÃO TÉCNICO EM RADIOLOGIA 1º**

Publicação Nº 2354210

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o (a) candidato (a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao Departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº08 - Centro, até o dia 14/02/2020, das 12h00 às 17:30h, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 05/2019.

Cargo: TÉCNICO EM RADIOLOGIA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

1º. 89 MICHELLE SANDINI

O (a)candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Fotocópia Cédula de Identidade;
- b) Fotocópia Comprovante de situação Cadastral de Pessoa Física na Receita Federal (CPF) atualizado, impresso através do site: [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br) ;
- c) Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- d) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- e) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado (água, luz ou telefone em nome do convocado, emitido no máximo a 90 dias);
- f) Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- g) Fotocópia Cartão do PIS/PASEP;
- h) Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- i) Fotocópia Título de Eleitor;
- j) Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- k) Fotocópia RG, CPF e Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- l) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.
- m) Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- n) Original Atestado de antecedentes Criminais Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br), escolher a opção Tribunal de Justiça (Segundo Grau de Jurisdição) e Criminal Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br);
- o) Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada; Declaração da não percepção de proventos aposentadoria por invalidez, pagos por qualquer regime previdenciário; Não ter sido dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida pelo candidato; Conforme anexo I;
- p) Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo II;
- q) Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo III;
- r) Original Uma fotografia 3x4, recente, de frente;
- s) Original consulta qualificação cadastral e-social através do [www.portal.esocial.gov.br](http://www.portal.esocial.gov.br) na aba consulta qualificação cadastral, opção consulta qualificação cadastral on-line;

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**ANEXO I  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

3. Está em benefício de aposentadoria por invalidez, pago por qualquer regime previdenciário.

( ) SIM ( ) NÃO

4. Foi dispensado em Processo Seletivo Público anterior, nos últimos 03 (três) anos, por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar ou de desistência da vaga a qualquer tempo após ter sido assumida.

( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

## ANEXO II

## DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

## 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_ nº. \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade de \_\_\_\_\_/SC, telefone: \_\_\_\_\_/ \_\_\_\_\_

Declaro a quem possa interessar que:

2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

## 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

## 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

## 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

## 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

## 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

## 9 – DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS

DECLARO, para todos os efeitos legais, que por ser expressão fiel da verdade, firmo a presente Declaração, assumindo as consequências civis, penais e administrativas sobre eventual falsidade do que for relatado, podendo incorrer no crime de falsidade ideológica, nos termos do artigo 299 do Código Penal:

"Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.

Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular.

Parágrafo único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte."

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO III  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não soufui demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2020.

Assinatura

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 - PMP**

Publicação Nº 2355519

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2020 - PMP  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento do kit de pescador no Município de Penha, conforme solicitação nº 150/2020, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no presente edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 28/02/2020 às 14:00h, na Sala do Empreendedor do Município de Penha, situada na Rua Nilo Anastácio Vieira, nº. 180, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: André Luis Santos Valadão.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Rua Nilo Anastácio Vieira, 03, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-3428. Horário de atendimento: das 12h às 18h.

Penha/SC, 12 de fevereiro de 2020.  
Jaylon Jander Cordeiro da Silva  
Secretário da Administração

**PORTARIA Nº 382/2020**

Publicação Nº 2355789

PORTARIA Nº 382/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. PATRICIA GOMES LEITE WORMSBECKER, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 10/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de fevereiro de 2020.  
Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.  
JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/  
ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 383/2020**

Publicação Nº 2355790

PORTARIA N.º 383/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. MARIA DOLORES DE OLIVEIRA KLATTER, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE ARTES, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 384/2020**

Publicação Nº 2355793

PORTARIA N.º 384/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. VANESSA GOMES DE ASSIS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, Educação Infantil/Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 385/2020**

Publicação Nº 2355795

PORTARIA N.º 385/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. PRISCILA ZALUTZKI, para exercer a função de Professora Habilitada de Educação Física, no período de 10/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 77/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 386/2020**

Publicação Nº 2355798

PORTARIA N.º 386/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a Sra. BEATRIZ DAS NEVES FORTUNATO do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MEIO AMBIENTE I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 120/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 387/2020**

Publicação Nº 2355801

PORTARIA N.º 387/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. BEATRIZ DAS NEVES FORTUNATO, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 388/2020**

Publicação Nº 2355820

PORTARIA N.º 388/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 753/2019 PMP, onde era contratada a Sra. ALINE DOS SANTOS, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 2122/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 389/2020**

Publicação Nº 2355824

PORTARIA N.º 389/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 35/2019 FMS, onde era contratada a Sra. BRUNA RAFAELA NETTO, da função de Professora Habilitada de Educação Física, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 892/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 390/2020**

Publicação Nº 2355828

PORTARIA N.º 390/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. ALINE DOS SANTOS, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 391/2020**

Publicação Nº 2355830

PORTARIA N.º 391/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com Lei Complementar nº 02/98 e suas alterações e com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. SONIA APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA, aprovada em Concurso Público, Edital Nº 01/2019, para ocupar o cargo de MERENDEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 11/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS



**PORTARIA Nº 392/2020**

Publicação Nº 2355833

PORTARIA N.º 392/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. CINTIA ZORAIA DE CAMPOS PICININI, no período de 11/02/2020 a 23/10/2020, conforme o 1º Termo Aditivo nº 78/2020 ao Contrato nº 706/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 393/2020**

Publicação Nº 2355854

PORTARIA N.º 393/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ANA PAULA GOMES ALVES, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 79/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 394/2020**

Publicação Nº 2355856

PORTARIA N.º 394/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. JAQUELINE PORTO DA SILVA DA CUNHA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 80/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS



**PORTARIA Nº 395/2020**

Publicação Nº 2355857

PORTARIA N.º 395/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR a pedido, o Contrato nº 319/2019 FMS, onde era contratada a Sra. BARBARA CARMINE GALVEZ DIAS, da função de Monitora de Educação Infantil, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 826/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 396/2020**

Publicação Nº 2355864

PORTARIA N.º 396/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. EDILENE SILVA SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 81/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 397/2020**

Publicação Nº 2355865

PORTARIA N.º 397/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. MARIA DA LUZ BRANCO, para exercer a função de Professora Habilitada de Inglês, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 82/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 398/2020**

Publicação Nº 2355867

PORTARIA N.º 398/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. ISABEL CRISTINA FORSTERI, no período de 11/02/2020 a 11/12/2020, conforme o 1º Termo Aditivo nº 83/2020 ao Contrato nº 776/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 399/2020**

Publicação Nº 2355869

PORTARIA N.º 399/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. JÚLIA NATIELI FREITAS VALENTE, no período de 11/02/2020 a 11/12/2020, conforme o 1º Termo Aditivo nº 84/2020 ao Contrato nº 777/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 400/2020**

Publicação Nº 2355872

PORTARIA N.º 400/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. NEUZA MARIA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Habilitada de Inglês, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 85/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 401/2020**

Publicação Nº 2355874

PORTARIA N.º 401/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. NEUZA MARIA DE SOUZA, para exercer a função de Professora Habilitada de Inglês, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 86/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 402/2020**

Publicação Nº 2355876

PORTARIA N.º 402/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. IOLANDA MARIA DE ALMEIDA DO CARMO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 87/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**PORTARIA Nº 403/2020**

Publicação Nº 2355877

PORTARIA N.º 403/2020

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. ROSA MARIA GRUNER, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil, no período de 11/02/2020 a 15/12/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 88/2020 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 10 de fevereiro de 2020.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/

ORDENADOR DE DESPESAS

**RESCISÃO DE TERMO DE DOAÇÃO**

Publicação Nº 2354765

**RESCISÃO DE TERMO DE DOAÇÃO**

Jaylon Jander Cordeiro da Silva, Secretário de Administração e Ordenador de Despesas do Município de Penha, conforme Portaria nº 1230/2018, no uso das suas atribuições legais, vem por meio deste, em virtude do Termo de Doação firmado com o Sr. ALCIDES KUEHL, 07 de agosto de 2019, informar o que segue:

O referido Termo de Doação tinha como objeto a doação de 128.142,00 (cento e vinte e oito mil cento e quarenta e dois) LAJOTAS 0,25 x 0,25 x 0,08M, que seria utilizado exclusivamente para a pavimentação da Rua Umbelino Roberto Lessa.

Ocorre que, o DOADOR não depositou os materiais dentro do prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecido na Cláusula Segunda do Termo de Doação.

Desta forma, tendo em vista o não cumprimento do Sr. ALCIDES KUEHL, decido por rescindir o referido Termo de Doação, uma vez que o prazo para entrega dos materiais expirou no dia 07 de fevereiro de 2020.

Penha, 11 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

**TERMO DE CANCELAMENTO PP Nº 24/2019 - FMS**

Publicação Nº 2355212

**TERMO DE CANCELAMENTO**

Processo Licitatório nº 038/2019 - FMS

Pregão Presencial nº 024/2019 - FMS

A Secretaria da Administração, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, RESOLVE CANCELAR o procedimento de Edital de Pregão Presencial nº 024/2019 - FMS, Processo Licitatório nº 038/2019 - FMS, cujo objeto é PREGÃO PRESENCIAL para futura contratação de empresa especializada em gestão e fornecimento de profissionais de Saúde para a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, com atendimento médico de urgência e emergência, conforme especificações do termo de referência, atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme solicitação nº 609/2019, após receber a comunicação interna nº 011/2020 do Sr. Secretário de Saúde requerendo o cancelamento do edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, qual seja justificativa do Secretário de Saúde informando que foi verificado vício na sua origem, ou seja, no Edital de Licitação, que deixou de constar o número correto de profissionais de saúde bem como estabelecer obrigações quanto transporte para envio dos exames laboratoriais.

Saliente-se que foi aberto prazo para as licitantes se manifestarem tendo as mesmas não apresentado óbice.

A Secretaria de Saúde deverá refazer o Processo para posteriormente ser divulgado.

Publique-se

Penha/SC, 10 de fevereiro de 2020.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

Portaria nº1230/2018

# Peritiba

## PREFEITURA

### DECRETO 30/2020

Publicação Nº 2354120

DECRETO Nº. 30/2020  
EXONERA POR CONCESSÃO DE APOSENTADORIA PELA  
PREVIDÊNCIA SOCIAL

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA/SC., Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1.º Exonerar a pedido a contar de 14/02/2020 a Servidora CLEUSA SIMON BERNO, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 15, Classe "H", do Quadro de Pessoal do Poder Executivo, ante concessão de aposentadoria pela Previdência Social.

Art. 2.º Face o disposto neste ato, fica revogado o Decreto n.º 1179/95 de 01 de Agosto de 1995.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 06 de Fevereiro de 2020  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 06/Fevereiro/2020	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Dandara Luisa Bazzei  
Responsável pela publicação

### EXTRATO DE CONTRATO 29/2020, PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 159/2019.

Publicação Nº 2355099

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 120/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 55/2019.

Objeto: Prorrogar de 31/12/2019 até 06/03/2020 o prazo de vigência do contrato original nº 159/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para realizar serviços de chapeação e pintura da carroceria basculante do caminhão placas MER 1428 pertencente a Secretaria de Serviços Municipais.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 29/2020, PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 159/2019.

Contratado: SCHNEIDER OFICINA AGRÍCOLA LTDA.

CNPJ nº: 26.192.069/0001-58.

Data de Vigência: 05/02/2020 a 06/03/2020.

Município de Peritiba – SC em 05 de fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 30/2020.

Publicação Nº 2355103

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 14/2020, na modalidade Dispensa de licitação nº 03/2020.

Objeto: O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa especializada para serviços de sondagem de reconhecimento de solo com SPT (Standart Penetration Test) para determinação das características do solo, para subsidiarem os projetos das fundações das Pontes situadas na Comunidade de Linha Vila Nova, coordenada geográfica -27.388696 de latitude, e na coordenada geográfica -51-862729 de longitude e Linha Arroio do Meio, coordenada geográfica -27.319502 de latitude, e na coordenada geográfica -51.857308 de longitude

e na Rua Coberta que será construída em frente a Prefeitura Municipal, situada na Rua Frei Bonifácio, nº 63, Bairro Centro, Peritiba, Santa Catarina.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020.

Contratado: PAVIBRAS EMPREENDIMENTOS EIRELI ME.

CNPJ nº: 17.340.160/0001-82.

Valor: R\$ 3.515,00 (Três mil, quinhentos e quinze reais).

Data de Vigência: 06/02/2020 a 10/04/2020.

Município de Peritiba – SC em 06 de fevereiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 31/2020.

Publicação Nº 2355106

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 09/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 07/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a aquisição de peças diversas destinadas a manutenção da Escavadeira Hidráulica PC 138 US – Komatsu, Carregadeira Komatsu WA200 e Motoniveladora Caterpillar 120G pertencentes a Secretaria de Serviços Municipais.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2020.

Contratado: JULIO SILVESTRI FILHO ME.

CNPJ nº: 15.608.150/0001-50.

Valor: R\$ 9.997,00 (Nove mil, novecentos e noventa e sete reais).

Data de Vigência: 07/02/2020 a 30/06/2020.

Município de Peritiba – SC em 07 de fevereiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 32/2020, SEXTO ADITIVO AO CONTRATO 89/2016.

Publicação Nº 2355108

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 48/2016, na modalidade Pregão Presencial nº 25/2016.

Objeto: O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos preços unitários, conforme disposições legais e previsão na Cláusula Terceira do Contrato original, em 3,15%, conforme tabela abaixo, sendo que o percentual de reajuste se deu conforme índice IGPM, como preceitua a cláusula quarta do 5º Termo Aditivo.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32/2020, SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 89/2016.

Contratado: EDITORA APRENDE BRASIL LTDA.

CNPJ nº: 79.719.613/0001-33.

Valor do Reajuste: R\$ 2.754,40 (Dois mil setecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).

Data de Vigência: 07/02/2020 a 14/10/2020.

Município de Peritiba – SC em 07 de fevereiro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO 33/2020.

Publicação Nº 2355111

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 06/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 04/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, congressos técnicos, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e divulgação no site e julgamento do campeonato municipal de futebol de salão no decorrer do ano de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 33/2020.

Contratado: ADAC EVENTOS EIRELI.  
CNPJ nº: 32.422.794/0001-78.  
Valor: R\$ 22.400,00 (Vinte e dois mil e quatrocentos reais).  
Data de Vigência: 11/02/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 11 de fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 34/2020.

Publicação Nº 2355116

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PERITIBA  
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório: Processo Licitatório nº 06/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 04/2020.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem, elaboração de regulamento, congressos técnicos, tabela, súmulas, controle de artilheiros, goleiros, disciplina, classificação e divulgação no site e julgamento do campeonato municipal de futebol de campo no decorrer do ano de 2020.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34/2020.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ÁRBITROS DO OESTE CATARINENSE.

CNPJ nº: 09.664.373/0001-31.

Valor: R\$ 26.700,00 (Vinte e seis mil e setecentos reais).

Data de Vigência: 11/02/2020 a 31/12/2020.

Município de Peritiba – SC em 11 de fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

## PORTARIA 83/2020

Publicação Nº 2354110

PORTARIA Nº 83/2020  
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSANGELA ALVES DUTRA, ocupante do cargo efetivo de JARDINEIRO, Grupo 1, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 10 de Fevereiro de 2020, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Fevereiro/2020.	
---------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Dandara Luisa Bazzei  
Responsável pela publicação



**PORTARIA 84/2020**

Publicação Nº 2354113

PORTARIA Nº 84/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 10 de Fevereiro de 2020, a Servidora LIZIANE TROMBETTA, ocupante do cargo de provimento efetivo de FARMACEUTICO, da Classe "B" para a Classe "C" do Grupo 2, Nível 8, referente ao período de 10/02/2017 a 09/02/2020, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se  
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Fevereiro/2020	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Dandara Luisa Bazzei  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 85/2020**

Publicação Nº 2354118

PORTARIA Nº 85/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 10 de Fevereiro de 2020, a Servidora FABRÍCIA SCHOENELL, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, da Classe "B" para a Classe "C" do Grupo 4, Nível 15, referente ao período de 10/02/2017 a 09/02/2020, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se  
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Fevereiro/2020	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Dandara Luisa Bazzei  
Responsável pela publicação

**PORTARIA 86/2020**

Publicação Nº 2354116

PORTARIA Nº 86/2020  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 11 de Fevereiro de 2020, a Servidora LETICIA FERNANDA LAWRENZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR, da Classe "B" para a Classe "C" do Grupo 4, Nível 15, referente ao período de 11/02/2017 a 10/02/2020, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 65, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.



Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE  
MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Fevereiro de 2020.  
NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 10/Fevereiro/2020	
--------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Dandara Luisa Bazzei  
Responsável pela publicação

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 34/2020 - PRIMEIRO ADITIVO A ATA 02/2020.**

Publicação Nº 2355370

Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019**

O Município de Peritiba, inscrito no CNPJ sob nº 82.815.085/0001-20, situado na Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Peritiba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Prefeita Municipal Sra. **NEUSA KLEIN MARASCHINI**, inscrita no CPF sob número 825.056.329-87 no uso das atribuições de seu cargo e, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 3.931/01, e, as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº **72/2019**, **RESOLVE**, registrar o preço da empresa **PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede à Rua do Comércio, nº 80, Bairro Centro, Peritiba, Santa Catarina, CEP 89.750-000, inscrita no CNPJ nº 03.899.314/0001-66, neste ato representada pelo seu Representante Legal o Senhor **LEONALDO VIEIRA LOPES**, portador da Carteira de Identidade nº 11/C 363.010 e CPF nº 295.572.759-87, de acordo com a classificação por ela alcançada, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

**1. DO OBJETO**

1.1. Suprimir da ata de registro de preços nº 02/2020 o reajuste de preços provocado pela redução do valor dos combustíveis conforme comprovantes apresentados pela contratada (108748 de 17/01/2020 e 109405 de 04/02/2020 para diesel S500, bem como 108747 de 17/01/2020 e 109239 de 30/01/2020 para o diesel S10), aceitos pelo Município, visando à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro previsto na lei nº 8.666/93 e no “item 14” da Ata original.

1.2. A partir desta data, o preço por litro passa a ser conforme a tabela abaixo:

Item	Saldo Quant.	Und.	Especificação do Produto	Marca	R\$ Unt. Antes do Reajuste	% da redução	R\$ Unt. após reajuste	R\$ Total após o reajuste
2	164.484	Lts	Óleo Diesel S-500	Branca	3,85	3,49%	3,72	611.880,48
3	167.216	Lts	Óleo Diesel S10	Branca	3,96	3,39%	3,83	640.437,28
<b>Total</b>								<b>1.252.317,76</b>

1.3. O valor total estimado para o saldo total desta ata é de: R\$ 1.252.317,76 (Um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, trezentos e dezessete reais e setenta e seis centavos). Sendo que o valor suprimido da ata original ficou em R\$ 43.121,00 (Quarenta e três mil, cento e vinte e um reais).

**2 . DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**

2.1. As demais cláusulas e condições dispostas na ata de registro de preços 02/2020 permanecem inalteradas.

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA





Estado de Santa Catarina  
**MUNICÍPIO DE PERITIBA**

Município de Peritiba, SC., 10 de fevereiro de 2020.

**NEUSA KLEIN MARASCHINI**  
Prefeita Municipal

**PERITIBA AUTO POSTO LTDA EPP**  
Contratada

**REGINA INÊS BRAND LAZZARIN**  
Testemunha

**DÂNDARA LUISA BAZZEI**  
Testemunha

**IZABEL CRISTINA BOURSCHIEDT**  
Fiscal do Contrato

**LUANA CAROLINA SCHARDONG**  
Fiscal do Contrato

**VANDERLEI CARLOS  
BOURCKHARDT**  
Fiscal do Contrato

**JOSÉ ORIDES DE BRITO**  
Fiscal do Contrato

**TARCISIO REINALDO BERVIAN**  
Fiscal do Contrato

**GRACIELI DENISE WUADEN**  
Fiscal do Contrato

RUA FREI BONIFÁCIO, 63 - CENTRO - FONE/FAX: (49) 3453-1122  
CEP: 89750-000 - E-mail: prefeitura@peritiba.sc.gov.br - PERITIBA - SANTA CATARINA



## EXTRATO DA ATA PL 04/2020 PR 02/2020 - FMS.

Publicação Nº 2355166

 <b>Fundo Municipal de Saúde de Peritiba</b> Rua Frei Bonifácio, S/N - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC CNPJ: 11.391.279/0001-06 Fone: (49) 3453-1536 <a href="mailto:postosaude@peritiba.sc.gov.br">postosaude@peritiba.sc.gov.br</a> <a href="http://www.peritiba.sc.gov.br">http://www.peritiba.sc.gov.br</a>			
<b>Usuário:</b> Gabriel Guilherme		<b>Chave de Autenticação Digital</b> 1486-6014-330	<b>Página</b> 1 / 1

## Resultado do julgamento

**Licitação:** PR02/2020      **Data de abertura:** 03/02/2020      **Modalidade:** Pregão      **Valor total estimado:** R\$ 3.514,30

**Forma de julgamento:** Por item**Tipo da licitação:** Menor preço**Objeto:** A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição de materiais hospitalares e enfermagem (complementar) para o Fundo Municipal de Saúde de Peritiba

Item	Quantidade	Tratamento	Unid. de medida	Material/Serviço/Denominação	Valor estimado (R\$)
1	10,00000	Normal	CX	15254 - Agulha 13 X 4,5 - composta de cânula com bisel, trifacetado e siliconizado. Capa protetora em formato cilíndrico. Atóxica e esterilizada fabricado de acordo com as normas de fabricação. Embaladas indi	58,30
				Agulha 13 X 4,5 - composta de cânula com bisel, trifacetado e siliconizado. Capa protetora em formato cilíndrico. Atóxica e esterilizada fabricado de acordo com as normas de fabricação. Embaladas individualmente em papel grau cirúrgico e em blister termofrmável com abertura em pétala. Caixa com 100 unidades. Dimensões 13 X 4,5, tamanho 26 G 1/27. Produto com registro na Anvisa	

## Resumo dos licitantes vencedores

Credor/Fornecedor	Item	Valor Total (R\$)
75 - METROMED COM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	1, 2, 5, 6, 7, 8	3.914,80
4498 - PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE	3, 4	513,00
<b>Total Geral</b>		<b>4.427,80</b>

## EXTRATO DA ATA PL 05/2020 PR 03/2020.

Publicação Nº 2355181



## Município de Peritiba

Rua Frei Bonifácio, 63 - Centro - 89.750-000 - Peritiba/ SC  
 CNPJ: 82.815.085/0001-20 Fone: (49) 3453-1122 prefeitura@peritiba.sc.gov.br  
<http://www.peritiba.sc.gov.br>



Usuário: Gabriel Guilherme

Chave de Autenticação Digital  
1825-1518-831Página  
1 / 1

## Resultado do julgamento

Licitação: PR03/2020

Data de abertura: 23/01/2020

Modalidade: Pregão

Valor total estimado:

R\$ 333.975,90

Forma de julgamento: Por item

Tipo da licitação: Menor preço

**Objeto:** A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para o transporte de estudantes/acadêmicos de Peritiba à Concórdia, para possíveis demandas de viagens fora do município de Peritiba, bem como para o transporte de idosos e hipertensos do interior para o centro do município e vice-versa conforme itens, condições, itinerários/percursos constantes no Anexo I deste edital.

Item	Quantidade	Tratamento	Unid. de medida	Material/Serviço/Denominação	Valor estimado (R\$)
1	210,00000	Normal	Dia	14811 - Transporte de Estudantes à Concórdia. Noturno. Centro, IFC, Fabet. Peritiba à Concórdia (desde a rodovia SC 390 - BR 153 - Neudi Primo Massolini - Centro concórdia - IFC - FABET) com capacidade 15 alunos. Micro-ônibus ou Van com capacidade mínima de 15 lugares. Itinerário de aproximadamente 95km (ida e volta).	80.797,50
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	261,00000
2		1739 - RAISA TURISMO EIRELI - ME		RENAULT/MASTER	262,00000
3		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	373,00000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					78.330,00
2	210,00000	Normal	Dia	17122 - Transporte de Estudantes de Peritiba à Concórdia, Noturno (desde a rodovia SC 390 - BR 153 - SENAI - UNOPAR - UNC). Ônibus com capacidade Mínima de 27 lugares. Itinerário com aproximadamente 88km. Transporte de Estudantes de Peritiba à Concórdia, Noturno (desde a rodovia SC 390 - BR 153 - SENAI - UNOPAR - UNC). Ônibus com capacidade Mínima de 27 lugares. Itinerário com aproximadamente 88km (ida e volta).	95.911,20
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		AGRALE/MPOLO	454,00000
2		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	455,00000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					95.550,00
3	150,00000	Normal	Dia	17121 - Transporte de Estudantes de Peritiba à Concórdia duas vezes por semana, Diurno (desde a rodovia SC 390 - BR 153 - SENAI). Ônibus com capacidade Mínima de 27 lugares. Transporte de Estudantes de Peritiba à Concórdia duas vezes por semana, Diurno (desde a rodovia SC 390 - BR 153 - SENAI). Ônibus com capacidade Mínima de 27 lugares. Itinerário com aproximadamente 78km (ida e volta).	64.350,00
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH O	428,00000
2		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	429,00000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					64.350,00
4	24,00000	Normal	Dia	14814 - Transporte de Idosos e hipertensos do Interior para a sede do Município e da sede para o interior: 2ª quarta e 3ª quinta. Diurno. Transporte de Idosos e hipertensos do Interior para a sede do Município e da sede para o interior: 2ª quarta: passando pelas comunidades de Alto São Pedro e Arroio do Meio até a sede; 3ª quinta: passando pelas comunidades de Alto São Pedro e Arroio do Meio até a sede. Van com capacidade mínima de 15 lugares. Itinerário de aproximadamente 62km (ida e volta).	8.035,20
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	334,00000
2		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	334,80000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					8.035,20
5	24,00000	Normal	Dia	17120 - Transporte de Idosos e hipertensos do Interior para a sede do Município e da sede para o interior: 2ª quarta: passando pelas comunidades de Alto São Pedro e Arroio do Meio até a sede; 2ª quinta: passando pelas comunidades de Lageado Mirim, Linha Luciano, Barra do São Pedro e Linha Maria Goretti até a sede. Ônibus com capacidade Mínima de 27 lugares. Itinerário com aproximadamente 65 km.	9.906,00
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	410,00000
2		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	412,75000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					9.906,00
6	24,00000	Normal	Dia	14816 - Transporte de Idosos e hipertensos do Interior para a sede do Município: 3ª quarta e 1ª quinta. Diurno. Transporte de Idosos e hipertensos do Interior para a sede do Município: 3ª quarta: passando pelas comunidades de Caravágio, Cruz e Souza, 37 Passos, Vila Nova e Linha São Miguel até a sede; 1ª quinta: passando pelas comunidades de Caravágio, Cruz e Souza, 37 Passos, Vila Nova e Linha São Miguel até a sede. Ônibus com capacidade Mínima de 30 lugares. Itinerário de aproximadamente 80km (ida e volta).	12.192,00
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	505,00000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					12.120,00
7	6.000,00000	Normal	KM	17119 - Transporte intermunicipal para possíveis viagens a outros municípios conforme necessidade/demanda, com no mínimo veículo "Ônibus/Micro-ônibus" com capacidade mínima de 30 lugares. Transporte intermunicipal para possíveis viagens a outros municípios conforme necessidade/demanda, com no mínimo veículo "Ônibus/Micro-ônibus" com capacidade mínima de 30 lugares.	32.700,00
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	5,25000
2		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	5,29000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					31.740,00
8	6.900,00000	Normal	KM	9705 - Transporte intermunicipal veículo c/ no mínimo 15 lugares. Transporte intermunicipal para possíveis viagens a outros municípios conforme necessidade/demanda, com no mínimo veículo "Van" com capacidade mínima de 15 lugares.	30.084,00
<b>Colocação</b>		<b>Credor/Fornecedor</b>		<b>Marca</b>	<b>Valor unitário (R\$)</b>
1		2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME		Trans Gabi	4,30000
2		52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA		INTER/NEOBUSTH U	4,36000
					<b>Valor Total (R\$)</b>
					30.084,00

## Resumo dos licitantes vencedores

Credor/Fornecedor	Item	Valor Total (R\$)
52 - LUBRIFICANTES PERITIBA LTDA	2, 3, 4, 5, 6	189.516,00
2474 - GÖSENHEIMER & CIA LTDA ME	1, 7, 8	115.980,00
<b>Total Geral</b>		<b>305.496,00</b>

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA - 3º QUADRIMESTRE DE 2019

Publicação Nº 2354472

Convite para Audiência Pública

Edital de Convocação Audiência Pública

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava, em cumprimento ao disposto no Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVIDA os representantes das entidades civis organizadas e a população em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada às 08:30 horas do dia 28 de FEVEREIRO de 2020 no Gabinete do Prefeito, com o objetivo de apresentarmos e avaliarmos o cumprimento das metas fiscais e físicas estabelecidas para o 3º QUADRIMESTRE DE 2019 (Rodovia SC-437, Km 08, Bairro Centro, Pescaria Brava).

Pescaria Brava, 12 de Fevereiro de 2020.  
Deyvisonn da Silva de Souza  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 501, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354432

DECRETO Nº 501, de 10 de Fevereiro de 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e:

DECRETA:

Art. 1º ficam nomeados os membros abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro membro, para compor a Comissão de elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana do município de Pescaria Brava/SC.

- I – Luciana Teixeira Silva – Matrícula nº 1844
- II – Cassia Goulart Nogueira Matrícula nº 1829
- III – Jorge Espindola – Matrícula nº 1119
- IV – Bruna Eliseu Cunha – Matrícula nº 1655
- V – Alexandre Souza Lopes – Matrícula nº 1704

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 10 de Fevereiro de 2020.  
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 502, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354438

DECRETO Nº 502, de 12 de Fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO REFERENTE AOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, QUE TENHAM COMO OBJETO A REVISÃO OU ISENÇÃO FISCAL, DESDE QUE PROTOCOLADOS NO ANO DE 2019 E CONCLUÍDOS NO ANO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Municipal e:

CONSIDERANDO o elevado número de processos administrativos protocolados até 20 de Dezembro de 2019, tendo como objeto a revisão cadastral ou isenção fiscal e por consequência a revisão do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano lançado no referido exercício financeiro;

CONSIDERANDO a impossibilidade de realizar a análise de todos os processos administrativos protocolados até o dia 20 de Dezembro de 2019, no ano de 2019;

CONSIDERANDO que a impossibilidade de análise dos processos administrativos protocolados, com escopo de proceder a revisão cadastral e por consequência a revisão do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano lançado, não poderá prejudicar os contribuintes, que não obtiveram resposta do fisco e a oportunidade de efetuar o pagamento do imposto, sem incidência de juros e multa;

DECRETA:

Art. 1º - Para os processos administrativos protocolados até 20 de Dezembro de 2019, que tenham como objeto a revisão cadastral, e por consequência a revisão do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano lançado no referido exercício financeiro, ou mesmo que tenham como objeto a solicitação de isenção referente ao pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano, desde que concluídos no ano de 2020, ou que a notificação dos contribuintes acerca da decisão proferida tenha ocorrido no ano corrente (2020), fica autorizado o fisco municipal, a realizar a cobrança sem incidência de juros e multa, os quais incidirão, apenas após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da decisão proferida nos autos do processo administrativo, desde que o contribuinte não manifeste objeção a decisão proferida.

Parágrafo único. Para os contribuintes que se enquadrarem na hipótese de que trata o artigo 1º, será possibilitado o pagamento do valor do Imposto Predial e Territorial Urbano, com desconto de 20% (vinte por cento), desde que o pagamento ocorra no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da decisão proferida nos autos do processo administrativo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 12 de Fevereiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 008/2020**

Publicação Nº 2354575

PORTARIA Nº 008/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a), de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
LEONARDO VIEIRA GOMES	CHEFE DE SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 07 de janeiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 10 de janeiro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 009/2020**

Publicação Nº 2354577

PORTARIA Nº 009/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o servidor de cargo de provimento "EFETIVO", para o cargo do tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
CRISTIANO CORREA DE MEDEIROS	ASSESSOR DE ARTICULAÇÃO POLITICA

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 13 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 010/2020**

Publicação Nº 2354578

PORTARIA Nº 010/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar a pedido o(a) servidor(a) de cargo de provimento "efetivo", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ANDRÉ ESPÍNDULA MACHADO	MOTORISTA 1

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 13 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 011/2020**

Publicação Nº 2354580

PORTARIA Nº 011/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, o(a) servidor(a) de cargo de tipo "comissionado", conforme tabela abaixo;

SERVIDOR	CARGO
THIAGO FERNANDES DA SILVA	CHEFE DE SETOR DE FISCALIZAÇÃO E OBRAS

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 13 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 012/2020**

Publicação Nº 2354585

PORTARIA Nº 012/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Exonerar, a pedido, do cargo de provimento "comissionado", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
MARCELO NASCIMENTO MENDES	SUPERINTENDENTE DE ENSINO

Art. 2º - O servidor acima referido, retorna às funções inerentes ao cargo de provimento "efetivo" de Secretário de Escola, porém, exercendo suas atividades junto à Secretaria Municipal de Educação do município de Pescaria Brava, SC.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 13 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 014/2020**

Publicação Nº 2354593

PORTARIA Nº 014/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do(a) servidor(a), conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
MARIA APARECIDA ALVES MACHADO	SECRETÁRIA ADJUNTA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 22 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 015/2020**

Publicação Nº 2354600

PORTARIA Nº 015/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar o cargo do tipo "COMISSIONADO" do(a) servidor(a) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
BRUNA ELISEU CUNHA	ASSESSOR(A) DE GABINETE

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 22 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016/2020**

Publicação Nº 2354602

PORTARIA Nº 016/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o servidor ocupante do cargo de tipo "EFETIVO", para exercer o cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
DEIVID MONTEIRO TORQUATO	SUPERINTENDENTE DE ENSINO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 22 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 017/2020**

Publicação Nº 2354606

PORTARIA Nº 017/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Alterar os cargos, do tipo "COMISSIONADO", dos(as) servidores(as) abaixo:

SERVIDOR	CARGO
ARLETE BORGES GOULART CARDOSO	ASSESSOR PEDAGÓGICO
RENATO JUSTINO BORGES	ASSESSOR PEDAGÓGICO

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 22 de janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 018/2020**

Publicação Nº 2354607

PORTARIA Nº 018/2020

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Contratar o(a) servidor(a), de cargo de tipo "COMISSIONADO", conforme tabela abaixo:

SERVIDOR	CARGO
RUBENS FERNANDES BORGES	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E VIAÇÃO

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2020, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 22 de janeiro de 2019.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº.013/2020**

Publicação Nº 2354587

PORTARIA Nº.013/2020

"ALTERA COMPOSIÇÃO DE MEMBROS E DA EQUIPE DE APOIO AO PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com as Leis Federais nºs. 8.666 de 13 de junho de 1993, 10.520 de 17 julho de 2002 e Lei Municipal Complementar nº. 64/2018,

**RESOLVE**

Art. 1º - Nomear as servidoras BRUNA ELISEU CUNHA e BRUNA DA ROSA CORRÊA TRILHA, para comporem a Equipe de Apoio ao Pregoeiro, deste Município, para julgar e conduzir os Processos Licitatórios na modalidade Pregão da Administração Municipal.

Art. 2º - As servidoras acima nomeadas atuarão na condição de suplentes de Membros ou do Pregoeiro deste Município, quando estes estiverem afastados do desempenho das atribuições perante a Prefeitura Municipal ou mesmo impossibilitados de conduzirem a sessão de pregão, em razão da alta demanda de serviços, fazendo jus a gratificação no percentual de 50%, calculada sobre o salário base do cargo ocupado pela mesma, nos termos do artigo 13, da Lei nº. 64 de 09 de março de 2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 13 de Janeiro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Petrolândia

## PREFEITURA

### CONTRATO 02 2020 - FABRÍCIO TELLES

Publicação Nº 2355501

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2020  
EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2020  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 02/2020

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Assistência Social e o Senhor FABRÍCIO TELLES, inscrito no CPF: 008.173.319-48. Objeto: PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS INTERESSADOS EM REALIZAR OFICINAS CONFORME ÁREAS ESPECÍFICAS DESCRITAS NO EDITAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - OFICINEIRO DE ARTE E ARTESANATO. Data: 10/02/2020. Valor dos Serviços: R\$ 27.500,00. Petrolândia, 13 de fevereiro de 2020. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

### PREGÃO PRESENCIAL 01 2020 - CAÇAMBA BASCULANTE

Publicação Nº 2354891

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 01/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURAA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 09:00h no dia 27/02/2020, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 13 de fevereiro de 2020. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 007-2020 - PMP - AQUISIÇÃO VEICULO SUV PARA POLICIA CIVIL

Publicação Nº 2354385

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2020 – PMP

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo SUV, ano/modelo 2020/2020, Novo, zero Quilômetro, motor no mínimo 115 C.V. flex, para atender as necessidades da Polícia Civil, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A", do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 08:30h do dia 03/03/2020

Abertura: dia 03/03/2020, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.00@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Honorino Dallapossa

Rep.: Secretário Municipal do Departamento de Estradas e Rodagens

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO 016/2020

Publicação Nº 2354509

AVISO DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 016/2020  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 28/02/2020 Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2020, Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual fornecimento de prestação de serviços Odontológicos (NA ESPECIALIDADE DE PRÓTESES DENTÁRIAS SOB MEDIDA) incluindo o serviço odontológico para moldagem, embasamento e ajustes necessários do item, com atendimento na Unidade Básica de Saúde do Município de Pinheiro Preto.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 28/02/2020, até às 08:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5.176, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2354178

DECRETO Nº 5.176, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020  
ALTERA DECRETO Nº 5.174, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 858, de 16 de dezembro de 1997, com redação dada pela Lei nº 1.364, de 07 de julho de 2009, e Lei nº 1481, de 09 de março de 2011,

CONSIDERANDO que é necessária a alteração da vice-presidente da Câmara do FUNDEB,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 2º Decreto nº 5.174, de 07 de fevereiro de 2020, ficando assim composto:

[...]

Art. 2º Ficam empossados os seguintes membros para compor a Câmara do FUNDEB:

Presidente: [...]

Vice-presidente: JUSTINA MAZURECK MARIANI, inscrita no CPF nº 534.345.879-34, brasileira, casada, funcionária pública.

[...]

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 11 de fevereiro de 2020  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 31/2020**

Publicação Nº 2355334

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 31/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2019, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria de Administração e Planejamentos, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
059.606.529-94	ANA PAULA BERNARDI	SERVENTE

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;
- Certidão de Casamento;
- Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de conta corrente bancária;
- Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de fevereiro de 2020.  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 32/2020**

Publicação Nº 2355331

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 32/2020  
PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 002/2019, CONVOCA, para exercer suas atividades em caráter temporário na Secretaria de Educação Cultura e Esportes, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime Administrativo Especial)
085.865.299-40	GEANINI MARTINELI PINHEIRO	Profissional de Apoio

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 (DEZ) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- Formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- Formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
- CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
- Carteira nacional do S.U.S;

- k. Certidão de Casamento;
- l. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- m. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- n. Carteira de Trabalho (CTPS);
- o. Comprovante de conta corrente bancária;
- p. Comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
- q.01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;

A entrega da documentação dar-se a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30hs as 11:30hs e das 13:00hs as 17:00hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 062, DE 16 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355318

PORTARIA Nº 062, DE 16 de Janeiro DE 2020.

DESIGNA Veronice Fritzen OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE Professor, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA CONFORME DETERMINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando, a Lei Complementar nº 274/2019, que alterou a Lei Complementar 112/2004;

RESOLVE:

Art. 1º.- DESIGNAR, Veronice Fritzen, brasileira, inscrita no CPF sob nº 799.945.209-20, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para exercer função gratificada de “Diretor escolar”, conforme Lei nº 274 de 23 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020;

Art. 3º - Fica revogada a portaria 093/2017.

Centro Administrativo Municipal, 16 de janeiro de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 141, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2354460

PORTARIA Nº 141, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

NOMEIA COMISSÃO ORGANIZADORA DE CONCURSOS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Pedro Rabuske, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA

Art. 1º. Ficam nomeados os funcionários e servidores municipais, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Organizadora do Concurso Público nº 01/2020, destinado ao provimento de cargos de seu Quadro de Pessoal, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas em Edital.

I - ANA LAINE GRAHL, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Agente Financeiro – Presidente;

II – ROBBIN ALEX ZANOTTI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente de Coordenação e Planejamento – Membro;

III – EDINA VOLPATO MARIANI, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Recursos Humanos - Membro.

Art. 2º. A Comissão Organizadora de Concursos Públicos deverá auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos trabalhos referente ao Concurso Público.

Art. 3º. Os trabalhos efetuados pela Comissão Organizadora serão considerados de relevância a Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto - SC, porém sem ônus ao erário público;

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, 07 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 142, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354456

PORTARIA Nº 142, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.  
INSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS QUE ESPECIFICA

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e  
Considerando o processo administrativo nº 014/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1.º Determina avaliação do seguinte bens imóveis:

I - 02 casas de madeira, com área total de 56,00m<sup>2</sup> contendo varanda (4,22m<sup>2</sup>), estar/cozinha (17,47m<sup>2</sup>), circulação (1,64m<sup>2</sup>), BWC (3,55m<sup>2</sup>), 01 quarto (9,00m<sup>2</sup>), 02 quartos (8,00m<sup>2</sup>), localizadas no Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi;

II - 05 casas de madeira, com área total de 30,75m<sup>2</sup>, contendo estar/cozinha (12,82m<sup>2</sup>), circulação (1,64m<sup>2</sup>), BWC (2,23m<sup>2</sup>), 01 quarto (6,58m<sup>2</sup>), 01 quarto (7,00m<sup>2</sup>) localizadas no Bairro Tranquilo Benjamin Guzzi;

Art. 2º Fica instituída comissão de avaliação, designando para compô-la os seguintes membros:

I – Hadriel Dalmolin, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Tributos e Rendas;

II – Debora Ganasini, ocupante do cargo efetivo de Engenheira,

III – Erio Partyka, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Cadastro e Tributação.

Parágrafo único. Fixa o prazo de 05 (cinco) dias para que a comissão conclua os trabalhos.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de fevereiro de 2020

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 143, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355320

PORTARIA Nº 143, DE 07 de FEVEREIRO DE 2020.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A Derli Pierezan.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Derli Pierezan, ocupante do cargo de provimento em efetivo de odontólogo, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 04/04/2018 a 03/04/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 07 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 144, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355324

PORTARIA Nº 144, DE 07 de fevereiro de 2020.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A Maria de Lourdes R. Pierezan.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER a servidora Maria de Lourdes R. Pierezan, ocupante do cargo de provimento em efetivo de odontólogo, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/04/2018 a 01/04/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de fevereiro de 2020 a 10 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 07 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 145, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355325

PORTARIA Nº 145, DE 07 de fevereiro de 2020.  
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A Guilherme Antonio Flavio Mattana.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER ao servidor Guilherme Antonio Flavio Mattana, ocupante do cargo de provimento em efetivo de motorista, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 27/03/2018 a 26/03/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 10 de fevereiro de 2020 a 29 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo Municipal, 07 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 146, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355327

PORTARIA Nº 146, DE 07 de fevereiro de 2020.

Contrata Danielli Strey Freddo PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 002/2019, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Danielli Strey Freddo apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a partir de 05 de fevereiro de 2020, Danielli Strey Freddo, brasileira, inscrita no CPF sob nº 093.716.929-36, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05 de fevereiro de 2020.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 07 de fevereiro de 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 147 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2356090

PORTARIA Nº 147 DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.  
REVOGA A LICITAÇÃO Nº 100/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o Parecer da Assessoria Jurídica,

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar a licitação nº 100/2019, modalidade Pregão Presencial.

Art. 2º Encaminhe-se os autos ao Secretário de Agricultura e Meio Ambiente para tomar as devidas providências e posterior abertura de novo processo licitatório.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 068/2020

Publicação Nº 2354102

PORTARIA Nº068/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019. CONTRATA

KELLY REGALIN, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.542.631 e CPF sob o nº 047.399.839-40, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-40INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, Escola Básica Municipal Marechal Câmara, Escola Reunida Zonalta e Escola Reunida Professor Rodolfo Holeveger.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA Nº 069/2020

Publicação Nº 2354552

PORTARIA Nº069/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019. CONTRATA

MARIANNE BETTINA RICHTER DIAS, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua das Flores, nº 964, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.509.820-4e CPF sob o nº 750.299.109-30, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Sócio Ambiental.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 070/2020**

Publicação Nº 2354558

PORTARIA Nº070/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019.

CONTRATA

JAQUELINE WENTZ, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Itapema, nº68, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11/R-3.847.101 e CPF sob o nº 053.938.029-60, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Sócio Ambiental.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 071/2020**

Publicação Nº 2354559

PORTARIA Nº071/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

MARA BEATRIZ SIMAS CASAGRANDE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Santana, município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº6.286.360 e CPF sob o nº 095.635.879-95, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Reunida Professor Rodolfo Holeveger, Escola Básica Municipal Marechal Câmara.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 072/2020**

Publicação Nº 2354562

PORTARIA Nº072/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando

também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.  
CONTRATA

IANE CAROLINE BANHOLINE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Alto Gramado, s/n, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5095412 e CPF sob o nº 082.328.719-03, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial e na Escola Reunida Zonalta, em substituição a titular Jaciara Faller Melloto, afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020, ou até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 073/2020

Publicação Nº 2354568

PORTARIA Nº073/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

NICHELY MÜTZENBERG, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Santos Dumont, nº219, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.373.217 e CPF sob o nº 046.310.789-60, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 074/2020

Publicação Nº 2354741

PORTARIA Nº074/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

SÉLIA REGINA KNOBLOCH, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Avenida 18 de fevereiro, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº11C-3676390, inscrita no CPF sob o nº022.461.369-38, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora

Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 075/2020

Publicação Nº 2354749

PORTARIA Nº075/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

REJANE CAVASIN, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua da Cascata, s/n, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 4.005.312 CPF sob o nº 005.639.539-69, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 076/2020

Publicação Nº 2354755

PORTARIA Nº076/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

ALINE APARECIDA FAÉ INOCENTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, nº734, no Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.007.060 e CPF sob o nº 070.500.949-19, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 077/2020**

Publicação Nº 2354763

PORTARIA Nº077/2020  
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.  
CONTRATA

CARLA REGINA SCHUMANN, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Concórdia, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.771.989 e CPF sob o nº 099.367.899-89, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.  
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.  
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 078/2020**

Publicação Nº 2354768

PORTARIA Nº078/2020  
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.  
CONTRATA

JESSICA FABIANE CARVALHO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Serraria, s/n, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.106.119 e CPF sob o nº 082.252.479-14, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.  
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.  
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças



**PORTARIA Nº 080/2020**

Publicação Nº 2354778

PORTARIA Nº080/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

EVANDRA PACHECO DOS SANTOS DUARTE, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida 18 de fevereiro, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.620.342 e CPF sob o nº 016.724.519-8, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-10INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 10 horas semanais, para atuar na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 081/2020**

Publicação Nº 2354785

PORTARIA Nº081/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

REGIANE FRIES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Deputado Leoberto Leal, nº87, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.055.548 CPF sob o nº 005.029.309-50, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Rosinha Dutra, que atuará na Escola Sócio Ambiental.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 082/2020**

Publicação Nº 2354811

PORTARIA Nº082/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de

cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

RICARDO FRIDOLINO DO COUTO HANAUER, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 15 de Agosto, na cidade e município de Ipira-SC, portador da carteira de identidade nº 556399 e CPF sob o nº 074.856.179-07, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição ao titular Lindomar dos Santos, afastado para tratar de interesses particulares.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020, ou até o retorno do titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 083/2020

Publicação Nº 2354820

PORTARIA Nº083/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

GIOVANA DAVE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua da Independência, nº25, na Cidade e Município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº5955521e CPF sob o nº 093.528.079-01, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Professora Marechal Câmara e para atuar nas escolinhas de futebol de campo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 085/2020

Publicação Nº 2354834

PORTARIA Nº085/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

MARINES RAMPON, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Jacob Hoppen, s/n, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº4.434.195 e CPF sob o nº 039.785.779-92, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE LÍNGUA PORTUGUESA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-40INI do



Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, na Escola Básica Municipal Professora Marechal Câmara, Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 086/2020**

Publicação Nº 2354839

PORTARIA Nº086/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

LAIS MACIEL, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Suíça, s/nº, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.954.668 e CPF sob o nº 077.722.459-39, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE CIÊNCIAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Sócio Ambiental.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 087/2020**

Publicação Nº 2354845

PORTARIA Nº087/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

NÉDIO BARUFFI JÚNIOR, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua João Ritter, nº 596, nesta cidade e Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº4542390 e CPF sob o nº 065.226.759-94, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR DE CIÊNCIAS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 088/2020**

Publicação Nº 2354847

PORTARIA Nº088/2020  
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

JULIA GRACIELA THOMÉ TONDIN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Boa Vista, nº713, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.747.135 e CPF sob o nº 077.113.569-60, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE INGLÊS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara e Escola Municipal Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.  
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 089/2020**

Publicação Nº 2354851

PORTARIA Nº089/2020  
CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE FACILITADORA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

SCHAIANE VANESSA URMANN, brasileira, solteira, residente e domiciliada no Acesso a cidade alta, cidade e município de Capinzal-SC, portadora da carteira de identidade nº5.641.255 e CPF sob o nº 085.953.299-23, para exercer em caráter temporário o cargo de FACILITADORA EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-40INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.  
Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 090/2020**

Publicação Nº 2354856

PORTARIA Nº090/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

SIRLENE SILVEIRA DE AVILA HACHMANN, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Prefeito Fioravante Kaster, nº51, cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº 1.707.427 CPF sob o nº 551.460.079-34, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, em substituição a titular Liliane Turatto, em seu período de licença maternidade.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 29 de junho de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 091/2020**

Publicação Nº 2354860

PORTARIA Nº091/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

NILCÉIA MINKS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Linha Engenho Novo, cidade e município de Capinzal-SC, portadora da carteira de identidade nº 2.412.124 CPF sob o nº 671.329.959-87, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Reunida Professor Rodolfo Holeveger, em substituição a titular Claudia Aparecida Port Jung, em seu período de licença prêmio.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 29 de fevereiro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 092/2020**

Publicação Nº 2354870

PORTARIA Nº092/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE CRECHE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe

sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

LÍGIA MARIA SUTIL, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua Ruites Valmir Andreoni, nº 406, cidade e município de Capinzal-SC, portadora da carteira de identidade nº 6.488.718 CPF sob o nº 051.507.649-06, para exercer em caráter temporário o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-40INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial, em substituição a titular Simone Hachmann, designada para o cargo de Secretária Escolar.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 093/2020

Publicação Nº 2354878

PORTARIA Nº 093/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

ANA CLAUDIA MIOZZO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Itapema nº 96, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5.565.380 e CPF sob o nº 105.528.189-41, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº 226/93 e Lei nº 1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 094/2020

Publicação Nº 2354885

PORTARIA Nº 094/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº 015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

LISIANE NALIGIA DE AGUIAR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Zonalta, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 6.656.200 e CPF sob o nº 104.003.289-33, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante

no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 096/2020

Publicação Nº 2354918

PORTARIA Nº096/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

ADRIANE APARECIDA SOARES DE CARVALHO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, Município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 6.073.753.813 e CPF sob o nº 972.367.560-91, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 097/2020

Publicação Nº 2354972

PORTARIA Nº097/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

JONAS CRISTIAN PORT, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Uruguai, Município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº6.125.081 e CPF sob o nº076.082.219-09, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público



Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 098/2020**

Publicação Nº 2354984

PORTARIA Nº098/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE CUIDADOR ESCOLAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

ORLEANE ACACIO DE AGUIAR SALES, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Governador Colombo Machado Salles, nº 1592, Município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº8.233.790 e CPF sob o nº603.608.723-36, para exercer em caráter temporário o cargo de CUIDADOR ESCOLAR, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe Inicial, Nível CE-INI-NT do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 23 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 099/2020**

Publicação Nº 2354993

PORTARIA Nº099/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

NATÁLIA REGINA DE AGUIAR, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Zonalta, s/n, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.125.156 e CPF sob o nº 090.989.329-24, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE MATEMÁTICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Reunida Zonalta, Escola Reunida Professor Rodolfo Holeveger e Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 100/2020**

Publicação Nº 2354995

PORTARIA Nº100/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019.

CONTRATA

MARA BEATRIZ SIMAS CASAGRANDE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Santana, município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº6.286.360 e CPF sob o nº 095.635.879-95, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 101/2020**

Publicação Nº 2354998

PORTARIA Nº101/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019.

CONTRATA

IANE CAROLINE BANHOLINE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Alto Gramado, s/n, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5095412 e CPF sob o nº 082.328.719-03, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial e Escola Reunida Zonalta.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 102/2020**

Publicação Nº 2355006

PORTARIA Nº102/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando

também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019.  
CONTRATA

KATIUSA DA SILVA, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua São Joaquim, nº81, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.879.794 e CPF sob o nº 055.324.139-19, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA DE ARTES/ARTESANATO, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-10INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 10 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 103/2020

Publicação Nº 2355016

PORTARIA Nº103/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2019, resultado através do Decreto nº 1.175/2019, de 08 de agosto de 2019.  
CONTRATA

ANA CLAUDIA MONTIPÓ, brasileira, separada, residente e domiciliada na Rua Uruguai, nº 220, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº 5.182.637 e CPF sob o nº 065.495.699-58, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Reunida Zonalta, em substituição a titular Tânia Marcia de Souza, em seu período de licença prêmio.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 30 de abril de 2020, ou até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 03 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 03 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## PORTARIA Nº 104/2020

Publicação Nº 2355019

PORTARIA Nº104/2020

NOMEIA SERVIDORA PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 27/07, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, que dispõe sobre a reorganização e modernização da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, do quadro de pessoal e dá outras providências.

NOMEIA

MIRACI APARECIDA DE CASTRO WOLLINGER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Linha Uruguai, município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº4.755.001 e CPF sob o nº048.928.499-01, ocupante do cargo efetivo de Professora Ensino Fundamental, para exercer o cargo de DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ENSINO, da Secretaria Municipal de Educação e Esportes, constante do Anexo I-C da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-050, da Lei supra mencionada.



Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 04 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 04 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 105/2020**

Publicação Nº 2355024

PORTARIA Nº105/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

INGEBURG ELISABETH STRAUSS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Alto Gramado, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.777.728 e CPF sob o nº 030.142.349-07, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 05 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal  
Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 05 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 106/2020**

Publicação Nº 2355031

PORTARIA Nº106/2020

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

ROSINEIDE SALETE FRITSCH, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Lageado Mariano, s/nº, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº3.676.519 e CPF sob o nº 022.087.799-83, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial, em substituição a titular Roselice Rodrigues de Freitas Longhini, afastada por problemas de saúde.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até o retorno da titular.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 06 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 107/2020**

Publicação Nº 2355036

PORTARIA Nº107/2020

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 67/2015, que Dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar nº 29, de 02 de maio de 2007 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

CAROLINE DE MATOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Prefeito Adão Willibaldo Stein, s/nº, cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº6.286.854 e CPF sob o nº105.704.079-74, para exercer em caráter temporário do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 10-INI do Anexo III da mesma lei.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 14 de dezembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 06 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 06 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 108/2020**

Publicação Nº 2355045

PORTARIA Nº108/2020

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

CONCEDE

GIOVANI RIBEIRO LOPES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua das Flores, nesta cidade e município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº11/R-1.886.780, inscrito no CPF sob o nº 636.821.179-20, ocupante do cargo efetivo de Contador, FÉRIAS, no período de 06 de fevereiro de 2020 a 06 de março de 2020, referente ao período de 01 de março de 2018 a 28 de fevereiro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Piratuba-SC, 06 de fevereiro de 2020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei 1.388/2017.  
Em 06 de fevereiro de 2020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 109/2020**

Publicação Nº 2355584

PORTARIA Nº109/2.020

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO COMISSIONADO DE AUXILIAR DE SECRETARIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

NOMEIA

LUIZ DAVID DA SILVA TAVARES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Zonalta, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº6.537.729 e CPF sob o nº455.065.580-15, para exercer o cargo de provimento em comissão de AUXILIAR DE SECRETARIA da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constante do Anexo I-E da Lei Complementar nº 027/2007 de 02 de maio de 2.007, alterada pela Lei Complementar nº 77/2016 de 18 de agosto de 2016, alterada pela Lei Complementar nº 080/2017 de 22 de março de 2017, com vencimentos previstos no Anexo II, Nível CC-010, da Lei supra mencionada.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 10 de fevereiro de 2.020.

Olmir Paulinho Benjamini  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 10 de fevereiro de 2.020

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4964/2020

Publicação Nº 2355280

DECRETO Nº 4964/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS – CMUSP, DE QUE TRATA A LEI N. 13.460/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal Nº 0831/2019, de 25 de Junho de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam nomeados os membros para comporem o Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos – CMUSP, nos termos do artigo 22 da Lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017 e em conformidade com a Lei Municipal Nº 0831/2019, de 25 de Junho de 2019, com a finalidade de zelar pela participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública municipal, com mandato de dois (02) anos, vedada à recondução, composto pelos seguinte membros:

I – Conselho Municipal de Saúde:

Representante do Poder Público: Ezequiel Listone;

Representante da Sociedade Civil: Oender Pagliari;

II – Conselho Municipal de Educação:

Representante do Poder Público: Genecir Terezinha Bressan Deoti;

Representante da Sociedade Civil: Lenair Gazoni Braghini;

III – Conselho Municipal de Assistência Social:

Representante do Poder Público: Ivone Dallacorte;

Representante da Sociedade Civil: Neuri Braghini;

III – Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico:

Representante do Poder Público: Lucélia Janes Hans;

Representante da Sociedade Civil: Marinês Padilha Valim;

Art. 2º. O serviço do Conselho Municipal de Usuários de Serviços Públicos – CMUSP será considerado de caráter relevante, não remunerado e não se caracterizando vínculo de emprego para fins deste objeto entre o Município e os seus componentes, incluindo a não geração de direitos ou obrigações sociais e trabalhistas.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

# Pomerode

## PREFEITURA

### 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002 / 2019 FUNPEEL - ACRÉSCIMO

Publicação Nº 2355512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 002 / 2019 – FUNPEEL ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 005 / 2019. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 001 / 2019 FUNPEEL. Contratante: FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER - FUNPEEL. Contratada: CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA DO PAVILHÃO PRINCIPAL DO PARQUE MUNICIPAL DE EVENTOS FRANCISCO CANOLA TEIXEIRA, LOCALIZADO NA AVENIDA 21 DE JANEIRO, N.º 2.700 - CENTRO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Justificativa: Em conformidade com a Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 002 / 2019 FUNPEEL e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, o presente contrato terá um acréscimo de valor contratual, decorrente do aumento das quantidades m² de vidro, montagem e desmontagem de Tapume, serviços não previstos na planilha orçamentária. Portanto o contrato sofrerá um ACRÉSCIMO de 11,00%, o qual representa o valor de R\$6.573,77 (seis mil, quinhentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos), em conformidade com a justificativa e planilha da Engenharia anexo ao contrato. Ass.: Arlindo Ewald, Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode – FUNPEEL – Contrato / Jayme Rodrigues Macedo, Certa Consultoria Técnica e Engenharia Eireli - Contratada.

Pomerode / SC, 05 de Fevereiro de 2020.

ARLINDO EWALD  
Presidente da Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode - FUNPEEL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 0001 / 2020

Publicação Nº 2354352

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

#### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 001 / 2020

Processo Administrativo n.º 001 / 2020. Pregão Presencial n.º 001 / 2020 – Registro de Preços. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: CERTA CONSULTORIA TÉCNICA E ENGENHARIA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE TRAVESSIAS ELEVADAS PARA PEDESTRES, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 738/2018 DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 09/02/2021. Valor total registrado: R\$ 297.000,00 (duzentos e noventa e sete mil reais) / Item 01.

Pomerode / SC, 10 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK  
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

### CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2020

Publicação Nº 2355676

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N.º 001 / 2020

Processo Administrativo n.º 013 / 2020.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, OBRAS COMPLEMENTARES E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS DR. WUNDERWALD E ALBERTO RAHN - BAIRRO WUNDERWALD, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO - FINISA, CONFORME CONTRATO FIRMADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE POMERODE.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 16/03/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 16/03/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 12 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2020

Publicação Nº 2355526

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 008 / 2020

Processo Administrativo n.º 131 / 2019. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia n.º 013 / 2019. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratada: J.J.R. CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI. Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS, LOCALIZADO NA RUA RIBEIRÃO AREIA, N.º 2.050 – BAIRRO RIBEIRÃO AREIA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA, PROJETO BÁSICO E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO. Valor total contratado: R\$134.028,30 (cento e trinta e quatro mil e vinte e oito reais e trinta centavos). Prazo de Vigência: Os produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da Ordem de Compra, nas Unidades Escolares que receberão os materiais didáticos pedagógicos do Programa da Escola da Inteligência ou no local de entrega solicitado pela Secretária de Educação e Formação Empreendedora. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante / Millena Souza Araújo, Sócia Administradora, Inteligência Educacional Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## PREGÃO PRESENCIAL N.º 008 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2355669

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE - SEPLAN

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 008 / 2020 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 012 / 2020.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA VERTICAL E HORIZONTAL DESTINADOS PARA A SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 26/02/2020.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 26/02/2020.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br), ou site: [www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br) – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 12 de Fevereiro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2/2020 LIGEIRINHO

Publicação Nº 2355586

#### EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 108/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 2/2020 (SUPRESSÃO)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA/SC

CONTRATADADO: AUTO POSTO LIGEIRINHO LTDA

CNPJ: 03.671.477/0001-97

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DO TIPO GASOLINA, DIESEL S10 E DIESEL COMUM PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS NO ANO DE 2020. Valor Pelo fornecimento de GASOLINA COMUM o Valor: suprimido em 0,08 (Zero Vírgula Zero Oito Centavos) sendo valor antigo de R\$ 4,35(Quatro Reais Trinta e Cinco Centavos) passando para R\$ 4,27(Quatro Reais e Vinte e Sete Centavos). VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de 11 de Fevereiro de 2020 até 31 de Dezembro de 2020. Ponte Serrada, 12 de Fevereiro de 2020. ALCEU ALBERTO WRUBEL Prefeito Municipal.



# Porto União

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 003 - LÍNGUA INGLESA

Publicação Nº 2354404

#### CHAMADA PÚBLICA 003/2020

A Secretaria Municipal da Educação, comunica que encontram-se abertas inscrições para chamada pública, para cadastro de reserva, para Professor Docente, oriunda da chamada do Processo Seletivo ACT/2019. As inscrições acontecerão no dia 13 de fevereiro de 2020, quinta-feira das 8 horas às 12 horas, no Departamento de RH da Secretaria Municipal da Educação e a chamada deverá obedecer aos seguintes critérios, e seguinte ordem de formação do profissional.

#### CADASTRO DE RESERVA, PARA O SEGUINTE CARGO:

- Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais – Disciplina de Língua Inglesa.

#### CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DA VAGA

- Diploma e Histórico Escolar de Graduação nível Superior de Licenciatura Plena em Língua Estrangeira Inglês.

#### CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- Maior Idade;
- Número de Filhos.

Obs. Os interessados deverão comparecer com os documentos originais e cópias que comprovem sua habilitação na área (diploma, declaração, histórico escolar, certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e/ou RG).

Porto União, 12 de fevereiro de 2020.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI

Secretária Municipal da Educação

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 053 - CHAMADA PÚBLICA - ARTE

Publicação Nº 2354868

#### Editais de Convocação 053/2020

#### Chamada Pública nº. 002/2020

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), CLASSIFICADOS (as) na Chamada Pública nº. 002/2020, a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 13 de fevereiro de 2020, às 8h, para a escolha de vaga, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2020:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

## PROFESSOR DOCENTE 6º AO 9º ANOS FINAIS – ARTE

POS	NOME	ASSINATURA	Data
2	DIONETE ALVES DO AMARAL		

Porto União (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal de Porto União

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 054 - PSS - CIÊNCIAS**

Publicação Nº 2354876

Edital de Convocação 054/2020

Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 13 de fevereiro de 2020, às 8h, para a escolha de vaga, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2020:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreritavelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

## PROFESSOR DOCENTE 6º AO 9º ANOS FINAIS – CIÊNCIAS

POS	NOME	ASSINATURA	Data
7	MAYARA APARECIDA DAS NEVES MICALICHEN		

Porto União (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal de Porto União

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO 055 - PSS - ANOS INICIAIS**

Publicação Nº 2354888

Edital de Convocação 055/2020

Processo Seletivo nº. 001/2019

Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União, SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA os (as) candidatos (as) abaixo relacionado (as), APROVADOS (as) no Processo Seletivo nº. 001/2019 a comparecer na Secretaria Municipal da Educação, no setor de Recursos Humanos, sito a Rua Frei Rogério, n.º 367, Centro, Porto União - SC, no dia 13 de fevereiro de 2020, às 8h, para a escolha de vaga, apresentando as fotocópias e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Item 2.4 (Edital 001/2019), para assinatura do contrato temporário para o ano letivo de 2020:

- Carteira de Identidade;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação militar (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Certidão de nascimento, casamento ou união estável;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda;
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei;
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda;
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público;
- Comprovante de endereço atualizado;
- Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe de Santa Catarina, quando for o caso;
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos.

Todos os documentos deverão ser entregues na Secretaria Municipal da Educação no setor de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à contratação temporária ou qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo.

#### PROFESSOR DOCENTE 1º AO 5º ANOS INICIAIS

POS	NOME	ASSINATURA	Data
43	LETICIA GREGORIO DE AMORIM		

Porto União (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal de Porto União

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2354850

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 003/2020 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 001/2020 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para de a AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 05 de março de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 001/2020 - F.A.S - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2354855

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 001/2020 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 001/2020 – Registro de Preços.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para de a AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 04 de março de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 004/2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2354857

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 024/2020.

Extrato de Edital de Pregão Eletrônico 004/2020 – Registro de Preços.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo Eletrônico, para de a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do site "www.portaldecompraspublicas.com.br" até às 08h00min do dia 04 de março de 2020, com início da mesma às 08h30min no mesmo site e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União "www.portouniao.sc.gov.br" e no site "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchietã, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 012/2020**

Publicação Nº 2354861

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 023/2020.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 012/2020.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por item, do tipo presencial para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 02 de março de 2020 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchietã, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 12 de fevereiro de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**LEI MUNICIPAL Nº 4.647/2020**

Publicação Nº 2356134

LEI Nº 4.647, de 11 de fevereiro de 2020.

Altera anexos da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 3.966, de 20 de dezembro de 2011, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I  
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

I- GABINETE DO PREFEITO  
II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO  
III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE  
V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE  
VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE  
XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

I- GABINETE DO PREFEITO

- 1.1- Supervisoria de Gabinete
- 1.2- Supervisoria de Imprensa
- 1.3- Coordenadoria de Imprensa
- 1.4- Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

## II- SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

- 2.1- Gerência de Cultura e Turismo
- 2.2- Coordenadoria Administrativa de Cultura
- 2.3- Coordenadoria de Patrimônio Cultural
- 2.4- Coordenadoria de Cultura
- 2.5- Assessoria Cultural

## III- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 3.1- Gerência de Assistência Social
- 3.2- Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Casa de Passagem
- 3.3- Supervisoria de Equipe Multidisciplinar
- 3.4- Consultoria de Programas Sociais
- 3.5- Assessoria de Desenvolvimento Social

## IV- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE

- 4.1 - Assessoria Jurídica
- 4.2- Chefia de Recursos Humanos
- 4.3- Chefia de Administração e de Serviços Públicos
- 4.4- Gerência de Apoio Jurídico
- 4.5- Gerência de Compras e Licitações
- 4.6- Gerência de Esportes
- 4.7- Supervisoria de Tecnologia da Informação
- 4.8- Coordenadoria do Procon
- 4.9- Coordenadoria de Esportes
- 4.10- Assessoria Esportiva e de Treinamento
- 4.11- Assessoria de Informática
- 4.12- Assessoria de Ouvidoria

## V- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

- 5.1- Gerência de Contratos e Convênios
- 5.2- Encarregadoria Geral do DEMUTRAN/PU
- 5.3 - Encarregadoria de Fiscalização de Edificações e Planejamento
- 5.4- Supervisoria de Planejamento
- 5.5- Coordenadoria do DEMUTRAN/PU

## VI- SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

- 6.1- Contadoria Geral do Município
- 6.2- Gerência de Arrecadação e Fiscalização
- 6.3- Gerência Financeira
- 6.4- Supervisoria de Pagadoria
- 6.5- Coordenadoria de Cadastro Técnico Imobiliário
- 6.6- Coordenadoria de Fiscalização
- 6.7- Consultoria Financeira
- 6.8- Assessoria de Tributação

## VII- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- 7.1- Supervisoria de Projetos Educacionais de Jovens e Adultos
- 7.2 - Coordenadoria de Manutenção de Materiais da Educação
- 7.3- Coordenadoria de Projetos Educacionais Itinerante
- 7.4- Coordenadoria de Transporte Escolar
- 7.5- Coordenadoria da Equipe Multidisciplinar da Educação
- 7.6- Assessoria de Informática da Educação

## VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 8.1- Chefia Técnico de Saúde
- 8.2- Chefia Administrativo da Saúde
- 8.3- Gerência de Planejamento da Saúde
- 8.4- Supervisoria de Manutenção de Prédios da Saúde
- 8.5- Coordenadoria Municipal de Práticas Integrativas e Complementares
- 8.6- Coordenadoria Administrativa, Compras e Financeiro da Saúde
- 8.7- Coordenadoria de Controle e Avaliação da Saúde Ambiental
- 8.8- Coordenadoria de Programas Institucionais da Saúde nas Escolas
- 8.9- Coordenadoria de Tratamento Fora de Domicílio e Regulação de Exames
- 8.10- Assessoria de Apoio de Serviços da Saúde

## 8.11- Assessoria Administrativa de Unidade de Saúde

## IX- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

- 9.1- Chefia de Urbanismo e Serviços Públicos
- 9.2- Chefia de Construção e Manutenção de Obras
- 9.3- Gerência de Manutenção de Pontes, Galerias, Obras Públicas e Pavimentação Asfáltica
- 9.4- Encarregadoria Geral de Mecânica e de Manutenção Leves e Pesados
- 9.5- Encarregadoria de Mecânica Pesada
- 9.6- Supervisoria de Funilaria, Pintura, Máquinas e Equipamentos Públicos
- 9.7- Supervisoria de Manutenção Elétrica de Veículos, Máquinas e Equipamentos
- 9.8- Supervisoria de Iluminação Pública, Prédios e Logradouros
- 9.9- Supervisoria do Distrito de Santa Cruz do Timbó
- 9.10- Supervisoria do Distrito de São Miguel da Serra
- 9.11- Supervisoria de Obras do Interior de São Miguel da Serra
- 9.12- Supervisoria de Obras do Interior de Santa Cruz do Timbó
- 9.13- Supervisoria da Manutenção de Logradouros Municipais
- 9.14- Coordenadoria da Manutenção de Logradouros Municipais
- 9.15- Coordenadoria Administrativa de Obras e Serviços Públicos
- 9.16- Coordenadoria de Controle de Frotas
- 9.17- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Leve
- 9.18- Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Pesada
- 9.19- Coordenadoria de Serviços Públicos
- 9.20- Coordenadoria de Serviços Públicos na região de Nova Galícia
- 9.21- Assessoria de Britagem

## X- SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE

- 10.1- Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente
- 10.2- Coordenadoria da Divisão de Meio Ambiente e Florestas
- 10.3- Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente

## XI- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- 11.1- Gerência de Agricultura
- 11.2- Coordenadoria de Qualidade e Defesa Agropecuária
- 11.3- Assessoria de Proteção Animal

## ANEXO II

## CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

## A- NOMENCLATURA DO CARGO

## B- COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL

## C- NÚMERO DE VAGAS

## D- SÍMBOLO

## E- VENCIMENTO

A	B	C	D	E
Assessor Jurídico	IV	02	AJ	CC1
Contador Geral do Município	VI	01	CG	CC1
Chefe de Recursos Humanos	IV	01	CH	CC2
Chefe de Administração e de Serviços Públicos	IV	01	CH	CC2
Chefe de Construção e Manutenção de Obras	IX	01	CH	CC2
Chefe de Urbanismo e Serviços Públicos	IX	01	CH	CC2
Chefe Técnico de Saúde	VIII	01	CH	CC2
Chefe Administrativo da Saúde	VIII	01	CH	CC2
Gerente de Apoio Jurídico	IV	01	GE	CC3
Gerente de Manutenção de Pontes, Galerias, Obras Públicas e Pavimentação Asfáltica	IX	01	GE	CC3
Gerente de Cultura e Turismo	II	01	GE	CC3
Gerente de Compras e Licitações	IV	01	GE	CC3
Gerente de Contratos e Convênios	V	01	GE	CC3

Gerente de Arrecadação e Fiscalização	VI	01	GE	CC3
Gerente Financeiro	VI	01	GE	CC3
Gerente de Planejamento da Saúde	VIII	01	GE	CC3
Gerente de Agricultura	XI	01	GE	CC3
Gerente da Assistência Social	III	01	GE	CC3
Gerente de Esportes	IV	01	GE	CC3
Gerente de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	GE	CC3
Encarregado Geral do DEMU-TRAN/PU	V	01	EN	CC4
Encarregado de Fiscalização de Edificações e Planejamento	V	01	EN	CC4
Encarregado Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesados	IX	01	EN	CC4
Encarregado de Mecânica Pesada	IX	01	EN	CC4
Supervisor de Gabinete	I	01	SU	CC5
Supervisor de Imprensa	I	01	SU	CC5
Supervisor de Planejamento	V	01	SU	CC5
Supervisor de Pagadoria	VI	01	SU	CC5
Supervisor de Projetos Educacionais de Jovens e Adultos	VII	01	SU	CC5
Supervisor de Equipe Multidisciplinar	VII	01	SU	CC5
Supervisor de Funilaria, Pintura, Maquinas e Equipamentos Públicos	IX	01	SU	CC5
Supervisor de Manutenção Elétrica de Veículos, Máquinas e Equipamentos	IX	01	SU	CC5
Supervisor de Iluminação Pública, Prédios e Logradouros	IX	01	SU	CC5
Supervisor do Distrito de Santa Cruz do Timbó	IX	01	SU	CC5
Supervisor do Distrito de São Miguel da Serra	IX	01	SU	CC5
Supervisor de Manutenção de Prédios da Saúde	VIII	01	SU	CC5
Supervisor de Obras do Interior de São Miguel da Serra	IX	01	SU	CC5
Supervisor de Obras do Interior de Santa Cruz do Timbó	IX	01	SU	CC5
Supervisor de Tecnologia da Informação	IV	01	SU	CC5
Supervisor da Manutenção de Logradouros Municipais	IX	01	SU	CC5
Coordenador da Manutenção de Logradouros Municipais	IX	03	CO	CC6
Coordenador de Imprensa	I	01	CO	CC6
Coordenador de Patrimônio Cultural	II	01	CO	CC6
Coordenador de Cultura	II	01	CO	CC6
Coordenador Administrativo de Cultura	II	01	CO	CC6
Coordenador do Procon	IV	01	CO	CC6
Coordenador de Esportes	IV	01	CO	CC6
Coordenador do DEMUTRAN/PU	V	01	CO	CC6
Coordenador de Controle de Frotas	IX	01	CO	CC6



Coordenador de Cadastro Técnico Imobiliário	VI	01	CO	CC6
Coordenador de Fiscalização	VI	01	CO	CC6
Coordenador de Manutenção de Materiais da Educação	VII	01	CO	CC6
Coordenador de Projetos Educacionais Itinerante	VII	01	CO	CC6
Coordenador de Transporte Escolar	VII	01	CO	CC6
Coordenador de Equipe Multidisciplinar da Educação	VII	01	CO	CC6
Coordenador Municipal de Práticas Integrativas e Complementares	VIII	01	CO	CC6
Coordenador Administrativo, Compras e Financeiro da Saúde	VIII	01	CO	CC6
Coordenador de Controle e Avaliação da Saúde Ambiental	VIII	01	CO	CC6
Coordenador de Programas Institucionais da Saúde nas Escolas	VIII	01	CO	CC6
Coordenador Administrativo de Obras e Serviços Públicos	IX	02	CO	CC6
Coordenador de Mecânica e Manutenção Leve	IX	01	CO	CC6
Coordenador de Mecânica e Manutenção Pesada	IX	01	CO	CC6
Coordenador de Serviços Públicos	IX	03	CO	CC6
Coordenador de Serviços Públicos na região de Nova Galícia	IX	01	CO	CC6
Coordenador do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	X	01	CO	CC6
Coordenador de Qualidade e Defesa Agropecuária	XI	01	CO	CC6
Coordenador da Divisão de Meio Ambiente e Florestas	X	01	CO	CC6
Coordenador de Desenvolvimento Social e Casa de Passagem	III	01	CO	CC6
Coordenador de Tratamento Fora de Domicílio e Regulação de Exames	VIII	01	CO	CC6
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil	I	01	CO	CC6
Consultor Financeiro	VI	02	CL	CC7
Consultor de Programas Sociais	III	01	CL	CC7
Assessor de Informática	IV	01	AS	CC8
Assessor Cultural	II	01	AS	CC8
Assessor de Desenvolvimento Social	III	02	AS	CC8
Assessor Esportivo e de Treinamentos	IV	03	AS	CC8
Assessor de Tributação	VI	01	AS	CC8
Assessor de Informática da Educação	VII	01	AS	CC8
Assessor de Apoio de Serviços da Saúde	VIII	01	AS	CC8
Assessor Administrativo de Unidade de Saúde	VIII	02	AS	CC8
Assessor de Britagem	IX	01	AS	CC8



Assessor de Proteção Animal	XI	02	AS	CC8
Assessor de Ouvidoria	IV	01	As	CC8

TABELA DE VENCIMENTOS	
VENCIMENTO	VALOR
CC-1	R\$ 5.506,60
CC-2	R\$ 4.565,78
CC-3	R\$ 3.312,18
CC-4	R\$ 3.035,09
CC-5	R\$ 2.485,88
CC-6	R\$ 1.920,77
CC-7	R\$ 1.365,50
CC-8	R\$ 1.199,20

### ANEXO III AGENTES POLÍTICOS

A – NOMENCLATURA DO CARGO  
B – NÚMERO DE VAGAS  
C – SÍMBOLO

A	B	C
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social	01	DS
Secretário Municipal de Administração e Esporte	01	DS
Secretário Municipal de Planejamento	01	DS
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade	01	DS
Secretário Municipal de Educação	01	DS
Secretário Municipal de Saúde	01	DS
Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	01	DS
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente	01	DS
Secretário Municipal de Agricultura	01	DS

### ANEXO IV ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO E AGENTES POLÍTICOS

Secretários Municipais: planejar, dirigir, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de sua respectiva pasta; submeter ao Prefeito Municipal as matérias de competência deste, cumprir e fazer cumprir suas decisões; encaminhar ao Prefeito Municipal, relatórios e balancetes das atividades relacionadas à sua pasta; autorizar a abertura, movimentação e encerramento de contas bancárias, sempre com a assinatura conjunta do Prefeito Municipal; assinar e endossar, em conjunto e solidariamente, com o Prefeito Municipal, documentos referentes a pagamentos e títulos de créditos do Município; constituir comissões, solicitar a abertura de licitações, observada a legislação específica; instruir o pedido de abertura de licitação com orçamentos condizentes com a realidade local, acompanhar o cumprimento dos contratos, acompanhar os prazos de vigência dos contratos atinentes à sua pasta, acompanhar se o objeto do contrato está em conformidade com o contido no contrato, praticar todos os atos relativos à pessoal, nos termos da legislação em vigor; promover e controlar a aplicação de recursos destinados às atividades de sua respectiva pasta, de acordo com as normas legais e regulamentares pertinentes; apreciar e submeter à aprovação do Prefeito Municipal a proposta orçamentária da sua respectiva pasta e suas alterações; assistir ao Prefeito Municipal em assuntos de sua área de atuação, submetendo, quando necessário, os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; emitir pareceres e relatórios de trabalho sobre assuntos pertinentes a sua pasta; propor normas e rotinas que maximizem os resultados pretendidos; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a sua área de competência; promover a articulação de seus programas com ações de outras Secretarias e/ou demais órgãos; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de responsabilidade da sua Secretaria; determinar a escala de férias dos servidores subordinados, propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; supervisionar a utilização do patrimônio público com especial atenção para a utilização da frota veicular indicando e responsabilizando servidores pelo mau uso ou eventuais danos causados a este, fiscalizar o correto cumprimento das atribuições dos cargos dos servidores que estão sob sua responsabilidade evitando o desvio de função, bem como o não cumprimento ou abuso no desempenho das funções, representar a Secretaria nas solenidades e comemorações oficiais do Município; promover e presidir as reuniões periódicas, de cunho educativo e informativo com o pessoal diretamente subordinado, no intuito de debater questões relativas à melhoria do desempenho das tarefas atribuídas à respectiva Secretaria; manter conduta pública condizente com o cargo, decidir sobre os assuntos pertinentes a sua respectiva pasta; e, exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

Dirigentes: Apresentar ao Secretário Municipal propostas referentes à legislação, orçamento e aperfeiçoamento dos servidores subordinados, bem como dos programas, projetos e ações a serem desenvolvidos; chefiar a distribuição dos recursos humanos e materiais, tendo por objetivo a otimização e aprimoramento das atividades a serem desenvolvidas; manifestar-se em processos que versem sobre assuntos de interesse da Secretaria; receber toda a documentação oriunda de seus subordinados e encaminhá-la à unidade administrativa competente,

decidindo as que forem de sua competência e opinando nas que dependem de decisões superiores; fiscalizar os serviços a seu encargo; solicitar compras de materiais e equipamentos; observar e cumprir leis, decretos e regulamentos; elaborar a efetividade e planilhas de horas extras dos servidores da Secretaria de que for o titular; responsabilizar-se pelo patrimônio da Secretaria; coordenar projetos; procurar, com o máximo critério, conhecer seus subordinados, promovendo o clima de cooperação e respeito mútuo entre todos; atender às ponderações justas de todos os seus subordinados, quando feitas a termo e desde que sejam de sua competência; zelar pelo aproveitamento integral do efetivo lotado em sua respectiva Secretaria; imprimir em todos os seus atos, como exemplo, à máxima correção, pontualidade e justiça; encaminhar ao Secretário Municipal os assuntos para apreciação superior; manter o relacionamento de cooperação mútua com todos os órgãos públicos de atendimento à população, respeitando as limitações e atribuições da mesma; atender ao público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Chefes:** programar, orientar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de atividades a cargo da respectiva unidade e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário da pasta as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a sua área de competência; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos à respectiva unidade; elaborar e encaminhar ao Secretário da pasta, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades sob sua responsabilidade; auxiliar o Secretário da pasta em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a sua área de competência; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes a sua respectiva unidade; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Gerentes:** gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na sua área de competência; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à respectiva unidade e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes a sua área de competência; acompanhar o desenvolvimento das atividades da respectiva unidade, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da respectiva unidade; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da unidade, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

**Encarregados:** supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional do Setor em que estiver lotado; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Supervisores:** supervisionar e coordenar a parte operacional da secretaria em que estiver lotado; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Coordenadores:** coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de serviços que dirige, acompanhando os trabalhos dos mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Consultores:** prestar consultoria e assessoramento à Secretaria em que estiver lotado; elaborar pareceres em processos administrativos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; participar de comissões; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Assessores:** prestar assessoramento ao Departamento em que estiver lotado; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar ao superior hierárquico a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Assessor Jurídico:** assessorar e assistir o Prefeito Municipal em assuntos de natureza jurídico-administrativa; elaborar estudos e pareceres

jurídicos de interesse do Prefeito Municipal; propor normas e rotinas que otimizem os resultados pretendidos; assessorar na elaboração de minutas de atos administrativos; estudar, vistar, opinar e informar sobre os assuntos que envolvam matéria jurídica; executar atividades de consultoria e assessoramento jurídico; acompanhar matérias relativas à sua área de atuação veiculadas pelos meios de comunicação; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

Contador Geral do Município: supervisionar e executar o fechamento dos balanços mensais e anuais; supervisionar e executar a prestação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado e Tribunal de Contas da União; supervisionar e executar a prestação de contas junto ao SISTN e SIOPS; supervisionar e executar a consolidação das contas com a Administração Indireta Municipal; supervisionar e orientar os órgãos municipais e o Chefe do Poder Executivo na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, de acordo com a legislação vigente; supervisionar e orientar os órgãos municipais na execução orçamentária e no cumprimento das metas, bem como na elaboração de projetos de lei relacionados com geração de despesa em compatibilidade com a legislação pertinente; supervisionar e orientar os órgãos municipais no cumprimento das regras relativas às finanças públicas e no cumprimento das regras afetadas à responsabilidade fiscal e à contabilidade pública; supervisionar os trabalhos dos servidores lotados no Departamento de Contabilidade, relativamente às atividades de caráter permanente; Supervisionar e executar tarefas correlatas.

Supervisia de Gabinete: promover a assistência direta ao Prefeito no desempenho de suas atividades político/administrativas; executar e exercer a direção da execução das atribuições previstas para o Gabinete do Prefeito; despachar diretamente com o Prefeito, delegar atribuições, distribuir o trabalho, superintender sua execução e controlar os resultados; responsabilizar-se pela fiel observância e cumprimento eficaz das disposições legais e normativas da legislação pública municipal, no âmbito do Gabinete do Prefeito; promover a recepção de pessoas e autoridades que se dirijam ao Prefeito; transmitir ordens e determinações do Prefeito; representar o Prefeito quando designado; apresentar ao Prefeito Municipal relatório anual das atividades do Gabinete; praticar os atos necessários ao cumprimento das atribuições do Gabinete do Prefeito e aqueles para os quais receber delegação de competência; desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Prefeito.

Supervisia de Imprensa: supervisionar a elaboração e publicação de textos referentes a assuntos de interesse dos municípios; supervisionar a divulgação de programas de governo e nas metas já atingidas de forma a propiciar à comunidade o conhecimento sobre o andamento de obras e serviços; supervisionar a organização de eventos inaugurações e das audiências públicas; supervisionar e acompanhar reuniões, registrar fatos importantes da Administração Pública e supervisionar outros serviços atinentes à sua área, responsável pelo conteúdo veiculado nas páginas oficiais do município e nas redes sociais oficiais.

Coordenadoria de Imprensa: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de imprensa, acompanhando os trabalhos desta, para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos de imprensa, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos de imprensa; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores. Sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelos equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas com a imprensa.

Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil: coordenar processos administrativos de Proteção e Defesa Civil; solicitar a compra de materiais e equipamentos; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; participar de comissões; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Gerência de Cultura e Turismo: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades relativos à Cultura e o Turismo no Município; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria de Cultura e Turismo e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da Secretária de Cultura e Turismo; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes à Cultura e ao Turismo; acompanhar o desenvolvimento das atividades da secretaria, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Coordenadoria Administrativa de Cultura: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da administração da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Patrimônio Cultural: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes aos Patrimônios Culturais do Município, acompanhando os trabalhos em tal área para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Coordenadoria Cultural:** coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à Cultura do Município, acompanhando os trabalhos em tal área para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Assessoria Cultural:** prestar assessoramento a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Gerência da Assistência Social:** supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional da Assistência Social; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços da Assistência Social; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpra-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; aplicar corretamente os recursos provenientes de programas federais; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; Elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; Realizar outras tarefas afins.

**Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Casa de Passagem:** coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social e da Casa de Passagem, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Supervisor de Equipe Multidisciplinar:** responsável pela execução dos projetos inerentes a Secretaria de Desenvolvimento Social, elaborar, redigir, estudar e examinar a execução dos projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos para a execução dos projetos; executar as atividades de administração geral em relação a execução dos projetos sociais, controle de material e patrimônio; realizar outras tarefas afins.

**Consultoria de Programas Sociais:** prestar consultoria e assessoramento à Secretaria de Desenvolvimento Social; elaborar pareceres em processos administrativos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; participar de comissões; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Assessoria de Desenvolvimento Social:** prestar assessoramento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Chefia de Recursos Humanos:** chefiar, programar, orientar, dirigir, controlar e avaliar a execução de atividades a cargo do Setor de Recursos Humanos e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos adotados pelo Município; propor ao Secretário de Administração e Esporte as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos ao Setor de Recursos Humanos; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos ao Setor de Recursos Humanos; elaborar e encaminhar ao Secretário de Administração e Esporte, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades sob sua responsabilidade; assistir ao Secretário de Administração e Esporte em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos ao Setor de Recursos Humanos; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes ao Setor de Recursos Humanos; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Chefia de Administração e de Serviços Públicos:** chefiar, programar, orientar, dirigir, controlar e avaliar a execução de atividades a cargo da Secretaria de Administração e Esportes e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário de Administração e Esportes medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a Secretaria de Administração e Esportes; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos à Secretaria de Administração e Esportes; elaborar e encaminhar ao Secretário de



Administração e Esportes, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades sob sua responsabilidade; assistir a ao Secretário de Administração e Esportes em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a Secretaria de Administração e Esportes; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes a Secretaria de Administração e Esportes; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

Gerência de Apoio Jurídico: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na Assessoria Jurídica; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes a Assessoria Jurídica e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes a Assessoria Jurídica; acompanhar o desenvolvimento das atividades da Assessoria Jurídica, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Assessoria Jurídica; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Assessoria Jurídica, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Gerência de Compras e Licitações: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na área de Compras e Licitações; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes ao Setor de Compras e Licitações e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes ao Setor de Compras e Licitações; acompanhar o desenvolvimento das atividades do Setor de Compras e Licitações, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades do Setor de Compras e Licitações; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades do Setor de Compras e Licitações, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Gerência de Esportes: supervisionar e coordenar a parte operacional da Secretaria Municipal de Administração e Esportes nos assuntos relacionados a Esportes; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Supervisia de Tecnologia da Informação: supervisionar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à Tecnologia da Informação, acompanhando os trabalhos dos mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; , responsável pelos sistemas de gerenciamento utilizados pela Municipalidade; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria do Procon: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades do Procon Municipal de Porto União, acompanhando os trabalhos do mesmo para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Esportes: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes aos Esportes, acompanhando os trabalhos em tal área para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Assessoria Esportiva e de Treinamento: prestar assessoramento ao Departamento em que estiver lotado; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Assessoria de Informática: prestar assessoramento nas questões referentes à Informática; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Assessoria de Ouvidoria: recebimento de denúncias relativas a administração pública, apura-las e caso comprovada a veracidade, levar a conhecimento do gestor municipal ou do Secretário de Administração para a tomada de providências cabíveis, no intuito de sanar as irregularidades.

Gerência de Contratos e Convênios: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na área de contratos e convênios; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Planejamento e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes a contratos e convênios; acompanhar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Planejamento; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Planejamento, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Encarregadoria Geral do DEMUTRAN/PU: supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional do DEMUTRAN/PU; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços do DEMUTRAN/PU; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpra-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; Elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; Realizar outras tarefas afins.

Encarregadoria de Fiscalização de Edificações e Planejamento: supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional da Fiscalização de Edificações e Planejamento; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços da Assistência Social; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpra-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; Elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; Realizar outras tarefas afins.

Supervisia de Planejamento: supervisionar e coordenar a parte operacional da Secretaria Municipal de Planejamento; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Coordenadoria do DEMUTRAN/PU: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades do DEMUTRAN/PU, acompanhando os trabalhos do mesmo para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Contadoria Geral do Município: planejar as competências da Contadoria Geral do Município, em respeito à legislação aplicável; estudar, classificar, escriturar e analisar os atos e fatos administrativos municipais, de forma analítica e sintética; elaborar, em conjunto com o assessor de planejamento e gestão administrativa, os projetos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Plano Plurianual - PPA, e o Orçamento-Programa Anual, na forma e tempo adequados; empenhar a despesa e fazer o controle dos créditos orçamentários; - registrar a movimentação de recursos financeiros da administração de pessoal e material; - registrar, na forma prevista, a movimentação de bens; apurar contas dos responsáveis por recursos financeiros, bens e valores; fazer planos e prestações de contas de recursos financeiros; levantar mensalmente os balancetes e anualmente o balanço; arquivar documentos relativos à movimentação financeira patrimonial; controlar, contábil e extra-contábilmente, a movimentação do Fundo de Participação dos Municípios; controlar a movimentação de transferências financeiras recebidas de órgãos do Estado e da União, inclusive outros fundos especiais; prestar contas dos recursos financeiros recebidos pelo Município, conforme as disposições legais pertinentes, inclusive de acordos e convênios ou outros ajustes; elaborar cronograma mensal de desembolso financeiro, conforme constar na Lei Orçamentária; estudar, controlar e interpretar os fenômenos relativos aos fatores econômicos e públicos, prevendo: a) as medidas adotáveis; b) a quantidade; c) a evolução. assinar balanços e balancetes; analisar balanços e balancetes; preparar relatórios informativos referentes à situação financeira e patrimonial da Prefeitura; verificar e interpretar contas do ativo e do passivo; preparar pareceres referentes à Contabilidade Pública Municipal, nos termos da legislação específica; analisar cálculos de custos.

Gerência de Arrecadação e Fiscalização: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na área de Arrecadação e Fiscalização; assistir o superior imediato em assuntos

pertinentes ao Setor de Tributação e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes a Arrecadação e Fiscalização; acompanhar o desenvolvimento do Setor de Tributação, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades do Setor de Tributação; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades do Setor de Tributação, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Gerência Financeira: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na área Financeira; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes ao Financeiro; acompanhar o desenvolvimento das atividades da respectiva unidade, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Supervisia de Pagadoria: supervisionar e coordenar a parte operacional da Secretaria Municipal de Finanças e Contabilidade; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Coordenadoria de Cadastro Técnico Imobiliário: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades do Cadastro Técnico Imobiliário, acompanhando os trabalhos referentes ao mesmo para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Fiscalização: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de Fiscalização, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Consultoria Financeira: prestar consultoria e assessoramento à Secretaria de Finanças e Contabilidade; elaborar pareceres em processos administrativos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; participar de comissões; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Assessoria de Tributação: prestar assessoramento ao Setor de Tributação; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Supervisia de Projetos Educacionais de Jovens e Adultos: supervisionar a parte operacional da educação de Jovens e Adultos; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Coordenadoria de Manutenção de Materiais da Educação: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à merenda escolar, materiais de limpeza e higiene e materiais de expediente, acompanhando os trabalhos referentes à mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos

sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Coordenadoria de Projetos Educacionais Itinerante:** coordenar, orientar, planejar e controlar os projetos educacionais, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Coordenadoria de Transporte Escolar:** coordenar, orientar, planejar e controlar os serviços de Transporte Escolar, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Coordenadoria da Equipe Multidisciplinar da Educação:** coordenar, orientar, planejar e controlar os serviços da Equipe Multidisciplinar da Educação, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

**Assessoria de Informática da Educação:** prestar assessoramento em questões referentes à informática no âmbito da educação, manutenção e reparos de equipamentos nas escolas e Secretaria de Educação; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Chefia Técnico de Saúde:** programar, orientar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de atividades técnicas da Saúde e afetas a sua área de competência, cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário da Saúde as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a Secretaria da Saúde; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos à respectiva unidade; elaborar e encaminhar ao Secretário da Saúde, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades técnicas da saúde; assistir a ao Secretário da Saúde em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a saúde; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes a técnicas de saúde utilizadas; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Chefia Administrativo da Saúde:** programar, orientar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de atividades administrativas da Saúde e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário da Saúde as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a sua área de competência; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos à Secretaria da Saúde; elaborar e encaminhar ao Secretário da Saúde, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades administrativas da saúde; assistir a ao Secretário da pasta em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a sua área de competência; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes à administração da Secretaria de Saúde; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Gerência de Planejamento da Saúde:** gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos no Planejamento da Saúde; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Saúde e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes ao Planejamento da Saúde; acompanhar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Saúde, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Saúde; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Saúde, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

**Supervisia de Manutenção de Prédios da Saúde:** supervisionar, executar e avaliar os serviços das equipes de manutenção de serviços da



saúde; garantir EPI's aos servidores que trabalham na execução dos serviços respectivos; providenciar a aquisição de bens, produtos e serviços necessários à execução dos serviços respectivos; promover a alimentação de sistemas informáticos de controle dos serviços e de estoque de materiais utilizados; assessorar os Departamentos da Secretaria Municipal na produção de documentos exigidos; propor a expedição de instruções, normas e modelos para a execução dos serviços respectivos; promover reuniões com os servidores para distribuição das atividades operacionais da respectiva Supervisoria Setorial; submeter à consideração superior os assuntos que excedam à sua competência; desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição de chefia e coordenação.

Coordenadoria Municipal de Práticas Integrativas e Complementares: realizar o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território, visando estruturar as ações das Práticas Integrativas no âmbito municipal; promover a divulgação da Política e das Ações específicas que serão desenvolvidas, visando à adesão e participação dos usuários e profissionais da saúde pública; fomentar a participação e a mobilização da sociedade civil, visando divulgar as ações relativas às Práticas Integrativas no âmbito do SUS; apoio às Estratégias da Saúde da Família nos vários programas desenvolvidas pelas mesmas.

Coordenadoria Administrativa, Compras e Financeira da Saúde: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de serviços que dirige, acompanhando os trabalhos dos mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Controle e Avaliação da Saúde Ambiental: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes ao Controle e a Avaliação da Saúde, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Programas Institucionais da Saúde nas Escolas: coordenar, orientar, planejar e controlar os programas institucionais da Saúde nas Escolas, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Tratamento Fora de Domicílio e Regulação de Exames: coordenar, orientar, planejar e controlar os programas de tratamento fora de domicílio e regulação de exames, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Assessoria de Apoio de Serviços da Saúde: prestar assessoramento aos serviços de saúde do município; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; acolher pacientes para dinamizar o serviço; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Assessoria Administrativa de Unidade de Saúde: prestar assessoramento administrativo à unidade de saúde em que trabalha; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Chefia de Urbanismo e Serviços Públicos: programar, orientar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução de atividades a cargo da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a obras e serviços públicos; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos à Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos; elaborar e encaminhar ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades sob sua responsabilidade; assistir a ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de

programas e projetos afetos a obras e serviços públicos; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes a obras e serviços públicos; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Chefia de Construção e Manutenção de Obras:** programar, orientar, dirigir, coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das Construções de Obras municipais e afetas a sua área de competência cumprir e fazer cumprir as diretrizes, normas e os procedimentos técnicos, administrativos e financeiros adotados pelo Município; propor ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos as medidas, normas e rotinas que julgar convenientes para a maior eficiência e aperfeiçoamento das atividades, projetos e programas, sob sua responsabilidade; planejar, programar e disciplinar a utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento dos trabalhos afetos a obras e serviços públicos; articular-se com as demais unidades, com vistas à integração das atividades do Poder Executivo Municipal; apreciar e pronunciar-se em assuntos relativos às construções de obras municipais; elaborar e encaminhar ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos, relatórios e pareceres periódicos, ou quando solicitado, sobre as atividades sob sua responsabilidade; assistir a ao Secretário de Transporte, Obras e Serviços Públicos em assuntos de sua área de atuação, submetendo os atos administrativos e regulamentares a sua apreciação; dirigir, coordenar e supervisionar o desenvolvimento de programas e projetos afetos a obras e serviços públicos; assegurar o aperfeiçoamento técnico da equipe; identificar, registrar e disseminar as experiências de projetos afins com os de sua responsabilidade; propor a racionalização de métodos e processos de trabalho; decidir sobre os assuntos pertinentes à construção de obras; exercer outras atribuições que lhe forem conferidas ou delegadas.

**Gerência de Manutenção de Pontes, Galerias, Obras Públicas e Pavimentação Asfáltica:** gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades, compreendidos na área de Pontes, Galerias e Obras Públicas; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e serviços públicos e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes a pontes, galerias e obras públicas; acompanhar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Pontes, Galerias e Obras Públicas, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Pontes, Galerias e Obras Públicas; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Pontes, Galerias e Obras Públicas, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

**Encarregadoria Geral de Mecânica e Manutenção Leves e Pesados:** supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional da Mecânica e Manutenção leves e pesados; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Encarregadoria de Mecânica Pesada:** supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional da Mecânica Pesada; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Supervisia de Funilaria, Pintura, Máquinas e Equipamentos Públicos:** supervisionar e coordenar a parte operacional de Funilaria E Pintura; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Supervisia de Manutenção Elétrica de Veículos, Máquinas e Equipamentos:** supervisionar e coordenar a parte operacional de Manutenção Elétrica; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

**Supervisia de Iluminação Pública, Prédios e Logradouros:** supervisionar e coordenar a parte operacional de Iluminação Pública; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao

conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Supervisia do Distrito de Santa Cruz do Timbó: supervisionar e coordenar a parte operacional da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos no Distrito de Santa Cruz do Timbó; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Supervisia do Distrito de São Miguel da Serra: supervisionar e coordenar a parte operacional da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos no Distrito de São Miguel da Serra; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Supervisia de Obras do Interior de São Miguel da Serra: supervisionar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de obras no interior de São Miguel da Serra, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Supervisia de Obras do Interior de Santa Cruz do Timbó: supervisionar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de obras no interior de Santa Cruz do Timbó, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Supervisia da Manutenção de Logradouros Municipais: supervisionar e coordenar a parte operacional da manutenção de logradouros municipais; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar na organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Coordenadoria da Manutenção de Logradouros Municipais: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à manutenção de logradouros municipais, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria Administrativa de Obras e Serviços Públicos: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à administração de obras e serviços públicos, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Controle de Frotas: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes ao controle de Frotas, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Leve: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à mecânica e manutenção leve, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Mecânica e Manutenção Pesada: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à mecânica e manutenção Pesada, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Serviços Públicos: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades dos Serviços Públicos, acompanhando os mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Coordenadoria de Serviços Públicos na região de Nova Galícia: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe de obras na região de Nova Galícia, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Assessoria de Britagem: prestar assessoramento a equipe de britagem; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Gerência de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente: gerenciar, orientar, controlar, acompanhar e avaliar a elaboração e execução de programas, projetos, planos, orçamentos e atividades compreendidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente; assistir o superior imediato em assuntos pertinentes à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente e propor medidas que propiciem a eficiência e o aperfeiçoamento dos trabalhos a serem desenvolvidos; acompanhar e promover a integração, o desenvolvimento técnico e interpessoal da respectiva equipe de trabalho; assessorar o superior imediato em assuntos pertinentes ao planejamento do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente; acompanhar o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, com vista ao cumprimento dos programas de trabalho; elaborar e encaminhar ao superior imediato relatórios periódicos, ou quando solicitados, sobre as atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente; subsidiar, com informações relativas a projetos e atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, a elaboração da programação da respectiva pasta; acompanhar os desembolsos relativos às despesas efetuadas com a execução de projetos ou de atividades.

Coordenadoria da Divisão de Meio Ambiente e Florestas: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades da Divisão de Meio ambiente e Florestas, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.



Coordenadoria do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Meio Ambiente, acompanhando os trabalhos da mesma para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Gerência da Agricultura: supervisionar e coordenar a parte administrativa e operacional da Secretaria de Agricultura; instruir seus subordinados de modo que se conscientizem da responsabilidade que possuem; assessorar a organização dos serviços; levar ao conhecimento do superior imediato, verbalmente ou por escrito, depois de convenientemente apurado, todas as ocorrências que não lhe caiba resolver, bem como todos os documentos que dependam de decisão superior; dar conhecimento ao superior hierárquico de todos os fatos ocorridos e de outros que tenha realizado por iniciativa própria; promover reuniões periódicas com os auxiliares de serviço; coordenar a expedição de todas as ordens relativas à disciplina, instrução e serviços gerais cuja execução cumpre-lhe fiscalizar; representar o superior hierárquico, quando designado; assinar documentos ou tomar providências de caráter urgente, na ausência ou impedimento ocasional do superior hierárquico, dando-lhe conhecimento, posteriormente; elaborar correspondências em geral; organizar eventos em geral; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Coordenadoria de Qualidade e Defesa Agropecuária: coordenar, orientar, planejar e controlar as atividades referentes à qualidade e defesa agropecuária, acompanhando as mesmas para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do seu superior hierárquico; dirigir e controlar os trabalhos que lhe são afetos, respondendo pelos encargos a eles atribuídos; planejar e mandar executar trabalhos; obedecer a ordens superiores; cobrar execução de trabalhos; distribuir tarefas; zelar pelo cumprimento de horários pelos servidores sob sua responsabilidade; manter controle e fazer relatórios; comunicar a seu superior imediato todo e qualquer problema de pessoal ou de trabalho que não possa resolver; tomar iniciativas na ausência do seu superior hierárquico; zelar pelas ferramentas, carros, máquinas, equipamentos e implementos sob sua responsabilidade; solicitar a aquisição de materiais, peças e outras tarefas correlatas.

Assessoria de Proteção Animal: prestar assessoramento a Secretaria de Agricultura no tocante ao encaminhamento de animais acidentados para atendimento, responsável pelos programas de castração e afetos; sugerir ao superior hierárquico alterações na legislação pertinente, de modo a ajustá-la ao interesse público do Município; elaborar, redigir, estudar e examinar projetos; elaborar e redigir documentos; solicitar a compra de materiais e equipamentos; executar as atividades de administração geral, controle de material e patrimônio; atender o público em geral; realizar outras tarefas afins.

Art. 2º O Gerente de Contratos e Convênios e o Supervisor de Planejamento terão atribuições de Responsáveis pela Anotação Técnica – ART, junto ao órgão fiscalizador do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA ou Conselho de Arquitetura Urbanismo – CAU, razão pela qual tal cargo deverá ser preenchido por Engenheiro Civil ou Arquiteto, devidamente inscrito no órgão de classe.

Art. 3º Revogam-se as Leis Municipais nºs 4.586, de 15 de maio de 2019 e 4.605, de 28 de agosto de 2019, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

Porto União (SC), 11 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## **PORTARIA Nº 296/2020 - RH**

Publicação Nº 2355244

PORTARIA Nº 296, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";  
CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ALDA LINE JUNGLES DE CAMARGO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "03º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Jornalista Hermínio Milis, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 302/2020 - RH

Publicação Nº 2355250

PORTARIA Nº 302, de 03 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

### RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada NEUSA MARIA VIER, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em vaga vinculada à servidora Neusa Iris Giacomini que está atuando no apoio pedagógico.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

## PORTARIA Nº 303/2020 - RH

Publicação Nº 2355253

PORTARIA Nº 303, de 03 de fevereiro de 2020.

Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

### RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ELIZIANE RIBEIRO VALIGURA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 1º ao 5º Anos Iniciais, classificada em "16º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em vaga vinculada à servidora Eroni Natalia Guimaraes de Brito que está desempenhando suas funções nas Salas de Recursos Funcionais, conforme prevê o Artigo nº 4, do paragrafo VII, da Lei 4.129/2013.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 305/2020 - RH**

Publicação Nº 2355257

PORTARIA Nº 305, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";  
CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, VINICIUS MOYSÉS DE SOUZA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificado em "2º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 306/2020 - RH**

Publicação Nº 2355274

PORTARIA Nº 306, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO as Metas 4.2 e 6.5 do Plano Municipal de Educação, de 12 de maio de 2015;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, SAMIR ALVES, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificado em "3º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, conforme Meta 4.2 do Plano Municipal de Educação: "Garantir o acesso desse público a todas as atividades escolares, inclusive as extraclasse e as inerentes à Educação de Tempo Integral" e Meta 6.5 do Plano Municipal de Educação: "Articular projetos desenvolvidos por Universidades, Clubes, Associações, etc., às atividades de Educação Integral".

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Programa AABB Comunidade, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 310/2020 - RH**

Publicação Nº 2355275

PORTARIA Nº 310, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";  
CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ADRIANO SKRZYPA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificado em "10º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Legru, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 311/2020 - RH**

Publicação Nº 2355277

PORTARIA Nº 311, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";  
CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, LUANA LEITE DA SILVA ROSENSCHIEG, para exercer as funções do cargo de Professor Docente 6º ao 9º Anos Finais (Educação Física), classificada em "11º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto aos Núcleos de Educação Infantil: Albertina Brauchner, Comequinho de Vida, Favo de Mel, Moranguinho e Trem da Alegria, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



**PORTARIA Nº 317/2020 - RH**

Publicação Nº 2355279

PORTARIA Nº 317, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o processo referente à Licença para Acompanhar o Cônjuge ou Companheiro da servidora Isabela de Fátima Machado;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada DJESSICA LUANA ZAGO, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 10 de julho de 2020, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, em substituição à servidora Isabela de Fátima Machado que se encontra afastada em Licença para Acompanhar Cônjuge ou Companheiro.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 321/2020 - RH**

Publicação Nº 2355282

PORTARIA Nº 321, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada ANA CRISTINA DE OLIVEIRA CAMARGO, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, em vaga vinculada à servidora Fernanda Regina Caldas, que está desempenhando a função de Diretora do Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 324/2020 - RH**

Publicação Nº 2355286

PORTARIA Nº 324, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;

CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";

CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;

CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;

CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada DULCIMARA TOMKI DE LIMA, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Favo de Mel, em razão da demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 326/2020 - RH**

Publicação Nº 2355290

PORTARIA Nº 326, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 29 de maio de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ALDA LINE JUNGLES DE CAMARGO, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "14º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, em substituição à servidora Emanuella Maciel Schwartz, que se encontra afastada em Licença Maternidade.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Pingo de Gente, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 328/2020 - RH**

Publicação Nº 2355294

PORTARIA Nº 328, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada IZABELA ZAMBONI, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 a 21 de fevereiro de 2020 ou até que o candidato convocado em concurso público assumira a vaga, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Trem da Alegria.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 332/2020 - RH**

Publicação Nº 2355298

PORTARIA Nº 332, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre Contratar por Tempo Determinado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o princípio da autotutela;  
CONSIDERANDO o Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011 que assim dispõe: "Fica autorizada a contratação de professor para o exercício da docência, em caráter temporário, para o atendimento dos seguintes casos considerados de excepcional interesse público";  
CONSIDERANDO a demanda das matrículas imprevistas que surgiram para o ano letivo de 2020;  
CONSIDERANDO que as referidas vagas não podem ser ocupadas por servidor efetivo em razão de sua transitoriedade;  
CONSIDERANDO que não houveram professores efetivos interessados em alterar a carga horária nos termos do Edital nº 012/2019 da Secretaria Municipal de Educação;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de fevereiro a 14 de dezembro de 2020, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, ELIZIANE RIBEIRO VALIGURA, para exercer as funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, classificada em "24º" lugar do Processo Seletivo 001/2019, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e alterações, para atender a demanda de matrículas imprevistas na rede pública municipal que surgiram no ano letivo de 2020, conforme prevê o inciso III do Artigo nº 61 da Lei 3.885/2011.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico, vinculada à Secretaria Municipal de Educação deste município.

Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA Nº 340/2020 - RH**

Publicação Nº 2355301

PORTARIA Nº 340, de 03 de fevereiro de 2020.  
Dispõe sobre alteração de carga horária.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado ALEX BORGES DE SOUZA, ocupante do cargo de Professor Docente Educação Infantil, para mais 20 (vinte) horas semanais, no período de 03 a 21 de fevereiro de 2020 ou até que o candidato convocado em concurso público assuma a vaga, com vencimentos na Classe "B", Referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo de Educação Infantil Moranguinho.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 03 de fevereiro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 009/2020 DE 04/02/2020 - DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356129

DECRETO Nº 009/2020 de 04/02/2020

Dispõe sobre a suplementação por excesso de arrecadação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a seguinte dotação orçamentária, consignada no Orçamento Corrente do Município:

Órgão: 12 FUNDO P/ CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Unidade: 01 FUNDO P/ CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA

Funcional: 08.243.0028.2.037 – Manutenção do Fundo para Criança e Adolescência

(135) 3.3.90.00.00.00.00.0130 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Órgão: 09 SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS GERAIS

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DE OBRAS E MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA

Funcional: 26.782.0039.1.008 – Pavimentação e Infraestrutura, Diversas Ruas

(102) 4.4.90.00.00.00.00.0130 - Aplicações Diretas ..... R\$ 48.000,00

TOTAL ..... R\$ 68.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, SC, 04 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 010/2020 DE 10/02/2020 ALTERA COORDENADOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356131

DECRETO Nº 010/2020 de 10/02/2020.

Altera Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 2.448/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Altera o art. 2º, do Decreto nº 031/2019 de 26/03/2019, nomeando para a função de Coordenador de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, o Sr. TEOTONIO R. BONESSI, sucedido pelo Sr. MARTINHO ADOLFO FELIPE.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 10 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 011/2020 DE 11/02/2020 CANCELA LANÇAMENTO DE DÍVIDA ATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356132

DECRETO Nº 011/2020 de 11/02/2020

Cancela lançamento de dívida ativa, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO certidão emitida pelo setor de tributos;

CONSIDERANDO que na referida certidão consta a informação de que o débito em nome de SUELY MARIA KRUGER, CPF nº 022.833.249-47, referente a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos anos de 1997 a 1999, se encontra prescrito.

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação da contribuinte junto ao setor de tributos do município.

DECRETA:

Art. 1º - Com base na certidão emitida pelo Fiscal de Tributos do Município de Pouso Redondo, à qual é parte integrante do presente decreto, fica cancelado o débito em nome de SUELY MARIA KRUGER, CPF nº 022.833.249-47, referente a Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos anos de 1997 a 1999, com valor total de R\$ 1.655,41 (um mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e um centavos).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 11 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 012/2020 DE 12/02/2020 ALTERA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356133

DECRETO Nº 012/2020 de 12/02/2020

Altera Membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal nº 2.448/2013.

CONSIDERANDO a necessidade de alteração de alguns membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo, tendo em vista que os representantes de algumas entidades não fazem mais parte destas.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para substituir os representantes do Corpo de Bombeiros Militares de Pouso Redondo e das Associações de moradores legalmente constituídas no Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Pouso Redondo:

X- Corpo de Bombeiro Militares de Pouso Redondo:  
ROBSON ELIEL RIBEIRO – Titular

XII – Associações de moradores legalmente constituídas:  
SERGIO VIEIRA DE MELO – Bairro Boa Vista  
DIOGO ANTUNES – Bairro Leopoldo Mees  
JOÃO VALMIR RIBEIRO DE ALMEIDA – Distrito de Aterrado

Art. 2º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 013/2020 DE 12/02/2020 DECLARA PONTOS FACULTATIVOS DO ANO DE 2020 NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356136

DECRETO Nº 013/2020 de 12/02/2020.

Declara Pontos Facultativos do ano de 2020 no âmbito do Poder Executivo Municipal de Pouso Redondo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade de planejamento e organização das atividades da Administração Pública Municipal para redução de despesas;

CONSIDERANDO a necessidade de ampla divulgação do calendário de funcionamento dos órgãos da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que a fixação antecipada de Pontos Facultativos contribui para o planejamento de atividades e serviços, permitindo antecipar a elaboração das escalas de serviços e de revezamento que vigorará ao longo do ano.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO nas Repartições Públicas Municipais de Pouso Redondo, no dia 24 de fevereiro de 2020 (segunda-feira), exceto para os Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e aos ocupantes da função de vigia.

Art. 2º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO no dia 08 de setembro 2020 (terça-feira), para todos os Servidores Municipais vinculados a Secretaria Municipal de Educação e Cultura que desfilarem no dia 07 de setembro do corrente ano.

Parágrafo Único: Os servidores das demais Secretarias Municipais que desfilarem no dia 07 de setembro terão suas folgas concedidas conforme cronograma próprio de cada setor.

Art. 3º - Fica Decretado PONTO FACULTATIVO na Secretaria Municipal de Educação e Cultura (inclusive escolas municipais e centros de educação infantil) no dia 13 de outubro de 2020 (terça-feira), em razão da comemoração ao Dia do Professor (15 de outubro – quinta-feira).

Art. 4º - O ponto facultativo é considerado turno normal de trabalho, e, caso haja necessidade, o chefe imediato poderá solicitar o cumprimento da jornada em 08 (oito) horas, com intervalo de no mínimo uma hora para descanso, sem que este evento caracterize hora extra.

Art. 5º - Os seguintes serviços ficarão em regime de plantão em casos de emergência e urgência:

I - Conselho Tutelar;

II - Defesa Civil.

Art. 6º - Sendo ponto facultativo, os servidores poderão ser convocados a qualquer momento em caso de situação de emergência ou calamidade pública.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

## **DECRETO Nº 014/2020 DE 12/02/2020 ALTERA REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356139

DECRETO Nº 014/2020 de 12/02/2020

Altera representante do Conselho Municipal de Educação, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito Municipal de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município c/c Lei nº 1.479/98, e alterações da Lei nº 1.485/98.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a seguinte servidora para substituir a representante titular dos professores e dirigentes da rede municipal de ensino no Conselho Municipal de Educação:

II – Representantes dos professores e dirigentes da Rede Municipal de Ensino:

Nayara Fronza da Cunha - Titular

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 015/2020 DE 12/02/2020 ALTERA DATA DO FERIADO MUNICIPAL DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2356140

DECRETO Nº 015/2020 de 12/02/2020

Altera data do Feriado Municipal de Emancipação Política-Administrativa do Município de Pouso Redondo, e dá outras providências.

OSCAR GUTZ, Prefeito do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica.

CONSIDERANDO que após explanada a situação para os presidentes da CDL e AEPR, estes informaram que a maioria de seus associados concordam com a modificação da data do feriado de Emancipação Política-Administrativa do Município de Pouso Redondo;

CONSIDERANDO que a 7ª Festa Estadual do Tropeiro tem a programação prevista para acontecer nos dias 23 a 26 de julho de 2020;

CONSIDERANDO que a população pousoredondense não será prejudicada, mas sim beneficiada com a transferência, haja vista que o feriado será transferido de quinta para sexta-feira.

DECRETA:

Art. 1º - Excepcionalmente no ano de 2020, fica transferido o feriado municipal de 23 de julho – quinta-feira, data comemorativa à Emancipação Política-Administrativa do Município de Pouso Redondo, para o dia 24 de julho – sexta-feira.

Art. 2º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

OSCAR GUTZ  
Prefeito Municipal

**PROCESSO 018 2020 - NOTAS DE PRODUTOR RURAL**

Publicação Nº 2355510

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº18/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09h00 horas do dia 26/02/2020 o edital Registro de preços para aquisição de notas fiscais de produtor rural, para uso da Secretaria de Agricultura do município.. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

**PROCESSO 19 2020 - CHAMADA PÚBLICA Nº01 2020**

Publicação Nº 2355477

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

PROCESSO Nº19/2020 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2020 OU

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Chamada Pública nº01/2020, até as 09h00 horas do dia 05/03/2020 o edital para Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que atende os alunos matriculados nos Centros de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Ensino de Pouso Redondo/SC. Maiores informações e o edital completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700 ou e-mail:licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, 12 de fevereiro de 2020.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020

Publicação Nº 2355281

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	COOPERATIVA DE DECORAÇÃO E ARTESANATO ART KISTE
OBJETO:	O objeto da presente dispensa de licitação consiste na aquisição de objetos para decoração de páscoa a serem colocados na Praça Municipal Prefeito Severino Matiolo e espaço em frente à Prefeitura Municipal do Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O valor a ser pago à contratada pela aquisição dos objetos é a importância de R\$ 8.650,80 (oito mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta centavos), sendo o pagamento efetuado em até 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal.
FUNDAMENTO:	Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.
HOMOLOGAÇÃO:	12/02/2020
VIGÊNCIA:	31/12/2020



# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2020

Publicação Nº 2354618

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE GETÚLIO  
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/2020  
DO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 4/2020  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONFECCÃO DE CESTAS BÁSICAS  
EMPRESA: SUPERMERCADO GIRO RAPIDO LTDA  
CNPJ: 78.979.499/0001-18  
VIGÊNCIA: 31/12/2020  
PRESIDENTE GETÚLIO, 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020

Publicação Nº 2355650

EXTRATO DO CONTRATO Nº 27/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12/2019  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 1/2019  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
CONTRATANTE: SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO - SAATE  
CNPJ: 13.007.598/0001-92  
CONTRATADA: SERRANA ENGENHARIA LTDA  
CNPJ: 83.073.536/0001-64  
OBJETO: GESTÃO DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO E COLETA DIFERENCIADA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES RECICLÁVEIS ATÉ A CENTRAL DE TRIAGEM  
VALOR: R\$ 1.130.807,52 (um milhão, cento e trinta mil, oitocentos e sete reais e cinquenta e dois centavos)  
VIGÊNCIA: 01/03/2021  
PRESIDENTE GETÚLIO, 12 DE FEVEREIRO DE 2020  
NELSON VIRTUOSO – PREFEITO

# Princesa

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04.2020 - PM PL 15.2020 - PREGÃO 04.2020 - COMBUSTÍVEIS

Publicação Nº 2355441

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 4/2020

No dia 12 do mês de Fevereiro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 545, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 4/2020, Processo Licitatório nº. 15/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de combustíveis (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) para veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município de Princesa/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens	
9147	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP 1, 2, 3		
As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com a licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: ..... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:			o com o resultado da
Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF

AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP 28.783.241/0001-73 MARINO KLEIN 020.879.469-73

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de combustíveis (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) para veículos, máquinas e equipamentos que compõem a frota do Município de Princesa/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9147 - AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP							
Item		Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GASOLINA amarela comum, tipo C	L		45.176,380	4,4500	201.034,89	
2	Óleo DIESEL - Comum	L		188.250,000	3,6200	681.465,00	
3	Óleo DIESEL S10	L		67.300,000	3,7000	249.010,00	

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago

pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

#### CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

#### CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior

devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela

Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1 . Pela ADMINISTRAÇÃO, quando :

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520 , de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

5.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntado-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

5.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

5.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

#### CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante,

ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº

8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de



contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo

assinadas.

Princesa, 12 de Fevereiro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP CNPJ: 28.783.241/0001-73 \_\_\_\_\_

### DECRETO Nº. 453, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2356147

DECRETO Nº. 453, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 7.582,75 (Sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos) destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.306.0040.2.040 ☐ Manutenção do Prog. Alimentação Escolar Fundamental

MODALIDADE:	(200) 3.3.90.00.0.3.0021.0000-	Aplicações Diretas	R\$	3.416,01
FONTE DE RECURSO: 03.0021 <input type="checkbox"/> Recurso Próprio Pnae Fundamental				
TOTAL			R\$	3.416,01

ÓRGÃO: 05 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.306.0059.2.059 ☐ Manutenção do Prog. Alimentação Escolar Creche

MODALIDADE:	(201) 3.3.90.00.0.3.0023.0000-	Aplicações Diretas	R\$	2.702,07
FONTE DE RECURSO: 03.0023 <input type="checkbox"/> Recurso Próprio Pnae Creche				
TOTAL			R\$	2.702,07

ÓRGÃO: 05 ☐ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 ☐ DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

PROJ./ATIV.: 12.306.0060.2.060 ☐ Manutenção do Prog. Alimentação Escolar Pre escola

MODALIDADE:	(202) 3.3.90.00.0.3.0022.0000-	Aplicações Diretas	R\$	1.464,67
FONTE DE RECURSO: 03.0022 <input type="checkbox"/> Recurso Próprio Pnae Pre escola				

TOTAL	R\$	1.464,67
TOTAL GERAL	R\$	7.582,75

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 7.582,75 (Sete mil, quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e cinco centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 12 de Fevereiro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC 026787/O-2

## EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO PL 12.2020-PM, LE 01.2020 -LEILÃO BENS MÓVEIS

Publicação Nº 2354529

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO O(a) Prefeito Municipal, Edilson Miguel Volkweis, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a ) Processo Nr.: 12/2020 b ) Licitação Nr.: 1 /2020-LE c ) Modalidade: Leilão

d ) Data Homologação: 12/02/2020

e ) Data da Adjudicação: 12/02/2020 Sequência: 0

f ) Objeto da Licitação Alienação de bens móveis do Município de Princesa (retroescavadeira, ensiladeiras e motor de escavadeira), conforme rol de itens do edital, autorizados pela Lei nº 964 de 12 setembro de 2018.

( em Reais R\$ )

g ) Fornecedores e Itens Vencedores: LUIZ MILTON FLORES JUNIOR (10425)	Unid.	Qtidade Descto (%) Preço Unitário		Total do Item
3 Uma COLHEDORA DE FORRAGEM (EN-SILADEIRA), marca Cremasco custom 930, sucateada, com caixa com 4 rolo e disco de corte de alta liga, com sistema de correia, peso de 600 KG, quebra jato com comando e rotor com 12 facas, ano de fabricação 2015 . Cadastro patrimonial sob nº PM -4133.	Un	1,00	0,0000 1.000,00	1.000,00
RENATO CORONETTI (10150)			Total do Fornecedor:	1.000,00
2 Uma COLHEDORA DE FORRAGEM (EN-SILADEIRA), marca Cremasco custom 930, sucateada, com caixa com 4 rolo e disco de corte de alta liga, com sistema de correia, peso de 600 KG, quebra jato com comando e rotor com 12 facas, ano de fabricação 2015 . Cadastro patrimonial sob nº PM -4132.	Un	1,00	0,0000 1.200,00	1.200,00
			Total do Fornecedor:	1.200,00

Princesa, 12 de Fevereiro de 2020.

Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIORONALDO LUIZ SINGER (10424)

1 Um motor sucateado de escavadeira hidráulica, marca ISUZU, sem a parte elétrica. Motor inutilizado em razão do desgaste e danos ocorridos, sem registro individual no patrimônio municipal.	Un	1,00	0,0000 2.100,00	2.100,00
WALMOR SCOZ (7102)			Total do Fornecedor:	2.100,00
4 Uma RETROESCAVADEIRA RANDON RD-406 Advanced, Ano/Modelo 2012, sobre pneus, tração 4 x 4, cabine fechada, com ar condicionado, caçamba dianteira/traseira com dentes parafusados, gancho de içamento, protetor de cardan, cor amarela, motor E1S178854, chassi 000CA406AMC4W3910. Cadastro no Patrimônio do Município sob nº PM-3524.	Un	1,00	0,0000 50.200,00	50.200,00
			Total do Fornecedor:	50.200,00
			Total Geral:	54.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Princesa, 12 de Fevereiro de 2020. -----Edilson M. Volkweis - Prefeito Municipal

## PORTARIA LEGISLATIVA 03/2020

Publicação Nº 2355422

PORTARIA Nº 03/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

HOMOLOGA O DEFERIMENTO E INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES (ANTES DOS RECURSOS) RELATIVAS AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Princesa - SC, Estado de Santa Catarina, Sr. SILMAR CARLOS SELZLER FRANCO, no uso de suas atribuições e nos termos dos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Orgânica Municipal, e da Lei nº 1.025 de 28 de Novembro de 2019, TORNA PÚBLICO, aos interessados o deferimento e o indeferimento das inscrições (antes dos recursos) dos candidatos inscritos no Edital de Concurso Público nº 01/2020 da Câmara Municipal de Vereadores de Princesa – SC, conforme segue:

CONTADOR			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	25	Alice Clair Staudt Gehlen	Deferida
2	30	Camila Niederauer	Deferida
3	43	Claudinei Paulo Morsch	Deferida
4	17	Daiane Pagno	Deferida
5	41	Djoni Emanuel Ludwig	Deferida
6	32	Jéssica Weirick De Lima	Deferida
7	39	Kelly Cristina Favretto Acorsi	Deferida
8	40	Leizy Rauber Junges	Deferida
9	12	Leticia Andrieli Dalla Vecchia	Deferida
10	34	Leticia Santin Da Silva	Deferida
11	8	Mateus Minozzo	Deferida
12	16	Sabrina Bonfante	Deferida
CONTROADOR INTERNO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	38	Aline Lamberty	Deferida



2	35	Andressa Pancotte	Deferida
3	28	Daniel Junior Bonamigo	Deferida
4	3	Daniela Alves Righi	Deferida
5	36	Diego Jeferson Klein	Deferida
6	23	Edineia Inês Wille	Deferida
7	15	Eduardo Severgnini	Deferida
8	1	Gabriela Inez Rovedder	Deferida
9	29	Macleide Schu	Deferida
10	46	Marlon Junior Morosini	Deferida
11	19	Roberto Carlos Mallmann	Deferida
12	10	Simone Maria Ludwig Pinheiro	Deferida
13	4	Taine Liesenfeld	Deferida

Por este documento ficam indeferidas, por não atenderem as instruções contidas no Edital de Concurso Público nº 01/2020, do Câmara Municipal de Vereadores de Guarujá do Sul - SC, as seguintes inscrições:

CONTADOR			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	27	Arthur Leduk Antonioli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	7	Darlene Hofstaetter	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	20	Dionei Binsfeld	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	45	Madson Vaz Ramos	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	26	Maristela Schein	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato (a).
6	6	Rafael Douglas De Oliveira Vilhalba	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
CONTROLADOR INTERNO			
Nº	Insc.	Candidato	Situação da Inscrição
1	14	Andressa Rossana Schafer	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
2	31	Diane Baronio	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
3	13	Emanuele Fernanda Fantinelli	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
4	24	Gabriela Toigo	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
5	2	Gilmar Capellari	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato (a).
6	37	Jessica De Siqueira	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato (a).
7	11	Juliana Paula Demarco	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
8	5	Julio Cezar De Oliveira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.

9	21	Luiz Gustavo Christ	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
10	33	Maristela Schein	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
11	22	Roberto Luiz Barreto Antunes	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
12	18	Suzani Aparecida Schneider	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
13	44	Thaysa De Melo Assumpção Moreira	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
14	42	Tiago Steffenon	INDEFERIDA - Não cumprimento do item 2, subitem 2.1.1.2, letra d) do edital.
15	9	Vinícius De Oliveira Andrade	INDEFERIDA - Inscrição cancelada pelo(a) candidato (a).

Os candidatos com as inscrições indeferidas terão os dias 13 e 14.02.2020 para interpor recurso pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>

Princesa/SC, 12 de Fevereiro de 2020.

SILMAR CARLOS SELZLER FRANCO  
Presidente da Câmara de Vereadores de Princesa - SC

## ANEXO 12- RREO 6º BIM/19 CONSOLIDADO

Publicação Nº 2355525

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		513.900,00	513.900,00	623.147,55	121,26	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		95.000,00	95.000,00	101.492,81	106,83	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		67.000,00	67.000,00	73.212,83	109,27	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		80.000,00	80.000,00	136.496,95	170,62	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRPF		250.000,00	250.000,00	294.441,81	117,78	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		1.300,00	1.300,00	2.040,35	156,95	
Dívida Ativa dos Impostos		14.700,00	14.700,00	9.766,00	66,44	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		5.900,00	5.900,00	5.696,80	96,56	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		12.467.000,00	12.467.000,00	12.723.712,05	102,06	
Cota-Parte FPM		7.500.000,00	7.500.000,00	7.414.834,46	98,86	
Cota-Parte ITR		2.000,00	2.000,00	1.810,56	90,53	
Cota-Parte IPVA		190.000,00	190.000,00	229.776,24	120,93	
Cota-Parte ICMS		4.700.000,00	4.700.000,00	5.012.399,10	106,65	
Cota-Parte IPI-Exportação		60.000,00	60.000,00	64.891,69	108,15	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)		15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>		<b>12.980.900,00</b>	<b>12.980.900,00</b>	<b>13.346.859,60</b>	<b>102,82</b>	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES		2.796.273,50	3.984.448,64	3.612.088,26	90,65	135.388,77
Pessoal e Encargos Sociais		1.736.853,00	2.002.197,96	1.931.712,86	96,48	0,00
Outras Despesas Correntes		1.059.420,50	1.982.250,68	1.680.375,40	84,77	135.388,77
DESPESAS DE CAPITAL		18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	0,00
Investimentos		18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	149.429,67	86,33	0,00
Investimentos	18.900,00	173.085,42	149.429,67	86,33	149.429,67	86,33	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	2.815.173,50	4.157.534,06	3.761.517,93	90,47	3.626.129,16	87,22	135.388,77
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	587.870,50	1.563.511,88	1.324.045,61	35,20	1.195.268,64	32,96	128.776,97
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	587.870,50	1.563.511,88	1.324.045,61	35,20	1.195.268,64	32,96	128.776,97
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	21.100,00	327.819,18	304.471,13	8,09	304.471,13	8,40	492,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	608.970,50	1.891.331,06	1.628.516,74	43,29	1.499.739,77	41,36	129.268,97
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	2.206.203,00	2.266.203,00	2.133.001,19	56,71	2.126.389,39	58,64	6.119,80
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (Vh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>			15,98				
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [V(h) - (15 x IIIb)/100]</b>			130.972,25				

Continuação 2/4

Continuação 3/4

Município de PRINCESA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS				
Inscritos em 2018	124.067,48	21.474,55	110.131,00	-7.538,07		0,00
<b>TOTAL</b>	<b>124.067,48</b>	<b>21.474,55</b>	<b>110.131,00</b>	<b>-7.538,07</b>		<b>0,00</b>
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)					
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00		0,00			0,00
<b>TOTAL (VIII)</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>			<b>0,00</b>
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)			
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)					
-	-					-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
		Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total n) *100	
Atenção Básica	2.672.073,50	3.399.553,53	90,38	3.324.139,66	91,67	75.413,87
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	70.750,00	289.884,29	7,71	229.909,39	6,34	59.974,90
Vigilância Sanitária	31.350,00	40.844,91	0,86	32.222,65	0,89	0,00
Vigilância Epidemiológica	41.000,00	39.857,46	1,06	39.857,46	1,10	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.815.173,50</b>	<b>3.761.517,93</b>	<b>100,00</b>	<b>3.626.129,16</b>	<b>100,00</b>	<b>135.388,77</b>

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "r", ou com a coluna "h+r", última bimestre, deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de PRINCESA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 14/2012.

PRINCESA, 12/02/2020

**EDILSON MIGUEL VOLKWEIS**  
Prefeito Municipal

**KELI FERNANDA MEOTTI**  
Contadora CRC/SC - 026787/O-2

**SABRINA BONFANTE**  
Controlle Interno

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO TP 13/2020

Publicação Nº 2354829

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 13/2020
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 13/2020.
Forma de Julgamento: Menor Preço/Preço Global
Regime de Execução: Indireta
Modalidade: Empreitada Integral por Preço Unitário
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA INTEGRAL P/EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS DOM PEDRO I, DUQUE DE CAXIAS E SERVIDÃO PROFESSORA LOIRI CÚNICO, DA SEDE DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COM ÁREA TOTAL DE 3.551,47 M2, CONFORME PROJETOS DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 28/02/2020.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 28/02/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 13:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (49) 3346-3242 ou no site do Município de Quilombo, no seguinte endereço: <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">http://www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 12 de fevereiro de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATUAL CAIXA ECONÔMICA Nº 2623.529137-40/2019. 1ºT.A

Publicação Nº 2354190

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.: 2623.529137-40/2019.	
Tomador...: MUNICÍPIO DE QUILOMBO	
Agente Financeiro...: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	
Primeiro Termo Aditivo ao contrato de financiamento nº 2623.529.137-40/2019, que entre si fazem a Caixa Econômica Federal e o município de Quilombo/SC.	
Clausula Primeira – O presente instrumento tem por objetivo alterar o Anexo II – Cronograma de Desembolso do Contrato de Financiamento nº 2623.529.137-40/2019, de 19/05/2019:	
Anexo II – Cronograma de Desembolso	
Ano	Valor
2019	2.000.000,00
2020	3.000.000,00

Que passa a vigorar a seguinte redação:

Ano	Valor
2019	50.000,00
2020	4.950.000,00

Data da Assinatura: 23 de Janeiro de 2020.

QUILOMBO, 10 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 0096/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354920

PORTARIA Nº. 0096/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

INTERROMPE AS FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VIVALDINO DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no Artigo 68 da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam interrompidas as férias concedidas através da Portaria nº. 0045/2020 - de 30 de janeiro de 2020, do Servidor Público Municipal, Vivaldino de Oliveira (1285), ocupante do cargo de Motorista, nos dias 11, 12 e 13 de fevereiro de 2020, por motivo de interesse público e tendo em vista a necessidade de seus serviços.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, os 03 (três) dias de férias referentes a esse período serão gozados em outra oportunidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0089/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354894

PORTARIA Nº. 0089/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL MARGARETE ROMAN BOTH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Margarete Roman Both (1710/20195), ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1ª a 5ª série), no dia 13 de fevereiro de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6706, de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 18 de fevereiro de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.  
SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0090/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354896

PORTARIA Nº. 0090/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL KELY CRISTINA BELTRAME GOTZ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Kely Cristina Beltrame Gotz (1299/19846), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 19 de fevereiro de 2020, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6707, de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 24 de fevereiro de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0091/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354898

PORTARIA Nº. 0091/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DILES DALLA RIVA DEVISÊ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Diles Dalla Riva Devisê (1702), ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, no dia 12 de fevereiro de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6709, de 10 fevereiro de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 61h05min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0092/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354900

PORTARIA Nº. 0092/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA MOURA BORTOLATTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Daniela Moura Bortolatto (20327), ocupante do cargo de Procuradora Municipal, no dia 14 de fevereiro de 2020, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6710, de 11 de fevereiro de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 54h57min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 0094/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354911

PORTARIA Nº. 0094/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LISETE ELY SANTORE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Lisete Ely Santore (1340/20217), ocupante do cargo de Professora de Educação Especial, no dia 12 de fevereiro de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6713, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 17 de fevereiro de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 0095/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354916

PORTARIA Nº. 0095/2020 - DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LUCIANE TERESINHA DE MORAES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Luciane Terezinha De Moraes (20092), ocupante do cargo de Assistente Social, no dia 14 de fevereiro de 2020, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6712, de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 19 de fevereiro de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de fevereiro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla  
Funcionária Designada

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 0006/2020 - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 2354886

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2020 – PMRA - Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0009/2020 - PMRA na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº 0006/2020 – PMRA, tendo como Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE PEDIDOS PARCELADOS DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL BS-500 E ÓLEO DIESEL S-10) PARA O MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS EM TODAS AS SECRETARIAS E FUNDOS E DEMAIS ÓRGÃOS VINCULADOS. Conforme Edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 27/02/2020, respeitando os seguintes horários: Até as 09:00 horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas e Documentação, com início da sessão as 09h15min do mesmo dia.

TIPO: Menor Preço Unitário.

RETIRADA DO EDITAL: No site do Município ou no Setor de Licitações. Em caso de interesse em participar da presente licitação, favor enviar recibo de retirada do edital preenchido para o e-mail: [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br).

BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012.

DEMAIS INFORMAÇÕES: Setor de licitações, de Segunda a Sexta, em horário de expediente, ou pelo email [licita@riodasantas.sc.gov.br](mailto:licita@riodasantas.sc.gov.br) ou Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 12 de Fevereiro de 2020. Ronaldo Domingos Loss - Prefeito Municipal

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 125 PORTARIA Nº 125 NOMEIA POLIANA GOMES GESTORA DO CONVENIO 001 2020

Publicação Nº 2354173

Portaria nº. 125, de 11 de fevereiro de 2020.

Nomeia Servidora POLIANA GOMES como Gestora do Convenio nº 01/2020 firmado entre o Município de Rio do Campo e a Associação Cultural Beneficente São José”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Servidora POLIANA GOMES, matrícula nº 34304, como Gestora do Convenio nº 01/2020, firmado entre o Município de Rio do Campo e a Sociedade Beneficente São José;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### 127 PORTARIA Nº 127 CONCEDE FERIAS EM GOZO AO SERVIDOR EDSON SCHMITZ

Publicação Nº 2354186

Portaria nº. 127, de 12 de fevereiro de 2020.

“Concede Férias em gozo ao Servidor EDSON SCHMITZ”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

#### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor EDSON SCHMITZ, matrícula 34140, 30 (trinta) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 03 de agosto de 2018 a 02 de agosto de 2019, tendo como período de gozo 17 de fevereiro a 17 de março de 2020,

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 17 de fevereiro de 2020,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### 128 PORTARIA Nº 128 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA TATIANA MARCHESI BARBOSA

Publicação Nº 2355143

Portaria nº. 128, de 12 de fevereiro de 2020.

“Dispõe sobre a exoneração da servidora TATIANA MARCHESI BARBOSA”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a partir do dia 11 de fevereiro de 2020, a servidora TATIANA MARCHESE BARBOSA, matrícula nº. 30300, nomeada pela Portaria nº. 109/2020, para o cargo de Professora ACT Habilitado, 40 horas,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2020,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

**129 PORTARIA Nº 129 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE INAIR DERETTI**

Publicação Nº 2355144

Portaria nº. 129, de 12 de fevereiro de 2020.

“Dispõe sobre a contratação de INAIR DERETTI, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo Seletivo, objeto do Edital nº 04/2019, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, INAIR DERETTI, a partir de 12 de fevereiro de 2020, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Educação Infantil, Nível Básico 2 – ACT Habilitado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência para o ano letivo de 2020,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 12 de fevereiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

**130 PORTARIA Nº 130 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE DENISE ULIANO**

Publicação Nº 2355198

Portaria nº. 130, de 12 de fevereiro de 2020.

“Dispõe sobre a contratação de DENISE ULIANO, Admissão em Caráter Temporário - ACT”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, com fulcro no artigo 75, da Lei Municipal Complementar nº. 01/2009, de 16 de dezembro de 2009, Lei Municipal Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, e considerando o Processo de chamada pública nº 02/2020, e Protocolo de Nomeação da Secretaria Municipal de Educação,

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, DENISE ULIANO, a partir de 11 de fevereiro de 2020, Admissão de Caráter Temporário, para exercer o cargo de Professor, Ensino Fundamental – Séries Finais, Nível Básico 1 – ACT NÃO Habilitado, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, Anexo III – Quadro Permanente de Pessoal e Anexo IV – Tabela de Vencimentos para Admissão em Caráter Temporário do Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores do Magistério do Município de Rio do Campo, Lei Complementar nº. 10/2011, de 11 de julho de 2011, com vigência para o ano letivo de 2020,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020,

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Lenoir Menegazzi  
Chefe de Gabinete  
Resp pela Sec de Adm e Finanças

### CONTRATO NR 07 2020

Publicação Nº 2355523

Contrato Nº : 07/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO  
Contratada : COMERCIAL BALDO VAREJISTA DE ALIMENTOS LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 3/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ DISTRIBUÍDA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020  
Vigência : Início: 10/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 10/02/2020  
Valor R\$: 59.852,39 (Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Cinquenta e Dois Reais e Trinta e Nove Centavos )

FISCAL: TAÂNI BRIZOLLA KAIPER

### CONTRATO NR 08 2020

Publicação Nº 2355531

Contrato Nº : 08/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO  
Contratada : ALDEMIR LOSI & CIA LTDA  
Licitação : Pregão Presencial 3/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ DISTRIBUÍDA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020  
Vigência : Início: 10/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 10/02/2020  
Valor R\$: 65.098,73 (Sessenta e Cinco Mil, Noventa e Oito Reais e Setenta e Três Centavos )

FISCAL: TAÂNI BRIZOLLA KAIPER

### CONTRATO NR 09 2020

Publicação Nº 2355539

Contrato Nº : 09/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO  
Contratada : AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP  
Licitação : Pregão Presencial 3/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ DISTRIBUÍDA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020  
Vigência : Início: 10/02/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura : 10/02/2020  
Valor R\$: 20.703,98 (Vinte Mil, Setecentos e Três Reais e Noventa e Oito Centavos )

FISCAL: TAÂNI BRIZOLLA KAIPER

### CONTRATO NR 10 2020

Publicação Nº 2355545

Contrato Nº : 10/2020  
Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO  
Contratada : MERCADO OPERARIO LTDA - ME  
Licitação : Pregão Presencial 3/2020  
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR QUE SERÁ DISTRIBUÍDA PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS E

CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS DO MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020

Vigência : Início: 10/02/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 10/02/2020

Valor R\$ : 40.102,00 (Quarenta Mil e Cento e Dois Reais )

FISCAL: TAÂNI BRIZOLLA KAIPER



**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 01/2020**

Publicação Nº 2355213

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 01/2020**

Encontram-se abertas as inscrições para o **Processo Seletivo de Estagiários** a serem admitidos para atuação na **Prefeitura Municipal de Rio do Campo**, conforme necessidade e interesse dessa, observada as normas e procedimentos deste Edital.

**1. DA INSCRIÇÃO**

**Local:** Secretaria Municipal de Educação.

Avenida Tiradentes, nº 217. Centro – Rio do Campo. CEP: 89198-000.

Na Secretaria de Educação com servidor do CIEE.

Data: As inscrições dar-se-ão no dia **20 de fevereiro 2020 das 10h00min às 12h00min.**

Carga Horária: A carga horária a que se refere o programa de estágio é de **20 horas semanais** e até **30 horas semanais** para estudantes de nível superior.

Remuneração:

Curso	Carga Horária	Valor Bolsa Auxilio
Ensino superior	20 horas semanais	R\$ 696,67
Ensino superior	30 horas semanais	R\$ 1045,00

Requisitos:

- a-** Ter 16 anos completos ou mais;
- b-** Estar cursando ensino superior em **Pedagogia, Educação Especial, Psicopedagogia, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Artes, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Letras-Inglês, Licenciatura em Letras-Português, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em História, Licenciatura em Sociologia e Psicologia.**

Documentação Necessária:

- a) Cópia do RG, CPF;
- b) Atestado de Frequência/Matricula escolar;
- c) Cópia do histórico escolar do curso em andamento. Estudantes de cursos ensino superior pode entregar a integralização das notas.
- d) Estudantes de ensino superior que estão cursando o primeiro semestre e não possuem notas, devem entregar o histórico escolar do ensino médio. Desta forma, serão computadas as notas do último ano do ensino médio para cálculo da classificação deste edital.
- e) Cópia do comprovante de residência;
- f) Uma (1) foto 3x4.

## 2. DA SELEÇÃO

A seleção do candidato ao estágio levará em conta:

- a) Conferência da idade e escolaridade exigida;
- b) Média das notas do curso que esta sendo frequentado pelo candidato, acrescido de um décimo (0,10) por semestre cursado. Nos casos de estudantes de ensino superior cursando o primeiro semestre serão consideradas as notas do último ano do ensino médio.
- c) Em caso de empate terá preferência o candidato com a maior carga horária de curso concluída, permanecendo o empate terá preferência o candidato mais velho.

## 3. DO PERÍODO DE ESTÁGIO

O período de estágio de que trata este edital será de no mínimo seis meses e no máximo dois anos ou até o estagiário concluir o curso, se este acontecer antes do período de dois anos. Este ainda pode ser rescindido a qualquer momento pela administração de acordo com conveniência ou inadaptação dos selecionados as atividades desenvolvidas.

## 4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 4.1. Para inscrever-se, o candidato terá ficha em modelo próprio, à disposição no local de inscrição, a qual deverá ser anexada cópias dos documentos indicados neste edital;
- 4.2. A seleção de que trata este edital terá validade de um ano, podendo ser prorrogado por igual período.
- 4.3. Estão sujeitos a análise do contrato de estágio por parte da instituição de ensino que se encontram matriculados, podendo ser deferido ou indeferido o contrato mediante análise da proposta das atividades e locais deferidos no contrato de estágio.
- 4.4. O período de estágio deve ser de no mínimo 6 meses. Sendo assim, para assumir a vaga o candidato deve ter no mínimo um semestre de aulas antes de concluir o curso.
- 4.5. A ordem classificatória será publicada no site [www.cieesc.org.br](http://www.cieesc.org.br) até o dia 21.03.2020.
- 4.6. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIEE;
- 4.7. Este edital entra em vigor na data de sua divulgação.

Rio do Campo, 12 de fevereiro de 2020.

Equipe CIEE/SC

# Rio do Oeste

## PREFEITURA

### PROCESSO 015/2020 - CONserto DO EQUIPAMENTO ESCAVADEIRA, MARCA/MODELO: JCB JS 160

Publicação Nº 2355020

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC - DISPENSA Nº 003/2020 – PROCESSO Nº 015/2020. O Prefeito de Rio do Oeste/SC torna público a Dispensa de Licitação cujo Objeto é a Contratação de empresa especializada para conserto da "Coroa e Giro" do equipamento Escavadeira, Marca/Modelo: JCB JS 160. Contratado: MGS COMERCIO DE PECAS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 27.720.223/0001-80. Valor Global de R\$ 27,000,00 (vinte e sete mil reais). Fundamento Jurídico: "Art.24. É dispensável a licitação:

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas". Vê-se pelo exposto, que é possível ocorrer a Dispensa de licitação, quando os preços encontram-se de acordo com os praticados no mercado, o que é o caso, pois, a licitante ofertou o menor preço para o objeto desta Dispensa. Dotação Orçamentária: 08.801.2018.33903039.1000001. – Orçamento de 2020. A íntegra do Edital está no site: riodooeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

### PROCESSO 016/2020 - CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO - SERVIÇOS DE PINTURA

Publicação Nº 2355276

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC

PROC. LICITATÓRIO Nº 016/2020 – PREGÃO PRESENCIAL 010/2020 – TIPO DE JULGAMENTO: Menor Por Item

OBJETO: Contratação de serviços especializados para reparo e manutenção do patrimônio público de acordo com anexo I do edital.

Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 27/02/2020. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, riodooeste.atende.net no link "consulta de licitações".

a. Esta licitação está aberta exclusivamente às empresas com enquadramento na Lei 123/2006 com ME ou EPP e que se enquadrem no ramo de atividades pertinentes ao fornecimento do objeto da presente licitação e atendam as condições exigidas neste edital.

b. Para a dispensa de autenticação de cópia de documento por cartório, poderá haver apenas a comparação entre original e cópia por funcionário público para atestar a autenticidade, sendo que a entrega dos documentos visando a confrontação deverá ser realizada em tempo hábil e com antecedência ao protocolo dos envelopes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A proposta somente será aceita se apresentada em via informatizada, na forma abaixo:

I – Para apresentação da proposta digital, a licitante deverá acessar o portal do Município de Rio do Oeste, no endereço eletrônico: <https://riodooeste.atende.net>, acessar o link "enviar proposta de licitações", <https://riodooeste.atende.net/#!/tipo/servico/valor/9/padrao/1e> e selecionar o respectivo Processo Licitatório.

a) Para a realização da digitação da proposta pelo portal, a proponente deverá se cadastrar com antecedência para o ato, seguindo as etapas informadas no portal do Município.

Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, SC, 12 de fevereiro de 2020.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ANTÔNIO MARCOS DE OLIVEIRA - 3º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2354543

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, firmado em 27/06/2019, com término previsto para 02/12/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 796.313.399-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 115/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

#### "Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 115/2019, iniciando-se a prorrogação em 03/12/2019 e encerrando-se em 31/03/2020."

#### Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 29/11/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

### DECRETO Nº 8825, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355122

DECRETO Nº 8825, de 11 de fevereiro de 2020.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020/FMAS, DE 24.01.2020."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Artigo 49, e suas alterações posteriores,

#### DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o processo licitatório representado pelo Edital de Pregão Presencial nº 001/2020/FMAS, de 24 de janeiro de 2020. Parágrafo único – Atendendo aos interesses do Município, declaro revogado o Edital de Pregão Presencial nº 001/2020/FMAS, de 24.01.2020, com base no despacho anexo ao processo, para que produza os efeitos legais nos termos do Artigo 49, da Lei 8.666/93, em sua atual redação. Ato motivado pela falta de interessados, restando a Licitação Deserta.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

11 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

### DECRETO Nº 8827, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2356125

DECRETO Nº 8827, de 12 de fevereiro de 2020.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR TENDÊNCIA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO

DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária nº 6.090 de 19/12/2019.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 1.895.081,88 (um milhão, oitocentos e noventa e cinco mil, oitenta e um reais e oitenta e oito centavos), por tendência de excesso de arrecadação, a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.058	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01380300	Estratégia da Saúde da Família - ESF	R\$	1.895.081,88
	TOTAL	R\$	1.895.081,88

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## LEI N. 6111, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354401

LEI Nº 6111, de 11 de fevereiro de 2020.

Altera a Lei nº 5.845, de 3 de agosto de 2017, que institui o alvará de funcionamento condicionado para o exercício de atividade econômica no município e estabelece outras providências.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o inciso II do art. 2º, da Lei nº 5.845, de 3 de agosto de 2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

[...]

II – a edificação a ser utilizada para o exercício da atividade tenha área total:

a) de até 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), consoante com a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006;  
b) acima de 750,00 m² (setecentos e cinquenta metros quadrados), consoante com a Lei Complementar nº 163, de 12 de dezembro de 2006, mediante a apresentação do Habite-se da edificação expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina.

[...]” (NR)

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

11 de fevereiro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

## LEI N. 6112, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354425

LEI Nº 6112, de 11 de fevereiro de 2020.

Abre crédito especial por superávit financeiro no orçamento do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto o crédito especial, no valor de R\$ 125.271,40 (cento e vinte e cinco mil, duzentos e setenta e um reais e quarenta centavos), por conta do superávit financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o art. 12 da Lei Orçamentária nº 6090 de 12 de dezembro de 2019, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

de Rio do Sul:

91.00	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
91.01	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		
1.090	Cidadania.com: Construindo Novos Caminhos		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos		
03090000	FIA Imposto de Renda – Superávit	R\$	125.271,40
	TOTAL	R\$	125.271,40

Art. 2º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO  
11 de fevereiro de 2020

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito do Município de Rio do Sul

### PORTARIA N. 0087/DGP

Publicação Nº 2355922

PORTARIA Nº. 0087/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Gabrielle da Silva, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 30 de Janeiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

### PORTARIA N. 0089/DGP

Publicação Nº 2355934

PORTARIA N. 0089/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a CEI Professora Dores Janke Stupp, a partir de 03/02/2020, o servidor WELLINGTON OTTO BERNARDO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, lotado no CEI Augusto Bosco, em conformidade com o Artigo 41, inciso IV, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 31 de Janeiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0090/DGP**

Publicação Nº 2355942

PORTARIA Nº. 0090/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 0041/DGP de 22/01/2020, a qual nomeia JESSICA SUYAN CARDOSO, para exercer o cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, 40 horas semanais, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Janeiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0093/DGP**

Publicação Nº 2355956

PORTARIA Nº. 0093/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Rosa Maria Theiss, para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de janeiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0094/DGP**

Publicação Nº 2355986

PORTARIA Nº. 0094/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Rodrigo Salvalagio, para exercer o cargo de provimento efetivo de Professor de Informática, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 31 de Janeiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0116/DGP**

Publicação Nº 2355996

PORTARIA Nº. 0116/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1896/DGP de 29/11/2019, a qual nomeia Rafaela Sandri de Oliveira, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0117/DGP**

Publicação Nº 2355997

PORTARIA Nº. 0117/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Mirian Brodwolf, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0118/DGP**

Publicação Nº 2356000

PORTARIA Nº. 0118/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1904/DGP de 03/12/2019, a qual nomeia Débora Andrea Leal dos Santos, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop



**PORTARIA N. 0119/DGP**

Publicação Nº 2356002

PORTARIA Nº. 0119/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Sindhy Ellen Moura Mazoti, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0120/DGP**

Publicação Nº 2356005

PORTARIA Nº. 0120/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1920/DGP de 05/12/2019, a qual nomeia Deise Hellmann, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0121/DGP**

Publicação Nº 2356013

PORTARIA Nº. 0121/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Naiara Bianchi, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0122/DGP**

Publicação Nº 2356016

PORTARIA Nº. 0122/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1924/DGP de 06/12/2019, a qual nomeia Franciele Sebold, para exercer o cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, 40 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0123/DGP**

Publicação Nº 2356020

PORTARIA Nº. 0123/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Daiane Goncalves, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, 40 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0124/DGP**

Publicação Nº 2356023

PORTARIA Nº. 0124/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria n. 1915/DGP de 03/12/2019, a qual nomeia Bruno Rossoni Hadlich Machado, para exercer o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, 30 horas semanais, em virtude da perda do prazo legal para a posse, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Arop

**PORTARIA N. 0125/DGP**

Publicação Nº 2356024

PORTARIA Nº. 0125/DGP

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio Do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, Caroline Barz Schmidt, para exercer o cargo de provimento efetivo de Terapeuta Ocupacional, 30 horas semanais, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Do Sul, 03 de Fevereiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Arop

**PORTARIA N. 0126/DGP**

Publicação Nº 2356026

PORTARIA N. 0126/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder prorrogação do prazo para posse, nos termos do Parágrafo 3º, artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, a Niria Maria Santos Gomes, nomeado pela Portaria n. 1796/DGP de 13/11/2019, publicada em 25/11/2019 no Diário Oficial dos Municípios – DOM, para exercer o cargo de provimento efetivo de Monitor Escolar, vinculado ao quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Fevereiro de 2020.

JOSE EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Arop

**PORTARIA N. 0144/DGP DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354637

PORTARIA N. 0144/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o servidor WILLIAM CORREIA MEURER, matrícula n. 261645, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Serviços Públicos para realização de perícia nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização n. 001/2019, posto a necessidade de prova técnica para a instrução processual e posterior elaboração de relatório final da comissão processante, conforme solicitação efetivada por esta através do Ofício n. 004/P.A.R n. 001/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 0145/DGP DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354636

PORTARIA N. 0145/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar o servidor WILLIAM CORREIA MEURER, matrícula n. 261645, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Serviços Públicos para realização de perícia nos autos do Processo Administrativo de Responsabilização n. 002/2019, posto a necessidade de prova técnica para a instrução processual e posterior elaboração de relatório final da comissão processante, conforme solicitação efetivada por esta através do Ofício n. 004/P.A.R n. 002/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0146/DGP DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355037

PORTARIA N. 0146/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 001/2020, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Climar Eletro Refrigeração Eireli - CNPJ 17.848.143/0001-50.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 009/2019, cujo objeto foi o fornecimento e instalação de Ar Condicionado na Secretaria Municipal de Educação. A ordem de compra foi encaminhada à empresa 11/04/2019 e não foi iniciado os serviços. A secretaria demandante então enviou memorando informando o caso em tela, bem como de que até o dia 03/07/2019 os serviços não haviam sido iniciados.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 001/2020, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) JAELINE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0147/DGP DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355049

PORTARIA N. 0147/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 002/2020, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa R Reichert & Cia Ltda - CNPJ 11.002.851/0001-90.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 045/2019, cujo objeto foi o registro de preços para eventual contratação parcelada de serviços de escavadeira hidráulica, retroescavadeira, rolo compactador, trator de esteira, mini escavadeira hidráulica, caminhão traçado e caminhão pipa, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura. A empresa pediu a rescisão da Ata de Registro de Preço n. 083/2019 alegando a impossibilidade de atendimento dos serviços até então fornecedora.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 002/2020, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020 .

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0148/DGP DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355060

PORTARIA N. 0148/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando SEDAF/DGP n. 005/2020, emitido em 10 de janeiro de 2020, pelo Departamento de Gestão de Pessoas e relatório anexo,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2020, referente ao servidor ELIZEU DE OLIVEIRA SANTOS SOBRINHO, matrícula n. 236616, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Parágrafo único – O servidor em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171, inciso I, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada a penalidade prevista no artigo 184 da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no Art. 197, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

- a) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador;
- b) Fernanda Mabel Feltrin Odebrecht, matrícula n. 3504102, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Frederico Machado Heissler, matrícula n. 117536, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## PORTARIA N. 2024/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2354638

PORTARIA N. 2024/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 013/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Tartarus Distribuidora LTDA - CNPJ 30.850.825/0001-66.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 056/2019, para aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza, a fim de atender as necessidades das diversas secretarias municipais pelo período de doze meses. Embora tenha sido notificada em 27 de agosto de 2019, a empresa não assinou o instrumento contratual de número 143/2019 até a data do Memorando n. 107/2019, 09 de setembro de 2019, emitido pelo Departamento de Licitações, o qual relata os fatos narrados.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 013/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) ELISANDRA DIAS PEIKER, matrícula n. 3517001, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) JEFFERSON OLIMPIO TAMBOSI, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## PORTARIA N. 2025/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2354639

PORTARIA N. 2025/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 014/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Nacional Pneus Eireli EPP - CNPJ



28.879.590/0002-20.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 174/2018, para aquisição de pneus novos e artigos correlatos para atender a frota rodoviária de Rio do Sul/SC. Após dois meses de uso o item 43 do edital – pneus novos, diagonal 1.4000 x 24, 16 lonas começou a se deteriorar. Após notificada a empresa não se manifestou.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 014/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) ELISANDRA DIAS PEIKER, matrícula n. 3517001, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) JEFFERSON OLIMPIO TAMBOSI, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 2026/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354642

PORTARIA N. 2026/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 015/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Dione A. M. Wurlitzer - CNPJ 26.582.119/0001-03.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de Licitação na modalidade Tomada de Preço n. 136/2018, cujo objeto era a construção da praça no Bairro Santa Rita. A empresa não iniciou a execução da obra para a qual foi contratada, embora esta municipalidade tenha efetuado notificações em 29 de abril e 25 de junho de 2019.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 015/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) ELISANDRA DIAS PEIKER, matrícula n. 3517001, ocupante do cargo de provimento efetivo Engenheiro Florestal, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) JEFFERSON OLIMPIO TAMBOSI, matrícula n. 75795-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 2027/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354643

PORTARIA N. 2027/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 016/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Osmar Orlandi Júnior ME - CNPJ 22.417.394/0001-10.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de Pregão Presencial n. 024/2019, cujo objeto era a aquisição de materiais permanentes e de consumo para esta municipalidade. Logo após a entrega do produto descrito no item 07 do edital, cadeira giratória, o mesmo começou a se deteriorar. A empresa foi notificada e, mesmo chamada a sua responsabilidade para com o produto ofertado, considerando o prazo de garantia do item, a mesma não se manifestou.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 016/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 2028/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354644

PORTARIA N. 2028/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 017/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Zero5 Distribuidora Eireli - CNPJ 31.552.106/0001-21.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 151/2019, cujo objeto foi o registro de preço para eventual aquisição de material de expediente a fim de atender as necessidades das diversas secretarias desta municipalidade. Foi enviado à empresa dois e-mails contendo as ordens de compra e, em ambos, os pedidos foram entregues de modo incompleto, sendo que no primeiro (17/10/2019) faltou entregar tesouras e caixas de arquivo morto e, no segundo (23/10/2019) não foram entregues as caixas de arquivo morto novamente solicitadas. Após a empresa foi notificada e os produtos foram entregues somente no dia 12/11/2019.



Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 017/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

## **PORTARIA N. 2029/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354645

PORTARIA N. 2029/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 018/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa R.A.R. Engenharia Ltda - CNPJ 28.025.421/0001-96.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de Licitação na modalidade Tomada de Preço n. 107/2018, cujo objeto foi a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto de ponte ligando o bairro Bela Aliança ao bairro Navegantes, incluindo sondagem no município de Rio do Sul. O contrato teve ordem de serviço recebida pela empresa em 15/10/2018, devendo a mesma concluir os projetos em 14/12/2018. Foram realizados quatro aditivos de prazo ao contrato firmado com a empresa em questão. A lentidão em concluir o objeto resultou no atraso de 301 (trezentos e um) dias à administração e, subsequentemente à aprovação do projeto e execução da obra a qual se refere.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 018/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

**PORTARIA N. 2030/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354654

## PORTARIA N. 2030/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

## RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 019/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Construtora F&F Eireli EPP - CNPJ 12.595.052/0001-37.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio da Dispensa de Licitação n. 076/2019, cujo objeto era o remanescente de obra, estaqueamento e construção da creche tipo 1 padrão FNDE, localizada na rua Guaíba, bairro Barragem. A empresa atrasou o cronograma físico da obra, comprometendo a entrega prevista até 14 de novembro de 2019. Mesmo após ter sido notificada a empresa não se manifestou, o que gerou um distrato unilateral do contrato.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 019/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 2031/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354646

## PORTARIA N. 2031/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

## RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 020/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Instituto Excelência Ltda ME - CNPJ 21.963.926/0001-52.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de Pregão Presencial n. 103/2019, cujo objeto era realização de concurso público para cargos do magistério público municipal. Após a aplicação da prova objetiva surgiram muitas reclamações por parte dos candidatos, principalmente relacionadas ao despreparo dos fiscais das salas de prova.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 020/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 2032/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354648

PORTARIA N. 2032/DGP

ALEXANDRE 9ATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 021/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Sovrana Engenharia e Construção Ltda - CNPJ 14.770.128/0001-49.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de licitação na modalidade Tomada de Preços n. 043/2019, cujo objeto era a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, pavimentação de passeios em paver e sinalização viária da rua Expedicionário Aleandro Stédile, bairro Itoupava em Rio do Sul/SC. A empresa em questão paralisou a obra, sem motivo justificado, o que resultou, após notificações enviadas, no Distrato do Contrato.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 021/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) RAFAEL PACHER, matrícula n. 2200449, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) CRISTIANE APARECIDA LEANDRO DE SOUZA, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) MARCELA NICOLETTI, matrícula n. 3645501, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA N. 2033/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2354650

PORTARIA N. 2033/DGP

ALEXANDRE 9ATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 022/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Floriano Construtora e Incorporadora Ltda - CNPJ 07.509.217/0001-70.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio de licitação na modalidade Tomada de Preços n. 146/2018, cujo objeto era a proteção de margem fluvial associada com reconstrução de estrutura de drenagem (ala de saída) próximo à Unidavi e cabeceira do elevado José Thomé/margem rio Itajaí Açu. A empresa descumpriu os prazos estipulados, atrasando o cronograma da obra.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 022/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 2034/DGP DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2355125

**PORTARIA N. 2034/DGP**

ALEXANDRE 9ATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização n. 023/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa R Reichert & Cia Ltda - CNPJ 11.002.851/0001-90.

Parágrafo único – A empresa em questão foi contratada por meio do Pregão Presencial n. 050/2019, cujo objeto foi o registro de preços para eventual contratação parcelada de serviços de britagem de pedra, a fim de atender as necessidades da Secretaria de Infraestrutura. A empresa pediu a rescisão da Ata de Registro de Preço n. 102/2019 alegando a impossibilidade de atendimento dos serviços até então fornecedora.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 023/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) DANIEL GORGES, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, na qualidade de presidente;
- b) JAELENE CORREIA DA COSTA, matrícula n. 224642, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde, na qualidade de secretária;
- c) LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula n. 103438, ocupante do cargo de provimento efetivo Assistente Social.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 19 de dezembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## **PORTARIA Nº 1950/DGP**

Publicação Nº 2354997

PORTARIA Nº 1950/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 37, inciso II da Lei Orgânica do Município,

### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02/12/2019, a servidora TAIRANA DA SILVA FIGUEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de MONITOR ESCOLAR, nos termos do artigo 39, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de Dezembro de 2019.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Prh

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020**

Publicação Nº 2354518

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PONTOS DE INTERCONEXÃO COM A REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, DE ACORDO COM ANEXOS E TERMOS DE REFERÊNCIA DESTE EDITAL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30 min do dia 03/03/2020, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

CRISTIAN CAE SEEMANN STASSUN  
Secretário de Gestão e Governo

**RESUMO ADITIVO 002/2020/FMS**

Publicação Nº 2355236

5º TERMO ADITIVO Nº 002/2020 – DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 046/2015, REFERENTE À LOCAÇÃO DE IMÓVEL COM AS CARACTERÍSTICAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE, LOCALIZADO NO BAIRRO BREMER. DADOS DO IMÓVEL: MATRÍCULA 21410, HABITE-SE Nº3830/99, ÁREA DO LOTE 597,55 M², ÁREA CONSTRUÍDA 339,70 M², QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E O SR. MÁRCIO DE ASSUNÇÃO.

Aos oito (08) dias do mês de janeiro (01) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Sueli Teresinha de Oliveira, ora denominada LOCATÁRIO, e o Sr. Márcio de Assunção, pessoa física, inscrito no CPF sob o nº 591.146.819-00, residente a Rua Ernesto Feldman nº233, Laranjeiras, Rio do Sul, CEP 89.167-400 doravante designado LOCADOR, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação n. 018/2015, o Contrato de locação nº 046/2015, datado de 08 de julho de 2015, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 57, Inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 dias, a contar de 10 de janeiro de 2020 e encerrando em 09 de abril de 2020, conforme Memorando Nº 177/2020/GAB/SEC.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

SUELI TERESINHA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Saúde  
Contratante

MÁRCIO DE ASSUNÇÃO  
Locador

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CAROLINE BARZ SCHMIDT**

Publicação Nº 2356025

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAROLINE BARZ SCHMIDT, é com satisfação que procedemos a convocação de V. Sª., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL, 30 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0125/DGP de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.



**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO DAIANE GONCALVES**

Publicação Nº 2356021

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) DAIANE GONCALVES, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0123/DGP de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO GABRIELLE DA SILVA

Publicação Nº 2355931

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) Gabrielle da Silva, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0087/DGP de 30/01/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO MIRIAN BRODWOLF,

Publicação Nº 2355998

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MIRIAN BRODWOLF, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0117/DGP de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:



- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO NAIARA BIANCHI

Publicação Nº 2356014

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) NAIARA BIANCHI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0121/DGP de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecido autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO RODRIGO SALVALAGIO

Publicação Nº 2355994

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) RODRIGO SALVALAGIO, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de Professor de Informática, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2019, homologado por meio do Decreto nº 8502 de 07/10/2019 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0094/DGP de 31/01/2020, publicada em 13/02/2020. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA;

Rio do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.

Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO ROSA MARIA THEISS

Publicação Nº 2355975

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROSA MARIA THEISS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, 40 horas semanais, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0093/DGP de 31/01/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com

o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.

3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. RX DE BACIA; 6. ECG (acima 40 anos) – com laudo; 7. CREATININA (acima 40 anos); 8. LAUDO DO PSIQUIATRA; 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de Fevereiro de 2020.  
Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## TERMO DE CONVOCAÇÃO SINDHY ELLEN MOURA MAZOTI

Publicação Nº 2356004

### TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) SINDHY ELLEN MOURA MAZOTI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de MONITOR ESCOLAR, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 001/2018, homologado por meio do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0119/DGP de 03/02/2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 13/02/2020. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 12 de fevereiro de 2020.  
Departamento de Gestão de Pessoas  
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2019 DE 20/08/2019 DATA: 10/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019. MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA TIPO COMPARAÇÃO: PREÇO GLOBAL JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP**

Publicação Nº 2355224

1º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2019 de 20/08/2019

DATA: 10/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2019. MODALIDADE: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia TIPO COMPARAÇÃO: Preço Global JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP CNPJ 21.338.866/0001-87

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INCLUINDO TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAL NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 19/02/2020

TÉRMINO: 06/05/2020

**2º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2019 DE 12/08/2019 DATA: 11/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA CONTRATO: WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP**

Publicação Nº 2355226

2º TA ao CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2019 de 12/08/2019

DATA: 11/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2019 - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

CONTRATO: WTM CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA - EPP CNPJ 21.338.866/0001-87

OBJETO: CONSTRUÇÃO/EXECUÇÃO DO BLOCO ADMINISTRATIVO DA NOVA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL "PREFº JOÃO FLORIANI", NA RUA RODOLFO BUSARELLO, Nº50, LOCALIDADE DE RIO ROSINA. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA

INÍCIO: 11/02/2020

TÉRMINO: 12/05/2020

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020 DATA: 10/02/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP**

Publicação Nº 2355228

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 043/2020

Data: 10/02/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP CNPJ nº 8.920.909/0001-70

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, POR SISTEMA DE MUTIRÃO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 216/2012 E ALTERAÇÕES. ESPECIFICAMENTE PARA A RUA HOLANDA, da Estaca 09 + 10 até Estaca 26 NOS IMÓVEIS QUE SERÃO SUJEITOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

INÍCIO: 10/02/2020

TÉRMINO: 10/06/2020

VALOR: R\$ 94.375,05 (noventa e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais e cinco centavos)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020 DATA: 10/02/2020 PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 - CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE CONTRATO: LAERCIO ANDERSON METT – MEI**

Publicação Nº 2355229

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2020

Data: 10/02/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº 06/2020 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2020 -

CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE

CONTRATO: LAERCIO ANDERSON METT – MEI CNPJ nº 18.692.443/0001-56

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE CAMINHÃO BASCULANTE

INÍCIO: 10/02/2020

TÉRMINO: 10/02/2021

VALOR: Nos termos do Processo Licitatório Nº 6/2020

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2020 DATA: 11/02/2020 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CIMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ. CONTRATO: PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA**

Publicação Nº 2355232

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2020

DATA: 11/02/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CIMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

CONTRATO: PROJEKTE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA CNPJ 13.797.773/0001-92

OBJETO: ENGENHARIA EM AGRIMENSURA PARA LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICOS E AFINS (ITEM 3.1), de ENGENHARIA CIVIL PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS VIÁRIOS E AFINS (ITEM 3.2), de ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES E AFINS (ITEM 3.3) e de ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA, URBANISMO, MOBILIÁRIO E PAISAGISMO – PARQUES E PRAÇAS E AFINS (ITEM 3.4)

INÍCIO: 11/02/2020

TÉRMINO: 20/03/2020

VALOR: Total de R\$ 18.840,00 (dezoito mil, oitocentos e quarenta reais)

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020 DATA: 11/02/2020 CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CIMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ. CONTRATO: ADOBE ENGENHARIA LTDA**

Publicação Nº 2355235

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2020

DATA: 11/02/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 011/2019, LICITAÇÃO COMPARTILHADA REALIZADA PELO CIMVI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ.

CONTRATO: ADOBE ENGENHARIA LTDA CNPJ 01.154.345/0001-62

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS ARQUITETÔNICOS, COMPLEMENTARES E AFINS (ITEM 3.3)

INÍCIO: 11/02/2020

TÉRMINO: 20/03/2020

VALOR: Total de R\$ 2.988,00 (dois mil, novecentos e oitenta e oito reais)

**DECRETO DE 10 DE JANEIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 2355205

DECRETO DE 10 DE JANEIRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

002 - EDUCAÇÃO BÁSICA

0012.0361.0060 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

33190000000000000000 – Aplic. Diretas (3.180.000 – Transf. Fundeb/Fundef (Remu. Magistério) ..... R\$8.569,03

Total .....R\$8.569,03

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 10 de Janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 10 de Janeiro de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 10 DE JANEIRO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 2355203

DECRETO DE 10 DE JANEIRO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 10º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

04 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

003 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0015.0451.0020.1004 - Pavimentação de Ruas e Avenidas

34490000000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$ 50.000,00

Total .....R\$ 50.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 10 de Janeiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 10 de Janeiro de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020. PROCEDE A CHAMADA PÚBLICA PARA MATRÍCULA NO CEJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020, NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA RUY BARBOSA.**

Publicação Nº 2355185

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2020 de 10 de fevereiro de 2020.

Procede a chamada pública para matrícula no CEJA –

Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Ensino Médio

para o primeiro semestre de 2020, na Escola de Educação Básica Ruy Barbosa.

ROSELI SAMAGIA, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público em cumprimento a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso I, e a Lei Federal nº 9394/96, artigo 5º, § 1º, inciso II, § 2º, para conhecimento legal para ingresso, assegurado, no Ensino Fundamental, para conhecimento dos pais ou responsáveis legais por ingresso, e Ensino médio para Jovens e Adultos – CEJA, que estiverem cursando ou não, que os mesmos devem ser matriculados em conformidade ao artigo 4º, inciso I, III, IV e artigo 6º da Lei 9394/96, observando o cronograma de matrículas para o primeiro semestre letivo de 2020.

As inscrições poderão ser realizadas na Escola de Educação Básica Ruy Barbosa, sito à Rua Recife, 293 – Centro – Timbó, de 10 a 14 de fevereiro de 2020 nos seguintes horários: matutino: 7h30min às 11h30min, vespertino: 13h30min às 17h30 min e noturno: 18h30min às 22h. Os interessados deverão comparecer no local e horário definidos neste Edital, com os seguintes documentos:

INSCRIÇÕES PARA ENSINO FUNDAMENTAL

RG

CPF

01 FOTO 3X4 RECENTE E COLORIDA

COMPROVANTE DE VACINAÇÃO

HISTORICO ESCOLAR PARCIAL

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA



DOCUMENTOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEL LEGAL (OS ALUNOS DEVERÃO COMPARECER ACOMPANHADOS PELOS PAIS)

INSCRIÇÕES PARA ENSINO MÉDIO  
RG  
CPF  
01 FOTO 3X4 RECENTE E COLORIDA  
COMPROVANTE DE VACINAÇÃO  
HISTÓRICO ESCOLAR DO 6º AO 9º  
COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

ROSELI SAMAGAIA  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE RIO DOS CEDROS

**LEI ORDINÁRIA Nº 2.075, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVID**

Publicação Nº 2355209

LEI ORDINÁRIA Nº 2.075, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS OU SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO, NA FORMA DO INCISO X DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,  
Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º. Os vencimentos ou salários dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, das autarquias e fundações públicas municipais, os subsídios dos agentes políticos municipais, os proventos decorrentes de inatividade e as pensões, serão revistos, no mês de JANEIRO/2020, na forma do inciso X, "in fine", do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices.

§1º. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo, para os exercícios parciais de 2019/2020, será de 4,48%, de acordo com o somatório do índice acumulado no ano, excluídos os percentuais já incorporados na última revisão geral anual, de acordo com o apurado pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor INPC no período compreendido de Janeiro de 2019 a Dezembro de 2019.

§2º. As remunerações e os subsídios dos servidores públicos e dos agentes políticos, após a revisão, serão objeto de tabelas publicadas por atos dos respectivos Poderes.

§3º. A revisão aplica-se também à quantia prevista em lei para remuneração de estágios.

Art.2º. Os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores serão revistos pelo índice e na forma prevista na presente lei.

Art.3º. Os vencimentos, salários ou proventos dos servidores públicos do Poder Executivo do Município, serão reajustados, no mês de janeiro/2020, em R\$100,00 (cem reais) fixos sobre todos os níveis de vencimento da Tabela de Níveis da LC nº 45/2004, com efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2020.

Parágrafo Único – O reajuste de que trata este artigo não se aplicará ao subsídio dos agentes políticos municipais, sem prejuízo de sua aplicação ao vencimento ou salário dos servidores do Poder Legislativo mediante a edição de ato próprio.

Art.4º. A despesa decorrente da aplicação desta Lei Complementar correrá a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa anual.

Art.5º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, em 11 de Fevereiro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar  
em 11 de fevereiro de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS - EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2020  
TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO TIPO DE COMPARAÇÃO: POR LOTE, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR  
PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE CALHAS E  
RUFOS, DEVIDAMENTE INSTALADOS,**

Publicação Nº 2355183

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS  
Extrato do Edital de Pregão  
Processo Licitatório Nº 17/2020  
Tipo do Julgamento: Menor Preço  
Tipo de Comparação: Por Lote**

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE CALHAS E RUFOS, DEVIDAMENTE INSTALADOS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, Conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Os Decretos Municipais nº 2.279/2007 e nº 2.926/2018, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:** Data: 25/02/2020 - Hora: 08h45min. **Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:** Data: 25/02/2020 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12 de fevereiro de 2020.

**Roseli Samagaia**  
Secretaria de Educação



**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS -EXTRATO DO EDITAL DE PREGÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2020- TIPO DO JULGAMENTO: MENOR PREÇO-TIPO DE COMPARAÇÃO: POR ITEM, COM A FINALIDADE DE SELECIONAR PROPOSTA OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FORRO DE PVC, DEVIDAMENTE INSTALADO, P**

Publicação Nº 2355605

**MUNICIPIO DE RIO DOS CEDROS**  
**Extrato do Edital de Pregão**  
**Processo Licitatório Nº 18/2020**  
**Tipo do Julgamento: Menor Preço**  
**Tipo de Comparação: Por Item**

O Município de Rio dos Cedros, estabelecido na Rua Nereu Ramos, 205, Centro – Rio dos Cedros - SC, informa que realizará licitação na modalidade de Pregão, com a finalidade de selecionar proposta objetivando a aquisição de **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE FORRO DE PVC, DEVIDAMENTE INSTALADO, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, Conforme especificações constantes do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, a Lei Federal nº. 8.666/93, Os Decretos Municipais nº 2.279/2007 e nº 2.926/2018, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais legislações aplicáveis. Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem: **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:** Data: 26/02/2020 - Hora: 08h45min. **Início da Sessão Pública e abertura dos envelopes de propostas:** Data: 26/02/2020 - Hora: 09h00min. O Edital e seus anexos poderão ser extraídos através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) no link Licitações. As dúvidas pertinentes a presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, Rio dos Cedros – SC, pelo telefone: (47) 3386-1050 ramal 2006 ou ainda pelo e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros, 12 de fevereiro de 2020.

**Roseli Samagaia**  
Secretaria de Educação

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PORTARIAS Nº 03/2020

Publicação Nº 2356130

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina Torna Público que resolveu baixar as seguintes Portarias.

Portaria nº 24492 de 28/01/2020. Admite servidores em caráter temporário

Portaria nº 24493 de 29/01/2020. Prorroga por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 03/02/2020 o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria nº 24332 de 23 de outubro de 2019.

Portaria nº 24495 de 31/01/2020. Nomeia Diretoras de Unidades Escolares

Portaria nº 24496 de 03/02/2020. Instaura Processo Administrativo Disciplinar e Designa Comissão

Portaria nº 24497 de 03/02/2020. Exonera Chefe de Divisão

Portaria nº 24498 de 03/02/2020. Concede exoneração à servidora Greicy Rudnick.

Portaria nº 24499 de 03/02/2020. Concede exoneração à servidora Sílvia Maria Ferreira do Rosário.

Portaria nº 24500 de 03/02/2020. Rescinde a pedido o contrato temporário de trabalho dos servidores Elcione Agostinho Anton, Geonice Terezinha Cordeiro e Luiz Augusto Marino.

Portaria nº 24501 de 03/02/2020. Nomeia Junta Médica

Portaria nº 24502 de 03/02/2020. Rescinde a pedido o Termo de Compromisso das estagiárias Amanda Thais Milde e Gabrielly Martins Machado.

Portaria nº 24505 de 03/02/2020. Admite Servidora em Caráter Temporário

Portaria nº 24506 de 05/02/2020. Admite e Prorroga Termos de Compromisso de Estagiários que menciona

Portaria nº 24507 de 07/02/2020. Suspende Servidor que menciona

Portaria nº 24508 de 07/02/2020. Admite Servidores em Caráter Temporário

Portaria nº 24509 de 07/02/2020. Exonera a pedido o servidor Diogo Reollon, do cargo de Diretor da EMEB Prefeito Henrique Liebl.

Portaria nº 24510 de 07/02/2020. Rescinde a pedido o contrato temporário de trabalho das servidoras Adriana de Fátima Kwitschal Tascheck e Tatiane Alves.

Portaria nº 24511 de 07/02/2020. Rescinde a pedido o Termo de Compromisso dos estagiários Daniel Kanopk Pruess e Gabriele Ilhéus.

Portaria nº 24514 de 10/02/2020. Constitui Comissão de Acompanhamento das Chamadas Públicas para Contratação em Caráter Emergencial Realizadas pela Secretaria Municipal de Educação

Rio Negrinho, 12 de fevereiro de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, de acordo com a delegação de competência conferida pelo Art. 2º do Decreto nº 9326, de 02 de abril de 2007, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 24494 de 31/01/2020. Concede Remoção por permuta dos servidores que menciona

Portaria nº 24503 de 03/02/2020. Concede licença maternidade à servidora Gislaíne De Fátima Ferreira.

Portaria nº 24504 de 03/02/2020. Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora Elisana Cordeiro de Carvalho.

Rio Negrinho, 12 de fevereiro de 2020.

WILSON LUIZ VEISS

Secretário de Administração

e Recursos Humanos

As Portarias em inteiro teor estão publicadas no site <http://rionegrinho.sc.gov.br/atos-municipais-portarias>

### TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

Publicação Nº 2354555

#### TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

#### CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2020

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho – SC, Sr. JULIO CESAR RONCONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, à vista do parecer conclusivo, constado em Ata, exarado pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar as inscrições na Chamada Pública nº 001/2020, nestes termos:

a) Data da Homologação e da Adjudicação: 06/02/2020

b) Objeto da Chamada Pública: Credenciamento de empresas visando habilitar periódicos impressos e serviços de radiodifusão, para veiculação de mídias fornecidas pelo Município de Rio Negrinho/SC, a fim de dar ampla publicidade de atos e ações institucionais, como programas e campanhas de educação, saúde, desenvolvimento econômico, meio ambiente, esporte, cultura, lazer, obras, serviços, festividades municipais e outros eventos, observados os ditames do Art. 37, § 1º da Constituição Federal.

c) Empresas Credenciadas:

- PORTUGAL TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.891.510/0002-75, credenciada para os itens 05, 06 e 09

- TM JORNALISMO LTDA, CNPJ nº 20.130.157/0001-49, credenciada para os itens 02 e 09

- EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA, CNPJ nº 00.506.497/0001-14, credenciada para os itens 04 e 09
  - RADIO RIO NEGRINHO LTDA, CNPJ nº 85.906.659/0001-64, credenciada para os itens 05 e 06
  - PERFILMULTI JORNALISMO E PRODUÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.524.131/0001-66, credenciada para os itens 02 e 09
  - PAULO ROBERTO DREGE BUENO LIMA 08812630952, CNPJ nº 24.291.728/0001-88, credenciada para os itens 02 e 09
- Rio Negrinho, 06 de Fevereiro de 2020

JULIO CESAR RONCONI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Rodeio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO 01/2020

Publicação Nº 2352926

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo 02/2020 - Tomada de Preços 01/2020. Objeto: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica e implantação de calçada e ciclovia da Rua Barão do Rio Branco com fornecimento de mão de obra, material e ferramental, conforme memorial descritivo e demais projetos. Considerando a regularidade do procedimento, com base no inc. VI, do art. 43, da Lei Federal nº 8.666/93, Homologar e Adjudicar os itens do objeto licitado, a empresa: Terrabase Terraplenagem Ltda. Rodeio 13 de fevereiro de 2020. Paulo Roberto Weiss - Prefeito Municipal.

# Romelândia

## PREFEITURA

### PORTARIA 9763/2020

Publicação Nº 2354526

PORTARIA Nº 9763/2020

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL, QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear Sra MARIA JANETE ARNEKE SAUL, aprovada no Concurso Público Edital 01/2018, homologado pelo Decreto nº 4.037/2018, para exercer o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 40 horas semanais, e vencimento previsto no quadro de pessoal da Administração Direta do Município de Romelândia, com seus efeitos a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de fevereiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

PP Milton Aimi

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Designado pelo Decreto 4143/2019

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Márcia Maria Melz Francescon

Técnico Administrativo II

### PORTARIA 9764/2020

Publicação Nº 2355082

PORTARIA Nº 9764/2020

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido, Servidora Pública Municipal, Sra. MARIELI MARCIANE ADAMS, cargo de carreira AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de fevereiro de 2020.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

PP Milton Aimi

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Designado pelo Decreto 4143/2019

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

Publicação Nº 2354685

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa CONSTRUTORA BRANGER LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.146.893/0001-52, com sede na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. DIERFERSON BRANGER, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 48599557 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 008.974.499-32, com endereço profissional na Rua Jorge Neves Vieira, nº 125, Bairro São Luiz, na cidade de Lages-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 153/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO** – Fica suprimida a importância de R\$ 2.384,41 (Dois mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos), referentes aos itens 1.1 e 1.2, vencidos pela CONTRATADA, em razão de mudanças no projeto executivo, conforme “Planilha de Supressão de Valores”, a qual fica fazendo parte integrante do presente Termo Aditivo, em observância ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO** – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 153/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

**CLÁUSULA TERCEIRA DO TERMO ADITIVO** – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data da sua assinatura.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 12 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA  
Contratante

CONSTRUTORA BRANGER LTDA  
Contratada

TESTEMUNHAS:

# Santa Helena

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

Publicação Nº 2354538

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório nº 09/2020, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 06/2020, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a futura e eventual aquisição de câmeras de videomonitoramento e materiais para instalação das mesmas, destinadas ao monitoramento das ruas, avenidas e prédios públicos do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 27 de fevereiro de 2020. Abertura das propostas as 08h40min do dia 27 de fevereiro de 2020, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site [www.santahelena.sc.gov.br](http://www.santahelena.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 12 de fevereiro de 2020.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 05/2020 FMS

Publicação Nº 2354561

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CLÍNICA MÉDICA, A FIM DE PRESTAR SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA, GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA E MASTOLOGIA PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA.

Data, Horário e Local de Abertura: 02 de março de 2020, às 08:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 12 de fevereiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### PREGÃO PRESENCIAL 06/2020 FMS

Publicação Nº 2354564

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DE USO EMERGENCIAL PARA PACIENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, conforme "Guia da Farmácia", de publicação oficial da ABCFARMA (Associação Brasileira de Comércio Farmacêutico), constantes no site <http://www.abcfarma.org.br>

Data, Horário e Local de Abertura: 03 de março de 2020, às 08:00 horas na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas no horário de expediente, de segunda a sexta-feira das 7:00 às 13:00 horas no Prédio Sede da Prefeitura Municipal. Para esclarecimentos de dúvidas fica a disposição dos interessados o telefone (48) 3654-3000 ou pelo

e-mail licitacao@santarosadelima.sc.gov.br.

Santa Rosa de Lima, 12 de fevereiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

### RESULTADO DO PREGÃO 04/2020 FMS

Publicação Nº 2354485

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA ROSA DE LIMA

RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

EMPRESAS VENCEDORAS: ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA, ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR EIRELI ME, FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, A DALLA PORTA JUNIOR, METROMED COM. DE MATÉRIAS MÉDICO HOSPITALAR LTDA E ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 52.447,42.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 10 de fevereiro de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2020**

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CNPJ/MF:** 82.926.593/0001-86.

**EMPRESA CONTRATADA:** ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA.

**CNPJ/MF:** 00.802.002/0001-02.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 7.267,83.

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

**ADVOGADA:** Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

**SALESIO WIEMES**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2020**

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CNPJ/MF:** 82.926.593/0001-86.

**EMPRESA CONTRATADA:** ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALAR EIRELI ME.

**CNPJ/MF:** 05.948.061/0001-07 .

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 15.138,55.

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

**ADVOGADA:** Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

**SALESIO WIEMES**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2020**

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CNPJ/MF:** 82.926.593/0001-86.

**EMPRESA CONTRATADA:** FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

**CNPJ/MF:** 07.164.711/0001-40.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 1.510,00.

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

**ADVOGADA:** Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

**SALESIO WIEMES**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2020**

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CNPJ/MF:** 82.926.593/0001-86.

**EMPRESA CONTRATADA:** LA DALLA PORTA JUNIOR.

**CNPJ/MF:** 11.145.401/0001-56.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 4.216,05.

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

**ADVOGADA:** Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

**SALESIO WIEMES**

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2020**

**OBJETO:** FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

**CONTRATANTE:** Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

**CNPJ/MF:** 82.926.593/0001-86.

**EMPRESA CONTRATADA:** METROMED COM. DE MATÉRIAS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

**CNPJ/MF:** 83.157.032/0001-22.

**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 21.895,19

**VIGÊNCIA:** O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de

dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA: ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ/MF: 06.194.440/0001-03.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 2.419,80

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 10 de fevereiro de 2020.

SALESIO WIEMES

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### RESCISÃO CONTRATO 06/2017 PL 04/2017 PP 02/2017 FMS

Publicação Nº 2354145

#### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 06/2017

Contratante - Município de Santa Terezinha do Progresso – Santa Catarina. Contratada – MARQUES MOREIRA & CIA LTDA ME; CNPJ– 09.407.341/0001-50. Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO A POPULAÇÃO JUNTO A UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) NA ESTRATEGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), COM 40 HRS SEMANAIS, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2017. Justifica-se a rescisão do Contrato Administrativo nº 06/2017 o fato de o profissional médico Dr. Marcos Marques Moreira ser o único Médico da empresa contratada e o mesmo ter sido aprovado e convocado em um concurso público em outra cidade da região, conforme justificativa da empresa. Ref: Proc. Licit. 04/2017 FMS, Pregão Presencial 02/2017. Celebrado entre as partes em 04 de fevereiro de 2020. Prefeito Municipal Derli Furtado.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº042/2020 – DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355498

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº042/2020 – DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, nomeada pelo Decreto nº381/2016 - de 13 de dezembro de 2016, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 05% (cinco por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – 2º GRAU, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 07 de janeiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

### DECRETO Nº044/2020 – DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº044/2020 – DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Municipal LEONARDO EMANUEL MENONCIN Aprovado em Processo Seletivo.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº005/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado a partir de 09 de janeiro de 2020, o Servidor LEONARDO EMANUEL MENONCIN, para ocupar o cargo Temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 005/2018, Carga horária de 40 Horas Semanais, com início em 09 de Janeiro de 2020 até 31 de Dezembro de 2020.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 09 de janeiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº047/2020 – DE 17 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355511

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº047/2020 – DE 17 DE JANEIRO DE 2020.  
Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos ao público nas repartições públicas municipais.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso XII do Art. 11º, da Lei Complementar nº725/2014, de 02 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os atendimentos ao público nas repartições públicas municipais no dia 17 de janeiro de 2020, das 13:00h até 17:00h, em decorrência do falecimento de ELEZIR MOLLOSSI, Pai das Servidoras Públicas Municipais Janete Mollossi Milan e Claudete Mollossi Comin.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 17 de janeiro de 2020.

VANILDO VALCARENGHI  
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº048/2020 – DE 21 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº048/2020 – DE 21 DE JANEIRO DE 2020.  
Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos ao público nas repartições públicas municipais.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso XII do Art. 11º, da Lei Complementar nº725/2014, de 02 de julho de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos os atendimentos ao público nas repartições públicas municipais no dia 22 de janeiro de 2020, das 07:30h até 11:30h, em decorrência do falecimento de LUIZ LUNEDO, Avô dos Servidores Públicos Municipais Cledenice Aparecida Lunedo Pacazza e Pedro Luis Pacazza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 21 de janeiro de 2020.

VANILDO VALCARENGHI  
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº049/2020 – DE 22 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº049/2020 – DE 22 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera o Servidor Público Municipal SAMUEL CORREA e dá outras providências.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e do Art. 33, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido do Servidor, a partir do dia 31 de janeiro de 2020, o Servidor Público Municipal SAMUEL CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeado pelo Decreto Nº043/2018 - de 01 de Fevereiro de 2018, nos termos do art.33 da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 22 de janeiro de 2020.

VANILDO VALCARENGHI  
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº050/2020 – DE 23 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355551

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº050/2020 – DE 23 DE JANEIRO DE 2020.

Exonera o Servidor Público Municipal GENESIO DE LIMA e dá outras providências.

VANILDO VALCARENGHI, Prefeito Municipal em Exercício de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso IV, do Art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a partir do dia 24 de janeiro de 2020, o Servidor GENESIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de

Máquina II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Decreto Nº.044/97 e Decreto Nº.090/97, nos termos do inciso IV, do art. 32, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Benefício Nº189226642-0 – “Aposentadoria Especial (46)”.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 23 de janeiro de 2020.

VANILDO VALCARENGHI  
Prefeito Municipal em Exercício.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº051/2020 – DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355553

DECRETO Nº051/2020 – DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre o destino e a utilização de Veículo a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

CONSIDERANDO a necessidade de utilização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças para transporte de Conselheiros Tutelares.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização, pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, o veículo CHEVROLET SPIN, Placas QJS-2554, de propriedade do Município, a partir das 13:00h do dia 31 de janeiro de 2020 até as 18:00h do dia 04 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 31 de janeiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº053/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355564

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº053/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Pública Municipal KELI MARIA PRATI, Aprovada em Concurso Público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, e o Inciso I do Art. 9º, da Lei Complementar Nº 009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), Lei Municipal Nº 782/2015 de 09 de junho de 2015 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e considerando o resultado do Concurso Público Nº 001/2015,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a partir de 03 de fevereiro de 2020, a Servidora KELI MARIA PRATI, para ocupar o Cargo Efetivo de TÉCNICO EM CONTABILIDADE, Grupo 04 (Técnico Profissional - TEP), Nível 45, Código 04.02, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Concurso Público Nº 001/2015, com carga horária de 40 Horas Semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO Nº054/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355569

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº054/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação da Servidora Pública Municipal ALANA LOPES, Aprovada em Processo Seletivo Nº 003/2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº 003/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a partir de 03 de fevereiro de 2020, a Servidora ALANA LOPES, para ocupar o Cargo Temporário de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, conforme está previsto na Lei Municipal Nº950/2019 – de 10 de Setembro de 2019, com carga horária de 40 horas semanais, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 02 de fevereiro de 2021.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**DECRETO Nº055/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355576

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº055/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Público Municipal JUNEOR GREGOLON, Aprovado em Processo Seletivo Nº 003/2019.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com a Lei Municipal Nº677/2013 de 16 de Maio de 2013 e Edital de Processo Seletivo Nº003/2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado a partir de 03 de fevereiro de 2020, o Servidor JUNEOR GREGOLON, para ocupar o Cargo Temporário de OPERADOR DE MÁQUINAS I, Grupo 02 (Serviços Operacionais - SOP), Nível 27, Código 02.07, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores e conforme Edital do Processo Seletivo nº 003/2019, com carga horária de 40 Horas Semanais, com vigência de 03 de fevereiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020, em decorrência da licença de saúde do Servidor Efetivo Valdecir José Lorenzetti, que se encontra com restrições para desempenhar as atribuições do Cargo, podendo ser prorrogado em caso de o estado de saúde do Servidor Efetivo não se alterar.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO Nº056/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355580

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº056/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Nomeação do Servidor Público Municipal ROGERIO MATEUS SIMON para o Cargo em Comissão.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado a partir de 03 de fevereiro de 2020, o Servidor ROGERIO MATEUS SIMON, para o Cargo em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, Grupo/Categoria 6, Código 06.03, Nível CC-4, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Junho de 2015, e alterações posteriores, com Lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com carga horária de dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº057/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355585

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº057/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera a Servidora Pública Municipal JANETE MOLLOSSI MILAN e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 03 de fevereiro de 2020, a Servidora JANETE MOLLOSSI MILAN, nomeada através do Decreto Nº008/2019 – de 02 de Janeiro de 2019, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº058/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº058/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Exonera a Servidora Pública Municipal GABRIELE ISATON e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e Inciso I, do Art. 34, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada por interesse público a partir de 03 de fevereiro de 2020, a Servidora GABRIELE ISATON, nomeada através do Decreto Nº186/2017 – de 03 de Julho de 2017, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE SETOR, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, carga horária de tempo integral, conforme Lei Municipal Nº 782/2015, de 09 de junho de 2015 e alterações posteriores.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

### **DECRETO Nº059/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº059/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a delegação de competência ao Servidor Público Municipal NADIL MARMENTINI e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

DECRETA:

Art. 1º Fica delegado competência ao Servidor Público Municipal NADIL MARMENTINI, ocupante do cargo em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, para responder por todos os atos inerentes a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, podendo para tanto praticar os atos necessários no período de 03 de fevereiro de 2020 a 17 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

### **DECRETO Nº060/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPAL DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº060/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a remoção de lotação da Servidora Pública Municipal MARILENE VALCARENGHI TOAZZA por interesse público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o inciso I, do Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removida por interesse público, a partir do dia 03 de fevereiro de 2020, de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, a Servidora MARILENE VALCARENGHI TOAZZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Grupo 01 (Serviços Gerais – SEG), Nível 16, Código 01.01, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social - CRÁS, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº061/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355620

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº061/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeada pelo Decreto Nº354/2016 – de 06 de dezembro de 2016, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 05% (cinco por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – 1º GRAU, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO Nº062/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355629

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº062/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal CAMILA PEREIRA DOS SANTOS e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora CAMILA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, nomeada pelo Decreto Nº354/2016 – de 06 de dezembro de 2016, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, 05% (cinco por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – 2º GRAU, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

**DECRETO Nº063/2020 – DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355633

Dispõe sobre alteração de membro da Comissão para conferência de mercadorias adquiridas em processo licitatório, e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão para conferência de mercadorias adquiridas em Processo Licitatório nas secretarias municipais compostas com os seguintes membros:

- I – Rosana Lorenzetti – Coordenador
- II – Elenilce da Rosa Comin – Membro
- III – Andreia Casagrande Cararo – Membro
- IV – Camila Lazarin – Membro
- V – Tiago de Paris – Membro
- VI – Monicleia de Cesaro Guedes – Membro
- VII – Tatiane Chimello – Membro
- VIII – Judile Bolzan Durante – Membro
- IX – Camila Pereira Dos Santos – Membro

Art. 2º Os serviços da Comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo atribuído aos membros desta qualquer espécie de remuneração incluindo a não geração de direito ou obrigação social trabalhista, sendo que os mesmos deverão atuar em dupla ou em conjunto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 03 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº064/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355639

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº064/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora TATIANE CRISTINA GLUZEZAK SARETTO, ocupante do cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, nomeada pelo Decreto nº381/2016 – de 13 de dezembro de 2016, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº065/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355643

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº065/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a Concessão de ADICIONAL DE TITULAÇÃO a Servidora Pública Municipal JOZIANE CÁTIA GROLI PALUDO e dá Outras Providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 15 de Junho de 2015 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica Concedido a Servidora JOZIANE CÁTIA GROLLI PALUDO, ocupante do cargo de TESOUREIRA, nomeada pelo Decreto Nº069/2008 – de 03 de Março de 2008, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, 10% (dez por cento) a título de ADICIONAL DE TITULAÇÃO – ESPECIALIZAÇÃO, a incidir sobre o vencimento base da Servidora, conforme demonstrado no Anexo VI previsto no Art. 11, da Lei Municipal Nº782/2015, de 09 de Março de 2010 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e alterações posteriores.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## **DECRETO Nº066/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355654

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº066/2020 – DE 04 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a remoção de lotação do Servidor Público Municipal JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS, por interesse público.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o inciso I, do Art. 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art. 1º Fica removido por interesse público, a partir de 04 de fevereiro de 2020 até 03 de março de 2020, de acordo com o Parágrafo único, Inciso I, do Artigo 35, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, o Servidor JORGE LUIS PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Grupo 2, Código 02.06, Nível 26, da Lei Municipal nº782/2015, de 09 de junho de 2015, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social- CRAS, para a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 04 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.



**DECRETO Nº067/2020 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355660

Homologa os inscritos no Programa de Auxílio a Investimentos e Melhorias na Propriedade Agrícola – PDA com seus respectivos valores e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Art. 2º, § 1º, da Lei Municipal Nº893/2017, de 14 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica homologada a relação dos produtores inscritos, com seus respectivos valores, no Programa de Auxílio à Investimentos e Melhorias na Propriedade Agrícola – PDA, conforme segue:

Nº	NOME DO AGRICULTOR	ENDEREÇO	VALOR
1	DARCI TIBOLA	BARRA DO LEÃO	981,67
2	VALDECIR JOSE SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	688,25
3	CARLOS SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	533,77
4	JHONATAN JUNIOR RISSARDO	BARRA DO LEÃO	467,90
5	ADRIANE INES SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	450,66
6	JAIR RISSARDO	BARRA DO LEÃO	431,69
7	NERI PELINSON	BARRA DO LEÃO	415,59
8	JAIR GILBERTO SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	358,24
9	MOACIR ROBERTO ZILIOI	BARRA DO LEÃO	354,02
10	CESAR ANTONIO BREZEZINSKI	BARRA DO LEÃO	325,99
11	SELVINO JOAO SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	317,56
12	ALIOR JOAO RISSARDO	BARRA DO LEÃO	312,26
13	IZELDA FATIMA LUNEDO	BARRA DO LEÃO	263,13
14	CLAUDECIR GHIDOLIN	BARRA DO LEÃO	234,01
15	HERMES SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	227,45
16	ALTAIR ANTONIO ZILIOI	BARRA DO LEÃO	215,28
17	VOLMIR ISATON	BARRA DO LEÃO	212,64
18	JOSE RISSARDO	BARRA DO LEÃO	201,71
19	JUNEOR SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	177,14
20	JUDITE SOMAVILLA SIEGA	BARRA DO LEÃO	175,07
21	BALDUINO ZILIOI	BARRA DO LEÃO	171,89
22	CLEUNILCE ZILIOI MUNEROLI	BARRA DO LEÃO	169,29
23	EUGENIO SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	168,51
24	LUIS DOMINGOS RISSARDO	BARRA DO LEÃO	167,68
25	CELSE ANTONIO CARNIEL	BARRA DO LEÃO	166,11
26	GERMANO FREDERICO RISSARDO	BARRA DO LEÃO	165,93
27	GILDA SOMAVILLA	BARRA DO LEÃO	164,77
28	FIORAVANTE TREVISOL	BRESOLIM	2.804,32
29	OLIVIO TREVISOL	BRESOLIM	1.558,74
30	DIRÇO DIRCEU BOTTEGA	BRESOLIM	1.496,08
31	ROSALINO WILSON BOTTEGA	BRESOLIM	1.349,12
32	ARI TREVISOL	BRESOLIM	1.121,20
33	ILDO PELIZZER	BRESOLIM	1.074,66
34	DARCI TREVISOL	BRESOLIM	599,72
35	ILDO PRATI	BRESOLIM	351,86
36	JULSEMAR TREVISOL	BRESOLIM	216,50
37	ARCEDI ZAMBOTT	BRESOLIM	202,97
38	LEANDRO JOSE DA SILVA	BRESOLIM	190,21
39	GENTIL ALVES DA SILVA	BRESOLIM	178,82
40	DOMINGOS BOTTEGA	BRESOLIM	158,61
41	ANTONIO DE OLIVEIRA	BRESOLIM	150,00
42	ADEMAR TREVISOL	CAÇADOR	1.065,55
43	VILMAR TREVISOL	CAÇADOR	1.019,72
44	ANTONIO RAIMUNDO GUIDOLIN	CAÇADOR	724,19
45	LUIS GUIDOLIN	CAÇADOR	463,00



46	ALBERTO GUIDOLIN	CAÇADOR	428,15
47	VALMIR PEDRO BRESOLIM	CAÇADOR	350,87
48	AGUSTINHO GUIDOLIN	CAÇADOR	328,10
49	GUIDO TREVISOL	CAÇADOR	185,55
50	EDENIRTO BRESSIANI	MADOGGIO	1.419,03
51	LAUDINO BALDISSERA	MADOGGIO	1.282,06
52	LAUDIR DE CESARO	MADOGGIO	1.050,73
53	LUIZ JOSE BALDISSERA	MADOGGIO	1.025,70
54	ALCIMAR DE CESARO	MADOGGIO	1.018,10
55	FRANCISCO MARIO BORDIGNON	MADOGGIO	1.012,39
56	OSMAR ANTONIO DOS SANTOS	MADOGGIO	904,20
57	LEANDRO DOS SANTOS	MADOGGIO	894,62
58	VALDECIR CARLOS GROLI	MADOGGIO	890,76
59	LAUDINO DE CESARO	MADOGGIO	811,15
60	LIDIO BALDISSERA	MADOGGIO	733,66
61	CLAUDIR CASAGRANDE	MADOGGIO	658,96
62	OLIVO DOS SANTOS	MADOGGIO	605,86
63	CLODOVIR JOAO CASAGRANDE	MADOGGIO	592,07
64	CLEOMAR CASAGRANDE	MADOGGIO	483,74
65	ARMANDO DEBORTOLI	MADOGGIO	470,74
66	VIVALDINO JOSE LORENZETTI	MADOGGIO	436,03
67	EDI CARLOS CASAGRANDE	MADOGGIO	427,68
68	CLAUDENIRTO BRESSIANI	MADOGGIO	377,92
69	VERIDIANE BALDISSERA	MADOGGIO	365,99
70	FERNANDO LORENZETTI TONIOLLO	MADOGGIO	359,56
71	JACIR LUNEDO	MADOGGIO	339,82
72	AGOSTINHO CASAGRANDE	MADOGGIO	325,28
73	SEBASTIAO DE OLIVEIRA	MADOGGIO	260,85
74	VALMIR VERONESE	MADOGGIO	247,26
75	DORILDES BRESSIANI CASAGRANDE	MADOGGIO	247,11
76	PEDRO ALBERTO TEDESCO BRESSIANI	MADOGGIO	216,39
77	NADIR LUIZ BERTOLDO	MADOGGIO	189,75
78	EDIVANDRO CARLOS CASAGRANDE	MADOGGIO	180,49
79	NEIVETE LUCIA TRENTIN BACH	MADOGGIO	155,75
80	IVANETE TRENTIN	MADOGGIO	152,66
81	JULIANO ISATON	MOLOSSI	1.933,12
82	SIDINEI LUIS SARETTO	MOLOSSI	1.484,63
83	VALDO SARETTO	MOLOSSI	1.339,71
84	DORIVAL JOAO MENEGUZZI	MOLOSSI	999,38
85	ADEMAR BORDIGNON	MOLOSSI	691,43
86	JAIRE ANTONIO MIORELLI	MOLOSSI	527,44
87	LIDIO BEVILACQUA	MOLOSSI	415,57
88	IDALINO LUZA	MOLOSSI	415,18
89	VANDERLEI SARETTO	MOLOSSI	404,75
90	LADI JUSTINA MENEGUZZI	MOLOSSI	378,64
91	VALDIR RAVANELLO	MOLOSSI	373,58
92	OSMAR BORSOI	MOLOSSI	367,99
93	VANDRE RONALDO BEVILACQUA	MOLOSSI	360,29
94	IVO ANGELO BEVILACQUA	MOLOSSI	351,21
95	ADELIR JOSE GROLI	MOLOSSI	341,44
96	MARIO CARLOS BEVILACQUA	MOLOSSI	314,92
97	LUCAS VICHUATE SARAIVA	MOLOSSI	306,74
98	ADEMIR PEREIRA DA SILVA	MOLOSSI	290,35
99	IVANETE INES MENEGUZZI	MOLOSSI	274,27
100	JOSE RUDI WIBRANTZ	MOLOSSI	261,80
101	ANTONINHO ISATON	MOLOSSI	244,83
102	JOSE LUIS CARDOSO	MOLOSSI	244,22
103	LAUDINO LAURO XIRELLO	MOLOSSI	225,01

104	VALDEMAR ISATON	MOLOSSI	222,20
105	TIAGO BEVILACQUA	MOLOSSI	205,51
106	ALCIDES ZAMBOTT	MOLOSSI	185,27
107	ANTONIO CARLOS BEVILACQUA	MOLOSSI	179,89
108	VALDIR ROQUE RISSARDO	MOLOSSI	167,07
109	SELVINO SANTIN TRENTIN	MOLOSSI	159,98
110	ANTONIO DALBOSCO BEVILACQUA	MOLOSSI	155,05
111	LUIZ SARETTO	MOLOSSI	152,42
112	ELIMAR JOSE SOMAVILLA	PICOLLI	757,61
113	HELIO LUIZ SOMAVILLA	PICOLLI	656,12
114	IVAIR LUIS BORDIGNON	PICOLLI	647,42
115	ANTONIO BORDIGNON	PICOLLI	585,02
116	DARCI ANTONIO BORDIGNON	PICOLLI	531,13
117	CLAUDEMIR PANDOLFO	PICOLLI	445,81
118	BENHUR LUNELLI	PICOLLI	433,51
119	VAGNER ANTONIO BORDIGNON	PICOLLI	410,81
120	VALDINEI LUIS LORENZETTI	PICOLLI	405,45
121	VALDECIR FRANZOSI	PICOLLI	401,16
122	DANIEL RISSI	PICOLLI	361,73
123	LEONEL JOSE PACASSA	PICOLLI	337,04
124	CATIA CRISTINA GUIZZO	PICOLLI	300,07
125	DARCI VIRGILIO DURANTE	PICOLLI	278,42
126	LUIZ CARLOS DE PARIS	PICOLLI	268,30
127	QUINTINO PANDOLFO	PICOLLI	239,73
128	ANITA LIBARDONI	PICOLLI	211,54
129	VITOR DELAI	PICOLLI	174,85
130	NATALINO ALVES DE LIMA	PICOLLI	163,67
131	ALEXANDRE MACEIESKI	PICOLLI	158,67
132	CELSE JOSE BRANDELEIRO	PICOLLI	152,09
133	CLAUDEMIR MOLOSSI	PROGRESSO	1.860,72
134	HELENA ELIRIA MOLOSSI	PROGRESSO	1.212,02
135	VALDIR LUIS COMIN	PROGRESSO	499,52
136	GILSO RIGO	PROGRESSO	402,97
137	CARLOS GENTILINI	PROGRESSO	388,98
138	SUSANA BRIZOLA PÉREIRA	PROGRESSO	376,20
139	MONICA RIGO	PROGRESSO	246,08
140	LEOCIR ANTONIO DALLAGNOL	PROGRESSO	239,77
141	ADAO PEREIRA	PROGRESSO	216,06
142	SADIR MOREIRA PEREIRA	PROGRESSO	204,81
143	JOAO MARIA MOREIRA PEREIRA	PROGRESSO	204,21
144	FIORINDO TREVISOL	SANTA ROSA	1.584,75
145	ZEFERINO OTAVIO GUIDOLIN	SANTA ROSA	1.559,67
146	DANIEL ELIAS BREZEZINSKI	SANTA ROSA	683,47
147	ANTONIO LUIS SOTIL DA TRINDADE	SANTA ROSA	452,79
148	SEVERINO TREVISOL	SANTA ROSA	377,03
149	LEONOR WERNER	SANTA ROSA	325,28
150	ZEFERINO TREVISOL	SANTA ROSA	300,01
151	OLIVO GREGOLON	SANTA ROSA	296,03
152	CLAUDEMIR TREVISOL	SANTA ROSA	289,62
153	BERNARDO GUIDOLIN	SANTA ROSA	264,89
154	IRICEU PAULO THOMAS	SANTA ROSA	251,26
155	GILBERTO BREZEZINSKI	SANTA ROSA	218,05
156	ANGELO FRANZOSI	SANTA ROSA	202,25
157	ANILDO TREVISOL	SANTA ROSA	199,57
158	CLAUDIR TREVISOL	SANTA ROSA	184,25
159	DOMINGOS JOSE GUIDOLIN	SANTA ROSA	183,81
160	AMBROSIO SILVESTRE GUIDOLIN	SANTA ROSA	165,70
161	EDENILSO TREVISOL	SANTA ROSA	165,28

162	VICENTE LUCAS GUIDOLIN	SANTA ROSA	157,67
163	JANDIR ANTONIO RIGO	SEDE	1.768,55
164	JOSEDI TADEU TOAZZA	SEDE	1.524,52
165	AMARILDO CONTE	SEDE	903,07
166	RUDIMAR ANTONIO TOAZZA	SEDE	851,95
167	RAFAEL TOAZZA	SEDE	832,70
168	FELIX LUZA	SEDE	822,63
169	LUAN ZAT	SEDE	600,62
170	DIEGO CONTE	SEDE	596,38
171	ARNALDO ZAT	SEDE	566,46
172	RUDINEI TOAZZA	SEDE	554,37
173	EDALZIR CASAGRANDE	SEDE	554,18
174	IVO ZAT	SEDE	515,81
175	ADEMIR LAURI RIGO	SEDE	396,38
176	ZEFERINO SOMAVILLA	SEDE	373,46
177	EDIMAR FRANCISCO VANZIN	SEDE	366,34
178	AISLAN KERLI CENI	SEDE	346,93
179	GILBERTO PINTO	SEDE	293,25
180	CLARITO MORELATTO	SEDE	283,70
181	VANDERLEI CONCI	SEDE	282,43
182	GERSON CARLOS RISSARDO	SEDE	232,46
183	EDMAR GROLI	SEDE	206,85
184	MARILICE CASAGRANDE GUEDES	SEDE	200,33
185	GENTIL HABOSKI	SEDE	169,78
186	ALCEU SOTILLI	SEDE	161,25
187	NELSON LUNEDO	SEDE	160,53
188	NILSO ANTONIO SIMON	SEDE	159,97
189	VERISSIMO RODRIGUES	SEDE	158,05
190	CELSO BORDIGNON	STEFANES	1.896,58
191	AGENOR ANTONIO FORTI	STEFANES	1.704,77
192	JOZIDI AUGUSTO GROLI	STEFANES	1.018,51
193	IVANOR LUIZ FORTI	STEFANES	629,48
194	VOLMIR JOSE FORTI	STEFANES	604,35
195	VALDECIR FORTI	STEFANES	550,58
196	JOELSON REBELATTO FORTI	STEFANES	411,43
197	AMARILDO SALVATICO	STEFANES	343,43
198	IDETE TEREZINHA GUEDES MATIELLO	STEFANES	270,23
199	ARI PAULO PEDROTTI	STEFANES	209,39
200	IRACY RODRIGUES ZAT	STEFANES	199,04
			100.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de fevereiro de 2020.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Mateus Junior Lunedo  
Coordenador de Departamento – Sec. Administração.

## DECRETO Nº043/2020 – DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355503

DECRETO Nº043/2020 – DE 07 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-Função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0021 - SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Atividade: 2.050 - Convênio SSP/Polícia Militar e Transito

Natureza de Despesa: 3.3.90.00–D.R. 0.3.11 – Aplicações Diretas(179).....R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.11 - Convênio Transito/Parte SSP/DETRAN - Exercícios Anteriores, disponíveis na Conta Corrente nº.105.980-7 junto à agência 1393-5 – Banco do Brasil S/A

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 07 de janeiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

**DECRETO Nº045/2020 – DE 14 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355507

DECRETO Nº045/2020 – DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 1.050,00 (Hum mil e cinquenta reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 06 – Segurança Pública

Sub-Função: 182 – Defesa Civil

Programa: 0021 – Santiago – Viver Melhor

Ação: 2.071 – Manut.Atividades Segurança Pública/Bombeiros

Atividade: 2.071 – Manut.Atividades Segurança Pública/Bombeiros

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 - D.R.0.3.00-Aplicações Diretas.(180).....R\$ 1.050,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Convênio Corpo de Bombeiros, disponíveis na Conta Corrente Nº.29.896-4 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 14 de janeiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

**DECRETO Nº046/2020 – DE 14 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355509

DECRETO Nº046/2020 – DE 14 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 2.873,00 (Dois mil e oitocentos e setenta e três reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orç.: 04.01 – Sec.Municipal de Educação, cultura e Esportes  
Função: 12 – Educação  
Subfunção: 365 – Educação Infantil  
Programa: 0007 – Toda Criança na Escola  
Ação: 1.055 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para Creche  
Projeto: 1.055 – Aquisição de Móveis e Equipamentos para Creche  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.01–Aplicações Diretas.(181).....R\$ 2.873,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.01 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 14 de janeiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

**DECRETO Nº052/2020 – DE 31 DE JANEIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355560

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Art.5º e Inciso II e III do Art.6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art.1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, Entidade Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 64.686,71 (Sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e seis reais e setenta e um centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Atividade: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Da Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.1.67- Aplicações Diretas (22) ..... R\$ 50,00  
Para Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.1.67- Aplicações Diretas (78) ..... R\$ 50,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Atividade: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.3.77- Aplicações Diretas (79) ..... R\$ 42.308,61

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Atividade: 2.031 – Manutenção Atividades Estruturais de Saúde da Família  
Natureza da Despesa: 3.3.90.00-DR 0.3.77- Aplicações Diretas (77) ..... R\$ 3.000,00

Órgão: 05.00 – Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social  
Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 0014 – Saúde com Qualidade  
Ação: 2.080 – Manutenção Atividades Estruturais Equipe do NASF  
Atividade: 2.080 – Manutenção Atividades Estruturais Equipe do NASF  
Natureza da Despesa: 3.1.90.00-DR 0.3.77- Aplicações Diretas (80) ..... R\$ 19.328,10

Art.3º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes: a) Anulação/transferência de dotação no valor de R\$ 50,00; b) do Superávit Financeiro na Fonte de Recursos: 0.3.77 – Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – Emenda de Bancada de Parlamentares (Grupo: Atenção Básica – Ação: Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde – Ação Detalhada: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Básica em Saúde), disponíveis na conta bancária nº.33.586-X Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A, no valor de R\$ 64.636,71.

Art.4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 31 de janeiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## **DECRETO Nº068/2020 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355662

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 320.000,00 (Trezentos e vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 26 – Transporte  
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário  
Programa: 0023 – PRÓ VIAS  
Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários  
Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.89 – Aplicações Diretas ..... R\$ 197.537,46  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas ..... R\$ 122.462,54

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, a saber: R\$ 122.462,54 da Fonte de Recursos: 0.3.89 – Alienação de Bens Destinados a



Outros Programas, disponíveis na conta bancária Nº.115.128-2 Ag.1393-5 Banco do Brasil S/A e R\$ 122.462,54 da Fonte de Recursos 0.3.00 – Recursos Ordinários – exercícios anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 05 de fevereiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## **DECRETO Nº069/2020 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355666

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 33.741,51 (Trinta e três mil, setecentos e quarenta e um reais e cinquenta e um centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SEC. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos  
Função: 15 – Urbanismo  
Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR  
Ação: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Projeto: 1.029 – Pavimentação de Passeios Públicos  
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.3.50 – Aplicações Diretas ..... R\$ 33.741,51

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos 0.3.50 – Cessão Onerosa – Lei 13.885/19, disponíveis na conta bancária nº.15.541-1 Ag.1393-5 Bco.do Brasil S/A.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 05 de fevereiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## **DECRETO Nº070/2020 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355674

DECRETO Nº070/2020 – DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JÚLCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº.969/2019, de 21 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº.969/2019 de 21/11/2019, no valor de R\$ 6.000,00 (Seis mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 0004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas.(185) ..... R\$ 6.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro, Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul,  
Estado de Santa Catarina, em 05 de fevereiro de 2020.

Registrado e Publicado em data supra. JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI  
Prefeito Municipal

Mateus Junior Lunedo  
Coord.de Depto.Sec.Administração

## ESTADO DE SANTA CATARINA - SERVIÇOS MÉDICOS CONTRATO 09-2020

Publicação Nº 2354907

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contato	09/2020
Processo nº	06/2020
Pregão nº	01/2020
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL/FUNDO MUNIC.SAÚDE
Contratada	ANGELS CLINICA MEDICA LTDA
Objeto	Prestação de serviços médico de atendimento a consultas e procedimentos ambulatoriais à pessoas a serem prestados na Unidade Básica de Saúde Municipal, bem como realizar atendimento externo quando necessário, em período integral nos seguintes horários: 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, sempre que houver atendimento ao público na Unidade Básica de Saúde Municipal. E atendimento ainda ao Programa de Saúde da família PSF.
Vigência	Até 31/12/2020
Valor	R\$ 188.320,00 (Cento e Oitenta e oito mil, trezentos e vinte reais)
Santiago do Sul-SC, 10 de fevereiro de 2020.	
Vilso Casagrande Gestor do FMS	



**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 011/2019.**

Publicação Nº 2355462

**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA  
CATARINA****Edital de Notificação 011/2019**

A Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina (ADEHASC), vem através de este edital, Notificar a todos os moradores, ocupantes internos, lindeiros e confrontantes externos, notificação dos responsáveis do núcleo urbano informal e a quem interessar conforme art 24, §1º do Decreto Federal nº 9.310/2018 que a localidade denominada de **Loteamento Matiello EM FORMATO DE REUB-S E PARTE DO NÚCLEO POR MEIO DE REURB-E, ATRAVÉS DE LEGITIMAÇÃO FUNDIARIA** conforme Artigo 23 da Lei Federal 13.465/2017 e Decreto 9.310/2018, sendo que este **Loteamento denominado de Loteamento Matiello, localizado no município de Santiago do Sul** está em fase de regularização fundiária, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de Matrículas Individualizadas aos detentores da Posse dos lotes no Referido Loteamento bem como realização das benfeitorias necessárias para fins de Regularização Fundiária objeto da Matrícula nº 8.380, registrada na Comarca de Registro de Imóveis da Comarca de Quilombo/SC.

**Artigo 01: Conforme art.20 §2º** segue descrição sucinta da área, conforme resumo da **Demarcação Urbanística** O Loteamento Matiello com uma área a ser regularizada de 26.617,46 m², conforme Matrícula nº 8.380, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Quilombo -SC, **Propriedade de Nilse Maria Mattiello, Analice Mattiello, Roque Luiz Lorenzetti e Inez Matias Lorenzetti, Arnaldo Zat, Albino Lorenzetti e Idilia Maria Mattiello Lorenzetti.**

**IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA****ÁREA CONHECIDA COMO LOTEAMENTO MATIELLO****PROPRIETÁRIO: NILSE MARIA MATIELLO E OUTROS****MUNICÍPIO: SANTIAGO DO SUL SC****COMARCA: QUILOMBO - SC****MATRÍCULA Nº 8.380****IMÓVEL: PARTE DO LOTE RURAL Nº 016- SANTIAGO DO SUL- SC****NÚMERO DE LOTES: 37 LOTES**



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

### QUADRO DE ÁREAS - LOTES

ÁREA DOS LOTES .....	19.460,05 m <sup>2</sup>
ÁREA DA RUA LUIZ CAPELARI .....	2.833,00 m <sup>2</sup>
ÁREA DA RUA REINALDO SARETTO .....	1.351,34 m <sup>2</sup>
ÁREA DA RUA M <sup>a</sup> LORENZETTI MATIELLO .....	2.248,97 m <sup>2</sup>
ÁREA DA RUA JULIO MATIELLO .....	724,10 m <sup>2</sup>
ÁREA TOTAL	26.617,46 m <sup>2</sup>
SENDO, ÁREA VERDE E ÁREA INSTITUCIONAL .....	4.000,61 m <sup>2</sup>

### QUADRO DE ÁREAS (MATR. Nº 8.380)

ÁREA DE MATRÍCULA .....	26.617,46 m <sup>2</sup>
ÁREA EXISTENTE .....	26.617,46 m <sup>2</sup>

Com a totalidade de Área dos Lotes a regularizar 19.460,05 m<sup>2</sup>, sendo essa uma área, com uma concentração de 37 Lotes Urbanos de mais de 37 famílias ali residindo e com uma população de 150 pessoas situado no Loteamento Matiello, no Município de Santiago do Sul - SC, que são atendidos pela Rua Julio Matiello, Rua Maria Lorenzetti Matiello, Rua Luiz Capelari, Rua Reinaldo Saretto, que passará ao Domínio Público Municipal de acordo com a Tabela de metragens acima citadas, conforme mapa.

**Artigo 02.** Dos equipamentos Urbanos Comunitários presentes na Referida Área: A área de intervenção, e atendida possui os seguintes equipamentos comunitários presentes e constituídas na área tais quais:

- Arruamento envolvendo a maior parte da área da intervenção;
- Energia Elétrica;
- Água potável;
- Coleta seletiva de resíduos sólidos através da prefeitura Municipal;
- Telefonia fixa pela concessionária OI/Brasil Telecom;
- Sinal de telefonia móvel OI e VIVO;
- Transporte escolar fornecido pelo município;
- Atendimento de 100 % das agentes comunitária de Saúde;

**Artigo 03:** Os confinantes internos serão notificados por ato próprio denominado de Notificação e Declaração de Reconhecimento de Divisa e Reconhecimento e Aceitação de Divisa de Lote salvo os ocupantes que por motivos desconhecidos não foram encontrados no qual será alvo deste edital sendo que a ausência de manifestação dos confrontantes será tido como aceite conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.31/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017.

**Artigo 03.1:** Os confinantes externos, terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 13 § 1º do Decreto 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º. da Lei 13.465/2017, sendo confinantes externos as matrículas:



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

### CONFRONTANTE EXTERNOS QUE FAZEM CONFRONTAÇÃO COM O LOTEAMENTO A SER REGULARIZADOS:

- **Matricula nº 6.302, propriedade da Associação Recreativa e Esportiva de Santiago do Sul – Aressul**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.826.614/0001-52, com sede na Rua Mariana Corso, s/n, Centro, na cidade de Santiago do Sul/SC, neste ato representada por seu Tesoureiro conforme ata 007/2003 de 25/01/2003, Sr. Clademir Marmentini, brasileiro, do comercio, portador do CIC nº 845.362.099-72 e pelo seu presidente Luis Ferdinando Pacazza, brasileiro e inscrito no CIC nº 842.963.139-91, residente e domiciliado em Santiago do Sul/SC; que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 6.300, propriedade de Dirce Gentelini Pacazza**, brasileira, viúva, inscrita no CPF sob nº 986.796.359-87, portadora do RG nº 12C/3261.124 SSP/SC, agricultora, brasileiros, residentes e domiciliados na cidade de Santiago do Sul/SC; que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 9.022**
- **Matricula nº 8.372, propriedade de Vilamir Antonio Fortuna**, portador do RG nº 2.164.247 SESP/SC, inscrito no CPF nº 789.249.449-91, do comercio e sua esposa **Edriane Ferrari Fortuna**, portadora do RG nº 2.549.591 SSP/SC, inscrito no CPF nº 017.625.849-30, do comercio, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, cujo pacto antenupcial está registrado sob o nº 907, livro nº 3, do RI de Quilombo/SC, residentes e domiciliados na Rua Beira Rio, Centro, na cidade de Santiago do Sul/SC, **Ivair Luiz Bordignon**, portador do RG nº 1.592.672-9 SSP/SC, Inscrito no CPF nº 477.393.559-68. Agricultor e sua esposa **Elza Hanauer Bordignon**, portadora do RG nº 2.542.707 SSP/SC, inscrito no CPF nº 022.110.149-76, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, cujo pacto antenupcial está registrado sob o nº 3.936, livro nº 3, no RI de Xaxim/SC, residentes e domiciliados em Linha Picoli, no município de Santiago do sul/SC; **Roque Luiz Lorenzetti**, portador do RG nº 508.437-7 SSP/SC, inscrito no CPF nº 251.332.929-53, do comercio, e sua esposa **Ines Matias Lorenzetti**, portadora do RG nº 2.164.130 SSP/SC, inscrito no CPF nº 863.841.809-44, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, , anteriormente a vigência da lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na Rua Beira Rio, s/n, Centro de Santiago do Sul/SC; **Tarcilio Franzosi**, portador do RG nº 1.491.030-6 SSP/SC, inscrito no CPF nº 425.961.99-82, do comercio e sua esposa **Cleunise Bottega Franzosi**, portadora do RG nº 3.668.963 SSP/SC, inscrito no CPF nº 008.036.199-44, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, cujo pacto antenupcial está registrado sob o nº 4.019, livro nº 3, do RI da comarca de São Lourenço do Oeste/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.928, propriedade de Antônio Padia**, inscrito no CPF nº 574.014.110-91, portador do RG nº 2.999.179 SESP/SC, autônomo, nascido em 30/07/1964, e sua mulher **Elizabeth de Oliveira Vargas Padia**, inscrita no CPF nº 611.847.059-68, portador do RG nº 2.655.259 SESP/SC, do lar, nascida em 09/06/1958, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Linha Tope da Serra, no município de Planalto Alegre/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.927, propriedade de João Maria Pedroso**, inscrito no CPF nº 046.968.969-27, portador do RG nº 4.970.191-6 SSP/SC, agricultor, e sua mulher **Marisete dos Santos Pedroso**, inscrita no CPF nº 043.775.519-30, portador do RG nº 4.910.888-3 SSP/SC, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Angeloo Lunedo, Centro, na cidade de Santiago do Sul/SC. que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada
- **Matricula nº 8.926, propriedade de Juliane Lorenzetti Vieira**, brasileira, funcionaria publica, inscrito no CPF nº 981.738.200-15 e portadora do RG nº 9078819654 SJS/RS, casada em comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6515/77 **Juliano Vieira**, brasileiro, técnico em informática, inscrito no CPF nº 003.750.170-46 e portador no RG nº 5080851743 SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Elias Pássari, nº815, centro na cidade de Ciriaco- RS.
- **Matricula nº 8.925, propriedade de Genecir Ottoni**, inscrito no CPF nº 346.211.489-15, portador do RG nº 2.037.324 SSP/SC, funcionário público municipal e sua mulher **Doraci Zalette Ottoni**, inscrita no CPF nº 031.426.789-13, portadora do RG nº 4.523.816 SSP/SC, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da separação de bens, residentes e domiciliados na Avenida Presente Humberto de Alencar Castelo Branco, nº 739, na cidade de Santiago do Sul/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

- **Matricula nº 8.924, propriedade de Antônio Bordignon**, inscrito no CPF nº 737.554.199-04, portador do RG nº 12/R 2.757.710 SSP/SC, agricultor, casado pelo regime da comunhão universal de bens anterior a vigência da lei 6.515/77, com **Elizabet Maria Zanchin Bordignon**, inscrita no CPF nº 030.305.549-96, portador do RG nº 3.839.765 SESP/SC, agricultora, brasileiros, residentes e domiciliados na Linha Picoli, no município de Santiago do Sul/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.923, propriedade de Josemar Cardoso**, inscrito no CPF nº 009.173.259-7, portador do RG nº 3.927.970 SSP/SC, brasileiro, solteiro, maior, técnico agrícola, residente e domiciliados na Rua Ângelo Lunedo, Centro, na cidade de Santiago do Sul/SC e **Josedí Agnaldo Cardoso**, inscrito no CPF nº 041.731.189-37, portador do RG nº 4.500.606 SSP/SC, brasileiro, solteiro, maior, técnico agrícola, residente e domiciliado na Rua Ângelo Lunedo, s/n, Centro, na cidade de Santiago do Sul, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.922, propriedade de Celson Jair Lampert**, inscrito no CPF nº 035.377.749-82, portador do RG nº 8883833 SSP/SC, brasileiro, solteiro, gerente, nascido em 17/03/1983, residente e domiciliado na Rodovia Dom Pedro, Km 85, Ponte Alta, na cidade de Atibaia/SP, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.921, propriedade de Vomir José Forti**, inscrito no CPF nº 543.755.339-00, portador do RG nº 2.164.142 SSP/SC, agricultor, e sua mulher **Ivana Libera Salvatico Forti**, inscrita no CPF nº 021.159.169-64, portador do RG nº 12C/3.797.285 SSP/SC, agricultora, brasileiros, cassados pelo regime da comunhão universal de bens, cujo pacto antenupcial está registrado sob o nº 659, livro nº 3 do RIU de Quilombo/SC, residente e domiciliados na Linha Stefanés, no município de Santiago do Sul/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 8.929, propriedade de José Carlos Cappelari**, inscrito no CPF nº 579.999.299-72, portador do RG nº 1.696.406 SSI/SC, agricultor, e sua mulher **Maria Zenaide Cappelari**, inscrita no CPF nº 883.091.690-00, agricultora, brasileiros, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Putinga/RS, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 6.538, propriedade de Jorge Luiz Toazza e Elsa Maria Piva Toazza**, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anterior a lei 6.515/77 ele agropecuarista, portador do CIC nº 220.961.249-72 e RG nº 12R/506.945 SSP/SC, ela do lar, portadora do CIC nº 636.299.689-53 e RG nº 12R/2.164.104 SSP/SC, residentes e domiciliados na Avenida João Corso, s/n, na cidade de Santiago do Sul/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Matricula nº 866, propriedade de Ivo Zat**, portador do RG nº 5.407.402 SESPDC/SC, e sua mulher **Zeni Terezinha Zat**, está inscrita no CPF nº 573.528.019-87, é portadora RG nº 17/R1.789.874 SSP/SC, que faz confrontação com a matricula que está sendo regularizada.
- **Área de Posse, Nilse Maria Mattiello**, inscrita no CPF nº 043.744.429-52, portadora do RG nº 4.910.887-5 SESP/SC, brasileira, viúva, servente. Residente e domiciliada na Rua Reinaldo Saretto, nº 274, Centro, na cidade de Santiago do Sul-SC

**Artigo 03.2:** Os Titulares de domínio terão 30 dias para a manifestação conforme artigo 20 §6º do da Lei Federal 13.465/2017 e Artigo 24 §8º. da Decreto Federal nº 9.310/2018, sendo confinantes externos as matriculas:

### TITULARES DE DOMINIO:

- **Nilse Maria Mattiello**, inscrita no CPF nº 043.744.429-52, portadora do RG nº 4.910.887-5 SESP/SC, brasileira, viúva, servente. Residente e domiciliada na Rua Reinaldo Saretto, nº 274, Centro, na cidade de Santiago do Sul-SC.
- **Analice Mattiello**, inscrita no CPF nº 074.763.519-67, portadora do RG nº 5.198.522-5 SESP/SC, brasileira, solteira, maior, estudante, residente e domiciliada na Rua Reinaldo Saretto, nº 274, Centro, na cidade de Santiago do sul-SC.
- **Roque Luiz Lorenzetti**, portador do RG nº 508.437.7 SSP/SC, inscrito no CPF nº 251.332.929-53, do comercio e sua mulher **Inez Matias Lorenzetti**, portadora do RG nº 12R/2.164.130 SSP/SC, inscrita no CPF nº 863.841.809-44, do comercio, brasileiros, casados pelo regime da comunhão universal de bens, anterior á vigência da lei nº 6515/77, residentes e domiciliados na Rua Beira Rio, S/N, Centro, na cidade de Santiago do Sul-SC.
- **Arnaldo Zat**, portador do RG nº 4.589.956-8 SSP/SC, inscrito no CPF nº 050.814.189-35, brasileiro, solteiro, maior, agricultor, residente e domiciliado no município de Santiago do Sul.
- **Albino Lorenzetti**, portador do RG nº 12R 947.580 SSI/SC, inscrito no CPF nº 054.367.889-04, agricultor aposentado e sua mulher **Idilia Maria Mattiello Lorenzetti**, portadora do RG nº 12C 3.436.154 SSP/SC, inscrita no



## ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA

CPF nº 026.406.649-99, aposentada, brasileiros, proprietário da Matrícula nº **8.380**, que está sendo regularizada do loteamento Matiello.

**Artigo 04:** As impugnações cabíveis ou contrárias ou adversas ao objeto deste ato deverão ser apresentadas no prazo de 30 dias (trinta dias) a contar da data da publicação do presente edital em jornal da região, por meio eletrônico ou no **DOM** (Diário Oficial Municipal) sendo que as impugnações deverão ser protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Santiago do Sul - SC endereçada ao Prefeito Municipal e a comissão Municipal de Regularização Fundiária, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setores responsáveis, bem como pela comissão municipal de Regularização Fundiária, ficando a critério da Comissão Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme Artigo 20 da Lei 13.465/2017.

**Artigo 05:** Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos ao loteamento conforme prevê lei Federal 13.465/2017 artigos 20 § 1º, e transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do artigo 31§ 5º e §6º da Lei 13.465/2017.

Santiago do Sul - SC, 07 de novembro de 2019.

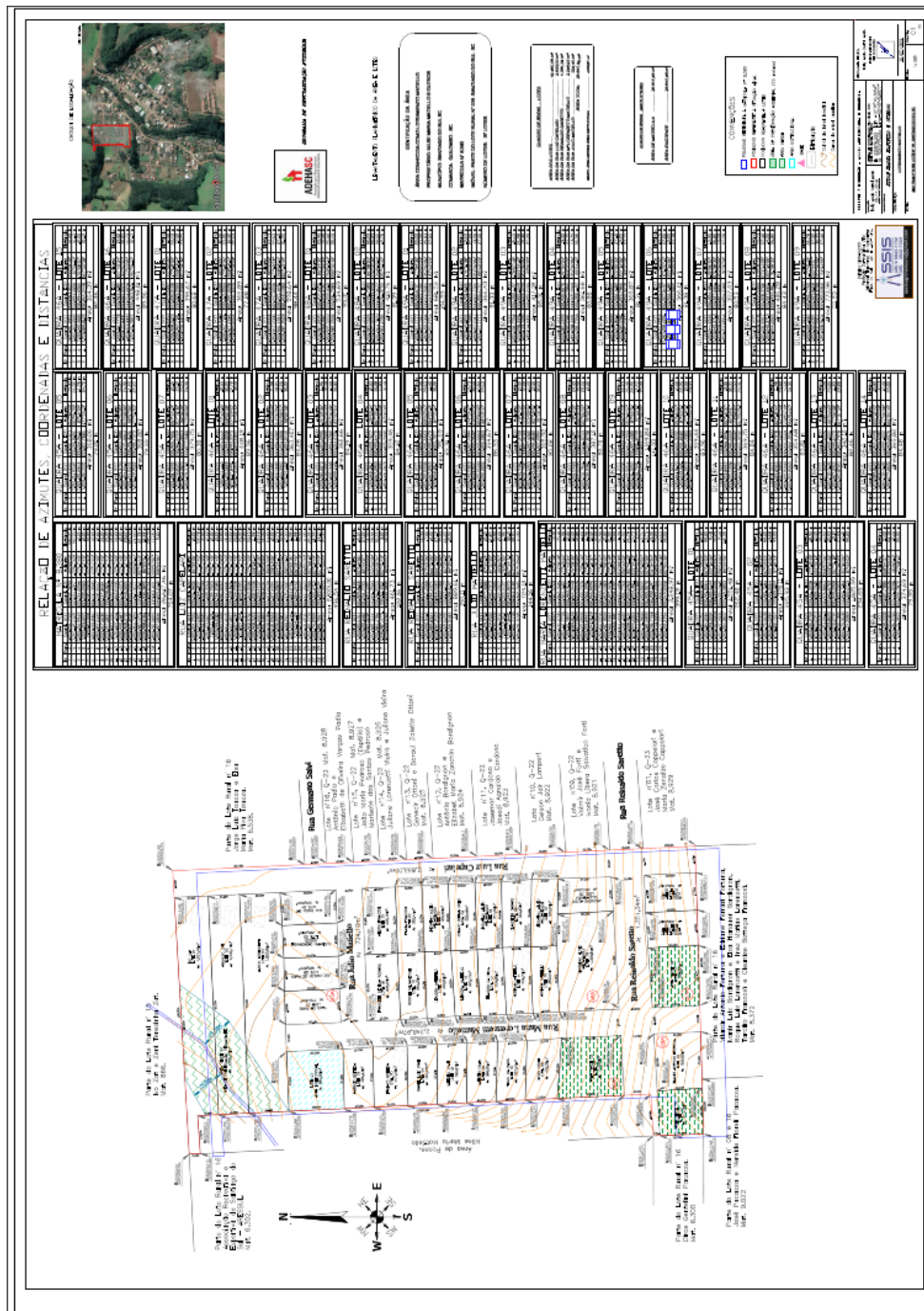
Associação Para o Desenvolvimento Habitacional  
Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC  
Presidente: **DJALMA MORELL**





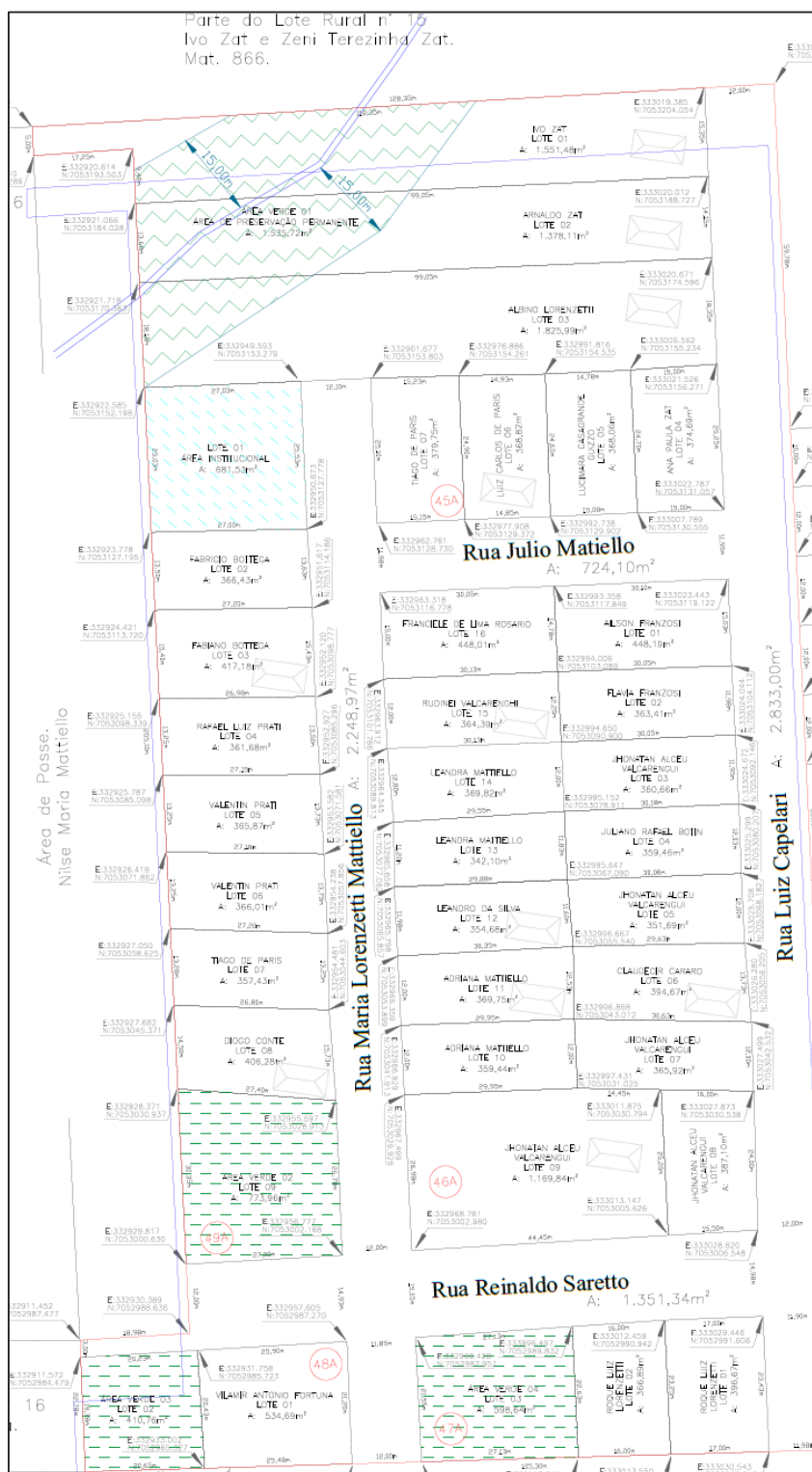
**ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO  
HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA  
CATARINA**

**ANEXO I**  
**Mapa do Loteamento;**





# ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA



# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### ADENDO Nº 05 AO EDITAL Nº 03/2011

Publicação Nº 2354617

ADENDO Nº 05 AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2011.

O edital que disciplina o Credenciamento nº 03/2011 fica retificado tendo em vista que por ocasião da publicação do presente edital de credenciamento não restou colacionados todos os procedimentos necessários, inclui-se no presente o seguinte item

#### A N E X O I

ITEM 40 CÓDIGO	QTDE	NOME	VALOR SIGTAP	COMPL.	TOTAL
0301070121	100 mensal	Fisioterapia domiciliar (atendimento domiciliar com acompanhamento em reabilitação física, mental, rural e múlti- plas deficiências)	21,69	48,00	70,00

Considerando que o ajuste realizado não prejudica a continuidade do feito, ficam mantidas as demais disposições do edital de Credenciamento nº 03/2011.

Santo Amaro da Imperatriz, em 12 de fevereiro de 2020.

ROSÂNGELS PASSIG TURNES

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

### CONTRATO Nº 13/2020 - LOURDES GARCIA

Publicação Nº 2355139

CONTRATO Nº 13, de 07 de fevereiro de 2020

PARA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA GLOBAL NGR TECNOLOGIA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Global NGR Tecnologia Construtora e Incorporadora Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 08.894.507/0001-48, com sede na Av. Gov. Jorge Lacerda, 283, sala 7, Campinas – São José – SC, neste ato representada por seu diretor, senhor Reni Scaini, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 289.432.609-20, residente e domiciliado na Av. Trompowski, 219, apto 402, Centro – Florianópolis – SC, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 48/2019 - CP, homologado em 07/02/2020, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

#### 2. Objeto:

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa para demolição, limpeza, retirada e transporte da quadra da atual estrutura da Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia, bem como estaqueamento e construção da nova escola e quadra coberta, incluindo fornecimento de material, conforme anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII e proposta, parte integrante deste edital.

#### 3. Do Valor e seu Pagamento:

3.1. As obras descritas no objeto, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço de R\$ 3.602.537,76 (três milhões, seiscentos e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

3.2. As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.



3.3. A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), em conjunto com o FNDE, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

3.4. A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subsequente a retenção.

3.5. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

3.6. A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.

#### 4. Do Prazo de Execução das Obras:

4.1. O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da expedição da ordem de serviço.

4.2. Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

#### 5. Da Classificação da Despesa:

5.1. A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade:

0801.1.010-4.4.90.51.91.00.00 (73) – FNDE

0801.1.010-4.4.90.51.91.00.00 (74) – Salário Educação

0801.1.010-4.4.90.51.91.00.00 (75) – Próprios

6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada: A Contratada se obriga:

6.1. efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

6.2. aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

6.3. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

6.4. responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

6.5. observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

6.6. manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

6.7. responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

6.8. afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato.

#### 7. Da Fiscalização:

7.1. A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do setor de engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras em conjunto com o FNDE.

#### 8. Da Rescisão:

8.1. As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

#### 9. Das Penalidades:

9.1. Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;

b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;

c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão

determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;

d) advertência por escrito;

e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;

f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.

- No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

#### 10. Da Vigência:

10.1. Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 12 meses (doze) meses.

#### 11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:

11.1. Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação nº 48/2019.

**12. Do Foro:**

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

12.2. Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em 07 de fevereiro de 2020.

Município de Santo Amaro da Imperatriz  
Contratante

Global NGR Tecn. Construtora e Incorporadora Ltda  
Contratada

**Testemunhas**

1 ..... 2 .....

Nome : Nome:

**CONTRATO Nº 14-2020 2º ADITIVO**

Publicação Nº 2355960

CONTRATO Nº 14, de 07 de fevereiro de 2020.

2º ADITIVO AO CONTRATO 84/2019, PARA a Execução de SERVIÇOS de terraplenagem, DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO em LAJOTAS E SINALIZAÇÃO Viária, incluindo fornecimento de material DA rua Rainoldo muller, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A EMPRESA PAVICON CONTRUÇÕES LTDA.

1. Partes: a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, doravante denominado simplesmente Contratante;

b) Empresa Pavicon Construções Ltda, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.122.311/0001-23, com sede à Rua Luiz Fagundes, nº 821, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC, neste ato representada por seu Diretor senhor Paulo Henrique Mattos, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 638.959439-91, residente e domiciliado à Rua Luiz Fagundes, Nº 821, Bairro Praia Comprida, na cidade de São José/SC, CEP 88.103-500, doravante denominado simplesmente Contratado, em decorrência do Processo Licitatório nº 40/2019, homologado em 07/10/2019, mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

2. Do Prazo de Execução dos Serviços e da vigência do contrato

Considerando as justificativas apresentadas pela empresa e o parecer do setor de engenharia civil do município, fica o prazo previsto na cláusula quarta, prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, passando a finalizar-se em 02/04/2020.

3. Das Demais Disposições

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, em 07 de fevereiro de 2020.

EDESIO JUSTEN PAULO HENRIQUE MATTOS  
Contratante Contratada

**Testemunhas:**

Nome e CPF

Nome e CPF

**DECRETO Nº 6.729/2020**

Publicação Nº 2355930

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.729, de 03 de Fevereiro de 2020.

REENQUADRA AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ACORDO COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 59, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os artigos 65 e 66 da Lei Complementar nº 59/2009

DECRETA :

Art. 1º - Os Profissionais da Educação, do Quadro de Provimento Efetivo do Magistério Público Municipal, ficam assim enquadrados no respectivo cargo, nível e referência, de acordo com a Lei Complementar nº 59, de 17 de Dezembro de 2009:

MAT.	NOME	CARGO	NIVEL	REF.
5663	Cleide Cristina Kraisch da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV	A
5966	Fernando Lucas do Nascimento	Professora da Educação Básica	A-IV	A
4788	Graziela da Cunha	Professora da Educação Básica	A-IV	A
5836	Julimari Kloppel Martins da Silva	Professora da Educação Básica	A-IV	A
6069	Maria do Carmo Nunes Viana	Professora da Educação Básica	A-IV	A
4790	Maria Helena de Medeiros	Professora da Educação Básica	A-IV	A
5957	Rosi Aparecida Hinke Zanin	Professora da Educação Básica	A-IV	A
5839	Taise Voges Turnes Constante	Professora da Educação Básica	A-IV	A
5217	Vanessa Ferreira Folster	Professora da Educação Básica	A-IV	A

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos que retroagem a partir de 01/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.738/2020

Publicação Nº 2355918

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.738, de 03 de Fevereiro de 2020.  
EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**E X O N E R A R :**

RITA DE CÁSSIA MULLER ROSA, do Cargo em Comissão de Diretor de Indústria e Comércio, código CC-1, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.739/2020**

Publicação Nº 2355921

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.739, de 03 de Fevereiro de 2020.

NOMEA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

NOMEAR:

RITA DE CÁSSIA MULLER ROSA, para o Cargo de Assessor Executivo de Arrecadação e Finanças, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.740/2020**

Publicação Nº 2355920

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.740, de 03 de Fevereiro de 2020.

NOMEA SERVIDORA PARA OCUPAR  
CARGO EM COMISSÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com a Lei Complementar nº 51, de 18 de Fevereiro de 2009, resolve

NOMEAR :  
LETÍCIA LÚCIA STEFFENS, para o Cargo em Comissão de Diretor de Indústria e Comércio, código CC-1, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.743/2020**

Publicação Nº 2355911

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.743, de 03 de Fevereiro de 2020.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e de acordo com o artigo 64 da Lei Complementar nº 60/2009 resolve

NOMEAR :

JAQUELINE KRAUS, para o Cargo de Secretária da Saúde em substituição as férias da servidora ROSANGELA PASSIG TURNES , do período de 03/02/2020 à 03/03/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.744/2020

Publicação Nº 2355912

DECRETO Nº 6.744, de 03 de Fevereiro de 2020.  
EXONERA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, BIANCA MARQUES FERNANDES CASTRO, brasileira, casada, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 30 horas semanais, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.745/2020

Publicação Nº 2355915

DECRETO Nº 6.745, de 03 de Fevereiro de 2020.  
EXONERA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, RUI ANDRADE DOS SANTOS, brasileiro, casado, ocupante do cargo de Professor da Educação Básica – lecionando aulas de Inglês no Centro Educacional Municipal Antônio Rodolfo Fabrício, com 10 horas semanais, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.490/2020

Publicação Nº 2355866

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.490, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde a servidora JUSSARA AUTA FELIPE, matrícula nº 6862, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2020 a 01/03/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.491/2020**

Publicação Nº 2355878

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.491, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 20 (vinte) dias para tratamento de saúde a servidora SÔNIA MARIA MARTINS HEINZEN, matrícula nº 2404, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 03/02/2020 a 22/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.492/2020**

Publicação Nº 2355879

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.492, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 60 (sessenta) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA JOSÉLIA HORSTMANN FELISBINO, matrícula nº 3096, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 03/02/2020 a 02/04/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.493/2020**

Publicação Nº 2355881

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.493, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde a servidora MARIA APARECIDA DE FRAGA DA ROSA, matrícula nº 2953, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 03/02/2020 à 03/03/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.494/2020

Publicação Nº 2355903

PORTARIA Nº 15.494, de 03 de Fevereiro de 2020.

CONFERE AOS SERVIDORES A GRATIFICAÇÃO INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 223, DE 12/12/2019

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 223, de 12/12/2019, resolve

C O N F E R I R :

ESTEFANO ANDRÉ SILVA LIMA, FRANCIELMO MONTEIRO PIRES, JOSÉ ALVES DA SILVA, JUATAN JURUA MIRANDA, MARIO CHAVES PIETRO, MAURI ALBERTINO MACHADO, RAFAEL PEREIRA, TIAGO FERREIRA DE CRISTO, THIAGO MARIANO e VINICIUS CAMARGO VIEIRA, a gratificação correspondente a 60% do valor do salário base de cada categoria de acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 223, de 12/12/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.495/2020

Publicação Nº 2355883

PORTARIA Nº 15.495, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 40% (grau máximo) a:

Matrícula  
Nome

7943  
Juatan Jurua Miranda

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.496/2020**

Publicação Nº 2355886

PORTARIA Nº 15.496, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE ADICIONAL DE  
REGÊNCIA DE CLASSE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme de acordo com o art. 99 da Lei Complementar nº 059, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Adicional de Regência de Classe na ordem de 10% (dez por cento) a:

Matrícula	Nome
7944	Roberta Schwinden Duarte Silva
7945	Rogério Dutra Porto Alegre
7946	Rubem José Martins

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.497/2020**

Publicação Nº 2355887

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRI Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.497, de 03 de Fevereiro de 2020.

DESIGNA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 9 da Lei Complementar nº 101, de 28 de Fevereiro de 2012; considerando o recebimento dos recursos do Ministério da Saúde somente com a equipe completa, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 9 da Lei Complementar nº 101, de 28 de Fevereiro de 2012 e com a Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

ANDRÉ FILIPE FERREIRA, para o cargo de Enfermeiro, a partir de 03/02/2020 à 03/02/2021, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.498/2020**

Publicação Nº 2355888

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.498, de 03 de Fevereiro de 2020.

DESIGNA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 4º da Lei Complementar nº 43/2007 e considerando o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 13/2019, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 4º parágrafo único da Lei Complementar nº 43, de 11 de Maio de 2007



CLEITON MEYER, para o cargo de Motorista - Socorrista do SAMU, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2020 à 01/02/2021, com 44 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.499/2020

Publicação Nº 2355889

PORTARIA Nº 15.499, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

### CONCEDER:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula  
Nome

7947  
André Filipe Ferreira

7948  
Cleiton Meyer

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 15.500/2020

Publicação Nº 2355891

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.500, de 03 de Fevereiro de 2020.

### DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o pedido de exoneração do servidor FABÍCIO ANTÔNIO RAUPP; considerando a inexistência de Concurso Público e considerando que estão sendo adotadas as medidas necessárias para a realização de Concurso Público

### D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 272 inciso VIII da Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

PATRICIA ALBANAES, para ocupar o cargo de Psicólogo, a partir de 03/02/2020 à 03/05/2020, com 20 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDESIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.501/2020**

Publicação Nº 2355892

PORTARIA Nº 15.501, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**CONCEDER:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula  
Nome

7949  
Patricia Albanaes

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.502/2020**

Publicação Nº 2355909

PORTARIA Nº 15.502, de 03 de Fevereiro de 2020.

**DESIGNA SERVIDOR**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 3º da Lei Complementar nº 34/2005; considerando a classificação no Processo Seletivo nº 13/2019, e considerando que a Saúde é um serviço essencial, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o artigo 272 inciso VII da Lei Complementar nº 060, de 17 de Dezembro de 2009

MOACIR CÉSAR DE OLIVEIRA, para o cargo de Atendente de Consultório Odontológico, do período de 03/02/2020 à 03/02/2021, com carga horária de 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.503/2020**

Publicação Nº 2355925

PORTARIA Nº 15.503, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**CONCEDER:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula  
Nome

7953  
Moacir César de Oliveira

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.504/2020**

Publicação Nº 2355924

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.504, de 03 de Fevereiro de 2020.

**DESIGNA SERVIDORES**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a classificação no Processo Seletivo nº 13/2019, resolve

**D E S I G N A R :**

De acordo com o Artigo 272, VIII da Lei Complementar nº 60/2009

PEDRO CRIPPA, para em substituição a GILIARDE HORSTMANN MORAES no cargo de Motorista, a partir de 03/02/2020 à 18/12/2020, com 30 horas semanais.

RAFAEL MENEZES PALMA, para em substituição a JOSÉ PAULO PFLEGER no cargo de Motorista, a partir de 03/02/2020 à 21/05/2020, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.505/2020**

Publicação Nº 2355926

PORTARIA Nº 15.505, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

**CONCEDER:**

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula  
Nome

7954  
Pedro Crippa

7955  
Rafael Menezes Palma

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.509/2020**

Publicação Nº 2355895

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.509, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA  
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

**RESOLVE :**

Conceder licença de 120 (cento e vinte) dias para tratamento de saúde ao servidor JOSÉ PAULO PFLEGER, matrícula nº 2200, ocupante do cargo de Motorista, com efeitos retroativos a partir de 23/01/2020 à 21/05/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.510/2020**

Publicação Nº 2355894

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-43PORTARIA Nº 15.510, de 03 de Fevereiro de 2020.  
HOMOLOGA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Complementar nº 060/09, considerando as avaliações realizadas para cada servidor em específico,

**RESOLVE :**

- Homologar as avaliações realizadas no presente ano das seguintes servidoras:

NOME	CARGO	MAT.
Ana Claudia Costa	Professora da Educação Básica	6185
Ana Lucia de Barros Silveira	Professora da Educação Básica	6186
Janaina Carla da Silva	Professora da Educação Básica	6190
Nadir Moraes Machado	Professora da Educação Básica	6178

- Tornar estáveis, diante do período de efetivo exercício e da avaliação periódica de desempenho, as servidoras abaixo:

NOME	CARGO	MAT.
Ana Claudia Costa	Professora da Educação Básica	6185
Ana Lucia de Barros Silveira	Professora da Educação Básica	6186
Janaina Carla da Silva	Professora da Educação Básica	6190
Nadir Moraes Machado	Professora da Educação Básica	6178

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.511/2020**

Publicação Nº 2355897

PORTARIA Nº 15.511, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

**R E A D A P T A R :**

LEIGHTON FURTADO, ocupante do cargo de Artífice – Coleta de Lixo, para atuar nas funções de limpeza de rua, manutenção em rede de esgoto e roçada química, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 05/02/2020 à 04/05/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 15.512/2020**

Publicação Nº 2355898

PORTARIA Nº 15.512, de 03 de Fevereiro de 2020.

**DESIGNA SERVIDOR**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

**D E S I G N A R :**

MARCOS HENRIQUE DE SOUSA, matrícula nº 7451, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer atividades na mesma função no Centro de Educação de Jovens e Adultos Professora Maria Macedo Silva,, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.513/2020**

Publicação Nº 2355900

PORTARIA Nº 15.513, de 03 de Fevereiro de 2020.

DESIGNA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

MARIZEL DE SOUZA GULARTE, matrícula nº 5009, ocupante de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer atividades na mesma função na Secretaria de Assistência Social, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.514/2020**

Publicação Nº 2355901

PORTARIA Nº 15.514, de 03 de Fevereiro de 2020.

DESIGNA SERVIDORAS

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

MARIA DE FATIMA CAMPOS DA ROSA e VERA LUCIA DA SILVA GONÇALVES STEFFENS, matrícula nº 2122 e 5540, ocupantes de cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercerem atividades na mesma função no Centro Educacional Municipal Antônio Rodolfo Fabrício e Escola Básica Municipal Maria Andréia Goulart Hillesheim, com carga horária de 30 horas semanais, a partir de 03/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 15.515A/2020**

Publicação Nº 2355904

PORTARIA Nº 15.515, de 03 de Fevereiro de 2020.

DESIGNA SERVIDOR A FUNÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 222, DE 05/12/2019

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 222, de 05/12/2019, resolve

D E S I G N A R :

DANIEL EMILIO LELIS LEAL, matrícula 7262, ocupante do cargo de Médico para responder pela função de responsável técnico correspondente a 20% do valor do salário base de acordo com o art. 2º da Lei Complementar nº 222, de 05/12/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.516/2020**

Publicação Nº 2355908

PORTARIA Nº 15.516, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio à servidora VALÉRIA MARIA DOS SANTOS MIRANDA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, a partir de 05/02/2020 a 04/04/2020, relativa ao período aquisitivo de 2014/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.517/2020**

Publicação Nº 2355905

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ  
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000  
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.517, de 03 de Fevereiro de 2020.  
CONCEDE REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 149 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder por 01 (um) ano a redução da jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais da servidora ANDRÉIA TEREZINHA DA CUNHA BONETTI, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 02/02/2020 à 02/02/2021.

Registre-se e Publique-se

Santo Amaro da Imperatriz, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.518/2020**

Publicação Nº 2355928

PORTARIA Nº 15.518, de 03 de Fevereiro de 2020.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve

R E D U Z I R :

À pedido, a carga horária da servidora FERNANDA DA SILVA, matrícula nº 3768, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, em 20 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 01/02/2020 à 31/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.519/2020**

Publicação Nº 2355929

PORTARIA Nº 15.519, de 03 de Fevereiro de 2020.

CONCEDE LICENÇA  
A SERVIDORA

O Prefeito Municipal do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 127 da Lei Complementar nº 59, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Licença Sem Vencimento a servidora ROSEMIRA MATOS COSTA, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com 20 horas semanais, com efeitos retroativos a partir de 03/02/2020 à 03/02/2023.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.520/2020**

Publicação Nº 2355927

PORTARIA Nº 15.520, de 03 de Fevereiro de 2020.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais resolve

R E D U Z I R :

À pedido, a carga horária da servidora TATIANA CAMPOS ELIAS PEREIRA, matrícula nº 2169, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica – lecionando aulas de Língua Portuguesa, em 20 horas semanais, a partir de 03/02/2020 à 31/01/2021.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 15.522/2020**

Publicação Nº 2355916

PORTARIA Nº 15.522, de 03 de Fevereiro de 2020.

DISPENSA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve



**EXONERAR :**

À pedido, SCHEYNE LUIZ DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Médico da Estratégia da Saúde da Família na Unidade Básica de Saúde Maricha Becker, com 40 horas semanais, a partir de 04/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 03 de Fevereiro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN  
Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020

Publicação Nº 2355273

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020

OBJETO: Fornecimento de vale transporte para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, pelo período fevereiro e março de 2020.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 494.000,00

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2020

Publicação Nº 2355288

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2020

OBJETO: Fornecimento de vale transporte para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro e março de 2020.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 95.000,00

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2020

Publicação Nº 2355297

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2020

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro à dezembro de 2020.

CONTRATADO: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 52.800,00

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2020

Publicação Nº 2355305

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2020

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro à dezembro de 2020.

CONTRATADO: Reunidas Transportes S.A.

VALOR TOTAL: R\$ 132.338,00

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

### EXTRATO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2020

Publicação Nº 2355309

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2020

OBJETO: Fornecimento de passagens (vale transporte) para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro à dezembro de 2020.

CONTRATADO: Expresso São Bento Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 7.960,00

São Bento do Sul, 10 de fevereiro de 2020.

Rosemari Ivane Strack Candido – Secretária de Educação

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2020

Publicação Nº 2355254

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2020

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços Educacionais que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL – SENAC, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL EM SANTA CATARINA.

DO OBJETO: Contratação de empresa para formação continuada para os profissionais da Rede Municipal de Ensino, pelo período de janeiro a novembro de 2020, conforme anexos na Dispensa de Licitação nº 3/2020.

DO VALOR: R\$ 483.393,74 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 10 de janeiro de 2020 até 30 de novembro de 2020.

São Bento do Sul, 10 de janeiro de 2020.

ASS: ROSEMARY IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, como Contratada.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2019 - FMS

Publicação Nº 2355270

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2019

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Locação de Imóvel que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA.

DO OBJETO: Locação de imóvel descrito abaixo, para abrigar a Central de Medicamentos do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com a Dispensa de Licitação nº 52/2019 de 09 de dezembro de 2019.

DESCRIÇÃO DO TERRENO E IMÓVEL: Uma sala comercial térrea em alvenaria com dois banheiros, contendo a área de 110 m2, situada no Edifício Leo Frantz, na Rua Henrique Schwartz, nº 61, Centro, em São Bento do Sul, conforme matrícula nº 16.178, livro nº 2 do Cartório do Registro de Imóveis de São Bento do Sul – SC.

DO VALOR: R\$ 40.616,88 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar de 01.01.2020.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2019.

ASS: MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO, pelo Fundo Municipal de Saúde.

ADMINISTRADORA DE BENS DONA LUIZA LTDA, como Locadora.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2020

Publicação Nº 2355264

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 012/2020

DA ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Locação de Equipamentos para Rede Municipal de Ensino de nº 154/2017, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHOS DE TINTA E TONER LTDA - ME, em 14 de agosto de 2017, conforme Edital de Pregão Presencial nº 141/2017.

Considerando o objeto do Contrato nº 154/2017, que consiste na locação de 51 impressoras laser, multifuncionais (impressora, scanner, copiadora) com placa de rede, para a Rede Municipal de Ensino, conforme descritivo anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 141/2017.

Considerando o vencimento do referido contrato em 13 de fevereiro de 2020 e a necessidade de manter a locação das 51 máquinas na Rede Municipal de Ensino, sendo que os serviços são contínuos e passíveis de prorrogação.

Considerando que a Contratada manteve os valores sem alteração desde o início do Contrato nº 154/2017, de 14 de agosto de 2017 e que para continuidade do serviço a mesma solicita Reajuste conforme documento e cálculo em anexo a este Termo Aditivo, com base no índice IGP-M acumulado dos últimos 12 (doze) meses, que corresponde ao percentual de 7,3179%.

Diante do exposto, faz-se necessário reajustar os valores conforme Art. 65, parágrafo II, alínea "d" e prorrogar a vigência do referido contrato, com base na Cláusula Quinta – Da Vigência e Art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogada a vigência do Contrato por 05 (cinco) meses, a contar de 14 de fevereiro de 2020 e com término em 13 de julho de 2020.

Altera-se o valor mensal de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais) por mês para R\$ 7.082,98 (sete mil oitenta e dois reais e noventa e oito centavos) por mês, totalizando o valor em R\$ 35.414,90 (trinta e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e noventa centavos) para o período prorrogado e pagamentos conforme Contrato Original.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 14 de agosto de 2017, Termo Aditivo nº 007/2018 de 11 de

janeiro de 2018, Termo Aditivo nº 094/2018 de 04 de junho de 2018, Termo Aditivo nº 190/2018 de 12 de novembro de 2018, Termo Aditivo nº 054/2019 de 04 de abril de 2019 e Termo Aditivo nº 142/2019 de 30 de agosto de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 27 de janeiro de 2020.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.  
COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2020

Publicação Nº 2355266

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 015/2020

DA ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de nº 168/2018, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa GENTE SEGURADORA S.A., em 27 de setembro de 2018, conforme Edital de Pregão Presencial nº 179/2018.

Considerando o objeto do Contrato de nº 168/2018 que consiste na contratação de empresa seguradora para aquisição de Seguro Total e Contra Terceiros dos veículos das diversas secretarias da Prefeitura Municipal, conforme as especificações de coberturas no Termo de Referência em anexo no Edital de Pregão nº 179/2018, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que a Secretaria Municipal de Assistência Social adquiriu o veículo Renault Sandero Expression 1.6, CHASSI nº 93Y5SR-FH4LJ919793, Placa FYH1367, conforme documentos em anexo a este Termo Aditivo, se faz necessária à inclusão do mesmo na apólice do seguro do Município, aditivando o item 3 - Seguro Total e Contra Terceiros, Veículos da Secretaria de Assistência Social do referido Contrato conforme Cláusula Décima – Das Alterações e Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica incluso no Contrato o valor de R\$ 434,12 (quatrocentos e trinta e quatro reais e doze centavos), para pagamento a vista, referente a seguro total e contra terceiros do veículo Renault Sandero Expression 1.6, CHASSI nº 93Y5SRFH4LJ919793, Placa FYH1367.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 27 de setembro de 2018, Termo Aditivo nº 128/2019 de 06 de agosto de 2019 e Termo Aditivo nº 162/2019 de 25 de setembro de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 28 de janeiro de 2020.

Ass: FÁBIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO, pela Secretaria de Assistência Social do Município.  
GENTE SEGURADORA S/A, como Contratada.

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 016/2020

Publicação Nº 2355269

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 016/2020

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Aquisição de Ônibus Escolar Zero KM de nº 207/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa E.J.C. CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA., em 04 de dezembro de 2019, conforme Edital de Pregão Presencial nº 220/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 207/2019 que consiste na aquisição de ônibus zero km escolar, Marcopolo Volare modelo V81, ano 2019/2020, procedência nacional, peso bruto total de 8.500 kg, motor de 3.8 a diesel, turbo aftercooler, com 4 cilindros e 3.760 cilindradas, potência de 152 cv, distância entre eixos de 4500 mm, comprimento total de 8.450 mm, altura interna de 1900 mm, pneus de uso misto, direção hidráulica, suspensão elevada, suspensão dianteira e traseira por molas semi elípticas, câmbio mecânico com 5 marchas a frente e uma à ré, capacidade para 25 passageiros sentados mais 1 vaga cadeirante mais 1 auxiliar e mais 1 para o motorista, poltronas fixas 2x2 em corcuin com medidas de 860 mm, corredor central com piso e degraus anti derrapante e laváveis, sistema de iluminação de salão, porta pacotes, elevador para pessoas com necessidades especiais, porta tipo duas folhas com acionamento pneumático, cortinas, saídas de emergência no teto e laterais, tacógrafo, cintos de segurança em todas as poltronas, banco do motorista hidráulico, câmera de marcha ré e frontal, faixa escolar nas laterais do veículo, computador de bordo, diferencial blocante, para-brisa verde, vidros laterais fumes e móveis, freio dianteiro e traseiro a tambor assistido a ar e auxiliado por abs e demais equipamentos de segurança exigidos pela legislação vigente e assistência técnica autorizada de chassi e carroceria em 181 km de distância da sede da prefeitura do município de São Bento do Sul até a sede da oficina autorizada (E.J.C. Caminhões e Acessórios Ltda). Garantia de 12 meses. Prazo de entrega de 80 dias, conforme especificações anexo ao Edital de Pregão Presencial nº 220/2019.

Considerando o vencimento do referido contrato em 21 de fevereiro de 2020 e conforme solicitação da Contratada em anexo, onde a mesma solicita prorrogação de prazo devido ao período de férias coletivas concedido aos colaboradores nos meses de dezembro/2019 e janeiro/2020, o que acarretou em atraso na fabricação e montagem do veículo ônibus zero km escolar, Marcopolo Volare modelo V81, ano 2019/2020, objeto do contrato, se faz necessário prorrogar a vigência do mesmo para entrega do veículo, com base na Cláusula Quinta – Da Vigência e Art. 57, Parágrafo 1º, inciso II, da Lei 8.666/93. nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 1 (um) mês, a contar de 22 de fevereiro de 2020 com término em 21 de março de 2020. As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 04 de dezembro de 2019 permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 30 de janeiro de 2020.

Ass: ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO, pela Secretaria de Educação do Município.  
E.J.C. CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA, como Contratada.

**JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2020**

Publicação Nº 2355278

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de vale transporte para alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, pelo período de fevereiro à março de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela inviabilidade de competição existente para a prestação dos referidos serviços. A empresa TRANSPORTES COLETIVOS RAINHA LTDA com CNPJ 82.770.033/0001-85, localizada na Rua João Stoeberl, nº 119, no município de São Bento do Sul é a única empresa de transporte público que faz as linhas de transporte coletivo entre diversos bairros e localidades do município. Os alunos que estudam na Rede Pública, da educação básica que residem na zona rural ou uma distância superior a 2 ou 3 km da unidade escolar, conforme Lei nº 2893 de 19 de novembro de 2011, alterada nos artigos 27, 28 e 29 pela Lei nº 3190, de 12 de junho de 2013 tem direito a transporte escolar. O transporte escolar faz parte das metas da educação, proporcionando acesso à escola com segurança e qualidade de ensino de acordo com o Plano Municipal de Educação 2015 – 2015, Lei nº 3559/15. Meta 1 – Educação Infantil: 1.4 Garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública...; 1.13 Garantir o acesso à educação infantil...; Meta 2 – Ensino Fundamental: 2.1 Garantir o acesso, permanência e sucesso dos alunos no ensino fundamental nas redes públicas e privadas; 2.19 garantir o acesso e permanência dos estudantes na educação pública, em regime de colaboração com a união e o estado. Meta 3 – Ensino Médio: 3.2 garantir acesso e permanência dos estudantes. Portanto, sendo a única empresa credenciada, justifica-se a aquisição dos passes da mesma pela Secretaria de Educação e entregue aos estudantes que tem direito.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, conforme Decreto nº 1489, de 20 de setembro de 2019 e Termo Aditivo nº 159/2019.

V - Justificativa do Preço: o preço de R\$ 494.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado, para o período de fevereiro à março de 2020, conforme Decreto nº 1284, de 03 de abril de 2019.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

**JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2020**

Publicação Nº 2355292

**JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de vale transporte para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro a março de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho. O fornecimento de passes pela empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de fevereiro a março de 2020, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino, conforme Decreto nº 1489, de 20 de setembro de 2019 e Termo Aditivo nº 159/2019.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 95.000,00 é compatível com os preços praticados no mercado, conforme Decreto nº 1284, de 03 de abril de 2019.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do Art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

### **JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2020**

Publicação Nº 2355300

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro a dezembro de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho. O fornecimento de passes pela empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de fevereiro a dezembro de 2020, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino.

V - Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 52.800,00 é compatível com os preços praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do Art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

### **JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2020**

Publicação Nº 2355306

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) para profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro a dezembro de 2020.

II – Contratado: Reunidas Transportes S/A.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho. O fornecimento de passes pela empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado de fevereiro a dezembro de 2020, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos Servidores Públicos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa REUNIDAS TRANSPORTES S/A a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Reunidas Transportes S/A é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino.

V- Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 132.338,00 é o praticado no mercado para os referidos serviços, pelo período de fevereiro a dezembro de 2020.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

### **JUSTIFICATIVA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2020**

Publicação Nº 2355313

#### **JUSTIFICATIVA**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: Fornecimento de passagens (vale transporte) para os profissionais da Educação Infantil e Ensino Fundamental, pelo período de fevereiro à dezembro de 2020.



II – Contratado: Expresso São Bento Ltda.

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: a inexigibilidade de licitação para o fornecimento das passagens (vale transporte) se funda no caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e se justifica diante da inviabilidade de competição existente em realizar as referidas linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho. O fornecimento de passes pela empresa Expresso São Bento Ltda faz-se necessário para atender aos profissionais que atuam na rede municipal de ensino de São Bento do Sul. O repasse será realizado pelo período de fevereiro a dezembro de 2020, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos Servidores Públicos da Administração Municipal Direta, Autárquica e Fundacional e dá outras providências". Portanto, sendo a empresa Expresso São Bento Ltda a única credenciada, justifica-se a aquisição dos passes, destinados aos funcionários da Educação, pela referida Secretaria.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Expresso São Bento Ltda é a única a realizar as linhas de ônibus e nos horários compatíveis com o horário de trabalho dos profissionais que atuam na rede municipal de ensino.

V- Justificativa do Preço: o preço contratado de R\$ 7.960,00 é o praticado no mercado para os referidos serviços, pelo período de fevereiro a dezembro de 2020.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO  
Secretária de Educação.

## **TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2020**

Publicação Nº 2354168

### **TERMO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº 001/2020**

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o n.º 86.050.978/0001-83, com sede à Rua Marechal Floriano, 214, Centro, e a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, com sede à Rua Jorge Lacerda, 79, Centro, São Bento do Sul, o primeiro representado por seu Diretor Presidente, Sr. FRIDOLINO VAN DEN BOOM, portador do CPF n.º 529.661.199-34, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º da Lei n.º 41/66, de 17/08/1966, e a segunda pelo Exmo. Prefeito Municipal, Sr. MAGNO BOLLMANN, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob n. 019.658.839-15, residente e domiciliado na Rua Augusto Wunderwald, nº 3043, Bairro Brasília, em São Bento do Sul/SC, resolvem celebrar o presente acordo, na forma expressa na Lei Municipal nº 2031, de 14 de dezembro de 2007, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente acordo tem o objetivo de celebrar a cedência do servidor público MARCOS GERTLER, matrícula 162, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contador, lotado no SAMAE, à Prefeitura Municipal de São Bento do Sul para exercer a função de responsável/coordenador do Departamento de Controle Interno.

Parágrafo único. O servidor público mencionado no caput será colocado à disposição da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul mediante expedição de Portaria.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DESPESAS**

As despesas decorrentes da cessão do servidor serão suportadas pelo SAMAE, excetuando-se eventual pagamento de gratificação, o qual ficará ao encargo da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente acordo poderá ser revogado a qualquer tempo, desde que haja necessidade do retorno do servidor para prestar o serviço junto ao SAMAE, por vontade do próprio servidor público, ou quando comprovado o desinteresse por parte das entidades ou órgãos públicos na permanência do servidor, o qual retornará imediatamente às atividades no SAMAE.

São Bento do Sul, 07 de fevereiro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM MAGNO BOLLMANN  
Diretor Presidente – SAMAE Prefeito Municipal

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS****EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020**

Publicação Nº 2355240

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

Objeto: Aquisição de 200 Passes (Vale-Transporte) da linha São Bento Do Sul X Rio Negrinho, para servidora do Instituto de Previdência Social, para o período de fevereiro a abril de 2020.

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS

Contratada: Transportes Coletivos Rainha LTDA. CNPJ 82.770.033/0001-85.

Valor: O preço contratado de R\$ 1.100,00 (um mil e cem Reais) para 200 passagens é compatível com os preços praticados no mercado, pois os preços de passagens são regulamentados, considerando o período de fevereiro de 2020 a abril de 2020.

Recurso: Órgão:19 – IPRESBS; Unidade: 01 – IPRESBS; Ação: 4062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS; Referência: 33 – outros serviços pessoa jurídica; Modalidade de Aplicação: 3.33.90.39.72 – vale-transporte.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor-Presidente

**EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020**

Publicação Nº 2354858

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020

Objeto: aquisição de 200 passes (vale-transporte) para os estagiários do Instituto de Previdência Social, para o período de fevereiro a abril de 2020.

Contratante: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL – IPRESBS.

Contratada: Transportes Coletivos Rainha Ltda. CNPJ: 82.770.033/0001-85.

Valor: O preço contratado de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) pela quantidade de 200 passagens é compatível com os preços praticados no mercado, autorizado pelo decreto 1284/2019, pelo período de fevereiro de 2020 a abril de 2020.

Recurso: Órgão:19 – IPRESBS; Unidade: 01 – IPRESBS; Ação: 4062 – Administração e Funcionamento do IPRESBS; Referência: 33 – outros serviços pessoa jurídica; Modalidade de Aplicação: 3.33.90.39.72 – vale-transporte.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor-Presidente



**JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020**

Publicação Nº 2355248

**JUSTIFICATIVA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2020**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I – Objeto: Aquisição de 200 Passes (Vale-Transporte) da Linha São Bento do Sul X Rio Negrinho, para servidora do Instituto de Previdência Social, para o período de fevereiro a abril de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha LTDA. CNPJ 82.770.033/0001-85.

III – Caracterização da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, tendo uma linha intermunicipal, e ser a empresa com horário mais compatível para que a servidora possa cumprir o expediente no IPRESBS, sendo, portanto, das 3 empresas consultadas a que melhor atende a demanda. Além do que, é a empresa com menor preço dentre as consultadas. Como o contrato de concessão de transporte está em fase de licitação, não será feita uma aquisição de maior quantidade, enquanto não ser conhecida a vencedora da licitação.

A aquisição do vale-transporte se faz necessário para deslocamento dos servidores da administração municipal direta, autárquica e fundacional aos seus locais de trabalho e respectiva volta, conforme Lei 397/2002. Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais.

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha LTDA. dentre as três empresas consultadas é a empresa com horário mais compatível (ou seja aquele que as linhas de ônibus mais se aproximam ao horário de expediente do IPRESBS), e com o menor valor por passagem, que se enquadra na dispensa de licitação.

V – Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 1.100,00 (um mil e cem Reais) para 200 passagens é compatível com os preços praticados no mercado, pois os preços de passagens são regulamentados, considerando o período de fevereiro de 2020 a abril de 2020.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato em no máximo 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2020

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor-Presidente

**JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020**

Publicação Nº 2354893

**JUSTIFICATIVA DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2020**

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: aquisição de 200 passes (vale-transporte) para os estagiários do Instituto de Previdência Social, para o período de fevereiro a abril de 2020.

II – Contratado: Transportes Coletivos Rainha Ltda. CNPJ: 82.770.033/0001-85.

III – Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação para a contratação dos referidos serviços se funda no Caput do Art. 25 da Lei 8.666/93, e se justifica pela empresa contratada ser concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal, sendo, portanto, inviável a competição.

A aquisição do vale-transporte se faz necessário para deslocamento dos estagiários da administração municipal direta, autárquica e fundacional aos seus locais de trabalho e respectiva volta, conforme Lei 7.418, de 16 de dezembro de 1985. Fica instituído o vale-transporte, que o empregador, pessoa física ou jurídica, antecipará ao empregado para utilização efetiva em despesas de deslocamento residência-trabalho e vice-versa, através do sistema de transporte coletivo público, urbano ou intermunicipal e/ou interestadual com características semelhantes aos urbanos, geridos diretamente ou mediante concessão ou permissão de linhas regulares e com tarifas fixadas pela autoridade competente, excluídos os serviços seletivos e os especiais. (Redação dada pela Lei nº 7.619, de 30.09.1987).

IV – Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa Transportes Coletivos Rainha Ltda. é a concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano municipal.

V – Justificativa do Preço: O preço contratado de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) pela quantidade de 200 passagens é compatível com os preços praticados no mercado, autorizado pelo decreto 1284/2019, pelo período de fevereiro de 2020 a abril de 2020.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial, por extrato em no máximo, 5 dias para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 12 de fevereiro de 2020

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE  
Diretor-Presidente

# São Bonifácio

## PREFEITURA

### LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2020

Publicação Nº 2355977

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 143, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

cria cargo de fonoaudiólogo e assistente social de provimento efetivo do quadro de servidores do Município de São Bonifácio e dá outras providências.

O Prefeito de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei;

Art. 1º - Ficam criados os seguintes cargos de provimento efetivo, vinculados ao regime estatutário do quadro de servidores do Município de São Bonifácio:

CARGO	VAGAS
FONOAUDIÓLOGO	01(UMA)
ASSISTENTE SOCIAL	01(UMA)

§ 1º - As especificações dos cargos criados no caput deste artigo, contendo os requisitos, vencimentos e habilitação para provimento são os que constam no Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - O valor do vencimento inicial do cargo de assistente social 40 horas, criado pela Lei Complementar nº 04/95 e alterado pela Lei Complementar nº 021/2000, passará a ser de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, em 12 de fevereiro de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

#### ANEXO I DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO EFETIVO DE FONOAUDIÓLOGO

Vaga - Carga Horária	Cargo	Salário R\$
01 - 20 (vinte) horas	Fonoaudiólogo	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

#### Habilitações/Requisitos Mínimos:

Curso Superior em fonoaudiologia com registro no conselho de classe de competente.

#### Atribuições:

Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição, realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala.

Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos; supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de fonoaudiologia; assessorar órgãos e estabelecimentos públicos autárquicos, privados ou mistos no campo de audiofonia; participar de Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar outras atividades afins junto as secretarias municipais.

## DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS PARA PROVIMENTO DO CARGO EFETIVO DE ASSISTENTE SOCIAL

Vaga - Carga Horária	Cargo	Salário R\$
01 - 20 (vinte) horas semanais	Assistente Social	R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais)

Habilitações/Requisitos Mínimos: Curso Superior em Serviço Social com Registro no Conselho Regional de Classe competente.

## Atribuições:

- I- executar atividades de assistência técnica em projetos, programas e serviços nas áreas de Assistência Social, segurança alimentar, cidadania, direitos humanos e proteção à infância, à juventude, ao portador de necessidades especiais e ao idoso, dentre outras ações equivalentes que não sejam privativas de outras carreiras ou cargos isolados no âmbito de Poder Executivo;
- II - verificar, acompanhar e supervisionar os processos inerentes ao Sistema Único de Assistência Social e os demais programas sociais do Município, que sejam objeto de execução descentralizada;
- III - aferir os resultados da assistência social, segurança alimentar, cidadania, direitos humanos e proteção à infância, à juventude, ao portador de necessidades especiais e ao idoso, considerando os planos e objetivos definidos no Sistema Único de Assistência Social e demais políticas sociais;
- IV - proceder à análise e avaliação dos dados obtidos, gerando informações que contribuam para o planejamento e o aperfeiçoamento das ações e políticas sociais;
- V - realizar trabalhos junto à equipe multiprofissional, principalmente com o setor de psicologia, com o objetivo de atender à solicitação de estudo psicossocial;
- VI - estabelecer e aplicar procedimentos técnicos de mediação junto ao grupo familiar em situação de conflito;
- VII - atuar junto a Rede Socioassistencial, em equipe multiprofissional, no diagnóstico, planejamento, execução e avaliação de programas sociais, no âmbito da política de assistência social;
- VIII - executar outras atividades correlatas, desde que previstas nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

**LEI Nº 1502/2020**

Publicação Nº 2355983

LEI Nº 1.502, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza a majoração de carga horária dos Professores da Rede de Ensino Municipal de São Bonifácio.

O Prefeito de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e que SANCIONA a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica o chefe do poder executivo municipal, autorizado a majorar a carga horária da jornada de trabalho do professor da rede de ensino municipal, até o limite de 40 horas, por tempo determinado, para atender eventual necessidade de excepcional interesse público, mediante compensação financeira proporcional das horas majoradas.

Parágrafo único: Referida majoração poderá ser feita de forma anual até o dia 31 de janeiro do ano subsequente, podendo a critério da administração municipal, ser renovada por igual período em caso de necessidade e interesse público.

Art. 2º - A majoração prevista no artigo 1º desta Lei, aplica-se igualmente ao Professor Admitido em Caráter Temporário (ACT), bem como aos professores de Alemão, Educação Física ou Artes.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, em 12 de fevereiro de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 941/2020**

Publicação Nº 2355989

Portaria nº 941/2020

Admite Professor Nível II, por Tempo Determinado.

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio,

- considerando o disposto na Lei nº 1044 de 22/12/2000;
- considerando o resultado do Processo Seletivo nº 02/2018;
- considerando o requerimento da parte interessada protocolado sob nº 5412/2020, deferido em 12/02/2020;
- considerando a necessidade dos serviços de professor;
- e, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

ADMITIR, POR TEMPO DETERMINADO, TAYANA ERN, brasileira, solteira, Professora, para ocupar o cargo de Professor nível II-A, atuando na Educação Infantil, pelo período de 13/02/2020 a 31/12/2020.

São Bonifácio, 12 de fevereiro de 2020.

Ricardo de Souza Carvalho  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter  
Chefe de Gabinete

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 24/2020 - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020**

Publicação Nº 2355992

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 24/2020 Edital DE TOMADA DE PREÇO 01/2020 do Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL; OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS RIO ATAFONA I, RUA VENDOLINO KOCK E RUA FLORES LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO/SC. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 28/02/2020. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 13 de Fevereiro de 2020. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal

# São Cristóvão do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL 10/2020

Publicação Nº 2356149

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2020 DISPENSA Nº 4/2020

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Dispensa nº 4/2020, Processo de Licitação nº 3/2019 para locação da sala para Funcionamento da Secretaria de Educação, em favor de MARINÊS TOREZZAN BISON, inscrito no CPF sob nº 853.658.909-49. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2020. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### EDITAL 11/2020

Publicação Nº 2356150

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 4/2020

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 4/2020, Processo de Licitação nº 11/2020 para prestação de serviço de ministrar aulas de artes marciais, em favor de SERGIO VALMOR OLIVEIRA FERNANDES, inscrito no CNPJ sob nº 17.604.634/0001-56. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2020. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### EDITAL 12/2020

Publicação Nº 2356153

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2020 INEXIGIBILIDADE Nº 5/2020

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 5/2020, Processo de Licitação nº 12/2020 para prestação de serviço de ministrar aulas na modalidade esportiva, recreativa e cultural, em favor de EDERSON ULLIRSCH DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob nº 064.417.519-25. São Cristóvão do Sul (SC), 03 de fevereiro de 2020. SISI BLIND – Prefeita Municipal

### EDITAL 13/2020

Publicação Nº 2356154

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2020

O Município de São Cristóvão do Sul – SC torna publico para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2019, que se realizara nos termos que preceitua a Lei Federal nº 11.947/2009.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E/OU EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.

Vencimento: 28/02/2020 às 15:00 (quinze horas)

Maiores informações, e edital completo, na Prefeitura Municipal de São Cristóvão do Sul, junto ao departamento de Licitações, sito a rua Juventino França de Moraes, 19 – Centro - São Cristóvão do Sul – SC, pelo telefone (49) 3253-1200 ou pelo site: [www.saocristovao.sc.gov.br](http://www.saocristovao.sc.gov.br) ou pelo e-mail: [toniel@saocristovao.sc.gov.br](mailto:toniel@saocristovao.sc.gov.br). SISI BLIND - Prefeita Municipal

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1012, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355341

DECRETO Nº 1012, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/2012 atualizada; e Lei Complementar Municipal 0042, de 04/04/2012 atualizada;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Ana Claudia Gauer Arruda, para exercer o cargo de Coordenador de Programa, neste Município de São Domingos (SC), enquadrada no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.07, Nível CC-06, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, a partir do dia 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Vianeí Ferrarini Meoti  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Republicado por Incorreção

### DECRETO Nº 993, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355344

DECRETO Nº 993, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidora aprovada em concurso público para serviço público municipal.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04 de abril de 2012; e Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06 de novembro de 2012, atualizada;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes Ivanete Rodrigues Hennerich;
- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2018, de 17 de outubro de 2018;
- Considerando o Edital nº 012, de 27 de dezembro de 2018, que publicou a classificação final do Concurso Público edital nº 001/2018;
- Considerando o princípio da legalidade e interesse público dos atos da administração;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Zenaide de Fátima Ribeiro de Souza Balena, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

§ 1º A servidora integrará o Quadro Próprio dos Servidores Públicos Municipais, enquadrado no Quadro Geral de Cargos Efetivos, Código 11.02 Grupo 1- da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12, atualizada, com 40 (quarenta) horas semanais, nos termos do Anexo I, Quadro de Vagas da Lei Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada.

§ 2º Este cargo será regido pelo Regime Jurídico Estatutário, enquadrado nas Leis Complementares Municipais nº 0018, de 28/01/2008, atualizada; e nº 0045, de 06/11/2012, atualizada e nº 0042, de 04/04/2012, atualizada no que couber e demais legislações pertinentes à matéria.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de fevereiro de 2020.

Elieze Comachio  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Republicado por Incorreção



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### **RESOLUÇÃO 33 DE 2019 INSCRIÇÕES DE ENTIDADE E ORGANIZAÇÕES NO CMAS - SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS**

Publicação Nº 2354299

RESOLUÇÃO N º 033, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social, bem como dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São Francisco do Sul e dá outras providências, e revoga as resoluções 001/2015 e 009/2015:

O Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal 817/09, e conforme deliberação em reunião do dia 18 de novembro de 2019, e ainda:

Considerando os artigos 3º e 9º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), que estabelece as atribuições dos Conselhos no Controle Social da Política Municipal da Assistência Social, em consonância com o art. 18, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS);

Considerando o Decreto nº 5.085, de 19 de maio de 2004, que define as ações continuadas de assistência social;

Considerando o Decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o artigo 3º da Lei 8.742, de 7 dezembro de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006;

Considerando a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Resolução CNAS nº 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

Considerando a Política Municipal de Assistência Social, a qual está em consonância com a Política Nacional de Assistência Social, e com os eixos de atuação do Sistema Único de Assistência Social/SUAS;

Considerando a atual legislação que normatiza o Sistema Único de Assistência Social/SUAS;

Considerando a aprovação desta resolução em Plenária do CMAS, conforme consta na Ata nº 011/2019 da reunião do CMAS, de 18 de Novembro de 2019.

#### RESOLVE:

Art. 1º – Estabelecer os parâmetros municipais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 2º – As entidades ou organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

I- de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes.

II – de assessoramento: aqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

III – de defesa e garantia de direitos: aqueles que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.

Art. 3º – As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I – ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II – aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de

seus objetivos institucionais;

III – elaborar plano de ação anual contendo:

- a) finalidades (atos constitutivos);
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projeto, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
  - e.1) público-alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recursos financeiros a serem utilizados;
  - e.4) recursos humanos envolvidos;
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentará, incentivará e qualificará a participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do seu plano: elaboração, execução, monitoramento e avaliação.

IV – ter expresso em seu relatório de atividades:

- a) finalidades (atos constitutivos);
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviço, programa, projeto, e benefícios socioassistenciais, informando respectivamente:
  - e.1) público-alvo;
  - e.2) capacidade de atendimento;
  - e.3) recurso financeiro utilizado;
  - e.4) recursos humanos envolvidos;
  - e.5) abrangência territorial;
  - e.6) demonstração da forma de como a entidade ou organização de Assistência Social fomentou, incentivou e qualificou a participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas de execução de suas atividades, monitoramento e avaliação.

§1º – Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social fazer a análise das demonstrações Contábeis.

§2º – Para fins de inscrição é vedado ao Conselho Municipal de Assistência Social exigir a alteração estatutária das entidades ou organizações de Assistência Social.

Art. 4º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização das entidades ou organizações de Assistência Social.

§1º – Entende-se por fiscalização aquela aplicada às entidades ou organizações de Assistência Social e ao conjunto das ofertas dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos.

§2º – Se a entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, e que não ofertar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Município de sua sede, a inscrição da entidade ou organização deverá ser feita no Conselho Municipal de Assistência Social onde desenvolva o maior número de atividades.

§3º – A entidade ou organização de Assistência Social que atua no atendimento e/ou assessoramento e/ou defesa e garantia de direitos, deve inscrever suas ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social.

§4º – Aplica-se o disposto no §1º, aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 5º – A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social é a autorização de funcionamento no âmbito da Política Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único – A oferta de atendimento, assessoramento e defesa e garantia de direitos deverão estar em conformidade com as normativas Nacionais.

Art. 6º – Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:

I – executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II – assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia dos usuários;

III – garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, salvo disposições encontrados em legislação específica.

IV – garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

V – executar as ações conforme critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social observando as seguintes resoluções municipais:

a) Resolução nº XXX de XX de XXXXXXX de XXXX, que dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere a oferta de programa socioassistencial de promoção da integração ao mundo do trabalho no campo da assistência social e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas.

b) Resolução nº XXX de XX de XXXXXXX de XXXX, que dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere a oferta de programa socioassistencial de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiências e sua promoção de integração a vida comunitária no campo da Assistência Social.

c) Resolução nº XXX de XX de XXXXXXX de XXXX, que dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere as ofertas de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos.

Art. 7º Em caso de interrupção ou encerramento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais a entidade ou organização de Assistência Social, deverá comunicar ao Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando a motivação, as alternativas e as perspectivas para atendimento do usuário, bem como, o prazo para a retomada dos serviços.

§1º – O prazo de interrupção dos serviços, não poderá ultrapassar seis meses sob pena de cancelamento da inscrição da entidade ou organização de Assistência Social e/ou dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, observando o disposto no §2º deste artigo.

§2º – Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social acompanhar, discutir e encaminhar as alternativas para a retomada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ou encerrados.

Art. 8º – As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:

I – requerimento conforme anexo I;

II – cópia dos atos constitutivos registrados em cartório;

III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV – plano de ação, conforme anexo IV;

V – cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ.

Art. 9º Poderá ser entregue no ato da inscrição os seguintes documentos complementares:

I – declaração, assinada pelo responsável legal da entidade e/ou organização de assistência social quando não constar nos seus atos constitutivos previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e na manutenção e desenvolvimento da sua finalidade institucional;

II – disposição nos atos constitutivos prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra(s) instituição de fins idênticos ou semelhantes e, em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP 's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade qualificada como OSCIP, inscrita no CMAS;

III – relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de Assistência Social, conforme anexo V, observando-se o disposto no art. 8º, inciso IV, desta resolução;

IV – cópia da carteira de identidade (RG), do Cadastro da Pessoa Física (CPF), comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de Assistência Social;

V – cópia da declaração de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, quando for o caso;

VI – cópia do alvará sanitário e do alvará de localização e permanência, dentro do prazo de validade, quando necessário;

VII – declaração da realização de ações socioassistenciais de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação pelo representante legal da entidade ou organização de Assistência Social.

Art. 10º As entidades e organizações de Assistência Social que atuam em mais de um município deverão inscrever os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social, apresentando os seguintes documentos:

I – requerimento, conforme modelo anexo II;

II – plano de ações, conforme anexo IV;

III – comprovante de inscrição no conselho de sua sede ou onde desenvolvam o maior numero de atividade.

Parágrafo Único – Os casos referidos no caput do art.10 atenderão ao disposto no art.9º desta resolução.

Art. 11 – As entidades ou organizações sem fins lucrativos que não tenham atuação preponderante na área da Assistência Social, mas que também atuam nessa área, deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do art. 5º e do art. 6º desta resolução, mediante apresentação de :

I – requerimento, na forma do modelo anexo III;

II – cópia dos atos constitutivos registrados em cartório;

III – cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório;

IV – plano de ação, conforme anexo IV .

Art. 12º Poderão ser entregues no ato da inscrição os documentos complementares constantes no inciso VI e VII do art. 9º desta resolução.

Art. 13º Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas: requerimento da inscrição; análise documental; visita técnica quando necessária, para subsidiar a análise do processo; elaboração do parecer no prazo de 60 dias da Comissão Permanente de Norma, Regulamentos e Inscrições; pauta, discussões e deliberação sobre os processos em reunião plenária; publicação da decisão plenária; emissão do comprovante; notificação á entidade ou organização de Assistência Social por ofício;

II – enviar documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

III – realizar todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação de entidades ou organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser manifestado por resolução.

§1º – no caso de indeferimento do requerimento de inscrição, a entidade ou organização de Assistência Social será comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas no indeferimento.

§2º – a execução do previsto neste artigo obedecerá á ordem cronológica do requerimento de inscrição.

Art. 14º O Conselho Municipal de Assistência Social deverá planejar o acompanhamento e a fiscalização das entidade ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais inscritos, com os respectivos critérios.

Parágrafo único: O planejamento a que se refere o caput, bem como o processo de inscrição deve ser publicizado por meio de resolução do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 15º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar anualmente, até 30 de abril, ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – plano de ação do corrente ano;

II – relatório de atividades do ano anterior que evidencia o cumprimento do plano de ação destacando informações sobre o público atendido e os recursos utilizados, nos termos do inciso III do artigo 3º.

Art. 16º O Conselho Municipal de Assistência Social poderá promover, pelo menos, uma audiência pública anual com as entidades ou organizações de Assistência Social inscritas, bem como as que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais com o objetivo de efetivar a apresentação desta á comunidade, permitindo a troca de experiências e ressaltando a atuação na rede socioassistencial e o fortalecimento do SUAS.

Art. 17º A inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais é por prazo indeterminado.

§1º – A inscrição poderá ser cancelada a qualquer tempo, em caso de descumprimento dos requisitos, garantido o direito á ampla defesa e ao contraditório.

§2º – Em caso de cancelamento da inscrição, o Conselho Municipal de Assistência Social encaminhará no prazo de cinco dias úteis, cópia do ato cancelatório ao órgão gestor, para providências cabíveis junto ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social – CNEAS a que se refere o inciso I, do art. 9º desta resolução e demais providências.

§3º – No caso de indeferimento ou cancelamento da inscrição as entidades e organizações de Assistência Social podem, para defesa de seus direitos, recorrerem inicialmente ao próprio CMAS e, mantido o indeferimento, ao Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS.

§4º O prazo para apresentação de recursos ao CMAS, será de 30 (trinta) dias, contados da formalização do recebimento da decisão final.

§5º No prazo de 30 (trintas) dias, o CMAS deverá manifestar-se sobre a tempestividade, a materialidade e a legalidade do recurso.

Art. 18º Os prazos previstos nesta /resolução serão contados em dias úteis.

Parágrafo Único: As entidades ou organizações de Assistência Social inscrita deverão comunicar o encerramento de suas atividades, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ao Conselho Municipal de Assistência Social, no prazo de 30 dias.

Art. 19º O Conselho Municipal de Assistência Social utilizará única e exclusivamente, o termo INSCRIÇÃO para os fins desta resolução.

Parágrafo Único: O Conselho Municipal de Assistência Social fornecerá comprovante de Inscrição conforme anexos VI e VII.

Art. 20º O Conselho Municipal de Assistência Social deverá estabelecer numeração única e sequencial para a emissão da inscrição, independentemente da mudança do ano.

#### Disposições Transitórias

Art. 21º As entidades ou organizações de Assistência Social inscritas anteriormente à publicação desta Resolução deverão proceder ao reordenamento de conjunto de suas ofertas, se necessário for, de acordo com as normativas nacionais os prazos definidos nesta.

Art. 22º Revogam-se as Resoluções CMAS: resolução nº 028/2010, de 22 de dezembro de 2010, Resolução nº 029, de 22 de dezembro de 2010 e Resolução nº 030, de 22 de dezembro de 2010, Resolução nº 001, de 12 de fevereiro de 2015, Resolução nº 009, de 17 de Abril de 2015.

Art. 23º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul, 18 de Novembro de 2019.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

#### ANEXO I

Requerimento de Inscrição de Entidade e Organizações da Assistência Social que atua apenas no município de São Francisco do Sul/SC.

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Francisco do Sul/SC

A entidade abaixo qualificada, com atuação apenas neste município por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descrito, neste Conselho.

#### A- Dados da Entidades

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_

Código Municipal de Atividades Econômica Principal e Secundária \_\_\_\_\_

Data da Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_

FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

Atividade Principal \_\_\_\_\_

Inscrição em demais Conselhos:

CMDCA ( ) CMDI ( ) CMDM ( ) COMDE ( ) COMSEA ( )

Outros (especificar) \_\_\_\_\_

Inscrição no serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos de referência da Política de Assistência Social).

Relação de todos os estabelecimentos da entidade (CNPJ e endereço completo)

#### B – Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Data nasc \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Escolaridade \_\_\_\_\_  
Período do Mandato \_\_\_\_\_

C- Informações adicionais

Nestes termos, pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II

Requerimento de Inscrição de Entidade e Organizações da  
Assistência Social que atuam em mais de um município

Senhor (a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Francisco do Sul/SC

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município por seu representante legal infra-assiando, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descrito, neste Conselho.

A- Dados da Entidades

Nome da Entidade \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
Código Municipal de Atividade Econômica Principal e Secundária \_\_\_\_\_  
Data de Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_  
FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
A entidade está inscrita no Conselho Municipal de \_\_\_\_\_  
Sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Inscrição no serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos de referência da Política de Assistência Social).

B- Dados do Requerimento Legal:

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_  
Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Data nasc \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Escolaridade \_\_\_\_\_  
Período do Mandato \_\_\_\_\_

C- Informações adicionais

Nestes termos, pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO III

Requerimento de Inscrição dos Serviços/Programas/Projetos Benefícios de Entidades e Organizações que não atuem preponderantemente na Política de Assistência Social.

Senhor(a) Presidente do Conselho de Assistência Social de São Francisco do Sul/SC

A entidade abaixo qualificada, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descrito, neste Conselho.

A- Dados da Entidades

Nome da Entidade \_\_\_\_\_  
CNPJ \_\_\_\_\_  
Código Municipal de Atividade Econômica Principal e Secundária \_\_\_\_\_  
Data de Inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_ Nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_  
 FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
 Atividade Principal \_\_\_\_\_

Inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos de referência da Política de Assistência Social).

**B- Dados do Representante Legal:**

Nome \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_  
 Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ TEL \_\_\_\_\_  
 Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_  
 RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Data nasc \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Escolaridade \_\_\_\_\_  
 Período do Mandato \_\_\_\_\_

**C – Informações adicionais**

Nestes termos, pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

**ANEXO IV**

**PLANO DE AÇÃO ANUAL**

**Bloco I – CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO 1. IDENTIFICAÇÃO UNIDADE EXECUTORA**

Unidade Executora/Razão Social:		
Endereço:		
C.N.P.J:	Telefone:	
Cidade:	UF:	CEP:
E-mail Institucional:		
Nome do responsável pela Unidade:		
Cargo:	Data de Nascimento:	
R.G/ Órgão Expedidor	C.P.F	
E-mail do responsável:		
Endereço completo		
CEP:	Telefone do Responsavel:	

**2. FINALIDADES ESTATUTARIAS E/OU INSTITUCIONAIS**  
 (Preencher conforme estatuto).

Descrever sobre as finalidades estatutárias e/ou institucionais da Unidade e como esta vem historicamente executando-as

**3. OBJETIVO GERAL**

Descrever sobre o objetivo geral da unidade.

**3.1 Objetivos Específicos**

Elencar os objetivos específicos da unidade.

**4. Metas**

Definir as metas a serem alcançadas pela unidade, visando o aprimoramento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios.

**5. ORIGEM DOS RECURSOS**

Fonte	Valor Anual (R\$)
Ex: Fundo Municipal de Assistência Social	50.000,00
Ex: Fundo Nascional de Assistência Social	40.000,00
TOTAL GERAL	90.000,00



**6. INFRAESTRUTURA****6.1 Recursos Físicos**

Recursos Físicos	Quantidade
Ex: Recepção	01
Ex: Sala de Atendimento Individualizado	03

**6.2 Recursos Materiais**

Recursos Materiais Permanentes	Quantidade
Ex: Computador com acesso a internet	02
Ex: Automóvel	01

**6.3 Recursos Humanos**

Nome	Cargo/Função	Vínculo	Horas	Semanais
Ex: João da Silva	Assistente Social	CLT		30

**BLOCO II – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO OU BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS INSCRITO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO PARA A INSCRIÇÃO NO CMAS****1.1- A entidade/organização atua em âmbito:**
☐ Nacional ☐ Estadual ☐ Municipal 1.2 – Categoria da entidade/organização:

☐ Atendimento ☐ Assessoramento e/ou de Defesa e Garantia de Direitos 1.3 – Atividade Preponderante da entidade/organização

☐ Assistência Social ☐ Saúde ☐ Educação ☐ Outras (quais) \_\_\_\_\_
**2- CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS:****2.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**
☐ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

☐ Para crianças de 0 a 06 anos;

☐ Para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos;

☐ Para adolescentes de 15 a 17 anos;

☐ Para jovens e adultos de 18 a 59 anos;

☐ Para idosos a idade igual ou superior a 60 anos;

☐ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

☐ Benefícios Eventuais às Famílias:

☐ Auxílio Natalidade;

☐ Auxílio Funeral;

☐ Vulnerabilidade Temporária – para enfrentamento de situações de risco, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família;

☐ Calamidade Pública – para o atendimento das vítimas de modo a garantir sobrevivência e reconstrução da autonomia desta.

☐ Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho

☐ Para adolescentes, jovens e adultos (de 14 a 59 anos) ;

☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

☐ Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e suas famílias.

☐ Para todas as idades;

☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_
**2.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**
☐ Serviço de Proteção social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA) e de Prestação de serviços a comunidade (PSC), ações complementares.

☐ Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias.

☐ Serviço Especializado de Abordagem Social.

☐ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua



## 2.3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

☐ Serviço de Acolhimento Institucional:

- ☐ Abrigo Institucional
- ☐ Casa Lar
- ☐ Casa de Passagem
- ☐ Residência Inclusiva

☐ Serviço de Acolhimento em República

☐ Serviço de Acolhimento Familiar

Público a ser atendido nos acolhimentos:

- ☐ Para crianças e adolescentes;
- ☐ Para adultos e famílias;
- ☐ Para mulheres em situação de violência;
- ☐ Para jovens e adultos com deficiência;
- ☐ Para jovens;
- ☐ Para idosos

☐ Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergências

\*Conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009)

## 2.4 AÇÕES DE ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

☐ Oferta de Assessoramento

☐ Oferta Defesa e Garantia de Direitos

3. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS, BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS (Obs.: para cada serviço, programa, projeto ou benefício, deverá ser preenchido um quadro específico).

### 3.1 Nome do serviço, Programa, Projeto ou Benefício

Descrever o nome oficial, conforme as normas legais.

#### 3.1.1 Endereço do Serviço, Programa, Projeto ou Benefício

Descrever o endereço completo onde se realiza o atendimento deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

#### 3.1.2 Descrição

Descrever no que consiste este Serviço, Programa, ou Benefício que a Unidade presta demonstrando como este trabalho tem vinculação com a Política de Assistência Social.

#### 3.1.3 Público alvo

Descrever qual é o público-alvo atendido por este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, constando segmento, faixa etária, situação, corte de renda (se houver) etc..

#### 3.1.4 Capacidade de Atendimento

Descrever a capacidade de atendimento deste serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

#### 3.1.5 Previsão do Número de Indivíduos/Famílias Atendidas

Descrever o número de indivíduos/famílias que serão atendidas mensalmente, considerando a média dos últimos 06 meses

#### 3.1.6 Objetivos

Descrever os objetos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

Situação que se deseja obter por meio da implantação do Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

Exemplo: reduzir taxa de analfabetismo de jovens e adultos.

#### 3.1.7 Metas

Definir as metas a serem alcançadas pelo Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, considerando o resultado do Monitoramento e Avaliação.

É um objetivo acompanhado das dimensões quantitativas e referências temporal e territorial.

Número de atendimento por mês esperado.

Exemplo: atender 25 crianças por mês.

### 3.1.8 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Nome da atividade	Descrição das Atividades	Periodicidade	Quantidade de atendidos (mensal)
	Elencar as atividades que serão realizadas para alcançar cada um dos objetivos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.		

### 3.1.9 RECURSOS FINANCEIROS A SEREM UTILIZADOS APENAS NO SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO E BENEFÍCIOS.

Descrever qual o montante de recursos financeiros que são utilizados para manutenção deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

FONTE	VALOR ANUAL (R\$)
Ex: Fundo Municipal de Assistência Social	6.000,00
Ex: Fundo Nacional de Assistência Social	5.000,00
TOTAL GERAL	11.000,00

### 3.1.10 RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Descrever quais os recursos humanos envolvidos no desenvolvimento deste Serviço, Programa, Objetivo ou Benefício.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	VÍNCULO	HORAS SEMANAIS
Ex: João da Silva	Assistente Social	CLT	10

### 3.1.11 ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

Descrever qual é a abrangência territorial deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, de acordo com a territorialização do SUAS.

( ) Todas as regiões

( ) Outras especificar

### 3.1.12 ARTICULAÇÃO COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL INTERSETORIAL

Descrever se este serviço realiza ações em conjunto com a rede socioassistencial e intersetorial.

### 3.1.13 FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS ÚSUÁRIOS

Descrever como os usuários deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício participam na elaboração dos critérios, na definição das prioridades, no desenvolvimento do trabalho, e na avaliação da qualidade dos serviços prestados, demonstrando as estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do Plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

### 3.1.14 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Descrever como este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício é monitorado e avaliado pela equipe da própria Unidade e por órgão externos. Quais os instrumentos utilizados para o registro das informações, qual a periodicidade da elaboração de relatórios quantitativos, quem tem acesso a estes produtos do monitoramento e avaliação interna, se há monitoramento e avaliação de órgãos externos, quais os indicadores de monitoramento e avaliação.

### 3.1.15 DOCUMENTAÇÃO E INSTRUMENTOS DE REGISTRO PARA O ACOMPANHAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO PROJETO/AÇÃO JUNTO AOS USUÁRIOS.

Assinalar quais os instrumentos que a instituição possui:

- ( ) Ficha de Cadastro dos usuários;  
 ( ) Ficha de Acompanhamento/evolução;  
 ( ) Relatórios.  
 ( ) Lista de Presença/control de entrega dos benefícios eventuais;  
 ( ) Plano individual de atendimento personalizado ao usuário;  
 ( ) Plano de acompanhamento familiar  
 ( ) Cópia da documentação pessoal dos usuários;  
 ( ) Ficha de avaliação do serviço;  
 ( ) Ficha de encaminhamento para a rede de serviços;  
 ( ) Sistema de informação (informatizado)  
 ( ) Outros documentos. Descrever quais: \_\_\_\_\_

### Bloco III IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da entidade ou organização de assistência social, declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas neste documento são expressão de verdade e possuem Fé Pública.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome Completo Ass. Responsável Técnico pela Descrição Registro em Conselho (Quando houver)	Nome Completo Ass. do Responsável Legal da Entidade ou Organização
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

### ANEXO V

### RELATÓRIO DE ATIVIDADES

### Bloco I – CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE OU ORGANIZAÇÃO 1. IDENTIFICAÇÃO UNIDADE EXECUTORA

Unidade Executora/Razão Social:		
Endereço:		
C.N.P.J:	Telefone:	
Cidade:	UF:	CEP:
E-mail Institucional:		
Nome do responsável pela Unidade:		
Cargo:	Data de Nascimento:	
R.G/ Órgão Expedidor	C.P.F	
E-mail do responsável:		
Endereço completo		
CEP:	Telefone do Responsavel:	

### 2. FINALIDADES ESTATUTARIAS E/OU INSTITUCIONAIS (Preencher conforme estatuto).

Descrever sobre as finalidades estatutárias e/ou institucionais da Unidade e como esta vem historicamente executando-as

### 3. OBJETIVO GERAL

Descrever sobre o objetivo geral da unidade.

#### 3.1 Objetivos Específicos

Elencar os objetivos específicos da unidade.

### 4. ORIGEM DOS RECURSOS

Fonte	Valor Anual (R\$)
Ex: Fundo Municipal de Assistência Social	50.000,00
Ex: Fundo Nascional de Assistência Social	40.000,00
TOTAL GERAL	90.000,00

**5. INFRAESTRUTURA****5.1 Recursos Físicos**

Recursos Físicos	Quantidade
Ex: Recepção	01
Ex: Sala de Atendimento Individualizado	03

**5.2 Recursos Materiais**

Recursos Materiais Permanentes	Quantidade
Ex: Computador com acesso a internet	02
Ex: Automóvel	01

**5.3 Recursos Humanos**

Nome	Cargo/Função	Vínculo	Horas	Semanais
Ex: João da Silva	Assistente Social	CLT		30

**BLOCO II – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO, PROGRAMA, PROJETO OU BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS INSCRITO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO PARA A INSCRIÇÃO NO CMAS****1.1- A entidade/organização atua em âmbito:**
☐ Nacional ☐ Estadual ☐ Municipal 1.2 – Categoria da entidade/organização:

☐ Atendimento ☐ Assessoramento e/ou de Defesa e Garantia de Direitos 1.3 – Atividade Preponderante da entidade/organização

☐ Assistência Social ☐ Saúde ☐ Educação ☐ Outras (quais) \_\_\_\_\_
**2- CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETOS, PROGRAMAS E BENEFÍCIOS:****2.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**
☐ Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

☐ Para crianças de 0 a 06 anos;

☐ Para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos;

☐ Para adolescentes de 15 a 17 anos;

☐ Para jovens e adultos de 18 a 59 anos;

☐ Para idosos a idade igual ou superior a 60 anos;

☐ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

☐ Benefícios Eventuais às Famílias:

☐ Auxílio Natalidade;

☐ Auxílio Funeral;

☐ Vulnerabilidade Temporária – para enfrentamento de situações de risco, perdas e danos a integridade da pessoa e/ou de sua família;

☐ Calamidade Pública – para o atendimento das vítimas de modo a garantir sobrevivência e reconstrução da autonomia desta.

☐ Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho

☐ Para adolescentes, jovens e adultos (de 14 a 59 anos) ;

☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_

☐ Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e suas famílias.

☐ Para todas as idades;

☐ Outro. Especifique: \_\_\_\_\_
**2.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE**
☐ Serviço de Proteção social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA) e de Prestação de serviços a comunidade (PSC), ações complementares.

☐ Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias.

☐ Serviço Especializado de Abordagem Social.

☐ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua
**2.3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE**

☐ Serviço de Acolhimento Institucional:

- ☐ Abrigo Institucional
- ☐ Casa Lar
- ☐ Casa de Passagem
- ☐ Residência Inclusiva

☐ Serviço de Acolhimento em República

☐ Serviço de Acolhimento Familiar

Público a ser atendido nos acolhimentos:

- ☐ Para crianças e adolescentes;
- ☐ Para adultos e famílias;
- ☐ Para mulheres em situação de violência;
- ☐ Para jovens e adultos com deficiência;
- ☐ Para jovens;
- ☐ Para idosos

☐ Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergências

\*Conforme Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009)

#### 2.4 AÇÕES DE ASSESSORAMENTO E DEFESA E GARANTIA DE DIREITOS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

☐ Oferta de Assessoramento

☐ Oferta Defesa e Garantia de Direitos

3. IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS, BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS (Obs.: para cada serviço, programa, projeto ou benefício, deverá ser preenchido um quadro específico).

##### 3.1 Nome do serviço, Programa, Projeto ou Benefício

Descrever o nome oficial, conforme as normas legais.

##### 3.1.1 Endereço do Serviço, Programa, Projeto ou Benefício

Descrever o endereço completo onde se realiza o atendimento deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

##### 3.1.2 Descrição

Descrever no que consiste este Serviço, Programa, ou Benefício que a Unidade presta demonstrando como este trabalho tem vinculação com a Política de Assistência Social.

##### 3.1.3 Público alvo atingido

Descrever qual é o público-alvo atendido durante o ano por este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, constando segmento, faixa etária, situação, corte de renda (se houver) etc..

##### 3.1.4 Capacidade de Atendimento

Descrever a capacidade de atendimento deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

##### 3.1.5 Previsão do Número de Indivíduos/Famílias Atendidas

Descrever o número de indivíduos/famílias que foram atendidas anualmente.

##### 3.1.6 Objetivos

Descrever os objetos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

Situação que se obteve por meio da implantação do Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

Exemplo: reduzir taxa de analfabetismo de jovens e adultos.

##### 3.1.7 Metas

Apresentar as metas a alcançadas durante o ano de execução do Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, considerando o resultado do Monitoramento e Avaliação.

É um objetivo acompanhado das dimensões quantitativas e referências temporal e territorial. Número de atendimento por mês alcançado.

## 3.1.8 Cronograma de Atividades

Nome da atividade	Descrição das Atividades	Periodicidade	Quantidade de atendidos
	Elencar as atividades que serão realizadas para alcançar cada um dos objetivos deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.		

## 3.1.9 Recursos Financeiros a serem utilizados apenas no Serviço, Programa, Projeto e Benefícios.

Descrever qual o montante de recursos financeiros que foram utilizados para manutenção deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício.

FONTE	VALOR ANUAL (R\$)
Ex: Fundo Municipal de Assistência Social	6.000,00
Ex: Fundo Nacional de Assistência Social	5.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>11.000,00</b>

## 3.1.10 RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

Descrever quais os recursos humanos envolvidos durante o ano para o desenvolvimento deste Serviço, Programa, Objetivo ou Benefício.

NOME	CARGO/FUNÇÃO	VÍNCULO	HORAS SEMANAIS
Ex: João da Silva	Assistente Social	CLT	10

## 3.1.11 Abrangência Territorial

Descrever qual foi a abrangência territorial deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício, de acordo com a territorialização do SUAS.

( ) Todas as regiões

( ) Outras. Especificar: \_\_\_\_\_

## 3.1.12 Articulação com a Rede Socioassistencial e Intersetorial

Descrever se este serviço realizou ações em conjunto com a rede socioassistencial e intersetorial. Descrever quais e de que forma.

Exemplos.: 1- CRAS – Reuniões mensais com equipes técnicas (6 Reuniões);  
2- CREAS – Estudo de Caso (8 Encontros).

## 3.1.13 Forma de Participação dos Usuários

Descrever como os usuários deste Serviço, Programa, Projeto ou Benefício participaram na elaboração dos critérios, na definição das prioridades, no desenvolvimento do trabalho, e na avaliação da qualidade dos serviços prestados, demonstrando as estratégias que foram utilizadas em todas as etapas da execução das atividades da Entidade/Organização.

Exemplo: 1- Participação no planejamento das atividades (2 reuniões);  
2- Reuniões com famílias e usuários para sugestão de ações da entidade (10 reuniões);  
3- Aplicação de questionário de satisfação com indivíduo/famílias. (2 avaliações)

## 3.1.14 Monitoramento e Avaliação

Descrever como este Serviço, Programa, Projeto ou Benefício foi monitorado e avaliado pela equipe da própria Unidade e por órgão externos. Quais os instrumentos utilizados para o registro das informações, qual a periodicidade da elaboração de relatório quantitativos e qualitativos, quem teve acesso a estes produtos do monitoramento e avaliação interna, se houve monitoramento e avaliação de órgãos externos, quais os indicadores de monitoramento e avaliação.

Exemplo: 1- Visita técnicas do Órgão Gestor; (2 Visitas)  
2- Visita de monitoramento do CMAS; (3 Visitas)  
3- Reunião com equipe técnica para avaliação dos serviços (2 Reuniões)

## 3.1.15 Documentação e Instrumentos de Registro utilizados para o Acompanhamento e Desenvolvimento das ações junto aos usuários.

Assinalar quais os instrumentos que a instituição possui:

- ☐ Ficha de Cadastro dos usuários;  
☐ Ficha de Acompanhamento/evolução;  
☐ Relatórios.  
☐ Lista de Presença/controle de entrega dos benefícios eventuais;  
☐ Plano individual de atendimento personalizado ao usuário;  
☐ Plano de acompanhamento familiar  
☐ Cópia da documentação pessoal dos usuários;  
☐ Ficha de avaliação do serviço;  
☐ Ficha de encaminhamento para a rede de serviços;  
☐ Sistema de informação (informatizado)  
☐ Outros documentos. Descrever quais: \_\_\_\_\_

## Bloco III IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA ENTIDADE/ORGANIZAÇÃO DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da entidade ou organização de assistência social, declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas neste documento são expressão de verdade e possuem Fé Pública.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome Completo Ass. Responsável Técnico pela Descrição Registro em Conselho (Quando houver)	Nome Completo Ass. do Responsável Legal da Entidade ou Organização
--------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

## ANEXO VI

Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de  
São Francisco do Sul/SC  
(Entidade ou Organização de Assistência Social)

INSCRIÇÃO nº \_\_\_\_.

A Entidade ou Organização de Assistência Social \_\_\_\_\_,  
CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ é inscrita  
neste Conselho, sob número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

A entidade ou Organização de Assistência Social executa(rá) o(s) seguinte(s) serviço(s), programa(s), projeto(s) e/ou benefício(s) socioassistenciais:  
(listar todos, constando os endereços respectivos caso a entidade/organização os desenvolvam mais de uma unidade/estabelecimento no mesmo município).

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

## ANEXO VII

Comprovante de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de  
São Francisco do Sul/SC  
(Entidade ou Organização não preponderante de Assistência Social)

INSCRIÇÃO nº \_\_\_\_.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO DE

- ☐ Serviços  
☐ Programas  
☐ Projetos  
☐ Benefícios Socioassistenciais  
☐ Assessoramento e de Defesa de Direitos

O(s) seguinte(s) serviço(s), programa(s), projeto(s) e benefício(s) socioassistencial(is) (listar todos, constando os respectivos endereços de funcionamento), caso esses sejam desenvolvidos em mais de um endereço no município de São Francisco do Sul/SC.

Estes são/serão executado(s) pela entidade/organização de assistência social \_\_\_\_\_

CNPJ \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_ e encontram-se e acordo com as normativas vigente, dentre elas, a Resolução CNAS nº 14/2014.

A presente inscrição é por tempo indeterminado.

São Francisco do Sul, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Aprovado em Plenária em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### ANEXO VIII

Protocolo de Inscrição de Entidades e Organizações de Assistência Social de  
São Francisco do Sul/SC

E	n	t	i	d	a	d	e	:
CNPJ:								

S/N	Documentos Conforme Resolução CMAS 033/2019
	I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo I, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;
	II) Cópia dos atos constitutivos registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei 8.742/93, e o Decreto nº6.308/07;
	III) Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada no cartório competente e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;
	IV) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo IV, observado o disposto no art.8º, inciso IV desta Resolução;
	V) Cópia do comprovante atualizado, em situação ativa, de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ apresentado como atividade econômica principal ou secundária a área socioassistencial;
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
	I) Declaração assinada pelo responsável legal da Entidade e/ou da Organização de Assistência Social quando não constar nos seus atos constitutivos previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento de sua finalidade institucional;
	II) Disposições nos atos constitutivos prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômicos ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituições de fins idênticos ou semelhantes e em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade como OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade como OSCIP's, inscrita CMAS;
	III) Relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de Assistência Social, conforme anexo V;
	IV) Cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de Assistência Social.
	V) Cópia da declaração de Utilidade Pública, quando for o caso
	VI) Cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
	VII) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.



Nome e Assinatura do responsável pela entrega dos documentos	Assessoria CMAS - Responsavel pelo recebimento Carimbo e Assinatura
--------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------

## ANEXO IX

Protocolo de Inscrição de Entidades ou Organizações da Assistência Social de São Francisco do Sul/SC que atuam em mais de um município.

E	n	t	i	d	a	d	e	:
CNPJ			Data de Recebimento:			Protocolo nº.:		
S/N				Documentos Conforme Resolução CMAS 033/2019				
				I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo II, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;				
				II) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo IV;				
				III) comprovante de inscrição no CMAS de sua sede ou de onde desenvolve suas atividades principais;				
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES								
				I) Declaração assinada pelo responsável legal da Entidade e/ou da Organização de Assistência Social quando não constar nos seus atos constitutivos previsão dispondo da aplicação integral de suas rendas, recursos ou eventual resultado operacional, no território nacional e, na manutenção e desenvolvimento de sua finalidade institucional;				
				II) Disposição nos atos constitutivos prevendo que, no caso de dissolução ou extinção, havendo patrimônio líquido, o mesmo seja destinado a outra (s) entidade (s) sem fins lucrativos e/ou econômico ou que, por deliberação de seus associados seja indicada outra (s) instituições de fins idênticos ou semelhantes e em se tratando de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP's, deverá constar dispositivo prevendo a destinação a outra entidade como OSCIP's, inscrita CMAS;				
				III) Relatório de atividades assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de Assistência social, conforme anexo V;				
				IV) Cópia da Carteira de Identidade (RG), do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e, do comprovante de residência dos dirigentes da entidade ou organização de Assistência Social.				
				V) Cópia da declaração de Utilidade Pública, quando for o caso				
				VI) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do prazo de validade, exceto para entidade ou organização de assistência social de assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;				
				VII) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.				

Nome e Assinatura do responsável pela entrega dos documentos	Assessoria CMAS - Responsavel pelo recebimento - Carimbo e Assinatura
--------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------

## ANEXO X

Protocolo de Inscrição dos Serviços/Programas/Projetos e Benefícios (Entidade ou Organização não preponderante na área da Política de Assistência Social)

E	n	t	i	d	a	d	e	:
CNPJ			Data de Recebimento:			Protocolo nº.:		
S/N				Documentos Conforme Resolução CMAS nº 033/2019				
				I) requerimento endereçado ao CMAS, conforme anexo III, preenchido, datado e assinado pelo representante legal da entidade ou organização de assistência social;				
				II) Cópia dos atos constitutivos registrado no cartório competente, comprovando que os objetivos institucionais estão em conformidade com a Lei 8.742/93, e o Decreto nº 6.308/07:				

	III) Cópia da ata de eleição da atual diretoria, registrada no cartório competente e do documento comprobatório da representação legal, quando for o caso;
	IV) plano de ação, assinado pelo representante legal da entidade ou da organização de assistência social, conforme anexo IV;
DOCUMENTOS COMPLEMENTARES	
	I) cópia do Alvará Sanitário e do Alvará de Localização e Permanência, dentro do assessoramento ou de defesa e garantia de direitos;
	II) declaração, pelo responsável legal da entidade ou organização de assistência social, da realização de ações socioassistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, sem qualquer discriminação.
Nome e Assinatura do responsável pela entrega dos documentos	Assessoria CMAS - Responsável pelo recebimento - Carimbo e Assinatura

**RESOLUÇÃO 005 2019**

Publicação Nº 2354343

RESOLUÇÃO Nº 005, 30 de julho de 2019.

Dispõe sobre a Presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA 2019-2020.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 2405, de 04 de abril de 2016.

CONSIDERANDO a realização da reunião extraordinária, realizada no dia 30 de julho do corrente, com registro em ATA nº 005/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, entre seus membros como presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, o Sr. Hermeliano de Oliveira;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Hermeliano de Oliveira  
Presidente do COMSEA

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 006 2019**

Publicação Nº 2354345

RESOLUÇÃO Nº 006, 05 de Novembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional ☐ COMSEA - para o ano de 2020.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.830/16 que alterou a Lei nº 1.756/15 e Decreto Municipal de Regulamentação nº 2.443/16, que alterou o Decreto nº 2.405/16.

CONSIDERANDO a deliberação na reunião ordinária do COMSEA do dia 05 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 05 de novembro de 2019, o Plano de Ação do COMSEA para o exercício 2020, conforme segue abaixo:

Fevereiro	· Elaboração regulamento Concurso de Hortas 2020; · Arrecadação de brindes Concurso de Hortas 2020/ Concurso de Desenhos 2020;
-----------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Março	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação do Concurso de Hortas 2020 e início das inscrições;</li> <li>• Encontro com as equipes do PAIF e coordenadores dos equipamentos socioassistenciais da rede pública municipal para orientações referentes ao trabalho de educação alimentar com as famílias;</li> <li>• Participação em Seminários e demais eventos para os membros do conselho a fim de manter capacitação permanente (esferas M.E.F);</li> <li>• Divulgação e informativos sobre as atividades do COMSEA na mídia local;</li> </ul>
Abril	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Período de inscrição e execução do Concurso de Hortas 2020;</li> <li>• Participação em Seminários e demais eventos para os membros do conselho a fim de manter capacitação permanente (esferas M.E.F);</li> </ul>
Maio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participação em Seminários e demais eventos para os membros do conselho a fim de manter capacitação permanente (esferas M.E.F);</li> </ul>
Junho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Visita as Unidades de Produção de Agricultura Familiar e Projeto Cinturão Verde;</li> <li>• Organização do IV Fórum para composição do COMSEA;</li> </ul>
Julho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e informativos sobre as atividades do COMSEA na mídia local.</li> </ul>
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ação alusiva ao Dia Mundial da Amamentação em parceria com a Secretaria de Saúde;</li> <li>• Concurso de desenho Dia Mundial da Alimentação – Edital e Publicação;</li> <li>• Realização do IV Fórum para composição do COMSEA;</li> </ul>
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Divulgação e informativos sobre as atividades do COMSEA na mídia local;</li> <li>• Planejamento de Ação junto à Rede Feminina de Combate ao Câncer em apoio à campanha "Outubro Rosa"</li> <li>• Comissão Julgadora dia Mundial da Alimentação – 6 brindes Ensino Fund. I e II.</li> </ul>
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incentivar atividade alusiva ao Dia Mundial da Alimentação nos equipamentos socioassistenciais da rede pública municipal;</li> <li>• Ação junto à Rede Feminina de Combate ao Câncer em apoio à campanha "Outubro Rosa"</li> <li>• Planejamento de ação em apoio à campanha "Novembro Azul";</li> <li>• Premiação Concurso de Desenho.</li> </ul>
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração do Plano de Ação 2020 e relatório de atividades;</li> <li>• Divulgação e informativos sobre as atividades do COMSEA na mídia local;</li> <li>• Planejamento do evento de premiação do Concurso de Hortas 2020;</li> <li>• Evento de Premiação do Concurso de Hortas 2020;</li> <li>• Novembro Azul;</li> <li>• Aprovação do Plano de Ação e Calendário de reuniões 2021;</li> </ul>
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Confraternização e encerramento das atividades.</li> </ul>

\*Participação permanente em encontros, oficinas e seminários promovidos pelos órgãos que realizam ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Hermeliano de Oliveira  
Presidente do COMSEA

Decreto 3.169, de 30 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 007 2019

Publicação Nº 2354349

RESOLUÇÃO Nº 007, 05 de Novembro de 2019.

Dispõe sobre o cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA/SFS – Calendário 2020.

O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.830/16 que alterou a Lei nº 1.756/15 e Decreto Municipal de Regulamentação nº 2.443/16, que alterou o Decreto nº 2.405/16;

CONSIDERANDO a deliberação na reunião ordinária do COMSEA do dia 05 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR o cronograma anual para as reuniões ordinárias do COMSEA/SFS para o ano de 2020, conforme descrito abaixo:

Mês	Dia	Hora	Local
Fevereiro	04	09:00h	SMAS
Março	03	09:00h	SMAS
Abril	07	09:00h	SMAS
Mai	05	09:00h	SMAS
Junho	02	09:00h	SMAS
Julho	07	09:00h	SMAS
Agosto	04	09:00h	SMAS
Setembro	03	09:00h	SMAS
Outubro	06	09:00h	SMAS
Novembro	03	09:00h	SMAS

Art. 2º O calendário poderá sofrer alterações de acordo com as necessidades do COMSEA.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Hermeliano de Oliveira

Presidente do COMSEA

Decreto 3.169, de 30 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 009 DE 2019

Publicação Nº 2354304

RESOLUÇÃO Nº 009, de 27 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a Prorrogação e Eleição da Diretoria do Conselho Municipal de Diretos da Mulher - CMDM – 2019/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 581 de 14 de novembro de 2007, e suas alterações, com a deliberação de seus membros:

Considerando a Reunião Ordinária que foi realizada no dia 27 de setembro do corrente, com registro na ATA nº 09/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a prorrogação da diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher 2018/2019 até o dia 22 de outubro de 2019 e eleger entre os seus membros a Diretoria do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher 2019/2020, que assumirá a partir do dia 23 de outubro de 2019, ficando assim constituída:

- a) Presidente: Tainah Kauana Lara Ribeiro
- b) Vice – Presidente: Neusa Borges Correia
- c) Secretária: Taiane Bitencourt de Oliveira

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Neusa Borges Correia

Presidente do CMDM

Resolução CMDM nº 05, de 27 de setembro de 2018

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 010 DE 2019

Publicação Nº 2354309

RESOLUÇÃO Nº 010, de 27 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 07, de 25 de julho do corrente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, e dá outras providências:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, em Reunião Ordinária realizada no dia 27 de setembro do corrente, a Resolução nº 07, de 25 de julho de 2019:

Onde se lê:

“Art. 14 A Diretoria do CMDM/SFS é formada pela sua Presidente, Vice-Presidente e Secretária, eleitas pelos membros do Conselho. (NR)”

Leia-se:

“Art. 14 A Diretoria do CMDM/SFS é formada pela sua Presidente, Vice-Presidente e Secretária, eleitas pelos membros do Conselho para o mandato de 01 (um) ano. (NR)”

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Neusa Borges Correia

Presidente do CMDM

Resolução CMDM nº 05, de 27 de setembro de 2018

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 011 DE 2019

Publicação Nº 2354312

RESOLUÇÃO Nº 011, de 23 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação da criação da Comissão Provisória para a elaboração do Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, gestão 2020 e dá outras providências:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, em Reunião Ordinária realizada no dia 23 de outubro do corrente, a criação da Comissão Provisória para a elaboração do Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, ficando assim constituída:

- a) Alessandra Mattar Defreitas (Rotary Club)
- b) Eliane Patrícia de Oliveira Goulart (Secretaria Municipal de Educação)
- c) Lisandra Cristina da Silva (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)
- d) Neusa Borges Correia (ONG SOS Vida)
- e) Rosilda Buss (Rede Feminina de Combate ao Câncer de SFS)
- f) Tainah Kauana Lara Ribeiro (Secretaria Municipal de Saúde)
- g) Cibele Katjá da Silva Costa (Apoio da Secretaria Executiva)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Tainah Kauana Lara Ribeiro

Presidente do CMDM

Resolução CMDM nº 09, de 27 de setembro de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 012 DE 2019

Publicação Nº 2354314

RESOLUÇÃO Nº 012, de 28 de novembro de 2019.

Dispõe sobre o Plano de Ação para o ano de 2020 do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM de São Francisco do Sul – SC:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária.

**RESOLVE:**

Art. 1º - APROVAR, em reunião ordinária realizada no dia 28 de novembro de 2019, o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para o ano de 2020, ficando assim constituído:

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – 2020			
META	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO	PRAZO
Divulgar as ações do CMDM	Através do espaço do Informativo Municipal na rádio; Redes Sociais, site da Prefeitura Municipal; Jornais de divulgação local; Espaços públicos, e associações de bairros;	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria de Comunicação; Rádios; Jornais locais;	fevereiro a dezembro
Estabelecer Protocolo de Atendimento para mulheres que sofreram violência (física ou psicológica)	Realizar levantamento do número de atendimentos relacionados à violência contra a mulher; Com base nos relatórios convocar uma reunião com os Secretários Municipais das Secretarias de Políticas Sociais Básicas e Delegacia de Polícia para Desenvolver o Protocolo de Atendimentos;	Secretarias Municipais das Políticas Sociais Básicas; Delegacia de Polícia; Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;	fevereiro a dezembro
Fomentar a criação da Delegacia da Mulher no Município;			
Melhorar o atendimento na área da saúde para as mulheres (principalmente as idosas e gestantes)	Realizar campanhas publicitárias em parceria com a saúde; Solicitar a contratação de médicos especialistas: geriatras, obstetras/ ginecologistas e mastologistas;	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal de Saúde	fevereiro a dezembro
Realizar palestras e reuniões itinerantes	Promover encontros e rodas de conversa para debater sobre temas relacionados à mulher como o CMDM, e Políticas Públicas voltadas às mulheres; Promover palestras motivacionais, com a sugestão de tema "autonomia";	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal de Educação e Cultura; Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania; Fundação Cultural; Secretaria Municipal de Esportes;	fevereiro a novembro
Realizar a escolha das mulheres para o Troféu Mulher que Faz	Solicitar às entidades do município a indicação de mulheres que prestaram relevantes serviços à comunidade Escolher dentre as indicadas cinco mulheres que receberão o troféu	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Câmara de Vereadores;	Março
Realizar evento alusivo ao dia da Mulher	Promover palestras e debates sobre o Dia Nacional da Mulher - ação social no território do Ervino	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal Assistência Social;	Abril
Promover o Concurso de Redação	Fazer parcerias com as entidades que participarão do Concurso Mobilizar as mulheres do município a promover suas histórias de vida de acordo com o tema do Concurso	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Secretaria Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Educação;	Abril
Realizar ações para o Dia municipal de combate à violência contra a mulher	Realizar passeata com todos os segmentos envolvidos com a luta pelos direitos da mulher	CMDM e demais entidades e órgão municipais relacionados aos direitos da mulher	07 de Agosto
Realização do Fórum de Eleição da Sociedade Civil para composição do CMDM	Criação da Comissão Provisória; Divulgação através de espaços nos rádios locais; Redes Sociais, site da Prefeitura Municipal; Jornais de divulgação local; Espaços públicos e associações de bairros;	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher; Gerência de Comunicação; Rádios; Jornais locais; Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul; Sociedade Civil;	Outubro

Dia da Consciência Negra	Promover ações alusivas ao dia da consciência negra com todos os segmentos envolvidos com a luta pelos direitos da mulher principalmente de mulheres negras	CMDM e demais entidades e órgão municipais relacionados aos direitos da mulher	Novembro
--------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------	----------

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tainah Kauana Lara Ribeiro

Presidente do CMDM

Resolução CMDM nº 09, de 27 de setembro de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 013

Publicação Nº 2354321

RESOLUÇÃO Nº 013, de 18 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação de liberação de recursos do Fundo Municipal do Idoso para a realização da Semana da Pessoa Idosa:

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 1793 de 25 de fevereiro de 2016:

Considerando, a Resolução CMDI nº 04/2019 que dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação e Aplicação – CMDI/2019, onde consta essa ação;

Considerando, a importância de realização de ações para a Semana da Pessoa Idosa, alusiva ao dia 01 de outubro “Dia da Pessoa Idosa”;

Considerando, a deliberação em reunião ordinária do CMDI, realizada no dia 18 de setembro do corrente, com registro na ATA nº 010/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a liberação de recursos do Fundo Municipal do Idoso para a realização de Ações Alusivas à Semana da Pessoa Idosa, com o valor de até R\$4.000,00 (quatro mil reais), conforme previsto no Plano de Ação e Aplicação - CMDI/2019.

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Edison Souza Sales

Presidente do CMDI

Decreto nº 3.168, de 24 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 013 DE 2019

Publicação Nº 2354315

RESOLUÇÃO Nº 013, de 28 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM para o ano de 2020:

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Francisco do Sul – CMDM de acordo com as suas atribuições legais, e deliberação de seus membros em reunião ordinária:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Cronograma de Reuniões Ordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher para o ano de 2019, ficando assim disposto:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - SÃO FRANCISCO DO SUL		
2019		
27/02	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
26/03	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
24/04	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
28/05	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
25/06	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social



23/07	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
27/08	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
24/09	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
22/10	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social
26/11	09:00h	Secretaria Municipal de Assistência Social

Tainah Kauana Lara Ribeiro

Presidente do CMDM

Resolução CMDM nº 09, de 27 de setembro de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 014

Publicação Nº 2354324

RESOLUÇÃO Nº 014, de 18 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a homologação do Resultado do 3º Concurso de Desenhos do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – SC:

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 1793 de 25 de fevereiro de 2016:

Considerando, a Resolução CMDI nº 13/2019 que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do 3º Concurso de Desenhos do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada em 18 de setembro de 2019, os vencedores do 3º Concurso de Desenhos do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul 2019, ficando assim disposto:

I – 1º Lugar: Samuel Barbosa

II – 2º Lugar: Carlos Daniel Mendes

III – 3º Lugar: Nathan Colaço do Rosário

Art. 2º - A premiação para os vencedores será realizada no dia 30 de setembro do corrente, no Clube Náutico Cruzeiro do Sul, Centro, na abertura da Semana do Idoso, que terá início às 13:30h.

Art. 3º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Edison Souza Sales

Presidente do CMDI

Decreto nº 3.168, de 24 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 015

Publicação Nº 2354326

RESOLUÇÃO Nº 015, de 12 de setembro de 2019.

Dispõe sobre a alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – SC:

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 1793 de 25 de fevereiro de 2016:

Considerando, a desatualização do Regimento Interno datado de 28 de novembro de 2017 (Decreto nº 2741-2017).

Considerando, para que haja consonância com a Lei nº 2194 de 16 de maio de 2019, que dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar em reunião ordinária, realizada em 12 de novembro de 2019, a alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Edison Souza Sales



Presidente do CMDI  
Decreto nº 3.168, de 24 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 016

Publicação Nº 2354335

RESOLUÇÃO Nº 16, de 12 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Cronograma de Reuniões do CMDI para o ano de 2020:

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 522 de 30 de março de 2007, e suas alterações, com a deliberação de seus membros:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 12 de novembro de 2019, o Cronograma de reuniões para o ano de 2020 do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, ficando assim constituído:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS 2020			
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO			
MÊS	DIA	HORÁRIO	LOCAL
FEVEREIRO	11	09h	Secretaria de Assistência Social
MARÇO	10	09h	Secretaria de Assistência Social
ABRIL	14	09h	Secretaria de Assistência Social
MAIO	12	09h	Secretaria de Assistência Social
JUNHO	09	09h	Secretaria de Assistência Social
JULHO	14	09h	Secretaria de Assistência Social
AGOSTO	11	09h	Secretaria de Assistência Social
SETEMBRO	08	09h	Secretaria de Assistência Social
OUTUBRO	13	09h	Secretaria de Assistência Social
NOVEMBRO	10	09h	Secretaria de Assistência Social
DEZEMBRO	08	09h	Secretaria de Assistência Social

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Edison Souza Sales  
Presidente do CMDI  
Resolução nº 08, de 24 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 017

Publicação Nº 2354336

RESOLUÇÃO Nº 17, de 10 de dezembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para o ano de 2020:

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de São Francisco do Sul – CMDI de acordo com as suas atribuições legais, com o disposto na Lei Municipal nº 522 de 30 de março de 2007, e suas alterações, com a deliberação de seus membros:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 10 de dezembro de 2019, o Plano de Ação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso para o ano de 2020, ficando assim constituído:

ORD.	META	AÇÕES	PERÍODO DE EXECUÇÃO	RESPONSÁVEIS E PARCEIROS	RECURSOS FINANCEIROS

01	Acompanhar junto aos órgãos responsáveis se as propostas deliberadas na 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa estão sendo executadas ou em andamento.	1. Monitorar a realização das propostas deliberadas na 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa pelos órgãos responsáveis.	Março a Novembro	- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
02	Visitar as entidades que atuam com a pessoa idosa, com a respectiva inscrição ou não no CMDI.	<p>1. Realizar uma busca ativa no município por entidades que atuam com a pessoa idosa;</p> <p>2. Visitar os Clubes/ Grupos de Idosos para verificar o seu funcionamento e dar as devidas orientações necessárias;</p> <p>3. Baseado no Estatuto do Idoso e nas Resoluções nº 007/2016 e 008/2016 do CMDI orientar as entidades que atuam com o idoso para inscrições de registro no CMDI;</p> <p>4. Realizar "Rodas de conversa temáticas" com Profissionais de Entidades e/ ou idosos que participam de atividades grupais por entidades governamentais e da sociedade civil.</p> <p>5. Sinalizar o desejo e prioridades da população para entidades e profissionais que atuam na área da pessoas idosas.</p>	Março a Novembro	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Secretaria Municipal de Assistência Social.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.

03	Divulgar o Conselho Municipal dos Direitos do Idoso - CMDI	<p>1. Contato com a Gerência de Comunicação Social para auxílio na divulgação do Conselho, suas funções, atribuições e outros documentos deliberados em plenária, relevantes para o conhecimento público;</p> <p>2. Divulgação dos diferentes órgãos de serviços do Sistema de Proteção e Garantia de Direitos (MP/ Projetos/ Associações/ Clubes de Idosos, entre outros);</p> <p>3. Divulgação das atividades do CMDI com as respectivas datas e locais das reuniões, através do site da prefeitura, rádio e demais mídias disponíveis;</p> <p>4. Divulgação de Campanhas Educativas visando a garantia dos direitos do Idoso.</p>		<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Gerência de Comunicação.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
----	------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

04	Captar recursos para o Fundo Municipal do Idoso	<p>1. Articulação com o poder público municipal, iniciativa privada, ONG's, no intuito de executar campanhas para a arrecadação de fundos de pessoas físicas e jurídicas;</p> <p>2. Realização de evento para as campanhas de incentivo à doação, com prestação de contas dos recursos já repassados.</p> <p>3. Distribuição de folders para incentivo à doação;</p> <p>4. Reunião com os contadores para capacitação sobre o FMI;</p> <p>7. Reunião com o prefeito e Secretário de Assistência Social para solicitar a destinação de percentual definido do orçamento público para o FMI;</p> <p>8. Elaborar Edital de Projetos Sociais voltados ao atendimento da Pessoa Idosa, quando já houver recurso no FMI para captação de recursos pelas entidades;</p> <p>9. Criar Comissão para captação de recursos para o FMI;</p> <p>10. Elaboração e entrega recibo oficial aos doadores (Pessoa Física e Pessoa Jurídica) e/ou de documento de agradecimento aos doadores do FMI.</p>	Março a Novembro	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Poder Executivo (Prefeito, Secretário, Contador, entre outros);</p> <p>- ONGs;</p> <p>- Iniciativa Privada.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
----	-------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

05	Realizar estudos, pesquisas e diagnósticos sociais sobre a Pessoa Idosa no município	<p>1. Através do Fundo Municipal do Idoso em parceria com empresas privadas, universidades e Poder Executivo realizar a contratação de empresa para a realização destes instrumentais.</p> <p>2. Construção de uma base estudos/pesquisa que sirva de referência para a criação e implantação de Políticas Públicas voltadas para a população idosa;</p> <p>3. Circulação das informações levantadas e democratização do conhecimento produzido;</p> <p>4. Manter instrumentais de pesquisa permanentemente, a fim de coletar novas informações da pessoa idosa.</p> <p>5. Promover o conhecimento mais aprofundado da realidade social da população idosa em São Francisco do Sul;</p>	Julho a novembro	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Poder Executivo;</p> <p>- Secretaria Municipal de Assistência Social;</p> <p>- Faculdades e Universidades;</p> <p>- Entidades Privadas.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
06	Realizar atividades de Divulgação dos Direitos da Pessoa Idosa	<p>1. Apoiar projetos e campanhas na mídia;</p> <p>2. Promover palestras sobre o Estatuto do Idoso e CMDI nos equipamentos da assistência social;</p> <p>3. Convidar profissionais para realizar “rodas de conversa” com as pessoas idosas sobre diversos temas de interesse dos mesmos.</p> <p>4. Buscar apoio do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina para ação alusiva ao “aniversário” do Estatuto do Idoso.</p>	Julho a novembro	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de SFS;</p> <p>- Secretaria Municipal de Assistência Social.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.

07	Realização da 2ª Semana Municipal de Enfrentamento e Combate a Violência contra a Pessoa Idosa	<p>1- Divulgação da criação da Lei Municipal;</p> <p>2- Contribuir na construção do cronograma da 2ª Semana Municipal de Enfrentamento e Combate a Violência contra a Pessoa Idosa;</p> <p>3- Aprovar recursos destinados à execução da ação alusiva ao dia 15 de Junho – Dia Mundial da Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, com planejamento prévio.</p>	Abril a Junho	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Secretarias Municipais.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
08	Fiscalização de Espaços destinados as Pessoas Idosas	1. Verificar a acessibilidade de locais públicos e acionar os responsáveis para a possível adequação dos mesmos.	Março a Novembro	- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
09	Realizar Concurso nas escolas do município	<p>1. Divulgar o Estatuto do Idoso nas unidades escolares;</p> <p>2- Promover o concurso nas escolas municipais, estaduais e particulares, com o tema voltado a área da pessoa idosa; fomentando o direito a liberdade, ao respeito e a dignidade;</p> <p>2. Fazer visitas nas unidades escolares;</p> <p>3. Realizar a distribuição de material informativo;</p> <p>4. Rodas de conversa sobre o Estatuto do Idoso nas unidades escolares;</p> <p>4. Exposição dos trabalhos na Semana do Idoso.</p>	Agosto a outubro	<p>- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;</p> <p>- Secretaria Municipal de Educação;</p> <p>- Gerência Regional de Educação – GERED;</p> <p>- Unidades de Educação Particulares.</p>	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.

10	Realização da Semana da Pessoa Idosa	1- Contribuir na construção do cronograma da Semana Municipal da Pessoa Idosa; 2- Divulgação da Semana da Pessoa Idosa; 3- Aprovar recursos com planejamento prévio destinados à execução da Semana da Pessoa Idosa, alusiva ao dia 01 de Outubro – Dia da Pessoa Idosa.		- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; - Secretarias e Gerências Municipais.	A definir no Plano de Aplicação do FMI – Exercício 2020.
----	--------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------

Art. 2º - Esta Resolução entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Edison Souza Sales  
Presidente do CMDI  
Resolução nº 08, de 24 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 018 DE 2019 REUNIÕES COMISSÕES PERMANENTES

Publicação Nº 2354234

RESOLUÇÃO nº 018, de 26 de agosto de 2019.

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 002, de 25 de fevereiro de 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação na reunião ordinária do CMAS do dia 26 de agosto de 2019, com registro na Ata nº 008/2019;

CONSIDERANDO: a melhor organicidade para as ações das Comissões Permanentes e do CMAS.

### RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a alteração da Resolução nº 002, de 25 de fevereiro de 2019 que dispõe sobre o cronograma das reuniões das Comissões Permanentes do CMAS, ficando assim instituído:

· Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – CPFOAS: (...);

· Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições – CPNRI: (...);

· Onde se lê: Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – CICSPBF: às quartas segundas-feiras de cada mês, com início às 08:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social;

· Leia-se: Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – CICSPBF: às quartas segundas-feiras de cada bimestre, a partir do mês de setembro, com início às 09:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social;

· Onde se lê: Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS: às quartas segundas-feiras de cada mês, com início às 10:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social;

· Leia-se: Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS: às quartas segundas-feiras de cada bimestre, a partir do mês de outubro, com início às 09:00 horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS  
Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 019 DE 2019 REUNIÕES COMISSÕES PERMANENTES**

Publicação Nº 2354237

RESOLUÇÃO CMAS nº 019, de 26 de agosto de 2019.

Revoga a Resolução CMAS nº 017, de 23 de julho de 2018. e demais alterações e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação na reunião ordinária do CMAS do dia 23 de setembro de 2019, com registro na Ata nº 009/2019;

CONSIDERANDO: a melhor organicidade para as ações das Comissões Permanentes e do CMAS.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a revogação da Resolução nº 017, de 23 de julho de 2018 e demais alterações que dispõe sobre as Comissões Permanentes do CMAS, ficando assim instituídas:

· Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – CPFOAS:

Presidente: Secretaria Municipal de Saúde;

Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (02);

Componente: Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS;

Componente: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;

Componente: Secretaria Municipal de Administração.

· Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS:

Presidente: Secretaria Municipal de Administração;

Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (03 e 04);

Componente: Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia;

Componente: FUCISFS;

Componente: Assoc. Com. Cristã São Paulo Apóstolo - Lar dos Idosos.

· Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições – CPNRI:

Presidente: APAE/SFS;

Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (01);

Componente: Trabalhadores do Setor Não Governamental;

Componente: Comunidade Terapêutica Kairós;

Componente: Usuários da Assistência Social.

· Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – CICSPBF:

Presidente: Trabalhadores do Setor Não Governamental;

Relatora: Secretaria Municipal de Assistência Social (04);

Componente: Usuários da Assistência Social;

Componente: Secretaria Municipal de Saúde;

Componente: Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 020 DE 2019 REUNIÕES COMISSÕES PERMANENTES**

Publicação Nº 2354241

RESOLUÇÃO CMAS nº 020, de 21 de outubro de 2019.

Revoga a Resolução CMAS nº 019, de 26 de agosto de 2019 e demais alterações e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação na reunião ordinária do CMAS do dia 21 de outubro de 2019, com registro na Ata nº 010/2019;

CONSIDERANDO: a melhor organicidade para as ações das Comissões Permanentes e do CMAS.

RESOLVE:



Art. 1º - APROVAR a revogação da Resolução nº 019, de 26 de agosto de 2019 e demais alterações que dispõe sobre as Comissões Permanentes do CMAS, ficando assim instituídas:

· Comissão Permanente de Financiamento e Orçamento da Assistência Social – CPFOAS:  
 Presidente: Secretaria Municipal de Saúde;  
 Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (02);  
 Componente: Assoc. Com. Cristã São Paulo Apóstolo - Lar dos Idosos;  
 Componente: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Sustentável;  
 Componente: Secretaria Municipal de Administração;  
 Convidada: Adriana Cristina P. Assunção (servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social)

· Comissão Permanente de Política de Assistência Social – CPPAS:  
 Presidente: Secretaria Municipal de Administração;  
 Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (03 ou 04);  
 Componente: Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS;  
 Componente: FUCISFS;  
 Componente: Usuários da Assistência Social;  
 Convidada: Jucélia da Rocha (servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social)

· Comissão Permanente de Normas, Regulamentos e Inscrições – CPNRI:  
 Presidente: APAE/SFS;  
 Relator: Secretaria Municipal de Assistência Social (01);  
 Componente: Trabalhadores do Setor Não Governamental;  
 Componente: Comunidade Terapêutica Kairós;  
 Componente: Comunidade Terapêutica Abrigo Divina Misericórdia;  
 Convidada: Jucélia da Rocha (servidora da Secretaria Municipal de Assistência Social)

· Comissão de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – CICSPBF:  
 Presidente: Trabalhadores do Setor Não Governamental;  
 Relatora: Secretaria Municipal de Assistência Social (03 ou 04);  
 Componente: Usuários da Assistência Social;  
 Componente: Secretaria Municipal de Saúde;  
 Componente: Secretaria Municipal de Educação;  
 Convidado: Fábio da Costa (servidor da Secretaria Municipal de Assistência Social).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
 Presidente do CMAS  
 Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 027 DE 2019 CRONOGRAMA DE REUNIÕES

Publicação Nº 2354267

RESOLUÇÃO nº 027, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre o cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o ano de 2020:  
 O Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2019, o cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Municipal de Assistência Social – 2020:

§ 1º O horário de início das reuniões será às 9:00 horas, salvo se por motivo de pauta extensa o presidente realizar convocação anterior;

§ 2º As reuniões serão realizadas sempre nas terceiras segundas-feiras de cada mês, salvo o mês de janeiro onde não será realizada reunião e dezembro, onde a reunião será realizada na segunda-feira da segunda semana do mês;

Art. 2º - O cronograma de reuniões para 2020 fica assim definido:

CRONOGRAMA DE REUNIÕES ORDINÁRIAS CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
MÊS	DIA	HORÁRIO	LOCAL
Fevereiro	17	9h	Secretaria de Assistência Social

Março	16	9h	Secretaria de Assistência Social
Abril	20	9h	Secretaria de Assistência Social
Maio	18	9h	Secretaria de Assistência Social
Junho	15	9h	Secretaria de Assistência Social
Julho	20	9h	Secretaria de Assistência Social
Agosto	17	9h	Secretaria de Assistência Social
Setembro	21	9h	Secretaria de Assistência Social
Outubro	19	9h	Secretaria de Assistência Social
Novembro	16	9h	Secretaria de Assistência Social
Dezembro	14	9h	Secretaria de Assistência Social

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS  
Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 028 DE 2019 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO

Publicação Nº 2354270

RESOLUÇÃO nº 028, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Demonstrativo Sintético de Execução Físico e Financeiro do SUAS do exercício de 2018 do município de São Francisco do Sul/SC:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15 e

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 18 de novembro de 2019, com registro na Ata nº 011/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, o Demonstrativo Sintético de Execução Físico e Financeiro do SUAS do exercício de 2018 do município de São Francisco do Sul/SC.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS  
Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 17 DE 2019 APROVA REPROGRAMAÇÃO DE SALDO**

Publicação Nº 2354231

**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul - SC**

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

1

**RESOLUÇÃO nº 017, de 26 de agosto de 2019.**

*Dispõe sobre a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2018 e dá outras providências:*

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

**CONSIDERANDO:** a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 26 de agosto de 2019, com registro na Ata nº 008/2019;

**CONSIDERANDO:** que a reprogramação de recursos do FEAS/SC – Exercício 2018, aprovada nas Resoluções CMAS nº 07, 09 e 10/2019, não contemplava a reprogramação total desses recursos;

**CONSIDERANDO:** que a reprogramação de recursos do FNAS – Exercício 2018, aprovada na Resolução CMAS nº 07/2019 não contemplava a reprogramação total desses recursos;

**CONSIDERANDO:** que ainda há saldos no FEAS/SC e FNAS a serem reprogramados posteriormente, sendo que estão sendo aprovados conforme as necessidades de seu uso visando a otimização da sua aplicação;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Aprovar a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2018, conforme planilha em anexo apresentada em reunião e aprovada por este colegiado;

**Art. 2º** - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Ludemila Aparecida da Rosa**

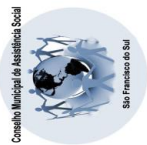
Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Edição DOM nº \_\_\_\_

E-mail: conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br



**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul - SC**

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000  
Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

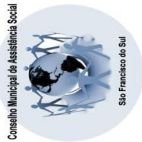
2

Prot. Soc. Esp. Média Complex./Investimento					
SERVIÇO/PROGRAMA	Previsão de recurso a ser repassado no ano /exercício a reprogramar				
	MÊS	Anual	SALDO DE EXERCÍCIO ANTERIORES A REPROGRAMAR	VÍNCULO DO RECURSO	TOTAL DE RECEITAS PARA O EXERCÍCIO
Prot. Soc. Esp. Média Complex./Investimento	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.884,47	36100	R\$ 20.884,47
Total Mês/Ano(Exercício)/a reprogramar de exercícios anteriores)	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 20.884,47		R\$ 20.884,47

**DESPESAS PARA O EXERCÍCIO (2019) A EXECUTAR COM SALDO DE REPROGRAMAÇÃO, PREVISTO EM INVESTIMENTO (AQUIS. EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE)**

CREDOR/OBJETO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	P.P./COMPRA DIRETA	ORIGEM RECURSO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	Valor Final Proposta Pregão	Deliberação pelo CMAS
TV Smart 40" LED (CREAS) 1UN.	01 UNIDADE	EM PROCESSO LICITATORIO	36.100	449052	R\$ 1.885,67	R\$ 1.667,00	Aprovado Anteriormente
Suporte para TV 32 a 63" Movimento articulado	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.42	R\$ 68,08	R\$ 107,95	Aprovado Anteriormente
Aparelho Celular Smartphone (CREAS) 1 UM.	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.06	R\$ 622,11	R\$ 603,44	Aprovado Anteriormente
Data show com tela completo (CREAS) 1UN.	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.33	R\$ 4.529,57	R\$ 2.809,00	Aprovado Anteriormente
Notebook (CREAS) 1 UN.	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.35	R\$ 2.882,33	R\$ 2.824,00	Aprovado Anteriormente
Computadores Desktop com estabilizador (CREAS)	02 UNIDADES	Em processo licitatório	36.100	449052.35	R\$ 6.460,94	R\$ 6.356,00	Aprovado Anteriormente
LIVROS INFANTIS (CREAS) 03 UN.	3 UNIDADES	Em processo licitatório	36.100	449052.18	R\$ 111,00	R\$ 1.137,60	Aprovado Anteriormente

E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)



Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul - SC  
Lei nº 1758/2015  
Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000  
Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

3

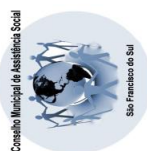
Balcão de recepção em "L" sob medida dimensões 3,55x2,00x1,10x60cm (LxAlxP) na cor Cinza em MDF 25mm com altura de 1,10cm com tampo 60cm de profundidade e sobre tampo de 30cm com gaveteiro volante de 3 gavetas sendo uma delas para pasta suspensa, suporte para CPU/ Estabilizador	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.42	R\$ 1.701,03	R\$ 479,00	Aprovado Anteriormente
Guarda roupas 6 portas na cor Branco com divisórias chapa reforçada 100% MDF	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.42	R\$ 1.442,02	R\$ 1.047,60	Aprovado Anteriormente
Cadeira longarina executiva estofada na cor preta para 3 lugares	01 UNIDADE	Em processo licitatório	36.100	449052.42	R\$ 458,20	R\$ 332,71	Aprovado Anteriormente
Mesa em L	02 UNIDADES	A LICITAR	36.101	449052.42	R\$ 0,00	R\$ 2.100,00	Aprovado
ARMÁRIO PARA MICRRONDAS	01 UNIDADE	A LICITAR	36.100	449052.42	R\$ 0,00	R\$ 380,00	Aprovado
MESA PARA REUNIÃO	UNIDADES	A LICITAR	36.100	449052.42	R\$ 0,00	R\$ 1.060,00	Aprovado
TOTAL					R\$ 20.160,95	R\$ 20.904,30	
Saldo a Utilizar					36.100	-R\$ 19,83	

Prot. Soc. Básica/Custeio					
SERVIÇO/PROGRAMA	Previsão de recurso a ser repassado no ano /exercício a reprogramar				
	MÊS	Anual	SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A REPROGRAMAR	VÍNCULO DO RECURSO	TOTAL DE RECEITAS PARA O EXERCÍCIO
	R\$	R\$	R\$		
Proteção Social Básica/Custeio	0,00	0,00	R\$ 762,48	16100	R\$ 762,48
Total Mês/(Ano(Exercício)/a reprogramar de exercícios anteriores)	0,00	0,00	R\$ 77.537,14	36.100	R\$ 77.537,14
					R\$ 78.299,62

E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)

**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul - SC**

Lei nº 1758/2015  
Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000  
Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690



4

DESPESAS PARA O EXERCÍCIO (2019) A EXECUTAR COM SALDO DE REPROGRAMAÇÃO, PREVISTO EM CONSUMO (Mat. de Consumo e Serv. de Terc. Pes. Fís. e Jurídica) - <b>Vínculo: 36.100</b>						VALOR FINAL PROPOSTA
CREDOR/OBJETO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	P.P./COMPRA DIRETA	ORIGEM RECURSO	Elemento de Despesa	VALOR CFE REFERÊNCIA DE PREÇO DE MERCADO - US ORÇAMENTOS	
Equip. segurança contra incêndio e pânico	locação	dispensa licitação	36.100	339036.	R\$ 2.756,50	R\$ 2.756,50 <b>Aprovado em 22/04/19</b>
Manutenção e limpeza piscina CRAS	serviço	DISPENSÁVEL	36.100	339039.20	R\$ 2.430,00	R\$ 2.430,00 <b>Aprovado em 22/04/19</b>
<b>Vídeos p/ troca nas janelas dos CRAS</b>					<b>R\$ 911,00</b>	<b>R\$ 911,00</b> <b>Aprovado em 22/04/19</b>
Equip. segurança contra incêndio e pânico	MAT. CONSUMO	COMPRA DIRETA	36.100	339036.	R\$ 0,00	R\$ 0,00 <b>Aprovado em 20/05/19</b>
Manutenção e limpeza piscina CRAS	serviço	COMPRA DIRETA	36.100	339039.20	R\$ 0,00	R\$ 0,00 <b>Aprovado em 20/05/19</b>
Material de artesanato PSB/SCFV	MAT. CONSUMO	DISPENSÁVEL	36.100	339030	R\$ 15.362,97	R\$ 15.362,97 <b>Aprovado em 17/06/19</b>
LOCAÇÃO CRAS SANDRA REGINA	locação	DISP. LICIT.	36.100	339030	R\$ 33.658,66	R\$ 33.658,66 <b>Aprovado em 17/06/19</b>
Material de ESPORTIVO, JOGOS, ETC PSB/SCFV	MAT. CONSUMO	DISPENSÁVEL	36.100	339030	R\$ 16.500,00	R\$ 14.817,70 <b>Aprovado em 17/06/19</b>
PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ROÇADEIRA		COMPRA DIRETA	36.100	339030		R\$ 1.416,00 <b>APROVADO EM 26.08.19</b>
<b>TOTAL</b>						R\$ 71.619,13
<b>Saldo a Utilizar</b>						<b>R\$ 5.918,01</b> <b>R\$ 6.946,79</b>

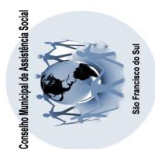
E-mail: [conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscodosul.sc.gov.br)

**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul - SC**

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690



5

CADASTRAMENTO ÚNICO/IGD BF						
Itens a serem apresentados para aprovação em reunião ordinária do CMAS de 26 de agosto de 2018						
Cadeira com rodinhas e com braços	05 unidades	a licitar	33.502	449052	R\$ 1.550,00	APROVADO EM 26.08.19
Mesa em L	05 unidades	a licitar	33.502	449052	R\$ 5.750,00	APROVADO EM 26.08.20
Arquivo em aço com gavetas	10 unidades	a licitar	33.502	449052	R\$ 5.500,00	APROVADO EM 26.08.21
Cadeira de aproximação	10 unidades	a licitar	13.502	449052	R\$ 1.900,00	APROVADO EM 26.08.22
Armário escritório duas portas	05 unidades	a licitar	13.502	449052	R\$ 4.075,00	APROVADO EM 26.08.23
TOTAL					R\$ 18.775,00	

A aquisição destes móveis é destinada as salas instaladas nos CRAS e no CREAS onde é realizado o cadastramento e acompanhamento de usuários no Cadastramento Único de Programas Sociais, com recursos do IGD/BF.

E-mail: [conselhos@saofranciscosul.sc.gov.br](mailto:conselhos@saofranciscosul.sc.gov.br)

**RESOLUÇÃO 21 DE 2019 APROVA REPROGRAMAÇÃO DE SALDO**

Publicação Nº 2354244

RESOLUÇÃO CMAS nº 021, de 21 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2018 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 21 de outubro de 2019, com registro na Ata nº 010/2019;

CONSIDERANDO: que a reprogramação de recursos do FEAS/SC – Exercício 2018, aprovada nas Resoluções CMAS nº 07, 09, 10 e 17/2019, não contemplava a reprogramação total desses recursos;

CONSIDERANDO: que a reprogramação de recursos do FNAS – Exercício 2018, aprovada na Resolução CMAS nº 07 e 17/2019 não contemplava a reprogramação total desses recursos;

CONSIDERANDO: que ainda há saldos no FEAS/SC e FNAS a serem reprogramados posteriormente, sendo que estão sendo aprovados conforme as necessidades de seu uso visando a otimização da sua aplicação;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Reprogramação Parcial de Recursos do FEAS/SC e FNAS – Exercício 2018, conforme planilha em anexo apresentada em reunião e aprovada por este colegiado;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL DE BÁSICA EXECUTADOS NOS CRAS, COM RECURSOS DE REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO COFINANCIMENTO DESTES SERVIÇOS PELOS FUNDOS ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. APROVADOS EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS DE 21/10/2019						
Condicionador de Ar (CRAS ROCIO GRANDE) 12.000 Btus	01 unidade (Sala Terap. Ocup.)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 1.850,00	Aprovado 21/10/2019
Condicionador de Ar (CRAS SANDRA REGINA) 12.000 Btus	01 unidade (Sala da Coordenação)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 1.850,00	Aprovado 21/10/2019
Condicionador de Ar (CRAS SANDRA REGINA) 24.000 Btus	01 unidade (Sala de dança)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 1.850,00	Aprovado 21/10/2019
Condicionador de Ar (CRAS SANDRA REGINA) 12.000 Btus	01 unidade (Sala da Coordenação)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 4.200,00	Aprovado 21/10/2019
Impressoras tanque de tinta (Ecotank)	01 unidade (CIS ERVINO)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 2.565,00	Aprovado 21/10/2019
Impressoras tanque de tinta (Ecotank)	2 unidade (CIS VILA DA GLÓRIA)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 2.565,00	Aprovado 21/10/2019
Impressoras tanque de tinta (Ecotank)	2 unidade (CRAS MAJORCA)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 2.565,00	Aprovado 21/10/2019
Impressoras tanque de tinta (Ecotank)	2 unidade (CIS VILA DA GLÓRIA)	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 2.565,00	Aprovado 21/10/2019
Móveis e equipamentos eletroeletrônicos, tenda piramidal.	CRAS E CIS	Em processo licitatório	36.100	449052	R\$ 13.289,31	Aprovado 21/10/2019
					R\$ 33.299,31	



AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA E ADAPTAÇÃO DE SALA NO CRAS DO ROCIO GRANDE COM OBJETIVO DE INSTALAÇÃO DE UM ARQUIVO MORTO CENTRAL PARA TODOS OS CRAS DO MUNICIPIO COM RECURSOS DE REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO COFINANCIAMENTO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA PELO FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL APROVADOS EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS DE 21/10/2019						
Reforma de Sala no CRAS Roc.Grande para criação de um arquivo morto geral	Sala CRAS Rocio Grande	Processo licitatório	36.100	339030	R\$ 5.924,00	Aprovado 21/10/2019
AQUISIÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS PARA O CREAS ONDE SÃO OFERTADOS OS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, COM RECURSOS DE REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO COFINANCIAMENTO DESTES SERVIÇOS PELOS FUNDOS ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA. APROVADOS EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS DE 21/10/2019						
Confecção de Placa em Tamanho outdoor	CREAS	Dispensa	36.100	339030	R\$ 6.000,00	Aprovado 21/10/2019
Placas Indicativas	CREAS	Dispensa	36.100	339.030	R\$ 1.800,00	Aprovado 21/10/2019
					R\$ 7.800,00	
DESPESAS COM A GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DESTINADA AO CMAS, COM RECURSOS DE REPROGRAMAÇÃO DE SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DO COFINANCIAMENTO IGD/SUAS ORIUNDO DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA. APROVADOS EM REUNIÃO ORDINÁRIA DO CMAS DE 21/10/2019						
CREDOR/OBJETO	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	P.P./COMPRA DIRETA	ORIGEM RECURSO	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR	Deliberação pelo CMAS
Reparo Portão eletrônico DA SEDE SMAS	SMAS	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 2.445,00	Aprovado 21/10/2019
Despesas c/ diárias P/ delegados Conf. Estad.	CMAS	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 1.800,00	Aprovado 21/10/2019
Despesas c/ diárias P/ motorista Conf. Estad.	CMAS	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 120,00	Aprovado 21/10/2019
Central Telefônica	LOCAÇÃO	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 560,00	Aprovado 21/10/2019
Aluguel contêiner (mat. hig., limpeza, Artesanato) p/ os serviços	LOCAÇÃO	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 700,00	Aprovado 21/10/2019
Despesas c/ eventuais diárias	DIÁRIAS	Compra Direta	33.503	339030	R\$ 840,00	Aprovado 21/10/2019
					R\$ 6.465,00	

**RESOLUÇÃO 22 DE 2019 COMISSAO AUDIENCIA**

Publicação Nº 2354247

RESOLUÇÃO CMAS nº 022, de 21 de outubro de 2019.

Revogar a Resolução nº 05/2019 e aprovar a criação da Comissão Provisória para Organização da Audiência Pública com as Entidades e dá outras providências:

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, em reunião ordinária, realizada dia 18 de março de 2019, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 1.758 de 30 de setembro de 2015, que institui o CMAS de São Francisco do Sul e;

Considerando: o Art. 16 da Resolução CMAS nº 01/2015;

Considerando: o Art. 7º - XIII do Regimento Interno - Decreto nº 1029/2010;

Considerando: a deliberação da reunião do dia 21 de outubro de 2019, com registro em Ata CMAS de nº 010/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Criar a Comissão Provisória para Organização da Audiência Pública com as Entidades com os seguintes representantes:

- a) Adriani Montana Sandoval (Secretaria Municipal de Administração);
- b) Alexandre Deucher (Usuário da assistência social);
- c) Eulália de Oliveira/José Wilson Della Giustina (Associação de Aposentados e Pensionistas de SFS);
- d) Geraldo Luciano Nascimento (Assoc. Com. Cristã São Paulo Apóstolo - Lar dos Idosos);
- e) Ludemila Aparecida da Rosa (Secretaria Municipal de Assistência Social);
- f) Paulo Cesar Pereira (APAE/SFS);
- g) Taiane Bittencourt de O. Furtado (Secretaria Municipal de Assistência Social).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS  
Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 23 DE 2019 CONFERENCIA ESTADUAL**

Publicação Nº 2354250

RESOLUÇÃO CMAS nº 023, de 21 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas para os delegados eleitos na 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul participarem da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 21 de outubro de 2019, com registro na Ata nº 010/2019;

CONSIDERANDO: o incentivo à participação social no SUAS e o esclarecimento da Comissão Organizadora da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social (Informes 04 e 05);

CONSIDERANDO: que na reunião da CIB no dia 25/09, a Gestão Estadual esclareceu aos gestores municipais, de que não há disponibilidade financeira;

CONSIDERANDO: que não foi previsto esse custo pela gestão estadual do governo anterior e nem pelo Conselho Estadual de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o pagamento de despesas para os delegados eleitos na 10ª Conferência Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul participarem da 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, com recursos do IGD SUAS;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS  
Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 24 DE 2019 CENSO**

Publicação Nº 2354254

RESOLUÇÃO CMAS nº 024, de 21 de outubro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas) – Censo SUAS 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 21 de outubro de 2019, com registro na Ata nº 010/2019;

CONSIDERANDO: o Decreto nº 7.334/2010, o qual institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS, e dá outras providências;

CONSIDERANDO: que o Censo SUAS tem a finalidade de coletar informações sobre os padrões dos serviços, programas e projetos de assistência social realizados no âmbito das unidades públicas de assistência social e das entidades e organizações constantes do cadastro da assistência social, bem como sobre a atuação dos Conselhos de Assistência Social;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o Censo do Sistema Único da Assistência Social (Suas) – Censo SUAS - 2019, conforme o questionário preenchido pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de São Francisco do Sul/SC;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## **RESOLUÇÃO 25 DE 2019 CONFERENCIA NACIONAL**

Publicação Nº 2354259

RESOLUÇÃO CMAS nº 025, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a aprovação do pagamento de despesas para o delegado eleito na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social a participar da Conferência Nacional de Assistência Social e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião ordinária do CMAS, do dia 18 de novembro de 2019, com registro na Ata nº 011/2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar o pagamento de despesas para o delegado titular eleito na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, representante dos usuários, Sr. Alexandre Deucher, para participar da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com recursos do IGD SUAS;

Art. 2º - Aprovar o pagamento de despesas para a delegada suplente eleita na 12ª Conferência Estadual de Assistência Social, representante dos trabalhadores do SUAS, Sra. Aline de Cássia, para participar da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, com recursos do IGD SUAS, caso haja impedimento da participação do representante titular deste segmento;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

## **RESOLUÇÃO 26 DE 2019 PLANO DE AÇÃO**

Publicação Nº 2354263

RESOLUÇÃO CMAS nº 026, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre o Plano de Ação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS para o ano de 2020:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.758/15,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Aprovar, em reunião ordinária realizada no dia 18 de novembro de 2019, o “Plano de Ação do Conselho Municipal de Assistência Social – 2020”;

PLANO DE AÇÃO 2020

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Abril de 2020 a Março de 2021	· Análise das contas referente ao Exercício 2020 (FMAS, FEAS e FNAS);
Fevereiro a Dezembro	· Acompanhamento das despesas da SMAS e do respectivo FMAS;
Março a Dezembro	· Reuniões Ordinárias do conselho e extraordinárias quando convocadas;
Abril a Dezembro	· Visitas para fiscalização nas entidades inscritas no CMAS e equipamentos da assistência social.
Março a Dezembro	· Acompanhamento das ações da FECAM no que envolve a política da assistência social;
Março a Dezembro	· Divulgação do CMAS em parceria com a Gerência de Comunicação Social;
Março a Dezembro	· Acompanhamento da consolidação do Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS – capacitação continuada do SUAS; · Participação de capacitações ofertadas a este conselho, como também fomentar campanhas educativas/informativas do SUAS;
Março a Dezembro	· Análise e Deliberação da Prestação de contas do co-financiamento federal representada pelo demonstrativo sintético anual da execução físico-financeira do SUAS;
Março a Dezembro	· Acompanhar o cumprimento das propostas da 10ª Conferência Municipal de Assistência Social, contribuindo quando necessário para o alcance de seus objetivos;
Março a Dezembro	· Acompanhar a alteração da Lei 1.758, de 30 de setembro de 2015, que dispõe sobre o sistema municipal de assistência social;
Fevereiro	· Capacitar e orientar as entidades com relação aos instrumentais utilizados para a execução dos serviços prestados; · Criação da Comissão Provisória para a organização e Realização do Fórum Permanente de Usuários;
Março	· Apreciação do relatório de Gestão da Assistência Social; · Elaboração de Cronograma de visitas de fiscalização aos equipamentos socioassistenciais e entidades que compõe a rede; · Criação da Comissão Provisória para Organização da Audiência Pública; · Fomentar a criação de casas de passagens para pessoas em situação de rua e mulheres vítimas de violência (proposta de Conferência 2019); · Fomentar a Criação de Cartão Alimentação em substituição à cesta básica (proposta de Conferência – ofício SMAS); · Elaboração de Protocolo de Atendimento dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas (ofício para SMAS para Equipe de Vigilância Socioassistencial para elaboração – proposta de Conferência); · Atualização da Lei Municipal nº 1758/2015 (ofício para SMAS com solicitação para a Equipe de Vigilância Socioassistencial para elaboração do PL conjuntamente com a Comissão Permanente de Política de Assistência Social – proposta de Conferência) · Acompanhar o Plano de Cargos e Salários para todos os trabalhadores do SUAS – proposta de Conferência – ofício para prefeito); · Fomentar com os demais conselhos e com a administração pública para criação de uma “casa dos conselhos”;
Abril	· Aprovação das contas referente ao Exercício 2019; · Apreciação do Plano de Ação 2020 da Secretaria de Assistência Social – SMAS; · Análise das contas do 1º trimestre de 2020; · Emitir Parecer de Aprovação sobre as contas anuais do exercício anterior; · Roda de conversa com todos os conselhos instituídos no município referente ao cronograma das ações anuais; · Prazo de recebimento do Plano de Ação e Relatório de Atividades das entidades, inscritas do CMAS; · Criação da Comissão provisória para a organização do Fórum de Eleição da sociedade civil para composição do CMAS;

Maio	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Análise do Demonstrativo dos serviços socioassistenciais prestados pela entidade de 2019 e Plano de Ação 2020 para manutenção de registros;</li> <li>· Apreciação e Deliberação do Relatório Anual de Gestão da Assistência Social 2019;</li> <li>· Lançamento do Edital do Fórum de Eleição da sociedade civil para composição do CMAS;</li> </ul>
Junho	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Realização do Fórum de Eleição da sociedade civil para composição do CMAS;</li> </ul>
Julho	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Análise das contas do 2º trimestre de 2020;</li> <li>· Ação de socialização de informações para as comunidades rurais, étnicas e povos tradicionais;</li> </ul>
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ação alusiva ao Dia Nacional de Luta da população em situação de rua; (Roda de Conversa com CREAS e entidades que fazem esse serviço – Convidados: CRAS/CIS/CREAS/Entidades/Usuários/Comerciantes e outros, data e local, a definir);</li> </ul>
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Organização da audiência pública;</li> <li>· Análise das contas do 3º trimestre de 2020;</li> </ul>
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Apreciação e preenchimento do CENSO 2020;</li> <li>· Elaboração do Plano de Ação 2021 – CMAS;</li> <li>· Audiência pública com a apresentação dos serviços socioassistenciais (governamental e sociedade civil), apresentando seus demonstrativos 2019;</li> </ul>
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Verificar o cumprimento das metas físicas e financeiras constantes do plano de ação da SMAS - 2020;</li> <li>· Apresentação do relatório de atividades do CMAS - 2020;</li> <li>· Ação alusiva ao Dia Nacional da Assistência Social – 07 de dezembro;</li> </ul>

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## RESOLUÇÃO 29 DE 2019 CONFERENCIA NACIONAL

Publicação Nº 2354275

RESOLUÇÃO CMAS nº 029, de 20 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a alteração da Resolução nº 25, de 18 de novembro de 2019 e dá outras providências:

O Conselho Municipal da Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e Lei Municipal nº 1758/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO: A Declaração de Desistência recebida por este conselho no dia 20 de novembro de 2019, da titular no segmento dos trabalhadores do SUAS na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social;

CONSIDERANDO: o ofício nº 101 recebido por este conselho, de 20 de novembro de 2019, da Secretaria Municipal de Assistência Social informando que não há recurso para o custeio de despesas para 02 (dois) delegados para a participação da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social, considerando o período de saída e retorno ser de 07 (sete) dias, pois o transporte será fornecido pelo Estado e que o recurso utilizado será do IGD SUAS, tendo como saldo total R\$7.900,00.

CONSIDERANDO: a priorização da representatividade do segmento dos Usuários e sendo ele o representante titular;

CONSIDERANDO: a deliberação em reunião extraordinária do CMAS, do dia 20 de novembro de 2019, com registro na Ata nº 012/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a exclusão do Art. 2º da Resolução nº 025, de 18 de novembro de 2019, sendo que não há recursos para o pagamento da ida de 02 (dois) delegados e ambos não entraram em um consenso de quem participaria da 12ª Conferência Nacional de Assistência Social;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa

Presidente do CMAS

Decreto Municipal nº 3152, de 18 de julho de 2019.

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 30 DE 2019 INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NO CMS - ASSESSORAMENTO E DEFESA DE DIREITOS**

Publicação Nº 2354282

**Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS  
São Francisco do Sul – SC**

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

**RESOLUÇÃO CMAS nº 030, de 18 de novembro de 2019.**

*Dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere às ofertas de Assessoramento e de Defesa e Garantia de Direitos.*

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 817/09 e conforme deliberação em reunião extraordinária do dia 18 de novembro de 2019;

**Considerando**, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;

**Considerando**, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 17 de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 27 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 que aprova a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetro nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programa, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

**Considerando**, a Resolução CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de nível médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS;

**Resolve:**

**Art. 1º** Regulamentar as ofertas de assessoramento e de defesa e garantia de direitos em âmbito municipal.





## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

**Art. 2º** As duas ofertas aqui regulamentadas poderão ser executadas em conjunto ou separadamente, de acordo com o que segue:

**1º Assessoramento** – aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.

I – São atividades de Assessoramento, seus objetivos, público-alvo, ações e duração:

ATIVIDADE	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO	AÇÕES E DURAÇÃO
1. Assessoramento político, técnico, administrativo e financeiro.	<p>a) Fortalecer a participação, autonomia e protagonismo de movimentos sociais, organizações e grupos populares e de usuários;</p> <p>b) Identificar as potencialidades, mobilizar e organizar grupos e lideranças locais, por meio de sua articulação com a política de assistência social e demais políticas públicas;</p> <p>c) Subsidiar a intervenção nas instâncias e espaços de participação democrática;</p> <p>d) Fortalecer e qualificar as entidades e organizações quanto ao seu planejamento, captação de recursos, gestão, monitoramento, avaliação, oferta e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e para sua atuação na defesa e garantia de direitos.</p>	Prioritariamente famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais, bem como entidades com atuação preponderante ou não na área de assistência social.	<p>a) Realizar atividades para o aprimoramento da gestão da rede socioassistencial pública e privada, quanto a planejamento, captação de recursos, e demais temas voltados à assistência social, por meio de palestras, ou rodas de conversa, ou minicursos de capacitação e formação. (no mínimo 1 (uma) atividade/mês);</p> <p>b) Promover atividade de mobilização e fortalecimento da participação de grupos, organizações de usuários e movimentos sociais nas instâncias de controle social, por meio de material de divulgação, roda de conversa, seminário. (no mínimo 2 (duas) ações ao ano);</p> <p>c) Promover ações comunitárias em articulação com a rede socioassistencial e demais lideranças do território com o objetivo de fortalecer a</p>





## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

			participação e protagonismo de movimentos sociais e usuários. (no mínimo 2 (duas) atividades por ano).
2. Sistematização e disseminação de projetos inovadores de inclusão cidadã, que possam apresentar soluções alternativas para enfrentamento da pobreza, a serem incorporadas nas políticas públicas.	a) Fomentar e apoiar projetos de inclusão cidadã, com base nas vulnerabilidades e riscos identificados no diagnóstico socioterritorial, que visem o enfrentamento da pobreza e o desenvolvimento social e econômico.	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.	<p>a) Realização de capacitação técnica, conceitual e de gestão que promovam e fortaleçam empreendimentos econômicos solidários (no mínimo 1 (uma) atividade bimestral);</p> <p>b) Mapear os territórios verificando as potencialidades para disseminação de projetos de inclusão cidadã e divulgar o mapeamento junto às entidades de assistência social e/ou movimentos sociais e lideranças comunitárias (anualmente, definindo a data de atualização no cronograma de atividades).</p>
3. Estimulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda.	<p>a) Favorecer a inserção no mundo do trabalho, por meio da identificação de potencialidades do território, desde o planejamento, estruturação, monitoramento e avaliação das ações de inclusão produtiva em âmbito local e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e renda;</p> <p>b) Potencializar o desenvolvimento do empreendedorismo e</p>	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.	<p>a) Articulação com setores da Gestão Pública no que envolve a Geração de Emprego e Renda para organização de ações de incentivo e preparação ao mundo do trabalho em territórios vulneráveis (no mínimo três reuniões/ano em conjunto com a Gestão Pública no que envolve a Geração de Emprego e Renda);</p> <p>b) Oficinas de preparação ao mundo do trabalho em</p>



## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

	da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária.		territórios de vulnerabilidade social (no mínimo 4 ao ano);  c) Oficinas de sensibilização que possibilitem o reconhecimento do trabalho e da formação profissional como direito de cidadania (no mínimo 4 (quatro) ao ano);  d) Palestras que fomentem o protagonismo social e/ou sensibilizem sobre a economia solidária (no mínimo de 4 (quatro) ao ano).
4. Produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e da política de assistência social, bem como dos gestores públicos, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na assistência social subsidiando-os na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.	a) Ampliar o conhecimento público sobre a política de assistência social;  b) Incorporar o conhecimento produzido pela sociedade sobre a defesa dos direitos de cidadania, na perspectiva da intersectorialidade, como referência na formulação, implementação e avaliação da política de assistência social;  c) Subsidiar a formulação, implementação e avaliação da política de assistência social.	Prioritariamente famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários, movimentos sociais, bem como gestores, trabalhadores e entidades com atuação preponderante ou não na Assistência Social.	a) Diagnóstico/ levantamento sobre quais temas interessam as entidades, os trabalhadores e usuários do SUAS. (Anualmente apresentar diagnóstico);  b) Ciclo de palestras ou oficinas com temas voltados à área da assistência social (mínimo de 4 (quatro) por ano/construção de um cronograma de atividades);  c) Articulação com os órgãos do sistema de direitos, conselhos municipais, universidades e demais instituições de ensino e pesquisa, para organização de ações de promoção dos direitos sociais (mínimo de 4 reuniões



## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

			e 2 atividades em conjunto/construção de um cronograma de atividades);  d) Elaboração de material informativo que amplie conhecimento da sociedade sobre os seus direitos de cidadania e sobre a política de assistência social. (mínimo de dois materiais por ano).
5. Formação político cidadã de grupos populares, nela incluindo capacitação de conselheiros/as e liderança populares.	a) Promover acesso a conhecimento, meios, recursos e metodologias direcionadas ao aumento da participação social e ao fortalecimento do protagonismo dos usuários na reivindicação dos direitos de cidadania.	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários, movimentos sociais e conselheiros.	a) Seminário sobre direitos sociais (no mínimo uma vez ao ano);  b) Formação para conselheiros de direitos e de políticas públicas (no mínimo uma vez por ano);  c) Palestras com o público das ofertas socioassistenciais públicas e privadas “in loco” (no mínimo quatro por ano);  d) Preparação pré conferências ( no mínimo 2 encontros ao ano).

**2º Defesa e Garantia de Direitos** - aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS.

I – São atividades de Defesa e Garantia de Direitos, seus objetivos, público-alvo e resultados e/ou impactos esperados:

ATIVIDADE	OBJETIVOS	PÚBLICO ALVO	AÇÕES E DURAÇÃO
1. Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através	a) Fortalecer o protagonismo dos usuários na defesa dos	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos	a) Realização de manifestos em defesa dos direitos dos



## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgão públicos e privados de defesa de direitos.	seus direitos de cidadania; b) Acessar/promover os direitos de cidadania já estabelecidos.	pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.	usuários do SUAS (no mínimo 1 (um) ao ano); b) Realização de abaixo-assinados em defesa dos direitos dos usuários do SUAS (no mínimo 1 (um) ao ano); c) Audiências Públicas (no mínimo uma ao ano); d) Campanhas com distribuição de material gráfico orientativo em conjunto com os Conselhos de Direitos e Conselhos de Controle Social (no mínimo uma ao ano).
2. Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente.	a) Buscar o reconhecimento de novos direitos de cidadania e acesso à proteção social.	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.	a) Ciclo de Oficinas para discussão e construção de novos direitos com construção de material gráfico orientativo (uma oficina a cada bimestre); b) Criação e/ou apoio a Fóruns Permanentes de debates sobre direitos (no mínimo 2 (duas) ações por ano);
3. Desenvolvimento de ações de monitoramento e controle popular sobre o alcance de direitos socioassistenciais e a existência de suas violações, tornando públicas as diferentes formas em que se expressam e requerendo do poder público serviços, programas e projetos de assistência social.	a) Ampliar o acesso da população em geral às informações sobre a implementação da política de assistência social; b) Qualificar as intervenções de participação democrática; c) Aferir se a política de assistência está em consonância com as demandas da sociedade.	Famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, grupos e organizações de usuários e movimentos sociais.	Observatório Social permanente (relatórios mensais disponibilizados à comunidade em site).



## Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS São Francisco do Sul – SC

Lei nº 1758/2015

Rua: Coronel Oliveira, 274, Centro – CEP: 89.240-000

Fone: (047) 3444-5577 / 3444-5690

**Art. 3º** – As ações e a duração apresentadas nos quadros acima deverão ser executadas simultaneamente na íntegra de acordo com as atividades de assessoramento e/ou de defesa e garantia de direitos, inscritas no CMAS.

**Art. 4º – Recursos essenciais e ambiente físico:** ambientes utilizados deverão respeitar as legislações pertinentes à acessibilidade, sendo indispensáveis na sede da oferta: local para recepção com identificação visual que indique a existência da oferta socioassistencial; sala para atendimento individual e coletivo; banheiros.

**Art. 5º – Recursos Humanos:** Um trabalhador do SUAS de nível superior e um de nível médio por, no mínimo, 8 horas semanais cada, dedicadas exclusivamente à oferta. Deverão estar de acordo com a Resolução CNAS nº 269/2006, nº 17/2011 e nº 09/2014.

**Art. 6º – Condições e formas de acesso:** encaminhamento da rede socioassistencial, demanda espontânea e busca ativa de atendimento avaliadas pelo técnico de nível superior da entidade ou organização (devendo ser essas as formas principais de acesso).

**Art. 7º – Unidade de atendimento:** rede socioassistencial governamental e não governamental.

**Art. 8º - Período de funcionamento:** em dias úteis ou finais de semana, de acordo com a necessidade do público a ser atendido, sendo no mínimo 8 horas semanais. As atividades deverão ser definidas para o ano e apresentadas no Plano de Ação entregue ao CMAS.

**Art. 9º – Carga horária de atendimento ao usuário:** de acordo com a necessidade de demanda.

**Art. 10º - Impacto social esperado:** Garantia de direitos através da ampliação do acesso a ofertas socioassistenciais; ampliação do acesso a oportunidades de qualificação profissional, educação, e inclusão produtiva; maior empregabilidade; superação da situação de vulnerabilidade e/ou risco; fortalecimento da cidadania dos usuários; qualificação da intervenção e protagonismo dos sujeitos nos espaços de participação democrática, como conselhos, comissões locais, conferências, fóruns, audiências públicas, entre outros; fortalecimento da cidadania dos usuários; qualificação da intervenção e protagonismo dos sujeitos nos espaços de participação democrática, como conselhos, comissões locais, conferências, fóruns, audiências públicas, entre outros; efetivação de direitos e ampliação do acesso à proteção social; qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios ofertados pela rede socioassistencial; fortalecimento e autonomia dos sujeitos, grupos e comunidades por meio das redes de produção solidária regional/local e da utilização de tecnologias inovadoras; socialização dos conhecimentos produzidos junto aos diferentes atores da política de assistência social; incidência na redução da pobreza e demais vulnerabilidades e riscos sociais.

**Art. 11º** - As entidades ou organizações que possuem inscrição no CMAS nessa oferta terão o prazo de 60 dias para adequação a partir da publicação desta.

**Art. 12º** – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Ludemila Aparecida da Rosa**  
Presidente do CMAS

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Edição DOM nº \_\_\_\_\_

**RESOLUÇÃO 31 DE 2019 INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NO CMAS - MUNDO DO TRABALHO**

Publicação Nº 2354286

RESOLUÇÃO CMAS nº 031, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere a oferta de Programa Socioassistencial de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho no campo da Assistência Social e a Mobilização Social para a construção de estratégias coletivas.

O Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal 817/09 e conforme deliberação em reunião extraordinária do dia 18 de novembro de 2019;

Considerando, a Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988;

Considerando, a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando, a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando, a Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, que ratifica a equipe de referencia definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos e reconhece as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do SUAS.

Considerando, a Resolução CNAS nº 33, de 28 de novembro de 2011, que define a promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece requisitos;

Considerando, a Resolução CNAS nº 33, de 12 dezembro de 2012, que aprova a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social- NOB/SUAS;

Considerando, a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem, como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando, a Resolução CNAS nº 09, de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de nível médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS;

Considerando, as Orientações Técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário sobre o ACESSUAS TRABALHO, de fevereiro de 2017.

Resolve:

Art. 1º Regularizar a oferta de programa socioassistencial de promoção da integração ao mundo do trabalho no campo da assistência social e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas.

Art. 2º O conceito de programa adotado para fins desta Resolução estará de acordo com o que apregoa a LOAS.

Parágrafo Único: Os Programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Art. 3º O programa aqui regulamentado será denominado Programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. É ofertado para pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 14 e 59 anos e suas famílias, situando-se na Proteção Social Básica do SUAS. A entidade ou organização poderá definir a faixa etária, quais sejam: 14 a 24 anos e/ou 16 a 59 anos.

I- Descrição: O programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho se dá por meio da promoção do protagonismo, participação cidadã, mediação do acesso ao mundo do trabalho e mobilização social para a construção de estratégias coletivas. Refere-se à mobilização, encaminhamento e acompanhamento dos usuários em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a cursos de capacitação, formação profissional e demais ações de inclusão produtiva. Implica nos seguintes requisitos básicos:

a) Referenciamento na rede socioassistencial, conforme organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Quando a entidade ofertante estiver localizada em território de CRAS o Programa deverá estar referenciado a esse. Os usuários/famílias serão referenciados individualmente por um ou mais serviços socioassistenciais governamentais da Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial Média e/ou de Alta Complexidade;

b) Articulação com as demais políticas públicas implicadas na integração ao mundo do trabalho;

c) Atuação em grupo com foco no fortalecimento de vínculos e desenvolvimento de atitudes e habilidades para a inserção no mundo do trabalho com monitoramento durante esse processo;

d) Promoção da formação político-cidadã, desenvolvendo e/ou resgatando e/ou fortalecendo o protagonismo através da reflexão crítica permanente como condição de crescimento pessoal e construção da autonomia, para o convívio social;



e) Garantia da acessibilidade e tecnologias assistivas para a pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, viabilizando a condição de seu alcance para utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários, tecnologias, sistemas e meios de comunicação, conforme o conceito do desenho universal e as normas da ABNT;

f) Promoção dos apoios necessários às pessoas com deficiência e suas famílias para o reconhecimento e fortalecimento de suas potencialidades e habilidades à integração ao mundo do trabalho;

g) Articulação dos benefícios e serviços socioassistenciais na promoção da integração ao mundo do trabalho.

II- Usuário: Populações urbanas e rurais em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 14 e 59 anos, com atendimento de, no mínimo 50% do público da Assistência Social: usuário de serviços, projetos, programas de transferência de renda e benefícios socioassistenciais, em especial para: Pessoas com deficiência e suas famílias; Adolescentes e jovens no serviço de acolhimento e egressos; Adolescentes e jovens do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Adolescentes e jovens no sistema socioeducativo e egressos; Imigrantes; Famílias com presença de trabalho infantil; Famílias com pessoas em situação de privação de liberdade; Indivíduos egressos do sistema penal; Famílias com crianças em situação de acolhimento provisório; População em Situação de Rua; Indivíduos e famílias moradoras de em território de risco em decorrência do tráfico de drogas; Beneficiários do Programa Bolsa Família; Mulheres vítimas de violência; Adolescentes vítimas de exploração sexual; Povos e comunidades tradicionais; Público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBTQI+; Pessoas inscritas no CADÚNICO; entre outros, para atender especificidade territoriais e regionais.

III- Objetivo: Ofertar ações de proteção social que viabilizem a promoção do protagonista, a participação cidadã, a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas.

IV- Recursos essenciais e ambiente físico: todos os ambientes utilizados deverão respeitar as legislações pertinentes à acessibilidade, sendo indispensáveis na sede do Programa; local para recepção com identificação visual que indique a existência da oferta socioassistencial; sala para atendimento individual e coletivo; banheiros. No caso de ações descentralizadas do local deverá conter sala para atendimento coletivo com acessibilidade e mobiliário de acordo com o número de usuários a serem atendidos.

V- Recursos Humanos: Um técnico de nível superior e um técnico de nível médio por, no mínimo 20 horas semanais cada, exclusivos para o Programa. Deverão estar de acordo com as Resoluções CNAS nº 269/2006, nº 17/2011 e nº 09/2014.

VI- Trabalho essencial ao Programa: O planejamento e a operacionalização das atividades são pautados em técnicas e ferramentas que permitem a padronização das ações, bem como o acompanhamento de processos e resultados. Entre outras atividades que a entidade ou organização que oferta o Programa poderá realizar, seguindo abaixo as atividades mínimas exigidas:

a) Articular com as políticas públicas setoriais a fim de mapear as oportunidades presentes no território;

b) Identificar, mobilizar, sensibilizar e encaminhar os usuários para o acesso ao Programa;

c) Integrar as ações do Programa ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

d) Realizar oficinas temáticas para desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho;

e) Construir o Plano de Atendimento Individual e Familiar analisando as potencialidades, saberes e áreas de interesse dos usuários em relação ao mundo do trabalho;

f) Articular as ações do Programa com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas;

g) Encaminhar os usuários para as oportunidades mapeadas do mundo do trabalho, facilitando e apoiando seu acesso;

h) Monitorar o percurso dos usuários no mundo do trabalho integrado aos serviços socioassistenciais;

i) Registrar as ações realizadas;

j) Realizar palestras sobre o mundo do trabalho, e oportunidades presentes no território;

k) Encaminhar os usuários para a rede socioassistencial quando identificada a necessidade;

l) Mobilização de usuários e trabalhadores do SUAS, comunidade, e empregadores em potencial, para discussão de temas relativos ao mundo do trabalho.

VII- Detalhamento do trabalho essencial: o trabalho essencial deverá ser composto inicialmente por acolhida, escuta qualificada, cadastro individual e será executado por no mínimo 2 (dois) percursos por ano da seguinte maneira:

#### Quadro I – Metodologia

Ação	Duração	Detalhamento Operacional
------	---------	--------------------------

Palestra de Sensibilização para divulgação das oficinas de mobilização.	Realizar palestras de sensibilização nos Serviços e Programas que compõem a rede socioassistencial (governamental e não governamental), devendo ocorrer no início de cada percurso. (Mínimo uma hora e máximo duas horas)	- Exposição oral, motivacional e interativa sobre as possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, ficando a entidade ofertante livre para usar das estratégias que forem adequadas a cada público;
Oficinas de mobilização com percurso previamente planejados ou traçado conforme o perfil do público ou demandas e necessidades territoriais.	Mínimo uma hora e trinta minutos e máximo 3 horas por encontro.	- Processo vivencial (dinâmicas de grupo, estudos de caso, discussão de experiências, jogos simulações, etc.); - 01 (um) encontro semanal de no mínimo. - Percurso de no mínimo 8 a 16 encontros, conforme quadro II (de temas obrigatórios e sugestivos).
Articulação e encaminhamento para o mundo do trabalho	Ação continuada.	- Encaminhamento para a qualificação, e/ou intermediação de mão de obra e/ou inclusão produtiva; - Articulação com a iniciativa pública, privada e com o terceiro setor para viabilizar oportunidades de acesso ao mundo do trabalho.
Monitoramento das ações.	No mínimo 06 (seis) meses e no máximo 12 (doze) meses durante e/ou após o desligamento das oficinas de mobilização.	- Monitoramento da trajetória dos usuários encaminhados para as ações de qualificação, empreendedorismo, economia solidária e intermediação de mão de obra, de modo a avaliar o êxito das atividades realizadas; - Registrar informações de acompanhamento; - Promover articulação com parceiros para identificação dos desafios enfrentados pelos usuários, visando à construção de estratégias coletivas para superação.

#### Quadro II – Temas

O programa deverá organizar os temas conforme o perfil do público. Cada percurso terá no mínimo 8 (oito) temas, sendo 8 (quatro) obrigatórios e os demais conforme o perfil ou demanda.

Temas Obrigatórios	Temas Optativos
Direitos Humanos e sociais.	Ferramentas de Gestão e Planejamento.
Relacionamento Interpessoal e interação entre colegas de trabalho.	Empregabilidade e mundo do Trabalho.
Legislação Trabalhista (CF/88, CLT, Contrato e Relação de Trabalho, entre outros), Direitos Humanos e Sociais, Lei da Aprendizagem, ECA.	Características Empreendedoras Pessoais - CEP e Perfis de liderança.
Mapa de Oportunidades (Conhecimento de experiências, universidades, cursos técnicos e elaboração de metas pessoais).	Criatividade e Inovação.
A evolução da história do trabalho em nosso país e a humanização do trabalho.	Comunicação.
Trabalho e Cidadania.	Processo Seletivo e Marketing Pessoal.
Incentivo a Profissionalização (Processo seletivo, Marketing Pessoal, Currículo, Entrevista, Postura Profissional).	Modernização no mercado de trabalho brasileiro: transformações e desafios.
Ética e Relação Humana no Trabalho	Planejamento na busca do primeiro emprego.
	Trabalhando a autoestima.
	Economia solidária.
	Formas associativas de trabalho.
	Formas organizativas de sociedade.
	Relações de gênero no mundo do trabalho.
	Empreendedorismo e microcrédito.
	Salário e economia doméstica.

VIII- Aquisição dos usuários: Melhoria da empregabilidade; emancipação; empoderamento; reconhecimento do trabalho como direito; reconhecimento das suas capacidades e potencialidades; desenvolvimento do protagonismo na busca por direitos e espaços de interação relacionados ao mundo do trabalho; resgate da autoestima, autonomia e resiliência; melhoria da qualidade de vida, através do desenvolvimento pessoal, das relações interpessoais, da inclusão social, da autodeterminação e do acesso aos direitos.

IX- Condições e Formas de Acesso: encaminhamento da rede socioassistencial, demanda espontânea e busca ativa de atendimento avaliadas pelo técnico de nível superior da entidade ou organização (devendo ser essas as formas principais de acesso).

X- Unidade de atendimento: rede socioassistencial governamental e não governamental.

XI- Período de Funcionamento da Entidade ou Organização: em dias úteis ou finais de semana, de acordo com a necessidade do público a ser atendido, sendo no mínimo 8 horas e no máximo 20 horas semanais.



XII- Carga horário de atendimento ao usuário: Será definida conforme o Plano de Atendimento Individual e Familiar, o qual deve ser elaborado após a inclusão do usuário, devendo haver discussão com os técnicos de referência dos serviços governamentais para que não haja sobreposição das ações.

XIII- Articulação em rede: Serviço da Proteção Social Básica e Especial; Serviços públicos da saúde, educação, cultura, esporte, habitação, identificação social (documentos) entre outros; Conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos de segmentos específicos; Instituições de ensino e pesquisa; Serviços especializados em habilitação e reabilitação; Educação especial; Centro e grupos de convivências; Sistema de Garantia de Direitos.

XIV- Impacto social esperado: Garantia de direitos através da ampliação do acesso a ofertas socioassistenciais; ampliação do acesso a oportunidades de qualificação profissional, educação, e inclusão produtiva; maior empregabilidade; superação da situação de vulnerabilidade e/ou risco.

Art. 4º - As entidades ou organizações que possuem inscrição no CMAS nessa oferta terão o prazo de 90 dias para adequação a partir da publicação desta.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

## **RESOLUÇÃO 32 DE 2019 INSCRIÇÕES DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NO CMAS - HABILITAÇÃO E REALILITAÇÃO PARA PCD**

Publicação Nº 2354293

RESOLUÇÃO CMAS nº 032, de 18 de novembro de 2019.

Dispõe sobre os novos procedimentos municipais para a inscrição das Entidades e Organizações de Assistência Social no Conselho Municipal de Assistência Social de São Francisco do Sul, no que se refere a oferta de Programa Socioassistencial de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiências e a sua promoção de integração a vida comunitária no campo da Assistência Social.

O conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme deliberação em reunião ordinária do dia 18 de novembro de 2019,

Considerando, a Lei nº 1758, de 30 de setembro de 2015, que dispõem sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências;

Considerando, a Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

Considerando, a Resolução nº 316, de 19 de julho de 2006, que dispõe sobre a prática de Atividades de Vida Diária, de Atividades Instrumentais da Vida Diária e Tecnologia Assistiva pelo Terapeuta Ocupacional e dá outras providências;

Considerando, a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais;

Considerando, a Resolução COFFITO nº 418, de 4 de junho de 2012, que fixa e estabelece os Parâmetros Assistenciais Terapêuticos Ocupacionais nas diversas modalidades prestadas pelo Terapeuta Ocupacional e dá outras providências;

Considerando, a Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012 que aprova a nova Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS;

Considerando, a Resolução CNAS nº 14, de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

Considerando, a Resolução CNAS nº 09 de 15 de abril de 2014, que ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de nível médio e fundamental do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS.

Resolve:

Art. 1º Regularizar a oferta de programa socioassistencial de habilitação para pessoas com deficiência, em âmbito municipal.

Art. 2º O conceito de programa adotado para fins desta Resolução estará de acordo com o que apregoa a LOAS.

Parágrafo Único: Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos, para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Art. 3º O Programa aqui regulamentado será denominado Programa Socioassistencial de Habilitação e Reabilitação para Pessoas com Deficiência e suas Famílias na Proteção Social Básica.

I- Descrição: A oferta do Programa Socioassistencial de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e suas famílias deverá complementar os serviços socioassistenciais e implicará nos seguintes requisitos:

a) Referenciamento na rede socioassistencial conforme organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Quando a entidade ofertante estiver localizada em território de CRAS o Programa deverá estar referenciado a esse. Os usuários/famílias serão referenciados individualmente por um ou mais serviços socioassistenciais governamentais da Proteção Social Básica ou Proteção Social Especial de Média e/ou de Alta Complexidade.

b) Usuários: Pessoas com deficiência de todas as idades e suas famílias, em situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e comunitários com limitações para participação plena e efetiva na sociedade. Compõe o público prioritário os beneficiários do BPC e de Programas de transferência de renda.

c) Objetivos: Prevenir agravos que possam desencadear o rompimento de vínculos familiares e sociais; Prevenir o confinamento e acolhimento institucional; Sensibilizar grupos comunitários sobre a necessidade de inclusão das PCDs na vida comunitária, contribuindo para a construção de contextos inclusivos; Oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades e o estímulo à participação cidadã; Oportunizar condições e estratégias as famílias e/ou cuidadores para o exercício de suas funções protetivas.

- d) Recursos essenciais e ambiente físico: Tecnologias assistivas necessárias para execução das atividades propostas; capacitação permanente dos profissionais de nível fundamental, médio e superior; sala de atendimento individualizado; salas de atividades coletivas e/ou comunitárias; instalações sanitárias. Os espaços deverão ter boa iluminação, ventilação e conservação, salubridade, limpeza e acessibilidade de acordo com as normas da ABNT.
- e) Recursos Humanos: Dois técnicos de nível superior, por no mínimo 20 horas semanais, sendo um terapeuta ocupacional e um assistente social, exclusivos para a execução do Programa, os quais deverão atuar de forma interdisciplinar em período de, no mínimo, 4 horas semanais de trabalho conjunto na execução das atividades essenciais do Programa.
- f) Trabalho essencial ao Programa: Identificação das pessoas com deficiência e seu contexto sociofamiliar, assim como das barreiras existentes (atitudinais, culturais, socioeconômicas, arquitetônicas e tecnológicas, entre outras); reconhecimento das suas potencialidades; estímulo à construção e organização das atividades da vida diária – AVD's, (entendidas como toda atividade ligada a rotina diária como vestuário, higiene e alimentação, etc.) e atividades da vida prática – AVP's, (entendidas como toda atividade que gera independência em afazeres rotineiros como dirigir, utilizar dinheiro, organização de ambiente, trabalho e lazer, etc) das famílias; promoção de acesso de bens, serviços e benefícios, assim como à documentação pessoal; promoção da coparticipação e fortalecimento da família/cuidador; visitas domiciliares quando necessário; acolhida e escuta; orientação sociofamiliar; inserção, acompanhamento e discussão na rede de serviços socioassistenciais; fortalecimento do convívio familiar, grupal e social; atividades grupais envolvendo usuários e suas famílias/cuidadores; atividades socioeducativas; elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU.
- g) Aquisição dos usuários: ter acolhidas suas necessidades, demandas, interesses e possibilidades e receber orientações e encaminhamentos para aumentar o acesso aos direitos; ter fortalecimentos para aumentar e com a rede extensa; ter potencializada sua autonomia e diminuída a dependência; ter melhorada a sua autoestima; construção de projetos pessoais.
- h) Condições e formas de acesso: demanda espontânea do usuário, da família e/ou da comunidade; busca ativa; encaminhamento da rede socioassistencial e rede intersetorial.
- i) Unidade de atendimento: Equipamentos que ofertam programas socioassistenciais da rede pública e/ou privada.
- j) Período de Funcionamento do Programa: em dias úteis, sendo no mínimo 20 horas semanais.
- k) Carga Horária de atendimento do usuário: Será definida conforme o Plano de Desenvolvimento do Usuário, o qual deve ser elaborado em, no máximo, 30 dias após a inclusão do usuário, devendo haver discussão com os técnicos de referência dos serviços governamentais de modo que não haja sobreposição das ações. O PDU deve ser avaliado a cada 6 meses.
- l) Articulação em rede: Deverá ocorrer com objetivo de enfrentar as barreiras implicadas pela deficiência e pelo meio, envolve um conjunto articulado de ações da rede socioassistencial e das diversas políticas públicas.
- m) Impacto social esperado: Pessoas com Deficiência e suas famílias inseridas em serviços e oportunidades; Ampliação do acesso a bens e serviços; Redução e prevenção de situações de isolamento social e acolhimento institucional; Fortalecimento da convivência familiar e comunitária; redução da ocorrência de riscos pessoais e sociais, seu agravamento ou reincidência; Melhoria nas funções protetivas das famílias/cuidadores.
- Art. 4º O prazo de adequação para as entidades inscritas nesta oferta socioassistencial será de 120 dias, a contar da data de publicação.
- Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ludemila Aparecida da Rosa  
Presidente do CMAS

Publicada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_

# São João Batista

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 58/2020

Publicação Nº 2355333

PORTARIA Nº 58/2020  
Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 4918/2019 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora MABILA HOFFMANN, a contar de 29 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 59/2020

Publicação Nº 2355337

PORTARIA Nº 59/2020  
Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 4918/2019 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora EDILEIA DE SOUZA FRANCISCO, a contar de 02 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

### PORTARIA Nº 60/2020

Publicação Nº 2355339

PORTARIA Nº 60/2020

Alteração de Carga Horária

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica alterada para 40 horas semanais a carga horária da servidora ALINE NERVO DE MATOS ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL II 6º/9º - MATEMÁTICA, a contar de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da alteração.

São João Batista, 12 de fevereiro de 2020.

Luiz Henrique Lauritzen
Assessor de Gabinete

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2354889

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR

FERNANDO BISIGO, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no § 3º e inciso I do § 4º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257/2001, Estatuto da Cidade, convoca a população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA a ser realizada no próximo dia 26 de Fevereiro de 2020, com início às 14:00hs, tendo como local o Auditório da Feira Livre Municipal, sito a Rua Alfredo Grasel, centro de São João do Oeste, com o objetivo da revisão do Plano Diretor Participativo Municipal. Atendendo aos princípios da administração pública, fazemos o chamamento público para participar desta audiência.

São João do Oeste, SC, 06 de Fevereiro de 2020.

FERNANDO BISIGO  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 16/2020

Publicação Nº 2354253

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Aclara Comercio de Informática

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 3.745,00

PRAZO: 07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e escolares Industria e Comercio de Moveis Ltda

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 14.475,00

PRAZO: 07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Gesul Comercial Ltda EPP

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 3.280,00

PRAZO: 07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Jackson Neimar Pedrassani ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 4.719,00

PRAZO: 07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e JV-Itech informática Tecnologia de Impressão Ltda

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 1.980,00

PRAZO:07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e MJ Gambetta Equipamentos

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 2.470,00

PRAZO:07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Potência Som e Informática Ltda ME

ORIGEM: Pregão presencial nº 10/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura aquisição de moveis e equipamentos para as diversas secretarias do município de São João do Oeste."

VALOR: 1.705,00

PRAZO:07.02.2020 até 07.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 24/2020

Publicação Nº 2354289

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Knapp & Cia Ltda

ORIGEM: Pregão presencial nº 18/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada em perfuração e detonação de rochas nas vias públicas do município de São João do Oeste."

VALOR: 62.000,00

PRAZO:12.02.2020 até 12.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 27/2020

Publicação Nº 2354348

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2020

PARTES: Município de São João do Oeste e Industria de Esquadrias Feilfer

ORIGEM: Pregão presencial nº 20/2020

OBJETO: "Registro de preços para eventual e futura contratação de serviço de tratamento de madeiras e aquisição de madeira de eucalipto tratada para manutenção das atividades das secretarias municipais de São João do Oeste."

VALOR: 139.020,00

PRAZO:13.02.2020 até 13.02.2021

São João do Oeste – 12 de fevereiro de 2020

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

# São João do Sul

## PREFEITURA

### CHAMADA PUBLICA 001-2020

Publicação Nº 2355603

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC – CHAMADA PUBLICA Nº 001/2020 – Fundamento Legal: RESOLUÇÃO/CD/FNDE Nº 26, de 17/06/2013 e alterações posteriores; Lei Federal nº 11.947/09 e alterações posteriores; e subsidiariamente o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores. Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino. A Habilitação e projeto de venda serão recebidas até o dia 06 de março de 2020 as 14hs na sede da Prefeitura de São João do Sul/SC. A entrega do Edital e demais informações poderão ser obtidas na Prefeitura de São João do Sul/SC, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08h00 as 12h00 e das 13h30 as 17h30 min. São João do Sul/SC, em 12 de fevereiro de 2020. Moacir Francisco Teixeira – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 08-2020\_SRP

Publicação Nº 2355589

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2020 – PRELÂTIMO PRESENCIAL Nº 08/2020

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - Objeto: O presente prego tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de material de higiene, limpeza, entre outros para as para uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino Fundamental e Infantil e demais Secretarias Municipais, para serem fornecidos de forma parcelada, obedecidos as especificações mínimas constantes no Termo de Referência, bem como, as demais condições, constantes no Edital e demais Anexos. Forma de julgamento: menor preço unitário. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 003, de 05 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até às 16h00min do dia 28 de fevereiro de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 14h15min do dia 03 de março de 2020. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00 e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br) ou ainda pelo Telefone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 12 de fevereiro de 2020. Moacir Francisco Teixeira – Prefeito Municipal.

### PROCESSO 09-2020\_SRP

Publicação Nº 2355593

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2020 – PRELÂTIMO PRESENCIAL Nº 09/2020 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de gêneros alimentícios p/ merenda escolar da rede municipal de ensino fundamental/infantil, gêneros alimentícios e artigos de padaria p/ manutenção das atividades do Serv. de Conv. e Fortalecimento de Vínculos, Centro de Ref. da Assist. Social, Oficinas do Programa Bolsa Família e gêneros alimentícios p/ manut. das diversas sec. municipais, para serem fornecidos de forma parcelada, obedecidos as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos. Forma de julgamento: menor preço unitário. Base Legal: Lei Federal nº 10.520, de 17 julho de 2002, Decreto Municipal nº 151, de 12 de novembro de 2013, Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2016, Decreto Municipal nº 003, de 05 de fevereiro de 2020, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues até às 16h00min do dia 28 de fevereiro de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 16h15min do dia 03 de março de 2020. Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC, sito à Av. Nereu Ramos, nº 50, Centro de São João do Sul/SC. No Horário das 08h00 as 12h00 e das 13h30min as 17h30min de segunda a sexta-feira, ou pelo e-mail: [licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br) ou ainda pelo Telefone (48) 3539-0113. São João do Sul-SC, 12 de fevereiro de 2020. Moacir Francisco Teixeira – Prefeito Municipal



# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 052/2020

Publicação Nº 2354373

DECRETO Nº 052/2020

“QUE CONCEDE EXONERAÇÃO A PEDIDO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida EXONERAÇÃO a Pedido a senhora TATIANA DE SOUZA ARRUDA GOEDERT, ocupante do cargo de Professora na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira, localidade de Pericó, na área de Matemática, para o qual havia sido nomeada através do Decreto Nº 048/2020, de 03/02/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 053/2020

Publicação Nº 2354389

DECRETO Nº 053/2020

“QUE CONCEDE GRATIFICAÇÕES À SERVIDORES MUNICIPAIS”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o artigo 12, anexo VI da Lei Municipal Nº 4.324/15, de 15/05/15; ficam concedidas GRATIFICAÇÕES correspondente a 60% (sessenta por cento) do Piso Salarial do Quadro de Pessoal do Poder Executivo aos seguintes servidores: - DANIELE HUGEN RODRIGUES, matrícula 11172, pelo exercício da Chefia do feito da Folha de Pagamento. - CLAUDIOMIR RODRIGUES DA SILVA, matrícula 8358, pelo exercício da Chefia de Manutenções predial. As referidas gratificações são a contar do dia 03/02/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 054/2020

Publicação Nº 2354396

DECRETO Nº 054/2020

“QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor: - HENRIQUE RAMON CAMPOS BIANCHINI, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Administração de Pessoal. A referida nomeação é a contar do dia 03/02/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 03 de fevereiro de 2020, ficando

revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 055/2020

Publicação Nº 2354402

DECRETO Nº 055/2020

“QUE NOMEIA CARGO COMISSIONADO”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADO o senhor ROBERTO LUIZ FERNANDES JUNIOR, para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor de Esportes. A referida nomeação é a contar do dia 05/02/2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem ao dia 05 de fevereiro de 2020, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## DECRETO Nº 056/2020

Publicação Nº 2354880

DECRETO Nº 056/2020

“QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM - DEMTRAN, CRIADO ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.693/2005”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam NOMEADOS Membros para comporem o Departamento de Trânsito do Município de São Joaquim - DEMTRAN, em conformidade com o que dispõe os artigos 4º e 5º da Lei Municipal Nº 2.693/2005, de 30/11/2005.

Parágrafo Primeiro – Em conformidade com o artigo 4º da Lei Municipal Nº 2.693/2005, de 30/11/2005, o referido DEMTRAN será composto pelos seguintes Membros:

- I – Diretora Administrativa - Rita de Cássia Souza;
- II – Diretor de Engenharia de Tráfego - Cleber Otávio Castello Medeiros;
- III – Diretor de Educação de Trânsito, Controle e Análise de Estatística - Osmar Souza Seifert; e
- IV – Secretária – Jamile Maria de Andrade Santos.

Parágrafo Segundo – Os servidores Nomeados no Art. 1º não poderão acumular vencimentos pelo exercício das referidas funções, em conformidade com o Art. 5º, Parágrafo Único da Lei Municipal Nº 2.693/2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 007/2019, de 03/01/2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.



**DECRETO Nº 057/2020**

Publicação Nº 2354903



**Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC**  
**CNPJ: 82.561.093/0001-98**  
**Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito**

**DECRETO Nº 057/2020****“HOMOLOGA RESULTADO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019”**

**GIOVANI NUNES**, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO** o **RESULTADO FINAL** do Concurso Público Nº 02/2019, realizado em data de 12/01/2020, conforme segue:

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica homologado o Resultado do Concurso Público Nº 02/2019, realizado em data de 12/01/2020, para Contratação de Profissionais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, do Edital nº 02/2019, conforme relação dos candidatos em “anexo”.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de fevereiro de 2020.

**GIOVANI NUNES**  
Prefeito Municipal.

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br)  
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina



**Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC**

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito

*EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019*

GIOVANI NUNES, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM-SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO o RESULTADO FINAL do Edital de Concurso Público 02/2019, conforme segue:

**RESULTADO FINAL**

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS										
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.
0165	GENI OLIVEIRA DA ROSA	1,60	0,40	3,90	0,80	6,70	4,00	5,89	APROVADO(A)	1º
0055	MARIA EMILIA SOUZA PESSOA SANTOS	1,20	0,80	3,90	0,80	6,70	4,00	5,89	APROVADO(A)	2º
0153	ISMENIA DE SOUZA ARRUDA	1,60	0,80	3,60	0,40	6,40	4,00	5,68	APROVADO(A)	3º
0129	SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING	1,00	0,60	4,20	0,40	6,20	4,00	5,54	APROVADO(A)	4º
0123	ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA	0,80	0,40	3,60	0,80	5,60	4,00	5,12	APROVADO(A)	5º
0112	DIRCEIA DE OLIVEIRA SOUZA	1,00	0,40	3,30	0,80	5,50	4,00	5,05	APROVADO(A)	6º
0083	SUZETE DE SOUZA AGUIDA	1,00	0,40	3,60	0,40	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	7º
0156	JANIRA SEBASTIANA LOPES ORUE	1,00	0,40	3,60	0,40	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	8º
0024	ANA PAULA DE LIMA.	1,40	0,60	3,00	0,40	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	9º
0105	GRAZIELI MAURICIO	0,80	0,60	3,00	1,00	5,40	4,00	4,98	APROVADO(A)	10º
0142	CLEIDE ELISE SOUZA WALTRICK VIEIRA	0,60	0,40	3,90	0,40	5,30	4,00	4,91	APROVADO(A)	11º
0145	ADRIANA FARIAS DE ALMEIDA	1,00	0,20	3,60	0,40	5,20	4,00	4,84	APROVADO(A)	12º
0122	SILVANA MUNIZ DE ANDRADE	1,60	0,20	3,00	0,40	5,20	4,00	4,84	APROVADO(A)	13º
0048	JACIARA DA SILVA KIYZANOSKI	0,80	0,20	3,60	0,40	5,00	4,00	4,70	APROVADO(A)	14º
0115	MAIANA PEREIRA OLIVEIRA NUNES	1,20	1,00	3,90	0,60	6,70	0,00	4,69	APROVADO(A)	15º
0060	MILENE FÁTIMA DE SOUZA	1,20	0,60	3,90	1,00	6,70	0,00	4,69	APROVADO(A)	16º
0094	MARCIA PACHECO DA SILVA	1,60	0,40	3,90	0,60	6,50	0,00	4,55	APROVADO(A)	17º
0136	DAIANE BIRK DA SILVA	1,00	0,40	3,90	0,80	6,10	0,00	4,27	APROVADO(A)	18º
0120	MARCIA DE ALMEIDA VIEIRA	1,20	0,20	3,60	0,80	5,80	0,00	4,06	APROVADO(A)	19º
0027	VANDRÉIA OLIVEIRA BARBOSA	1,00	0,20	3,90	0,60	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	20º
0148	KATIA CILENE MESQUITA LUCIANO	0,60	0,60	3,90	0,60	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	21º
0143	SILVANA NUNES DA SILVA	1,00	0,40	3,30	0,60	5,30	0,00	3,71	APROVADO(A)	22º
0139	NALVA GRAZIELA MATTOS	1,00	0,40	3,30	0,60	5,30	0,00	3,71	APROVADO(A)	23º
0151	JANAÍNA VARGAS DA ROSA	0,80	0,20	3,00	1,00	5,00	0,00	3,50	APROVADO(A)	24º

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - www.saojoaquim.sc.gov.br

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina



# **Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC**

CNPJ: 82.561.093/0001-98

**Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito**

PROFESSOR DE ARTE												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0150	FABIOLA MARQUES HUGEN	1,00	0,40	4,50	0,80	6,70	4,00	5,89	APROVADO(A)	1º	15/02/1991	
0125	PATRÍCIA DE JESUS FLORÊNCIO	0,80	0,60	3,60	0,40	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	2º	26/09/1989	
PROFESSOR DE CIÊNCIAS												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0132	MARTA DE MOURA MADEIRA	1,20	0,40	3,60	0,60	5,80	7,00	6,16	APROVADO(A)	1º	17/07/1976	
0022	DANIELA MARTINS DE SOUZA	1,60	0,60	3,30	1,00	6,50	0,00	4,55	APROVADO(A)	2º	27/03/1995	
0149	RENATA TROMBIN DE ARAÚJO	1,20	0,60	3,60	0,20	5,60	0,00	3,92	APROVADO(A)	3º	23/04/1987	
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0020	ADRIELI COSTA MARTINS	0,80	0,20	3,90	0,40	5,30	4,00	4,91	APROVADO(A)	1º	08/04/1992	
0014	MAIANE VIEL	1,40	0,40	3,30	0,00	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	2º	17/09/1994	
0089	LUCAS GABRIEL HUGEN	0,80	0,80	3,60	0,60	5,80	0,00	4,06	APROVADO(A)	3º	12/12/1990	
PROFESSOR DE GEOGRAFIA												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0127	JOATAN MEDEIROS NUNES	1,00	1,00	3,90	0,80	6,70	0,00	4,69	APROVADO(A)	1º	05/03/1990	
0161	LUZIANI RIBEIRO SOUZA	0,80	0,60	3,60	0,80	5,80	0,00	4,06	APROVADO(A)	2º	23/07/1982	
0016	ALDEMIR COSTA PEREIRA	0,80	0,80	3,30	0,80	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	3º	07/03/1995	
PROFESSOR DE HISTÓRIA												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0140	CRISTIANI FIGUEREDO DE OLIVEIRA	1,20	0,80	4,20	0,80	7,00	4,00	6,10	APROVADO(A)	1º	19/04/1981	
0098	JOSÉ GUILHERME ORSINI	1,60	0,40	3,60	0,60	6,20	4,00	5,54	APROVADO(A)	2º	01/08/1958	
0159	MÁRCIO DONIZETE BORGES	1,00	0,20	3,30	0,60	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	3º	26/01/1979	
0035	MARITA JOSE DE SOUZA	1,00	0,60	3,60	0,80	6,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	4º	19/03/1965	
0045	VALÉRIA DA SILVA BATISTA	1,00	0,40	3,90	0,40	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	5º	28/05/1980	
0032	LIAMAR ALEXANDRA FERRASSO	1,00	0,60	3,00	1,00	5,60	0,00	3,92	APROVADO(A)	6º	01/04/1984	
0101	ADRIENY NUNES	1,40	0,60	3,00	0,20	5,20	0,00	3,64	APROVADO(A)	7º	28/12/1993	

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br)  
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina



**Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC**

CNPJ: 82.561.093/0001-98

Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0068	TAMIRES MONTEIRO PANTOJA DE JESUS	1,80	0,60	3,60	0,20	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	1º	25/02/1990	
0008	SIRLEI RODRIGUES DE SOUZA	1,20	0,40	3,00	0,80	5,40	0,00	3,78	APROVADO(A)	2º	21/11/1978	
0109	GINAMAR SEIFERT DE SOUZA	1,40	0,40	3,00	0,40	5,20	0,00	3,64	APROVADO(A)	3º	30/05/1969	
PROFESSOR DE MATEMÁTICA												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0044	EVERLIZE MACARI	0,60	0,80	3,30	0,40	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	1º	28/11/1988	
0062	JANAINA BORGES HABITZREUTER	1,40	0,60	3,60	0,60	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	2º	08/01/1989	
PROFESSOR PRÉ-ESCOLAR												
Inscrição	Candidato	LP	INF	ESP	LEG	T.P.O.	Títulos	Total	Situação	Class.	Data Nasc.	
0162	PAULA MARTORANO NUNES	1,80	0,20	5,10	1,00	8,10	4,00	6,87	APROVADO(A)	1º	24/10/1988	
0046	ROSILENI FIGUEIREDO AMARAL	1,20	1,00	3,90	0,40	6,50	4,00	5,75	APROVADO(A)	2º	03/10/1979	
0047	DAIANE APARECIDA VITORINO	1,00	0,60	3,60	1,00	6,20	4,00	5,54	APROVADO(A)	3º	08/10/1986	
0057	JOICE KELLY DE OLIVEIRA MACEDO SILVA	1,40	0,60	5,10	0,80	7,90	0,00	5,53	APROVADO(A)	4º	22/06/1982	
0038	SABRINA MACIEL DE OLIVEIRA	1,60	0,60	4,50	0,80	7,50	0,00	5,25	APROVADO(A)	5º	25/03/1993	
0121	SONIA LARA BORGES	1,40	0,20	4,80	0,60	7,00	0,00	4,90	APROVADO(A)	6º	15/08/1979	
0124	DEIZIANE PADILHA	0,20	1,00	3,60	0,40	5,20	4,00	4,84	APROVADO(A)	7º	19/04/1989	
0113	EDIMARA BORGES DE OLIVEIRA	0,40	0,40	3,90	0,40	5,10	4,00	4,77	APROVADO(A)	8º	04/05/1978	
0137	SARINA GOMES PADILHA	1,40	0,60	3,60	0,60	6,20	0,00	4,34	APROVADO(A)	9º	05/05/1992	
0138	JAQUELINE APARECIDA SERAFIM HUGEN	1,20	0,40	3,90	0,40	5,90	0,00	4,13	APROVADO(A)	10º	24/10/1996	
0163	NATHALIA CRISTINA DA SILVA	1,20	0,80	3,60	0,20	5,80	0,00	4,06	APROVADO(A)	11º	19/02/1998	
0147	NOEMI APARECIDA SOLIMAN	1,00	0,60	3,30	0,80	5,70	0,00	3,99	APROVADO(A)	12º	06/09/1965	
0128	SARA GOMES PADILHA	0,60	0,60	3,90	0,40	5,50	0,00	3,85	APROVADO(A)	13º	05/05/1992	

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 11 de fevereiro de 2020.

**GIOVANI NUNES**  
Prefeito Municipal

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - www.saojoaquim.sc.gov.br  
Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina



**Prefeitura Municipal de São Joaquim-SC**

**CNPJ: 82.561.093/0001-98**

**Secretaria Chefe do Gabinete do Prefeito**

Fone/Fax: (49) 3233-6400 - [www.saojoaquim.sc.gov.br](http://www.saojoaquim.sc.gov.br)

Praça João Ribeiro, 01 - Centro - Cx. Postal 11 - CEP: 88600-000 - São Joaquim - Santa Catarina

**DECRETO Nº 058/2020**

Publicação Nº 2355592

DECRETO Nº 058/2020

"QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM – SC., CRIADA ATRAVÉS DA LEI MUNICIPAL Nº 4.173/2013"

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica NOMEADA a COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (COMPDEC) do Município de São Joaquim – SC., em conformidade com o que dispõe a Lei Municipal Nº 4.173/2013, de 29/11/2013, a referida Coordenadoria será composta pelos seguintes Membros:

COORDENADOR - Fabrício Farias Padilha;  
SECRETÁRIO - Sebastião Aleques Macedo Waltrique.

CONSELHO MUNICIPAL:

Representante da Secretaria Mun. de Obras e Viação – Alexandre Nunes Chiodelli;  
Representante da Secretaria Chefe do Gab. de Planejamento – Luciano Broering Alves;  
Representante da Secretaria Municipal da Saúde – Paula Domeciano Ribeiro;  
Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social – Luziane Nunes Zandonadi;  
Representante da Secretaria Municipal de Administração – Jaison Comin Lima;  
Representante da Secretaria Municipal da Fazenda – Jonatas Poier Gualberto;  
Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Fabiano Padilha.

REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS:

Climaterra – Ronaldo Coutinho do Prado;  
Jeep Clube São Joaquim – Anderson Vitória Matos;  
Lions Clube – Guilherme Proença;  
Rotary – José Tadeu de Souza;  
Rotaract Clube: Aline Cândido Anselmo;  
Hospital Sagrado Coração de Jesus – Agna Mara Schlesting de Oliveira;  
Amap – Dioni Nunes Pereira;  
Maçonaria - Loja Luz de São Joaquim, Loja fraternidade Serrana e Loja Acácia das Neves.

REPRESENTANTE DE OUTROS ÓRGÃOS:

Corpo de Bombeiros Militar – 1º Tenente BM Roberto Rosa Machado;  
Bombeiros Comunitários de São Joaquim – Bc Adriano Batista Pereira, Bc Wagner Matos Urbano, Bc Dionatan Pereira Macedo, Bc Fabiana Amaral Espíndola, Bc Neide Thais da Silva e Bc Edineia Martorano;  
Polícia Militar – 1º Tenente PM Guilherme Wildner Wolff;  
Polícia Civil – Dr. Eduardo Pedrini;  
Casan – Luiz Carlos do Amaral;  
Celesc – Helder Giovani Matos;  
Cidasc – Rides Campos Ferreira;  
Epagri – Náزارo Vieira Lima;  
CRAS – Daiane Huguen Tomaz – Assistente Social;  
CREAS – Mayara Nunes Ribeiro – Psicóloga;  
Câmara Municipal de Vereadores: Jefferson Antonio Biolo Monteiro.

CONSELHO TÉCNICO: (Secretários)

Secretário Mun. de Obras e Viação – Antonio Luiz da Silva Nunes;  
Secretária Chefe do Gab. de Planejamento – Sheila Forgerine Zanette;  
Secretária Municipal da Saúde – Terezinha Goreti Godoi Vieira;  
Secretária Municipal de Assistência Social – Marilda dos Santos Rodrigues;  
Secretária Municipal de Administração – Dione Rodrigues Medeiros;  
Secretário Municipal da Fazenda – Lara Aparecida Schmidt;  
Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Fabiano Padilha;  
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente: Volney Francisco Beckhauser Junior.

AGENTES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL:

Representante da Secretaria Mun. de Obras e Viação - Mailson Borges – Motorista Caminhão;  
Representante da Secretaria Mun. de Obras e Viação - Elison Guimarães – Operador escavadeira hidráulica;  
Representante da Secretaria Mun. de Obras e Viação - Rafael Antunes Oliveira – motorista caçamba;  
Representante da Secretaria Mun. de Obras e Viação - Aladir Dom do Amaral – motorista caçamba;

Representante da Secretaria Municipal do Planejamento - Luciano Broering Alves – Engenheiro Civil;  
Representante da Secretaria Municipal de Assistência social - Lusiane Zandonadi Nunes – Assistente Social;  
Representantes da Secretaria Municipal de Administração - Jaison Comin Lima e Fabricio Farias Padilha;  
Representante da Secretaria Municipal da Saúde – Paula Domiciano Ribeiro;  
Representante da Secretaria Municipal da Fazenda – Jonatas Poier Gualberto;  
Representantes da Secretaria Municipal de Educação - Nelson Rosa Andrade Filho, Enevaldo Pinto de Oliveira, Claudiomir Rodrigues da Silva;  
Representante da Secretaria Municipal de Patrimônio - Antonio Wilmar da Silva;  
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - José Valdemar Martins – operador retro escavadeira, Andriago Souza Goulart – motorista, Karina Rodrigues Leitzke – Agente Administrativo Auxiliar e Sebastião Aleques Macedo Waltrick – Técnico em atividades agropecuárias.

Parágrafo Único – As pessoas nomeadas no artigo 1º, não perceberão dos cofres públicos pelo exercício das referidas funções.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Nº 055/2019, de 25 de janeiro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 115/2020

Publicação Nº 2354356

PORTARIANº 115/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 01/2020, de 03/02/2020, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016, Decretos Nº 390/2018 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JANAINA UIARA DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Direitos Humanos, bairro Centro, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – KLEITON GONÇALVES LUZ NUNES, para exercer a função de Professor Substituto na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período vespertino, Prof. Não Habilitado, na área de Banda Escolar, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – LUIS CARLOS BARBOSA DA ROSA, para exercer a função de Professor Substituto na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período vespertino, Prof. Habilitado, na área de Informática, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – MARLENE MIGUEL DE SOUZA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – MAIANA PEREIRA OLIVEIRA NUNES, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Ciências, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga vinculada a professora Maria Isabel de Sena Farias, que encontra-se em Direção Escolar. – NALVA GRAZIELA MATTOS, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de A.E.E., com 10 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 116/2020

Publicação Nº 2354361

PORTARIANº 116/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;



**RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 01/2020, de 03/02/2020, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016, Decretos Nº 390/2018 e Decreto Nº 014/2018; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - ROSEMARY DA SILVA MELO, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga vinculada a Professora Angelita Antunes Guedes, que encontra-se em Direção Escolar. – SILVANA MUNIZ DE ANDRADE, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Attilia Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de 2º Professor, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – SILVANA PEREIRA SCHLISCHTING, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Maria Aparecida Nunes, localidade de São Sebastião do Arvoredo, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga vinculada a Professora Elenita Abel Matos Cechinel, que encontra-se em Direção Escolar.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 117/2020**

Publicação Nº 2354364

PORTARIANº 117/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedida Licença de 07 (sete) dias, por Falecimento de sua Mãe, conforme apresentação de Certidão de óbito ao servidor PAULO SERGIO HUGEN DE ABREU, ocupante do Cargo Comissionado de Assessor de Controle Interno – CC-1, a contar do dia 06/02/2020 até o dia 12/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 118/2020**

Publicação Nº 2354747

PORTARIANº 118/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas Licenças para tratamentos de Saúde, conforme apresentações de Atestados Médicos aos seguintes servidores: – SAMEA KURDI, ocupante da função de Odontóloga - ESF, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – DONIZETE DA ROSA GOULART, ocupante do cargo de Calceteiro, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – DOUGLAS FONTANA SIRTOLI, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – LUCAS HUGEN RODRIGUES, ocupante do cargo de Agente Administrativo, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – EDILENE NUNES VANDRESEN, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por ½ (meio) dia, no dia 30/01/2020, para tratamento de saúde de pessoa da família. – RENATA COLASSO CASSOL, ocupante do cargo de Médica, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – ADRIANA ANDRADE FAUSTO, ocupante do cargo de Professora – 40 horas, a contar do dia 31/01/2020, e o retorno de acordo com o INSS. – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da função de Agente Comunitário de Saúde - ESF, por 01 (um) dia, no dia 31/01/2020. – REGINA MARIA BARBOSA BORGES, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 15 (quinze) dias, a contar do dia 02/02/2020. – JOELMA RODRIGUES DA SILVA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 02 (dois) dias, a contar do dia 03/02/2020. – KARINE VELHO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar Odontológica, por 03 (três) dias, a contar do dia 02/02/2020. – SIMONE OLIVEIRA MATOS SOUZA, ocupante do cargo de Assistente Pedagógico, por 01 (um) dia, no dia 03/02/2020, para tratamento de saúde de seu esposo. – SUZANA NAZARÉ ATAÍDE DE LIMA, ocupante do cargo de Professora – 30 horas, por 01 (um) dia, no dia 03/02/2020. – TEREZINHA



MARCILENE DIAS ROSA, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, por 05 (cinco) dias, a contar do dia 03/02/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e produziu seus efeitos legais nas datas mencionadas no artigo 1º desta Portaria, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 119/2020

Publicação Nº 2354761

PORTARIANº 119/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com o Processo Seletivo nº 02/2019, homologado em 14/01/2020, Lei Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.398/2016, Lei Nº 4.323/2015 e Lei Nº 4.3vigia24/2015; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - CLEUZA APARECIDA BORGES, para exercer a função de Professora Substituta, na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade do Bentinho, período vespertino, Profª Habilitada na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente – GENI OLIVEIRA DA ROSA, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, período vespertino, Profª. Habilitada na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga vinculada a Professora Renalda Candido Anselmo. – INDIARA CORDOVA FERON, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. Attília Cechinel Nezi, localidade de Despraiado, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – LENAINE DE OLIVEIRA PEREIRA, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. Jarbas Amarante Ferreira, localidade de Boava, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – MILENE FATIMA DE SOUZA, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. João Inácio de Melo, localidade de Santa Isabel, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente. – MARIANE ARRUDA DA SILVA, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Língua Portuguesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga vinculada a Professora Maria Emília Nunes da Silva, que encontra-se readaptada temporariamente. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, para exercer função de Professora Substituta na E.B.M. Octávio Antunes de Souza, localidade de Bentinho, período matutino, Profª. Habilitada, na área de Anos Iniciais, com 20 horas semanais, a contar do dia 06/02/2020, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo os mesmos ser exonerados em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 06 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## PORTARIA Nº 120/2020

Publicação Nº 2354770

PORTARIANº 120/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida FÉRIAS ao seguinte servidor: - JOÃO ALEXANDRE COSTA DOS SANTOS, ocupante do cargo de Vigia, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 07/02/2020 à 07/03/2020.

Art. 2º - Fica Designado o senhor: - ANTONIO WILMAR DA SILVA, ocupante do Cargo de Vigia, para substituir o funcionário mencionado no Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 121/2020**

Publicação Nº 2354775

PORTARIANº 121/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública Nº 001/2020, de 03/02/2020, Leis Nº 4.183/2013, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.398/2016, Decretos Nº 390/2018 e Decreto Nº 014/2018; fica concedida DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA a senhora SUELEN AMARAL MARTINS, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período vespertino, Profª. Não Habilitada, na área de Dança, com 20 horas semanais, a contar do dia 07/02/2020, vaga excedente, destinada as Oficinas do Caic.

Parágrafo Único – A Designação referida no art. 1º será regida pelo Regime Estatutário, podendo a mesma ser exonerada em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 122/2020**

Publicação Nº 2354782

PORTARIANº 122/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam EXONERADAS a pedido as senhoras: - SABRINA MACEDO DA ROSA, ocupante da função de Professora Substituta na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 111/2020, de 05/02/2020. – ROSIMERI DA CRUZ PEREIRA, ocupante da função de Professora Substituta na E.B.M. Jurema Hugem Palma, bairro Santa Paulina, para a qual havia sido Designada através da Portaria Nº 115/2020, de 06/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 07 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **PORTARIA Nº 123/2020**

Publicação Nº 2354797

PORTARIANº 123/2020

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidas FÉRIAS aos seguintes servidores: - DAURA IVONE NUNES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 10/02/2020 à 24/02/2020. – IVONETE PEREIRA BORGES, ocupante do cargo de Agente

Administrativo, referente ao exercício de 2017/2018, a contar do dia 10/02/2020 à 24/02/2020. – JOZIMARA DE FATIMA PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 10/02/2020 à 10/03/2020. – MARIANA DA SILVA BORGES, ocupante da função de Agente Comunitária de Saúde - ESF, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 10/02/2020 à 10/03/2020. – VALDECI DO ROZARIO SEIFERT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao exercício de 2018/2019, a contar do dia 10/02/2020 à 10/03/2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 10 de fevereiro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

## PROCESSO 04/2020 FME

Publicação Nº 2355458

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 04/2020

Pregão Presencial 02/2020

Objeto: aquisição de MEDALHAS, TAÇAS e TROFÉUS para premiação de atletas e equipes que participarão dos eventos esportivos promovidos pelo Departamento Municipal de Esportes.

Tipo: Menor Preço Global

Data: 27/02/2020 – 09h30min

Valor estimado: 118.494,30

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 13 de fevereiro de 2020.

Giovani Nunes  
Prefeito Municipal

## TP 01/2020 PMSJ

Publicação Nº 2355686

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

PROCESSO 25/2020

Tomada de Preços 01/2020

OBJETO: Contratação de empresa para a execução da finalização da construção dos banheiros anexo ao Pavilhão da Maçã, bairro Jardim Caiçara, São Joaquim – SC.

Abertura dia: 04/03/2020

Horário de Abertura: 09:30 horas

O Processo será regido pela Lei nº 10.520/02, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail [pmsj\\_licitacao@hotmail.com](mailto:pmsj_licitacao@hotmail.com) ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> - Compras inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 12 de fevereiro de 2020

Giovani Nunes  
Prefeito Municipal

## São José

## PREFEITURA

## CONTRATO CT Nº 016/2020

Publicação Nº 2355021

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 016/2020 – TP 043/2019 – Processo 527/2019 – Proc. Adm. 9684/2019 – Contratado: MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI JÚLIA FRANCISCA DOS SANTOS, EM SÃO JOSÉ/SC COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. Valor do Contrato: R\$ 203.197,77(duzentos e três mil, cento e noventa e sete reais e setenta e sete centavos).Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 5 (cinco) meses, contados da data de sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 29 de janeiro de 2020.

## DECRETO Nº 12981/2020

Publicação Nº 2354473

DECRETO Nº 12981/2020  
HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADO o resultado do Concurso Público instaurado pelo Edital N.º 003/2019/SMA/GAB, destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal civil da Prefeitura Municipal de São José, conforme relação de aprovados anexa.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2020.

NERI OSVALDO DO AMARAL  
Prefeito Municipal em exercício  
VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

Edital 003/SMA /2019   Cargo: Agente de Secretaria Escolar				
Inscrição	Nome	Nascimento	NF	Class
741910737	GUSTAVO MARTINS DE OLIVEIRA	02/02/1998	9,65	1
741550636	ALUÍZIO ANTONIO FERNANDES DA SILVA	20/05/1992	9,5	2
742698787	EDSON FRANCISCO MELLO DE SALLES	30/03/1983	9,35	3
740706675	THAÍS KARINE AMARAL MANGRICH	26/06/1986	9,35	4
741353117	JULIE CHRISTINE MARTINS	09/07/1997	9,3	5
744256964	ARTUR DA SILVA COMPASSI	26/01/1987	9,25	6
743642426	GABRIELLI DEBORTOLI	18/02/1993	9,2	7
740914814	LAIS SOUZA DA SILVA	02/08/2000	9,2	8
743099436	JULIANA HOMEM	06/04/1986	9,15	9
744559413	ROSANA TABALIPA MORAES	21/09/1986	9,15	10
740707254	ISABELLE BERNDT LOPES	26/07/1990	9,15	11
742670723	BRUNO VICENTE	18/01/1991	9,05	12
743866237	BRUNA JOSEFINO SOARES	05/09/1991	9,05	13
742304201	ANA CAROLINA PEREIRA	06/05/2001	9,05	14
744644341	ROBERTA DE FÁTIMA MARTINS	27/03/1981	9	15
744708566	GISELLE ABREU BERNARDES	10/01/1985	9	16

740384398	GUILHERME JAIR DA SILVA	25/01/1990	9	17
740012598	JÉSSICA IVONE NUNES DA SILVA	05/06/1992	9	18
740788960	RACKEL SARAIVA CARDOSO	06/06/1995	9	19
743633185	JENIFER ALESSANDRA PI-NHEIRO DIAS	06/04/1992	8,95	20
740970882	ALINY CRISTINA DE OLIVEIRA DE LIMA	28/02/1988	8,9	21
743133929	JOAREZ JOSE PEREIRA	09/12/1986	8,85	22
744274251	TIAGO FONTOURA VIEIRA	20/04/1989	8,85	23
742204952	MAX IVAN DA SILVA	08/06/1991	8,85	24
740005811	BEATRIZ PONTES CRUZ DA SILVA	14/07/1995	8,85	25
743044828	GABRIEL PEREIRA MARTINS	25/04/1999	8,85	26
741750233	VINICIUS HERMANN DUTRA LICZKOSKI	13/05/2001	8,85	27
741718231	ISABELLA ALESSANDRA NASCIMENTO	17/08/1992	8,8	28
743628389	CARLA LUZ DE SOUZA	13/11/1980	8,75	29
742199826	REGINA HANG ALEXANDRE	11/07/1989	8,75	30
743378121	ESTHER FARIAS ELIBIO	23/01/1992	8,75	31
740487170	THAYARA SOARES KNIES	23/09/1993	8,75	32
744128166	DULCE ARCHANJO NOGUEIRA MARTIN	10/06/1968	8,7	33
741230186	DIOGO COSTA POMPEU	11/04/1978	8,7	34
743198725	JOÃO PAULO OSMAR DA SILVA	03/07/1980	8,7	35
740474418	MARCOS SANTOS DE OLIVEIRA	23/09/1983	8,7	36
743929146	CAMILA VIEIRA DA FONSECA NEVES	08/03/1984	8,7	37
743823148	IVANI MANNES	16/09/1987	8,7	38
742177267	MARIO WILL	06/01/1988	8,7	39
744264586	JULIANA DOS SANTOS OLIVEIRA	28/02/1988	8,7	40
741461143	CRISTINA DE FÁTIMA WALTRICH	15/05/1991	8,7	41
740552152	JOEL PITZ	28/06/1991	8,7	42
743227254	GABRIELA VIEIRA	15/02/1995	8,7	43
740093833	CAIO ALEXANDRE DE CAMPOS	12/08/1991	8,65	44
743890119	NAYANA TALLITA PEREIRA JULHO	14/06/1992	8,65	45
742216380	MARLON SOARES FERNANDES	13/04/1993	8,65	46
744175144	ANA LUIZA DOS SANTOS	16/12/1994	8,65	47
744298933	IZAVANI ROSA DOS REIS	17/12/1962	8,6	48
744621401	KATIA FIRMO	11/11/1971	8,55	49
744292499	KESIA VIEIRA	31/07/1979	8,55	50
740675841	FABIANA PRIM DOS SANTOS	26/02/1986	8,55	51
744156389	FABIANA FONTOURA	28/09/1986	8,55	52
741113608	SCHAYANE DA SILVA	03/07/1990	8,55	53
744635746	YURI DIAS	06/12/1990	8,55	54
740554995	TUANY SILVANA DA SILVA	14/02/1992	8,55	55
743864929	GABRIELA DELMONDES ALENCAR CARDOSO	19/06/1994	8,55	56
741491818	PAULA WILWERT VALTER	16/08/1994	8,55	57

744574837	EVERTON MEIRINHO DE OLIVEIRA	09/10/1996	8,55	58
743080830	REYNAN IURY BARLOESIUS SILVERIO	29/07/1997	8,55	59
743798694	CIBELE FONTANA DA COSTA	16/12/2001	8,55	60
744676238	ALEXANDRE LANGE LIVRAMENTO	08/12/1964	8,5	61
740782175	GIORGIA FABIANA TAVARES DE ARAUJO	15/07/1973	8,5	62
744698269	DANIEL RIBEIRO	18/04/1981	8,5	63
744699618	SUELEN SOUSA LEITE NASCIMENTO	26/01/1982	8,5	64
743424691	JÉSSICA EGERT	25/01/1993	8,5	65
742195731	LEANDRO GAIDZINSKI	10/11/1993	8,5	66
744322816	JONAS TEIXEIRA IGNACIO	23/09/1996	8,5	67
743255185	INGRID PEREIRA	23/05/1997	8,5	68
743495909	FLAVIA ALVES DA SILVA	18/04/1968	8,45	69
743693807	IÊDA MARQUES DE MENÊZES DE MORAIS	04/07/1968	8,45	70
743210469	ALBERTO VIDES OLIVEIRA	22/01/2001	8,45	71
741539785	DAIANE DA SILVA PEDROTTI	08/07/1981	8,4	72
740672428	POLIANA PEREIRA TEIXEIRA	30/05/1983	8,4	73
743345726	DENILSON TRENTINI XAVIER	02/04/1997	8,4	74
744227643	VANIA PIAMOLINI	20/08/1964	8,35	75
744597142	ELIANE DE ANDRADE SOUZA	06/09/1967	8,35	76
744514102	ZILDA APARECIDA FELISBERTO MATEUS	03/01/1972	8,35	77
742422161	JACQUELINE DOS SANTOS SOARES DA SILVA	04/10/1983	8,35	78
743440299	DAIANE ALBIERO DA SILVA	14/06/1986	8,35	79
740184675	MONIKE DE JESUS DOS SANTOS	01/05/1988	8,35	80
741180773	JESSIKA MAIA CARDOSO	06/10/1992	8,35	81
740026991	AILSANY NELINE MENEZES DE MORAIS	05/03/1993	8,35	82
744358395	ADRIAN DAIAN FLORIANO DURÃES ALVES	04/06/1994	8,35	83
743670447	LUANA FERREIRA DE OLIVEIRA	08/03/1995	8,35	84
743626812	JULIA MELO DA SILVA	13/05/1997	8,35	85
742774668	KEVIN RAFAEL NUNES DA SILVA	02/06/1998	8,35	86
740406776	ELISIANE PRESTES DA SILVA	18/06/1973	8,3	87
744020986	ERICA ANTUNES GROHE	08/03/1976	8,3	88
744364658	ALEX ELIAS HENRIQUE	23/11/1985	8,3	89
744103690	CAMILLA ROSSETTO	16/10/1991	8,3	90
740443721	JOSIANE SUSANA MARCELINO	15/12/1975	8,25	91
743782139	ANA CAROLINA DE FREITAS	04/08/1981	8,25	92
742900712	SIBELE NILDA BERNARDO	06/02/1990	8,25	93
743861257	RODRIGO DE FIGUEIREDO	15/05/1979	8,2	94
744496801	FERNANDA SORIA DOS SANTOS	24/05/1981	8,2	95
743428326	MARCIANE ZEFERINO FURRIEL DA CRUZ	31/01/1982	8,2	96
742434541	WILSON MACEDO FERREIRA	01/02/1983	8,2	97
743570230	SUZANA APARECIDA DE SANTANA	12/11/1985	8,2	98

743732555	CRISTINA RIOS	20/09/1986	8,2	99
742524544	WILLIAM WEBER	18/06/1989	8,2	100
742809668	FELIPE GABRIEL RAMOS SANTOS	06/02/1992	8,2	101
743602970	GUSTAVO ARTIFON LOPES	09/12/1994	8,2	102
741373195	SHAIANE GHELLERE POS-SEBON	04/06/1995	8,2	103
740185226	YURI ZANETTI RODRIGUES	21/05/2000	8,2	104
744189642	WELLINGTON SANTOS GRIEBELER DA SILVA	17/07/2000	8,2	105
744655141	MANOELA FRANÇA GOULART	24/08/2000	8,2	106
741795950	BRAIAN HILESHEIM	13/04/2001	8,2	107
742203329	DOUGLAS CARVALHO DE ARAUJO	11/12/1975	8,15	108
744697401	ALCIONE FREITAS DE MELO ARAÚJO	21/12/1978	8,15	109
740928511	BÁRBARA SOUSA GARCÊZ	24/08/1984	8,15	110
744469685	PATRÍCIA FONTOURA DA SILVA	24/11/1992	8,15	111
743696693	LUIZ ANDRÉ DOLINSKI KOPECHNISKI	17/06/1995	8,15	112
741470223	GABRIEL SOUZA RACHADEL	10/06/1997	8,15	113
740511366	JANETE APARECIDA DA SILVEIRA FERREIRA	05/05/1968	8,1	114
741646650	CASSIANE DOS SANTOS	11/11/1979	8,1	115
740856518	ANDRÉ ALEXANDRE PINHEIRO BRITO	11/02/1993	8,1	116
742760164	INGRID DE ESPINDOLA MANOEL	14/04/2001	8,1	117
742508877	JULIANE SILVA DE ALMEIDA	23/07/1989	8,1	118
743420106	MARCOS JULIO FLORES	30/08/1965	8,05	119
742415158	ZÉLIA MARTINS	23/10/1973	8,05	120
740417467	GISELE TEREZINHA GIL	06/12/1973	8,05	121
742481237	CLEITON LUIZ RIBEIRO DE FREITAS	09/01/1977	8,05	122
742927821	ANA CRISTINA SANTOS	05/10/1978	8,05	123
741474668	EVERTON JOSÉ DA ROCHA	26/04/1980	8,05	124
740141662	LETICIA PEREIRA COELHO	17/07/1980	8,05	125
744044685	JULIANA ROSA PACHECO	25/11/1983	8,05	126
740354611	AMANDA DE SOUSA VIEIRA	10/04/1993	8,05	127
740645310	EDUARDA BUENO DA SILVA	20/04/1995	8,05	128
741886943	ANDRÉ LUIZ DANIEL DAS CHAGAS	09/05/1995	8,05	129
741208726	LEONARDO OLIVEIRA GALIANO	05/08/1995	8,05	130
743234706	CLAUDIA HANNE DE SOUSA MARTINS	29/02/1996	8,05	131
743415218	DAYANA DUARTE DE JESUS	21/03/2000	8,05	132
744415451	EMILLY CRISTINE MARQUES CORRÊA	10/11/2001	8,05	133
740828494	JAQUELINE DA SILVA PAIM	11/04/1965	8	134
744576136	SÉRGIO MURILO GARCIA	29/11/1975	8	135
744720918	RICARDO VINÍCIUS PEREIRA BARBOSA	03/04/1978	8	136
741815585	JOELMA PEDROSO DE CARVALHO VIDAL	28/05/1978	8	137
744540476	KATIUCIA LUZIA WUNDERVALD	10/02/1981	8	138
744639383	PATRÍCIA DE SOUZA MELO	26/03/1988	8	139



741151528	MARLUCY JANAINA DOS SANTOS DE SOUZA	26/09/1988	8	140
743341520	MAXIMILIANO BELZARENO DOS SANTOS ROSA	18/11/1990	8	141
742447698	SAMYRA DOS SANTOS MARQUES	09/02/1991	8	142
742106943	GABRIELA LIRA DOS SANTOS	22/08/1994	8	143
744519552	THAINÁ HERNANDES ESPADA LIMA	19/01/1995	8	144
741519527	EVELYN SINDEL GARCIA	01/03/1995	8	145
740085525	LUCAS ELIEZER DOS PASSOS	16/01/1997	8	146
743040133	ANNA BEATRIZ HAMMS CURCIO	26/01/1998	8	147
744598699	LUCAS DOS SANTOS COUTO	12/02/1999	8	148
743595119	ADRIAN BRUNO OLIVEIRA	10/09/2001	8	149
744671281	JULIANE RIBEIRO	21/12/1987	7,95	150
744201432	MARIA REGINA VIDAL BUCHELE	18/03/1963	7,95	151
744705658	LUCIANO BRUSCHI BORTOLASSI	09/10/1978	7,95	152
743780935	ALAN WILLIAM DE OLIVEIRA BRANDO	24/12/1988	7,95	153
741971984	MARI GIANE RODRIGUES LORENÇON	24/06/1971	7,9	154
743300358	DAYANE FARIA SILVA	06/04/1977	7,9	155
742390870	GISILENE XAVIER DA CUNHA	03/02/1980	7,9	156
744297265	ANDRÉIA GUTIERRES MOREIRA	04/09/1980	7,9	157
740347205	ELIANE REGINA DE SOUZA	21/06/1985	7,9	158
742926991	MICHELLE DA MAIA	31/10/1993	7,9	159
744642603	PAULA CAMILA FIGUEIREDO	26/07/1994	7,9	160
742802557	JAILI DARK DE LUCENA ALVES	12/06/1995	7,9	161
744497693	PAULA ELIZANDRA CAMPOS LOBO CASTRO	26/06/1996	7,9	162
740799348	TAINÁ AMORIM DA SILVA	16/09/1999	7,9	163
741312156	ADRIANA REINER MONTEIRO PLATT	07/02/1972	7,85	164
743937601	AUGUSTO MAGNUS MICHALSKI	10/04/1979	7,85	165
743183199	DEYSI WILIANE RIBEIRO	20/05/1988	7,85	166
742138886	ISRAEL LUKAS LAZZARI	03/03/1989	7,85	167
743000255	JULIANY DOMINGUES ALVES	18/12/1992	7,85	168
743822583	RAFAEL CABRAL BASTOS	11/02/1998	7,85	169
742942456	KARINA MARTINS DUARTE	14/02/1999	7,85	170
741433528	ANDRE BARBOSA DA SILVA	17/07/1996	7,8	171
744638328	JOSÉ ANTONIO CAVALCANTI LOUREIRO FILHO	19/09/1963	7,8	172
741244766	MARIA EMÍLIA MOURA DA FONSECA	27/05/1964	7,8	173
740099227	VANESSA DIAS PEREIRA	20/07/1979	7,8	174
741650982	TAMYRIS GONÇALVES COSTA DA SILVA	04/01/1989	7,8	175
741736725	JEFFERSONANTUNESDACUNHA@GMAIL.COM	17/06/1991	7,8	176
743477398	LEONARDO DE PAULO	14/06/1994	7,8	177
744244620	KAROLINE SILVA BUSS	16/08/1996	7,8	178
743453177	ISABELLE DE OLIVEIRA GUEDES	01/03/1999	7,8	179



740089579	DENISY SILVARAMOS	25/01/1973	7,75	180
742987443	LUCIANO MARINON DO NASCIMENTO	13/01/1975	7,75	181
744318195	FABIO EBERTT OLIVEIRA DE ARAGÃO	04/10/1976	7,75	182
740405862	KASSIARA KRISTINE DE FREITAS	20/09/1988	7,75	183
742302293	DÉBORA REGINA GARBIN	27/01/1992	7,75	184
741404798	SANTANA DO PILAR RIBEIRO CRUZ	15/04/1992	7,75	185
743022272	JULIA KAROLINA ANSOLIN DE OLIVEIRA	05/10/1993	7,75	186
741375800	JHEYMIS HAFAYER RODRIGUES DA SILVA	09/11/1995	7,75	187
741215101	MONIQUE SERAFIM CARDOSO	14/06/1997	7,75	188
743843229	YASMIN PADIAL ANDREU DA SILVEIRA	25/05/1999	7,75	189
744068770	ANA LUÍSA DA ROSA MATIAS	16/09/2000	7,75	190
741713546	CARLOS HENRIQUE CABRAL FURTADO	28/12/1974	7,7	191
743813296	CLECI DA SILVA DUARTE	16/09/1976	7,7	192
744581265	KATIA VANESSA GIANELLO SCHMITZ	20/11/1976	7,7	193
744458400	MAGALI DE SOUZA	08/03/1981	7,7	194
741791224	DANIELA DOS SANTOS CRAVO	23/05/1982	7,7	195
740300701	JEAN JOAQUIM LEITE MARTINS	22/04/1984	7,7	196
744317190	JAQUELINE BATISTA DE FARIAS	19/05/1988	7,7	197
741070159	NATÁLIA ZABOT PELLERIN	04/12/1990	7,7	198
744565276	BRUNA LAIENE TOMACHESKI GOMES	27/02/1992	7,7	199
740014794	THIAGO MACEDO BRASIL	09/03/1992	7,7	200
743144130	ALEXANDRE FERREIRA	31/10/1995	7,7	201
743836197	RAFAEL BRAGHINI ARÊAS	12/09/1999	7,7	202
742973448	GABRIELLY RAMOS DE SOUZA	08/12/1999	7,7	203
741755449	VICTÓRIA GUIMARÃES LEMOS	02/12/2000	7,7	204
743758992	MARCELA GOMES AQUINO	08/06/2001	7,7	205
742567902	DAURI RODRIGUES	08/06/1968	7,65	206
743071888	VANESSA LÚCIA COELHO RAIMUNDO	09/05/1987	7,65	207
744543819	AURILENE DE LIMA BARROS	20/01/1988	7,65	208
741676428	MARLON SILVEIRA	04/05/1998	7,65	209
744282601	JOAO VICTOR LEITE	21/09/2001	7,65	210
742741704	VERA LUCIA CABRAL	18/07/1974	7,6	211
743256128	CARMELITA SCHAFER PHILIPPI	25/02/1982	7,6	212
742669291	MARIVALDA NOVAIS BERNARDO CARDOSO	26/01/1983	7,6	213
743580728	JACKELINE CORREA MAIA	07/10/1983	7,6	214
740523116	FABIANA PAGANINI	06/03/1984	7,6	215
744503156	KELLY DE MATOS KLIPPEL	28/06/1989	7,6	216
741166599	ROSELI MARCIELI FERNANDES	26/07/1991	7,6	217
740752660	MISAEL DE ASSIS	08/06/1994	7,6	218
742394904	DAYANA ROUSSENQ	27/07/1994	7,6	219

742906163	RUBIA DUARTE PARENE	31/12/1991	7,6	220
743767680	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA	08/11/1975	7,55	221
740534367	JANAINA GOETH	02/11/1978	7,55	222
742764457	JOCIMARIO DE JESUS DA LAPA	26/03/1989	7,55	223
744520705	JESSICA GEISSE RODRIGUES MACIEL	11/10/1991	7,55	224
741619454	FRANCIANI EDINETE RAMOS	12/02/1993	7,55	225
741090236	JULIET SELL	23/02/1996	7,55	226
744313996	JANAINA DA PAZ PEGO	29/04/1996	7,55	227
744616130	ALICIA RODRIGUES UMBE-LINO	17/05/2000	7,55	228
743459542	MAINARA DE SOUZA MAR-TINS	22/05/2001	7,55	229
740658975	HILDA NARA RIBEIRO SULZ-BACH	14/12/1971	7,5	230
741515254	FERNANDA MORCELLES MEIRA	16/04/1973	7,5	231
740872265	SILVANA ROSA DIONÍSIO	04/10/1973	7,5	232
743106244	CAMILA KIRCH	08/01/1983	7,5	233
743513820	AUDREI VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA	22/03/1985	7,5	234
742685478	VINICIUS ALVES DA SILVA	27/02/1988	7,5	235
741545882	VINÍCIUS DE OLIVEIRA GON-ÇALVES VEIGA	07/04/1993	7,5	236
742069723	EVANDRO FIGUEREDO BOHM	26/05/1993	7,5	237
744580138	SUIANI INDIANARA ANTU-NES DO NASCIMENTO	26/03/1994	7,5	238
741205900	FABIO MARTINS KOBUS	10/10/1994	7,5	239
742766371	EDUARDA CRISTINA SCHÜS-SLER	20/10/1997	7,5	240
743995356	LÍVIA FARIAS OLIVEIRA	10/09/1998	7,5	241
743761101	NATHÁLIA SILVEIRA DAN-GELO	27/06/1999	7,5	242
740857297	LUCAS JOSÉ DE BORBA	30/10/1999	7,5	243
744590773	ÁLVARO SORMANE DO NAS-CIMENTO	11/01/1970	7,45	244
741996633	JOEL MARCIO MORAES	09/11/1978	7,45	245
744167734	BRENDA GABRIELA LOPES DA PEDRA	29/07/1994	7,45	246
743812324	MARIAH TEIXEIRA RACHA-DEL	15/08/1994	7,45	247
741359350	LUCAS CARDOSO	23/07/1995	7,45	248
743722381	AFONSO BORGES CASTRO	27/11/1996	7,45	249
740941172	ANA JÚLIA FREITAS DA SILVA	20/04/2000	7,45	250
741032263	SARA CARVALHO DA SILVA	10/05/2001	7,45	251
740128177	VICTOR FERNANDO AVILEZ VELASCO	19/12/1964	7,4	252
743691868	JOSIANE CREMILDA DOS SANTOS	02/01/1972	7,4	253
741590182	CÁTIA ZANATTA	24/05/1973	7,4	254
742253610	MARIA BERNARDETE PE-REIRA	13/10/1973	7,4	255
744271219	CRISTIANE IZABEL DA SILVA	29/06/1976	7,4	256
740670395	ALINE DE JESUS	08/06/1978	7,4	257
742191948	SIBELI ALEXANDRA AZE-VEDO	31/07/1979	7,4	258

741612328	LUIZ GUILHEME VALVERDE DA SILVA	07/02/1983	7,4	259
744018291	EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS	11/05/1984	7,4	260
744686159	ROBERTA RIBEIRO PINTO	11/07/1984	7,4	261
741133548	FABRICIO SILVEIRA	11/03/1985	7,4	262
744145655	NIELLY XAVIER FREITAS DO NASCIMENTO	10/12/1985	7,4	263
740704266	CHANA BARBOSA IOHANN DE FREITAS	26/10/1989	7,4	264
742109146	SAMANTHA CORRÊA DA SILVA	14/03/1993	7,4	265
743246142	NAIARA RODRIGUES DOS SANTOS	21/02/1997	7,4	266
742667126	GABRIELA EMERENCIANO VIDAL	12/09/2000	7,4	267
743132632	LAURA GIOVANNA CHARÃO GARCIA	03/04/2001	7,4	268
741505156	JOÃO VICTOR LUCKMANN DE SOUZA	04/09/2001	7,4	269
743616180	LUANA DE SOUZA SOARES	03/02/2002	7,4	270
741997651	MARIA NELSI RODRIGUES KRAMBECK	25/09/1965	7,35	271
744187162	SILVIO AGENOR VALENTIM	28/08/1972	7,35	272
743768853	DAIANE SILVEIRA	10/02/1977	7,35	273
742001783	ALEXSANDRO PORCIÚNCULA ALCÂNTARA VIEIRA	13/07/1977	7,35	274
744651491	BARBARA KELLY DA SILVA SANTOS TOLOTTI	27/04/1981	7,35	275
744062968	DAIANA VERSAL	04/04/1982	7,35	276
742992453	MARCO ANTÔNIO CARDOZO	27/06/1984	7,35	277
744146728	RENATA MONTEIRO GOMES	05/02/1990	7,35	278
742531170	ELLEN AMARANTE CÂNDIDO	22/03/1996	7,35	279
740510699	MARIA EDUARDA DOS SANTOS COSTA	06/07/1998	7,35	280
741142290	RAFAELA MARIA DOS SANTOS	08/07/1998	7,35	281
741106667	JÉSSICA APARÍCIO DE AZEVEDO	16/05/2001	7,35	282
743546554	RUBIA APARECIDA DA SILVA	20/07/2001	7,35	283
740130262	AMABEL CRISTINA ASSUNÇÃO	10/02/1973	7,3	284
742577713	ANDREIA T SILVA DE BRUM	31/10/1976	7,3	285
744098758	NATÁLIA CRISTINA DA SILVA	07/04/1993	7,3	286
743288387	LISYANI DE SOUZA MATEUS	16/02/1996	7,3	287
741160470	LEONARDO SILVA E SILVA	21/09/1986	7,3	288
743283450	THAIS DE OLIVEIRA	10/02/1999	7,3	289
740950105	MARIA LUÍZA DUARTE	14/02/2000	7,3	290
744436119	MARIA EDUARDA DA SILVA	17/06/2000	7,3	291
744713755	EMANUELLA TAVARES DA SILVA VICENTINA	20/02/2001	7,3	292
741022598	ASSUNÇÃO DE MARIA PEREIRA DA SILVA	15/08/1954	7,25	293
743958920	LUCIANA LURDES ZANINI	19/12/1975	7,25	294
743136161	JULIANA DA ROSA	13/05/1984	7,25	295
743883746	DAIANE FAGUNDES DA ROSA	29/01/1985	7,25	296
741254506	CIBELLE JERÔNIMO	13/04/1986	7,25	297
743074718	ANDREZA ALCIENE SOUZA DA SILVA SANTOS	22/09/1986	7,25	298

743003200	MAYCON SCHMITT	27/11/1988	7,25	299
741405174	ANDERSON PINTOS DAMAS-CENO	10/04/1989	7,25	300
744148422	BEATRIZ MARTINS PEREIRA	08/02/1995	7,25	301
740064510	GIULYANA MIRANDA RIGON	21/01/2000	7,25	302
742514147	DEBORA DUTRA CANDEIAS	29/07/1963	7,2	303
743681103	SUSANA MARGANE JOHANN BECKER	29/04/1965	7,2	304
741298101	MIRIANGELA PAIM	07/05/1969	7,2	305
744048700	SANDRA REGINA DA SILVA VIEIRA	24/01/1971	7,2	306
744712142	JANAINE OLIVO	11/04/1981	7,2	307
744594392	GABRIELA APARECIDA SALVADOR	08/12/1986	7,2	308
742870381	BRUNO FAGUNDES DIOGO	05/06/1987	7,2	309
744227151	MICHELLE BRITO BORGES DE SOUZA COSTA	27/08/1987	7,2	310
740345778	RONALDO MURILO PEREIRA	05/04/1988	7,2	311
742523720	ADRIANA DOS SANTOS SILVA	16/05/1988	7,2	312
741775524	BRUNO BRUM ROSA	04/12/1988	7,2	313
743284911	VANICE MARIA LAUXEN	06/06/1990	7,2	314
742493767	PATRICIA FRANCO NUNES	26/04/1991	7,2	315
741640455	HERMAN JUNIPERO REINERT FERBER	15/06/1993	7,2	316
743264278	FAGNER DOS SANTOS DA COSTA	14/02/1996	7,2	317
741067764	MANOELLA CARDOSO LUDVIG	10/04/1996	7,2	318
744548742	MIRIAN DO NASCIMENTO MEDEIROS NONATO	21/09/1996	7,2	319
742159741	ANA PAULA DOS SANTOS PEREIRA	03/04/1997	7,2	320
744594629	BRUNA FIGUEREDO DE SOUZA CHIELLA	16/10/1997	7,2	321
743684493	RICHARD GOULART CARDOSO	12/09/2000	7,2	322
744459871	GABRIELA ROGALSKI	28/01/2002	7,2	323
743288477	MARIA DE LOURDES BERTOL OLIVEIRA	24/05/1966	7,15	324
743249261	ANDERSON CARVALHO ALMEIDA	17/04/1980	7,15	325
742750157	CAROLINA DOS REIS MADEIRA DA PURIFICAÇÃO	01/12/1982	7,15	326
744126476	TATIANE HEINZ DA SILVA	13/05/1983	7,15	327
743242101	KEVEN CARDOSO TOSHIK	03/03/1995	7,15	328
741681389	JULIANA DE SOUZA	12/03/1997	7,15	329
741741197	EMILLY ABEDALLA DA SILVA	24/09/1999	7,15	330
742031846	ADRIANE FADANI ALVES	28/03/1974	7,1	331
740720339	ELZA DANUZA DE ARRUDA SEVERO	29/05/1981	7,1	332
743007144	CARLOS FREDERICO VITORINO	24/06/1983	7,1	333
743821367	ROSILENE MARIA DA SILVA	09/05/1984	7,1	334
744046800	RAFAEL SANTOS SIMON	25/07/1989	7,1	335
743607207	CARLOS EDUARDO ARAUJO	07/01/1999	7,1	336
744596185	CAROLYNE PETRY DE AVILA	26/06/2000	7,1	337
743240133	LUANA BARTH KLEINKAUF	06/03/2001	7,1	338
740733812	MARCIO DA SILVA	04/03/1967	7,05	339

743986558	ALCIONE DE ALMEIDA FARIA	16/05/1975	7,05	340
744383452	ALEXSANDRO SILVEIRA	12/06/1975	7,05	341
744082254	ALESANDRA CRISTINA VIEIRA	09/03/1980	7,05	342
743774619	CINARA ALVES	07/07/1981	7,05	343
743609637	RENATA HELENA RODRIGUES	26/08/1986	7,05	344
742427783	NATALIA FEIX BARBOZA	19/05/1987	7,05	345
741148120	ALINE DA SILVA DE SOUZA	16/05/1989	7,05	346
744591485	JÉSSICA REGINA ALBUQUERQUE VALENTE DE BARROS	17/01/1992	7,05	347
742491191	KRISTHOFE DA SILVA PEREIRA	22/06/1993	7,05	348
742325169	FRANCISCO JAMYSON DOS SANTOS CARDOSO FERREIR	09/10/1994	7,05	349
744454924	GABRIEL GONÇALVES MACHADO	28/02/1995	7,05	350
743658149	LARISA NAIARA NORILER	28/02/1996	7,05	351
740662261	JOSÉ GUSTAVO PIENTA	22/06/1997	7,05	352
744619109	THAYS DE LOURDES ESPINDOLA	06/01/1998	7,05	353
743835722	MÁRCIA GABRIELLE FERREIRA DE ARAUJO	29/05/1999	7,05	354
743604180	CLÓVIS DA SILVA	07/06/1999	7,05	355
743002159	BEATRIZ BORGES MARCELINO	11/08/2000	7,05	356
742799975	CARLOS ALBERTO SILVA CAVALCANTE	19/02/1960	7	357
744311890	THIAGO DA SILVA QUEIROZ	01/03/1977	7	358
743366636	SILVIA APARECIDA MEURER	07/04/1980	7	359
740073501	ALEXSANDRA DE SOUSA	16/01/1982	7	360
743915339	MARIA IZABEL DE ESPÍNDOLA GARCIA	21/02/1982	7	361
744194900	FERNANDA CRISTINA MELO	08/10/1983	7	362
742309514	EDNA FERNANDA REZENDE DA SILVA	30/10/1986	7	363
742699639	ARIELLA DE ALBUQUERQUE BELLO	26/01/1987	7	364
743736173	ELIZEIA SAVEDRA DE SOUZA	09/02/1993	7	365
744384339	BRUNA BOSCATO SILVESTRE	26/09/1993	7	366
744679247	VICTOR DE LUIZ MATA DE SOUSA	29/06/1996	7	367
743803547	THAIANNY DE ARRUDA ANASTÁCIO	04/05/1997	7	368
743438452	GIUSEPPE SANTIAGO	22/10/1997	7	369
741761989	MIRELLA CARVALHO GARCIA	15/05/1998	7	370
742635487	SHARA LUCHTENBERG HECKLER	07/08/2000	7	371
742916951	KARINA DE LINS	08/04/2002	7	372
744471618	MARIA APARECIDA DA SILVA	22/10/1968	6,95	373
744657832	SUELEN IGNACIO PORTO	17/01/1995	6,95	374
741969167	EDNA SOUZA DE JESUS FERREIRA	17/11/1972	6,95	375
744637613	ADAILMA DOS SANTOS QUEIROZ	03/03/1978	6,95	376
743686122	ALINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	17/03/1994	6,95	377
743789125	BEATRIZ MACHADO	01/03/1998	6,95	378
744257315	MARILDA BARROS	18/01/1954	6,9	379

744091225	CLAIR SALVADOR SOARES	14/04/1966	6,9	380
743965943	GRACIANE INEZ KRETZER	12/01/1974	6,9	381
741389197	FABIANA DE SOUZA	23/01/1974	6,9	382
744194979	CRISTIANE DO CARMO SOARES	25/06/1975	6,9	383
743594503	EVA MACIEL KSENIUK DA ROSA	22/04/1976	6,9	384
743178454	PATRICIA BERNARDINI SCHWEITZER KOENIG	30/09/1976	6,9	385
744266176	IZABEL TEIXEIRA DOS SANTOS	17/03/1977	6,9	386
743952194	MARINEIDE BERNARDES SOARES	20/12/1978	6,9	387
744427200	PAULA REGINA RODRIGUES ANDRADE DA COSTA	20/10/1980	6,9	388
740403141	EDUARDO XAVIER	25/05/1981	6,9	389
743216779	ROBERTHA CALDAS DE FREITAS	25/08/1982	6,9	390
743276125	TATIANA DA SILVA DOS SANTOS	27/08/1982	6,9	391
744471602	ARIANA RODRIGUES FARIA	18/04/1985	6,9	392
743376929	CLAUDIA LOUISE CORDEIRO	23/06/1986	6,9	393
742258247	JEFERSON MAXIMO DA SILVA	06/10/1992	6,9	394
743938118	BIANCA LENIR DE SOUZA	11/09/1993	6,9	395
742827610	ALESSANDRA DE OLIVEIRA	09/05/1998	6,9	396
744287165	MARIA EDUARDA SOMMER SOUZA	02/01/1999	6,9	397
741980506	ANGELO COUTO DOS SANTOS	21/04/1999	6,9	398
744203963	PAULO ROBERTO SANTOS NETO	22/03/2001	6,9	399
740901697	SIMONE REGINA FREITAS	29/07/1971	6,85	400
743321461	ROSANGELA ANITA FRANCISCO	13/03/1972	6,85	401
743823839	ANA CLÁUDIA RODRIGUES SILVA	31/08/1975	6,85	402
742903168	MIRTA BEATRIZ SILVA DA SILVA	29/12/1975	6,85	403
741082757	MARTA NASCIMENTO BORGES	03/02/1976	6,85	404
740152117	RODRIGO LAUTERTE	19/02/1976	6,85	405
740250239	CARLOS ARILDO DE OLIVEIRA JUNIOR	11/09/1989	6,85	406
741384738	FABIANO CAMPOS ROMANCINI	03/05/1994	6,85	407
742620375	WILLIAN DE SOUZA SANTOS	27/09/1994	6,85	408
744147237	BIANCA MACIEL DUARTE	05/01/1996	6,85	409
743434727	CARLOS AUGUSTO DA SILVA FLOSINO	12/01/1996	6,85	410
741403958	BEATRIZ CARLOTA DOS SANTOS CABRAL	22/07/1996	6,85	411
741340204	NAIANA CARVALHO TEIXEIRA	14/03/1997	6,85	412
742038488	LETÍCIA ALVES DE LIMA	24/06/2000	6,85	413
742267534	CAROLINA HERMES DOS SANTOS	26/03/2001	6,85	414
743471809	FABIANA DE SOUZA	21/05/1980	6,8	415
742139604	EVA DE JESUS PEREIRA	07/06/1980	6,8	416
743468541	GABRIEL CELSO DE SOUZA	08/07/1997	6,8	417
742340113	SAYONARA DE OLIVEIRA	15/05/1967	6,75	418

744595290	FRANCINI DA SILVA SCHLICHTING	15/10/1978	6,75	419
744363892	FABIANA DA SILVA MATOS FRANÇA	06/11/1984	6,75	420
744312158	CARLA RIBEIRO DE SOUZA	07/07/1989	6,75	421
743011122	ALISSON RODRIGO MORAIS DE LIMA	30/09/1994	6,75	422
743208653	JHEINY CAROLINE DE SOUZA	10/04/1996	6,75	423
743316441	PAULA MAIARA PALERMO	24/06/2000	6,75	424
741752355	EDELMA GAYNETT LELLES FERREIRA	06/08/1963	6,7	425
744110520	ADRIANA CRISTINA BORBA	05/04/1967	6,7	426
740898189	JOICE ROCHA DE LIMAS	24/11/1971	6,7	427
744232366	JOCIANE SALETE OSTROSKI	03/06/1975	6,7	428
740823999	EDIVANA APARECIDA CARVALHO MOURA	21/01/1981	6,7	429
743611123	LUCILÉIA BEZERRA LOFFI KUHL	01/03/1985	6,7	430
743567118	NILCILENE SERRA ALVES	15/08/1987	6,7	431
743500156	LIANA SANTOS	04/03/1988	6,7	432
742801731	IZABEL VENTURA	23/02/1992	6,7	433
743051935	JESSICA ELLER DE MELO	12/04/1992	6,7	434
744071331	ANDRESSA KOWALSKI	05/01/1995	6,7	435
742030463	VANESSA BARBOSA DE SÁ	09/08/1998	6,7	436
741150307	BEATRIZ GOULART	02/02/2001	6,7	437
740011864	LANUSSI ARCENDINO DA SILVA	23/08/1972	6,65	438
742983191	FABRICIA RIBEIRO SOARES MARQUES	13/01/1971	6,65	439
744075170	MARISETE LIMA DE OLIVEIRA DABOITE	24/05/1976	6,65	440
741300342	EDNEY DA CRUZ ARAUJO	24/05/1989	6,65	441
744004440	ALVIN MATILDE DA SILVA NETO	14/12/1997	6,65	442
743139293	VANESSA HOFFMANN	22/10/1998	6,65	443
743083384	MARIELEN DOS ANJOS DE OLIVEIRA	22/03/2001	6,65	444
743818945	SONIA REGINA CABRAL BASTOS	22/12/1964	6,6	445
743201735	ARZELI APARECIDA VELHO	08/08/1968	6,6	446
741241313	LUCIANA APARECIDA DUARTE DA SILVA	14/10/1982	6,6	447
744074803	TAMARA CRISTIANE VIEIRA	23/07/1987	6,6	448
743861199	BEATRIZ PEREIRA MARIANO	06/04/1990	6,6	449
744394527	DENILZE TRENTINI	17/08/1968	6,55	450
740818755	LUCIANE ARAUJO DA SILVA SOUSA	04/01/1972	6,55	451
742817692	LUCIANO SIQUEIRA BECK	31/05/1980	6,55	452
744402255	THIAGO JOSÉ JAIR MARTINS	30/08/1982	6,55	453
742208885	ANDREIA CRISTINA OLEINISCHI	01/11/1982	6,55	454
743743121	VANESSA LISBOA DE LIMA	09/01/1984	6,55	455
744714581	CINTIA ROSA DO LIVRAMENTO BARRETO	03/03/1985	6,55	456
744481152	MIRIAN PATRÍCIA BARBOSA DA SILVA	19/06/1985	6,55	457
741132138	GISLAINE MARTINS DOS SANTOS CARVALHO	02/08/1985	6,55	458



740784545	IZIDORO SCHMITZ NETO	25/02/1993	6,55	459
742535170	MARIA JANAINA DE FREITAS SIMOES	20/07/1994	6,55	460
744450941	LETICIA MARIA DA ROSA	06/07/1995	6,55	461
742419261	VICTOR EMMANUEL DE SOUZA CARDOZO	17/04/1997	6,55	462
743126671	LUANA HOFFMANN	22/10/1998	6,55	463
743678938	RENATA VAZ LUCENA	27/07/1969	6,5	464
742060169	KAREN MICHEL HECHT	05/05/1977	6,5	465
742831319	FRANCINE SILVANO MÁXIMO KOSCIANSKI	21/05/1986	6,5	466
743326819	ROBERTA CARVALHO	14/01/1995	6,5	467
741495129	CAMILA NEVES FORTKAMP	10/12/1995	6,5	468
742800281	PEDRO FRANCISCO BASTOS PIRES	07/03/1999	6,5	469
742079539	LETÍCIA OLIVEIRA DE SOUZA	31/10/1978	6,45	470
744028447	SÉRGIO LUIZ HENRIQUE DE AGUIAR	27/06/1981	6,45	471
743817760	RAFAEL GARRIDO PORTELA	15/02/1986	6,45	472
740698731	EDUARDO VARELA	15/01/1996	6,45	473
740820770	JÚLIA JOAQUINA MORAES RODRIGUES	28/05/2000	6,45	474
742139409	DARSÔNIA ALCI DOS SANTOS PEREIRA	19/03/1965	6,4	475
743676268	MARISTELA DE LIMA BRANCO BASTOS	07/05/1965	6,4	476
741614707	ELENICE QUEIROZ DE SOUZA LOURENCO	10/11/1969	6,4	477
740834541	TERESINHA DE JESUS GARCEZ DOS SANTOS	22/01/1971	6,4	478
744154380	MARCIA MOREIRA TAVAVES	06/05/1972	6,4	479
741682575	VALERIO BAGATOLI	31/07/1972	6,4	480
743028485	JOSÉ NILTON MANGRICH	23/09/1976	6,4	481
743636810	JULIANA GOULART DA LUZ	17/04/1985	6,4	482
743432327	TIMOTEO CARDOSO	06/03/1987	6,4	483
742428597	THAINARA VENTURA DE OLIVEIRA	22/11/1987	6,4	484
741668998	ADRIANA SALUSTRIANO GOMES	22/03/1994	6,4	485
742589146	BEATRIZ ANDRETA MARTINS	26/10/2000	6,4	486
742507913	MARIA DE FATIMA SILVA DE ALMEIDA	03/02/1953	6,35	487
742618800	ADRIANA CURCIO	22/12/1970	6,35	488
743395958	LORECI DE LIMA	13/11/1974	6,35	489
744062103	PAULA ANDREIA MAZUCO DE OLIVEIRA	22/06/1977	6,35	490
744674126	SONIA KRAUS	22/08/1977	6,35	491
743187303	NEUSA ALVES VITORIO	16/11/1983	6,35	492
743239869	FRANCIELI DE FARIAS	19/09/1985	6,35	493
742843756	DELENIR PERES MARTINS	28/06/1988	6,35	494
740902976	ADIMAEI SANTOS GONCALVES	14/08/1989	6,35	495
744216923	MARIANE LOURDETE VIEIRA	17/07/1993	6,35	496
744068234	ROSANGELA DA SILVA BANDEIRA	31/03/1994	6,35	497
741117534	DANIELLE SILVEIRA DA SILVA	11/12/1994	6,35	498



743698891	DANIEL TERCEIRO BARREIROS FREIRE	15/09/1995	6,35	499
742686589	ROBERTA MERIELEM PONTES OLIVEIRA	16/03/1996	6,35	500
740847705	JOSÉ WILLIAN FERREIRA	19/03/1997	6,35	501
744457825	KEWYN GAMALIEL GONÇALVES MACHADO	18/10/1998	6,35	502
742619503	BRUNO CÉSAR MIRANDA DE MOURA	29/04/1999	6,35	503
742573988	MARIA JÚLIA RODRIGUES DA SILVA	25/07/1999	6,35	504
744021928	LARISSA KERKHOFF SCHAPPO	14/06/2001	6,35	505
742312371	TEREZINHA APARECIDA DA LUZ MORAES	25/01/1966	6,3	506
741344194	TEREZINHA MARIA PEREIRA DA SILVA	06/10/1968	6,3	507
743791659	FLAVIANI CRISTINA DA SILVA NADAL	21/07/1976	6,3	508
741687828	MARILÂNDIA SÔNIA ANDRIANI RIBEIRO	05/07/1987	6,3	509
741794735	PÂMELA SALETE TORRES VIEIRA	13/08/1989	6,3	510
742996544	TAMARA SOUSA ESCOUTO	16/09/1991	6,3	511
742993554	FERNADO DO SANTOS	03/01/1966	6,25	512
743363561	VANDA DA SILVA	08/08/1967	6,25	513
742578295	ROBERTO GENRO DE BRUM	23/07/1968	6,25	514
744151228	JULIANA BRAZ	25/04/1977	6,25	515
744533259	ADILSON DA ROSA	06/10/1978	6,25	516
743508255	CLEYTON MEDEIROS	28/07/1982	6,25	517
741979891	JOSIANE DE MOURA BORGES	04/02/1985	6,25	518
744701898	JUCILENE APARECIDA FERREIRA	31/10/1985	6,25	519
740839177	WANDERSON ALCANTARA DA SILVA	22/12/1991	6,25	520
742315637	STEPHANIE OLIVEIRA ARAÚJO	19/11/1996	6,25	521
740593733	SARA RODARTE DE OLIVEIRA	19/02/1998	6,25	522
744314365	NATALIA DE MATOS	09/05/2000	6,25	523
744205403	TANIA APARECIDA PERES DE LIMA	23/11/1966	6,2	524
742520609	MARIA DE MIRANDA	22/04/1968	6,2	525
743887366	LUTERCIA ANTUNES	27/03/1972	6,2	526
743694816	FABIANA DA SILVA VENTURINI	17/06/1974	6,2	527
743635896	ROSANA ELIANE MIILLER MARQUEZ	03/12/1974	6,2	528
742515797	KEILA DA SILVEIRA SILVA MARIAN	21/09/1979	6,2	529
741119423	ALINE APARECIDA DE ESPINDOLA	27/10/1983	6,2	530
743901609	FERNANDO ADILSON DA SILVA	12/12/1983	6,2	531
744337448	ALAIDE DA COSTA FERREIRA	21/09/1985	6,2	532
744087199	FERNANDA COSTA DE SOUZA	08/08/1986	6,2	533
743209280	CRISTINA APARECIDA DIAS	06/04/1988	6,2	534
742360151	CAMILA DE SOUZA	10/03/1993	6,2	535
743945486	AMANDA DE OLIVEIRA	30/10/1994	6,2	536

742622935	KÉCILA ALVES CARVALHO BERNARDO	14/05/1999	6,2	537
742268248	MATHEUS MAREGA DE VALGAS SCHMITT	26/06/2001	6,2	538
743871123	JULIANE RIBEIRO DA SILVA	12/07/1987	6,15	539
741922149	NÁDIA REGINA DE SOUZA DE OLIVEIRA	05/07/1974	6,15	540
743470568	JAIR ANTONIO DA SILVA CHAGAS	13/06/1984	6,15	541
743088658	NAZARENO GOMES DE AZEVEDO JÚNIOR	24/07/1986	6,15	542
741415174	MARCOS VINICIUS ALBUQUERQUE DA SILVA	26/01/1995	6,15	543
743148868	IRLENE DE FATIMA MORAIS SILVEIRA	15/12/1964	6,1	544
741357877	VANESSA GONÇALVES DOS SANTOS	24/06/1973	6,1	545
744609430	JANICE OLIVO	25/02/1977	6,1	546
744476267	JOCERLEIA DA COSTA	02/03/1981	6,1	547
743372384	SHEILA ARAUJO FRAZÃO	24/03/1985	6,1	548
741095130	RODRIGO WOITILA FERREIRA	23/09/1982	6,05	549
742358495	SABRINA ADELAIDE BION	23/11/1984	6,05	550
744485134	ALINE DA SILVA FERNANDES	16/10/1989	6,05	551
740297570	ANNE CAROLINE SOUZA CORTIANE MARTINS	21/12/1992	6,05	552
742007847	FELIPE LAURINDO LOPES	09/11/1995	6,05	553
744109613	GEOVA SANTOS DA SILVA	08/07/1997	6,05	554
742532995	GIOVANNA DE SOUZA QUEIRÓZ	19/08/1997	6,05	555
741081292	MARINA FREITAS MOTA	28/07/1998	6,05	556
741653841	GABRIELY MOMM KOERICH	20/07/1999	6,05	557
744277671	NATALIA CRISTINA RODRIGUES	19/08/1999	6,05	558
743840145	LUCIANA DA CONCEIÇÃO	22/03/1973	6	559
744143527	EDICLEIA APARECIDA FICK	08/11/1989	6	560
743605885	GUILHERME DUARTE ALVES	13/07/1996	6	561
743628798	RAFAELA STEINBACH	28/11/1998	6	562
743392362	MARIA LUIZA SOARES	23/08/2000	6	563
744587921	AMANDA ALINE SCHMITZ COUTINHO	24/09/2001	6	564
741129234	FERNANDA GABRIELA CLAUS	07/11/2002	6	565
743748669	EDINALDO MEIRA SILVA	28/06/1969	5,95	566
743820144	SÉRGIO RICARDO DE BRITO	27/08/1972	5,95	567
743654919	CRISTIANE NUNES VITORIA	03/10/1979	5,95	568
741783275	ANGELITA BORGES DE LIMA	18/01/1981	5,95	569
744288310	HYNGRID STEFANY LEMOS DE AZEVEDO	30/12/1998	5,95	570
744477449	ANDRYU MORESCO	03/03/1982	5,9	571
744173663	FERNANDA MARLETE FERREIRA	20/12/1982	5,9	572
740589354	SERGIO PEREIRA GOMES	05/11/1987	5,9	573
744079995	WILLIAN DE JESUS AMARAL VALENTIN	13/09/1991	5,9	574
742575410	JAQUELINE DOS SANTOS ESPINDOLA	22/05/1994	5,9	575
741083640	TATIANI PEREIRA JORGE	28/06/1994	5,9	576
740691709	GUSTAVO HAMES VIEIRA	24/08/1998	5,9	577

740858740	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	07/10/1960	5,85	578
740416395	ANEIDE TEREZINHA HILLESHEIM	29/07/1973	5,85	579
743423185	RENATA SOUZA CARVALHO	07/12/1976	5,85	580
741821867	PAULO RICARDO CEZAR SODRÉ	10/01/1989	5,85	581
743289185	BRUNA KAROLYNE PEREIRA	15/01/1992	5,85	582
744613166	CARLOS FELIPE LINO LAMEU	20/12/1996	5,85	583
742680116	VANESSA SERAFIM WEHMUTH	03/04/2002	5,85	584
743347698	CARLOS ALBERTO MORAES	19/09/1969	5,8	585
743295465	CAROLINE DO AMOR DIVINO LISBOA	15/04/1998	5,8	586
744181280	GIANY PATRICIA LEHMKUHL PETICA	12/02/1972	5,8	587
744370733	RENATA MILVERSTET BORGES	10/11/1993	5,8	588
744202123	MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA ARRUDA	27/12/1964	5,75	589
744492149	GENI CORREA DOS SANTOS	04/08/1969	5,75	590
743637806	ELISIANE DA SILVA VIEIRA	13/05/1981	5,75	591
743129824	BIANCA DE SOUZA FERREIRA HISAMATSU	23/03/1992	5,75	592
744026841	SAMANTA ELISA VVEIRA	18/12/1994	5,75	593
742050111	TATIANA PEREIRA	31/01/1995	5,75	594
743558709	DAIANE RICHARTZ CHAVES	11/03/2000	5,75	595
743904806	YAN MARCELO TRINDADE DA SILVA	07/03/2001	5,75	596
744609122	GISELE BREIGERON	09/09/1982	5,7	597
743606510	RENATA MACEDO	26/12/1983	5,7	598
744457454	JULIANA HELENA DA SILVA	24/05/1988	5,7	599
740499818	BRUNO DE SOUZA	02/01/1993	5,7	600
742321206	MARIANI CARDOSO AMARAL	30/06/1993	5,7	601
743779643	JULIANA ROSA CONCEICAO	09/11/1996	5,7	602
744482103	CAROLINE MELO	29/05/1997	5,7	603
743585186	MIRIAM CLECI MEDINA DE ALMEIDA	19/09/1974	5,65	604
743699716	GILSON JUSTEN	13/08/1975	5,65	605
741658639	EMANUEL GOULART	21/12/1998	5,65	606
744721927	CARLA JANAINA GONCALVES DO NASCIMENTO	18/06/1984	5,6	607
743236473	ALINE ALVES MACIEL	13/03/1990	5,6	608
744245675	REGINA ARAÚJO GALVÃO FIDALGO	07/05/1986	5,55	609
743869571	BRUNA MARA FELIPE	14/03/1989	5,55	610
742206110	CAROLINA FERREIRA PEREIRA	19/01/1990	5,55	611
744547552	FLÁVIA BERTOLINE	08/05/1990	5,55	612
743269345	JEOVANNA DOS SANTOS OLIVEIRA	09/08/2000	5,55	613
742378121	ELIZÂNGELA SCHWEITZER DE SOUZA	20/04/1980	5,5	614
742664125	MARCIA DE ABREU	08/10/1983	5,5	615
741193733	MARIVALDO FERREIRA DA SILVA	16/03/1991	5,5	616
741554195	FRANCISCO JOSELÂNIO FREIRE NASCIMENTO	01/10/1992	5,5	617

744489215	VALDIMA MARIA MOURA DE ARAÚJO	26/09/1969	5,45	618
741101863	JULIO CESAR GOMES	25/10/1989	5,45	619
742518119	OMAR CARVALHO	07/03/1960	5,4	620
740746852	DENISE IOLANDA FIDELIS	31/10/1973	5,4	621
741940146	CARLA TATIANA CUNHA CORRÊA	09/06/1974	5,4	622
741655985	HONORIO ANTONIO MORAES COSTA	07/02/1977	5,4	623
743479146	LUCIA BUSSOLO	29/11/1978	5,4	624
744272625	SABRINA SILVERIO LIMA	22/06/1994	5,4	625
742335903	THAMYSON RODRIGO ARAUJO DE OLIVEIRA	25/06/1997	5,4	626
742530405	RAQUEL COPQUEL LOUREIRO SAMPAIO	20/11/1998	5,4	627
740889557	MARIA LUIZA ESPÍNDOLA	18/04/2001	5,4	628
742120881	LUCIANA MARIA SILVEIRA STEINMETZ	05/11/1964	5,35	629
744301963	JOSIANE LOPES NEVES	22/10/1966	5,35	630
744266760	CHAYANE CRISTINE DA CUNHA	10/11/1990	5,35	631
742305413	KELLIN ROSA CONCEIÇÃO	26/10/1986	5,3	632
743672467	KATIANE GARCIA	26/05/1979	5,25	633
743696284	JULIANA ALVES MACIEL	10/07/1988	5,25	634
744444901	VANDERLEIA MARIA GUESER DA ROSA	25/04/1967	5,2	635
744456863	RODRIGO FERNANDO LUZ GUEDERT	05/08/1978	5,2	636
742015739	SIMONE TRINDADE DA SILVA	02/02/1987	5,2	637
740175105	SAMIRA ELOAR PRANGER	05/06/1988	5,2	638
742467607	TAIS BEIERSDORF DA SILVA DE ÁVILA BELMUDE	20/06/1992	5,2	639
741530348	MARCILENE DA SILVA OLIVEIRA	03/04/1997	5,2	640
743405829	ISADORA MARIA DA SILVEIRA	04/10/1999	5,2	641
742502709	LUCAS MARIAN	14/10/2001	5,2	642
744434553	LENICE FELICIANO DA SILVA	09/10/1966	5,15	643
744710370	MARIA RAMOS DE JESUS	30/09/1976	5,1	644
743881228	TALITA PERES DE OLIVEIRA	06/01/1984	5,1	645
744052328	KARLA VIVIANE MULLER	15/03/1984	5,1	646
742267861	DILMA DE OLIVEIRA GOMES	25/10/1958	5,05	647
743891199	ELIS REGINA DE FREITAS CONRADESQUE	03/11/1965	5,05	648
740112650	GERSON DUARTE ANDRADE	25/09/1967	5,05	649
743874129	LORENI DE FARIAS OLIVEIRA DA SILVA	26/10/1967	5,05	650
744269808	ELAINE CRISTINA PEREIRA LAURENTINO	27/09/1986	5,05	651
743359561	GABRIELA DE OLIVEIRA	22/02/1989	5,05	652
741992204	LUIZA TRINDADE RÉGIS	31/05/1994	5,05	653
744282804	MARIA NEYVIANE NASCIMENTO DE MELO	27/04/1998	5,05	654
741722605	MERLLIN MENDES	06/10/1982	5	655

Edital 003/SMA /2019 | Cargo: Secretário Escolar

Inscrição	Nome	Nascimento	NF	Class
741294815	PATRÍCIA DA SILVA OLIVEIRA	22/04/1993	9,85	1

740431235	TIAGO HENRIQUE BRITO MORENO	14/02/1997	9,85	2
743969623	NAEL FOU AD AHMAD	30/05/1978	9,7	3
741954274	JAQUELINE ANDERSON	29/04/1981	9,7	4
744697967	MAURÍCIO TOMAZ DE LIMA	28/07/1985	9,7	5
742945410	DANIELLE MACHADO DA SILVEIRA	13/02/1986	9,7	6
741178853	BRUNA HELENA DA ROSA BRANCO SCHAUFFERT	05/03/1988	9,7	7
744678331	BÁRBARA TREYSE CARDOSO DA SILVA	05/02/1989	9,7	8
742323479	DEBORA CANDIDA ALFONSO	22/08/1989	9,7	9
743320193	IRAMAY TAVARES SOUTO	09/07/1993	9,7	10
742218914	LUCAS ANDRÉ MACHADO	27/08/1996	9,7	11
743999587	PATRICK FERNANDES PEREIRA SOUZA	22/02/1999	9,7	12
743315195	GUSTAVO DE BARROS ROSA	22/07/1990	9,65	13
742733605	RAFAELA ALVES MONTES DE LIMA	20/08/1994	9,65	14
741435991	RODRIGO LUIZ MOREIRA	31/03/1995	9,65	15
743121463	GABRIEL FERREIRA ALBINO	24/07/1998	9,65	16
744386758	ELISIANE IZA DRECHSLER DOS SANTOS	12/06/1981	9,55	17
740052974	MICHELLY ALVES PEREIRA	19/09/1982	9,55	18
743870710	VERUSKA DA ROCHA MACIEL	23/06/1983	9,55	19
744401509	VICTOR ROBERTO PECSÉN COSTA	28/06/1987	9,55	20
743410521	PATRICIA CRISTINA DOS SANTOS LEOCADIO	16/08/1987	9,55	21
743790384	EVERTON DA SILVA	16/12/1988	9,55	22
741896295	TERRYMAR ADRIANO JOÃO	24/02/1990	9,55	23
740097186	FERNANDA ACORDI DA SILVA	25/06/1992	9,55	24
740181100	GUILHERME DAVI MUMBACH	05/01/1994	9,55	25
740069824	ANNA CAROLINA DE SOUZA	01/05/1994	9,55	26
744702911	SIMONE CRISTINA VIEIRA MACHADO	13/05/1977	9,5	27
744419827	FABIANE KLOPP	10/01/1983	9,5	28
742596430	MARCELO CAPELLARI DO AMARAL	11/01/1990	9,5	29
742948447	FRANCIELI GODINHO FAUSTINO	12/11/1995	9,5	30
741001415	VINÍCIUS DE BRITO ZAMBIAZZI	12/01/1999	9,5	31
741598908	MARCELO PAIM DA SILVA	26/03/1972	9,4	32
743181197	MARCOS CESAR SEIDLER	30/10/1979	9,4	33
740398974	ROGELE FÁTIMA FRESCHI PINHEIRO	12/01/1985	9,4	34
743220790	LEOMAR DAVID SCHOTTEN	22/10/1993	9,4	35
741759914	EDUARDO DE ANDRADE SOUZA	20/01/1994	9,4	36
743656251	LUCAS NEVES CASTELLO BRANCO	17/02/1997	9,4	37
743098722	TERESINHA FÁTIMA DA SILVA	13/05/1980	9,35	38
743993130	TALIZE ANNE XAVIER RIBAS PETERS	30/08/1981	9,35	39
740746898	JULIANA ROSA DA SILVEIRA RODRIGUES	03/04/1985	9,35	40
741192593	JONAS VALENTE SANFELICE	23/02/1987	9,35	41

741724331	VITOR EDUARDO CAMPOS ALVES	05/10/1987	9,35	42
743557671	ALEXANDRA RODRIGUES SANDESKI	03/12/1991	9,35	43
744331673	RAFAEL HENRIQUE CARARO SANTOS	09/03/1994	9,35	44
742871196	TUANE MARTINS CORRÊA	03/06/1996	9,35	45
743194541	JEAN CARLO GOMES	06/04/1974	9,3	46
740655172	INAMARA CATARINA MO-RAES	29/10/1983	9,3	47
741871931	PAULO ROBERTO VIEIRA	28/03/1974	9,25	48
742850994	RODRIGO LUMERTZ MAR-TELLO	02/03/1987	9,25	49
744094197	LETÍCIA SOARES LEITE	13/02/1997	9,25	50
743770666	FLÁVIA DE FREITAS SOUZA	06/05/1974	9,2	51
743017165	SILVANIA REGINA DE CAM-POS MAYER	10/05/1975	9,2	52
741792155	MIQUELINE CAETANO CAR-VALHO	03/07/1975	9,2	53
744362150	LUCIANA INACIO SOARES	02/04/1978	9,2	54
743871467	VILMAR ISAUINO VIDAL	14/08/1979	9,2	55
743120359	ANA PAULA WAZLAWICK GARRETT	02/06/1980	9,2	56
742614356	KARINE DE ALMEIDA SILVA BRANDÃO	30/11/1982	9,2	57
743667156	CATIA REGINA CARIONI PAIXAO	07/12/1982	9,2	58
741370281	PRISCILLA DE OLIVEIRA SILVA	15/11/1986	9,2	59
744432902	LUCIA GISELLE GOVEIA LUCENA	27/01/1987	9,2	60
740993400	JENIFER MATOS DE AVILA	22/06/1987	9,2	61
741136740	ALINE PIRES PEREIRA DE ESPÍNDOLA	13/08/1987	9,2	62
742611286	FABRÍCIO WILBERT	27/01/1989	9,2	63
740120171	LEIDYANE GREICE DE SOUZA	30/01/1990	9,2	64
742714189	WALESKA DE ALMEIDA MACHADO	03/09/1990	9,2	65
742365517	JÉSSICA MARTINS CORRÊA	09/01/1992	9,2	66
743933848	JOSETE DE JESUS CUNHA	01/10/1993	9,2	67
744640110	BRUNA DE SOUSA	29/05/1996	9,2	68
743202123	DOUGLAS MARCELO BECKER DILKIN	27/08/1996	9,2	69
741186767	JORGE LUCAS VIEIRA	29/11/1996	9,2	70
744689473	BEATRIZ SILVA FLORIANO	03/07/1998	9,2	71
743077983	MATEUS FILIPE DE SOUZA	06/06/1999	9,2	72
740068174	VIVIANE ELISA VASQUEZ	22/08/1981	9,15	73
741927286	ANDREZZA GESTA MONTEI-RO	21/05/1987	9,15	74
744731642	LEONARDO ALVES MONTES DE LIMA	26/08/1987	9,15	75
742397112	NERI PAULO DA ROSA NETO	07/08/1992	9,15	76
743931672	KARINA DE AQUINO	01/10/1992	9,15	77
740718411	HENRIQUE MANOEL CARDO-SO DE ÁVILA	05/03/1997	9,15	78
741421160	SUSANA IVETE DA CONCEI-ÇÃO	16/02/1969	9,1	79
740909886	CLAUDIA CRESPI GARCIA	02/12/1974	9,1	80
741388697	ALESSANDRO RAULINO	27/04/1975	9,1	81

744517162	LILIANE DE FÁTIMA FONSECA ALVES	16/12/1982	9,1	82
742283795	NATILAN BARROS DE JESUS	27/08/1988	9,1	83
744007574	ERIC SANTOS DE OLIVEIRA	28/10/1998	9,1	84
742246669	NAIELY VIEIRA DA SILVA	21/07/2000	9,1	85
744488862	RUTH GARCIA DA SILVA PORTO	19/05/1967	9,05	86
744317434	CRISTY APARECIDA NIKI-FORCK	25/06/1976	9,05	87
743793785	DENIS MARTINIANO DE LIMA	15/08/1977	9,05	88
744255409	BIANCA DE SOUZA LEAL	30/06/1980	9,05	89
741453796	DIEGO RODRIGO DA SILVA	02/01/1982	9,05	90
740601419	LUCIANA DE QUADROS BLASI	04/12/1982	9,05	91
742475372	GUILHERME SERRER FERREIRA	25/01/1983	9,05	92
741520759	VANDERLEIA VEMDRAME MARTINS	28/01/1983	9,05	93
742215125	GABRIELLE DIAS MAFRA DE LIMA	04/01/1984	9,05	94
740535795	LEANDRO SILVEIRA	28/07/1984	9,05	95
742141281	ADRIANO ENDERLE	19/02/1985	9,05	96
740932997	RAFAELA VIEIRA GUTHIA	06/10/1985	9,05	97
744518275	ELIETE CARVALHO MARTINS	13/08/1986	9,05	98
741207347	GABRIELA MORAES CÂNDIDO SABINO	16/04/1987	9,05	99
740683199	JÚLIA BALZAN	19/06/1988	9,05	100
743189104	VANESSA CHIARELLI RIVERO	10/12/1988	9,05	101
744692278	ALINE VILVERT	28/07/1990	9,05	102
740740817	FRANCIELI KUKLINSKI COELHO FERREIRA	16/09/1993	9,05	103
743852844	MATHEUS FAVA PACHER	06/10/1996	9,05	104
740687562	VICTORIA DA CUNHA KOEHLER	23/07/1998	9,05	105
744193124	JANDIR MELLA	12/07/1963	9	106
741089480	CLERIO LUCIANO DE ANDRADE VICENTE	12/05/1970	9	107
744160830	HUGO DEL CISTIA ANDRADE	14/06/1979	9	108
740590407	VILMAR IVO PERES JUNIOR	11/08/1979	9	109
744328716	SABRINA PEDRON MARTINS	12/11/1979	9	110
743788187	ERICA PAULINO LOUGON	29/03/1982	9	111
744058175	CASSIO SOUZA DE ANDRADE	10/07/1987	9	112
742814609	CAMILA CÁSSIO SCHUTZ	31/10/1988	9	113
744601893	LIEGE PAULA VILLANT FARIAS VICENTE	17/09/1990	9	114
742395796	JAQUELINE FIGUEROA HERNANDEZ	10/01/1991	9	115
742122108	AMANDA MARIA DE SOUZA	24/07/1991	9	116
741924454	LUCAS EDUARDO DA SILVA	13/10/1993	9	117
741158507	JESSICA HELLEN ECKSTEIN	06/09/1995	9	118
741128748	JUSSIE JEFFERSON CONSTANTINO	20/07/1984	8,95	119
743524838	ARIANA ROCHA	29/06/1985	8,95	120
742717990	GISLAINE PEREIRA	12/09/1986	8,95	121
744626374	ALINE CRUZ	30/12/1990	8,95	122
740722840	IGOR PIRES PEREIRA	05/11/1995	8,95	123



744163674	JEREMIAS MIGUEL	07/01/1999	8,95	124
742510243	MARIA MARTA VIEIRA PASSOS	19/09/1953	8,9	125
741013736	LUCIANE CHEDID GRANERO	24/11/1971	8,9	126
742540939	ANDRE LUIZ FURLAN ANTIGO	25/10/1979	8,9	127
744101443	CLAUDIA FUCHTER GOEDERT DA SILVA KREMER	12/12/1979	8,9	128
740929667	MARCIA GUANABARA	18/07/1981	8,9	129
740082153	CLAUDIA VARGAS PEDROSO	26/07/1983	8,9	130
743819586	VICTOR THIAGO BARTZ HOHER	10/07/1984	8,9	131
743439138	DANIELLA MARIAN PEREIRA ZAPELINI	14/10/1984	8,9	132
742902427	ROGERIO FRANCISCO VELOSO FORTES	09/08/1986	8,9	133
744359409	LUIZ EDUARDO BATISTA PEREIRA	13/02/1989	8,9	134
740426302	TATYENE BRAGA SANTOS CÂNDIDO	02/05/1990	8,9	135
743877813	MICHAEL COELHO AMARAL	18/06/1991	8,9	136
742636692	ROBERTA ROQUE DA SILVA	02/10/1991	8,9	137
742603680	EVELYN CASSIA BARBOSA DE OLIVEIRA	27/10/1991	8,9	138
740679534	JÉSSICA MARTINS FAGUNDES	21/02/1992	8,9	139
741407556	MATEUS DOS PASSOS	09/09/1992	8,9	140
740434713	ALEXSANDRA DA GRAÇA CARDOSO	13/01/1993	8,9	141
743391347	DYELLEN MARIA QUINTINO	05/04/1993	8,9	142
742809932	ALLAN KAIO LOPES PEREIRA	12/04/1993	8,9	143
740982361	PATRÍCIA BONETTI	07/05/1993	8,9	144
741210922	ALINE RACHADEL AROUCA	31/08/1994	8,9	145
740668246	DAYNA SUE ELLEN DE VARGAS FARIAS	22/04/1995	8,9	146
744502243	GUSTAVO GOULART DA SILVA	10/07/1995	8,9	147
743674670	LARISSA MARCHESAN	02/09/1997	8,9	148
741320216	MARIA EDUARDA DUARTE	20/12/1997	8,9	149
742313382	GUSTAVO ADRIANO SCHUTZ	21/10/1998	8,9	150
741939820	LUCAS VINICIUS CARNEIRO	26/08/1999	8,9	151
741194337	AMANDA DA SILVA PINHO PRIM	02/09/1999	8,9	152
743763962	MATHEUS FRANCISCO FARIAS	08/11/1999	8,9	153
744404530	ANTÔNIO SÉRGIO DOS SANTOS GUTIERREZ	25/06/1966	8,85	154
741738998	JOSE AMERICO BORBA	15/11/1970	8,85	155
740832617	REGIANE INACIO	07/02/1974	8,85	156
740045544	MARICELIA DE MORAIS	19/03/1978	8,85	157
741615829	DENIS COLLARES VAZ	26/03/1979	8,85	158
742144855	LIDIANE APARECIDA VITTO	19/12/1979	8,85	159
742692458	JOSIANE ABREU SOUZA DA ROSA	20/12/1980	8,85	160
741850155	GIOVANA KARINA TORMENA MOREIRA	02/03/1981	8,85	161
741988802	DAIANE PEREIRA INÁCIO	10/11/1984	8,85	162
744653670	GIANA CRISTINA PEDROSO BITTENCOURT	12/03/1985	8,85	163



743305780	DANIELLE KIRCHHEIM	18/08/1986	8,85	164
740121861	RODRIGO OSVALDO PEREIRA	07/02/1987	8,85	165
741879758	FERNANDA ROSA ASSIS	09/04/1987	8,85	166
742210894	CAMILA DA CUNHA PIRES	04/08/1988	8,85	167
741346601	PAMELA DOS SANTOS ESPINDULA	28/05/1990	8,85	168
742022134	LAÍS TRUZZI SILVA	30/06/1990	8,85	169
742194271	DARIANE CARDOSO ALBINO	13/09/1990	8,85	170
741580888	ALINE DOS SANTOS SCHÜRHAUS	14/04/1991	8,85	171
741839576	SILVIA ANTUNES DOS SANTOS	04/03/1993	8,85	172
742450310	ELTON ZACARON CALEGARI	31/10/1993	8,85	173
743810855	MILLIANE RACHADEL	09/03/1995	8,85	174
744385256	LUCAS LEMSER DIAS	24/08/1997	8,85	175
741377816	CRYSLAN JORJAN DE MORAES	12/09/1997	8,85	176
743660597	CLARA ZANELATO LAURENTINO	11/02/1998	8,85	177
740084314	LETÍCIA DE CASTRO BRINHOSA	20/04/2000	8,85	178
742103710	MARCO AURELIO CORREA HAUPENTHAL	03/08/1974	8,8	179
741250420	THAISE KRISTINE DA SILVA BENDER	28/02/1989	8,8	180
742359870	VIVIANE LOPES PAZINATO	12/02/1986	8,8	181
744031219	LEONARDO DEIVID PIERRI	20/04/1992	8,8	182
743286231	ALÉCIA DE KÁCIA CASTRO FERREIRA SOUZA	11/11/1980	8,75	183
742295120	DIANA VALE DE OLIVEIRA TOBIAS	15/07/1984	8,75	184
741074703	LUANA PRICILA PACHECO KEMPFER	31/01/1985	8,75	185
742224606	RENAN JESUS CORDEIRO	16/09/1988	8,75	186
741982150	THIAGO RICARDO DE SOUZA	18/11/1988	8,75	187
740325703	JOCINEIA ADRIANA MASSING	02/03/1989	8,75	188
743049131	MARIA EDUARDA FLORES	14/09/1996	8,75	189
742012584	LEYLA CRISTINA PIETROSKI	16/09/1997	8,75	190
741790727	MAURÍCIO TAVARES DOS SANTOS	19/12/1961	8,7	191
741328241	GISLÉIA REGINA DE LIMA	06/03/1969	8,7	192
743927510	JERUSA BEZ LOPES	31/07/1977	8,7	193
744487730	LEONARDO SANT ANNA DA SILVA	10/09/1978	8,7	194
742841464	MILENE OLIVEIRA DA COSTA	20/06/1980	8,7	195
740506255	DANIELA ALMEIDA ZEQUINÃO	02/09/1980	8,7	196
742171204	LEANDRO DE OLIVEIRA VERÍSSIMO	25/05/1982	8,7	197
740920287	PATRÍCIA LÚCIA DA SILVA ABREU	23/10/1982	8,7	198
742197650	VERA LÚCIA JÚNIOR DA SILVA	01/12/1982	8,7	199
742096927	SAVANA MARIA DA SILVA DE ALMEIDA	04/10/1983	8,7	200
744593310	KELLY LUIZ	23/06/1984	8,7	201
742274275	GYSELLE DE GEUS	19/08/1984	8,7	202
741050455	PRISCILA DA SILVA WEBER	26/11/1984	8,7	203

741532270	GISELI CAROLINE LANDO COLLA	13/09/1985	8,7	204
744699395	THIAGO GONSAGA DE SOUZA	15/09/1985	8,7	205
742597944	GLICÉRIO SCHERER FRAGA	21/09/1986	8,7	206
743879672	MARINA DA SILVA SCHMITT	14/12/1986	8,7	207
740439524	RICARDO LUCIO ALVES	29/06/1987	8,7	208
742912675	CÉLIO RICARDO DE SOUZA LOURENÇO	26/10/1987	8,7	209
743754607	GRASIELE DA SILVA FRANÇA	22/07/1989	8,7	210
740351110	GUILHERME ARTIFON MACHADO	07/08/1990	8,7	211
741417208	GUILHERME MARCO REIS	17/09/1990	8,7	212
744565499	GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA	09/02/1991	8,7	213
743997147	JULIANA DA SILVA ANTUNES	03/03/1991	8,7	214
742908380	LUCAS YAN SCHUTZ PATRICIO	16/06/1991	8,7	215
744224179	LUANA CREMONA SOUSA	15/02/1992	8,7	216
740732135	MARIA EDUARDA MARQUES	23/04/1992	8,7	217
740493151	ANDERSON PEREIRA DA SILVA	11/10/1992	8,7	218
740757113	ANDREZA SOUZA SILVA	12/11/1993	8,7	219
741200968	MARILINE BUREI KURT	24/02/1994	8,7	220
744470441	BEATRIZ DE FATIMA PONTES MACEDO	26/01/1995	8,7	221
742243677	CAROLINA LEITE MARTINS	25/09/1996	8,7	222
741321156	VINÍCIUS AUGUSTO DE OLIVEIRA SOUTO	05/12/1996	8,7	223
742130217	MARYANE CRISTINA DE SOUZA	13/03/1997	8,7	224
742217176	GRAÇA CHAGAS CORDEIRO	25/03/1997	8,7	225
744604445	SARA HELEN MENEZES DA SILVA	14/01/2002	8,7	226
740578893	SARA ALMEIDA DA SILVA	09/02/2002	8,7	227
743206118	SÉRGIO LUIZ ROTA	07/03/1958	8,65	228
742330913	ANA CRISTINA MAGALHÃES	04/12/1969	8,65	229
742913607	EDINA APARECIDA DE SOUZA LINS	04/11/1970	8,65	230
743571732	FABIANA SANTOS COLOSSI GOMES	04/03/1973	8,65	231
742617892	ALEXANDRE CARLOS ELIAS	28/07/1975	8,65	232
741239195	FABRICIO DONATO ALEXANDRE	23/02/1979	8,65	233
741957821	ELAINE ALBINO MARTINHO	31/08/1979	8,65	234
744124384	LEONARDO GODOY DE AZEVEDO LOPES DA SILVA	12/11/1980	8,65	235
744713112	OLINDA GONÇALVES DE SOUZA	30/12/1982	8,65	236
744113504	LUCIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	10/04/1986	8,65	237
744097618	JOSENILTON DA SILVA NASCIMENTO	14/08/1986	8,65	238
744693484	GUILHERME CASSOL ESPINDOLA	06/12/1986	8,65	239
744447978	GABRIELLE COSTA DE SOUZA NUNES	29/05/1992	8,65	240
743833129	JESSICA CRISTHINA DA SILVA	07/09/1993	8,65	241
741401596	TEODORO PELIZZARO NUNES	23/08/1995	8,65	242

742455869	MARA REGINA DE OLIVEIRA CECCON COELHO	09/05/1960	8,6	243
742734818	JUCEMAR DA SILVA	10/04/1967	8,6	244
744437517	CARLA BRANCA JESUS LIMA	29/09/1967	8,6	245
744088708	SHIRLEY FERNANDES FIUZA	10/11/1977	8,6	246
741854709	PATRICIA GENI DE SOUZA	22/07/1983	8,6	247
740730828	LUCIANA DOS SANTOS	27/06/1984	8,6	248
741172190	SILVIA CRISTINA SCHWARTZ	27/03/1986	8,6	249
741806188	MARISTELA CRISTINA BONAFÉ	30/05/1986	8,6	250
744414567	DANIELA MONTEIRO	25/10/1986	8,6	251
743251903	FILIFE STEINBACH	22/02/1991	8,6	252
743488397	ALINE VIANI BRITO	30/05/1993	8,6	253
740043843	ANA CRISTINA SANTOS DE LIMA	07/06/1994	8,6	254
742112387	KARINA DA COSTA	01/11/1994	8,6	255
743270552	CLEZIA CAMILO DA SILVA	18/01/1996	8,6	256
742846826	EMILLY ROBERTA BOTELHO	08/10/1996	8,6	257
741442185	ANDRIELLY HERNANDES REQUIEL	06/07/1998	8,6	258
744413238	JOÃO VITOR MORAES MO- RITZ DA NOVA	02/06/1999	8,6	259
743787108	DENIZAR COSTA DE OLI- VEIRA	04/06/1965	8,55	260
744638721	SONIA MARIA DOS SANTOS DE ARAUJO	09/07/1969	8,55	261
744652827	LENICE MARIA VELTER	07/06/1970	8,55	262
743792997	MARCELO MARQUES	22/07/1971	8,55	263
740794723	DANIELA PEDROSO DA SILVA	07/11/1973	8,55	264
740037228	ALESSANDRO MASTELLA	06/08/1975	8,55	265
741499976	CRISTIANE MEDIANEIRA ÁVILA DIAS	27/08/1977	8,55	266
741918215	PATRICIA FERNANDES DE MOURA CUSTODIO	27/07/1978	8,55	267
744524334	SIDNEI WESTPHAL TAN- CREDO	31/08/1981	8,55	268
740678502	JULIANA GRACIELE DA SILVA PERINI	19/12/1983	8,55	269
743300859	LISIANE MARIA DA SILVA MACEDO	05/03/1985	8,55	270
741784338	CAMILLA REGINA DA CUNHA	28/04/1985	8,55	271
743173679	ANTONIO RICARDO COLEN DE OLIVEIRA PÊGO	25/08/1985	8,55	272
744482881	MAYCON FELIPE CESCO- NETTO	23/05/1988	8,55	273
742755311	CARLA REGINA FREITAS DOS SANTOS	22/01/1989	8,55	274
742681785	DEYSE FRANÇOISE ESTEVÃO FAGAH	21/10/1989	8,55	275
742310116	RAFAELA DA SILVA	28/01/1990	8,55	276
743760376	NATASCHA LOPES DE SOUZA SAPATA	23/08/1990	8,55	277
744252728	VOLNI LUIZ PAGANI JUNIOR	29/08/1990	8,55	278
744629431	INGLITY DEFREYN NASCI- MENTO JONCK	12/07/1991	8,55	279
743869372	HAYDÉE MARIE PEREIRA PINTO	09/01/1993	8,55	280
744381172	RAFAELA MARIA MARTINS DA SILVA	30/05/1993	8,55	281

741749770	LUIZA CAROLINE SOARES LEITES	05/09/1993	8,55	282
744038946	DANDARA SILVEIRA MONTEIRO	08/02/1994	8,55	283
743988144	KELLY CRISTINA CAETANO	08/06/1995	8,55	284
744433945	YASMIN SIMÕES DO LIVRAMENTO	11/06/1995	8,55	285
743797749	KARINA DE SOUZA	05/09/1996	8,55	286
741332988	VANESSA BROERING	15/04/1997	8,55	287
742456910	MATEUS WILLIAN RODRIGUES	29/11/1999	8,55	288
741003122	SERGIO RICARDO DA SILVA GUERRA	23/05/1975	8,5	289
741581711	KAREN ABELIN BORGES	08/09/1975	8,5	290
741735374	RAMADAN PEREIRA ESPINDOLA	25/09/1976	8,5	291
743847931	FERNANDA DE ESPÍNDOLA MARTINS PAULO DOS SANT	20/04/1977	8,5	292
740837999	GISELE LUSA	12/04/1978	8,5	293
743962152	JUAN CARLOS COTO FLORES	02/03/1980	8,5	294
740558178	DIOGO COELHO	12/07/1980	8,5	295
743687397	RODRIGO MUHLHAUSEN	30/06/1981	8,5	296
742504862	ANA PAULA ROSA FERNANDES	24/10/1981	8,5	297
742971400	MAYARA DE OLIVEIRA	02/02/1983	8,5	298
742073225	ÉDINA BRASIL BATISTA BRITTO	31/07/1983	8,5	299
743551756	VIVIAN DO NASCIMENTO ABRANTES FERREIRA	27/11/1986	8,5	300
742088112	LEANDRO ROSA MARTINS	03/08/1987	8,5	301
742852864	JAKSON JUNIOR DIAS	07/10/1988	8,5	302
743920352	ADRIANO SILVA DELEGO PINHO	28/02/1990	8,5	303
743725693	FÁBIO ROBERTO DE OLIVEIRA	05/09/1990	8,5	304
740549507	IZADORA EUGENIA DEFREYN	04/03/1992	8,5	305
744648296	SARA DE SOUZA OLIVEIRA	31/08/1992	8,5	306
743956284	EWERTON BARCELOS ADÃO	10/02/1993	8,5	307
741793474	MARINA SCAPINI	01/06/1993	8,5	308
741430704	ANDREY LEIRIA GONÇALVES	14/01/1996	8,5	309
744651671	CARLOS EDUARDO PANICHEK RIBEIRO	28/02/1996	8,5	310
744481915	SOLANO BRUNO MASSOCHIN DA SILVA	10/12/1998	8,5	311
742356834	ROGER SIMONETTI PUHL	21/01/2002	8,5	312
744706228	ANA PAULA PEREIRA SCHUNEMANN	11/10/1979	8,45	313
740830905	KARINI SCHUTZ	29/11/1980	8,45	314
744209110	ELINAIANE NARA PINHEIRO DA SILVA LIRA	22/02/1989	8,45	315
744042884	JÉSSICA BENTO MEDEIROS DOS SANTOS	11/01/1992	8,45	316
743085761	TAYNARA GONÇALVES BARROS	22/01/1995	8,45	317
744240586	ISMAEL JOÃO PEREIRA	06/02/1995	8,45	318
744081963	FERNANDA BRUGGEMANN DOS SANTOS	17/02/1996	8,45	319
743921766	ANA LUCIA PEREIRA	29/09/1966	8,45	320
741692887	MARIA DO CARMO ALVES DA ROSA	22/11/1952	8,4	321

744229917	GILSON GONZAGA DOS SANTOS	03/06/1958	8,4	322
742168452	SILVIA HELENA MARIANO FERNANDES	05/03/1968	8,4	323
742347277	ROSANE APARECIDA DE SOUZA MEDEIROS	20/07/1970	8,4	324
742477686	SANDRO ELÍSIO ALFARTH	22/04/1975	8,4	325
741864350	KAROLINE BAYER DA SILVA	15/05/1980	8,4	326
741748351	CRISTIANO ZART CARDOSO	14/09/1980	8,4	327
743452114	KLEBER DUTRA MEDEIROS	04/08/1981	8,4	328
744286110	ELIOENA FERREIRA CARDOSO BLOCK	05/12/1981	8,4	329
740138171	MARCIO JOSE FURTADO PEREIRA	16/02/1982	8,4	330
743499610	NOELLE KUKERT ZAMAI SCHITZ	03/04/1982	8,4	331
743511105	JULIANE PATRICIO COELHO	03/06/1982	8,4	332
743926656	JONAS ALBINO BARRETO DE LIMA	15/06/1982	8,4	333
742262570	IHAKRI NUNC-NFÔONRO	10/10/1983	8,4	334
744135873	DAYANA METZKER SILVA LOPES	11/10/1983	8,4	335
744248518	POLYANA ALMEIDA LIMA	02/05/1984	8,4	336
741840808	DAYANA INES BOUSFIELD	09/07/1984	8,4	337
744294100	CARLA MARIA MARIANO	19/10/1984	8,4	338
741259647	NOEMI CLARA MANOEL	31/12/1984	8,4	339
742226713	SABRINA RIOS	08/05/1985	8,4	340
743878505	SANDRA DE SOUZA MACHADO	08/07/1985	8,4	341
743302431	PATRICIA LUZIA PEREIRA	11/12/1985	8,4	342
742329709	RONALDO OSVALDO SOARES	14/02/1986	8,4	343
742057697	TAYS FELIX MILANI	10/04/1988	8,4	344
743114882	FERNANDA DE OLIVEIRA GARCIA	29/04/1988	8,4	345
741776895	KARYANA ALVES DOS SANTOS COLDEBELLA	15/05/1988	8,4	346
744658274	RAFAEL PHILIPPE CORRÊA	20/10/1988	8,4	347
743950403	SUELLEN DAIANE DOS SANTOS	01/12/1988	8,4	348
740396792	MARIANE DOS SANTOS BOTELHO	19/03/1990	8,4	349
740141217	MARCOS VINCIUS VENTURA	05/06/1990	8,4	350
744219474	HENRY JULIAN SCHULTS VICTOR	26/11/1990	8,4	351
741144153	FRANCINE SOUZA DE MELLO	19/02/1991	8,4	352
741859375	MATHEUS BERNARDES RACHADEL	06/10/1991	8,4	353
743969830	SUÉLLY MARIA VIEIRA VENSON	20/01/1992	8,4	354
744563546	JEAN PAULO DA SILVA	21/01/1992	8,4	355
743101679	FELIPE COELHO ESPINDOLA	11/01/1993	8,4	356
741745893	JÉSSICA CAROLINE ROMÃO DE SOUSA	28/09/1994	8,4	357
743116811	FRANKLIN DA SILVA	24/12/1998	8,4	358
742393977	DANIELLE MEURER	15/06/1999	8,4	359
744114159	OBERTI ELEANDRO MAYER JUNIOR	27/08/2000	8,4	360
743970197	LUCAS VENÂNCIO MIGUEL	28/05/2001	8,4	361
743741242	GISELE ZENAIR DE OLIVEIRA	12/01/1970	8,35	362

744644197	NILCILENE FERNANDES	27/01/1972	8,35	363
742884137	ADILVIO DE MELLO	05/05/1972	8,35	364
743777475	LUCIANA TIETÉ	30/06/1975	8,35	365
744453957	JOAO AMBROSIO DE OLIVEIRA	03/08/1978	8,35	366
744188401	NADIA LIMA DE AMORIM DA ROSA	10/11/1980	8,35	367
743196513	EDUARDO SPERANDIO FELTZ	01/09/1982	8,35	368
744483880	FERNANDO VIEIRA TIZON	01/01/1983	8,35	369
743164773	TATIANE DE SOUZA SOARES	19/08/1983	8,35	370
742202148	THAISE DIAS ALVES	07/04/1987	8,35	371
744221169	SAMUEL CORREA ALVES DE OLIVEIRA	22/04/1990	8,35	372
743624141	CRISTIANE MARIA MEURER	29/05/1990	8,35	373
741952143	WILLYAM EVANGELISTA VAZ	16/04/1991	8,35	374
740563178	THIAGO FREITAS	26/04/1991	8,35	375
740136877	LEANDRO DE MELO SILVANO	02/08/1991	8,35	376
743005385	CAMILA GOETZINGER	19/10/1991	8,35	377
741567796	MIRIAM SUELLEN DE OLIVEIRA	28/10/1991	8,35	378
742824613	THIAGO ASSUNÇÃO	06/02/1993	8,35	379
743961101	GRAZIELA MARIA CORRÊA DOS SANTOS	11/04/1994	8,35	380
741279534	ARTHUR TRAMA SILVEIRA	04/08/1995	8,35	381
744032407	ALEXANDRE HENRIQUE MACHADO	14/10/1995	8,35	382
742317346	LUANA CLAMER MIORANDO	17/12/1995	8,35	383
742776173	JOÃO LUIZ DA SILVA NETO	19/12/1996	8,35	384
741536118	PÂMELA DUARTE	14/09/1997	8,35	385
742387293	THIAGO FERREIRA GONÇALVES	29/08/1998	8,35	386
744625734	VITOR MATEUS OLIVEIRA	12/02/1999	8,35	387
742273600	FRED SANTA BRÍGIDA DO ROSARIO	01/12/1991	8,3	388
743987250	LUCIANE DUTRA	07/05/1969	8,3	389
743292875	EDERSON FELISARDO DA SILVA	16/05/1978	8,3	390
742880186	WIVIANY GISELE GARCIA	25/04/1982	8,3	391
740761774	SCHAIANE PEREIRA DOS ANJOS	08/12/1984	8,3	392
744651548	DANIEL ROSICK DA ROSA	28/04/1989	8,3	393
744043569	LAIZE SANTOS DA CRUZ OLIVEIRA	14/11/1991	8,3	394
742282410	PATRICIA OLIVEIRA	03/01/1966	8,25	395
740352153	WELMA BRAGA COSTA CÂNDIDO	20/05/1969	8,25	396
744650113	REGIANE MARIA LIVRAMENTO	09/08/1974	8,25	397
742403439	MARCELO FABIANO PEREIRA CARDOSO	15/08/1976	8,25	398
742298100	MARILEI INÊS JAHNEL	01/06/1977	8,25	399
742641744	RÚBIA D ESPÍNDOLA	09/08/1980	8,25	400
743350970	ARLENE CRISTINA DOS SANTOS	14/08/1981	8,25	401
744426867	ISMAEL MAICON MEINSCHEIN	05/02/1982	8,25	402
744561906	CLARISSA KRUGEL ALBARNAZ	08/03/1984	8,25	403

740452707	NORBERTO JOSÉ MURARO	13/03/1984	8,25	404
740445818	EMILLY CAROLINNE PRADO DA SILVA	06/12/1984	8,25	405
743728771	GISELE SANTANA DE FREITAS	29/04/1985	8,25	406
741523195	ANA LUCIA DA SILVA	09/10/1985	8,25	407
744558618	ANA PAULA ROSA	27/04/1988	8,25	408
744592304	FERNANDA MARA PORTO	28/05/1988	8,25	409
744063247	LEANDRO ALVES PIO GONÇALVES	25/09/1989	8,25	410
741096248	ALINE MOMM DA SILVA	08/06/1990	8,25	411
741222310	EDMARA DA CRUZ OLIVEIRA	30/04/1991	8,25	412
740016334	AGENOR GEOVANI LOPES	14/09/1991	8,25	413
741100517	FILIPE PAIVA DE OLIVEIRA	03/08/1993	8,25	414
742082696	LARISSA VIEIRA	28/06/1994	8,25	415
744677500	RAFAELLA DE SOUZA AMÂNDIO	12/09/1995	8,25	416
741272765	BIANCA PRATES SANTANA	06/12/1995	8,25	417
744177835	POLIANA MARQUES	01/10/1999	8,25	418
740180390	UBIRAJARA VIDAL RITA	10/07/1962	8,2	419
742280772	VINICIUS ROSA BRIXI	05/08/1975	8,2	420
742285381	MARLON RODRIGUES BIS-SOLO	09/05/1977	8,2	421
740781493	PAULO CESAR KOVACS	05/10/1978	8,2	422
742570763	CAROLINI REGINA DE SOUZA	30/12/1978	8,2	423
741481590	JÚLIA SCHERER	18/10/1979	8,2	424
743850699	TANIA LELUANE LEITE TATAGIBA	13/01/1981	8,2	425
744417127	IRACEMA DE MOURA RODRIGUES	28/05/1981	8,2	426
743008774	CRISTIANE CHAVES DOS SANTOS	21/09/1981	8,2	427
744047127	MICHELI SCHNEIDER	05/02/1982	8,2	428
743232354	ANA CAROLINA CARGNIN	18/05/1982	8,2	429
743806376	CAMILA APARECIDA FERREIRA DE MATOS MACHADO	17/10/1982	8,2	430
744108864	ALEX SANDRO BATISTA DA SILVA	18/07/1983	8,2	431
742434373	TACIANA TEREZINHA DA SILVA DE ALMEIDA	05/01/1985	8,2	432
741174185	BRUNA CAROLINE MARTINS	28/06/1985	8,2	433
743619317	ADRIANO JAHN	20/09/1985	8,2	434
744268856	FABIANA DIAS VIEIRA	30/05/1986	8,2	435
743364977	CLÁUDIA MICHELE GOTTSCHALK DE OLIVEIRA	27/12/1987	8,2	436
740018101	GIOVANA SECCO	21/03/1989	8,2	437
740154184	FERNANDA HEINZ	27/12/1989	8,2	438
742828977	VINICIUS DA SILVA SOUZA	09/09/1990	8,2	439
740656322	DANIELLE PONTES DE OLIVEIRA	05/04/1991	8,2	440
744664301	MAYARA SCHMITZ	02/09/1992	8,2	441
742245110	MARLON MARCELINO DE AQUINO DE SOUZA	28/11/1992	8,2	442
744158124	TAISE RAQUELE DE LIMA	29/07/1993	8,2	443
743067198	ISAC FRANCISCO MACHADO	25/09/1993	8,2	444
743252666	JULIANA PIRES FRANCO	04/03/1994	8,2	445



741641601	DENISE ARAUJO	20/04/1994	8,2	446
743311801	BRUNA NASCIMENTO DE ASSUNÇÃO BRANCO	01/05/1995	8,2	447
742845461	LETÍCIA DE OLIVEIRA	24/07/1995	8,2	448
740031833	GABRIEL CARLOS DE SOUZA	21/11/1995	8,2	449
743382804	MARIA TAYNARA SANTOS ASSIS	07/01/1996	8,2	450
742042293	LUCAS GONZAGA SILVA	02/04/1997	8,2	451
742382257	TIAGO RIBAS SCHMITT	09/06/1997	8,2	452
743963169	VANDRESA BRÖERING	14/03/2000	8,2	453
743981715	JEISLE TOMALOK DE OLIVEIRA	16/04/2001	8,2	454
742969680	ANDERSON FERREIRA CAZALE	11/05/1980	8,15	455
744652811	LUIZ INACIO JUNKES	19/11/1994	8,15	456
742593121	NOEMIA DO CARMO LINHAR	06/03/1963	8,15	457
744585520	MARIA JÚLIA BACK	28/02/1970	8,15	458
742899783	CLÁUDIA REGINA PINHEIRO CECHINEL	22/09/1976	8,15	459
740187492	RODRIGO RIBEIRO MELO	11/07/1978	8,15	460
740497893	KATIA REGINA GARCIA ROSA	13/10/1980	8,15	461
742080540	DEBORA APARECIDA KIRCHNER PICKLER	12/10/1985	8,15	462
744600657	JACSON COELHO	25/10/1987	8,15	463
743247636	ANDERSON COLVARA DA ROSA	28/08/1990	8,15	464
744515271	DAVID CESAR PINTO DA SILVA	06/04/1992	8,15	465
740724735	PATRICK SILVA RODRIGUES	31/01/1998	8,15	466
741537614	MATEUS KIRCHNER	12/07/1998	8,15	467
743657187	MEIQUE SILVA DE FREITAS	28/09/1967	8,1	468
742279142	RENATA MARIA BARBOSA	16/07/1980	8,1	469
744557576	MARIANA PEDREIRA DA SILVA SOUZA COSTA	16/12/1984	8,1	470
743947388	JOZELIA PADILHA FERNANDEZ	26/06/1985	8,1	471
741684761	NAZARENO CAPELA DAS MERCES JUNIOR	18/04/1986	8,1	472
742465800	PAULO HENRIQUE CHAVES BELMUDE	06/09/1987	8,1	473
740354162	RUHAN SCHMITT DE SOUZA	09/05/1989	8,1	474
743685156	ALLAN DAS CHAGAS BRITTO	12/08/1989	8,1	475
740393505	MARIA PAULA FARIA DA CONCEIÇÃO	14/12/1994	8,1	476
740048738	JOÃO OTAVIO MELO DE SOUZA	05/05/1995	8,1	477
741799128	ANA PAULA ANDRIOTTI BLASCKESI FERNANDES	07/10/1999	8,1	478
742010770	DANIEL ALBERTO DA COSTA	19/09/1978	8,1	479
741367707	LUCILA DA SILVA	13/02/1970	8,05	480
741517225	JUSSILENE LESSA BERTI	17/07/1974	8,05	481
743957331	MARCIA MARLI HASCKEL	29/06/1977	8,05	482
744117567	PATRICK UBIRAJARA PEIREIRA	09/05/1978	8,05	483
740157302	ANACLETO ANTENOR DA SILVA JUNIOR	28/02/1979	8,05	484
744602967	CIBELE HELENA DOS SANTOS	01/03/1979	8,05	485
742588867	NILMA PANTOJA PUREZA	03/04/1979	8,05	486



740954900	RONALDO GIMENEZ MONTEIRO	17/08/1980	8,05	487
742074687	CARLOS EDUARDO RIBEIRO OLIVEIRA	16/11/1980	8,05	488
741898217	MARLEIDE KNISS	30/01/1981	8,05	489
744371917	RICARDO DE SOUZA LUIZ	08/03/1981	8,05	490
741712821	THIAGO MACIEL DE SOUZA	04/07/1984	8,05	491
741984975	ROSIANE PATRICIA DA SILVA	30/10/1984	8,05	492
743503931	FELIPPE TEIXEIRA TESKE	29/11/1985	8,05	493
741604706	FRANCISCO MOREIRA RIBEIRO NETO	20/05/1986	8,05	494
740399419	GUILHERME COLCINSKI DE AMORIM	30/06/1987	8,05	495
744149973	CASSIA DA SILVA FERRAZ	07/05/1989	8,05	496
743839434	LIGIA SOUZA	02/07/1989	8,05	497
742248958	JULIANE DA CRUZ DE CASTRO	04/08/1989	8,05	498
743369164	LUCIANA ATOLINI MAIER	17/03/1990	8,05	499
742700742	RAFAEL CAETANO	02/04/1990	8,05	500
740891101	ANA PAULA DOS SANTOS VELASCO	16/05/1990	8,05	501
740538107	MARIANA DO PRADO BORGES	28/07/1990	8,05	502
742632511	LAISLA QUEIROZ CAMARGO	02/07/1992	8,05	503
741618364	GILMARA MANOELA SALGADO DE FARIAS DOS SANTOS	10/05/1993	8,05	504
744199154	MICHELE REGINA DE MORAES	01/09/1993	8,05	505
740669761	GABRIEL ENGLER	25/05/1994	8,05	506
740423421	LAURA COSTA	02/10/1994	8,05	507
741402549	MARIANY OSORIO DA CUNHA	29/01/1995	8,05	508
741400809	CYNTHIA SAGAZ BERTO	16/07/1995	8,05	509
744551333	VALERIO QUADRAS NETTO	30/11/1995	8,05	510
743530864	GUSTAVO GONÇALVES DEFREYN	07/03/1996	8,05	511
744077113	PEDRO PAULO FAGUNDES	19/05/1996	8,05	512
743375612	KARINA DE AMORIM VIEIRA	30/11/1996	8,05	513
741006577	DAVID GOES DA SILVA	07/01/1997	8,05	514
741669497	KAROLINA LOPES MIRANDA	05/05/1998	8,05	515
740848157	PAOLA MOREIRA RODRIGUES DE OLIVEIRA	18/02/2000	8,05	516
744218382	VANESSA EMANOELLI LORENZETTI	20/11/2000	8,05	517
742647152	ANDRÉ LUIZ DALPRÁ	04/01/2002	8,05	518
743809678	DAISY WINICKI VAGHETTI	23/05/1971	8	519
743089820	JOSIANE DE OLIVEIRA	09/03/1977	8	520
744265245	ANDERSON BARBOSA DOS SANTOS	29/03/1978	8	521
743009510	MAIKO BISPO ARAUJO	04/07/1979	8	522
744705595	MAYCON CLAUDINO BARRETO	11/02/1982	8	523
742934801	JACKSON DE ANDRADA	09/05/1982	8	524
744275100	ALESSANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA PEDRO KEHL	20/06/1982	8	525
742018356	MARIANE SOUZA DE ARAUJO	22/10/1982	8	526
743983771	EVERTON ATANASIO DE MELO	28/03/1983	8	527

744684744	CRISTIANE DE LIMA COELHO	14/08/1983	8	528
740059174	ANDRÉ GUSTAVO MINA	29/08/1984	8	529
744508776	RAFAEL PEREIRA DA SILVA	11/10/1984	8	530
740346127	MÔNICA MAGALHÃES NELIS	22/04/1985	8	531
743361254	ARIADNE LIMA PEREIRA	21/12/1989	8	532
742837313	LUÍS GUSTAVO NEVES CARVALHO	04/07/1991	8	533
744001256	JOSÉ LUIZ FRANCISCO ALVES	03/08/1991	8	534
740883121	GUILHERME JOSE MANTOVANI FONTANELLA	27/02/1994	8	535
743026815	JÚLIA COMERLATTO EMMENDÖRFER	29/05/1994	8	536
742182173	VINÍCIUS SILVEIRA MIRANDA	13/04/1995	8	537
740427352	LUCIANE OSTI CAPISTRANO	12/11/1995	8	538
741311129	DAVI DA SILVA PEREIRA	23/05/1996	8	539
744525843	YASMYM BARBI DA SILVA	07/11/1997	8	540
744663350	WANDERSON JOSÉ CUNHA DOS SANTOS	20/06/1976	7,95	541
742777405	CLAUDIA HELENA DOS REIS NASCIMENTO	10/12/1979	7,95	542
741959605	MARIA DO SOCORRO LOPES RIBEIRO	17/09/1981	7,95	543
744650181	MURIEL DE OLIVEIRA	07/03/1984	7,95	544
740673456	ANDREIA CARLA DA SILVA BUYNO	27/09/1986	7,95	545
743647852	IVANCLEY CARNEIRO DE DEUS	19/04/1984	7,95	546
743664468	IMARA MARIA DE MELO	21/04/1984	7,95	547
742968187	THAYNARA CRISTINA NUNES NOVAIS	20/07/1989	7,95	548
742648945	VITOR PEDRO GUAREZZI	25/04/1995	7,95	549
740639146	MARIA GERALDA MOURA DA FONSECA	01/03/1963	7,9	550
741237180	MARCOS ANTONIO SOARES	22/09/1965	7,9	551
743962618	MARCOS MAGNO DE SANTANA	31/01/1967	7,9	552
742519100	ROSANA CLAUDIA DE OLIVEIRA	19/08/1968	7,9	553
742525938	LISIANE WITZEL BERGAMASCHI MENON	19/05/1974	7,9	554
743284893	RENATO EUDOXE NUNES	23/04/1978	7,9	555
743711940	MARCIA MARIA DUTRA	01/05/1980	7,9	556
744299620	CRISTIANE ANA CRISTIANO	26/07/1983	7,9	557
742957126	VANESSA DOS SANTOS BONSENHOR	24/06/1985	7,9	558
742633973	MARCOS SCHEIDT STUPP	17/03/1986	7,9	559
743985236	ANDRE FELYPE DE MATOS DA COSTA	04/05/1986	7,9	560
743572208	ELIETE MARQUES COSTA NETA	10/08/1987	7,9	561
744685103	ALINE MARIA DA ROSA	26/01/1988	7,9	562
740440413	LINCOHN SANTOS DA ROSA	03/06/1988	7,9	563
744612133	WESLEY WOLLINGER CALVALCANTI	12/03/1990	7,9	564
742087778	VANESSA MARIA PINHEIRO	13/02/1991	7,9	565
743625903	GISLAINE PATRICIA MARTINS FLORES	23/07/1991	7,9	566
742951433	CLARICE COSTA GUILHERME	04/01/1993	7,9	567

741329979	DAYANA ESTACIO	30/05/1994	7,9	568
744512292	ANA PATRICIA SILVA DOS PASSOS	27/08/1996	7,9	569
743724991	JÉSSICA WAGNER MACHADO	30/12/1996	7,9	570
742894105	JACQUELINE PACHECO XAVIER	17/10/1997	7,9	571
742101466	THALIA RODRIGUES NUNES	16/02/1998	7,9	572
744509531	THAYNNÁ MACHADO SENE	27/12/1998	7,9	573
743940228	MARIA EDUARDA JARACESKI CHAVES	09/04/1999	7,9	574
744215147	DONAVAN FRANCISCO DE OLIVEIRA	02/02/2001	7,9	575
742534713	ADILENE MARIA DA SILVA	01/10/1967	7,85	576
743050146	SILVANA PORTO	16/11/1970	7,85	577
742984713	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA MOREIRA	21/09/1971	7,85	578
741608121	DEJAIR DE OLIVEIRA JUNIOR	01/04/1977	7,85	579
741667760	GÉSSICA SILVA DO AMARAL	31/05/1980	7,85	580
743922264	DAIANE DA ROSA BUENO	18/08/1981	7,85	581
740699246	JULIANA SOUZA DA NATIVIDADE PIRES	11/06/1983	7,85	582
743235792	DENY HALISON PONTIN	26/06/1983	7,85	583
740356667	PAULO CESAR MORAIS CABRAL	05/07/1983	7,85	584
741152739	ROBERTA RODRIGUES DA SILVA	28/01/1984	7,85	585
744569604	PRISCILLA NERI DE OLIVEIRA	31/01/1984	7,85	586
743563927	CHRISTIEN PORTIER	20/03/1984	7,85	587
742994708	CINTIA LUIZ	21/11/1984	7,85	588
743189732	FRANSUELLI VIEIRA CORRÊA	20/05/1985	7,85	589
743971794	FABIO XAVIER DOS ANJOS	09/10/1985	7,85	590
744526427	FELIPE MARCEL RODRIGUES BARBOSA	18/07/1986	7,85	591
743965209	DANIELA MARIA CORRÊA DOS SANTOS	15/10/1986	7,85	592
742426266	SANDERSON ZACHARIAS ADÃO	01/12/1987	7,85	593
741899826	TATIANE DA CRUZ DE ALMEIDA	27/11/1988	7,85	594
744263590	AMANDA BENTO PESSOA DE SÁ	04/01/1990	7,85	595
744382767	LUCAS MOURA FARIAS	01/03/1991	7,85	596
740701164	JACKSON MATOS DOS SANTOS	20/07/1991	7,85	597
741856162	JÉSSICA DE AQUINO	11/10/1991	7,85	598
743900164	SABRINA SIFUENTE MACHADO	17/12/1991	7,85	599
744690476	JULIANA CORDEIRO	01/12/1993	7,85	600
743547792	GABRIELLI FARIAS REGINALDO	10/05/1996	7,85	601
744722771	GUSTAVO FELIPE RITA	03/02/1998	7,85	602
743219584	MARIA LUIZA FRANCISCO	09/04/2001	7,85	603
741725731	ALICE ARRUDA CAVALHEIRO LOPES	15/03/2002	7,85	604
743875204	JAICIELE DA SILVA BUSS VIDAL	14/10/1980	7,8	605
740851472	MAYCON FERRARI	22/01/1984	7,8	606

743293563	EDINETE DO SOCORRO GALES CAMPOS	12/04/1985	7,8	607
741514108	JULIANA MARIA MIGUEL ALVES	04/10/1991	7,8	608
741436746	BIANCA MARCELINO FRAGA	24/07/1993	7,8	609
743744337	ISABELLA CAMARGO MOINHOS	18/07/1982	7,8	610
744206103	ANDREA CRISTINA PILLE DA SILVA	03/04/1984	7,8	611
743464431	FLAVIANE RACHADEL	07/03/1985	7,8	612
744099944	GIOVANE SEGÓVIA	29/10/1988	7,8	613
741842517	LUIZA LINS SOUZA ROCHA	27/12/1988	7,8	614
742377864	GIULIANO MILLÉO DE CASTRO SCHIBELSKY	02/10/1990	7,8	615
743838896	KARINNE TAVARES DOS SANTOS	16/04/1991	7,8	616
742331998	RAISA DOS SANTOS DE FREITAS	13/12/1992	7,8	617
741068573	LUCYLENE CORRÊA DA SILVA	05/03/1969	7,75	618
744647442	SILVANA TOZZI RIBEIRO DE SOUZA	27/09/1970	7,75	619
742745229	ROSIELENA DA SILVA	10/11/1973	7,75	620
741987363	ANDREA GONÇALVES DA SILVA	26/02/1974	7,75	621
744355119	DEISE MIRANDA	27/01/1978	7,75	622
741330383	EDNEIA LUZIA SANTOS BRITO VIEIRA	26/02/1980	7,75	623
742001347	ELIZANDRA APARECIDA PEREIRA	05/10/1980	7,75	624
740458887	PAULO CESAR DE SOUZA	01/10/1983	7,75	625
743401918	SOCORRO COSTA DE PAIVA	13/01/1984	7,75	626
742072532	WILLIAM DAS CHAGAS BRITTO	20/02/1986	7,75	627
744332163	PEDRO HENRIQUE PAIM	21/11/1986	7,75	628
744490797	GILMAR TRINDADE DA ROSA	26/04/1987	7,75	629
741004169	SHEILA FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA ROCHA	29/10/1987	7,75	630
744015114	BRUNA ALINE NUCCI DE SOUZA	29/01/1989	7,75	631
744421269	JANAINA IGNACIO DA SILVA	30/07/1990	7,75	632
740979472	MARIANE HELOISA DE MATOS ESPINDOLA	15/03/1993	7,75	633
742176789	DORIANE VIANA WANZELER	10/04/1993	7,75	634
743743992	MANOELA LAUS FERREIRA	14/08/1994	7,75	635
742966191	MAURICIO SANTOS ALMEIDA	02/05/1995	7,75	636
740225555	ISADORA WARMLING	22/01/1998	7,75	637
741224770	VITÓRIA ROMARIZ DOS SANTOS	11/06/2001	7,75	638
743785547	VANDERLEIA SANTOS DA SILVA	30/09/1968	7,7	639
743125458	SEBASTIÃO LAURENTINO DA SILVA FILHO	29/11/1974	7,7	640
740519778	ADRIANO MATOS DE FREITAS	17/04/1975	7,7	641
744605458	ANDRÉA EULÁLIA VIEIRA OURIQUES	02/02/1976	7,7	642
743016399	ANDRE LUIS BERNARDI	10/04/1977	7,7	643
740542282	JOSÉ HUMBERTO TAKAYAMA KOERICH	30/04/1977	7,7	644
744283375	LILIANE RIBAS DA SILVA	11/10/1977	7,7	645

742352963	KATHI LORY IUNG DAVILA	12/11/1977	7,7	646
742227158	RICARDO ELLER DA CUNHA	18/05/1979	7,7	647
743998554	ADILSON ESCOBAR	19/11/1980	7,7	648
743520501	CYNTHIA GROTH DA SILVA	09/12/1982	7,7	649
742424993	GUILHERME PRIM	20/07/1983	7,7	650
742953864	SULAMITA RODRIGUES MACEDO DE LUCENA	12/01/1984	7,7	651
744307283	FELIPE RIBEIRO SILVA	10/02/1984	7,7	652
743486468	GREICE NUNES LORETO	26/09/1984	7,7	653
743071966	MARIANA LAZZARI MEDEI- ROS	14/11/1984	7,7	654
740829696	DOUGLAS ARÊAS CAMARGO	11/01/1985	7,7	655
741638337	EDUARDO ESPINDOLA BIT- TENCOURT	26/04/1988	7,7	656
742665239	SUELLEN DUARTE SANTOS	26/05/1989	7,7	657
741559488	MARCELO DOS SANTOS HCEH	05/11/1990	7,7	658
740700864	ANA ALINE MOREIRA FRICH	22/11/1992	7,7	659
744461375	RAMON SILVA DE OLIVEIRA	13/12/1992	7,7	660
743590444	DANDARA GABRIELA DO NASCIMENTO OLIVEIRA	15/11/1993	7,7	661
743039155	VITOR PINHEIRO TROVO	23/02/1995	7,7	662
742977585	VITOR HUGO ARAUJO BOR- TOLASSI	04/07/1995	7,7	663
742723157	MICHELE CRISTINY PEREIRA	03/08/1995	7,7	664
741502241	VANIA OLIVEIRA CADORE	25/09/1995	7,7	665
743841122	HELOISA MORAES DA SIL- VEIRA	27/03/1996	7,7	666
743867390	KAROLINY LAUS FERREIRA	12/11/2000	7,7	667
744629420	CARLA DA SILVA FRAGA	17/02/2002	7,7	668
743935803	MARTA ELI	13/11/1977	7,65	669
743156246	JOSEANE DA SILVA	23/05/1986	7,65	670
744662719	GREICE KELI SIMÕES MAR- TINS	28/01/1988	7,65	671
743124517	IZABELLA DE OLIVEIRA CECCON COELHO	17/07/2001	7,65	672
744586753	SÂMARA APARECIDA VIEIRA SANTOS DA SILVA	17/05/1962	7,65	673
743932133	AUGUSTO LOURENÇO DE ANDRADE	01/07/1974	7,65	674
741084642	NEY ALBERTO MENDES DE BARROS	01/10/1976	7,65	675
742458698	LUCAS DE SOUZA	02/03/1979	7,65	676
743054145	EMERSON FAGUNDES	27/01/1983	7,65	677
743917542	ANSELMO MARCOS WIG- GERS	19/12/1984	7,65	678
740462933	CAROLINE CARDOSO DA COSTA	16/05/1988	7,65	679
744321700	DIEGO DE BARCELLOS MARROS	29/10/1989	7,65	680
742834630	MARIA LUIZA ROSA	23/03/1994	7,65	681
743800607	TIAGO DE ABREU VIEIRA	09/10/1997	7,65	682
740919206	PAULO CEZAR TOESQUI	24/03/1967	7,6	683
744196792	ANDREIA SILVA GOTENS	10/09/1975	7,6	684
743155456	ANDRÉA LUCIANA SILVA	04/10/1977	7,6	685
741535914	CARINA MELO NONATO SANTOS	28/04/1979	7,6	686
741930326	MARCUS VINICIUS JACOME	08/10/1981	7,6	687

744213129	MICHEL JOAQUIM DA SIL- VEIRA	05/10/1983	7,6	688
743552983	DAIANE GOMES DA SILVA	31/01/1986	7,6	689
744215898	PRISCILA LIMA DE OLIVEIRA	14/02/1987	7,6	690
740428465	PHÉLIPE DE OLIVEIRA NO- VAIS PEREIRA	03/12/1989	7,6	691
741743758	ANA CLAUDIA CAMPOS DE OLIVEIRA	08/07/1990	7,6	692
742994185	ALICE RODRIGUES MATOS	08/06/1992	7,6	693
742644786	KAREN CRISTHINA DA SILVA	15/01/1993	7,6	694
743303443	GEOVANNA MACEDO ALCE- NO	11/11/1993	7,6	695
744040821	ACZA JAMIMA TRISCH NERICKE	12/01/1994	7,6	696
744510684	PATRICIA DO NASCIMENTO	06/02/1988	7,6	697
744191748	IRIA LOCKS	30/09/1963	7,55	698
744053850	SAIONARA APARECIDA DA SILVA	03/04/1971	7,55	699
744646185	SILVIO DE ALMEIDA BORBA	09/12/1974	7,55	700
743953120	JOCELIA GONCALVES DOS SANTOS	05/07/1978	7,55	701
741061162	ANDRESA FLAUZINO CRES- CENCIO	15/08/1978	7,55	702
744061307	LUCIANO DE SOUZA BUENO	03/10/1979	7,55	703
744464155	VANESSA SOCORRO PAIVA SILVA	04/03/1980	7,55	704
742077326	ROGÉRIA NUNES FRAGA	20/01/1981	7,55	705
741960409	CEZAR FRANCO FARACO	02/05/1981	7,55	706
744667563	KARINA DOS SANTOS DE SOUZA	22/07/1981	7,55	707
742936236	RODRIGO PADILHA DA SILVA	24/03/1982	7,55	708
743128371	JAIR BENTO DA SILVA JUNIOR	16/08/1983	7,55	709
741731168	FERNANDA MARTINS DA COSTA	03/11/1983	7,55	710
742595835	JULIANA LAPA	05/02/1984	7,55	711
744606163	CAMILA CRISTINA PEREIRA	06/06/1984	7,55	712
743741642	TIELY CORRÊA SANTIAGO	29/10/1984	7,55	713
742133816	PABLO TEIXEIRA PACHECO	28/06/1987	7,55	714
743934973	ALLINE CRISTINA DIAS DA SILVA	17/10/1987	7,55	715
744711288	LETICIA DA ROCHA LEO- NARDO	15/11/1988	7,55	716
740709821	SUÉLYN KETLY DA COSTA SCHIBELSKY	28/02/1990	7,55	717
744445485	JONATHA HERNANDES	13/09/1991	7,55	718
744251703	REJANE CHAVES	06/10/1991	7,55	719
740665913	FRANCIELLY PIERRI DE SOUZA	30/05/1992	7,55	720
741855907	SERGIO HENRIQUE DA SILVA	26/10/1992	7,55	721
741943916	DOUGLAS DA CRUZ	06/08/1993	7,55	722
743304198	FRANCIELLE DE SOUZA	18/12/1994	7,55	723
741911787	ELAINE ELISA MARTINS	17/01/1996	7,55	724
741342323	DANUBIA HELENA PINOTTI DAS NEVES	27/01/1996	7,55	725
743284168	EVELYN SCHLICHTING	03/12/1996	7,55	726
743666747	LETÍCIA DAVILLA	03/01/1997	7,55	727
744589750	BRUNA SCHMITZ DA SILVA	07/01/1997	7,55	728

740595235	ANA BEATRIZ HENRIQUE	16/01/2000	7,55	729
742289760	MARCO ANTONIO COUTINHO	11/01/1965	7,5	730
744130519	GIOVANI AMORIM	17/05/1973	7,5	731
741149210	INGRINEIDE FAIX	28/05/1973	7,5	732
740907455	RODRIGO BITTENCOURT	30/01/1978	7,5	733
740869646	LUIZA CATIE DA ROSA OLIVEIRA	10/06/1978	7,5	734
742910719	FABIA LELUANE SILVA TATAGIBA DEMORO	22/08/1982	7,5	735
741284174	RAFAELA DA LUZ	06/07/1983	7,5	736
740447599	BRUNA SEOLIN XAVIER	27/08/1984	7,5	737
742543759	JULIANA ROSANE GUILARDI	23/06/1985	7,5	738
743203168	GISELE CORREA DE SOUZA	01/07/1986	7,5	739
744293902	INGRID DA ROCHA GROSCHANKE	15/11/1989	7,5	740
742180223	VIVIANE CRISTINA SALES COSTA	05/12/1989	7,5	741
741647387	SARA CARNEIRO COSTA SILVA	09/01/1991	7,5	742
743622180	BRUNA DE SOUZA SOARES	31/03/1987	7,45	743
742083136	FABRÍCIO SILVEIRA RODRIGUES	15/11/1975	7,45	744
744125974	ISABEL CRISTINA DA SILVA	27/05/1982	7,45	745
741902767	RENAN RAFAEL PIETROSKI	14/07/1990	7,45	746
743481949	FERNANDA HENRIQUE LUZ	01/11/1993	7,45	747
742127671	MIRIAM CONCEIÇÃO COSTA DE SOUZA	27/10/1968	7,4	748
740989177	VALDIRENE TEIXEIRA	29/08/1973	7,4	749
742024210	JANAINA DA CRUZ ROSA	26/06/1974	7,4	750
743205210	LUCIMAR VELHO GARCIA	04/07/1976	7,4	751
740342253	MELISSA FERNANDES VALIM	16/10/1979	7,4	752
744192709	GABRIEL SILVA DA SILVA	07/02/1981	7,4	753
742693144	VANIA ISABEL MINOSSO	26/07/1981	7,4	754
741711705	DANIELA FRANCISCA DA SILVA	17/03/1982	7,4	755
743772998	EDIONE MARIA DE OLIVEIRA SILVA	26/11/1982	7,4	756
742202795	CHIUENE ROCHA NASÁRIO	08/07/1983	7,4	757
742391381	MAX RODRIGUES LOPES	18/09/1984	7,4	758
743396709	REGIANE RIBEIRO ROSA	14/05/1985	7,4	759
741414139	SOPHIA FELIPPO DIAS RODRIGUES	28/02/1986	7,4	760
742956976	TATIANA XAVIER DA SILVA	10/01/1987	7,4	761
742220925	IGOR CARLOS NOGUEIRA	10/03/1989	7,4	762
743517858	DANIEL DELFINO GHIZONI	08/09/1989	7,4	763
740849976	SINARA LUCIANO ROSA	27/08/1991	7,4	764
743844474	RUTHE LAMEGO DIAS	04/03/1996	7,4	765
740983977	NICOLE DA CRUZ RABELLO	22/10/1996	7,4	766
743751903	MARIA EDUARDA GEREMIAS	26/12/1996	7,4	767
743469511	LOIZI MORAIS BENTO	31/08/1997	7,4	768
743737618	MARIANA	09/11/1998	7,4	769
743315109	TIAGO JOSÉ DUTRA	26/09/2000	7,4	770
743631918	MARCOS VINÍCIUS MARTINS	25/10/2001	7,4	771
743427553	ALCIR MANOEL FIGUEIREDO BITTENCOURT	29/04/1961	7,35	772



741246821	GILMEIA GENEROSO ARAUJO ASSUNÇÃO	15/02/1971	7,35	773
741697255	ELIANE ELI VIEIRA	29/10/1974	7,35	774
743027602	JOSÉ RAMOS MARTINS	23/03/1975	7,35	775
742771668	CLAUDINEI INACIO PIRES	05/07/1975	7,35	776
740906591	LEONARDO FONTANIELLO	07/07/1975	7,35	777
743669527	FABRÍCIO FERREIRA DE ANDRADE	01/08/1976	7,35	778
742009926	BARBARA COUTO DE SOUZA	04/12/1976	7,35	779
743030533	ANTONIO JOSE BONIN	25/04/1977	7,35	780
740405148	FABIO NANDI DEMETRIO	06/08/1977	7,35	781
742416839	MARILEUSA FONTANA DA COSTA	23/03/1978	7,35	782
743967668	JULIANA RODRIGUES DE ALENCAR	23/06/1981	7,35	783
740949235	CHARLENE RODRIGUES LAURINDO	08/05/1982	7,35	784
743019698	ALISSON CLEMONI NUNES DA SILVA	13/05/1982	7,35	785
744564935	GABRIELA DE OLIVEIRA RIOS	15/07/1985	7,35	786
742779707	RAQUEL DA ROSA	23/11/1985	7,35	787
743379378	DENI BATISTA	29/03/1990	7,35	788
742940212	RAISA RAMONI ROSA	27/07/1990	7,35	789
740910104	GESSICA DE SOUZA	30/08/1991	7,35	790
742665194	RENATA MEDEIROS LIMA	10/12/1991	7,35	791
742188275	FRANCIELI CRISTINI BARON	18/10/1992	7,35	792
744682425	RAFAEL MIRANDA DE OLIVEIRA	12/08/1994	7,35	793
742763793	ANDREISE ALVES SIQUEIRA	04/10/1996	7,35	794
743275421	FERNANDA DE FÁTIMA MACIEL	29/05/1998	7,35	795
742835382	MARINEIDE SEMEAO PINHEIRO DIAS	27/07/1983	7,3	796
741852487	WILLIAM RIBEIRO	27/01/1986	7,3	797
743738518	CHAENE APARECIDA DA ROCHA	07/07/1991	7,3	798
743897952	CRISTIANE SANTOS BEZERRA	02/05/1993	7,3	799
744499121	GERALDA REGILÂNIA DE CARVALHO OLIVEIRA	10/01/1968	7,3	800
742055394	ADOLFO OBLONCZYK	12/03/1968	7,3	801
741183478	CLAUDETE NUNES	11/06/1969	7,3	802
740690137	ANDREA LUZ TELES	15/02/1975	7,3	803
744444959	JUSSARA TELES GOULART	15/11/1978	7,3	804
743400987	TIAGO OLIVEIRA DE ALMEIDA	17/08/1979	7,3	805
743534822	CAMILA CORADINI	27/03/1987	7,3	806
743412817	KARINA ALBUQUERQUE PRUDENCIO	10/09/1990	7,3	807
744467295	FRANCIELLY DA SILVA	08/10/1990	7,3	808
743253804	ANA CAROLINA BÚRIGO DE MELLOS	30/05/1995	7,3	809
741746820	NATAN GUILHERME STOCKMANN PIRES	18/09/2000	7,3	810
743516747	PATRICIA REGINA AGUIAR	14/06/1963	7,25	811
742259251	FABIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	08/02/1975	7,25	812
742483111	JENECI SALETE VERUS	01/07/1975	7,25	813



741841712	FERNANDA SCHLOESSER	15/06/1977	7,25	814
743160523	SANDRA DE PAULA SENA KOVACS	22/02/1978	7,25	815
742237105	RODRIGO KENIG DORNELES	30/06/1979	7,25	816
741423904	MARIA LUCIA SIQUEIRA	28/01/1980	7,25	817
742345995	SUSIMARI FURTADO	30/09/1980	7,25	818
743100695	RICARDO LAURI CAMPOS	20/03/1981	7,25	819
742388361	PAULA SANTOS DE OLIVEIRA LOPES	30/12/1983	7,25	820
743740487	ALISSON DE ALMEIDA	22/11/1984	7,25	821
740540141	RENATA LUCIO JUSTINO	03/06/1986	7,25	822
742043303	NOEMI ANDRADE	17/07/1989	7,25	823
740759588	RAQUEL SILVA DOS SANTOS	07/09/1991	7,25	824
742377328	HELENA MARIA PRESTES ALVES	24/05/1992	7,25	825
743748153	DANIELA DE LIMA SILVA	14/08/1995	7,25	826
744050636	VICTOR MUNIZ FARIAS	15/12/1997	7,25	827
744072235	CARLOS ALBERTO ARÊAS	05/03/1963	7,2	828
744522663	MARIONE ANDRADE DIAS TROIS	14/05/1965	7,2	829
741365367	MAGDA ALBECHE CAMPO-NOGARA	05/06/1970	7,2	830
740503439	CEZAR LUIZ PETRI	10/09/1971	7,2	831
740024538	GILMAR CORRÊA DE ARAÚJO	17/12/1971	7,2	832
742789702	ANA CRISTINA LEMOS	27/09/1972	7,2	833
743554639	DINAMAR LOPES DIAS	06/06/1973	7,2	834
740927490	ARTUR DA CUNHA RUFINO JUNIOR	12/11/1973	7,2	835
742068865	LEONARDO JOSE DE SOUSA	13/03/1976	7,2	836
743271316	ANA PAULA SAMPAIO FURTADO	08/05/1980	7,2	837
744613922	MICHELE NUNES DA SILVA	02/11/1981	7,2	838
743442405	MANOEL FRANCISCO DA COSTA NETO	04/03/1985	7,2	839
742368151	JANAINA VIEIRA	24/03/1985	7,2	840
744174742	MAURICIO ARANALDE KAUL	16/08/1986	7,2	841
741253586	MÁRCIA REGINA DE SOUSA	29/06/1987	7,2	842
740904128	MAICON SIQUEIRA DE SOUZA	17/07/1987	7,2	843
740485853	MARIANE ROBERTA DE SOUZA	12/03/1990	7,2	844
740353463	NICOLLI DAYANE MÜLLER	05/11/1990	7,2	845
744391404	SABRINA ANGÉLICA CEMBRANEL CERETTA	26/04/1992	7,2	846
742185257	SHARA MARINA DA ROSA	25/07/1994	7,2	847
744247578	ADRIELI KARINI MACHADO CORDOVA	27/06/1996	7,2	848
743855335	BEATRIZ RÉGIS MACHADO	21/07/1997	7,2	849
742237225	ARTHUR DOS SANTOS	19/02/1999	7,2	850
743688111	AILSON MELO DE MORAIS	07/09/1968	7,15	851
744176747	SILVIA REGINA HEIDERS-CHEIDT	07/09/1974	7,15	852
744254878	ROBSON SAMPAIO DOS SANTOS	13/03/1979	7,15	853
744607522	PAULA FERNANDA PILLE DA SILVA	01/08/1980	7,15	854
743422294	ARLINDO CORRÊA NETO	02/10/1989	7,15	855

743416512	SARA DE SOUZA ALVES	12/01/1990	7,15	856
744322286	MARCOS RODRIGUES NUNES JUNIOR	15/11/1997	7,15	857
740723188	GABRIEL CASTRO DE SOUZA	31/01/2000	7,15	858
740951686	JOSÉ DUTRA	15/12/1962	7,1	859
744029120	DANIELA PERES DA SILVA	25/10/1980	7,1	860
742715274	DULCENEIA FORTES RODRIGUES	12/01/1983	7,1	861
740955108	MARISE MARIA CARDOSO	15/03/1983	7,1	862
742158806	THIAGO MATHIAS MEDEIROS DA SILVA	04/08/1985	7,1	863
743921926	FABIANE RESENDI PAZ	26/02/1986	7,1	864
743504614	FAGNER LEMOS SILVA	07/12/1991	7,1	865
743455677	THAIS CRISTINE DA SILVA	15/06/1992	7,1	866
743284683	SAYMARA DE CARVALHO	02/02/1998	7,1	867
743081429	EMELY HARZ DA SILVA	03/06/1998	7,1	868
743655336	ADRIANA ANCHAU DE LARA	11/07/1972	7,1	869
743811278	ERIC MARCIO SOARES MACHADO	11/11/1979	7,1	870
742116407	DÉCIO DE JESUS SILVA	20/04/1969	7,05	871
743581503	PATRÍCIA FERNANDA RODRIGUES PEREIRA	14/04/1982	7,05	872
744405558	THALITA DA SILVA ALVES	28/01/1983	7,05	873
744011134	JOSEANE ESTEFANIA KOGLINSKI NIZER SANTIAGO	13/02/1983	7,05	874
740400358	EMERSON MEDEIROS DA ROSA	09/12/1983	7,05	875
744233180	DAIANY REICHARDT	31/01/1989	7,05	876
740053264	WIVIANE FELIPE	30/08/1989	7,05	877
741251144	ALINE TEREZA CUSTODIO	12/06/1990	7,05	878
742885687	DONNIE HENRIQUE SEABRA COSER	09/08/1991	7,05	879
744058640	LARISSA EMANUELA COSTA	02/02/1993	7,05	880
742296458	HELENA CORNELIUS	22/12/1995	7,05	881
743825100	RAFAELA DOS SANTOS	22/12/1996	7,05	882
744198722	GUSTAVO SCHMITT	05/10/1999	7,05	883
743630992	ANDRE LUIS DA SILVA GOULART	10/10/2000	7,05	884
743651522	PABLO LUINI DA SILVA COUTINHO	24/10/2000	7,05	885
743008541	MARIA FERNANDA STEINMETZ FERREIRA	30/04/2001	7,05	886
744661136	OTAVIO LUIZ GAPSKI	17/08/1964	7	887
743779269	REGINALDO SILVA	21/01/1965	7	888
743701220	ADRIANO BEZERRA	13/07/1968	7	889
742174389	GILVANY IMACULADA CAIXETA	08/12/1980	7	890
740934778	TALITHA MELLO DOS SANTOS ALVES	29/10/1981	7	891
742288704	FABIANA JERUSA BAIRRÃO	24/12/1981	7	892
740176673	PÂMELA FERREIRA	29/01/1982	7	893
743862229	MATEUS MARQUES TEIXEIRA	11/02/1982	7	894
744513135	BARBARA CRISTINA LAMEGO DE CARVALHO	14/12/1982	7	895
744239448	FERNANDA SILVA DE SOUZA	29/10/1988	7	896
740397863	LUIS FERNANDO CARDOSO MARTINS	24/02/1989	7	897

742360109	RAMON DOS SANTOS ZANZI	27/04/1990	7	898
743612637	ARNALDO JUVENCIO MATIAS NETO	18/07/1990	7	899
742612448	GÉSSICA ARGENTINA VERNÂNCIO	10/08/1992	7	900
743177939	AWANDA SANTOS FLORES	05/02/1993	7	901
744501442	ADRIANO SALES	21/10/1976	6,95	902
744585414	TATIANE TERESINHA DE FARIA	11/07/1989	6,95	903
743172737	JORGE LUIS RUTHNER JUNIOR	22/05/1990	6,95	904
743162679	JAQUELINE APARECIDA DO CARMO SILVA	13/10/1998	6,95	905
740470393	CRISTINA RÉGIS RAIMUNDO	18/06/1971	6,9	906
741566485	CARLOS AUGUSTO DA SILVA ANDRADE	25/07/1974	6,9	907
742348415	DANIEL DE SOUZA LOPES	28/01/1975	6,9	908
741078337	MAIRA VIEIRA DOS SANTOS	31/05/1979	6,9	909
743142936	RODRIGO STEINMETZ	31/07/1979	6,9	910
744338545	MARIONE TEREZINHA PITZ DE MELO	17/08/1979	6,9	911
744567694	ROGERIO BRAZEIRO JARDIM	29/10/1980	6,9	912
744638893	CRISTIANE DOS SANTOS	05/10/1983	6,9	913
743145683	MARY ÂNGELA DE SOUZA CUNHA	18/04/1984	6,9	914
743151277	DAIANA IONARA RUGINSKI	09/03/1985	6,9	915
744042682	THIAGO ROHTE MARTINS	09/12/1986	6,9	916
743131789	DANIELA RIBEIRO DA SILVA	04/11/1988	6,9	917
744452811	FLAVIA TUANNY ALBUQUERQUE MEZZARI	01/05/1989	6,9	918
742104207	NATANA FAGUNDES KUHN FREITAS	17/08/1989	6,9	919
744236964	DAIANA NUNES FLORIANO	11/04/1993	6,9	920
741802595	WELINTON ITAMAR CAMPOS	02/04/1995	6,9	921
741009159	ALINE CONRADO RAMOS	30/05/1995	6,9	922
743393187	JORGE EDUARDO CRESCENCIO DA SILVA	06/08/1997	6,9	923
740800968	MATHEUS NUNES	15/07/1999	6,9	924
744711780	ISRAEL DA SILVA SILVEIRA	18/06/1983	6,9	925
742075939	FABIO DE MELO LOPES	17/02/1969	6,85	926
743675809	TONI MARCOS NUNES PINTO	06/04/1969	6,85	927
744431286	KATIA DE LIMA MENDES	27/02/1973	6,85	928
740375353	PATRICIA DO CARMO DOS SANTOS SIQUEIRA	16/07/1973	6,85	929
744587621	ELISABETE FLORIANO DA SILVA PEREIRA	25/12/1974	6,85	930
743717216	CRISTINA VOLANTE BORGES	12/07/1979	6,85	931
743555943	GRAZIELA JACOBSEN OLIVEIRA	13/08/1980	6,85	932
741419965	ELISIANY CRISTINA REIS	20/10/1980	6,85	933
742888190	JEFERSON FERNANDO LOPES HENKEL	16/10/1983	6,85	934
743910374	THIAGO SANTOS DA CUNHA SILVA	22/04/1984	6,85	935
744418921	ALINE ANGIOLETT MACHADO	23/06/1989	6,85	936
744280979	DAIANE GOMES DE SOUZA	22/04/1990	6,85	937
741645142	THIAGO HOFFMANN PEREIRA	11/08/1990	6,85	938

742011137	KELLI BIA DA COSTA CAMPOS DA SILVA	24/09/1990	6,85	939
740201717	DANIELE MARIA PACHECO CAMPOS	15/07/1991	6,85	940
741703546	MAIK IAN SANTIAGO	02/02/1994	6,85	941
740615259	ANY KAROLINE RODRIGUES DE PIERI	18/05/2001	6,85	942
742156165	CLAUDIA REGINA FARIAS	26/02/1974	6,8	943
744643454	JHONATAN DE OLIVEIRA CORRÊA	08/07/1981	6,8	944
742901921	MICHEL ANIBAL PIRES	31/12/1981	6,8	945
744468939	EMILIA CLARA LEHMKUHL PEREIRA	21/04/1968	6,75	946
744429259	GLEIDE NARA CHAVES DA SILVA	22/01/1972	6,75	947
741921158	ISRAEL JULIANO ADÃO	19/12/1975	6,75	948
742788838	ROSELI KUSTER	22/05/1977	6,75	949
742436137	FABIANA TEREZINHA PEREIRA	17/07/1977	6,75	950
744721175	ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA	01/06/1978	6,75	951
743752691	FERNANDA NAMAN DOS SANTOS	10/09/1979	6,75	952
744675263	DAIANA SILVA GOULART	24/11/1981	6,75	953
744407236	LUANDA COSTA GUILHERME	08/09/1985	6,75	954
744334734	AMANDA REGINA ZOCCOLI	09/08/1986	6,75	955
743501634	RENATA DE BARROS BONORINO KULMANN	31/12/1987	6,75	956
742131877	TIAGO NEVES	29/10/1988	6,75	957
743457477	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA FEITOZA	06/01/1998	6,75	958
744210672	FERNANDO GODOI DA SILVEIRA	23/02/1979	6,75	959
740350164	ROSA MARIA ALBINO PARIS	29/08/1961	6,7	960
744032191	ALCIONEI NACIR FERNANDES GUIMARÃES	16/01/1970	6,7	961
741597437	NEUSA MARQUES DO NASCIMENTO	27/07/1973	6,7	962
744416278	SIMONE DE OLIVEIRA	24/08/1973	6,7	963
742886184	EDSON PEREIRA JUNIOR	20/06/1976	6,7	964
740412135	SILVIA CAPRA	30/09/1977	6,7	965
743091661	FERNANDO JOAQUIM DE MELO BRASIL	09/09/1980	6,7	966
744528519	JUPIRA BORBA PRESTES ARAUJO	18/08/1981	6,7	967
741600312	PAULO JORGE DE OLIVEIRA	28/01/1982	6,7	968
744126906	GABRIELA CARDOSO DE SOUZA OLIVEIRA	22/06/1983	6,7	969
743308107	WILLIAN BITTENCOURT	17/04/1984	6,7	970
744412382	SAMIA RENATA MARQUES LAZAGA	11/07/1984	6,7	971
744251779	AYRIAN HUGO DOS SANTOS THÉDIGA	26/05/1991	6,7	972
741232293	ANA CAROLINA ALCANJO DE AMORIM	29/09/1994	6,7	973
742146359	DEYSEANE DO ESPIRITO SANTO CAVALCANTI	19/09/1999	6,7	974
743012974	SABRINA MASCHIETTO CHAGAS	01/02/2000	6,7	975
742486831	LUCAS EDUARDO VERUS BECKER	04/11/2002	6,7	976

742290118	RODRIGO MACIEL FERREIRA	18/11/1972	6,65	977
742242383	GEMERSON AURELIO RISTAU	27/05/1973	6,65	978
741789231	ANDRE LUIZ MARCELINO	15/09/1977	6,65	979
742351989	KELLEN CORREA TEIXEIRA	20/11/1979	6,65	980
742252249	TAIS REGINA FERNANDES	13/06/1980	6,65	981
740115116	BÁRBARA FRANCISCA DA SILVEIRA CRESTANI	17/12/1989	6,65	982
744545989	DIEGO SANTOS DA SILVA	29/11/1996	6,65	983
741345580	KLEBER SULLIVAN RIBEIRO	08/09/1986	6,6	984
743154740	DÉBORA ALVES DA SILVA	14/12/1989	6,6	985
743474286	DOUGLAS AZEVEDO MAIA	01/05/1992	6,6	986
743079354	JOILSON BATISTA DOS SANTOS	15/06/1993	6,6	987
741196925	LUANA APARECIDA FUCKNER MILCHESKI	08/07/1998	6,6	988
742020454	JOAO RAFAEL CAETANO	01/07/1976	6,55	989
744663599	LEANDRA SIGNORIN BATISTA	03/08/1979	6,55	990
740810753	MICHELI ZILDA GOES	04/04/1981	6,55	991
744387823	KLEBER JULIANO DE OLIVEIRA	28/08/1981	6,55	992
743092793	JOBSON AMANCIO DE SOUZA	25/04/1985	6,55	993
743539300	DÉBORA ROSA NASCIMENTO	07/12/1987	6,55	994
742343477	JANAINA VENTURI DUTRA	23/05/1990	6,55	995
740429373	AUGUSTO CÉSAR DOS SANTOS	26/12/1990	6,55	996
742428499	TIAGO KUHNEN	23/03/1993	6,55	997
743441493	SABRINA FAGUNDES DA SILVA	30/01/1995	6,55	998
741286795	NATIELE RIBEIRO BRAGA	09/04/1996	6,55	999
741229183	THAINÁ SILVA SANTOS	12/05/1997	6,55	1000
741876208	HELLEN ZLUHAN LOPES	19/06/1998	6,55	1001
740545635	CLAUDINEIA DA SILVA GZIK	06/07/1999	6,55	1002
741385114	INDIANARA IRENE MARTINS CORRÊA	03/11/1982	6,5	1003
741223294	GUILHERME ROHLING VIEIRA	03/06/1995	6,5	1004
741432781	GABRIELA DE ANDRADE	19/06/1997	6,5	1005
742201447	RITA DE CACIA CUNHA DO AMARAL	12/03/1957	6,45	1006
740772445	SERGIO ADRIANO FARIAS	19/06/1971	6,45	1007
741584854	JOSÉ VALDEMIR HEMING DE ARAUJO JUNIOR	18/07/1986	6,45	1008
743436879	INAIANDERE DA ROCHA BRITO BRITTO	05/08/1992	6,45	1009
742181118	SIRLENE MARLENE PEREIRA	28/09/1975	6,45	1010
744339882	CONSUELO DOMINGUES DA ROSA CAETANO	16/05/1971	6,4	1011
743014720	JANETE APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA	22/07/1972	6,4	1012
744113618	ZULCLEA DUARTE MARTINS	10/12/1974	6,4	1013
741631625	ANA PAULA FEIJO DA SILVA	08/10/1982	6,4	1014
744158803	CARLA JOSANA SENA DE OLIVEIRA	05/03/1987	6,4	1015
743605923	GILENE OLIVEIRA BARROS	10/08/1987	6,4	1016
744717945	RODRIGO LINO NUNC-N-FÔNRO	29/06/1989	6,4	1017

742798778	JULIANA FOLSTER	18/03/1991	6,4	1018
741159111	GABRIEL VIEIRA AURAS	15/10/1993	6,4	1019
743914832	ALMIR DA SILVA MONTEIRO	09/06/1994	6,4	1020
740421570	UANDERSON DUAUTON DOS SANTOS FERNANDES	15/09/1974	6,35	1021
744185928	ADRIANO VIEIRA DE SOUZA	10/06/1986	6,35	1022
744259618	LARISSA VILVERT	05/05/1987	6,35	1023
740998568	EDINALVA CHERMONT FREITAS	01/04/1989	6,35	1024
743101139	JULIANO DE OLIVEIRA	28/01/1995	6,35	1025
740559363	PABLO CELIO BATISTA	09/02/1982	6,35	1026
743870976	JAQUELINE FURTUOSO RODRIGUES	05/04/2000	6,35	1027
742449599	DANIELLE DA SILVA MORAES	13/11/1989	6,3	1028
741609944	LOENI PATEL	20/05/1962	6,3	1029
744688271	SUZANA DOMINGUES DA ROSA	14/02/1975	6,3	1030
744379357	VALMIR VENICIO INACIO	09/06/1975	6,3	1031
744323881	NICARAO LENIN WACHOSKI FLETES	23/06/1985	6,3	1032
741513749	TAYNARA CRISTINA FERREIRA	20/02/1987	6,3	1033
744395943	SABRINA VARGAS SCHMITZ	26/10/1988	6,3	1034
742147343	VANDERLEIA MATTOS DE JESUS	23/05/1995	6,3	1035
743815272	MONIQUE MÜLLER	20/06/1997	6,3	1036
740702530	CLOTILDES OLIVIA LEITE	19/03/1976	6,25	1037
743198420	WELLINGTON ESTEFANIO GONÇALVES GOMES	07/05/1976	6,25	1038
742897731	KATHIANA CRIS SILVA	20/07/1980	6,25	1039
741846985	CHARLES MULLER SANTOS PEREIRA	19/11/1992	6,25	1040
740541743	ANA CLARA ARRUDA DIAS	21/03/1963	6,2	1041
743150192	TERESINHA ZANELLA	09/02/1964	6,2	1042
744397816	ANDRÉ GOMES AUGENSTEIN	27/09/1974	6,2	1043
741838539	CÍNTIA RENATA FARIAS LEITE	24/07/1975	6,2	1044
744068120	ELISANGELA DA SILVA SALES	08/11/1979	6,2	1045
744537983	GRAZIELA NASCIMENTO DA ROCHA	11/03/1983	6,2	1046
743406730	SIMARA RECH LUCHTEMBERG	04/04/1984	6,2	1047
743704983	LEANDRO CAETANO DE SOUZA LEITE	18/07/1986	6,2	1048
744538506	GROVANA DA ROCHA SILVEIRA	18/07/1987	6,2	1049
743207988	FERNANDA CRISTINA DALBO	27/06/1988	6,2	1050
743311109	JOCIELE BASTOS	17/06/1995	6,2	1051
744070389	KETRYN LUANA DOS SANTOS	19/06/1995	6,2	1052
744650870	NATÁLIA RODRIGUES DA SILVA	30/11/1997	6,2	1053
744296916	STEFFANY ARAUJO DE FREITAS	02/02/1998	6,2	1054
744623550	JACINEY VIEGAS DA SILVA JUNIOR	04/09/1998	6,2	1055
744189775	GÉSSICA CLAUDECI ALVES	26/05/1999	6,2	1056
743759108	CLEBER BITTENCOURT DA ROCHA	26/09/1965	6,15	1057

742165644	CLAUDIA BARBOSA	08/11/1973	6,15	1058
744568900	GREYCE ANDRADE PEREIRA	23/12/1990	6,15	1059
743097688	JULLYANA NARA DE ANDRADE	02/10/1996	6,15	1060
742327814	DENISE LEOPOLDO	09/06/1969	6,1	1061
742478504	ANDERSON CLAYTON DA SILVA	20/06/1983	6,1	1062
743107622	RAQUEL DE ABREU	06/02/1993	6,1	1063
741873464	CRISTIANE DURIEUX COELHO	19/07/1974	6,1	1064
744212853	MARIA DE FÁTIMA FERREIRA GUIMARÃES ASSIS	07/03/1965	6,05	1065
742263516	CHARLES ALEXANDRE COLZANI	11/11/1971	6,05	1066
744329522	PAULO SERGIO BEDINOT	07/10/1973	6,05	1067
743195732	THIAGO RAFAEL GOMES	08/12/1986	6,05	1068
742928723	DAVINE CRISTINA PACHECO CAMPOS	05/03/1987	6,05	1069
740550877	RAFAELA MOTTA LAURINDO GOMES	30/04/1987	6,05	1070
743463365	FABIANE DE MATOS	22/04/1990	6,05	1071
742005288	JULIANA DE SOUZA	15/01/1995	6,05	1072
742789320	JULIANO PEREIRA SILVY	20/10/1977	6	1073
742592696	LIDIA MARIA PESSOA FERNANDES DA SILVA	18/04/1969	5,95	1074
741125134	GILDIVAN DA SILVA CARDOSO	15/11/1988	5,95	1075
742354207	LEONORA MARIA MACHADO	19/07/1954	5,9	1076
742826188	LETÍCIA DE SOUZA RUFINO CARDOSO	07/02/1984	5,9	1077
744573298	LUCIA APARECIDA HENRIQUE RODRIGUES DE OLIVEIRA	19/12/1985	5,9	1078
740517446	EVERTON MARQUES IZAIAS	13/01/1991	5,9	1079
744516107	SIRLEI TERTULIANO FORRESTI	07/11/1964	5,85	1080
741721199	MARLI TEREZINHA REGINALDO	29/09/1965	5,85	1081
744566449	NEIL ADRIANO VIEIRA DE SOUZA	28/06/1970	5,85	1082
741663803	SILVANA REGINA RIBEIRO GUESSER	19/01/1973	5,85	1083
744147585	ZENAIDE CRISTINA MARCELINO BRASIL	24/02/1978	5,85	1084
743078100	MARILIA JARDIM DA COSTA	20/06/1978	5,85	1085
742021492	ALAN COPETTI	08/08/1978	5,85	1086
741563121	ODAIR JOSE PEREIRA DE SOUZA	24/11/1978	5,85	1087
743528370	IONARA FELICIANO	22/07/1988	5,85	1088
743802526	GABRIELLE DA SILVA COSTA	31/08/1988	5,85	1089
744182481	NICOLLE SOARES MELO	07/05/1995	5,85	1090
742192752	JOÃO CARLOS PINHO JUNIOR	28/02/1996	5,85	1091
744474591	BRUNA MACHADO FORMIGONI	02/10/1998	5,85	1092
742051438	ROSAURA FAGUNDES PUE-RARI	28/12/1966	5,8	1093
743994158	LUCIANE DUARTE	18/07/1972	5,8	1094
743979273	DIENE DA COSTA FARIAS	18/11/1988	5,8	1095
742303131	MARTA DA SILVA	20/08/1976	5,75	1096
742599733	CRISTIANE MATOS SILVEIRA	23/07/1978	5,7	1097



740983685	THATIANE JORGE SCHMITZ	07/09/1991	5,7	1098
741264380	MARIANE PAULA OLIVEIRA	24/05/1992	5,7	1099
744310960	RICARDO CAMPOS DE CASTRO	29/11/1998	5,7	1100
743972751	VANESSA LOPES VILLAFANEZ MARQUES SALOMONE	19/09/1981	5,65	1101
743197776	ANDREA MENDES VIEIRA PADILHA	24/12/1971	5,6	1102
744340702	ELAINE MEURER	14/01/1997	5,6	1103
743650558	MAIARA DOMINGOS ESPIRITO SANTO	21/07/1987	5,55	1104
741976924	ELIZIANE IZABEL SCHMITZ	19/11/1995	5,55	1105
743328909	MARILETE DE MELO	12/11/1968	5,5	1106
741437110	RÉGIS ROSA CUSTÓDIO	15/09/1977	5,5	1107
743494188	ANDREZA DE OLIVEIRA	15/04/1978	5,5	1108
741482242	EDUARDO DARCI SILVEIRA	14/03/1982	5,5	1109
744716565	STEFANY FERNANDES LEAL	21/03/1988	5,5	1110
744572296	FABIANO HAMMES	28/02/1989	5,5	1111
744013324	JACKSON CASSOL	04/02/1992	5,5	1112
743285560	KARINI DUARTE MARTINS	14/03/1994	5,5	1113
742327890	ARYÉO VINICIUS DA SILVA	08/04/1997	5,5	1114
742251148	KEVIN GABRIEL SPAGNOLI DE OLIVEIRA	01/09/1999	5,5	1115
744706716	BEATRIZ ORTIZ CORREA PALACIOS	04/07/1973	5,4	1116
743507987	RENATA FÁTIMA FERNANDEZ	28/11/1982	5,4	1117
744659975	PÂMELA RAMOS GARCIA FURTADO	14/01/1991	5,4	1118
741936219	JÊNIFER DE OLIVEIRA FURLAN	09/06/1995	5,4	1119
744674530	BRUNA LEMOS DIAS DA SILVA	02/11/1996	5,4	1120
744399138	LURDETE MARIA FELIPE DA SILVA	30/05/1962	5,35	1121
744083362	MÁRCIA ELÍS AURÉLIO BORGES	24/06/1966	5,35	1122
743370741	ROSIANE GOMES COELHO PAULO	04/02/1980	5,35	1123
742972497	MARIA APARECIDA ANTUNES PEREIRA	11/12/1980	5,35	1124
742747163	WELLITON CAETANO	05/04/1995	5,35	1125
744100801	FRANCINE APARECIDA VENTURA VERAS DA SILVA	12/10/1978	5,3	1126
743700327	ALEXSANDRA CARMINATTI VIEIRA DOS SANTOS	22/12/1981	5,3	1127
740433662	DANDARA VIEIRA BARBOSA	18/06/1998	5,3	1128
740083159	LUCIANO AMORIM	09/04/1970	5,25	1129
742225132	ELISABATE SILVA BELTRAME	06/05/1968	5,2	1130
743527149	JEFF JOÃO MARIA	08/05/1977	5,2	1131
744554214	VERA LUCIA PINHEIRO	13/08/1977	5,2	1132
741443356	MICHELLE PAULA SANTIAGO	14/02/1983	5,05	1133
740378787	ANGELISE DA SILVA	24/01/1979	5,05	1134
744308340	ADRIANA MARTINS	15/02/1975	5	1135
743632978	YAN CARLOS MIORANZA	18/10/1996	5	1136
742372624	TAISSONARA PAULA SANTIAGO BARBOSA	26/09/2000	5	1137



Inscrição	Nome	Nascimento	NF	Class
743080830	REYNAN IURY BARLOESIU SILVERIO	29/07/1997	8,55	1
742415158	ZÉLIA MARTINS	23/10/1973	8,05	2
740089579	DENISY SILVARAMOS	25/01/1973	7,75	3
741713546	CARLOS HENRIQUE CABRAL FURTADO	28/12/1974	7,7	4
741612328	LUIZ GUILHEME VALVERDE DA SILVA	07/02/1983	7,4	5
741067764	MANOELLA CARDOSO LUDVIG	10/04/1996	7,2	6
742139604	EVA DE JESUS PEREIRA	07/06/1980	6,8	7
742817692	LUCIANO SIQUEIRA BECK	31/05/1980	6,55	8
741614707	ELENICE QUEIROZ DE SOUZA LOURENCO	10/11/1969	6,4	9
743820144	SÉRGIO RICARDO DE BRITO	27/08/1972	5,95	10
743585186	MIRIAM CLECI MEDINA DE ALMEIDA	19/09/1974	5,65	11

Edital 003/SMA /2019 | Cargo: Secretário Escolar - (PCD)

Inscrição	Nome	Nascimento	NF	Class
744362150	LUCIANA INACIO SOARES	02/04/1978	9,2	1
742141281	ADRIANO ENDERLE	19/02/1985	9,05	2
742455869	MARA REGINA DE OLIVEIRA CECCON COELHO	09/05/1960	8,6	3
744600657	JACSON COELHO	25/10/1987	8,15	4
743971794	FABIO XAVIER DOS ANJOS	09/10/1985	7,85	5
740458887	PAULO CESAR DE SOUZA	01/10/1983	7,75	6
740542282	JOSÉ HUMBERTO TAKAYAMA KOERICH	30/04/1977	7,7	7
742424993	GUILHERME PRIM	20/07/1983	7,7	8
743054145	EMERSON FAGUNDES	27/01/1983	7,65	9
742259251	FABIO AUGUSTO DE OLIVEIRA	08/02/1975	7,25	10
743160523	SANDRA DE PAULA SENA KOVACS	22/02/1978	7,25	11
742348415	DANIEL DE SOUZA LOPES	28/01/1975	6,9	12
743142936	RODRIGO STEINMETZ	31/07/1979	6,9	13
743675809	TONI MARCOS NUNES PINTO	06/04/1969	6,85	14
742888190	JEFERSON FERNANDO LOPES HENKEL	16/10/1983	6,85	15
744643454	JHONATAN DE OLIVEIRA CORRÊA	08/07/1981	6,8	16
744126906	GABRIELA CARDOSO DE SOUZA OLIVEIRA	22/06/1983	6,7	17
740559363	PABLO CELIO BATISTA	09/02/1982	6,35	18
743195732	THIAGO RAFAEL GOMES	08/12/1986	6,05	19
742789320	JULIANO PEREIRA SILVY	20/10/1977	6	20
740083159	LUCIANO AMORIM	09/04/1970	5,25	21
743527149	JEFF JOÃO MARIA	08/05/1977	5,2	22

## PORTARIA Nº 003/2020/SMS/SJ

Publicação Nº 2355614

PORTARIA Nº 003/2020/SMS/SJ

RETIRA SERVIDORES DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA (CFT) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ, instituída pela Portaria nº 018/2018/SMS/SJ/GAB.



A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º. Retirar da composição da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC, o servidor Cristovão Sá Fortes Marques – Matrícula 37525 e a servidora Daniela Jarina Souza Lima – Matrícula 428523-9.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 07 de fevereiro de 2020.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária Municipal da Saúde

## **PORTARIA Nº 004/2020/SMS/SJ**

Publicação Nº 2355619

PORTARIA Nº 004/2020/SMS/SJ

ALTERA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS VOLTADAS À SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC CRIADA PELA PORTARIA 004.2018

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º. Retirar, da composição da Comissão de Avaliação e Fiscalização das Organizações Sociais Voltadas à Saúde no Município de São José, a servidora Jane Damásio – Matrícula 103870.

Art. 2º. Incluir, na composição da Comissão de Avaliação e Fiscalização das Organizações Sociais Voltadas à Saúde no Município de São José, a servidora Monique Meyer Duarte – Matrícula 420352 e a servidora Célia Daniela Vieira Counago de Lima – Matrícula 327468, na qualidade de membro.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São José (SC), 13 de fevereiro de 2020

Sinara Regina Landt Simioni  
Secretária Municipal da Saúde

## **PORTARIA Nº013/2020/SSDST**

Publicação Nº 2355173

PORTARIA Nº 013, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXTINÇÃO DA LICENÇA DE TRANSPORTE ESCOLAR E-099.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido do interessado, a licença de transporte escolar E-099, conforme processo administrativo nº 10433/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Vânio Luiz Dalmarco  
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Social e Trânsito

## **PORTARIA Nº014/2020/SSDST**

Publicação Nº 2355177

PORTARIA Nº 014, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXTINÇÃO DA LICENÇA DE TRANSPORTE ESCOLAR A-082.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido do interessado, a licença de transporte escolar A-082, conforme processo administrativo nº 10431/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Vânio Luiz Dalmarco  
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### **PORTARIA Nº015/2020/SSDST**

Publicação Nº 2355179

PORTARIA Nº 015, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXTINÇÃO DA LICENÇA DE TRANSPORTE ESCOLAR A-072.

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido do interessado, a licença de transporte escolar A-072, conforme processo administrativo nº 10430/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Vânio Luiz Dalmarco  
Secretário Adjunto de Segurança, Defesa Social e Trânsito

### **PORTARIA SME/PMSJ Nº 0445/2020**

Publicação Nº 2355034

PORTARIA SME/PMSJ nº 0445, de 31 de janeiro de 2020.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA ADJUNTA DE EDUCAÇÃO e o SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVEM:

Art. 1º – Designar o Servidor Sr. Roberto Ramos Bonassi, matrícula n.º 22993, para efetuar a fiscalização do Contrato n.º 016/2020, decorrente da Tomada de Preços n.º 043/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;
- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias.

Art. 2º – Na ausência do servidor designado no artigo anterior ficará automaticamente designado o Servidor Sr. Diego Vicente, matrícula n.º 39697, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Daniela da Silva Fraga  
Secretária Adjunta de Educação Milton Bley Junior  
Secretário Municipal de Infraestrutura

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019-01**

Publicação Nº 2355521

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 005/2019-01 – Proc. Adm. 11/2020 – Contratado: SMI PRIME CONSULTORIA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO, nos termos previstos no contrato nº 005/2019. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 005/2019, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 08/01/2020. Data da assinatura: 07 de janeiro de 2020.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 331/2019**

Publicação Nº 2355825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 331/2019

**DA RATIFICAÇÃO**

A autoridade superior, neste ato representada pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, Sra. LILIAN SANDIN BOEING, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso XX, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA REFERÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS DA NEUROLOGIA, PSIQUIATRIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, FISIOTERAPIA E FONOAUDIOLOGIA PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL OU ENSINO FUNDAMENTAL, MATRICULADOS NAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
ASSOC PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SJ	R\$ 110.000,00
TOTAL:	R\$ 110.000,00

São José, 11 de fevereiro de 2020.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

	LILIAN SANDIN BOEING SECRETARIA DE EDUCACAO	

**CÂMARA MUNICIPAL****PEDIDO DE ORÇAMENTO - PROC. ADM 030/2020**

Publicação Nº 2355472

**PEDIDO DE ORÇAMENTO**

A Câmara Municipal de São José, inscrita sob o CNPJ nº 83.708.248/0001-39, com sede a Praça Arnaldo de Souza, 38, Bairro Centro, São José/SC, em conformidade com Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislação aplicável, por intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação (CPL), comunica que, diante da pretensão de adquirir cafeteria industrial de 20 litros para atender as necessidades da Câmara Municipal de São José, estará recebendo orçamentos até o dia 19/02/2020 conforme abaixo:

- Cafeteira Elétrica Profissional com capacidade total de 20 litros (sendo dois bojos), com acabamento em aço inoxidável, termostato para controle de temperatura e alimentação de 220V.
- O frete deve ser incluso no preço (cep 88103-005);
- A proposta deve ter validade de 30 dias.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no e-mail claudia@cmsj.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3029 1327.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020 - SRP - PR Nº 012/2020

Publicação Nº 2356146

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 27/02/2020, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTAINER DO TIPO REEFER DE 40” PÉS, PARA SER ENTREGUE E INSTALADO NO LOCAL INDICADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 13 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 - SRP - PR Nº 005/2020 - FMS

Publicação Nº 2354622

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR o ANEXO I do Edital de abertura do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETAS TÉRMICAS E ADESIVAS PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (Publicado no DOM/SC em 04/02/20, ed. 3045, p. 1506) Designando-se nova data para entrega e abertura dos envelopes para o dia 28/02/2020, às 08h00min e 08h15min respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de Fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

### DECRETO Nº 6.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354411

DECRETO Nº 6.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera o Decreto nº 6.594, de 04 de fevereiro de 2020, que designa membros para composição da Comissão Organizadora do 48º FLIC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o inciso VIII, do artigo 1º, do Decreto nº 6.594, de 04 de fevereiro de 2020, que “que designa membros para composição da Comissão Organizadora do 48º FLIC, e dá outras providências”.

Art. 2º As demais disposições do Decreto nº 6.594, de 04 de fevereiro de 2020, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.606, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355348

DECRETO Nº 6.606, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

13.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
13.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS			
10.302.4506.1.096 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0002	03	Aplicações Diretas	R\$ 47.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 6.607, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2355577

DECRETO Nº 6.607, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.13.392.4505.2.018 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	64	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01.13.392.4505.2.018 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000	65	Aplicação Direta	R\$ 15.000,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 6.608, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355579

DECRETO Nº 6.608, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2020, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF				
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF				
06.01.06.181.4503.2.008	4.4.30.00.00.00.00.0.1.0011	32	Aplicação Direta	R\$ 5.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.500, de 15 de outubro de 2019 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010.7/2019 - SOCIAL

Publicação Nº 2355644

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 010.7/2019.

Divulga a classificação preliminar obtida pelos candidatos no Processo Seletivo nº 010/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a realização da Prova Prática do Processo Seletivo nº 010/2019 nas datas de 11 e 12 de fevereiro de 2020, no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);

RESOLVE TORNAR PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 010/2019, destinado à admissão, em caráter temporário de Orientador Social I, II, III e IV e de Facilitador de Oficina I e II, para atuação nos serviços desenvolvidos na Secretaria Municipal de Assistência Social, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Serviço de Convivência de Fortalecimento de Vínculos e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, conforme segue:

### 1. DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

1.1. Fica divulgada a classificação preliminar obtida pelos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 010/2019, conforme quadros abaixo relacionados:

FACILITADOR DE OFICINA I					
Classificação	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Pontuação final
1º	José Aldair Abatti Lopes	02/03/1978	90	40	130
2º	Inelisete Antonia Mada-lozzo Graciolli*	15/06/1978	65	60	125



3º	Lídia Cruzetta Monteiro	26/01/1979	85	40	125
4º	Evandro Bernardi	12/08/2000	80	20	100
5º	Natalia Paz Miranda	02/03/2001	75	Não apresentou	75
6º	Carolina Bussolaro Peron	04/02/1986	70	Não apresentou	70
7º	Solinéia Mariano de Freitas	28/06/1982	60	Não apresentou	60
Desclassificados:					
	Ana Carla Meneguetti	06/04/1999	55	Desclassificado	
	Roselainy Alves Teixeira Araújo	15/09/1981	50	Desclassificado	
	Camila Tecchio Zattera	31/07/2002	50	Desclassificado	
	Alessandro Salvador	06/07/2001	45	Desclassificado	
	Sandra Duarte	21/02/1981	Ausente	Desclassificado	

\*Observação: Classificação de desempate do 2º e 3º lugar foi realizada considerando o critério de maior idade, constante no item 10, subitem 10.2, alínea "a", do Edital de abertura do Processo Seletivo nº 010/2019.

FACILITADOR DE OFICINA II						
Classificação	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Prática	Pontuação final
1º	Simone Milan Porn	06/07/1983	75	Não apresentou	79,8	154,8
2º	Ivone Conci Fiorese	22/08/1970	65	0	81,6	146,6
Desclassificados:						
	Roseli Leite Mores	29/04/1973	30	Desclassificado		
	Suzana Bolzan Schvans	29/04/1993	90	40	Não compareceu	Desclassificada

ORIENTADOR SOCIAL I						
Classificação	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Prática	Pontuação final
1º	Joclei Ludwig Santin	11/09/1983	70	100	93,2	263,2
2º	Estela Regina Kumer	17/05/1993	60	100	93,2	253,2
Desclassificados:						
	Kátia Comin Begnini	30/10/1988	45	Desclassificada		
	Perpétua Leolanda Scheid Erbes	04/08/1961	45	Desclassificada		
	Tayane Potratz	23/05/1997	35	Desclassificada		
	Mara Regina Borges Ghizzi	05/03/1975	Ausente	Desclassificada		
	Eduarda Cossa Cardoso	26/12/1997	Ausente	Desclassificada		
	Joseane Corrêa Alves Poersch	07/06/1975	Ausente	Desclassificada		
	Tatiane Paula Klein	17/10/1979	60	100	Não compareceu	Desclassificada
	Vanusa da Costa Demarchi	06/12/1978	65	90	Não compareceu	Desclassificada
	Karine de Souza Campanha	30/10/1990	65	80	Não compareceu	Desclassificada
	Tais Fernanda Bianchetti	02/10/1998	60	40	Não compareceu	Desclassificada

ORIENTADOR SOCIAL II						
Nº inscrição	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Prática	Pontuação final
1º	Claudete Teresinha Alban	20/09/1971	65	100	87,2	252,2
2º	Daniela de Lucca	27/01/1994	70	30	96,6	196,6
3º	Débora Flor	12/12/1980	65	Não consta	74,8	139,8



Desclassificados:						
	Matheus Caus	29/03/1997	45	Desclassificado		
	Clarecir Salete Machado	19/05/1976	Ausente	Desclassificado		
	Maxuell Francisco Mariani	13/12/1993	Ausente	Desclassificado		

## ORIENTADOR SOCIAL III

Nº inscrição	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Prática	Pontuação final
1º	Josiane Casagrande	22/01/1988	60	100	64,2	224,2
2º	Aline Schenato Sabadini Brandieli	19/11/1984	80	0	96	176
Desclassificado:						
	Eduarda Aparecida Borges Pegorini	12/12/1997	45	Desclassificada		

## ORIENTADOR SOCIAL IV

Nº inscrição	Nome	Data de nascimento	Nota Prova Objetiva	Nota Prova de Títulos	Nota Prova Prática	Pontuação final
1º	Vanusa Bratti	23/01/1994	75	70	89,8	234,8
2º	Danimar Guerra	30/03/1992	60	70	96,4	226,4
3º	Daiane Cristina Pontes	15/08/1992	60	60	97,2	217,2
Desclassificados:						
	Francileia Carlim	30/11/1997	55	Desclassificada		
	Analice Cecco da Rosa	21/06/1989	50	Desclassificada		
	Eloane Manoela de Lima Martinasso	06/08/1985	45	Desclassificada		
	Daniela Bottega Bazi	03/04/1997	30	Desclassificada		
	Diana Maria Santin	12/06/1985	Ausente	Desclassificada		
	Monia Karine Bersch	03/12/1987	80	0	Não compareceu	Desclassificada
	Tatiane de Bona Gobbato	09/08/1995	60	Não consta	Não compareceu	Desclassificada

## 2. DO REQUERIMENTO DE RECONSIDERAÇÃO

2.1. O candidato interessado poderá apresentar requerimento de reconsideração, quanto à classificação preliminar do Processo Seletivo nº 010/2019, no dia 14 de fevereiro de 2020, por intermédio do Formulário constante no Anexo VI do Edital de abertura, devidamente fundamentado e protocolado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na Rua João Beux Sobrinho, nº 680, Bairro Brasília, neste Município, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

São Lourenço do Oeste - SC, 13 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 253, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354479

## LEI COMPLEMENTAR Nº 253, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera dispositivo da Lei Complementar n. 185, de 07 de março de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar n. 185, de 07 de março de 2016, que alterou a Lei Complementar n. 130, de 18 de julho de 2011, que dispõe sobre a Reformulação da Estrutura Administrativa, Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Câmara Municipal de Vereadores de São Lourenço do Oeste, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“ANEXO III  
DESCRIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO (CPE)

6. Procurador:

6.3. Carga horária: 30 horas semanais (NR);

Art. 2º As demais disposições da Lei Complementar n. 185, de 07 de março de 2016, permanecem inalteradas.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.531, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354365

LEI Nº 2.531, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Atribui denominação a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, localizada na rua Monte Castelo, bairro Santa Catarina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Unidade de Pronto Atendimento - UPA, localizada na rua Monte Castelo, bairro Santa Catarina, passa a denominar-se: Unidade de Pronto Atendimento Dr. Bruno.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.532, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354390

LEI Nº 2.532, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Altera a Lei n. 1.855, de 01 de março de 2010, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei n. 1.855, de 01 de março de 2010, que dispõe sobre a contratação de estagiários e fixa o valor da bolsa estágio e institui o auxílio-transporte aos estudantes contratados pela Câmara de Vereadores, para prestar estágio não obrigatório, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º .....

I. Estagiário cursando o nível médio:

- a) carga horária de 20 (vinte) horas semanais: R\$ 365,00 (trezentos e sessenta e cinco reais) mensais;
- b) carga horária de 30 (trinta) horas semanais: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) mensais (NR).

II. Estagiário cursando o nível superior:

- a) carga horária de 20 (vinte) horas semanais: R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais;
- b) carga horária de 30 (trinta) horas semanais: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais (NR).

Parágrafo único: Os valores serão reajustados anualmente, na mesma data e índices da revisão dos servidores públicos municipais”. (NR)

“Art. 3º. Fica instituído o auxílio-transporte no valor de 75,00 (setenta e cinco reais) mensais, para os estagiários contratados na modalidade de estágio não obrigatório”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 2.533, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2354437

LEI Nº 2.533, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento de Nanocervejarias e de Cervejeiros Caseiros Profissionais no município de São Lourenço do Oeste, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Produção de Cerveja em Pequena Escala e Baixo Impacto Ambiental, associada ao turismo sustentável e integrado, de nanocervejarias e cervejeiros caseiros profissionais, no âmbito do município de São Lourenço do Oeste.

Parágrafo único. Por meio deste Programa, ficam reconhecidas as atividades das nanocervejarias e cervejeiros caseiros profissionais como atividade de baixo impacto urbano e ambiental e autorizado o seu exercício no município de São Lourenço do Oeste.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se nanocervejaria o estabelecimento que registre produção de cerveja não superior a trinta mil litros anualmente, e considera-se cervejeiro caseiro profissional aquela pessoa que produz até quatorze mil e quatrocentos litros de cerveja por ano, sendo:

- I - vedada a produção de mais de sete mil e quinhentos litros num único mês para nanocervejarias e três mil e seiscentos litros num único mês para cervejeiros caseiros;
- II - observada a legislação municipal no que tange a geração de trepidações, exalações e ruídos; e
- III - vedada a geração de tráfego superior ao permitido nas vias urbanas e rurais, definidas pelo Município.

Art. 3º São objetivos desta Lei:

- I - valorizar a produção de cerveja em pequena escala em área urbana e rural no Município;
- II - fomentar a geração de renda e emprego no Município por meio da fixação da atividade cervejeira de baixo impacto em seu território;
- III - expandir a iniciativa privada limpa, sustentável, que não gere impactos ambientais, urbanísticos e sociais no Município;
- IV - estimular a produção de baixo impacto em observância às práticas socioambientais e sanitárias;
- V - promover os produtores locais de cerveja, conferindo-lhes valorização e visibilidade social;
- VI - promover o turismo e comércio cervejeiro no Município;
- VII - incentivar a formação de profissionais para atuação em nanocervejarias e a profissionalização de cervejeiros caseiros;
- VIII - promover o comércio local e manter as divisas no próprio Município; e
- IX - fomentar, com os demais artesãos de outros segmentos, a cultura local e o resgate histórico, bem como utilizar e desenvolver a iconografia do Município.

Art. 4º Os benefícios desta Lei estendem-se exclusivamente às nanocervejarias e cervejeiras caseiras estabelecidas no município de São Lourenço do Oeste, com as suas instalações regularizadas na Prefeitura Municipal.

Art. 5º Desde que devidamente regularizadas em todos os órgãos competentes nos âmbitos municipal, estadual e federal, as nanocervejarias e os cervejeiros caseiros poderão ter acesso à comercialização em eventos promovidos, patrocinados ou que tenham sido autorizados pelo Poder Público Municipal, para serem realizados em áreas públicas, observadas as especificações de cada evento.

Art. 6º O produtor que pleitear juntamente com nanocervejarias e cervejarias caseiras a instalação de bar ou restaurante, submeter-se-á, sem prejuízo das especificações desta Lei, às exigências normativas para o estabelecimento suplementar.

Art. 7º Nos estabelecimentos das nanocervejarias e cervejarias caseiras o oferecimento gratuito de amostras de bebidas para degustação pelos consumidores não obrigará ao licenciamento da atividade de comércio.

Art. 8º Serão autorizadas pelo Poder Público Municipal as instalações de nanocervejarias e cervejarias caseiras voltadas para a produção em pequena escala e baixo impacto que atenderem aos critérios abaixo definidos:

- I - respeito aos valores históricos, sociais, culturais ambientais do município de São Lourenço do Oeste;
- II - irrestrita observância das normas ambientais municipais, estaduais e federais e às disposições desta Lei;
- III - adoção de práticas não prejudiciais ao meio ambiente;
- IV - respeito aos regulamentos e à legislação municipal, estadual e federal atinentes à matéria;
- V - permissão para visitação pública da unidade produtora, observadas às exigências sanitárias; e
- VI - participação em programas de auxílio na formação e qualificação de profissionais cervejeiros.

Art. 9º Sem prejuízo do cumprimento das disposições legais e regulamentares vigentes, os resíduos sólidos não poderão ser descartados para a coleta domiciliar regular, devendo as nanocervejarias e cervejeiros caseiros profissionais dar-lhes a destinação ambientalmente apropriada.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 2.534, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354461

LEI Nº 2.534, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Autoriza a baixa e doação de bens móveis do Patrimônio Municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens especificados nos Anexos I, II, III e IV desta Lei, do Patrimônio Municipal.

§ 1º A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo:

I - proceder à doação dos bens relacionados nos Anexos I, II e III às instituições públicas constantes no artigo 2º desta Lei;

II - eliminar os bens inservíveis do Patrimônio Municipal, relacionados no Anexo IV desta Lei.

§ 2º Considera-se inservível, para efeito desta Lei, o bem que não puder ser utilizado pelo Poder Executivo Municipal ou por outro órgão ou entidade sem fins lucrativos, para o fim a que se destina, devido à perda de suas características e cuja recuperação seja considerada antieconômica.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação:

I - dos bens relacionados no Anexo I desta Lei, ao Corpo de Bombeiros Militar de São Lourenço do Oeste, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76;

II - dos bens relacionados no Anexo II desta Lei, à Polícia Militar de São Lourenço do Oeste, por intermédio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51;

III - dos bens relacionados no Anexo III desta Lei, à 28ª Delegacia Regional de Polícia Civil de São Lourenço do Oeste, por intermédio do Fundo de Melhoria da Polícia Civil - FUMPC, inscrito no CNPJ sob o nº 07.188.579/0001-07.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO I  
(Lei nº 2.534, de 12 de fevereiro de 2020)

RELAÇÃO DE BENS QUE SERÃO DOADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 06.096.391/0001-76.

CODIGO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL
22873	LAVA JATO KAICHERT	R\$ 3.000,00
21838	MESA DIGITADORA WACON INTUOS	R\$ 1.265,53
21837	SUPORTE ARTICULADO TV 26 POL.	R\$ 256,00
21718	ASPIRADOR DE AGUA E PO	R\$ 345,00
21719	LAVADORA 10KG BARBARA WANKE	R\$ 450,00
21720	REFRIGERADOR 433L. ELETROLUX	R\$ 2.520,00
22663	CONDICIONADOR DE AR 12000 BTUS	R\$ 1.989,00
22664	CONDICIONADOR DE AR 12000 BTUS	R\$ 1.989,00
21829	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21830	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21831	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21832	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21833	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21834	PRATELEIRA EM AÇO 1980X925X420 COR CINZA	R\$ 199,00
21775	NOTEBOOK	R\$ 2.449,00
23917	ARMARIO QUE VIRA CAMA EM MDF MELANINA REEGROSSADA DE 3MM	R\$ 1.500,00

	TOTAL	R\$ 16.957,53
--	-------	---------------

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO II  
(Lei nº 2.534, de 12 de fevereiro de 2020)

RELAÇÃO DE BENS QUE SERÃO DOADOS À POLÍCIA MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 83.931.550/0001-51

CODIGO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL
22874	DVR INTEL BRAS 8 CANAIS VD	R\$ 560,00
22684	ESCRIVANINHA KAPPESBERG TECA ITALIA	R\$ 470,00
22685	ESCRIVANINHA KAPPESBERG TECA ITALIA	R\$ 210,00
22686	GAVETEIRO KAPPESBERG 2 GAVETAS TECA ITALIA	R\$ 113,00
22687	CANTONEIRA KAPPESBERG TECA ITALIA	R\$ 77,00
	TOTAL	R\$ 1.430,00

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO III  
(Lei nº 2.534, de 12 de fevereiro de 2020)

RELAÇÃO DE BENS QUE SERÃO DOADOS À 28ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA CIVIL - FUMPC, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 07.188.579/0001-07.

CODIGO	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL
20341	CENTRAL TELEFONICA MODULARE 2 LINHAS / 12 RAMAIS	R\$ 673,50
20424	CONJUNTO DE MONITORAMENTO	R\$ 1.618,00
21031	COMPUTADOR MICRO CORE I3 500GB, 4GB/230W, TECLADO, MOUSE	R\$ 1.523,00
21032	MONITOR DE LED 19,5 – LG	R\$ 470,00
20588	ARMÁRIO/GAVETEIRO EM MDF	R\$ 525,00
22535	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL ECOTANK L396W	R\$ 1.100,00
23103	NOBREAK 600VA	R\$ 360,00
23104	MESA E ARMARIO EM MDF 2.23X1,85X0,76	R\$ 3.619,00
23105	CONDICIONADOR DE AR 9000 BTUS	R\$ 1.480,00
23106	CONDICIONADOR DE AR 9000 BTUS	R\$ 1.480,00
23107	CADEIRA DIRETOR UT - C107H	R\$ 518,00
23108	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP DESKJET GT 5822	R\$ 1.150,00
23112	BALANÇA ELETRONICA PLAT. 340X440 PLT30/60 C/ COLUMNA TRIUNFO SÉRIE 682/15	R\$ 1.390,00
23228	LAVADORA DE ROUPAS	R\$ 1.495,00
23913	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL HP M135W	R\$ 1.290,00
23949	LONGARINA EXECUTIVA 3L PETHIFLEX	R\$ 749,50
23950	LONGARINA EXECUTIVA 3L PETHIFLEX	R\$ 749,50
23957	LONGARINA 3 LUGARES	R\$ 418,00
23958	LONGARINA 3 LUGARES	R\$ 418,00
23959	LONGARINA 3 LUGARES	R\$ 418,00
	TOTAL	R\$ 21.744,50

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

ANEXO IV  
(Lei nº 2.534, de 12 de fevereiro de 2020)

RELAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS QUE SERÃO DESTINADOS PARA SUCATA

Código	Descrição	Valor com depreciação
19625	BANCO PARA JARDIM	R\$ 168,24
19651	BANCO PARA JARDIM	R\$ 191,97
6189	RETROPROJETOR, NOVATEC	R\$ 275,00
5903	CADEIRA ESTOFADA	R\$ 46,00
5658	CADEIRA ESTOFADA	R\$ 41,00
5467	CADEIRA GIRATÓRIA	R\$ 45,00
473	CADEIRA GIRATÓRIA	R\$ 12,60
484	BALCÃO EM MDF	R\$ 41,55
5655	CADEIRA ESTOFADA	R\$ 41,00
19214	VENTILADOR DE PAREDE	R\$ 153,05
19213	VENTILADOR DE PAREDE	R\$ 153,05
19352	RÁDIO ETERNY COM CD, MP3	R\$ 160,00
1237	MONITOR MARCA SAMSUNG 14 POLEGADAS, SÉRIE LB15AXAY412981N, MODELO SYNCMASTER 591V. (Sucata)	R\$ 0,00
6684	CPU - COM GABINETE P4, 4 BAIAS, MARCA KIBARBONE -TCK GENIUS - G04W - SERIE J101211040500318, TECLADO ABNT II - P52 BRANCO, MAUSE OPTICO PS2 SCROOL, PLACA MAE INTEL, MODELO CASE DESIGNED BY GENIUS, MEMORIA DHM 256, HGD 40GB E	R\$ 961,70
6125	COMPUTADOR DIGITAL DE PROCESSAMENTO POS-AT SERIE F, MARCA CELERON 430, MEM DIMM DDR2 512MB, FDD 3,5" 1.44MB, HGD 80GB SATA, DVD-ROM IDE, FONE DE OUVIDO, SOF METASYS DESKTOP - N/S - 3897364.	R\$ 704,27
14866	CPU, COMPUTADOR COM CORE 2DUO, MEMÓRIA DE 2GB, HD 2500.	R\$ 1.278,33
15867	CPU HD 320GB, MEMORIA 4 GB, PLACA MÃE 1155 MWX, PROCESSADOR CORE I3, GRAVADOR DE DVD.	R\$ 912,53
4819	CPU-MICRO COMPUTADOR, GABINETE ATX, COM MOUSE OPTICO, TECLADO, P4 3.0 MHZ, PLACA MAE FOXCOM COM SOM VGA/LAN, 512 MB DE MEMORIA DDR, KINGSTON, HD 80GB, SAMSUNG 7.200, DRIVE CD GRAVADOR DE DVD, MONITOR LCD 15 COM WINDOWS PROFISSIONAL, COR PRETO.	R\$ 1.335,66
15024	CADEIRA NA COR AZUL, EMPILHÁVEL, DE PLÁSTICO PVC COM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 90,00
15043	CADEIRA NA COR AZUL, EMPILHÁVEL, DE PLÁSTICO PVC COM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 90,00
8371	CADEIRA GIRATÓRIA EM TECIDO AZUL	R\$ 126,00
1943	CADEIRA EM MADEIRA COM ASSENTO PLÁSTICO	R\$ 2,29
10693	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVA COM BRAÇO, ESPUMA INJETADA, EM TECIDO AZUL.	R\$ 325,71
16296	LAVADORA DE ROUPA DE MADEIRA COM FIBRA. MARCA: WANKE.	R\$ 486,21
16295	CENTRIFUGA DE ROUPA 12KG 170W. MARCA: BRITANIA.	R\$ 263,79
8560	PURIFICADOR DE ÁGUA REFRIGEDO ELECTROLUX.	R\$ 420,00
8510	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.- RESERVA.	R\$ 578,00
8512	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.- RESERVA.	R\$ 578,00
5680	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00
5681	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00
5682	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00
5684	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00
5685	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00



5690	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 41,00
5798	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5800	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5802	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5803	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5804	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5805	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5910	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5912	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5913	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5914	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5919	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5919	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
5920	CADEIRA FIXA EM CORVIM PRETO	R\$ 46,00
2558	CADEIRA ESTOFADA NA COR AZUL	R\$ 7,13
4088	CARTEIRA ESCOLAR COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
9342	ESTABILIZADOR NHS ACTIVE II BR 500VA BIV	R\$ 129,90
1298	CADEIRA FIXA ESTOFADA NA COR PRETA	R\$ 4,64
13604	VENTILADOR MARCA MALLORY, BRANCO, PEQUE- NO	R\$ 50,00
13153	MESA EM MDF COM 3 GAVETAS, CHAVE, ESTRU- TURA METÁLICA, COR CINZ, MARCA BELGO	R\$ 539,00
4147	CARTEIRA ESCOLAR COM ESTRUTURA METALICA.	R\$ 25,00
10855	CADEIRA GIRATORIA EM CORVIM CINZA, ESPU- MA INJETADA, SEM ESCOSTO PARA BRAÇO.	R\$ 50,00
1324	CADEIRA FIXA SEM APOIO PARA BRAÇOS COM ESTOFAMENTO EM COURO SINTÉTICO NA COR PRETA.	R\$ 3,59
1566	EQUIPO CADEIRA ODONTOLOGICA MARCA OL- SEN COR AZUL.	R\$ 253,71
9372	CADEIRA FIXA COM ESPUMA INJETADA EM TECIDO AZUL.	R\$ 168,00
8511	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.- RESERVA.	R\$ 578,00
5607	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL NA COR BRANCA E ESTRUTURA METALICA.	R\$ 28,24
2560	CADEIRA ESTOFADA NA COR AZUL	R\$ 7,13
8504	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.	R\$ 578,00
9140	LAVADORA DE ROUPA ELECTROLUX CAPACIDADE 12KG, BRANCA	R\$ 1.092,80
8507	BERÇO DE MADEIRA	R\$ 578,00
2424	MESA DE FORMICA NA COR BRANCA	R\$ 11,25
8503	BERÇO DE MADEIRA	R\$ 578,00
8509	BERÇO DE MADEIRA	R\$ 578,00
8505	BERÇO DE MADEIRA	R\$ 578,00
14209	BERÇO DE MADEIRA	R\$ 578,00
19224	VENTILADOR DE PAREDE	R\$ 114,28
4126	CADEIRA FIXA ESCOLAR	R\$ 15,00
4035	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 25,00
3555	CADEIRA GIRATORIA EXECUTIVO	R\$ 314,40
968	BALCÃO EM METAL	R\$ 5,03
1339	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
1238	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
1279	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
13340	THIN CLIENT HP, MODELO HSTNC-002L-TC, COR CINZA, QUADRADO	R\$ 581,15
14269	THIN CLIENT HP COMPAQ	R\$ 344,75
13334	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 344,75
14268	THIN CLIENT HP COMPAQ	R\$ 344,75
2723	THIN CLINT SERIE N. MTCTA30100272. (Sucata)	R\$ 0,00

3315	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 61 14 MODELO EZ BOX-800 SLIM.	R\$ 76,80
3311	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 59 AD, MODELO EZ BOX-800 SLIM. (Sucata)	R\$ 0,00
4862	THIN CLEINT, COR PRETO.	R\$ 612,00
1084	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
3312	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 58 1B, MODELO EZ BOX-800 SLIM. (Sucata)	R\$ 0,00
3306	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 465963, MODELO EZ BOX-800 SLIM.(Sucata)	R\$ 0,00
3309	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 4658 E9, MODELO EZ BOX-800 SLIM.(Sucata)	R\$ 0,00
13946	MONITOR AOC TELA LCD 15 POLEGADAS MODELO LM522	R\$ 98,50
4706	MESA EM "L"	R\$ 550,00
13941	ESTABILIZADOR TS SHARA PRETO	R\$ 100,00
11023	MOTOSERRA STHIL O8S (MS-08)	R\$ 1.380,00
4004	CONJUNTO/ESCOLAR MEDIO, CONTENDO UMA CARTEIRA E UMA CADEIRA	R\$ 45,00
13623	FOGÃO A GÁS 4 BOCAS, MARCA ATLAS	R\$ 50,00
7221	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 83,00
4222	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 25,00
5694	CADEIRA FIXA	R\$ 41,00
1133	CADEIRA GIRATÓRIA ESTOFADA	R\$ 18,53
2757	CADEIRA INFANTIL EM FÓRMICA	R\$ 5,64
9373	CADEIRA FIXA COM ESPUMA INJETADA	R\$ 168,00
17526	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 94,80
17534	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 94,80
13232	MESA EM MDF COM 3 GAVETAS	R\$ 539,00
1206	AQUECEDOR MARCA JAME TURBO CALEFATOR	R\$ 4,14
1754	FOGÃO INDUSTRIAL COM 2 BOCAS GRANDES	R\$ 15,83
4788	MONITOR LCD 15 POLEGADAS	R\$ 501,50
14589	CPU POSITIVO INTEL CELER COM GABINETE	R\$ 492,50
2101	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL	R\$ 2,17
15575	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO NA COR BEGE	R\$ 160,00
10854	CADEIRA GIRATORIA	R\$ 50,00
8738	CADEIRA BRANCA DE PLÁSTICO PVC	R\$ 35,00
8098	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL COM TRIPE	R\$ 488,60
287	CARTEIRA ESCOLAR	R\$ 4,27
14670	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 22,50
14213	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 22,50
2906	CADEIRA ASSENTO BRANCA	R\$ 6,33
14663	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 22,50
2899	CADEIRA ASSENTO BRANCA	R\$ 6,33
5592	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL	R\$ 28,24
2840	CADEIRA INFANTIL BRANCA	R\$ 6,33
5593	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 22,50
5591	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 22,50
2905	CADEIRA COM ASSENTO BRANCA	R\$ 6,33
4154	CARTEIRA ESCOLAR BRANCA	R\$ 25,00
15273	MESA DE REFEIÇÃO INFANTIL BRANCA	R\$ 225,00
2881	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
3974	CONJUNTO ESCOLAR PEQUENO CARTEIRA E CADEIRA BRANCA	R\$ 45,00
2876	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
3979	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 25,00
684	MESA FÓRMICA INFANTIL	R\$ 2,03
703	CADEIRA ESCOLAR VERDE	R\$ 3,60
8421	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FLORAL AMARELA	R\$ 27,90
8416	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FLORAL AMARELA	R\$ 27,90
18357	CARTEIRA ESCOLAR MADEIRA CINZA	R\$ 62,64
2883	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
5790	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 35,00



3994	CONJUNTO ESCOLAR PEQUENO FÓRMICA BRANCA	R\$ 22,50
5599	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 28,24
15251	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BEGE	R\$ 81,00
2917	CADEIRA COM ASSENTO COM ENCOSTO BRANCA	R\$ 6,33
14657	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE FÓRMICA BRANCA	R\$ 22,50
1111	CADEIRA FIXA ESTOFADA VERMELHA	R\$ 14,40
2855	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
2882	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
2852	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33
4293	CADEIRA FIXA ESCOLAR VERDE	R\$ 15,00
14205	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 22,50
5586	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 28,24
2812	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 4,86
15263	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BEGE	R\$ 81,00
3938	CADEIRA FIXA ESCOLAR BRANCA	R\$ 13,50
15258	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BEGE	R\$ 81,00
2897	CADEIRA ASSENTO ENCOSTO BRANCA	R\$ 6,33
2896	CADEIRA COM ASSENTO BRANCA	R\$ 6,33
5784	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 35,00
15247	CADEIRA INFANTIL FORMICA BEGE	R\$ 81,00
8386	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FLORAL VERDE	R\$ 88,20
5605	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 27,52
15252	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BEGE	R\$ 87,99
2776	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 4,74
14655	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 4,74
14652	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 4,74
5601	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 4,74
5604	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 4,74
2879	MESA GRADIL FÓRMICA PRETA	R\$ 6,19
2878	MESA GRADIL FÓRMICA PRETA	R\$ 6,19
2880	MESA GRADIL FÓRMICA PRETA	R\$ 6,19
3981	CONJUNTO ESCOLAR CARTEIRA E CADEIRA BRANCA	R\$ 43,89
2884	MESA GRADIL FÓRMICA PRETA	R\$ 6,19
4061	CARTEIRA ESCOLAR, EM FÓRMICA DE COR BRANCA	R\$ 22,50
327	MESA EM FÓRMICA, NA COR AZUL	R\$ 18,34
5785	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 4,74
8387	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FLORAL VERDE	R\$ 4,74
8513	BERÇO DE MADEIRA BRANCO	R\$ 520,13
5595	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 28,24
5596	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL BRANCA	R\$ 28,24
8469	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL AZUL	R\$ 30,60
9260	CADEIRA UNIVERSITÁRIA FIXA PRANCHA APOIO PRETA	R\$ 179,54
3076	MESA COM GRADIL FÓRMICA BRANCA	R\$ 8,82
3952	CARTEIRA ESCOLAR, EM FÓRMICA BRANCA	R\$ 22,50
8332	MESA ESCOLAR INFANTIL FLORAL VERMELHA	R\$ 52,20
8433	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL FLORAL AMARELO	R\$ 27,90
2877	MESA GRADIL FÓRMICA, ESTRUTURA METÁLICA PRETA	R\$ 9,00
14211	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS BRANCO	R\$ 520,20
15257	CADEIRA INFANTIL FÓRMICA BEGE	R\$ 81,00
9290	PAINEL DIVISOR CALL CENTER	R\$ 243,00
629	CADEIRA DE MADEIRA INFANTIL	R\$ 1,95
2834	CADEIRA INFANTIL EM FÓRMICA BRANCA	R\$ 4,86
4155	CARTEIRA ESCOLAR FÓRMICA BRANCA	R\$ 25,00
8317	MESA ESCOLAR INFANTIL FLORAL AZUL	R\$ 52,20
8508	BERÇO DE MADEIRA SEM GAVETAS BRANCO	R\$ 520,20
682	MESA FÓRMICA INFANTIL	R\$ 3,24
2874	MESA GRADIL FÓRMICA	R\$ 6,33

8626	PAINEL CALL CENTER DIVISOR DE MESAS EM MDF CINZA	R\$ 210,00
13230	PAINEL DIVISOR CALL CENTER PARA MESAS DE ATENDIMENTO	R\$ 290,07
8356	MESA ESCOLAR INFANTIL FLORAL VERDE	R\$ 52,20
16203	PRATELEIRA BRANCA EM MDF. TAMANHO	R\$ 190,00
19612	CASA DE MADEIRA PARA CRIANÇAS, COBERTA COM TELHA BRASILIT E PINTADA.	R\$ 1.413,15
20664	CONDENSADORA DE PHILCO	R\$ 1.482,41
9364	CADEIRA ESTOFADA AZUL	R\$ 168,00
21730	PULVERIZADOR JACTO BOMBA JP 075	R\$ 2.900,00
22808	CAIXA METALICA COM SUPORTE	R\$ 220,00
8089	JATO WAPBBRAVO	R\$ 343,20
8539	APARELHO DVD LG	R\$ 193,50
19228	APARELHO DVD PHILIPS	R\$ 154,46
3101	CADEIRA	R\$ 7,20
8534	VENTILADOR AGE	R\$ 244,39
1246	CADEIRA AZUL	R\$ 3,03
8285	CADEIRA AZUL	R\$ 3,03
9112	CAIXA DE SOM DOBSOM	R\$ 444,27
14262	CPU SATE AMD SEMPROM PRETO	R\$ 373,32
9170	CADEIRA AZUL	R\$ 3,03
13394	SOFA DOIS LUGARES	R\$ 96,25
8246	MESA	R\$ 519,75
20246	ARMARIO EM MDF	R\$ 364,15
9380	CADEIRA FIXA ESPUMA AZUL	R\$ 161,00
2195	CADEIRA ESCOLAR	R\$ 1,43
3293	CADEIRA SECRETARIA	R\$ 6,83
5925	CADEIRA FIXA ASSENTO E ENCOSTO COM ESPUMA INJETADA	R\$ 44,10
14367	MESA DE TENIS DOBRAVEL	R\$ 277,20
14733	CADEIRAS DE PLASTICO PVC	R\$ 48,15
14743	CADEIRA FIXA ESTOFADA	R\$ 43,30
14808	IMPRESSORA HP OFFICE JET PTO K 5400	R\$ 182,00
14824	CADEIRA DE PLASTICO PVC	R\$ 48,15
14826	CAMA ELASTICA PARA CRIANÇAS	R\$ 1.800,00
258	VIDEO CASSETE	R\$ 25,35
19178	TV 29 POLEGADAS MARCA CCE	R\$ 565,83
19170	DVD MARCA SEMP TOSHIBA	R\$ 106,35
22902	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22903	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22904	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22905	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22906	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22907	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22908	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22909	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22910	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22911	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22912	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22913	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CRÈME	R\$ 37,93
22914	FLAUTA YAMAHA SPRANO YRS23G CREME	R\$ 37,93
22921	VIBRATUBE 8 TUBOS MEDIO DIATONICA	R\$ 198,22
22922	VIBRATUBE 8 TUBOS MEDIO DIATONICA	R\$ 198,22
22808	CAIXA METALICA 30X52X6 COM SUPORTE	R\$ 198,00
21726	CADEIRA GIRATÓRIA	R\$ 210,00
21033	CADEIRA GIRATORIA	R\$ 338,40
21034	CADEIRA GIRATÓRIA	R\$ 338,40
1339	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
13941	ESTABILIZADOR TS SHARA PRETO	R\$ 90,00
2723	THIN CLINT SERIE N. MTCTA30100272.(Sucata)	R\$ 0,00
3315	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 61 14 MODELO EZ BOX-800 SLIM.	R\$ 76,80

1279	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
14268	THIN CLIENT HP COMPAQ	R\$ 344,75
14269	THIN CLIENT HP COMPAQ	R\$ 344,75
13537	IMPRESSORA HP LASER M1120 MFP	R\$ 450,00
13566	ESTABILIZADOR MOD ISOL MIE G3 500W 3P PR, RECEBIDO DO PROGRAMA PROINFO FNDE	R\$ 94,71
1084	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
1238	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
14291	CPU POSITIVO COM GABINETE NA COR PRETO, INTEL INSEDE CEBERON, RECEBIDO DO FNDE	R\$ 295,50
3309	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 4658 E9, MODELO EZ BOX-800 SLIM.(Sucata)	R\$ 0,00
3312	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 58 1B, MODELO EZ BOX-800 SLIM.(Sucata)	R\$ 0,00
13334	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000. (Sucata)	R\$ 0,00
3306	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 465963, MODELO EZ BOX-800 SLIM.(Sucata)	R\$ 0,00
2712	THIN CLINT, SÉRIE N. MCTA 30100276.	R\$ 306,00
13451	IMPRESSORA LASER SAMSUNG SCX 4828, CINZA	R\$ 900,00
14289	CPU POSITIVO COM GABINETE NA COR BEGE, INTEL INSEDE CEBERON	R\$ 295,50
13340	THIN CLIENT HP, MODELO HSTNC-002L-TC, COR CINZA, QUADRADO.	R\$ 530,00
14867	ESTABILIZADOR MAG COR PRETO	R\$ 45,00
14785	ESTABILIZADOR MICROSOFT MIE G3 , RECEBIDO DO MEC FNDE PREGÃO 83/2008	R\$ 45,00
15937	VENTILADOR DE PAREDE OSCILANTE 60 CM, BIVOLT. MARCA: VENTIDELTA	R\$ 121,95
13589	ESTABILIZADOR ENERMAX, PRETO, RECEBIDO DO FNDE PREGÃO 28/2009	R\$ 45,00
14360	ESTABILIZADOR TS SHARA, PRETO	R\$ 143,60
6157	COMPUTADOR DIGITAL DE PROCESSAMENTO POS-AT SERIE Q, MARCA PENTIUM DUAL CORE E2140, MEM DIMM DDR2 1GB, FDD 3,5" 1.44MB, HGD 80GB SATA, DVD-RW IDE PR, COR PRETO - PARA USO COMO SERVIDOR NA BIBLIOTECA MUNICIPAL SANTOS DUMONT.	R\$ 1.229,27
18787	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VIRGEM MOLDADO E INJETADO ANATOMICAMENTE A QUENTE AFIXADO À ESTRUTURA POR REBITES DE REPUXO. TODA ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO. PONTEIRAS, SAPATAS E ESPAÇADORES DO ASSENTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VERMELHO, AFIXADO POR MEIO DE ENCAIXE.	R\$ 46,80
14586	IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851 ND NA COR CINZA, RECEBIDO DO PREGÃO 76/2009	R\$ 270,00
16626	ESTABILIZADOR 500 VA EXS II ENERMAX. (Sucata)	R\$ 108,00
3311	THIM CLIENT NÚMERO DE SÉRIE 00 0F EA 46 59 AD, MODELO EZ BOX-800 SLIM. (Sucata)	R\$ 0,00
4862	THIN CLIENT, COR PRETO. (Sucata)	R\$ 0,00

18567	CARTEIRA ESCOLAR COM TAMPO EM MADEIRA AGLOMERADA, COM OS CANTOS ARREDONDADOS, REVESTIMENTO SUPERIOR EM LAMINADO MELAMÍNICO DE ALTA PRESSÃO COM O ACABAMENTO TEXTURIZADO COR CINZA. TODA ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO COM TRATAMENTO ANTIFERRUGINOSO POR FOSFATIZAÇÃO. PORTA LIVROS EM POLIPROPILENO PURO DE MATÉRIA PRIMA RECICLADA OU RECUPERADA, AFIXADO À ESTRUTURA POR REBITES DE REPUXO. PONTEIRAS E SAPATAS EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO VERMELHO AFIXADO POR MEIO DE ENCAIXE.	R\$ 70,20
6124	ESTABILIZADOR DE VONTAGEM, COM MODELO ISOLADOR AUTOMATICO MINICOM (G), COR PRETO - DOAÇÃO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES - EMPRESA POSITIVO INFORMATICA S/A - NF.N.439388 - BIBLIOTECA MUNICIPAL SANTOS DOMUNT.	R\$ 55,35
2716	PROJETOR MULTIMIDIA DIEBOLD MODELO LS5580 LINUX, COM COMPUTADOR INTEGRADO COMPLETO. SÉRIE 2261982 - RECEBIDO DO FNDE PROGRAMA PROINFO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 1.322,10
4706	MESA EM "L" - CONJUNTO DE MESAS COMPOSTO DE: UMA (1) MESA EM MDF (TIPO MADEIRA), COR MARROM. COM (3)TRES GAVETAS, UMA (1) MESA DE COMPUTADOR, COR MARROM, TIPO MADEIRA	R\$ 500,00
5797	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM CORVIM PRETO ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO-	R\$ 46,00
860	CADEIRA ESCOLAR NA COR BRANCA	R\$ 2,91
5667	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, 4 PES TUBO 3/4 EM ARCO. - NE.N.5827/2007 -	R\$ 41,00
14370	LOUSA EM MDF REVESTIDO EM FORMICA, BRANCO, MEDIDA 4.00x1.20m.	R\$ 135,00
5795	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM CORVIM PRETO ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO-	R\$ 46,00
5677	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES TUBO 3/4 EM ARCO. - NE.N.5827/2007 -	R\$ 41,00
5796	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM CORVIM PRETO ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO	R\$ 46,00
4209	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
14369	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL, 0.60cm, PRETO.	R\$ 64,80
4099	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
5320	CADEIRA ADULTO, MV - 20E, COM ASSENTO E ENCOSTO EM COMPENSADO MULTI-LAMINADO REVESTIDO EM FORMICA BRANCA E ESTRUTURA METALICA TUBO 3/4, COM PINTURA EPOXI, COR PRETA - NE.N.5842/2007-UNIMOVEIS IND. COM.MOVEIS ESCOLARES LTDA - PARA USO NA ESCOLA S.FRANCISCO.	R\$ 36,47

4176	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
4204	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
4499	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, EM FORMICA, COR BRANCA, ESTRUTURA DE FERRO	R\$ 15,00
18265	CADEIRA ESCOLAR COM ASSENTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO MOLDADO E INJETADO ANATOMICAMENTE AFIXADO À ESTRUTURA POR REBITES DE REPUXO. TODA ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO CARBONO LAMINADO A FRIO. PONTEIRAS, SAPATAS E ESPAÇADORES DO ASSENTO EM POLIPROPILENO COPOLÍMERO COR AMARELO.	R\$ 41,76
4188	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
19278	APARELHO DE TV LCD, MARCA SEMP TOSHIBA, NS 919359C090AA 058001, 42", COR: PRETO	R\$ 2.070,00
866	TELEVISOR MARCA LG 29 POLEGADAS COM ENTRADA PARA VÍDEO MODELO CP-29K30 SÉRIE 107AZ024	R\$ 99,00
19306	APARELHO DE DVD COM KARAOKÊ, MODELO: DVP3254KM/3142, MARCA PHILIPS	R\$ 188,10
4954	VIDEO CASSETTE, MARCA LG RECORD, 4 CABEÇAS, COR C INZA VHS, MODELO CC481 D.	R\$ 230,00
1411	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
1308	THIN CLINT, GENESIS RS 2LG, NA COR AZUL. (Sucata)	R\$ 0,00
5983	THIN CLIENT BY, EZ 300, MARCA CONNEC, 128 RAM, COR AZUL, COM ACESSORIOS, PARA USO POSTO FREDERICO WASTNER.	R\$ 511,33
8240	DVD PLAYER PHILIPS BIVOLT ENTRADA PARA USB - NF 513	R\$ 118,80
14477	THIM CLIENT EZ300	R\$ 360,00
13568	CPU POSITIVO AT COM LINUX, COM DVD, USB, COM PROGRAMA LINUX	R\$ 894,60
955	CADEIRA DE MADEIRA COM ASSENTO PLÁSTICO	R\$ 2,91
2445	ARQUIVO DE AÇO, 4 GAVETAS, MEDINDO 0,67 DE LARGURA, 0,47 DE COMPR. E 1,34 DE ALTURA, COR CINZA	R\$ 6,22
3445	CADEIRA FIXA COM ESTRUTURA MADEIRA E ASSENTO PLASTICO	R\$ 2,77
3418	CADEIRA FIXA COM ESTRUTURA MADEIRA E ASSENTO PLÁSTICO	R\$ 2,77
1644	MACA COM SUPORTE EM FERRO E ESTOFAMENTO EM COURO SINTÉTICO NA COR PRETA	R\$ 20,78
6254	BALANÇA DIGITAL, TAMANHO GRANDE, COR BRANCA, 200 KG, MARCA WELMY - SERIE N.9050.	R\$ 225,50
20475	BALCÃO EM MADEIRA COM 6 GAVETAS E TAMPO BRANCO	R\$ 27,00
2442	TELEVISOR MARCA PHILCO, 29 POLEGADAS, MODELO PCS2978, SÉRIE 001701	R\$ 81,91
8855	TV CCE 29" TELA PLANA	R\$ 422,10
1284	POLTRONA COM TRES LUGARES NA COR MARROM	R\$ 5,06
19034	LONGARINA COM 03 LUGARES, COM ENCOSTO E ASSENTO ESTOFADOS, NA COR CINZA.	R\$ 206,10
19033	LONGARINA COM 03 LUGARES, COM ENCOSTO E ASSENTO ESTOFADOS, NA COR CINZA.	R\$ 206,10
19030	LONGARINA COM 03 LUGARES, COM ENCOSTO E ASSENTO ESTOFADOS, NA COR CINZA.	R\$ 206,10
20477	SUPORTE DE PAREDE PATA TV E RECEPTOR	R\$ 90,00
13883	PRATELEIRA DE MDF COR CINZA CLARO COM FIXADOR DE PAREDE EM FERRO, PARA COLOCAR TV E DVD	R\$ 45,00

17063	CARRO CURATIVO COM BALDE E BACIA ESMALTADA -METAL SOLUT	R\$ 418,50
3467	CADEIRA FIXA COM ESTRUTURA MADEIRA E ASSENTO PLASTICO	R\$ 24,93
3424	CADEIRA FIXA COM ESTRUTURA MADEIRA E ASSENTO PALHA.	R\$ 2,77
20490	CADEIRA EM MADEIRA COM ASSENTO EM PLÁSTICO	R\$ 13,50
16898	BANCADA MARCA: HENN, COR: MALBEC/NEVADA PARA TV	R\$ 375,00
16914	COZINHA SUBLIME BRANCO COM CHOCOLATE	R\$ 427,50
1517	FOGÃO A GAS COM 4 BOCAS NA COR BRANCA, MARCA ATLAS, MODELO TROPICAL	R\$ 13,85
20472	SOFÁ TECIDO NA COR VERDE (ANTIGO) COM 5 LUGARES	R\$ 50,00
8908	ARMÁRIO COM 3 PORTAS, COR MARFIM	R\$ 309,60
16916	ROUPEIRO 3 PORTAS DE CORRER COM ESPELHO, COR: ASPEN/NOCES, MARCA: KAPPESBERG	R\$ 981,00
20427	SOFÁ NA COR LARANJA COM 2 LUGARES	R\$ 20,00
13742	TELEVISÃO LG, TELA LCD, 32 POLEGADAS, COM SUPORTE	R\$ 1.093,00
1684	POLTRONA TIPO SOFÁ NA COR MARRON PARA 3 PESSOAS	R\$ 2,43
3417	CADEIRA FIXA COM ESTRUTURA MADEIRA E ASSENTO PALHA.	R\$ 27,70
20503	TELEVISÃO SEMP NA COR CINZA 20 POLEGADAS(CAIXA GRANDE)	R\$ 70,00
12318	CLIMATIZADOR DE AR COM CONTROLE QUENTE/FRIO 9.000 BTUS, BRANCO, MARCA KOMEKO.	R\$ 1.161,00
1682	POLTRONA TIPO SOFÁ NA COR PRETA PARA 3 PESSOAS	R\$ 2,43
1323	MESA PARA COMPUTADOR NA COR BEGE, COM 3 GAVETAS E LUGAR PARA TECLADO, MEDINDO, 1,25 DE COMPRIMENTO, 0,60 DE LARGURA E 0,75 DE ALTURA	R\$ 10,32
12367	CLIMATIZADOR DE AR COM CONTROLE QUENTE/FRIO 9.000 BTUS, BRANCO, MARCA KOMEKO.	R\$ 1.161,00
10698	BEBEDOURO/PURIFICADOR DE ÁGUA EUROPA NOBLESSE FLEX EM INOX	R\$ 1.260,00
8089	LAVADORA JATO DE PRESSÃO WAP SUPERII/BRAVA 1750LB C/B . 060001	R\$ 308,88
8539	APARELHO DVD PLAYER LG MP3 KARAOKE	R\$ 193,50
19228	APARELHO DE DVD PLAYER, MODELO: DVP3550, COM USB E KARAOKÊ, MARCA: PHILIPS, COR: PRETO	R\$ 142,20
3101	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA (ADULTO) MEDINDO 31 x 58 DE ALTURA E ENCOSTO	R\$ 7,38
8534	VENTILADOR PAREDE 100W POTENCIA 3 VELOCIDADES - ARGE	R\$ 225,00
1246	CADEIRA FIXA COM ESTOFAMENTO EM TECIDO NA COR AZUL	R\$ 3,11
8285	CADEIRA ESCOLAR 7/8 TECIDO AZUL	R\$ 75,70
9112	CAIXA MULTIUSO DOBSO POLY 500X COMMICROFONE PRO 075	R\$ 409,05
14696	IMPRESSORA SAMSUNG ML 2851ND RECEBIDA DO MEC PREGÃO FNDE 83/2008	R\$ 270,00
5932	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, COM ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO- NE.N.1350/2008-MAQGILL J.G.MOVEIS E MAQUINAS LTDA - NF.N.013487 - PARA USO NA EBM - SAO LOURENÇO.	R\$ 46,00
14747	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM TECIDO AZUL, COM ESTRUTURA METÁLICA	R\$ 40,50



4160	CADEIRA FIXA ESCOLAR, COM ASSENTO E ENCOSTO, COR BRANCA EM ESTRUTURA DE FERRO.	R\$ 15,00
14808	IMPRESSORA HP OFFICE JET PTO K 5400, RECEBIDA DO MEC P' REGÃO 51/2007	R\$ 197,00
14367	MESA DE TENIS OFICIAL DOBRÁVEL COM RODINHA COM REDE E SUPORTE	R\$ 259,20
14820	APARELHO DE SOM PHILIPS COM MP3/CD/USB	R\$ 100,00
14443	VENTILADOR DE PAREDE VENTISOL ,0.60cm, PRETO.	R\$ 68,80
6153	THIN CLIENT BY, EZ 300, MARCA CONNEC, 128 RAM, COR AZUL - PARA USO NA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL SANTOS DUMONT.	R\$ 520,00
14593	IMPRESSORA CANON IP1800 COR PRETA, RECEBIDA DO MEC PREGÃO 51/2007	R\$ 295,50
1678	VIDEOCASSETTE MARCA PHILCO, MODELO PVC-4H16CK, SÉRIE 005697	R\$ 33,61
10659	NOTEBOOK COM PROCESSADOR DUE CORE, TELA LCD DE 15.6 POLEGADAS, 4 GB, 33NTRADAS PARA USB, WEB CAM, ACER, PRETO	R\$ 1.494,00
8103	NOTEBOOK ITAUTEC W7655 C2D T6 500, 4 GB, 320GB - NF 146	R\$ 1.512,00
15079	KIT BATERIA ELETRONICA DD 505 COM MOD. E PEDAL, COM 4 PADS, 3 PADS DE PRATOS, PAD BUMBO, PEDAL DE BUMBO, PEDAL DE CHIMBAL, RACK COMPLETO, MÓDULO, MULTICABO, PAR DE BAQUETAS	R\$ 1.890,00
11018	CAMERA DIGITAL FUJIFILME SL 300 PROFISIONAL, ZOOM ÓPTICO 30X, REVESTIDA DE BORRACHA, CAMERA LCD 3 POLEGADAS, 14 MEGAPIXELS, SÉRIE 2PB02553	R\$ 1.080,00
13216	TECLADO WOLF WRK 2173 BIVOLT	R\$ 532,00
13217	TECLADO WOLF WRK 2173 BIVOLT	R\$ 531,00
8094	IMPRESSORA SCX 4300 MULTIFUNCIONAL- NF 1384	R\$ 522,00
19795	SCANNER HP SCANJET G4050 FOTOGRÁFICO COR PRETO	R\$ 693,00
19796	IMPRESSORA HP OFFICEJET OJ7110 A3 WIDE COR: PRETO	R\$ 990,00
20124	SUPORTE DE TV	R\$ 558,00
6929	MICRO SYSTEM NKS C/ USB E MP3 PCD3005	R\$ 179,29
10615	NOTEBOOK CLASSMATE, SÉRIE 1A5645Z8S INTEL ATOM 1.6GHZ, 512K L2, MEMÓRIA RAM 1GB DDR2, SISTEMA OPERACIONAL LINUX METASYST, REDE DE INTERNET SEM FIO WIRELESS LAN 802.11B/G, USB COM 2 ENTRADAS, TELA LCD 7", TECLADO À PROVA D'ÁGUA, BATERIA LI-LON 4 CÉLULAS, SISTEMA ANTIFURTO TPM 1.2, CAPA DE PROTEÇÃO COM ALÇA PARA TRANSPORTE, COR VERDE. PARA USO DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME TERMO DE CESSÃO DE USO ASSINADO NA ENTREGA DOS MESMOS.	R\$ 364,38
5225	ARMARIO ALTO FECHADO DE 156X80X36CM EM BP 15MM, COR CINZA, PERFIL PVC, COR PRETO, COM 02 PORTAS DE ABRIR COM CHAVE, 02 PRATILEIRA INTERNAS - NE.3726-ESPAÇO IND.COM. DE MOVEIS PROJETADOS LTDA - NF.N.000219.	R\$ 157,50
6093	ENCERADEIRA INDUSTRIAL ELETRICA, MARCA STARMIX, MODELO ST-14 (350MM) MOTOR C/F.S.1.3. - REDUTOR CAIXA EM SISTEMA TRIPLO PLANETÁRIO- 03 ENGRENAGENS HELICOIDAIS - SISTEMA DE BACIAS INTERCAMBIÁVEIS - ACABAMENTO CROMADO E EPOXI ANTI-CORROÇÃO - RODAS C/O13 CM - 02 ANOS GARANTIA, 220 VOLTS VL.-TAMANHO 14,39KG, PARA USO NA EBM -SÃO FRANCISCO - NE.N.1900/2008 - STARSHINE SISTEMAS DE LIMPEZA LTDA - NF.N.080.	R\$ 856,96

14248	LAVADOURA ELECTROLUX CAPACIDADE 12 KG	R\$ 1.076,40
19325	TELA PARA PROJEÇÃO, MEDIDAS: 2,80X1,80 – TRIPÉ	R\$ 378,00
21098	TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ 200X150	R\$ 396,00
20688	DVD LENOX COM USB	R\$ 128,33
13330	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13335	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13338	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13336	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13332	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13331	THIN CLIENT HP COMPAQ I5000	R\$ 334,25
13272	THIN CLIENT HP, MODELO HSTNC-002L-TC, COR CINZA, QUADRADO	R\$ 531,00
13339	THIN CLIENT HP, MODELO HSTNC-002L-TC, COR CINZA, QUADRADO	R\$ 531,00
13341	THIN CLIENT HP, MODELO HSTNC-002L-TC, COR CINZA, QUADRADO	R\$ 531,00
6155	THIN CLIENT BY, EZ 300, MARCA CONNEC, 128 RAM, COR AZUL - PARA USO NA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL SANTOS DUMONT.	R\$ 493,99
6247	THIN CLIENT BY, EZ 300, MARCA CONNEC, 128 RAM, COR AZUL - PARA USO NA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL SANTOS DUMONT.	R\$ 493,99
13818	CPU CORE I3, 500GB, MEMÓRIA DE 4GB	R\$ 1.136,45
7367	Computador Core I7 4GB mem. RAM 500 GB HD - NF 457	R\$ 1.511,18
8166	CPU 3 GB, C2D E 75CO 293, HD 320GB, GRAVADOR DE DVD LG - NF 144	R\$ 1.157,26
14262	CPU SATE AMD SEMPRON, PRETO	R\$ 379,99
13971	CPU, COMPUTADOR COM CORE 2DUO, MEMÓRIA DE 2GB, HD 2500,	R\$ 1.241,71
7366	Computador Core I7 4GB mem. RAM 500 GB HD - NF 457	R\$ 1.511,18
14928	CPU GABINETE ATX 4 BAIAS PTO/PTA, PLACA MÃE 1155 CI3CI5CI7 H61 GIGABYTE, PROCESSADOR CORE I3 1155, MEMORIA DDR 4 GB, HD SEAGATE 500 GB 7200 RPM.	R\$ 1,031,41
6957	COMPUTADOR CORE I3 530 4GB MEMÓRIA, 320 GB HD, COR PRETO. NF 272	R\$ 1.124,99
14869	CPU AMD 64 ATHLON X2 COM GABINETE PRETO	R\$ 477,69
13997	CPU, COMPUTADOR COM CORE 2DUO, MEMÓRIA DE 2GB, HD 2500,	R\$ 1.241,50
14931	CPU COM PROCESSADOR CORE I3 1155, PLACA MÃE 1155 MSI, LEITOR E GRAVADOR DE CD E DVD, GABINETE ATX 4 BAIAS, MEMORIA 4G, HD SEAGATE 500 GB.	R\$ 2.101,00
6417	CPU/GABINETE ATX COR PRETO, 4 BAIAS, PROCESSADOR AMD ATHLON 64X2X5600 + BOX NUCLEODIPO 128MHZ, PLACA MÃE GIGABYTE GA-M615ME, CONTROLEADOR DE VIDEO G FORCE 6100 2GB MEMORIA DDR2 800MHZ WORD DISCK SAMSUNG 250 GB SATO II - DRIVE 1.44M - GRAVADOR DE DVD LG - MAUSE, TECLADO E ESTABILIZADOR 300VA - PRETO.	R\$ 933,99
6801	CPU - PROCESSADOR: PENTIUM CORE 2 DUE E6750 2.66 GHZ - HD 250.00 GB - 3 GB DE MEMORIA - PLACA MÃE P5K-SE - FONTE 450W -	R\$ 716,55
7933	CPU COLETEK 731 BK41 200W 20+4P PTO, COM PROCESSADOR INTEL CORE I3-540 3.0 GHZ 4MB IMP, PLACA MÃE GIGABYTE MOTHER BOARD GA H55M-S2HP, MEMORIA KINGSTON 2GB DDR3-1333PC6400, GRAVADOR DE DVD SONY 24XAD7260S-OB SATA, HD SAMSUNG 500GB 7200MB SATA2 SERIAL S2BWJ50B651361.	R\$ 944,48
443	CADEIRA ESTOFADA GIRATORIA NA COR AZUL, COM APOIO PARA OS BRAÇOS	R\$ 9,87



8506	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.	R\$ 569,34
14210	BERÇO DE MADEIRA 1.30X0.60 SEM GAVETAS BRANCO.-	R\$ 569,34
8039	MONITOR DE VIDEO LCD 18.5" SAMSUNG W1943C PRETO. NF 215 - RESERVA PARA ESCOLAS MUNICIPAIS.	R\$ 328,52
8539	APARELHO DVD PLAYER LG MP3 KARAOKE	R\$ 211,78
19228	APARELHO DE DVD PLAYER, MODELO: DVP3550, COM USB E KARAOKÊ, MARCA: PHILIPS, COR: PRETO	R\$ 155,64
3101	CADEIRA DE FÓRMICA COM ESTRUTURA METÁLICA (ADULTO) MEDINDO 31 x 58 DE ALTURA E ENCOSTO	R\$ 7,29
8534	VENTILADOR PAREDE 100W POTENCIA 3 VELOCIDADES - ARGE	R\$ 246,26
1246	CADEIRA FIXA COM ESTOFAMENTO EM TECIDO NA COR AZUL	R\$ 3,07
8285	CADEIRA ESCOLAR 7/8 TECIDO AZUL	R\$ 82,74
9112	CAIXA MULTIUSO DOBSO POLY 500X COMMICROFONE PRO 075	R\$ 447,68
23870	CAIXAS TIPO PISCINA PESCA	R\$ 200,00
23871	CAIXAS TIPO PISCINA PESCA	R\$ 200,00
22862	CAIXA METALICA 30X52X6	R\$ 215,05
22863	CAIXA METALICA 30X52X6	R\$ 215,05
22864	CAIXA METALICA 30X52X6	R\$ 215,05
23716	CARTEIRA ESCOLAR CJA - 05	R\$ 174,15
23599	CADEIRA ESCOLAR CJA - 05	R\$ 122,70
23591	CADEIRA ESCOLAR CJA - 05	R\$ 122,70
15635	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO NA COR BEJE	R\$ 156,01
15570	CARTEIRA ESCOLAR ADULTO NA COR BEJE	R\$ 156,01
9379	CADEIRA FIXA COM ESPUMA INJETADA EM TECIDO AZUL	R\$ 163,80
19908	IMPRESSORA HP LASERJET MULTIFUNCIONAL COLOR PRO M176N	R\$ 1.494,50
9034	MÁQUINA CALCULADORA DE MESA, MARCA OLIVETTI MODELO LOGOS 804B BIVOLT, CINZA/ PRETO.	R\$ 436,52
5890	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO - NE.N.1350/2008-MAQGILL J.G.MOVEIS E MAQUINAS LTDA - NF.N.013487 - PARA USO NA EBM - SAO LOURENÇO.	R\$ 44,48
5645	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES TUBO 3/4 EM ARCO. - NE.N.5827/2007 -MAQGILL J.G. MOVEIS E MAQUINAS LTDA -NF.N.012697 - PARA USO NA ESCOLA B.M.SÃO FRANCISCO.	R\$ 39,64
5882	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO- NE.N.1350/2008-MAQGILL J.G.MOVEIS E MAQUINAS LTDA - NF.N.013487	R\$ 44,48
5896	CADEIRA FIXA, ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35 MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES, TUBO 3/4 EM ARCO- NE.N.1350/2008-MAQGILL J.G.MOVEIS E MAQUINAS LTDA - NF.N.013487 - PARA USO NA EBM - SAO LOURENÇO.	R\$ 44,48

5649	CADEIRA FIXA, COM ASSENTO E ENCOSTO, ESPUMA INJETADA 35MM, REVESTIDO EM TECIDO POLIPROPILENO, COM PERFIL PVC PRETO, ESTRUTURA METALICA, COM 4 PES TUBO 3/4 EM ARCO. - NE.N.5827/2007 -MAQGILL J.G. MOVEIS E MAQUINAS LTDA -NF.N.012697 - PARA USO NA ESCOLA B.M.SÃO FRANCISCO.	R\$ 39,64
19782	MIXER DE ALIMENTOS - 4 VELOCIDADES	R\$ 213,40
	TOTAL	R\$ 107.806,16

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 293, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2355697


PORTARIA Nº 293, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nos art. 50 e 91-A da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

CONSIDERANDO o pedido de exoneração de LUCIANE APARECIDA ZATTERA MOLON, ocupante do cargo efetivo de Professor de Matemática;

CONSIDERANDO que o tempo de serviço efetivo da Servidora até 06 de fevereiro de 2020, totaliza 16 (dezesesseis) anos, 05 (cinco) meses e 17 (dezessete) dias;

RESOLVE:

Art.1º Exonerar a pedido, a partir de 06 de fevereiro de 2020, a servidora pública municipal LUCIANE APARECIDA ZATTERA MOLON, ocupante do cargo efetivo de Professor de Matemática, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, matrícula nº 1503/01.

Art. 2º Indenizar, o Servidor de que trata o art. 1º, por desligamento voluntário, no valor de um vencimento por ano e fração de serviço efetivo prestado ao Município de São Lourenço do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de fevereiro de 2020.  
São Lourenço do Oeste - SC, 12 de fevereiro de 2020.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 02/2020/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 2355677

EDITAL Nº 02/2020/SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE NOTIFICAÇÃO

A secretária de Desenvolvimento Urbano e Planejamento do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Obras Municipal (Lei Complementar nº004/2012) e suas alterações. Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Notificação anterior.

#### RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR a contribuinte abaixo relacionada, referente ao Auto de Infração nº 19/2019, por desrespeitar a Notificação Nr.º 379/2019, para realizar a limpeza da Chacará nº 84, sito rua Sete de Setembro, bairro Salete, cidade de São Miguel do Oeste - SC.

Art. 2º Fica o notificado abaixo relacionado, para que, no prazo de 30 dias, a partir do primeiro dia útil após a data da publicação, regularize seu débito junto a municipalidade, junto ao Setor de Tributação da Secretaria Municipal da Fazenda, sob pena de Inscrição em DÍVIDA ATIVA e seu consequente ajuizamento. Ficando também, ciente, de que o não cumprimento das medidas antes mencionadas ensejará demanda judicial cabível à espécie.

CONTRIBUINTE	EMBARGO	Lote Rural/Rua
PAULA REGINA SIEBEL AGOSTINI CPF: 028.611.339-29	19/2019	Chácara nº 84, sito rua Sete de Setembro, bairro Salete

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), no endereço eletrônico [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 12 de fevereiro de 2020.

CHARLES DALL ORSOLETTA  
Secretária De Planejamento

### HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 205/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2354505

PREGÃO PRESENCIAL Nº 205/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2019

HOMOLOGAÇÃO:  
ADJUDICAÇÃO:

CONTRATANTE:  
05/12/19 00:00  
07/01/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE USINA DE ASFALTO E EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE USINAGEM E APLICAÇÃO DE ASFALTO NO MUNICIPIO, CONFORME PROPOSTA Nº 104032/2017, CONVÊNIO SICONV Nº 863042/2017, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

CONTRATADO: W. DE OLIVEIRA JUNIOR EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 135.000,00

CONTRATADO: MACROMAQ EQUIPAMENTO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 294.000,00

CONTRATADO: ROMANELLI EXPORTACAO E IMPORTACAO  
LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 465.000,00

CONTRATADO: CIBER EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 430.000,00

CONTRATADO: MEGAMIX COMERCIO E SERVICOS EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 1.684.500,00

WILSON TREVISAN- Prefeito Municipal

**PORTARIA N. 0028/2020**

Publicação Nº 2354454

PORTARIA N. 0028/2020

CONSTITUI COMISSÃO PARA JULGAR PROPOSTAS E PLANOS DE TRABALHOS CONCERNENTES AO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E EDUCAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI 13.019/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e,

CONSIDERANDO a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO a necessidade do Município de São Miguel do Oeste-SC suprir atividades concernentes ao âmbito da Educação, Assistência Social e Saúde.

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão responsável pelo recebimento, julgamento e processamento das Propostas e Planos de Trabalhos das Organizações da Sociedade Civil concernentes ao âmbito da Assistência Social, Saúde e Educação.

Art. 2º À Comissão caberá, ainda, verificar se a organização da sociedade civil atende aos requisitos formais exigidos pela Lei 13.019/2014, indicar os casos de dispensa ou inexigibilidade de realização do chamamento público e indicar, ainda, o gestor e a comissão de monitoramento e avaliação da parceria fundamentando em todos os casos sua decisão.

Art. 3º Nomear para compor a Comissão Especial os seguintes servidores:

-Arlei Maria Nava, portadora da matrícula funcional n. 22010501, ocupante do cargo de Assistente Social;

-Rosilene Buttini, portadora da matrícula funcional n.21718201, ocupante do cargo de Diretora de Controle, Avaliação e Auditoria;

-Clarinda Lucia Schirmann Von Dentz, portadora da matrícula funcional n. 1752308, ocupante do cargo de Diretora de Receita Municipal e Fiscalização Tributária.

Parágrafo Único. A presidência da Comissão será exercida por Clarinda Lucia Schirmann Von Dentz.

Art. 4º Os integrantes da Comissão ficam dispensados de suas atividades normais durante os horários de trabalho dedicados ao exercício das funções ora designadas.

Art. 5º Os servidores ora nomeados trabalharão sem ônus ao Erário Público Municipal.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 7º Fica revogada a Portaria n. 0039/2017.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC  
Em, 10 de Fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Douglas Arcari  
Advogado Assessor

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Caroline Aparecida Alves  
Diretora de Comunicação Interna

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0300/2020**

Publicação Nº 2354520

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0300/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ARLEI TEREZINHA FINATTO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Vinicius Braga Dalsotto, junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0301/2020**

Publicação Nº 2354668

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0301/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. NILVA MARIA DAL PIVA SCARIOT, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Heitor Knak Slang, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0302/2020**

Publicação Nº 2354669

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0302/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DANIELE CORDOVA SACHETT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, sendo 20 horas semanais atendendo no turno matutino o aluno Arthur Miguel Wesseling da Silva, junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira e 20 horas semanais, no turno vespertino, atendendo o aluno Bruno Previde Roldo, junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0303/2020**

Publicação Nº 2354671

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0303/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ROSELI CARMEN HEINECK, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino a aluna Keli Cristina Cavallini, junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência da aluna na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.



Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0304/2020**

Publicação Nº 2354672

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0304/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SILVANA MARCHESAN OLIVOTTO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Willian Kenedy Capellaro, junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0305/2020**

Publicação Nº 2354673

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0305/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MARCELI APARECIDA JOHNER SCHMIDT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, sendo 20 horas semanais atendendo no turno matutino o aluno Sidinei Sandro França Gnatta, junto ao CEI Tio Patinhas e 20 horas semanais, no turno vespertino, atendendo o aluno Rafael Figueiro Ghizzi, junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0306/2020**

Publicação Nº 2354675

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0306/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. SANDREIA BATTISTI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Gabriel Kich Simm e no turno vespertino a aluna Erica Raiani Muller, junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0307/2020**

Publicação Nº 2354676

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0307/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para



atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. KAILA AMANDA BORGHETTI, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno André Adriano Sansigolo Lamb, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0308/2020**

Publicação Nº 2354677

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0308/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. AMANDA TURMINA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno vespertino a aluna Micheli Cardoso Schuster, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência da aluna na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0309/2020**

Publicação Nº 2354680

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0309/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE

PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. EDIVANDRA MARIA MORAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, sendo 20 horas semanais atendendo no turno matutino o aluno Fernando Granada Facio, junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari e 20 horas semanais, no turno vespertino, atendendo o aluno Arthur Garlet Stirmer junto a EMEIEF Tranquilo José Rigoni, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0310/2020**

Publicação Nº 2354681

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0310/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. IVANETE TEIXEIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, sendo 20 horas semanais atendendo no turno matutino o aluno Alexsandro Fortes Soares, junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva e 20 horas semanais, no turno vespertino, atendendo o aluno Everton Henrique Trindade junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0311/2020**

Publicação Nº 2354683

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0311/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DEYSE SARA LERMEN QUADRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino o aluno Vitor Henrique Elias e no turno vespertino, o aluno Gabriel Giongo junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0312/2020**

Publicação Nº 2354684

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0312/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;  
Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;  
Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;  
Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CHAIANE DOMERASKY DA ROCHA PORFIRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, sendo 20 horas semanais atendendo no turno matutino a aluna Kemilin Eduarda Simon, junto a EMEIEF Teonísio Wagner e 20 horas semanais, no turno vespertino, atendendo o aluno João Vitor Loureiro de Mello junto a EMEIEF Atílio Luiz Calza, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência dos alunos na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0313/2020**

Publicação Nº 2354704

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0313/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

Considerando a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. VANESSA INELVE PREVIDI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno matutino a aluna Thayla Vitoria Miranda da Silva e no turno vespertino a aluna Camilly Vicentin MacIsud, junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até a permanência das alunas na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0314/2020**

Publicação Nº 2354714

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0314/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

CONSIDERANDO a lei nº 17.143 de 15 de maio de 2017, a qual dispõe sobre a presença do Segundo Professor de Turma nas salas de aula das escolas de educação básica que integram o sistema estadual de educação de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, a qual Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JUSSARA HELENA SCHACKER CENTENARO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Especial, atendendo no turno vespertino a aluna Gabriela Maria Centenaro, junto a EMEIEF Amália Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 05 de fevereiro de 2020 até a permanência

da aluna na escola ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0315/2020**

Publicação Nº 2354719

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0315/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que na EMEIEF Teonísio Wagner é necessária abertura de turma provisória conforme informado pela Secretaria de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MARIA PAULINA MACHADO DA SILVA MODRAK, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil(pré), atuando junto a EMEIEF Teonísio Wagner, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0317/2020**

Publicação Nº 2354742

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0317/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;



Considerando que a titular Margarete Gasperin, encontra-se em gozo de licença prêmio;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ANDREA DOS SANTOS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Artes, atuando 20 horas semanais junto a EMEIEF São João Batista de La Salle e 20 horas semanais junto a EMEIEF Waldemar Antônio Von Dentz, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular em 01 de maio de 2020 ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0318/2020**

Publicação Nº 2354744

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0318/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando os termos do artigo 45, §2º da LCM 026/2013, que a jornada de trabalho do professor em função docente e de coordenador pedagógico inclui uma parte de horas aula e uma parte de horas atividade, destinadas, de acordo com a proposta pedagógica da escola à preparação e avaliação do trabalho didático, à colaboração com a administração da escola, às reuniões pedagógicas, à articulação com a comunidade e ao aperfeiçoamento profissional.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. NEIVA MARIA PEREGO TONET, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil(pré), atuando junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, em substituição a servidores durante a hora de atividades complementares, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0319/2020**

Publicação Nº 2354754

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0319/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que o titular Flavio José de Ramos, encontra-se designado para o laboratório da EMEIEF Emma Balke;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ANISE CASOTTI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento do titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0320/2020**

Publicação Nº 2354758

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0320/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso; e a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando os termos do artigo 108 da LCM 009/2012, que após cada quinquênio de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses.

Considerando que a licença prêmio é um direito do servidor, após a implementação do período aquisitivo e preenchidos o requisitos e classificação do Edital de Licença Prêmio 02/2019;

Considerando o art. 12, do Edital de Licença Prêmio 02/2019, o qual dispõem que, fica a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, autorizada, quando o gasto com pessoal atingir o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), por ato próprio, suspender a concessão de licença prêmio.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ELIETE DO NASCIMENTO ARAUJO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando como itinerante substituindo servidores efetivos em gozo de Licença Prêmio, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o término das licenças prêmio, ou na aplicação do artigo 12 do Edital 002/2019, ou até o final do ano letivo de 2020, conforme cronograma prévio de concessão das licenças prêmio.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0321/2020**

Publicação Nº 2354759

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0321/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso; e a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019; Considerando os termos do artigo 108 da LCM 009/2012, que após cada quinquênio de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses.

Considerando que a licença prêmio é um direito do servidor, após a implementação do período aquisitivo e preenchidos o requisitos e classificação do Edital de Licença Prêmio 02/2019;

Considerando o art. 12, do Edital de Licença Prêmio 02/2019, o qual dispõem que, fica a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, autorizada, quando o gasto com pessoal atingir o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), por ato próprio, suspender a concessão de licença prêmio.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. EDILENE MARIA LEWE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando como itinerante substituindo servidores efetivos em gozo de Licença Prêmio, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o término das licenças prêmio, ou na aplicação do artigo 12 do Edital 002/2019, ou até o final do ano letivo de 2020, conforme cronograma prévio de concessão das licenças prêmio.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0322/2020**

Publicação Nº 2354766

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0322/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;



Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. KARINE VINCENZI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando como professor itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas em lei, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0323/2020**

Publicação Nº 2354771

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0323/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a necessidade de licenças saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidores efetivos, exigindo a contratação de profissional em caráter temporário;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JESSICA FERREIRA STOER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando como professor itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas na legislação, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0324/2020**

Publicação Nº 2354772

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0324/2020**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso; e a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019; Considerando os termos do artigo 108 da LCM 009/2012, que após cada quinquênio de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses.

Considerando que a licença prêmio é um direito do servidor, após a implementação do período aquisitivo e preenchidos o requisitos e classificação do Edital de Licença Prêmio 02/2019;

Considerando o art. 12, do Edital de Licença Prêmio 02/2019, o qual dispõem que, fica a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, autorizada, quando o gasto com pessoal atingir o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), por ato próprio, suspender a concessão de licença prêmio.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. INES FATIMA KLEIN, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores efetivos em gozo de Licença Prêmio, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até 03 de novembro de 2020 ou na aplicação do artigo 12 do Edital 002/2019, ou até o final do ano letivo de 2020, conforme cronograma prévio de concessão das licenças prêmio.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0325/2020**

Publicação Nº 2354773

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0325/2020**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DAIANE WEINFORTNER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças com previsão em lei, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0326/2020**

Publicação Nº 2354774

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0326/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CLAUDIA FAVRETTO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0327/2020**

Publicação Nº 2354776

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0327/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CARINE KESSLER, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando como itinerante substituindo servidores em atestado médico e demais licenças previstas em lei, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0328/2020**

Publicação Nº 2354777

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0328/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando os termos do artigo 108 da LCM 009/2012, que após cada quinquênio de efetivo exercício, ininterrupto ou intercalado, o servidor terá direito de afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por três meses.

Considerando que a licença prêmio é um direito do servidor, após a implementação do período aquisitivo e preenchidos o requisitos e classificação do Edital de Licença Prêmio 02/2019;

Considerando o art. 12, do Edital de Licença Prêmio 02/2019, o qual dispõem que, fica a Secretaria de Gestão de Pessoas e Transparência, autorizada, quando o gasto com pessoal atingir o limite prudencial estabelecido na Lei Complementar n. 101/2000 (LRF), por ato próprio, suspender a concessão de licença prêmio.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. ROQUE FRANCISCO RIBEIRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando como professor itinerante substituindo servidores em licença prêmio, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o término das licenças prêmio, ou na aplicação do artigo 12 do Edital 002/2019, ou até o final do ano letivo de 2020, conforme cronograma prévio de concessão das licenças prêmio.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0329/2020**

Publicação Nº 2354780

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0329/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando a necessidade de licenças saúde e demais previstas na legislação nacional e municipal de servidores efetivos, exigindo a contratação de profissional em caráter temporário;

Considerando que é dever do estado assegurar a criança ao adolescente e o jovem com absoluta prioridade o direito a educação;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, ainda mais por tratar-se de direito de criança e adolescente, sendo que a falta de profissional acarretará em prejuízo a aprendizagem dos infantes;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ALICE FELTEZ, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando como professor itinerante substituindo servidores em licença médica e demais licenças previstas, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0330/2020**

Publicação Nº 2354781

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0330/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a coordenadora pedagógica efetiva Simone Paini esta designada para o cargo de provimento em comissão de diretora de unidade escolar junto a EMEIEF Emma Balke;

Considerando que a servidora titular Rosemari Regina Scapin Slaviero, através do edital de designação, está atuando até o final do ano letivo de 2020, junto a EMEIEF Emma Balke;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JOCILENE JULIANA NIEVINSKI PASINI, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Coordenador Pedagógico, atuando junto ao CEI Mundo Mágico, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;



Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0331/2020**

Publicação Nº 2354784

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0331/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º ANISE CASOTTI, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, junto a Secretária Municipal de Educação, a partir de 03 de fevereiro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

### **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0332/2020**

Publicação Nº 2354787

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0332/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva ALICE CAVAGNOLI, ocupante do cargo de Professor de Língua Inglesa, 40 horas semanais, para atuar na biblioteca junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 03 de agosto de 2020, uma vez, que não há data fim no laudo, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica oficial do Município, 15 dias antes do prazo estabelecido neste artigo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0333/2020**

Publicação Nº 2354788

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0333/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

### **RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal DEBORA SIMONETTI, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, para atuar na biblioteca junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará por 180 dias, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica oficial do Município, 15 dias antes do prazo estabelecido neste artigo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0334/2020**

Publicação Nº 2354790

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0334/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

### **RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva DIANA CLAUDIA BALBINOT KOCHHANN, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, para atuar na secretaria do CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até a concessão de licença maternidade.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0335/2020**

Publicação Nº 2354792

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0335/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;



Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva INES LUCIA DAL MAGRO, ocupante do cargo de auxiliar de creche, 40 horas semanais, para atuar em funções administrativas junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará por 180 dias, quando deverá passar por nova avaliação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0336/2020**

Publicação Nº 2354795

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0336/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva IRANI SALETE ERLO, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas semanais, para atuar no Museu Ruy Arcadio Luchesi, junto a Secretaria Adjunta de Cultura.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até o final do ano letivo de 2020, conforme atestado médico e avaliação da junta médica oficial do Município.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0337/2020**

Publicação Nº 2354798

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0337/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

### **RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva ILSE TEREZINHA STEFFENS GNATTA, ocupante do cargo de auxiliar de creche, 40 horas semanais, para atuar em sala de aula, respeitada as restrições do atestado médico e laudo exarado pela junta médica oficial do Município, junto ao CEI Mundo Novo na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 22 de julho de 2020, conforme atestado médico e laudo da junta médica oficial do município.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0338/2020**

Publicação Nº 2354801

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0338/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva RAQUELE CRISTINA MENDES, ocupante do cargo de auxiliar de creche, 40 horas semanais, para atuar em funções administrativas junto a Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 31 de março de 2020, devendo efetuar os procedimentos exarados no laudo da junta médica oficial do município.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0339/2020**

Publicação Nº 2354804

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0339/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a

habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva SANDRA REGINA SEVERO PALOSCHI, ocupante do cargo de merendeira, 40 horas semanais, para atuar em funções administrativas junto a EMEIEF Marechal Arthur da Costa e Silva, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 31 de março de 2020, devendo efetuar os procedimentos exarados no laudo da junta médica oficial do município.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0340/2020**

Publicação Nº 2354808

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0340/2020**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal efetiva SIDINEI FONTANA, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, para atuar em funções administrativas junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de janeiro de 2020.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará até 22 de janeiro de 2021, conforme atestado referendado pela junta médica oficial do município.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SGPT/DDP Nº 0341/2020**

Publicação Nº 2354810

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0341/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

### **RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal MARIA DE LOURDES KOCHEN, ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental Anos Iniciais, 40 horas semanais, para atuar no setor administrativo junto ao CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará por 180 dias, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica oficial do Município, 15 dias antes do prazo estabelecido neste artigo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0342/2020**

Publicação Nº 2354813

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0342/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando os termos do "caput" do artigo 40, da Lei Complementar Municipal nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial;

Considerando que a readaptação dependerá da prova de capacidade física ou mental, mediante inspeção médica oficial; e que o departamento pessoal de posse da perícia médica indicará os cargos a que pode ser o servidor readaptado no serviço público municipal, cabendo a decisão final ao Chefe do Executivo Municipal quando mais de um cargo for possível respeitadas as disposições aplicáveis;

Considerando os termos do artigo 41 da LCM 009/2012, que a readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.

**RESOLVE:**

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal MARCO ANTONIO IRAJA PEREIRA, ocupante do cargo de Professor de Educação Física, 40 horas semanais, para atuar no setor administrativo junto a Secretaria Ajunta de Esporte.

Parágrafo Único. Para efeitos da readaptação será respeitada a habilitação exigida e nível de escolaridade, observado o interesse da administração.

Art. 2º As atividades desenvolvidas deverão respeitar o atestado de incapacidade do servidor para o exercício do seu cargo originário, podendo exercer sem prejuízo de sua saúde, atividades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.

Art. 3º A readaptação não acarretará redução salarial, mesmo que a atividade a ser desenvolvida seja de escolaridade inferior ao cargo originário da servidora.

Art. 4º A readaptação perdurará por 180 dias, devendo a servidora passar por nova avaliação da junta médica oficial do Município, 15 dias antes do prazo estabelecido neste artigo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0343/2020**

Publicação Nº 2354815

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0343/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que o titular Marco Antônio Irajá Pereira, encontra-se readaptado no Programa Atleta na Escola, conforme portaria 0342/2020;



**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, o Sr. ALEXSANDER DE LIMA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na disciplina de Educação Física, atuando junto a EMEIEF Juscelino K. de Oliveira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento do titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0344/2020**

Publicação Nº 2354819

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0344/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Maria de Lourdes Kochem, encontra-se readaptada junto CEI Ciranda da Alegria, conforme portaria 0341/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JANIÉLI PRUDENTE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando junto a EMEIEF Aurélio Pedro Vicari, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0345/2020**

Publicação Nº 2354822

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0345/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;  
Considerando que a titular Sidinei Fontana, encontra-se readaptada na EMEIEF Emma Balke, conforme portaria 0340/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ANDRESSA FERRONATTO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Ensino Fundamental Anos Iniciais, atuando junto a EMEIEF Emma Balke, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0346/2020**

Publicação Nº 2354825

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0346/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Ilse Terezinha Steffens Gnatta, encontra-se readaptada junto CEI Ciranda da Alegria, conforme 337/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DANIELE SUZANA GASPAR COIMBRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Novo, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0348/2020**

Publicação Nº 2354826

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0348/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e



Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Ines Lucia Dal Magro, encontra-se readaptada junto CEI Ciranda da Alegria, conforme portaria 0335/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. MARLI DE FATIMA PEREIRA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto ao CEI Mundo Novo, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 0349/2020**

Publicação Nº 2354828

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0349/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que a titular Irani Salete Erlo, encontra-se readaptada junto ao Museu Ruy Arcadio Luchesi, na Secretaria Adjunta de Cultura, conforme portaria 0336/2020;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. ADRIANA BERTE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Professor, na área de Educação Infantil, atuando junto a EMEIEF Tranquilo José Rigoni, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2020.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SGPT/DDP Nº 316/2020**

Publicação Nº 2354737

PORTARIA SGPT/DDP Nº 316/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 009/2019;

Considerando que uma das unidades do CEI Ciranda da Alegria possui estrutura temporária, diante do contrato de locação, não sendo possível efetivar servidor até construir em local próprio estrutura necessária para comportar os alunos atualmente atendidos;

Considerando o deferimento do pedido de designação da servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de auxiliar de creche Taisa Paula Moraes para o CEI Ciranda da Alegria;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. BRUNA ELIZA DAL MAGRO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Auxiliar de Creche, atuando junto a EMEIEF Tranquilo José Rigoni, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03 de fevereiro de 2020 até o final do ano letivo de 2020 em virtude da designação temporária da servidora titular.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012.

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 03 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência  
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PROCESSO Nº 05/2020 SAÚDE**

Publicação Nº 2354590

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação, tendo como objeto a contratação de empresa para elaboração de projetos elétricos para ampliação da obra da Unidade Básica de Saúde Central, compreendendo uma área total de 853,26 m², localizada na Rua Waldemar Rangrab, Município de São Miguel do Oeste/SC, em virtude do município não possuir engenheiro elétrico no seu quadro de funcionários.

Contratado: AZEVEDO PROJETOS E ASSESSORIA LTDA.

Valor total de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Márcilio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste /SC, 12 de fevereiro de 2020.

LEONIR CARON

GESTOR DO FUNDO

**PROCESSO Nº 06/2020 SAÚDE**

Publicação Nº 2355238

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE CREDENCIAMENTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020  
INEXIGIBILIDADE Nº 03/2020  
CREDENCIAMENTO Nº 03/2020

O Fundo Municipal de Saúde do Município de São Miguel do Oeste- SC, a partir do seu Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará CREDENCIAMENTO de consultas especializadas e procedimentos dermatológicos destinados a atender os pacientes do Município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 28 de fevereiro de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006, e o edital consta na íntegra no site: [www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br).

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2020.

LEONIR CARON

Gestor do Fundo

**PROCESSO Nº 25/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2354467

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra com fornecimento de materiais para deslocamento de postes da Rede Celesc em ruas do Município de São Miguel do Oeste/SC, conforme projetos/notas fornecidos pela própria Concessionária, em virtude das obras de pavimentação asfáltica, de acordo com anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 02 de março de 2020.

Abertura: Às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, nº 1199, telefone (0xx49) 3631 2006 e o edital consta na íntegra no site:

[www.saomiguel.sc.gov.br](http://www.saomiguel.sc.gov.br)

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

**PROCESSO Nº 26/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2356001

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2020

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais (fabricação, execução e instalações de divisórias em granito, tampos de granitos em banheiro, revestimento de bancadas e churrasqueiras em granito e pingadeiras em granito), destinados à construção da cancha de bocha, no Bairro São Luiz, localizado na Rua John Kennedy, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste/SC, matrícula nº 23374.

Contratado: MARMOMÁRIA PELISSARI EIRELI.

Valor total de R\$ 8.400,03 (oito mil e quatrocentos reais, e três centavos).

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade, situado na Rua Marcílio Dias, 1199, telefone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 12 de fevereiro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

**TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020 PREFEITURA**

Publicação Nº 2354368

TERMO DE FOMENTO Nº 01/2020

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Objeto: Realização de parceria com a finalidade de promover a inclusão e a integração dos surdos na família, na sociedade, no mercado de trabalho e demais espaços sociais, conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado pela Comissão de Avaliação e Julgamento de Propostas e Planos de trabalho.

VALOR: R\$ 257.304,98

VIGÊNCIA: 31/12/2020

PARCERIA FIRMADA ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS SURDOS DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ASSINA pelo MUNICÍPIO: ALENCAR BARBIERI

ASSINA pela ENTIDADE: IVETE LIBERA DAMIN GIACOMELLI

São Miguel do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2020.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020

Publicação Nº 2354736

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122  
www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital da chamada pública para seleção de Nutricionista, para a rede municipal de ensino, conforme quadro de vaga anexo a este edital.

Parágrafo Único - Tal edital se faz necessário devido à vaga remanescente não preenchida por servidores efetivos.

Art. 2º - Os/as Nutricionistas interessados(as) em participar, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 18 de Fevereiro de 2020, às 8h30, portando a seguinte documentação:

- I - Xerox Identidade;
- II - Xerox CPF;
- III - Xerox PIS PASEP;
- IV - Xerox Carteira Trabalho;
- V - Xerox Título de Eleitor;
- VI - Quitação Eleitoral;
- VII - Xerox Certificado de Reservista (masculino);

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122  
www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

- VIII - Xerox Títulos Escolares (autenticado);
- IX - Xerox Certidão de Casamento;
- X - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;
- XI - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);
- XII - 01 Foto 3 x 4 atual;
- XIII - Comprovante de Residência;
- XIV - Folha corrida judicial.

§ 1º Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento: 8h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 32770122 - ramal 221.

§ 2º A não apresentação da documentação no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada tem como pré-requisito o título de graduação na área de atuação, ou seja, Nutricionista.

Art. 4º - Havendo mais de um(a) Nutricionista interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

- I – Título em graduação com habilitação na área de atuação; havendo empate;
- II – Título de pós-graduação, na área de atuação; havendo empate;
- III - Tempo de serviço na área; havendo empate;
- IV - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122  
www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

Parágrafo Único - Para o critério de desempate em tempo de serviço de Nutricionista, o candidato deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de Nutricionista. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

São Pedro de Alcântara, 12 de Fevereiro de 2020.

CARLINHO SCHMITT

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

#### ANEXO I

##### Quadro de Vagas

CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA
Nutricionista	01	Curso Superior Completo em Nutrição	1.980,76	20 horas

### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2020

Publicação Nº 2354739

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

#### EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APRESENTA O PRESENTE EDITAL:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, o Edital da chamada pública para seleção de Monitor de Transporte Escolar - para Alunos com Necessidades Especiais (no transporte para a APAE), na rede municipal de ensino, conforme quadro de vaga anexo a este edital.

Parágrafo Único - Tal edital se faz necessário devido à vaga remanescente não preenchida por servidores efetivos.

Art. 2º - Os/as interessados(as) em participar, deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 19 de Fevereiro de 2020, às 8h30, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP;

IV - Xerox Carteira Trabalho;

V - Xerox Título de Eleitor;

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

www.pmspa.sc.gov.br educacao@pmspa.sc.gov.br

VI - Quitação Eleitoral;

VII - Xerox Certificado de Reservista (masculino);

VIII - Xerox Títulos Escolares (autenticado);

IX - Xerox Certidão de Casamento;

X - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos e CPF;

XI - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

XII - 01 Foto 3 x 4 atual;

XIII - Comprovante de Residência;

XIV - Folha corrida judicial.

§ 1º Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderão ser sanadas no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento: 8h às 11h30 e das 13h às 17h ou através do telefone (48) 32770122 - ramal 221.

§ 2º A não apresentação da documentação no ato da escolha é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada tem como pré-requisito o título de conclusão do Ensino Médio e a idade mínima de 18 anos.

Art. 4º - Havendo mais de um(a) interessado(a) pela vaga serão adotados os seguintes critérios de desempate:

I - Tempo de serviço na área; havendo empate;

II - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

Parágrafo Único - Para o critério de desempate em tempo de serviço, o(a) candidato(a) deverá possuir um comprovante, que deverá ser a certidão original de tempo de serviço. A não apresentação de tal documentação, no ato da escolha é de caráter eliminatório.

São Pedro de Alcântara, 12 de Fevereiro de 2020.

CARLINHO SCHMITT

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-3277-0122

[www.pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br) [educacao@pmspa.sc.gov.br](mailto:educacao@pmspa.sc.gov.br)

#### ANEXO I

##### Quadro de Vagas

CARGO	Nº VAGAS	ESCOLARIDADE MÍNIMA	SALÁRIO BASE (R\$)	CARGA HORÁRIA
Monitor de Transporte Escolar - para Alunos com Necessidades Especiais	01	Certificado de conclusão de Ensino Médio	1.045,00	20 horas



# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5.025/2020, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2356107

DECRETO Nº 5.025/2020, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS)

3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.03.0051 - Passagens e Despesas com Locomocao R\$ 500,00

09.02.08.244.0015.2.066 - Proteção Social Básica (CRAS)

3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.03.0043 - Passagens e Despesas com Locomocao R\$ 500,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 7 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETR

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 5.026/2020, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2356115

DECRETO Nº 5.026/2020, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 5.578,50 (cinco mil quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

09 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA

09.02.08.244.0015.2.064 - Gestão SUAS

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0052 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 523,50

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0063 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R\$ 5.055,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 7 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico



**DECRETO Nº 5.029/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2356122

DECRETO Nº 5.029/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.448/2019 de 18 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.33.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Passagens e Despesas com Locomocao R\$ 1.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

04.04 - ASSESSORIA DE SAÚDE

04.04.10.301.0013.2.050 - Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Material de Consumo R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de Fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

**DECRETO Nº. 5.028/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.**

Publicação Nº 2356126

DECRETO Nº. 5.028/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a aplicação da Lei Complementar Municipal nº 096/2010, de 14/12/2010;

DECRETA:

Art. 1º Fica reconhecido e averbado o tempo de serviço anterior à efetivação por concurso, da funcionária Sra. Losangela Belers, conforme prevê a Lei Municipal nº 096/2010, art. 12, § 1º, totalizando 1 (um) ano e 8 (oito) meses e 12 (doze) dias de tempo de serviço.

Art. 2º Fica alterado o nível salarial do cargo efetivo da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 25, da Lei Complementar nº 096/2010:

Nome Nível Anterior Nível Atual

Losangela Belers C-1-II C-2-II

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 11 de fevereiro de 2020.

OSVALDO JURCK EBERTON VARGAS TRENTIN

Prefeito Municipal Secretário de Educação, Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020      Data do Registro: 12/02/2020      Válido até: 12/02/2021						
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desc.to. (%)	Preço Unitário
1	HIPOCLORITO DE SÓDIO COMERCIAL para tratamento de água para abastecimento público. Conforme termo de referência.	KG	ABBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIR (13814)		0	1,2200
2			PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	1,2300
3			QUIMISA S.A. (10295)	QUIMISA	0	1,3000
2	SULFATO DE ALUMÍNIO LÍQUIDO isento de ferro (a granel), para tratamento de água. Concentração de Sulfato de Alumínio Igual ou maior que 50%. Conforme termo de referência.	KG	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (13815)	Avanex	0	0,7000
2			PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	0,7100
3			ABBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIR (13814)		0	1,0000
3	ÁCIDO FLUOSSILÍCICO 20% para fluretação de água, conforme estabelece a Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Conforme termo de referência.	KG	ABBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIR (13814)		0	1,1100
2			PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA (12554)		0	1,1200
3			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (13815)	Mosaic	0	1,2200
4	Cal hidratada para correção de pH da água, conforme padrões estabelecidos pela Portaria nº 2914/11 do Ministério da Saúde. Conforme termo de referência.	KG	ABBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIR (13814)		0	0,9900

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 12/02/2020		Válido até: 12/02/2021			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (13815)	Belocal	0	1,0500	2

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2020

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 12/02/2020		Válido até: 12/02/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos químicos para serem usados no tratamento de água da estação de tratamento pela Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020  
PROCESSO Nº 1/2020

- (10295) - QUIMISA S.A.
- (12554) - PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
- (13814) - ABBA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS EIR
- (13815) - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO N. 001/2020**

Publicação Nº 2354854

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2020 – Termo de Adesão  
Dispensa de licitação nº. 001/2020

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº 83.539.676/0001-85, com endereço na Avenida dos Imigrantes, nº 2520, Município de Schroeder/SC.

Contratada: UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Duque de Caxias, nº 831, bairro Centro na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 02.255.187/0001-08.

Objeto: Constitui objeto do presente termo a prestação pela CONTRATADA em favor da cliente CONTRATANTE, dos serviços de provimento e acesso à internet e telefonia fixa, a serem disponibilizados nas dependências da Contratante, de acordo com os termos e condições previstas no CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA – SCM E OUTROS SERVIÇOS, registrado junto ao Ofício de Registros Cíveis das Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos da Comarca de Timbó/SC sob o nº. 006276, Livro A-007, fl. 088, parte integrante e essencial à celebração deste instrumento

Valor do contrato estimado: R\$ 3.837,60 (três mil oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

Data da Assinatura: 07/02/2020

Signatários:

Janaina Bucci – Presidente

Clever Mannes - Administrador

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.001/2020**

Publicação Nº 2354927

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2020 - DL**

**Processo Nr.:** 2/2020  
**Data:** 29/01/2020

Folha: 1/2

**Fornecedor:** UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES S.A.  
**Endereço:** RUA DUQUE DE CAXIAS, 831  
**Cidade:** Timbó - SC  
**CNPJ:** 02.255.187/0001-08

**Código:** 695**Inscrição Estadual:****Objeto da Compra:** PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET, LINHA TELFÔNICA (DUAS), INSTALAÇÃO E IP FIXO.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	12,00	UN	PLANO 100 MEGA + LIGAÇÃO FIXO (CONEXÃO COM INTERNET) LOCAL DENTRO DE SC ILIMITADA - 2 LINHAS + IP FIXO.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA****RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

A RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR FOI COM BASE NO MENOR PREÇO OFERECIDO DO PACOTE DE SERVIÇO ORÇADO (100 MEGA, IP FIXO, 2 LINHAS).

Schroeder, 29 de Janeiro de 2020

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 1/2020 - DL****Processo Nr.: 2/2020  
Data: 29/01/2020**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

3.837,60 (três mil oitocentos e trinta e sete reais e sessenta centavos)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.002/2020**

Publicação Nº 2354930

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 2/2020 - DL**

**Processo Nr.:** 3/2020  
**Data:** 06/02/2020

Folha: 1/2

**Fornecedor:** JET PRINT - WELTINK EIRELLI - EPP  
**Endereço:** Rua JOAQUIM FRANCISCO DE PAULA  
**Cidade:** Jaraguá do Sul - SC  
**CNPJ:** 05.561.966/0001-11

**Código:** 392**Inscrição Estadual:** 254535550**Objeto da Compra:** LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	24.000,00	UN	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (IMPRESSÃO COLORIDA E PRETO/BRANCO).
3	12.000,00	UN	LOCAÇÃO DE IMPRES MULTIFL. (P&B E COLOR) FOLHA ADICIONAL.
4	1,00	UN	LOCAÇÃO DE IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (CHAMADA TÉCNICA)

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

O CUSTO X BENEFÍCIO JUSTIFICA A CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE IMPRESSORA DO TIPO OFFICE-JET.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

O CRITÉRIO DE ESCOLHA LEVOU EM CONSIDERAÇÃO O PREÇO GLOBAL OFERECIDO PELOS PARTICIPANTES.

Schroeder, 6 de Fevereiro de 2020

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras



<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2020 - DL</b>
<b>CNPJ:</b> 83.539.676/0001-85 <b>Avenida dos Imigrantes</b>	<b>Processo Nr.:</b> 3/2020 <b>Data:</b> 06/02/2020	
<b>C.E.P.:</b> 89275-000 - Schroeder - SC		<b>Folha:</b> 2/2

06/02/2020

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Fevereiro de 2020

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

1.750,00 (um mil setecentos e cinquenta reais)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N.003/2020**

Publicação Nº 2354940

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 3/2020 - DL**CNPJ: 83.539.676/0001-85  
Avenida dos Imigrantes  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 4/2020  
Data: 12/02/2020**

Folha: 1/2

**Fornecedor: VENDOR COM PROD INFORMÁTICA LTDA ME**

Código: 448

Endereço: Rua BLUMENAU, 2605

Cidade: Joinville - SC

CNPJ: 00.100.997/0001-51

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** CERTIFICADO DIGITAL A3 PF COM CARTÃO INTELIGENTE INSERIDO NESTE, NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO.**ITENS**

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	1,00	UN	CERTIFICADO DIGITAL A3 PF 24 MESES COM CARTÃO INTELIGENTE INSERIDO NESTE NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO.
2	1,00	UN	CERTIFICADO DIGITAL A3 PF 36 MESES COM CARTÃO INTELIGENTE INSERIDO NESTE NO MOMENTO DA CERTIFICAÇÃO.

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA****RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

A EMPRESA VENDOR DIGITAL COMÉRCIO LTDA APRESENTOU A MELHOR PROPOSTA, COMO TAMBÉM É A MAIS PRÓXIMA DE SCHROEDER E OFERECE O CERTIFICADO DIGITAL INSTALADO NO TOKEN (CARTÃO) E DISPONIBILIZA EM 24 HORAS SEU USO APÓS APROVAÇÃO PELA CERTIFICADORA RAIZ. HAJA VISTA QUE O DOWNLOAD DO CERTIFICADO DIGITAL, FORMATAÇÃO DO TOKEN E INSERÇÃO CORRESPONDENTE É PASSÍVEL DE FALHA, E UMA VEZ FALHANDO NESTE PROCEDIMENTO SERÁ NECESSÁRIO ADQUIRIR NOVO CERTIFICADO É PRUDENTE ADQUIRIR ESTE PRODUTO/SERVIÇO DE EMPRESA QUE INSERE DIRETAMENTE O CERTIFICADO NO TOKEN, COMO É O CASO DA VENCEDORA DESTE CERTAME

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2020

-----  
MIRIÃ DE FREITAS SOUZA GONÇALVES  
Responsável pelo Setor Compras

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL SCHROEDER**

CNPJ: 83.539.676/0001-85

Avenida dos Imigrantes

C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 3/2020 - DL****Processo Nr.: 4/2020  
Data: 12/02/2020**

Folha: 2/2

12/02/2020

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Fevereiro de 2020

-----  
SÉRGIO ROHDEN  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Valor da Despesa:**

563,00 (quinhentos e sessenta e três reais)

**Pagamento.....:**

A PRAZO

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1833

Publicação Nº 2354414

DECRETO Nº 1833, de 12 de fevereiro de 2020.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 005/2020-FMS para realização de sessões de fonoaudiologia.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "j" da cláusula 12ª, do Termo de Credenciamento nº 005/2020-FMS, Processo de Licitação nº 007/2020-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 006/2020-FMS, de 10 de fevereiro de 2020,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 10 de fevereiro de 2020, fica CREDENCIADA a Sra. Maísa Helena Bottega Schell, para realização de sessões de fonoaudiologia.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 007/2020-FMS, Modalidade de Inexigibilidade nº 006/2020-FMS, datado em 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 12 de fevereiro de 2020

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 12 de fevereiro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

### DECRETO Nº 1834

Publicação Nº 2354417

DECRETO Nº 1834, de 12 de fevereiro de 2020.

Formaliza Termo de Credenciamento nº 002/2020 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 002/2020, Processo de Licitação nº 043/2020, Modalidade de Inexigibilidade nº 004/2020, de 11 de fevereiro de 2020,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 11 de fevereiro de 2020, fica CREDENCIADO o Sr. Jacir Sadi Martini para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 043/2020, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 004/2020, datado em 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 12 de fevereiro de 2020

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 12 de fevereiro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## DECRETO Nº 1835

Publicação Nº 2355450

DECRETO Nº 1835, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Reajusta Bolsa de Estudos para estudantes de Ensino Técnico Agrícola de Nível Médio Profissionalizante do Município de Seara

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com § 5º do art 7º da Lei nº 1935, de 06 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 2.206,07 (dois mil, duzentos e seis reais e sete centavos) o valor da Bolsa de Estudo para estudantes de Ensino Técnico Agrícola de Nível Médio Profissionalizante do Município de Seara, correspondente a aplicação 4,48159% da variação verificada de janeiro a dezembro de 2019 do Índice Nacional do Preço do Consumidor – INPC – IBGE.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Seara-SC, 12 de fevereiro de 2020

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 12 de fevereiro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## EDITAL DE RETIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 25/2020

Publicação Nº 2354982

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 25/2020

Altera redação do cargo de Monitor de Música – modalidade Viola/Violão constante no subitem 1.11 do item 1 – Das Inscrições do Edital 25/2020 do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências e considerando o disposto nos incisos I, V e IX do art. 2º da Lei Complementar nº 098/2019, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras providências, torna público pelo presente Edital,

### 1. ALTERA

1.1. Fica alterado a redação do cargo de Monitor de Música – modalidade Viola/Violão constante no subitem 1.11 do item 1 – Das Inscrições do Edital 25/2020 do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal, que passa a ter a seguinte redação:

.....

### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.11. O cargo, a vaga, a carga horária e remuneração prevista para o presente Edital, são:

Cargo	Número de Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento
.....	.....	.....	.....
Monitor de Música – modalidade Viola/Violão	1 vaga	40 horas	2.448,19
.....	.....	.....	.....

.....

**2. DOS DEMAIS ITENS**

4.1. Fica inalterado os demais itens do Edital 25/2020 do Processo Seletivo para preenchimento de vagas, em caráter temporário, no quadro de Pessoal na Administração Pública Municipal.

Seara/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO 007/2020-FMS**

Publicação Nº 2354305

Processo Licitatório nº 007/2020-FMS - Inexigibilidade de Licitação nº 006/2020-FMS.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de saúde e unidades hospitalares, com sessões de fonoaudiologia.

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público nº 002/2017, objetivando o credenciamento de profissionais de serviços especializados na área de saúde pública e Unidades Hospitalares. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a Dra. Máisa Helena Bottega Schell, comprovou capacidade para realização para realização de sessões de fonoaudiologia.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 10 de fevereiro de 2020.

Flávio Joel Zolet  
Secretário Municipal da Saúde  
Gestor do FMS

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 031/2020 DE 28 DE JANEIRO DE 2020

Publicação Nº 2355572

DECRETO Nº 031/2020 DE 28 DE JANEIRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL SUPLEMENTAR E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.137/2019 de 13/12/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.441,41 (Doze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.137/2019 de 13/12/2019:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 – Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 – Manutenção do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.03.0018 – Superávit – FUNDEB 60%

Despesa: 105 ..... R\$ 12.441,41

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 12.441,41 (Doze mil, quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos), são provenientes do Superávit Financeiro do Exercício anterior apurado Balanço Patrimonial do Exercício 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 28 de janeiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº070/2019

Publicação Nº 2355088

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 070/2019

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL (MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) PARA A EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SERRA ALTA COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DE 1.913,62M², NA FORMA ABAIXO:

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CGC sob nº. 80.622.319/0001-98, com sua sede à Avenida Dom Pedro II, 830, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor DARCI CERIZOLLI domiciliado no Município de Serra Alta - SC, portador do CPF sob nº. 430.332.889-87 e RG 1.233.665/SSP/SC.

CONTRATADA: A Empresa DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.853.843/0001-54, com sede na Av. Dom Pedro II, Nº 740, centro, na cidade de Serra Alta/SC, neste ato representada pela Sra. Valdemira Strapazzon Da Silva, portadora do CPF nº 845.924.949-20 e RG 2.998.624-9.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação

Nº056/2019, TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 056/2019, homologado em 20/12/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1 Alterar a "Cláusula Segunda – Do Preço e Condições de Pagamento item 2.1" relativo ao contrato nº070/2019, com fundamentação legal no artigo 65, da Lei de Licitações nº 8.666/93, que passará a vigorar com a seguinte redação:

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1- O presente termo tem por objeto ADITIVAR o contrato que objetivou a EXECUÇÃO DA OBRA DE REFORMA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA 7 DE SETEMBRO, Nº 530, ESQUINA COM A RUA DUQUE DE CAXIAS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, COMPREENDENDO UMA ÁREA TOTAL DOS DOIS PAVIMENTOS DE 1.913,62M². Considerando que houve a necessidade de adequações no Projeto e Engenharia quando da vistoria in loco de acordo com a Justificativa com Parecer Técnico emitido pelo Departamento de Engenharia da Contratante que se encontra em anexo, sendo parte integrante do presente instrumento. Dessa forma, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea d, c/c § 1º da Lei 8.666/93 – Da Alteração dos Contratos, fica ADITIVADO o valor de R\$ 11.052,47 (Onze mil, cinqüenta e dois reais e quarenta e sete centavos), em relação ao contrato inicialmente celebrado. Nesse sentido, o presente instrumento terá um acréscimo total de percentual de aproximadamente 24,67% em relação ao contrato inicial, sendo que desse valor R\$ 7.736,73 (Sete mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos) é relativo aos materiais e R\$ 3.315,74 (Três mil, trezentos e quinze reais e setenta e quatro centavos) é correspondente a mão de obra. Diante disso, o valor global da obra passará a ser R\$ 55.852,35 (Cinquenta e cinco mil, oitocentos e cinqüenta e dois reais e trinta e cinco centavos.).

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.0. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.0 Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

3.1 E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo nº 070/2019, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 03 de Fevereiro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL  
Contratante

DA SILVA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E CONSTRUTORA LTDA EPP  
VALDEMIRA STRAPAZZON DA SILVA  
Contratada

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA  
Advogado  
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI  
CPF: 029.867.439-43  
Sec. de Administração

REGINA CELINA V. LINDEMANN  
CPF: 790.103.939-68  
Sec. de Educação



# Siderópolis

## PREFEITURA

### RESULTADO PRELIMINAR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2019

Publicação Nº 2354865

#### RESULTADO PRELIMINAR CHAMAMENTO PÚBLICO 09/2019

A comissão de seleção, monitoramento, avaliação e prestação de contas para processamento e julgamento de chamamento público e celebração de termos de parcerias analisou os documentos apresentados pela única participante do Edital de Chamamento Público 09/2019 e opinou por sua aprovação.

Siderópolis, 28 de janeiro de 2020.

Renata Pagani Ramos  
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela  
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti  
Membro da Comissão

### RESULTADO PRELIMINAR CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2019

Publicação Nº 2354923

#### RESULTADO PRELIMINAR CHAMAMENTO PÚBLICO 10/2019

A comissão de seleção, monitoramento, avaliação e prestação de contas para processamento e julgamento de chamamento público e celebração de termos de parcerias analisou os documentos apresentados pela única participante do Edital de Chamamento Público 10/2019 e opinou por sua aprovação.

Siderópolis, 28 de janeiro de 2020.

Renata Pagani Ramos  
Presidente da Comissão

Samira Barg Fontanela  
Secretária da Comissão

Simone Luzia Gonçalves Carminatti  
Membro da Comissão

# Sombrio

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019-FMS

Publicação Nº 2354333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SOMBRIO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### ADENDO AO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2019-FMS

O MUNICÍPIO DE SOMBRIO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Av. Nereu Ramos, 861 - SOMBRIO-SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.963.216/0001-17, através do Sr. Dângelo da Silva Santos, Secretário Municipal de Saúde, Direitos Sociais e Cidadania, no uso de suas prerrogativas legais, torna público que realizará processo de chamamento público para credenciamento de pessoas jurídicas, destinado à execução do objeto deste Edital, obedecidos os fundamentos legais constantes dos dispositivos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Portaria nº 1286/93 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis, destinado a prestação dos serviços de Diagnóstico em Laboratório Clínico no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, até o final do Exercício de 2019, podendo os contratos administrativos decorrentes do presente chamamento serem prorrogados, considerado o interesse público e os ditames do art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Fica incluída ao Edital de Chamamento Público em epígrafe a PPI DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL do Município de Santa Rosa do Sul/SC, totalizando um valor mensal de R\$ 2.283,58 (dois mil duzentos e oitenta e três reais e cinquenta e oito centavos), para o credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas a serem contratados por inexigibilidade de licitação para prestação dos serviços de Diagnóstico em Laboratório Clínico no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores do Grupo 2, Subgrupo 2, constantes na tabela de exames laboratoriais do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) - Tabela Unificada de Procedimentos (SIGTAP), conforme Anexo I deste Edital, pelo prazo de até 60 meses contados da primeira publicação deste edital e extrato da PPI em anexo.

#### 2. DO CREDIAMENTO

2.2. Esta aberto o credenciamento para os laboratórios interessados em fornecer os exames fixados no item 1.1, bastando aos interessados atender a todas as exigências fixadas no edital ao qual esta vinculado o presente adendo.

#### 3. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. O presente Adendo passa, a partir da presente data, a integrar o Edital de Chamamento Público 001/2019, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo.

Sombrio/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

Dângelo da Silva Santos  
Secretário Municipal de Saúde

### PUBLICAÇÃO P.P 015/2020-S.R.P

Publicação Nº 2354612

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2020 – REGISTRO DE PREÇOS – Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços para selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) contratação(ões) de empresa(s) para fornecimento(s) de materiais de consumo (copa e cozinha, limpeza e higienização), para as escolas da rede municipal de ensino fundamental, infantil e pré-escola, serviço de atendimento a criança e ao adolescente e centro de integração da terceira idade e demais secretarias municipais. Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 017, de 28 de janeiro de 2020, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Os envelopes deverão ser entregues/protocolados até as 09h00min do dia 28 de fevereiro de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00min do dia 02 de março de 2020. O Edital e maiores informações na Prefeitura Municipal de Sombrio, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário de atendimento das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta feira, pelo tel. (48) 3533-5225 ou e-mail: licita.sombrio@gmail.com. Sombrio/SC, 12 de fevereiro de 2020. Zenio Cardoso - Prefeito Municipal.

# Sul Brasil

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 078-2020 DE 11-02-2020- SUPL SUPERÁVIT 2019 FMS

Publicação Nº 2354182

DECRETO Nº 078/2020 DE 11/02/2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual- LOA nº 1.227/2019 de 05 de dezembro de 2019.

Artigo 1o – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

05.001.0010.0301.0008.2.021- Assistência médica - Atenção Básica

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(289)	0377.3077	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00

Artigo 2o – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2019.

Artigo 3o – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4o – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,  
aos 11 de fevereiro de 2020.

EDER IVAN MARMITT  
Prefeito Municipal  
Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER  
CRC/SC 024848/O-0

# Tangará

## PREFEITURA

### **DECRETO N.º 019, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020 "NOMEIA O COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON/TANGARÁ E O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – COMDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2355447

DECRETO N.º 019, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020

"NOMEIA O COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON/TANGARÁ E O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – COMDECON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, VII, da Lei Orgânica do Município c/c o contido na Lei Municipal n.º 2.215, de 23 de setembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o servidor SIDNEY PEREIRA RAUPP FILHO, ocupante do cargo de Advogado, matrícula nº 3603, para exercer a função de Coordenador Executivo do PROCON/TANGARÁ, representando este órgão para todos os fins e feitos.

Parágrafo único. Além de exercer a função de Coordenador Executivo, referido servidor também responderá pela Assessoria Jurídica do PROCON Municipal.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem o Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – COMDECON, pelo prazo de 02 (dois) anos, os seguintes membros:

- I – SIDNEY PEREIRA RAUPP FILHO, Coordenador Executivo do PROCON/TANGARÁ;
- II – JURANDIR PEDRO CHERUBINI, representante da Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- III – CAMILA BRUNS, representante do Setor Tributário;
- IV – ANDRÉ LUIS SIMIONI, representante da Assessoria Jurídica.

Art. 2º. As funções do Coordenador Executivo e dos membros do Comitê Gestor Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 091, de 26 de setembro de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 007 HMFR, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020. NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 2355460

PORTARIA Nº 007, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado classificatório no concurso público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2019;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 141/2019, de 11 de novembro de 2019;

Com amparo, no Art. 74, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 020, de 25 de abril de 2003;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear por concurso público JENNIFER BIRNFELT BENTZ, para exercer o cargo de provimento efetivo de COPEIRA – NIVEL 02 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto ao Hospital Municipal Frei Rogério.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ - SC, 12 DE  
FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 088, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER**

Publicação Nº 2355463

PORTARIA Nº 088, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 057, de 02 de Janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora ELENITA DE OLIVEIRA GHENO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 07 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 07/02/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 089, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER**

Publicação Nº 2355466

PORTARIA Nº 089, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 057, de 02 de Janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora ALANA DOS PASSOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 06/02/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 090, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER**

Publicação Nº 2355467

PORTARIA Nº 090, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 057, de 02 de Janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora NADIR CERONI, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 091, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER**

Publicação Nº 2355470

PORTARIA Nº 091, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, c/c Lei Complementar nº 057, de 02 de Janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora KATLEN STHEFANNY MORATELLI BURATTO FREITAS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 092, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 2355473

PORTARIA Nº 092, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado classificatório no concurso público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2019;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 141/2019, de 11 de novembro de 2019;

Com amparo, no Art. 74, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 092, de 04 de abril de 2017;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear por concurso público ENRIQUE MARCELO LONGO TRAGANCIN, para exercer o cargo de provimento efetivo de MECÂNICO – NÍVEL 12 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 093, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355476

PORTARIA Nº 093, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 008/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora KATLEN STHEFANNY MORATELLI BURATTO FREITAS, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 060/2012, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 094, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355479

PORTARIA Nº 094, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 008/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora VIVIANE CARLETTO GALLAFASSI, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 060/2012, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 095, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355481

PORTARIA Nº 095, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 008/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;



**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora RAQUEL DA SILVA RODRIGUES, para a função do cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL – NÍVEL 03 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 060/2012, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 096, DE 11 FEVEREIRO DE 2020. CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355483

PORTARIA Nº 096, DE 11 FEVEREIRO DE 2020.

CONCEDE ADICIONAL POR GRAU DE INSTRUÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c Art. 38, da Lei Complementar no 060, de 02 de Janeiro de 2012;

Considerando, o teor do ofício remetido pelo servidor FABIANO PAGGI VOGT, que requereu o adicional por grau de instrução, na data de 07 de fevereiro de 2020;

Considerando, o disposto no Art. 38, da Lei Complementar no 060/2012;

Considerando, o teor do parecer emitido pela assessoria jurídica sobre o caso;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder adicional por grau de instrução com aplicação do percentual de 10% (dez por cento), ao servidor FABIANO PAGGI VOGT, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – NÍVEL PEB III, a partir de 07 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 07/05/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 097, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355485

PORTARIA Nº 097, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 008/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará.

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora GEMILE JOANA MENEGATT DA IGREJA, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III – ARTES - NÍVEL PEB III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 060/2012, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL



**PORTARIA Nº 098, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355486

PORTARIA Nº 098, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 002/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará.

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora NADIR CERONI, para a função do cargo de MONITOR SOCIAL – NÍVEL 08 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 092/2017, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 099, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355488

PORTARIA Nº 099, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 008/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora SIMONE ZUCCO DAVILA SLONGO, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I - NÍVEL PEB I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 060/2012, a partir de 11 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 100, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.**

Publicação Nº 2355490

PORTARIA Nº 100, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o resultado classificatório no concurso público, realizado em conformidade com o Edital nº 001/2019;

Considerando, os termos do Decreto Homologatório nº 141/2019, de 11 de novembro de 2019;

Com amparo, no Art. 74, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, combinado com o Art. 15, inciso II, da Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012, e Lei Complementar nº 060, de 02 de janeiro de 2012;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear por concurso público JOSIANE DOS SANTOS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO EDUCACIONAL – NÍVEL 15 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 12/02/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 101, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355492

PORTARIA Nº 101, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 002/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará.

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora ALANA DOS PASSOS, para a função do cargo de MONITOR SOCIAL – NÍVEL 08 – CLASSE A, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 092/2017, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 12/02/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº 102, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 2355495

PORTARIA Nº 102, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO A SERVIDORA QUE MENCIONA, POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 74, incisos VII – IX, da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 057, de 02 de janeiro de 2012;

Considerando, o Edital 002/2019, que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário, para a Prefeitura Municipal de Tangará;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público, a servidora NATHALY MAYER BRANDALISE, para a função do cargo de MÉDICO - PSF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme Lei Complementar nº 041/2007, a partir de 12 de fevereiro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 12/02/2020, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ - SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROJETO DE LEI N.º 2.493, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020 "CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Publicação Nº 2355453

PROJETO DE LEI N.º 2.493, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

"CONCEDE REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE NOS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, I, da Lei Orgânica do Município e, tendo em vista o disposto no art. 37, X, da CRFB/88 e no art. 66 da LC n.º 057/12; Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º A revisão geral anual de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, será concedida no percentual de 4,48% (quatro vírgula quarenta e oito por cento), no ano de 2020, aos servidores do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, ativos e inativos, e do Quadro de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Poder Legislativo de Tangará.

Parágrafo único. O percentual de revisão de que trata o caput deste artigo, calculado sobre o respectivo vencimento dos servidores públicos, corresponde a inflação registrada pelo índice INPC/IBGE durante o período compreendido entre janeiro a dezembro de 2019.

Art. 2º. Fica concedido reajuste no percentual de 1,52% (um vírgula cinquenta e dois por cento) nos vencimentos dos servidores públicos da Câmara Municipal de Tangará.

Art. 3.º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias do orçamento para o ano de 2020.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus jurídicos e econômicos efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### ATA SESSÃO PÚBLICA PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 004-2020

Publicação Nº 2355176

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Data: 12/02/2020

Processo: 4/2020

### Edital de Pregão Presencial Nº 3 Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

Reuniram-se no dia 12/02/2020, as 08:57:52, na PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, designados pelo(a) Decreto 096/2019 com o objetivo de PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO NAS LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC. tratando do Edital de Pregão Presencial Nº 3 destinado a REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES PARCELADAS E FUTURAS DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS, CONsertos E VULCANIZAÇÕES, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL..

Abaixo segue os licitantes classificados e que participaram da licitação:

3521 A. R. PNEUS LTDA

CNPJ: 09.243.567/0001-63

1758 JUNGBLUTH &amp; JUNGBLUTH LTDA

CNPJ: 02.570.797/0001-98

3798 R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA

CNPJ: 04.223.949/0001-01

### LOTE 1

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798 R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA		Sim	0,0000	11.400,0000
1758 JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA		Sim	0,0000	11.300,0000
3521 A. R. PNEUS LTDA		Sim	0,0000	11.300,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1121600	RECAPAGEM DE PNEU 12.5/80-18. COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 23MM	10,000
1121601	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 12.5/80-18	10,000
1121602	CONserto PNEU 12.5/80-18 - MANCHAO INTERNO	20,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.280,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.270,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	11.250,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.240,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.230,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	11.210,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.200,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.190,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	11.170,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.160,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.150,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	11.170,0000
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.140,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.130,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.120,0000	
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	11.115,0000	
7	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	11.100,0000	
7	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	11.115,0000

O licitante R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 1 deste Pregão Presencial o fornecedor R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA pelo valor de R\$ 11.100,0000 (onze mil cem reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 2/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 2**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	27.600,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	27.360,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	26.760,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
1121603	RECAPAGEM DE PNEU 17.5-25 COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM	12,000
1121604	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 17.5-25	12,000
1121605	CONSRTO PNEU 17.5-25 - MANCHAO INTERNO	24,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.740,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	26.730,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	26.700,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.690,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	26.680,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	26.650,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.640,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	26.630,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	26.600,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.590,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	26.580,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	26.550,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.540,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	26.580,0000
5	A. R. PNEUS LTDA	26.510,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	26.505,0000	
6	A. R. PNEUS LTDA	26.490,0000	
7	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	26.505,0000
7	A. R. PNEUS LTDA	26.450,0000	

O licitante A. R. PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 2 deste Pregão Presencial o fornecedor A. R. PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 26.450,0000 (vinte e seis mil quatrocentos e cinquenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 3/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3  
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial****LOTE 3**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	9.240,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	9.240,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	9.160,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1121606	<u>RECAPAGEM DE PNEU 19.5-24 COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM</u>	4,000
1121607	<u>VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 19.5-24</u>	4,000
1121608	<u>CONSRTO PNEU 19.5-24 - MANCHAÇO INTERNO</u>	8,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.150,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	9.140,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	9.120,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.115,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	9.140,0000
2	A. R. PNEUS LTDA	9.100,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.090,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	9.070,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.060,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	9.040,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.030,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	9.020,0000	
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	9.010,0000	
6	A. R. PNEUS LTDA	9.000,0000	
7	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	9.010,0000

O licitante A. R. PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 3 deste Pregão Presencial o fornecedor A. R. PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 9.000,0000 (nove mil reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 4/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3  
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 4**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	22.200,0000
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	22.200,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	22.080,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
1121609	RECAPAGEM DE PNEU 1.400-24 CONVENCIONAL, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 26MM	12,000
1121610	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 1.400-24	12,000
1121611	CONSRTO PNEU 1.400-24 - MANCHAO INTERNO	24,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.070,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.050,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	22.010,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.000,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.990,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	21.960,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.950,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.940,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	21.900,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.890,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.880,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	21.840,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	21.890,0000
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.830,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	21.800,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	21.830,0000
6	A. R. PNEUS LTDA	21.780,0000	

O licitante A. R. PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 4 deste Pregão Presencial o fornecedor A. R. PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 21.780,0000 (vinte e um mil setecentos e oitenta reais).

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

Edital de Pregão Presencial Nº 3  
Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial

LOTE 5

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	6.780,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	6.740,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	6.730,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
1105990	RECAPAGEM DE PNEU 23.1-26	2,000
1121612	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 23.1-26	2,000
1121613	CONCERTO PNEU 23.1-26 - MANCHAO INTERNO	4,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	6.715,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.710,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	6.700,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	6.715,0000
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.690,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	6.650,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.640,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	6.610,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.600,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	6.590,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.580,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	6.590,0000
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	6.550,0000	

O licitante JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 5 deste Pregão Presencial o fornecedor JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA pelo valor de R\$ 6.550,0000 (seis mil quinhentos e cinquenta reais).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 6/11  
 Data: 12/02/2020  
 Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 6**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	47.320,0000
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	47.320,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	47.060,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1121614	<u>RECAPAGEM DE PNEU 1.000R20 RADIAL COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 20MM</u>	52,000
1121615	<u>VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 1.000-20</u>	52,000
1121616	<u>CONSERTO PNEU 1.000-20 - MANCHAO INTERNO</u>	104,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	A. R. PNEUS LTDA	47.000,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	46.990,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	46.980,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	46.950,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	46.945,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	46.930,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	46.910,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	46.900,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	45.890,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	46.910,0000
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	45.880,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	45.870,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	45.860,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	45.850,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	45.800,0000	
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	45.790,0000	
7	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	45.780,0000	
7	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	45.770,0000	
8	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	45.700,0000	
8	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	45.770,0000

O licitante R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 6 deste Pregão Presencial o fornecedor R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA pelo valor de R\$ 45.700,0000 (quarenta e cinco mil e setecentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 7/11  
 Data: 12/02/2020  
 Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 7**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	21.840,0000
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	21.840,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	21.720,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1121617	<u>RECAPAGEM DE PNEU 275/80R22,5 BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 20MM</u>	24,000
1121618	<u>VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 275/80R22,5</u>	24,000
1121619	<u>CONCERTO INTERNO PNEU 275/80R22,5 TIPO RACK</u>	48,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	A. R. PNEUS LTDA	21.700,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.690,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.680,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	21.660,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.600,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.590,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	21.580,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.570,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.560,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	21.550,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.500,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.490,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	21.550,0000
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.450,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.440,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.430,0000	
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.420,0000	
7	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	21.400,0000	
7	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	21.390,0000	
8	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	21.400,0000

O licitante JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 7 deste Pregão Presencial o fornecedor JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA pelo valor de R\$ 21.390,0000 (vinte e um mil trezentos e noventa reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 8/11  
 Data: 12/02/2020  
 Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 8**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	23.200,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	23.200,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	23.200,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1121620	<u>RECAPAGEM DE PNEU 215/75R17.5 BORRACHUDO COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE SULCO DE 15MM</u>	40,000
1121621	<u>VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 215/75R17.5</u>	40,000
1121622	<u>CONCERTO INTERNO PNEU 215/75R17.5 - TIPO RACK</u>	80,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	23.190,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	23.160,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	23.100,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	23.090,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	23.050,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	23.000,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.980,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	22.960,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.950,0000	
4	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.930,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	22.900,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.850,0000	
5	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.830,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	22.810,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.800,0000	
6	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.790,0000	
6	A. R. PNEUS LTDA	22.770,0000	
6	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.700,0000	
7	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.690,0000	
7	A. R. PNEUS LTDA	22.670,0000	
7	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	22.660,0000	
8	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.650,0000	
8	A. R. PNEUS LTDA	22.640,0000	
8	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	22.660,0000
9	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.630,0000	
9	A. R. PNEUS LTDA	22.610,0000	
10	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.600,0000	
10	A. R. PNEUS LTDA	22.590,0000	
11	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.580,0000	
11	A. R. PNEUS LTDA	22.560,0000	
12	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.550,0000	
12	A. R. PNEUS LTDA	22.530,0000	
13	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.520,0000	
13	A. R. PNEUS LTDA	22.510,0000	
14	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	22.500,0000	
14	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	22.510,0000

O licitante JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 8 deste Pregão Presencial o fornecedor JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA pelo valor de R\$ 22.500,0000 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 9/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 9**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	4.480,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	4.460,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	4.460,0000

Código	Descrição do Material	Qtd. Cotada
1105987	<u>RECAPAGEM DE PNEU 18.4-30</u>	2,000
1121623	<u>VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 18.4-30</u>	2,000
1121624	<u>CONCERTO PNEU 18.4-30 - MANCHAO INTERNO</u>	4,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.450,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	4.460,0000
1	A. R. PNEUS LTDA	4.430,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.400,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	4.380,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.350,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	4.320,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.315,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	4.300,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	4.315,0000
5	A. R. PNEUS LTDA	4.280,0000	

O licitante A. R. PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 9 deste Pregão Presencial o fornecedor A. R. PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 4.280,0000 (quatro mil duzentos e oitenta reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 10/11  
Data: 12/02/2020  
Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 10**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Desccto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	2.560,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	2.560,0000
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	2.500,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1105986	RECAPAGEM DE PNEU 12.4-24	2,000
1121625	VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 12.4-24	2,000
1121626	CONSERTO PNEU 12.4-24 - MANCHAO INTERNO	4,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	2.490,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	2.480,0000	
1	A. R. PNEUS LTDA	2.460,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	2.450,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	2.440,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	2.415,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	2.450,0000
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	2.400,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	2.380,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	2.360,0000	
4	A. R. PNEUS LTDA	2.340,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Desistiu	2.360,0000
5	A. R. PNEUS LTDA	2.300,0000	

O licitante A. R. PNEUS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 10 deste Pregão Presencial o fornecedor A. R. PNEUS LTDA pelo valor de R\$ 2.300,0000 (dois mil e trezentos reais).

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS**

Página: 11/11  
 Data: 12/02/2020  
 Processo: 4/2020

**Edital de Pregão Presencial Nº 3**  
**Ata da Sessão Pública do Pregão Presencial**

**LOTE 11**

Participaram deste lote os licitantes abaixo selecionados mediante os critérios de classificação no artigo 4 da lei 10.520/02, com suas respectivas propostas:

Código	Fornecedor	Credenciado	Descto (%)	Valor da Proposta (R\$)
3521	A. R. PNEUS LTDA	Sim	0,0000	4.680,0000
3798	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	Sim	0,0000	4.680,0000
1758	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Sim	0,0000	4.640,0000

Código	Descrição do Material	Qtd.Cotada
1123375	RECAPAGEM DE PNEU 235/75 R17,5	8,000
1123376	SERVIÇO DE VULCANIZAÇÃO PARA PNEU 235/75 R17,5	8,000
1123377	CONSERTO PNEU 235/75 R17,5 - MANCHÃO INTERNO	16,000

Nº do Lance	Fornecedor	Valor do Lance(R\$)	Valor Registro(R\$)
1	A. R. PNEUS LTDA	4.620,0000	
1	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.615,0000	
1	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	4.610,0000	
2	A. R. PNEUS LTDA	4.600,0000	
2	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.598,0000	
2	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	4.595,0000	
3	A. R. PNEUS LTDA	4.590,0000	
3	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.588,0000	
3	JUNGBLUTH & JUNGBLUTH LTDA	Desistiu	4.595,0000
4	A. R. PNEUS LTDA	4.580,0000	
4	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.575,0000	
5	A. R. PNEUS LTDA	4.570,0000	
5	R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA	4.550,0000	
6	A. R. PNEUS LTDA	Desistiu	4.570,0000

O licitante R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA declarou que não possui condições de melhorar ainda mais sua proposta. O pregoeiro, face a essa manifestação, também por entender que as propostas ofertadas na última rodada de lances são vantajosas para o município, declara vencedor do lote 11 deste Pregão Presencial o fornecedor R. M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA pelo valor de R\$ 4.550,0000 (quatro mil quinhentos e cinquenta reais).

Após verificada a regularidade da documentação dos licitantes melhores classificados, os mesmos foram declarados vencedores dos respectivos lotes, tendo sido, então, concedida a palavra aos participantes do certame para manifestação da intenção de recurso, e em seguida foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro Resultado da Sessão Pública. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a sessão às 09:16 horas do dia 12 de Fevereiro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro Oficial e Equipe de Apoio.

**Assinatura do pregoeiro e dos membros da comissão que estiveram presentes.**

CLEISE HONAISSER - ..... Pregoeiro

ADRIANO BIALOZOR - ..... MEMBRO

LILIAN SANTIN - ..... MEMBRO

BERNARDETE DAS GRAÇAS A.T. HONNEF - ..... MEMBRO

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

CIMAR JOAO PICININI - ..... PROCURAÇÃO

ANDREI BORSATTO - ..... PROCURAÇÃO

MICHEL DE ALMEIDA MARMENTINI - ..... PROCURAÇÃO

# Tijucas

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FME/2020 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/FME/2020

Publicação Nº 2354506

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/FME/2020  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 003/FME/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 003/FME/20 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 003/FME/2020, para readequação do referido edital.

### CONVOCAÇÃO REUNIÃO CONSELHO DO IDOSO

Publicação Nº 2356097

C.M.ICONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE TIJUCAS  
CNPJ 26.708.668/0001-81  
Rua José Joaquim Santana 36 - Bairro: Universitário  
Telefone: (48) 3263-0150  
Tijucas – SC

#### CONVOCAÇÃO

Vimos por meio deste, comunicar e convidar os munícipes, bem como convocar, Vossas Senhorias, Conselheiros(as) Municipais do Idoso, de acordo com suas nomeações e representações, para a Reunião do Conselho Municipal do Idoso, que realizar-se á:

Data: 17/02/2020  
Segunda-feira - Às: 10:00hs  
Local: Secretaria Municipal de Assistência Social de Tijucas (CREAS)  
Rua: Av. Joaquim José Santana, 36– Bairro: Universitário - Tijucas

Obs: Na impossibilidade de comparecer, solicitamos que na condição de titular vossa senhoria comunique, seu suplente.

#### Pauta:

- Leitura da ata anterior;
- Leitura das correspondências recebidas
- Assuntos diversos.

Sua presença é muito importante!

Leticia Lamas Pinheiro  
Presidente

### EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 026/PMT/2020

Publicação Nº 2354212

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 026/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/PMT/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: VIAÇÃO PRAIANA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, PARA O ANO DE 2020, NO PERÍODO MATUTINO, VESPERTINO E NOTURNO, PARA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$ 156.640,00 (Cento e cinquenta e seis mil seiscientos e quarenta reais)

TIJUCAS/SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

### **EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 027/PMT/2020**

Publicação Nº 2354557

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 027/PMT/2020 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/PMT/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/PMT/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

CONTRATADA: W R TELECOMUNICAÇÕES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO E TROCA DE CABO DA REDE E INSTALAÇÃO DE NOVOS CABOS DE TELEFONIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$ 4.673,00 (Quatro mil seiscentos e setenta e três reais)

TIJUCAS/SC, 11 DE FEVEREIRO DE 2020.

### **PORTARIA Nº 085 03/02/2020 SEC EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2356109

PORTARIA Nº 085, DE 03 DE FEVEREIRO de 2020.

NEIDE MARIA REIS, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições que lhe confere o parágrafo único, do art. 31-A da Lei Orgânica do Município de Tijucas e Lei Complementar n. 41/2015, na forma do Decreto nº 774/2013, tal qual demais disposições legais pertinentes e,

CONSIDERANDO a estrita necessidade de promover a lisura dos processos seletivos simplificados para o ano de 2020, visando à manutenção dos princípios constitucionais voltados para a administração pública, em especial da impessoalidade, moralidade e transparência;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade de acompanhar as seleções de caráter de pessoal ou mesmo as mais diversas;

CONSIDERANDO que é responsabilidade da Secretaria de Educação primar para que os processos seletivos simplificados sejam transparentes;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Municipal de Coordenação e de Fiscalização dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Educação para o exercício de 2020, sob a presidência da primeira, a saber:

- DEISE JULIANA SILVEIRA – Presidente;
- NEUZELE DE SIMAS;
- KATIA SANTOS;
- ROSIMERE CRISTINA FURTADO;
- VALDIRENE DE ANDRADE.

Art. 2º- Registre-se e publique-se.

Tijucas, em 03 de fevereiro de 2020.

NEIDE MARIA REIS  
Secretária de Educação

### **CÂMARA MUNICIPAL**

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 03/2020**

Publicação Nº 2356075

Aviso de Licitação  
PREGÃO PRESENCIAL 03/2020

A Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas (SC), inscrita sob o CNPJ Nº 80.669.864/0001-30 com sede a Rua Coronel Büchelle 180 e/ou 181, Bairro Centro, Tijucas/SC, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 04/03/2020, às 08h, na sede desta Casa Legislativa, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Pregão



Presencial 03/2020.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no site da Câmara de Vereadores de Tijucas: <http://www.camaratijucas.sc.gov.br>.

Objeto da Licitação: A presente licitação tem como a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE DECORAÇÃO PARA OS EVENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIJUCAS/SC, de acordo com as especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital.

Tijucas, 12 de fevereiro de 2020.

VILSON NATALIO SILVINO  
Câmara de Vereadores de Tijucas/SC  
Presidente

## **PORTARIA 25/2020**

Publicação Nº 2354445

PORTARIA N.º 025/2020/CMT, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

CONCEDER, nesta data a servidora JOICE PERES, efetiva, matrícula nº184, do cargo de CONTADORA, 10 (dez) dias de férias, a serem gozadas em 12/02/2020 à 21/02/2020, referente ao período aquisitivo.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VILSON NATÁLIO SILVINO  
Presidente

## **PORTARIA 26/2020**

Publicação Nº 2354447

PORTARIA N.º 026/2020/CMT, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Dispõe sobre a nomeação do fiscal do contrato nos processos licitatórios.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em Lei, considerando o disposto no art.67, da Lei n.º 8666/93, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da administração especialmente designado.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, a servidora CAMILA FELLER, matrícula nº 261, como fiscal de contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e a avaliação dos contratos firmados pela Câmara de Vereadores de Tijucas.

Art. 2º Fica garantido ao fiscal de contrato amplo e irrestrito acesso aos processos de licitações relativos a fiscalização.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

VILSON NATALIO SILVINO  
Presidente

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 07/2020 PP

Publicação Nº 2354515

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 07/2020 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de higiene e limpeza para manutenção das Secretarias da Administração Municipal de Timbé do Sul, durante o exercício de 2020.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h do dia 27/02/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h15min do dia 27/02/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h as 12h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@timbedosul.sc.gov.br](mailto:licita@timbedosul.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3536-1133. Roberto Biava

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 01/2020

Publicação Nº 2354442

RESOLUÇÃO Nº 02/2020 DE 01 DE JANEIRO DE 2020.

NOMEIA A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCICIO DE 2020

O presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbé do Sul para o exercício de 2020, obedecido o que dispõe os artigos 24 e 25 da Lei Orgânica Municipal, ficando assim constituída:

Presidente: Ver. Rinaldo Ghelere (PP)

Vice-Presidente: Ver. Zelindo Polli (MDB)

Primeiro Secretário: Ver. Luiz Manoel Aguiar (PSDB)

Segunda Secretaria Verª. Norma Regina M. Crepaldi (MDB)

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2020.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

Timbé do Sul, 01 de janeiro de 2020.

Ver. Rinaldo Ghelere  
Presidente

Publicada a presente Resolução na Secretaria Geral da Câmara na data supra.

Agenor Biava  
Secretário Geral

### RESOLUÇÃO 02/2020

Publicação Nº 2354444

Resolução Nº 02/2020

NOMEIA AS COMISSÕES PERMANENTES DA CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TIMBÉ DO SUL PARA O EXERCICIO DE 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Timbé do Sul, no uso das suas atribuições, com amparo no que determina o Art. 30, Inciso I, alínea "q" do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º - As Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Vereadores de Timbé do Sul, para o exercício de 2020, obedecido o que estabelece o Art. 27 da Lei Orgânica Municipal, combinado ao disposto pelos Artigos 45, 46 e 47 do Regimento Interno ficam assim constituídas:

I – Comissão Permanente de Justiça e Redação:

- 1- Ver. Luiz Manoel Aguiar (PSDB)) – Presidente
2. Ver. Zelindo Polli (MDB) - Vice-Presidente
- 3- Ver. Walmor Grigio (PP) – Primeiro Relator
4. Ver. Jucevania Netto (MDB) - Segunda Relatora

II – Comissão Permanente de Finanças e Orçamento:

- 1- Ver. Norma Regina Machado Crepaldi (MDB) – Presidente
2. Ver. Vilmar Maffioletto (PP) – Vice-Presidente
3. Ver. Josélia Scot Pezente (PSD) – Primeira Relatora
4. Ver. Ademilson Luiz (MDB) - Segundo Relator

Parágrafo Único – Ocorrendo licenciamento de vereador componente de comissão, fará parte da mesma a vereador substituto, no mesmo cargo ocupado pelo vereador licenciado.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 03 de fevereiro de 2020

Ver. Rinaldo Ghelere  
Presidente

Publicada e Registrada a presente Resolução no Site [www.camaratimbedosul.sc.gov.br](http://www.camaratimbedosul.sc.gov.br). e DOM .

Luiz José Warnier  
Agente Legislativo

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 30.2020 FCT

Publicação Nº 2355558

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 30/2020 FCT  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2020 FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, PRINZ FESTAS LOCAÇÃO E VENDA DE BRINQUEDOS LTDA ME, CNPJ nº. 10.941.089/0001-44, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 20/02/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 12 de fevereiro de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

### EXTRATO CONTRATO 24.2020 - FCT

Publicação Nº 2355563

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO DE CULTURA E TURISMO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 24/2020  
CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Fundação de Cultura e Turismo.  
CONTRATADA: MARCO AURELIO WOJCIK (MEI).  
OBJETO: Contratação de pessoa(s) jurídica(s) para a comercialização de alimentação e bebida com o intuito de formar junto ao pavilhão de eventos Henry Paul a praça de alimentação do evento "CULTURA ROCK 2020" que acontecerá no dia 15 de fevereiro, sendo responsabilidade do proponente vencedor a disponibilização de toda estrutura de atendimento, mão de obra, mobiliário, equipamentos, utensílios e demais objetos necessários, venda de tíquetes e limpeza do local, tudo em conformidade com o Edital de Pregão Presencial nº 03/2020 FCT.  
VALOR: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06/02/2020 até 16/02/2020.  
DATA DA ASSINATURA: 06/02/2020.

JORGE REVELINO FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

### LEI COMPLEMENTAR Nº 534, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355311

LEI COMPLEMENTAR Nº 534, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera o Valor do Prêmio Eficiência instituído pela Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O valor do ☐Prêmio Eficiência☐ de que trata o art. 2º da Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, passa, a partir da competência de janeiro de 2020 para R\$ 18,19 (dezoito reais e dezenove centavos).

Parágrafo único. Com a alteração do valor, o caput do art. 2º da Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O ☐Prêmio Eficiência☐ consiste na concessão ao servidor da quantia de R\$ 18,19 (dezoito reais e dezenove centavos), destinado à alimentação, por dia útil de efetivo serviço prestado, sempre que atendidas as condições estabelecidas como assiduidade e eficiência, conforme regulamentação do poder executivo. ☐

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2020.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 13 de fevereiro 2020; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó/SC

## PORTARIA Nº 1859, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2354613

PORTARIA Nº 1859, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020

Autoriza a Cessão de Servidor Público Municipal do quadro efetivo do Município para prestar serviços junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a contar de 06 de fevereiro de 2020.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos art. 50, incisos II, VII e XXV c/c art. 70, inciso II, alínea 'a', 'b' e 'g' da Lei Orgânica do Município de Timbó, com fundamento no art. 25, VIII da Lei Complementar n. 01/93, e alterações, e

Considerando que a Lei nº 2703/14, "Autoriza o Município de Timbó a promover a disponibilização de servidores públicos municipais efetivos ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina e dá outras providências";

Considerando que Convênio nº 052/2015 celebrado entre o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça e o Município de Timbó tem como objeto firmar parceria para disponibilizar servidores efetivos para o Fórum da Comarca de Timbó, em especial para atuar no contencioso do executivo fiscal;

### RESOLVE:

Art.1º Fica cedido o servidor público municipal abaixo especificado, pertencente ao quadro efetivo do Município, para prestar serviços junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina – Comarca de Timbó, a contar de 06 de Fevereiro de 2020:

Nome do servidor	Cargo	Lotação de Origem
Rodrigo Orde Salvador	Auxiliar de Serviços Administrativos	Secretaria Municipal da Fazenda e Administração

Art. 2º O prazo desta cessão será até 05/05/2020.

Art. 3º Na hipótese de prorrogação da vigência do Convênio nº 052/2015 e observada tal condição, o prazo previsto no art. 2º, fica definido para até 06/02/2021.

Art. 4º A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Cedente/Município de Timbó.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 03 de fevereiro de 2020, 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER  
Prefeito de Timbó

## SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2019 FMAS

Publicação Nº 2355601

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2019 - FMAS

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Assistência Social.

OBJETO: Registro de preços para fornecimento de lanches prontos (coffee break), para distribuição aos usuários da assistência social, de acordo com a portaria 113 de 10 de dezembro de 2015 e orientações do fundo nacional de assistência social.

EMPRESA FORNECEDORA: PANIFICADORA CONFEITARIA ELSIMARI LTDA ME.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 36.250,00 (trinta e seis mil duzentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/08/2020

Timbó, 13/08/2019

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde e Assistência Social

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 01/2020**

Publicação Nº 2355424

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Processo: 2/2020

Parecer: 02/2020

Matéria: PLO 01/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Martinho de Souza Filho

Conclusão: Favorável

Data: 12/02/2020

Ementa do Projeto: Fixa para o exercício de 2019 o índice de revisão geral anual que dispõe o art. 37, X da Constituição Federal, regulado pela Lei nº 2.822 de 28 de dezembro de 2015.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito, que estabelece índice para revisão geral anual para o exercício 2020, de que trata artigo 37, inciso X da CF/88, e dá outras providências.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 31 de janeiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 4 de fevereiro, em Sessão Ordinária, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. Acompanham o projeto a declaração de adequação da despesa a ser criada com a legislação orçamentária em vigente (fl. 06); estimativa de impacto financeiro (fl. 05); ofício da Prefeitura Municipal ao Sindicato dos Servidores Públicos de Timbó – SISETI, acerca da proposta apresentada (fls. 07).

No dia 05 de fevereiro esta Comissão, a pedido do relator, encaminhou os autos do projeto à Assessoria Jurídica, para elaboração de orientação técnica, tendo devolvido os mesmos em 10 de fevereiro, não apontando erros quanto à forma e conteúdo da proposição, se manifestando pela sua tramitação regimental.

No dia 12 de fevereiro, a Comissão analisou o respectivo projeto em sua reunião, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998.

Verifica-se, em um primeiro momento, que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal. Nesse sentido, determina a Lei Orgânica Municipal em seu art. 30, §1º, inciso II, alínea "a", ser de competência exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa do processo legislativo que concede a revisão geral anual aos servidores e agentes políticos municipais, razão pela qual infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise. Nesse sentido, utiliza-se, para fins de argumentação técnica, a orientação técnica da Assessoria desta Casa (fls.10-13).

O direito à revisão geral anual é preceito constitucional reconhecido no inciso X do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil. Com base neste preceito, o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina manifestou seu entendimento quanto a revisão geral anual, com suas peculiaridades, no seu Prejulgamento 1686.

Ainda que o §6º do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal exclua do reajustamento de remuneração de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal os requisitos prévios aos atos que ampliem as despesas de caráter continuado, os documentos juntados ao projeto apresentam a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes e, ainda, a declaração do ordenador de despesa que o aumento tem adequação orçamentária e financeira nas leis orçamentárias, cabendo à Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas sua análise pormenorizada.

Por fim, constata-se, com a documentação aos autos, o Projeto respeita as determinações da Lei nº 2.822, de 28 de dezembro de 2015, que estabelece os critérios que devem ser observados na revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações públicas municipais.

**III – CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Ordinária nº 01/2020. Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Haroldo Fiebes

Sala das Comissões, 12 de fevereiro de 2020.

Rubens Borchardt  
Presidente

Martinho de Souza Filho  
Relator

Haroldo Fiebes  
Membro

## **SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**

### **EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR SAMAE Nº 001/2020**

Publicação Nº 2354443

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR SAMAE Nº 001/2020 VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

O Diretor Presidente do SAMAE de Timbó, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando a ausência de candidatos aprovados face o exaurimento da listagem de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 homologado em 07/08/2019 e com validade até 07/08/2021, torna público, pelo presente Edital, as normas da CHAMADA PÚBLICA para seleção, classificação e contratação de pessoal por tempo determinado, através do regime jurídico administrativo especial, nos termos da Lei nº 2.045 de 22/12/1998, para o cargo disponibilizado no edital PSPS nº 002/2019 em que a listagem de aprovados tenha se exaurido, que será regido nos seguintes moldes:

I – DO CARGO, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS, DESCRITIVO DE FUNÇÃO E SALÁRIO:

0.1 - O cargo, vencimento, a carga horária semanal de trabalho e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos nos Anexos I e II do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 002/2019;

II – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

2.1 – Conforme a necessidade verificada, o SAMAE de Timbó, através da Comissão de Seleção de Pessoal, realizará chamada pública suplementar, dos cargos para os quais não se tenha mais aprovados do processo seletivo público simplificado nº 002/2019, divulgada e acessível a todos interessados, através de instrumento convocatório próprio, publicado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.samaetimbo.com.br/>

2.2 – O instrumento convocatório irá definir o(s) cargo(s) e as vagas disponíveis, bem como o dia e horário em que os candidatos deverão comparecer no SAMAE, munidos da documentação mínima para classificação;

2.3 – O instrumento convocatório deverá ser disponibilizado no endereço eletrônico de que trata o item 2.1, com antecedência mínima de 5 dias entre a disponibilização e a efetiva chamada.

2.4 – O SAMAE é localizado na Rua Duque de Caxias n. 56, Centro, Timbó – SC.

III – DOS DOCUMENTOS MÍNIMOS PARA CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO:

3.1 - Os candidatos deverão comparecer nas datas e horários designados no instrumento convocatório, com a ficha de inscrição constante do anexo deste edital devidamente preenchida e munidos de cópia autenticada da seguinte documentação:

1. Documento de Identificação;

2. CPF;

3. Comprovante de escolaridade compatível com a exigência do cargo (histórico escolar e/ou certidão atestado e/ou declaração de conclusão, etc...);

4. Declaração da quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção (não obrigatório, exclusivo para pontuação);

5. Comprovante ou declaração de tempo serviço na área e/ou cópia da carteira de trabalho (não obrigatório, exclusivo para pontuação);

3.2 - O candidato poderá autenticar as cópias com os servidores públicos do SAMAE, necessitando para tanto a apresentação dos respectivos originais;

3.3 - A ausência, incorreção ou ilegitimidade dos documentos ou das informações constantes da ficha de inscrição acarretará a desclassificação do candidato;

3.4 – O candidato, por ocasião da inscrição, poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído por instrumento público e ou particular com poderes específicos para tanto.

IV – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:

4.1 - Os candidatos regularmente inscritos e que apresentarem toda a documentação exigida, serão classificados por ordem decrescente da maior para a menor classificação, considerando os seguintes critérios:

a) experiência comprovada na área de atuação, mediante apresentação de certidões e/ou carteira de trabalho;

b) quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção;

c) idade mais elevada;

4.2 – Caberá a Comissão de Seleção de Pessoal designada pela Portaria nº 302, de 14 de janeiro de 2020 a avaliação, pontuação e classificação dos candidatos, nos termos deste edital.

V – DATA DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS:

5.1 – A classificação dos candidatos aprovados e aptos para contratação durante o período de vigência deste edital, será divulgada no site do SAMAE de Timbó, no seguinte endereço: <http://www.samaetimbo.com.br/>, além de lista fixada no hall de entrada do prédio do SAMAE.

VI – DA VALIDADE DA CHAMADA PÚBLICA

6.1 – Esta chamada Pública tem validade vinculada à validade do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019 homologado em 07/08/2019 e com validade até 07/08/2021, limitada ao chamamento, uma única vez e seguindo a ordem decrescente classificatória dos aprovados, de todos os candidatos classificados;

6.2 – Esgotados o chamamento dos candidatos aprovados, serão realizadas tantas chamadas quantas forem necessárias à manutenção do



interesse público, durante a validade deste edital;

6.3 – Na hipótese de ocorrência de Concurso Público e/ou Processo Seletivo, durante o prazo de validade deste edital, os aprovados nos referidos concurso e processo seletivo terão prioridade na contratação, adotando-se novamente o chamamento apenas quando não existirem mais candidatos aprovados em concurso e/ou processo seletivo.

#### VII – DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO:

7.1 – Para nomeação no cargo, o candidato deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos, conforme item 3 do edital de PSPS nº 002/2019:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- e) idade mínima de dezoito anos;
- f) aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- g) firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- h) na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- i) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- j) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- k) fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

7.2 - A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

#### VIII – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO CARGO:

8.1 - A convocação do candidato para posse na vaga, se dará por envio de mensagem via sistema eletrônico de comunicação informado pelo candidato em sua inscrição (telefone, e-mail, whatsapp, etc) ou outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que a natureza da contratação exige;

8.2 - Na convocação constará a data e horário para apresentação pelo candidato dos documentos necessários para o exercício do cargo;

8.3 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado perante o órgão, seus dados para contato, sob pena de ser desclassificado do cadastro;

8.4 - O candidato que deixar de comparecer na data e horário estabelecidos na convocação, perderá o direito à vaga, será excluído do cadastro e ficará impedido de participar de novas chamadas públicas no decorrer do ano em exercício a que se referir a chamada.

8.5 - O candidato que declinar expressamente da vaga oferecida será excluído do cadastro em curso;

8.6 – Os candidatos classificados, serão submetidos a perícia/inspeção médica de caráter eliminatório, sendo excluído aqueles que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram, assim atestada pelo médico.

#### IX – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO:

9.1 – Os contratados administrativos de regime especial firmados em decorrência deste chamamento, terão validade limitada à necessidade da contratação e aos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos na legislação de regência, em especial a Lei nº 2.045/1998 e alterações.

#### X – DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 – O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições desta chamada e do cadastro fixadas neste Edital e demais normas que o regulamentam.

10.2 - Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

10.3 - O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

10.4 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Cadastro no RH, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.5 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico: <http://www.samaetimbo.com.br/>

10.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção de pessoal do SAMAE de Timbó, regularmente designada pela Portaria nº SAMAE-302, de 14 de janeiro de 2020.

10.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Chamamento que não possam ser resolvidas pela Comissão de Seleção de Pessoal do SAMAE, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO

Timbó, 16 de janeiro de 2020.

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente do SAMAE de Timbó

ANEXO I

SAMAE



**FICHA DE INSCRIÇÃO**

Nome Completo: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ data de expedição: \_\_\_\_\_ órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Whatsapp: \_\_\_\_\_

Cargo Pleiteado: \_\_\_\_\_

**ASSINATURA DO CANDIDATO**

Para preenchimento exclusivo do Departamento de RH:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

☐ Documento de identificação;☐ CPF;☐ Certificação da escolaridade exigida para o cargo;☐ Declaração da quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção (não obrigatório, exclusivo para pontuação);☐ comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR SAMAE Nº 002/2020**

Publicação Nº 2354449

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SUPLEMENTAR SAMAE Nº 002/2020 VINCULADO AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 009/2019**

O Diretor Presidente do SAMAE de Timbó, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, e considerando a ausência de candidatos aprovados face o exaurimento da listagem de aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 009/2019 homologado em 07/08/2019 e com validade até 07/08/2021, torna público, pelo presente Edital, as normas da CHAMADA PÚBLICA para seleção, classificação e contratação de pessoal por tempo determinado, através do regime jurídico administrativo especial, nos termos da Lei nº 2.045 de 22/12/1998, para o cargo disponibilizado no edital PPS nº 009/2019 em que a listagem de aprovados tenha se exaurido, que será regido nos seguintes moldes:

**I – DO CARGO, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS, DESCRITIVO DE FUNÇÃO E SALÁRIO:**

0.1 - O cargo, vencimento, a carga horária semanal de trabalho e os requisitos para exercício das respectivas atribuições estão estabelecidos nos Anexos I e II do Edital de Processo Seletivo Público Simplificado nº 009/2019;

**II – DO PROCESSO DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:**

2.1 – Conforme a necessidade verificada, o SAMAE de Timbó, através da Comissão de Seleção de Pessoal, realizará chamada pública suplementar, dos cargos para os quais não se tenha mais aprovados do processo seletivo público simplificado nº 009/2019, divulgada e acessível a todos interessados, através de instrumento convocatório próprio, publicado no seguinte endereço eletrônico: <http://www.samaetimbo.com.br/>

2.2 – O instrumento convocatório irá definir o(s) cargo(s) e as vagas disponíveis, bem como o dia e horário em que os candidatos deverão comparecer no SAMAE, munidos da documentação mínima para classificação;

2.3 – O instrumento convocatório deverá ser disponibilizado no endereço eletrônico de que trata o item 2.1, com antecedência mínima de 5 dias entre a disponibilização e a efetiva chamada.

2.4 – O SAMAE é localizado na Rua Duque de Caxias n. 56, Centro, Timbó – SC.

**III – DOS DOCUMENTOS MÍNIMOS PARA CADASTRO, CLASSIFICAÇÃO E SELEÇÃO:**

3.1 - Os candidatos deverão comparecer nas datas e horários designados no instrumento convocatório, com a ficha de inscrição constante do anexo deste edital devidamente preenchida e munidos de cópia autenticada da seguinte documentação:

1. Documento de Identificação;

2. CPF;

3. Comprovante de escolaridade compatível com a exigência do cargo, conforme previsto no Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 009/2019 (histórico escolar e/ou certidão atestado e/ou declaração de conclusão, etc...);

4. Declaração da quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção (não obrigatório, exclusivo para pontuação);

5. Comprovante ou declaração de tempo serviço na área e/ou cópia da carteira de trabalho (não obrigatório, exclusivo para pontuação);

3.2 - O candidato poderá autenticar as cópias com os servidores públicos do SAMAE, necessitando para tanto a apresentação dos respectivos originais;

3.3 - A ausência, incorreção ou ilegibilidade dos documentos ou das informações constantes da ficha de inscrição acarretará a desclassificação do candidato;

3.4 – O candidato, por ocasião da inscrição, poderá se fazer representar por procurador devidamente constituído por instrumento público e ou particular com poderes específicos para tanto.

**IV – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS:**

4.1 - Os candidatos regularmente inscritos e que apresentarem toda a documentação exigida, serão classificados por ordem decrescente da maior para a menor classificação, considerando os seguintes critérios:

a) experiência comprovada na área de atuação, mediante apresentação de certidões e/ou carteira de trabalho;

b) quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção;

c) idade mais elevada;

4.2 – Caberá a Comissão de Seleção de Pessoal designada pela Portaria nº 302, de 14 de janeiro de 2020 a avaliação, pontuação e

classificação dos candidatos, nos termos deste edital.

V – DATA DE DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS:

5.1 – A classificação dos candidatos aprovados e aptos para contratação durante o período de vigência deste edital, será divulgada no site do SAMAE de Timbó, no seguinte endereço: <http://www.samaetimbo.com.br/>, além de lista fixada no hall de entrada do prédio do SAMAE.

VI – DA VALIDADE DA CHAMADA PÚBLICA

6.1 – Esta chamada Pública tem validade vinculada à validade do Processo Seletivo Simplificado nº 009/20019 homologado em 07/08/2019 e com validade até 07/08/2021, limitada ao chamamento, uma única vez e seguindo a ordem decrescente classificatória dos aprovados, de todos os candidatos classificados.

6.2 – Esgotados o chamamento dos candidatos aprovados, serão realizadas tantas chamadas quantas forem necessárias à manutenção do interesse público, durante a validade deste edital.

6.3 – Na hipótese de ocorrência de Concurso Público e/ou Processo Seletivo, durante o prazo de validade deste edital, os aprovados nos referidos concurso e processo seletivo terão prioridade na contratação, adotando-se novamente o chamamento apenas quando não existirem mais candidatos aprovados em concurso e/ou processo seletivo.

VII – DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO:

7.1 – Para nomeação no cargo, o candidato deverá apresentar os seguintes requisitos mínimos, conforme item 3 do edital de PSPS nº 009/2019:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) gozo dos direitos políticos;
- c) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) nível de escolaridade exigido para o seu exercício;
- e) idade mínima de dezoito anos;
- f) aptidão física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial;
- g) firmar declaração de não possuir acúmulo de remuneração pública, exceto aquelas previstas em Lei;
- h) na hipótese de ter o candidato exercido cargo público, efetivo ou em comissão, nas esferas federal, estadual, municipal ou distrital, deverá fornecer declaração em que conste eventual penalidade disciplinar sofrida no exercício da função pública;
- i) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Comum, expedida por órgão com jurisdição no local de residência do candidato;
- j) fornecer certidão de antecedentes criminais da Justiça Eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral, com jurisdição no local de residência do candidato;
- k) fornecer certidão negativa de Benefícios do Regime de Previdência Social (INSS) ou de Regime Próprio de Previdência Social;

7.2 - A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

VIII – DA CONVOCAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DO CARGO:

8.1 - A convocação do candidato para posse na vaga, se dará por envio de mensagem via sistema eletrônico de comunicação informado pelo candidato em sua inscrição (telefone, e-mail, whatsapp, etc) ou outra forma ágil de comunicação que viabilize sua contratação na celeridade que a natureza da contratação exige;

8.2 - Na convocação constará a data e horário para apresentação pelo candidato dos documentos necessários para o exercício do cargo;

8.3 - É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado perante o órgão, seus dados para contato, sob pena de ser desclassificado do cadastro;

8.4 - O candidato que deixar de comparecer na data e horário estabelecidos na convocação, perderá o direito à vaga, será excluído do cadastro e ficará impedido de participar de novas chamadas públicas no decorrer do ano em exercício a que se referir a chamada.

8.5 - O candidato que declinar expressamente da vaga oferecida será excluído do cadastro em curso;

8.6 – Os candidatos classificados, serão submetidos a perícia/inspeção médica de caráter eliminatório, sendo excluído aqueles que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público para o qual se inscreveram, assim atestada pelo médico.

IX – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO:

9.1 – Os contratados administrativos de regime especial firmados em decorrência deste chamamento, terão validade limitada à necessidade da contratação e aos prazos, inclusive prorrogações, estabelecidos na legislação de regência, em especial a Lei nº 2.045/1998 e alterações.

X – DISPOSIÇÕES FINAIS:

10. 1 – O ato de inscrição importa no conhecimento das instruções e na aceitação total das condições desta chamada e do cadastro fixadas neste Edital e demais normas que o regulamentam.

10.2 - Será impedido de ingressar no serviço público municipal o candidato aprovado que por ocasião da posse exercer cargo, emprego ou função no serviço público federal, estadual ou municipal, exceto nas hipóteses de acumulação previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pelas Emendas Constitucionais 19, de 04/06/1998, e 34, de 13/12/2001.

10.3 - O candidato deverá declarar no ato da nomeação a existência ou não de outro vínculo de trabalho no serviço público federal, estadual ou municipal, identificando, se for o caso, o cargo, o emprego ou a função ocupada, o nome e esfera do órgão, bem como a carga horária correspondente.

10.4 - A inexistência das afirmativas e/ou irregularidades dos documentos apresentados pelo candidato, verificadas a qualquer tempo, em especial por ocasião da sua admissão, acarretarão a nulidade da inscrição e a desclassificação dele do Cadastro no RH, sem prejuízo de medidas de ordem administrativa, civil e criminal.

10.5 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, até a data da convocação dos candidatos, circunstância que será mencionada em errata, adendo ou aviso a ser publicado no endereço eletrônico: <http://www.samaetimbo.com.br/>

10.6 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção de pessoal do SAMAE de Timbó, regularmente designada pela Portaria nº SAMAE-302, de 14 de janeiro de 2020.

10.7 Para dirimir eventuais questões oriundas deste Chamamento que não possam ser resolvidas pela Comissão de Seleção de Pessoal do SAMAE, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.8 Integram este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO  
Timbó, 12 de fevereiro de 2020.

WALDEMAR GEBAUER  
Diretor Presidente do SAMAE de Timbó  
ANEXO I

SAMAE  
FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome Completo: \_\_\_\_\_  
RG: \_\_\_\_\_ data de expedição: \_\_\_\_\_ órgão expedidor: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_ Celular: \_\_\_\_\_  
E-mail: \_\_\_\_\_  
Whatsapp: \_\_\_\_\_  
Cargo Pleiteado: \_\_\_\_\_

#### ASSINATURA DO CANDIDATO

Para preenchimento exclusivo do Departamento de RH:

Assinalar os documentos apresentados no ato da inscrição:

- ☐ Documento de identificação;
- ☐ CPF;
- ☐ Certificação da escolaridade exigida para o cargo;
- ☐ Declaração da quantidade de dependentes legais menores de idade no momento da seleção (não obrigatório, exclusivo para pontuação)
- ☐ comprovação do tempo de serviço (não obrigatório, exclusivo para pontuação);

## Três Barras

## PREFEITURA

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020 - SAMASA

Publicação Nº 2355104


**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 1 / 4

 Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.1/2020**

Pregão Presencial Nº 1/2020

Validade: 12 meses

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS** por meio do(a) **SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**, pessoa jurídica de direito público, situado na AVENIDA RIGESA Nº. 270, CENTRO, cidade de Três Barras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 11.828.418/0001-08, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDIMENTO DOS VEÍCULOS DO SAMASA., pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
POSTO SAO GABRIEL LTDA, neste ato representado por JEFERSON ADRIANO ZAKALUZNE	78.650.280/0001-70
AUTO POSTO TRES BARRAS LTDA, neste ato representado por DENISE MILCHESKI PICKISIUS	80.447.519/0001-51

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDIMENTO DOS VEÍCULOS DO SAMASA.**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 566 - POSTO SAO GABRIEL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	GASOLINA COMUM	LT	IPIRANGA	10.000,00000	R\$4.2880	R\$42.880,0000
Total do Fornecedor:						R\$42.880,0000
Total Geral dos Itens:						R\$42.880,0000

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$42.880,00 (quarenta e dois mil e oitocentos e oitenta)

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 1/2020**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 1/2020** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO**

4.

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

**CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, independente das quantidades solicitadas.

**SAMASA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS - SC**

Pág 2 / 4

**Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço**

5.1. Local de entrega: SAMASA - Av. Rigesa 1634 - Três Barras/SC

**CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei

**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 3 / 4

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

**CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA ATENDIMENTO DOS VEÍCULOS DO SAMASA. Nº. 1/2020, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 4 / 4

**Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço**

12. Fica eleito o foro de Três Barras (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Três Barras (SC), 11 de Fevereiro de 2020

---

**ERNANI WOGGINAKI**  
Contratante

---

**POSTO SAO GABRIEL LTDA**  
**JEFERSON ADRIANO ZAKALUZNE**  
CONTRATADA



**PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2020 - SAMASA**

Publicação Nº 2355131


**SAMASA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS - SC**

Pág 1 / 4

 Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.2/2020**

Pregão Presencial Nº 2/2020

Validade: 12 meses

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte o **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS** por meio do(a) SAMASA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS - SC, pessoa jurídica de direito público, situado na AVENIDA RIGESA Nº. 270, CENTRO, cidade de Três Barras, Santa Catarina, inscrito no CNPJ Nº. 11.828.418/0001-08, abaixo assinado, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2020, RESOLVE registrar os valores oferecidos para REGISTRO DE PREÇO PARA HIDROMETRO, pelo período de 12 meses, conforme consta no Anexo I do Edital do(a) Pregão Presencial, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes Presentes	CPF/CNPJ
N. B. FALCE & CIA. LTDA., neste ato representado por ALESSANDRO MAGNO CARDOSO RIBEIRO	82.643.131/0001-51
HIDROMETROS DO BRASIL EIRELI	31.850.762/0001-00
METALSAF INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP	09.655.998/0001-37
HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA.	82.977.109/0001-48

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

1. **CONTRATAÇÃO: REGISTRO DE PREÇO PARA HIDROMETRO**, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços, para uso da SAMASA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS - SC, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: 171417 - HIDROMETROS DO BRASIL EIRELI						
Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
1	HIDROMETRO UNIJATO 3/4, DN 20 MM, VAZAO DE ATE 1.5 M³/HORA, VAZAO NOMINAL DE 0.75 M³/HORA, MATERIAL DO CORPO EM BRONZE, POSICAO DE INSTALACAO NA HORIZONTAL COM LEITURA LOCAL CICLOMETRICA AO INFINITO, COM CONECCAO AO PROCESSO ROSQUEAVEL BSP-M (1 POL), COMPRIMENTO APROXIMADO DE 115 MM.	UND		1.000,00000	R\$55,9000	R\$55.900,0000
Total do Fornecedor:						R\$55.900,0000
Total Geral dos Itens:						R\$55.900,0000

1.1. **CONSUMO MÉDIO:** O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 meses é de R\$55.900,00 (cinquenta e cinco mil e novecentos)

**CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS**

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura, não sendo permitido prorrogação.

2.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3. A presente Ata de Registro de Preços será usado pelo SAMASA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRÊS BARRAS - SC, que será o órgão gerenciador da presente Ata de Registro de Preços.

3.1. O valor ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços é o relacionado na Cláusula Primeira, de acordo com a respectiva classificação no **Pregão Presencial Nº. 2/2020**

3.2. Em cada fornecimento de serviço(s) decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de **Pregão Presencial Nº. 2/2020** e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

**CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO**

4.

 IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO341101-290-LPGHCS-31913352 - Emitido por: VANIA MALVINA ADRIANO

11/02/2020 15:12:12 -03:00





**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 2 / 4

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

4.1. **Do Recurso Financeiro** - As despesas decorrentes do presente Contrato serão efetuadas à conta do seguinte recurso financeiro:

Dotação Orçamentária					
Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo

**CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA.**

5. Os itens licitados deverão ser entregues e dentro do mesmo período deverá estar apta a entregar o material assim que for assinado a ata de registro de preço, **independente das quantidades solicitadas.**

5.1. Local de entrega: SAMASA - Av. Rigesa 1634 - Três Barras/SC

**CLÁUSULA VI – DAS PENALIDADES**

6. A recusa injustificada da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações.

6.1 Aos proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a Ata de Registro de Preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, sofrer as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.1.1 Impedimento para registro na Ata, se concluída a fase licitatória;

6.1.2 Cancelamento do registro na Ata;

6.1.3 Advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores; Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei de Licitações, a contar da intimação do ato.

6.3 Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.4 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.4.1 Advertência;

6.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1.º colocada de cada item em assinar a Ata de Registro de Preços.

6.4.3 Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o trigésimo dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da Ata.

6.4.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 05 (cinco) anos;

6.5 Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurado ao fornecedor o contraditório e ampla defesa.

6.6 A aplicação das sanções previstas nesta Ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.7 As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da Ata, podendo, entretanto, conforme o caso, processar-se a cobrança judicialmente.

6.8 As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA VII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

IPM Sistemas Ltda  
Atende.Net - WCO v:2015.04

Identificador: WCO341101-290-LPGHCS-319133532 - Emitido por: VANIA MALVINA ADRIANO

11/02/2020 15:12:12 -03:00



**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 3 / 4

**Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço**

7. Considerando o prazo de validade estabelecido no item 2 da Cláusula II, da presente Ata, e, em atendimento ao §1º, artigo 28, da Lei Federal nº. 9.069, de 29 de junho de 1.995 e demais legislações aplicáveis, é vedado qualquer reajustamento de preços.

7.1 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

7.5 Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da Ata de Registro de Preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no artigo 24, inciso VII da Lei nº. 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da Ata de Registro de Preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

**CLÁUSULA VIII – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.1 Pela Administração Municipal, quando:

8.2 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.3 A detentora não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

8.4 A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

8.5 Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços;

8.6 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.7 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

8.8 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

8.9 Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

8.10 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em lei.

**CLÁUSULA IX – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO**

9. O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizado, caso a caso, pelo(a) SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

9.1 A emissão dos pedidos, sua retificação ou cancelamento, autorizados pelo órgão requisitante total ou parcial, serão igualmente, quando da solicitação.

**CLÁUSULA X – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10. Compete à Contratante:

10.1 Fazer o pedido no prazo de 05 (cinco) dias antecedente a sua necessidade.

10.2 Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3 Notificar a Contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos medicamentos.

10.4 O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

**CLÁUSULA XI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11. Fornecer a pronta entrega e material de qualidade conforme discriminado, juntamente com a nota Fiscal, sem custo de frete.

**SAMASA - SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUA E  
SANEAMENTO AMBIENTAL DE TRES BARRAS - SC**

Pág 4 / 4

Compras e Contratos  
Ata do Registro de Preço

11.2 Garantia mínima de 12 meses sobre os equipamentos contra defeito de fabricação.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. Integram esta Ata, o Edital de REGISTRO DE PREÇO PARA HIDROMETRO Nº. 2/2020, e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

12. Fica eleito o foro de Três Barras (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

13. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Três Barras (SC), 11 de Fevereiro de 2020

ERNANI WOGGINAKI  
Contratante

HIDROMETROS DO BRASIL EIRELI  
CONTRATADA

# Treviso

## PREFEITURA

### PREGÃO 03/2020

Publicação Nº 2355217

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO LICITATÓRIO 05/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2020

O Município de Treviso, ATRAVÉS do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futuras aquisições de combustíveis, para a tender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Treviso nos próximos 12 meses. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 27/02/2020 às 09h00min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 07h00min às 13h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 12 de fevereiro de 2020.

Jucelma Aparecida  
Secretaria de Saúde

### PREGÃO 10/2020

Publicação Nº 2355554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
PROCESSO LICITATÓRIO 12/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2020

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE TREVISÓ, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço GLOBAL, para Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de sistema pedagógico de ensino para alunos e professores de educação infantil e fundamental 1, com formação de professores e gestores escolares, fornecimento de material didático e de apoio para os alunos e para os professores e materiais paradidáticos para os pais dos alunos da rede municipal de ensino durante o ano letivo de 2020, do município de Treviso-SC, de acordo com o Termo de Referência, parte integrante do Edital independente de transcrição. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 27/02/2020 às 07h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 07h00min às 13h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso (SC), 12 de fevereiro de 2020.

Juliana Salvador  
Secretaria de educação

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 05/2020

Publicação Nº 2354553

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 12/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

Objeto: Contratação de pessoa jurídica especializada para, locação de infraestrutura (equipamentos de sonorização e iluminação, estrutura de palco, pavilhão, camarins, bilheteria, geradores, fechamento, e estruturas piramidais) compreendendo montagem, manutenção, desmontagem, para a VIII Expotílias, de 17 a 19 de Abril de 2020; Tirolerfest 2020, de 09 a 13 de Outubro de 2020 e demais eventos realizados pelo Município de Treze Tílias, conforme descrição constante no Anexo I do edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 27/02/2020, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### DECRETO 107/20

Publicação Nº 2354877

PORTARIA 107/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MARIA MARLETE BINI MARCELINO, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Charlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

### DECRETO 108/20

Publicação Nº 2354879

PORTARIA 108/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LARISSA MORGANA JANDT, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Arthur Kronke, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 109/20

Publicação Nº 2354881

PORTARIA 109/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. LARISSA MORGANA JANDT, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 110/20

Publicação Nº 2354884

PORTARIA 110/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. SUELEN HOFFMANN, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Pinguinho de Gente, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 111/20

Publicação Nº 2354887

PORTARIA 111/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. SUELEN HOFFMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 112/20

Publicação Nº 2354890

PORTARIA 112/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. ROSANGELA DAS GRAÇAS LOPES, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Charlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.



Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 113/20

Publicação Nº 2354895

PORTARIA 113/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. ROSANGELA DAS GRAÇAS LOPES, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 114/20

Publicação Nº 2354897

PORTARIA 114/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. ANA PAULA BINI, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Johanne Schütte, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 115/20

Publicação Nº 2354899

PORTARIA 115/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CRISNEIDE POLICARPO DA CUNHA DOS SANTOS, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Charlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 116/20

Publicação Nº 2354901

PORTARIA 116/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MARISE WUERGES, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 03 de

fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 117/20

Publicação Nº 2354902

PORTARIA 117/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARISE WUERGES, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 118/20

Publicação Nº 2354905

PORTARIA 118/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MARINÊS STEUCK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Alberto Balduino Barchfeld, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 119/20**

Publicação Nº 2354908

PORTARIA 119/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. MARINÊS STEUCK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 120/20**

Publicação Nº 2354910

PORTARIA 120/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. REGIANE DA SILVA NEUMANN, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 121/20**

Publicação Nº 2354912

PORTARIA 121/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. REGIANE DA SILVA NEUMANN, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 122/20**

Publicação Nº 2354919

PORTARIA 122/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LARIÇA FRENA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora de Matemática, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 123/20**

Publicação Nº 2354921

PORTARIA 123/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. MAIKE CRISTIANE VOSS BICHELS, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora de Ciências, com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 124/20**

Publicação Nº 2354922

PORTARIA 124/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. JOANITA FERNANDES DA ROSA, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora de História, com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 125/20**

Publicação Nº 2354926

PORTARIA 125/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. CRISTIANE VALENTE FUCK, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora de Inglês, com carga horária de 10:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Erica Hasse, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 126/20**

Publicação Nº 2354928

PORTARIA 126/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são



conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 10:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. CRISTIANE VALENTE FUCK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora de Artes, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 127/20**

Publicação Nº 2354929

PORTARIA 127/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário o Sr. JOÃO CARLOS TRUPPEL, a exercer o cargo de provimento temporário de Professor de Educação Física, com carga horária de 15:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Alberto Balduino Barchfeld, no período compreendido entre 07 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 07 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 128/20**

Publicação Nº 2354932

PORTARIA 128/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.



GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. GILCIARA CORREA GOULART CRUZ, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura e Matemática), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Eginolf Bell, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 129/20

Publicação Nº 2354934

PORTARIA 129/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. GILCIARA CORREA GOULART CRUZ, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 130/20**

Publicação Nº 2354936

PORTARIA 130/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura e Matemática), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 131/20**

Publicação Nº 2354937

PORTARIA 131/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base nos Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 20:00 horas semanais da servidora pública municipal Sra. SABRINA IOLANDA JEREMIAS KOLM, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora - ACT, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 132/20**

Publicação Nº 2354939

PORTARIA 132/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

**RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. LUCIMARA NICLODELLI BUTZKE, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora (Programa de Leitura e Matemática), com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.B. Arthur Bruno Jandt, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 133/20**

Publicação Nº 2354942

PORTARIA 133/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CARLA ANDRÉIA QUIRINO, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 134/20**

Publicação Nº 2354943

PORTARIA 134/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. TANIA APARECIDA FERREIRA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 135/20**

Publicação Nº 2354944

PORTARIA 135/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. JADINA GABRIELE LAURENTINO, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 136/20**

Publicação Nº 2354945

PORTARIA 136/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CRISTIANI GOMES CONINK, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 137/20**

Publicação Nº 2354946

PORTARIA 137/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. FRANCIELI APARECIDA LORENCINI, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 138/20

Publicação Nº 2354948

PORTARIA 138/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. NILZA RIBEIRO GOMES, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 139/20

Publicação Nº 2354951

PORTARIA 139/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. GREICI CICKI, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 140/20

Publicação Nº 2354952

PORTARIA 140/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

### RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CAMILA CRISTINA RAMPI, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Gente Miúda, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 141/20

Publicação Nº 2354953

PORTARIA 141/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

### RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ADRIANA VIEIRA SCHAFER, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.



Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 142/20**

Publicação Nº 2354954

PORTARIA 142/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ELIANE DOS SANTOS SOUZA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 143/20**

Publicação Nº 2354956

PORTARIA 143/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.



**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CARINA SILVEIRA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 144/20**

Publicação Nº 2354957

PORTARIA 144/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ROSANE MADALENA SCHAADE SCHAFFER, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Gente Miúda, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 145/20**

Publicação Nº 2354958

PORTARIA 145/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. DANIELI FERNANDA JACINTO TAMBOSI, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 146/20**

Publicação Nº 2354959

PORTARIA 146/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. CRISTIANE MARIANO SCHULZ DIMAS, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Gente Miúda, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## **DECRETO 147/20**

Publicação Nº 2354960

PORTARIA 147/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. ROSANGELA DIAS DE QUADRA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 148/20

Publicação Nº 2354962

PORTARIA 148/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. MARINA PESENTI, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 149/20**

Publicação Nº 2354964

PORTARIA 149/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. DEIZE DAL PRA MAY, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Pinguinho de Gente, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 150/20**

Publicação Nº 2354966

PORTARIA 150/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho da servidora pública municipal Sra. JANINE PRESTES, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Gente Miúda, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 151/20**

Publicação Nº 2354968

PORTARIA 151/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público.

RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR o contrato de trabalho do servidor público municipal Sr. MARCIO DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, a desempenhar suas funções junto ao C.E.I. Johanne Schütte, no período compreendido entre 08 de fevereiro de 2020 a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 08 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficiais dos Municípios (DOM).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

**DECRETO 152/20**

Publicação Nº 2354969

PORTARIA 152/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. ANA PAULA BINI, a exercer o cargo de provimento temporário de Professora, com carga horária de 20:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Johanne Schütte, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 153/20

Publicação Nº 2354970

PORTARIA 153/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. JULIANA BARCHFELD, a exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Arthur Kroenke, no período compreendido entre 03 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 03 de fevereiro de 2010, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 154/20

Publicação Nº 2354973

PORTARIA 154/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 014/2019 de 08 de novembro de 2019;

CONSIDERANDO: o Decreto 152/19 de 19 de dezembro de 2019, que homologa a classificação final do Edital 014/2019,

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público no período de férias.

### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. NATACHA CRISTINA DE OLIVEIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala com carga horária de 30:00 horas semanais, para desempenhar suas funções junto C.E.I. Charlotte Ilse Schindler, no período compreendido entre 10 de fevereiro de 2020 a 16 de dezembro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 155/20

Publicação Nº 2354975

PORTARIA 155/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO, o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. MONICA DENZER, Matrícula 2358, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir de 09 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 09 de fevereiro de 2020, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## DECRETO 156/20

Publicação Nº 2354978

PORTARIA 156/20 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO, o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município.

### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. ADILSON DA SILVA, Matrícula 3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Marceneiro, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir de 10 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 10 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).



GILMAR MACIEL DOS SANTOS  
Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

## PORTARIA 074/20-A

Publicação Nº 2354874

PORTARIA 074/20-A DE 03 DE FEVEREIRO DE 2020.  
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VII, do Art. 52 da Lei Orgânica do Município e, arts. 5º, 6º e 7º pela Lei Complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000.

CONSIDERANDO: o Decreto 101/11 de 04 de novembro de 2011, alterado pelo Decreto 102/12 de 03 de dezembro de 2012, alterado pelo Decreto 159/14 de 28 de novembro de 2014, alterado pelo Decreto 047/17 de 08 de maio de 2017;

CONSIDERANDO: a Portaria 326/19 de 18 de novembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. GIANE DILMA SCHWEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, progressão funcional da classe "C" para a classe "D", a partir do mês de fevereiro de 2020.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de fevereiro de 2020.

GEOVANA GESSNER  
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARCIA GISELE SALVADOR  
Secretária da Educação e do Esporte

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020

Publicação Nº 2355914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Municipal Sr.<sup>a</sup> Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2020, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR LOTE, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO VEICULAR PARA A FROTA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL. A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 27 de Fevereiro de 2020, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: [www.trombudocentral.sc.gov.br](http://www.trombudocentral.sc.gov.br) Informações (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 13 de Fevereiro de 2020.

Geovana Gessner  
Prefeita Municipal



# Tunápolis

## PREFEITURA

### EDITAL PRESTAÇÃO DE CONTAS 3º QUADRIMESTRE/2019

Publicação Nº 2356088

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Governo Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, nos termos do Artigo 9º § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, c/c com o § 1º do Artigo 166 da Constituição Federal, CONVOCA os integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Município e convida a população em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, onde estará demonstrando e avaliando o cumprimento das metas fiscais e a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde do 3º quadrimestre de 2019, a realizar-se no dia 24 de fevereiro de 2020, às 20h, na Câmara Municipal de Vereadores, localizada na Rua da Matriz, 53, na sede do Município de Tunápolis.

Gabinete do Prefeito de Tunápolis, aos 13 de fevereiro de 2020.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### PORTARIA Nº 12/2020

Publicação Nº 2355725

PORTARIA Nº 12/2020

Em 10 de fevereiro de 2020

AUTORIZA A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES EM ENCONTRO ESTADUAL QUE ESPECIFICA.

GUSTAVO LAWISCH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno Cameral, RESOLVE:

Art. 1º Ficam autorizados os Vereadores, Leonardo Antonio Vogt, Gustavo Lawisch, Marlei Giehl Bieger, Inácio Thomas bem como a Servidora Luciane Skrsypcsak Kist, para participar do Encontro Estadual de Vereadores 2020, promovido pela UVESC (União dos Vereadores de Santa Catarina) a realizar-se nos dias 03,04,05 e 06 de março do corrente ano na cidade de Florianópolis – SC.

Art. 2º Para a participação no Seminário referido no art. 1º, fica autorizado o pagamento de 4,5 (quatro e meia) diárias a cada participante, com amparo na Resolução nº 03/2019 de 13 de agosto de 2019.

Art. 3º As despesas com transporte, inscrições e diárias, correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tunápolis, SC.

Em 10 de fevereiro de 2020.

GUSTAVO LAWISCH  
Presidente

# Turvo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº07/2020 PP

Publicação Nº 2355567

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 07/2020 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de materiais de expediente e pedagógico para manutenção da Administração Municipal e Fundo Municipal de Saúde de Turvo/SC.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h45min do dia 27/02/2020.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 14h00min do dia 27/02/2020.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Turvo/SC, sito a Rua Nereu Ramos, 609 - Centro, no município de Turvo/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h, em dias úteis, ou através do e-mail [licitacao@turvo.sc.gov.br](mailto:licitacao@turvo.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3525-8100. Turvo/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Tiago Zilli

Prefeito Municipal

# União do Oeste

## PREFEITURA

### CONTRATO ADM Nº 07/2020

Publicação Nº 2354751

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2020

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE - SC E COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR.

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 78.505.591/0001-46, com sede na Av. São Luiz, 531 - Centro CEP: 89845-000 – União do Oeste - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. CELSO MATIELLO, portador da Cédula de Identidade RG nº 763.172 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 422.972.909-00, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 12.720.068/0001-24, com sede a Avenida Porto Alegre, nº 223 E, centro, Chapecó/SC, representada neste ato por ANTONIO LUIZ SCHNORR, portador da Cédula de Identidade nº 2.544.911 e do CPF nº 687.528.309-34, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o processo de licitação modalidade Pregão Presencial N.º 04/2020, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O objeto do presente contrato é a AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA COMPOR O CARDÁPIO DA MERENDA ESCOLAR, em atendimento a Lei 11.947/09 e Resolução n.º 06/2013 que tratam do PNAE. Os alimentos serão para atender aos alunos da educação básica da rede pública municipal de ensino, conforme relação de itens a seguir:

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACATE, SEMI MADURA, BOA QUALIDADE	KG	150,00	3,23	484,50
2	AÇUCAR MASCAVO, DE BOA QUALIDADE, LIVRE DE UMIDADE E BOLORES. EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES EM POLIETILENO TRANSPARENTE, RESISTENTE.	KG	80,00	11,90	952,00
3	AGNOLINE DE FRANGO, CONGELADO E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	120,00	27,13	3.255,60
4	ALFACE IN NATURA. ESTAR LIMPA, SEM TERRA OU PARASITAS.	UN	800,00	2,31	1.848,00
6	BATATA DOCE, IN NATURA. ESTAR LIMPA, SEM TERRA OU PARASITAS.	KG	500,00	3,96	1.980,00
7	BETERRABA DESFOLHADA, LIMPAS, COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO.	KG	100,00	4,31	431,00
8	BISCOITO DOCE DIVERSOS SABORES, PRODUTOS FRESCOS COM COR E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	300,00	28,83	8.649,00
10	CAQUI, IN NATURA. COM COR, SABOR E TAMANHO CARACTERÍSTICO. ESTAR LIMPOS E ÍNTEGROS.	KG	300,00	6,58	1.974,00

11	CARNE BOVINA MOÍDA, CARNE DE PRIMEIRA QUALIDADE. PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, ROTULADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE	KG	500,00	19,60	9.800,00
12	CARNE SUÍNA TIPO CUBOS, CORTES PEQUENOS. PRODUTO ACONDICIONADO EM EMBALAGENS TRANSPARENTES, ROTULADA, COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. PRODUTO COM REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE.	KG	300,00	20,96	6.288,00
14	CHUCHU, SEM TERRA. COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO.	KG	80,00	3,31	264,80
16	CUCA DOCE SEM RECHEIO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	100,00	13,66	1.366,00
17	FEIJÃO PRETO, SELECIONADO E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES.	KG	250,00	7,96	1.990,00
19	GROSTOLI DOCE, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	150,00	18,66	2.799,00
20	IOGURTE, CREMOSO, ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO. SABORES DIVERSOS, PACOTE COM 900ML.	UN	600,00	5,96	3.576,00
21	LARANJA PARA SUCO, APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA	KG	500,00	3,23	1.615,00
22	LEITE INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA, COM ODOR E SABOR CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM UGT, COM 1 LITRO	LT	1.500,00	3,76	5.640,00
23	LIMÃO COMUM, APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA.	KG	80,00	3,53	282,40
24	MANDIOCA DESCASCADA, LAVADAS E CONGELADAS. COM COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. EMBALADAS COM EMBALAGENS TRANSPARENTES, RESISTENTES E SEM RUPTURAS. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	300,00	5,96	1.788,00
25	MASSA CASEIRA COM OVOS	KG	300,00	10,96	3.288,00
26	MEL DE ABELHA, PRODUTO NATURAL. APRESENTAR ASPECTO LIQUIDO, COR E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADO EM POTES PLÁSTICOS E BEM VEDADOS. POSSUIR ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	80,00	26,96	2.156,80
27	MELADO DE CANA, PRODUTO NATURAL. APRESENTAR ASPECTO LIQUIDO, COR E SABOR PRÓPRIO. EMBALAGEM INTACTA, ACONDICIONADO EM POTES PLÁSTICOS E BEM VEDADOS. POSSUIR ROTULAGEM, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	120,00	13,96	1.675,20

28	MINI PIZZA, DIVERSOS SABORES. PESO MÍNIMO DE 70GR. CONGELADAS. EMBALADAS COM PAPEL FILME. ROTULADAS COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UN	600,00	4,53	2.718,00
29	MORANGA CABUTIÁ. APRESENTAR COR, SABOR E TAMANHO PRÓPRIO. ESTAR LIVRE DE TERRA E PARASITAS.	KG	200,00	3,51	702,00
30	MORANGO, IN NATURA. APRESENTAR COR, SABOR E TAMANHO PRÓPRIO. ESTAR LIVRE DE TERRA E PARASITAS.	KG	100,00	18,75	1.875,00
31	PALITO SALGADO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	80,00	16,30	1.304,00
32	PÃO CASEIRO BRANCO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	200,00	12,76	2.552,00
33	PÃO DE MILHO CASEIRO, COM SABOR E COR PRÓPRIA E DE BOA QUALIDADE. EMBALADOS EM EMBALAGENS TRANSPARENTES. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	200,00	12,80	2.560,00
34	QUEIJO PRATO COLONIAL, TEXTURA FIRME. EMBALAGEM INTACTA, EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE E RESISTENTE. COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	120,00	26,96	3.235,20
35	REPOLHO, IN NATURA. SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO.	UN	120,00	5,96	715,20
36	SUCO DE UVA, PRODUTO ORIUNDO DA EXTRAÇÃO DO SUCO DA FRUTA. ACONDICIONADO EM GARRAFA DE VIDRO TRANSPARENTE, FECHADA DE 1L. CONSTAR DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UN	120,00	12,96	1.555,20
37	TANGERINA (BERGAMOTA, PONKÄ), APRESENTAR AROMA, COR E SABOR PRÓPRIO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA	KG	500,00	3,31	1.655,00
38	TOMATE, IN NATURA. COM SABOR, COR E TAMANHO CARACTERÍSTICO. SEM FOLHAS E SEM TERRA.	KG	250,00	5,70	1.425,00

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, neste ato denominados CONTRATADOS, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será de até 05 dias após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pelo Departamento de Compras do Município de União do Oeste.

- a) A entrega das mercadorias deverá ser feita nas Escolas Municipais, de acordo com as quantidades solicitadas na ordem de compra.
- b) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega.

#### CLÁUSULA SEXTA:

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ 82.399,90 (oitenta e dois mil trezentos e noventa e nove reais e noventa centavos).

O MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE compromete-se a efetuar o pagamento no prazo de até 30 dias após a liquidação da despesas e apresentação da nota fiscal.

Se o fornecedor não possuir conta bancária no Banco do Brasil, as despesas de DOC/TED serão por conta do fornecedor.

O Pagamento será efetuado através de ordem bancária e/ou depósito na conta do fornecedor, condicionado à apresentação de documento fiscal e produtos definitivamente aceitos e recebidos pelo Município, através de seu responsável.

Não haverá reajuste, nem atualização dos valores.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão - 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade - 01 – DPTO. DE EDUCAÇÃO

Projeto Atividade - 2.009 – PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Cód. Red. 24 e 25 - Elemento de Despesa: 3.3.90.32.03.00.00.00 – APLICAÇÕES DIRETAS

#### CLÁUSULA NONA:

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congênere, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O CONTRATANTE em razão as supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c) fiscalizar a execução do contrato;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Nutricionista do Município CATIANE ZAMARCHI e do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

O presente contrato rege-se, ainda, pelo Edital de Licitação n.º 08/2020, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e pela Lei nº 11.947/2009.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:**

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax e/ou e-mail, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a) por acordo entre as partes;
- b) pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c) quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

As controvérsias decorrentes deste Contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em três vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

União do Oeste – SC, 28 de janeiro de 2020.

CELSO MATIELLO  
Prefeito Municipal

COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL  
ANTONIO LUIZ SCHNORR  
CONTRATADA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_ 02. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Donzelli Nome: Joel Fernando Capeleto  
CPF: 090.534.369-79 CPF: 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

**DECRETO MUNICIPAL Nº 4371 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020**

Publicação Nº 2356143

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 4.371 de 12 de fevereiro de 2020.

DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 005/2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CELSO MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 73, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o inciso II do Artigo Nº 11 da Lei Municipal Nº 957/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica rescindido, o Contrato Administrativo de trabalho por prazo determinado nº 005/2018 do(a) servidor(a) FRANCIELI ROANI, conforme requerimento em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto Municipal 3.833/2018, decreto 4.151/2019 Contrato Administrativo 005/2018.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 12 de fevereiro de 2020.

CELSONI MATIELLO  
Prefeito Municipal Em Exercício

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

## EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 01/2020

Publicação Nº 2354164

### EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO nº 001/2020

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais –APAE, do Município de Pinhalzinho-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.437.053/0001-73, com sede na Rua São Salvador, nº 1258, centro, na cidade de Pinhalzinho/SC, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de PINHALZINHO/SC.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o doutrinador Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia, para a consecução de objetivos e atingir o bem comum, nem todos os serviços de interesse público são realizados pelo Município, sendo de fundamental importância estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesta seara, a APAE de PINHALZINHO/SC, desenvolve há mais de 30 anos atividades voltadas a serviços de educação, saúde e assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante da necessidade de ofertar o serviço aos que dele necessitem no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Parceria com a APAE de PINHALZINHO/SC, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e Decreto Municipal nº 3.441/2017, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

33.50.00.00.00.00 1100 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos:

R\$ 37.236,24 (vinte e sete mil, setecentos e vinte reais).

Prazo execução: março a dezembro de 2020.

Prazo para Impugnação: 05 dias da data de publicação.

União do Oeste/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Celso Matiello  
Prefeito Municipal



# Urubici

## PREFEITURA

### EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 020/2019

Publicação Nº 2354464

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 020/2019

Objeto: Objeto: Contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para realização da Revisão do Plano Diretor, conforme termo de referência no anexo I do edital. CNPJ: 12.075.748/0001-32. Prorrogação de prazo: até 02/03/2020. Data assinatura: 20/12/2019. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 033/2020

Publicação Nº 2354260

PORTARIA Nº 033/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Dieisy Ghizoni Santos, do Cargo de Professor de Ensino Fundamental II, a partir de 04/02/2020, nomeada através da Portaria nº 034/2019, de 16/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 034/2020

Publicação Nº 2354265

PORTARIA Nº 034/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria nº 683/2019, que designou o Servidor Erovaldo Miguel Auras, Servidor Público Municipal, para ter exercício de 05 (cinco) horas semanais na Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 035/2020**

Publicação Nº 2354277

PORTARIA Nº 035/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Processo Seletivo nº 001/2019/SMAS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Marina Nunes de Oliveira, para exercer o Cargo de Monitor na Casa Lar, no período de 04/02/2020 à 04/08/2020, com carga horária de 40 horas semanais, Grupo Ocupacional II – Atividades da Administração em Geral – AAG, para exercer as funções inerentes e com os vencimentos relativos ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e suas alterações, em virtude de crianças menores abrigadas naquela casa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 036/2020**

Publicação Nº 2354280

PORTARIA Nº 036/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a pedido a Senhora Simone Vieira Oliveira Rodrigues, do Cargo em Comissão de Secretária da Indústria Comércio e Turismo, a partir de 04/02/2020, nomeada através da Portaria nº 574/2018, de 11/10/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 037/2020**

Publicação Nº 2354284

PORTARIA Nº 037/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Desligar do Quadro de Funcionários a Senhora Ana Lucia Custodio Zilli, a partir de 04/02/2020, devido a concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Regime Geral da Previdência Social – INSS, nomeada no cargo de Professora, através da Portaria nº 16/1991 de 10/12/1991.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 038/2020**

Publicação Nº 2354287

PORTARIA Nº 038/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Cassiana Medeiros de Souza, exercendo o cargo de Professor, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 04/02/2020, referente ao período aquisitivo 2013/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 039/2020**

Publicação Nº 2354295

PORTARIA Nº 039/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Senhora Priscilla Jacinto, para exercer o Cargo de Auxiliar de Creche, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos do anexo I, grupo III - Transportes, Obras e Serviços Auxiliares – TSA, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e vencimentos conforme o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 040/2020**

Publicação Nº 2354302

PORTARIA Nº 040/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº 001/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o Senhor Bruno Dias Pereira, para exercer o Cargo de Contador, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos do anexo I, grupo I – Atividades de Nível Superior - ANS, para exercer as funções inerentes ao cargo, tudo de acordo com a Lei nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 041/2020**

Publicação Nº 2354303

PORTARIA Nº 041/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder ao Senhor Roberto de Souza Stange, exercendo o cargo de Motorista de Transporte Escolar na Secretaria Municipal de Educação, gratificação no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais), de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 051/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Janeiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 042/2020**

Publicação Nº 2354308

PORTARIA Nº 042/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Sandra Fabiane Bitencourt Warmling, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Rio Vacarianos, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Mislene Rosanski Copetti, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Rio Vacarianos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 043/2020**

Publicação Nº 2354311

PORTARIA Nº 043/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Sandra Fabiane Bitencourt Warmling, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 044/2020**

Publicação Nº 2354313

PORTARIA Nº 044/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Marizana Meurer, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Patrícia Joice de Lima Karklis, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Laudelino Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 045/2020**

Publicação Nº 2354316

PORTARIA Nº 045/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Marizana Meurer, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 046/2020**

Publicação Nº 2354317

PORTARIA Nº 046/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Rita de Cassia de Souza, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Patrícia Joice de Lima Karklis, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Laudelino Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 047/2020**

Publicação Nº 2354319

PORTARIA Nº 047/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rita de Cassia de Souza, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 048/2020**

Publicação Nº 2354320

PORTARIA Nº 048/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Stela Feliciano Lisboa de Oliveira, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Laudelino Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 11/04/2020, em substituição a Servidora Efetiva Gisele da Rosa, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 049/2020**

Publicação Nº 2354322

PORTARIA Nº 049/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Stela Feliciano Lisboa de Oliveira, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 050/2020**

Publicação Nº 2354325

PORTARIA Nº 050/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Débora Furlan, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em substituição a Servidora Efetiva Edina Warmling, que encontra-se cedida para exercer função na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 051/2020**

Publicação Nº 2354327

PORTARIA Nº 051/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Débora Furlan, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 052/2020**

Publicação Nº 2354330

PORTARIA Nº 052/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Nilcéia Ventura, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Carmem Regina Bach Warmling, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 053/2020**

Publicação Nº 2354332

PORTARIA Nº 053/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Nilcéia Ventura, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 054/2020**

Publicação Nº 2354334

PORTARIA Nº 054/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rita Donisete Antunes de Souza, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Bernardo Henrique Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em substituição a Servidora Efetiva Edina Warmling, que encontra-se cedida para exercer função na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 055/2020**

Publicação Nº 2354337

PORTARIA Nº 055/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rita Donisete Antunes de Souza, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 056/2020**

Publicação Nº 2354341

PORTARIA Nº 056/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Luciane Márcia Nunes Duarte, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenador em 2020 do Servidor Efetivo Deivid Beckhauser Gaspar, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 057/2020**

Publicação Nº 2354342

PORTARIA Nº 057/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Luciane Márcia Nunes Duarte, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 058/2020**

Publicação Nº 2354344

PORTARIA Nº 058/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar Daiane Beltrame Costa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para ser representante da Prefeitura junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, para praticar todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a equipagem e estruturação do Conselho Tutelar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 059/2020**

Publicação Nº 2354350

PORTARIA Nº 059/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Marizana Meurer, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Adelaide Beckhauser Gaspar, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 em substituição a Servidora Efetiva Edimara de Oliveira, em Licença Médica para tratamento de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 060/2020**

Publicação Nº 2354351

PORTARIA Nº 060/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Marizana Meurer, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 061/2020**

Publicação Nº 2354353

PORTARIA Nº 061/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Magda de Souza Goulart, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Adelaide Beckhauser Gaspar, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Flávia Mayer Cardoso, que encontra-se na Coordenação do CEI Adelaide Beckhauser Gaspar.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 062/2020**

Publicação Nº 2354354

PORTARIA Nº 062/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Magda de Souza Goulart, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 063/2020**

Publicação Nº 2354355

PORTARIA Nº 063/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Liana Troes, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Adelaide Beckhauser Gaspar, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Ketring Dayhane da Silva, que encontra-se na Coordenação do CEI Amélia Matos da Luz.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 064/2020**

Publicação Nº 2354357

PORTARIA Nº 064/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Liana Troes, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 065/2020**

Publicação Nº 2354358

PORTARIA Nº 065/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Mara Aparecida Pereira Figueredo, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Bernadete Back Warmling, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Secretário de Educação em 2020 do Servidor Efetivo Hêlvio Arilson Beckhauser.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 066/2020**

Publicação Nº 2354359

PORTARIA Nº 066/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Mara Aparecida Pereira Figueredo, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 067/2020**

Publicação Nº 2354360

PORTARIA Nº 067/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Alessandra Matos, para exercer o cargo de Assistente Escolar III, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude de não ter concursado para o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 068/2020**

Publicação Nº 2354362

PORTARIA Nº 068/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Diego Américo Mattos (de acordo com a emenda constitucional nº 101, art. 37, inciso XVI), para exercer o cargo de Professor de Inglês I, nas Escolas Nucleadas: Bernardo Henrique Warmling, Laudelino Borguezan e Águas Brancas, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 25/07/2020, em substituição a Carina Souza de Oliveira Stange (Processo 029/2019 – redução de carga horária).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 069/2020**

Publicação Nº 2354366

PORTARIA Nº 069/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe ao Professor Diego Américo de Mattos, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 070/2020**

Publicação Nº 2354370

PORTARIA Nº 070/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Nadia Helena Furlaneto da Luz, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Ana Karla Xavier, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Águas Brancas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 071/2020**

Publicação Nº 2354371

PORTARIA Nº 071/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Nadia Helena Furlaneto da Luz, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 072/2020**

Publicação Nº 2354374

PORTARIA Nº 072/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em caráter Temporário a Senhora Rosane Heinzen Correa, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil II, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020 e/ou enquanto perdurar a função de Coordenadora em 2020 da Servidora Efetiva Ana Karla Xavier, que encontra-se na Coordenação da Escola Nucleada Águas Brancas.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 073/2020**

Publicação Nº 2354376

PORTARIA Nº 073/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Rosane Heinzen Correa, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 074/2020**

Publicação Nº 2354377

PORTARIA Nº 074/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 031/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a Servidora Camila Seemann, exercendo o cargo de Professor Auxiliar de Ensino Fundamental I, Licença Maternidade por um período de 06 meses, a partir de 28/01/2020, conforme art. 62 da Lei Complementar nº 031/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 075/2020**

Publicação Nº 2354379

PORTARIA Nº 075/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Vanessa Stange Meurer, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Bernadete Back Warmling, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 076/2020**

Publicação Nº 2354380

PORTARIA Nº 076/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Poliana Gonçalves Borguezan, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Galvina Vieira Ávila, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 077/2020**

Publicação Nº 2354381

PORTARIA Nº 077/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Rafaella Warmling Seemann, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Lídia Costa de Souza, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 078/2020**

Publicação Nº 2354382

PORTARIA Nº 078/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Larissa Desirée Firmiano de Oliveira, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 079/2020**

Publicação Nº 2354384

PORTARIA Nº 079/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Luciana Genuina Machado, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, de acordo com a Lei Complementar nº 033/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.



Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 080/2020**

Publicação Nº 2354386

PORTARIA Nº 080/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Larissa Bernardino, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 081/2020**

Publicação Nº 2354387

PORTARIA Nº 081/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Milena Karklis, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 05/06/2020, em substituição à Servidora Efetiva Carine Belé Morgan, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 082/2020**

Publicação Nº 2354391

PORTARIA Nº 082/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria Estela Macedo, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 11/08/2020, em substituição à Servidora Efetiva Jaqueline Cristina da Rosa, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 083/2020**

Publicação Nº 2354392

PORTARIA Nº 083/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Camila Martins, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Lidia Costa de Souza, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 27/05/2020, em substituição à Servidora Efetiva Franciele Meurer, que encontra-se em Licença Maternidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 084/2020**

Publicação Nº 2354394

PORTARIA Nº 084/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Bruna Cintia da Silva, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, de acordo com a Lei Complementar nº 033/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 085/2020**

Publicação Nº 2354395

PORTARIA Nº 085/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Sandro de Lima Araújo, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no CEI Bernadete Back Warmling, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 18/12/2020, em substituição a Servidora Maria Marli de Souza, que encontra-se readaptada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 086/2020**

Publicação Nº 2354397

PORTARIA Nº 086/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Cristiane Pereira Lima, para exercer o cargo de Servente/Merendeira, no CEI Raio de Sol, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04/02/2020 à 27/02/2020, em substituição a Servidora Josiele da Rosa, que encontra-se em Licença Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 04 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 087/2020**

Publicação Nº 2354398

PORTARIA Nº 087/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei Complementar nº 031/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora Gabriela Oscar de Sousa, exercendo o cargo de Auxiliar de Creche, Licença Maternidade por um período de 06 meses, a partir de 05/02/2020, conforme art. 62 da Lei Complementar nº 031/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 088/2020**

Publicação Nº 2354399

PORTARIA Nº 088/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo nº 002/2019/Secretaria de Transportes e Obras.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar a Portaria nº 514/2019, que admitiu em Caráter Temporário o Senhor Rodrigo Gabriel de Souza, para exercer o Cargo de Operador de Máquinas Rodoviárias, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 05/02/2020 à 31/07/2020, nos termos do anexo I, grupo III – Transportes, Obras e Serviços Auxiliares -TSA, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 05 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 089/2020**

Publicação Nº 2354403

PORTARIA Nº 089/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário o Senhor Matheus Guimarães, para exercer o cargo de Auxiliar de Transporte Escolar, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, com carga horária de 40 horas semanais, em atendimento à Recomendação nº 0089/2017/PJ/URB da Promotoria de Justiça da Comarca de Urubici/SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 090/2020**

Publicação Nº 2354405

PORTARIA Nº 090/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Joseane Aparecida Barbosa, para exercer o cargo de Auxiliar de Transporte Escolar, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Servidora Efetiva Rosane de Lima, que encontra-se em Processo de Readaptação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 091/2020**

Publicação Nº 2354406

PORTARIA Nº 091/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Eliane Wiggers, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, em

virtude de desdobro de turma.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 092/2020**

Publicação Nº 2354407

PORTARIA Nº 092/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Eliane Wiggers, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 093/2020**

Publicação Nº 2354408

PORTARIA Nº 093/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Beatriz Stange Meurer, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental II, na Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, em substituição a servidora efetiva Angelita Rodrigues Pereira Santos, que está atuando no AEE da Escola Nucleada Valdirene Arruda da Cunha Borguezan.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 094/2020**

Publicação Nº 2354409

PORTARIA Nº 094/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Beatriz Stange Meurer, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 095/2020**

Publicação Nº 2354410

PORTARIA Nº 095/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria Cristina Matioli de Araújo, para exercer o cargo de Professor de Artes I, para ministrar aulas de Artes nas Escolas Nucleadas Valdirene Arruda da Cunha Borguezan e Rio Vacarianos, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, em virtude de não ter aprovados do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 096/2020**

Publicação Nº 2354412

PORTARIA Nº 096/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Maria Cristina Matioli de Araújo, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 097/2020**

Publicação Nº 2354413

PORTARIA Nº 097/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Maria Carolina Martins Candido, para exercer o cargo de Professor de Artes I, para ministrar aulas de Artes na Escola Nucleada Águas Brancas e Escolas Multisseriadas: Maria Aparecida Rodrigues e Otávio Costa, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, em virtude de não ter aprovados do Concurso Público.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 098/2020**

Publicação Nº 2354415

PORTARIA Nº 098/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Maria Carolina Martins Candido, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 099/2020**

Publicação Nº 2354416

PORTARIA Nº 099/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Marileia Felipe, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 06/02/2020 à 18/12/2020, em substituição a Servidora Efetiva Edinar Aparecida de Souza, que encontra-se readaptada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 06 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 100/2020**

Publicação Nº 2354418

PORTARIA Nº 100/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Maria dos Prazeres Cardoso de Souza, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Licença Prêmio por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 07/02/2020, referente ao período aquisitivo 2011/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 101/2020**

Publicação Nº 2354419

**PORTARIA Nº 101/2020**

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Gislaíne dos Santos, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2020 à 18/12/2020, de acordo com a Lei Complementar nº 033/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 102/2020**

Publicação Nº 2354420

**PORTARIA Nº 102/2020**

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Lucilene Terezinha da Silva, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Amélia Matos da Luz, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 07/02/2020 à 06/03/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 07 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 103/2020**

Publicação Nº 2354423

**PORTARIA Nº 103/2020**

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME e na Lei Complementar nº 008/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Raquel Kuhnen, para exercer o cargo de Auxiliar de Creche, no CEI Adelaide Beckhauser



Gaspar, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10/02/2020 à 18/12/2020, em virtude dos professores ter direito a 33% destinado a atividades de planejamento, onde o auxiliar de creche irá atender das crianças enquanto o professor está em planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 104/2020**

Publicação Nº 2354424

PORTARIA Nº 104/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Eduarda dos Santos Warmling, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil I, no CEI Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10/02/2020 à 24/02/2020 em substituição a Servidora Efetiva Claudia Márcia Rodrigues Stange, em Licença Médica para tratamento de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 105/2020**

Publicação Nº 2354426

PORTARIA Nº 105/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Eduarda dos Santos Warmling, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 106/2020**

Publicação Nº 2354427

PORTARIA Nº 106/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Jessica de Souza Morgan, para exercer o cargo de Professor de Educação Infantil I, no CEI Ana Rodrigues Corrêa, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 10/02/2020 à 24/02/2020 em substituição a Servidora Efetiva Claudia Márcia Rodrigues Stange, em Licença Médica para tratamento de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 107/2020**

Publicação Nº 2354428

PORTARIA Nº 107/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder gratificação de 10% como incentivo a regência de classe à Professora Jessica de Souza Morgan, conforme Artigo 18 da Lei Complementar nº 1409/2009.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 108/2020**

Publicação Nº 2354429

PORTARIA Nº 108/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Edital nº 017/2019/SME,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor Geovane Norberto de Souza, para exercer o Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 10/02/2020 à 10/08/2020, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos do anexo I, grupo III – Transportes, Obras e Serviços Auxiliares -TSA, para exercer as funções inerentes tudo de acordo com a Lei nº 770/2002 e com vencimentos de acordo com o cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 109/2020**

Publicação Nº 2354430

PORTARIA Nº 109/2020

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais, com base no Processo Seletivo nº 007/2019/SMS,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Admitir em Caráter Temporário a Senhora Fernanda da Silva Martins, para exercer o Cargo de Enfermeiro da Saúde da Família, no período de 10/02/2020 à 23/09/2020, com carga horária de 40 horas semanais, em substituição a Servidora Viviane Martins Ghizoni, que encontra-se em Licença Médica para tratamento de saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 110/2020**

Publicação Nº 2354431

**PORTARIA Nº 110/2020**

ANTONIO ZILLI, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder à Servidora Fernanda da Silva Martins, exercendo o cargo de Enfermeiro de Saúde da Família, Função Gratificada - FG – 02, nos termos do artigo 1º, anexo VI da Lei Complementar nº 009/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 10 de Fevereiro de 2020.

Antonio Zilli  
Prefeito Municipal

# Urupema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 5/2020 - PMU

Publicação Nº 2354500

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA  
SETOR DE LICITAÇÕES  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2020

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 28/02/2020, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando aquisição de insumos e ferramentas para serem utilizados no horto municipal e Secretaria de Turismo e Urbanismo, retirados conforme a necessidade durante o ano de 2020. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou [licitacao@urupema.sc.gov.br](mailto:licitacao@urupema.sc.gov.br), das 08h00min as 12h00min e 13h30min as 17h30min ou pelo site <http://urupema.sc.gov.br/>

Urupema, 13 de Fevereiro de 2020.

EVANDRO FRIGO PEREIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Urussanga

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2017

Publicação Nº 2355411

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 190/2017  
CONTRATO: 190/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO: 43/2017  
PREGÃO PRESENCIAL: 37/2017  
DATA DE ASSINATURA: 12/02/2020  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA  
CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.  
CNPJ/CPF: 61.074.175/0001-38  
OBJETO: SEGURO DE VEÍCULOS DA FROTA OFICIAL DO CORPO DE BOMBEIRO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC  
VALOR GLOBAL: R\$ 2.700,00  
VIGENCIA PRORROGADO ATÉ 21/02/2021

### PORTARIA SME/Nº 01/2020

Publicação Nº 2354611

PORTARIA SE/Nº 1, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidoras ocupantes da vaga de Professor – ACT para atuarem nas funções de Coordenadoras Pedagógicas das escolas municipais que menciona, durante o ano letivo de 2020.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 2.775/2016 prevê que os cargos de Coordenador Pedagógico serão privativos dos membros de carreira do Magistério;

CONSIDERANDO, que foi realizada reunião com as diretoras onde as mesmas indicaram membros efetivos de sua confiança, para ocuparem as vagas de coordenação pedagógica, porém as servidoras efetivas não demonstraram interesses em ocupar as vagas de coordenação;

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidoras ocupantes da vaga de Professor – ACT, devidamente aprovadas no processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2019, para desempenharem suas atividades junto a Coordenação Pedagógica das escolas municipais, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 10 de fevereiro de 2020, conforme disposto abaixo:

- I - AMANDA BONETI AMÉRICO – Ensino Fundamental II – E.M.V. Rosalino De Nez;
- II – SUELEN DOS SANTOS – Ensino Fundamental II – C.E.P. Lydio de Brida;
- III - CRISTIANE MOTTINI FRECCIA – Ensino Fundamental I – C.E.P. Lydio de Brida;
- IV - MARIELE LOPES DOS PASSOS BEZ BIROLO – Educação Infantil – C.E.I. Prof. Zilda de Lourdes Darella Dal Bó;
- V - VALCILÉIA BROGNOLI MARTINS CATANEO – Educação Infantil – C.M.E.I. Agenir Nichele;
- VI - EDNA MENDES DE MEDEIROS - Educação Infantil – C.E.I. Sementinha do Futuro;
- VII – SCHIRLEI NUNES FRETTE FABRO - Educação Infantil – C.E.I Dirceo Maccari;
- VIII – JACKELINE REGINA DALPONTE SERAFIN – Educação Infantil – CEP Lydio de Brida;
- IX – GRAZIELA RAULINO – Ensino Fundamental I – E.M.V. Rosalino De Nez;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.  
Rua João Maria Cancellier, 85 – Estação, Urussanga, 7 de fevereiro de 2020.

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI  
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Educação, aos sete dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

SAMANTA BIROLO  
Diretor Administrativo

**PORTARIA SME/Nº 02/2020**

Publicação Nº 2354610

PORTARIA SE/Nº 2, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Nomeia servidora ocupante da vaga de Professor – ACT para atuar na função de Coordenadora Pedagógica da escola municipal que menciona, durante o ano letivo de 2020.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO, que a Lei Municipal nº 2.775/2016 prevê que os cargos de Coordenador Pedagógico serão privativos dos membros de carreira do Magistério;

CONSIDERANDO, que foi realizada reunião com as diretoras onde as mesmas indicaram membros efetivos de sua confiança, para ocuparem as vagas de coordenação pedagógica, porém as servidoras efetivas não demonstraram interesses em ocupar as vagas de coordenação;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear servidora ocupante da vaga de Professor – ACT, devidamente aprovada no processo Seletivo regido pelo Edital nº 01/2019, para desempenharem suas atividades junto a Coordenação Pedagógica das escolas municipais, com carga horária de 40 horas/semanais, a partir de 13 de fevereiro de 2020, conforme disposto abaixo:

I – ROSIMERE CACHOEIRA MARCELINO – Educação Infantil– E.M.V. Rosalino Damiani;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Rua João Maria Cancellier, 85 – Estação, Urussanga, 12 de fevereiro de 2020.

JANEA APARECIDA DA SILVA POSSAMAI  
Secretária Municipal de Educação

Registrada na Secretaria de Educação, aos doze dias do mês de fevereiro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios, em conformidade com o Decreto GP/Nº 152/2018.

SAMANTA BIROLO  
Diretor Administrativo

# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 033/2020

Publicação Nº 2355575

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ALCEDIR CAPELETTI-ME

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de maestro para os corais italianos municipais de Vargeão.

VALOR: R\$ 34.210,00 (trinta e quatro mil duzentos e dez reais)

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão Presencial nº 02/2020 e Processo Licitatório 05/2020 e Contrato nº 033/2020. Vargeão, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2020

Publicação Nº 2355065

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 08/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 27 de fevereiro de 2020 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por lote, visando a aquisição de pizzas e refrigerantes destinados à atividade comunitária realizada pelo CRAS/PAIF para evento em comemoração ao Dia internacional da Mulher, que será realizado no dia 06/03/2020 às 20 horas, no Clube Palmeiras de Vargeão-SC, de acordo com as especificações constantes no Edital de Pregão nº 08/2020. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link

<https://www.vargeao.sc.gov.br/noticias/index/ver/codNoticia/596990/codMapaItem/13791>

Vargeão, SC, 12 de fevereiro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

RGF 3º QUADR 2019

Publicação Nº 2355069

Município de Vargem - SC - Poder Executivo  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANERO/2019 A DEZEMBRO/2019

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "g")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (e)
	LIQUIDAÇÕES													
	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (e)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	592.771,49	581.800,38	617.050,08	613.626,23	648.454,01	660.557,79	692.171,59	692.275,41	670.016,91	668.822,95	687.211,70	1.481.752,30	8.495.510,84	0,00
Pessoal Ativo	598.318,20	557.347,09	592.595,79	599.172,94	622.576,70	694.680,48	696.294,28	695.308,10	644.139,60	642.945,64	661.334,39	1.325.004,23	8.160.808,44	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	455.095,30	448.597,49	478.654,51	474.009,36	488.367,47	509.073,30	538.045,59	503.640,09	516.672,21	516.612,98	590.259,48	1.103.903,37	6.557.972,14	0,00
Obrigações Patronais	102.412,90	108.749,61	115.940,28	115.163,88	124.189,23	125.606,58	128.244,23	128.759,01	127.261,39	128.332,66	131.074,91	271.100,86	1.602.836,30	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	24.493,29	24.453,29	24.453,29	24.453,29	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	56.248,07	335.702,40	0,00
Aposentadorias, Reservas e Reformas	24.493,29	24.453,29	24.453,29	24.453,29	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	25.877,31	56.248,07	335.702,40	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos inovais, ou contratação externa indicada (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO CORTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Danos, Indenizações por Danos a Terceiros, Indenizações por Danos a Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Ocorrência, Despesas de Ocorrência com a Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações e Pensões com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluguel de Imobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)	562.771,49	581.800,38	617.050,08	613.626,23	648.454,01	660.557,79	692.171,59	692.275,41	670.016,91	668.822,95	687.211,70	1.481.752,30	8.495.510,84	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.485.134,37	0,00												
A) Transfêrências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	0,00												
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	19.485.134,37	43,61												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III) + (A) + (B)	8.495.510,84	54,00												
LIMITE MÁXIMO (VIII) (Indicador I, II e III, art. 20 da LRF)	10.521.972,56	51,30												
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.995.873,93	48,60												
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.469.775,30													

FONTE:





MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>130.572,96</b>	<b>113.977,88</b>	<b>100.552,28</b>	<b>86.991,53</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	130.572,96	113.977,88	100.552,28	86.991,53
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.061.444,66</b>	<b>4.148.461,88</b>	<b>3.548.025,93</b>	<b>3.076.235,26</b>
Disponibilidade de Caixa	4.049.886,20	4.136.903,42	3.536.467,47	3.064.676,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.776.933,00	4.722.707,08	4.462.334,94	3.147.327,77
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	727.046,80	585.803,66	925.867,47	82.650,97
Demais Haveres Financeiros	11.558,46	11.558,46	11.558,46	11.558,46
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-3.930.871,70</b>	<b>-4.034.484,00</b>	<b>-3.447.473,65</b>	<b>-2.989.243,73</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>18.337.212,40</b>	<b>18.792.520,08</b>	<b>18.928.816,95</b>	<b>19.485.134,37</b>
<b>% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]</b>	<b>0,71%</b>	<b>0,61%</b>	<b>0,53%</b>	<b>0,45%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]</b>	<b>-21,44%</b>	<b>-21,47%</b>	<b>-18,21%</b>	<b>-15,34%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>22.004.654,88</b>	<b>22.551.024,10</b>	<b>22.714.580,34</b>	<b>23.382.161,24</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>19.804.189,39</b>	<b>20.295.921,69</b>	<b>20.443.122,31</b>	<b>21.043.945,12</b>

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	86.434,87	93.108,05	115.205,83	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	327.469,80	4.406.181,92	2.835.663,48	166.318,85
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS - LC 151/2015	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019

Continuação 2/2

FONTE:

**MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>18.337.212,40</b>	<b>18.792.520,08</b>	<b>18.928.816,95</b>	<b>19.485.134,37</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.034.186,73</b>	<b>4.134.354,42</b>	<b>4.164.339,73</b>	<b>4.286.729,56</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.630.768,06</b>	<b>3.720.918,98</b>	<b>3.747.905,76</b>	<b>3.858.056,60</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>19.485.134,37</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI)</b> <b>= (IIIa + V - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.117.621,50</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.805.859,35</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.363.959,41</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE VARGÃO - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos			Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores							
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	1.144.744,47	0,00	76.319,33	0,00	0,00	0,00	1.068.425,14	135.948,34	0,00	0,00	932.476,80
Recursos Ordinários	1.144.744,47	0,00	76.319,33	0,00	0,00	0,00	1.068.425,14	135.948,34	0,00	0,00	932.476,80
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.002.583,30	0,00	6.331,64	0,00	0,00	0,00	1.996.251,66	30.370,51	2.513,30	1.965.881,15	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Etc	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recursos Vinculados	2.002.583,30	0,00	6.331,64	0,00	0,00	0,00	1.996.251,66	30.370,51	2.513,30	1.965.881,15	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	3.147.327,77	0,00	82.650,97	0,00	0,00	0,00	3.064.676,80	166.318,85	2.513,30	2.898.357,95	0,00

Vargão, 12/02/2020

MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 3º Quadrimestre de 2019

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	19.485.134,37	
Receita Corrente líquida Ajustada	19.485.134,37	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.976.890,21	46,07
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.691.080,62	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	11.106.526,59	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.521.972,56	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.989.243,73	-15,34
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	23.382.161,24	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.286.729,56	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.117.621,50	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.363.959,41	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	166.318,85	2.898.357,95

FONTE:

## RREO 6ºBIM 2019

Publicação Nº 2355072

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECETAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>4.353.991,46</b>	<b>23,25</b>	<b>20.021.916,01</b>	<b>106,93</b>	<b>-1.297.166,01</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.696.750,00</b>	<b>18.696.750,00</b>	<b>4.275.366,08</b>	<b>22,87</b>	<b>19.485.134,37</b>	<b>104,22</b>	<b>-788.384,37</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.038.285,00	1.038.285,00	182.683,06	17,59	1.074.092,34	103,45	-35.807,34
IMPOSTOS	705.885,00	705.885,00	174.752,80	24,76	940.229,81	133,20	-234.344,81
TAXAS	302.160,00	302.160,00	7.930,26	2,62	131.933,26	43,66	170.226,74
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	20.160,00	20.160,00	0,00	0,00	1.929,27	9,57	18.230,73
CONTRIBUIÇÕES	204.960,00	204.960,00	36.662,11	17,89	230.288,60	112,36	-25.328,60
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E DE FORMAÇÃO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	204.960,00	204.960,00	36.662,11	17,89	230.288,60	112,36	-25.328,60
RECEITA PATRIMONIAL	308.545,00	308.545,00	21.046,63	6,82	150.936,11	48,92	157.608,89
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	-5.040,00	-5.040,00	4.273,90	-84,80	8.547,80	0,00	-13.587,80
VALORES MOBILIÁRIOS	308.545,00	308.545,00	16.772,73	5,44	142.388,31	46,15	166.156,69
DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTOF	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
CESSÃO DE DIREITOS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	77.060,00	77.060,00	29.915,10	38,82	110.542,31	143,45	-33.482,31
RECEITA INDUSTRIAL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
RECEITA DE SERVIÇOS	11.660,00	11.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.660,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	9.660,00	9.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.660,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
OUTROS SERVIÇOS	-3.040,00	-3.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3.040,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.947.610,00	16.947.610,00	3.992.946,58	23,56	17.838.915,99	105,26	-891.305,99
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.569.110,00	8.569.110,00	2.433.727,70	28,40	8.818.333,63	102,91	-249.223,63
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	5.958.460,00	5.958.460,00	1.175.855,59	19,73	6.853.053,59	115,01	-84.593,59
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	2.409.960,00	2.409.960,00	383.263,29	15,90	2.167.528,77	89,94	242.431,23
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	78.390,00	78.390,00	12.212,60	15,58	80.359,02	102,51	-1.969,02
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	46.010,00	46.010,00	2.567,32	5,58	30.817,71	66,98	15.192,29
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	11.590,00	11.590,00	0,00	0,00	277,82	2,40	11.312,18
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>4.353.991,46</b>	<b>23,25</b>	<b>20.021.916,01</b>	<b>-1.297.166,01</b>
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	10.710,00	10.710,00	9.645,28	90,06	49.263,49	-38.553,49
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>28.000,00</b>	<b>28.000,00</b>	<b>78.625,38</b>	<b>280,80</b>	<b>536.781,64</b>	<b>-508.781,64</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
ALIEAÇÃO DE BENS	-5.040,00	-5.040,00	78.625,38	-1.560,03	533.781,64	-538.821,64
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
ALIEAÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-5.040,00	-5.040,00	78.625,38	-1.560,03	533.781,64	-538.821,64
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.960,00	22.960,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.960,00	8.960,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	8.960,00	8.960,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-5.040,00	-5.040,00	0,00	0,00	0,00	-5.040,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>4.353.991,46</b>	<b>23,25</b>	<b>20.021.916,01</b>	<b>-1.297.166,01</b>
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4



Continuação 3/4

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>4.353.991,46</b>	<b>23,25</b>	<b>20.021.916,01</b>	<b>106,93</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>599.335,79</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>4.353.991,46</b>	<b>23,25</b>	<b>20.621.251,80</b>	<b>110,13</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>5.972.954,96</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>5.972.954,96</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	5.972.954,96	—	—	5.972.954,96	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>25.013.268,54</b>	<b>2.618.579,00</b>	<b>20.787.570,65</b>	<b>4.225.697,89</b>	<b>4.494.841,71</b>	<b>20.621.251,80</b>	<b>4.392.016,74</b>	<b>20.538.600,83</b>	<b>166.318,85</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.584.950,00</b>	<b>19.932.158,75</b>	<b>2.542.632,70</b>	<b>18.557.282,13</b>	<b>1.374.876,62</b>	<b>4.098.020,32</b>	<b>18.507.217,78</b>	<b>1.424.940,97</b>	<b>18.500.562,81</b>	<b>50.064,35</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.147.675,00	9.646.638,44	2.237.643,01	9.113.439,85	533.198,59	2.344.026,84	9.113.439,85	533.198,59	9.113.439,85	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.426.275,00	10.285.520,31	304.989,69	9.443.842,28	841.678,03	1.753.993,48	9.393.777,93	891.742,38	9.387.122,96	50.064,35
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.118.800,00</b>	<b>5.080.109,79</b>	<b>75.946,30</b>	<b>2.230.288,52</b>	<b>2.829.821,27</b>	<b>396.821,39</b>	<b>2.114.034,02</b>	<b>2.946.075,77</b>	<b>2.038.033,02</b>	<b>116.254,50</b>
INVESTIMENTOS	1.060.800,00	5.014.109,79	77.394,87	2.186.707,09	2.927.402,70	390.025,64	2.070.452,59	2.943.657,20	1.994.456,59	116.254,50
INVERSOES FINANCEIRAS	6.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	52.000,00	45.000,00	-1.418,57	43.581,43	1.418,57	6.795,75	43.581,43	1.418,57	43.581,43	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>21.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>25.013.268,54</b>	<b>2.618.579,00</b>	<b>20.787.570,65</b>	<b>4.225.697,89</b>	<b>4.494.841,71</b>	<b>20.621.251,80</b>	<b>4.392.016,74</b>	<b>20.538.600,83</b>	<b>166.318,85</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup>
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>25.013.268,54</b>	<b>2.618.579,00</b>	<b>20.787.570,65</b>	<b>4.225.697,89</b>	<b>4.494.841,71</b>	<b>20.621.251,80</b>	<b>4.392.016,74</b>	<b>20.538.600,83</b>	<b>166.318,85</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>18.724.750,00</b>	<b>25.013.268,54</b>	<b>2.618.579,00</b>	<b>20.787.570,65</b>	<b>—</b>	<b>4.494.841,71</b>	<b>20.621.251,80</b>	<b>—</b>	<b>20.538.600,83</b>	<b>166.318,85</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

FONTE:

Vargão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE ORDENADOR DA DESPESA	DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI CRC Nº 031234/O-2	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORIA INTERNA
---------------------------------------	-------------------------------------------------	------------------------------------------------------

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	1.050,00	542.043,08	-540.993,08
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	533.781,64	-533.781,64
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.050,00	8.261,44	-7.211,44

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>	460.908,19	460.908,19	460.908,19	460.908,19	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	460.908,19	460.908,19	460.908,19	460.908,19	0,00	0,00	0,00
Investimentos	460.908,19	460.908,19	460.908,19	460.908,19	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (II f + II g))	SALDO ATUAL (k) = (III i + III j)
<b>Valor(III)</b>	0,00	81.134,89	81.134,89

FONTE:

Vargão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESADANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 031234/O-2ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA  
CONTROLADORA INTERNA

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VARGEÃO**

 Controle Interno  
 Dezembro/2019  
 1/ 1

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSO**  
**EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

Emenda Constitucional nº 29/2000 e ADCT, Art. nº 77

## Anexo 01 - Liquidado

<b>1 - RECEITAS</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	<b>Aplicação</b>
<b>I) IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>120.051,11</b>	<b>940.229,81</b>	<b>141.034,46</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	3.137,33	174.076,63	26.111,49
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	83.140,92	359.555,15	53.933,27
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	4.449,64	69.570,40	10.435,56
ISS - Imposto Sobre Serviços	26.128,51	317.136,36	47.570,45
Multas e Juros de Mora de Impostos	201,97	1.015,60	152,34
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	1.231,94	8.982,07	1.347,31
Dívida Ativa de Impostos	1.760,80	9.893,60	1.484,04
<b>II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>712.571,91</b>	<b>8.073.709,84</b>	<b>1.211.056,55</b>
Cota Parte do ICMS	688.532,22	7.447.787,05	1.117.168,12
Cota Parte do IPVA	14.479,72	530.401,33	79.560,20
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	9.559,97	95.521,46	14.328,22
<b>III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>767.556,11</b>	<b>7.449.924,86</b>	<b>1.117.488,81</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	767.094,85	7.414.834,46	1.112.225,25
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	461,26	35.090,40	5.263,56
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar	0,00	0,00	0,00
<b>IV - TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E</b>	<b>1.600.179,13</b>	<b>16.463.864,51</b>	<b>2.469.579,82</b>
<b>V - TOTAL A SER APLICADO EM AÇÕES E SERVIÇOS</b>			<b>2.469.579,82</b>
<b>2 - DESPESAS</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	
10.301 - Atenção Básica	900.310,54	5.469.333,09	
10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00	0,00	
10.303 - Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	
10.304 - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	
10.305 - Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	
<b>VI - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>900.310,54</b>	<b>5.469.333,09</b>	
<b>3 - DEDUÇÕES</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	
0100 - Recursos Ordinários	29.638,96	29.638,96	
0133 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	0,00	6,18	
0138 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	53.321,05	661.687,45	
0167 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Est	24.389,18	101.329,46	
0333 - Transferências de Convênios ? União/Saúde	0,00	317,15	
0338 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Uni	46.186,91	548.248,11	
0367 - Transferências do Sistema Único de Saúde ? SUS/Est	41,80	64.474,99	
<b>VII - TOTAL DAS DEDUÇÕES</b>	<b>153.577,90</b>	<b>1.405.702,30</b>	
<b>4 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	
<b>VIII - SALDO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>RESUMO</b>	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	
Receita bruta de Impostos e Transferências	1.600.179,13	16.463.864,51	
Despesas por função/subfunção	900.310,54	5.469.333,09	
Deduções	153.577,90	1.405.702,30	
Despesas para efeito de cálculo	746.732,64	4.063.630,79	
Mínimo a ser aplicado	240.026,86	2.469.579,75	
Aplicado	506.705,78	1.594.051,04	
Percentual aplicado	46,67	24,68	
Superávit	31,67	9,68	

FAEE Sistemas ©2013.

Município de Vargeão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Vargeão, 12/02/2020

\_\_\_\_\_  
VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESA

\_\_\_\_\_  
DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 031234/O-2

\_\_\_\_\_  
ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Vargão - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		18.724.750,00		
Previsão Atualizada		18.724.750,00		
Receitas Realizadas		20.021.916,01		
Déficit Orçamentário		599.335,79		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		5.972.954,96		
DESPESAS				
Dotação Inicial		18.724.750,00		
Créditos Adicionais		6.288.518,54		
Dotação Atualizada		25.013.268,54		
Despesas Empenhadas		20.787.570,65		
Despesas Liquidadas		20.621.251,80		
Despesas pagas		20.538.600,83		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		166.318,85		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		20.787.570,65		
Liquidadas		20.621.251,80		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		166.318,85		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		19.485.134,37		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.499.588,93	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.641.977,24	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	327.469,80	26.020,29	301.449,51	0,00
EXECUTIVO	327.469,80	26.020,29	301.449,51	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	727.046,80	2.010,77	725.036,03	0,00
EXECUTIVO	727.046,80	2.010,77	725.036,03	0,00
TOTAL:	1.054.516,60	28.031,06	1.026.485,54	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		4.931.628,05	25%	28,83
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.430.457,44	60%	65,94
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		2.230.288,52	2.829.821,27	

Continua 1/2

Município de Vargeão - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			533.781,64	-533.781,64
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			460.908,19	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.269.142,23	15,00	25,93	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargeão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESA

DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 031234/O-2

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (c)	% (d/Total d)	
<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)</b>									
Legislativa	18.724.750,00	25.013.268,54	2.818.579,00	20.787.570,65	100,00	4.484.841,71	20.621.251,80	100,00	186.318,85
Ação Legislativa	850.500,00	850.500,00	13.888,69	13.888,69	2,98	136.030,41	620.186,30	3,01	0,00
Administração	2.807.905,00	2.867.741,49	500.254,81	2.945.265,65	14,17	722.819,31	2.934.775,09	14,23	10.521,56
Administração Geral	2.807.905,00	2.867.741,49	480.575,81	2.925.617,65	14,07	703.234,31	2.915.096,09	14,14	10.521,56
Administração Financeira	20.000,00	20.000,00	19.679,00	19.679,00	0,09	19.679,00	19.679,00	0,10	0,00
Segurança Pública	92.100,00	104.314,56	6.351,00	77.973,34	0,38	6.781,00	77.973,34	0,38	0,00
Policamento	92.100,00	104.314,56	6.351,00	77.973,34	0,38	6.781,00	77.973,34	0,38	0,00
Assistência Social	1.030.700,00	1.024.700,00	148.888,92	839.571,51	4,04	207.317,03	839.315,51	4,07	256,00
Assistência ao Idoso	25.200,00	25.200,00	0,00	7.400,00	0,04	0,00	7.400,00	0,04	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	60.000,00	0,00	39.206,12	0,19	6.206,02	39.206,12	0,19	0,00
Assistência Comunitária	945.500,00	899.500,00	148.888,92	792.965,39	3,81	201.111,01	792.709,39	3,84	256,00
Saúde	4.855.743,75	6.335.959,08	682.024,15	5.517.409,65	27,30	1.330.831,63	5.640.065,42	27,35	33.414,23
Atenção Básica	4.855.743,75	6.335.959,08	682.024,15	5.517.409,65	27,30	1.330.831,63	5.640.065,42	27,35	33.414,23
Alimentação e Nutrição	196.350,00	196.350,00	15.620,10	174.891,88	0,84	19.085,10	171.332,33	0,83	3.559,55
Abastecimento	7.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação	4.528.576,25	5.315.162,90	765.405,69	4.924.884,67	23,89	1.188.740,59	4.916.916,11	23,84	7.865,56
E Ensino Fundamental	3.459.576,25	4.155.078,90	434.488,49	3.798.825,79	18,27	771.079,66	3.797.223,63	18,41	1.602,16
E Ensino Médio	29.000,00	12.600,00	0,00	12.600,00	0,06	0,00	12.600,00	0,06	0,00
E Ensino Superior	64.000,00	45.000,00	0,00	45.000,00	0,22	4.500,00	45.000,00	0,22	0,00
E Educação Infantil	943.000,00	1.076.000,00	330.967,20	1.042.974,88	5,02	406.594,93	1.036.608,48	5,03	6.366,40
E Educação Especial	34.000,00	25.484,00	0,00	25.484,00	0,12	0,00	25.484,00	0,12	0,00
Cultura	217.000,00	237.000,00	25.247,15	235.528,20	1,13	52.367,15	235.528,20	1,14	0,00
Diffusão Cultural	217.000,00	237.000,00	25.247,15	235.528,20	1,13	52.367,15	235.528,20	1,14	0,00
Urbanismo	734.100,00	3.313.286,60	-17.697,74	722.855,25	3,48	102.371,65	722.855,25	3,51	0,00
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	2.850.000,00	0,00	106.614,11	0,51	0,00	106.614,11	0,52	0,00
Serviços Urbanos	565.050,00	634.236,60	-17.488,14	590.885,16	2,84	79.336,07	590.885,16	2,87	0,00
Transporte Rodoviário	19.050,00	29.050,00	-229,60	25.355,98	0,12	23.035,58	25.355,98	0,12	0,00
Habituação	53.000,00	332.174,98	0,00	301.691,48	1,45	99.397,18	187.916,98	0,91	113.774,50
Habituação Rural	53.000,00	332.174,98	0,00	301.691,48	1,45	99.397,18	187.916,98	0,91	113.774,50
Saneamento	7.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	7.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	592.000,00	617.791,81	67.599,61	612.673,79	2,95	79.029,42	612.673,79	2,97	0,00
Extensão Rural	77.000,00	99.591,81	0,00	97.591,81	0,47	0,00	97.591,81	0,47	0,00
Promoção da Produção Agropecuária	515.000,00	518.200,00	67.599,61	515.081,98	2,48	79.029,42	515.081,98	2,50	0,00
Indústria	22.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	22.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	2.293.125,00	3.068.186,52	312.988,86	3.030.407,95	14,58	382.473,66	3.030.023,95	14,69	384,00
Transporte Rodoviário	2.293.125,00	3.068.186,52	312.988,86	3.030.407,95	14,58	382.473,66	3.030.023,95	14,69	384,00
Desporto e Lazer	182.000,00	216.440,60	34.089,15	215.766,13	1,04	34.089,15	215.766,13	1,05	0,00
Desporto Comunitário	182.000,00	216.440,60	34.089,15	215.766,13	1,04	34.089,15	215.766,13	1,05	0,00
Encargos Especiais	618.000,00	565.000,00	78.578,71	586.655,73	2,82	132.469,53	586.655,73	2,84	0,00
Outros Encargos Especiais	618.000,00	565.000,00	78.578,71	586.655,73	2,82	132.469,53	586.655,73	2,84	0,00

Continua 12



Continuação 22

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	18.724.750,00	25.013.268,54	2.618.579,00	20.787.570,65	4.225.687,89	4.494.841,71	20.621.251,80	4.392.016,74	166.318,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	18.724.750,00	25.013.268,54	2.618.579,00	20.787.570,65	4.225.687,89	4.494.841,71	20.621.251,80	4.392.016,74	166.318,85

FONTE:

Vargão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESA

DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 0312340-2

ROSELER DE OLIVEIRA DE FRA  
CONTROLADORA INTERNA

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Jan/2019	Feb/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	TOTAL (U.T. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.741.168,21</b>	<b>1.942.255,69</b>	<b>1.710.262,68</b>	<b>1.681.284,81</b>	<b>2.026.588,62</b>	<b>1.680.892,59</b>	<b>1.904.013,36</b>	<b>1.658.647,58</b>	<b>1.800.072,16</b>	<b>1.638.925,77</b>	<b>1.777.572,70</b>	<b>3.060.294,60</b>	<b>22.592.056,67</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	45.103,80	107.447,86	108.635,96	77.651,80	232.774,13	75.346,41	66.765,20	59.155,60	50.157,79	68.667,73	57.500,55	125.482,51	1.074.092,34
IPTU	1.382,29	7.643,53	153,48	16.466,51	138.241,80	9.147,39	5.977,42	4.509,82	1.444,17	2.066,54	114,80	6.313,76	193.529,51
IS.S.	39.400,73	46.492,57	36.743,09	25.269,33	26.712,42	26.171,22	22.929,53	19.246,55	14.948,66	18.037,94	16.592,92	26.146,79	317.590,75
ITBI	400,00	400,00	2.465,00	1.800,00	8.466,00	8.050,00	6.006,85	4.705,74	3.150,00	18.595,09	11.091,08	4.449,64	82.250,00
IR.P.F.	1.052,01	39.593,68	24.086,63	24.638,77	23.548,25	26.521,95	27.822,43	27.804,46	27.468,77	26.982,39	26.912,89	83.140,92	359.555,15
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.868,77	13.028,06	45.205,76	9.448,19	36.805,66	5.459,85	4.026,97	2.889,03	3.216,19	2.798,86	19.173,96	5.131,40	133.862,53
Contribuições	19.848,07	21.058,80	20.132,19	18.956,61	18.737,60	19.169,03	17.751,92	18.378,63	21.045,66	19.241,82	8.245,55	12.801,08	230.288,60
Recita Patrimonial	11.043,72	10.028,48	11.042,92	12.035,58	12.719,95	12.210,47	15.319,60	13.390,35	11.966,59	14.967,92	6.108,60	10.864,13	142.388,31
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.136,95	2.136,95	8.547,80
Outras Receitas Patrimoniais	7.702,14	4.463,14	7.039,00	4.767,68	4.812,61	6.524,76	11.881,02	10.406,46	13.102,01	9.909,37	12.298,96	17.826,14	110.542,31
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	1.656,341,56	1.796,253,58	1.557,887,86	1.595,216,68	1.753,118,80	1.532,998,15	1.785,277,19	1.548,724,99	1.683,097,03	1.511,575,65	1.676,602,45	2.878,745,35	20.945.840,29
Transferências Correntes	712.854,55	763.028,06	586.286,84	571.987,33	734.046,07	578.206,50	790.695,22	577.163,58	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	8.057.205,54
Cota-Parte do FPM	65.133,55	632.404,81	594.305,49	608.599,49	600.020,40	585.942,22	593.037,14	597.185,96	621.926,77	626.946,90	646.530,46	688.332,22	7.447.767,05
Cota-Parte do ICMS	30.202,03	38.782,26	50.163,85	50.274,55	62.975,35	42.053,80	63.822,92	56.574,83	50.405,86	41.506,04	29.158,12	14.479,72	530.401,33
Cota-Parte do IPI	285,27	143,96	79,08	36,36	507,80	233,78	121,76	154,15	7.867,14	18.554,67	6.645,17	461,26	35.090,40
Outras Transferências Correntes	66.534,09	143.289,83	128.352,69	131.057,99	163.271,37	148.732,67	195.413,48	136.637,67	299.143,60	167.509,62	180.991,87	871.372,10	2.612.305,74
Transferências da LC 61/1989	7.444,69	7.890,65	7.610,99	7.716,09	6.936,33	8.542,75	8.021,23	7.179,06	8.751,46	7.744,93	8.133,31	9.559,97	95.521,46
Transferências da LC 87/1996	187.685,44	190.724,01	191.089,92	194.544,87	185.361,48	189.287,57	194.165,44	173.839,74	181.250,36	176.337,53	183.248,41	200.014,86	2.167.528,77
Outras Receitas Correntes	1.128,92	2.403,83	5.524,75	2.636,46	4.405,43	4.739,77	7.018,43	8.601,53	23.200,76	8.498,54	3.761,23	8.451,37	80.359,02
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>281.568,38</b>	<b>292.447,75</b>	<b>248.116,07</b>	<b>248.540,96</b>	<b>280.584,44</b>	<b>243.308,13</b>	<b>228.111,30</b>	<b>247.649,23</b>	<b>240.551,64</b>	<b>233.545,18</b>	<b>296.472,24</b>	<b>296.028,98</b>	<b>3.106.924,30</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	281.568,38	292.447,75	248.116,07	248.540,96	280.584,44	243.308,13	228.111,30	247.649,23	240.551,64	233.545,18	296.472,24	296.028,98	3.106.924,30
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.459.599,83</b>	<b>1.649.807,94</b>	<b>1.462.146,61</b>	<b>1.432.743,85</b>	<b>1.745.984,08</b>	<b>1.407.684,46</b>	<b>1.675.902,06</b>	<b>1.410.998,35</b>	<b>1.559.520,52</b>	<b>1.405.380,59</b>	<b>1.511.100,46</b>	<b>2.764.265,62</b>	<b>19.485.134,37</b>
FONTE													
Vargão, 12/02/2020													

VOLMIR FELIPE DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI ROSEOLER DE OLIVEIRA DE PRA  
ORDENADOR DA DESPESA CRC Nº 031234/O-2 CONTROLADORA INTERNA

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

PLANO PREVIDENCIÁRIO							R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre/2019		Até o Bimestre/2018		
RECEITAS CORRENTES (I)							
Receita de Contribuições dos Segurados							
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.246,37
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.246,37
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I+ III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	376.246,37

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Vargeão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018	Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018	Em 2019	Em 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)<sup>2</sup></b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>376.246,37</b>	<b>0,00</b>	<b>376.246,37</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor								
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS								
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar								
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos								
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA					
			2019		2018		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00		0,00	
Investimentos e Aplicações			0,00		0,00		0,00	

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVENBRO - DEZEMBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:  
Vargão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE ORDENADOR DA DESPESA	DANIELA LANDO DE QUIGIO VANI CRC Nº 031234/O-2	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORA INTERNA
---------------------------------------	---------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Out 2019 (B)	Em 31 Dez 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	130.572,96	93.787,28	86.991,53
DEDUÇÕES (II)	4.049.886,20	3.319.993,04	3.064.676,80
Disponibilidade de Caixa	4.049.886,20	3.319.993,04	3.064.676,80
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.776.933,00	3.975.017,77	3.147.327,77
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	727.046,80	655.024,73	82.650,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	85.106,73	85.106,73	85.106,73
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-85.106,73</b>	<b>-85.106,73</b>	<b>-85.106,73</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2019 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Vargão, 12/02/2020

\_\_\_\_\_  
VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESA

\_\_\_\_\_  
DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 031234/O-2

\_\_\_\_\_  
ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA  
CONTROLADORA INTERNA

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	
RECEITAS CORRENTES (I)	18.696.750,00	19.486.134,37
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.043.325,00	1.074.092,34
I.P.T.U.	199.500,00	193.523,51
I.S.S.	288.800,00	317.580,75
I.T.B.I.	82.625,00	69.570,40
I.R.R.F.	160.000,00	359.555,15
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	332.400,00	133.862,53
Contribuições	210.000,00	230.288,60
Receita Patrimonial	313.585,00	150.936,11
Aplicações Financeiras(II)	313.585,00	142.388,31
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	8.547,80
Transferências Correntes	16.947.610,00	17.838.915,99
Cota-Parte do FPM	6.930.000,00	6.572.053,88
Cota-Parte do ICMS	5.280.000,00	5.958.230,80
Cota-Parte do IPVA	400.000,00	424.322,04
Cota-Parte do ITR	25.200,00	28.057,59
Transferências da LC 87/1996	20.160,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	67.200,00	76.417,17
Transferências do FUNDEB	2.415.000,00	2.167.528,77
Outras Transferências Correntes	1.810.050,00	2.612.305,74
Demais Receitas Correntes	182.230,00	190.901,33
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	182.230,00	190.901,33
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	18.383.165,00	19.342.746,06
RECEITAS DE CAPITAL (V)	28.000,00	536.781,64
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	536.781,64

Continua 1/5

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/5

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	533.781,64
Transferências de Capital	28.000,00	3.000,00
Convênios	28.000,00	3.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	28.000,00	536.781,64
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>18.411.165,00</b>	<b>19.879.527,70</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
						LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	19.932.158,75	18.557.282,13	18.507.217,78	18.500.562,81	721.337,03	94.722,31
Pessoal e Encargos Sociais	9.646.638,44	9.113.439,85	9.113.439,85	9.113.439,85	581.770,87	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.285.520,31	9.443.842,28	9.393.777,93	9.387.122,96	139.566,16	94.722,31
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.285.520,31	9.443.842,28	9.393.777,93	9.387.122,96	139.566,16	94.722,31
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	19.932.158,75	18.557.282,13	18.507.217,78	18.500.562,81	721.337,03	94.722,31
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.060.109,79	2.230.288,52	2.114.034,02	2.038.038,02	3.699,00	206.727,20
Investimentos	5.014.109,79	2.186.707,09	2.070.452,59	1.994.456,59	3.699,00	206.727,20
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/5



Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/5

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019						
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XX)	45.000,00	43.581,43	43.581,43	43.581,43	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	5.015.109,79	2.186.707,09	2.070.452,59	1.994.456,59	3.699,00	206.727,20	206.727,20	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	24.968.268,54	20.743.989,22	20.577.670,37	20.495.019,40	725.036,03	301.449,51	301.449,51	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]		-1.641.977,24						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		142.388,31						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.499.588,93						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
		Em 31 Dez 2018(a)						
		Até o Bimestre/2019(b)						
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		86.991,53						
DEDUÇÕES (XXIX)		3.076.235,26						
Disponibilidade de Caixa		3.064.676,80						

Continua 3/5

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 4/5

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.776.933,00	3.147.327,77
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	727.046,80	82.650,97
Demais Haveres Financeiros	11.558,46	11.558,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-3.930.871,70	-2.989.243,73
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	-941.627,97	
AJUSTE METODOLÓGICO		
	Até o Bimestre/2019	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	644.395,83	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00	
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00	
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-1.586.023,80	
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-1.728.412,11	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.986.477,48	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.986.477,48	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00	

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Município de Vargão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

FODERÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+d) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (h+i)	Saldo Total L=(e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	727.046,80	725.036,03	2.010,77	-	-	327.469,80	301.449,51	301.449,51	26.020,29	-	0,00
EXECUTIVO	0,00	727.046,80	725.036,03	2.010,77	0,00	0,00	327.469,80	301.449,51	301.449,51	26.020,29	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	727.046,80	725.036,03	2.010,77	0,00	0,00	327.469,80	301.449,51	301.449,51	26.020,29	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	24.130,31	24.130,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.743,20	4.899,45	4.899,45	1.843,75	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	281.863,73	281.863,73	0,00	0,00	0,00	35.753,87	30.629,98	30.629,98	5.123,89	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO	0,00	13.929,00	13.929,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DA AGRICULTURA, IND. COM. TUR	0,00	49.115,47	49.115,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	67.773,37	67.773,37	0,00	0,00	0,00	24.094,00	15.992,00	15.992,00	8.102,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO	0,00	252.631,50	252.631,50	0,00	0,00	0,00	64.306,45	54.392,45	54.392,45	9.914,00	0,00	0,00
SECRETARIA M. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANO	0,00	37.603,42	35.992,85	2.010,77	0,00	0,00	190.054,54	189.471,54	189.471,54	593,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLV. SOCIAL	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00	6.517,74	6.064,09	6.064,09	453,65	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	727.046,80	725.036,03	2.010,77	0,00	0,00	327.469,80	301.449,51	301.449,51	26.020,29	0,00	0,00

ONTE:

FONTE:

Vargão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE ORDENADOR DA DESPESA	DANIEL ALANO DEQUIGOVANI CRC: Nº 031234/O-2	ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA CONTROLADORA INTERNA
---------------------------------------	------------------------------------------------	-----------------------------------------------------

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VARGEÃO**

 ® Instituto FAEE S/C LTDA  
 Controle Interno  
 Dezembro/2019

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. nº 212 e LDB, Art nº 72

**Anexo 02 - Liquidado**

	<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>	<b>Aplicação</b>
<b>1 - RECEITAS</b>			
<b>I) IMPOSTOS MUNICIPAIS</b>	<b>120.051,11</b>	<b>940.229,81</b>	<b>235.057,46</b>
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano	3.137,33	174.076,63	43.519,16
IRRF - Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	83.140,92	359.555,15	89.888,79
ITBI - Imposto Sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	4.449,64	69.570,40	17.392,60
ISS - Imposto Sobre Serviços	26.128,51	317.136,36	79.284,09
Multas e Juros de Mora de Impostos	201,97	1.015,60	253,90
Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Impostos	1.231,94	8.982,07	2.245,52
Dívida Ativa de Impostos	1.760,80	9.893,60	2.473,40
<b>II) TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO</b>	<b>712.571,91</b>	<b>8.073.709,84</b>	<b>2.018.427,45</b>
Cota Parte do ICMS	688.532,22	7.447.787,05	1.861.946,75
Cota Parte do IPVA	14.479,72	530.401,33	132.600,33
Cota Parte do IPI Sobre Exportação	9.559,97	95.521,46	23.880,37
<b>III) TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>1.094.786,46</b>	<b>8.092.295,94</b>	<b>2.023.073,99</b>
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	767.094,85	7.414.834,46	1.853.708,62
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR	461,26	35.090,40	8.772,60
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar	0,00	0,00	0,00
Transferências da União Cota-Parte do FPM Complementar	327.230,35	642.371,08	160.592,77
<b>IV) TOTAL DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS</b>	<b>1.927.409,48</b>	<b>17.106.235,59</b>	<b>4.276.558,90</b>
<b>V) TOTAL À SER APLICADO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>			<b>4.276.558,90</b>
<b>2 - FUNDEB</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
<b>VI) RECEBIMENTO DO FUNDEB</b>		<b>200.014,88</b>	<b>2.167.528,77</b>
Transferências de Recursos do FUNDEB		200.014,88	2.167.528,77
<b>VII) DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB</b>		<b>-296.028,98</b>	<b>-3.106.924,30</b>
Cota Parte do ICMS		-137.706,34	-1.489.556,25
Cota Parte do IPVA		-2.895,86	-106.079,29
Cota Parte do IPI Sobre Exportação		-1.912,00	-19.104,29
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM		-153.418,95	-1.485.151,66
Cota Parte do Imposto Territorial Rural - ITR		-95,83	-7.032,81
Transferência Financeira ICMS - Desoneração - Lei Complementar nº 87/96		0,00	0,00
<b>VII) RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSF. DO FUNDEB (VI-VII) - PERDA</b>		<b>-96.014,10</b>	<b>-939.395,53</b>
<b>3 - DESPESAS</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
12.361 - Ensino Fundamental		434.350,41	3.797.223,63
12.365 - Educação Infantil		246.116,49	1.036.608,48
12.366 - Ensino de Jovens e Adultos		0,00	0,00
<b>IX) TOTAL DAS DESPESAS C/ MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>680.466,90</b>	<b>4.833.832,11</b>
<b>4 - DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
0132 - Transferências de Convênios ? União/Educação		0,00	3.423,00
0136 - Salário-Educação		7.698,24	303.949,78
0137 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenv		1.993,10	50.110,17
0162 - Transferências de Convênios ? Estado/Educação		33.443,35	151.343,50
0319 - Transferências do FUNDEB - outras despesas da Educ		0,00	44.840,70
0336 - Salário-Educação		0,00	228.912,00
0362 - Transferências de Convênios ? Estado/Educação		6.539,36	111.829,70
<b>X) TOTAL DAS DEDUÇÕES/ADIÇÕES</b>		<b>49.674,05</b>	<b>894.408,85</b>
<b>5 - OUTRAS DEDUÇÕES</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Remuneração De Depósitos Bancários Vinculados Ao FUNDEB		38,49	1.799,22
<b>XI) SALDO</b>		<b>38,49</b>	<b>1.799,22</b>
<b>6 - RESUMO</b>		<b>No Período</b>	<b>Até o Período</b>
Receita bruta de Impostos e Transferências(IV)	1.927.409,48		17.106.235,59
Despesas por função/subfunção(IX)	680.466,90		4.833.832,11
Deduções(X+XI)	49.712,54		896.208,07
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (VI-VII) - Perda	-96.014,10		-939.395,53
Despesas para efeito de cálculo((IX)-(X+XI+VIII))	726.768,46		4.877.019,57
Mínimo a ser aplicado	481.852,38		4.276.559,00
Aplicado à Maior	244.916,08		600.460,57
Percentual aplicado	37,71		28,51
Superávit	12,71		3,51

Vargeao(SC), 12 de Fevereiro de 2020

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE VARGÊÃO**

® Instituto FAEE S/C LTDA  
Controle Interno  
Dezembro/2019

**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
**NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. nº 212 e LDB, Art nº 72

**Anexo 02 - Liquidado**

---

Rosecler A. De O. De Pra  
Controladora Interna

Município de Vargeão - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2019/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>			
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.060.109,79</b>	<b>2.230.288,52</b>	<b>2.829.821,27</b>
Investimentos	5.014.109,79	2.186.707,09	2.827.402,70
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	1.000,00
Amortização de Dívida	45.000,00	43.581,43	1.418,57
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>5.060.109,79</b>	<b>2.230.288,52</b>	<b>2.829.821,27</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>5.060.109,79</b>	<b>2.230.288,52</b>	<b>2.829.821,27</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Vargeão, 12/02/2020

VOLMIR FELIPE  
ORDENADOR DA DESPESA

DANIELA LANDO DEQUIGIOVANI  
CRC Nº 031234/O-2

ROSECLER DE OLIVEIRA DE PRA  
CONTROLADORA INTERNA

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1023/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355093

DECRETO MUNICIPAL Nº 1023/2020, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 10.01 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.015 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Saúde

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0088 – Aplicações Diretas ..... R\$ 59.342,50

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0088 – Alienações de Bens – Saúde, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 10.01 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.015 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Saúde

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.03.0089 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do superávit financeiro do exercício de 2019, apurado conforme balanço, na fonte de recursos 0086 – Alienações de Bens – Outros Programas, conforme art. 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64.

Art 3rd. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 10.01 / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto 1.015 – Aquisição de Veículos, Equipamentos e Material Permanente - Saúde

Modalidade 4.4.90.00.00.00.00.01.0088 – Aplicações Diretas ..... R\$ 23.500,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0088 – Alienações de Bens – Saúde, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 4th. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### DECRETO MUNICIPAL Nº 1024/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicação Nº 2355097

DECRETO MUNICIPAL Nº 1024/2020, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade: 07.02 / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2.020 – Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0065.51 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00



Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0065.51 – Transf. do SUAS Estado - Custeio, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 12 de fevereiro de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

## **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2020/FMS**

Publicação Nº 2355086

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM  
RATIFICAÇÃO

Processo Licitatório nº 06/2020/FMS – Dispensa de Licitação nº 02/2020/FMS

Na qualidade de Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Vargem/SC, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão emanada pela Comissão Permanente de Licitações no Processo de Dispensa de Licitação nº 02/2020/FMS, relativo à locação de software de gestão, em favor de Inovadora Sistemas de Gestão Ltda., no valor de R\$ 7.313,70.

Vargem/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Adriana Correa – Gestora do FMS

**Vidal Ramos****PREFEITURA****DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 12/2020**

Publicação Nº 2355658

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 24/2020  
Dispensa de Licitação nº. 12/2020

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente Processo de Dispensa de Licitação para contratação de empresa para aquisição de uma divisória Eucatex com porta de correr (4x20 x 2,50) e mão de obra para instalação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

**JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, oferece as crianças da Escola Municipal Padre Heriberto Hartmann que apresentam baixo rendimento escolar, aulas de apoio no contra turno. Para atender a esta demanda é preciso organizar um espaço para o atendimento. Fazendo um estudo em todo o espaço escolar, conseguimos reorganizar a sala dos professores que tem um amplo espaço, com uma divisória, fazendo assim uma sala para o atendimento específico de apoio para as crianças.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

**DO PREÇO**

O valor previsto para pagamento desse serviço é de R\$ 1.876,00 (mil oitocentos e setenta e seis reais) o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento e prestação dos serviços solicitados.

ITEM	QTDE	PRODUTO	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	10,50	Divisoria Eucatex com porta de correr (4,20x2,50)	R\$ 100,00	R\$ 1.050,00
2	14	serviço e mão de obra	R\$ 59,00	R\$ 826,00
VALOR TOTAL			R\$ 1.876,00	

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue: 3.3.9.0.3.0.5.1.00.00.00.00.00. (40) e 3.3.9.0.3.9.0.5.00.00.00.00.00 (40)

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA**

O Serviço será executado mediante requisição prévia e após homologação.

**DA DOCUMENTAÇÃO**

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: ALUMINIOS VOLTOLINI LTDA, estabelecida na Rodovia SCT 486 km 106 nº. 500, centro, Vidal Ramos/Sc, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 10.227.225/0001-39

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exma. Sra. Secretária de Educação e Cultura, Guisela Backes Burg, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 12 de fevereiro de 2020.

Eduardo Thechrin  
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº24/2020  
Dispensa de Licitação nº. 12/2020

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de uma divisória Eucatex com porta de correr (4x20 x 2,50) e mão de obra para instalação, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, valor será de R\$ 1.876,00 (mil oitocentos e setenta e seis reais).

Empresa: ALUMINIOS VOLTOLINI LTDA,  
Rodovia SCT 486 km 106 nº. 500, centro, Vidal Ramos/SC, CEP 88443-000,  
CNPJ sob o número 10.227.225/0001-39

Vidal Ramos, 12 de fevereiro de 2020.

Eduardo Thechrin  
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 24/2020  
Dispensa de Licitação nº. 12/2020

#### RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa ALUMINIOS VOLTOLINI LTDA, estabelecida na Rodovia SCT 486 km 106 nº. 500, centro, Vidal Ramos/SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 10.227.225/0001-39, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no valor de R\$ 1.876,00 (mil oitocentos e setenta e seis reais), em favor da empresa ALUMINIOS VOLTOLINI LTDA, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 12 de fevereiro de 2020

ODILMAR DE SOUZA  
Prefeito Municipal

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

Publicação Nº 2355624

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos  
Setor de Compras  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 23/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2020

**OBJETO:** Constitui objeto do presente certame a aquisição de um Caminhão 4x2 novo, ano e modelo mínimo 2019/2020, motor diesel, com potência mínima de 185 CV, de acordo com as especificações seguintes no anexo Termo de Referência.

**REGIMENTO:** A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, através de seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 005/2019 de 08 de janeiro de 2019, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2020, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, DECRETO Nº. 7.892 DE 23 DE JANEIRO DE 2013, e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93.

**ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 09:00 hrs do dia 02 de março de 2020.

**CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES:** Às 09:00 hrs do dia 02 de março de 2020, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Departamento de Compras e Licitações.

**INFORMAÇÕES:** A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30

e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2318, email: [compras@vidalramos.sc.gov.br](mailto:compras@vidalramos.sc.gov.br).

Vidal Ramos (SC), 12 de fevereiro de 2020

ODILMAR DE SOUZA  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 17.233/2020

Publicação Nº 2354175

DECRETO Nº 17.233/2020, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020.

Concede pensão por morte, em decorrência do óbito do servidor inativo José Carlos Raupp, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03 e nos artigos 34 a 41 da Lei Complementar municipal nº 023/2002, a dependente presumida AZENILDE SALETE BORDIGNON RAUPP e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições e diante do contido no Processo Administrativo INPREVID nº 007/2020,

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder pensão por morte, em caráter integral, nos termos do art. 40, § 7º, inciso I, da Constituição Federal, observada a redação da EC nº 41/03 e dos artigos 34 a 41 da Lei Complementar municipal nº 023/2002, em decorrência do óbito do servidor inativo JOSÉ CARLOS RAUPP, brasileiro, casado, ex-portador do CPF nº 343.984.909-06 e RG nº 665.812, ex-detentor da matrícula funcional nº 495, à dependente presumida (esposa) AZENILDE SALETE BORDIGNON RAUPP, brasileira, viúva, do lar, inscrita no CPF sob nº 482.066.369-00 e no RG nº 2.111.412.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, na proporção de 100% (cem por cento) para o dependente legalmente reconhecido, perfazendo o montante bruto total, a partir da competência de fevereiro/2020, de R\$ 5.657,49 (Cinco mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e quarenta e nove centavos), que serão pagos mensalmente pelo INPREVID.

Parágrafo único. Os valores dos proventos serão corrigidos na mesma data e pelo mesmo índice conferido aos servidores aposentados/pensionistas que possuem paridade, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Fica declarada a extinção da Aposentadoria por Tempo de Contribuição, concedida ao servidor nos termos do Decreto nº 12.903/16 de 26/04/2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 29 de janeiro de 2020, data do óbito do servidor.

Videira, 10 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 - PMV

Publicação Nº 2354935

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/02/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "TRANSPORTES PBRANDT LTDA EPP" EM CARÁTER EMERGENCIAL, DURANTE O PERÍODO DE 35 DIAS, PARA ATENDIMENTO DOS ALUNOS QUE FREQUENTAM AS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC.

VALOR: R\$ 17.530,52 (dezesete mil quinhentos e trinta reais e cinquenta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 11 de fevereiro de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS**

Publicação Nº 2355260

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

O Município de Videira, por meio do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2020 - FMS

HOMOLOGAÇÃO: 12/02/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLINICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO DA PACIENTE A. G. N., PARA CUMPRIMENTO DE MANDADO JUDICIAL CONFORME AUTOS Nº 0900191-75.2016.8.24.0079, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. VALOR TOTAL DA DESPESA: 45.980,00 (quarenta e cinco mil novecentos e oitenta reais).

VALOR MENSAL DA DESPESA R\$ 8.360,00 (oito mil reais trezentos e sessenta reais.)

FUNDAMENTO: Artigos 25, "CAPUT" e 26, ambos da Lei de Licitações.

Videira - SC, 12 de fevereiro de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**PORTARIA Nº 0163/2020**

Publicação Nº 2354172

PORTARIA nº 0163/2020

Concede Promoção Vertical a servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 49, da Lei Complementar nº 122/12, de 04 de abril de 2012, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 2580/2020,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Promoção Vertical para o nível de pós-graduação, à servidora DEUSHYLENE DE JESUS FERREIRA DURANS COELHO, Especialista em Educação, por ter concluído curso de pós-graduação lato sensu (especialização) em "Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

**PORTARIA Nº 0164/2020**

Publicação Nº 2354174

PORTARIA nº 0164/2020

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS nº 20022080.1.00023/18-5,



nos assentos funcionais da servidora MARLI BACHER STEDILLE, detentora da matrícula funcional nº 9983, e do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2685/2020, RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora MARLI BACHER STEDILLE, Técnico em Enfermagem, detentora da matrícula funcional nº 9983, do período de 14 (quatorze) anos, 5 (cinco) meses e 17 (dezessete) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS nº 20022080.1.00023/18-5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de fevereiro de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

## **RESULTADO DE RECURSO CC 07/2019 - PMV - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2354615

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

JULGAMENTO DO RECURSO DA FASE DE HABILITAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 07/2019-PMV

O Prefeito Municipal, torna público a retificação do despacho do prefeito, confeccionado junto ao resultado do julgamento do recurso interposto pela empresa A&C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS, no processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A CONTINUIDADE DA ETAPA 03 DO PARQUE LINEAR RIO DO PEIXE - PRAÇA DO CONHECIMENTO (RUA ANTÔNIO FÁVERO E AVENIDA BEIRA RIO, CENTRO) E, EXECUTAR A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA NEREU RAMOS, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO, passando o mesmo a ter a seguinte redação: "Diante do exposto, adotando o parecer jurídico como se meu próprio fosse e o considerando-o parte integrado a este, decido por RECEBER o recurso interposto pela empresa A&C CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI e no mérito JULGA-LO IMPROCEDENTE mantendo a DESCLASSIFICAÇÃO da recorrente, por descumprimento às regras editalícias."

Videira, 12 de fevereiro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
PREFEITO Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0012/2020

Publicação Nº 2354640

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0036/2020 – Dispensa de Licitação nº 0012/2020

O Município de Xanxerê, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Dispensa de Licitação para a Elaboração de Projeto Básico e Executivo para Construção da Praça do Bairro Tacca, no Município de Xanxerê, compreendendo Projeto Arquitetônico, Urbanístico e de Paisagismo, Elétrico (Iluminação Pública), Hidrossanitário, Equipamentos/mobiliários urbanos, Acessibilidade, Memorial Descritivo, Imagens Ilustrativas e RRT, com a empresa CECCATTO ARQUITETURA LTDA, CNPJ: 20.387.291/0001-20, no valor total de R\$ 12.000,00 (doze mil reais). De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações em seu Art. 24, inciso I. Xanxerê/SC, 12 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0004/2020

Publicação Nº 2354605

MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC

Processo nº 0037/2020 – Inexigibilidade Licitação nº 0004/2020

O Município de Xanxerê/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Avelino Menegolla, justifica a Inexigibilidade de Licitação para contratação de shows artísticos a serem realizados durante a comemoração do 66º aniversário do Município de Xanxerê e lançamento da ExpoFemi 2020, com as empresas: Bob e Robison Gravações e Promoções Artísticas Ltda CNPJ: 62.286.794/0001-59, para apresentação da dupla "Bob e Robison" no dia 23/02/2020, no valor de R\$ 20.000,00 e a empresa Vibra Serviços Ltda, CNPJ: 09.296.717/0001-05, para apresentação do Artista "Carlos Magrão" no dia 23/02/2020, no valor de R\$ 14.000,00. De acordo com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, art. 25, inciso III. Xanxerê/SC, 12/02/2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2020

Publicação Nº 2354476

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo nº 0038/2020 – Tomada de Preços nº 0003/2020

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços nº 0003/2020, do tipo Menor Preço Global, tendo como objeto a Contratação de Empresa de Engenharia para a Construção de Cobertura da Praça de Alimentação do Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme descrito no Memorial Descritivo, Orçamento, Cronograma e Projetos anexos ao presente. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 02/03/2020, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Xanxerê. Retirada do Edital e anexos no website da Prefeitura Municipal [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br).

Xanxerê-SC, 12 de fevereiro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 040/2020

Publicação Nº 2356137

DECRETO Nº 040/2020

ESTABELECE PISO MÍNIMO MUNICIPAL PAGO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE PERCEBEM VENCIMENTOS INFERIORES AO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE DO PAÍS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e o parágrafo único do artigo 1º da Lei 3719/2015, de 21.01.2015, e ainda,

Considerando o disposto na Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o valor de R\$ 1.045,00 (mil e quarenta e cinco reais), salário mínimo nacional, como piso mínimo municipal, pago aos servidores públicos municipais que percebem vencimentos inferiores ao salário mínimo vigente no país.



Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 018/2020, de 16 de janeiro de 2020.

Xanxerê/SC, 10 de fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 041/2020

Publicação Nº 2356138

DECRETO Nº 041/2020

ATUALIZA PISO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal e o Art. 2º da Lei Municipal nº 3724/2015, de 20.02.2015, e

Considerando o estabelecido na Lei Federal nº 11.738/2008, de 16 de julho de 2008;

Considerando o disposto no inciso II do Art. 3º da Lei Complementar nº 3375/2011, de 23 de novembro de 2011 (Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Xanxerê);

Considerando a Nota Técnica nº 15/2020 da Federação Catarinense de Municípios - FECAM;

DECRETA:

Art. 1º O piso salarial dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Xanxerê, será igual ao piso nacional dos profissionais do magistério publicado pelo MEC, de acordo com o quadro abaixo:

Carga Horária Semanal	Carga Horária Mensal	Valor Do Piso
40 horas	200 horas	R\$ 2.886,15
20 horas	100 horas	R\$ 1.443,08

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 10 de fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/001/2020

Publicação Nº 2349991

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/001/2020

OBJETO: Convocação dos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, para primeira reunião ordinária de 2020.

O presidente da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, designado pelo Decreto Municipal Nº 039/2019, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 20/02/2019, CONVOCA:

Os integrantes da JARI para a primeira reunião ordinária do ano de 2020, para julgamento de recursos de infrações de trânsito e discussão de assuntos de interesse da JARI, a ser realizada no dia 20 de fevereiro de 2020, com início às 08h30, em sala localizada na sede da Prefeitura Municipal de Xanxerê – SC.

Em caso de impedimento do comparecimento do membro titular, o suplente deve comparecer e, se ainda houver ausência, esta deve ser justificada à luz da Resolução 357/10 do CONTRAN, sem prejuízo do que consta no Regimento Interno da JARI do Município.

Fica a secretária responsável para notificar os integrantes desta JARI da referida convocação.

Xanxerê - SC, 13 de fevereiro de 2020.

JOACIR FRANCISCON  
PRESIDENTE

De ordem do Sr. Presidente, publico o presente Edital de Convocação.

KELIN REGINA BIANCHI  
SECRETÁRIA

**EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO RP Nº 0007/2020**

Publicação Nº 2354203

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0013/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: CARLOS GIOVANI BIGUELINI ME

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Agenda Escolar e Portfólios, destinados a manutenção do Centro Administrativo, Secretarias de Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Expo FEMI 2020, Educação, Agricultura, Esportes Cultura e Lazer, Obras, Transportes e Serviços, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 55.473,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0014/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: GRAFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Agenda Escolar e Portfólios, destinados a manutenção do Centro Administrativo, Secretarias de Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Expo FEMI 2020, Educação, Agricultura, Esportes Cultura e Lazer, Obras, Transportes e Serviços, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 1.040,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0015/2020

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Detentor da Ata: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRAFICOS LTDA

Objeto: Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais Impressos, Agenda Escolar e Portfólios, destinados a manutenção do Centro Administrativo, Secretarias de Saúde, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico, Expo FEMI 2020, Educação, Agricultura, Esportes Cultura e Lazer, Obras, Transportes e Serviços, Polícia Militar, Polícia Civil e Corpo de Bombeiros Militar de Xanxerê nas quantidades estimadas constante do ANEXO I.

Valor total: R\$ 41.330,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 04 de fevereiro de 2020. Avelino Menegola – Prefeito Municipal.

**PORTARIA Nº 090/2020**

Publicação Nº 2354193

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 090/2020.  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77 e Decreto AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 12.02.2020 a 12.03.2020 ao Servidor Público Municipal o Sr. RIVELINO FORTES, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 4.757.001-6 e CPF nº 017.529.459-30, nomeado pelo Decreto nº AM 170/2002, para o cargo de AUXILIAR DE TOPOGRAFIA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Sendo as férias referente ao período abaixo especificado:  
20.05.2018 a 19.05.2019 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 12 de Fevereiro de 2020

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 091/2020**

Publicação Nº 2354194

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 091/2019  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 02.03.2020 a 31.03.2020 a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANE PAIN FRAGA, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 5.249.290-7 e CPF nº 054.483.519-05, nomeada conforme Decreto nº EB 025/08, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:  
07.02.2019 a 06.02.2020 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 12 De Fevereiro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 092/2020**

Publicação Nº 2354195

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 092/2020  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77 e Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias a partir de 10.02.2020 a 29.02.2020 ao Servidor Público Municipal Sr. WINICIUS PERTILE, brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xanxerê – SC, portador do RG nº 4.525.217 e CPF nº 063.441.389-98, nomeado conforme Decreto nº BLB 069/2011 e atualmente ocupando o Cargo Comissionado de COORDENADOR EXECUTIVO DO PROCON conforme o Decreto nº 163/2019 com 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito Municipal.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:  
02.03.2018 a 01.03.2019 = 20 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 12 de Fevereiro de 2020

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 093/2020**

Publicação Nº 2356093

PORTARIA Nº 093/2020

REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê/SC.

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I –

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. WALDEREZA LUIZA DAL MOLIN, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 5.823.778-7 e CPF n.º 028.011.789-26, nomeada conforme Decreto n.º AM 277/07 no cargo de ENFERMEIRA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Determinar que esta redução vigore no período de 13.02.2020 a 12.08.2020.

Esta redução de carga horária atende o requerimento protocolado sob o nº 000572/2020 datado de 12.02.2020.

Esta portaria entra em vigor na data de publicação, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 13.02.2020. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 12 de Fevereiro de 2020

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ATA 006/2020 SUPERMERCADO PANISSON LTDA

Publicação Nº 2354346

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2020PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 003/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa SUPERMERCADO PANISSON LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.945.492/0001-86, nesta Ata representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. ADELIR PEDRO PANISSON, portador do CPF nº 436.883.900-59, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 003/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

#### Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de gêneros alimentícios para preparação de merenda escolar para alunos matriculados em escolas da rede municipal de ensino infantil e fundamental, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total	
1	230,00	UN	ABACAXI PEROLA IN NATURA, MADURO, FRUTOS DE TAMANHO MÉDIO, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS. ISENTOS DE LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR INSETOS, SEM SUBSTÂNCIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA, ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS E DE RESÍDUOS DE FERTILIZANTES.	REAL	8,49	1.952,70	
2	45,00	Mç	ACELGA DE 1ª QUALIDADE, COM MAÇOS DE APROXIMADAMENTE 2KG CADA, ISENTA DE PARTES PÚTRIDAS. DEVIDAMENTE EMBALADA EM SACO PLÁSTICO RESISTENTE.	REAL	5,16	232,20	
3	120,00	PCT	ACHOCOLATADO EM PÓ - DEVERÁ SER OBTIDO DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITAS, DETRITOS ANIMAIS, CASCAS DE SEMENTE DE CACAU, OU OUTROS DETRITOS VEGETAIS, ASPECTO: PÓ HOMOGÊNEO, COR PRÓPRIA DO TIPO, CHEIRO CARACTERÍSTICO E SABOR DOCE, PRÓPRIO, COM UMIDADE MÁXIMA DE 3%, INGREDIENTES: AÇÚCAR, CACAU EM PÓ SOLÚVEL, MALTODEXTRINA, MINERAIS, VITAMINAS, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTES, CONTENDO GLÚTEN. VALOR NUTRICIONAL PARA A PORÇÃO DE 20G DE APROXIMADAMENTE: 19 G DE CARBOIDRATO, 0,7 G DE PROTEÍNA E 0,6 G DE LIPÍDIO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM ALUMINIZADA, METALIZADA OU PLÁSTICA DE POLIETILENO LEITOSO, COM 400 G, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM PRAZO DE VALIDADE E LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCA APTI, NESCAU OU EQUIVALENTES.	APTI	6,99	838,80	

4	50,00	PCT	AÇÚCAR CRISTAL, PACOTE 5 KG, ORIGEM VEGETAL: SACAROSE DE CANA DE AÇÚCAR, EMBALAGEM DE 5KG INTACTA. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS MINASÇÚCAR, ESTRELA, CRISTALÇÚCAR OU EQUIVALENTE.	DELTA	11,49	574,50	
5	5,00	KG	ALHO EM CABEÇA, PRIMEIRA QUALIDADE, SADIO, ISENTO DE SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE, SEM RAÍZES, SEM EMISSÃO DE BROTO, NÃO DANIFICADOS NA COLHEITA, FRESCO E CONSISTÊNCIA FIRME, EMBALADOS EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, RESISTE A RUPTURAS.	SASSINHO	28,82	144,10	
6	25,00	UN	AMIDO DE MILHO - PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, EMBALAGEM DE 1KG, COM INGREDIENTE ÚNICO: AMIDO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. MARCAS MAIZENA, APTI, LORENZ OU EQUIVALENTES.	APTI	5,24	131,00	
7	150,00	UN	ARROZ - PARBOILIZADO, LONGO FINO, POLIDO, TIPO I - ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, DE PARASITAS, DE DETRITOS DE ANIMAIS/VEGETAIS, DE PEDACOS DE GRÃOS ARDIDOS, BROTADOS, IMATUROS, MOFADOS OU CARUNCHADOS, EM EMBALAGEM PRÓPRIA DE 1 KG. MARCAS KIARROZ, URBANO, CHINÊS OU EQUIVALENTES.	KIARROZ	3,37	505,50	
8	30,00	UN	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM, PRENSA A FRIO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIA PRIMA DE QUALIDADE, APRESENTANDO COR, AROMA E CARACTERÍSTICAS COMUNS AO PRODUTO, EM EMBALAGEM DE VIDRO, CONTEÚDO DE 500ML, CONTENDO NO RÓTULO REGISTRO, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. MARCAS LA VIOLETERA, GALLO, DOM FIORELO OU EQUIVALENTES.	DOM FIORELO	20,99	629,70	
9	100,00	KG	BANANA TIPO CATURRA, DE 1ª QUALIDADE E CLASSIFICADA. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE.	REAL	3,31	331,00	
10	400,00	KG	BATATA INGLESA - LAVADA, GRUPO 1, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE 1ª QUALIDADE, CLASSIFICADA, BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	REAL	3,66	1.464,00	
11	60,00	KG	BETERRABA TIPO I, UNIFORME, DE CASCA LISA, FRESCA, COMPACTA E FIRME, SEM RACHADURAS OU MANCHAS, ISENTA DE ENFERMIDADES, MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, COM COR CARACTERÍSTICA E TAMANHO UNIFORME, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE APRESENTAÇÃO.	REAL	4,06	243,60	

12	20,00	PCT	BISCOITO DOCE PRODUZIDO PARTIR DE FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, SEM LACTOSE, DE CONSISTÊNCIA FIRME APRESENTANDO COR, AROMA E CARACTERÍSTICAS NATURAIS AO PRODUTO, SENDO FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS. ACONDICIONADOS EM EMBALAGEM PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, PESO MÉDIO DE 300 A 400 G. NA EMBALAGEM DEVERÁ CONTER RÓTULO COM REGISTRO, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, PRODUTO ISENTO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCAS GIRASSOL LIANE OU EQUIVALENTES.	GIRASSOL	3,99	79,80	
13	90,00	PCT	BISCOITO DOCE, TIPO MARIA - PACOTE 740 G, COMPOSIÇÃO BÁSICA: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL, AMIDO, AÇÚCAR INVERTIDO, SAL, SORO DE LEITE EM PÓ, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTES, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SÓDIO. VALIDADE MÍNIMA 120 DIAS. MARCAS PARATI, CASAREDO, ISABELA, OU EQUIVALENTES.	PARATI	7,74	696,60	
14	90,00	PCT	BISCOITO SALGADO - PACOTE 370 GR. COMPOSIÇÃO BÁSICA: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, GORDURA VEGETAL, AÇÚCAR, SAL, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO, FERMENTOS QUÍMICOS: BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. MARCAS PARATI, ORQUÍDEA, ISABELA OU EQUIVALENTES.	ORQUÍDEA	5,24	471,60	

15	40,00	PCT	BOLACHA SALGADA INTEGRAL, CONSISTÊNCIA CROCANTE, SEM CORANTES ARTIFICIAIS, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO ORIGINAL DO FABRICANTE, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VIT. B9), AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, FIBRA DE TRIGO, EXTRATO DE MALTE, FOSFATO MONOCÁLCICO, GLICOSE, SORO DE LEITE, SAL, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, FERMENTOS QUÍMICOS BICARBONATO DE SÓDIO E BICARBONATO DE AMÔNIO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁCTICO, CONTÉM GLÚTEN, O BISCOITO DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS, LIVRE DE UMIDADE, FRAGMENTOS ESTRANHOS E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, SERÃO REJEITADOS BISCOITOS MAL COZIDOS, QUEIMADOS E DE CARACTERES ORGANOLÉPTICOS ANORMAIS, NÃO PODENDO APRESENTAR EXCESSO DE DUREZA E NEM SE APRESENTAR QUEBRADIÇO, EMBALAGEM PRIMÁRIA EM PACOTES IMPERMEÁVEIS LACRADOS COM PESO LÍQUIDO DE 400 G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE, PRODUTO ISENTO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCAS: ISABELA, PARATI OU EQUIVALENTES.	ORQUIDEA	5,99	239,60	
16	20,00	UN	BRÓCOLIS NOVO, DE 1ª QUALIDADE, SÃO, SEM FUNGOS, TAMANHO MÉDIO, FLORES DE COLORAÇÃO VERDE, SEM MANCHAS, LIMPOS, DEVIDAMENTE ACONDICIONADOS.	REAL	5,49	109,80	
17	30,00	UN	CAFÉ GRANULADO SOLÚVEL, PRIMEIRA QUALIDADE, COM VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NO ATO DA ENTREGA. EMBALAGEM DE VIDRO 200G, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE, PRODUTO ISENTO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCAS AMIGO, IGUAÇU, NESCAFÉ OU EQUIVALENTES.	AMIGO	11,99	359,70	
18	70,00	UN	CANELA EM RAMA, NÃO CONTÉM GLÚTEN, PRODUTO NATURAL, EMBALAGEM: SACO DE POLIETILENO ATÓXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, EMBALAGEM 10G. MARCAS APTI, INCAS OU EQUIVALENTES.	APTI	2,99	209,30	



19	200,00	KG	CARNE DE PEITO DE FRANGO CONGELADA, COM COLORAÇÃO CARACTERÍSTICA, PICADO EM FILÉ, DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM ASPECTO PRÓPRIO, SEM OSSO E SEM PELE, NÃO AMOLECIDO E NEM PEGAJOSO, COM COR PRÓPRIA SEM MANCHAS ESVERDEADAS, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, COM AUSÊNCIA DE SUJIDADES E PARASITAS, EM EMBALAGENS DE 1KG, ESPECIFICANDO O PESO E TIPO, DATA DE VALIDADE, COM REGISTRO NO SIF OU SIE, NÃO TEMPERADO. TRANSPORTE REFRIGERADO. NA DATA DA ENTREGA O PRODUTO NÃO PODE TER VALIDADE INFERIOR A 6 MESES E DATA DE FABRICAÇÃO MAIOR QUE 30 DIAS ANTES DA ENTREGA. MARCAS SADIA, SEARA OU EQUIVALENTES.	MAIS FRANGO	12,29	2.458,00	
20	75,00	KG	CARNE MOÍDA BOVINA, 1ª QUALIDADE, DE MÚSCULO, CONGELADA, SEM GORDURA, DE COR VERMELHO-CEREJA, ELÁSTICA, FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL, COM EMBALAGEM INTACTA DE POLIPROPILENO CONSTANDO PESO, DATA DE PROCESSAMENTO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA IMPRESSOS NO RÓTULO, VALIDADE MÍNIMA DE 60 DIAS, PACOTES DE 1000GR EMBALADO A VÁCUO. TRANSPORTE REFRIGERADO. MARCA AFRIB OU EQUIVALENTES.	MARCON	17,49	1.311,75	
21	250,00	KG	CEBOLA - DESENRESTEADA, DE 1ª QUALIDADE, BEM FORMADA, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PESANDO ENTRE 100 E 200G A UNIDADE.	REAL	3,99	997,50	
22	50,00	KG	CENOURA DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE 1º QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, SEM FOLHAS, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	REAL	3,74	187,00	
23	35,00	PCT	CEREAL MATINAL TIPO GRANOLA, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL, COMPOSIÇÃO BÁSICA: AVEIA EM FLOCOS, AÇÚCAR MASCADO, AÇÚCAR CRISTAL, FARINHA DE AVEIA, MEL, FLOCOS DE MILHO, FLOCOS DE ARROZ, MELADO DE CANA, UVA PASSA, COCO RALADO, GÉRMEN DE TRIGO, GERGELIM, CASTANHA DO PARÁ, CORANTES NATURAIS SABOR CARAMELO E URUCUM. ISENTOS DE MOFO, SUBSTÂNCIAS NOCIVAS, ODORES OU SABOR DIFERENTES DA SUA COMPOSIÇÃO NORMAL. EMBALADO EM PLÁSTICO ATÓXICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA TERMOSELADA, DE 1KG CONTENDO DECLARAÇÃO DA MARCA, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE E PRAZO DE VALIDADE. MARCAS: JASMINE, NESTLÉ, NATURELE OU EQUIVALENTES.	NATURELE	13,49	472,15	
24	50,00	UN	CHÁ EM SACHÊ - CAIXA COM 10 SACHÊS, SABORES, MAÇÃ, FUNCHO, CAMOMILA, CIDREIRA, ERVA-DOCE. MARCAS GOSTOZZO, CHILENO, DR.OETKER, LEÃO OU EQUIVALENTES.	VE MATE	5,99	299,50	
25	25,00	PCT	COLORÍFICO - PACOTE 500G, PÓ FINO, HOMOGENEO, COLORAÇÃO VERMELHO INTENSA, EM EMBALAGEM INTACTA, COM VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS APTI, KITANO OU EQUIVALENTES.	APTI	4,99	124,75	

26	20,00	UN	COUVE FLOR, NOVA, DE 1ª QUALIDADE, SÃ, SEM FUNGOS, TAMANHO MÉDIO, FLORES DE COLORAÇÃO BRANCA, SEM MANCHAS, LIMPA, DEVIDAMENTE ACONDICIONADA.	REAL	4,83	96,60	
27	20,00	Mç	COUVE FOLHA - TIPO MANTEIGA DE TAMANHO MÉDIO, TALO VERDE OU ROXO, INTEIROS, COLORAÇÃO UNIFORME E SEM MANCHAS BEM DESENVOLVIDA, FIRME E INTACTA, ISENTA DE MATERIAL TERROSO E UMIDADE EXTERNA ANORMAL, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE.	REAL	4,04	80,80	
28	25,00	UN	CRAVO DA ÍNDIA - SEM A PRESENÇA DE FUNGOS, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO DE 10 GR, SEM A PRESENÇA DE SUJIDADES OU PRODUTOS ESTRANHOS. MARCAS APTI, INCAS, KITANO OU EQUIVALENTES.	APTI	2,74	68,50	
30	30,00	UN	ERVILHA - EM CONSERVA. SACHE DE 200 G (PESO DRENADO) SEM AMASSOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO. COMPOSIÇÃO: ERVILHA E SALMOURA (ÁGUA E SAL). VALIDADE MÍNIMA - 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. NÃO CONTENDO GLÚTEN. MARCAS FUGINI, QUERO, PREDILECTA OU EQUIVALENTES.	FUGINI	3,16	94,80	
31	20,00	UN	ESSÊNCIA DE BAUNILHA - EMBALAGEM DE 30 ML, PODE SER USADA EM BOLOS, DOCES, CREMES. MARCAS FLEISHMANN, DR. OETKER OU EQUIVALENTES.	OPERA	4,99	99,80	
32	30,00	UN	FARINHA DE FUBÁ, CARACTERÍSTICAS GERAIS: PRODUTO OBTIDO PELO MILHO, DESCASCADO, SEM NENHUM TIPO DE MISTURA, RESÍDUOS E IMPUREZAS. SEM APRESENTAR ODOR FORTE E INTENSO (NÃO CARACTERÍSTICO DO PRODUTO) ALÉM DE COLORAÇÃO AMARELO. EMBALAGEM INTACTA, EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE, RESISTENTE E SEM RUPTURAS. APRESENTAR DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. EMBALAGEM DE 1KG. MARCAS LA BONA POLENTA, SANTA CATARINA, OU EQUIVALENTES.	LIBARDONI	4,62	138,60	
33	45,00	PCT	FARINHA DE MANDIOCA - BRANCA, CLASSE FINA, TIPO 1, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, EMBALAGEM DE 500G. MARCA PINDUCA OU EQUIVALENTES.	PINDUCA	4,74	213,30	
34	50,00	UN	FARINHA DE ROSCA, SECA, FINA, LIGEIRAMENTE TORRADA, DE COR AMARELADA, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO, ÁGUA, SAL E FERMENTO, CONTENDO GLÚTEN, COM VALOR NUTRICIONAL PARA PORÇÃO DE 100G DE APROXIMADAMENTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. MARCA KI-PÃO OU EQUIVALENTES.	XIPÃO	4,24	212,00	
35	35,00	PCT	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - PRIMEIRA QUALIDADE. PRODUTO OBTIDO PELA MOAGEM DO GRÃO DE TRIGO. PROCEDÊNCIA E REGISTRO NO ÓRGÃO COMPETENTE IMPRESSOS NA EMBALAGEM. PACOTE 5KG. MARCAS ORQUÍDEA, SANANDUVA, LIBARDONI, MARTELLI OU EQUIVALENTES.	COTRICAMPO	12,99	454,65	

36	50,00	PCT	FEIJÃO PRETO - DE 1ª QUALIDADE, TIPO I COMUM, EMBALADO EM PACOTE PLÁSTICO, ATÓXICO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, EMBALAGEM DE 1KG. MARCAS URBANO, TIO JOÃO, TOZZO OU EQUIVALENTES.	SIVIERO	5,96	298,00	
37	60,00	UN	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO - EMBALAGEM DE 100G, 1ª QUALIDADE. INGREDIENTES: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO E CARBONATO DE CÁLCIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM DE 100 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 120 DIAS DO MOMENTO DA ENTREGA. MARCAS ROYAL, APTI, FLEISHMANN OU EQUIVALENTES.	ROIAL	4,99	299,40	
39	60,00	UN	GELATINA EM PÓ, SABORES MORANGO, ABACAXI, LIMÃO, LARANJA E UVA, PRODUZIDA À BASE DE MATÉRIA-PRIMA DE QUALIDADE, APRESENTANDO COR, AROMA E CARACTERÍSTICAS NATURAIS DO PRODUTO, LIVRE DE CONTAMINAÇÃO E/OU MATERIAIS ESTRANHOS, SEM GLÚTEN. ACONDICIONADAS EM CAIXAS COM VOLUME DE 35G, CONTENDO NO RÓTULO, REGISTRO, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. MARCAS APTI, DR.OETKER, OU EQUIVALENTES.	APTI	1,12	67,20	
40	150,00	UN	IOGURTE PARCIALMENTE DESNATADO COM POLPA DE FRUTA SABORES MORANGO, COCO, AMEIXA, DEVE SER PREPARADO COM INGREDIENTES SÃOS, LIMPOS E DE 1ª QUALIDADE, NÃO CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE FILME FLEXÍVEL PLÁSTICO DE POLIETILENO LEITOSO DE 900ML, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES SOBRE O FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE NO MÍNIMO 20 DIAS E LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF), SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE) E SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL (SIM). MARCA TIROL OU EQUIVALENTES.	TIROL	6,46	969,00	
41	80,00	KG	LARANJA DE BOA QUALIDADE, SEM DEFEITOS SÉRIOS, APRESENTANDO TAMANHO, COR E CONFORMAÇÃO UNIFORMES, DESENVOLVIDOS E MADUROS. A POLPA DEVE ESTAR INTACTA E FIRME. CARACTERÍSTICAS GERAIS: AROMA, COR E SABOR PRÓPRIOS DA ESPÉCIE E VARIEDADES. APRESENTAR GRAU DE MATURAÇÃO TAL QUE LHES PERMITA SUPORTAR A MANIPULAÇÃO, O TRANSPORTE E A CONSERVAÇÃO EM CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA O CONSUMO MEDIATO E IMEDIATO. NÃO CONTER SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE DA CASCA. ESTAREM ISENTOS DE UMIDADE EXTERNA ANORMAL, AROMA E SABOR ESTRANHOS. ESTAREM LIVRES DE RESÍDUOS E FERTILIZANTES.	REAL	3,39	271,20	

42	40,00	UN	LEITE ZERO LACTOSE - LEITE UHT SEMIDESNATADO PARA DIETAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE - ZERO LACTOSE. COMPOSIÇÃO: LEITE SEMIDESNATADO, ENZIMA LACTASE E ESTABILIZANTES CITRATO DE SÓDIO, TRIFOSFATO DE SÓDIO, MONOFOSFATO DE SÓDIO E DIFOSFATO DE SÓDIO. EMBALAGEM TETRA PARK COM CAPACIDADE PARA 1LITRO. VALIDADE DE 04 MESES, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM A DATA DE FABRICAÇÃO, O PRAZO DE VALIDADE E O LOTE, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCAS PIRACANJUBA, NINHO, TIROL OU EQUIVALENTES.	PIRACANJUBA	3,99	159,60	
43	100,00	KG	MAÇÃ CARTELADA KG TIPO I, APRESENTANDO COR E FORMAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO APRESENTAR CASCA LISA, DE COR ACENTUADA E BRILHANTE, SEM PARTES VERDES, BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA INTACTA E FIRME, SEM DANOS FÍSICOS E MECÂNICOS ORIUNDOS DO MANUSEIO E TRANSPORTE, TAMANHO MÉDIO, ÍNTEGRAS FIRMES E SEM MANCHAS.	REAL	5,96	596,00	
44	8,00	PCT	MACARRÃO SEM OVOS, ISENTOS DE OVOS OU TRAÇOS DE OVOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM RESISTENTE DE POLIETILENO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 500 GRAMAS, COM IDENTIFICAÇÃO NA EMBALAGEM (RÓTULO) DOS INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FORNECEDOR, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTOS DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E MATERIAL ESTRANHO. VALIDADE MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS URBANO OU EQUIVALENTES.	URBANO	3,49	27,92	
45	300,00	KG	MAMÃO FORMOSA - NOVO, DE 1ª QUALIDADE, GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, COM CASCA Sã, SEM RUPTURAS. TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 2 E 2,5KG A UNIDADE. EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO.	REAL	4,99	1.497,00	
46	90,00	UN	MANGA DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE 1ª QUALIDADE, BEM FORMADAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO, AROMA E SABOR DA ESPÉCIE, UNIFORMES, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS. ISENTOS DE LESÕES MECÂNICAS OU PROVOCADAS POR INSETOS	REAL	4,24	381,60	
47	25,00	UN	MANTEIGA - PRODUZIDA A PARTIR DA HOMOGENEIZAÇÃO DO LEITE DE VACA INTEGRAL, COM MATÉRIA PRIMA DE QUALIDADE E LIVRE DE CONTAMINAÇÃO, DEVE APRESENTAR COR E CARACTERÍSTICAS NATURAIS, ISENTOS DE RANÇO E DE OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA ATÓXICA, RESISTENTE, COM VOLUME DE 200GR, RÓTULO CONTENDO REGISTRO, NOME E ENDEREÇO DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. MARCAS TIROL OU EQUIVALENTES	TIROL	9,24	231,00	
48	40,00	PCT	MASSA FINA TIPO CABELO DE ANJO - PACOTE 500G - COMPOSIÇÃO BÁSICA: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS E CORANTES NATURAIS URUCUM E CÚRCUMA. CONTÉM GLÚTEN. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. MARCAS ISABELA, PARATI OU EQUIVALENTES.	ORQUÍDEA	5,32	212,80	

49	300,00	KG	MELANCIA REDONDA, GRAÚDA, DE PRIMEIRA, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, COM TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDA E MADURA, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA A GRANEL, PESANDO ENTRE 6 E 10 KG CADA UNIDADE.	REAL	1,66	498,00	
50	160,00	KG	MELÃO AMARELO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, LIVRE DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS, TAMANHO E COLORAÇÃO UNIFORMES, DEVENDO SER BEM DESENVOLVIDO E MADURO, COM POLPA FIRME E INTACTA, ACONDICIONADA A GRANEL, PESO MÍNIMO DE 1 KG POR UNIDADE.	REAL	4,16	665,60	
51	80,00	UN	MILHO VERDE EM CONSERVA, SACHE DE 200 G (PESO DRENADO) SEM AMASSOS QUE CONTENHAM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE - PRODUTO COM NO MÁXIMO 30 DIAS DE FABRICAÇÃO. COMPOSIÇÃO: MILHO E SALMOURA (ÁGUA E SAL). VALIDADE MÍNIMA - 6 MESES NA DATA DA ENTREGA. NÃO CONTENDO GLÚTEN. MARCAS: FUGINI, QUERO, PREDILECTA OU EQUIVALENTES.	FUGINI	2,74	219,20	
52	70,00	UN	ÓLEO DE SOJA - REFINADO, 100% NATURAL, 900ML, TIPO I. EMBALAGEM PLÁSTICA: COMPOSIÇÃO BÁSICA: SOJA GENETICAMENTE MODIFICADA A PARTIR DE AGROBACTERIUM SP. E ANTIOXIDANTES TBHO E ÁCIDO CÍTRICO. MARCAS COCAMAR, SOYA, COAMO, LIZA OU EQUIVALENTES.	CONCORDIA	4,24	296,80	
53	8,00	UN	ORÉGANO, DEVERÁ SER CONSTITUÍDO POR FOLHAS DE ESPÉCIMES VEGETAIS GENUÍNOS, SÃS, LIMPAS E SECAS, ASPECTO FOLHA OVALADA SECA, COR VERDE PARDACENTA, CHEIRO E SABOR PRÓPRIO, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA POLIPROPILENO, EMBALAGEM DE 100G. VALIDADE MÍNIMA DE 1 ANO NO ATO DA ENTREGA. MARCA APTI OU EQUIVALENTES.	APTI	9,99	79,92	
54	80,00	DZ	OVOS DE GALINHA – FRESCOS, INSPECIONADOS, CLASSIFICAÇÃO ESPECIAL COM PESO MÍNIMO 55G A UNIDADE. EMBALAGEM PRIMÁRIA, DESCARTÁVEL, FECHADA, COM CAPACIDADE PARA UMA DÚZIA, IDENTIFICADA COM RÓTULO IMPRESSO CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, APRESENTANDO PROCEDÊNCIA E PRAZO DE VALIDADE. MARCAS CANTU, GRANJA POZZER OU EQUIVALENTES.	LAR	7,12	569,60	
55	90,00	UN	POLVILHO AZEDO, DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO, NÃO CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADO EM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO OU POLIETILENO LEITOSO DE 500G, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. MARCAS PRATA, YOKI, LORENZ OU EQUIVALENTES.	INCOL	3,49	314,10	

56	90,00	PCT	POLVILHO DOCE - FÉCULA DE MANDIOCA, DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS, NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDO, FERMENTADO OU RANÇOSO, NÃO CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADO EM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO OU POLIETILENO LEITOSO DE 500G, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. MARCAS PRATA, YOKI, LORENZ OU EQUIVALENTES.	INCOL	3,49	314,10	
57	15,00	PCT	QUEIJO MUSSARELA FATIADO ZERO LACTOSE, INGREDIENTES: LEITE PASTEURIZADO, SAL, ENZIMA LACTASE, CLORETO DE CÁLCIO, COAGULANTE, FERMENTO LÁCTICO. PESO LÍQUIDO DE 150G, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO, TRANSPARENTE E RESISTENTE, COM INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE).	AURORA	5,96	89,40	
58	50,00	KG	REPOLHO - TAMANHO MÉDIO. DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE 1ª QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. NÃO DEVERÁ SER MURCHO. DEVE ESTAR EMBALADO.	REAL	4,08	204,00	
59	30,00	UN	SAGU - TIPO 1, GRUPO TAPIOCA, SUBGRUPO SAGU ARTIFICIAL, PREPARADO COM MATÉRIA PRIMA SÃ, LIMPA, ISENTA DE MATÉRIA TERROSA, PARASITO, DETRITO ANIMAL OU VEGETAIS, COM NO MÁXIMO 15% DE UMIDADE, NÃO CONTENDO GLÚTEN, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE POLIPROPILENO RESISTENTE E TRANSPARENTE, ORIGINAL DO FABRICANTE, DE 500G, NA EMBALAGEM DEVERÁ CONSTAR INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE. MARCAS LAGES, PRATA, DAJU OU EQUIVALENTES.	PRATA	4,74	142,20	
60	50,00	UN	SAL - REFINADO IODADO, EMBALAGEM 1 KG, COMPOSIÇÃO BÁSICA: SÓDIO E IODO. MARCAS DIANA, 5 ESTRELAS, CISNE OU EQUIVALENTES.	5 ESTRELA	2,19	109,50	
61	50,00	LT	SUCO DE UVA PRODUTO ORIUNDO DA EXTRAÇÃO DO SUCO DA FRUTA ATRAVÉS DE PROCESSOS ADEQUADOS DE EXTRAÇÃO. SUCO NATURAL, PODE SER DILUÍDO EM ÁGUA. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS DE VIDRO TRANSPARENTE, DEVERÁ ESTAR FECHADA E ROTULADA COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, BEM COMO AS INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS DO PRODUTO. EMBALAGEM DE 1 LITRO. MARCAS AURORA, ZOTTONELLI OU EQUIVALENTES.	AURORA	12,96	648,00	
62	150,00	Mç	TEMPERO VERDE - CEBOLINHA E SALSA, MAÇO COM PESO MÍNIMO DE 100G, FRESCO, NÃO MURCHO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA.	REAL	2,99	448,50	

63	300,00	KG	TOMATE - SEMIMADURO, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE 1º QUALIDADE, BEM FORMADO, LIMPO, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	REAL	6,19	1.857,00	
64	90,00	UN	VINAGRE DE MAÇÃ, INGREDIENTES: FERMENTADO ACÉTICO DE MAÇÃ HIDRATADA, SEM ADITIVOS ESSENCIAIS, SEM CONSERVANTES, NÃO CONTENDO GLÚTEN, COM ACIDEZ MÍNIMA DE 4%, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, DE 750 ML, ORIGINAL DO FABRICANTE, COM ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE E LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - SERVIÇO DE INSPEÇÃO FEDERAL (SIF) OU SERVIÇO DE INSPEÇÃO ESTADUAL (SIE). MARCA KOLLER, CASTELO OU EQUIVALENTES.	KOLLER	4,24	381,60	
TOTAL						28.371,44	

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 003/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços a servidora Juliana Canton.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de Fevereiro de 2020.

**MUNICÍPIO DE XAVANTINA**

ENOIR FAZOLO – Prefeito

**EMPRESA DETENTORA DA ATA**

SUPERMERCADO PANISSON LTDA

ADELIR PEDRO PANISSON - Representante

**JULIANA CANTON**

Fiscal da Ata



**ATA 007/2020 ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE**

Publicação Nº 2355216

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE, inscrita no CNPJ nº 72.307.960/0001-00, nesta Ata representada pelo seu Presidente, Sr. ANABEL GAIO, portador do CPF nº 559.984.619-91, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2020, promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	100,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futebol de Campo 2020 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controles de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	495,00	49.500,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTINA

ENOIR FAZOLO – Prefeito



EMPRESA DETENTORA DA ATA  
ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DO OESTE  
ANABEL GAIO - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

**ATA 008/2020 GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI**

Publicação Nº 2355218

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 008/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI, inscrita no CNPJ nº 23.414.326/0001-60, nesta Ata representada pelo seu Proprietário, Sr. SOSTENES WESCESLAU DOS SANTOS, portador do CPF nº 021.234.639-30, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2020, promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
8	100,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futebol SETE 2020 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controles de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	323,50	32.350,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

**Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro**

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
GREGO FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE ARTIGOS E ACESSÓRIOS ESPORTIVOS EIRELI  
SOSTENES WESCESLAU DOS SANTOS - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

**ATA 009/2020 ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO**

Publicação Nº 2355219

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO, inscrita no CNPJ nº 11.348.542/0001-76, nesta Ata representada pelo seu Presidente, Sr. FLADEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA, portador do CPF nº 477.371.669-04, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

**Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades**

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2020, promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
3	150,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Futsal Amador 2020 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, goleador, defesa menos vazada e equipe mais disciplinada, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	298,00	44.700,00
7	10,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem para JOGOS AMISTOSOS, conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	513,00	5.130,00
TOTAL					49.830,00

**Cláusula Segunda – Da validade da Ata**

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

ASSOCIAÇÃO DE ARBITRAGEM DE CHAPECÓ E REGIÃO

FLADEMIR RODRIGUES DE OLIVEIRA - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

## **ATA 010/2020 LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE**

Publicação Nº 2355222

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE, inscrita no CNPJ nº 10.953.996/0001-03, nesta Ata representada pelo seu Presidente, Sr. SIDINEI DAL PIVA, portador do RG nº 2.439.081, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2020, promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
2	10,00	UN	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Bocha Rafa Vollo 2020 conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos, repassar relatórios após cada rodada comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	324,00	3.240,00
5	10,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem Olimpíada Municipal de Xavantina conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	545,00	5.450,00
6	8,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem COPA XAVANTINA DE FUTSAL conforme tabela a ser elaborada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	509,00	4.072,00
TOTAL					12.762,00

#### Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

#### Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LIGA OESTE DE FUTEBOL SETE  
SIDINEI DAL PIVA - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

## ATA 011/2020 LIGA OESTE DE VOLEIBOL

Publicação Nº 2355225

TERMO DE COMPROMISSO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2020 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 004/2020 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa LIGA OESTE DE VOLEIBOL, inscrita no CNPJ nº 03.815.490/0001-72, nesta Ata representada pelo seu Procurador, Sr. LUIS ALFREDO BAYS, portador do CPF nº 726.020.319-68, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 004/2020 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

A Ata tem por objeto o registro de preço para a possível contratação de empresa para prestação de serviço de arbitragem referente às competições esportivas do ano de 2020, promovidas pelo município de Xavantina-SC, conforme especificações abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
4	10,00	DI	Prestação de serviço de arbitragem Campeonato Municipal de Voleibol Amador 2020 conforme tabela a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, arbitrar jogos, confecção de súmula, cumprir os encargos de mesa, como anotador e cronometrista, fazer os controle de cartões, repassar relatórios após cada rodada, comissão com advogado e demais componentes para fazer julgamentos de incidentes que venham a ocorrer. Deslocamento até os campos de jogos.	550,00	5.500,00

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses consecutivos contados da data de assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Xavantina não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial SRP nº 004/2020 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

Fica designado o fiscal desta Ata de Registro de Preços o servidor Nabor Bee.

Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as Leis 10.520/2002, Lei 8.666/93, e se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

Xavantina/SC, em 11 de fevereiro de 2020.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA  
ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA  
LIGA OESTE DE VOLEIBOL  
LUIS ALFREDO BAYS - Representante

NABOR BEE - Fiscal da Ata

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2020 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 2355134

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 006/2020  
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

MUNICIPIO DE XAVANTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.009.878/0001-15, com sede administrativa localizada na Rua Prefeito Octavio Urbano Simon, n. 163, Centro, Município de Xavantina/SC - CEP 89780-000; representado pelo Chefe do Poder Executivo; CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Concurso Público nº 001/2019, conforme relação abaixo, com vistas à nomeação e posse do(s) respectivo(s) cargo(s) de provimento efetivo, para apresentar(em) a documentação exigida para a nomeação, com fundamento nos termos do Edital (itens 2.2 e 12.4 e seus respectivos subitens) ou, não havendo interesse, apresentar sua carta de desistência:

INSCRIÇÃO	CANDIDATO(A)	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
1817072	Marcelo Augusto Babinski	Agente de Atividades Gerais (área de atuação manutenção das repartições públicas (limpeza))	4º

Xavantina/SC, em 13 de Fevereiro de 2020.

ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

# Xaxim

## PREFEITURA

### DECRETO 028

Publicação Nº 2354949

DECRETO Nº. 028/2020.

Exonera servidor municipal a pedido por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e considerando aposentadoria junto ao INSS.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, por aposentadoria, a partir de 01 de fevereiro de 2020, a servidora municipal SALETE DA FONSECA COVATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de FISCAL SANITARISTA, portadora da matrícula 2064, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de janeiro de 2020.

Lirio Dagort  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Chefe do Setor de PessoalP

# Associações

## COSEMS/SC

### CONVOCAÇÃO CONSELHO FISCAL

Publicação Nº 2355444



Conselho de Secretarias Municipais de Saúde  
de Santa Catarina – COSEMS/SC

### CONVOCAÇÃO REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Simão Hasckel, Presidente do Conselho Fiscal do Conselho de Secretarias de Saúde de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 24 e SS do Estatuto Social do COSEMS/SC, convoco todos os membros titulares do Conselho Fiscal, desta instituição, para reunião de prestação de contas do 3º Quadrimestre de 2019, que será realizada no dia 19 de fevereiro de 2020, às 17h, na sede do COSEMS/SC, sito na R. Esteves Junior nº. 160, 12º andar. No caso do titular não puder comparecer, deverá convocar o seu respectivo suplente.

Florianópolis SC, 11 de fevereiro de 2020.

Simão Hasckel  
SMS Dona Emma – CPF nº. 004.436.229-30  
Presidente do Conselho Fiscal



# Consórcios

## AGIR

### CONVOCAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2354853

#### CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO - RETIFICAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA

JOSÉ CARLOS SPENGLER, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, COMUNICA que por razões de interesse e conveniência a REUNIÃO ORDINÁRIA do dia 17 de fevereiro de 2020 incluirá os itens destacados na ordem do dia, conforme apresentado:

#### ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Eleição do Presidente do Comitê de Regulação;
- 3 – Convênio Termo de Cooperação Técnica CASAN x WEG x AGIR;
- 4 – Calendário reuniões 2020;
- 5 – Voto do relator Procedimento de Ouvidoria nº 171/2019 – Recurso Administrativo à AGIR devido ao indeferimento do Proc. Adm. 347/1707 do SAMAE de Blumenau/SC;
- 6 – Sorteio de relator ao recurso do usuário Darlan Eduardo Moysés (MalhaSoft S/A “Em Recuperação Judicial) em reclamação de revisão de fatura em virtude de vazamento oculto de água - Procedimento de Ouvidoria nº 115/2018;
- 7 – Sorteio de relator ao recurso da usuária Odete Cicatto Benghi (CDC: 50774) face ao parcial provimento do Proc. Administrativo nº 573/1810, do SAMAE de Blumenau/SC - Procedimento de Ouvidoria nº 191/2019;
- 8 – Plano de atividades AGIR 2020;
- 9 – Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 12 de fevereiro de 2020.

JOSÉ CARLOS SPENGLER  
Presidente do Comitê de Regulação.

## CIGA

### EXTRATO DE CONTRATO N. 080 - MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

Publicação Nº 2355360

EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2020  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Siderópolis  
CONTRATANTE: Município de Siderópolis  
CNPJ: 82.929.407/0001-62  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - CIGA Diário DOM/SC: destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores - Internet, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP - Brasil); Gestão Tributária: Gestão do Cadastro Integrado Municipal - CIGA CIM: faz a integração das informações relacionadas ao processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, no território do Município, com a Junta Comercial, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Receita Federal do Brasil e demais órgãos que integrem, localmente, a REDESIM, com suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica pela CONTRATADA; Coletor de Dados - CIGA Coletor: permite a integração dos dados tributários e cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, com o intuito de promover a organização, o armazenamento e o cruzamento desses dados para consequente combate à sonegação de impostos. O sistema promove o intercâmbio de informações entre os fiscos municipais e Estadual mediante arquivos de layouts pré-definidos, por meio de certificado digital e conexão criptografada.

VALOR: R\$ 7.464,00 (sete mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## EXTRATO DE CONTRATO N. 081 - MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

Publicação Nº 2355374

EXTRATO DE CONTRATO Nº 081/2020

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Município de Massaranduba

CONTRATANTE: Município de Massaranduba

CNPJ: 83.102.483/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 89/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

CIGA Geo: sistema integrado de tecnologia, contemplando a implantação, manutenção e personalização para a identificação das políticas, mecanismos e procedimentos que permitam a geração, a gestão, o acesso, o compartilhamento, a disseminação e o uso de dados geo-esaciais, na forma de um Sistema de Informações Georreferenciadas (SIG) voltado à gestão do cadastro imobiliário e integrado aos demais sistemas dos Municípios e aos sistemas do CIGA, por meio de plataforma web compatível com os principais navegadores do mercado.

VALOR: R\$ 17.781,60 (dezesete mil, setecentos e oitenta e um reais e sessenta centavos)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2020.

Florianópolis, 09 de dezembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - CORTE

Publicação Nº 2354223

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUC Nº 24/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 785/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de AUTORIZAÇÃO DE CORTE, com validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO JARDINS DE ILHOTA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 32.186.419/0001-76, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de Rodovia de acesso à ponte Padre Claudio Jeremias Cadorin, s/nº, bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ilhota/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Schmitt

Município de Ilhota

Portaria nº 16/2019

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAI

Publicação Nº 2354219

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAI Nº 63/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 785/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO JARDINS DE ILHOTA LTDA, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ nº 32.186.419/0001-76, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel Rodovia de acesso à ponte Padre Claudio Jeremias Cadorin, s/nº, bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ilhota/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Schmitt  
Município de Ilhota  
Portaria nº 16/2019

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAO

Publicação Nº 2354218

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 186/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 508/2018 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor PETERPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA EPP, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 04.344.130/0001-00, para a atividade de 71.30.02 – Unidade de reciclagem de resíduos classe II A, que será exercida no imóvel Estrada Pomeranos Santo Antônio, s/nº, bairro Santo Antônio, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Rio Dos Cedros, 10 de fevereiro de 2020

Lidia Mara Floriani  
Município de Rio dos Cedros  
Portaria nº 46/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 190/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 783/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE INDAIAL o pedido de concessão LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor RECICLADORA DE RESIDUOS ARI LTDA ME, pessoa Jurídica, inscrito no CNPJ nº 10.915.616/0001-46, para a atividade de 71.30.02 – Unidade de reciclagem de resíduos classe II A, que será exercida no Imóvel Avenida Brasil, nº 1979, bairro Rio Morto, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Paulo Roberto Ledra  
Município de Indaial  
Decreto nº 907/2017

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - LAP

Publicação Nº 2354222

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAP Nº 91/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 785/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA, com prazo de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO JARDINS DE ILHOTA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 32.186.419/0001-76, para a atividade de 71.11.00 – Parcelamento de solo, que será exercida no imóvel Rodovia de acesso à ponte Padre Claudio Jeremias Cadorin, s/nº, bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 06/86 do CONAMA; n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Ilhota/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Schmitt  
Município de Ilhota  
Portaria nº 16/2019

## EDITAL DE PUBLICIDADE 2020 - TERRAPLANAGEM

Publicação Nº 2354220

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENÇA AMBIENTAL PARA TERRAPLANAGEM Nº 32/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 785/2019 CIMVI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo MUNICÍPIO DE ILHOTA o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE TERRAPLANAGEM, com prazo

de validade de doze meses, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO JARDINS DE ILHOTA LTDA, pessoa jurídica inscrito no CPF/CNPJ sob nº 32.186.419/0001-76, para a atividade de 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano, que será exercida no imóvel de rua Rodovia de acesso à ponte Padre Claudio Jeremias Cadorin, s/nº, bairro Baú Baixo, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções n.º 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC. Ilhota/SC, 05 de fevereiro de 2020.

Carlos Eduardo Schmitt  
Município de Ilhota  
Portaria nº 16/2019

## CINCATARINA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 521/2020-E

Publicação Nº 2355691

Processo Administrativo Eletrônico:	521/2020-e
Interessado:	TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 126
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

#### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 126, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe. Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro realizado pela empresa, (recebido através de e-mail em 22/01/2020) a empresa relata que o presente pedido se refere a elevação do preço de custo do objeto contratual no período entre a data da licitação e a presente data. Diante do exposto e objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, solicita o realinhamento do preço contratado, de acordo com a documentação juntada.

Antes de conceder o reequilíbrio, foi realizada negociação com os fornecedores que compõem o cadastro de reserva para os itens em tela, para obter contratação mais vantajosa para Administração, observadas a ordem de classificação, nos termos do artigo 20, da Resolução n. 0011/2017, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA e dá outras providências.

Sendo assim, constata-se que a proposta hora solicitada restou como melhor para os municípios ao item, podendo o órgão gerenciador, alterar as atas de registro de preços conforme tabela abaixo, relativo ao item 126:

Item	Descrição	Vlr Registrado	% Reequilíbrio Solicitado	Vlr. Reequilíbrio Solicitado	% Reequilíbrio Concedido	Vlr Concedido
126	ALCOOL GEL 70% INPM ..... (CIM8550)	4,08	63,23%	6,66	63,23%	6,66

#### II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, fica evidenciado que houve o desequilíbrio na relação contratual, de acordo com os preceitos adotados pela legislação vigente, bem como as regras estabelecidas no Edital.

Deste modo, uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – (...)

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando este devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

"A tutela ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais

onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem”. (In. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p.518)

Bem por esta razão é que o mesmo autor acentua:

“O direito à manutenção do equilíbrio econômico financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato”. (op cit. p.522)

Fica claro, portanto, que equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais.

A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar-se os incidentes de percurso que possam ocorrer.

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

Existem Autorizações de Fornecimento em aberto dos itens, devendo a interessada cumprir sua obrigação contratual, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços.

### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, recomendo:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 126;
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.

Restou-se examinada a documentação contida no Processo Administrativo Eletrônico em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 07 de fevereiro de 2020

[Assinado Eletronicamente]

Luís Felipe Braga Kronbauer

Diretor Jurídico do CINCATARINA

OAB/SC 46.772

Processo Administrativo Eletrônico:	521/2020-e
Interessado:	TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item 126
Referência	PAL nº 0027/2019, PE nº 0021A/2019, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro referente ao item nº 126, do processo administrativo licitatório acima, requerido pela empresa TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME.

Consta parecer jurídico oriundo da Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos para DECIDIR:

1. Pelo Deferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-financeiro, no que tange o item 126, no valor previsto no processo administrativo em epígrafe.
2. Pela execução dos contratos (AF) encaminhados ao fornecedor até a presente data ou apresentação de medidas paliativas para o fiel cumprimento da obrigação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão.

Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 12 de fevereiro de 2019.

[Assinado Eletronicamente]

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo



**CIS/AMARP****RESOLUÇÃO 12/2020 INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO**

Publicação Nº 2354482

Resolução Nº 12/2020

DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE PRESTADOR PARA O ANO DE 2020.

Pedro Rabuske, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, Art. 17 do Estatuto Social do CISAMARP.

RESOLVE:

Art. 1º Fica credenciado o Prestador de Serviços a seguir:

INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO EIRELI, CNPJ 17.294.345/0001-06 situado na Avenida Barão do Rio Branco nº 704 sala 04 Edifício Royal Center – Centro, Joaçaba/SC, em conformidade com o edital 01/2018, Termo de credenciamento 180/2020

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATÉ 3 VASOS)	02.05.01.004-0	191,73

Art. 2º Essa resolução entra em vigor nesta data, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC.

Videira, 12 de fevereiro de 2020.

Pedro Rabuske  
Presidente do CISAMARP

**RESOLUÇÃO Nº 03/2020 CPL INSTITUTO CATARINENSE DA CIRCULAÇÃO**

Publicação Nº 2354475

Resolução nº 03/2020 – CPL

Viviam Fiabane Rissardi, Presidente da Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe - CISAMARP, usando da competência que lhe confere a Resolução 26/2019.

RESOLVE:

Art. 1º Após recebimento pela Comissão Permanente de Licitação do pedido de credenciamento, examinado e julgado todos os documentos, homologa o Instituto Catarinense da Circulação EIRELI, CNPJ 17.294.345/0001-06 situado na Avenida Barão do Rio Branco nº 704 sala 04 Edifício Royal Center – Centro, Joaçaba/SC, em conformidade com o Edital 01/2018 para Credenciamento de Serviços do(s) seguinte(s) procedimento(s):

PROCEDIMENTO	CÓDIGO SUS	R\$
ULTRASSONOGRAFIA DOPPLER COLORIDO DE VASOS (ATÉ 3 VASOS)	02.05.01.004-0	191,73

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Videira, 12 de fevereiro de 2020.

VIVIAM FIABANE RISSARDI  
Presidente Comissão Permanente de Licitação CISAMARP

**CIS/AMOSC****EDITAL 01/2020**

Publicação Nº 2355754

EDITAL Nº 01/2020

JANETE PARAVISI BIANCHIN, Prefeita de Arvoredo e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos e Secretários de Saúde dos Municípios filiados para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde

do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 28 de fevereiro de 2020 – sexta-feira

Local: Auditório da AMOSC – AVENIDA GETULIO VARGAS, 571 S, CENTRO, CHAPECO -SC

Horário: 08:30 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

I. Apresentação do Relatório de Atividades de 2019;

II. Parecer do Conselho Fiscal das contas de 2019;

III. Aprovação do Balanço Anual de 2019;

IV. Rubrica orçamentária destinada aos consorcio públicos de saúde – 20 MILHOES;

V. Referendar REGIMENTO INTERNO do CIS-AMOSC;

VI. Eleição de novos membros da Comissão de Secretários Municipais de Saúde CIS-AMOSC;

VII. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 11 de fevereiro de 2020.

JANETE P. BIANCHIN

Prefeita de Arvoredo

Presidente do CIS-AMOSC

---

## CIS/AMVI

---

### AUTORIZAÇÃO\_DISPENSA\_01 2020

Publicação Nº 2355058

A U T O R I Z A Ç Ã O

DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020

Objeto: Aquisição de carimbos para identificar as solicitações de retorno dos credenciamentos do CISAMVI.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 005/2020, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, Parágrafo Único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a contratação do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com Fábio de Souza 86756230972 – CNPJ 20.528.324/0001-04, pelo valor de R\$ 1.185,00 (um mil, cento e oitenta e cinco reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

### EXTRATO\_DISPENSA\_01 2020

Publicação Nº 2355061

EXTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 005/2020

Dispensa: 001/2020

Objeto: Aquisição de carimbos para identificar as solicitações de retorno dos credenciamentos do CISAMVI.

Contratado: Fábio de Souza 86756230972 – CNPJ 20.528.324/0001-04

Valor total: R\$ 1.185,00 (um mil, cento e oitenta e cinco reais).

Data de vigência: Entrega imediata após a publicação deste Extrato.

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Cleones Hostins

Diretor Executivo

**RATIFICAÇÃO \_DISPENSA\_01 2020**

Publicação Nº 2355064

**TERMODERATIFICAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO 001/2020**

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de Fábio de Souza 86756230972 – CNPJ 20.528.324/0001-04, para aquisição de carimbos para identificar as solicitações de retorno dos credenciamentos do CISAMVI.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 12 de fevereiro de 2020.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo

**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019 - INSUMOS PARA AFERIÇÃO DE GLICEMIA**

Publicação Nº 2354591

Terceira republicação trimestral da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico 01/2019, publicada na Edição nº 2823 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 13 de maio de 2019, páginas 1583-1586.

**ATADEREGISTRODEPREÇOS-GERAL  
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019  
(Vigência de 13/05/2019 até 13/05/2020)**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, Bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de insumos para aferição de glicemia, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 15 (quinze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 05.343.029/0001-90					
Item	Produto	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
2	Lanceta descartável para punção digital, com dispositivo perfurocortante mantido com agulha protegida e esterilizada, acoplado a lancetador descartável, de uso único, que não permite ser remontado ou reutilizado. Agulha em aço inoxidável, com profundidade de penetração máxima de 1,8 mm, que retrai automaticamente após o uso. A empresa vencedora deve apresentar registro comprovando que este material atende a NR 32 (norma regulamentadora)	MEDLEVENSOHN	1.071.000 UN	R\$ 0,155	R\$ 166.005,000
TOTAL					R\$ 166.005,000
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 03.505.263/0001-40					
Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total



3	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 100 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 100 UI com divisões de 2 em 2 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8,0 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SOLIDOR	457.000 UN	R\$ 0,274	R\$ 125.218,000
4	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 6 mm de comprimento por 0,25 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SALDANHA RODRIGUES	199.000 UN	R\$ 0,340	R\$ 67.660,000
5	Seringa descartável, estéril, atóxica capacidade 50 UI, sem espaço morto, incolor com resistência mecânica, corpo cilíndrico, escala em gravação indelével de 0 a 50 UI com divisões de 1 em 1 unidade, com agulha hipodérmica acoplada no corpo da seringa extremidade proximal do embulo com pistão de vedação de borracha, agulha de dimensões de 8 mm de comprimento por 0,30 mm de diâmetro em aço inoxidável siliconizada, nivelada polida, cilíndrica reta, oca, bisel bifacetado, afiada com canhão translúcido provida de protetor que permita a adaptação ao canhão. Embalada em material que promova barreira microbiana e abertura asséptica - caixa com no máximo 100 unidades	SALDANHA RODRIGUES	299.000 UN	R\$ 0,310	R\$ 92.690,000
TOTAL					R\$ 285.568,000
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - CNPJ 05.531.725/0001-20					
Item	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Fitas/Tiras reagentes para teste de determinação de glicemia, para testar glicose no sangue capilar, venoso, arterial e neonatal, com tecnologia de glicose desidrogenase, método de leitura através de amperometria ou fotometria, com faixa de medição entre 20mg/dl a 500 mg/dl, aceitando-se valores inferiores a 20 mg/dl e superiores a 500 mg/dl. Deverão ser fornecidos a título de doação: - Aparelhos glicosímetros novos, sem uso, com bateria, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 10.000 aparelhos, bem como assistência técnica e treinamento em todos os municípios que fizerem uso do produto, quando solicitado; - Baterias, conforme especificação do fabricante do aparelho, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços - Cabos USB, de acordo com as solicitações, sendo aproximadamente 300 cabos, para transferência de dados do aparelho para microcomputador e a instalação de software para leitura dos dados dos aparelhos e emissão de relatórios e estatísticas	ROCHE	5.284.000 UN	R\$ 0,390	R\$ 2.060.760,000
TOTAL					R\$ 2.060.760,000

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

### 3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 13/05/2020 (13/05/2019 até 13/05/2020).

### 4. DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao CISAMVI promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3.2 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o CISAMVI deverá:

3.2.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.2.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

3.2.3 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.3 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o CISAMVI poderá:

3.3.1 Consultar os demais licitantes que tenham apresentado lance para o lote em questão, questionando-lhe sobre a possibilidade de assunção do registro, nas condições originalmente pactuadas pelo licitante vencedor ou, ainda, nas condições de sua melhor proposta no certame ou nas condições atuais de mercado;

3.3.1.1 Obtendo-se possibilidade de inclusão do lote na Ata de Registro de Preços com outro licitante, por valor inferior ao da proposta de realinhamento, convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.3.1.2 Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes de esgotado o prazo para fornecimento da Autorização de Fornecimento;

4.3.2 Cancelar o item cujo valor foi comprovado como inexequível, a fim de inseri-lo em novo processo licitatório.

4.4 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando estas medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

4.5 Será possível a subrogação de direitos e obrigações do fornecedor, nos casos de fusão, cisão ou incorporação, conforme artigo 78, inciso VI da Lei nº 8.666/93.

### 5. DAS CONDIÇÕES GERAIS

4.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do CISAMVI e do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

5.2 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

5.3 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 01/2019 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

5.4 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

5.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2019 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

5.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau-SC, 10 de maio de 2019.

Cleones Hostins

Diretor Executivo - CISAMVI

## RESOLUÇÃO Nº 366-20 ALTERA A COMISSÃO Nº 02 DO PAR

Publicação Nº 2355376

RESOLUÇÃO Nº 366, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020

Altera a resolução nº 364/2020, para dispensar a pedido membros da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilidade – PAR número 02

O DIRETOR EXECUTIVO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 182/2017 e, considerando as solicitações de saída dos membros Michel Marcelo Longo e Wesley Hendrik Macedo;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar a pedido os membros MICHEL MARCELO LONGO e WESLEY HENDRIK MACEDO da Comissão de Processo Administrativo de Responsabilidade – PAR nº 02, permanecendo a Comissão com os seguintes membros:

I. Larissa Poletto - inscrita no CPF sob nº 041.314.809-21, servidora pública municipal de Indaial/SC.

II. Tereza Cristina Pamplona Mosimann - inscrita no CPF sob nº 895.325.209-10, servidora pública municipal de Brusque/SC.

III. Marciane Peters Ferrari - inscrita no CPF sob nº 025.702.759-99, servidora pública municipal de Apiuna/SC.

Parágrafo único. A comissão será presidida por Larissa Poletto.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 12 de fevereiro de 2020.

Cleones Hostins  
Diretor Executivo

## CIAPS

### RESOLUÇÃO Nº134, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2020.

Publicação Nº 2354199

Resolução nº134, de 12 de fevereiro de 2020.

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta do Superávit Financeiro do Exercício Anterior, no valor de R\$ 96.748,45 no Orçamento-Programa do CIAPS 2020.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 122, de 09/12/2019 (Orçamento CIAPS 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2020 no valor de R\$ 96.748,45 (noventa e seis mil setecentos e quarenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) à conta do Superávit Financeiro Exercício anterior, conforme segue:

Projeto/Atividade: 06.001.0008.0301.0011.2001 – Manutenção Atividades Saúde Mental	
Elemento: 31900000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 96.748,45
Vínculo: 03340119 – Transf.Convênios-União 2019- CIAPS	

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Apiúna - SC, em 12 de fevereiro de 2020.

PAULO ROBERTO WEISS  
Presidente do CIAPS

## CIGAMVALI

### PREGÃO PRESENCIAL 001\_2020 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DO CIRCUITO DE CICLOTURISMO

Publicação Nº 2355730

ESTADO DE SANTA CATARINA

Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do

Itapocu CIGAMVALI

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 001/2020

PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E DE GERENCIAMENTO DO CIRCUITO DE CICLOTURISMO VALE DOS ENCANTOS NOS MUNICÍPIOS DE BARRA VELHA, CORUPÁ, GUARAMIRIM, JARAGUÁ DO SUL, MASSARANDUBA, SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ E SCHROEDER, EM CONFORMIDADE COM AS INFORMAÇÕES E DETALHAMENTO CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA (PROJETO BÁSICO) – ANEXO I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 13/02/2020 às 09h00 do dia 27/02/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30h do dia 27/02/2020.

O edital pode ser solicitado pelos e-mails:

infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

orcamento@corupa.sc.gov.br

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (47) 3370-7933

E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443.

HORÁRIO: das 08:00h às 12:00h e 13:30h às 16:30h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 13 de Fevereiro de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PRESIDENTE do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu CIGAMVALI

**PREGÃO PRESENCIAL 002\_2020 - SUPERVISÃO E SUBSÍDIOS A FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**

Publicação Nº 2355740

ESTADO DE SANTA CATARINA

Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do

Itapocu CIGAMVALI

AVISO LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2020.

PROCESSO LICITATÓRIO 002/2020

PREGÃO PRESENCIAL, TIPO MENOR PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPLEMENTAÇÃO DA SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS DECORRENTES DE CONSERVAÇÃO ESTRUTURAL, TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM, OBRAS COMPLEMENTARES, MATERIAIS ASFÁLTICOS, CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA, LIMPEZA DE PLATAFORMA, SINALIZAÇÃO, E SERVIÇOS EM RODOVIAS NÃO PAVIMENTADAS, TODAS PREVISTAS NO PLANO RODOVIÁRIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, APROVADO PELO DECRETO ESTADUAL 759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E IDENTIFICADOS NESTE EDITAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 13/02/2020 às 14h00 do dia 27/02/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 14h30h do dia 27/02/2020.

O edital pode ser solicitado pelos e-mails:

infraestrutura@cigamvali.sc.gov.br

orcamento@corupa.sc.gov.br

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE (47) 3370-7933

E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443.

HORÁRIO: das 08:00h às 12:00h e 13:30h às 16:30h.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 13 de Fevereiro de 2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PRESIDENTE do Consórcio Intermunicipal de Gestão Pública do Vale do Itapocu CIGAMVALI

**CONDER****ATA 01.2020 - ASSEMBLEIA GERAL CONDER - 07.02.2020**

Publicação Nº 2354197

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL CONDER.

ATA Nº 001/2020 DE 07 (SETE) DE FEVEREIRO DE 2020.

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte às 11:00 horas conforme Edital de Convocação nº 001/2020, no auditório da AMEOSC, localizada Rua Osvaldo Cruz, nº 167, centro, município de São Miguel do Oeste – SC, reuniram-se para Assembleia Geral Ordinária do CONDER os senhores Prefeitos dos Municípios de ANCHIETA Prefeito Ivan Canci, BANDEIRANTE Prefeito Celso Biegelmeier, BARRA BONITA Prefeito Moacir Piroca, BELMONTE Genésio Bressiani, DESCANSO Prefeito Sadi Inácio Bonamigo, GUARUJÁ DO SUL Prefeito Claudio Junior Weschenfelder, ITAPIRANGA Jorge Welter, MONDAÍ Prefeito Valdir Rubert, PARAÍSO Valdecir Casagrande, SANTA HELENA Prefeito Luiz Gluitz, SÃO JOÃO DO OESTE Prefeito Fernando Bisigo, SÃO JOSÉ DO CEDRO Prefeito Antonio Plínio de Castro Silva, SÃO MIGUEL DO OESTE Prefeito Wilson Trevisan, TUNÁPOLIS Prefeito Renato Paulata, Airton Fontana, Secretário Executivo da AMEOSC; Jussara Salete Reginatto, Secretária Executiva do CONDER; José Francisco Mora, Diretor do CONDER; Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS, Carlos Henrique Langner, Engenheiro Sanitarista da ARIS; Jacson Sonaglio, Diretor do Movimento Econômico da AMEOSC; Márcia Herbert assessora da Câmara de Vereadores de SMO; Márcio Luiz Cristofoli, Juiz da Comarca de SMO; Everaldo Di Berti, Presidente da Câmara de Vereadores de SMO e Édina Grasiela Trema Spironello, Assessora Jurídica da AMEOSC. Dando início a assembleia o presidente do CONDER, Genésio Bressiani cumprimentou todos os presentes e abriu a discussão da pauta. Como primeiro item da pauta o assunto abordado foi apresentação e aprovação da 3ª alteração contratual e do Regulamento do Quadro de Pessoal do consórcio e, para tanto se manifestou a assessora jurídica repassando as alterações que foram efetivadas sendo estas pontuais e apenas e tão somente para acrescentar o cargo de Assessor de Secretaria e suas respectivas atribuições conforme deliberação da última assembleia do consórcio. As alterações apresentadas, tanto em relação à 3ª alteração contratual quanto ao Regulamento do Quadro de Pessoal foram aprovadas por unanimidade de votos. Como item seguinte da pauta foi discutido acerca da definição sobre o Convenio Recuperar tendo havido a manifestação de vários prefeitos demonstrando preocupação com a responsabilidade que advirá da formalização deste convênio, tendo sido deliberado então que o consórcio somente fará adesão ao Convênio Recuperar acaso sejam suprimidos os incisos XXV, XXVI, XXVII e subcláusula única da cláusula sétima da minuta do convênio encaminhada na data de 14 de novembro de 2019, devendo ser oficiado nesses termos ao Governo do Estado. Outra tema apreciado foi sobre o programa de usinagem – usina de asfalto. Sobre o assunto manifestou-se o Prefeito de São Miguel do Oeste, município que encaminhou o respectivo projeto/convenio, informando que foi solicitada a prorrogação de prazo do convênio eis que alguns itens foram desertos no primeiro processo licitatório realizado e que já foi lançada nova licitação para a aquisição destes, bem como informou que considerando o saldo ainda existente talvez haja necessidade de aporte financeiro dos municípios para complementar os valores e de fato ser possível a aquisição dos itens que ainda não foram adquiridos, pois talvez os valores licitados não seriam atrativos para as empresas participarem por isso não estariam acudindo interessados. Ainda sobre o Programa de Usina de Asfalto foi deliberado de que o primeiro passo será a formação de uma comissão para estudar e analisar a melhor forma de viabilizar e implantar o programa e, nesse sentido, foi constituída a comissão que será composta pelos membros da diretoria do CONDER – prefeito de Belmonte, Genésio Bressiani, Prefeito de Guaraciaba, Roque Meneghini, prefeito de Barra Bonita, Moacir Piroca, prefeito de São José do Cedro, Antônio Plínio de Castro Silva e pelo Prefeito de São Miguel do Oeste, Wilson Trevisan, que deverão tratar sobre o assunto. Dando sequência a assembleia o Presidente informou que o CONDER posicionou-se junto a FECAM manifestando seu apoio a atuação da Federação de solicitar providências junto ao Instituto do meio Ambiente – IMA em relação a material (áudio) com manifestações de técnicos após a realização de

videoconferência de capacitação aos servidores municipais, no final do ano de 2019, na qual se posicionavam contrariamente a atuação de municípios nos processos de licenciamento relacionados à suinocultura em vista de que a atividade gerava lucro e visibilidade ao Instituto, externando ainda seu repúdio a referidas manifestações e reafirmando seu comprometimento com o meio ambiente e com o desenvolvimento da sociedade nos processos de licenciamento em que passou a atuar. Sobre o início das atividades de licenciamento ambiental a Secretária Executiva do CONDER e o Diretor do Programa "Gestão Ambiental" repassaram dados e informações sobre as atividades até aqui realizadas nos primeiros dias de atividade, dando conta da grande demanda de procura dos serviços, da agilidade na liberação das licenças e na necessidade de se manter uma constante parceria com os municípios para que o programa efetivamente de bons resultados. E pertinentemente ao Programa de "Gestão Ambiental" foi abordado acerca de equívoco existentes quando da confecção das respectivas leis municipais em relação as taxas a serem praticadas em algumas atividades relacionadas a suinocultura e avicultura e a necessidade de alteração das leis para que os valores das taxas sejam equivalentes aqueles praticados pelo IMA eis que aqueles agora previstos estão compreendem valores superiores. Em relação ao tema foi deliberado que deverão ser realizadas as alterações legais necessárias para que as taxas aplicadas pelo CONDER nessas situações sejam minoradas, equiparando-se aquelas praticadas pelo IMA, devendo para tanto a Secretaria Executiva e Diretor do programa encaminhar aos municípios documentos e subsídios necessários a esta alteração, comprometendo-se os municípios a encaminhar referidos projetos de leis o mais breve possível para suas Câmaras de Vereadores no afã de que este não seja um empecilho ao encaminhamento de pedidos relacionados a licenças de atividades de suinocultura e avicultura. Nos assuntos gerais manifestou-se a Secretaria Executiva do CONDER trazendo informações acerca dos processos licitatórios que se encontram em andamento e daqueles que serão lançados em breve. A Secretária Executiva também repassou informações acerca de reunião realizada com o Promotor de Justiça Regional do Meio Ambiente, Maicon Robert Hammes, na qual o mesmo colocou-se sobre a necessidade de adequação das legislações municipais à Lei nº 12.305/2020 que prevê que a política do plano de resíduos sólidos deve ser disciplinada em legislação específica e isolada e sugeriu que a confecção dos respectivos diplomas legais seja realizada através do consórcio no afã de que os textos legais tenham o mesmo direcionamento e respeitem as particularidades de cada município e da própria região. Foi relatado ainda pela Secretária Executiva de que segundo o citado Promotor de Justiça acaso não houvesse o interesse dos municípios em adotar encaminhamentos nesse sentido de forma conjunta seriam acionados os Ministérios Públicos de cada comarca para as devidas providências, inclusive com a realização de Termos de Ajustamento de Condutas – TAC. Sobre o assunto foi decidido pelos presentes que, num primeiro momento, serão realizadas tratativas junto a ARIS buscando suporte da agência para a elaboração da política de planos de resíduos sólidos devendo ser adotados os encaminhamentos necessários para tanto. Por fim fez uso da palavra o Presidente Genésio Bresiani que, nos termos do Regulamento do Quadro de Pessoal e, considerando a aprovação da criação do cargo de Assessor de Secretaria e a demanda de trabalho do consórcio apresentou o nome da Lilian Bernardi Tomazelli para assumir o referido cargo destacando que a mesma atuou por 01 (um) ano junto ao CONDER na condição de estagiária e que já encontra-se inteirada das ações e trabalhos desenvolvidos pelo órgão, além de ter demonstrado comprometimento e eficiência nas tarefas que desempenhava como estagiária. A indicação do nome de Lilian Bernardi Tomazelli, para o cargo de Assessor de Secretaria junto ao CONDER foi aprovado por unanimidade de votos, devendo a contratação da mesma ser efetivada a partir do dia 10 de fevereiro do corrente ano e serem observadas a carga horária, atribuições e remuneração já disciplinadas para o cargo. Não havendo mais nada a discutir o Presidente Genésio Bressiani agradeceu a presença de todos e encerrou a assembleia e, eu Jussara Salete Reginatto, lavrei a presente Ata, que vai assinada por mim, pelo Presidente, pela assessoria jurídica e pelos demais, conforme lista de presença em anexo.

GENESIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER/Prefeito de Belmonte

JUSSARA S REGINATTO  
Secretária Executiva CONDER

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448 - Assessora Jurídica CONDER

## CIRSURES

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 030/2019

Publicação Nº 2355130

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Nº processo: 30/2019.

Objeto: Prestação de serviço de análise de granulometria, extração de betume e medição por meio de "viga de benkelmann" da produção e aplicação de massa asfáltica produzida pelo CIRSURES.

Contratado: Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), por meio do seu Instituto de Pesquisas Ambientais - IPAT- inscrita no CNPJ nº 83.661.074/0001-04

Fundamento Legal: Art. 24, inc. I c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Valor Limite: R\$ 43.560,00 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais).

Declaração de Dispensa: em 22 de janeiro de 2020.

Ratificação: em 22 de janeiro de 2020

Urussanga, 12 de fevereiro de 2020

Thiago Maragno Biava  
Diretor do CIRSURES